

VIII SIMP

Seminário Internacional em
Memória e Patrimônio

LUGARES de
MEMÓRIA

ANAIS do EVENTO

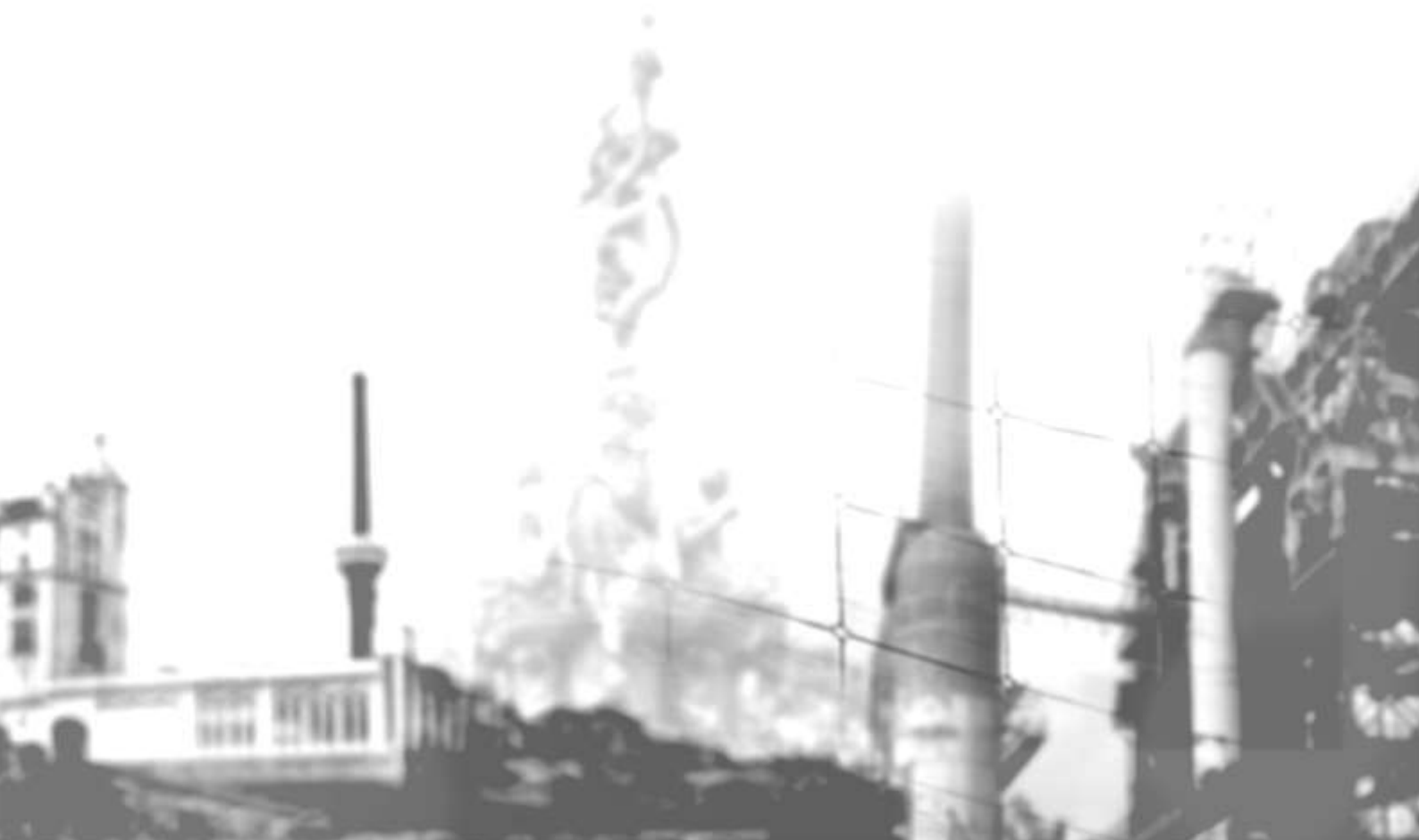
VIII SIMP

Seminário Internacional em
Memória e Patrimônio

LUGARES de
MEMÓRIA

5 a 7 de novembro | 2014 | Pelotas-RS

ANAIS do EVENTO



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

S471a Seminário Internacional de Memória e Patrimônio (8. : 5-6 nov
2014 : Pelotas)
Anais do... : lugares de memória [recurso eletrônico] / 8.
Seminário Internacional de Memória e Patrimônio ; orgs. Marlise
Buchweitz Klug. – Pelotas: Ed. da UFPel, 2014.

Modo de acesso: <<http://8simpufpel.wix.com/8simpufpel>>

ISSN: 2178-7646

1.Memória social. 2.Lugares de memória. 3.Patrimônio
cultural. I. Klug, Marlise Buchweitz. II.Título.

CDD: 306.09

INDÍCE POR AUTOR

Frantieska Huszar Schneid	13
Vania da Costa Machado.....	22
Olivia Silva Nery	28
Bárbara Bueno Furquim.....	35
Ana Ramos Rodrigues	42
Daniel Barbier	48
Grasiela Tebaldi Toledo	56
Débora Garcia Kickhöfel.....	63
Andréa Lacerda Bachettini	68
Raquel França Garcia Augustin.....	75
Gisele Dutra Quevedo.....	83
Claudia Fontoura Lacerda	91
Franciele Roveda Maffi	99
Andrea Reis da Silveira	106
Davi Kiermes Tavares.....	113
Gladis Rejane Moran Ferreira.....	120
Sarah Maggitti Silva	127
José Paulo Siefert Brahm	135
Júlia Naomi Kanazawa	142
Martha Helena Loeblein Becker Morales	150
Rita Magueta.....	158
Tatiane Vedoin Viero	164
Micheli Martins Afonso.....	171
Gabriela Dilly.....	180
Renata Brião de Castro	188
Patrícia Weiduschadt.....	194
Carlos Alberto Ávila Santos	201

Mariane Tedesco	207
Viviane Trindade Borges	214
Charlene Brum Del Puerto	219
Lígia Lins Silva.....	227
Renata Azevedo Requião	235
Aramis Sebastião de Assis	243
Juliane C. P. Serres.....	251
Débora Strieder Kreuz.....	256
Roberta Pinto Medeiros.....	263
Samira Sinara Souza	271
Alexsandro Witkowski	278
Bruna Melo dos Santos	286
Rita Vieira da Rosa.....	293
Michele Vollrath Bento	303
Paola Dias	308
Vânia Lima Gondim	316
Silvana Bagno	324
Elianara Corcini Lima	330
Caroline Silveira Bauer.....	338
Eliza Furlong Antochewis	345
Lara Luciana Leal Seixas	353
Marina Gower dos Reis.....	361
Brenda Melo Bernardes	369
Andressa Szekut	376
Vitor Corrêa;.....	383
Luciana de Castro Neves Costa	390
Ubirajara Buddin Cruz.....	397
Judite Sanson de Bem	403
Margarete Panerai Araújo.....	411

Cláuber Gonçalves dos Santos.....	419
André Pires do Prado	426
Daniela Vieira Goularte.....	435
Heron Moreira	442
Ivana Morales Peres dos Santos	448
Jeferson Dutra Salaberry.....	455
Lucas Neves Prochnow	463
Marina de Alcântara	472
Rafael Denes Arruda	480
Tassiane Mélo de Freitas.....	487
Valdir Jose Morigi	496
Marina Leitão Damin	503
Jerusa de Oliveira Michel	511
Lúcia Bergamaschi Costa Weymar	517
Paula Garcia Lima	526
Imgart Grützmann	533
Ana Júlia Scortegagna Socal	539
Renata Michelin Cocco	546
Andréa do Amaral Dominguez	554
Katherini Coelho.....	561
Daniela Velleda Brisolara	569
Bruna Facchinello	576
Miguel Angelo Ribeiro de Ribeiro	582
Maria Helena Sant’Ana	590
Renata de Almeida Oliveira.....	599
Diana Castro Melo da Silva.....	606
José de Vasconcelos Silva.....	612
Juliana Bonomo.....	620
Ana Cristina dos Santos Amaro da Silveira	626

Maria Angela Peter da Fonseca	631
Gianne Zanella Atallah.....	639
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	644
Marlise Buchweitz Klug.....	652
Alessandra Buriol Farinha	660
Alexandre Vergínio Assunção.....	668
Angélica KohlsSchwanz	676
Cristiane Bartz de Ávila	684
Francine Morales Tavares Ribeiro	701
Rafael Klumb Arnoni.....	708
Rozele Borges Nunes	717
Waldiney de Oliveira Lemos Júnior.....	724
Arlindo Américo Tavares Martins Júnior	732
Erick de Melo Maciel	738
Jeferson Dutra Salaberry.....	743
Karen Melo da Silva	751
Manuela Ilha Silva	759

ÍNDICE POR TÍTULO

1 - Museus e instituições de Memória.	12
Museu familiar: o depósito de memórias de uma guardiã	13
Arquivo pessoal de Judith Cortesão: um lugar de memória individual, universitária e da vida científica brasileira.....	22
Memórias, objetos e narrativas: Lyuba Duprat e seus objetos patrimoniais	28
Ideias e discursos da perda: a constituição da Coleção de Cultura Popular do Litoral paranaense no MAE/UFPR.....	35
Reflexões sobre museus e memórias através dos usos do Acervo Fotográfico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa	42
Coleção e cultura material: os significados possíveis da fundação, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense através de seu primeiro acervo.....	48
Laboratório de Arqueologia como lugar de memória: preservação do patrimônio arqueológico.....	56
Casarão Assumpção – Revelando memórias.....	63

O Museu e a reserva técnica	68
Proposta de conservação preventiva para a coleção de réplicas do Centro de Memória da Escola de Arquitetura da UFMG	75
A revitalização do Museu Histórico Farroupilha e seu impacto na comunidade de Piratini-RS	83
Materiais e técnicas utilizadas na conservação e restauro das pinturas de ex-alunos da Escola de Belas Artes de Pelotas	91
Museu histórico e cultural das irmãs franciscanas (Mhif): Preservação e identificação do acervo iconográfico	99
Comunicação e visibilidade: um Trem no caminho do Museu Julio de Castilhos....	106
Cemitério como lugar de memória e de patrimônio.....	113
O poder das bibliotecas como lugares de memória.....	120
As Práticas Educativas do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ..	127
Pesquisa de público do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Pelotas/RS	135
Centro de memória ETEC Cônego José Bento: Lugar de memória escolar e de práticas sociais	142
Passado em construção: leituras de uma história em exposição	150
O acervo fotográfico do Memorial do Colégio <i>Sevigné</i> em Porto Alegre/RS: apontamentos de pesquisa	158
Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME): ações de preservação da memória e história da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	164
A mediação cultural em uma Casa-Museu.....	171
Colônia Japonesa de Ivoti (RS): lugar de memória, identidade étnica e educação patrimonial da comunidade nipônica	180
O Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação: um lugar de preservação da memória escolar	188
O Patrimônio pomerano na interface com a criação de um espaço de memória ...	194
2 - Patrimonialização do sofrimento.	200
Auschwitz e Birkenau: espaços de memória da indústria da morte.	201
Cemitérios como lugares de memória	207
Percorrendo labirintos: quando os historiadores entram no espaço prisional	214
A memória, imagem e imaginário da cigana Terena e sua sepultura como atrativo turístico.	219
São Miguel das Missões: Memórias em Ruínas e a Apropriação Turística	227
Engendramentos de um "lugar de memória":a obra cosmogônica de Bispo do Rosário.....	235
Museu de Imagens do Inconsciente e Museu de Favela: Diferentes Caminhos de Memória para a Prática da Inclusão Social	243
Patrimonialização de lugares do sofrimento: uma proposta de pesquisa	251
A Ditadura civil-militar brasileira e a necessidade de lugares de memória	256
Prêmio direitos humanos de jornalismo: entre a memória e o esquecimento	263

A Clínica Nossa Senhora da Saúde da casa n.º 909 da Rua XV de Novembro: Lugar praticado de memórias em Joinville- SC	271
Do sofrimento a museu: um complexo caso de amor e ódio (!?) – Museu Estadual do Carvão – Arroio dos Ratos – RS	278
A interferência da prática arquivística na construção da memória: uma análise a partir do “achamento” do processo inquisitorial de Hipólito José da Costa.	286
O sonho brasileiro da casa própria, reflexão sobre exposição com abordagem transdisciplinar	293
3 - Políticas, memória e lugares: estudos no âmbito do MERCOSUL.....	302
Indicações geográficas: A função social da propriedade e a gestão do patrimônio imaterial	303
Políticas de esquecimento: apagamento e memorialismo em Petrópolis.....	308
<i>Tava Miri</i> São Miguel Arcanjo: um <i>lugar</i> de memória?	316
Moradores do Fallet narram suas memórias: identidades, pertencimento e <i>sentido do lugar</i>	324
A vida em memórias de dor: mulheres na ditadura civil-militar de 1964-1985	330
O lugar da história e da memória em uma avenida: embates pela mudança da Avenida Castelo Branco (Porto Alegre, 2011-2014).....	338
Passado e presente do patrimônio riograndino.....	345
O Parque Nacional do Iguaçu – lugar de memória para colonos que viveram e foram desapropriados das comunidades rurais de São José do Iguaçu, Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia.....	353
Chega de Demolir Porto Alegre e Basta de Demoler: ações digitais em defesa do patrimônio cultural no contexto do Mercosul	361
E quando a cidade-empresa desconsidera o direito à cidade? O bairro Lagoinha como lugar de memória - Belo Horizonte/MG - Brasil.....	369
Memória e identidade em um espaço de migrantes: Fronteiras em Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai	376
A rede memorial e os desafios de uma política nacional de preservação do patrimônio arquivístico digital	383
Paisagem Cultural: de conceito científico à nova categoria de bem patrimonial....	390
A fria memória da imagem: o paralelo de duas cidades no sul da América do Sul	397
Variáveis determinantes do consumo de bens culturais: breves considerações sobre sua evolução no tempo no Município de Canoas/RS.....	403
Indústria criativa e memória social: breves reflexões sobre a produção artesanal do município de Dois Irmãos.....	411
Conselhos de cultura e os lugares de memória	419
4 - Lugares de Trabalho.....	425
O Tombamento da “Casa Dos Ingleses” no Município de Ourinhos-SP: Ferrovia, Trabalho, Patrimônio Histórico e Lugar de Memória.....	426
Friches Industriais Pelotenses: No limite da memória.....	435
Fábrica de memórias: a musealização dos lugares de trabalho no caso da Laneira Brasileira Sociedade Anônima.....	442

A chaminé da Fábrica Lang: demolir ou preservar?	448
O patrimônio industrial na cidade de Pelotas-RS: As antigas fábricas de alimentos do bairro do Porto (frigoríficos, moinhos e engenhos)	455
O conceito de memória ferroviária na patrimonialização dos bens oriundos da extinção da RFFSA: entre a memória coletiva e os lugares de memória	463
Proposta de inventário do patrimônio edificado da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria - RS	472
O Mercado da Farinha de Penedo/AL: lugares de memória e alternativas econômicas em uma cidade patrimônio cultural.....	480
Patrimonialização e os (de)usos sociais do patrimônio mineiro: o caso do Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos – RS	487
5 - Arte, urbe e espaços virtuais.	495
Ambientes Virtuais e Memória: Porto Alegre no <i>Flickr</i>	496
Instagrafite: de memória subterrânea a patrimônio digital	503
A Memória Social na Era Digital: Um estudo sobre as novas tecnologias	511
Design de identidade e alteridade: Projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui”	517
<i>Almanachs</i> de Pelotas e seus reclames: <i>lugares de memória</i> , lugares de gênero... ..	526
Lugares de rememoração na propaganda nacional-socialista do <i>Blumenauer Volkskalender</i> (1933-1938)	533
Arquitetura Residencial Modernista em Santa Maria/RS	539
Paisagem Urbana e Patrimônio: uma experiência de vivenciar e intervir na cidade através de caminhadas.....	546
Os objetos de percepção da paisagem urbana de Pelotas e o ladrilho hidráulico ..	554
Do inventário poético ao patrimônio compartilhado	561
Design e lugares de memória no espaço urbano: estudo exploratório sobre a paisagem tipográfica da cidade de Pelotas.....	569
Cinema: inter-relações pela construção de um lugar de memória.....	576
Da memória como experiência performativa: formas simbólicas expressivas e notas etnográficas de performances negras da dança afro em Pelotas.....	590
Uma comemoração no espaço urbano: Duque de Caxias e a festa de Santo Antônio	599
“É uma nostalgia gostosa de sentir”: reflexões sobre música, memória e emoção	606
Da cidade contemporânea à saudade do passado: Macapá, por onde andam minhas lembranças?	612
Pierre Nora à mesa: o Festival da Quitanda de Congonhas como um lugar de memória	620
Instituto Lar de Jesus: um lugar de memórias e histórias.....	626
A presença da arte, através do canto, no Collegio Allemão de Pelotas - RS (1898-1942)	631
Clube Caixeiral de Rio Grande/RS: A memória no tempo presente apartir da imagem fotográfica	639
As Alegorias na Ala Velha e as Memórias Possíveis no Cemitério Municipal de Juiz de Fora/MG (1870-1940)	644

<i>Satolep</i> : Lugar e Suporte de Memória.....	652
6 - Pampa como Lugar de Memória.	659
Significantes e significados da paisagem: A Festa de Navegantes de São José do Norte – RS.....	660
O chimarrão e seus artefatos: Um estudo sob o viés do design vernacular	668
O gaúcho do pampa Rio-grandense: Imagem e oralidade	676
O Morro do Quinongongo como lugar de Memória	684
Proteção do patrimônio cultural edificado: o zoneamento urbano de Pelotas, RS.	701
Os usos simbólicos e identitários das marcas de gado: reflexos culturais e da ocupação territorial e da produção pecuária na Região do Prata.	708
Os descendentes de poloneses em Dom Feliciano/RS – definindo conceitos para interpretação.....	717
Lugares de memória: A cidade histórica de Paraty analisada como um museu a céu aberto.....	724
A matéria e a memória, o corpo e o espírito: um diálogo entre Henri Bergson e Merleau-Ponty, a geografia humanista e o rio Piratini	732
Potencialidades do uso de sistema de informações geográficas para a gestão, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural material.....	738
Santa Isabel do Sul – Arroio Grande-RS: Inventário do patrimônio arquitetônico ..	743
A contribuição das edificações de madeira forradas com lata para a constituição da paisagem cultural dos ilhéus do Rio Grande.....	751
Patrimônio cultural: conceito, sentido e lugar	759

1 - Museus e instituições de Memória.

Coordenadores (as): *Profa. Me. Andréa Bachettini, Prof. Dr. Diego Ribeiro e Prof. Msd. Sarah Maggiti.*

Os museus e instituições memoriais congêneres são lugares privilegiados de construção, gestão e apropriação de memórias e patrimônios. Mais do que repositórios de objetos e coisas, são espaços/cenários forjados para proporcionar o encontro entre as pessoas e suas referências patrimoniais. São de interesse desse simpósio os temas que tangenciam a gestão de memórias e patrimônios, com ênfase nos procedimentos de aquisição, conservação-restauro, guarda e comunicação (ações educativas e exposições) de coleções confiadas a museus e instituições de semelhante natureza preservacionista.

Museu familiar: o depósito de memórias de uma guardiã

Frantieska Huszar Schneid¹

Francisca Ferreira Michelin²

Resumo

O presente artigo busca apresentar uma relação dos museus ou memoriais familiares com os guardiões de memória. Objetos guardados como relíquias e o valor sentimental para as famílias que possuem estes acervos pessoais é o que será apresentado a seguir. O papel de resguardar objetos que servirão de elo para as gerações futuras é do guardião que tem a função de preservar a identidade da família, não deixando que suas lembranças caiam no esquecimento.

Palavras-chave: Museu familiar; Objetos; Guardião de Memória.

Introdução

Ao longo de sua trajetória, o indivíduo apegar-se à objetos, que acabam sendo uma conexão entre as pessoas da família, muitas vezes herdadas pelas gerações mais novas. Estes objetos relacionados à memória, são chamados de biográficos, um conjunto de objetos que rodeiam o indivíduo e fazem parte de sua história de vida.

São os objetos que apresentam as características e particularidades de cada cultura. Meneses (1998, p. 90) afirma que “... a natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória”. Levanta-se no passado o fiel, o objeto que representa uma cultura e a partir deles, seja uma escova de cabelo, uma panela ou um casaco, que se pode “aferir o potencial, reconhecer a vocação e descobrir os valores mais autênticos de uma nacionalidade” (FALCÃO, 1995, p. 24).

Esta relação dos objetos com o passado e os elos de ligações entre gerações futuras que será analisado neste artigo, no qual busca abordar discussões acerca do que chamamos de museus ou memoriais familiares. Aqui serão refletidos não bens da esfera pública que demandam de serem catalogados, preservados e disponíveis ao público, mas sim um acervo pessoal, privado, com objetos de família.

Sendo museu um local de pesquisa, preservação, comunicação das memórias, pode-se afirmar que as famílias que possuem estes locais próprios de guarda de bens procuram evitar o esquecimento. Nestes recintos estão guardados objetos e documentos e toda a memória/tradição de uma família. Segundo Kellerhals e outros:

[...] a organização familiar reflecte igualmente o peso do passado. Os papéis familiares devem procurar combater o esquecimento através da glorificação ou simplesmente da crônica dos factos passados. De um lado, o papel do ‘mestre de cerimônias’, que reúne os membros da parentela em torno de rituais que recapitulam a narrativa dos acontecimentos fundadores. E, de outro lado, o papel do ‘guardião da memória’, que se encarrega da preservação dos traços – escritos, orais, materiais – do passado familiar (KELLERHALS et alli, 2002, p. 553).

Ao falar de museu ou memorial, não significa apenas os locais organizados, catalogados e preservados. Não as instituições abertas ao público, mas todo e qualquer lugar onde são depositados objetos ou herança, acervo basicamente formado de “quiquilharias” que pertencem à membros de uma família, não necessariamente com valor monetário, porém com muito valor sentimental. Cada objeto está muito carregado de uma simbologia e uma história de imensa relevância para os membros pertencentes de tal família.

Para Halbwachs (*apud* Caixeta, 2006, p. 161),

¹ UFPEl, frantieskahs@gmail.com

² UFPEl, fmichelon.ufpel@gmail.com

a tarefa de guardar, é também uma tarefa criativa, de construção de 'museu da família'. Através dele, as famílias podem encontrar suas histórias e os objetos que fizeram parte de sua construção e construir novos significados para si-mesmos e para o próprio grupo.

Aqui será apresentado um recorte de uma dissertação de mestrado, intitulada *Fotografias de casamento: memórias compartilhadas a partir de acervos pessoais*. Busca-se refletir a prática de guardar objetos, em especial fotografias e entender de que maneira a imagem fotográfica é enquanto suporte capaz de informar sobre o passado, participar ativamente do processo de construção e consolidação da memória coletiva. Porém as fotografias são mudas, elas sozinhas não informam sobre o momento ali retratado, por isso conjuga-se com relatos orais para resgatar a trajetória histórica de grupos sociais específicos. Se por um lado a imagem é incapaz de enunciar, por outro, com breves informações (evento, local, ano), a imagem adquire voz e narra, com alguma convicção.

A figura central desta pesquisa é a guardiã do acervo destes objetos, Tereza da Silva Schneid de 86 anos. Ela guarda a coleção da família e assume a responsabilidade de atuar em nome da memória do grupo, definindo quais as fotografias e objetos serão guardados e de que maneira este acervo vai sendo reformulado, incorporando novos materiais e descartando outros, selecionando imagens que testemunhem a trajetória familiar.

Neste artigo serão apresentados quatro objetos deste acervo, todos eles relacionados à fotografia e sua utilização como suporte de memória. A imagem 1, ilustra um porta-retrato antigo com a foto da guardiã Tereza da Silva Schneid, seus irmãos e uma prima. Tereza guarda esta fotografia desde sua infância, todos os retratados já faleceram, permanecendo apenas ela – menina em pé com chapéu. Após a morte de sua irmã mais nova, a última ainda viva neste retrato, Tereza se desfez deste objeto passando para a neta mais nova, autora deste artigo. Pode-se afirmar que a fotografia aqui serve para que a memória familiar não caia no esquecimento.



Imagem 1: Porta-retrato do museu familiar
Fonte: Acervo da pesquisadora

Pensando os objetos como patrimônio

Para pensar um objeto com patrimônio, se faz necessário pensar no sentido da cultura material, que é o “estudo, por meio de artefatos, das crenças-valores, ideias, atitudes e convicções – de uma comunidade ou sociedade particular, em um dado momento” (PROWN, 1982, p. 1). Assim sendo, cada objeto traz consigo não apenas a capacidade de criação de seu autor, mas especialmente, as concepções e os valores de quem adquiriu e usou, consequentemente, da sociedade na qual está inserido.

Um objeto só se torna documento da cultura material quando é preservado, colecionado ou guardado por alguém que atribui nele uma carga sentimental. Existem diversos motivos para se colecionar um objeto obsoleto e arcaico: talvez seja por legitimidade, excentricidade, preciosidade ou por serem difícil de imitar, copiar, plagiar; por serem

verdadeiros tesouros transmitidos. Aspira-se guardar o caro, rico, precioso, impagável, poderoso e desconsiderar o contrário destes sinônimos.

Todos os objetos pertencentes a uma coleção, seja ela pública ou privada, estão lá por algum propósito e sob deliberação de alguma pessoa, um colecionador. O hábito de colecionar objetos é uma prática das pessoas que enxergam valor atribuído no aglutinamento de conhecimento. Não é um apego material, mas sim simbólico, de objetos com fortes cargas memoriais que serviram e ainda servem de lugares de memória dentro das famílias na qual pertencem, objetos que fazem parte da construção da identidade dos indivíduos inseridos dentro destas famílias.

A imagem 2, apresenta um broche com a fotografia das Bodas de Prata dos pais da guardiã. Acessório usado pela sua mãe, até o fim de sua vida e herdado por Tereza após seu falecimento. Mais uma vez prova que fotografia e memória estão intrinsecamente ligadas: uma por se tratar da lembrança do real e a outra por apresentar provas de tais lembranças.



Imagem 2: Broche do museu familiar
Fonte: Acervo de Tereza da Silva Schneid

Guardião de memória do Museu Familiar

A transmissão de memórias e mesmo de objetos não começa sozinha. Essa política de guardar objetos ou lembranças, sempre ocorreu como nos casos dos primeiros museus, na antiguidade. Será abordado aqui o conceito do *Guardião de Memória do Museu Familiar*, bem como seu papel. Esta figura é o personagem-chave que permeia essa pesquisa sobre museus familiares. Reinhardt (2002, p. 36) afirma que o guardião ou “narrador da memória familiar é a figura fundamental para se compreender [as] marcas visíveis do passado ou ‘museus de família’”.

Para tratar deste assunto, será usado o exemplo da guardiã do acervo de uma pesquisa em andamento que investiga fotografias de casamento no período compreendido entre 1940 a 1969. A investigação almeja constatar como o registro da imagem permite que famílias armazenem durante décadas fragmentos capazes de constituírem-se como um lugar de memória. Porém aqui não serão aprofundadas as fotografias de casamento em si, mas o papel da detentora deste acervo.

O ato de fotografar fixa de tal maneira na construção das memórias familiares que é impossível falar do passado sem ter como incentivo as fotografias. Com o intuito de preservação do passado surge dentro das famílias o papel do guardião de memórias. Segundo Mauad (2001, p. 158) “este personagem, além de organizar as fotografias em álbuns, ou simplesmente guardá-las em caixas, é o depositário de muitas histórias”.

Schapochnik nos diz que:

Embora o guardião da iconoteca familiar se esforce para preservar o acervo e imprimir uma lógica no seu ordenamento, algumas peças podem ser perdidas, outras podem ser acrescentadas e, ao fim e ao cabo, a sua própria morte propiciará uma redistribuição e a “invenção” de uma nova crônica familiar. (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 463)

No grupo familiar Barros (1989, p. 34) destaca a figura do guardião ou guardiã, aquela pessoa escolhida para cuidar e transmitir a memória familiar do grupo, “o papel do mensageiro da memória ou do narrador é desempenhado, em um caso, pelos avós e, em outro pelo que denominei de guardião da memória familiar”. A mesma autora nos fala do papel, direito e obrigação do guardião dentro do grupo familiar:

não é uma motivação individualizada que leva o colecionador a procurar, investigar, encontrar e conservar seus bens preciosos. Ele está imbuído de um papel que lhe confere o direito e também a obrigação de cuidar da memória do grupo familiar (1989, p. 33).

Caixeta (2006, p. 44) na sua tese de doutorado intitulada “Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotos e seus objetos”, nos diz que “este papel é assumido pelos idosos da família, especialmente, os avós que são o elo vivo entre as gerações e os significados que eles ‘guardam’ são constituídos ao longo da sua historicidade no convívio com os outros”.

Gomes (1996, p. 7) define guardiã de memória:

(...) é um ser ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence o sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as ‘marcas’ do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é ‘colecionador’ dos objetos materiais que encerram aquela memória.

Pereira *apud* Caixeta (2006, p. 44) complementa este conceito, falando que:

Durante todas as suas vidas [essas mulheres guardiãs] selecionaram e guardaram fotografias e cartões-postais, cartas e bilhetes, convites de batizados, lembranças de aniversário, “santinhos” de missa de 7º dia, broches, relógios, bibelôs, moedas e algumas cédulas, cachinhos de cabelo amarrados por fita, medalhinhas de santos, enfim, pequenos objetos de memória que foram sendo depositados em caixas, na qual denominei caixinhas de lembrança.



Imagem 3: Caixa de relógio transformado em pingente com fotografia
Fonte: Acervo de Tereza da Silva Schneid

Na imagem 3, aparece um colar de Tereza, objeto que ela transformou em relicário e usou junto consigo durante muitos anos. Inicialmente era um relógio que a guardiã havia ganhado de sua madrinha, após anos de uso o relógio parou de funcionar e Tereza, então viúva, transformou-o em um pingente para colar que pudesse carregar consigo a primeira fotografia que tinha ganhado de seu marido ainda na época do namoro dos dois. Perrot (1989) nos fala deste tipo de objeto referindo-se a aprisionamento do rosto da pessoa amada. As impressões que ficam marcadas na memória são as que foram produzidas pelos sentidos. Como a visão é a mais sensível e a que mais registra, recorre-se a imagem para conservar a lembrança.

Além das fotografias, teve-se contato com outros materiais, tais como anotações sobre a família feito por membros do grupo, cartões postais, santinhos trocados por ocasião de eventos religiosos, carteira de serviço militar, pedaço de renda retirado de um vestido de noiva, medalhas, terços e pingentes com fotos... Enfim, objetos transmitidos por herança, testemunho dos “quadros sociais” da história familiar e coletiva, como afirma Halbwachs (2004).

Silva (2008, p. 18) fala dos objetos que são acrescentados aos álbuns de família:

O álbum é arquivo, um dos mais inquietantes da vida privada, e funciona como técnicas que lhes são próprias, idealizadas de modo espontâneo por seus usuários com o passar do tempo. Logo, o álbum é fotografia, pois esta é o fundamenta; trata-se de uma imagem mecânica, moderna, entendida popularmente como reprodução, quando é apenas marca de um objeto real que lhe deu luz, e esse processo é fascinante, mas deve ser explicitado. Por fim, o álbum conta histórias, mas não somente sobre fotos, pois a ele são acrescentados outros objetos: cartões, lembretes, gotas de sangue, mechas de cabelo, unhas de mãos e marcas de pé. Em sentido literal, o álbum é um pedaço de nossos corpos.

O papel do guardião não é apenas o de guardar fotografias que servirão de suporte de memória familiar, mas também tem a obrigação de contar as histórias de cada uma delas, fazendo o passado permanecer vivo entre os membros mais jovens. Faz parte também da função do guardião não apenas a conservação das fotos, mas também sua seleção, que servirão de guia aos visitantes desse museu particular, com peças expostas em álbuns, nas paredes e móveis. Segundo Barros (1989, p. 41) “a narrativa que envolve estas fotos reúne as múltiplas facetas da vida, englobando-as, dando-lhes uma face mais completa, mais homogênea e menos efêmera”.

Armando Silva em seu estudo sobre álbum de família destaca três resultados importantes, são eles:

A importância do papel da mulher – avó, mãe, tia, filha ou irmã- em sua construção fotográfica e no relato oral de suas histórias familiares para concluir que se trata de relatos visuais contados com vozes de mulher; o aparecimento de objetos diversos às fotos que são colados nos álbuns, desde umbigos de recém-nascidos até fragmentos de tecidos da roupa de familiares mortos, ou pedacinhos dos bolos de casamento que mandam a suas mães ausentes pelo correio, ou seja, o álbum guarda “restos” das famílias, e, nesse sentido, é depositário de fetiches familiares; e, por último, o álbum não só mostra ritos sociais, casamentos, batizados, nascimentos, passeios, cerimônias, mas também os produz a sua maneira: por isso, não é estranho que a primeira comunhão apareça em suas fotos como o rito mais idealizado, calcando a menina os passos do casamento das mais velhas, que assim se antecipa visualmente em sua importância e solenidade (SILVA, 2008, p. 11-12).

São inúmeras as motivações que levam o guardião da memória familiar iniciar sua carreira. Alguns momentos da vida são propícios para o início deste ato tão importante no meio familiar e todos eles são tomados na busca pelo resgate da memória. Talvez o maior motivo seja a perda de alguém querido, seja a mãe, filho, marido... busca-se refazer a história de anos de convívio, revivendo o passado familiar.

É importante salientar o papel feminino como mantenedora das lembranças familiares, preservando, reorganizando, catalogando as fotos, a memória fotográfica da família. Essa memória que ajuda a dar sentido à nossa existência, compreender melhor quem somos. O papel de mantenedora de acervos familiares era atribuído às mulheres, que encarnam emoções, e portando mais afetivas à preservação dos valores permanentes e familiares propiciados pela imagem fotográfica. Perrot afirma que:

No século XIX, a coleção, mais ainda a bibliofilia, são atividades masculinas. As mulheres se dedicam à matéria mais humilde: à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou de uma excursão, “mil nadas” povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm paixão pelos porta-jóias, caixas e medalhões onde encerram seus tesouros: mechas de cabelo, jóias de família, miniaturas quem antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, esses herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada. [...] Às mulheres cabe a transmissão das histórias de família, feita frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais, juntas acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em via de se apagarem (PERROT, 89, p. 13-15).

No presente estudo a guardiã da memória familiar reúne fotografias isoladas e reunidas em álbuns de família, com o sentimento de reunir um dos mais preciosos lugares de memória familiar. Segundo Schapochnik (1998, p. 460):

O papel desempenhado pelo guardião se assemelha ao de um dublê de arquivista, que reúne e atribui uma ordem de pertinência ao acervo, de curador, que decide quais as imagens deverão passar à condição de objetos decorativos ou peças de exibição sob a forma de retratos emoldurados nas paredes ou de ornamento sobre as peças do mobiliário, de *marchand*, que determina a distribuição e circulação do espólio da memória fotográfica familiar, e, ainda, de guia de visitantes de exposições, legendando os retratos da família por meio da doce arte da narrativa.

A guardiã do acervo Tereza da Silva Schneid é a descendente responsável pela coleção, conservando, selecionando e classificando o material, bem como é a narradora da história da família reconstituindo o passado a partir das imagens. Contribui com a pesquisa analisando as fotografias, identificando os objetos e narrando as memórias de cada um deles. Não fala-se apenas de uma memória individual, mas como explicita Maurice Halbwachs *apud* Mylius e Eckert (2000, p.2):

... se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo... Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

Segundo Barros (1989), a análise de família permite observar como um determinado grupo social representa suas experiências e as classificam a partir do momento em que escolhem o que vai ser fotografado e o que vai ser guardado, constituindo o acervo do guardião da memória. Pode-se concluir até o presente momento, que a fotografia enquanto instrumento possibilita à guardiã acionar a memória do grupo, contando a história familiar deste.

Nesta acepção, a fotografia é o objeto por excelência a tornar material o instante intangível que se perde no tempo. A função de registro da imagem fotográfica acentua a sua característica rememorativa no ato de materialização do instante efêmero. Portanto, todo objeto escolhido cumpre a função rememorativa como suporte de memória, objetos nos quais a vida deixou seus registros de forma simbólica e que só fazem sentido para a pessoa da memória que lhes dá valor.

Pode-se notar que quem guarda objetos ou documentos, não necessariamente sabe que está criando uma coleção, museu ou memorial familiar. A maioria das pessoas arruma seus arquivos e objetos “para ver sua identidade reconhecida”. (ARTIÈRES *apud* TANNO, 2007, p. 05). Uma forma de se preservar para um futuro ou para alguém que ainda nem está presente.

Retomando aos guardiões, podemos fazer uma associação com o passado representado e sua ausência dentro das famílias – falecimento dos avós – assim sendo, surgem os novos “vigilantes” da memória. São eles que:

[...] tomam para si a tarefa de preservar os arquivos da memória familiar [...], [seja em] caixas nas partes mais altas dos armários, álbuns nas estantes do escritório, envelopes e papéis empilhados dentro de gavetas, pacotes cuidadosamente amarrados com barbantes e guardados em cômodas pesadas [...] (BARROS, 1989, p. 37).

Esta nova figura, agora atua quase como um museólogo, preservando tudo o que remete fisicamente a sua família (de móveis a cartas de amor, passando por fotografias, álbuns, armas, etc.). Zinani *apud* Crestani (2011, p. 28-29) nos fala que este personagem usa “uma estratégia de esconder e expor, um jogo de apresentação pública e preservação da intimidade familiar. [...] Todos [...] preservados e reunidos, compondo um pequeno museu”.

A imagem 4, mostra um quadro que está fixado em uma das paredes da casa da guardiã, é uma fotografia³ dos filhos de Tereza de 1955.



Imagem 4: Quadro com montagem de fotografias
Fonte: Acervo de Tereza da Silva Schneid

Considerações finais

Neste artigo, decidiu-se por não usar a classe patrimônio cultural, pois o desdobramento da pesquisa ressaltou a ausência da categoria cultural no segmento estudado. Assim sendo, a palavra patrimônio que aqui se apresenta está diretamente vinculada aos afetos íntimos, individuais e familiares.

Compreende-se que, na maior parte das vezes, a categoria patrimônio não é associada à ideia de herança, com uma atribuição de valor econômico. Contudo, pode-se pensar no patrimônio enquanto atribuição de valor, nos objetos na qualidade de suportes de identidade, selecionados a partir de um ponto de vista afetivo. Objetos que assumem simbolicamente a posição de monumento de resistência ao esvaziamento, pensando a memória e os objetos de memória como monumentos à personalidade, a favor da identidade pessoal, resistência contra o esquecimento e contra o silenciamento.

Desta forma, além de objetos de valor afetivo, esses elementos aglutinadores do tempo podem ser considerados, como Allan Radley (1994) propõe, objetos de uma coleção pessoal, de cunho biográfico. Não só pelo fato material como foram escolhidos, mas por efluir a certeza de terem estado presentes em diversas fases da vida da pessoa.

Assim, são as próprias lembranças que tomam o lugar de patrimônio, bem como objetos pessoais que mantêm vivas e próximas as experiências marcantes do passado das famílias. Nesse contexto, é possível pensar os objetos como uma coleção familiar, que caracteriza o seu maior patrimônio simbólico ao desempenhar uma função altamente afetiva,

³ Segundo a guardiã, a fotografia original era em branco e preto e posteriormente colorida pelo fotógrafo em seu atelier.

compartilhada pelos membros. Esses objetos biográficos definem-se como testemunhos de passado vivido.

Por fim, afirma-se que o patrimônio seja algo preservável e transmissível, vinculado a partir das emoções e da afetividade. É provável que com a negativa de um patrimônio cultural coletivo se configure a preservação de um patrimônio individual afetivo inserido em um suporte de memória importante, como a família.

Referências

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.29-42, 1989.

CAIXETA, Juliana Eugênia. **Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos**. Brasília, 2006. Tese (doutorado) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.

CRESTANI, Letíssia. **Abrindo o baú: museus familiares e a guarda de reminiscências**. Porto Alegre, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2011.

FALCÃO, Joaquim A. A política cultural de Aloísio Magalhães. *In: E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção Museu, memória e Cidadania, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Tradución: Manuel A. Baeza y Michrl Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad de Venezuela, 2004.

KELLERHALS, Jean; FERREIRA, Cristina; PERRENOUD, David. Linguagens de parentesco: lógicas de construção identitária. *In: Análise Social*, Portugal, v. 163, 2002. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100025> Acesso em: 03/12/2013.

MAUAD, Ana Maria. Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. *In: Projeto História*, São Paulo, n.22, jun. 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10734>> Acesso em 16/08/2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *In: Estudos Históricos*, vol.11, n. 21, 1998.

MYLIUS, Leandra. **A imagem que permanece, a narrativa que interpreta: estudo antropológico da memória afetiva da guardiã dos retratos de família**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do rio Grande do Sul, realizado sob orientação da Profa. Dra. Cornélia Eckert, 2000.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *In: Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, nº18, ago/set. 1989.

POMIAN, Crzyztof. Coleção. *In: Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 53.

PROWN, Jules David. Mind in matter: an introduction to material culture theory and method. **Winterthur Portfólio**, vol. 17 nº1, p. 1-19, spring, 1982.

RADLEY, Alan. Artefacts, Memory and a Sense of the past. *In: Middleton*, David and EDWARDS, Derek. *Collective remembering*. London: Sage Publications, 1994.

REINHARDT, Juliana. A memória através do pão. *In: Histórias Unisinos*, São Leopoldo: Unisinos, número especial, jul./dez, 2002, p. 101-118.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. *In*: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. v. 3, p. 457- 489.

SILVA, Armando. **Álbum de família: a imagem de nós mesmos**. Tradução: Sandra Martha Dolins. São Paulo: Editora Senac: Edições SESC SP, 2008.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Tradução Joaquim Paiva. Rio de Janeiro, RJ: Arbor, 1981.

TANNO, Janete. Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda de registros de si. *In*: **Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP/FCLASs/CEDAP, v.3, n.1, 2007.

Arquivo pessoal de Judith Cortesão: um lugar de memória individual, universitária e da vida científica brasileira

Vania da Costa Machado⁴

Renata Ovenhasen Albernaz⁵

Resumo

Neste trabalho, buscou-se abordar os arquivos pessoais enquanto "lugares de memória" (NORA, 1993), na medida em que se constituem como lugares de resignificação da memória de seus titulares, das instituições das quais estes fazem ou fizeram parte e, no caso específico dos arquivos pessoais de professores e pesquisadores, da ciência e tecnologia brasileiras. A partir do acervo do arquivo pessoal da professora e ambientalista Dr.^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2005, busca-se, também, problematizar a questão da preservação deste acervo que, além de conter a memória da professora Judith, sua trajetória e suas ações engendradas principalmente no campo ambiental, serve como importante fonte de informação para a história e memória da FURG e da questão ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Lugares de memória. Arquivos pessoais. Maria Judith Zuzarte Cortesão.

Introdução

O presente trabalho é fruto das pesquisas iniciais realizadas em função do projeto de pesquisa desenvolvido no curso de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que tem por objetivo analisar o processo de patrimonialização do acervo pessoal da Dr.^a Maria Judith Zuzarte Cortesão, doado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2005, bem como reconstruir sua memória no período em que atuou como professora e consultora técnica na FURG, a partir dos documentos que constituem o referido acervo e de relatos orais.

Além da Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão, criada a partir da doação do arquivo pessoal da professora, outras duas iniciativas de patrimonialização de sua memória foram identificadas: o projeto de criação da "Casa dos Povos Judith Cortesão", assinado em 2003 pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em conjunto com a Prefeitura Municipal do Rio Grande e com a FURG, que, infelizmente, por motivos que ainda desconhecidos, não foi concretizado, e o projeto de criação do "Memorial Judith Cortesão", elaborado em 2014 pela Bibliotecária responsável pela Biblioteca Setorial Judith Cortesão da FURG, ainda em desenvolvimento. Identificamos ainda, o projeto de pesquisa "O pensamento pedagógico, cultural e ambiental de Maria Judith Zuzarte Cortesão: educação escolar, para mulheres pescadoras na Cidade do Rio Grande, região Sul do Rio Grande do Sul", elaborado em 2014 pelo professor do curso de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG, além da homenagem feita à professora através da criação do Telecentro do Colégio Estadual Getúlio Vargas, que leva o seu nome.

O projeto de pesquisa justifica-se em razão do legado deixado pela professora Judith Cortesão através das ações e projetos que desenvolveu ao longo de sua trajetória, que obtiveram o reconhecimento de instituições nacionais e internacionais, como poderemos ver a seguir. Além disso, as iniciativas de patrimonialização da memória da professora e pesquisadora Judith Cortesão, ressaltam a importância dessa personalidade não só para a FURG e para a cidade do Rio Grande, mas também para a História da Ciência brasileira. No

⁴Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, e-mail: vaniacostam@gmail.com.

⁵Professora adjunta dos cursos de graduação em Direito, mestrado em Ciência Política e mestrado e doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas, e-mail: renata_albernaz@terra.com.br.

entanto, sua memória durante o tempo que permaneceu como docente e consultora técnica da FURG está dispersa nos documentos da instituição e na memória das pessoas que com ela conviveram durante esse período.

Sendo assim, a referida pesquisa será realizada em duas etapas: pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa documental ocorrerá no acervo da professora Judith Cortesão (doado à Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Educação Ambiental Sala Verde Judith Cortesão), arquivo geral da FURG, arquivo do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, do Museu Oceanográfico e do Instituto de Oceanografia, com o objetivo de levantar dados referentes à vida da professora Judith Cortesão, além de elencar docentes, discentes e técnicos administrativos que tiveram convívio com a professora Judith, afim de fornecer os dados para a segunda etapa da pesquisa. Entre as tipologias documentais dos acervos consultados estão: atas, relatórios, projetos, correspondências, documentos de cunho pessoal, fotografias, produção científica, etc.

Também serão realizadas pesquisas em sites de universidades, com vistas a identificação de processos de patrimonialização de arquivos pessoais de professores e/ou pesquisadores e que tenham como objetivo a preservação, valorização e exposição da memória dessas personalidades. Após a identificação desses processos, os mesmos serão selecionados de acordo com critérios ainda não estabelecidos e servirão de base para análise comparativa com o objeto de estudo.

Já a pesquisa de campo, terá como objetivo reconstruir a memória da professora Judith Cortesão, a partir dos relatos orais dos entrevistados, buscando preencher as lacunas em relação a dados sobre a vida acadêmica da professora, seus projetos e suas ações. Terá como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. O universo da pesquisa será a Universidade Federal do Rio Grande e terá como sujeitos professores, alunos e técnicos administrativos que fazem ou fizeram parte do quadro acadêmico da FURG, elencados a partir da pesquisa documental, e que tiveram algum tipo de convívio com a professora Judith. Eventualmente poderão ser incluídos nesse universo relatos de pessoas externas à Universidade, mas que de alguma forma venham a contribuir para essa pesquisa.

Arquivos pessoais de professores e memória científica e institucional de universidades no Brasil

Arquivos, museus e bibliotecas constituem-se como lugares de memória, pois são compreendidos como espaços representativos de memórias, guardiões de sua materialidade, ou, nas palavras de Pierre Nora (1993, p. 13), "são os marcos testemunhas de uma outra era". Conforme definição de Bellotto (2004, p. 266), arquivos pessoais caracterizam-se por serem um conjunto de:

papéis (sic) ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (BELLOTTO, 2004, p. 256).

De acordo com Heymann (2009, p. 1), os arquivos pessoais têm sido "valorizados pela historiografia e foco de crescente interesse do ponto de vista dos projetos institucionais que visam à valorização de trajetórias individuais", justamente porque são vistos "como os meios de acesso seguro ao passado, [...] funcionam como 'prova' das trajetórias às quais se busca associar o atributo da exemplaridade e da singularidade, fundamentais à construção da noção de legado". A partir da atribuição da noção de legado, essa memória, estritamente individual, passa a fazer parte da memória coletiva de um grupo social e a materialização dessa memória é dada através dos documentos e objetos que compõem esse arquivo. A institucionalização desse arquivo pessoal, por sua vez, faz com que se atribua ao titular "uma constante resignificação (sic), fazendo com que a memória deste indivíduo ecoe ao longo dos tempos, ou

seja, existe uma perpetuação do legado deixado por esta pessoa". (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 77).

No caso específico de arquivos pessoais de professores e pesquisadores, estes documentos também abrigam a história da ciência brasileira, pois conforme Campos (2012) estes acervos são "repositórios não apenas da memória individual de seus titulares mas também da própria universidade e, por extensão, da vida científica brasileira, constituindo material de grande interesse para a História da Ciência e para outras áreas do conhecimento" (CAMPOS, 2012, p. 1). Perpassam, dessa forma, a memória e o legado deixado por seus titulares, na medida em que esses documentos são imbuídos de valores científico e histórico, já que retratam o panorama cultural, científico, histórico de um determinado período. Em razão de tais características, esses acervos documentais privados passam a ser de interesse público, dado a sua relevância enquanto fontes de informação histórica e de memórias coletivas.

De acordo com Souza (2005), no Brasil a universidade constitui-se no principal órgão de desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento e, nesse âmbito, o papel dos professores e pesquisadores é de fundamental importância, pois são eles os responsáveis pela produção de pesquisas e pela concretização das atividades-fim da instituição. Nessa perspectiva, as trajetórias profissional e intelectual de professores e pesquisadores confundem-se com a trajetória da própria universidade, que por sua vez tem suas memórias constituídas a partir da atuação dos seus atores. Dessa forma, "arquivos pessoais de docentes e pesquisadores têm muito a dizer a respeito da produção da universidade como instituição" (SOUZA, 2005, p. 116), pois fornecem mais do que a memória dos seus titulares e são também portadores de parte da memória das instituições das quais estes fizeram parte.

O arquivo pessoal da Professora Judith Cortesão e a memória da FURG e da educação e ação ambientais no Brasil

O acervo pessoal da professora e pesquisadora Maria Judith Zuzarte Cortesão foi doado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2005, e é constituído por materiais bibliográficos, objetos pessoais e documentos de caráter pessoal e científico, que retratam as ações e a trajetória da ambientalista no desenvolvimento de diversas atividades como a docência, a pesquisa e a consultoria nos mais diversos campos nos quais atuou.

A partir das pesquisas por nós realizadas sobre o referido acervo arquivístico, em função do projeto de pesquisa desenvolvido no mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, pudemos conhecer melhor a trajetória da professora Judith e entender a dimensão de sua importância, não só para a FURG, mas a para a pesquisa científica no Brasil e no mundo.

Maria Judith Zuzarte Cortesão⁶, portuguesa de nascimento, tinha formação em Letras, Medicina, Biologia, Climatologia, Antropologia, Meteorologia e Biblioteconomia, lecionou em diversas universidades, entre elas, Sorbonne, Université de Nanterre, Université de Caen, Universidade de Lisboa, de Aveiro, de Trás-os Montes, de Évora, do Porto e Universidade Federal do Rio Grande. Aprendeu quatorze línguas, dentre as quais, Russo, Chinês, Árabe, Latim, Grego e Esperanto (MATRIARCA..., 2011; CORTESÃO, 1998). Apesar de sua vasta formação e variadas áreas de atuação, o foco principal de suas ações era voltado para o meio ambiente. Foi assessora da Divisão de Planejamento e Política Ambiental do Ministério do

⁶ Nasceu em 30 de dezembro de 1914, na cidade do Porto, em Portugal. Filha do historiador Jaime Zuzarte Cortesão, veio para o Brasil nos anos 1940, em razão da perseguição sofrida por seu pai pelo governo de António Salazar. Casou-se com o literato português Agostinho da Silva, teve oito filhos, sendo dois deles adotivos, e 21 netos. No início da década de 90 estabeleceu-se em Rio Grande, onde atuou como professora e pesquisadora na FURG. Faleceu no dia 26 de setembro de 2007, em Genebra, na Suíça, aos 92 anos de idade (MATRIARCA..., 2011; MORRE..., 2007). Além das bibliografias citadas, os dados apresentados sobre a vida e atividades da pesquisadora são provenientes de pesquisa realizada no acervo documental da professora Judith Cortesão.

Meio Ambiente, representando este Ministério em diversas comissões, dentre elas, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), Programa Antártico Brasileiro (PRO-ANTAR) e a Comissão Nacional para a Antártida (CONANTAR); representou o Brasil em diversas comissões internacionais, das quais podemos citar a Comissão do Patrimônio da Humanidade, Comissão Internacional dos Oceanos, Convenção das Nações Unidas sobre a Poluição Marinha de Origem Terrestre e Convenção das Nações Unidas para a Conservação de Espécies Animais Silvestres Migratórias (CORTESÃO, 1998).

Escreveu dezesseis livros, entre eles "*Pantanal, Pantanaís*" e "*Juréia, a luta pela vida*"; participou da elaboração de seis filmes, como "*Taim*", sobre a reserva ecológica gaúcha; desenvolveu mais de 140 pesquisas; participou das duas primeiras viagens brasileiras ao continente Antártico (1982 e 1983); elaborou os Postulados Ambientais para a Constituinte e as Diretrizes de Política Ambiental Oceânica e Costeira; foi consultora da Unesco e uma das criadoras do programa Globo Ecologia e das ONGs SOS Mata Atlântica e Instituto Acqua. Recebeu diversos prêmios e homenagens, entre eles: o 1º Prêmio Nacional de Museologia, pelo projeto do Museu Terra/Homem, 1º Prêmio Nacional do Filme Científico por "*Emas, P. N. do Cerrado*", ganhou o título de Heroína Nacional, outorgado pelo Senado, em razão da sua participação na 1ª e 2ª viagens do Barão de Tefé à Antártida, e o de Cidadão Honorária da Cidade do Rio Grande, além disso, ainda recebeu o Prêmio Alvorada, do Governo do Distrito Federal, por contribuir à cultura de Brasília, o Prêmio da NASA, por uma vida dedicada ao intercâmbio científico nacional, o Prêmio Muriqui, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecido como uma das mais importantes homenagens às ações ambientais no país, e a Ordem ao Mérito Cultural, concedida pelo Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil, que homenageou personalidades e instituições voltadas à valorização da cultura. (CORTESÃO, 1998; MATRIARCA..., 2011; MORRE..., 2007).

Na Universidade Federal do Rio Grande, Judith Cortesão atuou como consultora técnica e professora no mestrado do único curso de Educação Ambiental até então no Brasil, desenvolveu diversas pesquisas na Estação Ecológica do Taim, teve participação direta na criação do Museu Antártico e também prestava consultoria ao Museu Oceanográfico Professor Eliezer de Carvalho Rios e ao Eco-Museu da Ilha da Pólvora. Desenvolveu diversos projetos, dentre os quais se destacam: Projeto Asas Polares, que visava proteger áreas de população e reprodução de aves marinhas migratórias; Projeto Mar de Dentro, com o objetivo de despoluir e preservar as águas da Lagoa dos Patos e seus ecossistemas; e o Projeto de Educação Ambiental para a Primeira Infância.

Este breve resumo das ações engendradas pela pesquisadora em relação à temática ambiental, além do reconhecimento que recebeu de diversas instituições nacionais e internacionais pelo desenvolvimento de suas pesquisas, demonstram a sua relevância no campo científico nacional, sobretudo na área ambiental. Seu acervo, hoje sob tutela da FURG, guarda esse arcabouço de memórias da pesquisadora, professora e consultora ambiental, mas também retém parte da história dessas instituições pelas quais Judith passou. Nesse sentido, preservar e disponibilizar esse acervo são de extrema importância, tanto pelo ícone que foi a ambientalista Judith Cortesão, quanto pelas memórias das diversas instituições das quais fez parte.

Mas qual o tratamento dado a esses arquivos pessoais que por doação ou mesmo por aquisição passam a integrar o patrimônio das universidades? Está sendo dado a eles a devida atenção que merecem, enquanto materialidade de memórias individuais, coletivas e institucionais?

Em 2003 foi criada, através da Portaria 116/2003 do Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma Comissão Especial com a finalidade de desenvolver estudos e pesquisas a fim de elaborar uma proposta para uma Política Nacional de Preservação da Memória da Ciência e da Tecnologia. Dentre o amplo conjunto de bens

materiais e simbólicos, elencados pela comissão, que constituem o patrimônio científico e tecnológico brasileiro, encontram-se os arquivos pessoais de pesquisadores e professores.

No relatório apresentado pela comissão, consta o resultado da avaliação, realizada, na época, das condições dos acervos históricos e do levantamento das iniciativas em curso em vista de sua preservação. O panorama constatado, segundo o relatório, foi bastante preocupante. Salvo algumas exceções, prevaleciam largamente "o descaso e o desaviso. Poucas instituições cuidam seriamente de seus acervos". (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2003, p. 5). O relatório também chama a atenção para a responsabilidade de universidades, institutos de ciência e sociedades científicas na preservação de "documentos inestimáveis para o reconhecimento do trabalho de seus professores, pesquisadores, administradores e alunos" e para que "entidades, grupos e figuras de relevante papel na construção e na disseminação do saber brasileiro" não desapareçam "sem deixar vestígio palpável" (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2003, p. 6).

No caso específico do arquivo pessoal de Judith Cortesão, parte dele foi doado para a criação da Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Educação Ambiental, "Sala Verde Judith Cortesão", para constituir um espaço destinado a abrigar, preservar e disponibilizar o acervo da professora, bem como abrigar diversas outras obras sobre a temática ambiental, além de promover, através do Projeto Sala Verde⁷, a articulação e implementação de ações ambientais entre a universidade, a escola e a comunidade. A parte bibliográfica do acervo encontra-se organizada e acessível na Biblioteca Sala Verde Judith Cortesão, já o acervo arquivístico, propriamente dito, que inclui manuscritos, relatórios, correspondências, projetos, produção científica, recortes de jornais e documentos de cunho pessoal, encontra-se ainda sem tratamento, acondicionado em caixas e pastas, inacessíveis à consulta. Há, ainda, uma outra parte desse acervo que, segundo registros, encontra-se armazenada no Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos da FURG (NUME).

Considerações finais

As pesquisas realizadas até o momento mostram que os arquivos pessoais são importantes fontes de representação de memórias, pois contribuem para que entendamos mais sobre a biografia de seus titulares e, no caso específico de arquivos pessoais de professores e pesquisadores, através de suas trajetórias é possível também resgatar a memória das universidades, instituições de pesquisa, bem como, do desenvolvimento científico brasileiro, deixando de ter, dessa forma, uma conotação individual e passando a fazer parte de uma memória coletiva. Sob essa perspectiva, HEYMANN (2009, p. 1) destaca que esses acervos "são associados à categoria de patrimônio, e passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local seja nacional".

Nesse contexto, o arquivo pessoal da professora Judith Cortesão caracteriza-se como uma fonte extremamente importante de sua memória, bem como da memória da FURG e da pesquisa científica brasileira e, por essa razão, deve ser preservado enquanto patrimônio documental dessa instituição.

A partir de tais percepções ficam os questionamentos em relação ao efetivo tratamento dispensado pela universidade a esse acervo, uma vez que parte dele encontra-se encaixotado, armazenado em condições que estão longe de serem as ideais, indisponível ao acesso público e, além disso, disperso em diferentes lugares, fragmentando o conjunto dessa memória.

⁷ <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes>.

Referências

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <[http://www.sbhc.org.br/resources/anais/](http://www.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf)

10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Uma proposta de Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia da Comissão Especial construída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq em quatro de julho de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/politica-dememoria.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

CORTESÃO, J. **Curriculum vitae**. [S.l.: s.n.], 1998.

HEYMANN, L. Q. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8., Buenos Aires, 2009. **Anais...** Buenos Aires, 2009. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao_](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf)

intelectual/arq/1835.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

MATRIARCA do ambiente. **Superinteressante**, Portugal, n 154, fev. 2011. Disponível em: <http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=444:mat-riarca-do-ambiente&catid=6:artigos&Itemid=80>. Acesso em: 25 jul. 2014.

MORRE em Genebra a guardiã da natureza Judith Cortesão. Zero Hora, Porto Alegre, 26 set. 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SOUZA, Rosa Fátima de. Arquivos pessoais e preservação da memória da ciência e da universidade: a contribuição do Núcleo de Documentação e Memória do câmpus da Unesp de Araraquara (NDM – CCPWS). **Horizontes**, Itatiba, SP, v. 23, n. 2, p. 113-119, jul./dez. 2005.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868/3665>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Memórias, objetos e narrativas: Lyuba Duprat e seus objetos patrimoniais

Olivia Silva Nery⁸

Resumo

Este trabalho apresentará os resultados parciais da pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPeI), que busca compreender as relações entre objetos e memória. Este estudo é realizado a partir da história da ex-professora de francês Lyuba Duprat, em Rio Grande/RS. Lyuba nasceu em 1900 em Rio Grande e em 1912 foi estudar na França, onde lá permaneceu até os seus dezesseis anos; quando retornou ao Brasil trouxe não só o conhecimento da língua, mas a cultura francesa que era percebida no seu jeito de vestir, andar, falar e se portar. Nesse sentido, os objetos que a cercavam acabaram sendo testemunhas dessa relação, e hoje funcionam como evocadores memoriais e como objetos biográficos.

Palavras-chave: Objetos. Memória. Lyuba Duprat.

Introdução

A relação do homem com os objetos é muito forte, mesmo que essa não seja percebida. A cultura material está presente na vida cotidiana do ser humano desde muito tempo, e com o crescimento da cultura capitalista e consumista, esta presença cresceu ainda mais. Entretanto, apesar de sermos cercados por objetos dos mais variados tipos e funções, existem aqueles que possuem um significado diferente para o seu dono, são objetos simbólicos, carregados de cargas memoriais e identitárias. Todos têm objetos deste tipo, que podem ser roupas, livros, joias e uma vasta variedade de coisas que são importantes para nós como indivíduos. Em alguns casos estes objetos simbólicos são heranças familiares que são passados entre gerações, ou são lembranças de viagens, ou ainda presentes ganhados de pessoas especiais. O caso é que existe uma diferença entre essas coisas que possuem um valor sentimental e emocional, e que acabamos guardando com certo carinho, e aquelas outras que são utilizadas de acordo com a sua função e depois de algum tempo descartadas.

Quando estes objetos envelhecem com a pessoa e acabam sendo caracterizadores dela e da sua identidade, são chamados de objetos biográficos. Este conceito é utilizado e explorado pela autora Ecléa Bosi,

Mais do que uma sensação estética de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição do mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal. [...] **São estes objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem como possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista [...].** (BOSI, 2005, p. 5).

Conforme a citação apresentada acima, principalmente no trecho destacado, temos a noção do que caracterizam estes objetos biográficos, e como eles são representativos para os indivíduos. Além disso, estes objetos possuem um forte caráter memorial, pois trazem em sua materialidade a imaterialidade da memória, lembranças do passado, pessoas, lugares que estão ligadas àqueles objetos.

Nesse sentido, este texto apresentará os resultados parciais da pesquisa de mestrado que estuda essa relação entre objetos e memória a partir de entrevistas realizadas com ex-alunos da professora Lyuba Duprat. Alice Lyuba Duprat (1900-1994), mais conhecida como Lyuba Duprat, nasceu na cidade do Rio Grande, RS. Conhecida por ser professora de francês, dedicou grande parte da sua vida ao ensino da língua francesa na cidade do Rio Grande (RS) e também no Rio de Janeiro (RJ). Neta de franceses e filha do médico Augusto Duprat, reconhecido na cidade pelo seu trabalho como médico, essa professora foi enviada pela família em 1912, para estudar a língua considerada por ela como “língua natal” na França. No

⁸ Historiadora. Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP UFPeI. Contato: olivianery@gmail.com

retorno ao Brasil, em 1916, junto com o aprendizado da língua francesa, Lyuba trouxe a os traços de uma cultura europeia que passou a difundir através de seus cursos de língua francesa, arte e civilização francesa, bem como na forma como se mostrava ao público, considerada como um apanágio de sua francesidade.

Seja por sua carreira como professora, pela sua personalidade tida como marcante pelos entrevistados ou pela relação com o seu pai, Lyuba Duprat ficou conhecida na cidade, dentro de meios considerados portadores de erudição. Os relatos de ex-alunos e pessoas que conviveram com a professora, são sempre pautados por dois elementos que podem ser considerados estruturantes: a forte personalidade e o mundo dos objetos que caracterizavam o lugar onde vivia e ministrava as aulas, espaço híbrido entre o público e o privado. Uma de suas ex-alunas, Maria Helena de Souza (2009), escreveu em seu *blog* um texto sobre Lyuba e o período em que foi sua aluna:

Andava sempre de saia preta e blusa de cambraia branca. Os cabelos, quando saía de casa, sempre presos por uma rede cinza claro que ela amarrava no coque preso por alfinetes de tartaruga. Seus alunos só a chamavam de Mademoiselle – sem o nome. Os alunos que conheceu pequenos ela chamava de “mapetite” ou “monpetit”. Atrasos de mais de 10 minutos: telefonema para a casa do aluno. Bilhetes iam e tinham que voltar assinados pela mãe ou pelo pai. Só usava tinta roxa em sua Mont Blanc, quando essa marca não era moda, era apenas a melhor caneta-tinteiro. Os bilhetes, as cartas e os cartões enviados da França eram reconhecidos à distância, pela cor da tinta. Para as correções em nossos cadernos, lápis vermelho grosso. Fecho os olhos e ainda vejo o *Répétez!*

Essa citação mostra um pouco da importância desses objetos na construção da personalidade de Lyuba e principalmente a relação que eles tinham na sua vida cotidiana. A ex-aluna, em um pequeno trecho, consegue elencar alguns objetos que faziam parte da vida profissional da Lyuba e consequentemente de suas aulas e da relação com seus alunos, e que ficaram marcados na memória de Maria Helena, são eles: a caneta-tinteiro, a saia, a blusa, a rede no cabelo e os alfinetes de tartaruga. Assim como Maria Helena, outro ex-aluno e grande amigo da Lyuba Duprat também faz essa referência a ela e seus objetos em uma entrevista realizada para esta pesquisa, Ricardo Soler conta sobre as maneiras de se vestir de sua mestre,

E assim, ela criou esse hábito, era a maneira como se arrumavam lá [França]. Porque ela usava aquelas luvas, podia estar o sol que tivesse, mas ela estava com as luvinhas e os *veuzinhos* dela, [acho até que uns dos *veuzinhos* dela foi pro museu], a sombrinha – isso aí é a característica dela, e a bolsa. Ela era uma pessoa de personalidade forte, ela se empunha, mas era uma pessoa simples, uma pessoa com um conhecimento impressionante. (Entrevista realizada com Ricardo Soler, por Olivia Nery, janeiro de 2013)

Assim como na narrativa de Maria Helena, Ricardo Soler lembra das luvas, sombrinha e o *veuzinho* que ela usava sempre. Essa associação entre a imagem e a memória de Lyuba e seus objetos, reforça a importância que estes tiveram na vida dela e que acabaram auxiliando a construção de sua identidade e também das memórias de quem a conheceu. Além dos objetos ligados ao mundo feminino, objetos como móveis e louças chamavam a atenção de seus visitantes e alunos, pois muitos eram heranças de família que datavam do século XIX, alguns brasileiros, mas a maioria objetos vindos da Europa. Ricardo Soler caracteriza a casa de Lyuba como uma sensação diferente “porque quando a gente entrava na casa dela, entrava em outro mundo, outra realidade. Era entrar num túnel do tempo...” (Entrevista realizada com Ricardo Soler, por Olivia Nery, janeiro de 2013)

Dessa maneira, é possível perceber que a imagem da Mademoiselle Lyuba Duprat possui uma relação forte com os objetos que a cercavam, sejam objetos de vestir, como os de decoração e domésticos. Alguns desses objetos podem ser encontrados hoje no Museu da Cidade do Rio Grande e na Salle de Documentation Lyuba Duprat – FURG.

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se principalmente na história oral, no entanto, pelo fato da pesquisa estar em fase inicial, somente algumas conversas com os entrevistados foram feitas.

A escolha da história oral para a esta pesquisa baseia-se, principalmente, na perspectiva que aponta Meihy: “Esses registros podem ser analisados a fim de favorecer estudos de identidade e memórias coletivas” (2010, p. 18), visando à “formulação de consciência comunitária” (op. cit, p. 24).

As entrevistas podem acrescentar muito, não apenas sobre a relação entre o personagem Lyuba Duprat e seus objetos, a importância desses objetos para construção de sua identidade e de suas memórias, mas. Além disso, Meneses (1998) defende que os objetos deixam marcas específicas na memória, e que “daí a importância da narrativa e dos discursos sobre o objeto para se inferir o discurso do objeto” (MENESES, 1998, p. 91). Nesse sentido, as narrativas orais podem auxiliar também para compreender outras informações sobre a sociedade rio-grandina da época, o grupo socioeconômico que frequentava as aulas de francês e outros aspectos que podem estar inseridos explícita ou implicitamente nas narrativas.

Objetos e Memória

Segundo Moles (1972, p. 9) “o objeto é um dos elementos essenciais que nos cercam. Constitui um dos dados primários do contato do indivíduo com o mundo”.

Da mesma maneira que os objetos fazem parte da construção de cada indivíduo, também são importantes para as culturas, tradições, religiões, manifestações culturais, etc. Alguns objetos possuem um significado maior dentro de cada cultura, possuem um poder simbólico que não é o mesmo em outro lugar. Os etnólogos, antropólogos e arqueólogos fazem exatamente esse estudo, pesquisando a importância e o papel desses objetos em cada cultura, em cada espaço.

Os historiadores, por sua vez, também entram nesse campo de cultura material, utilizando-a como fonte histórica para suas pesquisas e para compreender também um pouco mais da sociedade e do assunto estudado. Dessa maneira, os objetos, ou a cultura material, podem ser vistos e entendidos como documentos; para Meneses (1998, p. 95)

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda a operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.

Se o objeto pode ser entendido como um documento, e como fonte de pesquisa para o historiador, Meneses (1998, p. 92) diz que “o cerne da questão, para o historiador [...] é, acredito, que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia”. Os objetos possuindo uma biografia, é possível fazer então um retrospecto dessa biografia, como apresenta Meneses (1998, p. 93) posteriormente “a biografia dos objetos introduz um novo problema: a biografia das pessoas nos objetos”.

Entender a biografia de alguém através dos objetos faz destes objetos, objetos biográficos e narradores, capazes de narrar a história de alguém e as suas memórias, podendo ao mesmo tempo ser entendidos como objetos documento, biográficos, narradores e suportes de memória. Assim, entende-se que os objetos podem detentores de uma “biografia cultural” (KOPYTOFF, 1986), termo que criado por Kopytoff que segundo Gonçalves (2007, p. 24) resume essa carga histórica e memorial dos objetos. Sobre essa ligação íntima entre sujeito e objeto e as memórias que estão presentes nessa relação, Anette Weiner (apud Gonçalves, op. cit., p. 26) destaca:

[...] usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. [...] Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. [...] não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro.

Nesse trecho, a autor exterioriza a grande importância que os objetos têm na vida cotidiana dos indivíduos, e como eles colaboram para a construção de identidades, histórias e memória; o que vai ao encontro do pensamento de Moles (1972) dito anteriormente, onde os objetos são essenciais no nosso mundo e possuem uma grande importância na construção da relação dos indivíduos com o mundo, sociedade, e a sua própria vida cotidiana. Esse papel que o objeto tem faz com que muitas vezes eles sejam vistos pelos seus donos, como um extensão de si mesmo, como um *“extended self”* (Meneses, 1998, p. 96).

Fazendo a relação entre os objetos e a memória, e estes como suportes de memória, Ferreira (2008) analisa os objetos e a sua relação entre memórias (individuais e coletivas) e a importância deles para a construção da identidade dos mesmos. No artigo intitulado “Objetos, lugares de memória”, a autora analisa contextos importantes, dentre eles, a relação simbólica e o caráter de relíquia que muitos objetos recebem. No artigo a autora utiliza como exemplo um ex-combatente da FEB e alguns objetos que foram adquiridos durante operações na Itália, como uma faca que o antigo combatente diz ter ganhado de um oficial alemão que conviveu junto com ele em um dos campos de refugiados. A localização da faca dentro da casa expõe o caráter simbólico e a importância que a mesma tem para ele e para sua família, pois é guardada em um cofre, enrolado em um tecido de veludo. (FERREIRA, 2008, p. 27).

Além desse caso, a autora mostra a importância desses vestígios materiais para a memória, “No caso dos objetos como elementos de evocação, é importante também percebê-los como elementos de distinção, objetos biográficos fortemente carregados de um sentido, narradores, eles próprios da trajetória social de um sujeito”. (FERREIRA, 2008, p. 25). Com tais reflexões expostas acima, pode-se entender que os objetos chamados “biográficos” são aqueles que fazem parte da vida de alguém, que envelhecem com ele e que fazem parte da sua identidade que contribuem para a construção e compartilhamento de suas memórias, e que, posteriormente servem como fonte de estudo para narrar essas histórias e memórias.

Continuando sobre a relação entre objetos biográficos com a evocação, preservação e compartilhamento de memórias outra autora, que estuda esses objetos biográficos no meio familiar e como eles funcionam como narradores de memórias familiares, Lima (2001) fala que “a maior parte das lembranças só é guardada graças à casa e, muitas vezes, à custa de fragmentos, objetos, sons, odores, uma infinidade de detalhes que funcionam como verdadeiros ‘arrimos de memória’”. (LIMA, 2001, p. 40).

Com essa reflexão podemos dizer que os objetos que nos rodeiam, constroem o cenário que vivemos, não só na nossa casa, mas nos lugares que frequentamos como, por exemplo, a casa dos nossos familiares, escola, trabalho, etc. Mesmo que mudemos de casa ou que paremos de frequentar esses lugares, alguns objetos ficam marcados na nossa memória, são referências do espaço. Quando nos deparamos com esses objetos ou similares em algum lugar ou fotografia, fazemos a associação imediata com aqueles que nos cercavam naquele cenário; lembramos dos momentos que passamos lá passamos, das pessoas que estavam conosco, etc. O mesmo acontece quando encontramos objetos que pertenciam a alguém, ou que dizemos “é a cara dele (a)”, a presença do objeto gera uma evocação de memória, memória de alguém, de algum lugar ou momento.

Nesse sentido, é praticamente indiscutível que esses objetos possuem uma ligação forte e importante com a memória. Octave Debary (2010), em seu artigo “Segunda mão e segunda vida: Objetos, lembranças e fotografias”, também aborda a relação entre os objetos materiais e as memórias,

Porque são objetos materiais (tangíveis), mas também alterados (*junk*), que permitem uma passagem de testemunho cuja indefinição (estando alterados e vindos de outros) abre à redefinição possível do passado. **Funcionam assim como “pontes” de uma memória coletiva ou individual.** (DEBARY, 2010, p. 7) [*grifo nosso*].

Se os objetos são evocadores e suportes de memória, e a memória está indissolúvelmente ligada com a identidade (CANDAU, 2012), pode-se dizer que os objetos também possuem uma relação com a identidade de cada um. De certa maneira, eles servem para construir a nossa identidade e a construir a nossa imagem para os outros. Por isso, os objetos funcionam então como testemunhas históricas, carregados de simbolismos e significados, como “pontes” de memória e como uma maneira de fazer e estudar a biografia de alguém, neste caso, o de Lyuba Duprat.

Objetos de Lyuba em Instituições memoriais

Conforme as teorias apresentadas acima, percebemos que os objetos estão ao nosso redor diariamente, e que aqueles que usamos todos os dias ou que guardamos com um valor sentimental acabam construindo a nossa personalidade e identidade. Nesse caso, os objetos de Lyuba Duprat foram também caracterizadores de sua personalidade e auxiliaram na construção da sua identidade.

Depois do falecimento de Lyuba em 1994, parte dos seus objetos foram doados para o Museu da Cidade do Rio Grande, outros distribuídos para amigos e familiares e posteriormente outra parte foram doados para a Salle de Documentation Lyuba Duprat da FURG, fundada um ano após o falecimento da professora. Estes objetos passam a fazer parte, então, de instituições memoriais e patrimoniais, inserido os objetos em um outro universo, diferente daquele ambiente doméstico que eles faziam parte.

Os objetos pertencentes ao Museu foram levados ao museu pelos amigos e inventariantes de Ricardo A. Soler e Ilza Rodrigues. A ideia em doar parte dos objetos de Lyuba para o Museu veio por parte dos inventariantes, e por saberem do significado que esses objetos tinham para ela, e também por serem, em grande parte, objetos raros e de grande beleza estética. Essa coleção é composta de objetos de várias tipologias: objetos de higiene, utensílios domésticos, itens ligados à sua profissão, adornos e vestimentas, objetos decorativos. Ao todo, são mais de setenta objetos que pertenciam a Mademoiselle Duprat e que hoje fazem parte do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande.

No entanto, atualmente estes objetos não se encontram expostos, visto que o Museu encontra-se fechado para a restauração do prédio e criação de novas salas de exposição e reservas técnicas apropriadas para o local. Todavia, mesmo que estes não estejam expostos ao olhar do público, o simples fato de estarem em um museu, já adquirem um caráter simbólico e patrimonial diferente dos que estão fora do museu. O significado e a função que estes objetos passam a ter quando são inseridos no museu, é visto por Debary (2010), como uma segunda chance de vida, outra oportunidade de função depois de ter deixado de ser útil ou de possuir extrema importância a ponto de ser doado para o museu. Quando saem do seu local de origem e são inseridos em um museu, estes objetos passam a adquirir um poder diferente, pois são revestidos de um caráter patrimonial e museal, segundo Possamai: “coletar, registrar, catalogar, classificar, fotografar e submeter o objeto aos procedimentos de conservação e restauração marcam a mudança do estatuto do objeto comum como peça de museu”. (POSSAMAI, 2011, p. 9)

Dessa maneira, o espaço do museu como lugar para a memória, faz incidir sobre os objetos, uma função social, um significado e um sentido diferente. Como destaca Possamai, quando o objeto dá entrada em um museu, ele passa por um processo de patrimonialização que o difere instantaneamente dos objetos que estão fora do museu. Ao ser descrito em uma ficha catalográfica, receber um número de registro, propor um estudo sobre a sua história antes da chegada na instituição, submeter-se a medições, descrições e análises de seus

matérias constitutivos adquire o status de objeto de acervo, modificando, portanto, sua função original. Indo ao encontro do pensamento de Debary (2010), Joaquim Pais de Brito (2010) entende que quando o objeto é doado para o museu recebe uma “nova vida”, e nos dão a possibilidade de entender não só sobre o seu ciclo de vida material, mas também o ciclo de vida dos indivíduos e dos grupos sociais, para os quais apresentou algum sentido e utilidade.

Se quando o objeto sai do seu local de origem e é transferido para o museu ele passa a ter um sentido diferente, uma nova função, os museus também podem ser vistos como mediadores desse compartilhamento de memórias e de histórias, e como instituições que salvaguardam histórias, memórias e esquecimentos. Para Pomian (1984), o objeto que está dentro de um museu é destituído de suas funções originais e de suas atividades econômicas, para locais fechados, expostos ao público e recebendo cuidados especiais para a sua conservação, funções que fazem dele também uma relíquia; “logo, pode-se afirmar que os objetos que se tornam peças de museu têm um valor de troca sem terem um valor de uso” (POMIAN, 1984, p. 54); troca de valores, de sentidos, de significados, de interpretações.

Os objetos que pertenceram a Lyuba Duprat e que hoje estão salvaguardados no Museu são, na grande maioria, representantes de uma das características mais latentes da professora: a vaidade. Lyuba ficou conhecida na cidade pela sua maneira de vestir, diferente da maioria dos rio-grandinos usando principalmente a sua “marca registrada”: a voilette. Essa característica da professora é ressaltada na reportagem da Zero Hora que noticia o falecimento de Lyuba, no final do texto a repórter Eunice Lima encerra e descreve Lyuba com as seguintes palavras,

Vaidosa, a professora se tornou uma **figura folclórica** em Rio Grande. Dos anos em que vivem em Paris herdou o domínio da língua francesa e um **estilo peculiar**. Antes de ter pneumonia, era comum ver a professora passeando pelo calçadão, sempre **de luvas, sapato de salto e seu inseparável chapeuzinho com véu**. (Zero Hora, Porto Alegre, 18.10.1994).

Nesse sentido, essa característica é lembrada pelos entrevistados no momento em que olham os objetos durante a entrevista e os objetos são também narradores da mesma característica, abaixo algumas fotografias de objetos que estão no Museu:



Figura 1: Objetos de Lyuba: Bolsa de festa, peinetas, batom vermelho, leque e lixa de unha, sem data.
Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande, 2010.

Conclusões parciais

Tendo em vista as reflexões feitas neste texto e os resultados parciais da pesquisa, é possível perceber que os objetos possuem um papel importante na construção de identidades, principalmente quando estes objetos adquirem um valor sentimental, e representam as memórias individuais ou coletivas. Dessa maneira, quando estes objetos são deslocados para espaços de memória, como Museus, na maioria das vezes eles recebem outra função, adquirem um caráter museal e patrimonial, pois passam a integrar um espaço público, que possui em sua missão o diálogo entre o acervo e o público, o incentivo a pesquisa e a educação.

No caso específico dos objetos da Lyuba Duprat, eles possuem exatamente esse caráter de objeto biográfico, carregado de memórias familiares e pessoais, além de funcionar como evocador de memórias e lembranças dos momentos que os alunos passaram com ela, em sua casa, na rua, etc. Nesse sentido, a pesquisa no museu propicia entender o lado cultural, a “vida dos objetos” antes de chegarem ao museu, e servem como fontes históricas para compreender não só a vida do seu dono, mas também da sociedade da época.

Referências

- ALBERTI, Verena. História dentro de História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. In: **Revista Memória em Rede**: Pelotas, v.2, n.3, ago-nov. 2010.
- FERREIRA, Maria. Letícia. M. Objetos, lugares de memória. In: MICHELON, F. F., et. al. **Fotografia e memória: ensaios**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2008.
- GOMES, Alexandre. O. e OLIVEIRA, Ana Amélia R.. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museal. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 2, jul/dez 2010.
- GONÇALVES, José. Reginaldo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. 2008. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.
- JULIÃO, Letícia. A pesquisa histórica nos museus. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **Caderno Diretrizes Museológicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006.
- LIMA, C. Memória familiar nos objetos biográficos e nas obras literárias. In: **Revista História & Ensino**: Londrina, v. 7, out. 2011, pp. 33-45.
- MENESES, Ulpiano. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.11, n. 21, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOLES, A. A. Objeto e comunicação. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Jean; et al.,. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1972.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, v. 1: Memória - História. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989
- POSSAMAI, Z. R. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST, 2011.
- SOUZA, Maria Helena R. R. 2009. Pessoas, lugares momentos. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/mariahelena/posts/2009/09/27/pessoas-momentos-lugares-notas-226963.asp>. Acessado em 15 de agosto de 2013.

Ideias e discursos da perda: a constituição da Coleção de Cultura Popular do Litoral paranaense no MAE/UFPR.

Bárbara Bueno Furquim⁹

Resumo

Tal trabalho tem por objetivo refletir sobre as ideias presentes na institucionalização do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná- MAE/UFPR, e mais especificadamente na constituição de uma coleção etnográfica de peças com procedência da região do litoral do Paraná, denominada Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense. O referencial ao qual estará ligada a proposta dessa análise perpassará sobre a noção indicada por Pierre Nora do museu como um “lugar de memória”. Aqui será privilegiada essa noção sobre o indicativo do MAE/UFPR como local distinto para a construção social da memória. Tomando essa noção, será exposto como o MAE/UFPR exerceu com a constituição da coleção supracitada, durante os anos finais de 1950, e ao longo de 1960 e 1970, a construção de ideias e discursos da perda que legitimaram significados estáticos empregados à cultura do homem do litoral paranaense.

Palavras Chave: Coleções Etnográficas, Museus, Memórias.

Introdução

Ao que se propõem esse trabalho, será tomada a ideia central de Pierre Nora (1993) de “lugares de memória” para pensar os museus como locais distintos na construção social da memória de um povo. Seguindo esse pressuposto, será feita uma análise acerca da institucionalização do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná- MAE/UFPR¹⁰, e de maneira mais específica sobre a constituição da Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense¹¹. Ao que se pretende expor sobre a constituição dessa coleção, serão apresentadas as ideias que a construíram, e mais detalhadamente, como essa construção conformou, no período de sua formação, o discurso acerca da memória do homem do litoral paranaense.

As perspectivas relacionadas aos processos de construção social da memória serão pontuadas através da análise de uma coleção etnográfica pertencente à Unidade de Cultura Popular e Patrimônio¹² do MAE/UFPR. A Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense¹³ foi formada de maneira heterogênea, ao longo de mais de três décadas, as coisas¹⁴ que fazem parte dela, sobretudo no contexto em que serão estudadas aqui, tem sua entrada nos registros

⁹Universidade Federal do Paraná; Mestranda em Antropologia Social- PPGAS. furquim.barbara@gmail.com

¹⁰ Do momento de sua inauguração, em 1962, o museu foi chamado de Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá- MAAP. Em 1992 a instituição passa a ser denominada como Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá- MAEP. Sua denominação atual, Museu de Arqueologia e Etnologia- MAE, só ocorreu no ano de 1999.

¹¹ A ideia da denominação “Coleção de Cultura Popular do Litoral paranaense” é a correspondência direta dada pelo professor José Loureiro Fernandes quanto ao processo de formação do acervo da então Divisão de Arte e Tradições Populares.

¹² Tal unidade abriga neste momento um acervo de 2156 peças, que abarca objetos significativos das mais variadas manifestações culturais das populações tradicionais brasileiras, essas sendo compostas em sua maioria no processo de institucionalização do museu (mais a frente esse tema será mais bem especificado). O MAE/UFPR também é composto por outras três unidades: Unidade de Arqueologia; Unidade de Etnologia e Unidade de Documentação Textual, Sonora e Visual (UNIDOV).

¹³ Toda essa coleção tem sua procedência nas localidades das Baías de Paranaguá e Guaraqueçaba e ilhas adjacentes, que compõem o extenso estuário margeado por manguezais e pela Floresta Atlântica no litoral do Paraná. Também se somam as regiões praianas de Matinhos, Guaratuba e Caiobá.

¹⁴ Nesse trabalho, o sentido da apropriação do uso do termo “coisa” é baseado na ideia defendida por Tim Ingold (2012), de que sua noção oferece uma percepção de um mundo em processo. Diferente da noção de objeto que, para o autor propõe um mundo cristalizado em uma forma exterior. A proposta neste trabalho não é o abandono de termos como objeto, artefato, mercadoria e outros tão usuais aos diferentes estudos antropológicos das “coisas”. Mas de um posicionamento que proponha ao acervo museológico uma categoria em processo.

Tombo do MAE/UFPR principalmente entre os anos de 1950, 1960, 1970¹⁵. A grande maioria delas faz parte do empenho do professor José Loureiro Fernandes (fundador do MAE/UFPR) junto a órgãos museais e de cultura. Também a pesquisadores coletadores, em sua maior parte sobre os auspícios folcloristas, que se dedicavam ao estudo do trançado, da cerâmica, das Casas de Farinha, das artes e tradições do litoral paranaense¹⁶.

Essas coisas tratadas aqui são muito diversificadas, mas entre elas existem grupos específicos de utensílios de cozinha como: gamelas, colheres e garfos de madeira; boiões, panelas, pratos e potes de cerâmica; cestos, balaies e balainhos feitos em taquara, cipó e palha. Também contém um número significativo de apetrechos de pesca tais como: redes de pesca (essas de diversas funções como tarrafa e arrastão); pesos de rede em madeira e cerâmica; agulhas, malheiros e navetas (instrumentos responsáveis pela confecção de redes e apetrechos), cestos, balaies, viveiros para guarda de iscas, covos (armadilha para pesca), archotes (para pesca noturna) entre outros¹⁷. Em um panorama mais voltado para as representações artísticas encontram-se instrumentos musicais pertencentes ao Fandango, tais como a viola, a rabeca e pares de tamancos. Também presentes a esse conjunto constam, um número pequeno de coisas que representam a fé, são elas: imagens de santos, santinhos em cartão e um oratório.

Nesse trabalho a proposta é tomar a institucionalização do MAE-UFPR e a constituição inicial da Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense por uma via de análise, de certa forma complementar, uma vez que os caminhos que levaram a formação conceitual inicial da instituição e igualmente da coleção perpassam em um primeiro plano a figura do professor José Loureiro Fernandes¹⁸ - organizador do MAE/UFPR e da coleção etnográfica procedente ao litoral paranaense. A partir, principalmente, da persona de José Loureiro Fernandes os modelos políticos de preservação e busca por uma identidade nacional arraigado pelo então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN¹⁹, bem como o uso do discurso folclórico vigente então no período, conformaram modelos de representação de uma noção de cultura e tradição. Esses modelos de representação constituídos dentro do museu serão apresentados nesse trabalho igualmente, como construções sociais de memórias da população do litoral paranaense.

Nesse sentido, cabe apresentar o MAE/UFPR como uma instituição que, primordialmente, nos anos que segue a análise da constituição da coleção, tinha sua formação amplamente ligada à noção de Nora de que “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13). Nora indica esses lugares de memória como ligados à necessidade de guardar e registrar o passado. Contudo, a proposta do autor expõe essa necessidade ancorada pela defesa do que está ameaçado. Em outras palavras, pode-se apontar que para Nora, os museus nascem com o intuito de preservar algo

¹⁵ A constituição dessa coleção de coisas não se encerrou com a morte de Fernandes no ano de 1977, ao longo dos anos de 1980, 1990 e até a data presente a constituição material de tal acervo mantém-se continua.

¹⁶ No presente momento dessa pesquisa constam pesquisas de José Loureiro Fernandes (1944) (1973) (1975), de Vera Beatriz Ribeiro Langowski (1973), de Marília Duarte Nunes (1959) (1973), de Herta Loell Schewer (1983) e de Julio Alvar (1979).

¹⁷ Ao total são cerca de 280 peças. A essa lista não foram acrescentados os engenhos de farinha e de cana de açúcar do museu. Pois esses após serem desmontados no ano de 2005 e 2006, estão em condições impossíveis de estudo, uma vez que suas partes não se encontram em ordem.

¹⁸ Como pessoa central na formação da coleção estudada, serão tomados em maior proporção os trabalhos de Fernandes nesse trabalho. Mais especificadamente serão utilizado dois de seus trabalhos que se afere diretamente a essa coleção, sendo estes publicados nos Cadernos de Artes e Tradições Populares, nos anos de 1973 e 1975.

¹⁹ Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, sob a direção de Rodrigo de Mello Franco Andrade. Sua denominação como DPHAN ocorre no ano de 1946, a atual denominação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN ocorre em 1970. Com relação a essas denominações foi observado nas bibliografias referentes ao tema o termo SPHAN é constantemente adotado, mesmo após a data de 1946. Neste trabalho preferiu-se manter a ordem cronológica da política de preservação no Brasil, exceto casos em que haja citação referente ao SPHAN como fonte.

que já não está mais contido no cotidiano das sociedades. E por isso mesmo deve ser guardado e preservado por uma instituição museal.

É exatamente sobre esse alicerce de “guarda” e “registro” que a coleção foi instaurada como instrumento que asseguraria de forma legítima a preservação da memória da população do litoral do Paraná. Pois claro, que essa posição demarcadora como *locus* da memória de uma cultura acaba projetando uma construção- aqui resta perguntar, seria essa construção da memória desse povo efetivamente feita através de seus próprios significados? Ou seriam essas construções estabelecidas dentro do MAE/UFPR, ideias encerradas na fala dos que o criaram?

Se tratarmos especificadamente do MAE/UFPR como uma instituição perene a essas observações se pode averiguar esses modelos idealizados na formação dessa coleção. Desse modo, se pretende ao mesmo tempo expor as ideias e discursos da perda que legitimavam o que é popular- leia-se o que é a tradição do homem do litoral, e ao mesmo tempo como resposta apontar para os novos significados alcançados por essa coleção.

A institucionalização do MAE/UFPR e a constituição da Coleção de Cultura Popular do Litoral paranaense.

A ideia de um museu na cidade de Paranaguá- Paraná, que abrigasse dentro do Antigo Colégio Jesuíta²⁰, exposições materiais representativas da cultura local da região do litoral paranaense toma consistência real a partir de 1957, quando o professor José Loureiro Fernandes é credenciado pela reitoria da Universidade Federal do Paraná, para iniciar as primeiras negociações e organizar o Departamento de Antropologia- DEAN e perpetrar o convênio com o DPHAN e assim criar o museu da Universidade²¹.

É cabido expor que ao longo da institucionalização do museu, foram trocadas inúmeras cartas entre José Loureiro Fernandes e Rodrigo de Mello Franco Andrade - diretor do DPHAN desde sua criação até o ano de 1967- onde através dessas se assentiram os preceitos ideacionais da instituição museal, bem como a constituição de uma coleção que conformasse amostras das tradições populares do Brasil todo, esta última faria parte da então Divisão de Artes e Tradições Populares.

As ideias que orientavam o DPHAN, durante os anos em que o museu é concebido e institucionalizado por Fernandes (de 1958 com o convênio estabelecido até a data de 1973 quando a instituição passa integralmente para o comando da Universidade Federal do Paraná), concentraram em sua organização, desde sua criação em 1937, a preservação do patrimônio²² como parte de um discurso político, ainda como legado do Estado Novo, da construção de uma nação que projetasse uma identidade cultural (SANTOS, 2004). São exatamente essas ideias de identidade nacional que associadas aos estudos de folclore instrumentalizaram o trabalho de Fernandes dentro do MAE/UFPR e na reunião de objetos exemplares da tradição local na Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense.

As coisas que tiveram sua entrada no MAE/UFPR com a colaboração do DPHAN faziam parte dessa posição institucional de preservação da identidade nacional a partir de coleções

²⁰No Ano de 1938, o então SPHAN tombou como patrimônio edificado o Antigo Colégio Jesuíta, construção do século XVIII, na cidade de Paranaguá. É importante apontar que desde seu tombamento já havia falas de Fernandes acerca da possibilidade da instalação de um museu universitário nesse monumento (FURTADO, 2006).

²¹Do momento de sua inauguração, em 1962, o museu foi chamado de Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá- MAAP. Em 1992 a instituição passa a ser denominada como Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá- MAEP. Sua denominação atual, Museu de Arqueologia e Etnologia- MAE, só ocorreu no ano de 1999.

²²É notório expor que a política de preservação do SPHAN de sua criação e ao longo dos anos em que, principalmente Rodrigo de Mello Franco Andrade esteve em sua direção, sua maior valorização patrimonial esteve ligada aos monumentos edificados, e que em um plano menor estava à política museológica (JULIÃO, 2009). Contudo nesse mesmo período, decorrente dos anos de 1950, 1960 e 1970 terem dado suporte financeiro e de contatos com museus de todo território brasileiro para a criação de coleções- sendo este o caso do MAE/UFPR.

museológicas que refletissem uma diversidade cultural nacional através da divulgação das tradições e artes populares de todo Brasil (FURTADO, 2006). Por isso mesmo a documentação encontrada sobre esse convênio apresenta uma grande relação de peças de todo território nacional como, por exemplo: tear mineiro, rendas nordestinas e caxixis da Bahia.

Nesse sentido, é congruente apontar a formação da coleção como extensão da perspectiva política direcionada pelo DPHAN, uma vez que, sua constituição como coleção etnográfica tinha por objetivo primeiro a projeção da cultura material do homem do litoral paranaense, como um exemplar cabível a demonstrações do que poderia representar a “arte e as tradições” locais²³. Mais a frente será mais bem exposto como essas ideias foram colocadas, no momento cabe apontar os discursos folclóricos como igualmente formadores dos pressupostos contidos na construção dessa coleção.

O contexto instaurado pelos estudos folclóricos foi fortemente predominante na institucionalização do museu e na constituição da Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense. A retórica da perda estava presente a todo o momento nas falas de Fernandes²⁴, já que apenas as coletas, em grau de urgência, poderiam em ressonância com essa concepção, servirem de amostras materiais de um passado prestes a inexistência.

Note-se que a construção da ideia que formaliza as coisas da coleção como acervo museal é pensada a partir da noção de uma cultura que necessita ser preservada, porém que sua guarda é dada apenas por intermédio dos materiais coletados como representações culturais do que os detentores do conhecimento acreditavam ser o símbolo de autenticidade local. Nos documentos e textos produzidos em conformação dessa coleção, pouco, ou quase nada se colhe de falas que coloquem o homem do litoral paranaense em seus próprios significados.

As ideias que construíram a Coleção de Cultura Popular do Litoral paranaense.

A ideia que percorreu toda constituição da coleção está inscrita, principalmente, por uma retórica da perda. Essa levada a cabo pela coleta desenfreada por espécimes materiais que representassem uma fase remota (sempre pertencendo ao passado) que estaria prestes a acabar com os contatos contínuos com a sociedade moderna industrial²⁵.

A coleta de materiais que formaram essa coleção mostravam quais os critérios que permearam suas escolhas, em um primeiro plano pela necessidade de registro de algo que em breve não existiria. Nas palavras de Nora (1993), poderia ser indicado como algo que ainda sobrou de vivido na tradição de um povo. Algumas das falas de Fernandes indicam claramente esse discurso.

²³Essa ideia de preservação da tradição não estava apenas suspensa em aspectos propriamente materiais, em alguns pontos foram expostos os vultos de folguedos no Paraná, como por exemplo, a Congada da Lapa e as Cavalhadas de Guarapuava.

²⁴A figura do professor Loureiro Fernandes esteve presente como interlocutor de uma série de atividades intelectuais e acadêmicas, durante o que podemos chamar do florescimento dos “estudos etnográficos no Estado do Paraná”. No que tange a proposta desse trabalho é igualmente importante apresentá-lo como um dos mais importantes nomes dos estudos folclóricos, principalmente durante o ano de 1950, quando presidiu o II Congresso de Folclore Brasileiro em Curitiba.

²⁵Compete de antemão expor, que muitos desses dados de procedência e formação da coleção não foram encontrados, isso pela maneira com que foi composto desordenadamente, em sua maioria não contendo registros de quem as doou, vendeu ou mesmo a coletou, em que circunstâncias e quais as práticas funcionais e principalmente simbólicas que a foram inscritas (FURTADO, 2006). Todavia, é necessário expor que o problema de documentação em pesquisas com materiais em museus etnográficos, não é uma exclusividade do MAE/UFPR. A maneira como foram formadas boa parte das coleções etnográficas encaixam-se em pressupostos de um discurso museológico (e de certa maneira científico) pela urgência da coleta de materiais, em que os dados oriundos dos artefatos recolhidos teriam pouca importância, uma vez que aqueles objetos representariam por si só um passado em decadência.

“torna-se expressão mais rara cada vez mais, pois torna-se cada vez mais difícil, se não impossível manter essa tradicional manifestação da vida funcional, uma vez que os artificios, são obrigados pelas contingências do avanço do processo de industrialização a substituir essa atividade funcional tradicional por outras” (FERNANDES, 1973, p. 16)

“pois na era industrial em que vivemos no Brasil, onde cada vez mais sensível é a instalação de uma sociedade de consumo, a nossa Cultura Popular torna-se cada vez mais seriamente ameaçada. Isto justifica o esforço para salvar o mais seriamente possível, mas precisa ser esforço consciente, de que ninguém pode lutar contra as condições sociais que vem sendo criadas pelas técnicas e a industrialização” (FERNANDES, 1973, p. 22)

A posição exposta por Fernandes pode ser analisada por Chartier (1995) como uma ideia de cultura popular conformada em um modelo de estudo encerrado em si mesmo, e que, frente a mudanças culturais avassaladoras está destinada a extinção. Dessa maneira, com a proposta de fazer com que restassem alguns fragmentos que possibilitassem recordar um passado em vias de extinção Fernandes proclama: “Não obstante devemos tentar colher o máximo de elementos ainda existentes que documentem esses antigos trabalhos artesanais nos quais frequentemente, vemos associados à primitiva tecnologia com a produção estética” (FERNANDES, 1973, p. 16).

Essa necessidade de se recolher tudo, antes que se perca, demonstra claramente o que Nora aponta como uma “obsessão pelo arquivo” como meio de defesa pela preservação de algo que está subscrito em sua constituição, pelo seu inexorável desaparecimento. Sobre essa esfera, para Fernandes cabia aos estudos folclóricos no Brasil, isso aliado à política de preservação estatal do DPHAN, dar conta dessa ameaça, a maneira encontrada foi à criação de uma coleção que possibilitasse resgatar materialmente as memórias de como o homem do litoral vivia²⁶.

A intenção da constituição da coleção está calhada ao expor as riquezas imemoriais da cultura material e técnica do homem do litoral do Paraná. No entanto, como pode ser observado nas falas de Fernandes (1973) o conjunto insere-se no museu por meio de um discurso que o coloca, como composto por técnicas rudimentares, exemplares que devem ser guardados e expostos em um museu, pois seu tempo de existência está no fim. Ainda seguindo esse pressuposto, a coleção pode ser entendida como um modelo de representação de cultura popular que mostra uma tradição marcada pela ausência tecnológica do homem do litoral versus uma cultura dominante afeiçoada as técnicas industriais modernas e a processos de consumo e mercado consagrados.

Fica claro que o papel do MAE/UFPR, em sua primeira forma de institucionalização, era a de guardar as peças dessa população. Assim se estaria resgatando um passado antes que ele desaparecesse. Para Nora (1993), o intuito dos “lugares de memória” são o de guardar algo que já não está mais no cotidiano, no caso específico das ideias contidas na constituição da coleção do MAE/UFPR, essa “guarda” está atrelada a concepção de que suas coisas em breve estariam fora do convívio local. É exatamente essa defesa, guarda e registro das coisas ao qual é imposta a constituição da coleção que assegurou, ao longo dos anos de 1950, 1960 e 1970, por parte do MAE/UFPR a construção social da memória do homem do litoral paranaense.

²⁶ Os posicionamentos de como se tratavam os conceitos permeados pelo discurso folclorista podem ser claramente vistos na Carta do Folclore Americano, redigida em 1970. Essa carta se apresenta como um exímio documento para entender como as populações tradicionais eram consideradas no contexto intelectual e de pesquisas na América Latina. A esse respeito Carvalho (1991) aponta algumas de suas especificidades quanto a: legitimar os estudos folclóricos como científicos e a definição do folclore como “elemento básico constitutivo da cultura de nossos povos” (CARVALHO. 1991. p.6); a preocupação com o desaparecimento do folclore, isso pela aceleração da industrialização e o contato com os meios de comunicação; e por fim, o constante sentimento apocalíptico de perda.

Novos significados para as coisas da Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense.

Como se pode notar os modelos de representação que davam valor e significado as coisas que compõem a Coleção de Cultura Popular do Litoral Paranaense enquadraram-se em padrões que privilegiavam os moldes indicados pelos pesquisadores e coletores das peças, e não pelos sujeitos a que ela pertencem. Claramente as ideias que construíram a concepção dessas coisas estavam acomodadas em moldes de uma tradição cristalizada em um tempo passado e que apenas o museu poderia guardar como memória.

Essas ideias que configuram sua formação colocam o acervo dessa coleção em um estado relacional com seus coletores/pesquisadores. De forma que são eles que indicavam os modelos de controle sobre os significados pertinentes a população do litoral paranaense. Contudo, ao longo dos anos que sucederam a institucionalização do MAE/UFPR (até a presente data), as peças da coleção aqui estudadas, tiveram agregadas a suas trajetórias novos significados. O MAE/UFPR como um “lugar de memória”, provido como um espaço político construiu novos sentidos e significados a coleção, isso para além das ideias estáticas que permearam sua formação (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 53).

Através de deslocamentos e circulações ocorridas entre exposições e novos conceitos museológicos, as coisas da coleção tornaram-se outras, outras coisas reclassificadas sobre novas ideias (GOMES; OLIVEIRA, 2010). Os valores que constituíram a coleção, e que por sua vez, construíram um conceito de memória social para população do litoral do Paraná extrapolaram esses sentidos iniciais. A produção da memória dentro do MAE/UFPR atravessou o discurso folclorista da perda e alcançou, através de um novo contato com a população, uma forma que mais ouve os significados, do que expõem o que eles representam²⁷.

Considerações Finais: Por posicionamentos mais abrangentes.

A proposta nesse trabalho foi a de expor como através de ideias e discursos estáticos foi constituída a Coleção de Cultura Popular do Litoral paranaense. Os modelos políticos e científicos que configuram a constituição da coleção nos anos decorrentes dessa pesquisa, 1950, 1960 e 1970, foram conformados em uma noção de memória social colocada sobre um ponto de vista analítico, que partia unicamente da fala dos pesquisadores envolvidos na constituição do acervo. Construiu-se uma perspectiva material de como o homem do litoral vivia, em meio a suas técnicas tradicionais, porém não se aponta para o que essas coisas significam para esse mesmo homem.

Ao longo do trabalho foi exposto o evidente congelamento que sofreram tanto as coisas- que tratadas como modelos materiais de técnicas arcaicas que deveriam ser preservadas através de sua guarda no museu, quanto às pessoas que vivem no litoral paranaense- que foram formalizadas sobre uma memória cultural que só restava ser guardada (e não dinamizada). Como resposta a essas ideias e valores se abriu uma nova perspectiva, essa em uma base de sustentação que coloquem as coleções etnográficas, quando dentro do museu em constante processo de movimento de ideias e significado.

Referências

CARVALHO, J. J. As Duas Faces da Tradição. O Clássico e o Popular na Modernidade Latinoamericana, **Série Antropologia n. 109**. Brasília: DAN/UnB, 1991.

CHARTIER, R. Cultura Popular: Revisitando um Conceito Historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

²⁷ Como exemplo irei colocar a exposição intitulada “No Ritmo do Fandango” que ocorreu no ano de 2012 e 2013. Essa curadoria (da qual fiz parte) não foi apenas composta por uma composição técnica e científica do museu, mas também pelos mestres rabequeiros que vivem no litoral paranaense.

FERNANDES. J. L. (Org.). **Cadernos de Artes e Tradições Populares**. Paranaguá, Imprensa da Universidade Federal do Paraná, Ano I, 1973.

FERNANDES. J. L. (Org.). **Cadernos de Artes e Tradições Populares**. Paranaguá, Imprensa da Universidade Federal do Paraná, Ano II, 1975.

FURTADO, M. R. **José Loureiro Fernandes. O paranaense dos museus-** Curitiba, Imprensa Oficial, 2006.

GOMES, A. O.; OLIVEIRA, A. A. R. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. *Museologia e Patrimônio*- v.3, n.2, 2010. Disponível em: <http://www.revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 03 set. 2014.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta a vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, p. 25-44, jan./jun. 2010.

JULIÃO. L. 2009. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 22, Nº43, p. 141-161, jan./jun. 2009.

NORA, P. Entre história e memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

POSSE, Z. C. S. (Org.). **A Arte das Tradições Populares**. Curitiba, Editora UFPR, 1996.

SANTOS, M. S. Museus Brasileiros e Política Cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, Nº55, p. 54-72, 2004.

Reflexões sobre museus e memórias através dos usos do Acervo Fotográfico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

Ana Ramos Rodrigues²⁸

Resumo

Este trabalho pretende apresentar algumas reflexões a partir dos usos do acervo fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MCHJC), localizado na cidade de Porto Alegre-RS. O referido museu foi criado em 1974, tem a finalidade de guardar, preservar e difundir a memória dos meios de comunicação no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa analisou os usos realizados pelos pesquisadores do acervo fotográfico da instituição para compreender como ocorre este processo de construção das memórias coletivas através de um museu, o museu como um “lugar de memória”. O trabalho pretende mostrar, diante desta “emergência de memória” que vivemos na sociedade contemporânea, como os usos de um acervo fotográfico, podem refletir uma das várias formas de expressão da “compulsão memorial”, como a comemoração/rememoração.

Palavras-chave: museu; fotografia; memória.

Museus como construtores de memórias

O museu, dentro das suas múltiplas funções, atua também como um mecanismo de legitimação e como evocador de memórias. Mas como e de que maneira legitima e evoca tais memórias? A operação destes fenômenos ocorre a partir de seu acervo que passa a constituir uma representação do passado. Este processo inicia no momento da transposição do material para o museu, pois, ao adentrar na instituição, os objetos sofrem uma descontextualização e recebem a atribuição de novos valores e significados. A autenticidade destes valores é uma forma de legitimar estes acervos os tornando, na sua materialidade, um dispositivo de evocação de memórias.

Mas além de ser um lugar de lembrança, o museu, em contrapartida, também é um local de esquecimento. A manifestação do lembrar e esquecer apresenta-se através dos discursos ideológicos manifestados pelos interesses do grupo que os produziram. Dessa forma, ao consagrarmos uma memória, por outro, se promove o esquecimento de outra. Mas, o esquecimento é algo inevitável. Neste sentido, um acervo fotográfico constitui-se em um mecanismo chave neste jogo de lembrar e esquecer, pois a fotografia, além de apreender o tempo, captura memórias e as legitima, e na sua ausência acaba renunciando-as.

Os museus apresentam de forma organizada uma representação do passado através de suportes de memória, contrariando a ordem do tempo, criando um “tempo museal” através de vestígios do passado. Passado este construído conforme determinado grupo acredita ser a sua história, representando um tempo que julga ser o correto (RODRIGUES; SERRES, 2013, p.38)

No museu existe uma ordem particular do tempo. Ainda que a história pareça fragmentada as representações de uma continuidade temporal predominam sobre os momentos de ruptura dos acontecimentos (JEUDY, 1990, p. 24). Estas representações de continuidade do tempo estão presentes nos espaços de memória, como um “congelamento” dos acontecimentos.

Do ponto de vista da relação com o tempo, o que esta proliferação patrimonial sinaliza? Hartog (2006) responde que seria um sinal de ruptura entre um presente e um passado. O patrimônio passa a ser utilizado como um recurso para um momento de crise do tempo, utilizado dessa forma para que não ocorra um esquecimento de determinado acontecimento (RODRIGUES; SERRES, 2013, p.38). Diante da “crise” de identidades em que

²⁸ Graduação História (UNISINOS), Graduanda em Museologia (UFRGS), Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), anarrodrigues@gmail.com

vivemos, em nossa sociedade atual globalizada, a emergência das memórias seria uma estratégia de proteção e segurança das incertezas produzidas pela globalização.

Em relação à “crise” do tempo como entender o papel social da fotografia no contexto de uma cultura visual contemporânea? Para Boris Kossoy (2007, p. 31) ao mesmo tempo em que se tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentando os feitos cotidianos do homem e das sociedades e fixando a memória histórica, a fotografia também se presta aos mais interesseiros usos ideológicos.

O Acervo Fotográfico do MCHJC

Esta pesquisa analisou 332 documentos de uso de imagem do acervo fotográfico do MCHJC registradas entre os anos de 2002 e 2011. Neste caso, reforçando a ideia do museu como um lugar de conhecimento e de instrumento de legitimação de memórias e identidades através das práticas de comemorações e rememorações.

A procura dos pesquisadores a este acervo fotográfico nos confirma a polissemia da fotografia em diferentes áreas e nos revela as diversas formas de pesquisas através dos diferentes usos. Para realizar a análise destes usos foram criadas dezoito (18) categorias através do mapeamento das pesquisas registradas nos documentos de uso de imagem, possibilitando, assim, uma leitura dos temas pesquisados neste acervo.

Esta divisão em categorias nos confirmou a potencialidade do acervo fotográfico do MCHJC apontando a pesquisa acadêmica como o uso mais frequente e revelando os temas ligados a datas de comemoração/rememoração como os mais expressivos para esta procura no acervo. Esta análise foi realizada utilizando o método quantitativo e qualitativo expressos em tabelas e gráficos.

A análise através das tabelas e gráficos constatou dois vetores: a importância do acervo enquanto centro de pesquisa para a construção de conhecimento científico e os temas rememorativos/comemorativos quase sempre presentes nos anos pesquisados.

No caso do MCHJC, a preocupação está na preservação das coleções fotográficas como aporte documental para os pesquisadores e como suportes de memória, no sentido da evocação das lembranças, pois a fotografia é sempre o recorte de alguma coisa e também o registro de algo. Conforme Kossoy (2007, p. 133) a fotografia é um espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia de vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem.

Para Pierre Bordieu, a fotografia também se encontra associada a vencer o tempo transcorrido, conforme citação abaixo:

[...] la fotografía tendría como función ayudar a sobrellevar la angustia suscitada por el paso del tiempo, ya sea proporcionalmente un sustituto mágico de lo que aquél se há llevado, ya sea supliendo las fallas de la memoria y sirviendo de punto de apoyo a la evocación de recuerdos asociados; en suma, produciendo el sentimiento de vencer al tiempo y su poder de destrucción (2003, p.52).

A memória, como um evocador do passado, traz as informações e experiências de um fato vivido, partindo do individual ao coletivo, apresentado-se de várias formas e podendo ser usada de maneiras diferentes. Conforme Ivan Izquierdo (2002, p. 89), a memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal. O museu como responsável pela institucionalização das coleções acaba sendo um instrumento de legitimação de memórias coletivas, pois uma coleção quando em uso privado representa o individual e no momento em que é doado ao museu acabará representando o coletivo, e através das lembranças podemos ter acesso aos vestígios do passado e fortalecer nossa identidade.

O Museu como “lugares de memória”

O museu pode ser atestado como um lugar de excesso de preservação do patrimônio, pois “corresponde ao modelo institucional vocacionado à construção e à administração da memória a partir de estudo, tratamento, guarda e extroversão dos indicadores culturais, materiais e imateriais” (BRUNO, 2006, p. 5). O homem, preocupado com a perda da sua história e da sua memória, reproduz cada vez mais “lugares de memória”, para utilizarmos uma expressão Pierre Nora. Mas, por que existe esta necessidade?

Para Nora, só existe “lugar de memória”, porque não existe mais memória. Para o autor, estamos vivenciando uma época de “aceleração da história”, ou seja, um embate entre a memória verdadeira (aquela interligada às sociedades ditas primitivas ou arcaicas) e a história (a forma pela qual as sociedades modernas, pressionadas por mudanças rápidas, organizam seu passado). Em seu raciocínio, sustenta que “se o que eles [a sociedade que produz história] defendem não estivesse ameaçado, não haveria necessidade de construí-los”. Por isto a necessidade de se criar lugares para a preservação de memórias coletivas (1993, apud Castro, 2009, p. 94-95)

Na medida em que se perde a memória espontânea, caberia à sociedade criar e manter essas instituições museificantes, proclamadoras (e proclamadas) como sustentáculos da identidade social, pois os “lugares de memória” daí se originam e, sem a devida “vigilância comemorativa”, a história os eliminaria (CASTRO, 2009 p.95). Que direção pode-se dar a estes lugares? De que memórias, de quem e para a construção de que identidades estão se trabalhando?

Estas reflexões são pertinentes em um momento no qual tudo parece ter que ser lembrado, como se precisássemos fabricar monumentos, formar centros de memória, museus, arquivos institucionais de tudo para não perdermos nossa identidade. Candau (2009, p. 4) critica a identidade como um sentimento de essência, que é fortalecida através da memória e no caso de esquecimento sua perda. Nos museus também podemos perceber esta relação através das coleções que estão representadas como o fortalecimento da identidade (essência) de alguns grupos. Assim, a presença dos vestígios se torna necessária para construirmos um entendimento do passado.

O passado lembrado é tanto individual quanto coletivo, dependendo da relação que cada um, ou que cada grupo, tem com seu passado. Sabemos quando temos uma lembrança, e seja ela verdadeira ou falsa essa memória relaciona-se de alguma forma ao passado (LOWENTHAL, 1998, p. 78-87). Mas, como as memórias se manifestam?

Num primeiro momento, deve-se fazer uma distinção entre 'dizer que há uma memória coletiva' e realmente acreditar que ela exista. Para Candau (2012, p. 35), ela existe no plano discursivo, mas não no concreto. Segundo o autor, quando o termo 'identidade' passou a ser aplicado a um grupo (se admitirmos este uso pouco rigoroso) de forma metafórica ele passou a ser uma *representação* (2012, p. 25).

Por outro viés Maurice Halbwachs, em *A memória Coletiva*, diferencia as memórias coletivas das individuais da seguinte maneira: a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, sendo que as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Para Halbwachs (1990) a lembrança do passado não é um ato individual de recordar, mas a relação de todo um conjunto de pessoas, lugares e grupos das quais fazemos parte. Para o autor, precisamos da memória das outras pessoas para confirmar e legitimar as nossas próprias lembranças:

Resulta disso que a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que as lembranças que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

De todo o exposto, para o autor fica claro que não há memória possível fora dos quadros sociais. Dessa forma, as pessoas não estão sós com suas lembranças, pois se encontram interligadas entre seus grupos sociais através das suas recordações.

Já para Candau (2009, p. 52) além dos quadros sociais, este compartilhamento memorial acontece na reunião conjunta com objetos de transmissão que o autor nomeia de *sociotransmissores*, entendidos como todas as coisas que compõem o mundo (objetos tangíveis ou intangíveis tal como os objetos patrimoniais, e assim, favorecem esta conexão). O papel da fotografia como um sociotransmissor, ou, mais especificamente, o papel das coleções fotográficas do MCHJC, como sociotransmissores exercem um fascínio de devolver aos moradores da cidade de Porto Alegre, através desses suportes de memórias lembranças de ruas que habitaram, lugares de convivência, locais por onde passaram ou vivenciaram experiências passadas, detalhes de fachadas de arquiteturas que já não existem mais, bem como momentos políticos.

Esse patrimônio, como uma dimensão da memória, fortalece a identidade e preserva a memória histórica, tanto no nível individual quanto no coletivo, e o museu, como espaço simbólico, acaba fazendo o papel de mediador das diversas memórias sociais para compor seus acervos. Essa mediação se manifesta, através de políticas de acervo, regras e critérios que o curador estabelece entre o que preservar e como expor ou dar a conhecer.

Assim pensar na proteção do patrimônio fotográfico é preocupar com a segurança e com o fortalecimento de identidades. Como um evocador de memórias, a fotografia nos conecta a algum lugar e época do passado com a ilusão de reter o tempo num instante. Contudo, não é suficiente apenas existir, ter uma identidade e dela fazer saber. Ainda é necessário que a narrativa seja considerada como “verdadeira”, “autêntica”, e por isso o importante é ratificar essa autenticidade reivindicada (CANDAU, 2009, p. 48). Para esta autenticidade acontecer é preciso acionar os instrumentos que legitimem esta operação, alguns exemplos destes instrumentos: museus, datas comemorativas, monumentos, fotografias.

A fotografia representa uma perpetuação da memória porque através dela podemos recordar o passado. Porém, tanto o lembrar quanto o esquecer está presente neste suporte de memória, pois, a fotografia tem sua vida útil baseada na sua conservação, seja do material de que é constituída e pode se deteriorar seja da informação sobre ela que pode não sido registrada.

Assim, pode-se ocorrer o esquecimento na trajetória de um acervo fotográfico de duas formas: a primeira seria através de sua deterioração, quando “imagens históricas, registradas nos mais diferentes suportes, são destruídas ou desaparecidas dos arquivos públicos” (KOSSOY, 2007, p. 133); já a segunda, não necessariamente tem a deterioração como problema, mas sim a falta de uma documentação que faça a contextualização, que traga informações adicionais como ano, local, fotógrafo, objetivo, técnica e uma descrição sumária. Estas informações seriam de extrema importância para o registro histórico da fotografia. Na falta da imagem e na falta de sua informação, há uma destruição de um dos *sociotransmissores* que representa a perda das memórias tanto individuais quanto coletivas.

O patrimônio fotográfico conservado no MCHJC, ao produzir um grande acesso aos pesquisadores, reflete uma valorização maior desse acervo e uma grande preocupação com sua preservação.

No caso da fotografia, ao ser selecionada sua entrada no museu, também está se legitimando algumas memórias em detrimento de outras. A fotografia tem se prestado, desde sua invenção, como um registro amplo e convulsivo da experiência humana, permitindo a “presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo” (MAUAD, 1996, p.10). Para Kossoy (2007, p. 132) não importa qual seja o objeto da representação, mas, sim a captura do tempo, ou da preservação da memória.

Considerações Finais

A construção da memória a partir dos acervos expressa-se no compartilhamento das imagens. É neste momento que podemos compreender a construção da memória coletiva por meio das trocas de informações que são produzidas através das reproduções das imagens do acervo fotográfico do MCHJC.

A partir da pesquisa realizada sobre os usos das fotografias deste museu, pode-se evidenciar a potencialidade deste acervo e demonstrar a mudança de *status* da fotografia, de mero complemento ilustrativo para fonte de pesquisa.

Pela insegurança da conservação devido a fragilidade do material que constitui as fotografias e pelas suas informações, as reproduções se tornam muito importantes e a partir das publicações podemos ter a visualidade deste acervo através dos temas pesquisados e conhecer a memória visual que se encontra sobre o Rio Grande do Sul neste acervo fotográfico.

Esta narrativa que se estende por toda a sociedade veiculada em publicações e exposições, entre outros, foi visualizada nesta pesquisa através dos usos do acervo fotográfico do MCHJC como um instrumento que reforça a cristalização de memórias através da rememoração/comemoração de eventos, assim configurando o museu como um construtor de memórias e a fotografia como um importante recurso nesta construção.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Um arte medio. Ensayo sobre los usos sociales de La fotografia.** Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2003.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados.** Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, nº 5, 2006. p. 5-20.
- CANDAU, Joël. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade.** Memória em Rede, Pelotas, v.1,n.1, jan/jul.2009. p.43-58.
- CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **O Museu do sagrado ao segredo.** Rio de Janeiro: Revan, 2009. 196 p.
- HARTOG, François. **Tempo e patrimônio.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006. p.261-273
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.189p.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memória.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p.19-33.
- JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social.** Tradução de Márcia Cavalcanti.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 156p.

KOSSOY, Boris. **Os Tempos da Fotografia: o Efêmero e o Perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007. 174 p.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Trabalhos da Memória, Projeto da Revista do Programa de Pós- graduados em História da PUC/SP, nº 17, São Paulo, nov/1998, p.63-201.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, n. 10, dez. 1993. p. 7-28

RODRIGUES, Ana Ramos; SERRES, Juliane Primon. **Museu: memória e esquecimento, do individual ao coletivo**. MOUSEION, n.14, abr, 2013, p. 37-48.

Coleção e cultura material: os significados possíveis da fundação, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense através de seu primeiro acervo.

Daniel Barbier²⁹

Diego Lemos Ribeiro³⁰

Resumo

A complexidade de fenômenos que orbitam a instituição museu tem provocado ao longo da trajetória humana uma série de pesquisas e reflexões. Frutos do convívio e organização social humana, eles derivam do exibicionismo e imaginário de uma prática bastante comum entre os homens, o de colecionar coisas. Porém, a biografia de cada uma dessas instituições é única, mesmo que com certas semelhanças. O que propomos nesse trabalho, portanto, é uma breve análise acerca das possibilidades de surgimento, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, num período de raridade da expansão museológica nacional, numa cidade cujo movimento de consolidação urbana se deu por volta de quarenta anos antes à sua criação e em um momento em que o potencial econômico local passava por uma intensa modificação. Ademais, buscamos na bibliografia especializada características peculiares dos museus oitocentistas brasileiros para traçar algumas comparações aqui propostas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Museus. Instituições de Memória. História de Pelotas. Bibliotheca Pública Pelotense.

Introdução

Componentes da paisagem urbana contemporânea e ponto de confluência cultural, os museus são fenômenos indispensáveis para a análise da configuração das sociedades, especialmente as ocidentais. Eles estão distribuídos em todas as comunidades e dizem respeito a uma prática comum e inerente à cultura humana de juntar, guardar e organizar coisas (POMIAN, 1984). Se por um lado, o colecionismo acompanha a trajetória da humanidade, os museus são símbolos da importância dispensada por determinado grupo a essa prática a um nível mais alto que as próprias coleções pessoais. São, em determinado grau, objetos das disputas de poder ao mostrar a significância que um coletivo dispensa à determinada organização dessas coisas e a construção da narrativa elaborada sobre essa organização cuja função é, entre outras, de o legitimar globalmente. A reordenação de objetos alegóricos sem vinculação intrínseca demonstra em si mais uma manipulação política ideológica para determinado fim do que uma cientificidade ou outra apelação sublime. Santos (2002, p.117) identifica esta noção ao afirmar que “os museus dão a **impressão**³¹ de que preservam o passado. No entanto, longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que originalmente foram produzidos”. E segue: “Objetos não são sagrados, nem detêm significados próprios e imutáveis. São os indivíduos que atribuem significado aos objetos. Os museus são agências classificadoras; eles reordenam os objetos que selecionam, segundo critérios próprios. (SANTOS, 2002, p.117).

Apesar da existência de experiências museológicas no Brasil desde o séc. XVII (IBRAM, 2011), é em 1818, no Rio de Janeiro após a instalação da corte e sua elevação a sede da metrópole, que a instituição museológica ganha evidência com a criação do Museu Real, hoje, Museu Nacional. O objetivo era dotar a nação de certa cientificidade³², pois, conforme Santos, até a

²⁹ Historiador, mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL – barbier.daniel@gmail.com

³⁰ Museólogo, doutor em Arqueologia pela USP – dlrmuseologo@yahoo.com.br

³¹ Grifo do autor.

³² Ver mais em MINISTÉRIO DA CULTURA. Política nacional de museus. Brasília: MinC, 2007. p.14.

[...] virada do século [XIX], os museus brasileiros centraram-se na “ciência pela ciência”, procurando uma identidade para o Brasil no universo das nações, sendo que não mais como centro, mas apenas como parte periférica do todo. Na composição histórica e universalista do desenvolvimento da civilização ocidental, coube aos museus brasileiros contribuir com a classificação de suas espécies vegetais e animais e populações primitivas (SANTOS, 2002, p.127).

Observa-se, contudo, que o surgimento de museus durante o Império deu-se de forma tímida, visto que até o advento da República não se contavam mais do que 10 museus em todo território brasileiro, sendo cinco deles apenas no Rio de Janeiro (IBRAM, 2011). Os trabalhos de Maria Margaret Lopes, especialmente em sua tese de doutorado intitulada *“As ciências naturais e os museus no Brasil no séc. XIX”*, de 1993, de Lilia K. Moritz Schwarcz, como nos seus *“A ‘Era dos Museus de Etnografia’ no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX”* (2013) e *“O nascimento dos museus brasileiros - 1870-1910”* (1989) e de Myrian Sepúlveda dos Santos, *“Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional”* (2000) são fundamentais para compreender o surgimento e desenvolvimento dos mais importantes museus oitocentistas brasileiros. As três pesquisadoras defendem que a característica norteadora dos museus brasileiros até o advento do movimento modernista era fundamentada em uma concepção de Ciências Naturais, isto é, como esclarece Santos (2000, p.271), dava-se “ênfase na natureza como fonte de conhecimento científico”. Conhecimento esse geralmente baseado num viés positivista. A vinculação dos museus com políticas de memória e de patrimônio cultural no Brasil tornou-se mais efetiva apenas quando os museus passaram a estar condicionados a uma ideia de consolidação de nação pelo Estado, cujo período mais emblemático se deu com o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, por ser o momento em que, para Meira (2004, p.33), “os profissionais que construíram a ideia da preservação do passado eram os mesmos que projetavam o país do futuro”. A partir deste período a atividade museológica passou a ser vista como uma política oficial do Estado³³, de forma que na década de trinta registrou-se um aumento relevante da atividade museológica no Brasil (IBRAM, 2011).

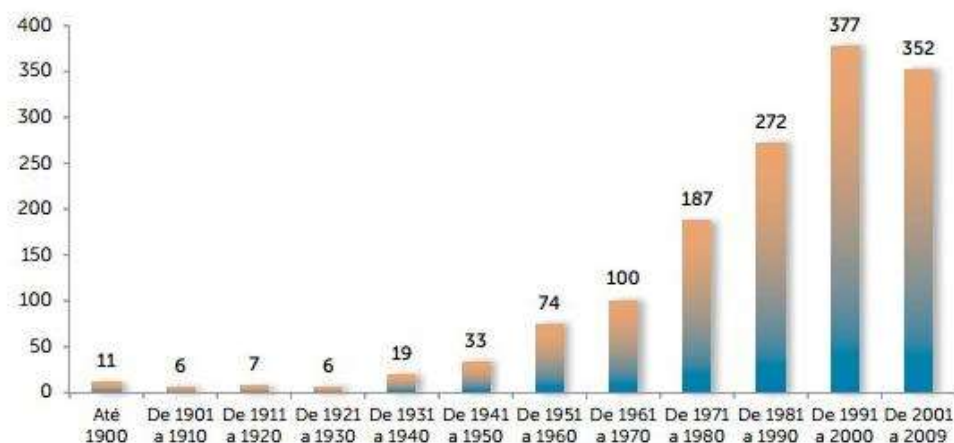


FIGURA 1 – Trajetória dos museus no Brasil por ano
Fonte: MUSEUS EM NÚMEROS – VOLUME 1 – IBRAM, 2011.

O Rio Grande do Sul e Pelotas, conforme Silva (2001) e Rezende (2010), respectivamente, parecem seguir a mesma tendência nacional dos museus do início do séc. XX, porém apresentando alguns contrastes entre si. Os primeiros museus rio-grandenses, Museu do Estado (posteriormente denominado Museu Júlio de Castilhos), fundado em 1903, e o

³³É a partir do ano de 2003, que surgem no Brasil, para a área museológica, diversas iniciativas institucionais de fomento e gestão de museus, como as leis federais nº 11.233, de 22 dezembro de 2005, nº 11.328, de 24 de julho de 2006, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, 11.906, de 20 de janeiro de 2009, 12.840, de 9 de julho de 2013, os documentos Política Nacional de Museus: memória e cidadania (2003), Política Nacional de Museus (2007), Plano Nacional Setorial de Museus (2010) entre outros que podem ser conferidos integralmente no sítio eletrônico <<http://www.museus.gov.br/ibram-publicacao/>>

Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (MH-BPP), 18 de janeiro de 1904, eram museus híbridos, possuíam acervo eclético e natureza enciclopedista com objetivos bastante amplos, associados a uma ideia de Ciências Naturais (LOPES, 1993, p.249). Contudo, o primeiro foi criado por iniciativa do Estado, o segundo, da sociedade civil.

Para o caso pelotense, todavia, ainda existe um vácuo de informações no que diz respeito às implicações para o surgimento de seu primeiro museu e sua atuação nos anos iniciais. O Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, é certo afirmar, ganha evidência na historiografia local, sobretudo, após o período em que o sr. Henrique Carlos de Moraes assume sua direção, como pode ser visto a partir da coleção Cadernos de Pelotas, números 23 e 35, de José Vieira Etcheverry, cuja obra reúne um vasto material extraído de jornais locais sobre a Bibliotheca Pública Pelotense; e na dissertação de mestrado de Miquel Rezende com o título *“Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986)”*, o qual apresenta uma série de informações sobre a atividade museológica em Pelotas/RS a partir das experiências de Henrique Carlos de Moraes como diretor do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

A Pelotas oitocentista e a Bibliotheca Pública Pelotense

Se fosse possível falar de uma historiografia oficial de Pelotas/RS, cidade localizada no extremo sul brasileiro, perceberíamos nela uma exaltação demasiada a sua gênese, ao seu apogeu político e econômico na era imperial brasileira, seus vultos históricos, seus grandes feitos militares... enfim, um encadeamento de tópicos de purismos e heroísmos cuja força motriz é o ciclo do charque. Esquece-se ou silencia-se sobre quem o sistema econômico desenvolvido no entorno da salga da carne estava assentado: foram milhares de negros, sob o regime escravocrata, que durante décadas sustentaram o tão aclamado desenvolvimento local e dele não se favoreceram. Confundida dentro desse cenário está a história da Bibliotheca Pública Pelotense. Fundada em 1875, sua história está atrelada a uma sociedade com fortes contrastes sociais.

A formação da cidade de Pelotas/RS confunde-se com a consolidação da fronteira sul - brasileira. Sua estrutura e posição geográfica despertaram o interesse para o povoamento na região, a instalação da empresa saladeril e o escoamento da produção. Em pouco tempo, viu-se o pequeno núcleo de povoamento se desenvolver rapidamente de forma que a população local teria passado de 2.419 habitantes³⁴, em 1814, (OSORIO, 1997, p.80) para 41.591, em 1890 (MAGALHÃES, 1993, p.108). Contudo, o crescimento demográfico favorecido pelo potencial econômico seguido ao ciclo do charque não criou uma sociedade harmoniosa ou igualitária, nem mesmo houve a preocupação na criação de mecanismos políticos de distribuição de renda e propriedades. Ao contrário, o regime escravocrata e os diversos movimentos imigratórios à região favoreceram o surgimento de uma sociedade de marginalizados (Monquelat, 2014).

A modernização do espaço urbano, especialmente no fim do século XIX, conforme indica Monquelat (2012), de uma cidade que se reestruturava da crise econômica gerada pela Revolução Farroupilha e que mantinha na indústria saladeril e na sua posição estratégica entre a região da campanha e o porto de Rio Grande as bases fortes de sua economia, fomentou a criação de instituições culturais, artísticas, educacionais e de lazer³⁵, entre elas a Bibliotheca

³⁴ Esse número não representa uma informação totalizante da população da época, como sugere Peres (2002, p.47)

³⁵ Pelotas destaca-se por um movimento de associativismo intenso no passado. A maioria dos empreendimentos partia da iniciativa da sociedade civil, deixando ao poder público pequena participação na promoção do surgimento de novas instituições. Contudo, esses novos empreendimentos eram, na sua maioria, criados pela e para a elite local. Mais informações ver MONQUELAT, A.F; PINTO. G. Pelotas no tempo dos chafarizes. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012. p.90.

Pública Pelotense, organizada e fundada por parte da elite pelotense³⁶ em 14 de novembro de 1875. Em pouco tempo, esta instituição passou a realizar uma série de atividades junto à população onde estava inserida (RUBIRA, 2014). Assim, cursos noturnos de alfabetização foram organizados para os trabalhadores, conferências públicas repercutiam os ideais político-filosóficos da época e em 1904 inaugurava-se o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, conforme Ata da sessão de Diretoria realizada a 18 de janeiro de 1904:

“Acta da sessão de Diretoria realisada a 18 de janeiro de 1904.

As 8 horas da noute presentes os Snrs. Drs. Presidente e vice-presidente, thesoureiro, diretores Lemos, Trapaga e Dr. Octacílio Pereira e 1º secretario, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente que contactou os seguintes officios [...] criação de um pequeno museu annexo á Bibliotheca. Discutidos convenientemente estas ideas, resolveu-se: [...] nomear uma comissão para tratar da realisação de tão proficua iniciativa devida (a esta circumstancia e aqui é registrada por amor a verdade e como preceito de justiça) a feliz inspiração dos Sr. Balamero Trapaga, conforme o declara em seu relatório o diretor Sr. Dr. Octacilio. O Sr. Dr. presidente nomeou para comporem a mesma commissão os Srs. Carlos Andre Laquintine, Dr. Francisco José Rodrigues de Araujo e Balamero Trapaga”.

Seu acervo contemplava, entre outras, coleções de mineralogia, paleontologia, zoologia, numismática, filatelia, diversos artefatos históricos e ampla coleção de jornais locais do período imperial e do período republicano, além de outros documentos que mais tarde deram origem ao Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, totalizando mil trezentos e dezoito documentos e uma coleção distribuídos da seguinte forma:

Documento	Quantidade
Animais	10
Boletins	41
Cédulas monetárias	45
Coleção etenológica [sic]	30
Documentos autografados e cartas	63
Jornais	820
Livros	5
Mapas	4
Medalhas	14
Moedas	163
Pedras mineirais [sic]	123
Selos do Brasil	1 coleção

TABELA 1 – Primeiro acervo do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense
Fonte: Acervo da BPP

Deste modo, é a partir da identificação do primeiro acervo reunido pelo MH-BPP que lançamos a proposta de análise conjuntural deste em relação aos museus brasileiros desse período.

³⁶ Participaram da reunião de fundação da Bibliotheca Pública Pelotense 45 homens que elegeram José Vieira da Cunha e Saturnino Epaminondas de Arruda aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Coleção e cultura material: os significados possíveis do surgimento dos museus através de seus acervos

Maria Margaret Lopes (1993, p.168 e 169) ao pesquisar a trajetória dos primeiros museus brasileiros, especialmente buscando compreender a “contribuição dos Museus de História Natural à institucionalização das ciências naturais no Brasil no século XIX” (Lopes, 1993, p. 1), percebe haver de forma comum nos mais proeminentes museus do período, a saber, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista: a) uma relação entre o desempenho dos museus com movimentos de “consolidação de elites locais”; b) “iniciativas científicas regionais”; c) “surto de desenvolvimento material do país”; d) integração ao “movimento de museus a nível internacional”; e) destaque às Ciências Naturais, que passava por uma “mudança de paradigmas” no final do século. Complementamos, com apoio de Lilia Schwarcz (1993, p.118 e 119): f) o movimento museológico brasileiro ligado às Ciências Naturais serviu, para alguns grupos, e em níveis diferentes, de pretexto para sustentar teorias raciais, evolucionistas, deterministas e positivistas com fins de estabelecer um conceito de “darwinismo social” em um momento em que se dava a abolição da escravidão e o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil.

Deste modo, a partir da caracterização tipológica do primeiro acervo reunido pelo MH-BPP percebemos na existência das coleções mineralógicas, zoológicas e etnológicas, por exemplo, que ele estava, em algum grau, inserido no contexto de museus de história natural do século XIX. Esse dado, por sua vez, nos chamou a atenção para um outro fato. Ao investigarmos as personalidades envolvidas no cenário museológico brasileiro no período, percebemos a presença do zoólogo Hermann von Ihering³⁷ (1850-1930), diretor no Museu Paulista por 25 anos, no Rio Grande do Sul. Apesar de não encontrarmos registros documentais de sua passagem por Pelotas/RS, ao traçarmos um quadrilátero das localidades onde fixou residência (Taquara, 1880-1883; Guaíba 1883-1884; Rio Grande, 1884-1885; e São Lourenço do Sul, 1885), parece-nos improvável que não tenha estabelecido trânsito em Pelotas/RS durante os cinco anos residentes na região. Contudo, suas ideias e influência serviram de mote para identificarmos a repercussão delas a nível local, como pode ser conferido na conferência pública realizada em 22 de maio de 1904 por Alberto Vieira Braga, na BPP, com título “*O movimento científico no Rio Grande*”. O teor, transcrito e publicado nos Annaes da Biblioteca Pública Pelotense, em 1905, traz informações do movimento relacionado a História Nacional no Brasil e seus principais expoentes, inclusive um verbete biográfico de Hermann von Ihering, como pode ser observado abaixo:

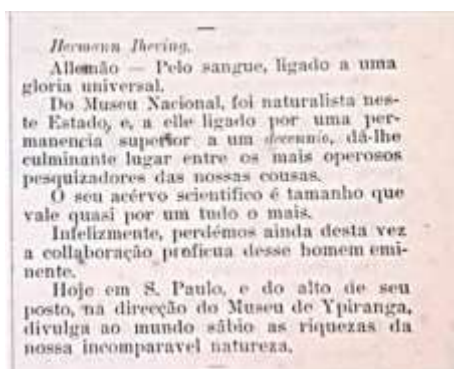


FIGURA 2 – Verbetes biográfico de Hermann von Ihering extraído do Volume 1 dos Annaes da Biblioteca Pública Pelotense, página 29.

Fonte: Acervo da BPP

³⁷ Nascido em Kiel, Alemanha, em 1850, Hermann von Ihering foi médico, professor e importante ornitólogo. Veio para o Brasil em 1880 para se dedicar a pesquisas patrocinadas pelo governo Imperial. Foi nomeado naturalista viajante pelo Museu Nacional, estacionado no Rio Grande do Sul. Residiu nas cidades de Taquara, Guaíba, Rio Grande e São Lourenço do Sul. Mudou-se para São Paulo em 1892 a fim de fundar o Museu Paulista, dedicado a história natural. Foi, ali, diretor por 25 anos. Seu filho, Rodolpho von Ihering, manteve diversificada correspondência com Henrique Carlos de Moraes, diretor do MH-BPP a partir da década de 1930.

A repercussão a nível local pela busca por uma cientificidade ligada aos estudos das assim chamadas ciências naturais se expandia no campo da botânica. O mesmo Annaes e seu volume posterior apresentam um registro da *"Flora Rio Grandense"* assinada por Francisco de Araújo, um dos fundadores do Museu. Também se verifica uma conferência intitulada *"Evolucionismo"* proferida pelo padre Carlos Schilitz, sacerdote jesuíta, e outra *"Ethnographia do Brasil no princípio do século XX"*, que possibilitam a identificação do que Schwarcz (2013, 128) disse sobre o predomínio de "um saber evolucionista, positivo e católico, como se fosse possível adotar os modelos raciais de análise, mas prever um futuro branco e sem conflitos".

Esse contexto de divulgação de ideias debatidas no plano nacional e internacional sugere advir da integração pretendida pela Diretoria da Bibliotheca com outras instituições espalhadas pelo globo. Fato é que, no ano de 1904, das 519 correspondências expedidas e recebidas, várias delas tem destino e origem o exterior, especialmente a Europa e a América. São países como República da Guatemala, São Salvador, México e Cuba. Instituições como Universidades de Coimbra, Montevideo [sic] e Santiago do Chile; Oficina Demográfica de Buenos Aires, Sociedade Geográfica de Madrid, Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxelas, Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro; Museu Nacional de Buenos Aires, Smithsunion[sic] Institution de Washington, The American Geographical Society de Nova Iorque, Union Ibero Americana, de Madrid, entre outras³⁸.

Outro fator que chama atenção é a figura do proponente da fundação, em 1904, do MH-BPP, sr. Baldomero Trápaga y Zorrilla, eleito vice-presidente da BPP em 1905 e presidente em 1906. Importante capitalista pelotense, foi também idealizador da Rádio Pelotense, fundada em 6 de junho de 1925, sociedade civil criada nos salões da Bibliotheca. A ideia de fundação de uma rádio em Pelotas/RS surge, conforme Ferraretto (2002), de dentro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de forte influência do positivismo de Auguste Comte, e tem como presidente honorário Augusto Simões Lopes, importante político do PRR gaúcho, prefeito de Pelotas (1824-1928) e filho caçula do Visconde da Graça, pessoa que cedeu o andar térreo de sua residência para a instalação, em 5 de março de 1876, da Bibliotheca Pública Pelotense. A relação de Trápaga y Zorrilla com membros proeminentes do PRR sugere que o positivismo tenha influenciado, como base filosófica, a criação do MH-BPP, cuja fundação se deu um ano depois do Museu Júlio de Castilhos, de iniciativa do governo Borges de Medeiros.

Eliane Peres (2002), na mesma linha, sugere que o ideal positivista de um "novo espírito cultural" serviu como influência na condução dos cursos noturnos masculinos de instrução primária surgidos em 1878 na BPP. O próprio museu, apesar de não haver ainda amparos bibliográficos, poderia estar incluído nessa dimensão educacional pretendida pela Bibliotheca Pública Pelotense entre os séculos XIX e meados do XX.

Por fim, com o advento da abolição da escravatura e o surgimento dos frigoríficos, o ciclo do charque entra em declínio ao ponto de no início do século XX existirem apenas 5 charqueadas em funcionamento. A mudança econômica se deu com a introdução da cultura do arroz na região incentivada pelo ex-charqueador Coronel Pedro Osório, em 1905 (ABUCHAIM, 2013). Esse fenômeno pode ter influenciado o surgimento de um "culto da saudade" entre a elite da época através da criação de um Museu.

Conclusão

Os museus representam a concretude das disputas de poder silenciosas entre grupos sociais ao mostrar a significância que um coletivo dispensa à construção de uma narrativa que o legitima globalmente a partir dos objetos que coleciona. Seu potencial de mídia de massas e *"indústria"* cultural de uma classe urbanamente estabelecida homologa os valores dessa classe que pretende ser globalizante. O sentido de *"tudo classificar"* revela, portanto, uma

³⁸ Ver Annaes da Biblioteca Pública Pelotense – Volume 1, Ano 1904, pg. 116.

preocupação de, também, se estabelecer uma estratigrafia social de cultos e incultos, de civilizados e marginalizados.

Assim, as mudanças na organização e na função social dessas instituições são tão profundas quanto as mudanças de paradigmas estabelecidos na história. Frutos do seu tempo, os museus brasileiros, inclusive o MH-BPP, repercutiram os dogmas propostos pelas ciências naturais e humanas que procuravam lançar à humanidade conceitos de evolucionismo e positivismo com fins de justificar e militar em prol de uma sociedade segmentada, hierárquica e “*pura*”, num momento em que a fronteira entre livre e escravo estava fragilizada. O museu, nesse sentido, aparecia como propaganda do progresso direcionado, imbuindo de afetividade a dimensão cognitiva e doutrinária dessas instituições. Dessa forma, mesmo ainda não tendo identificado o principal mote fundador do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, já percebemos, dada plausibilidade das possibilidades anunciadas neste caso, que os museus nascem sempre de uma necessidade política de estabelecimento ou manutenção de um *status quo* bastante definido.

Referências

- BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE (BPP). **Annaes da Biblioteca Pública Pelotense**, vol. 1. Pelotas: BPP, 1905.
- _____. **Annaes da Biblioteca Pública Pelotense**, vol. 2. Pelotas: BPP, 1906.
- ABUCHAIM, V.R. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Mosca, 2013.
- ETCHEVERRY, J. V. **Coleção cadernos de Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense**, nº 23. Pelotas, 1995.
- _____. **Coleção cadernos de Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense**, v. 2, nº 35. Pelotas, 1996.
- FERRARETTO, L.A. **Rádio no Rio Grande do Sul – anos 20, 30 e 40 : dos pioneiros às emissoras comerciais**. Canoas: ULBRA, 2002
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números – Vol. 1**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- _____. **Museus em números – Vol. 2**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- LOPES, M.M. **As ciências naturais e os museus no Brasil no séc. XIX**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- MAGALHÃES, M.O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 -1890)**. Pelotas: EdUFPEL; Editora Livraria Mundial, 1993.
- MEIRA, A.L.G. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, Pelotas, v.10, 2004. p.30-39.
- MONQUELAT, A.F. **Desfazendo mitos: notas à história do Continente de São Pedro**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2010.
- _____. **Pelotas dos excluídos (subsídios para uma história do cotidiano)**. Pelotas: Livraria Mundial, 2014.
- MONQUELAT, A.F. &PINTO, G. **Pelotas no tempo dos chafarizes**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.
- OSORIO, F. **A cidade de Pelotas – Vol 1**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

PERES, E.T. **O templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1877-1915)**. Dissertação de mestrado em Educação. Faculdade de Educação/UFRGS, 1995.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi – Memória – História**. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

REZENDE, M.G. **Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986)**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: PPPGMP/UFPEL, 2010.

RUBIRA, L. Apresentação Almanaque do Bicentenário de Pelotas (Vol2). In: LuisRubira (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas – Volume 2**. Santa Maria: PRO-CULTURA-RS, Pallotti, 2014. P. 17 – 57.

SANTOS, M.S. Políticas de memória na criação dos museus brasileiros. In: **Cadernos de sociomuseologia** – V. 19, nº 19. Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia; Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, 2002. p. 115 a 137.

_____. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. In: **Sociedade e estado**. [online]. 2000, vol.15, n.2, pp. 271-302. ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 22 jun. 2014.

SCHWARCZ, L.K.M. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX”. In: FIGUEIREDO, BG.(org.) e VIDAL, DG. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2013. pp.119 – 144.

_____. Nascimento dos museus no Brasil. In: MICELE, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vertice, 1989. pp. 28 – 90.

SILVA, A.C.F. da. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925)**. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre: DCI/UFRGS, 2011.

Laboratório de Arqueologia como lugar de memória: preservação do patrimônio arqueológico

Grasiela Tebaldi Toledo³⁹

Resumo

Lugares de memória são construídos devido ao fato que não há memória espontânea, sendo necessária a criação de arquivos, museus e outros eventos que marquem o espaço de vivências memoráveis. As diversas áreas do conhecimento organizam lugares de memória através da materialidade e imaterialidade presentes na atualidade. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é caracterizar os laboratórios de arqueologia como lugares de memória que gerenciam o patrimônio arqueológico, desde a aquisição dos bens, passando por processos de conservação e restauro, guarda, análise, interpretação, divulgação de conhecimento e comunicação, operando procedimentos fundamentais para a manutenção da memória. Para isso, foram analisadas as ações desenvolvidas no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueologia (LÂMINA-UFPe), demonstrando que laboratórios de arqueologia podem desenvolver ações voltadas para o uso qualificado do patrimônio, construindo, inventando e/ou reinventando memórias através das análises das fontes arqueológicas.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, Arqueologia, Laboratórios, Gestão.

Introdução

O Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas (LÂMINA-UFPe) foi inaugurado em 25 de setembro de 2011, com a participação dos professores Lucio Menezes Ferreira, Jaime Mujica Sallés, Claudio Baptista Carle, Pedro Luis Machado Sanches, Loredana Marise Ricardo Ribeiro e Diego Lemos Ribeiro, além de estudantes de Arqueologia/Antropologia, Conservação e Restauro, Museologia, História e Geografia.

O laboratório entrou em funcionamento em uma pequena sala do prédio do Instituto de Ciências Humanas da UFPe, porém o espaço físico não era suficiente para o desenvolvimento das atividades, sendo que em janeiro de 2013 mudou-se para um prédio maior, com uma melhor estrutura, mesmo que ainda carente de alguns elementos para o bom desempenho das atividades promovidas pelo LÂMINA.

No ano de 2013 o arqueólogo Aluísio Alves ingressou no laboratório, como funcionário da UFPe e possibilitou que os trabalhos pudessem ser realizados de forma mais efetiva, já que havia tido uma ampliação física e do seu quadro de profissionais.

O LÂMINA foi criado com a intenção de articular áreas do conhecimento afins e propor uma melhor gestão do patrimônio arqueológico, desenvolvendo metodologias de trabalho que conciliem de maneira adequada a arqueologia, a museologia e a conservação.

O principal projeto que vem sendo desenvolvido no LÂMINA é o “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul”, que tem por objetivo desenvolver pesquisas arqueológicas sobre a escravidão, especialmente em Pelotas/RS.

O projeto Pampa Negro vem sendo desenvolvido desde 2009 na UFPe, norteado pelas premissas da arqueologia da escravidão e já conta com alguns resultados⁴⁰ importantes, buscando ampliar as pesquisas nessa área, especificamente em Pelotas, no Rio Grande do Sul, objetivando compreender os sítios arqueológicos que podem ser analisados sob esse viés, como charqueadas, casarões, quilombos, entre outros em que houve atuação dos escravos,

³⁹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), com projeto de pesquisa vinculado ao Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas (LÂMINA-UFPe). Email: grasiela.toledo@gmail.com

⁴⁰ ANJOS (2012); FERREIRA (2009, 2009a), FERREIRA, FUNARI, CARVALHO (2011), ROSA (2012).

buscando entender como a cultura material interferiu na construção política e cultural da paisagem no mundo escravista sul rio-grandense.

Nesse cenário é que desenvolvo projeto de doutorado versando sobre o gerenciamento do acervo arqueológico através da arqueologia, museologia e conservação, entendendo que cada disciplina tem sua especificidade, porém se relacionam de maneira estreita na investigação arqueológica, uma vez que ambas produzem conhecimentos imprescindíveis para que a pesquisa se torne mais completa e possa ser comunicada de forma satisfatória à comunidade científica e ao grande público.

Para realizar esse estudo, está sendo analisado como atuam arqueólogos, museólogos e conservadores na pesquisa e na gestão do patrimônio arqueológico do sítio Charqueada Santa Bárbara, localizada em Pelotas/RS, objetivando a elaboração de um protocolo de ações que abarque as experiências adquiridas nesse estudo, baseado nos pressupostos da musealização da arqueologia, visando discutir a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, percebendo como se consolidou o LÂMINA e os projetos que são desenvolvidos a partir da configuração desse novo lugar é que se pode analisar os laboratórios de arqueologia como lugares de memória, em virtude de seu caráter preservacionista e de materialização da memória.

Segundo Nora (1993, p.15) “o que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”.

Seguindo esse pensamento, laboratórios de arqueologia não servem apenas para o desenvolvimento de pesquisas, mas são fundamentais para (re)construir memórias que poderiam ficar enterradas ou esquecidas, sem a possibilidade de compreensão de um passado que não está materializado em outros espaços.

Segundo Meneses (1984) a memória é seletiva e induzida, sendo que a primeira característica aponta para a incapacidade humana para a lembrança total e a segunda refere-se ao estabelecimento de lugares de memória ou “o passado social formalizado e instituído”.

Trazer a tona elementos do passado faz com que a memória seja força viva no presente, tornando-se construtora e negociadora de identidades. “É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo de acontecimentos” (MENESES, 1984, p.34).

Assim, pode-se afirmar que laboratórios de arqueologia são lugares de memória, em virtude de sua função de aquisição, guarda e pesquisa de fontes arqueológicas fundamentais para a construção de memórias.

Porém, é preciso perceber quais parcelas da sociedade estão tendo acesso a esses lugares de memória, ou ao conhecimento por eles produzido. E também problematizar que memórias estão sendo construídas e quais objetivos norteiam as pesquisas. Isso qualifica a análise, sendo possível diagnosticar quais laboratórios de arqueologia são lugares de memória que ultrapassam as memórias acadêmicas e tornam-se espaços importantes para construções identitárias plurais e heterogêneas, valorizando a diversidade e os variados contextos de atuação.

Assim, laboratórios de arqueologia que cumpram sua função de gestores do patrimônio arqueológico, e não sejam apenas lugares de análise de material arqueológico, são lugares de memória privilegiados para a discussão da dimensão espaço-temporal do ser humano.

Gestão do Patrimônio Arqueológico

A gestão do patrimônio arqueológico permite que os laboratórios de arqueologia sejam lugares de memória organizados em função do papel social da arqueologia tornando-se significativos para a comunidade de forma mais ampla, uma vez que a gestão pode possibilitar empreender procedimentos relativos à musealização da arqueologia, arqueologia pública e colaborativa.

Assim “como as bibliotecas não são apenas palavras, os museus não são apenas coisas e os arquivos não são apenas papéis” (CHAGAS, 2002, p. 22), os laboratórios de arqueologia não são apenas vestígios arqueológicos. Os laboratórios podem ser considerados lugares de memória, uma vez que “o papel dessas casas não é apenas o de guarda, e que, portanto, podem trabalhar a favor da democratização da produção de novos conjuntos de bens culturais, de novos saberes e de novas memórias até então não cogitadas” (CHAGAS, 2002, p. 26).

Para que a democratização desses novos bens e memórias seja de fato empreendida pelos laboratórios de arqueologia, é preciso ir além de sua função tradicional, e isso pode ser realizado a partir dos pressupostos da arqueologia pública.

A arqueologia pública preconiza que não basta mais se preocupar somente com elucidar problemas de pesquisa; desenvolver modelos teóricos; construir uma interpretação do modo de vida de grupos humanos e suas relações com o meio ambiente, e reiterar a divulgação dos resultados entre seus pares, é preciso, além disso, prever medidas efetivas que busquem a socialização do conhecimento científico junto às comunidades do presente e a despertar nas mesmas uma conscientização para a necessidade da preservação (TOLEDO, 2010, p.35).

Assim, organizar a gestão do patrimônio arqueológico nos laboratórios de arqueologia é um desafio que agrega trabalho multidisciplinar; objetivos de pesquisa que ultrapassam as questões de interpretação do passado; e ações voltadas para a salvaguarda e comunicação do acervo arqueológico desde o gérmen do projeto de pesquisa, envolvendo etapas de campo, laboratório e divulgação do conhecimento produzido.

Dessa forma, arqueólogos têm identificado e se engajado com diferentes interesses como forma de transcender fronteiras disciplinares da autoridade arqueológica, a fim de trazer à tona múltiplos sítios e grupos com diferentes tipos de conhecimento, através de uma metodologia variada, que se utiliza da etnografia, etnohistória, entrevistas formais e informais, observação participante, pesquisas em arquivos, visitas, eventos escolares, mídia e várias outras maneiras de praticar uma arqueologia descolonizada em busca da construção de conhecimento plural (HAMILAKIS e ANAGNOSTOPOULOS, 2009).

Vários autores apontam a necessidade de que a gestão seja feita cada vez mais de forma compartilhada, envolvendo diferentes atores sociais, várias vozes, diversos interesses, ou seja, seja plural e atenda expectativas muitas vezes controversas (FERGUSON e CHANTHAPHONTH, 2006; ENDERE e CURTONI, 2009). Percebe-se que esse é um grande desafio e que demanda tempo e envolvimento, tanto por parte da academia, como dos demais interessados na gestão.

O trabalho arqueológico não é desenvolvido em um vácuo sociocultural, mas sim inserido em uma arena de relações de poder e de diferentes interesses. E para abarcar essa diversidade, o arqueólogo também não pode trabalhar sozinho, é preciso estabelecer parcerias com seus pares e com áreas de conhecimentos afins para melhor se relacionar com essas novas demandas.

As relações de poder que envolvem a construção de memórias é um ponto chave para compreender a constituição de lugares de memória, uma vez que “todas as ações de preservação, musealização e memorização estão ao serviço de determinados sujeitos, o que

equivale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, ou como um ato de poder” (CHAGAS, 2002, p. 18).

Percebendo que a construção de memórias atende a interesses dos sujeitos, quanto mais atores sociais envolvidos nessa construção, mais plural e democrático serão os resultados dessa ação. Assim, uma maneira para que os laboratórios de arqueologia possam contribuir com a construção de memórias menos cristalizadas e mais dinâmicas na vida cotidiana da população atual, seria empreender a gestão do patrimônio arqueológico de forma multidisciplinar e compartilhada.

A gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico não deve ser um fim em si mesma, ou seja, não deve servir apenas para que as questões relativas à salvaguarda e comunicação do acervo sejam projetadas e executadas de forma conjunta pelos profissionais da arqueologia, conservação e museologia. Essa gestão deve ser empreendida para que o patrimônio possa ser apropriado, reapropriado, negado, negociado, solicitado, debatido por quem estiver interessado nesse patrimônio e na construção de conhecimento.

Nesse sentido, o projeto de doutorado “Gestão do Patrimônio Arqueológico: Arqueologia da Escravidão, Museologia e Conservação na Charqueada Santa Bárbara, Pelotas/RS” pode contribuir com essa reflexão na medida em que discute essa mudança metodológica no que se refere à gestão do patrimônio arqueológico e também uma nova postura teórica em relação ao estudo das charqueadas pelotenses, dando ênfase ao patrimônio relativo à escravidão.

O patrimônio arqueológico relativo à escravidão está sendo gerido de forma multidisciplinar, buscando qualificar as discussões no que se refere à herança da população escravizada, que até o momento não havia sido pesquisada arqueologicamente em Pelotas, e não ocupa lugares nos espaços expositivos locais.

Segundo Ferreira, Funari e Carvalho (2011, p. 4) pode-se articular “uma bem definida política de preservação e extroversão dos vestígios da escravidão e dos afrodescendentes nos museus”. Para além de fornecer esse material para os museus, consagrados lugares de memória, uma pesquisa em arqueologia da escravidão, desenvolvida em um laboratório de arqueologia que se ocupa das questões de conservação e comunicação do acervo, qualifica sobremaneira os resultados das pesquisas nesse campo de conhecimento, contribuindo para melhor preservação do patrimônio relativo à escravidão no Brasil.

A arqueologia da escravidão, a museologia e a conservação atuando de forma conjunta possibilitam que o passado relativo à cultura escrava e afrodescendente, pesquisado sob o viés arqueológico, se consolide em herança cultural para a sociedade atual.

A mudança metodológica é fundamental na pesquisa apresentada, uma vez que desde o projeto até a sua divulgação, está envolvendo diferentes áreas do conhecimento, atuando conjuntamente e com a colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação em diferentes etapas e processos da pesquisa.

A escavação arqueológica na Charqueada Santa Bárbara é desenvolvida por arqueólogos, conservadores e museólogos (algumas vezes também outros profissionais ou estudantes de áreas diversas), refletindo e tomando decisões sobre quais objetos coletar, como fazer a conservação (*in situ* ou em laboratório), que etapas do processo de pesquisa são importantes de serem registradas para a investigação arqueológica ou para a prática museológica, entre outras questões que fazem com que a gestão multidisciplinar do patrimônio seja colocada em prática desde a coleta de dados em campo, tomando decisões conjuntas e reflexivas sobre a composição de um acervo arqueológico referente às charqueadas pelotenses e sobre a atuação escrava nesse contexto.

Mesmo que essa gestão ainda esteja muito focada no campo acadêmico, é um avanço metodológico no que se refere às discussões sobre gestão e patrimônio, bem como um reflexo

de anos de discussões sobre a importância de aplicar a multidisciplinaridade nos projetos arqueológicos.

Há diversos caminhos que podem ser percorridos para construir conhecimento de forma menos hegemônica e mais comprometida com a função social da arqueologia, sendo imprescindível considerar os pontos de vista dos sujeitos envolvidos na gestão do patrimônio arqueológico.

Os arqueólogos deveriam ter a responsabilidade ética de responder questões sobre o passado que ressoassem para as comunidades interessadas, não deixando de lado seus próprios interesses na pesquisa (HODDER, 2002). Isso demonstra como mudar o foco das pesquisas nas charqueadas pelotenses pode ressoar de várias maneiras para a sociedade atual.

A memória relativa às charqueadas em Pelotas está muito vinculada a um passado rico e promissor, em que bonitos casarões foram restaurados, formando um circuito turístico que valoriza os charqueadores e estancieiros do século XIX.

Pesquisar o passado escravista, através da arqueologia, está trazendo a tona outra materialidade que até então não estava relacionada com patrimônio e herança cultural.

Worden (2009), sobre patrimônio escravo na África do Sul, aponta que até o início dos anos 1990, a escravidão não era uma herança desejável, em uma sociedade onde a segregação tinha feito o ser branco um atributo social superior. Mesmo que em outro contexto, percebe-se como as questões raciais e de discriminação fazem com que os objetivos de pesquisa sejam alterados, influenciando a memória e o patrimônio oficial.

A pesquisa sobre a escravidão na África do Sul revelou as tensões entre os métodos acadêmicos de investigação histórica e arqueológica e as demandas públicas por provas tangíveis de um passado escravo. Os descendentes de escravos começaram a propor formas de pesquisa, pois até então, a população via com desconfiança as iniciativas da academia ou dos museus em valorizar o passado escravo, já que carregavam, tradicionalmente, a voz oficial. Somente com a colaboração, o passado escravo foi valorizado pelos descendentes e em diferentes níveis pela sociedade atual (WORDEN, 2009, p.32).

A pesquisa em arqueologia da escravidão em Pelotas está valorizando grupos até então silenciados no cenário acadêmico, que estavam e ainda estão em posição assimétrica na construção de conhecimento. A tentativa de uma gestão do patrimônio arqueológico relativo ao passado escravista está mostrando como o discurso patrimonial oficial é imbricado em muitas relações de poder e disputas políticas que tornam mais complexa uma gestão compartilhada do patrimônio.

Isso mostra também como é complexo a denominação de laboratórios de arqueologia como lugares de memória, uma vez que essa conceituação tem que perpassar questões como: que memória está sendo preservada nos laboratórios? É suficiente encontrar e salvaguardar objetos para se constituir como lugar de memória? De que forma e para quem essas memórias são construídas? Laboratórios de arqueologia são representativos para a comunidade em que estão inseridos? E muitas outras questões que ultrapassam a simples denominação de lugares de memória, para outras esferas que esse conceito envolve, desde as problematizações de Pierre Nora até estudos atuais sobre memória, identidade e valorização patrimonial.

Assim, para esse contexto analisado é importante discutir e refletir sobre a história da arqueologia, tanto em nível local, como de forma mais ampla, para entender como o discurso sobre uma história monumental das charqueadas ficou cristalizada na memória local/regional, e como isso tem influenciado na relação que as pessoas estão estabelecendo com os locais em que se está empreendendo pesquisas arqueológicas atualmente.

Assim, é possível se questionar em que medida a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico relativo à escravidão pode contribuir para que os vestígios do passado tenham

uma função social no presente, modificando e trazendo outras vozes para a construção de conhecimento sobre o passado pelotense.

Esse é um questionamento fundamental, que deve nortear a pesquisa, tornando-a sempre reflexiva e cada vez mais próxima das questões contemporâneas e das relações de poder que agem sobre as questões patrimoniais, em escala local e global.

Considerações finais

Essas reflexões sobre a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico relativo à escravidão em Pelotas/RS desenvolvida no LÂMINA/UFPEL permitem perceber como laboratórios de arqueologia também são lugares de memória e que podem contribuir em alguns aspectos com a valorização de memórias que interessam a determinados grupos sociais, conforme suas áreas de atuação e objetivos de pesquisa.

Mesmo que se considerem todos os laboratórios de arqueologia como lugares de memória, é preciso ter em mente que “preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. A memória não está aprisionada nas coisas, aguardando um herói libertador, ela se situa na relação entre o sujeito e o objeto de memorização” (CHAGAS, 2002, p. 18).

Isso significa que os laboratórios de arqueologia tem potencial para serem mais que depositários de fontes arqueológicas, e tornarem-se um elo entre a aquisição de vestígios arqueológicos, na maioria das vezes através de escavações, e sua divulgação, seja entre os pares, membros da academia, ou buscando parcerias para que o conhecimento seja produzido e comunicado de forma compartilhada entre diferentes atores sociais.

Nesse sentido, desenvolver a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico é uma maneira para que os laboratórios de arqueologia sejam lugares de memória atuantes na sociedade contemporânea e possam ser lugares de negociação de identidades, lugares de preservação do patrimônio, lugares de construção coletiva do conhecimento, lugares cada vez mais plurais e problematizadores das questões que envolvem as relações de poder que atuam sobre a preservação do patrimônio cultural.

Referências

ANJOS, Giullia Caldas dos. **Brincando de Arqueologia em Pelotas**: História e Arqueologia Pública na Charqueada Santa Bárbara (RS – Brasil). Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

ENDERE, M. L. CURTONI, R.P. Patrimônio, Arqueologia e Participação: sobre a noção de paisagem arqueológica. CURTONI, R.P. ENDERE, M.L. (ed.) **Análisis, Interpretación y Gestión en la Arqueología de Sudamérica**. Argentina. Serie Teórica. V.2. Unicen, 2009.

FERGUSON, T. J. CHANTHAPHONTH, C.C. **History in the land**. The University of Arizona Press, 2006.

FERREIRA, Lúcio Menezes Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: algumas interfaces. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol.3, n.1. jan-jun. 2009.

_____. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Métis**: História e Cultura. Vol. 8, n. 16, jul-dez. 2009a.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. Arqueologia da Escravidão e Museus. **Revista Museus**, 2011. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=28648>. Acesso em 19/02/2013.

HAMILAKIS, Y. ANAGNOSTOPOULOS, A. What is the archaeological ethnography? **Public Archaeology: Archaeological Ethnographies**. Vol. 8. N. 2-3, 2009, p.65-87.

HODDER, Ian. Ethics and Archaeology: The Attempt at Catalhoyuk. **Near Eastern Archaeology**, Vol. 65, No. 3, (Sep., 2002), pp. 174-181.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, n.10, 1993.

ROSA, Estefânia Jaékel da. **Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identificação do Patrimônio local**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

WORDEN, Niger. The Changing Politics of Slave Heritage in the Western Cape, South Africa. **Journal of African History**, 50, 2009, pp. 23-40.

Casarão Assumpção – Revelando memórias

Débora Garcia Kickhöfel⁴¹

Nara Nilcéia da Silva Santos⁴²

Débora Clasen de Paula⁴³

Resumo

Este trabalho apresenta o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Casarão Joaquim Augusto Assumpção” que surge através do interesse dos alunos do curso de bacharelado em Turismo da UFPel, sediado no Casarão. Com o objetivo de buscar a história através das vivências de antigos moradores e pessoas ligadas a ele revelando parte da memória da sociedade pelotense. Esta se desenvolve através da revisão bibliográfica, levantamento de fontes documentais e história oral. Como resultado, constitui-se um acervo de fotografias, documentos sobre o casarão e de história oral. O levantamento histórico faz-se através de bibliografias, inventários e pesquisas em jornais antigos, bem como entrevista a dois antigos moradores, netos do Senador Joaquim Augusto Assumpção. Contudo, oportunizam-se reflexões sobre o cotidiano da elite pelotense e seus desdobramentos da sociedade atual. E, ainda através das vivências, hábitos e costumes familiares do casarão, contribuir para a construção da memória e valorização do patrimônio histórico.

Palavras-chave: Joaquim Augusto Assumpção, patrimônio, história, memória.

Introdução

A riqueza e opulência encontrada nas ruas e fachadas dos casarões pelotenses demonstram um passado de intensa atividade econômica e prosperidade. Esse fato faz de Pelotas, no Rio Grande do Sul, um local extremamente atrativo para aqueles que apreciam o patrimônio histórico e a história que a cidade carrega.

Dentre o patrimônio edificado está a casa de moradia do Senador Joaquim Augusto Assumpção, uma das mais belas do Centro Histórico de Pelotas. Pouco se sabe acerca do cotidiano da casa e, até mesmo a data de sua construção é indefinida. O casarão foi habitado pelo Senador Joaquim Augusto de Assumpção, sua família e seus descendentes desde meados 1880 até 1990. Após o uso como moradia, o casarão foi comprado pelo Grupo Santander e doado a Universidade Federal de Pelotas que instalou em suas dependências o Curso de Bacharelado em Turismo em 2006. Este fato levou a elaboração do Projeto de Pesquisa “Casarão Joaquim Augusto Assumpção” uma vez que, os alunos do Curso tinham demonstrado interesse em saber como viviam as pessoas que habitaram a casa, qual o uso de cada peça e também, a comunidade pouco sabe sobre estas e outras questões.



FIGURA 1 – Casarão Senador Joaquim Augusto Assumpção
Fonte: GUTIERREZ, 2005.

⁴¹ Bacharel em Turismo - UFPel - E-mail: deboragk@bol.com.br

⁴² Profª. MSc. do Curso de Bacharelado em Turismo - UFPel - E-mail: nrsantos@terra.com.br

⁴³ Profª. MSc. Do Curso de Bacharelado em Turismo – UFPel – E-mail: deboraclasen@hotmail.com

A partir destas indagações iniciais, o Projeto propôs a pesquisa da história da casa por meio da busca das vivências de antigos moradores e pessoas ligadas a estes. Ou seja, pessoas que mantiveram contato com a casa durante o período em que esteve habitada pela família Assumpção. Desta forma, foi possível narrar e revelar detalhes da história da elite pelotense, bem como aspectos da sociedade como um todo registrando e salvaguardando parte de sua memória.

Metodologia

A metodologia empregada foi revisão bibliográfica, o levantamento de fontes documentais e a história oral. Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica tendo por base o estudo intitulado “Histórico da Casa do Senador Joaquim Augusto Assumpção: do Final do Século XIX ao Início do XXI. Pelotas/RS” (GUTIERREZ, 2005) e o Nobiliário Sul-Riograndense editado em 1937.

No que tange as fontes documentais foram levantados os inventários de Joaquim José de Assumpção e Cândida Clara de Assumpção, além da pesquisa em jornais de circulação diária a partir de 1880. Consultou-se também o arquivo de fotos do Ponto de Cultura da Universidade Católica de Pelotas.

Por fim, utilizou-se a metodologia da história oral entendendo que esta, tal como expõe Freire e Pereira (2002), permite colher informações sobre o passado “gravando as memórias daqueles que o viveram, ou dos que ouviram histórias de pessoas mais velhas, da família ou da localidade.” (FREIRE e PEREIRA, 2002, p.124).

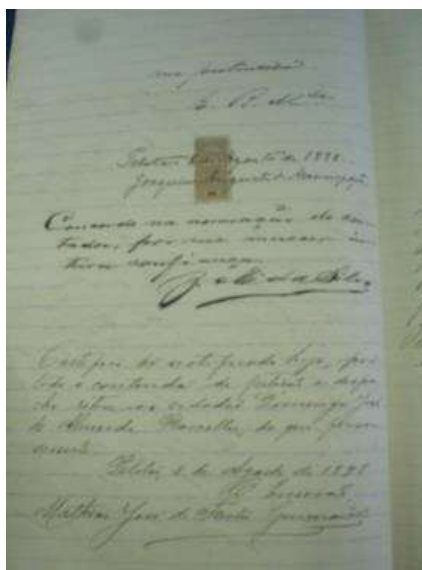
Resultados e discussões

A pesquisa objetivou alcançar como resultado a constituição de um acervo de fotografias e documentos sobre o Casarão, bem como de história oral. Foi realizado um levantamento histórico por meio de revisão bibliográfica, inventários do Joaquim José de Assumpção e Cândida Clara de Assumpção, e pesquisa em jornais de Pelotas a partir de 1880. No que tange a história oral foram entrevistados dois antigos moradores da casa. Nas pesquisas realizadas na Biblioteca Pública Pelotense em jornais de circulação diária no século XIX foram encontrados artigos noticiando casamentos, falecimentos e outros fatos envolvendo a família Assumpção.

Além disso, por intermédio das páginas de notícias e de classificados dos periódicos foi possível conhecer e depreender valores e costumes da sociedade pelotense. Outra fonte importante para elucidar a genealogia da família foi o Nobiliário Sul-Riograndense, livro editado em 1937 e que traz em suas páginas a reprodução de imagens e informações acerca da vida de sulriograndenses agraciados com títulos de nobreza. Dentre estes, tem-se a trajetória de Joaquim José de Assumpção (Barão de Jarau) e sua descendência, filhos e netos. Com estas informações foi possível estruturar parte da árvore genealógica da família, o que possibilitou um melhor entendimento a respeito dos antigos moradores da casa constantemente referidos pelos entrevistados.

[illegible]

Por fim, a árvore genealógica pôde ser complementada com informações adquiridas em uma visita à parte antiga do Cemitério São Francisco de Paula que possui mausoléus e jazigos pertencentes às famílias da elite da cidade. A partir destes dados foi possível consultar os inventários dos Barões de Jarau que se encontram disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Os inventários dos Barões do Jarau permitiram quantificar os bens deixados para o Senador Joaquim Augusto de Assumpção, o primogênito, e sua irmã, Ernestina Augusta de Assumpção, bem como o valor destes bens e a localização dos imóveis e propriedades. Sendo assim, possibilitaram dimensionar a fortuna que a família Assumpção possuía e que foi legada às gerações que se seguiram.



Com estas informações e um mapa do centro histórico de Pelotas (com os primeiros loteamentos), foram identificadas as ruas em que se situavam terrenos e imóveis mencionados nos inventários e, também, algumas ruas citadas nos jornais consultados. Ainda, para ter um panorama das modificações pelas quais a cidade de Pelotas passou, e em especial o centro histórico – em virtude da localização do casarão de Joaquim Augusto de Assumpção – foi realizada pesquisa no arquivo de fotos do Ponto de Cultura da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Teve-se acesso às fotos aéreas da Praça Coronel Pedro Osório, das ruas do centro histórico mostrando as fachadas dos casarões nele situado e, em especial, do casarão do Senador. Em pesquisas no *site* Simões Lopes foi possível confirmar datas de nascimento e

falecimento dos Barões de Jarau de Joaquim Augusto de Assumpção, sua irmã Ernestina, sua esposa Maria Francisca Mendonça de Assumpção, além da data de seu casamento e, as datas de nascimento dos onze filhos. Na visita ao Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção, situado na praia do Laranjal, o qual abriga o Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção, tomou-se conhecimento de bens pessoais utilizados por Joaquim Augusto de Assumpção e sua família, como caixa de doações, livros, móveis, objetos de decoração, objetos pessoais, utensílios de cozinha, roupas, entre outros.



FIGURA 4 – Caixa de doações
Fonte: Museu Helena Assumpção, 2010.

Para criar o acervo de história oral acerca do casarão de Joaquim Augusto de Assumpção foram feitas entrevistas com dois netos do Senador.

Sendo assim, por meio desta metodologia foi possível descortinar parte das vivências dentro das dependências do casarão, costumes da época, bem como identificar outras pessoas que poderiam ser entrevistadas pelo Projeto. Ainda há muitos dados a serem coletados, pessoas a serem entrevistadas, bem como lacunas a serem supridas no que tange a reconstrução da memória familiar e do cotidiano do Casarão.

Conclusões

Portanto, considera-se que, o desenvolvimento desta pesquisa foi de grande valia, pois é uma forma de tornar conhecida uma parte da história de Pelotas, assim como oportunizar reflexões sobre o cotidiano da elite pelotense e seus desdobramentos na sociedade atual. Cabe destacar ainda que, ao abordar as vivências, hábitos e costumes da família que residia no casarão, contribui-se para a sua valorização enquanto suporte material de uma história que possibilita reflexões críticas sobre a construção da memória e da sociedade pelotense.

Ao buscar a construção da memória, atenta-se para as discussões propostas por Le Goff (1989) quando relaciona memória e poder percebendo os esquecimentos e silêncios como reveladores do mecanismo de manipulação da memória coletiva. Desta forma, tal como referem Murta e Goodey, “em qualquer cultura, as lembranças pessoais e as experiências passadas, as fotografias desbotadas e os registros de eventos familiares fornecem marcos de vidas individuais e são de grande valor para o processo de interpretação do patrimônio”. (MURTA; GOODEY, 2002, p.14)

Sendo assim, ao buscar o cotidiano da casa busca-se valorizar o prédio considerado patrimônio histórico.

Referências

FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, Stela; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p.121-130.

GUTIERREZ, Ester Judite; SANTOS Carlos Alberto; ESSINGER, Cíntia; RIBEIRO, Juliana. **Histórico da casa do Senador Joaquim Augusto Assumpção**: do final do século XIX ao início do XXI. Pelotas. RS. Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo – NEAB/FAUrb/UFPel.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas: Ed. Unicamp, 5ª Ed. 2003.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p.13-46.

PORTO ALEGRE, Arquivo Público de Estado do Rio Grande do Sul. Processos de inventário **Baronesa de Jaráo**. Pelotas, nº187, maço 6. 2º Cartório Cível de Pelotas, 1895.

PORTO ALEGRE, Arquivo Público de Estado do Rio Grande do Sul. Processos de inventário **Barão de Jaráo**. Pelotas, nº228, maço 6. 2º Cartório Cível de Pelotas, 1898.

Resumo

Este artigo pretende apresentar alguns conceitos, metodologia e reflexões que estão sendo trabalhados na pesquisa de doutorado que está em andamento dentro do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do ICH/UFPel na linha “Instituições de memória e gestão de acervos”, que tem como título “As Reservas Técnicas em Museus: Um Estudo sobre os Espaços de guarda dos Acervos”.

Palavras-chave: Reserva técnica, museu, lugar de memória, acervos, conservação.

Introdução

Este artigo pretende apresentar alguns conceitos e reflexões que estão sendo tratados dentro da pesquisa de doutorado que está sendo realizada dentro da linha “Instituições de memória e gestão de acervos” do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do ICH/UFPel, que tem como título “As Reservas Técnicas em Museus: Um Estudo sobre os Espaços de guarda dos Acervos”.

O problema apresentado é porque as reservas técnicas, que são o local de guarda dos acervos da instituição museológica, muitas vezes são esquecidas ou até negligenciadas, justamente elas que armazenam as coleções e os objetos que possibilitam a preservação da memória e do patrimônio de uma sociedade. É através da conservação destes objetos que o museu consegue comunicar e educar, por isso, a importância do trabalho que tenta estabelecer condições de conservação eficazes e sustentáveis, a fim de dar maior visibilidade a estas áreas que são o coração do museu.

O objetivo geral do projeto de doutorado é desenvolver uma pesquisa sobre as condições de conservação de acervos em áreas de guarda em instituições museais.

“Os Museus, as bibliotecas, arquivos, e cinematecas servem para guardar e tombar as nossas memórias móveis e frágeis” (CASANOVAS, 2008, p.13), a partir da citação do português José Augusto França que prefaciou o estudo sobre conservação preventiva de Casanovas, pretende-se mostrar a importância das áreas de reservas técnicas dentro das instituições, pois são nelas que estão guardadas nossas memórias e parte de nosso patrimônio.

Para Mirabile (2010) as reservas técnicas, assim como os espaços de exposição, são partes do museu e não devem ser consideradas como espaço secundário, muito menos serem projetadas como os bastidores de um palco principal.

É preciso observar que as reservas técnicas foram criadas para armazenar as coleções e objetos que não estavam em exposição. Acredita-se que as primeiras reservas técnicas surgem com os próprios museus, já que os museus não conseguiriam expor todo o acervo acumulado. Por isto, a necessidade de fazer uma breve revisão sobre museus e suas funções.

Françoise Choay (2001) relata em seu livro “A alegoria ao patrimônio” que o museu moderno recebe seu nome mais ou menos ao mesmo tempo em que o monumento histórico,

⁴⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Professora do Departamento de Museologia e Conservação e Restauro/ICH/UFPel. Mestre em História pela PUCRS, Especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais pelo CECOR/EBA/UFMG, Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos pelo ILA/UFPel, Bacharel em Pintura pelo ILA/UFPel e Bacharel em Gravura pelo ILA/UFPel. E-mail: andreabachettini@gmail.com

⁴⁵ Professora do Departamento de Museologia e Conservação e Restauro e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: julianeserres@gmail.com

institucionaliza a conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigos e prepara o caminho para a conservação dos monumentos de arquitetura.

De acordo Carreño (2004) o museu teve sua origem no recolhimento e na conservação de objetos valiosos, que para o autor são chamados de bens culturais, que, em princípio, se reuniram para ostentação de poder, admiração das qualidades e também com fins científicos, para finalmente fins educativos, colocando-os ao alcance da sociedade.

O Conselho Internacional de Museus - ICOM surgiu no ano de 1946, diretamente ligado à UNESCO, com o objetivo de promover os interesses da museologia e todas as áreas e disciplinas que envolvem o museu.

A definição mais recente de Museu, de 2007, do ICOM diz:

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES, 2013, p.64).

De acordo com Poulot (2013) o ICOM ao longo das décadas de 1960 e 1970 assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidades social dos museus e do patrimônio, por meio das conferências gerais, mas também pelas publicações de múltiplos documentos de seus diferentes comitês.

As funções do museu foram sendo modificadas e adequadas de acordo com as demandas das sociedades, portanto, vão sendo incorporadas as definições de Museu do ICOM.

Estas diferentes definições de Museu do ICOM mostram que o museu está em constante evolução e sempre se adequando as sociedades nas quais estão inseridos. Durante muito tempo a definição não sofreu alteração, por mais de 30 anos a definição de 1974 foi referência para área:

“o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES, 2013, p.64).

O que se pode observar analisando as definições do ICOM apresentadas é que elas não têm alterações significativas, mas o que se percebe é que o patrimônio imaterial foi incorporado à última definição de 2007, acompanhando a recente valorização do patrimônio imaterial.

Outro aspecto que se observa é que o museu e a conservação estão há muito tempo interligados e que este vínculo entre os dois tem sido determinante para desenvolvimento da instituição museológica.

Pode-se dizer que conservação é um dos pilares das instituições de guarda dos acervos, pois nestas instituições são armazenados objetos que representam a cultura de um determinado povo, é, portanto, o local onde está armazenado o nosso patrimônio cultural.

O armazenamento desse patrimônio cultural é um dos grandes desafios das instituições museais, pois a responsabilidade da conservação dos museus é duplicada com a entrada da preservação do patrimônio imaterial, guardar não só o material, o artefato, mas os significados que este objeto guarda, a sua representação simbólica.

Quando se fala em armazenamento logo vem à lembrança os locais onde são acondicionados este patrimônio, e é justamente nas reservas técnicas que ficam os maiores tesouros dos museus, local que deveria ser priorizado dentro da instituição.

As reservas técnicas, em algumas instituições, lembram depósitos desorganizados (FIG.01). Sem dúvida, existem instituições em que as reservas técnicas (FIG.02) apresentam as condições ideais estabelecidas pelos organismos internacionais, mas são muito poucas e, geralmente, estão localizadas em museus nas grandes cidades.



FIGURA 01: Imagem mostra o exemplo de uma reserva técnica desorganizada.

Fonte: <http://www.re-org.info/images/stories/storage%20area%20before%20reorganization.jpg>

Metodologia

A metodologia empregada no projeto está baseada no levantamento bibliográfico e em estudos relacionados aos museus, conservação preventiva, de reservas técnicas e em pesquisa de campo, que consiste em visitas a reservas técnicas e na elaboração de diagnóstico de conservação nas instituições selecionadas para fazer parte do projeto.

A metodologia segue os seguintes passos: revisão bibliográfica sobre o tema no Brasil e no exterior; seleção das instituições museais para fazer parte do projeto; seleção da ferramenta diagnóstica que se encontra validada na literatura; realização de um diagnóstico das instituições em relação à conservação e guarda de seus acervos; entrevistas com profissionais das instituições museológicas, diretores, técnicos, museólogos, conservadores-restauradores; realização de visitas às reservas técnicas dos museus, nacionais e internacionais; a investigação e análise das condições que proporcionarão a implementação e reorganização de reservas técnicas sustentáveis.

A coleta de dados está sendo feita através da aplicação de uma ferramenta para analisar a conservação das coleções nas áreas de guarda dos acervos para montagem de um diagnóstico preciso sobre a conservação.

As ferramentas que estão sendo utilizadas estão disponíveis na literatura, a saber: primeiramente, “Parâmetros para Conservação de Museus, Arquivos e Bibliotecas” de 2004. E em segundo, “Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva” de 2008. Estas duas ferramentas foram adaptadas para serem aplicadas no Brasil e têm o objetivo de diagnosticar e desenvolver soluções apropriadas e sustentáveis para problemas que afetam as coleções.



FIGURA 02: Imagem de uma reserva técnica desorganizada.

Fonte: <http://www.revistadacultura.com.br:8090/revista/rc46/index2.asp?page=capa>

Outra ferramenta que se pretende estudar é a desenvolvida pelo programa RE-ORG do ICCROM⁴⁶, que apresenta para reorganização de reservas técnicas quatro áreas de ação: gestão, edificação/espço, coleção e mobiliário/equipamentos e possivelmente orientará a proposta de intervenção que se pretende realizar em uma reserva técnica.

Ainda serão realizadas consultas e entrevistas (FIG.03) com especialistas da área da conservação de acervos e com profissionais das instituições museais selecionadas.

⁴⁶ International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais) é uma organização intergovernamental dedicada à conservação do património cultural. Os seus membros são Estados individuais que tenham declarado a sua adesão a ele. O ICCROM existe para servir a comunidade internacional representada por seus Estados-Membros, que atualmente são em número de 133. É a única instituição do género a nível mundial, com um mandato para promover a conservação de todos os tipos de património cultural, tanto móveis e imóveis. Disponível em: <http://www.iccrom.org/about/what-is-iccrom/>. Acessado em 07/09/2014 às 18h:10min.

Projeto de Pós-Graduação em
Memória Social e Patrimônio Cultural

Entrevista

Projeto de Doutorado: AS RESERVAS TÉCNICAS EM MUSEUS UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS DE GUARDA DOS ACERVOS
Linha de Pesquisa: INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E GESTÃO DE ACERVOS
Coordenadora: Profa. Ma Andréa Lacerda Bachettini (Departamento de Museologia e Conservação e Restauro – ICH/UFPE)
Orientadora: Profa. Dra. Juliana Conceição Pinheiro Sereia (Departamento de Museologia e Conservação e Restauro – ICH/UFPE)
Bolsista de Iniciação Científica: Amanda Scattolon (Acadêmica do Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais)

Nome do entrevistado:

Instituição:

Data:

1. Qual sua atuação e experiência na área de conservação de bens culturais dentro da instituição?
2. Na sua instituição existe reserva técnica?
3. Quantos profissionais atuam na reserva técnica ou nos espaços de guarda da instituição?
4. Quais as características de seus espaços de guarda?
5. As áreas de exposição e as reservas são climatizadas?
6. Existe monitoramento das condições ambientais nestes locais?
7. As reservas técnicas oferecem condições mínimas adequadas aos acervos armazenados?
8. Quais dificuldades você encontra para manter as condições adequadas na reserva técnica para guarda na sua instituição?
9. Como você vê o envolvimento dos diretores das instituições em relação à reserva técnica?
10. Qual é a sua opinião em relação às reservas técnicas serem abertas ao público para visitação e pesquisa do acervo?
- 11) A instituição já apresenta algum trabalho nesse sentido?
- 12) Como você percebe a reserva técnica dentro das instituições? Existe a valorização da reserva?
- 14) Qual a importância da reserva para o museu?
- 15) Na sua percepção houve alguma mudança da reserva técnica ao longo dos anos na sua instituição?

FIGURA 03: Entrevista com profissionais que atuam das instituições museais.
Fonte: Andréa Lacerda Bachettini, 2014.

A pesquisa está seguindo o cronograma proposto inicialmente, e as informações coletadas estão sendo armazenadas para formação do suporte teórico.

Já foi realizada a revisão bibliográfica sobre o tema, neste momento está sendo realizada a coleta de dados *in loco*, as instituições estão sendo contatadas para aplicação das duas ferramentas diagnósticas. Para formação do diagnóstico da instituição, os funcionários da área da conservação e diretores dos museus são convidados a preencher os questionários de avaliação.

Foram selecionadas até o momento quatro instituições, duas na cidade de Pelotas e duas na cidade do Rio Grande, na primeira cidade, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e Museu Municipal Parque da Baronesa. Já na segunda cidade o Museu da Cidade do Rio Grande e Pinacoteca Matteo Toniatti, da Secretaria Municipal de Cultura. A escolha destas instituições se deu pelo fácil acesso aos profissionais e diretores que são parceiros em outros projetos junto aos cursos de Museologia e Conservação e Restauro do ICH/UFPEl.

Concomitantemente às aplicações das ferramentas diagnósticas nas instituições, estão sendo realizadas visitas nas áreas de reservas técnicas destas instituições e nelas estão sendo colocados aparelhos “Datalogger”⁴⁷ para que durante 24 meses seja feito o registro e monitoramento ambiental destes espaços de guarda. Estas informações serão muito importantes para a proposta de readequação e qualificação destes espaços dentro das instituições.

⁴⁷ O datalogger é uma aquisitor de dados ou registrador gráfico (são a mesma coisa), é um equipamento capaz de armazenar leituras de outros instrumentos de medição desde que estes transmitam a informação de alguma forma (analógica ou digital). Alguns modelos de dataloggers, possuem sensores internos, capazes de efetuar a medição e gravar na memória. Os dados adquiridos são normalmente visualizados posteriormente com a utilização do mesmo integrado a uma estação PC e se utilizando de um software específico ou então o próprio Hiper terminal, normalmente, pode-se utilizar a maior parte dos sensores industriais disponíveis no mercado. Disponível em: <http://romiotto.com.br/loja.php/pagina/o-que-e-datalogger>. Acessado em: 7/09/2014 às 18h:25min.

Considerações Finais

A pesquisa está em seu segundo ano, mas ainda não se tem dados suficientes para conclusões, o que se pode é apresentar aspectos que se tem observado no desenvolvimento da pesquisa, através da revisão bibliográfica, nos museus visitados e em entrevistas realizadas.

Primeiramente, a falta de profissionais específicos da área da conservação efetivos nas instituições.

Em segundo, a falta de bibliografia sobre o tema é uma realidade, o que se encontram são publicações gerais sobre museus, mas especificamente sobre reservas técnicas é praticamente inexistente.

Outro aspecto que merecerá importante atenção é a invisibilidade das áreas de reservas técnicas dentro das instituições, se comparadas com as áreas expositivas.

Ainda está sendo observado dentro da pesquisa é a recente, mas crescente, discussão sobre a abertura a visitação das reservas técnicas dos museus, alguns estudiosos da área de museus apresentam argumentos que a abertura seria uma forma de democratização dos acervos, permitindo assim o acesso às reservas técnicas.

Percebe-se que a problemática de acesso às reservas técnicas merece atenção especial, levando em consideração em primeiro lugar a segurança dos acervos, como diz artigo 23 do Estatuto dos Museus: “Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações”.

Finalizando, as áreas de reserva na maioria dos museus não têm as condições ideais como são preconizadas pelos organismos internacionais, por isso a necessidade de estudos que instrumentem as instituições para qualificação e implementação de reservas técnicas compatíveis com a realidade de cada região.

Referências

CARREÑO, Francisco Javier. **Curso de Museologia**. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

CASANOVAS, Luís Efreim Elias. **Conservação Preventiva e Preservação das Obras de Arte**. Lisboa: Edições INAPA e Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. **Conceitos - chave de museologia**. São Paulo: Armando Colin, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FRONER, Yacy-Ara e SOUZA, Luiz Antônio Cruz. (org.) **Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios. Tópicos em conservação preventiva 3**. Belo Horizonte: LACICOR /EBA /UFMG, 2008.

FRONER, Yacy-Ara e SOUZA, Luiz Antônio Cruz. (org.) **Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva. Tópicos em conservação preventiva 1**. Belo Horizonte: LACICOR /EBA/UFMG, 2008.

ICCROM. What is ICCROM?. Disponível em: <http://www.iccrom.org/about/what-is-iccrom/>. Acessado em 07/09/2014 às 18h:10min.

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acessado em: 20/12/12 às 06h:34min.

MIRABILE, Antônio. **A Reserva Técnica também é Museu**. In: Boletim da Abracor, Nº1. Rio de Janeiro: ABRACOR, 2010.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RE-ORG. ICCROM. Disponível em: <http://re-org.info/es/items/item/34-storage-reorganization-methodology>. Acessado em: 19/12/12 às 13h:49min.

Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. **Parâmetros para Conservação de Acervos**. Museologia. Roteiros Práticos nº 5. São Paulo: EDUSP e Vitae, 2004.

Proposta de conservação preventiva para a coleção de réplicas do Centro de Memória da Escola de Arquitetura da UFMG

Raquel França Garcia Augustin⁴⁸

Magali Melleu Sehn⁴⁹

Resumo

A pesquisa aborda o diagnóstico de conservação de uma coleção de gesso para elaboração de uma proposta de conservação preventiva referente ao acondicionamento e armazenamento adequados das obras do Centro de Memória da Escola de Arquitetura da UFMG. Com base na análise da vulnerabilidade do material realizou-se o diagnóstico das peças, assim como dos sistemas de documentação e armazenamento utilizados para elaborar uma proposta de conservação que viabilizasse a preservação do acervo de uma forma executável e o acesso às informações referentes aos itens.

Palavras-chave: conservação preventiva, reserva técnica, acondicionamento, documentação, metodologia.

Introdução

Em 1979, a UNESCO lançou uma publicação intitulada “*Museum Collection Storage*” na qual comenta que provavelmente a maioria dos danos sofridos por acervos são decorrentes de sua guarda inadequada e não de outros fatores, e, que este armazenamento geralmente é fruto de falta de conhecimento, recursos e infraestrutura. Há pouco tempo, o programa RE-ORG, desenvolvido entre 2007 e 2010 pelo ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) em parceria com a UNESCO, retomou esse tema e divulgou um levantamento das condições de armazenamento internacional através do qual se pode constatar que muitas instituições apresentam os mesmos problemas indicados na publicação de 1979, além de outros.

Partindo da premissa “conservar para não restaurar”, verificando a realidade de guarda da coleção de réplicas de gesso do Museu da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (MEA-UFMG) e a vulnerabilidade ao manuseio inadequado próprio à materialidade da coleção, a necessidade de uma proposta de organização do espaço se tornou veemente. Perante a possibilidade de implantar o conhecimento adquirido sobre conservação preventiva e noções de museologia, o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso do qual deriva este texto foi proposto. A monografia foi intitulada “Conservação preventiva: acondicionamento e armazenamento da coleção de réplicas em gesso do Museu da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG”. A metodologia adotada para seu desenvolvimento foi pesquisa bibliográfica e análises de campo, que se basearam na forma de análise indicada pelo programa RE-ORG.

O acervo

O MEA-UFMG se caracteriza como um centro de memória universitário, subordinado à Escola de Arquitetura da UFMG e, atualmente, à Rede de Museus da UFMG. Sua principal coleção é composta por réplicas de esculturas e ornamentos arquitetônicos de procedência mineira e francesa cujos principais suportes são gesso e argamassa mista. Segundo

⁴⁸ Bacharel em Conservação Restauração de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), rfgaugustin@gmail.com.

⁴⁹ Doutora em Poéticas visuais pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG, msehn@eba.ufmg.br.

documentos institucionais essa coleção, denominada “Réplicas de Obras de Arte Mundiais” foi formada entre as décadas de 50 e 70, por meio da incorporação de modelos estrangeiros existentes na Escola e da produção de peças nacionais pelo professor Aristocher B. Meschessi e sua disciplina de Modelagem.

Atualmente a coleção possui um total de 282 itens de gesso dentre os quais existem obras bidimensionais, tridimensionais, pedaços de fôrmas e sacos de fragmentos (QUADRO 1) armazenados em reserva técnica ou expostos. A partir disso constata-se que dois terços do acervo é composto por peças formalmente íntegras⁵⁰, sendo as obras bidimensionais, relevos e; as tridimensionais, cabeças, esculturas de pequeno e grande porte e bustos de médio porte.

Tipo de peça	Quantidade em reserva	Quantidade exposta	Total
Relevos	71	29	100
Cabeças	13	2	15
Esculturas de pequeno porte	6	4	10
Bustos de médio porte	27	14	41
Esculturas de grande porte	20	2	22
Sacos de 0,11 m ³ preenchidos com fragmentos	44	-	44
Pedaços de fôrmas	50	-	50
Total de peças	231	51	282

Quadro 1 – Peças expostas x itens armazenados em reserva técnica. Fonte: da autora, 2014.

Atualmente 51 das peças em gesso estão em exposição ao longo do edifício e 231 estão armazenadas. Para compreender as condições de preservação a que a coleção está submetida foram analisados o estado de conservação das peças, e as situações atuais dos sistemas de documentação e armazenamento.

Análise do estado de conservação dos itens

Inicialmente foram pesquisadas as principais vulnerabilidades aos agentes de degradação a que as réplicas de gesso estão expostas. Para isso foram estudados os efeitos de cada um deles sobre o suporte, menos dissociação da informação e roubo e vandalismo. Com isto contatou-se que

1. o gesso é muito vulnerável a abrasões por ser um mineral de escala de dureza dois na escala de dureza de *Mohls*, podendo ser facilmente riscado ou lascado. Além disso, as peças deste material, as quais podem ser ocas ou densas, podem possuir áreas de fragilidade derivadas de inconstâncias na densidade da espessura do gesso (BARCLAY, 2007, p.1).
2. O gesso tende a ser poroso por existirem micro orifícios em sua estrutura que funcionam como uma armadilha para as sujidades. O acúmulo de poeira pode gerar a descoloração e deterioração do suporte em virtude da composição do material particulado. Para esculturas monocromáticas, a uniformidade da cor e textura, seja o material gesso, argila, pedra ou metal, ressalta o aspecto tridimensional da peça, sua forma, suas reentrâncias e acabamentos. No caso de réplicas destaca até mesmo seu caráter de cópia, representando uma unidade sólida, a matéria como suporte da informação cuja cor sem variações, nem mesmo tonais, aliada ao material escolhido (gesso) revela sua proveniência: a fôrma.
3. A flutuação dos valores climáticos deve ser minimizada devido à diferença existente entre os vários materiais utilizados nas peças, os quais absorvem e liberam água em

⁵⁰ Por peça formalmente íntegra subentende-se peça reconhecível, capaz de ser exposta após passar por um processo de restauração.

- níveis diferentes, assim como reagem ao calor e ao frio, sendo expandidos e retraídos em níveis distintos, o que pode gerar fraturas ou fissuras no suporte.
4. Chapman (1997) diz que as diferenças de tratamentos superficiais das obras geram problemas por ocasionarem taxas de resposta distintas à mudança ambiental, originando uma variação na sua capacidade de respirar, a qual pode promover a delaminação e a esfoliação do suporte.
 5. O gesso em si não é vulnerável à luz, entretanto, caso ele possua alguma camada de revestimento, essa pode sofrer descoloração se a peça for exposta a níveis de iluminação inadequados ao material dessa camada. Da mesma forma, não é suscetível ao ataque animal, entretanto, a estrutura interna de madeira de algumas peças é vulnerável a ataques de insetos xilófagos.
 6. Em relação ao fogo, materiais inorgânicos são menos suscetíveis à queima do que materiais orgânicos, mas mesmo assim o calor gerado pode deformar, descolorir, fundir e desidratar materiais inorgânicos a ponto de gerar fissuras ou até romper estruturas inteiras. Além disso, o fogo gera a produção de fumaça e a deposição de fuligem as quais originam as manchas escuras na superfície das peças e as cinzas, que se depositam sobre os objetos, respectivamente.

Em seguida, as peças armazenadas da coleção foram analisadas para averiguar a existência das degradações indicadas na bibliografia e de outras que não tivessem sido mencionadas, as quais não foram encontradas (QUADRO 2). Os dados demonstram que a maior parcela do acervo está submetida aos contaminantes e que boa parte dele sofre com as forças físicas também.

Agentes de deterioração	Parcela da coleção afetada
Forças físicas	Mais da metade apresenta abrasões no campo estado de conservação da ficha de inventário e mais de 40% apresenta áreas de perda e danos.
Contaminantes	Mais de 95% apresenta deposição de sujidades em vários níveis de acúmulo.
Umidade incorreta e temperatura incorreta	Mais de 17% apresenta fissuras ou fraturas decorrentes da flutuação das condições climáticas ou de choques e impactos em seu suporte ⁵¹ .
Água, fogo e luz	Não há indícios de degradação pelo contato direto com a água ou com o fogo, nem com os níveis de iluminação existentes.
Pestes	Apenas uma peça apresenta indícios de um ataque xilófago inativo.

Quadro 2. Relação agente de deterioração x parcela da coleção afetada. Fonte: da autora, 2014.

Realizou-se então uma breve análise de riscos com base na metodologia das escalas ABC desenvolvida por Michalski. Por meio dela foi possível constatar que as maiores ameaças às peças estudadas são os acidentes envolvendo forças físicas, a presença de contaminantes e a dissociação da informação. Em segundo plano aparecem o contato com a água, com o fogo, ou com pestes e a variação de umidade relativa do ambiente (GRÁFICO 1).

Diagnóstico dos sistemas de documentação e de armazenamento

O sistema de documentação do museu está em processo de desenvolvimento. Atualmente ele conta com formulários curatoriais formatados, mas ainda em processo de preenchimento, como o inventário e a catalogação. Aproximadamente 85% dos itens estão inventariados, destes, 57% estão catalogados e 11% estão em processo de catalogação.

⁵¹ A análise climática do ambiente não foi realizada em virtude da falta de dados suficientes para estabelecer as condições ambientais presentes nas salas durante o período de um ano.

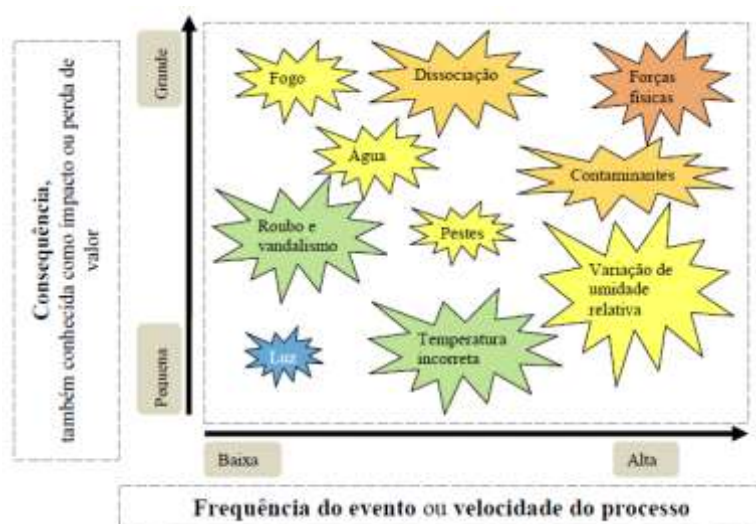


Gráfico 1 – Análise de riscos à coleção. Fonte: da autora, 2014.

O MEA conta com poucos formulários administrativos em uso, somente o mapeamento das peças (incompleto), fichas referentes ao estado de conservação dos itens, modelos de laudos técnicos e protocolos de preenchimento da catalogação e de instruções de manuseio e higienização dos itens. Existem documentos antigos referentes à aquisição das peças pelo museu que hoje são fontes de informações para pesquisa. Recentemente foram desenvolvidos modelos de fichas de entrada, saída, aquisição, empréstimo, exposições e conservação e localização a serem colocados em uso no futuro, possivelmente em um banco de dados.

Somente 62% dos itens da coleção apresentam número de registro e somente 65% das peças armazenadas em reserva técnica possuem etiquetas de identificação, o que dificulta o vínculo das informações coletadas às peças a que se referem, gerando o risco de dissociação da informação.

O sistema de armazenamento se divide em duas salas. Ambas, apesar de apresentarem uma boa condição física, não possuem condições propícias à preservação das obras por conta da falta de infraestrutura empregada. Elas detêm objetos armazenados diretamente sobre o piso, sistemas de acondicionamento insuficientes ou inexistentes e aglomeração de itens sobrepostos. Contam hoje com seis estantes metálicas fixas repletas de peças e duas mapotecas sub-utilizadas. A disposição dos objetos no mobiliário sempre em duas fileiras infere na manipulação desnecessária dos itens para ter acesso a um em especial, o que implica também na falta de visibilidade das peças. Em relação ao sistema de acondicionamento, 72% dos itens estão acondicionados sobre um suporte de papelão revestido com papel para minimizar o impacto da manipulação das peças e 5% apresentam uma capa de entretela sem goma para proteção contra a deposição de particulados.

Após a realização do levantamento volumétrico do acervo através da metodologia indicada por Walston e Bertram (1992) (QUADRO 3), foi constatado que é preciso uma ampliação e planejamento estratégico do espaço utilizado, pois a área que deveria ser ocupada é quase quatro vezes maior do que a ocupada atualmente, mas o volume indicado aumenta relativamente pouco em relação ao atual.

Tipo de peça	Área ocupada atualmente (m²)	Volume ocupado atualmente (m³)	Área que deveria ser ocupada (m²)	Volume que deveria ser ocupado (m³)
Bidimensionais	17,43	15,3	66,75	18,74
Tridimensionais (incluindo as fôrmas)	22,39	13,63	32,29	23,1
Fragmentos	6,93	4,85	150,6	7,75
Total	46,75	33,78	249,64	49,5

Propostas de acondicionamento, mobiliário para armazenamento e documentação,

Segundo Amaral (2011), a reserva técnica é, por definição, o local de armazenamento e acondicionamento seguro dos bens culturais que não estão em exibição, mas que continuam sob a responsabilidade da instituição museológica. A autora salienta que o espaço tem como escopo guardar e conceder o acesso a objetos que são fontes de conhecimento, educação e exposição. Froner (2008) comenta que o ambiente deve conter somente itens das coleções e precisa conceder condições estáveis quanto à:

[...] segurança contra acidentes, roubo e vandalismo; ao controle ambiental em relação aos elementos que promovem a degradação material das estruturas físico-químicas dos elementos que compõem os objetos das coleções, e armazenagem segura, envolvendo suportes e suplementos estáveis e inertes nos métodos de acondicionamento do acervo, além de mobiliário adequado. (FRONER; 2008, p.9).

É amplamente recomendado que o armazenamento das peças contenha diversas camadas de proteção: uma dada pelo edifício, uma pela sala, outra pelo mobiliário e a última pelo sistema de acondicionamento escolhido. Diante do que foi exposto aqui, foi proposta a implantação de sistemas de acondicionamento para o acervo, a substituição dos itens de armazenamento por módulos móveis, a utilização de um único espaço de guarda e a adequação do sistema de documentação, explicitados a seguir.

Acondicionamento

O acondicionamento é o primeiro sistema de proteção contra agentes de deterioração da peça, aquele que fica em contato direto com ela e, portanto precisa ser elaborado com materiais inertes, neutros e estáveis. Ele é um recurso utilizado para evitar o toque e o manuseio desnecessários nos itens da coleção. As soluções ponderadas para uma maior salvaguarda do acervo nesse aspecto foram a elaboração de capas de proteção para os bidimensionais e capas ou invólucros de proteção para os tridimensionais (FIGURA 1).

As capas podem ser realizadas com poliéster de gramatura mediana vincado e travado com um fecho, entretela de proteção sem goma fechada com um sistema de velcro ou algodão cru fechado com botões. Para os bidimensionais sem sistemas de sustentação foi pensada uma caixa de *foamboard* com uma janela de poliéster na parte superior, capaz de suportar o armazenamento horizontal. Os invólucros foram desenvolvidos com uma base rígida com capacidade amortecedora realizada em compensado naval, placa de polipropileno, policarbonato ou metacrilato; o material amortecedor pode ser espuma de polietileno expandido ou *foamboard* revestidos com algodão cru ou Tyvek® (FIGURA 2). O material de proteção contra a poeira pode ser folha de poliéster ou placas rígidas transparentes. O uso do material transparente já deixa a obra preparada para qualquer exposição, pois ele se transforma em uma espécie de vitrine pré-existente e transforma a reserva em um modelo de *Storage Visible* (AMARAL, 2011). Além das embalagens, sugere-se a forração das prateleiras das estantes com folhas de polietileno expandido para impedir a movimentação indesejada dos objetos.

Para os fragmentos recomendam-se duas opções úteis contra a vibração e movimentação: a disposição deles sobre placas de espuma de polietileno expandido delimitadas e revestidas ou sobre uma forração acolchoada de algodão cru ou entretela sem goma preenchida com o mesmo material nos espaços vazios. Há ainda a opção de escavar as placas para que os fragmentos fiquem encaixados, mas, como com as divisórias eles ficarão estabilizados quanto à vibração, não há necessidade de tal preciosismo.



Fig. 1. Modelo de invólucro de proteção confeccionado com base de madeira, foamboard revestido com Tyvek® e folha de poliéster.

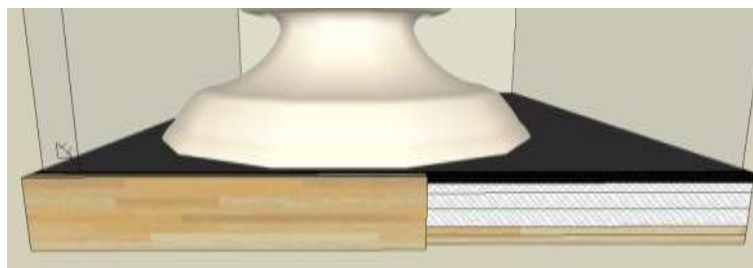


Fig. 2. Detalhe do modelo confeccionado com espuma de polietileno expandido. Foram aplicadas três camadas de espuma para absorver o peso da obra. Modelo elaborado no software SketchUp Make®.

Mobiliário para armazenamento

Para o mobiliário de armazenamento a melhor opção é a união de estantes deslizantes, plataformas deslizantes e trainéis fixos. O mobiliário deslizante é capaz de utilizar o espaço de forma racional, promover um acesso inteligente a ele e abrigar tanto os tridimensionais, os fragmentos e os bidimensionais sem sistema de sustentação por poderem conter tanto prateleiras quanto gavetas.

Para os tridimensionais de grande porte é necessário um mobiliário que facilite ao máximo seu manuseio, característica das plataformas deslizantes. Elas concedem acesso à peça por dois de seus maiores lados e as mantém em um suporte sem armazenamento vertical, o que permite erguer os itens sem preocupações quanto a abrasões decorrentes do contato com o mobiliário.

Para os bidimensionais com sistema de sustentação estável os trainéis são uma escolha perfeita, pois são grades acopladas a estruturas metálicas que permitem o armazenamento vertical das obras.

Sugere-se continuar com o modelo de disposição dos itens de acordo com a tipologia de obra, visto que o suporte de todos é o mesmo e o arranjo por tamanho, que é funcional. Na organização dimensional é importante que os itens de porte médio mais pesados sejam posicionados na parte inferior das estantes e os mais leves na parte superior. É importante também distribuir os itens mais pesados para que haja um equilíbrio de peso nas plataformas.

Documentação

O aperfeiçoamento do sistema de documentação é um ponto chave para a elaboração de projetos vinculados ao acervo, pois ele é que concederá o acesso a todas as informações já coletadas e produzidas pelo centro de memória sobre seus itens. Ele é o responsável por atrelar dados e impedir a dissociação do conhecimento encontrado e elaborado ao item com

que ele se relaciona. Por isso, propõem-se algumas alterações e inclusões no atual sistema utilizado, mais especificamente a adoção de um novo sistema de numeração para os itens que ainda não possuem registro; o aprimoramento do inventário, com a inclusão dos campos “categoria” e “peso” e a implantação dos formulários administrativos desenvolvidos. No que tange à gestão da reserva técnica sugere-se um mapeamento gráfico da reserva e um livro de controle de movimentação, para facilitar o acesso às peças e documentar a circulação dos itens. Por fim, todos os itens do acervo devem receber seu número de registro no suporte, com marcação em um local discreto por meio de tinta *naquim* sobre *Paraloid B72*, conforme indicam Hillhouse e Harrison (2014).

Considerações finais

A ciência da Conservação Preventiva prega a tomada de medidas que evitem a degradação dos bens culturais como primeira instância no tratamento dos riscos a que a peça em questão está vulnerável. A segunda instância de atuação é o bloqueio da ação dos agentes ali presentes. Considerando essa linha de ação entende-se que a existência de uma reserva técnica adequada em qualquer instituição detentora de acervo é primordial, pois ela tem como objetivo principal a salvaguarda e proteção dos bens culturais no seu interior. A infraestrutura de armazenamento desse local deve ser pensada da forma mais organizada e compacta que comporte o acervo, a fim de um melhor aproveitamento do ambiente. Ela deve ser ponderada para permitir o fácil acesso a cada objeto e deter uma distribuição lógica e prática.

Referências

AMARAL, J. R. Gestão de acervos: proposta de abordagem para a organização de reservas. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

AUGUSTIN, R.F.G; SEHN, M. M. Conservação preventiva: acondicionamento e armazenamento da coleção de réplicas em gesso do Museu da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 2014. 103 f. Monografia (Graduação em Conservação Restauração de Bens Culturais Móveis) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais.

BARCLAY, R. L. Care of Objects Made of Plaster of Paris. CCI Notes, Ottawa, 12/2, 2007. Disponível em: <http://www.cci-icc.gc.ca/publications/notes/12-2_e.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2013.

CHAPMAN, J. Storing and Handling Plaster Objects. Conserve O Gram, Washington DC, 8/2, 1997. Disponível em:< <http://www.nps.gov/museum/publications/conservoogram/08-02.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2013.

CCI. Agents of deterioration. 2014. Disponível em: <http://www.cci-icc.gc.ca/resources-ressources/agentsofdeterioration-agentsdedeterioration/index-eng.aspx>. Acesso em: 25 dez. 2013

FRONER, Y-A. Reserva Técnica. Belo Horizonte: LACICOR, EBA, UFMG, 2008. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.org/demucursos/web/caderno2.pdf>> Acesso em 16 set. 2012.

HILLHOUSE, S; HARRISON, M. Labelling and marking museum objects: SPECTRUM 4.0. Disponível em: < <http://www.collectionslink.org.uk/spectrum-resources/682-labelling-and-marking-museum-objects-spectrum-40>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

HORGAN, J. C. e JOHNSON, E. V. Museum collection storage. Paris: UNESCO, 1979. 58 p.

ICCROM-UNESCO International Storage Survey 2011: Summary of results. Disponível em: <http://www.iccrom.org/ifrcdn/eng/news_en/2011_en/various_en/10_21StorageSurveyResults_en.pdf>. Acesso em 4 jan. 2014.

RE-ORG. Disponível em: <<http://re-org.info/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

WALSTON, S.; BERTRAM, B. Estimating space for the storage of ethnographic collections. In: La Conservation Préventive, ARAAFU International Symposium, 3., 1992, Paris. La Conservation Préventive, ARAAFU 3rd International Symposium. Paris: ARAAFU, 1992, p.137-144.

A revitalização do Museu Histórico Farroupilha e seu impacto na comunidade de Piratini-RS

Gisele Dutra Quevedo⁵²

Joana Soster Lizott⁵³

Resumo

Esse trabalho aborda as reações da comunidade da cidade de Piratini a um profundo processo de transformação do MHF (Museu Histórico Farroupilha). Concebido e desenvolvido ancorado sob um dos acontecimentos mais significativos para a memória social sul-rio-grandense – a Guerra dos Farrapos –, o museu abrangeu inicialmente também as memórias locais, não necessariamente ligadas ao conflito. Após anos de imobilidade e desgaste, a instituição museológica passou por uma grande revitalização, priorizando unicamente a Guerra dos Farrapos e eliminando as referências estritamente locais. O processo de mudança, alicerçado em políticas de governamentais para o campo dos museus, foi extremamente influenciado pelo imaginário rio-grandense entorno da Guerra dos Farrapos. A recepção por parte da comunidade local, dividida entre duas memórias que são suas – a relacionada ao conflito e a da cidade – é tema desse artigo.

Palavras-chave: museu, revitalização, Revolução Farroupilha e identidade.

Introdução

O MHF situa-se em Piratini, em virtude da cidade ter sido palco da Guerra dos Farrapos⁵⁴, sendo a primeira e última Capital da República Rio-Grandense. A cidade de Piratini, portanto foi escolhida propositalmente para abrigar um local dedicado a memória do conflito.

O prédio escolhido para abrigá-lo sediou o Ministério da Guerra e a primeira escola pública para meninos durante a Revolução Farroupilha. O museu foi criado pelo Decreto Estadual nº 3.858, de 11 de fevereiro de 1953, com a missão de preservar e valorizar a memória da Revolução Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul, sendo o órgão representativo do período até os dias atuais.

Após décadas de existência, a instituição passou por um processo de revitalização, que o modificou radicalmente. A tão necessária mudança de caráter técnico, acabou interferindo nas referências essencialmente locais.

Nesse sentido, são abordadas as reações da comunidade piratiniense à essa transformação ocorrida em um dos seus símbolos mais representativos, buscando os motivos para o afastamento do público local e o alcance que a revitalização do museu teve na cidade de Piratini. Para tal, foi utilizado o relatório final acerca da revitalização, no qual constam pesquisas realizadas com os visitantes na reabertura do museu. Tal documento ainda permitiu que se conhecessem as intenções da equipe realizadora da mudança.

Como metodologia utiliza-se pesquisa documental, a partir da qual foi feita uma análise do acervo do arquivo de documentos e fotografias do MHF, bem como dos relatórios produzidos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional) e IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Estadual). No que tange o período da Revolução Farroupilha foram consultados os documentos da Coleção Varela nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁵²Graduada em História, Especialista em Gestão Educacional e Abordagens Ludopedagógicas, gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com

⁵³Graduada em Museologia, joanalizott@gmail.com

⁵⁴Confronto entre a Província de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul) e o Império do Brasil, ocorrido entre 1835 e 1845. Em 1838, foi proclamada a República Rio-Grandense, almejando a independência política em relação ao domínio do governo central, mas mantendo os laços econômicos com o resto do país, propondo federar-se às demais províncias que adotassem a forma republicana. Piratini foi a capital da nova República de 1836 a 1839 e posteriormente em 1843 até o final do conflito (PESAVENTO, 1992, p.39).

Como referencial teórico metodológico utiliza-se fundamentalmente os pressupostos da História Cultural, tendo como principais categorias de análise a memória, a identidade, o patrimônio, o imaginário e as representações. Dentre os principais referenciais trabalhados no campo da História Cultural destaca-se Candau (2011), Nora (1984).

Capítulo I – História de Piratini

Piratini foi o sétimo município gaúcho a ser criado no Primeiro Reinado pelo imperador Pedro I, em 15 de dezembro de 1830, desmembrando-se assim da Vila do Rio Grande.

Localiza-se na região Sul do Estado, limitando-se ao norte com os municípios de Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul; ao Sul, com os municípios de Herval e Pedro Osório; e a Oeste com Pinheiro Machado. Atualmente a área do município é de 3.459 km², tendo sido bem mais extensa, mas foi desmembrada ao final da Revolução Farroupilha como uma das formas de castigo imposto pelo Império, por sua adesão ao projeto dos revoltosos.

Quanto a atual sede do município de Piratini, consta que seu primeiro morador foi Antônio José Vieira Guimarães, sendo a sua residência o prédio histórico denominado Casa da Camarinha. Antônio Guimarães doou, no final do século XVIII, o terreno em frente à sua residência onde foi construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, filial da Igreja Matriz de São Pedro do Rio Grande.

A criação da capela deu início à povoação: os mais ricos passaram a construir suas casas nas proximidades, atraindo moradores de diversos pontos. O crescimento populacional, o desenvolvimento do plantio de cereais e algodão e da criação de gado chamou a atenção do governo português que elevou a povoação à freguesia em 03 de abril de 1810, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, compreendendo os territórios dos atuais municípios de Piratini, Pinheiro Machado, Candiota, Hulha Negra e parte de Bagé.

No auto de criação da Vila de Piratini está registrada a instalação do pelourinho, símbolo do poder oficial da vila, na Praça das Alegrias. O auto foi assinado por todos os cidadãos presentes, entre eles nomes que se destacariam na História de Piratini, como: José Lucas de Oliveira, José Dutra de Lemos; Bento Gonçalves da Silva; Bernardo Pires da Rosa e Manuel Lucas de Oliveira.⁵⁵

A primeira Câmara Municipal de Vereadores foi empossada em 13 de junho de 1832, dando início à organização administrativa e judiciária do novo município fazendo com que recebesse várias melhorias como a instalação do correio entre Piratini e São Francisco de Paula (Pelotas) em agosto do mesmo ano, criação da Comarca de Piratini em março de 1833, sendo o primeiro Juiz de Direito o piratiniense Dr. Joaquim Vieira da Cunha e a criação da cadeia civil.⁵⁶

Piratini foi elevada à categoria de cidade somente em 06 de abril de 1837, por decreto de Gomes Jardim, com a denominação de “Mui Leal e Patriótica Cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratini”, fazendo jus a essa denominação pela receptividade dispensada aos revolucionários farroupilhas. (CV – 5277)⁵⁷

Foi na Câmara Municipal de Piratini, em 5 de novembro de 1836, que oficialmente foi lavrada em ata a declaração de independência da Província e, em 6 de novembro de 1836, foi eleito o primeiro presidente da República Rio-Grandense, Bento Gonçalves da Silva, que se encontrava preso pelas tropas imperiais, assumindo, interinamente, o vice-presidente, José Gomes de Vasconcelos Jardim. A seguir, a transcrição da ata da Câmara municipal de Piratini de 6.11.1836:

⁵⁵ Ata da Câmara de Vereadores de Piratini – 1832. Arquivo de documentos do MHF.

⁵⁶ Idem 4.

⁵⁷ Coleção Varela encontrados nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol. 09, 1985, p.339.

Aos seis dias do mês de novembro de mil oitocentos e trinta e seis, primeiro da independência do estado Rio-Grandense, nesta vila de Piratini...

O Sr. Presidente, em nome da Câmara, fez saber aos expectadores que nesta sessão se havia proceder à eleição de Presidente e Vice-Presidente Constitucional da República, cumprindo ao mesmo convocar, logo que o permitam as circunstâncias, uma Assembleia Geral Legislativa Constitucional da República, em cujo seio depositará os poderes que se lhe delegam e governará fielmente este Estado pelas Leis em vigor em tudo aquilo que for compatível com nossas circunstâncias e estado de revolução em que nos achamos. O que, sendo ouvido pelos expectadores, passaram a depositar sobre a mesa suas cédulas, e o mesmo praticou a Câmara, a qual passando a proceder nos termos da apuração das mesmas publicou que a maioria absoluta de votos recaiu na pessoa do distinto patriota Exmo. Coronel Bento Gonçalves da Silva, e durante o seu impedimento na do cidadão José Antônio Vasconcelos Jardim e que para Vice-Presidente foram eleitos os cidadãos Antônio Paulo da Fontoura, o Coronel José Mariano de Matos, o Coronel Domingos José de Almeida e o cidadão Inácio José de Oliveira Guimarães.

Em nome da Câmara o Sr. Presidente da mesma convidou ao dito Exmo. Sr. Presidente e em geral aos expectadores para assistirem a um Te Deum Laudamos que manda celebrar em ação de graças. E de como esta Câmara assim resolveu e praticou, mandou lavar-se esta ata, em que assinaram todos os Srs. Vereadores; e eu Antônio Belarmino Ribeiro, Secretário da Câmara, que a escrevi.⁵⁸

Em 1836, Piratini dispunha de vários edifícios, onde poderiam ser instalados os serviços públicos, bem como boas condições de defesa, favorecidos pela localização estratégica que possibilitava a visualização dos inimigos a quilômetros de distância. Dessa forma, como já mencionamos, em 10 de novembro de 1836, Piratini foi escolhida oficialmente, como capital da República Rio-Grandense, sendo elevada à categoria de cidade, em 06 de abril de 1837.

Conforme Termo de Posse que faz parte do acervo de documentos do MHF, Bento Gonçalves da Silva foi empossado oficialmente como presidente da República Rio-Grandense em 16 de dezembro de 1837, visto que quando foi eleito estava na prisão no forte da Bahia e só conseguiu fugir de lá e voltar a Piratini, provavelmente com a ajuda dos maçons em 20 de novembro de 1837.⁵⁹

Em 1837, foi criada por Domingos José de Almeida a primeira escola pública de Piratini e da República Rio-Grandense. A escola destinava-se apenas para meninos e funcionava na parte térrea da residência de Manoel Gonçalves Meireles, onde também se localizava, na parte superior, o Ministério da Guerra. Na década de 1960, este prédio de extrema importância e história, foi restaurado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, passando a instalar, em seu interior, o **MHF**, o qual permanece até hoje.

O primeiro professor foi João José de Abreu, sendo que em 9 de maio de 1839 comunicou a Domingos José de Almeida que frequentavam a sua aula 35 alunos, conforme (CV520 e CV1079).⁶⁰

Em 1838, Domingos José de Almeida criou juntamente com Luigi Rossetti o jornal **“O Povo”**, que se tornou o órgão oficial da República Rio-Grandense. Neste mesmo ano, também foi lançado o manifesto onde Bento Gonçalves justifica a República e foi criado o exército republicano.

Após o período farroupilha Piratini foi severamente punida pelo Império por ter aderido a um movimento republicano, sendo o berço da República Rio-Grandense, dentro de uma monarquia nos moldes do absolutismo europeu. Sendo assim, foi rebaixada à categoria de vila, em 1º de março de 1845. Após a pacificação foi reorganizada a administração municipal dentro da nova ordem vigente e somente voltou à categoria de cidade em 1938.

⁵⁸ Ata da Sessão Extraordinária que elege Presidente e Vice-Presidente da República Rio-grandense. (MHF)

⁵⁹ Arquivo de documentos do MHF, em anexo.

⁶⁰ Coleção Varela encontrados nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul Vol. 02 e Vol. 03. 1978, p. 390 e 292.

Piratini possui um valioso conjunto de patrimônio material reunido em seu centro histórico, não apenas pelo seu valor arquitetônico, mas pelo histórico, por serem testemunhos da Revolução Farroupilha que é um marco na História do Rio Grande do Sul e tem significativa importância na História do Brasil, no período das regências.

Piratini possui três edificações com características marcantes da arquitetura luso-brasileira tombados pelo IPHAN, e quinze bens tombados pelo IPHAE, além de vários outros protegidos pelo município.

Capítulo II – O Museu Histórico Farroupilha

O prédio que atualmente abriga o MHF, foi construído em 1819, e pertencia a um tio de Bento Gonçalves, Manoel Gonçalves Meireles e sua esposa Antônia. Durante o período que Piratini foi capital da República Rio-Grandense abrigou o Ministério da Guerra e em 1837 na sua parte térrea foi fundada por Domingos José de Almeida, a primeira escola pública para meninos da República Rio-Grandense. É tombado pelo IPHAN⁶¹, Abriga desde 1953 o MHF que é o órgão representativo do período e que foi criado com a missão de preservar e valorizar a memória da Revolução Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se na Rua Coronel Manoel Pedroso, nº. 77.

Conforme Pierre Nora um lugar só pode ser considerado um lugar de memória se abranger os três conceitos: material, simbólico e funcional...

“São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual”. (PIERRE Nora, 1984, p. 21)

O MHF abrange os três sentidos da palavra: material pelo fato de arquivar objetos e documentos que fazem parte da História da Revolução Farroupilha e do cotidiano da sociedade piratiniense, simbólico, pois meche com o imaginário da comunidade, que interpreta os objetos dando-lhes significados e funcional, pois o prédio que o abriga tinha a funcionalidade de estar em um local privilegiado de grande visibilidade impedindo que os inimigos se aproximassem de surpresa, motivo de ser escolhido para abrigar o Ministério da Guerra durante a Revolução Farroupilha.

Desde sua criação, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o MHF esteve ligado a essa intenção de destacar e glorificar o conflito. Imerso em um contexto de revalorização de determinadas tradições sul-rio-grandense, tanto pela literatura como pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), entre outros, que se utilizavam do conflito como sendo um momento distinto e fundamental da história do Rio Grande do Sul (GARCIA, 2010, p.11). Além disso, o prédio destinado a abrigar as memórias da Guerra dos Farrapos, teria sido a sede do Ministério da Guerra da república Rio-Grandense, tendo sido adquirido e reformado pelo Estado do Rio Grande do Sul especialmente para tal finalidade.

Concebido por Adão Amaral, natural da cidade e funcionário da Secretaria de Educação e Cultura, o MHF esteve seu comando por mais de vinte anos, sem grandes alterações. A própria designação de Amaral para o cargo, não teria sido por acaso, mas sim por indicação de seu amigo Dante de Laytano, diretor da instituição museológica mais antiga do Rio Grande do Sul⁶² e importante folclorista, com diversas publicações acerca da história e cultura do Estado. Pelos documentos da época encontrados no MHF, Adão Amaral pode ser

⁶¹ Através do Processo 450 – T, inscrição nº 296, livro histórico, fls.50, de 25 de novembro de 1952, Decreto – Lei nº25, de 30 de novembro de 1937.

⁶² Museu Júlio de Castilhos, localizado em Porto Alegre, fundado em 1904.

caracterizado como um militante em defesa da memória da Guerra dos Farrapos, dando especial atenção a figura de Bento Gonçalves.

Foi com esse ímpeto que Amaral reuniu objetos que entendia como testemunhos da Guerra dos Farrapos, mas acabou também incluindo objetos que eram referências dos modos de viver e pensar da cidade de Piratini em épocas diversas, indo muito além de seu objetivo. Foi essa escolha que determinou os caminhos e a apropriação da instituição pela comunidade piratiniense, tendo reflexos no processo de revitalização do museu décadas depois.

Nesse sentido, percebe-se que, mesmo com a intenção do Estado de fazer um museu exclusivamente voltado para a revolta farrapa, os interesses da comunidade⁶³ acabaram desviando do objetivo inicial do museu, pois a população piratiniense sentia a necessidade de um local para suas memórias. São alguns exemplos, um oratório, provavelmente anterior ao período revolucionário, oriundo de uma das primeiras fazendas da região, a fazenda Arvorezinha, sendo representativo dos primórdios da cidade. Outra referência é um conjunto completo de quarto, tendo pertencido a Dorvalino Lessa, prefeito na cidade já na década de 1920, portanto bem posterior ao período da revolta farrapa.

Assim, a incorporação de objetos não necessariamente ligados a Guerra dos Farrapos, mas sim a história local, acabou por firmar a instituição como representativa da memória da cidade. Mesmo assim, a Guerra dos Farrapos ainda era um elemento central e extremamente significativo, mesmo porque, a imagem de capital da República Rio-Grandense fazia e faz parte do imaginário local.

Capítulo III – Processo de Revitalização do Museu Histórico Farroupilha

As grandes mudanças começam a ocorrer quando Angélica Panattieri assume a direção do museu em 1999, se deparando com uma instituição necessitando de transformações profundas, com uma exposição caótica e sem temática definida (GARCIA, 2010, p.11).

Paralelamente, segundo Garcia (2010, p.22), no contexto do governo estadual estavam ocorrendo mudanças importantes no campo museal, como a reativação do Sistema Estadual de museus⁶⁴ (SEM), acompanhada de uma descentralização do órgão e a busca pela democratização das políticas culturais e patrimoniais, e ações de capacitação e modernização de museus, com oficinas de capacitação que estiveram na base das aspirações e metas que iriam orientar as futuras ações no MHF.

Foi através de uma das ações do SEM que o MHF obteve recursos para sua revitalização. A partir do Programa de Apoio à Qualificação dos Museus (PROMUSEU), através do qual foi criada uma linha de financiamento para financiamento de projetos de revitalização das instituições museais (GARCIA, 2010, p.23).

O movimento de reestruturação institucional aconteceu durante os anos de 2000 e 2002, tendo sido inserido num contexto político de revalorização dos estereótipos da chamada identidade gaúcha. A pesquisa intitulada *A identidade gaúcha*, lançada pela Assembleia Legislativa Estadual⁶⁵, foi um dos marcos fundamentais de um movimento de valorização do Estado do Rio Grande do Sul, que perdia posições econômicas na época. Entre os dados obtidos nesse questionário, a Revolução Farroupilha aparece como o evento histórico mais

⁶³ A análise dos dados coletados nos livros de registros do museu revelou que a grande maioria dos objetos doados se referia ao uso cotidiano dos moradores, às suas próprias vidas, e não necessariamente à Guerra dos Farrapos.

⁶⁴ O Sistema Estadual de Museus do Estado do Rio Grande do Sul (SEM/RS) é um órgão da Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criado através do Decreto 33791, de 22/01/1991. Compõe-se de sete regiões, cada qual oferecendo cursos, oficinas e seminários para sua região correspondente (Fonte: <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br>).

⁶⁵ FAURGS e FIJO. Projeto de pesquisa: A identidade Gaúcha. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado, 2000.

evocado pelos gaúchos, além do General Bento Gonçalves da Silva ser o terceiro personagem mais lembrado, demonstrando como a representação do evento de mais de 150 anos atrás ainda se faz presente no imaginário coletivo dos rio-grandenses (Custódio, 2002, p. 128). Segundo Maria Teresa Custódio, consultora do projeto de revitalização do MHF:

Se a Revolução Farroupilha continua a povoar dessa forma o imaginário dos gaúchos, é desnecessário justificar esforços e investimentos feitos no sentido de preservar a primeira capital da República Rio-grandense e os objetos relacionados com aquele período, a fim de permitir uma interpretação adequada do contexto em que ocorreu esse episódio (2002, p.128).

Foi nesse contexto que a revitalização do MHF foi planejada. Ainda de acordo com Custódio, o parecer técnico do museu apontava para as condições precárias nas quais o mesmo se encontrava, com sérios problemas de segurança, na exposição e conservação preventiva do acervo (2002, p.131). Declarada a grande necessidade da revitalização, a mesma foi trabalhada visando a consolidação de uma proposta expográfica que representasse os novos rumos tomados pelo museu.

Assim, a nova exposição foi estruturada em módulos de contexto histórico centrado na Revolução Farroupilha⁶⁶, espalhados pelas salas do museu, intercalando painéis explicativos com textos rápidos, trechos de documentos e algumas imagens com objetos do acervo.

Nesse esforço para a adequação, tudo o que não se vinculava diretamente a Guerra dos Farrapos foi excluído dos espaços principais. Contudo, uma parte considerável do acervo do MHF não estava necessariamente relacionado ao conflito, o que causou um certo esvaziamento dos espaços expositivos, uma vez que o acervo classificado como farroupilha era muito menor.

Percebeu-se assim, que a revitalização era extremamente necessária, devido o estado de deterioração e imobilismo que o museu se encontrava, sendo apontado ainda como portador de um grande potencial turístico, visto que seu acervo remete não só a comunidade local, mas a um dos eventos mais significativos na constituição da identidade sul-rio-grandense. Mesmo sendo uma cidade de porte pequeno, com pouca expressão política e econômica, Piratini ganha atenção durante as festividades farroupilhas, o que se reflete claramente no museu no aumento estrondoso do número de visitantes.

Capítulo IV – Reação da comunidade piratiniense nova exposição de longa duração

Após a reinauguração do museu, os envolvidos na sua revitalização realizaram pesquisa de público⁶⁷, realizada entre os meses de julho e novembro de 2003, com 264 visitantes.

Os visitantes abordados respondiam a um questionário, indicando ruim, regular, bom ou excelente acerca do espaço físico e ambiente, limpeza, horário de funcionamento, apresentação e postura dos funcionários, informações recebidas, esclarecimento de dúvidas e apresentação visual e conceito da exposição. Ainda havia um espaço para a livre manifestação.

Uma das primeiras conclusões apresentadas é que o público responde quando motivado por datas comemorativas, como em julho (reabertura) e setembro com as festividades farroupilhas.

Entre os pesquisados foi percebida a grande presença de visitantes de diversos lugares do Rio Grande do Sul, principalmente locais e da cidade de Pelotas, além de uma grande aprovação geral do resultado (mais de 60%).

⁶⁷ Apresentada no relatório final da revitalização, disponível no Museu Histórico Farroupilha.

Mesmo com essa grande aceitação, nos comentários transcritos, percebem-se alguns dos quais seriam ouvidos muitas vezes nos anos seguintes, relativos a pouca ocupação dos espaços com “objetos da Revolução”, ou a possibilidade de visita a locais específicos da edificação, como o sótão, ampliação das exposições, entre outros. São comentários esparsos, mas que chamam a atenção: “Se crie uma casa mostrando a outra parte da História da cidade”, ou “Sem bairrismo, penso ter poucos objetos hoje expostos, deveriam ter mais e conservá-los nas suas características originais – hoje muito brilho e pouco de originalidade (velhice)”.

Percebe-se ainda em alguns comentários que a comunidade local sentia falta dos objetos retirados da exposição: “(...) falta conteúdo e mais peças; expor as peças guardadas; expor a parte térrea do prédio” ou “Por já conhecer todo o acervo, sinto extrema falta das outras peças”.

Após o mês de setembro, no qual a visita sempre foi mais intensa, o número de visitantes voltou a cair.

Em pesquisa realizada em 2010⁶⁸, nos livros de visitantes do MHF, foram revelados dados mais recentes, que permitem analisar melhor a recepção do público local para o novo museu. O mais importante, é que a quantidade de visitantes da cidade de Piratini sempre fica abaixo dos números de visitantes de outros locais.

Analisando estes dados, percebe-se que a identidade da comunidade piratiniense está relacionada não apenas aos objetos do período da Guerra dos Farrapos, mas principalmente aos objetos do cotidiano que representava um grupo social da cidade. Neste sentido, é provável que para os envolvidos na revitalização não esperassem esta rejeição da comunidade, no entanto, quando se trabalha com esta relação que determinada comunidade mantém com o passado isso é comum acontecer, tanto que o próprio Candau em seu livro *Memória e Identidade*, conclui:

“Na relação que mantém com o passado, a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos. (CANDAU, Joel, 2011, p. 72)

Considerações finais

Se a nova expografia por um lado potencializou as comemorações relativas à Semana Farroupilha, momento no qual o museu transformou-se no grande e autorizado narrador dessa história, atraindo para a pequena cidade de Piratini centenas de turistas, por outro pareceu aumentar a distância entre a cidade e seu museu. Mesmo concordando com a necessidade de uma “modernização” do velho museu, os moradores se dividem entre enaltecer a iniciativa do governo estadual, que reverteu em alguns benefícios econômicos para a cidade, e o ressentimento expresso pelo lamento de terem sido retirados do alcance de suas vistas os objetos que contavam outra história, a de alguns grupos sociais da comunidade de Piratini.

Essa supressão dos objetos considerados descontextualizados pelos técnicos, e a consequente ausência que ficou então demarcada no cenário museal, é vista por alguns entrevistados como um “dar às costas” ao fundador Adão Amaral, uma traição ao trabalho organizador que esse homem levou a termo para consolidar um museu na cidade.

⁶⁸ GARCIA, Augusto Duarte. **Museu Histórico Farroupilha: revendo as práticas da revitalização de 2002 e seus resultados até 2008. 2010.** Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Referências

CANDAU, Joel. CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CUSTÓDIO, Maria Teresa Chaves. **A revitalização do Museu Histórico Farroupilha como contribuição para o desenvolvimento local**. Revista Ciências e Letras nº 31, jan/jun 2002.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha: traição em porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre, Est, 2004.

_____. **Revolução Farroupilha**. 2ª ed. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed.,1985.

GARCIA, Augusto Duarte. **Museu Histórico Farroupilha: revendo as práticas da revitalização de 2002 e seus resultados até 2008**. 2010. Monografia (Graduação em Museologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux**. IN Pierre Nora (org). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La République, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

Materiais e técnicas utilizadas na conservação e restauro das pinturas de ex-alunos da Escola de Belas Artes de Pelotas

Claudia Fontoura Lacerda⁶⁹

Margarete Regina Freitas Gonçalves⁷⁰

Resumo

Como toda pesquisa acadêmica esta almeja a socialização do conhecimento, neste caso um estudo sobre o trabalho de conservação e restauro realizado nas pinturas de ex-alunos da Escola de Belas Artes (EBA) de Pelotas, lugar que foi palco do início do ensino das artes plásticas e formador de alguns dos artistas mais destacados da cidade e da região. Para chegar a esse fim, pesquisou-se no arquivo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) da UFPel, que detém a documentação do ateliê da Universidade Federal de Pelotas que conservou e restaurou o acervo na década de 80 da EBA. Para preencher algumas lacunas deixadas pela documentação, foram feitas entrevistas com pessoas que participaram das atividades práticas do ateliê, criado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) especialmente para este fim.

Palavras chave: Pinturas; Conservação; Restauro

Introdução

O acervo da Escola de Belas Artes de Pelotas, pesquisado neste trabalho, se constitui de pinturas originárias de sua criação, em 1949, até as produzidas no período de sua federalização, em fins de 1969 e início da década de 1970. Na década de 80, as obras em questão foram restauradas por um ateliê de conservação e restauro criado pela UFPel, especificamente, para este fim.

A origem do ateliê da UFPel está ligada às obras do artista pelotense Leopoldo Gotuzzo e a criação do museu de arte de mesmo nome, localizado na Rua General Osório, nº 725.

Escolhido patrono da Escola, Gotuzzo manifesta então, o desejo de agraciar sua terra natal com a doação de um número significativo de suas obras. Já na casa dos sessenta anos, ainda que afastado de Pelotas desde sua juventude, ele nunca estivera desvinculado dos destinos da cidade, que visitava com relativa frequência. Agora, passa a ver na Escola de Belas Artes o *locus* ideal para consagrar uma relação maior entre a sua produção e seus conterrâneos. (LIMA, 2001, p. 17)

A Escola de Belas Artes nunca teve condições financeiras de criar um museu e em 1969, quando passou a funcionar como agregada da recém instituída Universidade Federal de Pelotas, foi transformada no Instituto de Letras e Artes o qual encampou o desafio maior de criar um museu de arte utilizando-se do patrimônio advindo da EBA(*ibid*).

Determinada a efetuar a conservação das obras, a professora Luciana Araújo Renck Reis participou de diversos eventos na área da museologia e no III Encontro Nacional de Museologia de Bagé, em 1982, conheceu a restauradora Elsa Maria Loureiro de Souza, natural de Bagé e radicada no Rio de Janeiro. A UFPel a contratou e deu início a criação do seu ateliê de conservação e restauro. Conforme Luz (198-) “ Durante 50 dias de trabalhos intensivos foram limpos, conservados e recuperados um grande número de quadros da UFPel” e a equipe de trabalho que era formada principalmente pelas professoras Luciana e Yedda Machado Luz⁷¹, pelo marceneiro Erasmo Fernando Casarin⁷², pelo estudante universitário José

⁶⁹ Universidade Federal de Pelotas; kaka.filo@hotmail.com

⁷⁰ Universidade Federal de Pelotas; margaraterfg@gmail.com

⁷¹ Professora do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Pelotas e colaboradora no processo de criação do ateliê e do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

⁷² Marceneiro da universidade que a pedido da professora Luciana Reis foi transferido para prestar serviços no ateliê, este começou a funcionar inicialmente no prédio da Faculdade de Agronomia localizada no Campus Capão do Leão, transferindo-se para o prédio do museu quando de sua inauguração em 1986 na Rua

Inácio Santos Nascimento, alunos e professores colaboradores do Instituto de Letras e Artes da UFPel, procurou aproveitar ao máximo os ensinamentos de Elsa.

Segundo Casarin, inicialmente, o ateliê funcionou em uma sala no prédio da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel no Campus Capão do Leão e, posteriormente, em 1986, transferiu-se para o recém inaugurado Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, localizado à época Rua Mal. Deodoro, 763, em Pelotas (Informação verbal)⁷³.

O trabalho inicial da equipe foi bastante árduo. Conforme LUZ (198-) contavam apenas com espaço pequeno e pouca ventilação, "sem que houvesse, na oportunidade condições de proteção à saúde dos participantes do programa".

Técnicas e materiais utilizados em conservação e restauro são temas bem complexos para serem discutidos em apenas um texto. Visando o aprofundamento de informações sobre ações de conservação e restauro, no presente trabalho apresentam-se dados sobre materiais e técnicas utilizados no ateliê de conservação e restauro da UFPel, exemplificando com uma das obras restaurada de Leopoldo Gotuzzo. A pintura, intitulada Cigana, foi analisada quanto aos materiais e técnicas utilizadas no seu restauro pela equipe do ateliê da UFPel e, também, quanto a suas atuais condições.

Materiais e métodos

Os materiais utilizados no desenvolvimento do trabalho é a documentação das 99 pinturas de ex-alunos da EBA, pertencentes ao arquivo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) da UFPel, e suas fichas diagnóstico. AS 99 obras fazem parte do total de 257 obras restauradas no ateliê da UFPel na década de 80.

O método empregado para a análise das fichas diagnóstico (Figura 1) se constituiu, principalmente, na identificação dos danos descritos e dos materiais e técnicas utilizados para a conservação e o restauro de cada uma das obras. Para preencher algumas lacunas deixadas pela documentação, também, foram feitas entrevistas com pessoas que participaram das atividades práticas no ateliê.

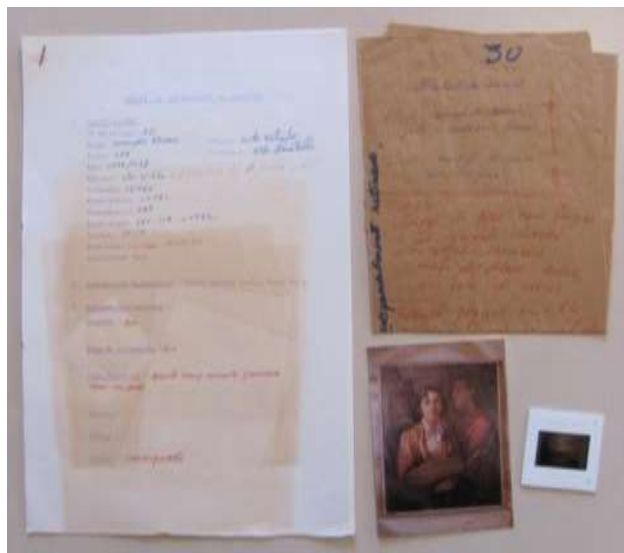


FIGURA 1- Exemplo de ficha diagnóstica. Obra Auto retrato de autoria de Conceição Aleixo, 1949/1953.

Fonte: A autora, 2012.

Marechal Deodoro nº 763. CASARIN, Erasmo Fernando. Marceneiro que trabalhou no atelier em depoimento à autora em 27 Abr 2012. Pelotas, RS.

⁷³ CASARIN, Erasmo Fernando em depoimento à autora em 27 Abr 2012. Pelotas, RS.

Resultados e discussões

Na análise das fichas diagnóstico das obras restauradas verificou-se que, para a limpeza da camada pictórica⁷⁴ na maioria das pinturas foi utilizada Benzina⁷⁵, Nafta⁷⁶ ou uma mistura de álcool e água destilada. Esta limpeza era sempre realizada com um swab⁷⁷. Mayer (2006) diz que a brancura e a pureza do swab tornam possível a observação e controle da película que está sendo removida.

O verniz oxidado de algumas obras foi removido com Toluol⁷⁸ ou Xilol⁷⁹. Os enxertos, que consistem em repor perdas pontuais do suporte⁸⁰, eram realizados pelo verso da obra, através de polpa produzida com fibra de tecido e cola branca.

Sobre os reentelamentos⁸¹, o método utilizado era o de cera/ resina. Dissolvia-se em banho maria 700 g de cera de abelha e depois acrescentava-se 200 g de Resina Dammar⁸² já dissolvida com Terebentina ou Benzina. Aplicava-se então no tecido novo e no verso da obra. Acomodando o novo tecido sobre o verso da obra, cobria-se com papel siliconado e era passado um ferro elétrico que foi adaptado para não ultrapassar a temperatura de 40 °C. O aquecimento derretia a cera e fazia a adesão entre os dois tecidos. Mayer (2006) diz que em meados deste século o composto de resina e cera de abelha já tinha se tornado adesivo padrão. Na década de 80 este já era um processo por demais aceito e só mais recentemente ele foi substituído por novos tipos de adesivos, pois a cera apesar de dar uma aparência vistosa, modifica a aparência da obra e limita as opções futuras de tratamentos de conservação.

Nas reintegrações pictóricas⁸³, foram utilizadas aquarelas⁸⁴ da marca Pelikan, aquarelas japonesas Guitart Paint, aquarelas inglesas Winsor & Newton, holandeses da marca Ecola e outros pigmentos acondicionados em potes plásticos e de vidros etiquetados, mas sem a identificação do fabricante do pigmento.

Para repor ornatos faltantes das molduras passavam óleo na parte que desejavam uma cópia e faziam o molde no local, moldando com cera de abelha levemente aquecida e para retirar sujidades causadas por insetos era utilizada uma agulha de injeção adaptada em ponta de bastão de madeira. Os equipamentos identificados nas fichas diagnóstico usadas na

⁷⁴ A capa pictórica é uma das partes integrantes de um quadro. Encontra-se sobre a preparação e compõe-se de vários estratos. Estes estratos correspondem as várias camadas de pintura e as veladuras. Ibid p, 28

⁷⁵ Solvente líquido transparente. Obtido da destilação do petróleo. Muito inflamável. Diluente de gorduras, óleos e resinas. Materiais Empregados em Conservação-Restauração de Bens Culturais. . 2º Ed ver. E ampl./organização: Thaís Helena de Almeida Slaibi, Marylka Mendes, Denise O. Guigletemi e Wallace A. Guigletemi- Rio de Janeiro: ABRACOR, 2011. 372 p.: II 29 cm. ISBN 978-85-85364-06-9. p, 98.

⁷⁶ Utilizado como diluente de vernizes, emulsões e tinta à óleo. IBID p,120.

⁷⁷ Cottonete feito com palito de madeira e algodão enrolado à ponta.

⁷⁸ Solvente utilizado puro ou em solução na remoção de repinturas e vernizes. Ibid p,123.

⁷⁹ Solvente, usado puro ou em solução na eliminação de pinturas e vernizes. Diluente de resna acrílica. Ibid p,129

⁸⁰ Tecido que serve de base à pintura." Cada suporte e os variados preparos do fundo oferecem fatura diversificada, conforme a preferência e sensibilidade do pintor. RESCALA, João José. Restauração de obras de arte. Pintura Imaginária Obras de talha. Universidade Federal da Bahia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1984.

⁸¹ Consiste em fazer aderir um tecido protetor no reverso do suporte têxtil do quadro. PASCUAL, Eva; PATIÑO, Mireia. O Restauo de Pintura. A técnica e a arte do restauro de pintura sobre tela explicados com rigor e clareza. 1º ed Lisboa: Estampa, 2002. p. 103.

⁸² Consolidante, plastificante e verniz. Materiais Empregados em Conservação-Restauração de Bens Culturais. . 2º Ed ver. E ampl./organização: Thaís Helena de Almeida Slaibi, Marylka Mendes, Denise O. Guigletemi e Wallace A. Guigletemi- Rio de Janeiro: ABRACOR, 2011. 372 p.: II 29 cm. ISBN 978-85-85364-06-9. p., 79.

⁸³ Consiste em reintegrar esteticamente a capa do quadro, completando as falhas, quer dizer, a cor das lacunas. Ibid. p,118

⁸⁴ Contém goma arábica como aglutinante. Aproveita o tom do papel para os brancos e tons claros e caracteriza-se pela sua transparência. MAYER, Ralph. Manual do Artista. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 62.

conservação e restauro pela equipe do ateliê, desde a sua desativação, encontram-se acondicionados na reserva técnica do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Dentre as obras restauradas do acervo dos ex-alunos da EBA destaca-se o quadro “Cigana” de autoria Benette Casaretto Motta, sobrinha do arquiteto e construtor Caetano Casaretto⁸⁵, nascida Benedicta Bianchi Casaretto em 3 de junho de 1925, na localidade denominada Cascata, em Pelotas.

A pintura (Figura 2), com dimensões de 1,0 m x 0,5 m (altura e largura, respectivamente), é um óleo sobre tela que foi produzida por Benette, enquanto aluna de Aldo Locatelli.



FIGURA 2- Obra “Cigana” (1949/1953) de Benette Casaretto Motta, pertencente ao acervo da EBA, atualmente depositada no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Fonte: Autora, 2014.

Na ficha diagnóstico desta obra, elaborada pela equipe do ateliê da UFPel em 1986, consta que o estado de conservação era regular e que a pintura não apresentava restaurações anteriores. O chassi⁸⁶ estava atacado por insetos e o suporte da tela estava impregnado de poeira. Na tela haviam cinco rasgos e cinco furos. Sobre a base de preparação⁸⁷, esta foi definida como industrial da marca *Hering* e em boas condições. A moldura era simples,

⁸⁵ Construtor, descendente de imigrantes italianos. Atuou em Pelotas entre 1892 e 1931. Morreu em 1942 deixando um legado de quase uma centena de construções e dentre as quais vários monumentos. DALTOÉ, Guilherme. **Caetano Casaretto: Arquitetura Urbana em Pelotas, RS(1892/1931)**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Arquiteto e Urbanista, sob orientação da Prof. Dr. Ester Judite Bendjouya Gutí. Pelotas, RS. 2012 p.44.

⁸⁶ O bastidor (chassi) é uma armação na qual se prende de forma permanente a tela pintada. Esta armação, na maioria dos casos, é de madeira, ainda que existam bastidores feitos de madeira e metal, inteiramente metálicos e até metacrilato. O bastidor é feito de ripas e peças habitualmente de madeira, cortadas com o perfil adequado que se encaixam entre si para formar uma armação onde se fixa a tela do quadro, fazendo-as nos bordas exteriores. PASCUAL, Eva; PATIÑO, Mireia. **O Restauro de Pintura. A técnica e a arte do restauro de pintura sobre tela explicados com rigor e clareza**. 1ª ed Lisboa: Estampa, 2002. p. 22

⁸⁷ É a capa ou capas existentes entre o suporte da obra e a pintura. *ibidem* p. 27

confeccionada com sarrafos. A camada pictórica⁸⁸ da obra foi classificada como “rala” e não tinha aplicação final de verniz.

Sobre o trabalho de conservação e restauro realizado, registros encontrados nas fichas relatam que ele começou com a retirada da obra do chassi e sua colocação para planificar. Segundo CASARIN, a planificação foi feita sob um vidro maior que a obra e esta foi protegida com papel siliconado (Informação verbal)⁸⁹. Na análise das tintas vermelhas, rosa e azul, estas foram classificadas como frágeis, sem, porém constar a identificação dos produtos utilizados nos testes. Foram realizados 20 remendos em furos e rasgos e um reforço de borda de 7 cm em toda largura da obra. Na limpeza do verso foi utilizada Benzina e no anverso uma mistura de água destilada e álcool. A reintegração pictórica⁹⁰ foi feita com têmpera e, como proteção final, foi aplicado verniz Dammar.

Quanto ao atual estado de conservação da obra, no presente trabalho as análises foram feitas apenas visualmente e para a identificação de danos mais específicos e profundos seriam necessários ensaios técnicos mais aprofundados feitos em laboratório de conservação e restauro ou laboratório de análises de materiais, o que não coube por enquanto ser realizado.

Visualmente, percebe-se na camada pictórica da obra a presença de sujidades generalizadas, desgaste nas bordas (Figura 3), arranhões (Figura 4) e perdas pontuais da camada pictórica.

Apesar de a documentação informar que foram realizados na tela 20 remendos em furos e rasgos, visualmente e sem retirar a obra do bastidor, percebe-se apenas a presença de 12 remendos, conforme exemplificado na (Figura 5). Em alguns destes o produto utilizado como adesivo migrou para o anverso da obra (Figura 6). Visualmente, o adesivo parece ser uma cera.



FIGURA 3- Desgaste da camada pictórica encontrada na borda da obra.

Fonte: Autora, 2014.

⁸⁸ Constitui a parte fundamental da obra. A informação histórica, estética e a identidade do quadro percebem-se, em grande parte, mediante a observação e estudo da capa pictórica. *ibidem* p. 28

⁸⁹ CASARIN, Erasmo Fernando em depoimento à autora LACERDA, Claudia Fontoura. 3 Jul 2012. Pelotas, RS.

⁹⁰ Reposição de partes ausentes, sem ocultar nada de tinta original e sem tentar “melhorar” a obra. MAYER, Ralph. Manual do Artista. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



FIGURA 4- Presença de arranhões na camada pictórica da obra.
Fonte: Autora, 2014.



FIGURA 5- Exemplificação de remendo executado no verso da obra.
Fonte: A autora, 2014.



FIGURA 6- Visualização da migração ocorrida no anverso do adesivo utilizado em um dos remendos executados na obra.
Fonte: Autora, 2014.

Conclusões

Como conclusões ao trabalho proposto destacam-se o atendimento ao objetivo da pesquisa com a possibilidade de proporcionar conhecimento histórico sobre o acervo pictórico

da Universidade Federal de Pelotas e sobre as ações desenvolvidas pelo ateliê de conservação e restauro da Universidade no referido acervo.

A análise da documentação existente no acervo sobre ações de conservação e restauro mostrou a existência de lacunas na descrição dos materiais e técnicas utilizadas e a necessidade de exames mais técnicos e científicos. O conhecimento dos materiais e técnicas utilizadas no trabalho de conservação e restauro das pinturas do acervo permitiu desenvolver um histórico do conjunto e de cada uma das obras; as ações de preservação das obras do acervo da UFPel foram fundamentais porque, caso estas não tivesse passado por tais intervenções, talvez não existisse mais, tendo em vista as condições de algumas pinturas que sofriam com o ataque de insetos, grande quantidade de rasgos e, também, pela incrustação de sujidades.

Espera-se com o presente trabalho colaborar em ações de futuros pesquisadores/restauradores interessados no acervo pictórico da UFPel.

Referências

CAETANO, J O; **Normas de Inventário**, Pintura. Artes Plásticas e Artes decorativas. Instituto dos Museus e da Conservação. 1 ed. Portugal, 2007.

CASARIN, Erasmo Fernando. Em depoimento à autora. 27 Jul 2012. Pelotas, RS.

DALTOÉ, Guilherme. **Caetano Casaretto**: Arquitetura Urbana em Pelotas, RS (1892/1931). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Arquiteto e Urbanista, sob orientação da Prof. Dr. Ester Judite Bendjouya Guti. Pelotas, RS. 2012. p.44.

DIAS, Kátia Helena Rodrigues. **Fotografias para Memória**: a Escola de Belas Artes de Pelotas através do seu acervo documental (1949-1973),. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pelotas, RS. 2012.

Catálogo de Exposição Itinerante: Porto Alegre, Bagé, Santa Maria e Pelotas. **LEOPOLDO GOTUZZO**. Porto Alegre: MARGS, 2001.

LIMA, Nicola Caringi In: Catálogo de Exposição Itinerante: Porto Alegre, Bagé, Santa Maria e Pelotas. **LEOPOLDO GOTUZZO**. Porto Alegre: MARGS, 2001.

LUZ, Yedda Machado; Carta da professora [198-] Arquivo de Arte Leopoldo Gotuzzo(MALG), Universidade Federal de Pelotas(UFPEL).

Materiais Empregados em Conservação-Restauração de Bens Culturais. . 2º Ed ver. E ampl./organização: Thaís Helena de Almeida Slaibi, Marylka Mendes, Denise O. Guiglemeti e Wallace A. Guiglemeti- Rio de Janeiro: ABRACOR, 2011. 372 p.: Il 29 cm. ISBN 978-85-85364-06-9.

MAYER, Ralph. **Manual do Artista**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PASCUAL, Eva; PATIÑO, Mireia. **O Restauro de Pintura**. A técnica e a arte do restauro de pintura sobre tela explicados com rigor e clareza. 1 ed. Lisboa: Estampa, 2002.

RESCALA, João José. **Restauração de obras de arte**. Pintura Imaginária Obras de talha. Universidade Federal da Bahia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1984.

Se todos os caminhos levam a Roma, todos também nos levaram ao campus da UFPEL. **Diário Popular**, Pelotas, RS. 30 Jan 1983. Domingo Especial, p. 22.

SILVA, Úrsula Rosa. ; LORETO, Mari Lucie da Silva. **História da Arte em Pelotas.** A pintura de 1870 a 1980. Pelotas: EDUCAT, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Documentação produzida no ateliê de conservação e restauro da instituição, 1982-1992. Arquivo Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo/MALG. Pelotas, RS.

Museu histórico e cultural das irmãs franciscanas (Mhif): Preservação e identificação do acervo iconográfico

Franciele Roveda Maffi⁹¹

Roselaine Casanova Corrêa⁹²

Resumo

O projeto de extensão intitulado *Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (MHIF): preservação e identificação do acervo iconográfico* foi executado no Centro Universitário Franciscano, desde 2010, primeiramente sobre a orientação da professora Paula Bolzan Jardim. O projeto assumiu novos direcionamentos entre 2012-2013, sobre a orientação da professora Roselaine Casanova Corrêa. Exemplo disso é a pesquisa histórica das peças sacras, proporcionando um conhecimento primário dessa tipologia de coleções, o que resultou em uma exposição. Essa exposição integrou a 11ª. Semana Nacional de Museus, em maio de 2013, nas dependências da referida instituição. A partir do 2º semestre de 2013, o enfoque do trabalho direcionou-se para a conservação preventiva do acervo iconográfico, o que compreende o procedimento de higienização, acondicionamento e armazenamento.

Palavras-chave: Acervo; Acondicionamento; Fotografias; Higienização.

Introdução

Apresentam-se, neste artigo, as discussões e os resultados do trabalho executado durante o ano de 2013, vinculado ao projeto de extensão intitulado *Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (MHIF): preservação e identificação do acervo iconográfico*, em que trabalham como bolsista a acadêmica Jovana Souza de Oliveira, sob a orientação da professora do Curso de História do Centro Universitário Franciscano, Roselaine Casanova, assim como a coordenadora técnica do *Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (MHIF)*, Franciele Roveda Maffi. As atividades se referem ao processo de conservação⁹³ preventiva das coleções fotográficas da referida instituição.

Tem-se como enfoque refletir o papel da fotografia como fonte de pesquisa, dentro das novas abordagens teórico-metodológicas da pesquisa em história. Priorizou-se, também, a importância da conservação das coleções, no que se refere ao processo de higienização, acondicionamento e uso adequado dos acervos fotográficos na pesquisa histórica ou produções acadêmico-científicas. Isso porque se acredita que a fotografia, nos espaços de memória, assume um valor inestimável, traz lembranças de um tempo vivido, evidencia uma cultura, representa algo que não é estático ou perdido em um período histórico. A fotografia é uma testemunha muda; porém, nos museus, ela ganha visibilidade, quando passa a ser uma fonte histórica e no momento em que é manuseada pelo visitante ou pelo pesquisador. Nesse caso, deixa o *status* de um acervo iconográfico silencioso no tempo para ganhar vida. Uma vida que pulsa, que é dinâmica e também perspicaz. Tal como a teoria da dialética, completa um ciclo, para dar início a outro.

Tanto para a execução do projeto, quanto para as discussões entre a equipe, utilizaram-se teóricos que abordam a conservação preventiva (ABREU, 2000), assim como o tratamento das coleções fotográficas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de uma produção acadêmica, do início do século XXI, que, para os parâmetros atuais da museologia contemporânea, alguns indicativos referentes à conservação, já estão ultrapassados. Em outras palavras, até aquele momento não se dispunha da tecnologia que se tem na atualidade, para tratar das coleções museais ou acervo iconográfico.

⁹¹ Mestranda do PPG em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – francihist@ibest.com.br

⁹² Professora do Curso de História do Centro Universitário Franciscano - e-mail: casanova@unifra.br

⁹³ A conservação consiste em um conjunto de medidas rápidas e urgentes, que visam à preservação do acervo, para evitar a deteriorização ou para resguardá-lo de danos futuros (CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS, 2006).

Outras publicações importantes consistem no Manual do Serviço de Documentação da Marinha (2006), bem como nos Cadernos de diretrizes Museológicas do DEMU (2006), as quais enfocam as experiências que demonstram como executar o procedimento da conservação preventiva. A primeira traz o acervo militar da Marinha Brasileira, e a segunda, de uma maneira ampla, apresenta variadas tipologias de coleções (fotografia, escultura, prataria, porcelana).

A partir das leituras e discussões entre a equipe, o acervo iconográfico do MHIF passou pelos processos de higienização mecânica, que consiste basicamente na remoção das sujidades das imagens, com o auxílio de pincéis macios, borracha ralada e algodão. Posteriormente, executou-se o acondicionamento em invólucros de papel com pH neutro nas caixas revestidas com o mesmo material e, para finalizar, acomodou-se as peças devidamente tratadas na Reserva Técnica (RT) do MHIF.

Com isso, pode-se afirmar que a imagem fotográfica torna-se um instrumento de ligação com o passado, não apenas como imagem monumento. Ela é, sobretudo, uma fonte de pesquisa, pois se acredita que, “ao historiador, uma avaliação ultrapasse o âmbito descritivo” (CARDOSO & MAUD, 1997, p. 407). Nesse sentido, está-se afirmando a importância da fonte imagética ao pesquisador; porém, não somente na descrição da imagem, mas também na interpretação da mesma, com o amparo de outras fontes de pesquisa.

A fotografia: uma fonte de pesquisa oculta nos museus

Marc Ferrez e Augusto Malta e o visível e o invisível na fotografia do Rio de Janeiro do início do século XX; Militão Augusto e Guilherme Gaensly e os álbuns fotográficos de São Paulo; Virgílio Calegari e sua “fábrica de imagens” de Porto Alegre do século XIX. Polycarpo di Primo e João Bosque na Santa Maria do final do século XIX são alguns dos autores e respectivas obras que registram a vida urbana. Vida social, cenas da intimidade, modernização das cidades, festividades religiosas. Tudo isso pode ser contemplado por meio das fotografias. Nesse sentido, “Uma fotografia é um documento; [...] é mais eloquente do que mil palavras; mais do que o texto inexpressivo, a fotografia fala aos sentidos humanos!”, afirmava Getúlio Schiling (2005, p. 44).

Com efeito - e um pouco tardiamente - tem-se dado importância à fotografia como fonte documental. Ainda assim, algumas pesquisas que fazem uso de fotografias tendem a utilizá-las tão somente como ilustração ao texto e não amparadas por um aporte teórico-metodológico que lhes possibilite a categoria do que Schiling chamou, em 1943, de “documento”. A essa resistência em utilizar imagens fotográficas como fonte, Boris Kossoy atribuiu o apego demasiado à tradição escrita por parte do pesquisador, em detrimento da interpretação de imagens, quando “esta não é transmitida segundo um sistema [de] codificado de signos” (1989, p.15). Ou seja, a fotografia não pertence aos cânones tradicionais da comunicação escrita.

Durante muito tempo, a pintura e o desenho mantiveram-se como meios de comunicação e propaganda nas artes visuais, caso da tela a óleo “Partida de imigrantes” (1896), de Ângelo Tomazi. Tudo na obra parece ter a intenção de retratar o trágico da cena e o fenômeno da migração para a América como o resultado da miséria da população camponesa na Itália.

Ora, foi justamente na Itália que o historiador Emilio Franzina começou, nas últimas décadas do século XX, a orientar estudos em acervos particulares, formados por correspondências e fotografias relacionadas à imigração. Até então, as fotografias significavam apenas a reprodução de eventos ou cenas domésticas sem consistência histórica ou simples lembranças familiares. A partir desse momento, elas passaram a constituir fontes primárias portadoras de linguagens capazes de fornecer ao historiador infinitas leituras do que estava sendo (ou desejando aparentar) fotografado. Podia, especialmente, explicitar a intenção da

encomenda (caso das fotografias oficiais) e a subjetividade do fotógrafo, como também denunciar o invisível (a população pobre excluída das fotografias de propaganda da remodelação urbana do início do século XX, no Brasil).

Exemplificando, as fotografias vinculadas à imigração, tanto podiam servir à iconografia oficial, quanto aos próprios imigrantes. Porém, tratava-se de interesses diversos na reprodução da imagem. A fotografia de Gaensly, “Chegada ao porto de Santos”, (início do século XX), pode ser entendida como documento do navio atracando no cais, solicitada pela companhia de navegação ou, ainda, como de outro agente interessado, especificamente, na imigração como mão de obra assalariada. Pode também constituir um testemunho do fotógrafo acerca do que o mesmo atribuía ao fato do desembarque de imigrantes no Brasil.

Como se vê, a imagem fotográfica pôde prestar-se a uma infinidade de interesses no momento do congelamento da imagem pelo fotógrafo no passado. Pode também - e com urgência - constituir-se em documento, que revela e omite interesses diversos, como fonte histórica ao pesquisador do presente. Cardoso e Mauad (1997) acreditam que a fotografia faz parte de um contexto histórico, que deve ser apreciado no tempo, revisado e dialogado com as demais fontes escritas. Segundo Abreu, foi somente “nos últimos vinte anos que a fotografia deixa [ou] definitivamente de ser apenas um mero instrumento ilustrativo de pesquisa para assumir o status de documento, ou seja, passa [ou] a ser aceita e utilizada como fonte de pesquisa histórica” (2000, p. 11).

O pesquisador que utiliza a fotografia como fonte, adota em geral o método de análise iconográfica, que corresponde à descrição da imagem: os elementos visuais, a catalogação e a exploração do que se visualiza nessa representação. No entanto, a iconologia é mais do que um método descritivo. Corresponde à análise histórica da fonte, a interpretação e a síntese dos dados obtidos pela descrição iconográfica.

Assim, a preservação de tais fontes prevê ações imediatas nas instituições museais, que visem ao tratamento técnico das coleções de imagens. O uso da metodologia da história oral, um instrumento de aporte na identificação das fotografias, desperta as recordações de um passado vivido, porém não esquecido.

Metodologia

No MHIF, o processo de conservação preventiva de acervos, consiste na utilização dos equipamentos de proteção individual-EPI. Primeiramente, veste-se o avental, as luvas, a máscara e a touca. Na sequência, coloca-se o tecido de *voal* branco sobre a mesa, posiciona-se o saco plástico, de modo que se possa remover a sujidade e os resíduos da fotografia, direto para o interior do saco, com auxílio do pincel de cerdas macias, sempre na direção do objeto para fora. Inicia-se o processo de limpeza da fotografia sobre o tecido, com seu verso para cima, passando o pincel para remover o pó; se limpa com a borracha ralada e a bucha de tecido em movimentos circulares; para finalizar, retira-se o excesso da borracha com o pincel soprador.

Ao constatar a presença de fitas ou marcas de cartões colados, pode-se fazer o uso do bisturi-lâmina nº. 21 e da cola especial para tratamento fotográfico, conhecida por *carboximentilcelulose*, na remoção. Por último, higieniza-se a parte que contém a imagem do reverso da fotografia (Imagem 2), usando apenas algodão com auxílio do swab.⁹⁴

Para o processo de acondicionamento das peças, utiliza-se o papel com pH neutro, material apropriado para o acondicionamento de fotografias, pois não apresenta acidez. Faz-se necessário também o uso do estilete, da espátula de osso, da régua de aço e lápis 6B, para confeccionar os invólucros.

⁹⁴ Swab: “haste em madeira com algodão na extremidade” (MANUAL DE HIGIENIZAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DO ACERVO MUSEOLÓGICO DO SDM, 2006, p. 39).

Os envelopes são confeccionados pelo método manual, obedecendo ao tamanho correspondente da fotografia. Elaborados sobre uma mesa adequada, utiliza-se uma régua para medi-lo. O estilete é utilizado para o corte e a espátula de osso como meio de vincar o papel. Após a confecção do envelope, as fotografias já higienizadas são colocadas em seu interior. Na frente do invólucro, é descrita brevemente a informação iconográfica da imagem, com auxílio do lápis 6B. Higienizadas e acondicionadas nos invólucros, as fotografias são armazenadas no mobiliário da Reserva Técnica (RT), em prateleiras de material de MDF.

Conservação e guarda: Ações museais de preservação

A conservação do acervo iconográfico está ligada à ideia de proporcionar um maior tempo de vida útil aos objetos fotográficos, já que esses são extremamente frágeis por natureza. No *Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas* (MHIF) foram realizadas atividades na área de conservação preventiva do acervo iconográfico, por meio do tratamento de imagens, o qual envolve processo de higienização, acondicionamento e guarda.

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento do acervo, visando à integridade física das fotografias e às condições ambientais de guarda. Dessa maneira, foi possível constatar algumas fragilidades, como fotografias dobradas e/ou coladas em papel cartão (com teor de acidez), imagens rasgadas, resquícios de fitas adesivas, restos de grampos enferrujados, além de fotografias sobrepostas. A partir dessa avaliação prévia, aplicou-se uma metodologia com procedimentos necessários à conservação preventiva, para recuperar o acervo iconográfico e torná-lo uma fonte de pesquisa histórica.

A primeira etapa do processo de conservação das fotografias consistiu basicamente na prática de uma higienização mecânica, com material adequado. Amparado pelas normas atuais de conservação de acervos iconográficos, utilizou-se a higienização mecânica e a química. A higienização mecânica é a prática de uma metodologia superficial, que compreende apenas a remoção da sujeira da imagem, sem intervenção com produtos químicos. Conforme aponta Filippi,

[...] a limpeza mecânica consiste na remoção das sujeiras superficiais tanto da base quanto da emulsão. Nesse caso, utilizam-se pincéis macios para não provocar abrasões nas superfícies ou pó de borracha. A limpeza química é feita para remoção de resíduos de colas, fitas adesivas, etiquetas, tintas, grampos, cliques, excrementos de insetos e outros tipos de substâncias alheias à superfície original da imagem (2002, p. 47).

Já para a higienização química, torna-se necessário o uso de equipamentos adequados, como mesa de sucção⁹⁵, máquinas de secagem dos documentos e imagens, além de papéis e colas para recuperação do acervo iconográfico. Nesse caso, o aprimoramento técnico é primordial e a estrutura física também, para que se possa obter êxito ao término do trabalho. No caso do acervo do MHIF, realiza-se apenas a intervenção mecânica e, em alguns casos esporádicos, a intervenção química. Assim, a intenção é apenas preservar as coleções, não permitindo que se percam ao longo do tempo pela falta de cuidado ou por não haver de imediato um profissional da área, no museu.

O principal material utilizado na higienização preventiva do acervo se constitui do EPI. Para a execução desse procedimento, há que se proteger com equipamento individual. Para Andrade (2008, p. 27), esse cuidado está previsto na “norma regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho Brasileiro”; portanto, as instituições museais estão obrigadas “a fornecer aos empregados ou usuários, gratuitamente, equipamentos, adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento”. O EPI serve como base de proteção para os profissionais ligados à conservação de acervos, expostos aos produtos químicos, agentes

⁹⁵ Mesa de sucção: “Consiste em uma superfície específica para higienização do acervo, de preferência com dispositivo para as partículas de sujeira aspiradas” (CANOLA; TEIXEIRA, 2012, p. 32).

físicos⁹⁶ e biológicos⁹⁷. Esses equipamentos devem atender às situações de emergência, evitando acidentes e zelando pela integridade física do profissional. Os equipamentos utilizados pelo técnico consistem em: máscara de pó, touca para cobrir os cabelos, avental na cor branca (para melhor visualização das sujidades e, de preferência, de mangas longas, para proteger os braços), além dos óculos (evita o contágio com micro-organismos na região ocular).

Para a conservação das peças, os materiais utilizados compreendem: luvas de látex ou algodão na tonalidade branca, pincéis com cerdas macias, borrachas tipo TK, processadas em ralador, formando um pó fino que permite o processo de limpeza adequado da imagem fotográfica. Ainda para a limpeza, confecciona-se uma pequena bucha de tecido de algodão cru alvejado, contendo em seu interior um chumaço de algodão para definir o formato, amarrado em um barbante.

Acondicionamento e guarda: Técnicas e tarefas necessárias à conservação

No acondicionamento das fotografias, fazem-se necessárias medidas preventivas, como: a guarda nas caixas de papelão revestidas com papel sem acidez, armazenadas juntamente ao mobiliário da Reserva Técnica (RT). Esse lugar é o espaço físico do museu que abriga o acervo após o procedimento técnico da conservação preventiva. Assim, a RT “é entendida como um espaço físico utilizado para o armazenamento das peças do acervo de um museu, quando essas peças não estão em exposição” (CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS, 2006, p.151). Não raro, constitui-se na parte mais relevante de um espaço museal. Também é denominada como o ‘coração do museu’. A RT necessita ser um lugar seguro, com fácil acessibilidade, de maneira que possibilite a entrada de objetos nos mais variados tamanhos e tipologias. No MHIF, as coleções são guardadas na RT, com o número de identificação e a planta de localização e conta com aproximadamente 22 mil peças, acondicionadas e armazenadas.

Segundo Abreu (2010), há dois tipos de sistemas de acondicionamento dos documentos em suportes fotográficos: o de guarda - sistema de acondicionamento horizontal e vertical. Além do método de armazenamento, existem os níveis de proteção do material: acondicionamento primário, em que se faz o uso de invólucros de papel com pH neutro, e o secundário, que se refere ao mobiliário. Para Abreu “[...] os níveis de proteção funcionam como barreiras, não só para luz e ar poluído (poeira, enxofre, etc.), mas também para as oscilações da temperatura e umidade relativa do ar, que acontece diariamente na área de guarda” (2000, p. 18).

No MHIF, utiliza-se o sistema de acondicionamento horizontal: os níveis de proteção constituem-se de invólucros de papel com pH neutro, caixas revestidas do mesmo material, e o mobiliário, o qual corresponde aos armários de aço em MDF. Utiliza-se também, na RT, o higrômetro, que mede a umidade relativa do ar. Permanentemente, os níveis de variação da umidade são apontados em uma planilha, o que possibilita elaborar o diagnóstico de conservação a partir das possíveis irregularidades apresentadas no acervo.

O acondicionamento apropriado das fotografias, no que se refere ao controle de temperatura na área de guarda, corresponde a um índice entre 16 ° C e 18 ° C, obedecendo às normas de conservação vigentes. O higrômetro mede a umidade relativa do ar⁹⁸, sendo para as

⁹⁶ Agentes físicos: “Compõem essa tipologia de agentes: a temperatura, umidade relativa do ar, luz natural ou artificial são fatores externos que podem causar a deterioração de acervos museológicos” (CANOLA; TEIXEIRA, 2012, p. 16).

⁹⁷ Agentes biológicos: “micro-organismos, insetos, roedores e outros animais são fatores externos que podem causar a deterioração de acervos museológicos” (CANOLA; TEIXEIRA, 2012, p.16).

⁹⁸ Umidade relativa do ar: “relação entre o volume de ar e a quantidade de vapor d'água que está contida nele a uma determinada temperatura. A água tem um papel fundamental em várias formas de deterioração física e química” (MANUAL DO SDM, 2006, p. 24).

fotografias em preto e branco a umidade de 40% e para as imagens coloridas de 30%. Portanto, compatível com o indicado no Manual de Higienização e Acondicionamento do Acervo Museológico do SDM (2006).

Algumas Considerações

Em termos de fechamento dos trabalhos referentes ao ano de 2013, no *Museu Histórico das Irmãs Franciscanas* (MHIF), foi possível perceber que a fotografia é mais do que uma imagem ou uma ilustração em um livro, é um registro no tempo, porém não está estática, tampouco congelada. Isso porque, nas últimas décadas, tornou-se fonte primária em várias áreas da pesquisa acadêmico-científica. Sabe-se que, em alguns setores do conhecimento, mais familiarizados com imagens iconográficas, foi usado, mais cedo, esse instrumento como fonte de pesquisa, caso da Arquitetura e Urbanismo, Design, Artes Visuais e áreas afins.

Dito isso, fica evidente a relevância da preservação dessa tipologia documental, justificando a emergência do tratamento dado às coleções dos acervos museais, de forma adequada e responsável, priorizando-se a conservação preventiva.

Por meio da conservação e pesquisa das diversas peças das coleções deste ou de qualquer instituição museal, pode-se obter acesso rápido e ágil às informações das imagens iconográficas, por exemplo. Salienta-se a importância de outras fontes de pesquisas em museus, como as peças tridimensionais, que também compõem parte das coleções fotográficas.

Assim, contabilizou-se a higienização, o acondicionamento e a guarda na RT de 60 imagens iconográficas. A essa coleção, somam-se as coleções do acervo têxtil, como os paramentos litúrgicos e as peças sacras. Estas últimas trabalhadas no primeiro semestre de 2013. Desse modo, puderam-se socializar as peças do MHIF com a comunidade religiosa e leiga, por meio de uma exposição entre os dias 15 e 29 de maio de 2013, intitulada *Mostra de Paramentos Litúrgicos e Objetos Sacros*, na Sala Angelita Stefani, no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Tal atividade integrou a 11ª Semana de Museus do Instituto Brasileiro de Museus, recebendo um público de 300 visitantes.

Outro fator de relevância deste projeto de extensão refere-se à socialização, por parte dos estudantes bolsistas, em eventos acadêmicos como: *IV Simpósio de Iniciação Científica*, Centro Universitário Franciscano (abril de 2013); *II Seminário Internacional de História Regional*, na Universidade de Passo Fundo (setembro de 2013) e *XVII Simpósio de Pesquisa e Extensão* (SEPE), no Centro Universitário Franciscano (outubro de 2013). Esses eventos, na mesma medida que conferem um amadurecimento intelectual aos estudantes envolvidos, também contribuem para a divulgação do *Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas* (MHIF).

Como o Curso de História do Centro Universitário Franciscano vem atuando em instituições museais desde 1998, por meio de projetos de extensão, tão caros às IES comprometidas com a sociedade e seu desenvolvimento, já se alcançou resultados em outras esferas. Egressos do referido curso têm se colocado em instituições museológicas de Santa Maria e região, organizando e divulgando a memória que essas instituições abarcam, sejam elas de cunho militar, étnica, religiosa ou de saúde⁹⁹.

E, finalmente, a fotografia precede o cinema, portanto, sem a primeira, não existiria o segundo. Ao fixar pela química a imagem fugidia que uma lente convexa reproduzia na câmara escura, Daguerre abriu um caminho profícuo para os irmãos Auguste e Louis Lumière.

⁹⁹ Centro Histórico Coronel Pillar (2005-2009); Centro de Pesquisa Genealógica (1999-2011); Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (2009-2013); Casa Edmundo Cardoso (2010-2013), Casa de Saúde (2011-2013).

Referências

ABREU, Ana Lúcia de. **Acondicionamento e Guarda de Acervos Fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

ANDRADE, Maria Zeni. **Segurança em Laboratórios Químicos e Biotecnológicos**. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

CANOLA, Lia; TEXEIRA, Vanilde Rohling Ghizoni. **Coleção Estudos Museológicos**. Vº. 1, Florianópolis: FCC, 2012.

CARDOSO, Aluísio; MAUD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997.

Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU, Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/Superintendência de museus, 2006.

Estatuto da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis. Mantenedora da área da educação da Província Imaculado Coração de Maria. Reformulado em 24 de abril de 2009.

FILIPPI, Patrícia de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KOSSOY, Bóris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

Manual de Higienização e Acondicionamento do Acervo Museológico do SDM. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

NECROLOGIA DA IRMÃ ELENA VOGEL. Fonte retirada do Arquivo da Província Imaculado Coração de Maria, 1995.

RUPOLO, Irani. **Texto sobre A Vida e Obra de São Francisco de Assis** - Auxiliar na Museografia da sala de Exposição Origem e Espiritualidade, Santa Maria, 2008.

_____. **Breve Histórico do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas - MHIF**, Santa Maria, 2010.

_____. **Texto de Inauguração do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas - MHIF**, Santa Maria, 2010.

SCHILLING, Getúlio. **A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

Fontes eletrônicas

CORRÊA, Roselaine Casanova. **Plataforma do Currículo Lattes**. <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4704304E2>> Acesso em: 28 jan. 2014.

Dicionário Online Priberam. <<http://www.priberam.pt/dlpo>> Acesso em: 05 jan. 2014.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. <<http://www.museus.gov.br>> Acesso em: 04 jan. 2014.

SCHACHTER, Bony Braga. **História da Arte - Iconologia de Panofsky**. <<http://yishushi.wordpress.com/2011/05/05/>> Acesso em: 20 Jan. 2014.

Comunicação e visibilidade: um Trem no caminho do Museu Julio de Castilhos

Andrea Reis da Silveira¹⁰⁰

Lizete Dias de Oliveira¹⁰¹

Resumo

O texto aborda o Trem da Cultura, projeto criado pelo Museu Julio de Castilhos nos anos 1975-1978. O Trem da Cultura teve como objetivo a interiorização da área da cultura no Estado do RS através da itinerância do acervo da instituição. O projeto Trem da Cultura possibilitou problematizar a comunicação postulada pelo Museu que, através da divulgação nos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Analisamos 253 notícias sendo 11 acerca do projeto analisado sob a luz das Teorias da Comunicação Agendamento e a Espiral do Silêncio. O estudo de caso foi feito pela metodologia da análise de conteúdo. Verificamos que o projeto Trem da Cultura esteve alinhado aos propósitos do governo militar e também deu visibilidade à instituição Museu Julio de Castilhos.

Palavras-Chave: Trem da Cultura; Museu Julio de Castilhos; Comunicação; Jornais; Análise de Conteúdo.

Introdução

As potencialidades para comunicação em museus são inúmeras. Este texto analisa a comunicação para além da expografia, a relação entre os jornais e o Museu Julio de Castilhos (MJC), por meio de uma estratégia cultural e pedagógica, o Trem da Cultura. Nos anos 1960 para o MJC foi delineada uma nova missão, a especificidade histórica, consequência da opção do governo estadual que em 1957, desmembrou os acervos de Ciências Naturais e de Artes que compunham originalmente a museália institucional, constituindo outros museus vinculados ao estado¹⁰². A instauração de novos museus, como o MARGS e o Museu de Ciências Naturais, tirou a hegemonia museológica do MJC. Com graves problemas de infraestrutura, o Museu Julio de Castilhos passou grande parte das décadas de 1960-1970 fechado ao público, com reformas na casa-sede, reinaugurado em 1973. Em 1974 foi nomeado o funcionário Joaquim Carlos de Moraes, jornalista, como diretor. Sua orientação era seguir as recomendações da Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Cultura do RS (DAC/SECRS) que tinha como intenção a dimensão educativa no papel do Museu. Desde a sua criação, o Estado e o MJC sustentam e demonstram um relacionamento simbiótico, como Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Ao longo da sua trajetória o Museu Julio de Castilhos desenvolveu sua prática pela condução reprodutivista dos interesses do poder e de um grupo a ele aliado. Para o Estado o MJC deveria disseminar cultura marcada na intenção cívica, guardar o passado da elite, desenvolver a construção cronológica e acrílica da História.

Nos anos 1970, a efervescência cultural refletia nos museus e as idéias de mudança da Carta de Santiago do Chile, levaram ao museu integral. As diretrizes da DAC/SECRS eram de continuísmo e o Museu Julio de Castilhos auxiliar na compreensão, manutenção e valorização do passado, incentivando a cultura nacional e regional, promovendo a interiorização e o envolvimento integracionista do processo de desenvolvimento cultural¹⁰³. Numa interpretação precipitada a respeito da interiorização e da concepção integracionista pelo MJC, incorre-se no risco de perceber tais diretrizes sobre serviços culturais de linha vanguardista para o período. No entanto, cabe lembrar que o contexto político, econômico e social brasileiro era predominantemente orientado nos ditames do poder militar, defensor dos moldes positivistas

¹⁰⁰ Andrea Reis da Silveira é historiadora, Mestre em Patrimônio Cultural e graduanda do Curso de Museologia da UFRGS. Endereço eletrônico: andrears@terra.com.br.

¹⁰¹ Lizete Dias de Oliveira é historiadora, Doutora em Arqueologia, PHD em Ciência da Informação e professora do Curso de Museologia da UFRGS. Endereço eletrônico: lee7dias@gmail.com.

¹⁰² Para maiores informações a respeito de o processo ver: SILVEIRA, Andrea R. O Museu Julio de Castilhos nos anos 1960-1980: acervos, discursos, representações e práticas por meio de uma exposição museológica. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). UFSM, Santa Maria, 2011.

¹⁰³ Ver SILVEIRA, 2011, p. 99. Op. Cit.

de um estado autoritário, centralista e de controle repressivo. A integração territorial e o nacionalismo eram promovidos como conscientização e afirmação sobre uma única identidade brasileira, a partir das diretrizes da Escola Superior de Guerra e pela campanha “integrar para não entregar”. A característica centralista, de alianças e de empoderamento do estado brasileiro, especialmente no período em questão, passou para o plano da instituição museológica.

A cultura nos trilhos: o projeto Trem da Cultura

A política econômica do governo ditatorial representada pelo “milagre brasileiro” impingia em todos os setores o tom de crescimento, aceleração, modernização e tecnologização. Acompanhando essa direção, ocorreu a abertura e a privatização das forças produtivas para o capital internacional. Como efeito, ocorre a mediatização da noção de “progresso” e a orientação ideologizada da cultura pela lógica expansionista da indústria cultural. A indústria cultural massifica e modela o público em ideários como sucesso e riqueza. O campo dos museus que é absorvido nessa concepção e passa a adotar posturas quantitativas e de modernização tecnológica, cujo foco, é o consumo, incitado através dos meios de comunicação que passa a compor o quadro de preocupações dos diretores de museus. No quadro da indústria cultural os públicos são mantidos na crença de sua posição passiva. É nesse panorama que se classifica a gestão museológica de Joaquim Carlos de Moraes no Museu Julio de Castilhos. Essa realidade fica visível por meio do Trem da Cultura.

O projeto Trem da Cultura foi criado por Joaquim Carlos de Moraes com o apoio e incentivo do Departamento de Assuntos Culturais da SEC/RS. Foi desenvolvido entre os anos 1975-1978 a partir da cedência de dois vagões da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), com a proposta de “oportunizar o contato direto dos bens culturais para as populações do interior do RS”. O Trem percorria cidades do interior do RS conforme o eixo de deslocamento da RFFSA, chegando a atingir 24 cidades ao longo das quatro edições do projeto. O primeiro vagão do projeto Trem da Cultura era destinado à área expositiva, arranjada a partir da seleção de objetos evocativos da história oficial do RS e do Brasil, do acervo do Museu. Bens pessoais e imagens de vultos nacionais e regionais considerados como patrimônio do Estado também eram apresentados na mostra itinerante. O segundo vagão, era o alojamento dos funcionários e do diretor encarregado da segurança e da mediação do acervo durante os vinte e um dias de duração da viagem.

À noite, o Trem da Cultura exibia projeções de filmes nacionais, curtas-metragens e documentários que eram cedidos por órgãos governamentais, como a EMBRAFILMES, e ou por consulados e embaixadas sediadas em Porto Alegre. Os filmes, de teor nacionalista ao exemplo de “Independência ou Morte”, “Descobrimento do Brasil” abordavam a vida e a obra de personagens da História, como o Padre José de Anchieta, Tiradentes, Duque de Caxias, entre outros. O Trem da Cultura era um anexo do Museu Julio de Castilhos no formato extramuros e itinerante, pois continuava nos propósitos da cultura e da História oficial cuja concepção era instrumental e de caráter antidemocrático. O papel diverso de reflexão que é inerente ao patrimônio cultural e aos museus ficava intrincado pelo sistema de valores e pelas circunstâncias da ditadura militar e do aparelhamento museológico. Descontextualizados da vida social das comunidades visitadas, os artefatos que entraram na triagem para a itinerância ferroviária estavam voltados para o adestramento, cumpriam a função de legado pedagógico acrítico e de comunicação cívica, a favor do projeto desenvolvimentista autoritário, sem pretensões transformadoras. O MJC não era pensado como um espaço de relações, como uma ferramenta democratizante nem como uma experiência libertadora de acesso a todos. O perfil do visitante era percebido como unitário, uniforme, receptor. O Trem da Cultura no propósito de comunicação foi falho.

Cabe destacar que o projeto Trem da Cultura teve relevância ao liberar o contato das populações visitadas com o patrimônio cultural e o museu. Muitas dessas cidades, e

especialmente os alunos, público de maior frequência no Trem da Cultura, vivenciaram sua primeira experiência com a cultura material e o cenário museal. A cultura institucionalizada pelo Museu produziu descobertas, exercitou sensibilidades e relações sociais, configurando olhares diferenciados do cenário local¹⁰⁴. O pioneirismo de aproximação com as comunidades foi o maior mérito do Trem da Cultura, no entanto, a realidade que se estabeleceu entre aquilo que o museu propunha e as cidades interioranas não estabeleceu intercâmbio, mas sim, fronteira, divisa, demarcação cultural do centro (Porto Alegre) para a periferia (interior). As fronteiras culturais são simbólicas e impactam na transmissão de valores e aspectos de ordenamento do mundo. Uma relação de colonialismo sem revelações da alteridade humana, da identidade local, reafirmou-se a diferença e reforçou-se a dimensão política e das representações.

Como se percebe na notícia do jornal Correio do Povo sobre a chegada do Trem da Cultura em Bagé, as trezentas peças museológicas foram visitadas por um público de 1.150 pessoas. A imagem mostra um público escolar, numa proposta pedagógica de política cultural. A fala dos diretores Joaquim Carlos de Moraes do MJC e a das autoridades da DAC/SECRS são legitimadas pelo Prefeito Municipal de Bagé e caracterizam o poder político nas relações de sociabilidade do projeto e a exploração de um imaginário. Como museu de história, o projeto Trem da Cultura do MJC deixou de conectar pessoas e estabelecer diálogos plurais, perdendo o traço particular da comunicação intercultural.



Figura 1: Cópia digitalizada de recorte do jornal Correio do Povo de 1º de maio de 1976 que aborda o projeto Trem da Cultura.

Fonte: pesquisa das autoras.

¹⁰⁴ Ver SILVEIRA (2011, p. 24) que explica que nos anos 1970 o Museu Julio de Castilhos teve grande repercussão como modelo para a implantação de museus municipais no interior do RS.

Agenciando visibilidade: uma perspectiva de comunicação entre o MJC e os jornais

Para o diretor Joaquim Carlos de Moraes o projeto Trem da Cultura alcançou uma convergência de objetivos: como ação cultural que tornou o MJC mais aparente e, como demonstrativo de desempenho de gestão competitiva e “moderna” potencializando a retomada da imagem positiva perante a opinião pública e o governo. Nessa perspectiva, a comunicação na mídia jornalística, para o Museu, assumiu importância fundamental. Frente às diversas interfaces que aconteciam no dia-a-dia da instituição museológica, a notícia no jornal deveria encobrir os problemas dos setores técnicos e das instalações precárias. A presença de notícias na mídia impressa da cidade de Porto Alegre, onde identificamos 253 notícias (tabela abaixo), criou assim, uma forma de publicidade, um tipo de visibilidade, uma comunicação que permitia aproximação instantânea e de mediação com o público. Um posicionamento estratégico que visava impacto sobre as ações gerenciais do Museu, sem, no entanto, ampliar para temas transversais além daqueles propostos nos discursos oficiais.

Jornal/ano	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	Total
Correio do Povo	9	14	26	8	14	13	17	101
Folha da Tarde	10	8	6	1	3	6	6	40
Jornal do Comercio	10	2	2	0	1	0	2	17
Zero Hora	17	3	9	1	3	4	10	47
Folha da manhã	0	1	2	1	1	1	2	8
Diário de Noticias	0	11	0	0	3	3	23	40
Total	46	39	45	11	25	27	60	253

Tabela 1: Quantitativo de Jornais que divulgaram o Museu Julio de Castilhos durante a gestão Joaquim Carlos de Moraes (1974-1980).

Fonte: pesquisa das autoras.

Para atingir os jornais e o público o diretor Joaquim Moraes criou na estrutura organizacional do Museu um setor de Divulgação, coordenado por um jornalista contratado que seria responsável em produzir material que divulgasse os eventos da instituição. O setor de divulgação fomentava os jornais com notícias dos eventos do Museu, tais como: exposições, cursos e atividades. Tornar o museu um programa interessante era vital para a propaganda e a melhoria da imagem institucional, meio de sensibilizar o governo para benfeitorias no prédio e na estrutura museal, de forma a recuperar a posição privilegiada e de precedência que o Museu perdera no campo cultural do Estado. Mudanças acentuadas e rápidas como forma de ser percebido politicamente.

O campo editorial jornalístico busca acontecimentos e novidades que rompam com a normalidade cotidiana. A fim de gerar relevância nos leitores e de gerar um efeito no jogo da vida das pessoas que adquirem o jornal, as informações geradas necessitam interessar aos jornalistas. O Projeto Trem da Cultura atendia as características para a noticiabilidade: dinâmica, ineditismo, objetividade, instantaneidade, autoridades, periodicidade, relevância. A notícia possui uma finalidade proferida pelo discurso. Assim sendo, o objetivo principal que a ela se atribui é o de tão somente deixar o leitor/expectador informado acerca dos acontecimentos que norteiam a sociedade. Outro aspecto relevante é que o emissor, o jornalista, mesmo dotado de opinião própria, precisa manter-se imparcial o tempo todo, deixando de lado a subjetividade para lançar fatos com valor de interesse e importância como notícia. O Trem da Cultura gerava quantitativo de público e espetacularização, fazendo com

que o Museu entrasse no ritmo da indústria cultural e da sociedade de consumo e consequentemente, interesse jornalístico. Na Tabela 1 mostramos que o jornal Correio do Povo e o jornal Zero Hora foram os veículos que mais divulgaram o Museu Julio de Castilhos. Esses jornais, concorrentes entre si e opostos em suas particularidades editoriais, mostraram no conteúdo de onze matérias, o projeto Trem da Cultura, com dois pontos de vista: pelo seu ineditismo e pelo envolvimento com um grande número de pessoas. O jornal Zero Hora divulgou quatro matérias a respeito do Trem da Cultura nos anos 1975 e 1976 e o jornal Correio do Povo noticiou sete notícias nos anos 1976, 1977 e 1978, respectivamente. As informações transformadas em notícia pelo setor de divulgação podem ser pensadas a partir da organização do poder estatal na área cultural. É o desdobramento político da visibilidade agenciada. Os jornais foram pontes para o Diretor de o Museu atingir resultados.

Pensando e administrando a visibilidade

O processo de massificação no qual as informações caem ao serem noticiadas nos jornais pode ser pensado a partir de duas teorias da Comunicação: o Agendamento e a Espiral do Silêncio. As duas teorias foram desenvolvidas para explicar como a imprensa, publicando notícias, indica o que as pessoas precisam pensar, gerando comentários nas agendas sociais e individuais. Esse é o caso das onze notícias divulgadas pelos jornais Correio do Povo e Zero Hora sobre o Trem da Cultura.

A Teoria do Agendamento explica que os jornais ao colocarem temas e assuntos em suas publicações, repetindo-os e padronizando-os, faz com que as opiniões e percepções das pessoas sobre aquelas abordagens sejam pautas constantes das conversas nos seus cotidianos. O MJC buscando uma relação de poder cultural na esfera estadual e uma imagem positiva associa-se aos jornais, em busca desse agendamento, para ser realçado. Pelo agendamento os públicos viriam considerar o tema Trem da Cultura e Museu Julio de Castilhos como importantes. Um tipo de persuasão para atingir força.

A Teoria da Espiral do Silêncio propõe que o efeito da notícia no indivíduo encerra qualquer tentativa contrária ao que foi publicado. A Teoria do Espiral do Silêncio aborda num nível mais profundo na influencia da opinião do indivíduo sobre a notícia. Segundo essa teoria, a notícia publicada é tornada majoritária na opinião pública, e quanto mais comentado e discutido o tema em todo círculo social, mais consensual se torna, pela omissão da opinião individual. O sujeito receoso de discordar da ideia compartilhada por tantos envolvidos que a tomam como “verdade”, evita de expor-se contrário a ela, temendo ser excluído. A pessoa se mantém calada, silenciada, acolhendo e introjetando as expressões retidas pela maioria, mesmo discordando.

O trabalho desenvolvido pelo Museu constituiu um evento para que os sujeitos formassem um sentido de imagem institucional, e nesse sentido é um trabalho histórico e ideológico, costurando os grupos e os sujeitos na estrutura do mundo cultural para eles habitarem, unificando-os e tornando-os previsíveis. Como comunicação, as informações do acervo do Museu levado pelo projeto foi incomunicante. O acesso e a construção de sentidos não aconteceram na forma multilateral, pela maioria, o que caracteriza o processo da comunicação. O comboio do trem da mídia levou à opinião pública a empatia com a cultura nos trilhos.

De acordo com essas duas teorias, o Museu Júlio de Castilhos criava as notícias, agendando-as e induzindo elementos para que fossem divulgadas nos jornais. Como a teoria da espiral do silêncio, a visibilidade nos periódicos tentava silenciar as vozes dissonantes.

Considerações finais

O Trem da Cultura potencializou uma alternativa diferenciada na forma do Museu comunicar-se: a notícia jornalística. A análise do conteúdo das notícias permitiu considerar que

noticiar é estabelecer um discurso, é comunicar na forma intencional. As notícias publicadas nos jornais sobre o Trem da Cultura foram constituidoras de efeitos políticos e de empoderamento para os agentes do Museu. As peças expostas estavam constituídas daquilo que Pierre Bourdieu designou como “poder simbólico”, estabelecendo reforço no imaginário em que o museu é lugar de coisas velhas, voltadas para o passado, sem a promoção da inserção social e cultural, sem ensinamentos de ver e pensar historicamente. O papel social do Museu pela interdependência do binômio da educação-cultura não foi atingido.

A comunicação que os jornais estabeleceram para o Museu Julio de Castilhos com o Trem da Cultura potencializa a análise ética das relações interpessoais e interinstitucionais em que circulam valores morais e ideológicos. Como um produto integrado da sociedade, o discurso agendado sobre o museu e o Trem nos jornais, enfatizava a popularização gerando articulação entre a comunidade escolar e entretenimento cultural para o público amplo, levando a instituição museológica aos assuntos do cotidiano. A cobertura na imprensa foi uma forma privilegiada de o Museu disseminar sua percepção de importância. Assim, as notícias sobre o Trem da Cultura eram estratégias com o objetivo de trazer visibilidade e repercussão social ao Museu, buscando apelo social para alimentar a hierarquia da instituição no panorama museal do Estado.

A troca de experiências, os interesses e as expectativas das populações que receberam o Trem da Cultura são possibilidades de pesquisas futuras, assim como a produção de sentidos desse projeto. A Espiral do silêncio como teoria que propõe sobre o que as pessoas podem pensar, e o agendamento na imprensa, são olhares que surgem como possibilidades interpretativas sobre a relação da imprensa com os museus. Há muito que descortinar e indagar sobre essa relação, mas cabe enfatizar que a visibilidade, a promoção ou o silêncio da imprensa sobre as instituições museológicas depende das práticas de atores e grupos em seus contextos. Fruto de seu tempo, o Museu usou-se dos jornais como vantagem para estar alinhado ao mercado cultural, como forma de ação política. E os jornais, pela Teoria do Agendamento e da Espiral do Silêncio encontraram um modo de ligação com o poder: político e no efeito de comunicação à massa.

A ação de indivíduos e grupos está sempre presente nas relações institucionais gerando acontecimentos onde cabe a produção da notícia. A relação de comunicação entre as duas instituições é simbiótica, vai além da Expografia e reflete a responsabilidade que deve ter um projeto para transformar a realidade social. O Museu como ambiente, com sua articulação social, por meio de seus discursos e representações e com a sua atuação, concentra poder de influenciar sobre a sociedade. É um lugar de conflito de interesses, uma arena de contrastes e relações de poder em que a capacidade de coerção, produção e reprodução permeia e perpassa da forma mais insuspeita a produção de sentidos e de formas simbólicas. Os museus por natureza são espaços de poder, de relações e de mediação e o Museu Julio de Castilhos participa desse panorama museal.

Referências

BENCHETRIT, Sarah. Os museus e a comunicação. In: BENCHETRIT, Sarah; BEZERRA, Rafael Z. ; MONTENEGRO, Aline (Orgs.). **Museus e comunicação**: exposição como objeto de estudo. RJ: Museu Histórico Nacional, 2010. Livro do Museu Histórico Nacional.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. Ed. RJ: Bertrand, 2009.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, 1997.

CURY, Marília Xavier. A busca pela autonomia: museologia, museus e globalização.

ICOFOM LAM 2002, XI Encuentro Regional Del ICOFOM LAM, Cuenca E Ilhas Galápagos. **Anais...** Equador, 26 a 30 de outubro de 2002. P. 54-73. **Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Acesso em: 23 abr.2014.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia; LOUREIRO, Maria Lucia (Orgs). **O caráter político dos Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

GOMES, Itania M.; SOUZA, Maria Carmem J. (Orgs). **Media e Cultura**. Salvador: PPG em Comunicação e Cultura Contemporânea, 2003.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis; FRANÇA, Vera (Orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HOHLFELDT, Antonio. **Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto nos comunicamos?** São Paulo: Paulos, 2007.

_____. **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTINO, Luis Mauro. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis; FRANÇA, Vera (Orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 11-27.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVEIRA, Andrea R. **O Museu Julio de Castilhos no período 1960-1980: acervos, discursos, representações e práticas através de uma exposição**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

_____. **Fazer crer, fazer sentir: o Museu Julio de Castilhos na imprensa porto-alegrense, 1974-1980**. Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade de interpretação transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

Resumo

Este artigo - ao tratar a relação entre espaços cemiteriais, memória social e patrimônio cultural - procura consignar a compreensão dos cemitérios como lugar de memória (NORA, 1993; HALBWACHS, 2003) e também de patrimônio (CHOAY, 2006) para o seu campo de pertencimento. Resulta de visitas exploratórias ao *British Cemetery* no Recife, e ainda de exame bibliográfico pertinente ao tema. Prioriza o método qualitativo. Ao fim, dispõe que a falta dessa compreensão encerra afinidade para com a situação de descaso e abandono que alcança muitas necrópoles, principalmente aquela que se visitou.

Palavras-chave: Cemitério. Memória. Lugar de memória. Patrimônio.

Introdução

Para os estudiosos dos temas relativos à morte e, em particular, dos espaços cemiteriais, já é fato compreendido do lugar de significados que ocupam para a compreensão das sociedades do qual são testemunhas. Esses espaços foram e ainda são lugares de cultura e, desse modo, reproduzem em seus interiores construções e interpretações do imaginário social.

Em *The Living and the Dead*, Lloyd Warner (1959, p. 35), referindo-se ao cemitério diz: “Just as cemeteries reflect in miniature the past life and historic eras through which the community has passed, so contemporary graveyards symbolically express the present social structure”. Em prosseguimento, Warner alega que os elementos básicos de organização social, bem como os conflitos entre esses elementos, a vida associativa da comunidade, e todo status atual da comunidade podem ser “lido” pelas pistas fornecidas no cemitério.

Por seu turno, Michel Vovelle (1997) estabelece que o cemitério reúne toda uma simbologia - figurativa ou não, expressa na arquitetura e na estatuária - associada a uma consciência diversificada da morte, aos afetos familiares e às relações sociais, que tem um equivalente cívico nos monumentos públicos e nos memoriais.

Para Bellomo (2008, p. 13),

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. A morte igualitária só existe em discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias. Deste modo, a análise permite conhecer múltiplos aspectos da comunidade, constituindo-se em grandes fontes para o conhecimento histórico.

Vale mencionar, por oportuno, que a partir da década de 1850, os cemitérios tradicionais começaram a surgir no Brasil, iniciando uma prática de reprodução simbólica do universo sociocultural que insere a todos. É possível enxergar nessa prática um determinismo na existência da relação entre a morte, ou o morto, e a memória. Essas imagens produzidas a partir das lembranças remanescentes garantirão a perpetuação do morto, visto que, apesar da morte remeter a um “não ser”, esta poderá existir eternamente na memória dos vivos.

No século XIX, com a modernização das cidades – orientadas principalmente pela racionalização –, a crença na morte e o culto ao morto, entendidos inicialmente como fenômenos naturais do ritual de passagem, foram sendo gradativamente substituídos por sentimentos de “imortalidade subjetiva da alma”¹⁰⁶, nas quais se cultua a memória por intermédio do legado, tornando os cemitérios um local onde o homem expõe sua mortalidade, porém, sem abandonar completamente sua imortalidade.

¹⁰⁵ Aluno do Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, dakita@uol.com.br.

¹⁰⁶ Ver Augusto Comte e a filosofia positivista.

Os cemitérios, nesse âmbito, podem ser compreendidos como o espaço onde se recusa esquecer, sendo este um desejo do homem vivo: o homem não quer ser esquecido depois de morto e, por isso, “constrói” espaços determinados à sua perpetuação. A construção desses espaços exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico no tempo e da individualização nas sociedades humanas na busca de traduzir uma experiência e as relações com a cultura na qual se insere a vida *post-mortem*, onde os vivos e mortos dialogam a partir da carência dos primeiros e da herança dos últimos. O indivíduo, apesar de sua existência temporária, pode após a morte, ser reverenciado e cultuado na memória ou na recordação de grupos específicos ou da sociedade como um todo.

A partir dessas considerações iniciais, o que interessa e mobiliza o exercício deste artigo é discutir o cemitério como lugar de memória social e também patrimônio cultural para o seu lugar de pertencimento. Dentro da possibilidade de extensão recomendada ao texto – por óbvio. Tal assertiva leva em conta a advertência:

(...) *Quem faz os cemitérios não são os mortos, mas os vivos. E fazem-nos não apenas para os mortos mas também (para não dizermos sobretudo) para os vivos. Por isso, a organização da “cidades dos mortos” (com as suas avenidas, os diferentes tipos de “habitações” que contém, a forma de as embelezar, as suas relações de vizinhança, a hierarquização dos seus espaços) obedece a critérios semelhantes à da “cidade dos vivos”. Assim, os cemitérios funcionam como espelho das aldeias, vilas ou cidades que os produzem. O conhecimento de qualquer comunidade ficará sempre incompleto se não incluir o seu cemitério. O cemitério é, em si próprio, um museu. É um campo de memórias e de homenagens que oferece uma imensidão de elementos de trabalho e um repositório de peças de arte de diferentes épocas que são sinais mais duradouros de atitudes e de relações efemeramente existentes no mundo dos vivos* (COELHO, 1991, p. 8 – destaques do autor).

O sentido da discussão aludida foi adquirindo contornos quando, em visitas exploratórias em 2010 (pesquisas essas que, inclusive, serviram posteriormente para a elaboração de projeto para a seleção de mestrado de 2014, do ICH-PPGMP-UFPEL), este autor realizou algumas visitas ao *British Cemetery* em Recife (Fig. 1) - um dos testemunhos da presença britânica em Pernambuco e no Brasil desde o séc. XIX.



FIGURA 1 – Foto da fachada do British Cemetery no Recife.

Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@8.0472829,34.87679,3a,75y,133h,90t/data=!3m4!1e13m2!1sOQL6YmgoqLWNmkoyBBuv0A!2e0!6m1!1e1>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

O *British Cemetery* no Recife ou “Cemitério dos ingleses no Recife” - como é designado pelos recifenses - faz parte de um inicial conjunto de cemitérios destinados a receber os corpos dos súditos britânicos mortos no Brasil-Colônia. “Até a abertura desses cemitérios, os estrangeiros não Católicos eram enterrados em qualquer lugar, nunca nos templos ou nos pequenos cemitérios anexos aos templos Católicos” (MELLO, 1972, p. 12). Esses cemitérios decorrem do disposto no artigo 12 do Tratado de Navegação e Comércio celebrado entre Portugal e Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810, no qual se permitia aos vassalos de Sua Majestade Britânica...

(...) enterrar os que morressem nos territórios de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, em convenientes lugares que fossem designados para êste (sic) fim, não se perturbando de modo algum, nem por qualquer motivo, os funerais ou as sepulturas dos mortos (COSTA, 1902 apud MELLO, 1972, p. 11).

Assim, vários cemitérios chamados “de ingleses” seriam construídos em território brasileiro, especialmente em região de portos movimentados, a exemplo de Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Cemitério dos Ingleses no Recife, apesar de ser atualmente propriedade do Consulado Britânico no Recife, foi tombado pelo Decreto Estadual Nº 9131 do Governo de Pernambuco, de 23 de janeiro de 1984, que homologou a Resolução nº 15 do Conselho Estadual de Cultura, de 06 de dezembro de 1983.

Isso não obstante, nos últimos anos (e ainda hoje) o *British Cemetery* em Recife não tem sido salvaguardado como um patrimônio cultural e histórico do Estado e da cidade - haja vista problemas de furtos, vandalismo, desgaste temporal das construções e da situação de abandono local.¹⁰⁷ Como um lugar tão belo e com tal importância para a cidade do Recife poderia estar mal cuidado? mal preservado?

Sendo assim, a discussão aqui empreendida é no sentido de compreender os cemitérios como representação instituída do espaço da memória, seus registros como memória do lugar, e, o transbordamento disso tudo para o aspecto patrimonial.

1. Cemitérios como lugar de memória

1.1 Cemitérios e memória

A argumentação desta seção tem como ponto de partida a seguinte assertiva: todo e qualquer cemitério, e particularmente o cemitério oitocentista, deve ser visto como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social¹⁰⁸ e das suas expectativas metafísicas. E este simbolismo decorre do fato de, como sublinhou Bachelard (1948, p. 312), a morte ser “primeiramente uma imagem”. E esta primeira característica determina a existência de uma ligação estreita entre o culto dos mortos e a memória.

Que memória? Se esta é condição essencial para que o tempo seja medido pela consciência da identidade individual, ela tem, porém, várias modalidades de concretização. Candau (2012, p. 21-26), propõe uma taxinomia das diferentes manifestações da memória:

a) a memória de baixo nível, a que chamou protomemória, fruto, em boa parte, do *habitus* e da socialização, e, portanto, fonte dos automatismos do agir;

b) a memória propriamente dita, ou de alto nível, que enfatiza a recordação e o reconhecimento, e é construída por convocação deliberada, ou por evocação involuntária de aparência autobiográfica ou enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc.);

c) e a metamemória, conceito que o autor usa para definir as representações que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem desse fato, e o que afirma sobre isso, tudo dimensões que remetem para a maneira como cada um se filia no seu próprio passado e constrói a sua identidade.

¹⁰⁷ Cf., entre outras reportagens, “Abandono no Cemitério dos Ingleses, o primeiro de Pernambuco”. Disponível em: <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2013/02/18/abandono-no-cemiterio-dos-ingleses-o-primeiro-de-pernambuco-7667.php>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

¹⁰⁸ “Dès ce moment-là, chaque individu cherchant à s’affirmer, selon ses moyens, par-delà la mort, dans sa positivité singulière, l’espace funéraire est devenu un *lieu de reproduction symbolique de l’univers social* (...). (URBAIN, 1978, p. 85 - destaque do autor)

Candau (2012, p. 1) chama a atenção para o fato de que a memória não é espelho ou transparência da realidade-passado. Ela é mais uma leitura atual do passado do que a sua reconstituição fiel.

Toda memória é simbólica, ou seja, opera mediante metáforas que exprimem um estado de espírito. Palco de memórias construídas e memórias vividas, os cemitérios são lugares de memória, por excelência, visto que as lembranças sugeridas pelos símbolos e pelas construções não privilegiam somente a ordem do saber, como é típico das instituições de memória tradicionais, mas a ordem dos sentimentos e das intenções cívico-educativas (LE GOFF, 1990).

1.2 Memória e lugar

Apesar da memória ser processada internamente, esta necessita de um espaço físico para ser ativada e estimulada, pois a mesma não se projeta no vazio (HALBWACHS, 2003, p.). Nesse sentido, lugares construídos concretamente, onde se realizam passagens históricas, eventos e práticas do dia a dia, representações visuais, como fotos e construções, ou não visuais, como orações e festejos, podem vir a serem possíveis referenciais de espaço para a projeção da memória. Nesse contexto, a ideia desenvolvida por Nora em seu estudo sobre a problemática dos lugares (NORA, 1993), no qual afirma que não existe mais memória, é essencial para o entendimento desses campos como locais que nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, e, por isso, há a necessidade de criação dos lugares de memória.

Porém, segundo Nora, a passagem de vivências de experiências pessoais e coletivas perdeu-se ao longo do tempo, até desaparecer do cenário atual.

Aceleração: o fenômeno que acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira (...), aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança (NORA, 1993, p. 8).

O que se entende de imediato desse fenômeno de aceleração seria a perda característica do indivíduo; por isso o autor aponta a necessidade de criação dos lugares onde estaria “presente” a memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

A criação ou a existência dos lugares de memória, de acordo com Nora, são necessárias devido à constante aceleração da vida diária, com a lembrança da necessidade de retornar a história do indivíduo e do coletivo, tendo como objetivo a reestruturação do presente. Nora ainda alerta sobre o fato de que a desatenção causada por tal aceleração pode induzir ao esquecimento até os espaços da memória: “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993).

Os lugares de memória são espaços significativos dentro da cidade, sejam imateriais ou materiais, que perpassam por várias gerações, abarcando memórias e identidades coletivas. E espaços como os cemitérios, cemitérios como lugares de memória, caracterizam-se pela forte carga de emoção e simbolismo, fincados nos costumes sociais e culturais que se transformam de acordo com suas tradições e seus usos. Lugares de memória são alicerces da memória coletiva que podem se apresentar sob a forma de diversos locais, artefatos ou manifestações coletivas, explicitando a diversidade do sentido da memória e dos lugares de memória. Como situa Le Goff (2003, p. 473):

Lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história.

Os cemitérios como lugares de memória se configuram essencialmente ao serem espaços onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar lembranças, sendo um tradicional meio de acesso a elas. Pode-se dizer que os cemitérios se configuram como lugares de memória para um grupo social específico, uma vez que tem, no simbolismo atribuído ao conjunto de lápides e túmulos inseridos em um espaço murado, a concepção de que este é um espaço que guarda a memória (coletiva) que precisa de um suporte exterior para sua preservação, e, portanto, a contínua renovação de um sentimento que identifica a sociedade com um passado comum ancorado naquelas construções.

2. Cemitérios como patrimônio cultural

Os cemitérios surgem das vivências e necessidades da sociedade, e não como desígnio da história. São espaços ritualísticos que constituem um jogo de memória e história. São espaços construídos para a sociedade, onde passado e presente se encontram e as memórias se afloram. Mais do que um espaço de catalogação e resguardo dos restos mortais, os cemitérios representam espaços de manifestações socioculturais múltiplas. Também constituem paisagens históricas, que nos permitem perceber não apenas o patrimônio arquitetônico, mas os valores imateriais, como tradições, conflitos e processos de enraizamentos, que em conjunto caracterizam-se por relações sociais, culturais e políticas contidas nesses espaços.

Por abrigar valores de natureza material e imaterial e ser riquíssimo em aspectos e símbolos que representam quem somos, como vivemos e nos organizamos, os cemitérios devem ser considerados patrimônio cultural das cidades. Suas construções representam a herança étnico-cultural, arraigada no sentimento de identidade e hierarquização social, sendo os túmulos monumentos símbolos indissociáveis do período e sociedade que o produziram.

O conceito de patrimônio cultural, que se tem em mente, é aquele apropriado do discurso da historiadora francesa Françoise Choay, o qual afirma que anteriormente o patrimônio estaria ligado, na sua origem, apenas às estruturas familiares, econômicas, jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) fizeram dele um conceito nômade, que vem sendo utilizado na designação de conjunto de bens de caráter material ou imaterial, direitos, ações e tudo que possa pertencer a um indivíduo ou que esteja apto à apreciação econômica (CHOAY, 2006). O patrimônio cultural se molda por um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permitem a cada segmento social se apropriar do passado, compondo imagens de sua identidade, seja individual ou coletiva (NORA, 1993). Este conceito traz, entre tantos significados, a ideia de herança, ou seja, algo que é transmitido através das gerações. O conceito de patrimônio cultural traduz...

(...) expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum (CHOAY, 2006, p. 11).

Deposto de um critério objetivo, único e universal, a noção de patrimônio cultural engloba bens culturais não consagrados, expressões, saberes e fazeres de classes populares, assim como a identificação de elementos coletivamente notórios à sociedade. Numa concepção moderna, este conceito encontra uma nova legitimidade quando, nestes patrimônios, residem as esperanças de reconhecimento e pertencimento de um local, visto que estes patrimônios parecem constituir um reduto de autenticidade e valor de uso identitários, características intrinsecamente ligadas às ações de valorização patrimonial.

Como patrimônio cultural, os cemitérios devem ser tratados, conservados, por preservar a história e a memória da sociedade e instituições. Pois, segundo Alonso Imhof,

Se uma comunidade possui história, então ela tem um valor patrimonial inestimável e singular. Quem tem mais história tem mais cidadania. Patrimônio é um bem que nos pertence. Em se tratando de um bem cultural como um cemitério, por exemplo, o respeito à sua preservação e revitalização torna-se, assim, um dever de todos os cidadãos residentes na cidade, bem como do poder público (IMHOF. 1999).

Conclusão

Conclui-se este trabalho afirmando que as sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias. Deste modo, múltiplos aspectos da comunidade - que ajudam a compreender os vínculos que existem entre a cidade e o cemitério como lugar de memória e como representação da vida social - estão presentes ali.

Acredita-se, portanto, que os cemitérios podem ser considerados lugares de memória, pois são verdadeiros patrimônios culturais projetados simbolicamente e podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços da identidade do lugar. E mais, “quando os antigos cemitérios não se renovam, tendem cada vez mais a se tornar sítios arqueológicos, lugares de memórias residuais” (MOTTA, 2011, p. 295).

Assim como as praças, os prédios e as ruas, os cemitérios são imprescindíveis. Deveriam ser conhecidos e reconhecidos como patrimônio, como um local de onde se pode extrair conhecimento histórico, artístico e cultural sobre a cidade, ser interpretado como um local onde a visita é uma experiência positiva, como local de reconhecimento a si próprio e aprendizado, e não ser visto apenas como local onde se prezam somente os devidos respeito e lamúria aos mortos.

Ao compreender o cemitério como lugar de rememoração – por ele compensar o lugar de recusa do esquecimento do sepultado – passa-se a considerá-lo também uma tentativa de frear o tempo e, de certa maneira, imortalizar a morte. Dessa forma, p. ex., o monumento tumular oportuniza o direito à memória. Nesse contexto, a memória se materializa nos artefatos cemiteriais, sobretudo naqueles inscritos nas sepulturas.

Além dessas ocorrências mais concretas, a memória proporcionada pelo cemitério reverbera no imaginário e no onírico dos seus frequentadores por necessidade ou por casualidade.

Pensa-se que a falta de compreensão do cemitério como lugar de memória social e também como patrimônio cultural do seu lugar de pertencimento leva à situação de descaso e abandono, de não valorização, em que se encontram muitas necrópoles – como é a situação do *British Cemetery* do Recife.

Referências

ABREU, Regina. *Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados*. In: **Estudos Históricos**, vol. 7, 205-230. 1994.

ARÉVALO, Maria Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. In: **Revista História Hoje**, v. 3, n. 7, 2005.

ANDRADE, Cyntia. 2008. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Iguatu, Andaraí, BA. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.6, 569-590.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre**: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 - 1930). Porto Alegre: Dissertação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

BACHELARD, Gaston. **La Terre et les Réserves du Repos**. Paris: J. Cortes, 1948.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

COELHO, Antônio Matias. Abordar a morte, valorizar a vida. In: _____. (Coord.). **Atitudes perante a morte**. Coimbra: Livraria Minerva, 1991.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IMHOF, Afonso. Bem cultural: um patrimônio singular. **A Notícia Online**, Joinville, 1999. Cad. Cidade, p. 1. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1999/ago/15/0cid.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MARTINS, José de S. **História e Arte no Cemitério da Consolação**.

MELLO, José Antônio G. de. **Ingleses em Pernambuco**. História do Cemitério Britânico e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909. Recife: Edição do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

MOTTA, Antonio. Museu da Morte: patrimônios familiares e coleções. In: Magalhães, Aline Montenegro; Bezerra, Rafael Zamorano. (Org.). **Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, v. 1, p. 280-295.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. Nº 10 História & Cultura. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós Graduação em História, dezembro de 1993. p. 7-26.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

URBAIN, Jean-Didier. **La Société de Conservation. Étude sémiologique des cimetières de l'Occident**. Paris: Payot, 1978.

VOVELLE, M. **Imagens e Imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

WARNER, W. L. **The Living and the Dead: a study in the symbolic life of americans**. New Haven: Yale University Press, 1959.

O poder das bibliotecas como lugares de memória

Gladis Rejane Moran Ferreira¹⁰⁹

Carla Rodrigues Gastaud¹¹⁰

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar as bibliotecas como lugar de memória e de espaço de preservação da cultura escrita, apontando para a sua importância quanto à preservação do conhecimento. Inicialmente pretende-se fazer um breve relato de rupturas da guarda que estes lugares se propõem, causadas por intervenções sofridas, ora pela ameaça que o conhecimento pode significar, ora pelo descaso com a conservação dos acervos nos seus mais variados suportes uma vez que apesar do avanço da forma de produção e disseminação da informação e da ascensão de novas tecnologias, muito dos acervos, sobretudo os manuscritos de séculos passados, ainda correm risco de apagamento.

Palavras Chave: Bibliotecas. Lugares de Memória. Cultura escrita. Interdições. Preservação.

Introdução

Desde a pré-história o homem necessita marcar sua presença deixando rastros de sua passagem através de pistas gravadas em pedras e cavernas. Com o surgimento da escrita, este sujeito da história registrou sua participação utilizando de traçados cuneiformes¹¹¹ em tabletas de argila¹¹² e escrevendo em suportes como couro de animais, pergaminho e códices medievais. Posteriormente, utilizou-se de tipos de madeira até a invenção da prensa, com tipos móveis, por Gutenberg¹¹³. Os suportes da informação, tal como os conhecemos hoje, são o resultado de um longo processo de técnicas desenvolvidas no passado e aprimoradas no presente.

A história das bibliotecas inicia com a necessidade de guardar e assegurar a permanência dos registros tem um sentido de transversalidade, no espaço e no tempo, e se deu entre o crescimento de diversificadas sociedades e a necessidade de organizar e manter seus conhecimentos e culturas; de escassas formas de preservação e das diversas interdições sentidas na Antiguidade e na Idade Média.

A posse do conhecimento se concentrava nas classes sociais mais elevadas e, no período medieval, este controle pertenceu aos religiosos, quando a leitura ainda era realizada em voz alta, com a audição coletiva. Lia-se para transmissão e recepção de discurso como forma de reforçar o poder sobre as classes menos favorecidas, “desta forma, a instituição milenar garantia a ordem social e aquinhoava bens materiais” (CASTRO, 2006, p.3).

Com o surgimento do livro impresso e a leitura silenciosa, em que a visão substituiu a audição e a voz, se deu uma forte ruptura na cultura predominante. A partir de então, passa-se a produzir os escritos com intenção de difusão, de universalidade. Mesmo assim, “o impulso de instituir essas primeiras bibliotecas nasceu menos da curiosidade que da salvaguarda, e derivou da necessidade de consultas específicas, mais que do desejo de abrangência” (Manguel, 2006, p.27).

Na antiguidade, as bibliotecas eram consideradas como verdadeiros labirintos, os bibliotecários controlavam o lugar e o acesso - devido à fragilidade e a originalidade das obras - assim como o que deveria, ou não, ser lido. Inquisidores, príncipes e políticos, por

¹⁰⁹Bibliotecária da Superintendência do Porto do Rio Grande/RS. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL. Endereço Eletrônico: gladis@portoriogrande.com.br.

¹¹⁰Professora Doutora, orientadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL. Endereço Eletrônico: crgastaud@gmail.com

¹¹¹Técnica de escrita produzida com o auxílio de objetos em formato de cunha.

¹¹²Placas de argila escritas em caracteres cuneiformes.

¹¹³Prensa composta por tipos móveis. Esta técnica oportunizou a produção em massa de livros.

acreditarem ser possível reprimir o acesso à cultura, assim como, tudo o que ela podia representar de ameaça ao dominador e, temendo mudanças de pensamentos com relação ao cotidiano, destruíram textos, livros e bibliotecas inteiras.

Bibliotecas e Interdições

As bibliotecas ao longo de sua história, como organizadoras e difusoras do conhecimento nas sociedades nas quais estão inseridas, sofreram interdições e tentativas de interrupção na continuidade da guarda de seus acervos, muitas vezes através de listas de livros proibidos ou, ao contrário, de leituras recomendadas.

A fogueira onde eram queimados os maus livros constituía o inverso da função atribuída às bibliotecas, de preservar, proteger e dar continuidade ao conhecimento. Da Santa Inquisição às obras queimadas pelos nazistas, o impulso de destruição cegou por longo tempo os opressores que, ao destruírem livros e, com constância, seus autores, acreditavam extirpar suas ideias. “A força do escrito é de ter tornado tragicamente derrisória esta negra vontade” (CHARTIER, 1999, p.23).

Como exemplo dessa censura, já no século XX, as bibliotecas e bibliotecários tiveram participação na expansão do pensamento nazista, pela seleção do que deveria ser lido. Assim, “os bibliotecários ajudaram a compilar listas de autores que deveriam ser censurados, eliminaram rivais das pequenas bibliotecas comerciais de empréstimo e purgaram preventivamente suas coleções de tudo aquilo que [...] denominavam literatura de asfalto” (BATTLES, 2003, p.77). Como consequência, na tentativa de salvaguarda, houve a criação de estratégias, por parte de bibliotecários e estudantes não simpatizantes ao Reich, “que escondiam livros em paredes e tetos, como forma de livrá-los das chamas” (CASTRO, 2006, p.8).

A primeira grande biblioteca que se tem relatos de ter sido incendiada foi a Biblioteca de Alexandria. Considerada uma das maiores do mundo antigo, foi centro do comércio livreiro do Mediterrâneo desde sua fundação no século III a.C. até o século III d.C. (MANGUEL, 2006, p.27).

Esta biblioteca, ao longo de sua trajetória “abrigou tantos livros quanto possível sob um único teto” (MANGUEL, 2006, p.36) e sofreu vários sinistros por fogo decorrente de invasões em razão de disputas de poder e intenção de derrubar a cultura e a memória local, ali existente. Assim, a cada nova sociedade que se estabelecia, após ganhar a guerra, erguia-se novamente à biblioteca de Alexandria com a intenção de abrigar os registros da sociedade dominante (MANGUEL, 2006, p.36), “ao presenciar a destruição da mais importante biblioteca da antiguidade, Teódato diz a César “o que está queimando aqui é a memória da humanidade”” (SILVA 2006, *apud* CASTRO 2006, p.8).

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos lidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas. Esta “apropriação penal” dos discursos segundo a expressão de Michel Foucault justificou por muito tempo a destruição dos livros e a condenação de seus autores, editores e leitores. As perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes (CHARTIER, 1999, p.23).

Do mesmo modo, cita Báez (2006, p.12) que ao perguntar a um velho professor de história medieval em Bagdá sobre saques e incêndios nas bibliotecas, arquivos e museus, obtém a resposta _ “nossa memória já não existe, o berço da civilização, da escrita e das leis foi queimado. Só restam cinzas”, apontando assim, nesta reflexão, o sentido de perda.

O século XIX ficou conhecido como o que mais se edificou bibliotecas, no entanto, o que marcou o século seguinte foi justamente o contrário, a destruição destes lugares. Novas maneiras de aniquilar foram empregadas, o que levou a uma “súbita desencarnação dos livros”, pelas microfilmagens mal conduzidas devido à falta de uma política de preservação do original e com um “brutal retorno da violência contra os livros na Primeira e na Segunda Guerra Mundial” (BATTLES, 2003, p.157).

No decorrer de ambas as Guerras Mundiais, os alemães atacaram a biblioteca de Louvain, na Bélgica (BATTLES, 2003, p.157). Após a primeira invasão e destruição a célebre biblioteca ressurgiu em meio às cinzas da Primeira Guerra, com seu acervo renovado pelos livros confiscados da Alemanha derrotada. Quando a Bélgica novamente foi invadida, na Segunda Guerra o primeiro alvo a ser atacado foi novamente a biblioteca de Louvain. Esta biblioteca continha uma rica coleção de incunábulos e manuscritos medievais, sabe-se que os livros de Louvain não foram os últimos que os nazistas queimaram nem foram os primeiros. Porém, esta não foi a única biblioteca a ser destruída. Dentre outras, “Na Ucrânia, 150 especialistas a serviço do ERR roubaram ou destruíram mais de 200 bibliotecas ou foram saqueadas. A Biblioteca Nacional perdeu 83% de sua coleção, e, embora 600 mil volumes tenham sido achados, faltam ainda 1 milhão” (BATTLES, 2003, p.170).

Já em 1992, um general sérvio abriu fogo contra a Biblioteca Nacional e Universidade da Bósnia, “uma série de explosões, chacoalharam a cidade, e projéteis incendiários arrebentavam o teto da biblioteca, pondo fogo nos livros” (BATTLES, 2003, p. 184). Talvez esta destruição tenha sido a maior perda, com 5,5 milhões de livros destruídos, dentre eles 150 mil eram obras raras “a pior queima de livros de toda a história” (BATTLES, 2003, p.187). Ainda citando Battles,

bibliotecas, arquivos, museus e instituições culturais tornaram-se alvos de destruição, numa tentativa de eliminar toda e qualquer evidência material – livros, documentos e obras de arte – que pudesse atestar às gerações futuras que pessoas de diferentes tradições étnicas e religiosas haviam compartilhado uma herança comum (2003, p.187).

Desde Alexandria, as grandes bibliotecas do mundo – as quais, ao longo dos séculos sofreram destruição pelo poder bélico ou pela passagem de novas técnicas da escrita e do suporte -, hoje estão nas mãos da tecnologia, pois, além do aniquilamento de obras, em decorrência da passagem para novos formatos digitais, à agressão a acervos se estendeu em virtude do descaso por conta dos governantes que pouco fazem, no sentido de preservar os diversificados suportes da informação e do conhecimento, em especial aos manuscritos. Em decorrência disso, para Castro (2006, p.9) na contemporaneidade há uma

verdadeira arqueologia do saber, percebemos que, na sociedade atual, denominada da informação, o bibliotecário, o historiador e o pesquisador precisam transitar nas fronteiras entre a tradição e as novas tecnologias da informação, entre a biblioteca de papel e a virtual, entre a tradição e a pós-modernidade. E certamente esse é o grande desafio imposto às bibliotecas e aos bibliotecários deste Alexandria; navegar pelo novo sem renegar ou relegar ao esquecimento as marcas do passado.

O passado - de que tomamos conhecimento lembrando coisas, lendo e ouvindo “histórias e crônicas e vivendo entre relíquias de épocas anteriores” (LOWENTHAL, 1998, p.64), - que nos cerca, envolve e preenche, pois, somos no presente, ainda citando Lowentahl, “a soma de todos os nossos momentos, o produto de nossas experiências”, é empobrecido pela destruição de bibliotecas.

Mesmo trocando de funções e características, as bibliotecas ainda exercem o seu mais importante e antigo papel, o de guardiãs do conhecimento. Porém, a continuidade de investidura deste papel ainda depende de posições adotadas pelos profissionais bibliotecários, pelas políticas institucionais e governamentais no que diz respeito ao processo de produção, construção, transmissão, armazenamento e preservação do conhecimento, a fim de salvaguardar as memórias sociais, como patrimônio da humanidade.

Bibliotecas como lugares de memória

No século XVIII, com a edição da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert¹¹⁴, houve uma tentativa em “reunir o conhecimento disperso pela superfície do globo e expor seu sistema geral aos homens que virão depois de nós, de modo que os trabalhos dos séculos passados não tenham sido em vão” (DIDEROT, *apud* MANGUEL, 2006, p.78). Esta investida apontava para a obsolescência das edificações das bibliotecas, e propunha atualizações inovadoras e periódicas do texto, pois desta forma seria possível obter um maior nível de conhecimento e descortiná-lo para o leitor.

Neste século, em decorrência da Revolução Industrial¹¹⁵ houve uma aceleração do desenvolvimento de técnicas de produção e de armazenamento do conhecimento. Entre os séculos XIX e XX grandes bibliotecas são construídas e, a partir daí “a documentação é a disciplina que organiza a memória das bibliotecas em fichas, tendo em vista a possibilidade de arranjos¹¹⁶ múltiplos por parte de um pesquisador” (BATISTA; GIUSTI, 2011, p. 41).

As bibliotecas, - lugar de memória, que, segundo Nora (1993, p.21) para ser classificado desta forma necessita ter o sentido simbólico, material e funcional, pois, para o autor,

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testemunho, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança (NORA, 1993, 21-22).

Estes três aspectos estão sempre presentes e estes lugares são acima de tudo lugares de restos (NORA, 1993, p.12) e, ao longo da história da humanidade, tiveram presença marcante como espaços de conservação e preservação do patrimônio intelectual, artístico, linguístico e literário, e expressam a memória de grupos em diversificados suportes, possibilitando acesso ao passado. Para Nora, “a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento” e, “os objetos mais simbólicos de nossa memória são as bibliotecas, os dicionários e os museus da mesma forma que as comemorações e as festas” (1993, p.22).

No Brasil, as bibliotecas foram inicialmente formadas pelos Jesuítas, que dominavam a educação, entre o período de 1549 a 1759 e, posteriormente, foram criadas em pequenos Gabinetes de Leitura¹¹⁷. A partir de 1808, com a chegada da família real, fundou-se a Real Biblioteca na cidade do Rio de Janeiro, que propiciou a aceleração e a disseminação da cultura.

Por vezes criadas ao acaso - em decorrência do acúmulo de material bibliográfico e documental de classes favorecidas, que tinham acesso à cultura escrita; por herança ou como pagamento de dívidas - as bibliotecas, juntamente com os arquivos e os museus foram responsáveis pela propagação da cultura, das inovações e criações a serviço de coletividades.

Para Nora (1993, p.7), nestes lugares, onde a memória se refugia e se cristaliza, existe um sentimento residual de continuidade e há um diálogo com o passado de uma cultura escrita e difundida através de variados suportes que se constituíram em instrumentos de compreensão e disseminação desde a antiguidade e da idade média, até a

¹¹⁴Obra em 28 volumes que pretendia reunir todo o conhecimento, até então existente, em uma só coleção (MANGUEL, 2006, P.78).

¹¹⁵Foi a transição para novos processos de manufatura, no período entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840.

¹¹⁶Técnica de organização do conhecimento em fichas por assunto, autor ou título.

¹¹⁷Instituições fundamentais à propagação da leitura e, em grande maioria antecederam as bibliotecas (DAMASCENO *apud* ALVES E TORRES, 1997, P.52).

contemporaneidade, com as tecnologias da informação¹¹⁸ que propiciaram a internet, os e-books, e softwares especializados para bibliotecas, entre outras inovações.

Ler em uma biblioteca é a interação entre o que carregamos em nós como memória do saber e o afloramento do novo, que se dá a partir do contato com a informação (BARATIN; JACOB, 2006, p.10). É uma viagem no tempo e no espaço, com encontros de escolhas, ideias e afinidades. Baratin; Jacob, para citá-los de novo, afirmam que numa biblioteca há um sentido de “perenidade e metamorfoses dos modelos e das lições, afinidades eletivas ou escolhas longamente refletidas em que se reaviva o pensamento e o saber de outrem e de outrora através do comentário, da leitura e do jogo livre das digressões”. Ao estarmos diante das estantes de uma biblioteca temos a impressão de que a quantidade de volumes que ali se encontra pode conter a totalidade de experiências humanas e que eles não constituem um modelo para o universo, e sim todo o universo.

O valor que um livro de uma biblioteca tem para a sociedade cresce proporcionalmente na medida da quantidade de pessoas que tem acesso a ele. Neste contexto, a partir da criação das universidades, as bibliotecas desempenharam importante papel na formação das mentalidades, constituindo-se em centros de estudo e troca de informações, ideias e ideais, propiciando a leitura a pequena e letrada elite da então, Idade Média.

Para a UNESCO¹¹⁹ as bibliotecas representam lugar de memória do mundo e da memória coletiva dos povos. A memória coletiva é sustentada pelas memórias individuais e é, segundo Halbwachs (2004, p.102), “uma corrente de pensamento contínuo que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. O patrimônio documental das bibliotecas traça a evolução das descobertas e do pensamento científico e é, uma herança do passado no presente e um legado ao futuro.

Atualmente, em meio aos desafios do pensamento cultural e científico, e das novas tecnologias da informação, a biblioteca beira a fronteira entre o desafio do novo e sua missão de preservação patrimonial, “uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua inteiração, se liberam as forças, os movimentos do pensamento” (BARATIN; JACOB, 2006, p.9). Este pensamento, que perpassa, permeia a sociedade e está no imaginário, neste caminho e cruzamento e no poder atribuído às bibliotecas. Este poder de transformação é ocasionado por seu objeto de trabalho - a informação - como instrumento de conhecimento, traçando laços entre ela própria e a memória do mundo.

Conclusão

No transcorrer do tempo e, da história da humanidade, as bibliotecas estiveram presentes desempenhando o papel de lugares de memória das sociedades nas quais estavam inseridas. Apesar do crescimento e avanço da informação e da diversidade de suportes, muito da informação contida em livros raros e textos, sobretudo nos manuscritos de séculos passados, que se constituem em acervos especiais, não podem ser consultadas por pesquisadores, pois os suportes correm o risco de serem destruídos por falta de medidas de preservação e conservação. Medidas como higienização, elaboração de instrumentos de pesquisa¹²⁰ e técnicas de passagem para microfilmagem de preservação¹²¹ ou digitalização¹²²

¹¹⁸É o conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação que visam permitir a produção, armazenamento, transmissão, acesso, segurança e o uso das informações.

¹¹⁹Memória do Mundo. Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>. Acesso em: 26/08/2014.

¹²⁰ Consiste na descrição dos documentos e tem por finalidade servir como elo entre o acervo e o pesquisador.

são necessárias para salvaguardar estas preciosas fontes de informação. Infelizmente os motivos que levam bibliotecários a tomarem estas precauções, a de impedir o acesso a este tipo de suporte, são sustentados pela fragilidade destes materiais, devido ao tempo transcorrido e pelos casos registrados de danos irreversíveis a documentos antigos. A ausência de políticas públicas adequadas, elaboradas por técnicos conhecedores das necessidades dos acervos e a ausência de recursos por conta dos governantes se fazem sentir fortemente em bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação. Estas instituições, por vezes, ficam entregues ao abandono por décadas, senão séculos. A falta de investimento para a atualização de acervos e de contratação de pessoal especializado caracteriza-se como outra forma de extermínio de lugares de memória, pois este descaso é lento, gradual e profundo, colocando em risco a permanência destes acervos e de suas representações. Este veneno que corrói coleções inteiras não causa a morte do pesquisador e sim o esvaziamento da memória das sociedades e contribui para o aniquilamento da memória nacional. Se medidas urgentes não forem tomadas, algumas das bibliotecas, hoje caracterizadas como lugares de memória, poderão se tornar lugares de esquecimento.

Referências

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica**. Rio Grande: Ed.da FURG, 1997.

BAÉZ, F. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

BATISTA, Aline Herbstrith; GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo. Memória entre livros: a biblioteca como lugar de memória. *In: 5º Seminário Internacional de Memória e Patrimônio*. Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio. Pelotas, 2011, p. 38-47.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. [Planeta do Brasil, 2003].

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História &...Reflexões,3)

CASTRO, C. A. **Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuitas (1550) aos militares (1970)**. Enc. Bibli: R. Eletrônica de Bibl. Ci. Infom. Florianópolis, n.20, 2. Semestre, 2005.

_____, C. A. **Biblioteca como lugar de memória e eco do conhecimento: um olhar sobre "O Nome da Rosa"** revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, n. esp., v.4, 2006.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1999.

COMITÊ NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO.
MEMÓRIA DO MUNDO. Disponível em:<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>. Acesso em: 26/08/2014.

ELKINGTON, Nancy E. **Manual do RLG para microfilmagem de arquivos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos. Arquivo Nacional, 2001.

¹²¹ Técnica que reduz ou impede o uso do original e permite o acesso de pesquisadores de fora da instituição e garante a disponibilidade de informação quando o papel já estiver deteriorado (ELKINGTON, 2001, p. 16).

¹²² Processo de captura de imagem, apresentação, armazenagem e preservação de originais (EMBRAPA, 2006, p.4).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. **Guia para digitalização de documentos versão 2.0**. Brasília: EMBRAPA, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Los quadros sociales de la memoria**. Trad. Manuel A Balza, Michel Mujica. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial, 2004.

LE GOLF, J. **Os intelectuais da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, Projeto História, n.17, nov.1998.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____, Alberto. **Uma história da leitura**. Trad. Pedro Maia Soares. 2.ed.[São Paulo]: Companhia das letras, 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n.10, 1993.

As Práticas Educativas do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sarah Maggitti Silva¹²³

Carla Rodrigues Gastaud¹²⁴

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a importância do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Museu da UFRGS) enquanto instituição de memória e espaço de ensino não-formal. Objetiva-se discutir acerca de suas práticas educativas e sua interação e diálogo com a sociedade, por meio de seus projetos e programas sócio-educativo-culturais. O exercício não-formal de ensino, nos museus, evidencia uma busca incessante em fortalecer a preservação do patrimônio cultural, da identidade e memória social. O ato de educar subentende uma continuidade, um fluxo constante, um processo permanente de construção de sujeitos, conhecimentos e transformação de realidades. Neste trabalho a educação em museus é apresentada como um processo crítico e político de socialização, pois entendemos que os indivíduos são estimulados a tomar parte na constituição dos sistemas sociais, culturais e memoriais.

Palavras-chave: Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Educação em Museus. Patrimônio Cultural. Memória Social. Identidade.

Educação em Museus e a Dinâmica de Construção da Memória Social e Identidade

Os museus são instituições de memória em permanente transformação e que possuem um papel de relevância, no que diz respeito aos processos de desenvolvimento educacional de um país. Importante ressaltar sua função em defesa da salvaguarda de testemunhos culturais estritamente vinculados à produção simbólica, de uma dada sociedade, e mesmo ao seu percurso histórico e conseqüente valorização de memórias e identidades.

As instituições museológicas surgem a partir de um exercício de construção e reconstrução, intimamente associado às atividades humanas. Os museus, enquanto espaços pedagógico-memoriais são favoráveis ao acolhimento da pluralidade de olhares, vivências, repertórios, subjetividades, memórias histórica e social. Fomentam o aprendizado e a construção do conhecimento no que concerne à diversidade de heranças culturais, costumes. Conectam mundos, proporcionam encontros, aproximam passado e presente; um passado que é rememorado e incorporado ao presente, e nos conduzem a uma reflexão profunda acerca do futuro que ambicionamos.

A memória está intimamente ligada à faculdade de reter ideias, sentimentos, impressões adquiridas através das experiências humanas, que pertencem ao passado e que podem ser acessadas através da lembrança, da recordação. O passado refere-se a um tempo já findo, mas que pode ser evocado sob a forma de memória. Enquanto sujeitos sociais, pertencemos a uma coletividade capaz de estruturar a nossa memória por meio de diferentes e enriquecedores testemunhos culturais. Tais testemunhos se fazem notar por meio da natureza, do patrimônio ambiental, do desenvolvimento de técnicas e do saber fazer, por meio de objetos, artefatos e toda sorte de construções resultantes da ação humana em face de seu meio ambiente.

Estes testemunhos são indicadores da memória coletiva que se estrutura, que se organiza na construção de suas hierarquias, classificações e que estabelece aquilo que é comum a uma determinada sociedade e conseqüentemente a distingue das demais. É por

¹²³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, sarahmaggitti@gmail.com

¹²⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, crgastaud@gmail.com

meio da memória social que os sujeitos criam os alicerces e consolidam os sentimentos de grupo, de pertença e identidade social, ao mesmo passo em que produzem as fronteiras socioculturais. A memória é um elemento fundamental na formação da identidade, individual ou coletiva, cuja busca figura entre as atividades primordiais dos sujeitos e das sociedades contemporâneas.

Em conformidade com o pensamento de Maurice Halbwachs (1990), a nação vem a ser a expressão máxima de um dado grupo, e a memória nacional, a representação de uma memória coletiva. Para Halbwachs se faz necessário considerar também o caráter seletivo de toda memória e as conciliações entre memória coletiva e memórias individuais, sendo estas constituídas pela memória coletiva e histórica. Vale ressaltar que os estudos sobre memória abarcam os conceitos de retenção, esquecimento e seleção.

As investigações empreendidas por Halbwachs trouxeram luz ao entendimento dos quadros sociais que compõem a memória. A mesma está associada à noção de tempo decorrido e se processa entre os sujeitos sociais que carregam em si lembranças que se constroem e se fortalecem no contexto das relações sociais com seus grupos e instituições. Estas lembranças sofrem as influências diretas ou indiretas do passado e estabelecem o sentido das nossas representações históricas.

Os museus são guardiões da memória viva, fluida, dinâmica e que se constrói no presente a partir de experiências vividas no passado. Uma memória edificada tanto pela lembrança quanto pelo esquecimento e transmitida à sociedade, às futuras gerações, por meio de processos educacionais.

Essa apropriação do passado pode ser observada também na tendência dos sujeitos a, de um lado, memorizar menos os acontecimentos neutros do que aqueles carregados afetivamente e, de outro, entre esses últimos, esquecer aqueles que são desagradáveis mais rapidamente do que os outros. Com o tempo, vai-se atenuando o lado desagradável de algumas lembranças, o que se obtém através de algumas estratégias como as omissões. Mesmo que não exista nada de sistemático no princípio do prazer da memória, podemos considerar que, de uma maneira geral, o 'otimismo memorial' prevalece sobre o pessimismo [...] (CANDAUI, 2012, p. 74).

Necessário se faz assinalar que a memória é objeto de tensões entre diferentes estratos da sociedade, classes e mesmo indivíduos, motivados pelo exercício do poder. Os diferentes atores sociais determinam o que deve ser esquecido e igualmente o que deve ser preservado, construindo, dessa maneira, a dinâmica da memória em sociedade. Vale ressaltar que o embate em torno do que deve ser lembrado e o que, por outro lado, deve ser esquecido, corresponde aos anseios de controle de um grupo sobre o outro.

[...] Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva [...] (LE GOFF, 1990, p. 368).

As reivindicações memoriais têm lançado desafios ao homem contemporâneo, na medida em que têm sido cada vez maiores os apelos memoriais e patrimoniais que, via de regra, estão associados à procura do fortalecimento de uma identidade, consequente construção de uma memória coletiva e flagrante oposição à retórica oficial e hegemônica.

Como efeito imediato dessas disputas, temos as políticas de memória, as escolhas relativas ao que se deve salvaguardar e registrar, quais os usos e costumes deve-se preservar, quais os elementos culturais deve-se manter vivos para a posteridade, o que será lembrado, quais saberes serão valorizados, quais acontecimentos serão considerados importantes em uma busca pela imposição de uma só verdade oficial da história e da memória coletiva. As classes sociais, organizadas em grupos políticos e econômicos, têm interesses próprios no que concerne às intervenções preservadoras de seu patrimônio cultural e do sentido de sua identidade assegurado.

Entre as políticas simbólicas, aquelas que trazem a cena o passado coletivo gozam de um status privilegiado em razão de um fenômeno antropológico massivo: não existe identidade (individual ou coletiva) sem o suporte da história e da memória (individual ou coletiva). Pode-se chamar de políticas da memória o conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis memoriais, panteões, etc...). A construção de uma narrativa coletiva feita pelos poderes públicos é parte integrante desse modo de ação pública. Essas narrativas se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria (MICHEL, 2010, p. 14 e 15).

Existe seletividade em toda lembrança, os sujeitos sociais apreendem o que lhes parece vital e indispensável. Os grupos sociais organizados constroem o seu quadro de memória adequada, reconhecidamente acomodada aos seus anseios e mais consensual, portanto, apta e com forte inclinação a tornar-se pública e legitimada, por exemplo, pelos museus, memoriais e demais equipamentos culturais construídos com este fim. As concepções que os sujeitos têm de sua própria memória estão ligadas à transmissão de valores, às narrativas, à exposição de um fato e, nessa perspectiva, as instituições museológicas exercem papel de relevância.

Os museus são lugares de memórias, de identidade, de esquecimento, de exercício do poder, mas também de resistências. Há, evidentemente, uma relação latente entre a existência destas instituições de preservação, a manutenção de memórias e a construção do conhecimento histórico. Lugares estes que assumem características fundamentalmente materiais, simbólicas, funcionais e são guardiões de testemunhos materiais ressignificados em decorrência dos usos atuais do passado.

Em oposição ao senso comum, uma parcela expressiva de museus, hoje, segue avanti em seus anseios de se estabelecer como espaços dinâmicos, democráticos, inteligíveis, abertos ao exercício da reflexão e descobertas, lugares de reencontros simbólicos e que, por vezes, conciliam memórias antagônicas. Cabe aos museus o exercício daquilo que Paul Ricoeur (2007) denominou de “política de reconhecimento” e que consiste na aceitação e reconhecimento dos fatos, tal qual se processaram, sem, contudo, desejar a sua omissão ou neutralização.

Os museus desempenham papel de significância ao se inserirem no contexto de vida cotidiana dos sujeitos sociais. Tais instituições são, cada vez mais, lugares do exercício de uma memória coletiva e histórica que não se fixa unicamente sobre as figuras ilustres, os grandes feitos da história, os grandes acontecimentos, mas que se interessa por todos os homens. Ao estabelecer uma ligação entre culturas diversas, os museus apresentam como possível a aceitação e o respeito às dissimilaridades que, nesse contexto, tão bem caracterizam a riqueza da pluralidade cultural.

É por meio da ação educativa que os museus estabelecem uma relação profícua de diálogo com as comunidades, além de asseverar a sua vocação para a inclusão social e incitamento ao exercício da cidadania. O contato imediato da população com o elenco de bens culturais surge da inevitável necessidade de reafirmar a cultura memorialista e identidade destas e de trazer à baila referências de um passado por vezes desconhecido no âmbito social, político, histórico e tecnológico.

O desenvolvimento de um trabalho educacional, por parte dos museus, de forte apelo à construção de um senso crítico e centrado no patrimônio cultural, é de fundamental relevância e produz resultados práticos eficazes, uma vez que possibilita aos diferentes públicos a devida apropriação de sua memória. Faz-se necessário, então, por meio do exercício crítico e reflexivo, o entendimento dos museus enquanto instituições memoriais, de natureza preservacionista, assim como de representação das diferenças e conflitos sociais.

Para assumir seu caráter educativo, o museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um argumento crítico. Mas só isso não basta. Torna-se necessário desenvolver programas com o intuito de sensibilizar os visitantes para uma maior interação com o museu. Não se trata da simples 'formação de platéia', a valorização do museu como forma de criar 'cultura mais refinada'. Antes de tudo, objetiva-se o incremento de uma educação mais profunda, envolvida com a percepção mais crítica sobre o mundo do qual fazemos parte e sobre o qual devemos atuar de modo mais reflexivo. (RAMOS, 2004, p. 20 e 21).

O exercício das práticas não-formais de ensino, nos museus, evidencia uma busca incessante, por parte destas instituições, em fortalecer a preservação de nossa identidade cultural. É desejável o exercício de um fazer museológico mais referente à diversidade dos contextos socioculturais, bem como atento à integração, participação e interação com múltiplas realidades, diferentes olhares e atores sociais. Para tanto, é indispensável traçar as diretrizes e metas de uma política educacional que se faça presente nos museus, comprometida com a conscientização e engajamento de profissionais desejosos de oferecer o seu contributo à construção de uma sociedade mais igualitária.

As transformações recentes nos aspectos políticos e econômicos no âmbito internacional apontam para a busca da superação dos paradigmas até aqui adotados, sobretudo no campo educacional. Nesse sentido, compreende-se que as diretrizes e metas traçadas para a política educacional no presente devem apontar para uma ação multidisciplinar que enfoque as diferentes maneiras humanas de ser, de estar no mundo e de construção e reconstrução das múltiplas realidades. Cada vez mais, torna-se necessária uma ação educativa que tenha como referencial o patrimônio cultural, considerando o seu rico processo de construção e reconstrução. Sendo assim, as atividades pedagógicas deverão buscar, por meio de uma ação integrada com a comunidade, a qualificação do 'fazer cultural' local, buscando inseri-lo nos contextos nacional e internacional. (SANTOS, 2008, p. 23 e 24).

A dimensão educativa dos museus vem sendo, cada vez mais, percebida pela sociedade. O caráter multidisciplinar de sua atuação se dá, mais efetivamente, por meio da construção dos pilares de uma relação de afetividade, sentimento de pertença e consequente valorização de memórias, saberes e testemunhos materiais. Nesse sentido, fixa-se a importância da valorização dos mais distintos grupos sociais, levando-se em consideração as diversidades culturais, contextos históricos e idiosincrasias próprias de cada sujeito.

O processo de educação em museus precisa estar para além da afirmação e manutenção dos poderes hegemônicos, dos grupos dominantes e dos interesses do Estado. O conjunto de suas ações tem de estar colocado a serviço dos cidadãos, de sua formação. A relação museus e sociedade deve ser um diálogo permanente para a construção de uma educação participativa, humanista e libertária, direcionada a diferentes grupos sociais e não circunscrita a determinados segmentos da sociedade.

As Ações Educativas do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Criado no ano de 1984, o Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Museu da UFRGS), surgiu da iniciativa de professores preocupados com a difusão do saber científico e cultural, produzido pela Universidade. Tal iniciativa, de acordo com a instituição, foi motivada pelo desejo de promover a sua interação com as mais diversas comunidades, na construção de uma relação mais democrática, participativa e de maior diálogo com os mais variados segmentos da sociedade.

No momento presente a instituição museológica encontra-se atrelada à Pró-Reitoria de Extensão e constitui-se, desde a sua fundação, como Museu Universitário de natureza multidisciplinar, responsável por integrar professores e estudantes das mais variadas áreas do conhecimento humano. Ao longo de seus trinta anos vem somando esforços no sentido de agregar a população aos seus projetos educativos e evidenciar, através de uma relação conjunta e dialógica, o crescimento tecnológico, científico, humanístico e artístico.



FIGURA 1 – Fachada do Museu da UFRGS.
Fonte: Sarah Maggitti Silva, 2014.

O Museu tem a missão de promover o contato da sociedade com a sua produção técnica, científica e cultural, possibilitando, desta forma, a transformação do patrimônio em legado cultural. É papel da instituição museal, desenvolver atividades de cunho educativo que contribuam para fomentar a apropriação do patrimônio, por parte dos cidadãos, fortalecendo o seu sentimento de pertencimento e identidade, face ao elenco dos testemunhos formadores da sociedade.

Em conformidade com a instituição, as suas coleções são compostas por produtos provenientes de pesquisas realizadas pelo Museu, cujos temas versam, em especial, sobre a história de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Há também documentação arquivística de reconhecido valor histórico e materiais produzidos para compor exposições, para serem utilizados em ações sócio-educativo-culturais. Vale salientar, dentre outras peças que compõem o seu acervo, a existência de 512 obras de arte, de instrumentos científicos reunidos por diferentes unidades e pelo Departamento de Patrimônio da UFRGS, materiais didáticos e bibliográficos, relacionados ao exercício do ensino, da pesquisa e extensão.

O Museu da UFRGS, de acordo com o seu Regimento Interno, tem por objetivo proporcionar a realização de ações sócio-educativo-culturais, orientadas às escolas de ensino infantil, fundamental e médio, além das instituições de ensino superior. Desde a sua fundação vem se firmando na articulação com diferentes áreas do saber, bem como com a ampliação da atuação docente ao propor vivências e trocas de experiências na construção de uma relação dialógica com suas diferentes unidades acadêmicas.

O Museu dispõe de um setor sócio-educativo-cultural, responsável pelo desenvolvimento de ações interdisciplinares e de acessibilidade. A instituição promove a visitação de professores e estudantes através do emprego de recursos didático-pedagógicos. O referido setor é encarregado de desenvolver, coordenar e supervisionar as ações patrimoniais, além de planejar atividades que corroborem com o desenvolvimento do ensino não-formal.

A coordenação de projetos sócio-educativos-culturais, como costuma ser em outros museus, trabalha com o agendamento prévio das visitas de escolas e grupos e, na medida do possível, são planejadas entre o professor ou responsável e o Museu, objetivando uma experiência educativa produtiva e prazerosa. O planejamento leva em consideração a faixa etária dos alunos, e a inserção das temáticas abordadas na exposição no currículo escolar, além do número de alunos por turma e outras variáveis. (ARISTIMUNHA; FAGUNDES, 2010, p. 71).

Os projetos expositivos do Museu da UFRGS são associados a desdobramentos de atividades educativas e recreativas tais como palestras, cursos, seminários temáticos, mesa-redonda, oficinas, debates, contações de história, apresentações artístico-culturais, dentre

outros. A sua proposta de educação para o patrimônio envolve a participação de docentes, estudantes e corpo técnico-administrativo da Universidade, da comunidade estudantil externa à UFRGS, além de convidados. As exposições do Museu são acompanhadas do lançamento de publicações atinentes ao seu caráter educativo e que se configuram como ferramentas que contribuem com o seu exercício pedagógico.



FIGURA 2 – Detalhe da exposição 12000 Anos de História: Arqueologia e Pré-história do Rio Grande do Sul.

Fonte: Sarah Maggitti Silva, 2014.



FIGURA 3 – Mediação da exposição 12000 Anos de História: Arqueologia e Pré-história do Rio Grande do Sul.

Fonte: Sarah Maggitti Silva, 2014.

Vale destacar que o Museu também é responsável pelo envolvimento colaborativo com demais instituições e parceiros, com o interesse comum no desenvolvimento de atividades de educação para o patrimônio e afirmação do seu exercício pedagógico. Como exemplo destas iniciativas, tem-se a realização de programas e projetos de extensão, em parceria de trabalho com a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH), cuja finalidade é a formação continuada de profissionais da área de memória e patrimônio.

[...] Também trabalhamos em parcerias com cursos, núcleos de pesquisa e outros museus da universidade, assim como museus e instituições de pesquisa de fora da universidade na promoção de seminários, palestras, encontros, oficinas de capacitação, lançamento e promoção de publicações, etc. (ARISTIMUNHA; FAGUNDES, 2010, p. 63).

Apresentamos a seguir alguns dos seus projetos e ações de cunho educativo, conforme relacionados pela instituição:

- Formação de mediadores: capacitação de mediadores para o atendimento / acolhimento dos públicos e para o desempenho do trabalho educativo no âmbito do Museu. A

instituição realiza cursos ministrados por professores curadores, bem como pesquisadores da área e enfatiza a abordagem dos conteúdos relativos ao projeto expositivo.

- Formação de professores: aproximação entre o Museu e as instituições formais de ensino, entendendo ser o professor um mediador entre os estudantes e o patrimônio cultural. São oferecidas as possibilidades de formação continuada dos educadores junto à instituição.

- Parceria unidades acadêmicas da UFRGS: projeto que fomenta a interação e o diálogo entre as unidades acadêmicas, suas disciplinas, os professores e o espaço museológico.

- Projeto Conta Mais: visa incentivar o prazer pela leitura de obras literárias, fomentando, por meio da ludicidade, o respeito e a valorização ao patrimônio cultural.

Sendo assim, podemos afirmar o papel articulador e agregador que o Museu da UFRGS vem desempenhando junto à comunidade escolar, ao longo de sua existência, na estrutura de uma instituição de ensino superior que se impõe ante a complexidade de sua atuação. É evidente o diálogo promovido pelo Museu, com as mais diversas áreas do saber, diferentes unidades acadêmicas e comunidades escolares, para a consolidação de seu papel educativo, da promoção do desenvolvimento humano e o exercício pleno de sua função social.

Considerações Finais

Os museus desempenham importante papel social ao se estabelecerem enquanto instituições oficiais de preservação e gestão patrimonial preocupadas com a divulgação e salvaguarda dos testemunhos culturais. Faz-se necessária uma maior reflexão acerca de sua dimensão educativa, voltada para o exercício da memória, inclusão social, preservação patrimonial e difusão do conhecimento.

Estudar o caráter educativo da instituição museu é da mais absoluta relevância, uma vez que os mesmos desempenham importante função no que concerne à educação não-formal e colaboram, conseqüentemente, com o desenvolvimento social. Salienta-se também a relevância de seu papel para a preservação dos bens patrimoniais, por meio da adoção de práticas pedagógicas comprometidas com a sua transmissão às futuras gerações e que nos conduzam à reflexão sobre o passado, nos motivem às transformações necessárias do presente e nos auxiliem na projeção de um futuro mais digno, equitativo e humano.

Sendo assim, pode-se aferir que o patrimônio cultural é elemento fundamental na construção da memória e identidade dos grupos formadores da sociedade e não se restringe, tão somente, aos bens culturais consagrados, representativos da memória nacional. A educação em museus, sendo estes, lugares de memória viva e dinâmica, visa despertar a consciência política e cidadã dos sujeitos ao conduzi-los a uma compreensão mais crítica acerca das abrangências e as múltiplas formas de expressão cultural de uma dada sociedade.

Referências

ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer. **Museu da UFRGS: trajetória e identidade de um museu universitário.** Patrimônio e Memória (UNESP), vol. 6, p. 58-77, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória.** 4ª ed., Campinas: Unicamp, 1990.

MICHEL, Johann. **Podemos falar de uma política de esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, ago.- nov.2010. Disponível em:

<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>.

Acesso em: 10 jul. 2014.

MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Interno do Museu Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. São Paulo: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. **Memória, história e esquecimento**. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

Resumo

A presente pesquisa tem por finalidade investigar o afastamento do público leigo em relação ao Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, situado na cidade de Pelotas/RS, de forma a responder as seguintes questões: “Por que o público leigo se encontra afastado do museu?”; “Quais os fatores que vem levando a isso?”. Utilizou-se como ferramenta principal de estudo a pesquisa de público, confeccionada e estruturada na forma de um questionário, com perguntas variadas, abertas e fechadas, que foi aplicado ao público que não está frequentando a instituição e àquele que já a visitou. Por meio dos dados e análises desses questionários, buscou-se sugerir para o museu ações que venham a aproximar a sociedade da instituição, tanto pela primeira vez, como para um possível retorno.

Palavras-chave: Comunicação museológica. Pesquisa de público. Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter.

Introdução

Os museus, enquanto locais de preservação patrimonial, abarcam como funções basilares a coleta, pesquisa, documentação, conservação e comunicação, encadeamentos esses que configuram o processo de musealização. (CURY, 2006). Em nosso entendimento, respaldado pela bibliografia da área, o fenômeno da comunicação pode ser compreendido como o pilar fundamental dos museus, sem o qual o qual a instituição perde a sua potencialidade de conectar a sociedade aos seus referenciais de memórias. De acordo com Cury (2006) o sistema de comunicação museológica abarca um conjunto de ações que envolvem todos os setores do museu para o seu desenvolvimento, por meio de exposições, ações educativas, colocadas como produtos dos sistemas em operação e a recepção de público. A importância da comunicação é enfatizada, ainda, por Roque (2010) quando afirma que “a comunicação no museu, a poética que este constrói em torno dos objetos que expõem, elaboram um novo modelo de fruição do patrimônio. Atribui-lhe, desta forma, a utilização que assegura o seu merecimento”. (ROQUE, 2010, p. 48).

Segundo Cury (2006), diversas são as formas de os museus se comunicarem, como artigos científicos de estudos de coleções, catálogos, matérias didáticos em geral, vídeos, filmes, palestras, oficinas, e material de divulgação e a própria exposição. É por intermédio da comunicação que ocorre a extroversão do conhecimento, na medida em que há um processo de introversão – aquisição, pesquisa e salvaguarda. É possível afirmar que a avaliação de público figura como uma fundamental estratégia de aperfeiçoamento da fruição e apropriação do patrimônio no interior desses cenários de representação, onde o homem se encontra com os seus referenciais patrimoniais / indicadores de memórias. Carvalho (1999) faz coro com Cury quanto afirma que, ao lançar mão do estudo de público, abre-se caminho para minimizar os problemas comunicativos entre museu e sociedade, transformando-os em espaços mais dinâmicos e fluidos.

Alicerçados nessa premissa, a pesquisa ora apresentada parte de uma investigação preliminar realizada no Museu de Ciências Natural Carlos Ritter, na qual se obteve acesso a um levantamento do número de visitantes que a instituição recebeu nos últimos anos, período compreendido entre 1998 e 2012. As informações iniciais foram obtidas dos livros de

¹²⁵ Museólogo pela Universidade Federal de Pelotas/UFPel, josepbrahm@hotmail.com

¹²⁶ Museólogo e Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, dlrnmuseologo@yahoo.com.br

assinaturas, que já se encontravam tabuladas pelo museu, e foram cedidos pela instituição para a realização desse estudo. Os dados apontaram para o fato de que o museu vem atravessando um processo de declínio no número de visitantes. Em termos quantitativos, no ano de 1998, o Museu tinha uma visitação anual de mais de 19.000 pessoas, porém, em 2012, somou pouco mais de 3.000 visitas.

A partir desses dados, foram levantadas as seguintes questões: “Por que o público leigo se encontra afastado do museu?” e “Quais os motivos que vêm levando a isso?”. Diante dessas inferências, buscou-se problematizar a comunicação em museus, tendo como pano de fundo as questões endereçadas ao distanciamento histórico entre os museus e a sociedade. Como ferramenta de análise, fez-se uso da construção e aplicação de uma pesquisa de público nos arredores do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter / Pelotas -RS. Com base na coleta dos dados, buscou-se investigar alguns indicadores que apontam para as razões desse afastamento. Somado a isso, foram propostas possíveis sugestões ao museu para que possa elaborar novas estratégias de atração para o seu público, assim como propor ferramentas para identificar o interesse do público leigo em relação à ciência natural.

Rotas metodológicas

Para investigar o que foi indicado no objetivo, fez-se uso dos métodos qualitativo e quantitativo¹²⁷. Utilizou-se, como ferramenta principal desse estudo, a pesquisa de público, confeccionada e estruturada na forma de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, aplicadas aleatoriamente a pessoas de idades variadas, em locais de maior movimentação da cidade, como o calçadão¹²⁸ e paradas de ônibus próximas ao museu. Refutou-se a ideia inicial de realizar as entrevistas em frente ao museu, por esta rua possuir um maior movimento de carros e menos de pessoas. Os participantes da pesquisa foram convidados aleatoriamente a responder as questões.

Inicialmente, pensamos em realizar dois questionários, um com o público frequentador e outro com o público não frequentador. Após algumas reflexões, chegou-se à decisão da aplicação de apenas um questionário, mesclando as perguntas tanto para o público que já visitou como para aquele que ainda não o conhecia. As perguntas foram conjecturadas e elaboradas com o objetivo de se responder as questões suscitadas na pesquisa. As perguntas iniciais consistiram em um levantamento de gênero e faixa etária, além de ser perguntado se o entrevistado costumava frequentar museus. Caso afirmativo, com qual frequência visita museus, e se já visitou o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Para o público que não havia visitado ainda o museu, perguntou-se especificamente:

- Qual o motivo de ainda não ter visitado o museu?
- Quais atividades a instituição poderia realizar para que você pudesse vir a frequentá-lo pela primeira vez?

Já para o público que já visitou o museu alguma vez, indagou-se as seguintes questões:

- Você poderia informar quando frequentou o museu?
- Você poderia informar com quem você frequentou?
- Após a sua primeira visita, você retornou ao museu?

¹²⁷ Para Appolinário (2009) a pesquisa qualitativa trabalha com fenômenos. Apresentam poucas condições de generalização das análises. Usa-se ainda, de análises subjetivas. A pesquisa qualitativa ainda, é muito utilizada nas áreas das ciências humanas. Já, as pesquisas qualitativas, lida com fatos. Utiliza-se no uso de estatísticas, e podem apresentar altos índices de generalizações. É utilizada, principalmente nas ciências naturais.

¹²⁸ Alguns questionários foram aplicados no calçadão da cidade de Pelotas que está localizado na Rua Andrade Neves.

- Se sim: o que fez você retornar?
- Se não: qual(s) motivo(s) que fez com que você não retornasse ao museu?
- Quais atividades a instituição poderia realizar para que você pudesse vir a frequentá-lo novamente?

Discussões e Resultados

Foram aplicados 150 questionários na cidade, durante o mês de fevereiro de 2014. Para verificar a sua eficácia, foi realizado, ainda no mesmo mês, um teste piloto, no qual foram entrevistadas 14 pessoas e os resultados esperados foram satisfatórios para a obtenção dos dados propostos. O público respondeu o questionário sem maiores dificuldades. Um dado que merece referência é que, algumas pessoas, não quiseram participar da entrevista quando se mencionou que tal questionário se referia ao tema “museu”, ou mesmo, durante a aplicação das entrevistas, muitas pessoas não entendiam o significado e a função de um Museu de Ciências Naturais em contraste às instituições museológicas de outras tipologias. Isso mostra a dificuldade por parte do público não especialista em entender sobre as diferenças entre as diversas tipologias de museus existentes, ou mesmo, sobre a própria definição de museu, que parecem, ainda, muito pouco difundidas entre o público.

Foram entrevistados um total de 64 homens e 84 mulheres, sendo as pessoas de mais idade aquelas que demonstraram maior resistência ao questionário. Contrariamente, o público mais jovem se mostrou entusiasmado e, muitas vezes, interessado em participar. Um número considerável de pessoas, durante a entrevista, assimilavam a palavra “museu” a ideia de locais de objetos antigos, velhos e empoeirados. Isso prova, ainda, que essa visão de museu, que aos paulatinamente foi sendo superada pela área, ainda se encontra muito presente no imaginário e no senso comum das pessoas.

Conforme já mencionado, foi indagado ao público entrevistado se se consideravam frequentadores¹²⁹ de museus. Os dados dos questionários apontaram que 121 pessoas não se consideram frequentadoras de museus, seguido de 29 que se consideram visitantes. Os dados apontam para o fato de que a população da cidade ainda não está tão familiarizada com a ideia de utilizar esses locais como espaços culturais, de lazer e conhecimento. Nesse ponto, cabe aos órgãos governamentais contribuírem para uma maior difusão do patrimônio cultural local, para, dessa forma, despertar o interesse e curiosidade do público pelotense. Com base em Santos (2005), os cidadãos têm o direito de conhecer o patrimônio musealizado, pois “uma nação que não conhece, não preserva e não valoriza seu patrimônio cultural é uma nação sem ‘alma e sem sentido’, que fatalmente estará fadada a se extinguir.” (SANTOS, 2005, p. 24).

Entre os 29 entrevistados que se consideram frequentadores de museus, 14 declararam visitar esses locais a cada 1 ano, seguido de 5 a cada 6 meses, 5 pessoas a cada 3 meses e 5 delas menos de uma vez por ano. Com isso, pode-se considerar que são poucas as pessoas entrevistadas que visitam os museus de forma assídua, mesmo estando dentro do grupo que se considera frequentador desses locais. Isso pode apontar para o fato de que os museus, talvez, não sejam tão atrativos para o pelotense comparados a outros eventos culturais.

Das 150 pessoas entrevistadas, 105 disseram não terem visitado ainda o museu. Entre os principais motivos do público que ainda não visitou, está o fato de não saberem da sua existência. Dessas, 41 pessoas, estima-se que a pouca divulgação do museu tenha colaborado para tal fato. 33 pessoas disseram que nunca visitaram o museu por ele possuir pouca

¹²⁹ Almeida (2005, p. 41) apud Marilyn Hood (1983), define 3 categorias de público, a partir de sua assiduidade aos museus. Podendo ser considerado público frequentador de museus, pessoas que o visitam pelo menos três vezes ao ano.

divulgação (colocada, também, como um dos fatores de o público não saber da existência do museu e, dessa forma, não frequentá-lo), seguido, ainda, por 31 pessoas que disseram que não o visitaram por não possuírem tempo, e 14 pessoas pelo fato do museu não possuir novas exposições (gráfico 1).

A maioria dos entrevistados, porém, se mostrou interessada em conhecer o museu pela primeira vez, mas não o visitaram por ainda não saberem que ele existe, ou mesmo, por não ficar ciente da atual localização da instituição e das suas atividades, para que, dessa forma, possam a vir a frequentá-lo, pela primeira vez ou novamente. Tais motivos vêm levando ao afastamento do público não especializado da instituição.

Alguns entrevistados comentaram que sabiam da existência do museu, mas não possuíam tempo para visitá-lo por questões de trabalho. Vale ainda ressaltar que os museus atualmente vêm coexistindo, cada vez mais, com diversas outras formas de lazer, como cinemas, lojas, internet, passeios turísticos, jogos de futebol, entre muitos outros. Essas outras formas de lazer acabam despertando um maior interesse por parte do público quando comparados aos museus. Conforme esclarece Mork (2004), diversas são as ameaças externas que podem afetar o desempenho dos museus, entre elas está a concorrência enfrentada por:

“outros museus, locais de património, várias atividades de tempos livres inclusive estabelecimentos de desporto, assim como, e cada vez mais, estabelecimentos comerciais orientados para o lazer.” (MORK, 2004, p. 180).

Das 45 pessoas que afirmaram ter visitado o museu, 22 delas não voltaram à instituição após sua primeira visita, seguidas de 23 que retornaram. Entre os principais motivos de não o visitarem novamente está a falta de tempo; 9 pessoas, por não ter interesse pelo tema; 5 pessoas, e pelo fato de o museu ter pouca divulgação de suas atividades, 5 pessoas (gráfico 2).

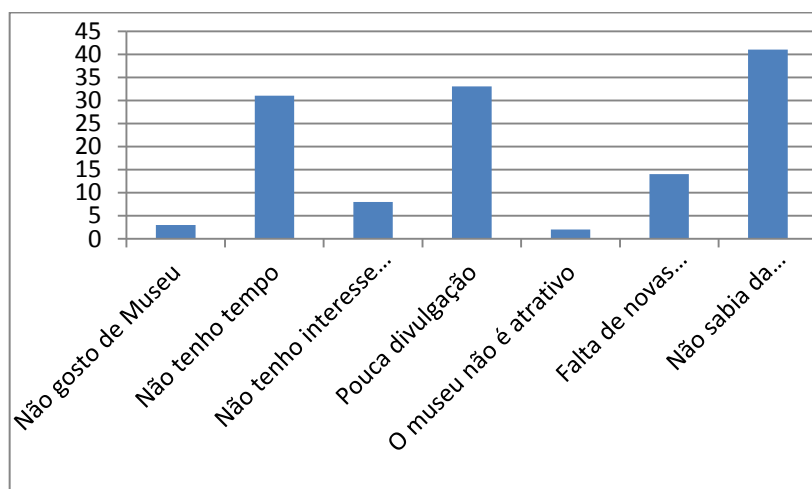


GRÁFICO 1: Motivos do público não visitar o museu

Cabe uma reflexão, baseada nos dados acima: será mesmo que as pessoas não possuem tempo para retornar aos museus? Estima-se que um dos motivos que podem levar a isso é a preferência dos entrevistados por outros locais de lazer, conforme já trabalhado anteriormente. Isso, talvez, mostre que as pessoas não compreendem os museus como um lugar de lazer, entretenimento e diversão, mas como apenas lugares de coisas velhas e empoeiradas, destinadas a um público seletivo de eruditos e não voltadas ao público leigo.

Durante a entrevista, 5 pessoas disseram, conforme os dados acima, que não possuem interesse pelo tema do museu, por isso não retornam ao local. Fica a indagação: será o acervo do museu responsável por isso? Avalia-se que não seja esse o único motivo, mas a pouca divulgação realizada pela instituição; este fenômeno influenciaria o público pelo fato de esse não ficar a par das atividades realizadas pela instituição e, desse modo, não seria ativado o interesse em retornar. Vale ainda ressaltar, ancorados em Mork (2004), que o museu também

precisa ser atrativo ao seu público por meio de suas diversas atividades, de outra sorte “não ganhará e manterá popularidade, mesmo que ofereça admissão gratuita e gaste fortunas em publicidade.” (MORK, 2004 p. 177). Alguns entrevistados comentaram que não retornaram ao museu para visitá-lo porque não sabiam, como já citado anteriormente, do seu atual local.¹³⁰

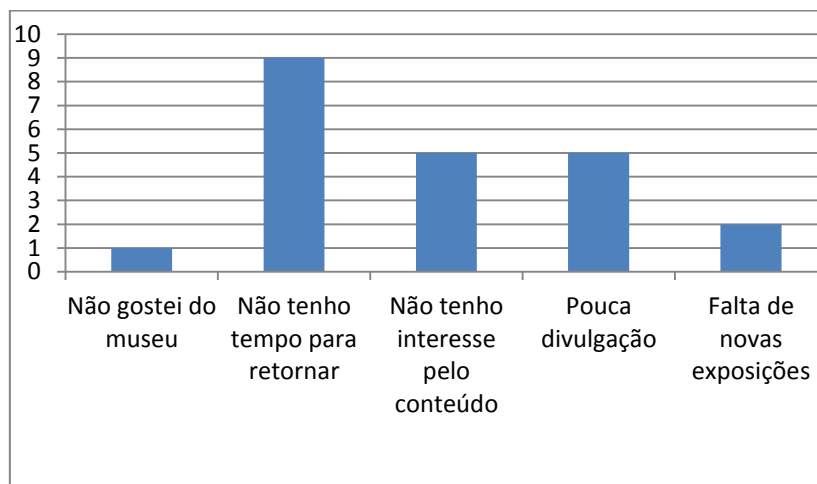


GRÁFICO 2: Motivos do público não visitarem o museu após a sua primeira visita

Entre o público que retornou ao museu após a sua primeira visita, observa-se as seguintes motivações: o fato de terem gostado do acervo e do museu, por curiosidade, com a finalidade de mostrá-lo a outros, para questões de aprendizagem com o acervo da instituição, entre outros fatores. Percebe-se, aqui, que esses gostaram do acervo do museu. Isso denota que as coleções da instituição também são atrativas, não sendo esse somente o motivo do afastamento do público que o visitou anteriormente e não retornou.

Entre os principais fatores assinalados pelo público entrevistado para que visitem o museu pela primeira vez, ou retornem, estão uma maior divulgação, 112 pessoas; a realização de palestras e eventos, 44 pessoas; e a elaboração de novas exposições, resposta obtida por 33 entrevistados.

Foi salientada, ainda, por parte do público, a importância da divulgação do museu em escolas, internet, como nas redes sociais ou outras ferramentas comunicacionais, ampliando a comunicabilidade do Museu. Em complemento disso, a realização, de novas atividades, como exposições, palestras, eventos, entre outros, igualmente poderiam despertar a sua curiosidade e interesse em visitá-lo pela primeira vez ou que se torne um visitante habitual. Ou seja, infere-se que as pessoas visitam os museus novamente se esses espaços oferecem novidades. E, principalmente, se esses forem bem divulgadas, conforme visto anteriormente.

O não conhecimento do museu pesquisado pelo visitante não frequentador, a falta de tempo como argumento para não o visitar e a pouca divulgação realizada pela instituição se mostraram como algumas das principais barreiras que vem o afastando da sociedade nos últimos anos. A pouca divulgação, também, pode estar associada ao fato de que algumas pessoas, durante a entrevista, não sabiam do atual local do museu, ou mesmo, que esse havia mudado de endereço. Por algumas vezes, inclusive, foi questionado se a instituição ainda existe, por não mais encontrá-la no antigo endereço para lhe realizar uma visita.

Pode-se associar a esta linha argumentativa, no que tange o “não público”, uma pesquisa conduzida pela Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal (CPIM), do Departamento de Processos Museais (DEPMUS) do IBRAM (IBRAM, 2012)¹³¹, sobre os motivos

¹³⁰ Atualmente o Museu está situado na Rua Barão de Tecla, 576. Alguns entrevistados não sabiam que o mesmo havia mudado de endereço no ano de 2010.

¹³¹ IBRAM, 2012. Pesquisa conduzida pela Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal (CPIM) do Departamento de Processos Museais (DEPMUS) do IBRAM, que buscou apresentar um levantamento estatístico dos motivos indicados pelos indivíduos para a *não-frequência* aos museus no Distrito Federal, e as condições sociais e

da não frequência do público em relação aos museus no Distrito Federal. Os resultados apontam para o fato de que, das 920 pessoas entrevistadas que não frequentam museus, 142 disseram que não conheciam nenhum museu em Brasília e, por essa maneira, não os frequentavam. Ainda, segundo a pesquisa do IBRAM, este fato pode estar relacionado a pouca divulgação dos museus e à exclusão simbólica, pelo motivo do público não apresentar interesse em visitá-lo e, por causa disso, muito pouco se importará em reter ou procurar informações associadas sobre a sua existência.

Cumpra tomar nota, por outro lado, que essa pesquisa não teve somente o objetivo de propor o aumento do número de visitantes no museu, em razão de acreditar-se que a quantidade de público não ter relação direta com a qualidade das ações propostas. (SARTINI, 2010). Mas busca oferecer, sim, uma possibilidade de expandir o diálogo e a interação entre museu e sociedade, tornando-o um espaço mais dinâmico e construtor de conhecimento com o seu público.

Diante do que foi apurado ao longo da pesquisa, elenca-se algumas sugestões para que o Museu possa reorientar as suas ações futuras no tocante à aproximação entre a instituição museal e sociedade. Sobre a divulgação, sugere-se que essa seja realizada em escolas, principalmente para o público de crianças e adolescentes, de forma que possa conhecer o museu, suas atividades, importância, despertando, assim, seu interesse para que o visite futuramente. O público jovem será o futuro frequentador de museus, fora ainda pelo fato de que ele pode ativar a vontade de outras pessoas a visitarem, como parentes e amigos, ampliando a comunicabilidade entre museu e sociedade. Caso o interesse por esses espaços de cultura não seja incentivado e despertado desde cedo em relação ao público jovem, os museus poderão se tornar, futuramente, locais sem vida, fadados à introspecção e ao esquecimento.

Outra maneira de comunicação seria a realização de um calendário anual de atividades, para que o público possa ficar ciente das programações do museu no que tange à promoção de novas exposições, palestras, eventos ou outras atividades comunicacionais. Tal agenda ofereceria ao museu um caráter dinâmico, na medida em que seriam apresentadas novidades em sua programação, servindo, assim, de mecanismo de atração e fidelização de público, uma vez que os diversos entrevistados mencionaram a falta de novas atividades como pretexto de não se retornar aos museus. Outra possibilidade comunicativa por parte do museu seria a realização de exposições itinerantes, em locais como centros culturais e eventos que trabalham a questão do patrimônio. Essas exposições também podem ser uma boa alternativa de divulgação do museu e de atração do público para ir visitá-lo em seu local. Segundo Mork (2004), é importante para o museu realizar essas exposições com a finalidade de que pessoas de outras cidades e regiões também possam vir a conferir suas coleções.

A cada dia mais, os museus estão investindo em esforços para potencializar a comunicação com o seu público, por meio das suas exposições e diversas atividades, como a exemplo da utilização das novas tecnologias de informação, ações educativas, mediações, atividades sócios culturais, entre diversas outras. A partir disso, os museus vêm elaborando estratégias de atração, interatividade e fidelização do público por meio das suas mais variadas ferramentas comunicacionais. Espera-se que a partir disso, e das sugestões mencionadas o museu possa refletir as suas ações futuras com o objetivo de se buscar uma maior interação e aproximação junto ao público, tanto para que o visite novamente, como pela primeira vez.

Conclusões

Esse estudo buscou ressaltar a relevância das pesquisas de público como importante ferramenta para se aperfeiçoar a comunicação entre museu e sociedade. Uma ferramenta que busca diminuir as barreiras comunicativas entre museu e sociedade – evitando discursos excludentes, para um público seletivo. Nesse caminho, abre-se aos museus novas possibilidades de diálogo e interação, trazendo para si discursos heterogêneos e participativos. Almeida (2005) ainda diz que as pesquisas têm o potencial de ajudarem os museus na elaboração de exposições com maior conhecimento do público pelo tema, como, também, um maior interesse em visitá-la por sua parte, despertando o seu interesse.

Estima-se também que as sugestões levantadas nesse trabalho possam contribuir para que o museu reflita as suas ações futuras, de sorte a esmaecer o problema do afastamento e, dessa maneira, transformar o museu em um espaço mais dinâmico de aprendizagem e conhecimento. Por fim, postulamos que os museus devem estar, necessariamente, a serviço da sociedade em seu cotidiano, pois, de outra forma, não haveria razão para justificar a sua existência (KOPTCKE, 2012).

Referências

APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009

ALMEIDA, Adriana Mortara. O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v 12 (suplement), p. 31-51, 2005.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. O público invade os museus: é uma febre que se propaga? 1999.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

CURY, Marília Xavier. Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, v. 1, p. 269-279, 2009.

IBRAM. Relatório final da pesquisa O “não público” dos museus: levantamento estatístico sobre o “não-ir” a museus no Distrito Federal. IBRAM, 2012. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2013/09/naopublico.pdf>. Acesso em: 01/06/2014.

MORK, Paal. Marketing. Como gerir um museu: manual prático. ICOM, 2004.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. Museologia & Interdisciplinaridade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, v. 1, n. 1, jan./jul. de 2012.

ROQUE, M. Isabel Rocha. Comunicação no Museu. In: Sahra Fassa Benchetrit; Rafael Zamorano Bezerra; Aline Montenegro Magalhães. (Org.). Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo. 01ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, v.1, p. 47-68.

SANTOS, Mirela Regina Caruccio. Patrimônio histórico de Pelotas: Uma abordagem em sala de aula. Universidade Federal de Pelotas. Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos. Pelotas, 2005.

SARTINI, Antonio Carlos de Moraes. A experiência e a experimentação no Museu da Língua Portuguesa – Relatos e Observações. Museus e Comunicação; Exposição como objeto de estudo. Rio de Janeiro; Museu Histórico. 400 p.: il.; 22,5 cm. – (livros do Museu Histórico Nacional). Nacional, 2010.

Centro de memória ETEC Cônego José Bento: Lugar de memória escolar e de práticas sociais

Júlia Naomi Kanazawa¹³²

Resumo

Este artigo tem como objetivo relatar a trajetória de um lugar de memória – o Centro de Memória Etec Cônego José Bento – que se dedica a preservar e divulgar um determinado acervo, o escolar. Localiza-se no município de Jacareí, Estado de São Paulo e faz parte de um complexo de edificações da Etec Cônego José Bento, que pertence à rede estadual de educação profissional e tecnológica Centro Paula Souza – CEETEPS. Funcionando desde dezembro de 2000, na antiga casa do diretor, o processo de sua organização demandou esforços e foi resultado de muito trabalho e projetos coletivos. Durante a sua trajetória o Centro de Memória vem desempenhando seu papel na comunidade escolar como lugar vivo e dinâmico na difusão de processo de produção de saberes e de conhecimentos sobre a educação profissional e tecnológica, tanto por meio da docente responsável pelo Centro de Memória como pelos alunos.

Palavras-chave: Memória. Acervo escolar. Práticas sociais. Cultura escolar. Educação profissional e tecnológica.

Introdução

O Centro de Memória Etec Cônego José Bento localiza-se no município de Jacareí, Estado de São Paulo e faz parte de um complexo de edificações da Etec Cônego José Bento, que pertence à rede estadual de educação de educação profissional e tecnológica Centro Paula Souza – CEETEPS. Funcionando desde dezembro de 2000 na antiga casa do diretor, o processo de sua organização demandou esforços e foi resultado de muito trabalho e projetos coletivos.



Figura 1 - Centro de Memória Etec Conego Jose Bento, 2007

Fonte: Acervo Júlia Naomi Kanazawa

O Centro abriga diversos documentos relacionados às atividades administrativas e pedagógicas da ETEC, desde a sua criação, tais como prontuários de funcionários e alunos, livros de matrículas, livros de ponto, mobiliários, instrumentos diversos, entre outros

¹³²Docente da Etec Cônego José Bento / CEETEPS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica - GEPEMHEP. E-mail: juliakanazawa@ig.com.br.

documentos. A quantidade e a diversidade de documentos evidenciam as práticas escolares, tanto aqueles que atendem as normas institucionais, como aqueles que resultam de imposições legais. Os fazeres e saberes produzidos pelos docentes e discentes, muitas vezes anônimos, representam testemunhos do vivido e revelam a compreensão de uma cultura escolar, que produz textos, valoriza a escrita e a liberdade de expressão.



Figura 2 -Sala de arquivo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, 2014

Fonte: Acervo Júlia Naomi Kanazawa

O Projeto de Pesquisa O ensino público profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais¹³³, desenvolvido em conjunto com o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/CMFE-USP, o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza-CEETEPS e a Fundação de Amparo à Pesquisa-FAPESP, foi decisivo para a implantação deste Centro.

Desde então o Centro de Memória ETE Cônego José Bento tem organizado, higienizado, acondicionado e catalogado diversas fontes documentais escolares, atendido pesquisadores e interessados em geral e utilizado o acervo documental nas aulas dos diversos cursos oferecidos pela

ETEC para, entre outras metas, proporcionar aos educandos uma vivência prática do trabalho do pesquisador. Dessa forma, o Centro passou a integrar a vida escolar, a fazer parte do plano pedagógico e atuar como um espaço de ensino-aprendizagem.

Assim, durante a sua trajetória o Centro de Memória vem desempenhando seu papel na comunidade escolar como lugar vivo e dinâmico na difusão de processo de produção de saberes e de conhecimentos sobre a educação profissional e tecnológica, tanto por meio da docente responsável pelo Centro de Memória como pelos alunos.

¹³³ O Projeto de Pesquisa O ensino público profissionalizante no estado de São Paulo: memória institucional e as transformações histórico espaço-regionais (1998-2002), desenvolvido em parceria com o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa, teve como objetivo principal realizar a guarda da documentação que se encontrava nas escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo. A princípio, nove escolas, inclusive a ETEC Cônego José Bento, foram escolhidas para participarem do Projeto. Professores e alunos de cada uma das escolas foram convidados a envolver-se em atividades como levantamento da documentação, localizando-a dentro e fora da escola; participação em oficinas de conservação preventiva dos documentos; conceituação arquivística; e discussão do melhor espaço dentro da escola que poderia abrigar os arquivos.

Processo de produção de saberes e de conhecimentos sobre a educação profissional e tecnológica

Um dos primeiros trabalhos realizados pelos alunos foi a pesquisa, de natureza histórica, intitulada A ETEC Cônego José Bento nas décadas de 1930, 1940 e 1950 nos jornais *A Folha do Povo* e *O Combate*, e desenvolvidas pelas alunas do Ensino Médio Dayany Oliveira Santos, Paloma Gacic Schon e Sany de Paula Ramos, por meio de dois jornais do município de Jacareí, *A Folha do Povo* e *O Combate*. O objetivo foi ampliar o conhecimento sobre a história da ETEC Cônego José Bento e refletir sobre a educação escolar discente, investigou-se como a ETEC Cônego José Bento foi divulgada pela imprensa local nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

Com base na leitura e na coleta das matérias foi feito um levantamento quantitativo e da natureza delas, demonstrado, por meio de tabelas e gráficos, bem como análises das matérias e da posição que cada um dos jornais assumiu em relação à Escola. Também por meio de levantamento, de leitura e de sistematização bibliográfica, alguns referenciais teóricos para o estudo foram buscados.

Como resultados, foram identificados, dentre outros, a natureza das matérias e a posição assumida pelos dois jornais em relação à Escola. A *Folha do Povo* publicou trinta matérias no período, relativas aos períodos de matrículas e às inscrições dos cursos oferecidos, às visitas, aos eventos, à integração entre alunos professores e funcionários e aos profissionais que assumiram a direção, sempre de forma descritiva e enaltecadora. O jornal *O Combate*, por sua vez, publicou quinze matérias, relacionadas às reformas, aos eventos que ocorreram na Escola, às críticas e insatisfação a determinados fatos ocorridos no seu interior.

Outra pesquisa denominada Reminiscências e significados de uma época foi realizada pelas alunas Mirian Noemi Silva da Costa e Thais Brito Souza com o intuito de investigar e estudar os eventos que a ETEC Cônego José Bento participou nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.

O aluno Renan de Salles Flores Garcia Ferraz, desde o seu ingresso na primeira série do Ensino Médio, em 2012, tem se envolvido sistematicamente nas atividades organizacionais e de pesquisa do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento.

Um dos projetos desenvolvidos por ele foi Objetos escolares: um encontro de múltiplas possibilidades, com o objetivo de investigar e estudar os equipamentos utilizados durante as aulas do curso Técnico em Agropecuária, oferecido em diferentes modalidades, nas décadas de 1940 a 1980. Esse estudo foi realizado por meio de equipamentos, inventários, fotografias, sites, legislações oficiais e história oral. Além disso, foram levantadas e sistematizadas referências bibliográficas relacionadas à fundamentação teórica e metodológica sobre a cultura material.

Primeiramente, realizou-se a higienização e catalogação dos objetos em uma ficha de identificação do objeto, contendo seus dados gerais (matéria, dimensão, local, cor, estado de conservação), seu histórico. Também para contribuir para a preservação desses equipamentos, elaborou-se um inventário analítico do acervo armazenado em uma base de dados para uso da comunidade escolar e dos pesquisadores. Para solucionar problemas como manuseios frequentes desses objetos e identificação de dados, organizou-se um acervo digital.

Os resultados dos trabalhos discentes, com o acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, foram reconhecidos e apresentados em Feiras Científicas, Encontros de Memórias, em Mostra e em Encontro de Iniciação Científica Júnior.

No primeiro bimestre de 2014, alunos das 1as. séries do Ensino Médio e da 1ª série do Ensino Técnico Integrado ao Médio – Técnico em Administração, realizaram pesquisas sobre os diversos objetos escolares que compõem o acervo do Centro de Memória. Os resultados das pesquisas foram apresentados na 12ª Semana de Museus, Museus: coleções criam conexões, no período de 12 a 18 de maio de 2014.

Quanto à docente responsável pelo Centro de Memória, dentre os trabalhos desenvolvidos, destaca-se o desenvolvido no **Projeto Hora Atividade Específica 2013**, Seções industrial e técnica do ensino agrícola da Etec Cônego José Bento (1935-1964): arquitetura e currículo.

Considerando o espaço escolar como fonte de experiência e de aprendizagem e que demonstra na sua materialidade – construções – um sistema de valores sociais e culturais e considerando a importância da arquitetura escolar para a constituição de um determinado currículo; este estudo teve como objetivo estudar as edificações destinadas às seções industrial e técnica e sua relação com o currículo do ensino agrícola, no período de 1935 a 1964.

O recorte temporal tem como marcos a criação da Escola – 1935 até a sua transferência até a sua transferência para a Secretaria da Educação, pela Lei nº 8.407, de 13 de novembro de 1964.

De natureza histórica, a pesquisa empregou a investigação, coleta e análise dos dados em/a partir de prontuários, livros de ponto, jornais local e regional, fotografias, relatórios escolares, entrevista com a ex-aluna Maria Luiza Rezende, plantas arquitetônicas, arquivados no Centro de Memória ETEC Cônego José Bento e no Arquivo Público e Histórico de Jacaré.

As fotografias se constituíram em fontes especiais, pois são portadoras de elementos significativos para a compreensão do tema. Na memória das escolas públicas, elas se constituem em um instrumento de memória institucional e de recordação. Tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias consistem em testemunho e representação da escola em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis – professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, como os arranjos espaciais - arquitetura, as relações sociais, os contextos humanos - professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas.

Como afirma Kossoy (2002, p. 128-129),

exercício fascinante é o de resgatar nomes, hábitos e o dia-a-dia dos moradores [...], o gesto, [...], o explícito e o implícito. [...] as imagens servem para que possamos fazer descobertas, para que possamos preservar a lembrança de certos momentos e das pessoas que nos são caras; para que nossa imagem não se apague; para que não percamos referências do nosso passado, dos nossos valores, da nossa história, dos nossos sonhos [...].

Desse modo, a fotografia escolar possibilitou o conhecimento e fornece informações sobre a escola e o curso que ela ofereceu durante a maior parte de sua existência: o curso de iniciação agrícola. No entanto, ela não reuniu em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele; apesar do seu amplo potencial de informação contido na imagem, não substitui a realidade tal como se deu no passado. (KOSSOY, 1989, p. 72-73)

O curso de iniciação agrícola da Escola Profissional Agrícola e Industrial Mista de Jacaré iniciou em 27 de setembro de 1937, com uma turma de 54 alunos, seção masculina, no período diurno. Do total destes alunos, 42 eram filhos de pais brasileiros e 12 de pais estrangeiros. Vinte e quatro deles foram admitidos no internato.

Os alunos admitidos no regime de internato eram geralmente órfãos, e conforme previa o artigo 6º do decreto nº 7.319, de 5 de julho de 1935,

serão mantidos pelo Governo do Estado até trinta e cinco alunos internos, de preferência orfãos, com residência de cinco anos, pelo menos, na região do Estado servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, desde que satisfaçam os requisitos exigidos para a matrícula nos cursos agrícolas.

Para a sua manutenção no internato, os alunos deveriam trazer botina para trabalhar, sapatos para sair, roupas para trabalhar, preferivelmente calças de brim ou macacões de brim,

sempre em triplicata, camisas, cuecas ou calções, roupas para sair, pijamas, meias, lenços, escovas, pastas de dentes, pentes e objetos de uso pessoal.

A Escola fornecia cama, mesa, roupa lavada e passada, assistência médica e assistência dentária. Além disso, ela mantinha o grêmio estudantil, cinema semanal ou quinzenal, na própria Escola, cabeleireiro pago e a cooperativa escolar.

Os alunos trabalhavam no campo das 7h às 10h. Das 10h às 12h, descansavam. Das 12h às 15h, algumas vezes, até às 16h, tinham aulas teóricas. Das 15h às 17h eram distribuídos pelas oficinas de carpintaria, ferraria, alvenaria, selaria, piscicultura, apicultura e aviário, entre outras.

Em 12 de dezembro de 1949, pelo Decreto Estadual N° 19.006, o governador Adhemar de Barros, aprovou o regulamento da Diretoria do Ensino Agrícola. No entanto, as Escolas de Jacareí, de Pinhal e a de São Manuel, continuaram vinculadas a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Somente a partir de 1956, a Escola passou a ser administrada pela Secretaria da Agricultura.

Dessa forma, nos moldes da lei federal, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, a Escola ofereceu os cursos de iniciação agrícola, com duração de dois anos e mestria agrícola, com duração também de dois anos.

O certificado de mestre agrícola permitia aos alunos o direito de prosseguirem o curso de técnico agrícola em qualquer escola do Estado de São Paulo ou federal, respeitando a legislação vigente da lei federal do ensino agrícola, do Ministério da Agricultura, equivalente ao curso científico. Os alunos que cursavam a iniciação agrícola e a mestria agrícola, com duração total de quatro anos, poderiam obter o equivalente ao curso ginasial.

Para serem admitidos nos cursos, os alunos eram submetidos aos exames de admissão, requeridos antecipadamente ao diretor da Escola. Dentre as exigências, destacava-se a idade 12 anos completos e menos de 17 anos. O exame de admissão constava de uma prova escrita de Português e Aritmética, em nível de 4° ano primário e eram avaliadas por notas, de 0 a 10, com exigência de nota 5 no conjunto e 4, por matéria, para aprovação.

No curso de iniciação agrícola, a fazenda era o centro propulsor do ensino agrícola. Era o departamento experimental da Escola e foi dotado de benfeitorias, ano a ano, para torná-la um ambiente propício ao trabalho rural. Nela havia um campo escola e campos experimentais, onde várias culturas eram plantadas, para proporcionar aos aprendizes o ensino racional e prático. Além disso, no âmbito do campo escola, criavam-se animais e aves de pequeno porte.

O ensino da seção técnica agrícola visava o preparo do solo, as demarcações, a irrigação, a drenagem, as semeaduras, os tratamentos das sementes, o preparo das mudas, os tratamentos das culturas, as adubações, as podas, as colheitas, a embalagem e conservação dos produtos, o preparo das forragens e seleção de sementes, além dos conhecimentos relacionados à zootecnia, avicultura, sericultura, cunicultura, piscicultura, dentre.

Os conhecimentos adquiridos nas matérias da seção propedêutica eram aplicados nos trabalhos de campo, como elaboração de relatórios; pedidos de materiais; cálculos de áreas, de produção, de quantidade de plantas existentes; alinhamentos, demarcações, levantamento de áreas; elaboração de mapas, com aplicação de escalas; observações relativas à germinação, desenvolvimento das plantas, estrutura de órgãos vegetais, identificação das espécies de plantas; identificação zoológica dos animais e cálculos de adubação, reconhecimento dos tipos de solo e pragas vegetais, dentre outras.

Zootecnia e veterinária foram algumas das disciplinas integrantes do currículo do curso masculino da Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, conforme o boletim de notas e frequência de Hélio Machado Martins. Seu aprendizado proporcionava aos alunos conhecimentos sobre a criação de animais, inclusive bovinos, seu trato, sua identificação zoológica, seu manejo, sua higiene e as práticas de veterinária, ou seja, as

moléstias e o tratamento adequado das doenças que afetam o gado bovino, dentre outros. Essas duas disciplinas fizeram e fazem parte do currículo do ensino agrícola da Escola ao longo de sua trajetória; em alguns momentos isoladamente, em outros momentos com denominações diferentes.

The image shows a handwritten school record book from 1945. The top section is titled "NOTAS" and contains two columns for "MATERIAS" (Subjects) and "NOTAS" (Notes). The bottom section is titled "FREQUENCIA" (Frequency) and contains a table with columns for "MATERIAS", "FREQÜENCIA", and "Assinatura do pai ou responsável" (Signature of parent or responsible person). The name "Hélio Machado Martins" is written in the top section, and the year "1945" is written in the bottom section.

Figura 3 - Boletim de notas e frequência de Hélio Machado Martins, 1945.

Fonte: Acervo Centro de Memória Etec Cônego José Bento

Com o lema de que no Brasil, as profissões de mestre e a de técnico agrícola eram das mais nobres e indispensáveis e que garantiria a estabilidade econômica do Brasil, à Escola Agrícola, coube principalmente, dar uma profissão agrícola aos jovens, ensinando-os a trabalhar na agricultura e na criação de animais.

Considerações Finais

Com a criação do Centro de Memória Etec Cônego José Bento – que envolve a comunidade escolar na organização de arquivo, na coleta de depoimentos, na organização de exposições e que se coloca a disposição, tanto da comunidade escolar como da comunidade em geral – tem-se contribuído para a consolidação de valores e para a formação da cidadania. Por outro lado, os educandos que aprendem a cuidar e preservar tudo que diz respeito a vida escolar estão incorporando hábitos e atitudes decisivos para as suas vidas e para a sociedade.

Há um longo caminho a percorrer para esse trabalho de preservação e salvaguarda de documentos, já que não temos ainda uma política oficial eficaz, mas é uma luta, tendo em vista a sua função social e científica.

No entanto, considerando a importância e riqueza dos documentos como fontes para a compreensão e o conhecimento da história da educação brasileira, nosso objetivo de educadores é continuar a mobilizar a comunidade escolar, envolvendo-a na organização e manutenção do Centro de Memória e de seu acervo escolar, tornando-o dinâmico, seja pela utilização dos documentos em pesquisas docente e discente, seja pela preservação dessas fontes, com métodos adequados, condições de instalação, organização correta e acesso às informações que ele contém. Queremos que eles saiam do anonimato e do silêncio aos quais,

muitas vezes, são confinados, bem como tenham o seu acesso facilitado para um número cada vez maior de pesquisadores da história da educação.

Além de instrumentos fundamentais para a compreensão da história da nossa escola e da construção da memória educativa, os documentos permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, bastando que os pesquisadores lhes confirmem validade. Concretamente, eles apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa científica e podem contribuir para as pesquisas em educação.

Referências

ARAÚJO, J. C.; GATTI JR., D. (Orgs.). **Novos temas em história da educação no Brasil:** instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUF; Campinas: Autores Associados, 2002.

BURKE, P.. **A escola dos Annales, 1929-1989.** Tradução de Nilo Odália, São Paulo: UNESP, 1991.

_____. (Org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes, São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CERTEAU, M. de.. **A escrita da história.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 14. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

FUNARI, P. P. e ZARANKIN, A.. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pró Posições**, v.1, n. 1 (46), jan. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/46-dossie-funaripp_etal.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

GONÇALVES, R. de C.. A arquitetura escolar como materialidade do direito desigual à educação. **Ponto de Vista**, v. 1 n. 1, jul/dez 1999. Disponível em: <<file:///C:/Users/Edna/Downloads/1520-5018-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

JULIA, D.. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 9-44. Disponível em: <<file:///C:/Users/Edna/Downloads/273-846-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

KOSSOY, B.. **Fotografia e história.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios, 176)

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória.** 5.ed., Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

_____. **História:** novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MACHADO, L. M.. Ensino Agrícola no Estado de São Paulo: Introdução ao Estudo da Relação Trabalho-Educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.74, n.176, p.185-250, jan./abr. 1993. Disponível em: <rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/388/392>. Acesso em: 21 fev. 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Projeto História / Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<file:///F:/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Passado em construção: leituras de uma história em exposição

Martha Helena Loeblein Becker Morales¹³⁴

Resumo

O circuito expositivo de longa duração do Museu Paranaense, localizado na cidade de Curitiba, Paraná, permite a reflexão acerca da construção do passado por meio de narrativas visuais que educam o olhar do público ao mesmo tempo em que se pretendem representativas de um discurso homogêneo e neutro. Por meio da leitura crítica dos elementos constitutivos deste espaço de visitação, embasada em contribuições bibliográficas interdisciplinares, este artigo propõe uma incursão analítica que relacione as propostas conceituais mais recentes ao que se encontra difundido pela instituição em questão. Privilegiando as construções expositivas associadas às disciplinas de história e arqueologia, o ponto chave deste trabalho está no cerceamento de oportunidades de reflexão e questionamento provocado por escolhas de recortes conservadores e de temáticas excludentes, posição esta reforçada pela separação e hierarquização destas disciplinas.

Palavras-chave: discurso expográfico; usos do passado; Museu Paranaense.

Introdução

O presente artigo compõe a tese de doutorado *Fragments de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná em abril de 2014¹³⁵. A problemática central do referido trabalho é o questionamento de qual passado histórico e arqueológico é construído pelo Museu Paranaense (doravante, MP) em dois âmbitos – o das publicações dirigidas a um público especializado e o das exposições vivenciado pelo público em geral. Em suma, quais os resultados, consequências e possibilidades operacionalizados nessa construção? O texto que segue, no entanto, é um recorte específico que resultou da percepção adquirida, ao longo da pesquisa, da importância do museu como o contexto no qual se deram as relações entre arqueologia e história em análise. Museu não apenas como espaço físico compartilhado por profissionais e pelo acervo referente a cada disciplina, mas como *lugar*, um constructo cultural no qual se desenrolam ações, um coeficiente estruturado e estruturante ao mesmo tempo.

Nora (1993) consagrou a expressão '*lugar de memória*' para tratar de lugares materiais investidos de aura simbólica, mas também funcionais, por seu alicerce de significados e sentimentos. Tornou-se, logo, um recurso frequente para a classificação de museus. Conforme o historiador francês, os muitos lugares de memória que o século XX instituiu não são naturais, mas construções resultantes do sentimento de que é preciso arquivar, celebrar, rememorar para não esquecer; *parar* o tempo, enfim. As críticas à obra de Nora foram variadas, ora pela amplitude demasiada do conceito, ora pela clareza insuficiente dos não-lugares de memória (GONÇALVES, 2012). Ainda assim, é recorrente a referência a instituições museais como lugares de memória por excelência, como na análise de Ana Maria Peixoto (2005) que contrapõe a mudez dos objetos à eloquência de seu arranjo expositivo, um misto de informação e teatro.

A questão é que nos últimos vinte anos cresceu a proposta de que, mais do que construir memória, o museu deve oferecer a oportunidade de pensá-la de maneira crítica e investir no aspecto conflitante das múltiplas vozes do passado. No cerne da discussão, encontra-se imbricada a interrogação sobre *quem escolhe o passado* (MORALES, 2011), devido à expansão do debate em torno do poder que poucos têm de falar sobre muitos, com a autoridade de representá-los sem, entretanto, consultá-los. Kersten e Bonin (2007) resumem esta situação explicando que as exposições dizem quem somos e quem não somos por meio da experiência visual e da educação, como uma instrumentalização eficiente do exercício de poder.

¹³⁴ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Contato: mhlbecker@gmail.com

¹³⁵ Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/Martha.pdf>

Sem perder de vista todas estas facetas expostas pelos autores citados, o que gostaria de destacar como ponto norteador deste artigo é o museu enquanto *lugar de poder*. É preciso que fique claro que pensá-lo como lugar de memória ou como instrumento pedagógico não exclui a reflexão acerca dos jogos de poderes que se desenrolam no cotidiano, porém acredito que a ênfase atribuída desde o princípio na aproximação entre saber museológico e poder proporciona um olhar mais consciente de como são construídos os discursos no âmbito museal. A própria orientação espacial do circuito, a ‘canalização da circulação’ de um ponto a outro (FOUCAULT, 1994), codifica as relações do público com o material exposto, condicionando-o à mensagem de quem expõe e gerando determinadas respostas. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é ponderar sobre o circuito de longa duração do MP, o *Pavilhão de História do Paraná*, um exemplo interessante para refletir sobre as escolhas na construção do passado.

Algumas considerações sobre museologia

Com a expansão dos cursos universitários em museologia e a atuação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) nos últimos anos, a oferta de bibliografia especializada em museologia, museografia e expografia avolumou-se. Entre várias publicações, o trabalho de Cury (2005) apresenta uma boa síntese dos conceitos mais utilizados no linguajar dos estudos sobre museus, problematizando-os em diálogo com teorias da comunicação e da administração. Por *musealização*, a autora compreende “um processo que se inicia com a seleção realizada pelo ‘olhar museológico’ sobre as coisas materiais” (CURY, 2005, p. 24), uma **escolha** e uma **ação**, em suma. Com clareza, a autora esmiúça as etapas museográficas, como a formação e manutenção do acervo, valorizando a prática expográfica como um elemento que viabiliza a comunicação de ideias e problemas ao público externo à instituição. No que diz respeito à exposição que redundava destas ações, Cury é taxativa – elaboradas idealmente por uma equipe multidisciplinar, devem ser concebidas com o intuito de provocar, sejam sentimentos ou atitudes ativas. Essa ideia evoca a noção de museu como lugar de conflito, com uma intenção clara de afetar o interlocutor. Ecoa, também, o lugar de poder ocupado pela equipe que silencia, destaca, oprime e liberta, por meio da organização expositiva.

Esta exigência em causar reação no público, um componente ativo na construção da mensagem da exposição, vem acompanhada da percepção crescente da função do museu na contemporaneidade. Entre os museólogos o autoquestionamento provocou disputas teórico-metodológicas diversas, com, talvez, a mais profunda exposta pela pergunta de Bittencourt (2002, p. 287) sobre “qual a função dos museus numa época de incertezas?”. A preocupação do autor, deixada sutilmente em aberto no seu artigo, toma forma diante de uma instituição fundada para expor verdades concretas por meio de uma cultura material irrefutável, buscando sobreviver em tempos efêmeros de identidades fluidas.

A resposta à dúvida de Bittencourt vem, em muitos autores, na atribuição de papel social relevante aos museus, cuja reinvenção deve estar atenta ao desenvolvimento do turismo e das práticas de mercado, por uma questão simples de sobrevivência. No entanto, são poucos os autores que de fato se debruçam sobre o que significa esta ‘função social’ e, menos ainda, a operacionalizá-la, colocá-la em prática – uma discussão muito próxima do problema do patrimônio, exigindo um repensar de parâmetros que justifiquem gastos e políticas públicas. Permitir a participação ativa do público seria um caminho, uma forma de, a princípio, reconhecer que “o museu não mostra a arte, a ciência ou a sociedade, mas a construção desses componentes através da ‘musealidade’” (POULOT, 2013, p. 137). Em outras palavras, ao expor, o museu constrói. Constrói saberes, ideias, discursos, imagens, memórias, sentimentos e, de certa forma, verdades tornadas possíveis pelo conjunto exposto. Admitir essa dimensão incômoda que permite lugar à imaginação e forma, mais do que informa, poderia abrir espaço para o público enfim contrapor seus próprios saberes, memórias e sentimentos.

Expografia, ou a construção de um circuito

A exposição ultrapassa o arranjo físico de visualização imediata para se tornar um discurso experimentado pelo visitante capaz de introjetar nele um sentimento duradouro do que é história e do que é arqueologia. Santos e Chagas (2002, p. 217) equivalem expor objetos a “uma mostra de saberes, fazeres, sentimentos, valores, interesses”. Tomo de empréstimo suas palavras para ancorar esta ênfase pretendida no aspecto construtivo envolvido na montagem de vitrines e circuitos, longe de um trabalho mecânico descompromissado. Mesmo que haja pretensão de neutralidade, que haja esforço em expor dados físico-químicos e informações cronológicas, a simples seleção de quais objetos reunir em um mesmo espaço já pressupõe atitude classificatória que é, em última instância, uma **ação**.

A percepção da montagem expositiva como um ato político está presente em diversos autores, principalmente naqueles que têm por meta efetivar o exercício da cidadania em compasso com a temática do patrimônio cultural. Neste sentido, a reflexão toca em pontos que pareceriam pacíficos em outros tempos, como o tipo de expositores utilizados. Ramos (2004) presume um paralelo interessante com o consumismo da contemporaneidade ao refletir sobre o uso disseminado de vitrines para conservar e manter em segurança os objetos expostos. O autor busca um equilíbrio entre o ar solene que a instituição museu acalentou desde seus primórdios e uma necessidade de fazer-se relevante, de ir além da superioridade de produtora de conhecimento. Reconhecer, enfim, a possibilidade de um conhecimento construído em conjunto com o público, que não apenas consome passivamente do outro lado da vitrine.

A montagem de exposições foi tema de diversos manuais, sendo que o próprio MP lançou, em 1985, uma pequena publicação intitulada *Como montar um museu: planejamento de exposições*. Nesta, a exposição é conceituada como “divulgação do patrimônio histórico-cultural e científico dentro do processo evolutivo da sociedade” (MUSEU PARANAENSE, 1985, p. 7), dividida em permanente, temporária, itinerante ou ocasional. Com clara intenção pedagógica, após algumas breves conceituações o restante da publicação é composto pelos itens ‘estruturas de apoio’, ‘painéis’, ‘vitrines’, ‘módulos’, ‘revestimentos’, ‘iluminação’ e ‘uso da cor’ – um passo a passo ilustrado para equipes de museus iniciantes. Entretanto, o aspecto que gostaria de ressaltar está ainda na introdução do livro, trecho que reproduzo na íntegra:

A forma de concepção de uma exposição é bastante variada; o tema a ser abordado pode ser orientado por fatores tais como:

1. cronologia – época ou período determinado, sendo sequencial ou não. Ex: Sala do período colonial; Arte do século XIX; Pintores dos anos 30; etc.
2. acervo – coleções específicas, científicas ou tecnológicas. Ex: Retrospectiva dos óleos pintados por Alfredo Andersen; O processo de moagem da cana de açúcar; Numismática brasileira, etc.
3. personagem – evidencia personalidades. Ex: Santos Dumont; As obras do mestre Vitalino; Bento Munhoz da Rocha Netto, etc. (MUSEU PARANAENSE, 1985, p. 7).

O texto não sugere a existência de outras possibilidades a não ser a mescla destas listadas. Como uma publicação de quase trinta anos, não surpreende que suas conceituações e sugestões se mostrem datadas e, por que não, questionáveis. O intrigante mesmo é que, ainda hoje, o MP ofereça ao seu visitante um circuito de longa duração muito bem encaixado nas premissas do manual de 1985, como argumento a seguir.

Compreensão dos temas e saberes do circuito do Pavilhão de História do Paraná

O tom do circuito é, acima de tudo, marcado pelo sentido cronológico que conduz o visitante desde 10000 anos antes do presente ao início do século XX. Esta afirmação poderia ser rebatida por uma leitura atenta à porção etnográfica dos grupos indígenas estudados pela

equipe do museu e expostos entre os primeiros agricultores e as navegações da era moderna. Ali, encontra-se a representação de populações como os Xetá conforme viviam e produziam sua cultura material na década de 1950, quando o MP pôde agregar ao seu acervo muitos artefatos obtidos por trocas e compras. Contudo, a inserção desta ‘quebra’ temporal não invalida, a meu ver, a classificação do circuito do *Pavilhão de História do Paraná* como uma narrativa de continuidade do simples ao complexo, pois esta localização dos artefatos etnográficos apenas reforça o posicionamento dos grupos indígenas do século XX mais abaixo na escala evolutiva sutilmente reforçada pela exposição.

Com isso não quero dizer que existam entrelinhas subjacentes ao discurso expositivo do circuito, mas há um texto que, apesar de não aparecer nas etiquetas, é *escrito* pela organização dos objetos em suas vitrines e *lido* pelo corpo que experimenta circular entre elas e dar-lhes sentido. Dessa forma, a opção por apresentar os *primeiros* habitantes do território paranaense chegando a seus prováveis descendentes no passado recente, sempre com o cuidado de não estabelecer relações de ancestralidade que não possam ser cientificamente comprovadas, **antes** de narrar o que se passou nos milênios que os separam, não torna o circuito menos evolucionista, pois esta característica não jaz apenas na cronologia, mas na atribuição de grau civilizacional às culturas em questão. Assim, a entrada no chamado período *moderno* traz, ainda, as populações indígenas que aqui estavam na era pré-colombiana, porém passa a referi-las a partir do olhar do colonizador europeu. O etnocentrismo se instaura de tal forma que, daí em diante, não se vêem mais os indígenas senão como grupos subjugados – de forma pacífica ou não. Em suma, o visitante deixa de vê-los como agentes.

Além disso, mesmo no que diz respeito à história eurocêntrica, o teor linear instaura o encadeamento de fatos em sentido progressista, do século XVI até a atualidade. Dentro da cronologia, a ênfase no militarismo é contundente, o que pode ser atribuído a, pelo menos, dois fatores. O primeiro, mais pragmático, diz respeito ao conteúdo do acervo do setor de história do MP, com uma abundância clara de armamentos e artefatos ligados ao cotidiano militar. No entanto, um acervo não é uma conjunção natural de objetos, mas a materialização de uma proposta, de um conjunto de ideias. Se forem consideradas as práticas historiográficas que delinearam o passado a partir de guerras e conflitos pontuais, aliadas ao acontecimento político, não há estranheza nas preferências que formaram o acervo deste museu desde finais do século XIX. Por outro lado, para além da questão da abundância de material, a carga simbólica deste tipo de acervo é outro fator importante. Um signo de poder, no sentido mais direto da palavra, pode representar tanto o domínio humano sobre outras criaturas quanto o embate de poderio entre culturas em conflito (POSSAS, 2005). Sendo assim, a demonstração de força superior está na referência aos *bandeirantes*, à exploração dos Campos Gerais, à defesa do litoral, aos conflitos regionais do Império e da República nascente. O militarismo conta uma história de grandes feitos e conquistas, com ênfase predominante no vitorioso. Por meio da força, constroem-se os heróis da nação e da formação do território paranaense.

Semelhante destaque recebe o conjunto de artefatos de associação religiosa, em especial a iconografia cristã. É uma cultura material que aparece principalmente em itens da liturgia, mas muitos quadros retratam seus personagens e suas edificações, evocando o pioneirismo no povoamento recente do Paraná. Não há, no entanto, qualquer menção a outras religiosidades, como as africanas, por exemplo. Aliás, os africanos deslocados à América são lembrados tão somente por sua condição cativa, vitimada pela opressão dos grilhões de uma única vitrine. Quaisquer possibilidades de resistência negra e sua vida no mundo do trabalho livre, bem como seus hábitos cotidianos ou contribuições étnicas ficam relegados às exposições temporárias, sem espaço no circuito de longa duração.

O indivíduo branco, do sexo masculino, que predomina absoluto no circuito pertence, em geral, às classes sociais de mais alto poder econômico. O *status* desses sujeitos é demonstrado pela qualidade estética dos objetos expostos, expressões de bom gosto e fino trato. Remeto, por exemplo, ao emprego frequente do termo ‘porcelana’ para designar pratos comemorativos e xícaras que nem sempre se enquadram nesta categoria técnica. Assim como

a louça, outros objetos agem como denotativos da riqueza e do bom gosto de seus proprietários, contribuindo em sua caracterização como figuras importantes da história oficial. Brasões institucionalizam linhagens, medalhas provam que mesmo quando o passado era presente já se reconhecia o valor e a contribuição de determinados sujeitos e o porta-jóias da nobreza encanta os olhos prescindindo de quaisquer outras informações além de dados técnicos.

É dessa maneira, por meio de um discurso etnocêntrico, pautado pelo militarismo, por uma crença religiosa hegemônica e por personagens idealizados que o MP constrói uma identidade paranaense, evocatória dos preceitos do movimento paranista. Um de seus difusores, Romário Martins, imprimiu nas políticas de aquisição de acervo os parâmetros que permitiram a exposição de muitos destes objetos, durante seu longo período como diretor da instituição. Da mesma forma, a escolha do mate como ciclo econômico exemplar do desenvolvimento da província recém emancipada e a recorrência à cultura do tropeirismo completam o ideário do *ser paranaense*. Seriam estes os traços que marcariam uma população que se quer diferente de seus vizinhos geográficos, embora muitos de seus grandes heróis em cena na exposição não sejam naturais deste território. Há, contudo, uma intenção crescente na formação de coleções mais atinentes a uma parcela maior da população paranaense, como as exposições sobre manifestações culturais próprias de algumas regiões têm demonstrado nas salas temporárias. No circuito de longa duração, porém, o rápido vislumbre à cultura material caíçara do litoral paranaense é o que se encontra de mais expressivo neste sentido.

Com um jogo de presença/ausência, inclusão/exclusão, o MP vai, aos poucos, definindo de quem fala (ou, de quem vale a pena falar sobre) e quem marginaliza. A mulher é uma figura de expressão comedida no circuito, presente na música, na educação e nos hábitos da vaidade – em referências da virada do século XIX para o XX. A questão é que ela, singular ou coletiva, inexistente como agente política, bem como o indígena após o início da colonização e o negro, como um todo. A mulher é figura consorte, quase sempre; o índio foi deixado para trás pelo tempo modernizado; e o negro foi vítima e desapareceu depois de liberto pela gentileza aristocrata. Como ruídos, estes exemplos de marginalização no discurso do circuito de longa duração quebram a harmonia de um passado homogeneizado. O problema mais grave, acredito, é que a maneira como a exposição está organizada não dá espaço ao visitante mais desatento exercitar seu pensamento crítico, pois lhe entrega uma história sem arestas, povoada de certezas. A maior ausência de todas no circuito do MP é a do **conflito**. Conflito não enquanto guerra de conquista do território, mas enquanto jogos de tensões que constroem diferentes versões e vivências do passado. Diferentes passados possíveis, enfim.

E, assim, atinjo o cerne da questão – a relação problemática dos saberes disciplinares em cena no circuito. Enquanto o conhecimento proveniente da arqueologia dá início à exposição, a história impera por grande parte do espaço, de maneira que há um corte brusco entre um saber e outro. Sim, há a presença da arqueologia histórica na parte referente ao 'Paraná espanhol', com os muitos fragmentos cerâmicos do período extraídos em sítios cuidadosamente estudados, e um olhar arqueológico histórico pode ser lançado por toda a cultura material nos dois pavimentos, caso se tenha este objetivo. Porém, é inegável que, pelo discurso presente em etiquetas e painéis que informam acerca dos artefatos expostos, ou seja, pelo discurso da própria instituição, o passado mais distante (temporal ou culturalmente) é estudado por uma arqueologia ligada ao fenômeno exótico e não familiar que é a população indígena, objeto da antropologia conforme se aproxima de *nós*. O restante, o que compõe a formação do território atual, familiar e povoado por sujeitos nomináveis, cabe à história, uma disciplina embrenhada de práticas conservadoras.

Com o indígena assimilado, quase completamente, pelos saberes arqueológico e antropológico e com uma história conservadora e excludente, o diálogo disciplinar esbarra em muito mais do que um alinhamento cronológico que dispõe os saberes em sequência. Não há temática comum que permita operar a articulação das disciplinas, pois os argumentos construídos por cada uma delas são distantes e sem relação, como vidas que não se cruzam,

que não tem nada a acrescentar umas às outras. O circuito reflete, enfim, um acervo fatalmente seccionado e conhecimentos entrincheirados em suas barreiras disciplinares.

Considerações finais: os museus podem salvar o mundo?

A pergunta à qual recorro foi elaborada por Lamas (2010) com o intuito de esclarecer a importância dos museus e seus profissionais em reconhecerem as possibilidades e limitações deste tipo de instituição na atualidade. No campo das possibilidades, com uma perspectiva bastante otimista, Lamas elenca as diversas maneiras que um museu pode agir *junto* à comunidade à qual pertence, como uma ferramenta, embora reconheça que seu papel não deva ser confundido com o da educação formal. Ainda assim, é perceptível nas palavras da autora que o museu age como um estimulador à tomada de atitudes, ao posicionamento – logo, nada mais incoerente do que um museu que permanece em situação de neutralidade forçada, por temor à controvérsia.

Ora, deve estar claro, a esta altura do texto, que a posição neutra, embora almejada por muitos, é inalcançável. Sendo assim, assumir o lugar de onde se fala, construí-lo com argumentos, provocar a reflexão e, por que não, causar desconforto, é uma das formas da instituição museu demarcar sua relevância no presente. Brigola (2008) confronta o museu contemporâneo à urgência de um movimento intelectual de renovação teórica, mas, mais do que isso, acredito que seja indispensável uma autocrítica aos próprios modos de construção do passado assumidos pela instituição ao longo de sua história. Isto é, não questiono o envolvimento do MP com novas posturas teórico-metodológicas historiográficas ou arqueológicas, uma sintonia com o que foi sendo desenvolvido no meio acadêmico ao longo do século XX. Porém, a extroversão desta sintonia, o alcance destas novas posturas, novas concepções de ciência, de cultura material, de passado, em relação ao público visitante, ao *leitor* da exposição, foi o ponto de desequilíbrio mais agudo verificado. Persistiu no circuito de longa duração uma *história do Paraná* homogeneizante, excludente e patriarcal, deveras problemática.

Entretanto, os problemas do circuito e a ênfase em determinados temas conservadores não são exclusivos ao caso do MP, como vários autores demonstraram em suas pesquisas. Cito, por exemplo, as observações encontradas em Glezer (2002/2003) a respeito das narrativas do Museu Paulista e do Museu Republicano ‘Convenção de Itu’; a análise do Museu da Inconfidência conduzida por Alves (2009); e a abordagem do Museu Arqueológico de Xingó realizada por Ribeiro (2012). É possível estabelecer uma série de paralelos aos problemas levantados na análise do circuito do MP, tais como a disposição linear, a ausência de conflito e o descompasso entre pesquisa e exposição. Contudo, a frequência com que se encontram estas situações em diferentes museus por todo o país não deveria servir como justificativa à manutenção destas posturas.

Os autores citados ilustram, também, o mérito presente neste tipo de estudo, visto que ao almejar a transformação do museu em espaço de debate o espaço em si deve estar apto a ser alvo de questionamentos que visam aprimorá-lo. Neste sentido, comparações acerca das escolhas expositivas são interessantes, mas é preciso compreendê-las no âmbito do próprio museu estudado. No circuito de longa duração do MP, o movimento paranista é um eixo importante no entendimento dos recortes narrativos, bem como uma historiografia nacional de cunho político e militarista. Esta percepção contribui para o estudo da gênese deste museu, para sua particularização diante de seus congêneres, e pode mesmo vir a ser um tema explorado em exposições futuras. Isto porque não é necessário apagar toda a história do Museu Paranaense para torná-lo coerente junto às propostas contemporâneas da consciência social museológica, mas repensá-la como elemento de interesse em novas formas de construção e uso do passado. Assim, concluo com a compreensão de que não, os museus não podem salvar o mundo. Os museus podem, sim, proporcionar inspiração e estímulo às pessoas, as verdadeiras responsáveis por quaisquer mudanças que venham a ocorrer. Dessa

forma, a instituição museu continua dotada de função especial, responsável pela construção de passados possíveis e pela reflexão sobre o presente.

Referências

ALVES, R. S. Historiografia e museografia no Museu da Inconfidência: memória e narrativa. **Nossas letras na história da educação**: anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP, Mariana, MG, 2009.

BITTENCOURT, J. N. Os museus de história têm futuro? **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, 2002, p. 277-292

BRIGOLA, J. C. A crise institucional e simbólica do museu nas sociedades contemporâneas. In: CHAGAS, M. S.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (org.) **A democratização da memória**: a função social dos museus ibero-americanos. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 27-34

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

FOUCAULT, M. Espaço e poder. Entrevista a Paul Rabinow. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 23, 1994, p. 139-145

GLEZER, R. Um museu para o século XXI: o Museu Paulista e os desafios para os novos tempos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 10/11, p. 9-21, 2002/2003.

GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.

KERSTEN, M. S. A.; BONIN, A. A. Para pensar os museus, ou 'Quem deve controlar a representação do significado dos outros?'. **Revista MUSAS**, n. 3, 2007, p. 117-128

LAMAS, M. Lost in the supermarket – the traditional museums challenges. **Cadernos de Sociomuseologia**, vol. 37, 2010, p. 43-57.

MORALES, M. H. L. B. Quem escolhe o passado? Entre o discurso político e a neutralidade científica. **Anais do Congresso Internacional de História** (CD-Rom). Maringá: UEM/PPH/DHI, 2011. v.5. p. 1428 – 1436

MUSEU PARANAENSE. **Como montar um museu**: planejamento de exposições. Curitiba: Imprensa Oficial, 1985.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28

PEIXOTO, A. M. C. A imagem como fonte na pesquisa em História da Educação. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.) **Museus**: do gabinete de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 203-219

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidade e a história nacional. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.) **Museus**: do gabinete de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 151-162

POULOT, D. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RAMOS, F. R. L. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RIBEIRO, D. L. **A musealização da arqueologia**: um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese (doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, M. S.; CHAGAS, M. S. A vida social e política dos objetos de um museu. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 34, Edição comemorativa dos 80 anos de fundação do Museu Histórico Nacional, 2002, p. 195-220

O acervo fotográfico do Memorial do Colégio *Sevigné* em Porto Alegre/RS: apontamentos de pesquisa

Rita Magueta¹³⁶

Resumo

Nas últimas edições nos principais eventos do campo da História da Educação, o patrimônio educativo tem sido discutido a partir de pesquisas que analisam a arquitetura escolar, os acervos museológico e arquivístico, como forma de problematizar o cotidiano das escolas em uma perspectiva histórica. Fruto deste contexto, esta pesquisa compõe parte da dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como destaque do presente artigo, a apresentação de trabalhos no campo da História da Educação que refletem sobre museus escolares e pedagógicos. Apresenta o caso do memorial do Colégio *Sevigné*, em Porto Alegre/RS. Permeia esta análise os conceitos de lugares de memória de Nora (1993), documento /monumento desenvolvido por Le Goff (2012) e imagem/monumento, imagem/documento de Mauad (1996) para enfatizar a musealização do acervo fotográfico, e, principalmente, dos álbuns fotográficos da instituição.

Palavras-chave: Memorial do Colégio *Sevigné*; fotografia; lugares de memória; álbum fotográfico.

Considerações Iniciais

A proposta inicial deste texto é refletir sobre a musealização das fotografias do acervo do memorial do Colégio *Sevigné*, em Porto Alegre. Por tratarmos do patrimônio educativo, discussão implementada, sobretudo no campo da História da Educação, entendemos como fundamental apresentar algumas das principais pesquisas a respeito dos museus escolares e pedagógicos, numa tentativa de vislumbrar o alcance da temática em âmbito acadêmico. A escolha foi pautada por pesquisas com destaque e relevância ao campo, bem como por produções atuais. Há ainda outros trabalhos que relacionam, por exemplo, a arquitetura escolar, a história de instituições¹³⁷, entre outros motes de pesquisa no horizonte patrimonial, os quais não fazem parte deste ensaio.

Entre os estudos de destaque acerca da temática discutida por esta pesquisa, ressaltamos o livro de Maria Helena Camara Bastos, *Pro patria laboremus*, em que a autora analisa o trabalho do republicano Joaquim José de Menezes Vieira para a educação brasileira. No capítulo *Pedagogium: templo da modernidade educacional republicana brasileira (1890-1919)*, (BASTOS, 2002) em especial, explora a experiência do *Pedagogium* nacional, dirigido por Menezes Vieira entre 1890 a 1896. Criado por Benjamin Constant, o *Pedagogium* foi um museu pedagógico pensado como símbolo republicano da modernidade nacional na área da educação, cogitado como centro impulsionador das reformas educacionais deste período, e principalmente, como meio de oferecer instrução ao professores públicos, divulgando o método de ensino primário conhecido como Lição de Coisas e materiais de ensino modernos. A autora tece seu texto associando a criação dos museus pedagógicos e escolares da Europa à campanha para a criação do Museu Educacional Brasileiro, que ambicionava demonstrar a modernidade social do país, e, ao mesmo tempo, a implantação de um projeto educacional republicano. Já o Museu Escolar Nacional, antecessor ao *Pedagogium*, foi criado em 1883 após o encerramento da Exposição Pedagógica. Neste local foram realizados eventos expositivos, com a publicação de um catálogo da coleção, contudo, segundo Bastos (2002) o debate em torno de um museu pedagógico nacional persistia, marcando boa parte das décadas de 1870 e 1880, até a implementação do *Pedagogium*.

¹³⁶ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de pesquisa História, Memória e Educação. ritocamagueta@yahoo.com.br

¹³⁷ Como exemplo o livro *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha / RS: memórias e histórias (1858 - 2008)* (BASTOS, 2013) sobre o Colégio Farroupilha, em Porto Alegre.

O trabalho de Diana Vidal está relacionado ao acima exposto. Em seu artigo *‘Museus pedagógicos e escolares: inovações pedagógicas e cultura material escolar no Império Brasileiro’* (VIDAL, 2012) discute a gênese do museu escolar e pedagógico brasileiro a partir da análise da Primeira Exposição Pedagógica, realizada em 1883, como vitrine de inovações pedagógicas do período imperial. Entre as repercussões, Vidal destaca a criação do Museu Escolar Nacional, inaugurado no mesmo ano, em que reunia o acervo da extinta exposição. Para a autora, esta situação estava relacionada à criação de museus escolares em diversos países ocupados com as inovações pedagógicas e cultura material escolar. Vidal enfatiza entre as inovações pedagógicas a introdução do método intuitivo, também conhecido como Lições de Coisas, aliando à utilização de objetos (meios) visando à aprendizagem através do manuseio e contemplação, logo, dos sentidos. Por esta ocasião, a autora denominou tal prática de ‘pedagogia do olhar’. No panorama apresentado, Vidal tem o cuidado de rediscutir a historiografia referente ao Império e a República a respeito da educação. Em suas preocupações de caráter teórico, a autora reconhece a criação dos museus e suas relações com o saber positivista. Já sobre o caráter metodológico, defende a necessidade de ligação entre a escola e o social, ou seja, indo além do olhar interno das escolas, enlaçando os níveis micro e macro das interpretações.

Como dito anteriormente, a medida dos anos, o tema dos museus escolares vem compondo, de forma crescente, estudos na História da Educação, aliando este campo as pesquisas sobre patrimônio. Desta forma, destacamos duas dissertações de mestrado em Educação, que alicerçam significativos apontamentos à temática. Entre elas a dissertação *‘Os museus escolares na primeira metade do século XX: sua importância na educação brasileira’* (POGGIANI, 2011) de Ana Maria Lourenço Poggiani. Seu trabalho aborda o contexto histórico de criação dos museus escolares no Brasil, a experiência do *Pedagogium* e as ideias educacionais republicanas. Discute o Código da Educação do Estado de São Paulo, base dos escolanovistas, apontando três tipologias de museus: Museu da Classe, Museu da Escola e Museu Central, bem como a especificidade de cada instituição. Inspirada neste documento surge à experiência da professora Leontina Silva Bush na instituição do Museu Didático, explorada pela autora. Bertha Lutz, museóloga do Museu Nacional, é outro destaque de sua análise. Os relatos de visitas pedagógicas de Bertha a museus dos Estados Unidos deram origem ao livro *“A função educativa dos museus”* em que apresenta importantes constatações sobre museus modernos, e divulga o pensamento que une museus e escolas. Reúne ainda, a nomenclatura encontrada na documentação pesquisada e aponta Museu de História Natural, Museus Escolares e Museu Pedagógico como as mais recorrentes.

No mesmo contexto destacamos a dissertação de Marília Gabriela Petry *‘Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina’* (PETRY, 2013). A autora realizou uma análise histórica documental que permitiu o mapeamento das escolas primárias com foco em sua organização e sua composição material, entre 1911 a 1952, no Estado de Santa Catarina. O grande realce da dissertação de Petry (2013) se encontra na discussão do termo museu escolar. A autora apresenta seis aproximações ao termo a partir das diferentes referências encontradas por ela na documentação analisada. Assim foram descritos: os Museus pedagógicos e escolares, o Museu Escolar Brasileiro, o museu como armário em madeira que auxiliava a guarda dos objetos para a lição das coisas, o museu dentro da sala de aula, o museu como espaço físico – os gabinetes, por exemplo - e por último, especialmente no caso catarinense, o museu transformado em Associação Auxiliar da Escola. Com isso, a autora alerta ao fato da nomenclatura Museu Escolar ser polissêmica, na medida em que varia de sentido dependendo do contexto.

O Colégio e o Memorial Sevigné

Ao percorrer os trabalhos acima, percebemos que a cultura material tem sido um mote de pesquisas nas últimas décadas, principalmente no que tange os museus escolares e pedagógicos. A discussão sobre o acervo fotográfico do Colégio *Sevigné*, contudo, é fruto desse

contexto. Neste momento, portanto, sugerimos a mirada para o memorial desta instituição privada da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, localizada no centro histórico da urbe. Seus fundadores são um casal francês residente na cidade, Octavio Courteilh, Agente Consular, vinculado ao Ministério de Instrução Pública e de Belas-Artes da França, e sua esposa Emmeline Courteilh¹³⁸. Nomeado para homenagear a Marquesa *Marie de Rabutin Chantal*¹³⁹, conhecida como Madame *Sevigné*, escritora francesa do século XVII. (WERLE, 2005; 2008), o início dos trabalhos na instituição data do dia 1º de setembro de 1900.

O colégio se constituiu inicialmente como um estabelecimento voltado à instrução feminina, e oferecia o curso elementar e superior, ao mesmo tempo, oferecia “[...] o curso de primeiras letras e o de preparação para os exames de professor que eram prestados na Escola Normal”. (WERLE, 2005, p. 623). Proporcionava a opção de internato e semi-internato e passou a ser colégio misto, recebendo meninos e meninas, apenas na década de 1970.

Este pequeno contexto nos auxilia a compreender a formação do memorial da instituição. Datado de novembro de 1991, o projeto “Memória Sevigné”, de autoria da museóloga Maria da Graça Aquere Aikin, apresenta concepções de museu, museologia e memória, e vislumbra as formas de aquisição do acervo, a necessidade de entrevistas de história oral, bem como de outras necessidades, entre elas as financeiras. Percebemos que a proximidade das comemorações do centenário da escola, nos anos 2000, acentuou o desejo de organização de um lugar de memória, que nas palavras de Nora (1993, p. 7) são “[...] lugares onde a memória se cristaliza e se refugia [...]”, conservando patrimônio frente a um passado que, como fenômeno contemporâneo, assim se torna de forma cada vez mais rápida. Nesta verdadeira trama entre a memória e a história, o projeto previa a aquisição de objetos dentro da comunidade do *Sevigné*, qual seja a escola, a congregação das irmãs de São José, a Associação Madre Augusta (A.M.A.) de ex- alunas na instituição e a Associação de pais e mestres do Colégio *Sevigné*. O documento indica, também, a elaboração do termo de doação, o projeto de utilização do espaço, regimento interno e fichas de catalogação.

Na ocasião da inauguração da sala, houve uma cerimônia que compreendeu a benção das instalações. Podemos dimensionar a importância simbólica de tal comemoração, a partir, também, de outros materiais confeccionados para o festejo, como folder, agenda e revista comemorativa.

Atualmente, o Memorial do Colégio *Sevigné* abriga um acervo com grande quantidade de objetos que pertenceram ao cotidiano escolar, administrativo e religioso da instituição, categorias denominadas através da observação visual no acervo. Destacamos as carteiras escolares, globos, livros, cartilhas, cadernetas de alunos, flâmulas, troféus, medalhas, entre outros objetos pertencentes às atividades escolares; as canetas tinteiro, mata-borrão, escrivania, telefone e outros utilizados pelas gestoras e demais responsáveis pela direção da escola; e bíblias, imagens e quadros de figuras sacras, túnicas, estola, cálices, enfim, objetos litúrgicos que caracterizam a relação da instituição com a igreja católica. Outras categorias de artefatos em menor quantidade são os objetos de uso médico, pertencentes à época em que havia atendimento às alunas na instituição, louçaria, cristaleiras e armários utilizados pelas irmãs e internas no cotidiano do internato. Durante a implantação do memorial, a equipe organizadora descreveu o acervo e criou tanto um livro tombo, quanto um inventário. No entanto, a origem das peças não está identificada nestes materiais.

Na sala do memorial, somos surpreendidos com grandes painéis de madeira, ricamente adornado, com fotografia de alunas formandas, diretora, paraninfo, das décadas de 1930 e 1940. O restante do acervo está disposto em cristaleiras antigas de madeira, e outros

¹³⁸ No histórico do regimento escolar, com data provável de 1958, Werle (2002) expõe que tanto a fundação quanto a direção ficavam a cargo do Monsieur Octavio Courteilh. Contudo a documentação encontrada por Werle, ora expõe um, ora outro como fundador ou mesmo diretor da instituição.

¹³⁹ Marie de Rabutin Chantal nasceu em Paris, no ano de 1626. Destacou-se na corte francesa, entre outros aspectos, por seu estilo epistolar (WERLE, 2002).

armários antigos pertencentes ao cotidiano escolar, que, depois de restaurados, exibem grande parte dos objetos. A maioria dos artefatos expostos possui identificação, com pequenas placas com etiquetas, o que dá aparência de um acervo cuidadoso ao olhar do público. Entretanto, o espaço há algum tempo não é utilizado, e permanece trancado na maior parte do período letivo.

Há, também, uma expressiva quantidade de fotografias avulsas e álbuns, não somente os de fotografia. Nesse sentido, o relato de ex-alunas explica que a prática de confeccionar os álbuns tinha como objetivo deixar lembranças de sua passagem na escola (WERLE, 2002). Assim, são constituídos por manuscritos, desenhos, poesias, reportagens, cartões postais, elaborado por alunas e religiosas.

Ao iniciarmos o reconhecimento do acervo, e nele as fotografias que restaram, avistamos o que do passado fora escolhido, selecionado para sobreviver ao presente. Esta operação sobre os materiais da memória, segundo Le Goff, se apresenta de duas formas “[...] os monumentos, heranças do passado, e os documentos, escolha do historiador”. (LE GOFF, 2012, p 510). Baseada nessas premissas, todavia relacionada ao campo da construção do conhecimento a partir do documento fotográfico, Mauad (1996) analisa a fotografia enquanto uma mensagem elaborada através do tempo. Assim, para a autora, a mensagem fotográfica se apresenta “[...] tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, [...]”, mas também, “[...] como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado.” (MAUAD, 1996, p. 74). Mauad (1996) complementa que no primeiro caso (imagem/documento) devemos considerar a imagem como índice, ou seja, uma marca de materialidade passada, que informa determinados aspectos desse passado a partir dos objetos, pessoas e lugares. Ao passo que no segundo caso (imagem/monumento) a fotografia é um símbolo, quer dizer, nas palavras da autora:

[...] aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão do mundo. (MAUAD, 1996, p. 85/86)

Nessa trama exposta por Le Goff e ratificada por Mauad, entretanto, numa tentativa de refletir sobre o projeto ‘Memória Seigné’ apresentado acima, evidenciamos a manifestação das escolhas da equipe expressas nas ações de identificação e de descarte das imagens do acervo. Acerca dos álbuns, presumiam avançar com sua organização a partir das fotografias já identificadas. Deste modo, ao que tudo indica, a intervenção nos documentos fotográficos antecede o projeto do memorial, pois em determinado trecho do projeto a equipe cogita ‘continuar o trabalho realizado no ano anterior’. É nesse sentido que tais ações contribuem à discussão acima empreendida em que as fotografias da escola passam de monumento para documento.

Já o caderno de registros manuscritos da intervenção do memorial, chamado pela equipe de diário, iniciado em 1999 e descrito até o ano de 2002, alude constantemente ao trabalho de identificação de fotografias. Também indica a devolução de fotografias da A.M.A. e do Grêmio Estudantil Seigné (G.E.S.), entre outros empréstimos. Nestes casos a providência referida era a cópia das imagens, e, posteriormente, a devolução do material, como descrito no trecho: ‘Dr^a. Geny trouxe um álbum de fotos da Luciana. Fiquei com 02 fotos para copiar’. Porém, não deixa explícito, por exemplo, a forma utilizada para a cópia das imagens. Tais registros informam também o recebimento de fotografias, e citam seus doadores, contudo não foi localizado, até o momento, nenhum termo de doação no acervo da instituição.

A partir deste diário, há referencia de catalogação de álbuns e a contagem de imagens. A equipe também elaborou e preencheu fichas de fotografias, acondicionou as imagens avulsas em envelopes e pastas salvaguardadas posteriormente em um arquivo de aço. Outra ação empreendida que chama a atenção ao mote deste trabalho é a existência de álbuns fotográficos entre os anos 1940 e 1970, aproximadamente, bem como fotografias contemporâneas na instituição. Ações que, de certa forma, compreendem a formação do acervo fotográfico do memorial pela equipe responsável por sua intervenção. Isto porque,

alçada ao estatuto de documento, a fotografia tem potencial à preservação, e pode se tornar um objeto de museu. Partindo do ponto de vista museológico, o processo de musealização significa

[...] a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57)

Este estatuto de objeto de museu, porém, não é apenas a migração de um objeto aos limites do museu, ou mesmo, “um objeto de museu não é somente um objeto em um museu.” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57). O processo de musealização é mais complexo, em que o artefato assume outros papéis quando inserido nestas instituições. Assim, o objeto torna-se evidência material ou imaterial, referente ao homem e ao meio, bem como se torna fonte de estudos e de exibição, compondo assim uma realidade cultural específica. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013)

Ao abordar o museu e seu acervo, Meneses exemplifica que

No museu nos defrontamos com objetos enquanto objetos, em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado. Objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias). (MENESES, 1994, p. 12)

Para complementar este entendimento, nas palavras de Possamai, (2001, p. 9) “coletar, registrar, catalogar, classificar, fotografar e submeter o objeto aos procedimentos de conservação e restauração marcam a mudança do estatuto do objeto comum em *peça de museu*”. Deste modo, o acervo de um museu, nos proporciona observar o passado partindo para isso dos documentos nele conservados, porém não mais com valor de uso, e, sim como peça de museu, informando acerca dos fenômenos sociais.

Considerações Finais

Compõe o panorama acadêmico atual, profusas pesquisas em História da Educação que se originam de artefatos culturais salvaguardados em locais favoráveis à sua conservação, sejam em instituições ou através de guarda particular. Do mesmo modo, os museus são objetos de estudos em diferentes campos. Em sua primeira parte, este artigo evidenciou trabalhos com destaque à temática museu escolar e pedagógico, como artifício para proporcionar uma ínfima dimensão da discussão em âmbito acadêmico a respeito do patrimônio educativo. Esses museus escolares e pedagógicos apresentados evidenciam que num primeiro momento, final do século XIX e início do XX, as ações de patrimônio e memória não estavam em voga. Tais instituições estavam ligadas a divulgação de propostas metodológicas e auxílio as professoras. Por outro lado, o Memorial do Colégio *Sevigné* formado no final do século XX, em um contexto institucional de celebração do centenário, está imbuído de vontade de memória, e, de certa forma, aproximado das noções de museus na contemporaneidade.

Percebemos essas dimensões, principalmente sob a luz das informações observadas no projeto intitulado ‘Memória Sevigné’ e diário da intervenção, e podemos afirmar que a gênese do memorial da instituição remonta à década de 1990, com ações de recolha e organização dos objetos dispersos pela escola e comunidade escolar. Esta ação, como vimos, está diretamente ligada à construção do espaço de memória da instituição para comemoração de seu centenário. Aliado as questões simbólicas expressas na concepção de lugares de memória cunhadas por Nora, no entanto, percebemos que o memorial está atualmente sem uso, sem apropriação por parte dos atuais alunos da instituição, ou mesmo dos ex-alunos, e permanece fechado ao público, sem equipe responsável por sua manutenção, literalmente uma sala cristalizada no tempo.

Sobre o acervo fotográfico, este artigo propôs compreender a musealização das imagens, ou seja, a forma com que as fotografias passaram à peça de museu, com novos usos e funções, na dimensão das pesquisas, mas também na tensa relação entre a memória e a história. As imagens, compreendidas como marcas da materialidade do passado, estão conservadas no memorial, entretanto este texto não teceu reflexões sobre a potência da análise de documentos fotográfica, questão a ser explorada em futuras pesquisas.

Referências

BASTOS, M.C.. *Pedagogium: templo da modernidade educacional republicana brasileira (1890-1919)*. In: _____ *Pro patria laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 251-350.

BASTOS, M.C. et al. (Org). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha / RS: memórias e histórias (1858 - 2008)*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2013.

DESVALLEES, A.; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEITE, M.M. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 3.ed. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2001.

MAUAD, A.M. Através das imagens: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acesso em 23 jan. 2014.

MENESES, U.T.B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. v. 2, p.9-42, jan./dez. 1994.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n 10, São Paulo, dez 1993.

PETRY, M.G. *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

POGGIANI, A.M.L. *Os museus escolares na primeira metade do século XX: sua importância na educação brasileira*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2011.

POSSAMAI, Z. *Nos bastidores do Museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

VIDAL, D. Museus pedagógicos e escolares: inovação pedagógica e cultura material escolar no Império Brasileiro. In: *História e historiografia da educação ibero-americana: projetos, sujeitos e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet – Fapesj – SBHE, 2012. p. 197-211.

WERLE, F. (Coord.). *História institucional: Colégio Seigné*. São Leopoldo: FAPERGS, 2002. CD-ROM.

_____. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, set./dez. 2005. p. 609-634.

_____. Colégio Seigné e o Curso Complementar. In: TAMBARA, E.; CORSETTI, B.. *Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul*. vol. 2. Pelotas: Ed. UFPEL, 2008. p 159-192.

Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME): ações de preservação da memória e história da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Tatiane Vedoin Viero¹⁴⁰

Eduardo Arriada¹⁴¹

Resumo

Este trabalho, originado de uma pesquisa em fase desenvolvimento, tem por objetivo refletir sobre as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME) em relação à preservação da memória da FURG, com base nas noções de lugares de memória do historiador Pierre Nora e memória coletiva de Maurice Halbwachs. Até o momento, foi utilizada como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica. O NUME foi oficializado como museu em 17 de dezembro de 1999, vinculado à antiga Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE). O NUME hoje possui um importante acervo histórico-educativo que é resultado de doações de servidores ativos e aposentados, bem como da comunidade rio-grandina. Desse modo, consolida-se como um relevante lugar de memória para a FURG, preservando a sua história, além de constituir-se em um espaço educativo permanente de ensino, pesquisa e extensão, tanto para a comunidade interna quanto externa.

Palavras-chave: Museu histórico. Memória institucional. Lugar de memória. Preservação da memória.

Introdução

Em meados do ano de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande, visando dinamizar o projeto de criação da primeira instituição de ensino superior da cidade, a Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande. Isso se justificava pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que já existia em Rio Grande na época.

Até o ano de 1961, a Escola de Engenharia Industrial teve seu funcionamento autorizado, reconhecido e federalizado. A Fundação Cidade do Rio Grande adquiriu o terreno e providenciou a construção do prédio próprio para esta escola, no local onde atualmente está instalado o Campus Rio Grande do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Assim, novas necessidades já impulsionavam o surgimento de outras unidades de ensino superior, havendo sido criadas também a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande e a Faculdade de Medicina.

A FURG foi criada oficialmente em 20 de agosto de 1969, através do Decreto-lei nº. 774, que autorizou o seu funcionamento como Universidade do Rio Grande (URG). Em 21 de outubro de 1969, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como uma entidade mantenedora da URG. Seu primeiro Reitor foi o Professor Adolpho Gundlach Pradel. Pelo decreto-lei de sua criação, só poderiam se integrar a ela cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Atualmente, denominada Universidade Federal do Rio Grande (FURG), essa instituição de ensino superior possui como missão “promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade socioambiental”¹⁴² (FURG, 2013, p. 18).

¹⁴⁰ Doutoranda do PPG em Educação da Universidade Federal de Pelotas, tatianeviero@yahoo.com.br

¹⁴¹ Docente do PPG em Educação da Universidade Federal de Pelotas, earriada@me.com

¹⁴² Catálogo Geral – vol. 17– Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande –FURG, 2013. Informações gerais. Universidade Federal do Rio Grande – FURG Os dados para a elaboração deste Catálogo têm como base o 1. semestre de 2013. Disponível em <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000362.pdf>>.

Em 1994, quando da passagem dos 25 anos de fundação da FURG, surge o projeto de extensão denominado Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos, com o objetivo de resgatar e preservar a memória da universidade.

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre as ações desenvolvidas pelo NUME em relação à preservação da memória da FURG, com base nas noções de lugares de memória do historiador Pierre Nora e memória coletiva de Maurice Halbwachs. O trabalho justifica-se pela relevância do NUME como um lugar de memória para a universidade e para a comunidade, assim como por acabar se constituindo em um espaço educativo que possibilita atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Referencial teórico

Sobre a memória, Nora (1993) salienta a diferença entre esta e a história. Para o autor, tudo opõe uma à outra:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p. 9)

Para Pollak (1992), a memória possui alguns elementos constitutivos, sendo os acontecimentos vividos individualmente pela pessoa e os acontecimentos vividos “por tabela”, que são os acontecimentos vividos pelo grupo, pela coletividade a qual a pessoa sente pertencer. Juntam-se a esses acontecimentos vividos por tabela “todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 02).

A memória, segundo o teórico, também se constitui de pessoas, personagens e lugares. Personagens encontradas no decorrer da vida, frequentadas por tabela, indiretamente, mas, que se transformaram quase em conhecidas e ainda personagens que não pertenceram necessariamente ao tempo-espaço da pessoa.

Desse modo, a memória apresenta-se fortemente ligada à identidade:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5)

Halbwachs (1990) faz referência à memória coletiva enquanto a evocação de um acontecimento que teve lugar na vida do grupo e que se considerava e ainda considera no momento em que é lembrado, do ponto de vista desse grupo. Porém, a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças, e nada prova que as noções e imagens extraídas dos meios sociais que fazemos parte e que intervêm na memória não cubram, como acontece com uma tela de cinema, uma lembrança individual, mesmo quando não a percebemos.

A esse respeito, discorre Nora (1993, p. 9):

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Portanto, a memória individual, a memória coletiva e a identidade, se mesclam no processo de empoderamento e significação dos sujeitos envolvidos, reconstruindo eventos,

acontecimentos que fizeram e fazem a parte da história social de um grupo, de um povo, de uma instituição etc.

Para Nora (1993), a curiosidade pelos lugares de memória está ligada a esse momento particular da nossa história. É um momento de articulação onde nossa consciência de ruptura com o passado confunde-se com o sentimento de memória fragmentada, mas onde esses fragmentos despertam ainda uma memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. Nesses lugares de memória, o sentimento de continuidade torna-se residual. Existem os lugares de memória porque já não existem mais os meios de memória. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8).

Os lugares de memória podem constituir-se também em locais subjetivos para cada pessoa ou grupo, conforme define Pollak (1992, p. 2-3):

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que podem ser uma lembrança pessoal, mas também podem não ter apoio no tempo cronológico. Podem ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.

Para Nora (1993), os lugares de memória secretam, vestem, estabelecem, constroem, decretam e mantêm pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões de eternidade. Para que haja um sentimento do passado, é preciso que ocorra uma lacuna entre o presente e o passado, que apareça um “antes” e um “depois”.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13)

Logo, torna-se possível depreender a compreensão de que os lugares de memória, a exemplo dos arquivos e museus, sejam incorporados enquanto materialidade da memória, e os relatos orais, as lembranças coletivas ou individuais enquanto memória imaterial. Observemos, porém, que ambas as formas complementam-se e, por isso, precisam ser recuperadas conjuntamente.

Caminhos metodológicos

Por se tratar de uma pesquisa em fase de andamento, utilizam-se como metodologia a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Na pesquisa documental, estão sendo utilizados documentos que não tiveram um tratamento, tais como fotografias e documentos oficiais (SEVERINO, 2007). Até o momento, foram pesquisados documentos oficiais da FURG: atas, resoluções, portarias, plano político pedagógico do curso de Arquivologia, regimento geral, regimento da reitoria e catálogos.

O historiador/pesquisador, no seu percurso historiográfico, utiliza-se das mais variadas fontes, entre elas, as documentais. Nesse sentido, Le Goff (1990) defende que o historiador não deve se distinguir de outros cientistas; ele deve trabalhar em seus documentos assim como o matemático trabalha em seus cálculos, e o físico e o químico em suas experiências.

Além disso, o estudioso afirma que o documento não é um material bruto, inocente, mas que exprime o poder da sociedade sobre o passado e o futuro.

Os documentos abrangem a palavra, o gesto; juntamente com a história cultural, nasceu a história das representações, assumindo formas diversas, como a história das ideologias e a história das mentalidades, as quais permitem tratar tanto documentos artísticos e literários quanto documentos históricos de pleno direito, respeitando a sua especificidade. “Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser ‘definitivamente passado’” (LE GOFF, 1990, p. 26).

Sobre a pesquisa bibliográfica, o presente trabalho a entende como aquela que é realizada a partir de pesquisas anteriores, como livros, artigos e teses, de modo que os textos tornam-se fontes do tema pesquisado (SEVERINO 2007). Em relação à pesquisa bibliográfica aqui empreendida, o trabalho possui como fonte principal as obras “Entre memória e história: a problemática dos lugares” de Pierre Nora e “A memória coletiva” de Maurice Halbwachs.

Futuramente, pretende-se aprofundar a utilização do recurso metodológico da história oral, considerada uma metodologia de pesquisa, surgida em meados do século XX, posteriormente à invenção do gravador e da fita, consiste de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas do passado e presente. As entrevistas têm o seu contexto de produção nos projetos de pesquisas, que possibilitam quem entrevistar, o que e como perguntar e o destino da fonte produzida. Assim, a história oral permite “histórias dentro da história” ampliando as possibilidades de interpretação do passado (ALBERTI, 2011).

Portanto, propõe-se a realização de entrevistas com sujeitos que vivenciaram a criação e a história do NUME; por exemplo, o presidente do Museu, o Pró-reitor de Planejamento e Administração e demais professores, funcionários, alunos, entre outros que no decorrer da pesquisa possam ser “descobertos” como participantes do período e contexto estudado. Pois, conforme Triviños (2013), as ideias expressas durante a entrevista depois de analisadas e interpretadas podem recomendar a realização de novas entrevistas com a mesma e/ou outras pessoas. As entrevistas terão o objetivo de complementar as outras fontes que serão utilizadas no estudo.

O Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME): preservando a memória e história da FURG

Em relação ao Museu NUME, segundo relatos orais de alguns servidores da universidade, entre ativos e aposentados, por volta das décadas de 1960 a 1990, como não havia um arquivo geral na universidade nem muitas vezes o conhecimento específico acerca da gestão documental, muitos documentos foram extraviados ou eliminados. Isso acarretou em uma lacuna na memória da FURG em termos documentais. Hoje, muitos fundos documentais, que “abarcam documentos gerados/recebidos por entidades físicas ou jurídicas necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justifiquem a sua existência mesma, descartando-se assim, a caracterização de coleção” (BELLOTTO, 2006, p. 129 e 130), encontram-se com tais lacunas e dispersos. No entanto, alguns servidores, mesmo sem o conhecimento específico, compreendiam a importância de tais documentos e fizeram o possível para preservá-los. Caso contrário, muitos mais poderiam ter sido perdidos.

Dessa forma, em 1994, quando da passagem dos 25 anos de fundação da FURG, instituiu-se a “Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da Universidade Federal do Rio Grande”, ligada ao Gabinete do Reitor e presidida pela professora Irani Barlem Círia. No mesmo ano, as professoras Nilza Rita Fontoura e Lília Maria B. Hartmann responsabilizaram-se pela execução do projeto de extensão denominado “Núcleo de Memória da URG”, com objetivo de resgatar a memória da universidade, por ocasião dos seus 25 anos.

O período de execução do projeto acima referido foi de janeiro a junho de 1994. Em 20 de agosto de 1994, o Núcleo de Memória passou a denominar-se “Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos”, devido à liderança do engenheiro para que a universidade fosse fundada. Francisco Martins Bastos foi o primeiro presidente da Fundação Cidade do Rio Grande (fundada em 1953 e mantenedora da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande), de 1953 a 1987, e recebeu o título de Honorífico concedido pelo Conselho Universitário em 01 de julho de 1971.

Após a comemoração dos 25 anos da FURG em 1994, o projeto foi interrompido, havendo sido reativado somente em 1999, desta vez pela passagem dos 30 anos de fundação da universidade. Mais uma vez, institui-se uma nova comissão, denominada “Subcomissão do Núcleo de Memória”, coordenada pela professora Aída Luz Bortheiry Meirelles por iniciativa da então Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE). Desenvolveram-se atividades dentro de um novo projeto de extensão, consolidando-se como uma atividade permanente de extensão, pesquisa e ensino. Em 17 de dezembro de 1999, consolida-se como um órgão ligado a PROACE. Em 07 de janeiro de 2000, o NUME foi inaugurado na sala 19 do Campus Cidade.

Em 20 de agosto de 2001, o NUME instalou-se em nova sede (sede atual), onde funcionou a Reitoria da FURG dos anos 80 a 2001, também no Campus Cidade (atual Campus Rio Grande do IFRS). “Logo após a reativação do NUME, verificou-se a necessidade de criação de um espaço próprio dentro da universidade para recolher a maior parte dos documentos no campo intelectual e para que as pesquisas sobre a história da universidade fossem realizadas” (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 198).

Em 06 de dezembro de 2002, o NUME teve seu regimento aprovado pelo Conselho Universitário. Neste mesmo ano, o NUME foi cadastrado no Sistema Estadual de Museus/SEM e no Guia de Museus/RS e, posteriormente, em 2006, no Sistema Nacional de Museus e no Ano Ibero-americano de Museus – Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento em 2007.

A visão do NUME é registrar a trajetória institucional, homenageando ao passado e àqueles que nos antecederam e contribuindo para o impulso renovador na busca da qualidade e de novos horizontes para a universidade. A sua missão é resgatar, preservar e divulgar a história da universidade, construindo uma visão coerente do seu desenvolvimento, através da integração entre servidores ativos e aposentados, acadêmicos, graduados e pós-graduandos e comunidade geral.

O NUME, ao longo de sua existência, além de materiais de divulgação do próprio Museu como folders, cartazes e banners, já elaborou os seguintes livros didáticos: “Os museus: espaços de ensino, pesquisa, arte, cultura e lazer” para o público adulto e “Um dia no museu” para o público infantil. Ademais, o Museu já realizou diversas publicações sobre a história institucional da FURG, mesas-redondas e gravação de entrevistas, igualmente sobre a história da Universidade.

Sobre o acervo do Museu, sua tipologia compreende “a história universitária e produção acadêmica da comunidade universitária” (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 221). A abrangência do acervo reúne:

Informações relevantes e materiais (projetos, relatórios, teses publicações, mapas, jornais, fotos, quadros, placas, objetos de uso pessoal, equipamentos e móveis) que documentam a história da FURG desde as primeiras faculdades na década de 50 até os dias atuais, ressaltando o ser e o fazer das lideranças que possibilitaram que a universidade se tornasse uma realidade bem como a interação universidade-comunidade. (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 222)

O acervo do museu se constitui de doações de membros da comunidade universitária e da comunidade geral, quando da doação o doador preenche uma ficha de doação. Além de propiciar espaços de ensino, pesquisa e extensão, por meio de estágios voluntários aos acadêmicos da FURG, e da possibilidade de elaboração de monografias, dissertações e teses, o

NUME realiza exposições permanentes, transitórias e itinerantes e participa de exposições e das atividades da Semana dos Museus, em maio, da Semana Universitária, em agosto, da Semana do próprio NUME, em dezembro, e da Feira do Livro da FURG, todos os anos.



FIGURA 1 – Sala de exposição permanente do NUME.

Fonte: Acervo do Museu Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME)

O NUME se configura também em um espaço de capacitação de acadêmicos e servidores. Já realizou duas edições do Curso de Preservação de Acervos, ministrados pela museóloga Vanessa Barrozo Teixeira.

Considerações finais

As considerações aqui apresentadas são parciais. Porém, já são possíveis alguns pontos de reflexão. Em primeiro lugar, cumpre destacar que é alarmante o fato de que parte do patrimônio educativo e da memória da FURG foi perdido ao longo dos anos, principalmente, em relação a documentos arquivísticos, o que apresenta um impacto direto na história da educação superior em Rio Grande.

Entretanto, é preciso ressaltar que o NUME, de modo geral, apresenta boas experiências e iniciativas. Isto é, as ações desenvolvidas pelo Museu apresentam, sem dúvida alguma, pontos positivos. Foi somente graças ao Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos-NUME que muito se conseguiu recuperar da memória e história institucional da FURG, o que ocorreu em consequência não somente do acervo, mas também da memória coletiva de um grupo.

Por outro lado, cumpre destacar também algumas dificuldades enfrentadas em sua trajetória, cujo maior exemplo se dá em relação à equipe de trabalho. Atualmente, o museu não conta com museólogo, historiador ou arquivista. Ou seja, não há uma equipe multidisciplinar que atue em prol da preservação da memória institucional da universidade. Apesar de já ter havido estagiários dessas áreas do conhecimento, a atuação permanente desses profissionais iria contribuir inestimavelmente para o cotidiano do museu. Hoje, o Museu possui apenas uma servidora do segmento técnico-administrativo em educação, pertencente ao cargo de assistente em administração, a qual, apesar das boas intenções profissionais, não possui conhecimento técnico referente ao acervo. O responsável atual do museu é um docente do Direito que frequenta o Museu duas vezes por semana devido às demais atividades funcionais da docência.

Por fim, fica em aberto uma questão. Em 2010 a Universidade instituiu o seu Arquivo Geral, que possui em seu acervo documentos arquivísticos. Porém, tanto o museu quanto o arquivo possuem documentos arquivísticos da FURG e, ainda que estejam sendo preservados em ambos os lugares de memória, verifica-se a necessidade de a FURG realizar um mapeamento desses lugares para uma possível interlocução, já que ambos visam a preservação da memória da instituição.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BORTHEIRY-MEIRELLES, Aída Luz. **Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos**. Organizado por Aída Luz Borthairy Meirelles. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução do original francês 2 ed. por Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (Org.). **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993. p. 07-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- POLLAK, Michael. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5; n. 10.1992. p. 200-212. Disponível em: <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. 22 reimp. São Paulo: Atlas, 2013.

Resumo

A memória de uma instituição museal necessita do trabalho de todos que convivem naquele espaço para manter-se viva. Uma Casa-Museu possui inúmeras narrativas, que diversas vezes desvelam fatos importantes sobre a memória da uma instituição. A expografia e os próprios objetos instigam a uma realidade de descobertas para o público visitante, onde cada trecho expográfico poderá aflorar sensações e remeter a lembranças. Entretanto, para algumas pessoas, nada disso faz sentido, sendo neste caso o mediador cultural o personagem principal de uma instituição de guarda, pois é ele que tem a responsabilidade de fomentar o interesse dos visitantes pela obra exposta, de estimular a reflexão e a criticidade. O presente ensaio visa discutir a prática da mediação como uma forma de manutenção da memória de uma Casa-Museu.

Palavras-chave: Casa-Museu. Casa Museu Fernando de Castro. Mediação Cultural. Memória. Patrimônio.

Introdução

Uma Casa-Museu possui diversas narrativas. Em suas especificidades, estas podem ser ouvidas por uma infinidade de pessoas, cada uma com seus interesses próprios. Algumas narrativas são generalistas, dizem o que todos podem ouvir. Outras preferem conversar apenas com uma parcela dos visitantes. Por exemplo, o que narra o edifício desta Casa-Museu, será entendido por todos? Talvez os arquitetos e amantes da arquitetura possam perceber melhor este discurso. O que diz uma escultura de arte sacra, alocada em um ponto estratégico de uma sala de exposição que possui uma decoração regional? Esta mensagem será entendida por um engenheiro? Com certeza ele terá as suas próprias interpretações ou talvez possa ter conhecimentos de iconografia, possuir algum interesse por história da arte. Entretanto, em se tratando de uma Casa-Museu por vezes se faz necessário que haja alguém que auxilie o público visitante na leitura dos códigos visuais que o patrono (a) imprimiu no local, agindo desta forma como um mantenedor da memória daquele personagem. Estes decodificadores de significados profundos que cada obra ou canto de uma instituição de guarda possui e necessita compartilhar para que, de alguma forma, faça sentido e seja importante para os seus visitantes, são muitas vezes os chamados mediadores culturais.

Muito mais que uma simples visita guiada que transporta o espectador a uma apresentação fechada da exposição e da instituição, a mediação propicia uma troca de conhecimentos, levando o público visitante a uma maior reflexão, interação e descoberta daquele espaço.

Segundo Vygotsky "O uso de signos conduz os seres humanos a uma estrutura específica de comportamento que se destaca do desenvolvimento biológico e cria novas formas de processo psicológicos enraizados na cultura" (2007, p. 34). Sendo assim, para que o espectador inicie um processo de significação a partir da expografia apresentada, ele necessita de um arcabouço cultural que o permita fazer uma leitura adequada da organização expográfica estruturada pelo patrono (a) de uma Casa-Museu, sendo o mediador um facilitador neste contexto.

¹⁴³ Graduada em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis, Licenciada em Artes Visuais. Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio/UFPEL. Bolsista FAPERGS. mimafons@gmail.com.

¹⁴⁴ Professora Adjunta Curso de Museologia, Conservação e Restauro e do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio/UFPEL. julianeserres@gmail.com.

Nas instituições museais, é recorrente, e pode-se dizer normal, que o mediador exerça também outras funções. Em alguns casos, os museus ou Casas-museus não contam com um quadro fixo de mediadores, necessitam do apoio de um conjunto de profissionais, para atuarem também neste trabalho educativo. Quanto menor a instituição de guarda, salvo algumas exceções, menores são os recursos disponíveis para gerir o acervo, contratar profissionais, comprar materiais, realizar manutenção no espólio, ações de conservação e restauro, entre outros. Neste sentido, a abordagem aqui apresentada explora o estudo de caso da Casa Museu Fernando de Castro (CMFC), situada na cidade do Porto em Portugal, na qual a gestora da instituição também realiza as ações de mediação. Observa-se, principalmente em museus menores e Casas-Museus, que alguns gestores também necessitam e, portanto ampliam o leque de atividades que exercem para garantirem a sobrevivência do lugar que são responsáveis pela gestão, prestando-se, muito pelo conhecimento que têm da instituição, ao papel de mediadores.

O presente ensaio visa discutir a prática da mediação como uma forma de manutenção da memória de uma Casa-Museu. Almeja-se neste texto analisar, como estudo de caso, a Casa Museu Fernando de Castro (CMFC), situada na cidade do Porto em Portugal, a qual exerce trabalhos educativos de mediação cultural, sendo detectados nestas mediações, detalhes correspondentes a pesquisas atuais que ainda não foram documentadas na forma de textos, artigos ou qualquer tipo de arquivos impressos.

Diversas visitas de pesquisa foram realizadas a Casa Museu Fernando de Castro, no período de outubro de 2012 a fevereiro de 2013, viabilizando o processo. Vale salientar que as visitas de pesquisa à instituição não estavam focadas na análise das visitas guiadas, mas este aspecto mostrou-se relevante pelas informações ali apresentadas e por serem sempre realizadas pela gestora do local.

Em primeiro lugar, faz-se necessário contextualizar o objeto de estudo para prover sentido a reflexão aqui pretendida. Desta forma, será apresentada a Casa Museu Fernando de Castro, com uma breve descrição do local, acervo, vida e obra do patrono. Sobretudo, far-se-á uma análise da mediação cultural praticada nesta Casa-Museu, para que, após este exercício, se possa alargar a discussão a respeito das relações desta narrativa com a manutenção da memória do local.

Um lugar a ser desvendado através da mediação

Antes de elucidar a cerca deste local de memória (NORA, 1993) que é a Casa Museu Fernando de Castro, se faz pertinente indicar o que seria esta tipologia museal específica. Mario Chagas descreve que uma Casa-Museu, independente da classe social de seus patronos (as),

[...] são casas que saíram da esfera privada e entraram na esfera pública, deixaram de abrigar pessoas, mas não deixaram necessariamente de abrigar objetos, muitos dos quais foram sensibilizados pelos antigos moradores da casa. As casas museus e os seus objetos servem para evocar nos visitantes lembranças de seus antigos habitantes, de seus hábitos, sonhos, alegrias, tristezas, lutas, derrotas e vitórias; mas servem também para evocar lembranças das casas que o visitante habitou e que hoje o habitam. (CHAGAS, 2013, p. 3).

Em suma, estima-se que uma Casa-Museu remeta a um exemplo de espaço íntimo de vivências, excluindo a necessidade de ser um modelo tradicional da mesma. Este local expositivo pode ser elaborado como um cenário, a partir da reconstrução de uma residência, ou espaço cotidiano, para ilustrar um ambiente que não é original, mas retrata um fato, período, vida e/ou obra de um personagem de destaque em uma comunidade, independente da condição social. Ainda assim, é importante frisar que para ser considerada uma Casa-Museu, esta reconstrução deve ser executada com base na utilização de objetos e pertences de cunho íntimo da pessoa/família homenageada e com o aporte das suas reminiscências, levando ao público o cerne da vivência daqueles indivíduos. Rosanna Pavoni (2002) comenta

que em uma Casa-Museu o valor patrimonial não está presente apenas nos materiais tangíveis (objetos), está incluso nos aspectos imateriais e ilusórios como as habitabilidade do patrono (a), os ritos sociais, os gostos, os modos de agir, entre outros.

Um exemplo “original” (PONTE, 2007) desta categoria de museu está situado na cidade do Porto, em Portugal. Turistas procedentes de diferentes partes do globo e até mesmo muitos moradores desta cidade desconhecem a riqueza cultural que abriga a casa de número 716 da Rua de Costa Cabral. Contendo apenas uma tímida inscrição em sua fachada que indica ser aquela habitação na realidade, uma Casa-Museu, desvela toda a sua exuberância e valor patrimonial somente para os interessados a nela adentrar. A Casa-Museu Fernando de Castro é tutelada pelo do Museu Nacional de Soares dos Reis, desde a sua doação ao Estado Português em 1952, mas possui acervo e missão independentes da entidade que a preserva.

Esta instituição de guarda foi a residência de um poeta, artista, comerciante e, principalmente, colecionador de obras de arte: Fernando de Castro. O edifício que abriga a coleção da instituição foi construído pelo pai do colecionador em 1883 e ampliado em 1908 “através do acrescento de um andar e de uma cozinha nas traseiras” (MOREIRA, 2006, p.13).

Fernando de Castro dedicou vários anos de sua vida na recolha de objetos e na montagem da exposição na casa que herdou de seus pais. A sua coleção é constituída por uma variada gama de tipologias ligadas à arte, ao que tange pinturas dos séculos XVI ao XX, esculturas datadas entre os séculos XVI e XIX, quase que exclusivamente de iconografia sacra, além de diversos exemplares de cerâmicas, vidro, têxteis, porcelana, torêutica¹⁴⁵, entre outros. Em destaque nesta obra, como o próprio Fernando de Castro considera o local, está à talha dourada, que anexada as paredes da casa tornam o edifício um elemento indissociável do acervo. Fernando de Castro utilizou este ornato, que recolheu cuidadosamente de conventos e igrejas em destruição¹⁴⁶, em quase todos os cômodos da residência.



Figura 1 – Sala dourada (CMFC).
Fonte: Fotos da autora, 2012.

¹⁴⁵ Arte de trabalhar o metal, especialmente por modelagem. Essa técnica também pode ser combinada com outras como a cinzeladura, a tauxia e a marchetaria. O termo é usado para designar os objetos realizados através dessa técnica, cujo especialista é chamado toreuta. Fonte: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=3848

¹⁴⁶ Documento de doação da Casa Museu Fernando de Castro ao Estado. Porto, 1952, p.4



Figura 2 – Sala de Jantar (CMFC).

Fonte: Fotos da autora, 2012.

O visitante, ao adentrar no cenário que Fernando de Castro montou, pode não perceber a narrativa proposta na exposição da talha dourada e que remete a um quebra-cabeça. Este ornato foi muito bem planejado e aplicado pelo patrono, de tal forma que não se percebe onde estão as peças originais e as réplicas. Esta decoração extraordinária é amplamente empregada nas paredes e nos tetos da extensão da instituição (vide figuras 1, 2, 3 e 4), transformando um ambiente íntimo e familiar em um santuário de relíquias, onde prevalece a arte e aflora a identidade de Fernando de Castro.



Figura 3 – Hall escada do 3º pavimento (CMFC).

Fonte: Fotos da autora, 2012.



Figura 4 – Quarto de Fernando de Castro.
Fonte: Fotos da autora, 2012.

A criação de uma narrativa em um espaço museológico, através da sua função pedagógica e comunicativa, contribui para a aquisição de conhecimento, compartilhamento de experiências e lembranças que aqueles objetos podem reportar o espectador. Apesar de não existir, na coleção de Fernando de Castro, uma organização expográfica inteligível, se percebe com clareza a presença da identidade do patrono impressa na disposição dos objetos, sendo este um importante argumento para se conservar os ambientes quase que intocáveis. Um objeto museal possui uma gama imensa de valores e significados artísticos, históricos, estéticos, que ultrapassam sua função original. As coleções musealizadas passam por um processo de “esvaziamento total das funções originais das coisas, de maneira que, por exemplo, um tapete deixa de ser uma cobertura de solo [...] tudo [...] se transforma em objetos de coleção” (MENESES, sd, p. 5). Krzysztof Pomian indica que para os colecionadores “Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objectos para os expor ao olhar” (POMIAN, 1984, p 52). Ao ser exposto, um objeto reproduz a memória da sua função em sociedade, as relações que foram criadas em torno dele, sendo este um registro de um modo de exercer uma atividade, o símbolo de uma cultura, tradição ou um exemplo do comportamento de uma comunidade. Segundo Rosana Nascimento,

[...] o objeto museal estabelece os vínculos de sua relação com o homem como também, através dele temos condições de entender os processos históricos, onde estes estão imersos, no momento de sua criação e utilização pelo homem, tendo como princípio que a cultura não é neutra. (NASCIMENTO, 1998, p. 39 – 40).

A dimensão estética e a carga memorial que um objeto carrega, por vezes perde-se diante da opulência e diversidade tipológica registrada na Casa Museu Fernando de Castro. Caracterizada por seu arranjo original à época em que o patrono vivia no local, não apresenta uma organização expográfica pedagógica e acessível.

O método expositivo que Fernando de Castro determinou para o seu espólio demonstra uma “hierarquia de valores” (COELHO, 2003, p. 485) atribuída aos objetos, aspecto nem sempre inteligível por todos. Todavia, necessita-se de um olhar atento a esta coleção, para que se possam decifrar os códigos embutidos na ordem que o patrono determinou. Por outro lado, a falta de um arranjo expográfico especializado e didático dentro desta Casa-Museu, concede ao público visitante uma experiência estética ampla, sem estar tolhido a noções pré-definidas sobre a exposição. O visitante se permite contemplar a trama de objetos e os infinitos nichos de significados presentes em cada peça desta instituição, sem as amarras do dever da fruição de obras de arte ditas “importantes” da coleção.

A figura do mediador cultural prevalece como um elo entre o público visitante e a instituição, permitindo a formação de uma rede de comunicação, instigando o público à

reflexão, criticidade, corroborando para a atribuição de sentido daquela exposição na vida e nas memórias do visitante.

A Casa Museu Fernando de Castro manteve as suas portas abertas para livre visitação entre os anos de 1952 a 1980, aproximadamente. Após esta data, a gestão desta entidade museal, por medidas conservativas, preferiu selar a sua porta principal, provendo o acesso ao público somente diante de marcação prévia e com o auxílio de um mediador. O papel do agente de mediação também garante a segurança e preservação do espólio museal, devido à quantidade exorbitante de objetos à mostra em um único cômodo, mas também pela falta de limites visualmente definidos entre os objetos expostos e o percurso expositivo.

Uma característica importante a ser salientada nesta instituição consiste na figura do agente de mediação cultural: é a própria gestora desta instituição quem se encarrega por conduzir o público visitante à intimidade de Fernando de Castro.

A mediação cultural em uma Casa-Museu

A mediação cultural acontece através da interação entre o visitante, a exposição e o mediador. É uma ação educativa executada em sociedade e que visa o compartilhamento de informações, sensações e experiências em consonância com a fruição da arte. Teixeira Coelho define o termo mediação em seu dicionário crítico de política cultural como “processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos e coletividades e obras de cultura e arte” (COELHO, 1999, p. 248).

As Casas-Museu são tipologias muito específicas de instituições de guarda e que, por conseguinte, ainda são pouco estudadas e classificadas. Neste contexto a mediação cultural, como diversas outras práticas executadas nestas instituições, ainda tem uma visibilidade mínima nas discussões que circundam esta temática. As ações educativas executadas em um museu, geralmente são pensadas a partir de uma equipe multidisciplinar que trabalha em conjunto com museólogos, curadores, educadores entre outros. Este trabalho multidisciplinar tem o intuito de expor ao público visitante objetos que estabeleçam relações de sentido com este espectador, planejamento a expografia apresentada para corroborar neste sentido. Entretanto, esta realidade nem sempre é possível no que diz respeito às Casas-Museu, justamente por retratarem um reflexo de vida íntima de um (a) personagem que naquele ambiente é homenageado.

Em uma Casa-Museu a exposição geralmente é permanente e fechada, não possibilitando ao museólogo realizar uma seleção do que será exposto ao olhar do visitante, tampouco abrindo possibilidades para novas incorporações no acervo exposto. Diante de tais circunstâncias, o mediador cultural é desafiado a propor dinâmicas interativas que ao mesmo tempo em que divulga o local, instiga a comunidade a novas visitas à instituição.

Miriam Celeste Martins indica que a figura do mediador é significativa por ser ele um agente facilitador no encontro do público com a arte e ao mesmo tempo um “objeto de conhecimento”, possibilitando a ampliação e a “compreensão do mundo e da cultura” (MARTINS, 2005, p. 17). Martins ainda afirma que o mediador é um ser:

Capaz também de abrir diálogos internos, enriquecidos pela socialização dos saberes e das perspectivas pessoais e culturais de cada produtor/fruidor/aprendiz. Pois, o objetivo maior não é propiciar contato para que todos os aprendizes conheçam este ou aquele artista, mas sim que eles possam perceber como o homem e a mulher, em tempos e lugares diferentes, puderam falar de seus sonhos e seus desejos, de sua cultura, de sua realidade, da natureza à sua volta e de suas esperanças e desesperanças, de seu modo singular de pesquisar a materialidade através da linguagem da arte. (MARTINS, 2005, p.17).

Características singulares registradas nesta tipologia de museu são importantes de serem analisadas para o sucesso de uma mediação como, por exemplo, averiguar qual é a missão da Casa-Museu? Neste caso específico em que se discute a mediação na Casa Museu Fernando de Castro, observa-se que a preservação e divulgação da “obra” que Fernando de

Castro deixou para a comunidade assim como o compartilhamento deste legado são os pontos-chaves abordados na mediação.

Ainda que a originalidade do cenário montado por Fernando de Castro seja preservada, seguindo a dinâmica estabelecida pelo patrono, através da mediação cultural foi possível descobrir que muitas peças foram supridas da exposição para facilitar o acesso ao público, fator que gera espanto ao pensar que os cômodos possuíam uma ornamentação, que já é extremamente marcada pela opulência, ainda mais extravagante.

Consonante as pesquisas que a instituição realiza na sua coleção, visualiza-se um número reduzido de profissionais que trabalham nesta Casa-Museu, tornando lento o avanço dos estudos, tanto quanto os resultados obtidos. De acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses, ao discutir sobre os objetos de uma coleção, diz ser importante considerar “[...] a própria noção de coleção, não como um conjunto disparatado de objetos, mas como uma série sistematicamente organizada de “fontes”” (MENESES, 2002, p. 29). Neste sentido, observa-se a ausência de estudiosos que reconheçam a coleção de Fernando de Castro como um nicho inesgotável de assuntos a serem explorados, sendo a gestora da instituição a maior especialista sobre a vida e coleção de Fernando de Castro.

Neste âmbito em que a gestora da CMFC possui um conhecimento ímpar sobre este espaço, e levando em consideração a carência de recursos humanos visualizado nesta instituição, a tarefa de realizar as mediações culturais foi adotada por esta funcionária, também partindo do interesse em divulgar o que sabe para a comunidade e difundir o trabalho do patrono.

A gestora desta instituição teve a oportunidade de trabalhar com os primeiros conservadores e administradores da Casa Museu Fernando de Castro, justificando os conhecimentos que abriga do local. Muitas lembranças deste trabalho estão inseridas na sua oratória durante a visita guiada, transformando as suas reminiscências em raridades a serem preservadas como documento na instituição. Observou-se na explanação feita pela mediadora cultural uma rica fonte de conhecimentos a serem compartilhados com a comunidade e membros institucionais daquela Casa-Museu. Nesta perspectiva, Verena Alberti ressalta que o discurso oral,

[...] permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc. (ALBERTI, 2005, p. 22).

Esta gestora torna-se uma personagem de destaque, pois transmite as informações que carrega sobre o local, exhibe o histórico da Casa-Museu, tece considerações sobre a importância do acervo ali alocado, entre outros tantos pontos intrigantes sobre o patrono e a sua Casa-Museu. Com eloquência e firmeza na fala, ela instiga qualquer ouvinte que tem a curiosidade de adentrar na intimidade de uma família portuguesa. Durante o trajeto expográfico, é possível captar vestígios de uma memória ainda não classificada, com hipóteses alimentadas pela gestora com o passar dos anos de estudo sobre aquele acervo e que ao mesmo tempo ganham força por sua experiência. Todos estes detalhes são imprescindíveis para as futuras administrações que venham atuar na CMFC, principalmente se os próximos gestores forem alheios ao desenvolvimento atual desta entidade.

Durante a mediação cultural em uma Casa-Museu, os modos de vivência do patrono (a) e de sua família descritos pelo mediador são absorvidos pelos visitantes, fazendo com que as suas reminiscências de infância, na casa dos avós, das histórias que ouviam sobre os antigos, dos objetos que usavam e que se recordam, voltem e se façam presentes nas suas lembranças através do reflexo de uma cena familiar, presenciados ao adentrar em uma Casa-Museu. Ecléa Bosi discorre a respeito da relação entre o agente que narra e o ouvinte da oratória:

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos. (BOSI, 2012, p. 90).

As palavras de Bosi reforçam a importância de um agente mediador em uma Casa-Museu, auxiliando este na transmissão das memórias do (a) personagem homenageado, que viverá também nas lembranças e nas histórias que os visitantes irão contar. Falar sobre a adequação da mediação conforme o interesse e curiosidade do público.

Os caminhos para conduzir uma mediação são vastos e necessitam respeitar o público visitante neste processo. Este elemento é forte na mediação cultural conduzida pela gestora da CMFC, tendo em vista que o norteia o caminho expositivo e a abordagem a ser feita é principalmente a curiosidade dos visitantes. Ao mesmo tempo, alguns aspectos básicos sobre a vida e obra do patrono são comentados, visando não desviar o foco na figura do patrono e na sua coleção como um todo.

O conhecimento em história da arte que a mediadora possui e as relações que estabelece envolvendo a “obra” de Fernando de Castro e a situação atual da instituição suscitaram a novas perspectivas e modos de olhar a instituição. Devido à experiência acumulada no ramo da museologia e também pelo conhecimento que possui do acervo, as mediações contemplam um público muito diverso, que se direciona desde crianças e turistas, mas também a pesquisadores interessados em visitas técnicas sobre o acervo deste local.

Conclusão

Cada instituição possui uma narrativa distinta e um código a ser compartilhado e discernido pelo seu público visitante. A expografia de qualquer instituição de guarda é uma fonte de significados imersa numa profusão de temas a espera de estudos e olhares que os decodifiquem. No caso de uma Casa-Museu com características originais, como é o caso da Casa Museu Fernando de Castro, o método expositivo revela a identidade e os gostos do patrono, assim como aponta características específicas de uma parcela da sociedade portuense situada em um espaço de tempo.

Durante a mediação cultural as memórias do patrono (a), os modos como ele viveu e organizou aquele ambiente, o seu trabalho, o convívio com a família, as curiosidades sobre aquele (a) personagem, seus objetos preferidos entre tantas outras histórias são significadas e imaginadas pelos visitantes. A figura do mediador surge para ampliar as discussões em uma exposição, fomentar a reflexão do público visitante sobre o que está exposto e atribuir sentido, relacionando os objetos à vida dos espectadores, incluindo a exposição nas lembranças destas pessoas.

Uma Casa-Museu possui diversas particularidades que sem a figura de um mediador ou de uma boa expografia são praticamente impossíveis de serem decifrados, principalmente por um público leigo sobre aquele (a) personagem que confere sentido a instituição. Uma boa mediação cultural não só favorece uma interação do público com o local, uma fruição produtiva do acervo exposto, como também atua no fomento da memória do (a) patrono e de seu legado, garantindo a preservação e difusão daquela instituição de guarda.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 17ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CHAGAS, MARIO. **A poética das casas museus de heróis populares**. In: Revista Mosaico. Edição nº4, Ano II. 2013. Online. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=print/artigo/poética-das-casas-museus-de-heróis-populares>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

COELHO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 2ª ed., 1999.

COELHO, Luiz Antonio L. **O objeto na condução da narrativa: o caso Ano passado em Mariembad**. SONCINE. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003. Online. Disponível em: <http://www.socine.org.br/livro/III_Estudos_Socine.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.

Documento de doação da Casa Museu Fernando de Castro ao Estado. 1952. Documento fotocopiado. Porto. Acervo do Museu Nacional de Soares dos Reis.

MARTINS, Miriam Celeste (org.). **Mediação: provocações estéticas**. Universidade Estadual Paulista – Instituto de Artes. Pós-graduação. São Paulo, v. 1, n. 1, 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **O museu e o problema do conhecimento**. In: IV SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS – PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO, Rio de Janeiro, 2002, Anais do evento. Casa de Rui Barbosa. Online. Disponível em: <<http://www.museucasaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **O objeto material como documento**. Reprodução de uma aula ministrada no curso “patrimônio Cultural: políticas e perspectivas” – IAB/CONDEPHAAT. Sd. Onlin. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/154958069/2-MENESES-Ulpiano-B-O-Objeto-Material-Como-Documento-Sd>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

MOREIRA, Marta Rocha. **Da casa ao Museu. Adaptações arquitectónicas nas casas-museu de Portugal**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, 2006.

NASCIMENTO, Rosana. **O Objeto Museal como objeto de conhecimento**. Cadernos de Sociomuseologia Nº 11, 1998. Online. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/2050/browse?type=dateissued>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História 10. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do departamento de história. PUC/SP, 1993.

PAVONI, Rosanna. **Visiting a Historic House Museum**. In: Open Museum Journal. Volume 5. Interpreting Historic House Museums. Edited by Charlotte Smith and Andrea Witcomb, July 2002.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In: Memória-História. Enciclopédia Einaudi 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1984.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Colônia Japonesa de Ivoti (RS): lugar de memória, identidade étnica e educação patrimonial da comunidade nipônica

Gabriela Dilly¹⁴⁷

Daniel Luciano Gevehr¹⁴⁸

Resumo

O estudo problematiza o processo de criação de um lugar de memória na Colônia Japonesa de Ivoti, Rio Grande do Sul. Criado a partir da necessidade de registro da trajetória de 26 famílias japonesas que se instalaram em Ivoti no ano de 1966, o Memorial da Colônia Japonesa apresenta-se aqui como objeto de investigação, que se insere no campo dos estudos sobre a patrimonialização e a educação patrimonial em comunidade. O memorial caracteriza-se como um espaço de salvaguarda e também um lugar de comunicação entre culturas e temporalidades, apresentando-se ainda como um produto turístico propulsor da economia local. O memorial configura-se a partir de um viés participativo, no qual a comunidade envolveu-se diretamente nas decisões que foram tomadas desde o planejamento do espaço que o abrigaria, até a memória coletiva que quiseram, optaram, por preservar e representar nesse lugar.

Palavras-chave: Memória, Imigração, Memorial, Educação Patrimonial.

Introdução

O estudo analisa o processo de desenvolvimento de um projeto que envolveu a criação de um produto cultural e turístico, em uma comunidade conhecida como Colônia Japonesa de Ivoti (RS), localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, bastante próximo da serra gaúcha. O projeto envolveu um grupo de 45 famílias de origem japonesa, que, em geral, vive da agricultura familiar, e que sempre despertou interesse cultural de quem visitava a cidade – conhecida principalmente pela presença da cultura herdada dos imigrantes alemães que colonizaram a região no século XIX. Foi percebendo o interesse dos visitantes, que os moradores da Colônia Japonesa consideraram que seria importante preservar sua cultura, ou ainda mais, colocá-la “na vitrine” para que pudesse estar em interlocução com outras pessoas e culturas.

Além disso, o grupo encontrava-se em situação de “abandono cultural”, não acreditando que numa cidade onde há forte identidade cultural germânica estabelecida, pudessem também ser valorizados pela sua trajetória, bem como, perceber o valor de sua própria história, associada aos imigrantes japoneses. Essa situação indicava a rápida perda que acontecia em relação à memória oral do grupo, aos objetos de representação coletiva para o trabalho, a vida doméstica e os costumes diferenciados que o grupo sempre apresentou.

Dentro deste contexto de marginalidade cultural, foi estabelecido um projeto de educação patrimonial, na tentativa de manter viva a memória e as tradições do grupo, ao mesmo tempo em que se procurou promover o desenvolvimento econômico para a comunidade, que passou a ser alvo das atenções dos visitantes nos finais de semana, que para lá se dirigem em busca das comidas típicas, das festividades e das tradições da comunidade.

O cenário da Colônia Japonesa

Ivoti é um município situado no Vale do Sinos, no início da Serra – próximo de Nova Petrópolis, Gramado e Canela – que inicialmente era povoado por indígenas e a partir do século XVIII por colonizadores lusos. Em 1826 se estabelecem ali as primeiras famílias de

¹⁴⁷ Graduada em História e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), email: gabidilly@hotmail.com

¹⁴⁸ Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), email: danielgevehr@hotmail.com

imigrantes alemães, inseridas dentro do projeto da Antiga Colônia. Em 1964 Ivoti passaria a tornar-se município e a partir de 1966 receberia 26 famílias de imigrantes japoneses, vindos principalmente de Gravataí e Viamão.

Esses imigrantes buscavam um local no qual pudessem viver de forma associada, em cooperativa agrícola. Esta possibilidade surgiu em Ivoti, onde puderam adquirir 37 lotes de terras em unidade, formando a Colônia Japonesa de Ivoti. Para isso contaram com a ajuda da JAMIC – *Japan Agency Immigration Cooperation*, instituição criada no Japão justamente em função da demanda populacional que emigrava após a 2ª Guerra Mundial. A JAMIC auxiliava com linhas de crédito para compra de terras a juros baixos, além de oferecer um programa de medicina preventiva, com vacinas e visitas às casas. Também orientavam os emigrantes através de publicações como dicionários português/japonês, além de orientações sobre a fauna e a flora brasileiras. Através da JAMIC emigraram moradores de várias regiões do Japão, como das províncias de *Kagoshima-Ken*, *Kumamoto-Ken* (ilhas ao sul do Japão), *Hokkaido* (ilha mais ao norte). A viagem de navio entre o Japão e o Brasil levava aproximadamente cinquenta e dois dias e a partida acontecia no porto de Kobe.

Inicialmente, tornou-se necessário organizar o espaço para a instalação das famílias e para o começo da produção agrícola. Cada família obteve em média cinco hectares de terra e foram construídas casas de madeira que serviram de moradia nos primeiros anos. Assim que foi possível, cada família construiu sua casa de alvenaria. Logo os japoneses constataram que o solo da área comprada era extremamente pobre e não oferecia mais, por si só, condições de render boas safras. Decidiram então iniciar seu trabalho colaborativo abrindo um aviário, do qual poderiam comercializar as aves e também usar os dejetos como fertilizante das terras, recuperando-as. O grupo já tinha o propósito de cultivar uvas, do tipo Itália.

A produção de uvas se tornou economicamente rentável nos anos de 1970, período que foi de grande crescimento econômico na Colônia Japonesa. Época em que construíram casas melhores, galpões para armazenar e distribuir a produção, caminhões para o transporte da mercadoria. Também foi a época que os próprios membros da comunidade lembram como a “mais importante”, quando em 20 de fevereiro de 1969 foi constituída a *Cooperativa Hortigranjeira Mista Ivoti Ltda*, que tinha como finalidade fortalecer todos os produtores.

Ainda no início da década de 1970 aconteceram safras recorde de produção de uvas de mesa tipo Itália, que inclusive em Ivoti são chamadas de “uvas japonesas”. No início dos anos 80, a produção de uvas passou a enfrentar concorrência e seu preço caiu, assim como os lucros obtidos. A cooperativa que havia sido instituída teve problemas administrativos e não pôde sustentar o momento de crise. Para alguns a solução foi mudar para a produção de hortaliças, mudas de hortaliças, flores de corte, kiwi e bergamotas tipo *pokan*. Infelizmente, para vários, a solução foi voltar para o Japão, principalmente os filhos homens dos imigrantes, que enviavam dinheiro para sustentar a parte da família que havia ficado no Brasil.

No que se refere aos seus aspectos culturais e sociais, vale ressaltar que a comunidade cultiva – e procura manter viva – com grande cuidado suas tradições, fazendo até hoje comemorações milenares como o *Undou-kai* (gincana esportiva) e o *Enguei-kai* (festival cultural). Há no grupo, praticantes de *Gateball* (esporte semelhante ao cricket) e *Softball* (similar ao beisebol, mas numa versão mais “leve”). Há ainda a preocupação em preservar a técnica do origami, dobradura com papel. A festa de ano novo – *shogatsu* - também é um importante evento de integração de todos os moradores da Colônia, na qual é tradicionalmente feito o “*mochitsuki*” (bolinho de arroz em pasta). Na Colônia Japonesa de Ivoti há ainda a prática de sumô e judô, além de uma escola de língua japonesa. Quem organiza este calendário de eventos é a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Ivoti.

Hoje se percebe na Colônia Japonesa um movimento de retorno para a comunidade, principalmente após o período de crise no Japão. Com isso os jovens estão voltando para a comunidade e diversificando os negócios da família.

A memória, o patrimônio e as (re)invenções da Colônia Japonesa

Com o propósito de compreender o processo que envolveu a construção dos lugares de memória (NORA, 1993) sobre a imigração japonesa – e de forma especial o processo que envolveu o trabalho de educação patrimonial na Colônia Japonesa de Ivoti – atentamos para aquilo que Halbwachs (2004, p. 150) nos diz sobre os lugares de memória. De acordo com o autor, os lugares pelos quais percorremos cotidianamente nos fazem lembrar fatos do passado e, assim, contribuem para a construção da *memória coletiva*. Nesse contexto, a criação de museus, de monumentos e de lugares está diretamente associada a uma memória coletiva.

Nesse sentido, podemos lembrar aquilo que Stuart Hall (2014, p.104) afirma, quando se refere às questões identitárias, para quem essas são produzidas pelos diferentes grupos sociais interessados. Para ele “a identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões não podem ser pensadas.” Seguindo essa interpretação, observamos que no caso da Colônia Japonesa de Ivoti, operou-se a construção de uma *identidade* (étnica) para o lugar, na medida em que o passado dos primeiros imigrantes chegados na localidade na década de 1960 foi transformado no mito fundante da comunidade.

Destacamos em nossa análise os mecanismos envolvidos no processo de manipulação da memória (LE GOFF, 2003) e dos sentimentos coletivos dessa comunidade descendente de imigrantes japoneses, evidenciado a eleição dos símbolos e dos lugares de memória – materializados num lugar de memória que passa a ser visitado por aqueles “que vem de fora”. Observamos que é através dessa construção que se deu a materialização “das representações e dos sentimentos coletivos” (BRESCIANI; NAXARA, 2004) de seus primeiros imigrantes. O imaginário presente nesse complexo processo de (re)elaboração do passado da comunidade, vale lembrar, tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – os *lugares de memória*, na expressão de Pierre Nora (1993, p.25), para quem “a memória pendura-se em lugares assim como a história em acontecimentos.”

A partir da criação de um lugar específico para celebrar a memória da imigração japonesa em Ivoti e que procura legitimar uma versão oficial sobre seu passado atentamos para a análise feita por Françoise Choay (2001), para quem o patrimônio cultural produzido por uma comunidade serve também para advertir ou lembrar, evocando com isso as emoções. Dessa forma, a cultura material e imaterial presente nesse lugar (oficial) de memória da comunidade procura respaldar determinadas visões e manter viva na memória da comunidade e também de seus visitantes o legado cultural dos primeiros japoneses que ali chegaram.

Ainda de acordo com a pesquisadora, a manutenção do patrimônio está alicerçada na ideia de conservação e recuperação da memória (CHOAY, 2001), fator que permite aos grupos sociais, a manutenção da sua identidade individual ou coletiva. Assim, o “resguardo” de algum tipo de identidade ou de elementos simbólicos que estabelecem relações com esta identidade significa a manutenção de laços com os antepassados a um local, costumes e hábitos que demonstram *quem são e de onde* seus antepassados vieram.

Podemos conceituar o Patrimônio Cultural como um conjunto de bens de natureza material e imaterial que, por sua vez, são considerados coletivos e preservados durante o tempo. O Patrimônio cultural comporta, ainda, os diferentes costumes de viver de um povo, transmitidos de geração a geração e recebidos por tradição. Esses, para se tornarem um Patrimônio, precisam ser reconhecidos e compartilhados pela comunidade que os produz. Como já afirmamos, o Patrimônio Cultural é dividido em duas categorias: os bens materiais e os bens imateriais. Segundo Feitosa e Silva (2011), os bens imateriais, são todos aqueles relacionados à memória e as identidades e heranças de um povo ou nação e o patrimônio cultural material é todo aquele que pode ser visto e tocado.

De acordo com a UNESCO, os bens imateriais são definidos como práticas, expressões, técnicas e conhecimentos que são transmitidos de geração em geração e são constantemente

recriados pelas comunidades, que os reconhecem como parte integrante de seu grupo. Já para Rodrigues (2006) o patrimônio cultural é um conjunto de bens, materiais e imateriais, que são de interesse do coletivo perpetuados durante o tempo. Estes têm a função de lembrar acontecimentos tidos como importantes na memória social. Já para Tomaz e Mackenzie (2010) o patrimônio deve ir além de mera concepção de bens materiais e imateriais, deve ser entendido como um processo social, formado através da dinâmica das experiências coletivas, no qual a coletividade preserva e transforma com tempo.

Desta forma, podemos considerar o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, como fruto da identidade de um povo. Este representa tudo o que deve ser preservado, ou seja, tudo o que não deve ser esquecido, ainda que, na maioria das vezes, atendendo aos interesses de determinados grupos que o manipula.

Associado a questão patrimonial apresentada por Choay (2001), percebemos que a *identidade* de um grupo, pode ser compreendida como aquilo que diferencia o homem a partir de suas ações e produções materiais e marca de modo mais especial o passado. No caso do Brasil, com a Constituição Federal de 1988 foi possível dar visibilidade ao patrimônio, dando reconhecimento a bens culturais e naturais, assim como deu legitimidade a preservação.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN define que os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, bem como em celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e ainda em lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. O Patrimônio Cultural Imaterial, de acordo com o IPHAN, é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Neste sentido, a criação de memoriais – como é o caso da Colônia Japonesa de Ivoti – deve ser compreendida como uma categoria pertencente ao campo do patrimônio cultural material e imaterial, na medida em que incorpora em seus espaços saberes, modos de fazer, língua, tradições, religiosidade e também diferentes materialidades produzidas pelo grupo e transmitidos de geração em geração. Com isso, percebemos que os hábitos e as tradições de um povo nos dizem e revelam parte da sua cultura. Ainda, para Veloso (2006), o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado.

Nesse contexto de discussão sobre o processo que envolve a atualização das memórias da comunidade nipônica de Ivoti, entendemos que os eventos promovidos por uma comunidade – como as festas promovidas para receber os turistas – podem ser de caráter popular, étnico, religioso, cultural e social, geralmente retratam recortes do cotidiano e trajetórias históricas dos grupos que os produzem.

Esses recortes, como uma exposição em um memorial que faz referência ao passado dos imigrantes japoneses, podem ser compreendidos como um esforço coletivo que busca retratar aspectos da vida cotidiana da comunidade e que, a partir da criação desse lugar de memória, passa a representar elementos simbólicos da coletividade. Com isso se tornam evidentes os propósitos presentes nesse processo de constituição dos lugares de memória, que também procuram criar algo único, que se torna particular, singular e reconhecível por aqueles que “olham de fora”.

A constituição da identidade dessa comunidade não está ligada somente à sua origem étnica, mas também a outras práticas sociais, costumes, hábitos familiares e o próprio fazer das tradições, que por sua vez, são preservadas, atualizadas e (re)passadas (CANDAU, 2012) de geração em geração, com diferentes elementos e que assim constituem o processo de construção das suas memórias e de suas identidades.

Com isso, a preocupação dos moradores da Colônia Japonesa, de manter viva uma memória dos antepassados que colonizaram a localidade e que foi a principal responsável pela fundação dos pilares que deram origem a vida comunitária, passa, obrigatoriamente por um processo de atualização da memória (CATROGA, 2011) na qual a herança deixada pelos antepassados é ressignificada pelas atuais gerações.

A atualização dessa memória opera de tal forma que os ritos do passado se mantêm, mas são “atualizados” dentro de um novo contexto, no qual as tradições locais são mantidas, mas ressignificadas através das influências externas e das mudanças de comportamento do próprio grupo que as conduz. Sobre essa questão, acreditamos ser importante considerar Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.61) quando esses afirmam que “a primeira ingenuidade é acreditar que se pode definir uma unidade étnica (quaisquer que sejam os critérios utilizados para defini-la) por uma lista de traços.” Em seguida os autores, valendo-se dos estudos clássicos de Frederik Barth, afirmam que “Barth e seus colaboradores demonstram ser impossível encontrar um conjunto total de traços culturais que permitam a distinção entre um grupo e outro, e que a variação cultural não permite por si própria abranger o traçado dos limites étnicos.” (Ibidem, p.61) Assim, é evidente que no caso da Colônia Japonesa de Ivoti, essas memórias e tradições também sofram transformações.

O Projeto propulsor: “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar”

Em 2009 iniciou-se o diálogo entre a administração pública municipal de Ivoti, através do Departamento de Cultura e os representantes da diretoria da Associação da Colônia Japonesa de Ivoti, que resultaria no projeto denominado “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar.” A primeira questão a definir era se a comunidade realmente queria um espaço de memória, um memorial e, em caso de retorno afirmativo, onde instalá-lo e quem faria o projeto. Diante da resposta positiva, a comunidade apoiou a ideia e decidiu que o local escolhido para construção do memorial seria um prédio da antiga escola desativada na comunidade. De acordo com os representantes da comunidade, o responsável pela execução do projeto de reforma arquitetônica deveria ter vinculação étnica com a comunidade, decidindo-se assim pela arquiteta de origem nipônica, Madalena Fuke.

O projeto foi levado duas vezes para aprovação da Associação e acolheu as contribuições dos moradores. Realizado o primeiro passo do projeto, criava-se então a proposta educativa que objetivava fazer com que a comunidade percebesse seu potencial histórico, uma vez que ficou claro, pelo diagnóstico inicial, que os moradores não percebiam a si mesmos como sujeitos históricos. Ficou decidido que as estratégias de execução do projeto iriam primar pela participação dos moradores da Colônia Japonesa em todas as etapas. Existia assim a delicada tarefa de fazer com que o grupo realmente visse a si e a sua memória na exposição final em conjunto com o espaço arquitetônico.

Foram combinados então encontros com os moradores da colônia, que aconteciam na sede da Associação. O primeiro encontro discutiu o que seria este lugar de memória, como seria sua dinâmica de representação da história através dos objetos, a necessidade de ser seletivo, uma vez que não seria possível mostrar ali toda a trajetória daquelas famílias. Foi um encontro entre os conceitos de museu/memória/história, numa perspectiva acadêmica.

Os questionamentos iniciais foram sobre “o que queremos lembrar?”, “como vamos contar nossa história?”, “que acervo temos para mostrar?” Essa conversa inicial foi feita em etapas, para que aos poucos eles pudessem ir recompondo o quebra-cabeças de suas memórias. Também ficou estabelecido nesse encontro que o memorial deveria guardar, expor e comunicar elementos da memória coletiva e não vaidades individuais. Ficou como “tarefa de casa” nesse encontro revirar os sótãos, porões e galpões em busca de elementos significativos e representativos dessa coletividade.

No segundo encontro se procurou levantar mais detalhes, através das memórias dos participantes. Questionou-se sobre quais objetos, documentos, fotografias poderiam talvez possuir em casa e que se relacionassem com a emigração do Japão, a aquisição das terras, os primeiros plantios, a construção das casas, as dificuldades iniciais, a organização das famílias, a criação da cooperativa. Também se buscou saber sobre os aspectos culturais, a alimentação, o esporte, o lazer, os festejos, a religião, entre outros elementos que foram surgindo.

Na sequência, se buscou trabalhar com imagens, uma vez que a comunidade possuía quantidade expressiva de fotografias – elemento já conhecido como expressão dessa cultura. Foram projetadas mais de duzentas imagens que já haviam sido digitalizadas anteriormente. A proposta era sensibilizar, despertar memórias e selecionar o que era mais significativo, e que posteriormente, iria ilustrar os painéis autoexplicativos da exposição.

O encontro mais polêmico foi aquele em que se definiu qual seria a história a ser contada, ou seja, aprovar um texto que falaria “sobre eles.” Na ocasião, aconteceram diversas conversas em japonês, trazendo diferentes opiniões sobre o assunto. Um ponto era unânime: o destaque na exposição e na história do grupo seria a Cooperativa – que para eles era um símbolo do período mais próspero da Colônia Japonesa e do objetivo comum alcançado. Devido a isso o único espaço de ambiência no Memorial reproduz uma sala de trabalho desse período. Decidiu-se ainda que o ideograma referente ao termo “união” seria exposto na entrada do memorial, complementando a mesma ideia central da exposição.

Posteriormente, os moradores da Colônia foram convidados a trazer objetos que considerassem pertencentes e representativos para a história da comunidade. Vieram muitas famílias com os mais diversos objetos que hoje fazem parte do acervo do memorial.

Em novembro de 2011 o Memorial da Colônia Japonesa foi inaugurado, com a presença do Cônsul do Japão e do governador da província de *Shiga*, província japonesa coirmã do Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 2012 o memorial incorporou o acervo presenteado pelas autoridades de Shiga ao governo do Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

Ao planejar as ações educativas para a Colônia Japonesa de Ivoti, teria que se levar em conta o diagnóstico inicial: uma comunidade de adultos, em sua maioria idosos, desacreditados de seu valor histórico/cultural e em situação econômica vulnerável.

Seria necessário provocar o debate, mexer na dinâmica do grupo, desestabilizar, mudar a perspectiva que aquelas pessoas tinham de si mesmas e de sua história. Além disso, como característica cultural, a comunidade nipônica demonstrava grande timidez, muito respeito aos mais velhos e reservas quanto a expor suas intimidades, sentimentos e histórias – muitas vezes de sofrimento – de suas famílias. O patrimônio cultural suporte do trabalho educativo precisava primeiro ser redescoberto, reapropriado pelos seus pertencentes.

A Colônia Japonesa de Ivoti apropriou-se de sua história em um processo participativo, delicado, no qual cada morador pôde contribuir com suas vivências e o grupo lidou com suas memórias, dando-lhes forma, cor, volume, aroma – através dos objetos de representação que se estabeleceram.

Esse processo experimentado pelos moradores da Colônia Japonesa de Ivoti possa – talvez – ser traduzido nas palavras de Candau (2012, p.159), para quem “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, aquela dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais.”

Referências

- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociais: memórias e esperanças colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo, Contexto, 2012.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. **Patrimônio Cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local**. Salvador: UFBA, 2011. pp. 193-208.
- FLORES, Moacyr. **Japoneses no Rio Grande do Sul**. Pesquisa realizada na JAMIC – Imigração e Colonização – no Consulado do Japão e colônia japonesa, 1974.
- GEVEHR, Daniel Luciano. Memórias de uma Colônia no sul do Brasil: o caso da Colônia Japonesa de Ivoti – RS. In: GERBER, Doris H. S.; et al. (org). **Imigração: do particular ao geral**. Ivoti/Porto Alegre: ISEI/CORAG, 2009. pp.99-104.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 103-133.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBBSAWN, Eric. “Introdução: a invenção das tradições” in: HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-23.
- IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>> Acesso em: 11 de maio 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. Educação Patrimonial: Uma análise conceitual. In: ZANON, Elisa Roberta; ET AL. (org). **A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país**. Londrina: EdUniFil, 2009. pp. 65-77.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, nº 10, dez. 1993. pp. 07-28.
- POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.
- RONNING, Anne Holden. Some Reflections on Myth, History and Memory. As Determinants of Narrative. **Coolabah**, Observatório: Centro de Estudos Australianos, Universidade de Barcelona, Barcelona, Vol.3, 2009. pp. 143-151.
- SUTTON, John. "Memory". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edição do Inverno de 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/memory/>> Acesso em: 10 jul. 2014.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. **Revista Habitus**. Goiânia, v.4, n.1, jan./jun. 2006. pp.437-454.

O Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação: um lugar de preservação da memória escolar

Renata Brião de Castro¹⁴⁹

Carla Rodrigues Gastaud¹⁵⁰

Resumo

Esse trabalho é parte da pesquisa realizada para a elaboração da monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas. No presente estudo abordou-se o Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEDOC-CEIHE – vinculado à Faculdade de Educação da UFPel, entendendo esse espaço como uma relevante instituição de memória no que diz respeito a preservação de um patrimônio documental referente a história da educação em Pelotas e região circunvizinha. Para isso fez-se necessário realizar uma abordagem teórica sobre quatro tipos de instituições de memória, a saber, arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação, para entender o que diferencia os centros de documentação das demais instituições.

Palavras-chave: instituições de memória; centros de documentação; salvaguarda; CEDOC-CEIHE.

Introdução

Instituições de memória tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação salvaguardam variadas tipologias de acervo, e apresentam tanto semelhanças quanto diferenças entre si. As afinidades entre estas instituições são marcantes, a iniciar por trabalharem com patrimônio e serem instituições de salvaguarda de acervos. Conforme Chagas “museus, centros de documentação, bibliotecas e arquivos são instituições culturais e de memória, operando com patrimônios e documentos, e atravessadas de ponta a ponta por linhas de poder, formando uma espécie de grande teia” (CHAGAS, 2002, p. 25).

Nesse sentido, os quatro tipos de instituições indicados acima possuem uma linha que as une: o fato de salvaguardarem documentos que são patrimônio e, consequentemente, uma memória relativa a esses documentos.

Arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação podem desenvolver atividades semelhantes com o seu acervo, como é o caso, por exemplo, de exposições ou de ações educativas, que podem ser desenvolvidas em quaisquer umas dessas instituições.

Apesar das convergências, esses locais também apresentam diferenças no que tange a função e organização de acervos e documentos.

O Centro de Estudos e Investigações em História da Educação foi criado no ano de 2000, para reunir e formar pesquisadores que investigam temas relativos à história da educação (ARRIADA; TAMBARA; TEIXEIRA, 2012).

Internamente, o CEIHE se ramifica em duas frentes de trabalho: o Centro de Pesquisa e o Centro de Documentação – (TAMBARA, 2005), sendo este último o objeto deste artigo.

Este trabalho inicia pela diferenciação entre arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação. Na sequência, apresenta-se o CEIHE a partir da documentação do CEDOC e de entrevistas realizadas com sua equipe.

¹⁴⁹ Bacharelado em Museologia – Universidade Federal de Pelotas. Email: renatab.castro@gmail.com

¹⁵⁰ Professora Adjunta do Curso de Museologia da UFPel, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: crgastaud@gmail.com

Reflexões sobre 4 tipos de instituições de memória: arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação.

Viviane Tessitore se refere a museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação como “entidades de preservação documental” (TESSITORE, 2003, p. 11) e, compreende documento em seu sentido mais abrangente.

Para Tessitore, os arquivos acumulam documentos de uma única fonte geradora. No caso dos arquivos públicos, os documentos possuem uma finalidade administrativa, jurídica ou social e a referência é feita por conjuntos de documentos e não objeto por objeto como é o caso dos museus e das bibliotecas (____).

Heloísa Bellotto também escreve sobre estes quatro tipos de instituições, as quais ela se refere como “instituições armazenadoras/referenciadoras de documentos” (2000, p.156).

Para esta autora, os documentos de arquivos formam fundos (BELLOTTO, 2000). O termo “fundo” é usado para designar o “acervo arquivístico produzido, recebido e acumulado em processo natural por uma mesma instituição, entidade ou pessoa; conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (Glossário Arquivístico, 2014).

Nas bibliotecas, os documentos salvaguardados são resultantes de acumulação seletiva, ou seja, estes materiais não são reunidos de maneira espontânea, mas sim selecionados para fazer parte do acervo de uma determinada biblioteca, formando, por esse motivo, o que chamamos de “coleções” (BELLOTO, 2000).

Nos museus também se formam coleções, pois os objetos e documentos que estão salvaguardados nas instituições museais são resultado de uma seleção; são adquiridos conforme as características do museu, de acordo com sua missão e suas diretrizes de aquisições de acervos.

Os museus, guardam “objetos tridimensionais, originados da atividade humana ou da natureza, reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo ou função”. A organização dos museus é pautada pela natureza e finalidade de seu material (acervo), possuindo finalidades educativas, científicas e culturais e fazendo referência a cada objeto de seu acervo (TESSITORE, 2003, p. 13).

Por último, a autora apresenta os centros de documentação como uma “entidade híbrida”, vinculando aspectos das outras três instituições listadas anteriormente. De acordo com a autora, justamente por seu caráter híbrido, os centros de documentação não contam com uma teoria metodológica específica para o tratamento de seu acervo (____), que pode ser constituído por material bibliográfico, arquivístico ou museológico.

O gerenciamento de um acervo, bem como seu tratamento técnico, depende das particularidades do mesmo: documentos de arquivos devem ser tratados seguindo os preceitos da Arquivologia, da mesma forma que objetos museológicos seguirão as diretrizes museológicas.

Neves pontua como peculiaridade desses espaços o fato de serem especializados em determinados assuntos:

Uma característica marcante dos centros de documentação está na sua configuração, ou seja, esses espaços normalmente estão atrelados ao desenvolvimento de trabalhos ligados à área de informação especializada, como o trabalho de organização de arquivos, coleções de revistas, fotografias, jornais e bibliotecas. Esses locais são considerados geradores e produtores de informação, um diferencial para seu funcionamento, porque se tornam imprescindíveis ao desenvolvimento de pesquisas (NEVES, 2005 p. 15).

Um centro de documentação pode reunir acervos de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, e adquirem as características do material que preservam (BELLOTTO, 2000, p. 10), pois esses espaços têm como uma de suas características o fato de abrangerem tipologias de acervo diversificadas referentes à mesma temática.

Como já referido anteriormente uma característica dos centros de documentação é serem alinhados a uma temática principal e reunirem acervo relativo a essa temática, ou seja, se especializam em determinado assunto ou área de conhecimento. No caso do centro de documentação estudado - CEDOC-CEIHE - o mote central é a História da Educação.

O que se percebe através dos autores referenciados neste trabalho é que os centros de documentação são instituições que misturam variadas tipologias, tendo acervos de duas ou mais áreas de conhecimento – Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia –, já que um acervo classificado em uma única área de conhecimento a tipificaria como outro tipo de instituição que não um centro de documentação.

Centro de Documentação: um espaço dedicado a História da Educação

O Centro de Documentação, CEDOC, é uma subdivisão do CEIHE – Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – vinculado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, a partir de agora referida como FaE/UFPel, através do Programa de Pós Graduação em Educação. Além do CEDOC, o CEIHE sedia também um Centro de Pesquisa.

Conforme ressaltado por Elomar Tambara, esses dois núcleos, são complementares: a História da Educação é o fio condutor que une esses espaços, tanto o CEDOC quanto o Centro de Pesquisa se dedicam a ela. (TAMBARA, 2005).

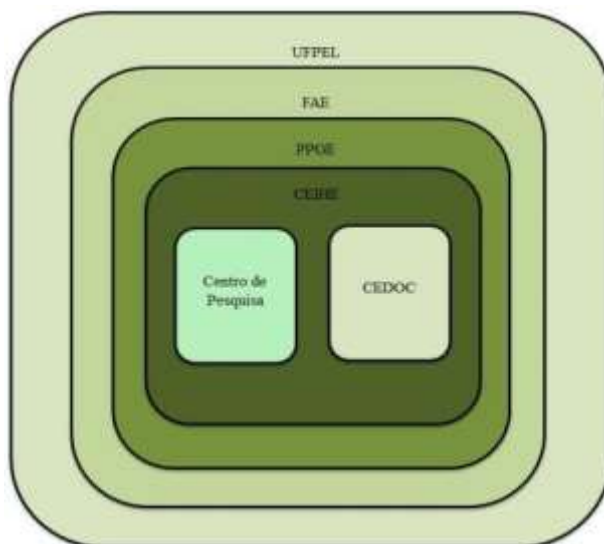


Figura 1 - Inserção do CEDOC na estrutura organizacional da UFPel

Fonte: tabela da autora, 2014.

Além dos objetivos ligados às pesquisas em História da Educação, desde o seu surgimento o CEIHE tem se dedicado à guarda, à preservação e à disponibilização do acervo vinculado à temática principal que tem sido o ponto central das discussões e reflexões do grupo integrante do CEIHE (ARRIADA; TAMBARA; TEIXEIRA, 2012).

Nesse contexto vale lembrar Mario Chagas ao escrever sobre os princípios norteadores da prática museológica, o autor enfatiza que os museus operam com três características que lhes são basilares: preservação, investigação e comunicação (CHAGAS, 2005), na mesma direção dos três itens apontados acima como ponto central do CEIHE: guardar/preservar/disponibilizar.

Centros de documentação e museus têm diversos aspectos em comum: ambos lidam com acervos e, mais especificamente, com constituição e comunicação de acervos, ou seja, há uma preocupação partilhada com a guarda, a preservação, a investigação e a comunicação nesses espaços, mesmo que os objetos salvaguardados tenham especificidades e que cada um

desses lugares possua responsabilidades e peculiaridades que marcam diferenças entre uma instituição e outra.

Talvez esse seja o ponto no qual dialogam mais profundamente essas quatro tipologias de instituições de memória: o fato de terem por finalidade a coleta, a salvaguarda e a comunicação de seus acervos.

Bellotto também observa os pontos convergentes entre estes espaços de memória: “os centros de documentação, assim como os museus, arquivos e bibliotecas têm como principais objetivos: recolher, tratar, transferir e difundir informações” (BELLOTTO, 2006, 232).

O Centro de Documentação do CEIHE foi instalado no anexo superior do antigo prédio da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Lyceu Rio Grandense, em dezembro de 2012. Antes disso, o acervo ficava guardado num espaço destinado ao CEIHE, no prédio do Instituto de Ciências Humanas/UFPel¹⁵¹, insuficiente para abrigar todo o acervo advindo das campanhas de preservação do patrimônio escolar junto às escolas, que se aproxima dos 15 mil itens, os quais estão sendo catalogados e inventariados pela equipe do CEDOC.

O CEDOC arrola em seu acervo uma hemeroteca com destaque para dois jornais produzidos na cidade de Pelotas: “O Rebate” e “O Libertador”; acervo étnico; coleção Pelotas, Almanach e álbum de Pelotas; Coleção Rio Grandense; coleção de legislação imperial; acervo de textos escolares; coleção Brasileira, livros publicados pela Editora Nacional; acervo tridimensional ligado à materialidade da cultura escolar¹⁵².

A Tabela a seguir mostra a divisão do acervo nas três áreas de conhecimento:

Objetos museológicos	Objetos tridimensionais – lápis, classes, palmatórias, flâmulas, lousas, pedras de ardósia, etc.
	Coleção de jornais.
Objetos arquivísticos	Documentos advindos de escolas que fecharam.
Objetos biblioteconômicos	Livros

Tabela 1 – Tabela demonstrativa do acervo do CEDOC.

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2014.

O Centro de Documentação é norteado por alguns objetivos, tais como: recuperar a memória da História da Educação regional preservando todo tipo de material e constituindo acervos documentais temáticos; disponibilizar um acervo documental (fontes impressas, manuscritas e iconográficas); constituir um acervo de dissertações e teses produzidas no campo da História da Educação; reconstituir a materialidade das rotinas e do cotidiano escolar; recolher e catalogar materiais doados por instituições ou pessoas; promover exposições e mostras sobre História da Educação¹⁵³.

O plano do CEDOC para término de catalogação, inventário e colocação dos dados em um banco de dados digital para acesso *on line* dos pesquisadores é de cinco anos (2017). Porém, conforme afirmam os responsáveis pelo centro, esse é um trabalho minucioso e, tendo em vista o crescimento contínuo do acervo, este prazo, poderá ser alongado.

¹⁵¹ Rua Alberto Rosa, 145. A Faculdade de Educação – FaE/UFPel – também está nesse espaço do Instituto de Ciências Humanas.

¹⁵² Folder explicativo do CEDOC, 2013.

¹⁵³ Folder explicativo disponível no CEDOC.

Os procedimentos técnicos de catalogação e sistematização de acervo são atividades contínuas. Entretanto essa fase inicial de processamento técnico do acervo, entretanto, é a mais exaustiva, exigindo maior força de trabalho, além de toda a criação de um sistema de indexação, do planejamento do banco de dados e da organização do material dentro do espaço.

Como dito anteriormente, os centros de documentação são espaços que podem abranger acervos, objetos e documentos das três áreas: Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia. O centro de documentação escolhido como objeto neste trabalho– CEDOC-CEIHE – contém objetos relativos a essas três áreas. Conforme pode ser visto na fotografia a seguir:



Figura 2 - Fotos do acervo do CEDOC; acervo museológico; acervo biblioteconômico e acervo arquivístico respectivamente.
Fonte: foto da autora, 2014.

Considerações finais

Os centros de documentação possuem como uma de suas especificidades o fato de trabalharem com uma temática, a saber, se especializarem e buscarem materiais específicos dessa área de interesse. O CEDOC-CEIHE, por exemplo, é um espaço destinado a guarda de acervos relacionados à História da Educação.

Arquivos, museus, centros de documentação e bibliotecas são similares por guardarem importantes parcelas do patrimônio, seja ele documental ou tridimensional, mas têm especificidades.

Esses espaços, conforme observamos nesta pesquisa, se configuram como espaços híbridos onde dialogam variadas tipologias de acervos, mesclando materiais de duas ou mais áreas de conhecimento: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

No Centro de Documentação percebe-se claramente as características elencadas acima: há acervos das três tipologias – Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia –, e todo esse material está alinhado a uma temática central que é a História da Educação. O CEDOC, se enquadra na descrição de centros de documentação presente nesse trabalho.

O CEDOC – Centro Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação –cumpr uma função importante colocando a disposição para pesquisa uma variedade de documentos sobre a História da Educação em Pelotas e região sul do Rio Grande do Sul e salvaguardando essa memória.

Referências

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Acervos escolares: espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio histórico-educativo. **Revista Didática**

Sistêmica, [da] Universidade Federal do Rio Grande, v. 14, n. 2, p. 15-29 2012, Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/redis/issue/view/397>> acesso em: 15 de outubro de 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação - RS - Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, 2000.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. **Estabelece o Estatuto dos Museus**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm> acesso em 30 de julho de 2014.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação – RS – Porto Alegre, nº 31, p.15-29, 2002.

CHAGAS, Mário. Pesquisa Museológica. In: **Museu: instituição de pesquisa**. Organização de: Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. — Rio de Janeiro : MAST, 2005 (MAST Colloquia; 7).

GLOSSÁRIO ARQUIVÍSTICO. disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/glo_arq.php acessado em 06 de abril de 2014.

NEVES, Rogério Xavier. **As possibilidades educacionais dos centros de documentação e memória**. 2005. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000376585&fd=y>> acesso em: 04 de janeiro de 2014.

TAMBARA, Elomar. Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE. **Revista Horizontes**, v. 23, n. 2, p. 141-146, jul. / dez. 2005. Disponível em: [http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/uploadAddress/_horiz-1\[6577\].pdf](http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/uploadAddress/_horiz-1[6577].pdf) acesso em 10 de janeiro de 2014.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, imprensa oficial, 2003, volume 9. (Projeto como fazer).

O Patrimônio pomerano na interface com a criação de um espaço de memória

Patrícia Weiduschadt¹⁵⁴

Carmo Thum¹⁵⁵

Patrícia Griep Kern¹⁵⁶

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o patrimônio pomerano a partir da constituição de um espaço de memória na Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Soares da Silveira, em Canguçu. Esse espaço foi pensado a partir de uma atividade pedagógica em que foram encontrados muitos objetos em tapetas com os alunos. Num primeiro momento discutiremos a questão da memória e identidade como uma construção coletiva a partir do processo de musealização. Ainda analisaremos as rodas de diálogos na produção do espaço de memória como metodologia junto à comunidade no processo da constituição do museu. Nessa metodologia os alunos, professores e pesquisadores reconhecem-se como sujeitos históricos que contextualizam e reconhecem esse acervo como um patrimônio pomerano, o qual precisa ser registrado, protegido e preservado.

Palavras-chave: Patrimônio, Pomeranos, Memória, Musealização, Comunidade.

Introdução

O presente trabalho faz parte de um projeto que pertence a um programa de extensão vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), denominado *Memória e Educação: diálogo com a diversidade camponesa (Edital Proext-2014)*, desenvolvido pelo grupo de pesquisa, Núcleo Educamemória, em um processo que iniciou em 2007 (THUM, 2009). O objetivo central deste trabalho é socializar algumas das ações que pertencem ao processo de musealização que está em andamento em uma comunidade pomerana do interior do município de Canguçu/RS. Esse processo vem sendo desenvolvido desde o segundo semestre de 2013 através de reuniões e conversas com as professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Soares da Silveira e pesquisadores do Núcleo Educamemória (IE/FURG). A escola desenvolve já há alguns anos um trabalho de memória e registro da cultura pomerana através de atividades interdisciplinares exercitando o guardar, o proteger, o promover e o interpretar.

Neste artigo, pretendemos discutir a importância da memória no processo de musealização, compreendendo o museu como constituição de um espaço de memória que traz sentido para a comunidade (NORA, 1993). Os aspectos da memória coletiva na comunidade fortalecem-se pelo sentido de pertencimento do grupo e, determinados espaços constituídos na escola- comunidade auxiliam esse processo.

Apresentaremos a metodologia da Roda de Diálogo como procedimento metodológico no espaço escolar e comunitário para melhor compreender o processo de rememoração e identificação dos camponeses, especialmente os pomeranos, para o caso aqui apresentado. Por fim, apresentamos as práticas desenvolvidas na escola para o processo de musealização no contexto apresentado.

Memória e identidade

A memória e identidade diante da constituição de um espaço museológico fortalecem a pertença comunitária, em especial, quando esse espaço faz sentido para o grupo. A

¹⁵⁴ Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prweidus@gmail.com.

¹⁵⁵ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), carthum2004@yahoo.com.br.

¹⁵⁶ Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Soares, patriciagriep@hotmail.com.

comunidade onde está inserida a escola Carlos Soares da Silveira privilegia e mantém intensa interlocução com pais, alunos e professores e busca dialogar e constituir práticas coletivas.

Essas comunidades (a maioria de origem pomerana) marcam a sua identidade étnica, em especial, expressada na linguagem, formando uma comunidade de falantes da língua pomerana. Essa identidade não é essencialista (WOODWARD, 2002). É construída através de práticas e de certa forma imaginada (ANDERSON, 1989). Em geral, os grupos acreditam que a sua memória está assentada na história dos antepassados, mas é preciso possibilitar a ampliação dessa discussão, possibilitando ao coletivo a problematização do seu pertencimento através da valorização da cultura local.

Os aspectos da memória e da rememoração do conjunto de sujeitos são produzidos através de memórias coletivas do grupo pomerano campesino. A memória é coletiva porque as recordações coletivas se marcam na lembrança do indivíduo pelo outro, é necessário ter o outro para reforçar e lembrar a recordação ou as práticas que as pessoas tentam conservar. Por isso, ao trabalhar com a cultura local ficam visíveis os significados de rememorar a partir da cultura local.

É necessário perceber que as lembranças e as imagens dos envolvidos estão configuradas de uma forma que estão relacionadas com o contexto social a que pertencem. A lembrança de qualquer pessoa vai estar ligada à construção histórica e a identificação da composição comunitária que a constituiu, pois as relações sociais e culturais são marcantes na formação destas memórias coletivas, e se a memória é um processo, também é importante perceber as formas do grupo se relacionar e se identificar, em especial, nos processos históricos educativos.

Precisa-se levar em consideração que as lembranças dos sujeitos pertencentes a um conjunto social e sua constituição são permeadas pelas marcas de sua pertença.

Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade* lembra que a lembrança de velhos reforça que as lembranças evocadas será aquilo que o depoente vivenciou no meio social, ou seja, nas relações com o seu grupo. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência a este indivíduo” (BOSI, 1987, p. 17).

Em relação ao aspecto da memória coletiva, há muitas discussões em torno da dicotomia entre memória coletiva e individual, ou seja, a última sendo apontada como se os indivíduos por si só tivessem uma capacidade nata de possuir esta memória, mas acreditamos que ela não está desvinculada da memória coletiva, como nos coloca Halbwachs (1990):

[...] que a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento de lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava [...] (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A memória individual se assenta na memória coletiva, porque as lembranças e recordações são construídas em uma base de memória coletiva. Para valorizar a cultura local através de espaços de memória é preciso ter esta assertiva que lembrar e relembrar coletivamente é fundamental para a constituição das relações sociais.

De fato, a memória para ser reavivada e recordada precisa de linguagem e símbolos compartilhados num grupo. Uma memória que se forma nas comunidades é uma memória coletiva, não existindo uma memória individual e essencial¹⁵⁷. Assim, parafraseando Fernando

¹⁵⁷ Em relação a idéia de oposição a uma memória essencialista, trata-se de entender que a nossa memória é construída e como menciona HALBWACHS (1990) nós não possuímos uma memória em forma de tabular rasa, onde se inscreve de maneira lógica, linear e individual as nossas lembranças. A nossa memória é construída, seletiva e permeada pelas relações sociais.

Cartroga (2001) “O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória colectiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhados” (CARTROGA, 2001, p. 48).

Para isto a memória e a identidade estão entrelaçadas num processo que cria um sentimento de pertença, ao mesmo tempo em que os sujeitos identificam-se entre si, criam uma memória social no grupo com recordações similares e que se relacionam, formando uma rede de associações e de esquecimentos. Por isso, os lugares de memória como os museus e a interlocução entre a comunidade e a escola através das rodas de diálogo são importantes.

Rodas de diálogos na produção do espaço de memória

O desejo de se criar um espaço de memória que pudesse preservar a história e a memória da cultura pomerana é de longo prazo, e aponta para a idéia de Museu da Cultura Pomerana Camponesa da Serra dos Tapes. Criar um museu na comunidade é uma ação compartilhada entre professores, alunos, comunidade e Núcleo Educamemória que já vem sendo discutida há alguns anos com os professores e alunos da Escola Carlos Soares, e com a comunidade local.

Para o trabalho de produção do espaço de memória na escola, utilizamos como metodologia as Rodas de Diálogo (THUM, 2009), baseada na interlocução com diferentes sujeitos, relacionando as experiências e os processos vividos e configurando-se como um instrumento de interpretação que busca o sentido da experiência da cultura local pomerana. As Rodas de Diálogo acompanham a ideia de guarda da memória desta localidade e pretendem encaminhar ações de produção de um espaço de memória na escola, com vista à criação de um museu com artefatos da história da localidade e da cultura pomerana.

Desde 2007, mais especificamente, uma das professoras¹⁵⁸ da E. M. E. F. Carlos Soares da Silveira já manifestava em uma Roda de Diálogo com os demais professores, o desejo de salvar objetos da localidade onde morava. Com o auxílio do trabalho de pesquisadores do Núcleo Educamemória, a escola criou uma disciplina específica, intitulada de História, Memória, Sustentabilidade Pomerana Alemã. Nesta disciplina, os alunos da escola acompanhados pedagogicamente pela professora responsável, introduziram pesquisas utilizando como estratégia metodológica a memória das pessoas da localidade, através de perguntas e questionários direcionados aos pais, e, sobretudo, as pessoas de mais idade que ainda permanecem no lugar.

A partir de então, o tema da memória das pessoas do local passou a fazer parte do registro da história deste lugar e passou a ser tratada como fonte para as problematizações dos estudos escolares, não só na disciplina específica, como também nas disciplinas de Matemática, Português, Ciências, Educação Física, Artes e demais, através de projetos interdisciplinares da escola.

Além do trabalho com a memória, as professoras da escola Carlos Soares da Silveira passaram a investir em visitas as casas mais antigas da localidade na busca por objetos que estavam sendo colocados ‘fora’ como uma maneira de descarte. Em uma das visitas, as professoras e os alunos foram até uma tapera¹⁵⁹ e encontraram muitos objetos antigos que trouxeram para a escola para dar início ao museu e também para que pudessem salvar o material do descarte.

Os passeios e a coleta deste tipo de material nas casas através da disciplina “História, Memória, Sustentabilidade Pomerana Alemã” despertaram o interesse das famílias da localidade que passaram a fazer doações esporádicas e, assim, o acervo aumentou

¹⁵⁸ A professora Patrícia Griep Kern mora na localidade de Herval e trabalha na localidade de Nova Gonçalves, ambas localizadas no interior do município de Canguçu/RS.

¹⁵⁹ Casa abandonada. Na localidade pesquisada a presença de taperas é significativa devido ao êxodo das pessoas do campo para cidade.

significativamente. No início do ano de 2014, já sabendo de todo o trabalho realizado pela escola há bastante tempo, pesquisadores do Núcleo Educamemória realizaram uma Roda de Conversa com os professores para dar início ao processo de musealização do acervo já coletado.

As Rodas de Diálogo passaram a subsidiar o trabalho e aconteceram com os professores, com os alunos, pais e comunidade para que através das conversas mediadas com os pesquisadores do Núcleo Educamemória se tivesse elementos para a interpretação e produção de sentidos sobre a cultura desta localidade na Serra dos Tapes.

As Rodas de Diálogo vem acontecendo paralelamente ao processo de musealização que engloba todas as atividades museográficas de uma instituição deste tipo, as quais reúnem todos os procedimentos técnicos relativos à salvaguarda, como a (conservação e documentação) e à Comunicação (exposição e ação educativa) (BRUNO, 2002). Desse modo é necessário compreender que

O que caracteriza um museu é a intenção com que foi criado, e o *reconhecimento público* (o mais amplo possível) de que é efetivamente um museu. O museu é o local do fato “museal”; mas para que esse fato se verifique com toda a sua força, é necessário “musealizar” os objetos (os objetos materiais tanto quando os objetos conceito). Podemos assim “musealizar” objetos que são vestígios, provas da existência do homem e seu ambiente, de seu meio natural ou modificado por ele próprio. A musealização concernem objetos que possuem valor de testemunho, de documento e de autenticidade com relação ao homem e à natureza (GUARNIERI apud BRUNO, 2010, p. 125).

A necessidade de se criar um espaço busca criar na identidade do grupo, porque os objetos foram doados pela comunidade.

Com o auxílio dos alunos do 9º ano da escola iniciou-se o trabalho de documentação museológica e conservação preventiva, onde cada aluno ficou responsável por um objeto do acervo. Na imagem a seguir, vemos os alunos participando de um dos primeiros movimentos do processo de documentação museológica do acervo da Casa da Cultura Pomerana Camponesa (Figura 1).

Figura 1: Alunos do 9º ano da E.M.E.F. Carlos Soares da Silveira. Em processo de Documentação Museológica.



Acervo: Núcleo Educamemória/2014.

No que diz respeito à documentação do acervo, foram confeccionadas e preenchidas fichas catalográficas para cada objeto, onde cada um recebe um número de registro. Esta etapa também inclui a realização da pesquisa sobre cada um deles, atividade que está sendo realizada por cada aluno, junto à comunidade, a partir dos relatos dos próprios familiares. No

que tange à conservação preventiva cada objeto foi higienizado e acondicionado individualmente em invólucros neutros (Figura 02), para depois ser armazenado em local previamente adaptado.



**Figura 02: Alunos do 9º ano da E.M.E.F. Carlos Soares da Silveira. Em processo de conservação preventiva do acervo.
Acervo: Núcleo Educamemória/2014.**

Para o processo de musealização, as Rodas de Diálogo foram essenciais para a pesquisa dos objetos catalogados em cada oficina de ação preventiva. As oficinas foram realizadas com os alunos do 7º, 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental. Após cada oficina e para cada objeto tombado, o aluno tinha como tarefa descrever uma história verdadeira, uma história contada e uma história inventada, visando coletar dados relativos à história do acervo.

Para a tarefa pedida, novamente os alunos recorriam aos pais e avós na busca de alcançar o objetivo de registrar os diferentes aspectos de cada objeto tombado. A socialização e interpretação destas “histórias” se deram também através das Rodas de Diálogo para que o aluno pudesse produzir o sentido de ter o objeto no museu e, sobretudo, na memória coletiva da comunidade a serviço do espaço de memória.

Considerações Finais:

Foi possível perceber a questão do pertencimento e da identidade através do processo de memória coletiva através da ação pedagógica e museológica.

É significativo refletir sobre a importância do desenvolvimento de todas as etapas que envolvem este processo de musealização como partes complementares de um trabalho maior de valorização de uma cultura particular, neste caso a cultura pomerana. Todas as atividades, que se encontra em desenvolvimento, são pensadas em parceria com a escola e a comunidade onde ela está inserida, e onde futuramente, o museu também se encontrará. Afinal, são eles os sujeitos históricos que contextualizam e reconhecem esse acervo como um patrimônio pomerano, o qual precisa ser registrado, protegido e preservado.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Ática, 1989.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade lembrança de velhos**. 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira (org). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. **Entre a Museologia e a Museografia: propostas, problemas e tensões**. In: Seminário Internacional História Representada: o dilema dos museus, 2006, Rio de Janeiro, p. 1-15.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre, UFRGS, 2001, p. 43-69.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.
- THUM, Carmo. **Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**.— Programa de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2009. 383f. Tese (Doutorado em Educação).
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. IN: SILVA, Tomaz T. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 103- 133

2 - Patrimonialização do sofrimento.

Coordenadores (as): Profa. Dra. Juliane Serres e Profa. Dra. Renata Albernaz.

O discurso patrimonial engendra novos espaços como “lugares de memória”, como aqueles que poderíamos considerar vinculados ao sofrimento: antigos hospitais, antigas prisões, locais relacionados a tragédias, a crimes, locais relacionados à ditadura civil-militar no Brasil, entre outros. Através do discurso patrimonial são atribuídos novos significados a esses espaços. O presente Simpósio pretende discutir esse fenômeno contemporâneo, que compreende além de uma dilatação temporal até um passado bem recente, uma ampliação dos valores relacionados ao patrimônio. Como e porque patrimonializar o sofrimento?

Auschwitz e Birkenau: espaços de memória da indústria da morte.

Carlos Alberto Ávila Santos¹⁶⁰

Resumo

O artigo enfoca os campos de concentração de Auschwitz e Birkenau, na Polônia. Espaços criados durante a Segunda Guerra e destinados: ao confinamento, à exploração da mão de obra escrava dos judeus e inimigos do regime nazista, ao extermínio em massa. Comenta sobre a organização da área, o tombamento do sítio, a transformação das instalações em recintos museológicos. Expõe os objetivos do memorial e as ações educativas promovidas pelo órgão.

Palavras-chave: Confinamento; Tortura; Extermínio; Patrimonialização, Museu.

Desde sua ascensão ao poder, no ano de 1933, o regime nazista construiu locais de detenção e aprisionamento. Inicialmente, grande parte dos encarcerados era formada por alemães considerados inimigos do nazismo: comunistas, social-democratas, ciganos, homossexuais e pessoas anti-sociais ou fora dos padrões sociais (CAMPOS NAZISTAS. Disponível em: www.usmm.org/wle/ptbr/article.php?ModuleId=10005144). Até 1945, milhares foram criados na Alemanha e nos países ocupados pelos exércitos germânicos, estabelecendo lugares de trabalhos forçados, espaços de transição e campos de extermínio. Na Polônia, invadida no mês de setembro de 1939, os teutos organizaram oito núcleos destinados ao Holocausto. Dentre eles, Auschwitz e Birkenau foram os centros mais importantes do assassinato de judeus europeus. Ao final da Segunda Guerra, o governo polonês aprovou lei para a preservação das instalações desses dois sítios, com o objetivo da criação do Museu de Oswiecim-Brzezinka. Os campos ascenderam à condição de patrimônio mundial da UNESCO em 1979. Vinte anos depois, o memorial foi renomeado como Museu do Estado de Auschwitz-Birkenau de Oswiecim (AUSCHWITZ E BIRKENAU, 2011).

Com a invasão à Polônia, a antiga cidade de Oswiecim foi incorporada ao III^o Reich. Entre os anos de 1940 e 1941, as indústrias existentes no lugar receberam ampliações e passaram a produzir materiais bélicos. Os habitantes judeus, que compunham 60% da população, seguiram para os guetos poloneses ou para os campos de trabalho na Alemanha, os restantes foram expulsos do local. As tropas nazistas destruíram cerca de 1200 casas da localidade. Os oficiais e soldados da SS designados para supervisionar a área de confinamento e mão de obra que se formava, ocuparam com suas famílias outras moradias. Um imenso complexo de pavilhões de uma fábrica de munições polonesa foi adaptado para novo uso, o alojamento dos prisioneiros do campo de concentração. Em fotografia aérea atual (Figura 1), vêem-se os edifícios preservados pelo governo polaco. Um módulo se destaca no primeiro plano da imagem, edificado para abrigar parte do museu. Sobre o portão de entrada da área resguardada, atrai à atenção a frase “*Arbeit Macht Frei*”, cuja tradução é “O trabalho liberta”. (Figura 1) Um ditado irônico, pois os judeus ali confinados só eram libertos com a morte, em suas múltiplas faces – os trabalhos forçados e a exaustão, os maus tratos, a fome, as doenças, os enforcamentos, os fuzilamentos, as câmaras de gás.

¹⁶⁰ Professor do Centro de Artes da UFPel. betosant@terra.com.br



Figura 1 – O complexo de Auschwitz, e o portão de entrada do campo de concentração.

Fonte: AUSCHWITZ E BIRKENAU, 2011.

A visita aos vários pavilhões de Auschwitz é feita, obrigatoriamente, por grupos de quinze pessoas. Diferentes guias conduzem os agrupamentos formados e fornecem informações históricas sobre cada um dos blocos, em distintos idiomas. (Figura 2) Cartazes estão dispostos pelo trajeto, à frente de cada prédio, com fotografias da época e desenhos que mostram, por exemplo: a chegada dos trens, as filas de prisioneiros que se formavam nas plataformas, a separação em subgrupos de homens, mulheres e crianças, a seleção dos capacitados aos trabalhos forçados, o encaminhamento dos incapazes às câmaras de gás, as montanhas de malas e de objetos abandonados junto aos vagões. As legendas desses painéis (Figura 2) descrevem as imagens em polonês, inglês e japonês. Nas salas dos primeiros edifícios, em várias vitrines estão expostas as fichas de registro dos detentos, com o número recebido na inscrição, seguido do nome, da idade, da religião e da origem dos mesmos, salientando as categorias nas quais se encaixavam: os judeus; os ciganos; os presos políticos; os prisioneiros de guerra; os testemunhos de Jeová; os homossexuais, na sua maioria, germânicos; os criminosos teutos, que auxiliavam a manter a ordem no campo; os poloneses que, de alguma forma, protegeram judeus.



Figura 2 – Auschwitz: uma das guias, os painéis informativos e a vitrine com as próteses usadas pelos deportados.

Fonte: Fotos do autor, 2011.

Outros blocos foram mantidos como eram durante a guerra, cujas salas podem ser visualizadas através de lâminas de vidro fixadas nas portas de entrada de cada compartimento. Nelas estão dispostas as camas com três leitos sobrepostos, os colchões e cobertas, os uniformes listrados em preto e branco. Havia quartos duplos e outros individuais, mobiliados com mesas, bancos e guarda roupas, ocupados pelos judeus que, para obter regalias dos soldados inimigos, auxiliavam na vigilância dos outros prisioneiros. Lavatórios e banheiros coletivos complementam esses recintos. Outros prédios tiveram algumas das paredes internas removidas, ampliando os espaços para a disposição de milhares de malas e de sapatos

masculinos, femininos e infantis, para as inúmeras próteses utilizadas pelos confinados (Figura 2), para uma quantidade de potes usados pelos detentos para as refeições ou necessidades físicas, para as montanhas de objetos de higiene: pincéis de barba, escovas de dente ou de cabelo. Assombram os visitantes os inúmeros óculos empilhados. Impressionam as vitrines onde se acumulam mechas de cabelos de diferentes tipos e cores, muitas delas trançadas, que eram enviadas às fábricas de tecidos, mescladas aos fios de algodão para a produção de cobertores.

Em alguns corredores que ligam os ambientes interiores dos módulos, estão fixadas às paredes as fotografias de muitos judeus, com a data da chegada dos mesmos ao campo de concentração, e o dia e ano da morte de cada um. É comovente ver esses rostos estranhos, identificar seus nomes e origens, imaginar o sofrimento constante desses infelizes durante o período em que ficaram aprisionados. Foram vítimas da origem racial, independentemente da idade, do sexo, da nacionalidade ou das opiniões políticas. Emocionam as vitrines com as roupinhas e sapatinhos que restaram dos bebês, os vestidos e bonecas das meninas, muitas maltrapilhas e quebradas, com alguns dos membros lacunares, ou sem os olhos. Os carrinhos de brinquedo dos meninos. Outras vitrines exibem as latas de gás *Zyklon B* e os granulados, que facilitavam a propagação do veneno, capaz de matar em vinte minutos, de duas a quatro centenas de vítimas aglomeradas nas câmaras de extermínio.

Dois blocos eram utilizados para os julgamentos dos presos políticos e dos prisioneiros de guerra, na maioria das vezes condenados à morte por meio dos fuzilamentos. Um paredão de concreto erguido no pátio que intercala os dois prédios destinava-se às execuções. No interior das edificações, selas de diferentes tamanhos serviam como cárceres durante os processos. Algumas delas são tão minúsculas, que o encarcerado mantinha-se em pé durante dias e noites. Juntamente com as torturas praticadas, somadas ao cansaço, à fome e à sede, os martírios levavam os prisioneiros a delatar aquilo que os oficiais da SS queriam ouvir. No exterior, cadafalsos de madeira sustentam forcas. Os enforcamentos penalizavam os que tentavam fugir do campo ou se rebelavam contra os nazistas. Quando isso acontecia, os detentos eram recrutados, formavam pelotões, assistiam a execução das penas, e ali permaneciam por horas a fio em pé, como castigo, independentemente do frio e da neve, do calor ou da chuva. Todos os pavilhões são envolvidos por cercas de arame farpado – na época, eletrificados – que evitavam as fugas e o contato entre os confinados de cada alojamento. Entre elas, guardas armados transitavam acompanhados de cães, e garantiam a incomunicabilidade entre os cativos.



Figura 3 – Birkenau: Galpão de madeira destinado ao confinamento dos prisioneiros, e as latrinas instaladas em alguns desses módulos.

Fonte: Fotos do autor, 2011.

O primeiro comboio, que através dos trilhos trouxe os prisioneiros iniciais para Auschwitz, chegou ao local no dia 14 de junho de 1940. Eram 728 presos políticos poloneses, considerados perigosos: dirigentes de organismos sociais, sacerdotes e chefes religiosos, expoentes da cultura, das ciências e das artes, oficiais do exército polaco e membros da

resistência. Com o desenrolar da guerra, intermináveis trens continuaram chegando. Situado no coração do território europeu dominado pelos hitleristas, a localização do campo era estratégica, pois facilitava a deportação dos judeus das outras nações ocupadas, através das ferrovias: França, Bélgica, Holanda, Grécia, entre outras. As levadas constantes de deportados levaram os nazistas a organizarem um segundo campo de concentração na área. Foi iniciada, no outono de 1941, a construção do espaço de trabalho e extermínio de Birkenau, assentado a três quilômetros de Auschwitz, na localidade de Brzezinka. Diferentemente de Auschwitz, cujo complexo fabril foi adaptado para os confinamentos, Birkenau teve projeto criado pelos engenheiros teutos com o mesmo objetivo. Centenas de galpões de madeira, pré-fabricados, foram erguidas pela mão de obra escrava dos prisioneiros (Figura 3), que também prepararam o terreno, cavaram valas para o escoamento das águas da chuva, sob o comando dos oficiais da SS.

Nos espaços retangulares interiores dos barracões, beliches estão enfileirados, a cada lado. No centro desses recintos, em alvenaria de tijolos construíram-se sistemas de aquecimento, alimentados com lenha e carvão. Mesmo assim, o frio deveria ser terrível a cada inverno, pois as construções cobertas com telhas de zinco não tinham forros, e as junções dos telhados com as paredes, e dessas com os pisos, apresentam frestas enormes. Durante os verões, a super lotação dos ambientes deveria contribuir para que se fizesse, nos interiores, um calor infernal. Muitos blocos foram ocupados por latrinas (Figura 3), com tampos moldados em concreto, vazados em formas circulares. Os prisioneiros jamais tinham qualquer momento de intimidade. Além das flagelações cotidianas, eram conduzidos em bandos às cloacas, em horários definidos pelos nazistas, usando as patentes em tempo determinado pelos soldados. Após o uso, outros grupos de presos se encarregavam da limpeza dos dejetórios. Registros informam que os confinados preferiam esse tipo de atividade, em relação aos trabalhos executados nos espaços externos, pois no interior dos barracos eram protegidos das chuvas, da neve e do frio, ou do sol e do calor, conforme a estação.

Em Auschwitz havia uma câmara de gás e dois crematórios. Em Birkenau funcionaram quatro câmaras de gás e quatro crematórios. Nesse último campo, os grandes espaços de exterminação em massa foram cavados no chão pelos prisioneiros. No interior das imensas covas ergueram os pisos, as paredes e os tetos com tijolos, pedras e concreto. Escadas levavam ao subsolo. Na cobertura concretada, aberturas quadrangulares eram fechadas por portinholas de madeira, nas quais os soldados depositavam, pelo exterior, as latas do gás *Zyklon B*. Com o objetivo de esconder os crimes de guerra, os oficiais da SS tentaram destruir essas construções. Porém, duas delas restaram em pé, a câmara de gás de Auschwitz e um dos crematórios de Birkenau. O procedimento para os assassinatos pode ser visto por meio de maquetes. As turmas desciam pelas escadas e chegavam até uma ante-sala, despiam-se e seguiam para os amplos e escuros recintos de extermínio. As portas eram fechadas. Quando reabertas, depois de vinte minutos, centenas de corpos inertes amontoavam-se sobre o chão. Outros detentos carregavam os cadáveres aos crematórios, empilhados em pequenas carretas. Os uniformes das vítimas eram repassados aos prisioneiros que continuavam chegando.

Pressentindo a derrota e a aproximação do final da guerra, o objetivo de Adolf Hitler voltou-se para o assassinato total dos judeus aprisionados. Como os crematórios tiveram rendimento insuficiente para a eliminação dos vestígios da exterminação em massa, os soldados jogaram os corpos dos sacrificados em valas, ou os queimaram em grandes fogueiras. Do total de 1.300.000 deportados aos campos de Auschwitz e Birkenau, 1.100.000 foram mortos pelos nazistas, a maior parte nas câmaras de gás. Desses, 1.000.000 eram judeus. Com a rendição dos exércitos alemães, 7.000 prisioneiros receberam a liberdade no dia 27 de janeiro de 1945. Dentre os libertos, havia 500 crianças. Alguns meses depois, um grupo de ex-detentos poloneses lançou a ideia de salvar as instalações dos dois campos de concentração. Foi organizada uma associação denominada “Preservação Permanente do Campo de Auschwitz”, com o intuito de acolher os milhares de peregrinos que afluíam ao local em busca de informações sobre familiares e amigos, ou para render homenagem aos mortos.

O atual Museu do Estado de Auschwitz-Birkenau de Oswiecim foi criado no mês de julho de 1947, ocupando uma área de 191 hectares. Anualmente, as instalações tombadas pela UNESCO recebem mais de um milhão de visitantes, originados de diferentes países do mundo.

Desde o surgimento da proposta de criação do museu, debates foram realizados para definir a política do novo órgão, dos quais participaram os sobreviventes, museólogos, conservadores/restauradores, historiadores, professores, representantes do governo. Questionava-se na época, se o único objetivo seria expor a história pretérita, narrar os principais mecanismos do sistema carcerário e dos crimes de guerra. Foi decidido conservar todas as instalações da área, mesmo as ruínas dos prédios dinamitados pelos alemães antes de abandonar os dois sítios; coletar todos os objetos encontrados e pertencentes às vítimas, como também as fichas de inscrição dos detentos e os documentos ainda existentes. Ou seja, preservar tudo aquilo que pudesse ser conservado. Analisada cientificamente, a macabra coleção foi disponibilizada aos organizadores do memorial. Nem todos os envolvidos aceitavam a definição de museu. Alguns grupos defendiam que a localidade era, na verdade, um cemitério. Muitos viam as instalações como monumentos. Outros defendiam os espaços como um centro de educação, como lugar de pesquisas sobre as pessoas que ali perderam a vida. Na realidade, o museu criado reúne todas essas ideologias, que não se excluem, mas se complementam.

O Museu do Estado de Auschwitz-Birkenau de Oswiecim objetiva a preservação e conservação de todo o acervo angariado, que inclui obras de arte pertencentes aos judeus poloneses, furtadas pelos nazistas e localizadas, depois do conflito, no território da Polônia. Da coleção artística, que soma um total de 6.000 trabalhos, 2.000 são criações dos detentos de Auschwitz. Muitas das 3.800 malas reunidas conservam ainda os nomes e os endereços das vítimas. Juntamente com as 260 peças de roupas civis, 570 uniformes listrados, 80.000 sapatos, 460 próteses, 260 *talliths* – espécie de xale usado nas orações judaicas –, 12.000 potes e urinóis, 40 kg de óculos e os cabelos cortados das mulheres e meninas deportadas, constituem a mostra organizada nos pavilhões da antiga fábrica. Nos arquivos encontram-se documentos originais e cópias obtidas de outras instituições, 39.000 negativos de fotos realizadas pelos oficiais da SS que administraram Auschwitz, 200 fotografias da chegada dos trens e dos detentos à plataforma de Birkenau, 2.500 retratos pertencentes às famílias deportadas, dezenas de imagens aéreas fotografadas pelos pilotos americanos. Somam-se ainda, 248 volumes de documentos da SS, com as plantas dos projetos de adaptação, construção e ampliação dos dois campos de concentração, e registros fotográficos das instalações das fábricas de objetos bélicos em Oswiecim, da expulsão da população que habitava o local.

Informações foram coletadas entre os sobreviventes e pessoas implicadas com a ajuda e assistência dos antigos detentos, por meio da metodologia da história oral. Toda a documentação é disponibilizada aos pesquisadores e historiadores. Consultas podem ser feitas através da internet. Infelizmente, são reduzidos os registros sobre as vítimas de Auschwitz. Grande parte foi destruída pelos soldados da SS. Além disso, muitos deportados eram enviados diretamente às câmaras de extermínio, antes mesmo de serem inscritos nos arquivos nazistas. Atualmente, os bancos de dados eletrônicos permitem o acesso rápido às análises da documentação, através dos computadores e equipamentos instalados. A biblioteca conta com 30.000 volumes, que versam sobre: a história da Segunda Guerra, do III^o Reich, do Holocausto, dos campos de Auschwitz e de Birkenau, das tradições do povo judeu, do anti-semitismo, do racismo, do neonazismo. Integram a coleção obras científicas e literárias – memórias, romances, novelas, poemas, peças de teatro – dicionários, atlas e enciclopédias, manuscritos redigidos pelos prisioneiros e encontrados nos blocos de confinamento. A editora do memorial publica catálogos e periódicos.



Figura 4 – Restausos de uma torre de vigia de Auschwitz, e do interior de um dos barracões de Birkenau.

Fonte: AUSCHWITZ E BIRKENAU, 2011.

Os trabalhos de conservação empregam múltiplos técnicos da área. (Figura 4) A cooperação com estabelecimentos de ensino superior – a Universidade Nicolas Copernic de Torun, as academias de Belas Artes de Cracóvia e de Varsóvia, as escolas politécnicas polacas, a Escola Central de Economia Rural da Polônia, a Fachhochschule de Colônia, na Alemanha – permitem elaborar projetos inovadores e organizar estágios para os estudantes. Especialistas e estagiários dedicam-se à preservação e restauração de mais de 150 construções, à consolidação das ruínas, à manutenção das cercas de arame farpado e dos postes de concreto que as sustentam, das torres de vigia, dos caminhos internos, das valas de escoamento da neve em degelo e das águas das chuvas, das árvores plantadas durante ou depois da guerra. As tarefas de preservação, logicamente, são aplicadas à diversa documentação. Como também para a limpeza dos objetos expostos, dos elementos de metal dos fornos do crematório de Birkenau, dos instrumentos dos gabinetes onde os médicos nazistas desenvolviam experiências, usando como cobaias os cativos.

Além da exposição permanente, no local são realizadas mostras temporárias, que enfocam diferentes eventos da Segunda Guerra, do III^o Reich e do Holocausto. Exposições são montadas com o acervo do museu e enviadas às nações europeias ou aos países de outros continentes. No ano de 2005 foi criado o “Centro Internacional para a Educação sobre Auschwitz e o Holocausto”, por iniciativa do Ministério da Cultura da República da Polônia. A associação com a juventude e com os professores poloneses ou estrangeiros, e instituições científicas polacas ou de outras nações, corrobora para a organização de conferências e exposições, para os colóquios destinados à multiplicação e à propagação dos conhecimentos sobre o tema, para a projeção de filmes e documentários, para a realização de concursos de desenhos ou de redações realizados pelos alunos. Vê-se então, que o objetivo do Museu do Estado de Auschwitz-Birkenau de Oswiecim é conservar não só os campos de concentração, mas preservar a memória das vítimas e denunciar as atrocidades praticadas no período de existência da indústria da morte. Para que, talvez, não se repitam no mundo.

Referências

AUSCHWITZ E BIRKENAU: história e presente. Auschwitz: Museu do Estado de Auschwitz-Birkenau de Oswiecim, 2011.

CAMPOS NAZISTAS. Disponível em: <http://www.usmm.org/wle/ptbr/article.php?ModuleId=10005144> Acesso em: 6/08/2014.

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os cemitérios como lugares de memória, pois eles guardam partes da memória individual e coletiva de uma sociedade. É no cemitério onde a memória se condensa e se petrifica, assim como se acumula, gerando camadas de saberes. Os lugares de memória são locais com valores para uma sociedade e ligados ao patrimônio ajudam na preservação dos mesmos. O turismo cultural pode fazer uso desses locais para seu benefício, e os cemitérios surgem como produtos.

Palavras-chave: Turismo; Morte; Cemitério; Lugar de Memória.

Introdução

Desde os primórdios da cultura humana, é de fundamental importância dar um destino aos mortos, buscando-se para isso as formas e os lugares que cada cultura achasse mais adequados, os chamados cemitérios; na atualidade, deixar os cadáveres abandonados ao relento ficou no passado primitivo. O cemitério é uma pequena cidade dentro da cidade, só que ao invés de vivos lá “vivem” os mortos, daí serem denominados como necrópoles e fazerem parte da paisagem urbana. Cada cidade tem o seu, pois é como uma necessidade tê-lo.

O seu estudo pode ser riquíssimo, ajudando a desvendar o passado do local onde o cemitério se encontra. Pode-se observar em um cemitério não somente a história da população que ali está enterrada, como também a evolução da arquitetura, das artes, dos costumes daquela sociedade. Ele pode ser considerado a segunda morada, onde o túmulo é a casa, e o cemitério é a projeção de uma cidade. “São nos cemitérios que se repetem os elementos arquitetônicos e paisagísticos presentes nas cidades e onde se reproduz, de fato ou de forma idealizada, a ordem socioeconômica dos vivos” (RAGON, 1981, p.37).

É no cemitério que a Cultura se expressa diante da morte, por meio, tanto da arte funerária, como dos rituais e crenças. Ao visitar um cemitério, busca-se o reencontro através da lembrança de quem ali “descansa em paz”. Quando uma pessoa morre, morre com ela sua identidade, que é única. O cemitério como lugar de última morada, acaba sendo um local para petrificar a identidade.

Na atualidade existem outras práticas, como a cremação, e não só o enterramento dos cadáveres, mas por seu alto custo, os sepultamentos em cemitérios ainda são a prática mais comum; e é justamente nesse amontoado de túmulos e jazigos que se criam lugares de memória. Assim, os cemitérios guardam diversas camadas de memória que foram se sobrepondo ao longo da sua história. A materialidade dos túmulos e ajardinamentos juntam-se as expressões imateriais, como a cerimônia de enterro do político mais influente do local, a confusão gerada entre dois parentes da morta, as histórias de assombrações e fantasmas... Essas são camadas de memória que se acumulam no cemitério gerando, ali, um lugar de memória da comunidade.

Este artigo tem como objetivo apresentar os cemitérios como lugares de memória, conforme tratamento dado ao conceito por Nora (1981) e Gastal (2002), pois são os cemitérios que guardam a memória individual e coletiva de uma sociedade. Através de autores como Ismério (2013), Gastal (2002), Nassif (2013), Nora (1981), Bastianello (2010), entre outros,

¹⁶¹ Acadêmica do curso de Graduação em Turismo da UCS, marianemores@gmail.com.

¹⁶² Professora, pesquisadora e orientadora da Graduação e do Mestrado em Turismo e Hospitalidade da UCS, susanagastal@gmail.com.

busca-se o embasamento teórico para uma pesquisa de caráter qualitativo-exploratório, que além da revisão bibliográfica utilizou ainda, como metodologia, a pesquisa documental. Procura-se, construídos os conceitos, refletir sobre possíveis diálogos entre os cemitérios e o turismo cultural.

O setor turístico faz uso de diversas opções para criar seus produtos. Ele cria e adapta constantemente para atender a demanda de quem viaja. Locais que não foram criados para o turismo, mas que foram adaptados para tal são comuns, e os cemitérios são um exemplo. As necrópoles são essenciais para qualquer cidade e também possuem o papel de resguardar um pouco da história de cada local, assim eles podem ser considerados locais de memória. As manifestações culturais encontradas em um cemitério mostram a importância desses espaços para a sociedade e o fazem ser um local de preservação patrimonial.

Cemitérios

Morrer é tão natural quanto nascer crescer ou ter filhos, sendo a morte um processo irreversível, embora haja crenças religiosas que relativizam essa afirmação. Ela é a única certeza na existência de alguém, independente do que possa acontecer depois, e falar sobre ela muitas vezes é um tabu. Há muitas crenças, imaginário e medo sobre o assunto, e ainda ideias preconcebidas erroneamente. A falta de respostas para o que viria depois da morte ajuda a tornar o assunto mais misterioso. Precisa-se aprender a viver com essa contingência, afinal todos um dia morrerão.

Segundo a Revista Galileu¹⁶³ (2014), as referências para o que seria a morte têm “base nos chamados Critérios de Harvard, uma reunião de protocolos de 1968”, na qual ficou estabelecido que “após cinco minutos que um organismo passa sem batimento cardíaco, sem respiração, sem movimentos do corpo e sem atividade cerebral”, ele está morto e é assim que se define a morte em termos da Medicina. A cultura humana, na sua busca em lidar com a morte, encontrou no cemitério uma maneira de não se separar definitivamente de quem não mais está fisicamente presente, aqui. A partir do momento em que se passa a enterrar um familiar ou alguém de estima em um determinado lugar, passa-se também a pertencer a esse lugar.

O indício mais antigo de um cemitério humano foi descoberto em Atapuerca, na Espanha. Em escavações feitas no local especialistas encontraram ossos de uma criança que pertencia à espécie *Homo Heidelbergensis*, que habitou aquela região a 300 mil e 500 mil anos atrás. A zona nos arredores da montanha de Burgos, em Atapuerca, onde foi encontrada a ossada é o local mais antigo do mundo com evidências de restos mortais humanos¹⁶⁴.

Antes do ato fúnebre de enterrar os corpos, de acordo com Nassif (2013, s/p) “o homem pré-histórico era deixado à mercê dos animais”. O *Homo Heidelbergensis* foi antecessor direto do *Homo neanderthalensis* (ZIMMER, 2003), e fazia várias oferendas a seus mortos no ato do sepultamento, “com os objetos mais próximos do morto, e os mesmos eram enterrados em cavidades abertas em rochas. O corpo era disposto de cócoras e em seguida coberto com pedras” (NASSIF, 2013, s/p). Assim começam a surgir rituais fúnebres, uma nova maneira de tratar os mortos. Acreditava-se que com rituais, e com um local para descansar os mortos iriam encontrar seu destino.

Os egípcios foram um dos primeiros povos que tiveram essa preocupação com rituais. Em sua busca pela vida eterna, eles utilizaram-se de diversas formas para consegui-la, como feitiços, rituais, embalsamentos e suas famosas pirâmides, que nada mais eram do que tumbas. Já os romanos “foram os primeiros a dar início às sepulturas em túmulos, e os gregos

¹⁶³ Trata-se de uma publicação de divulgação científica.

¹⁶⁴ Fonte: <<http://www.seuhistory.com/noticias/noticia-408.htm.html;jsessionid=C68B8C2BCD9DC18A39FBD1AA8397B86C>> Acesso em: 27 mai. 2014.

possuíam o ritual da cremação, que era realizado antes do nascer do sol, para que os raios do sol não fossem contaminados com a dor da Morte” (NASSIF, 2013, s/p). Na sociedade Greco-romana começa a haver a distinção entre as pessoas que morriam. Para Bayard (1996, p. 133) “com os gregos e os romanos irão surgir muitos dos costumes que perdurarão até hoje, como transcrever inscrições nas lápides tumulares, pôr flores sobre os túmulos, além de alimentos”.

Com a popularização do cristianismo, (FARGETTE-VISSIÈRE, 2009, p.49) surge “a tendência de aglomerar os defuntos nas proximidades dos lugares sagrados, como tumbas de santos e igrejas, na perspectiva do Juízo Final e da ressurreição dos corpos”. Bastianello (2010, p. 26) destaca que “nos primeiros séculos da cristandade, as pessoas desejavam sepultar os mortos perto dos mártires, pois esse ato significava protegê-los do inferno”. Através da Igreja o sepultamento torna-se algo comum.

No fim do período da Idade Média e o começo do Iluminismo¹⁶⁵ popularizam-se os cemitérios, com áreas delimitadas em alguma parte da cidade. Já não se podia enterrar os mortos nas igrejas, tanto por falta de espaço como por higiene. “A saturação de sepultamentos nos espaços da igreja desencadeava odores devido ao excesso de cadáveres. A igreja acabou por ser acusada de ter feito tudo pela alma e nada pelo corpo do morto” (BASTIANELLO, 2010, p. 28). Com a crescente preocupação com a melhora da condição de vida e a evolução da Medicina, surgia entre as populações um consentimento mútuo de higiene. As pragas que cotidianamente dizimavam milhares de pessoas começavam a ser contidas. A medicina urbana do século XIX prescrevia “o alargamento das avenidas, a ventilação das casas, a circulação do ar pela cidade e a liberação dos cursos dos rios. Esse planejamento urbano se concretizou em função do medo das epidemias, das casas amontoadas, dos esgotos e dos cemitérios” (BASTIANELLO, 2010, p. 31).

Com essa preocupação com a saúde pública novas medidas foram tomadas em relação aos cemitérios. Os mortos agora eram enterrados em caixões e recebiam sepulturas individuais ou familiares. Assim surgem os cemitérios similares aos atuais. Conforme Schmitt (1999, p.204) “o cemitério é cercado por um muro, sobre o qual o bispo, quando de suas visitas paroquiais, lembra constantemente a necessidade de conservá-lo para separar o espaço sagrado do espaço profano e impedir os animais de vagar entre as sepulturas”.

Em princípio os cemitérios eram construídos próximos às igrejas, mas começa-se a pensar em construí-los em lugares mais propícios e principalmente mais afastados da cidade, como medida de higiene. Bastianello (2010, p. 32) destaca que “ocorreu o processo de retirada dos cemitérios dos centros das cidades para as regiões situadas além dos limites urbanos”. Esses locais outrora afastados em relação à cidade, com o tempo foram ultrapassados pelo crescimento da área urbana.

No dicionário¹⁶⁶ a palavra cemitério é sinônimo de necrópole, um lugar santo, próprio para enterrar os mortos. Mumford (1998, s/p) coloca que “a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos”, uma vez que: “Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo”.

Os cemitérios podem ser adequados pelo setor turístico como locais propícios para visita, o que já ocorre em locais como Paris e Buenos Aires. São vários os motivos para se visita-los, tanto o gosto pela excentricidade, à visita a túmulos de personalidades famosas ou de familiares, assim como, para observar a arte que adorna os túmulos. “Cada cemitério é um museu que possibilita, por intermédio de seu acervo, resgatar a história das famílias

¹⁶⁵ O iluminismo foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. Fonte: <<http://www.infoescola.com/historia/iluminismo>> Acesso em: 26 mar. 2014.

¹⁶⁶ Dicionário Escolar da Língua Portuguesa/ Compilado por Alfredo Scottini. – Blumenau, SC: Todolivre Editora, 2009.

tradicionais, a mobilidade social e sua mentalidade, frutos da importância política e da opulência econômica dos municípios” (ISMÉRIO, 2013, s/p). “A edificação tumular é uma forma de manter viva a memória e a identidade do sepultado. Assim os sepulcros são lugares de preservação de memórias” (BASTIANELLO, 2010, p. 50).

Memória e seus lugares

A palavra memória remete associação com o cérebro humano, e a informação que nele fica retida; ela pode ser uma recordação, lembrança, algo que teria ficado gravado em nosso cérebro. Ela é um processo de retenção de informações armazenadas, e recuperáveis no momento que se precisa usa-las, “é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p.202), não é algo espontâneo, ela fica armazenada por certo tempo, mas se não utilizada acaba no esquecimento; é como se o cérebro fosse formado por arquivos de computador, que quando não utilizados, são apagados. “A memória individual é regulada por formas de esquecimento que vão desde a extinção pura e simples [...] até a perda de memória por falta de uso ou porque as experiências vividas não envolvem grande carga emocional” (IZQUIERDO; BEVILAQUA; CAMMAROTA, 2006).

Segundo Nora (1981, p. 7) a memória associa-se a algo morto, que já não existiria. Para o autor, a memória seria “a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vívido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo” (NORA, 1981, p. 7). Mas apesar de morta ela está sempre presente enraizando-se nas sociedades. A memória sempre é carregada

[...] por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. [...] ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1981, p. 9).

A memória guarda o passado coletivo e segundo Gastal (2002, p. 73) “nos torna menos solitários, porque a comunidade saberia que houve outros, antes”. O turismo recorre a esses lugares afetivos, pois a população busca a representação e o significado destes. As memórias “vão sendo depositadas no tecido urbano, em diferentes camadas” (GASTAL, 2002, p. 74).

Partindo da memória chega-se a questão dos lugares de memória. “Os lugares de memória são antes de tudo restos” (NORA, 1981, p. 12), e surgem da “ação humana e da acumulação de memórias” (GASTAL, 2002, p. 75). O lugar de memória propõe um novo olhar para o local. Nesse olhar busca-se ver todo o passado, todos os momentos, as histórias que foram vividas ali, toda a cultura que se acumulou nesse espaço. São memória que

[...] se depositam como camadas de tempo, a marcar as cidades nos seus pontos fixos e nos fluxos urbanos, lembranças vivas de modos de vida e de rotinas locais, às vezes datadas de outros séculos. Na memória registrada em materiais como pedra, tijolo, ferro e cimento [...] fica gravada a energia utilizada para transformar a matéria. [...] Na matéria o fazer humano fica marcado. Por exemplo, o gradil da sacada, na fachada do prédio, só foi possível a partir do trabalho de um artesão. Quanto mais hábil o artesão, mais belo o trabalho que transformará as barras de ferro em arte (GASTAL, 2002, p. 75).

Não se pode julgar como um lugar de memória apenas aqueles lugares consagrados como os monumentos históricos. Miguel (2009, p. 58) acrescenta também à categoria “lugares imprevisíveis, como: uma roupa, um diário, uma revista, um filme, [...] um odor e, até mesmo, a combinação do gosto de um pedaço de bolo com chá”. São principalmente lugares que trazem à tona lembranças, recordações carregadas de algum sentido de emoção, que tenham alguma importância para quem a relembra.

Como um exemplo de lugar de memória, podemos citar o Taj Mahal, em Agra na Índia. Esse túmulo conhecido mundialmente por sua arquitetura islâmica e visitado por milhares de

turistas todos os anos, foi erguido em memória a uma mulher. O soberano Shah Jahan mandou construir em 1631 o mausoléu para sua terceira esposa, Mumtaz Mahal¹⁶⁷; seu nome significava “a eleita do palácio”¹⁶⁸. Dentre as esposas ela era a preferida e quando de sua morte em decorrência de um parto mal sucedido, o rei ordenou a construção de um enorme mausoléu que deveria abrigar o corpo de sua amada e, ao mesmo tempo, simbolizar o amor dele à sua falecida esposa. “Outros grandes túmulos foram erguidos ao longo dos tempos, no decorrer de diversos períodos da história da humanidade, traduzindo a capacidade criativa, inventiva, somadas ao desejo da eternidade e conservação da memória” (ALMEIDA, 2007, p.240).

Breves encaminhamentos finais

Os primeiros aspectos que são pensados ao se buscar desenvolver o turismo em um dado lugar são em geral o transporte, a hospedagem, a alimentação, entre outros, essenciais para que ele ocorra. Mas além de suprir essas necessidades, o turismo não deve desconsiderar outros aspectos que merecem atenção, como a comunidade que vive no local, seus costumes, hábitos e sua cultura. A interpretação do patrimônio cultural ajuda a valorizar esses aspectos e “a estabelecer uma comunicação com o visitante, ampliando seu conhecimento, ressaltando a necessidade de se interpretarem lugares para que o turismo cultural seja um instrumento de descobertas desse novo visitante” (BIESEK, 2004, p.14). Por turismo cultural o Ministério do Turismo (2010, p.15) define como “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

A cultura engloba todas as “formas de expressão do homem: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.11). E segundo a autora Gastal (2008) a cultura seria o resultado de um trabalho, com conhecimento acumulado que gera frutos, com uma carga simbólica. Contemplando-se os dois conceitos tem-se o atrativo cultural que é o principal objeto do Turismo Cultural.

Um produto que pode ser mais bem apropriado pelo turismo cultural é o cemitério, apesar de não ser criado com essa finalidade. Os cemitérios são uma importante ferramenta para a compreensão das sociedades do qual fazem parte. Eles são lugares de cultura e “reproduzem em seus túmulos as construções e interpretações do imaginário social” (ALMEIDA, 2007, 168). Em um cemitério encontram-se manifestações artísticas, que expressam os modos que representam as pessoas daquela sociedade, e a vontade dos vivos perante a morte.

Para os estudiosos dos temas relativos à morte e, em particular dos espaços cemiteriais, já é fato compreendido do lugar significativo que ocupam para compreensão das sociedades do qual são testemunhas. Estes espaços foram e ainda são lugares de cultura e neste sentido reproduzem em seus túmulos as construções e interpretações do imaginário social (ALMEIDA, 2007, p.168).

A designação de museu a céu aberto é dada aos cemitérios, por alguns autores como Pierre Nora (1981) e Ismério (2013), e ajuda a mostrar a importância cultural desses espaços. Assim, o cemitério passa a ser um “museu a céu aberto, repleto de significados e representações que nutrem a imaginação daqueles que o visitam, [...] por guardarem os restos mortais de figuras ilustres tornam-se guardiões da cultura e da memória de seu povo” (ISMÉRIO, 2013, s/p). A atividade turística pode proporcionar ao espaço cemiterial,

¹⁶⁷ Fonte: <<http://www.tajmahal.gov.in/home.html>> Acesso em: 24 abr. 2014.

¹⁶⁸ Fonte: <<http://www.brasilescola.com/historia/taj-mahal.htm>> Acesso em: 24 abr. 2014.

[...] aparentemente ocioso, uma nova forma de utilização social. Com o turismo, o modo com que se projeta o pensamento sobre um lugar com características até então mórbidas, pode ser modificado se analisado como patrimônio ou fonte histórica extremamente importante, para compreender como a sociedade conduzia suas ações e como se comporta atualmente (DEL PUERTO, 2013, p.11).

Existem muitas possibilidades para os espaços cemiteriais, o turismo é uma delas. Ocorre uma troca mútua, quem o visita “enriquece” culturalmente, e do outro lado acaba-se tendo uma melhor preservação do patrimônio. A revista *Forbes* divulgou uma matéria em 2009, com os 10 cemitérios mais famosos do mundo segundo seu ranking¹⁶⁹, entre eles estava o Père Lachaise, em uma das primeiras colocações. Este cemitério, localizado em Paris, na França atrai pessoas do mundo todo, e é conhecido mundialmente por ter entre seus “inquilinos” ilustres cantores, como o compositor Chopin¹⁷⁰ e Jim Morrison, vocalista da banda de rock The Doors. Ele é o maior cemitério de Paris e um dos mais famosos do mundo. Projetado no século XVIII, à ordem de Napoleão Bonaparte, o Père Lachaise foi o primeiro cemitério laico e primeiro jardim público da cidade de Paris, no qual qualquer pessoa poderia entrar¹⁷¹.

Hoje, o Père Lachaise é um museu a céu aberto sobre a história da França e da cultura ocidental. Recebe 2 milhões de turistas por ano. Têm 690 mil monumentos funerários, que abrigam filósofos, pintores, músicos, artistas, entre tantos outros, como heróis militares e políticos¹⁷². Atualmente o local possui toda uma infraestrutura para receber os visitantes, através de passeios por suas ruas encontra-se um rico acervo cultural, faz-se um verdadeiro passeio pela história de Paris.

Os cemitérios podem ser considerados também, patrimônios culturais, pois detêm a identidade de um povo. Como patrimônio, material e imaterial, estes espaços estão suscetíveis a condições adversas, depredações e mesmo ao esquecimento por parte da sociedade. Em todas essas situações o turismo pode ser um auxiliador importante na preservação desses espaços e na manutenção de sua presença junto à sociedade.

Referências

ALMEIDA, Marcelina das Graças. **Morte, Cultura, Memória - Múltiplas Interseções:** Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. 2007. 419 f. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais:** memória pública, étnica e artefactual (1858-1950). 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, 2010.

BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido Oculto dos Ritos Funerários:** morrer é morrer? São Paulo: Paulus, 1996.

¹⁶⁹ Fonte: <<http://vidaestilo.terra.com.br/turismo/necroturismo-os-cemiterios-mais-famosos-do-mundo-segundo-a-forbes>> Acesso em: 25 abr. 2014.

¹⁷⁰ Frédéric François Chopin (1810 - 1849) foi um pianista polaco radicado na França e compositor para piano da era romântica. É amplamente conhecido como um dos maiores compositores para piano e um dos pianistas mais importantes da história. Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/frederic-chopin.jhtm>> Acesso em: 25 abr. 2014.

¹⁷¹ Fonte: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/pere-lachaise-cemiterio-celebridades>> Acesso em: 25 abr. 2014.

¹⁷² Fonte: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/pere-lachaise-cemiterio-celebridades>> Acesso em: 25 abr. 2014.

BIESEK, Ana Solange. **Turismo e interpretação do Patrimônio Cultural**. 2004. 205 f. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

DEL PUERTO, Charlene Brum. **O Quadro Velho do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula/Pelotas como atrativo turístico**. 2013. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

FARGETTE-VISSIÈRE, Séverine. Os animados cemitérios medievais. **História Viva**. 67 ed, p. 48-52, maio, 2009.

GASTAL, S. Lugar de Memória, por uma aproximação ao patrimônio cultural. In: GASTAL, Susana. (Org.). **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002, v. p. 69-81.

GASTAL, Susana. **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2008.

ISMÉRIO, Clarisse. Preservando o Patrimônio Cultural dos Cemitérios: Estudo sobre os cemitérios de Porto Alegre e Bagé. **Revista Memória em rede**, Pelotas, v. 3, n. 8, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede> Acesso em: 11 abr. 2014.

IZQUIERDO, Ivan; BEVILAQUA, Lia; CAMMAROTA, Martin. A arte de esquecer. **Estudos Avançados**, v.20, n. 58, 2006, p. 289-296.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. **A Revista Capricho como um “lugar de memória”- Décadas de 1950 e 1960**. 2009. 260f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2009.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Trad.: Neil R. da Silva. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASSIF, Luis. A relação do homem com a morte no decorrer da história. **GGN**. São Paulo, 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/a-relacao-do-homem-com-a-morte-no-decorrer-da-historia>> Acesso em: 26 mar. 2014.

NORA, Pierre. Tradução: Yara Aun Khoury. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP –Brasil, 1981.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAGON, Michel. *L'espace de la mort: essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme*

funéraires. Paris: A. Michel, 1981.

REVISTA GALILEU. São Paulo: Editora Globo, v. mar. 2014.

SCHMITT, Jean & Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Trad.: Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ZIMMER, Carl. **O livro de ouro da evolução: o triunfo de uma ideia**. Ediouro, 2003.

Percorrendo labirintos: quando os historiadores entram no espaço prisional

Viviane Trindade Borges¹⁷³

Resumo

A presente comunicação trata dos labirintos percorridos pelo historiador ao tornar o espaço prisional tema de seus estudos e intervenções. Em 2012 teve início a salvaguarda de parte do acervo da Penitenciária de Florianópolis e a organização de uma pequena exposição, intitulada *O tempo abre as portas a quem sabe esperar*. O objetivo é problematizar o percurso, os limites e as possibilidades que cercaram a criação da exposição, analisando administração deste passado e suas implicações no presente. Pode este passado mediado pelas técnicas pedagógicas e performativas da história, reverberar no social, contribuindo como estratégia humanizadora? Até que ponto a administração deste passado pode provocar a reflexão e despertar a consciência crítica sobre os rumos do sistema penal? São algumas questões a serem perscrutadas.

Palavras-chave: exposição, penitenciária, patrimônio cultural.

A antiga "Penitenciária da Pedra Grande", atual Penitenciária de Florianópolis, foi inaugurada em 21 de Setembro de 1930. O local escolhido foi o Bairro Agrônoma, então considerado distante do centro da cidade. Com o tempo a área ocupada passou a ser questionada, visto que a região tornou-se um bairro residencial de significativo valor imobiliário. Desta forma, as fugas e rebeliões passaram a atormentar os moradores locais, que pressionam as autoridades para que seja realizada a transferência da Penitenciária¹⁷⁴.

A presença dos desviantes e do espaço prisional em frente a um dos cartões postais da cidade, a Avenida Beira Mar Norte, tornou-se um problema constante para as autoridades locais e uma demanda social de ampla e controversa discussão. A transferência gera embates quer pela lentidão com que as decisões são tomadas, quer pelas negativas dos municípios selecionados para abrigar o novo espaço. Somam-se a estas, reivindicações ligadas ao tombamento parcial do Complexo, ressaltando "o valor histórico do imóvel, inclusive por sua adequação com o passado da região"¹⁷⁵. Tal discussão possibilitou que o Complexo se tornasse Área de Preservação em 2010, dada a sua "grande visibilidade e referencia marcante no espaço urbano, sobretudo como testemunho histórico/social do Estado de Santa Catarina".¹⁷⁶ A proteção prevê áreas de preservação integral, bem como outras em que a proteção se restringe à preservação exterior do complexo.

Conforme Salla¹⁷⁷:

A experiência de fazer pesquisa na prisão é a mesma de percorrer dois labirintos. Primeiro, colocam-se os caminhos tortos, sinuosos, com idas e vindas, com autorizações e negações e astúcias, para que se possa entrar nas prisões. Segundo, a esses percursos confusos e sempre pontilhados de desconfiança que orienta os que governam as prisões, estão os desafios do labirinto real, dos labirintos arquitetônicos, nos quais um pesquisador em geral nunca pode mover-se sozinho, com autonomia de decisão.

¹⁷³ Doutora em História. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Projeto: Tempo presente e instituições de isolamento social em Santa Catarina: perscrutando histórias marginais (1930 – 1911). Apoio CNPQ, Edital Universal. E-mail: vivianetborges@gmail.com.

¹⁷⁴ Desde a década de 1980 vem sendo pensadas alternativas para a construção de um novo Complexo, Palhoça e Paulo Lopes foram localidades apresentadas como opções, mais recentemente foi decidido como sede o Município de Imaruí, no sul do Estado.

¹⁷⁵ A Notícia, 10/01/2007.

¹⁷⁶ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Criação e Regulamentação. Área de Preservação Cultural – APC – 1. Agosto de 2007.

¹⁷⁷ Salla, Fernando. A pesquisa na Prisão. Lourenço & Gomes (orgs) Prisões e punição no Brasil Contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 13.

Em 2012, minha proposta era enfrentar o labirinto prisional e tornar a Penitenciária campo de estágio dos acadêmicos do curso de história da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), da disciplina Prática Curricular Patrimônio Cultural, por mim orientados. Em nossa primeira incursão à Penitenciária, além de conhecermos os meandros do Complexo, nos deparamos com o chamado Espaço Memória da Penitenciária, que havia sido inaugurado em 21 de setembro de 2011, quando a Penitenciária de Florianópolis comemorou seus 81 anos de existência. O espaço era constituído por uma exposição, composta por fotografias e objetos sem identificação e/ ou cuidados relacionados à preservação, comprometendo a integridade física do acervo. Foi então que surgiu a ideia sobre a intervenção a ser realizada: a realização de uma nova exposição de longa duração junto ao Espaço Memória da Penitenciária.

Conforme a direção atual, a existência de um espaço de celebração do passado dentro de uma prisão possui a função de dar a ver a história da instituição, principalmente à funcionários e familiares de detentos. Através da exposição de documentos e objetos do passado, valorizando a história institucional e ressaltando sua importância para o Estado, as instituições parecem buscar “entender o que foram para compreender como são (ou como desejam ser)”¹⁷⁸. Sintoma do que podemos chamar de “cultura da memória”¹⁷⁹ que perpassa o tempo presente, caracterizado pela proliferação de lugares para o depósito de lembranças em órgãos públicos e privados, clubes, escolas, hospitais, prisões, etc. Foi certamente essa “sedução pela memória” que mobilizou tal espaço a guardar e exibir seu passado, permitindo a preservação deste importante acervo.

O texto que segue procura analisar a experiência vivida durante a realização de um estágio curricular que teve como seu produto final, uma exposição inaugurada dentro da Penitenciária de Florianópolis. A intensão do presente artigo é provocar a reflexão sobre a complexidade das relações estabelecidas dentro destes espaços, mostrando como ocorreu o processo de reconfiguração do passado exposto e as dificuldades enfrentadas.

A exposição

A relação dos detentos com tempo e a espera pela liberdade tornou-se o tema da exposição: “O tempo abre as portas a quem sabe esperar”. A frase, que adorna uma das últimas grades com complexo, foi inspirada em um provérbio chinês de autoria desconhecida. Palavras são perspectivas, instituem significados. Esperar é ter esperança, é aguardar uma nova situação, é procurar a transformação.

A constituição de um lugar de memória¹⁸⁰ dentro do Complexo foi uma demanda do Departamento de Administração Prisional (DEAP) e reflete uma preocupação social, pois, conforme citado anteriormente, ligadas ao valor histórico, tornando-o área de preservação.

¹⁷⁸ SCHMIDT, Benito. SPERANZA, Clarice. Processos trabalhista: de papel velho a patrimônio cultural. In: PAULA, Z.C. de. MENDONÇA, L. ROMANELLO, J.L. Polifonia do patrimônio. Londrina: Eduel, 2012, p. 254).

¹⁷⁹ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

¹⁸⁰ Sob a perspectiva de Pierre Nora (NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, S.Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em 7 fev. 2012), para que existam lugares de memória é necessário uma vontade de memória, organizando o que deve ser lembrado de forma intencional e seletiva. Os caminhos trilhados pela recepção deste conceito resultaram em apropriações diversas e por vezes conflitantes. A noção ganhou novos usos, os quais por vezes se afastam da problematização crítica a respeito dos usos do passado e das batalhas de memórias, incitadas por Nora, caminhando para uma banalização elogiosa sobre o passado recordado. Tal noção é aqui utilizada para problematizar os usos do passado através da constituição de um espaço destinado à rememoração dentro de uma instituição penal em Santa Catarina. A respeito da contribuição do historiador Pierre Nora para os estudos relacionados ao campo do patrimônio cultural e os percursos da perspectiva dos lugares de memória, ver GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo Presente: entre a memória e o Patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.

Neste processo, alguns detentos foram consultados através de cartas propostas uma aluna da Museologia da UFSC sobre a possibilidade tornar a Penitenciária um museu¹⁸¹:

“Um museu não se resume somente a gravuras, papéis, fotos ou móveis antigos, mas sim a sensação de sentir, respirar e de certa forma viver ainda que seja por um instante o lugar em que se está” (CARTA 1). Através de algumas cartas disponíveis no acervo é possível perceber que para os sentenciados um espaço museológico serviria apenas aos visitantes externos, para que estes, através dos vestígios deixados por “presos de outrora”, percebam que dentro daquele espaço estigmatizado “estiveram pessoas iguais a eles. Simplesmente seres humanos” (CARTA 2).

Uma das preocupações da nova exposição foi a questão do público alvo. Em conversa com a direção ficou estabelecido que a exposição deveria atender os detentos do regime semi-aberto que trabalhavam no prédio administrativo, os funcionários, os familiares dos detentos em dias de visita e turmas de universitários previamente agendadas. De que forma a proposta conceitual da exposição dialogaria com um público tão heterogêneo? Foi preciso dar início à vivência semanal de estágio dentro da instituição e ao trabalho de pesquisa para escolher os caminhos a serem trilhados.

Partiu-se para a realização um levantamento do acervo, identificação de fotografias e pesquisa documental e bibliográfica. Para iniciar o levantamento, a primeira tarefa colocada aos alunos foi a retirada das fotografias expostas, um trabalho que exigiu muito cuidado para que estas não fossem danificadas, higienizando e acondicionando o acervo composto por 150 imagens que abrangem um período compreendido entre 1930 até aproximadamente 1990. A grande maioria das imagens não tinha nenhuma identificação, sendo necessário recorrer a história oral, realizando entrevistas com alguns funcionários antigos, os quais foram essenciais nesse processo. Paralelo à isso foi efetuada uma pesquisa no Arquivo Público do Estado, apoiando a identificação de objetos e fotografias.

Durante nosso trabalho semanal, que durou praticamente todo o ano de 2012, pudemos conhecer melhor a instituição e alguns funcionários, o que facilitou a busca por outros objetos e documentos. Foi localizada uma documentação ainda não explorada, os prontuários dos detentos, que datam de 1930 até fins da década de 1970, os quais encontram-se ameaçados por condições adversas a sua preservação, guardados em um depósito dentro do Complexo¹⁸². O acervo encontra-se armazenado em caixas de arquivo, dentro de sacos pretos, e assim, para a exposição foi selecionada apenas uma pequena amostragem.

A seleção obedeceu o tema proposto, permitindo contar a história da instituição tendo como linha narrativa o tempo e a espera pela liberdade, perpassados assim pela ideia de transformação e de esperança. Para isso foram propostos dois Blocos temáticos.

O primeiro Bloco foi composto principalmente pelas fotografias do livro editado pela Imprensa Oficial do Estado em 1940. As imagens procuram retratar a estrutura física e a organização interna da Penitenciária, destacando a construção de variadas oficinas, como a de móveis de vime, de encadernação, de costura, além de marcenaria, padaria, sapataria, etc. Tais atividades atendiam a própria instituição, bem como outros espaços como a Força Policial, o Abrigo de Menores, etc. Também se inserem nesse primeiro Bloco alguns objetos, como os móveis da sala do diretor e a Cadeira Tipo viola, que datam da inauguração da Penitenciária e ajudam a pensar como funcionava a estrutura interna em suas primeiras décadas.

¹⁸¹ São cartas escritas por detentos do regime semi-aberto, que hoje fazem parte do acervo do Espaço Memória da Penitenciária. As mesmas foram escritas em virtude de um trabalho realizado pela funcionária da instituição e graduanda em Museologia, Lígia Missio. São cinco cartas, escritas em 2011, nas quais alguns detentos escreveram o que pensavam a respeito da ideia de a penitenciária tornar-se um Museu.

¹⁸² Através do Projeto de extensão “Arquivos marginais: Crime e Loucura em Santa Catarina”, por mim coordenado, foi dado início a salvaguarda do acervo ameaçado, o qual foi enviado ao IDCH. Instituto Investição em Ciências Humanas, pertencente à UDESC. O projeto conta com o apoio de dois bolsistas de extensão, um bolsista de Iniciação Científica e 9 voluntários.

O segundo Bloco é composto pelas fotografias da Semana do Sentenciado, um evento anual caracterizado por apresentações musicais de um “Conjunto” formado por detentos, e por torneios de futebol. Os objetos selecionados foram os troféus, os quais aparecem em várias fotografias do Esperança Futebol Clube, time formado por detentos.

A exposição seguiu portanto uma ordem cronológica que se encerra no final dos anos 70. A motivação que guiou a seleção do que faria parte da exposição além de atender o tema proposto, está diretamente ligada a vivência no campo de estágio. A realização do trabalho ocorreu durante os incidentes que marcaram o mês de novembro de 2012 em Santa Catarina, com uma série de ônibus queimados e ataques contra delegacias e postos da polícia militar¹⁸³. A onda de ataques teria sido coordenada por detentos da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (SC), como forma de chamar a atenção da sociedade para as denúncias de tortura e maus tratos dentro da instituição.

Apesar da Penitenciária de Florianópolis não estar no centro do conflito, existia um clima de preocupação, uma inquietação que perpassava corredores e grades. A dificuldade da equipe para entrar na instituição foi redobrada, pois a vigilância foi intensificada devido a crise. A equipe de estágio não se reunia mais em frente ao Complexo, pois em outras cidades houve casos de tiros disparados contra presídios e delegacias, existindo um receio de ataques à instituição. Também era perceptível a tensão dos funcionários frente a este momento de crise. Essa experiência serviu para a reflexão do grupo. Sentimos de forma prática a complexidade que envolve as instituições carcerárias e as relações nelas estabelecidas. Durante o desenrolar do estágio, o Complexo tornou-se cada vez mais complexo, na medida em que acompanhávamos de perto um momento de tensão no sistema penal brasileiro, com a onda de ataques primeiramente em São Paulo e meses depois também em Santa Catarina¹⁸⁴.

Assim, tratando-se de história do tempo presente, a presença do historiador no tema, imerso em seu tempo, oscila no fluxo da correnteza de acontecimentos. Cabe a este, como “bom artesão”, superar a “falta de recuo” que muitas vezes desqualifica a história do tempo presente, “desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho”, criando assim o necessário recuo em sua análise¹⁸⁵. Desta forma, contrapondo a documentação analisada com esse presente imediato, foi possível perceber que a relação da comunidade e dos funcionários com o espaço da Penitenciária alterou-se claramente com o passar do tempo.

Atualmente existe uma demanda pela transferência do Complexo, frente as reivindicações da população vizinha ao lugar, que teme a violência, e da sociedade em geral, que deseja levar para longe o espaço estigmatizado que macula um dos cartões postais da cidade. Além disso, há uma demanda por mais contratações de agentes penitenciários e um constante receio por parte de alguns destes, em relação à possíveis represálias de bandidos que executam ordens de detentos, os quais algumas vezes continuam a comandar o crime de dentro da prisão. Cabe citar ainda a superlotação, visto que o sistema prisional catarinense possui 17 mil condenados e capacidade para apenas 11 mil, situação esta que se repete pelo país.

Neste cenário múltiplo, hostil e tenso, as memórias dos antigos funcionários e moradores da região ressaltam um período anterior, marcado por uma convivência mais pacífica. Nas décadas de 1930 e 1940 era comum festas dentro do espaço prisional, envolvendo a comunidade vizinha, a qual era constituída basicamente pelas famílias dos

¹⁸³ O saldo dos ataques em Santa Catarina foi de 25 ônibus incendiados, cinco tentativas de incêndios a ônibus, 18 veículos incendiados ou tentativas de incêndio e uma viatura queimada, além de ataques contra delegacias e postos da polícia.”<http://www.centraldediarios.com.br/editoriais/politica/ssp-se-reune-para-discutir-novas-aco-es-contra-ataques/1531.html>. Acesso em: 24 janeiro 2013.

¹⁸⁴ A onda de ataques à ônibus e policiais militares em São Paulo teve início em junho de 2012.

¹⁸⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: BECKER, J. J. et. al. Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 41 e 46.

vigilantes, que acabaram adquirindo as casas da Vila Operária, construídas junto à Penitenciária, subvencionadas pelo Estado.

Nas décadas de 1950 e 1960, agentes penitenciários e presos participavam de torneios de futebol que ocorriam dentro da Penitenciária. No acervo da instituição existem fotografias que documentam as premiações, como o Troféu entregue em 1968 ao Time Esperança Futebol Clube, formado por detentos.

Na década de 1980, as rebeliões foram restringindo esse delicado convívio, culminando em um dos maiores motins seguidos de fuga da história do sistema carcerário do Estado, ocorrido em 1986, amplamente acompanhado pelos moradores locais, que se aglomeravam junto ao Complexo¹⁸⁶. Após esse evento, a chamada “Semana do Reeducando”, festividade anual que envolvia comunidade, funcionários, autoridades locais e detentos, foi proibida e a repercussão através dos jornais foi marcada por intensas reivindicações pela transferência do espaço para uma região menos urbanizada.

Durante as entrevistas que possibilitaram a identificação de objetos e fotografias, bem como nas conversas e no cotidiano da Penitenciária que pudemos acompanhar durante o estágio, observa-se claramente um embate entre as memórias de um presente perturbador, abalado pela violência e insegurança, e um passado visto como mais ameno, perpassado pela esperança na recuperação dos detentos. O momento de crise vivido pelo sistema penal brasileiro durante a tessitura da exposição, certamente reverberou nas lembranças dos entrevistados. Seguramente havia fissuras nesse passado idealizado, como mostra a documentação, através de, por exemplo, apontamentos nos prontuários que revelavam o uso de bebidas alcoólicas dentro da instituição, violência entre presos, reclamações de superlotação, precariedade das instalações, etc. Tais questões estão presentes na documentação selecionada, através de prontuários e escritos deixados por detentos ao longo dos anos. Contudo, esse passado idealizado torna-se uma necessidade do presente, uma forma de encarar os fatos mostrando que outras relações já foram possíveis naquele mesmo espaço.

Conforme Ramos, “a história deixa de ser passado morto para emergir como pretérito vivido de presente, pois a questão dos poderes em conflito também diz respeito ao mundo no qual vivemos”¹⁸⁷. Assim, objetos e fotografias selecionados para que façam parte da exposição, possuem um compromisso com o presente, “é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem”¹⁸⁸. São “objetos portadores de sentido”, evidenciam que um outro tipo de relação já foi possível, inspiram as discussões que apontam novos rumos ao velho Complexo. O presente portanto foi o foco ordenador. O decurso do tempo constitui fator relevante de qualificação dos objetos e fotografias selecionados para compor a exposição, eles remetem a um passado idealizado como mais tranquilo, parecem ajudar a acalmar um presente pleno em conflitos.

¹⁸⁶ O motim foi provocado por detentos que se aproveitaram da solenidade anual da “Semana do Reeducando”, para render as autoridades da segurança pública e justiça do estado. Dezesete presos fizeram cinco reféns e fugiram em três automóveis. Os reféns foram liberados ao longo dos dias, mas nem todos os detentos foram recapturados. A partir desse episódio as comemorações da Semana do Reeducando foram suspensas.

¹⁸⁷ RAMOS, F.R.L. A danação do objeto: o museu no ensino de História. Chapecó (SC), Argos, 2004, p. 23.

¹⁸⁸ MENESES, U.T. B. de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. VIDAL, Diana. *Museus do Gabinete de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005, p. 26.

A memória, imagem e imaginário da cigana Terena e sua sepultura como atrativo turístico.

Charlene Brum Del Puerto¹⁸⁹

Maria Luiza Cardinale Baptista¹⁹⁰

Resumo

Este trabalho aborda a imagem do túmulo da cigana Terena localizado no Quadro Velho do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula/RS objetivando entender a relação entre memória, o imaginário popular sobre a cigana e imagem da sepultura, já que não existe imagem da pessoa física. Correlacionam-se os conceitos de imagem/imaginário de Susana Gastal (2005) e Martine Joly (2005), memória de Pierre Nora (1993), e turismo/turismo cemiterial de Moesch (2002) e SINCEP (2010). A metodologia tem viés qualitativo com pesquisa bibliográfica contextualizando o cemitério e a história do povo cigano, através de Carvalho (2005), Pieroni (2000), Rosso (S/D), Ramanush (2011). Descreveu-se sua sepultura e analisaram-se fontes online que apontam parte da história da cigana. Para o turismo, a fé é um dos fatores mobilizadores do deslocamento. Os resultados demonstram que, mesmo sem imagem que a caracterize, a sepultura parece exercer a função de representá-la e de manter sua memória.

Palavras-chave: cigana Terena, turismo, túmulo, imagem, memória.

Introdução

Nesse trabalho é feita inicialmente uma explanação sobre a trajetória histórica do povo cigano, com sua migração da Índia à Europa e posteriormente ao Brasil. As perseguições sofridas ocasionavam o deslocamento dos ciganos, fazendo com que fossem caracterizados como nômades e sendo estigmatizados como inferiores, exóticos, pagãos, entre outras características tidas como depreciativas. Nesse artigo, também é sinalizada a história do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, e da cigana Terena. Na parte mais antiga, a necrópole abriga jazigos da elite pelotense, onde se localiza o túmulo da cigana, conhecida popularmente por realizar milagres. Ela atrai visitantes de várias localidades da região, que buscam a solução para seus problemas e utilizam sua sepultura como um santuário para fazer promessas e agradecer às graças alcançadas.

O turismo é uma atividade que gera deslocamento e as sepulturas e/ou cemitérios são um dos atrativos que motivam a atividade. Quanto ao Cemitério São Francisco de Paula, segundo o ex-funcionário que trabalhou por mais de 50 anos no cemitério, Ricardo Rojas, o túmulo da cigana é o que mais recebe visitas e homenagens. Também é um dos mais alterados e, talvez por isso, tenham se perdido as informações que constavam na primeira lápide. Abordando os conceitos de imagem e imaginários, busca-se entender a relação entre a imagem do túmulo, através da sua descrição física, e o imaginário popular sobre a cigana. Para esse trabalho, a metodologia utilizada tem viés qualitativo, envolvendo a revisão bibliográfica em fontes impressas e virtuais, bem como uma visita realizada ao cemitério no dia 25 de julho de 2014, quando foi realizada observação sistemática, seguida de análise.

¹⁸⁹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Integrante do AMORCOMTUR! Grupo de estudos e produção em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese (CNPq-UCS) email: charlenedelpuerto@bol.com.br

¹⁹⁰ Jornalista, pela UFRGS, mestre e doutora em Ciências da Comunicação, pela ECA/USP. Professora e pesquisadora do Curso de Comunicação Social e do Programa de Mestrado em Turismo da UCS (BRASIL). Pesquisadora com apoio CNPq. Coordenadora do Amorcomtur! Grupo de Estudos e Produção em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiese (CNPq-UCS) e integrante do Filocom (ECA/USP). Diretora da empresa Pazza Comunicazione, de Porto Alegre (BRASIL). malu@pazza.com.br.

Indicações sobre a origem do povo cigano

Se, por um lado, as pessoas se encantam e se surpreendem com os povos ciganos, devido ao seu suposto caráter exótico e místico, e ao desapego pelos bens materiais, por outro, explanam opiniões depreciativas devido às credences existentes no imaginário popular. São vítimas de generalizações e opiniões errôneas, aceitas em sua maioria, sem permear a razão o que aumenta o preconceito e gera crenças infundadas. É uma cultura tida como nômade, contrária ao sedentarismo habitual da maioria das populações. O nomadismo cigano ocorria [e ainda ocorre] em função das profissões/economia e principalmente devido às perseguições/expulsões dos locais onde tentavam se instalar. (RAMANUSH, 2011)

Não éramos autorizados a nos estabelecer ou a trabalhar em muitos países e, portanto, tínhamos que encontrar outras formas de ganhar a vida e sobreviver. Durante a Segunda Guerra Mundial fomos alvo dos nazistas...e mais nomadismo! No fim do Comunismo fugimos das perseguições étnicas...e mais nomadismo! Todos esses grandes deslocamentos foram vistos pelos não ciganos como nomadismo. Mas para membros de nossa etnia isso era a tentativa de salvar suas vidas. Alguns quando não eram expulsos tinham que abandonar as tradições e os valores culturais, pagando o preço da aculturação e assimilação pela salvaguarda de sua própria vida. (RAMANUSH, 2012, p. 5)

Os ciganos com tradições diferentes dos europeus foram secularmente excluídos, marginalizados e escravizados, o que ofuscou sua história e dificultou o entendimento sobre as lógicas com que conduzem sua sociedade. Em relação a sua trajetória, existem versões diversas quanto ao período em que os ciganos deixaram a Índia e se direcionaram para o Ocidente. Uma delas relata que o povo iniciou suas imigrações por volta de século XVI¹⁹¹, tendo percorrido muitos países como:

[...] Egito, Grécia, Irã, Ásia Ocidental, Romênia, e já no século 15 podiam ser encontrados por toda a Europa. Perseguidos, excomungados, tachados de bruxos ou odiados pela sociedade que não conseguiam submetê-los, os ciganos sobreviveram graças as forças da sua alma indomável. Força essa que não lhes faltava nem a beira da morte, quando aguardavam o extermínio com palmas e cantos¹⁹².

Outra versão expõe que alguns povos ciganos, entre os anos de 1300 e 1400, “[...] emigraram para a Pérsia, outros para a Ásia central e outros para o ocidente, para Bizâncio, alcançando a Europa” (RAMANUSH, 2011, p. 3). No século XV, algumas famílias ciganas instaladas em Andaluzia/Espanha, foram perseguidas devido à criação da Espanha como um Estado (ideia iniciada pelos reis católicos), sendo proibidos de usarem as roupas tradicionais, falar o idioma romanês e forçados a abandonar seu trabalho. “Em 1525 fomos proibidos de entrar no Reino Português. E posteriormente iniciaram-se as condenações de degredo, para Angola e Brasil” (RAMANUSH, 2011, p. 5). No Brasil, eles chegaram por volta do século XVII, a maioria oriundos de Portugal, em função do degredo.

Somente no final do século XVII é que podemos ver generalizado o degredo de ciganos para o Brasil. Bando deles, provenientes de Castela, entravam em Portugal. Sua Majestade D. Pedro I, rei de Portugal e Algarves, preocupadíssimo com a “inundação de gente tão ociosa e prejudicial por sua vida e costumes, andando armados pra melhor cometerem seus assaltos”, decidiu determinar, por decreto, que, além do degredo para a África já estabelecido nas Ordenações Filipinas de 1603, eles seriam também degredados para o Brasil [...] (PIERONI, 2000, p. 111)

Conforme Rosso (S/D, p. 12), “No Brasil a primeira referência aos ciganos aparece num Alvará de Dom Sebastião, de 1575, transformando em degredo a pena das galés de um certo João das Torres, cigano que chegara com mulher e filhos”. No século XVII, muitas leis foram feitas contra os ciganos na Europa. Apenas em 1822 se reconhece a cidadania da etnia. E só no século XVIII com o Iluminismo, a história aceita a identidade Romani (RAMANUSH, 2011). Durante o III Reich¹⁹³, houve o extermínio dos ciganos e sua cultura, o que provavelmente foi o

¹⁹¹ESPÍRITO GITANO Disponível em: <http://www.espiritogitano.net/origem.htm> Acesso em: 11 de julho de 2014.

¹⁹²ESPÍRITO GITANO Disponível em: <http://www.espiritogitano.net> Acesso em: 11 de julho de 2014.

¹⁹³Também chamada de Alemanha nazista, foi uma política comandada por Hitler que incluía o extermínio de judeus e ciganos, e qualquer raça considerada inferior por esse governo. Um dos objetivos para o extermínio era

220

período mais trágico para este povo. Perseguidos e excluídos dos locais em que tentavam se instalar, eles não foram incluídos nos planos governamentais de várias sociedades. Muitas são as lacunas quando falamos na população cigana, seja referente à trajetória ou aos direitos que, tantas vezes, lhes são tolhidos devido ao preconceito. O que se pode afirmar é que há muito misticismo e fantasia, em torno dessa população.

Turismo e Turismo Cemiterial

O turismo apresenta inúmeros conceitos sob o entendimento de diversos autores. Para esse trabalho, adota-se o turismo como:

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade [...]. (MOESCH, 2002, p.9)

Ao citar “prática social com base cultural”, “herança histórica” e “objetividade / subjetividade”, Moesch (2002) conduz uma ideia que vai ao encontro dos deslocamentos feitos em função da cigana Terena. Essas visitas em cemitérios é uma segmentação da atividade turística denominada Turismo Cemiterial, que, segundo o Sindicato dos Cemitérios Particulares do Brasil (SINCEP), são: “Visitas a necrópoles com finalidades que não sejam a visita a túmulos de parentes, mas sim apreciação do patrimônio histórico e arquitetônico, além da busca por túmulos de personalidades mortas”. (SINCEP, 2010)

No caso da cigana Terena, talvez ainda exista um conceito a ser formado para esse tipo de visita, pois não é o cemitério que motiva o deslocamento, mas sim, o imaginário que há sobre a cigana ali sepultada. Fato similar ocorre com a sepultura do apóstolo Tiago. Não há um cemitério, há apenas um túmulo que atrai turistas devido à fé depositada em São Tiago.

O Quadro Velho do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula

O cemitério, em funcionamento desde a segunda metade do século XIX, pertence à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Na área denominada Quadro Velho, foram construídas as primeiras tumbas. (CARVALHO, 2005) Nele há um acervo artístico em mármore e bronze e, também personalidades sepultadas, como o Coronel Anníbal Antunes Maciel, a cantora lírica Zola Amaro, João Simões Lopes Neto, Lobo da Costa e a cigana Terena que, segundo a crença popular, realiza milagre. Nessa área está sepultada a elite pelotense do século XIX por isso, causa estranhamento uma cigana estar sepultada ali, já que os ciganos, conforme explicado anteriormente, não eram bem aceitos por diversas sociedades.

Cigana Terena e a devoção ao seu túmulo

Pouco se sabe sobre a história de vida da cigana Terena Carraro, e as informações que circulam são transmitidas através da oralidade popular acerca dos milagres atribuídos a ela. A cigana teria nascido no ano de 1853 e falecido em 1883 e os motivos pelos quais ela chegou à cidade de Pelotas são desconhecidos. De origem Húngara, foi casada com João Alcarás e teve 7 filhos, conforme o explica o senhor Ricardo, ex-funcionário do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula. A causa de seu falecimento permanece desconhecida.

Funcionário do cemitério há 50 anos, o capataz Ricardo [Costa Rojas], de 63 anos, disse que o túmulo da cigana é o mais visitado durante todo o ano. Como seu pai era o antigo capataz do São Francisco de Paula, Roges nasceu e cresceu dentro do Cemitério e acompanhou o crescimento da popularidade de Terena e as mudanças na lápide de seu túmulo. Ele garante que a lápide já foi mudada mais de dez vezes. "Fiéis que tiveram as graças alcançadas presenteiam a cigana com uma lápide nova", contou. Mas tantas mudanças acabaram por perder detalhes históricos, como o nome dos sete filhos que Terena teria tido com o marido João Alcarás, que constavam nas primeiras lápides. (DIÁRIO POPULAR, 2002, S/P)

O senhor Ricardo Costa Rojas, hoje com 75 anos, se dedicou ao Campo Santo durante 56 anos e meio. Velórios, exumações, sepultamentos, limpezas, foram algumas atividades realizados por ele desde os 14 anos de idade no referido cemitério. O jornal Diário Popular ao entrevistá-lo em 2013, aborda além de assuntos pessoais, a vida da Terena, a respeito da qual são feitas algumas afirmações que contribuem para organizar e construir sua história.

A cena se repete todos os anos: o túmulo mais visitado é o da cigana húngara Terena Carraro. É um dos mais decorados também. Mas, nem sempre teria sido assim - relembra Rojas. "Antigamente se falava que não podia botar flor ali, mas conforme as pessoas tinham suas promessas atendidas, levavam rosas para Terena." Criou-se, então, a tradição. Uma tradição que teria iniciado por volta dos anos 1970, quase um século depois da morte da cigana milagreira. "Ela nasceu em 1833 e morreu em 1883, com 50 anos", afirmou ao lembrar as datas da lápide. Números que, por décadas, ele guardou na memória. (DIÁRIO POPULAR, 2013, S/P)

Decorridos 131 anos de sua morte, a memória da cigana é preservada através da fé percebida na devoção ao seu túmulo. É ele que exerce a função de santuário e que recebe além de moradores, visitantes de diversas cidades da região. A aparência do túmulo foi modificada o que pode ser percebido pelo material atual, utilizado na sua cobertura (lajota na tonalidade amarela), em comparação aos materiais comumente usados no período de seu falecimento no século XIX (mármore ou sepulturas caiadas). Coberto de objetos em agradecimento às bênçãos alcançadas, como placas, flores, espumantes, moedas, perfumes, o túmulo tornou-se um local para veneração e oferendas devido às graças atendidas.

A sepultura da cigana atualmente apresenta dois níveis de altura. O mais baixo encontra-se na parte traseira da sepultura e o mais alto na parte anterior, que contém uma cruz preta na superfície. Na parte frontal, há uma cavidade onde os devotos acendem velas e depositam suas oferendas. No lado direito há 24 placas; no esquerdo, 37. Na frente há 25 placas. Na parte traseira do nível mais alto há 15 placas e abaixo no nível mais baixo há uma placa. As placas são feitas de plástico, madeira e metais; porém, nem todas as inscrições do túmulo são efetivamente placas. Alguns são papéis escritos à mão colados à sepultura. As inscrições datadas são em agradecimentos por uma graça alcançada, contendo supostamente as iniciais de quem a recebeu. A maior parte dessas placas data aproximadamente de 1990 ao começo dos anos 2000. Não foi possível uma observação pormenorizada do local, devido à realização de manutenção/limpeza no dia da observação da sepultura, feita em 25 de julho de 2014.

Por ser cigana, e por apresentar uma sepultura adornada de flores e objetos coloridos, esse sepulcro contrasta com o conjunto arquitetônico do Quadro Velho do cemitério. Aludindo às considerações de Roland Barthes, tem-se o túmulo da cigana Terena como o *punctum* que, para o autor, em seus conceitos sobre fotografia "[...] é um 'detalhe', ou seja, um objeto parcial" (1984, p. 69), algo com importância decisiva. É um detalhe que desperta a atenção de quem olha, criando-se uma narrativa para além daquilo que ele demonstra. Barthes (1984) expõe esse conceito relacionando o olhar com a fotografia, mas, fazendo-se uma analogia ao cemitério, é possível dizer que a sepultura da cigana é o detalhe que pune naquela necrópole, ou seja, é algo com força de expansão que se destaca, e isso pode romper com a ideia de lugar fúnebre, recriando-se o ambiente mórbido. Um túmulo colorido, um espaço de memória, que recebe muitas visitas e é ressignificado pela veneração feita pelos seus fiéis.



FIGURA 1 – Túmulo da Cigana Terena

Fonte: Fotolog Pelotas Necrópole

Esse tipo de devoção tendo a sepultura como santuário, não é incomum. Ela ocorre também nas cidades de São Gabriel, Passo Fundo e Bagé.

Maria Isabel Hornos, a Guapa, é cultuada como santa do povo em São Gabriel, desde que foi assassinada, no carnaval de 1924. Outras cidades do Interior também têm seus santos populares, como a cigana Terena Carraro, de Pelotas, e a jovem Maria Elizabeth de Oliveira, que atrai caravanas todos os anos a Passo Fundo. [...] Seu túmulo guarda hoje várias placas de pessoas que acreditam terem promessas atendidas pela Guapa. [...] No Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula [...] Segundo os funcionários mais antigos do cemitério, o culto a Terena Carraro começou há cerca de 20 anos. Atualmente, o jazigo é o mais visitado, tanto na época de Finados como durante todo o ano. O túmulo, na parte mais antiga do cemitério, está sempre limpo e decorado com flores e oferendas de fiéis que acreditam em seus milagres e graças. Em Passo Fundo, o cemitério da vila Vera Cruz recebe durante todo o ano caravanas de outros estados e até de países vizinhos. Os devotos buscam o túmulo de Maria Elizabeth de Oliveira, que morreu jovem, em 1965, vítima de acidente, e é considerada milagreira. Os fiéis costumam adornar o lugar com rosas vermelhas pois, segundo eles, as graças vêm precedidas pelo perfume da flor. (CORREIO DO POVO, 1998, p. 16)

O túmulo de Maximiliano Domingos do Espírito Santo, o Preto Caxias, possui alguns fatos que, conforme Bastianello (2011) são semelhantes ao da cigana Terena. Ele foi sepultado em uma área nobre do cemitério de Bagé e teve seu túmulo alterado “destacando-se do entorno pelo uso de materiais atuais em relação ao conjunto original em que predomina o mármore e estruturas caídas” (BASTIANELLO, 2001, p. 8). Para a autora, tornou-se um ponto de oferendas que correspondem a uma ressignificação religiosa. “[...] coberto por placas de agradecimentos, por guirlandas de flores, fitas e velas que uma legião de simpatizantes ali depositam agradecendo supostas graças atendidas”. (BASTIANELLO, 2001, p. 8)

Sendo ou não turismo cemiterial e independente de teorizações conceituais sobre o nome dado às visitas turísticas nas sepulturas, o fato é que há sentimentos mobilizadores que acionam a atividade turística. Mas o que provoca esse deslocamento? O que mobiliza os visitantes às longas distâncias? A fé é um dos principais motivos que instigam os sujeitos a percorrerem esse tipo de locais póstumos. Quando se menciona a cigana Terena o fato curioso é a devoção a alguém já falecido, do qual não se conhece a imagem física. Curiosamente, a palavra “imagem” em sua etimologia traz a ideia de algo funerário.

[...] um dos sentidos de *imago* em latim, etimologia de nosso termo “imagem”, designa a máscara mortuária usada nos funerais na Antiguidade romana. Essa acepção vincula a imagem, que pode também ser o espectro ou alma do morto, não só à morte, mas também a toda a história da arte e dos ritos funerários. (JOLY, 2005, p. 18)

No caso da cigana, a imagem do túmulo pode estar representando a pessoa física da Terena. Para Gastal (2005) a imagem não concebe apenas o realismo, mas sim a todos os elementos que compõem uma narrativa visual específica e também de forma independente. “As imagens podem ser representativas – aquelas que registram realisticamente aspectos figurativos dos objetos – e não representativas ou abstratas – aquelas que proporcionam uma percepção, mas não uma *percepção de*” (GASTAL, 2005, p. 50). Pensar isso para a atividade

turística implica em refletir sobre o consumo. Não necessariamente o consumo de algo que é concreto e visível, mas o intangível bastante proporcionado pelo turismo:

[...] se consumirmos por desejo e por necessidade, significa que consumimos não só produtos, mas também imaginários, idealizações e sentimentos guardados cuidadosamente no coração de cada um, como algo muito precioso. Cada um leva seu sonho no coração, cada um vê o que está em seu coração. Então, é também ao imaginário, que nos é tão caro, que os produtos podem e devem atender, transformando aqueles desejos que estão em nosso coração em necessidade. (GASTAL, 2005, p. 70)

Quando remetemos à ideia de sentimentos e de imaginário - e não da imagem física da cigana - é possível relacioná-los com a afirmação exposta por Gastal (2005, p. 75): “Em termos de imaginário, não há verdade ou mentira, pois todo imaginário é. Ele é invenção, narrativa, seleção, bricolagem, modo de ser no mundo. No imaginário, em consequência, não há verdadeiro nem falso”. O imaginário permeado de misticismo sobre a cigana existe e é perpetuado, em função de sua sepultura. O túmulo nesse sentido parece representar a própria pessoa física sendo significada pelos seus devotos.

Significar é exprimir a identidade de um grupo humano de tal modo que haja uma relação entre caráter circular ou exclusivo de um sistema de signos e seu valor expressivo. Comunicar por signos é excluir tacitamente da comunicação viva o grupo vizinho para quem esses signos são letras mortas ou jogo gratuito de imagens. (DEBRAY, 1994, p.58)

Para Gastal (2005, p. 88) [...] o compromisso dos imaginários, repetimos, é com as necessidades que estão no coração de cada turista e é a isso que devemos procura atender [...]. O significado da imagem, nem sempre será o que ela deseja transmitir, pois a imagem dada não será necessariamente a mesma percebida. As ideias individuais ou coletivas vão interferir na interpretação. Isso ocorre com a imagem do túmulo da cigana, pois no imaginário popular sua tumba é um modo de simbolizá-la. Assim sendo é possível afirmar que, no caso da sepultura da cigana, “a imagem é benéfica por que [é] simbólica” (DEBRAY, 1994, p. 61).

Conforme Joly (2005) a imagem nem sempre se relaciona ao visível, mas “[...] toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece”. (JOLY, 2005, p. 18). Para Joly (2005, p. 18) “[...] a imagem pode ser tudo e seu contrário – visual e imaterial, fabricada e “natural”, real e virtual, móvel e imóvel, sagrada e profana, antiga e contemporânea, vinculada a vida e a morte [...]”.

Para Debray (1994) a representação da imagem torna o sujeito mais próximo daquilo que é real. Pela importância atribuída à imagem, o autor afirma que “há mais na cópia do que no original” (DEBRAY, 1994, p. 25). Os visitantes e turistas que se deslocam até o túmulo da cigana, não buscam ver a morte, mas sim a vida, sendo sua sepultura uma imagem que auxilia na composição do imaginário existente sobre sua história e manutenção de sua memória.

Segundo NORA (1993) a memória é um fenômeno sempre atual, vivido no tempo presente. É um lugar material, funcional e simbólico em que a memória social se alicerça.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Quanto ao turismo é inegável o apelo da imagem e ao estímulo do imaginário individual ou coletivo, como mobilizador das viagens e mantenedor da memória. Gastal (2005) expõe que:

Viagens e imaginários sempre andaram juntos, daí sua importância para o turismo. Enfrentar o desconhecido ou simplesmente adentrar o novo, causa uma certa instabilidade nas pessoas. Assim, o espaço desconhecido será ocupado pelos sentimentos das pessoas em relação a ele, sentimentos que serão materializados de diferentes maneiras em diferentes momentos históricos. (GASTAL, 2005, p. 57)

Pode se dizer que, para a atualidade, não importa quais traços visuais que a cigana possua. O que se busca está na afetivação criada pela representação mental de seus fiéis. Sua sepultura é um modo de chegar mais perto de seu universo nômade, livre e que concebe a vida. É um espaço de memória para entender a cultura e história local. O imaginário popular dos milagres atribuídos é preservado/mantido pela fé, fator subjetivo, materializado em seu túmulo pelos objetos deixados ali. Há incertezas quanto à linearidade histórica/temporal da cigana Terena, porém o que mantém sua memória é algo atemporal, é a aura misteriosa e os relatos dos milagres que valorizam o cemitério e instigam as visitas. As placas em seu túmulo constituem um elemento que compõem e reforçam a memória e o imaginário pelotense sendo sua sepultura, um elemento de construção, recriação e projeção que pode ser entendido como um lugar de memória.

Considerações Finais:

Conforme ressaltado no artigo, muitas são as lacunas sobre a história da cigana Terena. Qual sua origem? Ela viveu na cidade de Pelotas? Como foi sua vida? Ela realmente encontra-se sepultada no Quadro Velho? Essas perguntas não são tão relevantes quando consideramos a fé, que mobilizam os sujeitos e que provocam seu deslocamento até o túmulo da cigana. Seus devotos se conectam com a cigana através de seu túmulo no qual pode se dizer, que a representa. Placas, moedas, perfumes, bebidas, maquiagens, bijuterias e flores são itens que fazem a ligação entre o ser vivo e o morto frente a sua sepultura. Em torno dessa história popular há um imaginário sob o fato de ela ser cigana. Imaginário da liberdade dos povos nômades, matriz arcaica da humanidade, e a ousadia da desterritorialização já que ocupam o todo. Quando envolve alguém já falecido, o encantamento torna-se maior em função do mistério que há sobre a morte. Apesar disso, não é a morte que se quer ver, mas sim a vida e busca-se na cigana Terena um significado para tal, pois há uma afetivação entre ela e os seus devotos.

Outra questão que permeia é o motivo de ela estar enterrada em um local destinado ao sepultamento da elite pelotense. Os túmulos existentes no Quadro Velho são uma representação de poder econômico e cultural da cidade de Pelotas/RS do século XIX e a distribuição geográfica do espaço no cemitério é socialmente segregada. Por isso, é de se estranhar que uma cigana sem um nome de família reconhecido, vista como nômade, oriunda de uma cultura não cristã, esteja sepultada naquele local que é um espaço cristão destinado à aristocracia. A lenda sobre a cigana Terena foi construída pelo imaginário da população pelotense, sob o túmulo da mesma e não de uma imagem da pessoa física. Ali não está a representação de algo do qual possa se afirmar que realmente tenha existido, mas sim de algo vinculado ao imaginário criado, no âmbito do que é simbólico. Até o momento se desconhece a aparência do corpo da cigana, e são raros os dados acerca de seus feitos. Quanto ao turismo, é fato a potencialidade da história da Terena para a atividade turística, a qual mobiliza peregrinações para que os visitantes professem sua fé.

Referências:

BARTHES, Roland. A Câmara Clara: Nota Sobre a Fotografia. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1984.

BASTIANELLO, E. M. T.. Rechaço e acolhimento simbólico etnias socialmente excluídas no espaço funerário. In: XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo. ANPUH 50 ANOS: Comemorações, 2011.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. O Cemitério da Santa Casa: contribuições para história da arte funerária em Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2005.

DIÁRIO POPULAR. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NzU3NjA=&id_area=Mg Acesso em: 25 jul.2014

DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FOTOLOG PELOTAS NECRÓPOLE Disponível em:
http://www.fotolog.com/pelotasnecropole/12251668/#profile_start Acesso em:

2 ago. 2014

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO Disponível em:
http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=914:ciganos-no-brasil&catid=38:letra-c&Itemid=1 Acesso em: 28 jul. 2014.

GASPAR, Lúcia. Ciganos no Brasil. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 28 jul. 2014

GASTAL, Susana de Araújo. Turismo, imagens e imaginários. São Paulo: Aleph, 2005.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

JORNAL CORREIO DO POVO. “Aumenta devoção às ‘milagreiras’”. CORREIO DO POVO, Rio Grande do Sul, 3 de novembro de 1998. Cidades. p. 16

NORA, Pierre (1993). Entre memória e história (Y. A. Khoury, trad.). Revista de Pesquisa Histórica, (10), 7-27.

PIERONI, Geraldo. Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ROSSO, Renato. Ciganos: um povo de Deus: Fundação M. Resende Costa, S/D.

SINCEP. Turismo Cemiterial. 2010. Disponível em: <<http://www.sincep.com.br/?key=01d8bae291b1e4724443375634ccfa0e>>. Acessado em: 28 maio 2010.

Resumo

Os rastros de memórias encontrados em ruínas, lugares de memória por excelência, tem forte apelo turístico, social, histórico; a imponência de um conjunto arquitetônico em ruínas remete a um passado distante, por vezes idealizado, e acaba se tornando convidativo e, neste momento o fenômeno turístico começa a se configurar na localidade, modificando-a física, social e economicamente. Esta comunicação pretende apresentar o caso das ruínas de São Miguel das Missões, contando sua história, discorrendo sobre a memória jesuítica e guarani representadas ali. Dialogando com o conceito de "lugar de memória" trazido aqui por meio de Pierre Nora, buscamos estudar esse patrimônio, pensando também no turismo que ali ocorre e o que isso pode representar para a região e sua respectiva História.

Palavras-chave: São Miguel das Missões. Lugar de Memória. Ruína. Turismo.

Considerações Iniciais

Walter Benjamin em meados do século passado escrevia sobre o novo fenômeno da reprodução tecnológica das obras de arte, abordaremos aqui não a arte em seu sentido comumente conhecido, mas enquanto capacidade de difusão de uma ideia, de conceitos. Como atrair o olhar distraído do viajante que vive do imediatismo da propagação de imagens nas redes sociais, ao resplendor de ruínas que seguem resistentes por séculos, e representam bem mais que uma bela paisagem para novas fotografias? Essa é arte do mundo contemporâneo, se lançar ao desafio de ser algo mais, de deixar marcas nos homens de um tempo, sem tempo para nada.

De que forma lidar com lugares que carregam a essência de outra época, de outros valores, em um mundo onde tudo é efêmero e a reprodutividade técnica (BENJAMIN, 1994) alcançou níveis estrondosos? Se podemos guardar mais de mil fotos de um monumento, porque admirá-lo no presente? Se é possível buscar na internet a história de determinado ponto turístico, porque se ater a mediadores durante a visita? Do que se trata o turismo cultural? Como ele altera a dinâmica social de uma localidade? Ele consegue promover na prática interação social e trocas culturais?

Essas são algumas das perguntas motivadoras desta comunicação, em que analisaremos o caso de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul. Buscamos apresentar aqui um pouco sobre a história dessas ruínas, analisando o contexto de narrativa construída sobre a ela, e a influência do fenômeno turístico na localidade.

E o Turismo? - Ideias e Conceitos sobre o Turismo Cultural

Partindo primeiramente do conceito básico do turismo, encontramos o Turismo como "movimento de pessoas a lugar diverso do qual habite por tempo inferior a 360 dias, desde que esta não realize atividades econômicas." (OMT *apud* Dutra, 2003). Logo, qualquer viagem não caracterizada como atividade econômica e com duração inferior a um ano, aproximadamente, é considerada, pela Organização Mundial de Turismo (OMT) como uma viagem turística.

A partir desse conceito o Ministério do Turismo (MTur) adotou maneiras de segmentar o campo turístico, podendo ser feita pela perspectiva da oferta ou da demanda, para melhor

¹⁹⁴ Historiadora (UERJ). Mestranda em Memória Social (Unirio). Email: ligialinsrj@gmail.com

¹⁹⁵ Turismóloga (UFF). Mestranda em Memória Social (Unirio). Email: mmarjorie@ymail.com

gerir a atividade, captar, e alocar, mais recursos. Focaremos na forma mais conhecida de segmentação do turismo, a segmentação da oferta, de acordo com a demanda, por meio da análise da sua motivação. Dessa forma obtemos os inúmeros segmentos turísticos como: turismo social, aventura, sol e praia, negócios e eventos, rural, saúde, estudos e intercâmbio, ecoturismo, turismo cultural e tantos outros.

Embasaremos esse ensaio a partir do conceito de turismo cultural, pois se entende que a principal motivação de deslocamento para um conjunto de ruínas, como São Miguel das Missões, é a contemplação do patrimônio e vontade em conhecer os rastros memória (BENJAMIN *apud* ABREU, 2011) presentes nesse bem patrimonial. Começando com a definição proposta pelo Ministério onde encontramos que "Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (MTur, 2006). No trecho destacado é possível perceber que o principal é a vivência da cultura local. Não bastaria a mera contemplação, é necessário envolvimento e interação entre turista e comunidade receptora. Costa (2009) vai além da definição proposta pelo MTur, defendendo que

o turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta de bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo auxiliará a produção de novos conhecimentos e conservação dos bens visitados. (COSTA, Flávia Roberta, 2009, p. 190)

Ela inclui na definição elementos que são relacionados ao objetivo do turismo cultural, produção de conhecimento e conservação do patrimônio cultural, além de reforçar a questão da vivência e da experimentação. O turista cultural, em sua concepção, não é um visitante passivo, ouvindo uma explicação de um mediador de exposição e se dando por satisfeito, é aquele que interroga, questiona, busca entender contextos, conversa com a população local enfim, que tem um perfil mais ativo e crítico no que se refere à busca de informações.

Podemos contrastar esse conceito, com a visão de Prats e Santana (2005) de que "o turismo cultural é turismo patrimonial, e o patrimônio não é a cultura" (p. 16), fazendo uma crítica de como o dito turismo cultural acontece na prática. Esses autores entendem que as visitas sempre se dão de forma superficial e que se concentram apenas em visitas a bens culturais patrimonializados, que representam parte da cultura, mas não são a cultura como um todo.

Se pensarmos no turismo cultural ideal, o que Prats e Santana colocam não estaria relacionado a esse segmento, mas ao turismo de massa, que de fato se concentra em determinados elementos da cultura, havendo pouca ou nenhuma vivência e troca cultural. No entanto, na prática, para o grande público, qualquer visita a um museu é considerado turismo cultural, então se faz necessário contrastar sempre a teoria, o ideal, com a prática, já que a primeira muitas vezes se perde quando sai do campo das ideias. Passemos então ao nosso objeto de estudo, São Miguel das Missões (RS), um dos mais significativos locais de turismo cultural em ruínas no Brasil.

São Miguel das Missões: Memórias em Ruína

Com a chegada do homem europeu às terras que hoje reconhecemos enquanto América, uma ordem para sua exploração foi proposta, e em 1492 o tratado de Tordesilhas foi assinado entre Espanha e Portugal, esse traçado do novo mundo é bem diferente do que temos hoje enquanto referência de território colonizado pelos dois países, dessa forma a região das Missões não constituía parte do traçado português e assim seguiu por muitos anos.

A região de São Miguel das Missões e a bacia do Rio Prata eram locais de moradia dos Guaranis Mbya e ali estavam muito antes da chegada dos europeus. No século XVII, os

espanhóis decidiram criar reduções na bacia do Rio Uruguai para conter portugueses e se firmar definitivamente no território. Assim os jesuítas seguiram para a região e fundaram "sete novos aldeamentos na região da bacia do rio Uruguai: São Borja (1682); São Nicolau, São Miguel e São Luís Gonzaga (1687); São Lourenço (1691); São João (1697); e Santo Ângelo (1706)" (FLECK, 2007). Fundada pelo padre Cristóvão de Mendonza, à margem do rio Ibicuí em 1632, porém refundada na bacia do rio Piratini em 1687, no noroeste do Rio Grande do Sul, "a organização da redução assemelhava-se a de vila e povoados espanhóis, caracterizada por uma praça central, igreja, colégio, oficinas, casas dos padres, casas dos índios, casa dos órfãos e viúvas (cotiguaçu), depósitos, matadouros e cemitério." (ÁVILA, 2005, p. 22). Neste local, viviam cerca de quatro mil indígenas, juntamente com jesuítas, e ali se desenvolveram e aperfeiçoaram as mais diversas técnicas de agricultura, pecuária, artes, metalurgia, marcenaria e fabricação de instrumentos musicais e imagens sacras em madeira.

E assim seguiram, os jesuítas catequizando, ensinando ofícios, alfabetizando e regrando a vida dos guaranis. Importante dizer que o tratamento não era o mesmo para todos os guaranis, segundo Fleck (2007) líderes e seus filhos tinham mais oportunidade de aprendizado, e isso era justificado pela permanência de apenas dois jesuítas na redução. Uma ação de catequização que se firmou no aldeamento foi o ensino de cantos e danças, pois segundo a autora, tinha melhor resposta dos indígenas.

No entanto, no ano de 1750 foi assinado o Tratado de Madri e nele novos limites territoriais foram decretados para região platina. As novas fronteiras exigiam que os habitantes dos Sete Povos saíssem da região onde se encontravam, à margem oriental do Rio Uruguai, pois este território estava sendo trocado pela Colônia do Sacramento (a qual estava sob domínio português). Essa imposição culminou na Guerra Guaranítica (1754-1756) onde centenas de guaranis morreram e igreja São Miguel acaba queimada. Após a guerra, a coroa espanhola decreta a expulsão dos jesuítas das missões, por terem conspirado contra ela e incitado a Guerra, posteriormente, essas terras ficaram definitivamente controladas por Portugal, após invasão em 1801 (ÁVILA, 2005). Esses fatores provocaram a decadência dos Sete Povos das Missões que gradativamente sendo deixada a esmo, seja por abandono ou por retirada dos guaranis. Aqueles retirados forçadamente do local, foram para a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, em Viamão, onde deveriam ser aportuguesados ao máximo. Não era permitida a fala de sua língua mãe, precisavam se vestir e se portar como portugueses, e assim receberam nomes de acordo, sendo punidos em caso de desobediência e recompensados em caso de acusação.

A região dos Sete Povos ficou abandonada por anos e remanescentes da Igreja de São Miguel e a edificação do Museu das Missões foram inscritos no Livro de Tombo de Belas Artes em 1938 e consideradas Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2 de dezembro de 1983.

A Memória e seus Lugares

O que hoje reconhecemos enquanto resquícios, vestígios de uma época, representaram toda uma lógica político-social. As reduções se estruturaram como a forma mais eficiente de disseminação do cristianismo aos nativos dessas novas terras de além mar. Os povoados jesuítico-guaranis, fundados na Província do Paraguai a partir de 1609, foram também instrumento de controle da Monarquia Espanhola sobre territórios de fronteira e sua população. De maneira geral eram planejados em zonas afastadas do contato urbano, na intenção de favorecer um relativo isolamento daquilo considerado como ameaça a purificação desses indígenas, salvando-lhes da barbárie. Nas palavras de Antonio Ruiz de Montoya, um dos mais importantes jesuítas desse contexto:

Llamamos reducciones a los pueblos de indios que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separadas a legua, dos, tres y más, unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política humana, a beneficiar algodón con que se vistan (MONTTOYA [1639], 1989 p. 34).

Segundo Andreas Huyssen (2014, p.91) a idéia de nostalgia se relaciona com a irreversibilidade do tempo, algo do passado que deixa de ser acessível, essa saudade de um passado perdido pode ser entendida também como uma utopia às avessas, em que a noção de tempo e de espaço se relacionam. Exemplo perfeito para o panorama descrito são as "ruínas", algo que foi, e hoje se mostra em resíduos de um passado a ser investigado. "No corpo da ruína o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia" (Huyssen, 2014, p.91).

Assim também se dá com as reduções de São Miguel, que não nos são tangíveis em seu sentido literal, mas que partindo do conceito de lugar de memória oferecido por Pierre Nora (1993) se ressignificam em um novo plano no qual o vestígio é também produção de novos horizontes.

Elas carregam ainda um sentido afetivo, visto que produzem uma zona de integração, estabelecendo conexões de identidade entre o corpo social. Ao mesmo tempo, são capazes de transcender a noção estética usualmente associada a espaços turísticos, evocando todo um sentido histórico.

A conceituação original de Nora nos remete a passagem de uma História totêmica para uma História crítica, é o momento dos lugares de memória. O interesse por esses lugares onde:

(...)se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura. (NORA, 1993 p.28).

A ideia dos lugares de memória é talhada no entendimento de um mundo com ausência de experiência verdadeira, na transição das sociedades tradicionais ao caos do mundo contemporâneo. Memória para ele nada mais é, que o carregado por grupos vivos, como décadas antes propôs Halbwachs (2006). Logo se há mais informação do que capacidade de degluti-la, novas estratégias devem ser elaboradas, e é aí que o autor aponta a um processo de cristalização do pouco de memória que ainda temos, como artifício para que o corpo social reflita sobre o que se tornou através de seus vestígios.

Nora reconhece na História a capacidade de ampliar, de multiplicar os olhares da sociedade sobre sua própria trilha de erudição, projetando memórias particulares a novas possibilidades, contudo quando se faz necessário uma História da História, quando ela se torna crítica até sobre si mesma, abrindo variáveis para a identificação desse grupo (a nação), ela deixa de ser guiada por um sujeito portador, o que retira sua vocação pedagógica da transmissão de valores. A crise na educação é apontada como exemplo para comprovação da tese apresentada.

O que questionamos nesse panorama é a ausência do aspecto criativo que a crítica pode gerar. Enquanto unitária, a História é sim arauto de valores que auxiliam na manutenção da ordem social, porém quando a identificação a essa História já não flui naturalmente e novas memórias disputam uma possível hegemonia, a disciplina desse contexto se dilui abrindo caminho à criação. O pensar sobre si é um exercício de tensão, pois abre espaço ao novo, e esse não necessariamente será melhor que o antigo, contrariando a lógica positivista de evolução, porém a partir daí podemos refletir sobre que História nos representa, e de que maneira nos posicionar sobre sua composição, e ao interagirmos nos estudos sobre o patrimônio apontamos essa mentalidade crítica como essencial a sua estruturação. Para Benjamin "Metade da arte da narrativa está em evitar explicações(...). Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que já não existe na informação" (BENJAMIN, 1994 p. 203). A lógica patrimonial pode seguir dois caminhos, o lugar de memória congelado e intocável, que de certa forma garante sua existência futura, já que o que o não manuseado tende a não sentir o peso dos anos em sua

estrutura física, ou do da narrativa benjaminiana que não precisa estar descolada do lugar de memória, pois enxergar a memória como criação, é levá-la mais além. Tentar acumular os elementos que a compõe, como se fosse possível vislumbrá-la em uma totalidade, é abandonar a realidade de que não existe lembrança sem esquecimento, que selecionamos, subjetivamente ou em grupo o que permanece, dito de outra forma, nos tornamos responsáveis sobre o porvir.

Mas o que buscamos analisar aqui seria a História ou a Memória dessas ruínas? O texto de Nora, em especial pelo caráter endurecido a que associa seus lugares, foi e segue sendo alvo de diversas resignificações (inclusive do próprio autor). Esses lugares "nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p.13).

Segundo Nilson Alves de Moraes, os lugares de memória de Nora, estabelecem compreensão dos laços e relações entre o passado e o presente, produzindo ou atribuindo sentidos aos processos, relações e símbolos, enfatizando ou reinventando o mundo e as relações que o cercam, e, portanto, as lutas e tensões que o constituem. (MORAES, 2011, p. 95)

É essa atribuição de sentidos, que claramente não se dá de maneira natural, como não se dão as operações referentes à memória citadas por Nora, que faz com que esses espaços de memória no contemporâneo, sejam vistos como vivos. Territórios, que na proposta de Ludmila Catela, fogem do estático, em que encontra a conceituação original de Nora, e se afirmam como dinâmicos e fluídos, além de se associarem a ideias como conquistas e disputas de legitimidade. (DA SILVA, 2009. p. 461)

Do Trauma ao Lugar de Memória

Com as controvérsias geradas em relação ao Tratado de Tordesilhas, um novo acordo foi firmado, o Tratado de Madrid (1750) que estabeleceu outras fronteiras entre território português e espanhol, nesse cenário os países colonizadores se uniram na intenção de que as diretrizes recém firmadas fossem seguidas.

Muito se fala da História Jesuíta da região das missões, mas destacamos aqui a figura do Guarani e seu discurso de resistência, se apropriando das ferramentas apreendidas na vida dentro das reduções, para defender as mesmas. Quando estes souberam da necessidade de entregarem sete dos mais desenvolvidos povoados, se iniciou uma movimentação de dupla ordem: intelectual e armada. Em busca de apoio na resistência de suas terras, diversos documentos foram escritos pelos guaranis destinados aos mais diferentes grupos.

Portugal e Espanha engajados pelo seguimento do novo tratado que transformava a ordem geopolítica dessas colônias, não fez frente as reivindicações do grupo de indígenas que aos poucos ia articulando uma possível insurreição, até que em 1754 eclodiu o que a historiografia classifica como a já citada Guerra Guaranítica, vale ressaltar o caráter desse conflito que não abarcava todas as missões, e foi restrito aos sete povoados localizados na rota da mudança estrutural proposta pelo tratado de Madrid.

Nesse traçado político os Guaranis passam a ser considerados um problema pelas autoridades hispano-lusitanas, e seguiram o conflito armado até que em 1756 foram derrotados, mantendo ainda alguns poucos focos de resistência.

E hoje em pleno século XXI, o que representa essa História para as novas gerações? O que um sítio arqueológico de missões jesuítas tem a dizer ao globalizado mundo contemporâneo?



Figura 1 Ruínas de São Miguel das Missões vistas de dentro.

Fonte: Lígia Lins, 2013.

Apenas em 1983 as Ruínas de São Miguel das Missões foram consideradas pela UNESCO como Patrimônio Mundial, Roberto di Stefano um dos consultores do órgão internacional, na época emitiu as seguintes declarações: "A importância da preservação das ruínas de São Miguel é que elas representam o documento mais bem conservado da arquitetura jesuítica missioneira" (IPHAN p. 9). Acrescenta ainda:

São Miguel é, de fato, um patrimônio Mundial a testemunhar o nascimento de um novo mundo gerado pela expansão européia do século XVII e pela ação civilizatória jesuíta. O Brasil é um depositário de um documento que não é apenas parte da História deste país, mas um marco importante da História mundial. (IPHAN, p. 9 e 10)

E conclui "Precisamos ter bem claro que um monumento é um dado cultural e que cultura é coisa viva, integrada a comunidade. De nada adianta como fato cultural recuperar um patrimônio histórico para deixá-lo no meio mato onde ninguém o vê." (IPHAN, p. 10).

Como enunciou Pierre Nora essa aceleração do tempo tão difundida na atualidade, vai muito além de uma simples metáfora, ela é em si a inconstância cada vez mais fugaz de um passado definitivamente morto. Mas em um caminho de esperança ele afirma que ainda existem migalhas dessa tradição de memória e que podemos nos apropriar delas para uma possível construção de futuro, ainda que como já destacado, nos posicionemos em um uso criativo desses restos, entendemos o lugar de memória enquanto palatável, para que possamos moldá-lo e delineá-lo em função das necessidades do presente.

As ruínas de São Miguel das missões trazem toda a energia de uma época de resistência, mas nosso olhar pode estar direcionado aos mais variáveis momentos e perspectivas históricas, por isso é tão importante um trabalho conscientemente crítico da composição do discurso de qualquer espaço de cunho público, contudo muito mais quando falamos de questões sensíveis a sociedade como é o caso da História indígena e seus diversos traumas.



Figura 2 Fachada das Ruínas de São Miguel das Missões e a Cruz Missioneira.

Fonte: Lígia Lins, 2013.

O Turismo em São Miguel das Missões

Como comentamos anteriormente a principal crítica ao turismo é a falta de interação e troca cultural de fato, acontecendo a espetacularização de determinados aspectos culturais, podendo ou não ser representativo dos rastros de memória presentes. No caso de São Miguel, existe a tentativa de difundir a história das ruínas, através do show de luz e som, onde a narração é feita pelas ruínas, constrói-se uma narrativa de luta, percorrendo sobre a Guerra Guaranítica e como os jesuítas e índios trabalharam juntos antes e durante o conflito. Não comenta em detalhes a situação dos índios, sobre o papel dos jesuítas na quase "domesticação" desse povo, o que não é necessariamente algo prejudicial a experiência do espetáculo em si, e ainda que entendamos a óbvia necessidade de escolhas na hora da construção de um discurso, seja ele identitário, turístico ou teatral, nos questionamos em que lugar o Guarani ganha destaque nesse contexto da História do Brasil? Um turista observador mais atento perguntaria "onde estão os guaranis hoje?", "eles participaram da construção de São Miguel como destino turístico?", "eles ajudaram na construção dos discursos apresentados?".

Os guaranis, expulsos da região pós Guerra Guaranítica, tentaram voltar eventualmente para localidades próximas e, em 2001 começaram a construir sua aldeia na região e ficaram definitivamente no local. Entretanto eles não estão tão próximos assim das terras de seus ancestrais, nem física nem socialmente. A reserva indígena denominada Inhacapetum fica a 30 km da cidade de São Miguel das Missões e o deslocamento entre reserva e ruínas ocorre principalmente para a venda de artesanato, principal fonte de renda dos guaranis, no entanto, os índios não o vendem na loja das ruínas. E, o artesanato vendido na loja, da qual os índios não fazem parte, pouco se relacionam a cultura guarani. Não existe interação entre visitante e guarani, fazendo com a experiência da visita seja composta de apenas um discurso, o qual não abarca a questão indígena atual, nem da localidade nem do resto do país. A visita é mais contemplativa do que agregadora de conhecimento e incitadora de questionamentos. É o que Prats e Santana (2005) vão classificar como turismo patrimonial e não cultural, afinal, o visitante conhece o patrimônio, mas não se aprofunda no conhecimento da cultura que deu origem a ele.

A crítica que deve ser feita ao turismo "cultural" desenvolvido em São Miguel das Missões está relacionada ao fato de não se poder mais admitir que os Guarani se coloquem na posição de esmoleiros e peçam ainda hoje um troquinho aos visitantes de um local que é Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade graças a seus antepassados, assim como não se pode admitir que os Guarani dancem e cantem em seus espetáculos em troca de remunerações praticamente simbólicas, mas não possam se sentar à mesa para comer com "os brancos", o que seria uma atividade de respeito à diversidade cultural e um veículo capaz de promover a cidadania. (MARCON, 2007, p. 351)

Esse tipo de situação é comum, no entanto mesmo sendo criticada, ela tem apelo e costuma obter boa resposta entre os visitantes. Perguntas permanecem: não é possível ter uma boa resposta do público e agregar conhecimento ao mesmo tempo? O turismo cultural está limitado à teoria? Não podemos transpor questões mercadológicas e políticas para impulsionar o lado cultural? Como transformar esses lugares de memória, em espaços vivos, capazes de criar laços entre a História e os problemas das sociedades contemporâneas?

Referências

ABREU, Regina. *Transbordamentos do Nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses*. In: Magalhães, Aline Montenegro; Bezerra, Rafael Zamorano (orgs). *Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p 76-88

ÁVILA, Cristian Pio. "O que o guarani vende?": Um estudo sobre a Pessoa e Sistema Econômico no Grupo Mbyá Guarani Submetido ao Contato Interétnico. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2005.

BARRAL, G. A. *Rebeliones indígenas en la América española*. Madrid: Mapfre, 1992.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CATELA, Ludmila da Silva. "Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina". In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaina de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil, volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural*: Interpretação e Qualificação. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006

HUYSEN, Andreas. *Cultura do Passado Presente*: Modernismos, Artes Visuais, Políticas da Memória. Rio de Janeiro: Contraponto; MAM, 2014.

MARCON, Elza Maria Guerreiro. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade guarani nas "Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões". *Revista Pasos*, v 05 n 03, p. 343-352, 2007.

TELES, Edson & TELES, Janaina de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 461

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. A educação jesuítica nos Sete Povos das Missões (séculos 17-18). *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 78, p. 109-120, dez. 2007. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1244/1112>> Acesso em 24 ago 2014.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual*. Hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesus en las provincias de Paraguay, Parana, Uruguay y Tape. Estudio preliminar y notas Dr. Ernesto J. A. Maeder. Rosario: Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, 1989.

MORAES, Nilson. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera. (orgs.) *O Que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2011.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PRATS, Llorenç; SANTANA, Agustín. Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones. In: _____. *El encuentro del turismo con El patrimonio cultural*: concepciones teóricas y modelos de aplicación. Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

Sites

DUTRA, Wagner Andrade Viera. Turismo é... *Revista Turismo*. Dez 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>> Acesso em 18 ago 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Marcos Conceituais. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em 18 ago 2014

IPHAN. São Miguel das Missões. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA68B0083D177B392A1C4E53AE81A2A6?id=276>> Acesso em 24 ago 2014.

Engendramentos de um "lugar de memória": a obra cosmogônica de Bispo do Rosário

Renata Azevedo Requião¹⁹⁶

Resumo

Estudar a obra cosmogônica de Arthur Bispo do Rosário implica em considerar necessariamente dois grandes e complexos campos nos quais o Homem produz objetos, conhecimento, sentidos: a Saúde Mental e as Artes Visuais. Campos que, no caso de Bispo, territorializam e dão significado a sua própria existência. Tendo vivido por cinquenta anos na Colônia Manicomial Juliano Moreira / RJ, Bispo não só criou um sem-número de "objetos estéticos", nos quais registrava a vida naquele Hospital Manicomial, como, ao longo daqueles anos, acumulou em quantidade inestimável "objetos do cotidiano manicomial": pequenos objetos-coisas sem maior valor, descartados, estragados, aos pedaços, objetos os quais constituiriam matéria prima para sua expressão. Tais objetos têm dupla potência: de "suporte de memória" e de materialidade estética. Esse homem, cuja obra hoje é reconhecida internacionalmente pelo campo da Arte, foi um "arquivista intuitivo". A materialidade estética de suas "narrativas visuais" se enriquece quando submetida à perspectiva patrimonialista.

Palavras-chave: Bispo do Rosário; "lugar de memória"; "arquivista intuitivo"; "obra cosmogônica"; arte e patrimônio

Já há alguns anos não se pode mais pensar na extensa e intensa produção de Arthur Bispo do Rosário apenas atrelada ao campo da Saúde Mental, campo primeiro desde o qual ele ficou conhecido no Brasil, e mais recentemente no mundo. Na penúltima Bienal de São Paulo, em 2012, intitulada *A iminência das poéticas*, sua obra ocupou posição de destaque, no centro estrutural do prédio do Ibirapuera. Vê-la ali concentrada e pulsante (os corredores entre as obras quase não permitiam que mais de uma pessoa as observasse ao mesmo tempo), proporcionava ao público perceber a frequência verdadeiramente cardíaca da produção daquele homem que viveu longos anos numa Colônia Manicomial, isolado do mundo exterior. Nesta grande exposição, cuja curadoria apostou em produções das Artes Visuais Contemporâneas as quais, majoritariamente, aliassem a visualidade da imagem à da palavra, Bispo teve sua obra integrada ao Sistema das Artes sem restrições. Peculiaridades da curadoria justificaram plenamente sua inserção, bem como a de outros artistas que atuam em áreas afins à das Artes Visuais. Por entre as amplas plantas dos quatro pavimentos do prédio da Bienal, havia trabalhos de psicólogos com crianças autistas, havia trabalhos de deambulações coletivas, trabalhos que incluíam choros de crianças de diferentes países, e outros agenciamentos coletivos e individuais inusitados, afora o já amplo campo no qual se expressa a Arte na contemporaneidade. Havia, naquela Bienal, algo de sutil, que daria coerência à presença central de Bispo do Rosário. A questão a nortear a curadoria apontava para a iminência do poético no mundo, desde o mundo. O mundo cotidiano dos homens comuns, em sua iminência poética. Bienal, portanto, com curadoria de posicionamento crítico e político frente ao mundo, frente à banalização do mundo.

No texto introdutório ao catálogo, o curador Luis Pérez-Oramas faz referência à riqueza e à complexidade daquilo que Aby Warburg, no início do século XX, ocupado com a guarda da memória, percebe e valoriza como processo e transmissão das *representações*. Frente a um novo mundo advindo da Revolução Industrial, novo mundo tomado de novos hábitos, Aby Warburg, historiador do mundo clássico, pretendeu criar um extenso mapa que desse acesso àquele mundo ao qual estudava (o inacabado *Mnemosyne Atlas*, repleto de imagens compiladas de livros, revistas, jornais, e mesmo das cenas mundanas registradas pelas fotografias de álbuns familiares – naquela época, a máquina fotográfica já era parte do cotidiano do homem comum, recortando em imagens, arquivando e difundindo os modos de ser e de conviver dos homens, anos antes do *facebook*; no *Atlas* de Warburg as imagens eram organizadas em grandes painéis temáticos). Mundo cuja capital era uma Florença,

¹⁹⁶ profª dra PPG-Artes Visuais, Centro de Artes – UFPel, ar.renata@gmail.com

particularmente a das festas para receber a suntuosa boda de Cristina de Lorena e Fernando I de Toscana. Durante as festas nunca antes vistas, a cidade foi transformada num *Theatrum mundi*. Daquele momento em diante, acreditou Warburg, diversos tipos de eventos, entre expressões da arte e de mundanidades, passaram a ser incorporados pelas cortes européias. Tal festa teria sido modeladora de novos hábitos, fazendo da própria vida uma arte. Destaco aqui a frase de Jacob Burckhardt, pinçada por Oramas: "a festa italiana, com seu grau maior de civilização, fez a vida passar verdadeiramente para a arte" (CATALOGO BIENAL, 2012, p. 26).

A proposta da curadoria da 30ª BIENAL parecia indicar: a *iminência das poéticas* se faz do andar da vida no mundo, vida cultural e vida artística atravessando cotidianamente a vida mundana. Vida feita de imagens sim, mas cada vez mais, nas cidades do final do século XX e neste início do XXI, feita de palavras que redobram a cidade em si (vemos um ônibus e lemos Linha, vemos um hospital e lemos Hospital, vemos uma escola e lemos Escola, chegamos numa esquina e lemos *Pare!* numa placa dirigida a cada um de nós; vivemos em cidades feitas de palavras, feitas de palavras que também são imagens). Na Bienal, havia de tudo: palavra escrita, palavra falada, palavra canto, palavra grafada, declamada, palavra em choro, rumações, palavra em textos jornalísticos, sob a forma de depoimentos, palavra literária; grandes nomes da literatura, nomes de lugares, nomes míticos, nomes comuns, nomes anônimos; grandes questões conceituais, referências – palavras que viram conceitos –, tropos, figuras de linguagem, narrativas míticas, gêneros literários, HQs, personagens da literatura universal; distintas línguas nacionais, e o grego e o latim, e as diferentes grafias. E as impossibilidades com a palavra – seus limites, suas dislalias, dislexias, descaminhos, espaços, silêncios, opressões, linguagens secretas e *linguagens alheias*.

No campo das Artes é ainda uma novidade abordar o trabalho e a produção em Artes Visuais a partir da perspectiva das *poéticas visuais*. Tal mudança, e seu tempo de assimilação, resultado também da reação do campo crítico às novas práticas artísticas que, no mundo, vêm acontecendo a partir da metade do século XX¹⁹⁷, alarga a percepção das obras de arte para além da restrição impingida pelos gêneros, tipologias, linguagens. Alarga a percepção da Arte, reconhece e avoluma a importância do processo no qual imerge o artista para produzir – do qual emerge cada obra apresentada, cada "objeto estético" ¹⁹⁸ disponibilizado ao público. Nesse sentido, as escolhas do artista, a materialidade com a qual ele trabalha, as configurações às quais vai chegando, suas questões, e as linguagens com as quais ele decide trabalhar, todas essas etapas idiossincráticas (marcadas pela cultura naturalmente, e pela vida do artista) compreendem a produção da Arte Contemporânea – arte sem escola formal, arte sem limites, arte feita daquilo que toca ao artista.

O campo das Artes Visuais, nesta contemporaneidade marcadamente visual (os outros sentidos sendo apagados pelas tecnologias de um mundo que se deixa apreender majoritariamente por nossos olhos), vem se conflagrando como um campo de produção de conhecimento, o qual carrega consigo certo pensamento próprio: *o pensamento das artes visuais*. Pensamento resultado do encontro de cada artista com seu entorno, com seu lugar, "pequeno território" ¹⁹⁹ no qual ele vive cotidianamente, ao qual ele é mais ou menos refratário, através do qual ele entra em contato com o *resto do mundo em que vivemos*. Pensamento resultado da atividade prática do artista, atividade sempre envolvida por uma ideia de *técnica*, e por uma capacitação à qual o artista habilita seu corpo, particularmente sua mão, numa destreza desenvolvida por entre ferramentas, instrumentos, matérias, suportes,

¹⁹⁷ No Brasil, nos anos setenta é criado o primeiro PPG em ARTES VISUAIS, vinculado à ECA, na USP. É, porém, só muito recentemente que o termo Poéticas Visuais identifica uma de suas Áreas de Concentração.

¹⁹⁸ Destaco a escolha desse termo, mesmo em se tratando de poéticas processuais. Importa aqui a, digamos, reação do outro que não o artista frente àquele "objeto" (instância da coisa produzida), cuja experiência cognitiva é da ordem da experiência estética.

¹⁹⁹ Nos cursos do PPG – AV / Centro de Artes / UFPel, tenho proposto aos alunos, artistas em formação, que pensem nas características desse lugar de conforto de onde emerge a criação; lugar no qual a criação se adensa. Influenciada por algumas poéticas e práticas territorialistas, nomeio "pequeno território" a esse lugar, uma apropriação pessoal frente ao lugar civil compartilhado.

questões – pura experiência. Tal pensamento artístico, pensamento poético (no qual *poiesis* e *téckné* se realinham em dinâmica individual), é resultado desse encontro envolvente entre as coisas do mundo e o homem que das coisas se aproxima, que a elas redimensiona, impregnando-as de valores para ele simbólicos. Esse homem se redimensiona com essas coisas. Envolvido com elas, por elas, através delas, atravessado por elas, transforma-se.

É Jorge Luis Borges quem, em algum momento, envolto ele também em seus fantasmas²⁰⁰, sugere que, ao pensarmos a criação, pensemos no homem e em sua obra. Melhor, que ao pensarmos na obra pensemos no homem, de tal forma que pudéssemos dizer a Obra de Arthur Bispo do Rosário; quem sabe até Arthur Bispo do Rosário, a obra. Quando os artistas já encerraram sua produção exclamamos facilmente: vi um Caravaggio maravilhoso!, assisti a todo o Antonioni! Principalmente, como é o caso dos dois aqui referidos, quando a obra nos apresenta um complexo mundo invisível, como os mundos de homens habitantes *da margem*. Há, neste curto artigo, o desejo de afirmar o quanto o caso de Arthur Bispo do Rosário (homem-artista encapsulado em sua obra) é paradigmático dessa perspectiva, através da qual a produção não pode ser desligada do homem que a engendrou, nem das coisas das quais se fez, nem do tempo no qual esse homem viveu (segundo Louise Bourgeois, Bispo buscava com seu fazer "uma ordem no caos, uma estrutura e ritmo do tempo e do pensamento", buscava, afinal, sentido). Por isso também tais produções de Arte, carreando com elas seus lugares, são "patrimônio inalienável da humanidade".

Tal perspectiva aceita, a obra resultante dessa produção vital é extremamente potente, tanto se a consideramos em sua inserção no Sistema das Artes, quanto se a levamos em consideração para melhor compreendermos, e nuançarmos, o lugar que ela, ao ser criada, cria. Lugar, no caso de Bispo, *fora do campo* (vale repetir tal expressão, ampliando seu sentido). Pois, com Bispo, a obra de Arte é fundadora de um lugar até então invisível, nos dois campos.

Nos anos oitenta, cunhando a expressão "lugares de memória", o historiador Pierre Nora identificou diferentes lugares materiais, físicos, onde, percebia ele, a memória social, coletiva, se ancora. Lugares nos quais a memória pode ser apreendida, pode ser expressa, pode ser ressignificada e, assim, efetivamente *revelada*. O conceito, "lugares de memória", se consolida com a valorização das histórias dos homens comuns, numa percepção voltada aos movimentos das minorias, particularmente na defesa, no limite, de sua própria existência, de seus valores e de suas memórias. Há, na base dessa nova percepção, a lucidez: não existe apenas uma única história a ser contada, uma única tradição a ser transferida. Nas palavras do próprio Nora, cada novo historiador do passado pretendeu, "estabelecer uma memória mais positiva do que as precedentes, mais globalizante, e mais explicativa" (NORA, 1981, p.10). Apenas a partir dos anos trinta do século XX, particularmente na França, "se pôde multiplicar projetores sobre memórias particulares" (NORA, 1981, p.12), de forma a se perceber com clareza que o grande lugar, outrora representado pela idéia de Nação, tivesse deixado de se apresentar como uma unidade hegemônica de memória.

Se vemos o campo da História dobrar-se sobre si, percebe-se, talvez com maior evidência desde o modernismo, o quanto o campo das Artes dobra-se sobre seu fazer. Em processos independentes, avançando ambos na direção da busca pela conscientização de suas manifestações, reconhecendo-se como formulações culturais, discursivas, como formas de representar. Com essa abordagem, ganha ênfase nessas duas grandes áreas do conhecimento aquilo que o homem, em sua força e existência individual, na experiência com seu *lugar*, lugar significativo para ele, deixa para o mundo.

²⁰⁰ A referência aqui é ao termo *fantasme*, da psicanálise lacaniana, termo diretamente relacionado aos objetos pessoais, nos quais o sujeito aloja seus recalques e desejos. Tais objetos estão aqui tomados na dimensão de sua potência como patrimônio cultural coletivo, aspecto que, para fins deste artigo, não poderá ser desenvolvido.

Os "pequenos territórios", habitados pelos homens comuns, esses territórios até então não mapeados, não circunscritos, não protegidos, são mananciais de vida. Nesses lugares de escala geográfica quase invisível, homens lidam com materialidades efêmeras, em espaços de baixa ou nenhuma institucionalização. Ali, guardam linguagens e outras riquezas. Esses homens têm consciência de que seus *valores* devem ser, de alguma forma, registrados e arquivados. Já que "não há memória espontânea, é preciso criar arquivos [...] essas operações não são naturais" (NORA, 1981, p.13).

Não à toa a curadoria da Trigesima Bienal, tratando da aproximação entre a arte e a vida, melhor, buscando na vida suas passagens para a arte, apostou no acúmulo warburgiano por entre a imagem e a imagem da palavra. Imagens que, para Warburg, voltando ao colecionador incansável, encontram seu registro privilegiado, repita-se, nos papéis da imprensa: jornais, revistas, panfletos, folderes. E nas fotografias – registro democrático, amplamente difundido, o qual nos ensinou a olhar as cenas de nosso entorno, percebendo-as como *imagens construídas* ainda que de um cotidiano banal, imagens que fazem de cada um de nós um esquadrinhador da realidade: passamos a ver o mundo a partir de molduras, as quais construímos, nas quais, como se fossem janelas, nos debruçamos. Bispo não tinha uma máquina fotográfica. Exilado, aprendera a ver o mundo a partir de *janelas* – essa configuração retangular, onipresente nas estratégias culturais de produção de imagens!

Neste tempo de visualidades, e de escrituras, ficam impregnados de sentidos os trabalhos de Artes Visuais associando imagens e palavras; imagens do que é visível e visualizável, à palavra, ora escrita ora oralizada. Como na vida, aliam-se, nas Artes Visuais, *imagens* do mundo a imagens visuais da escrita, ambas envoltas pelo rumorejar das sonoridades das línguas do mundo, sua musicalidade, seus ruídos, suas gagueiras. Emergem dessas obras qualidades comunicativas, informacionais, simbólicas e expressivas da palavra. Qualidades postas à vista pelo encontro com a dimensão visual das Artes Visuais. Há, entretanto, nesse tipo de produção, certa indiscernibilidade da palavra. Às funções freqüentemente associadas a sua presença (o dizer, o explicitar, o declarar, o identificar, o evidenciar), se juntam as contrapartes negativas. O pensamento das Artes Visuais, expresso não em verbo, mas em imagens, promove tal erupção. Sustam-se, em prol dos silêncios e de ritmos visuais, a sintaxe e o movimento analítico permitidos pelo verbo. Trata-se de encontrar sentidos por entre evidências.

Nas obras de Bispo aqui destacadas, se observa a palavra trabalhada²⁰¹ num jogo de presença e ausência, em seu valor de inscrição. A palavra de Bispo é signo que tem seus sentidos redimensionados, numa aposta no significante, alterando sua legibilidade e mesmo o registrar de certas narrativas que ali pulsam. Arthur Bispo do Rosário se utiliza, para produzir suas diferentes configurações percebidas hoje como poéticas, de jornais, revistas e de outros tantos registros escritos, mais ou menos institucionais. Afora isso, borda, envolve com linha, escreve com agulha, com cal, rasga, cola, produzindo variados "registros tipográficos", nas tantas inscrições de sua potente caligrafia. Em boa parte seu trabalho trata de recolher, classificar, arquivar, escrever, registrar, redimensionando sua experiência cotidiana. Mas também lida com o apagamento, com a perda, a rasura, com os limites e as bordas de seu território; e com a passagem do tempo.

De certo modo, insistindo sobre a possibilidade de seu trabalho (assimilado pelo Sistema das Artes!) se oferecer a nós como passagens a um "lugar de memória", se fixamos nosso olhar em cada miliponto de suas bordaduras, temos a chance de encontrar com ele o tempo exigido por cada ponto. Experimentaríamos a temporalidade de cada instante. Naqueles desenhos, naquelas configurações (o carro de boi, a caixa d'água, a cerca, a casa grande, os brasões, as figuras geométricas e seus ângulos, os homens, os animais, os navios, os galardões das mais distintas hierarquias,...), ele fixava certa "memória coletiva" (não apenas a

²⁰¹ A consciência do autor-criador, supostamente minorizada pelo comprometimento emocional de Bispo do Rosário, não será aspecto aqui abordado.

sua, nem apenas a daqueles internos que, durante décadas, viveram nas Colônias Manicomiais brasileiras). Sendo um sujeito de fora do campo, indicava novos limites com sua obra. Seus pontos de borda(do) nos permitem "articular registros", indo ao encontro de sentidos justamente onde esses não eram antevistos. Aceitando que o grande tecido cultural seja feito de instantes em que "o significante se introduz no imaginário, pela produção de um significado"²⁰², no tecido incoerente e caótico da vida, somente somos capazes de atribuir sentidos a alguns poucos momentos, cujas distintas realidades nos afetam, oferecendo-nos, apenas, aparente coerência. No viver tratar-se-ia sempre, e apenas, de sermos capazes de reconfigurar o real, dando a ele certa coesão.

Bispo, como um funes memorioso, vivendo numa zona amorfa, a tudo guardava contra o esquecimento. No registro de seus dias, construía seu lugar. Lugar à margem, fora do campo, feito de restos, lugar ao qual tornou visível por sua potência como fazedor de sentidos.

Dois P.S.:

Quando a medicina, particularmente a psiquiatria, no Brasil e no mundo, ainda alienava os "doentes mentais" afastando-os do convívio familiar e social, foi criado, em 1911, o primeiro Hospital destinado a mulheres, sob o nome de Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, o quarto hospital-colônia brasileiro. Mais tarde, o Hospital veio a receber o nome de um dos expoentes da medicina psiquiátrica, Juliano Moreira (1873 - 1933), homem voltado a práticas éticas as quais, no Brasil de sua época, eram extremamente inovadoras. "Lutou pela reformulação da assistência psiquiátrica pública, nos âmbitos legislativo e assistencial. Incentivou a promulgação da primeira Lei federal de Assistência aos Alienados (1903), sugeriu novos formatos institucionais e de tratamento para a doença mental, a exemplo do que conhecera na Europa, como os hospitais-colônias e a assistência hetero-familiar". Lê-se sobre alguns feitos dele, no site governamental Memória da Loucura, o qual apresenta fidedigna cronologia da longa história da loucura, no Brasil, desde a transferência da Corte Portuguesa, em 1808 (<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/retratos06.html>). O confiável cronograma demonstra a evolução do campo da Saúde Mental no Brasil. Apenas em 2001 é "sancionada a Lei que trata dos direitos dos usuários dos serviços de Saúde Mental e retira o manicômio do centro do tratamento". Datam dos recentes anos de 2006 e 2007, o marco de consolidação da Rede de Atenção de Serviço Psicossocial do Brasil, a Política Nacional sobre o Álcool, e o estabelecimento de diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas, respectivamente. Arthur Bispo do Rosário foi transferido para a então Colônia Juliano Moreira em 1939, alojado "no mais constrangedor dos setores" (CATÁLOGO, 2012, p.295). Passará ainda algum tempo fora até retornar definitivamente para a Colônia, em 1964, de onde não mais sairá, trabalhando incansavelmente até sua morte em 1989. Considerado seu primeiro ingresso, Bispo envolve-se com a Colônia durante 50 anos. Este hospital-colônia é tomado aqui como exemplar, por sua configuração e história, diretamente relacionados com a evolução tanto dos conceitos, quanto das abordagens clínicas e dos tratamentos aos pacientes do campo da Saúde Mental no Brasil. Nele, um homem com as qualidades de Arthur Bispo do Rosário produziu, ao longo dos dias, envolvido por aquela realidade, toda a sua Obra. Nela se guarda certa história. Que o Sistema das Artes a proteja, guardando-a sem a esconder. Que não a substitua. Que não pretenda *dizer em nome do Bispo*.

²⁰² Lê-se em MENICUCCI e SANTIAGO: "Lacan buscou uma comparação entre a técnica do estofamento e o ponto de basta partindo do princípio de que em algum ponto significante e significado se amarrariam. A noção de amarração, sugerida pela função que se deduz de um nó, estaria estritamente ligada à ideia de articulação dos registros. Nesse sentido, enodar, significa articular registros". Trata-se do instante em que "o significante se introduz no imaginário, pela produção de uma significação. [...] O ponto de basta marca o momento da intromissão do significante no significado". Em Deleuze e Guattari, lê-se: num "regime significante do signo", [...] "o significado deixa de ser esse continuum amorfo, [esse] dado sem ser conhecido". (1995, p. 62-65)

Dito isso, vale destacar a cronologia da divulgação (e construção da recepção) da obra de Bispo. Se em 1992 o IPHAN abre o processo para o tombamento de seu, já tratado como tal, Acervo, anos depois, em 2000, na *Mostra do Redescobrimento, Brasil + 500*, sua obra ainda estava alocada pela curadoria no setor *Artes do Inconsciente*. Apenas ao longo dos últimos dez, doze anos, e sob forte influência da recepção crítica de sua obra no exterior, sua Obra foi inserida no campo das Artes Visuais, desligando-se pouco a pouco de seu outro selo (saúde mental, artes do inconsciente, arte e loucura, artistas da margem,...). Junto com artistas renomados e de densa produção, representou o Brasil na 46ª Bienal de Veneza, em 1995, e mais recentemente, na 55ª edição, em 2013.

Que tal reconhecimento não apague sua história, que sua "incorporação simbólica, [...] transitando do asilo ao museu" (FRAYZE-PEREIRA, 1999), não nos faça esquecer as razões pelas quais, há poucos anos, o abandonamos. A esse sujeito que, apartado do mundo, contava histórias, nos ajudando a interpretar nosso Brasil.

Imagens:



FIGURA 1 – Carrinho. Arquivo II, Bispo do Rosário, sem data. Madeira, metal, plástico, linha, e PVA. 112 x 56 X 103 cm.

Fonte: A autora



FIGURA 2 – Atenção: Veneno, Bispo do Rosário, sem data. Madeira, tecido, linha e metal. 93 x 74 cm. Detalhe.

Fonte: A autora



FIGURA 3 – Navios de guerra, Bispo do Rosário, sem data. Madeira, tecido, metal, linha e plástico. 139 x 126 cm. Detalhe.
Fonte: A autora

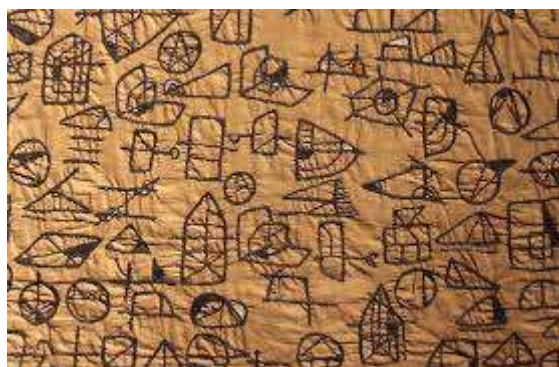


FIGURA 4 – *eu preciso destas palavras . escrita*, Bispo do Rosário, sem data. Abaixo da inscrição "desenho geométrico", figuras geométricas com seus ângulos, e suas épuras, além de outros símbolos bordados. Detalhe.
FONTE: A autora.



FIGURA 5 – Reservatório d'água. Concreto, madeira, plástico e metal. 17 x 43 cm. Ao lado de Carro de bois e Terrina. Bispo do Rosário, sem data. Detalhe.
FONTE: A autora.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estâncias**: a palavra e o fantasma na cultura ocidental. col. Humanitas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. (volumes I e II). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BORGES, Viviane. Arthur Bispo do Rosário está voltando: patrimonialização e memória na invenção de um personagem ilustre. Esboços, REVISTA PPG – História / UFSC, v.18, p.73-90, 2012.

BURROWES, Patrícia. **O universo segundo Arthur Bispo do Rosário**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

CATÁLOGO TRIGÉSIMA BIENAL DE SÃO PAULO, **A iminência das poéticas**. São Paulo: Fundação Bienal, 2012.

DANTAS, Marta. **Arthur Bispo do Rosário: a estética do delírio**. Araraquara: Ed. UNESP, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FIRMO, Walter. **Walter Firmo: um olhar sobre Bispo do Rosário**. Rio de Janeiro: Pró-Artes Visuais, Secretaria Municipal das Culturas, 2013.

FRAYZE-PEREIRA, João. O desvio do olhar: dos asilos aos museus de arte. Revista Psicologia, USP, vol. 10, n. 2, 1999. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200004&script=sci_arttext

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2000.

LÁZARO, Wilson (org.). **Arthur Bispo do Rosário**. Rio de Janeiro: Réptil Editora, 2012.

MENICUCCI, Juliana Gonçalves; SANTIAGO, Jésus. A metáfora enquanto ponto de basta: uma articulação possível entre a noção de metáfora e a teoria dos nós. REVISTA Mental, n.19, 2013. disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/420/42028699003.pdf>

NOBRE, Maira Fátima de Oliveira. A clausura sob a ótica de Juliano Moreira. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH, Natal, Rio Grande do Norte, 2013. disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364581980_ARQUIVO_Aclausurasobaoti cadeJM.pdf

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares (tradução: Yara Aun Khoury). PROJETO HISTÓRIA: Revista do PPG – História / PUC – São Paulo, n. 10, 1981, p. 7-28.

SILVA, Jorge Anthonio e. **Arthur Bispo do Rosário: arte e loucura**. São Paulo: EDUC, 1998.

SILVA, Marcio Selligman. **Palavra e imagem, memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

Museu de Imagens do Inconsciente e Museu de Favela: Diferentes Caminhos de Memória para a Prática da Inclusão Social

Aramis Sebastião de Assis²⁰³

Fernanda da Silva Figueira Rodrigues²⁰⁴

Resumo

O artigo busca compreender como duas instituições museais distintas, um museu tradicional e um ecomuseu, Museu de Imagens do Inconsciente (MII) e Museu de Favela (MUF), localizados respectivamente na Zona Norte e na Zona Sul do Rio de Janeiro, constroem suas memórias por meio de relações de poder. Estes museus se legitimam enquanto lugares de memória, trazendo à tona memórias subterrâneas de grupos excluídos e minoritários. Tais espaços analisados se configuram como ferramentas de transformação social, na medida em que promovem a inclusão dos indivíduos e de suas memórias no contexto social. Os indivíduos deixam assim suas marcas mnemônicas. Para concretização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e visitas aos dois museus que são apresentados como estudos de caso.

Palavras-chave: Museu. Memória. Poder. MII. MUF.

Introdução

Museu não é só lugar de guardar coisa velha, é transformação, movimento, *devir*. É local onde as memórias construídas e reconstruídas ganham espaço, onde ficam materializados os resultados de lutas simbólicas, de disputas para ver que história prevalece, quem será digno de ser o “oficial”. É no espaço museal, além das narrativas que não se perdem com o tempo, que gerações futuras poderão ter acesso a parte de suas histórias e memórias.

Como museu é movimento, seu conceito vem sendo modificado e novos tipos de museu vêm surgindo. São propostas inovadoras e que de alguma forma contribuem para uma transformação tanto do indivíduo como do social, emergindo assim memórias subterrâneas de grupos minoritários. Ao pensarmos nas transformações ocorridas tanto na instituição Museu, quanto naquelas ocorridas nas relações do indivíduo com seu próprio “eu”, com seu grupo social e com as memórias decorrentes dessas transformações museais, este artigo apresenta uma pesquisa de dois casos especiais de museus, situados na cidade do Rio de Janeiro: o Museu de Imagens do Inconsciente (MII), localizado no bairro de Engenho de Dentro, Zona Norte, e o Museu de Favela (MUF), situado nas favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Zona Sul.

O MII possui obras realizadas por pacientes internados no Hospital Psiquiátrico Nise da Silveira, esse acervo encontra-se abrigado e protegido num espaço físico, o que nos remete à museologia tradicional, logo a arte é vista como expressão do inconsciente de sujeitos institucionalizados. Diferente do MII, o MUF possui obras de arte a céu aberto, esse acervo é realizado por grafiteiros, nos remetendo às memórias da comunidade, logo a arte é uma expressão da realidade histórico-territorial por meio de mediações entre diversos sujeitos, como moradores, artistas e pesquisadores. Neste caso, teríamos uma nova configuração de museu: o museu comunitário ou ecomuseu. Embora tendo a obra de arte como produto comum, os valores simbólicos e processos de construção são diferenciados nos dois museus.

A escolha dos dois museus para o seguinte estudo se deve ao objetivo dos autores de relacionarem duas diferentes instituições museais que contemplem, de certa forma, seus

²⁰³ Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Pós-graduando em Fotografia, Imagem e Memória pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e Mestrando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como Jornalista e Fotógrafo Comunitário, aramisdeassis@gmail.com

²⁰⁴ Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tutora do curso de Licenciatura em Turismo oferecido pelo consórcio CEDERJ, fernanda_sfrodrigues@hotmail.com

projetos de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. O MII se constrói a partir das subjetividades de pacientes psiquiátricos, o que remete à pesquisa de construção de memória biográfica, pela História Oral, dos internos de Hospitais Psiquiátricos e de Custódias, desenvolvida por um dos autores; já a outra pesquisadora estuda as relações entre memória e *graffiti* no circuito Casas-Tela do MUF.

Estes museus configuram-se como lugares de memória que, perpassados por relações de poder, possibilitam a liberdade dos sujeitos supracitados construir suas próprias memórias e também das instituições em que estão inseridos, se utilizando no primeiro caso do discurso da loucura e no segundo caso do discurso da tradição e cultura, em que ambos promovem a pluralidade cultural e legitimam o poder. Com o estreitamento dos laços identitários de grupos sociais mais vulneráveis, decorrentes do processo globalizante, os Museus analisados apresentam-se como referências na construção de memória social.

MII: Caminhos Institucionais e Oníricos em um Museu Tradicional

Composto por legítimas obras de arte, como pinturas, desenhos e esculturas, o Museu de Imagens do Inconsciente foi inaugurado oficialmente em 20 de maio de 1952, pela psiquiatra Nise da Silveira (1906 – 1999), nas dependências do então Centro Psiquiátrico Nacional, mais tarde Centro Psiquiátrico Pedro II, e hoje Instituto Psiquiátrico Nise da Silveira, no bairro do Engenho de Dentro, zona norte do Rio de Janeiro. O Museu foi fundado com o objetivo de reunir e preservar os trabalhos produzidos pelos frequentadores dos ateliês do Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação – STOR, dirigido pela Nise entre os anos de 1946 e 1974.

Optando então por teorias da antipsiquiatria, métodos mais psicológicos de tratamento e da psicologia de Carl Gustavo Jung, Nise permite aos internos do Pedro II a experiência inovadora da expressão artística e do contato afetivo como tratamento e processo de cura. É em setembro de 1946 que se inicia o ateliê de pintura, coordenado pela psiquiatra e pelo pintor Almir Mavignier, uma frutífera parceria de resultados essenciais na origem dos estudos da arte psicopatológica.

Esta contemporaneidade indefinida da loucura pode ser constatada nas imagens do acervo do Museu de Imagens do Inconsciente. Não se trata aqui de uma “arte contemporânea”, mas sim da emergência de imagens cujos símbolos e signos remete-nos a uma história imagética da espécie humana, uma verdadeira arqueologia da psique. (CRUZ JUNIOR; PINHEIRO, 2000)

A primeira mostra de imagens do Centro Psiquiátrico Nacional foi inaugurada em 22 de dezembro de 1946. O meio artístico da época recebe os trabalhos realizados no STOR e na Casa das Palmeiras com grande entusiasmo, apesar das intenções de Nise não se remeterem ao caráter artístico dos trabalhos, nas obras como base para compreensão dos pacientes. A criação da Casa das Palmeiras, em 1956, surgiu como necessidade para atender os pacientes desinternados do Pedro II.

O 1º Congresso Internacional de Psiquiatria, em Paris, 1950, expôs obras dos ateliês, e no 2º Congresso, em Zurique, 1957, é o Carl Gustavo Jung que inaugura uma exposição com telas do Museu de Imagens do Inconsciente (MII), já inaugurado em 1952 (DIONÍSIO, 2001). O MII se afirma então como “como um espaço de liberdade ontológica, onde as vivências expressas como delírios e alucinações são valorizadas e respeitadas como diferentes formas de ver o mundo, mesmo que temporárias” (CRUZ JUNIOR; PINHEIRO, 2000, p.09).

Artistas e obras de arte de grande notoriedade acabam por serem revelados ao público, e ainda hoje suas obras podem ser contempladas no museu, como Adelina Gomes, Arthur Amora e Emygdio de Barros. Oito coleções individuais e mais 53.133 obras foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2003; hoje elas representam a memória viva de um museu vivo, já que suas obras continuam sendo

produzidas nos ateliês do espaço, entretanto hoje a maioria dos pacientes atendidos são externos e não mais reclusos.

O museu se mantém hoje com o trabalho realizado pela Sociedade dos Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente (SAMII), assim como pelo reconhecimento internacional dos trabalhos ainda realizados e dos artistas e obras que ali se consagraram. O MII possui atualmente em seu acervo cerca de 360.000 obras, o que exige um cuidadoso trabalho de catalogação e conservação.

MUF: Vanguarda na Museologia Social

Localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, nas favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, entre os bairros Copacabana, Ipanema e Lagoa, o Museu de Favela (MUF) foi fundado em 2008. Ele surgiu do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa do governo federal, que reuniu um conjunto de obras e projetos para o desenvolvimento econômico e social do país. O MUF é um museu comunitário, conforme fala Mário Chagas:

As experiências de museus comunitários valorizam as pessoas, valorizam as comunidades, valorizam o desenvolvimento local sustentável. Têm um outro foco. Os acervos são importantes, mas eles são um pretexto para o desenvolvimento comunitário. (...) tudo passa a ser uma estratégia a favor do desenvolvimento social. (CHAGAS apud MORAES, 2011, p.1)

Para Moraes o primeiro grande acervo do Museu de Favela são as Casas-Tela. No projeto original, contemplado com recursos do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) eram 20 Casas-Tela distribuídas pelas comunidades com o objetivo de contar sua história e preservar o patrimônio e a “cultura da favela”. As Casas-Tela começaram a ser pintadas em 2010, feitas com base em entrevistas realizadas por membros do MUF com os moradores mais antigos das comunidades. A partir de mediação realizada, eles autorizaram a pintura das paredes de suas casas e definiram junto com os grafiteiros as telas que seriam pintadas/grafitadas (MORAES, 2011).

A confecção destes painéis nas Casas-Tela foi feita com o apoio de outros artistas. Todo o trabalho do MUF se baseia em mediação, se não for bom para o morador, não tem porque ser feito; aprendizado desse museu comunitário/ecomuseu também ser janela, e não só espelho, como explica Bruno Brulon e Tereza Scheiner:

Rivière definiu ecomuseus como *espelhos*, nos quais as populações locais se vêem para descobrir sua própria imagem, a partir da qual buscam uma explicação para o território ao qual estão ligadas, e assim também “é um espelho que a população local mostra para os visitantes”. (...) No entanto, o autor adverte que o perigo de usar o espelho é o de se apaixonar pela própria imagem. (...) É necessário, assim, que os museus não estejam fechados para si mesmos. E por isso Maure propõe: eles devem também ser *janelas*, ou seja, uma abertura para o mundo do lado de fora que convida ao diálogo e às trocas com os outros, os que visitam o museu, e que também podem contribuir em sua construção. Esta é a grande questão ontológica colocada para os museus a partir das experiências dos últimos cem anos. (BRULON SOARES, B., SCHEINER, T., 2009)

Sobre o processo de criação das Casas- Tela, Moraes diz:

As Casas-Tela surgem assim, como um projeto que une a cultura *hip hop*, a memória, e torna-se um potencial atrativo turístico, para um museu de território / comunitário, na medida em que sua exposição é a céu aberto e viva, como desejam os diretores do MUF. (MORAES, 2011, p. 04)

O Museu de Favela enfrenta diversos desafios como preservação/conservação das obras a céu aberto, intervenções feitas pelos próprios moradores (acrescenta-se uma janela, porta), e por crianças que inspiradas ao verem a pintura ser feita querem também ser artistas. Todas essas questões apresentam-se como desafios inerentes a um museu vivo. Todos: moradores, casas, cultura, memórias, território são acervo e representam a “cultura da favela”.

As Casas-Tela têm como organização mantenedora e gestora a ONG Museu de Favela. O MUF também funciona como uma central para receber visitantes. As Casas-Tela são um

atrativo bem sinalizado; interessante notar que o roteiro é contado por passos, e delimitado por arcos.

O circuito Casas-Tela visa representar as memórias das comunidades para que não sejam esquecidas e que sejam reconhecidas pelas futuras gerações das favelas e também pelos visitantes. Sendo assim, o site do Museu de Favela fala sobre o conteúdo do circuito:

20 mil moradores domiciliados nesse novo museu territorial a céu aberto lutam contra a segregação social das favelas no contexto da Cidade do Rio de Janeiro e pela sua inclusão funcional urbana e sócio-econômica no contexto de Ipanema e Copacabana, destinos turísticos internacionais do Rio de Janeiro. (MUSEU DE FAVELA, 2013)

O MUF, muito visitado por estrangeiros, jornalistas, pesquisadores e alunos de universidades brasileiras e estrangeiras, inspira outras iniciativas similares no país e se tornou referência na área de museologia social, tendo um papel de vanguarda.

Museus: Lugares de Memória e Poder

Os Museus, assim como os arquivos, bibliotecas e outros “lugares” institucionais que se tornaram públicos, são frutos do projeto da Revolução Francesa, que implantou novos conceitos integralizados entre memória e nação. “A memória que foi o dispositivo detonador do novo, agora é utilizada para recordar, para comemorar” (CHAGAS, 2002, p.05).

Em 1792 é aprovada a criação de quatro museus, explicitamente de cunho político, como o Museu do Louvre e o Museu de História Natural. A ideia do registro de memória se justifica na musealização de imagens nesses “lugares”; inicia-se então a proliferação desses “lugares” que atualmente se apresentam como patrimônio coletivo e portadores de memória instituída.

De origem grega, a palavra “museu” provém do Templo das Musas que era o edifício principal do instituto pitagórico. As musas foram geradas da união entre Zeus, representação do poder, e Mnemósine, representação da memória (CHAGAS, 2002).

(...) pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por herança materna (matrimônio) são “lugares de memória”; mas por herança paterna (patrimônio) são configurações e dispositivos de poder. Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. (CHAGAS, 2002, p.62)

Os museus inserem-se no conceito de lugares de memória cunhado por Pierre Nora, historiador francês. São lugares nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional. O autor afirma que não há mais meios de memória, não existe mais memória espontânea, por isso precisamos criá-la “fisicamente” por meio de arquivos, celebrações, monumentos, elogios fúnebres, etc, ou seja, por operações que não são naturais. A razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento. Materiais e imateriais, os lugares de memória, são onde grupos se identificam e se reconhecem, construindo assim uma identidade e um sentimento de pertencimento. Para ser lugar de memória, é necessário possuir “vontade de memória”, sem essa vontade, os lugares não são de memória, sendo apenas lugares de história. (NORA, 1993).

No que diz respeito à diferença entre memória e história, Nora é claro ao apontar que a primeira está sempre em constante diálogo entre o lembrar e esquecer, enquanto que a segunda se apóia no que não mais existe. Neste contexto que surgem os lugares de memória, pela necessidade de atribuir significado e estabilidade temporal aos indivíduos. “Se habitássemos a nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p.08).

Os museus estudados neste artigo, como lugares de memória, são palco de representações identitárias e trazem à tona memórias subterrâneas. Memórias de minorias que de alguma forma conseguem se expressar e conquistar seu espaço na sociedade.

O MII, ao apresentar para a sociedade as obras dos pacientes do Instituto Psiquiátrico Nise da Silveira, assim como os próprios pacientes, coloca no plano coletivo memórias e discursos antes reprimidos no inconsciente, “Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLAK, 1989, p.08). A expressão artística, pela prática terapêutica no caso MII, coloca em emergência silêncios e “não-ditos”, presentes em fronteiras de constantes deslocamentos, como alude Pollak.

O MUF com sua galeria de arte a céu aberto, faz com que suas memórias cheguem ao espaço público nas favelas e com isso consegue reivindicar seu direito à memória, como nos diz Michael Pollak, “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória” (POLLAK, 1989, p.05). No MUF essas reivindicações tangem ao direito à memória, à identidade coletiva, à cidade.

As exposições tanto no MII quanto no MUF ajudam a manter a coesão dos grupos em que estão inseridas e das instituições e fortalecem as identidades individuais e coletivas, afinal, “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p.10).

Como memória e poder se correlacionam, ou seja, onde há poder há construção de memória e onde há memória há poder, o poder também está presente nas relações destes museus. Tanto os grandes museus quanto os pequenos museus comunitários são dotados de poder, já que é o exercício do poder que os institui enquanto “lugares de memória”.

Chagas ao afirmar que nesses espaços “o jogo da memória e do poder está presente” (CHAGAS, 2002, p.69), nos remete a Foucault e seu discurso inaugural na obra “Vigiar e Punir”, 1987, em que o autor retoma seus escritos sobre o poder com uma nova significação, ao destituir à centralização do poder para uma nova ordem de transversalidade: o poder presente em todo lugar e em todas as coisas.

O poder está em toda parte; (...) Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 1997, p. 89)

Foucault apresenta um duplo aspecto do poder: a parte visível que são as instituições, e a parte invisível que são os dispositivos de poder, aquilo que fica invisível no interior do qual circulam novas intensidades de poder, uma análise microscópica do poder que se estende ao corpo social por inteiro. O poder disciplinar surge inicialmente nas escolas e quartéis, e aos poucos se dissemina nas demais instituições.

Vigiar e punir representa um deslocamento evolutivo no pensamento do autor, uma nova maneira de pensar o poder: o saber-poder. Foucault analisou o surgimento dos saberes como dispositivos de poder, dispositivos de caráter fundamentalmente estratégicos. O autor encontra a manifestação do saber em vários espaços de poder, assumindo o fato do poder produzir saber.

No MII, apesar de ser vasta a produção das obras dos pacientes do hospital, há uma seleção de quais trabalhos serão expostos. Há obras que são permanentes, consideradas obras da coleção principal. O que faz com que estas obras estejam lá em detrimento de outras? Quem determina esta escolha? Tanto no espaço físico, quanto no espaço virtual da instituição, é evidente o apego a um passado, já que as obras expostas e referenciadas como notórias são antigas, àquelas mesmas que foram expostas em várias mostras e nos congressos de psiquiatria nos anos de ascensão do método terapêutico de Nise. Não se percebe uma evidência dos trabalhos realizados atualmente dentro dos ateliês.

No MUF já ocorreu situação em que uma Casa-Tela teve que ser apagada. A pintura era de uma baiana que representava o candomblé. Houve preconceito religioso e a moradora da Casa-Tela em questão pediu ao MUF que fosse feita outra pintura no mesmo lugar, pois não agüentou as críticas, apesar de reconhecer a importância cultural que a pintura possuía.

Em outra Casa-Tela seria pintado o rosto de Carlos Lacerda, que teria levado a primeira bica d'água para a comunidade, mas a comunidade também se opôs ao dizer que ele sempre foi contra a presença de favelas, tanto que queria que fossem removidas. Em seu lugar, foi pintado o rosto de Leonel Brizola que fez diversas obras nas comunidades.

A escolha das obras e dos conteúdos das obras que estarão expostas nos museus evidencia claramente as relações de poder existentes nestas instituições. No processo de seleção implica o jogo da memória e esquecimento. Nas favelas onde o MUF se localiza, por exemplo, muito da cultura afro-descendente já se perdeu devido ao preconceito religioso; o que sobrevive, sobrevive nas memórias e vivências de pequenos grupos. Conforme nos fala Mario Chagas, "O que está em jogo nos museus é memória e é poder, logo também é perigo. Um dos perigos é o exercício do poder de forma autoritária e destrutiva, outro é a saturação de memória do passado, a saturação de sentido e o conseqüente bloqueio da ação e da vida (2002, p.75).

Considerações Finais

Museu de Imagens do Inconsciente e Museu de Favela, museus com propostas distintas, modos diferentes de musealizar. Lugares de memórias e de histórias, e também de relações de poder, que geram lembranças e/ou esquecimentos.

Em decorrência do processo de globalização tem havido uma desintegração das identidades e há grupos sociais vulneráveis como os dos museus em questão. Estes museus surgem assim como uma ferramenta de resistência e construção de memórias de grupos que estariam em situação de risco, já que os sujeitos ao construir suas próprias memórias e das instituições em que se inserem, acabam por se auto afirmarem como indivíduos e grupo social portadores de identidade. São museus que conseguem ser referência na construção de memória social e a partir da construção desta memória, atuar na integração desses indivíduos na sociedade.

Os antigos pacientes do Instituto psiquiátrico Nise da Silveira, antes excluídos da sociedade pela internação, ferramenta de exclusão social largamente usada pela antiga psiquiatria, acabam por se tornarem públicos e terem suas memórias e histórias reconhecidas por intermédio de suas obras; muito destes sujeitos que nem memórias possuíam passam então a construir seu espaço no campo simbólico e deixar suas marcas mnemônicas no mundo.

As comunidades de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, através do museu territorial, conseguem se inserir no contexto da cidade do Rio de Janeiro, demonstrando que a favela é parte integrante e de extrema importância para a cidade, onde também se correlacionam relações de memória e poder. Esses espaços marginalizados tem tentado legitimar suas memórias e sua importância no contexto urbano.

O jogo do poder e da memória, presente nos dois museus que se mostram inclusivos, de formas peculiares, tem que ser estudado de forma cautelosa por profissionais. Como nos diria Jacques Le Goff "Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória (...) fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica" (LE GOFF, 2003, p.471).

O MII e o MUF tem buscado uma democratização da memória e tem alcançado bons resultados, trazendo à tona as memórias subterrâneas de grupos minoritários. O museu se apresenta assim como uma ferramenta eficaz no que tange à transformação social, inclusão de

sujeitos e suas memórias individuais e coletivas na sociedade. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procurar salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p.471).

Ao que parece, estes museus estão ampliando o campo de possibilidades de construção identitária e a percepção crítica da realidade com a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade, como preza a definição de museus de 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Referências

BRULON SOARES, B. C. ; SCHEINER, T. C. M. . *A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios comuns : um ensaio sobre a casa*. In: X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2009, João Pessoa. João Pessoa: Idéia, 2009. v. 10.

CHAGAS, M. S. *Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática dos ecomuseus*. In: Encontro Internacional de Ecomuseus (Preprints). Rio de Janeiro: Núcleo de Orientação e pesquisa Histórica (NOPH), 2000. v. 1. p. 12-17.

CHAGAS, M. S. *Memória e Poder: dois movimentos*. In: Myrian Sepúlveda dos Santos; Mário de Souza Chagas. (Org.). *Museu e Políticas de Memória*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002, v. 19, n. 19, p. 43-81.

CHAGAS, M. S. *Um novo (velho) conceito de museu*. Cadernos de Estudos Sociais (FUNDAJ), Recife, v. 1, n.2, p. 183-192, 1985.

CRUZ JUNIOR, E. G; PINHEIRO, L. V. *Museu de Imagens do Inconsciente: ações, desafios e potencialidades para a transformação social*. 2010.

DIONÍSIO, G. H. *Museu de Imagens do Inconsciente: considerações sobre sua história*. 2001. Scielo Brazil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932001000300005&script=sci_arttext. Acessado em: 24 de julho de 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 40ª ed: Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

IBRAM. *Museu. O que é museu? Definição de Museus pelo Departamento de Museus e Centros Culturais – IPHAN/MinC – outubro/2005*. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/>. Acessado em: 29/07/2013.

LE GOFF, J. *Memória*. In: *História e Memória*. 5ª ed: Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. p.419-476.

MORAES, C. M. S. *A Alegoria das Casas Telas: Turismo e Patrimônio no Museu de Favela*. In: *Culturas, Encontros e Desigualdades. Anais da IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL*, 2011.

MUSEU DE FAVELA. *Favela Tour Diferente Roteiro Casas Tela*. Disponível em: <http://www.museufavela.org/participe/roteiro-casas-tela>. Acessado em: 23/07/2013.

MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE. Disponível em: <http://www.museudeimagensdoinconsciente.org.br>. Acessado em: 25/07/2013.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, São Paulo, 1993.

PEREIRA, J. A. F. *Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política*. Estudos avançados, vol.17. São Paulo, 2003.

PINTO, R. de C. S; SILVA, C. E. G. da; LOUREIRO, K. A. S. (org). *Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela*. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Patrimonialização de lugares do sofrimento: uma proposta de pesquisa

Juliane C. P. Serres²⁰⁵

Renata Ovenhausen Albernaz²⁰⁶

Resumo

A proposta desse trabalho é apresentar algumas reflexões preliminares sobre o projeto “Patrimonialização de lugares de sofrimento: museus, memoriais e monumentos relacionados à ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul”. O objetivo do projeto é Identificar, analisar e avaliar as iniciativas das próprias comunidades (em ações coletivas, atos públicos e de Organizações da Sociedade Civil), bem como os mecanismos institucionais disponibilizados pelo Estado Brasileiro, para facilitar e promover a participação das comunidades envolvidas nos processos de patrimonialização de lugares relacionados a ditadura civil-militar (1964-1985), atualmente reivindicados pelos coletivos envolvidos nos projetos de reparação e direito à justiça e à verdade. A investigação se restringirá a mapear e analisar esse movimento e suas consequentes patrimonializações.

Palavras-chave: patrimônio; memória; sofrimento; ditadura civil-militar.

Dominique Poulot (2009, p. 230) ressalta que o patrimônio é um resultado consciente de seleção, baseado em critérios, para sua inclusão no patrimônio “monumentos ou sítios culturais devem ser marcados, em primeiro lugar, com um sinal positivo por indivíduos ou grupos”. Essas características positivas que marcam o patrimônio estão associadas aos valores que o definem. A ampliação do campo patrimonial implica no aumento dos tipos de valores atribuídos ao patrimônio: artístico, histórico, culturais, naturais, identitários, simbólicos. Ainda que possa, na maioria das vezes estar relacionado a um aspecto positivo, vemos na contemporaneidade a consagração de patrimônios relacionados a memórias de catástrofes, genocídios, guerras, sofrimentos, que reivindicadas por alguns grupos, tem um valor simbólico e memorial.

Entre as práticas patrimoniais, Choay (2006) destaca o monumento, do latim, *monumentum* que deriva da palavra *monere*, advertir, avisar, lembrar. Essa seria a função do monumento: fazer lembrar, fazer uma comunidade rememorar e propiciar que outras gerações rememorem.

Embora a sociedade tenha criado outros dispositivos de lembranças, como as obras escritas, as fotografias, o monumento como advertência contra o esquecimento não foi superado. Outro fator importante do monumento é sua publicidade, enquanto outros mecanismo podem permanecer de âmbito privado, o monumento é público, exposto ao olhar de todos. O patrimônio por sua vez, se expressa por um conjunto cada vez mais abrangente e intangível de bens, mas nunca deixou de contar com os monumentos como um de seus equipamentos mais significativos. Nesse sentido, criar um museu ou um monumento com a função de lembrar algum acontecimento é uma prática patrimonial recorrente.

Patrimonialização e ditadura

Após a vigência de uma ditadura militar (1964-1985) no Brasil, inicia-se, notadamente a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, um período de (re)instalação democrática no país. Uma (re)instalação democrática que tem se dado gradualmente, mas de maneira sólida e contínua, avançando desde uma regularização e publicização dos processos eleitorais,

²⁰⁵ Professora do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro e do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL.

²⁰⁶ Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL.

até uma maior abertura do Estado à participação do povo, efetivamente, em seus processos consultivos e deliberativos. As grandes mobilizações sociais das décadas de 1980, 1990 e 2000 (de sindicatos de trabalhadores do ABC Paulista, de mulheres, de indígenas, de trabalhadores rurais sem terra, de negros vítimas de racismo, de professores do Ensino Fundamental etc.) promoveram uma nova visão sobre a organização da sociedade civil brasileira e a participação desta nos processos políticos e públicos em geral. Estudos como os de Leonardo Avritzer (2000), Evelina Dagnino (1994; 2002), Sonia Alvarez (1995), Maria da Glória Gohn (2000), Ilse Scherer-Warren (1993), Vera da Silva Teles (1994; 2001), Ana Cláudia Teixeira (2002; 2003), além de vários textos de Boaventura de Sousa Santos, começaram a mostrar a forte influência dessas mobilizações e ativismos da sociedade civil organizada na consolidação democrática da sociedade e do estado brasileiro. E o próprio Estado passou a empreender importantes reestruturações em suas políticas, instituições, legalidade e procedimentos para incluir a participação das comunidades nos processos de seu interesse, notadamente nos casos de interesses de escala coletiva (como são, por exemplos, as demarcações de territórios indígenas, as decisões alocativas de recursos nas comunidades por meio do processo de “Orçamento Participativo”, as decisões de políticas públicas em “Conselhos Gestores e Deliberativos”, nos setores sociais estratégicos como a saúde pública, a educação, a previdência social, as políticas para grupos vulneráveis, e também, o patrimônio cultural).

Esse processo de ativação democrática das comunidades no Brasil também tem afetado, sobremaneira, os processos de patrimonialização, especialmente, na última década, o que se verifica em algumas importantes transformações do Estado para a inclusão e participação das comunidades no país.

Na prática, esse novo desenho institucional do Estado Brasileiro têm provocado, na questão patrimonial, algumas importantes iniciativas da própria sociedade, segundo informam importantes estudiosos na temática (FUNARI & PELEGRINI, 2006; MIRANDA, 2006; SOUZA FILHO, 2008; CARVALHO, 2008; CASTRIOTA, 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013), em temas como: 1) a identificação e ampliação dos bens patrimonializáveis; 2) a iniciativa e acompanhamento nos processos de patrimonialização; 3) o controle do Estado para o cumprimento de seu dever de proteção de bens patrimoniais; 4) a mobilização social em torno da patrimonialização de bens relacionados à memória recente do país; 5) a patrimonialização como uma forma de reconhecimento social e político.

Esse estudo se propõe a analisar a mobilização social em relação à patrimonialização de bens (lugares) relacionados ao período de ditadura civil-militar no Brasil, mais especificamente, na mobilização em torno da patrimonialização de lugares e criação de memoriais no Rio Grande do Sul.

Percebe-se claramente nos últimos anos um movimento reivindicatório, promovido desde o Estado e, sobretudo, por parte das próprias vítimas do regime civil-militar, pelo reconhecimento dos crimes cometidos no período de exceção e reparação da memória das vítimas e publicização dos responsáveis. Com a aproximação do final do regime ditatorial, após uma ampla mobilização social, foi promulgada no Brasil a Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, que promovia a anistia a todos os crimes políticos e correlatos, cometidos durante o período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Amparado nessa lei, com o fim da ditadura em meados de 1980, não houve, apesar de muitas reivindicações sociais, uma revisão sobre esses princípios.

Em 1995 foi estabelecida uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pela Lei n. 9.140/95, essa comissão trabalhou por mais de uma década investigando os chamados “desaparecidos”, concluindo a morte de centenas de pessoas pelo regime (BRASIL, 2007). Além de investigar sobre os desaparecidos, a comissão identificou lugares relacionados aos crimes, outros locais já eram conhecidos, como o Dops/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) um dos departamentos

policiais mais violentos do período. O local hoje abriga o Memorial da Resistência, um dos primeiros locais de memória sobre o período (GUMIERI, 2012).

No Brasil, desde a criação do projeto “Direito à Memória e à Verdade – A Ditadura Militar no Brasil” em 2006, foram construídos mais de 20 memoriais dedicados às memórias do período. Porém, como um fenômeno recente, o tema ainda é pouco investigado no país (GUMIERI, 2012; BRITO, 2012). A Comissão Nacional da Verdade criada em 2011 (Lei 12.528/2011), prevê, em seu inciso III do artigo 3º, a necessidade de se “identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos.” Assim, a patrimonialização desses locais pode vir a tornar-se um fenômeno de grande mobilização das comunidades envolvidas, gerando quase uma guerra de memórias (MARTINS FILHO, 2003)

A patrimonialização de alguns desses locais vem sendo reivindicada pelo Coletivo Memória Verdade e Justiça, que lançou um manifesto “Pelo tombamento dos Centros de Tortura”, com o apoio de mais de 20 organizações, entre as quais a OAB-RJ, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sindicatos, Conselhos, Associações, ONGs. O manifesto propõe a transformação desses locais em centros culturais e de preservação da memória.²⁰⁷ Nesses processos de patrimonialização está em jogo o direito à justiça e à verdade e a luta contra o esquecimento.

A proposta dessa pesquisa é investigar algumas experiências no sul do Brasil, como o Memorial da Democracia e Direitos Humanos do Mercosul, inaugurado em 2014, na cidade de Porto Alegre; o Memorial Ico Lisboa, um antigo casarão onde funcionava um centro clandestino de tortura de presos políticos na década de 1960, também em Porto Alegre; o memorial do caso “Mãos Amarradas”, monumento em homenagem ao sargento Manoel Raymundo Soares morto brutalmente em 1966 pelo regime; entre outros, que deverão ser mapeados.

Nesse processo de disputas de memórias (FICO, 2004; BAUER, 2011) e ativação patrimonial, diferentes agentes patrimoniais estão envolvidos e conforme Prats (2005, p. 26), “o ideológico se torna vivencial e adquire um caráter infinitamente mais complexo”. Ao analisar esses casos relacionados à ativação patrimonial de lugares relacionados à ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, pretende-se contribuir para o debate sobre o tema, que recém inicia no Brasil.

Considerações finais (iniciais)

O trabalho apresentado refere-se a um projeto que está em fase inicial, os mapeamentos das instituições relacionados a esses lugares marcados pela ditadura ou desses monumentos que pretendem lembrar os crimes cometidos durante o período estão recém sendo levantados. A existência desses locais e as discussões que suscitam serão a base da futura investigação. Os processos reivindicação patrimonial relacionados a lugares de sofrimento tem surgido cotidianamente diante das mais variadas catástrofes, fazendo com que os lugares associados a esses acontecimentos não sejam esquecidos, patrimônio se aproxima por esse caminho de monumento. *Monere* é a última palavra de nossa sociedade em oposição a *lethe* (esquecimento). Os monumentos relacionados à ditadura nos farão lembrar os torturados, os mortos, os algozes? Patrimonializar é uma forma de evitar o esquecimento?

²⁰⁷ Para saber mais ver: http://administrativo.oabRJ.org.br/arquivos/files/-Upload/manifesto_memoria.pdf Na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile já tomaram iniciativas semelhantes e os antigos locais de torturas hoje abrigam museus e centros de memória sobre os anos de chumbo.

Referências:

- ARANTES, A. A. La preservación del Patrimonio como práctica social. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos et. al. O Memorial da Resistência de São Paulo e os desafios comunicacionais. Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça. Brasília, n. 3, jan. / jun. 2010.
- AVRITZER, Leonardo. (2000), «Changes in the Pattern of Association in Brazil», Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Outono de 2000.
- BARTOLOME, Miguel Alberto. Procesos Interculturales: Antropología Política del Pluralismo Cultural en América Latina. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- BAUER, Caroline Silveira. Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países. Tese (Doutorado)– Departamento de História: UFRS; Departament d’Història Contemporània: Universitat de Barcelona, 2011.
- BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BRITO, Ana Paula Ferreira de. Políticas de Memória sobre a ditadura civil-militar na Paraíba. Unilassale: Mouseion, n. 12. Maio-agosto, 2012.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. Legislação sobre Preservação do patrimônio Cultural. Brasília, 2013.
- CARRIÓN, Fernando (ed.). Centros Históricos de América Latina y el Caribe. UNESCO/FLACSO: Ecuador, 2001.
- CARVALHO, Claudia S Rodrigues de. Um Olhar Contemporâneo Sobre a Preservação Do Patrimônio Cultural Imaterial. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo, Annablume, 2009 (Biblioteca do PPGMP)
- CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a. Ed., 2009.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006.
- COLLOT, Pierre-Alain. La protection des savoirs traditionnels, du droit international de la propriété intellectuelle au système de protection sui generis, Droit et cultures, 53 | 2007-1, <http://droitcultures.revues.org/502>
- COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010.
- DAGNINO, Evelina (1994) “Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania”. In. DAGNINO, Evelina (org.), Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, pp.103-115.
- DAGNINO, Evelina, org. (2002) Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica.
- DANTAS, Fabiana Santos. O direito fundamental à memória. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Federal de Pernambuco, CCJ, Direito, Recife, 2009.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, no 47, p.29-60 – 2004.

- FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra; RAMBELLI, Gilson. Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo, Annablume- FAPESP, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. (2000), "Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado". Pólis. n. 37.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- GONCALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: Regina Abreu; Mário Chagas. (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- GONZALO CASTELLANOS, V. Patrimonio cultural. Integración y desarrollo en América Latina. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- GUMIERI, Julia Cerqueira. Espaços de memória: uma luta por memória, verdade e justiça no Brasil e na Argentina. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) No. 20, Brasília, jan. – jul. 2012.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. Gestión del patrimonio cultural. 3a ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.
- IANNI, O. Uma cidade Antiga. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Doutrina, Jurisprudência e Legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología Social No 21, pp. 17-35, 2005.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo : Loyola, 1993.
- SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens culturais e sua proteção jurídica. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- TEIXEIRA, Ana Claudia (2002) "La actuación de las Organizaciones No-Gubernamentales: entre el Estado y la sociedad civil". In. DAGNINO, Evelina (org) Sociedad Civil, Espacios Públicos y Democratización: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, pp.77-119.
- TELLES, Vera da Silva (1994) "Sociedade civil, direitos e espaços públicos". Polis 14: 43-53. (Instituto Polis, SãoPaulo).
- TELLES, Vera da Silva (2001) Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34.
- WOLF, Eric. Europe and the people without history. Berkley: University of California Press, 1982.

A Ditadura civil-militar brasileira e a necessidade de lugares de memória

Débora Strieder Kreuz²⁰⁸

Resumo

O trabalho proposto pretende abarcar a discussão sobre “Lugares de memória”, relacionados à ditadura civil-militar brasileira. Discutir-se-á, inicialmente, o conceito da expressão, utilizando autores que a problematizem; na sequência os motivos pelos quais, no Brasil, ainda existem poucas iniciativas oficiais de sua concretização e, por fim, as formas e ações de diferentes grupos, especialmente da sociedade civil, de fomentar a discussão e exigir políticas governamentais que instituam espaços destinados a preservação da memória sobre o período. Acredita-se que tais locais não devam ser relacionados apenas às atrocidades cometidas pelo estado ditatorial, mas espaços onde a discussão sobre a necessidade de conhecimento acerca do passado seja presente, de forma a fomentar reivindicação pela proteção ampla dos direitos humanos. Assim a máxima “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” poderá ser concretizada.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; lugares de memória; preservação.

Introdução

Durante 21 anos, entre 1964 e 1985, o Brasil esteve imerso em uma ditadura civil-militar que prendeu arbitrariamente, torturou, matou e, em muitos casos desapareceu com centenas de opositores²⁰⁹. Em 1979, um importante passo foi dado na luta pela redemocratização - a promulgação da Lei da Anistia, fazendo com que retornassem ao país ou saíssem da clandestinidade centenas de ex-perseguidos políticos. Contudo, ao mesmo tempo em que foi um marco, a anistia iniciou um processo de “esquecimento provocado” (POLLAK, 1989) do que havia sido cometido pelos governos ditatoriais, tendo em vista que a interpretação dada a lei naquele momento, não sem críticas, foi a de que era um caminho de “mão dupla”²¹⁰, anistiando, portanto, perseguidos e perseguidores. Dessa forma, de acordo com os governos ditatoriais, o passado recente de arbitrariedades estatais deveria ser esquecido para que se iniciasse um novo ciclo na história do país, de consenso e democracia, em nome da chamada “reconciliação nacional”.

Acreditamos que a anistia é um momento deveras importante em uma sociedade que passa por períodos anti-democráticos, mas a mesma deve ser vista enquanto medida circunstancial e não como amnésia coletiva, pois, de acordo com Torelly (2010, p.107) tal sentimento não é favorável ao fortalecimento democrático: “O exercício da memória social, num processo transicional, dialogará, deste modo, tanto com as diversas possibilidades de esquecimento, quanto com os diversos modos possíveis de exercício da recordação, orientando-se pragmaticamente para a ação, para uma crítica da violência.”

Contudo, no Brasil não tivemos tal processo, tendo em vista que os setores militares controlaram a transição política e não permitiram, num primeiro momento, que as instituições e a população em geral conhecessem o passado de arbitrariedades e abusos cometidos. Mesmo assim, sabemos que o esquecimento provocado não é definitivo. Desde o término da ditadura associações de familiares de mortos e desaparecidos políticos, bem como grupos defensores dos direitos humanos provocam ações para que tal período não caia no esquecimento, exigindo ações estatais, inclusive em âmbito internacional²¹¹, que dessem

²⁰⁸ Mestranda em História – Universidade Federal de Pelotas. Bolsista CAPES. Email: debora_kreuz@yahoo.com.br

²⁰⁹ Atualmente, o número de mortos e desaparecidos políticos gira em torno de 400 pessoas.

²¹⁰ Já naquele momento a lei foi alvo de inúmeras críticas. Ver, por exemplo: BATISTA, Nilo. Aspectos jurídicos-penais da anistia. Revista de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, nº26. Jul-Dez1979. Pg 33-42.

²¹¹ Citamos aqui a busca pela justiça realizada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual, em 2010, condenou o Brasil pelo fato de não oferecer respostas sobre cerca de 60 desaparecidos políticos.

respostas aos seus questionamentos, especialmente sobre o paradeiro dos entes queridos bem como pela punição daqueles que violaram direitos fundamentais. Nessa esteira de lutas muitas vitórias foram conquistadas, como, por exemplo, a instalação de uma Comissão Nacional da Verdade - CNV, em 2012, com poderes para investigar as violações de direitos ocorridas no período ditatorial.

Apesar disso, mesmo com a visibilidade de algumas ações sobre o período, especialmente a partir da atuação da CNV, acredita-se que lugares de preservação da memória sobre as arbitrariedades cometidas durante a ditadura são extremamente necessários, enquanto fator de conhecimento sobre o passado bem como de fortalecimento do sistema democrático, de forma que a máxima “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, seja um horizonte de ação.

É dentro dessa perspectiva que se insere o presente texto, pois no Brasil, diferentemente do que ocorre em outros países que passaram por ditaduras, como o caso da Argentina, não existem muitos locais em que a memória do período seja preservada. Para tanto, primeiramente realizaremos algumas reflexões teóricas sobre o tema, como meio de situar o objeto de análise. Na sequência refletiremos sobre as ações de preservação da memória no Estado brasileiro, bem como sobre a importância de alguns grupos da sociedade civil na luta por tais questões. Pretendemos, com tal abordagem, atentar para a importância da consolidação de tais espaços enquanto promotores e incentivadores do sistema democrático, de forma a repudiar o arbítrio.

Lugares de memória: reflexões teóricas

A noção de lugares de memória foi problematizada inicialmente pelo historiador Pierre Nora, na década de 1980. Ele considera inicialmente que tal noção é atual e “está ligada a este momento particular da nossa história.” (NORA, 1993, p. 7). E continua explicando os motivos pelos quais tal necessidade foi surgindo: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.” (NORA, 1993, p. 8). A memória, enquanto fonte para o trabalho e conhecimento histórico deve ser constantemente criticada e analisada. Nesse sentido, Verena Alberti nos mostra um importante conceito para a sua utilização; a memória seria, para a autora: “[...] recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.” (ALBERTI, 2004, p.16). Michel Pollak (1992) apresenta alguns fatores que contribuem para a estruturação da memória:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

Percebemos, portanto, que muitas são as características do fenômeno mnemônico, não sendo possível recuperá-lo da forma pura, mas somente quando já se encontra permeado por outras referências do sujeito que o estrutura no momento da narrativa.

Contudo, as lembranças, especialmente de períodos em que os mínimos direitos não foram respeitados são muitas vezes, dolorosas, como no caso da ditadura civil-militar brasileira, onde a tortura, física e psicológica, perseguições infundadas, mortes, desaparecimentos e a censura foram práticas corriqueiras. Alessandro Portelli (2006, p.108) afirma que, mesmo nesses casos, a narrativa deve ser entendida criticamente.

É exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política. As narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não só podem, como devem ser entendidas criticamente.

Podemos falar, nesse caso, em um dever de memória, de preservação, de modo que o conhecimento sobre os fatos seja de domínio de toda uma sociedade e não apenas daqueles que participaram ativamente dos acontecimentos. Acreditamos que, somente dessa forma, poder-se-á construir uma cultura de respeito aos direitos fundamentais. Marcelo Torelly (2010, p.108) aponta:

[...] os mecanismos de justiça transicional (como a reparação e a promoção da memória), do ponto de vista individual, representam o resgate da dignidade humana maculada durante os períodos de exceção, mas do ponto de vista coletivo representam um acerto de contas da nação violadora de liberdades e direitos com seus cidadãos.

O estabelecimento de processos políticos de ‘exercitar’ e ‘fazer’ memória sobre a repressão, tem, a um só tempo, o condão de devolver às vítimas de violência política seu status de cidadão ferido pelo arbítrio do poder, e, ainda, a capacidade de incluir um grande número de reflexões sobre a experiência autoritária e sua superação em uma narrativa nacional que capitaliza, de modo consciente, o próprio projeto democrático, ampliando-lhe a base de sustentação na medida em que introduz noções de democracia nas práticas e percepções cotidianas. Assim, a auto-consciência histórica que se constrói nesse processo pode ser replicada, inserindo-se, com o tempo, nas fundações não-conscientes que lastreiam o espaço público.

Feitas essas considerações, retomemos a breve discussão sobre lugares de memória. É importante ressaltar que tais locais são frutos de lutas das mais diversas minorias, as quais almejam a preservação de suas experiências, contra prováveis ações de grupos que as colocassem no esquecimento. Para Pierre Nora (1993, p.13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.

O autor prossegue a sua reflexão afirmando que os locais possuem efeito nos sentidos material, simbólico e funcional. O primeiro relaciona-se ao espaço físico onde se encontra o local; o segundo, ao significado que a coletividade representada oferece ao ambiente e o terceiro à funcionalidade oferecida ao espaço. Tais características podem ser mais ou menos presentes, conforme a construção histórica e simbólica que foi realizada (NORA, 1993, p.21).

Ante tais reflexões ainda é importante ressaltar os objetivos práticos da necessidade de lugares de memória, especialmente de períodos conturbados politicamente. De acordo com Valeria Barbutto (2013, p. 128) “[...] la vocación de recordar a lãs víctimas y repudiar los crímenes, tanto como La de promoción de los derechos humanos y las garantías de no repetición.” devem ser os fins principais da manutenção de locais de memória.

Feitas essas considerações iremos analisar alguns exemplos de lugares de memória sobre a ditadura brasileira, bem como perceber a importância da sociedade civil nesse processo.

Os locais de memória sobre a ditadura civil-militar no Brasil: exemplos e considerações

Cada país que vivenciou períodos ditatoriais ou momentos de guerra civil realizou a transição democrática de acordo com suas características, sejam sociais, políticas e as condições reais dadas ao momento do fato. No Brasil, essa transição foi controlada pela classe dominante dos militares, os quais conseguiram deixar o poder sem serem posteriormente processados e punidos pelas violações de direitos humanos que cometeram.

Devido a isso, por muito tempo as discussões sobre o período ditatorial nacional ficaram restritas a pequenos círculos de familiares de mortos e desaparecidos, organizações de defesa dos direitos humanos e alguns grupos de pesquisa. Contudo, aos poucos, devido a determinadas conquistas no tocante ao direito à memória e à verdade mais e mais pessoas

foram se somando a luta²¹², culminando, como referimos anteriormente, na criação de uma Comissão Nacional da Verdade²¹³, com autoridade para investigar os crimes cometidos por agentes do Estado durante o período ditatorial, mas não para julgá-los criminalmente. Valeria Barbuto (2013, p.128) fala sobre a atualidade da discussão: “Sin embargo es un tema de actualidad, tanto sea por la persistencia de la impunidad, por las obligaciones internacionales adoptadas por los Estados, como por la existência de actores sociales que la reclamen.”

Mesmo que pequena parcela da sociedade passasse a empunhar tais bandeiras, acredita-se que especialmente a partir dos anos 2000, quando mais pesquisas e trabalhos foram sendo conhecidos publicamente, algumas respostas governamentais foram sendo dadas às demandas. Apresentaremos algumas iniciativas, não somente estatais, que consideramos de relevância para o conhecimento e preservação da memória sobre o período.

Uma das primeiras, senão a primeira iniciativa para a preservação da memória da resistência e das arbitrariedades cometidas pelo estado ditatorial, ainda durante a sua vigência, na década de 1980, foi de iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, coordenada pelo reverendo Jaime Wright e pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, contado com a colaboração de alguns advogados de presos políticos, como Modesto da Silveira, e ficou conhecido como Projeto Brasil: Nunca Mais²¹⁴. Os advogados, tentando levar os processos políticos para fora dos ambientes militares, pediam vista dos mesmos e, no prazo de 24 horas os copiaram e enviaram para o exterior. Dessa forma, evitou-se que os mesmos fossem destruídos, pois, nas suas páginas, havia a denúncia dos presos sobre a tortura que vinham sofrendo nos cárceres da repressão. Ainda em 1985, meses após o término da ditadura, foi publicada uma versão resumida da obra, a qual teve dezenas de edições. Em 2013, todo o acervo, digitalizado, foi posto para pesquisa online, pelo site < <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. Tal iniciativa, audaciosa para a época, devido aos riscos que corriam seus idealizadores é de fundamental importância para a preservação da memória do período, pois se baseia nos documentos produzidos pela própria ditadura, não sendo passíveis, portanto de teses negacionistas.

Em 2001 surgiu o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, entidade que visava a defesa dos interesses de seus membros. Junto a ele surgiu um grupo de trabalho denominado Núcleo de Preservação da Memória Política, tornado independente em 2009. O mesmo, sediado em São Paulo realiza importantes atividades educativas de fomento ao respeito aos direitos humanos, possuindo fotos, vídeos e documentos sobre o período.²¹⁵

Ainda 2001 um importante passo institucional acerca da consolidação do direito à memória e à verdade foi dado no momento em que se criou, por meio da medida provisória 2.151/01, a Comissão da Anistia, a qual havia sido prevista pela Constituição Federal de 1988²¹⁶. A mesma possui o importante papel de analisar os requerimentos daqueles que foram

²¹² Exemplificamos aqui ações como a promulgação da lei 9.140/95 que reconheceu como mortos em decorrência das atividades políticas 136 pessoas e criou a Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, a qual, em 2007, publicou uma importante obra sobre o tema: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

²¹³ Atualmente existem muitas críticas ao trabalho da comissão, contudo, não é objetivo do trabalho analisá-las. No texto queremos ressaltar como positiva a sua criação e as investigações até então realizadas.

²¹⁴ O acervo é composto por 710 processos que chegaram ao Superior Tribunal Militar.

²¹⁵ Informações retiradas do site < <http://www.nucleomemoria.org.br/>>. Acesso em: 29/08/14.

²¹⁶ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Art. 8º Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

atingidos economicamente em virtude de posicionamentos políticos, bem como conceder-lhes a condição de anistiado político. A medida ora em comento prevê duas fases de reparação, sendo que a primeira consiste na declaração de anistiado político em virtude da perseguição imposta pelo Estado e, a segunda, na reparação econômica devido a essa condição. É possível, inclusive, ser anistiado sem reparação, em virtude de compensações anteriores. Queremos chamar a atenção aqui, para o aspecto simbólico que ocorre nas chamadas Caravanas da Anistia, onde um representante do Estado brasileiro, publicamente pede desculpa aos anistiados daquele local, fazendo, portanto, um amplo exercício de memória da comunidade. Marcelo Torelly afirma (2010, p. 109) “[...] a afirmação da memória como forma de fomento à reflexão crítica sobre acontecimentos passados é um catalisador do processo democrático [...]”. Assim, percebemos que a dimensão simbólica dos lugares de memória mencionada por Nora é preponderante em tal iniciativa. Ressaltamos ainda que o projeto das Caravanas da Anistia percorre todo o país, oferecendo visibilidade à temática.

No ano de 2005 foi criado, junto ao Arquivo Nacional, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, o projeto “Memórias Reveladas”, que recebeu os acervos de órgãos de segurança vinculados ao governo ditatorial. O projeto realizou importantes iniciativas junto aos meios de comunicação, sobretudo sobre os desaparecidos políticos.

Em 2007 foi publicado o livro *Direito à verdade e à memória*, o qual foi fruto do trabalho de mais de 10 anos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140/95. A obra encontra-se disponível para download e faz uma análise da história de cerca de 400 pessoas mortas ou desaparecidas pela ditadura. Na apresentação da obra (BRASIL, 2007, p.30) encontra-se a importância da referida lei para a consolidação do processo democrático nacional:

Ela firmou a responsabilidade do Estado pelas mortes, garantiu reparação indenizatória e, principalmente, oficializou o reconhecimento histórico de que esses brasileiros não podiam ser considerados terroristas ou agentes de potências estrangeiras, como sempre martelaram os órgãos de segurança. Na verdade, morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erguida em 1946.

Ainda em 2007 foi criado o Memorial da Resistência em São Paulo, administrado pelo estado paulista e que preserva a memória política do período republicano brasileiro. Existem atividades educativas, de discussão, bem como materiais que oferecem a visualização do espaço que também serviu como sede do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS – durante o Estado Novo e a ditadura. Na atualidade desenvolve um importante projeto acerca dos lugares da resistência, procurando fazer um inventário dos mesmos no estado de São Paulo.²¹⁷

Como falamos a partir da Universidade Federal de Pelotas, devemos mencionar que na cidade existe o Instituto de Estudos Políticos Mário Alves, criado em 2001, como foco aglutinador de inúmeras bandeiras de diferentes movimentos sociais. Atualmente realiza o projeto “Memórias do Movimento Estudantil” o qual visa a recuperação da memória política estudantil no período da abertura política e reorganização das entidades de representação estudantil.

A partir de 2011, quando foi sancionada a lei 12.528/11, a qual criou a Comissão Nacional da Verdade inúmeros grupos de defesa das bandeiras “memória, verdade e justiça” foram se formando por todo o país. Organizados em “fóruns”, “comitês” ou “comissões” tais grupos possuem como objetivo principal realizar investigações sobre violações de direitos humanos nas regiões que se localizam, auxiliando assim os trabalhos da CNV, bem como fiscalizar os seus trabalhos de modo a colaborar na sua condução, tendo em vista os inúmeros problemas que enfrenta, especialmente no tocante a ausência de informações ou até mesmo desinformação por parte de setores reacionários das Forças Armadas.

²¹⁷ As informações foram retiradas do site do Memorial: < <http://www.memorialdaresistencia.org.br/>>. Acesso em 30/08/14.

Constantes vitórias estão ocorrendo. Escolas, ruas, espaços públicos que antes homenageavam ditadores estão sendo alterados por nomes que representam lutas pela democracia. Citamos especialmente dois acontecimentos que ocorreram em Porto Alegre para ilustrar o que vem ocorrendo por todo o país. O primeiro deles se relaciona com a desapropriação do prédio que funcionou como centro de tortura durante a ditadura – o chamado DOPINHA – para a transformação em memorial contra a ditadura. Podemos pensar, nesse momento, que o lugar de memória na classificação de Nora, está, nesse momento relacionado às funções materiais e simbólicas, mas, com a sua transformação em memorial, terá também a funcionalidade que o autor menciona (NORA, 1993, P.21). Na semana do dia 25 de agosto de 2014, uma das principais vias de acesso a Porto Alegre, RS, a Avenida Castelo Branco foi alterada para Avenida da Legalidade e da Democracia.

Nesses processos de mudança é importante ressaltar que apenas a alteração não é tão relevante quanto todo o trabalho de memória que é realizado, especialmente com as novas gerações. Assim, concordamos com Torelly (2010, p. 107): “Lembrar ou esquecer, individual e/ou coletivamente, implica, portanto, alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que aquilo que lembramos do passado é fundamental para que possamos refletir sobre quem somos no mundo e onde nos encontramos no tempo.” Ou seja, a mudança da significação do passado é fundamental para a construção do futuro em que a democracia e respeito aos direitos humanos seja o horizonte de ação.

Com os exemplos citados, pretendemos demonstrar o quanto as iniciativas em prol da promoção dos lugares de memória acerca da ditadura civil-militar são ainda incipientes, mas vem se consolidando no atual cenário nacional, sobretudo com a participação da sociedade civil. Contudo, acreditamos que grande parte da população desconhece ou ignora os acontecimentos de tal período bem como seus reflexos na atualidade, o que faz ainda mais importante a instalação, difusão e preservação do conhecimento sobre o tema. Percebemos assim que s lugares de memória tem uma importância fundamental nesse processo.

Conclusão

O Brasil vive um importante momento no que se refere às discussões sobre memória, verdade e justiça referentes ao período ditatorial. Nesse sentido, os locais, livros e iniciativas citados no decorrer do texto são importantes instrumentos para a consolidação da memória e também da busca pela verdade, ainda encoberta em muitos casos de mortes e desaparecimentos.

José Carlos Moreira da Silva Filho (2010) demonstra a importância do conhecimento acerca do passado para a consolidação do estado democrático:

[...] é imprescindível ao desenvolvimento de uma democracia que ela possa confrontar-se com o seu passado de barbárie e repressão política, demarcando claramente a diferença que guarda deste passado obscuro e sinalizando fortemente para uma nova direção, na qual o respeito aos direitos humanos e a manutenção das liberdades públicas sejam pilares inegociáveis e inexpugnáveis.

Pretendemos com o presente texto discutir sobre a importância da existência dos lugares de memória, de forma que o conhecimento acerca do passado seja um caminho de ações para o futuro, de forma que a máxima “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” concretize-se na consolidação de um país que respeite os direitos humanos e veja no aperfeiçoamento da democracia o melhor caminho para o seu desenvolvimento.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARBUTO, Valeria. Los sítios de memória em la agenda de la democracia. **Revista Democracia y Derechos**. Buenos Aires: año 2, nº3, abril 2013, p.125-137.

BATISTA, Nilo. Aspectos jurídicos-penais da anistia. **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, nº26. Jul-Dez1979. Pg 33-42.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30/08/14.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos

Humanos, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, (10), dez.1993.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol.5, nº10,

1992, p.200-212

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944):

mito e política, luto e senso comum. In: SEVERO, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. **Usos e**

Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8ªed, p.103-130.

SILVA FILHO. José Carlos Moreira. **O Julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a Inacabada Transição Democrática Brasileira**. Disponível em: <<http://idejust.files.wordpress.com/2010/07/o-julgamento-da-adpf-153-pelo-supremo-tribunal-federal-e-a-inacabada-transicao-democratica-brasileira.pdf>>.Acesso em: 01/07/13

TORELLY, Marcelo. Justiça transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro. In: SANTOS, Boaventura de; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell dos; TORELLY, Marcelo D. **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

Prêmio direitos humanos de jornalismo: entre a memória e o esquecimento

Roberta Pinto Medeiros²¹⁸

Francisca Ferreira Michelin²¹⁹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo a análise de parte do acervo fotográfico do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que é formado por fotografias de autoria de diferentes fotógrafos do País e dos países que fazem fronteira com o Estado do Rio Grande do Sul. Estas fotografias apresentam diferentes formas de atuação (Sócio-política-cultural) nas mais diversificadas esferas da sociedade (Estado, governo, polícia, cidadãos, etc.). Assim, a análise tem por objetivo a recuperação da informação presente nas imagens, assim como a relação que o Prêmio adquiriu com o passar dos anos em fazer com que o passado seja constantemente lembrado através da própria premiação e das imagens.

Palavras-chave: Fotografia. Memória. Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Introdução

Este trabalho faz parte da pesquisa em desenvolvimento no Curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Pretende-se, através do mesmo, analisar parcialmente as fotografias presentes no acervo que conforma o objeto de pesquisa através de elementos que evocam a memória e fazer uma relação com o próprio Prêmio, o qual mantém a memória sobre o passado, mas atua no presente. O tema principal a ser trabalhado está submetido a questões que relacionam fotografia e memória. Cabe então, uma pequena delimitação do contexto (local) em que está inserido o tema e o objeto de pesquisa (o tratamento da informação das fotografias do referido acervo), assim como as subdivisões dos temas mais abrangentes (fotografia, memória, fotojornalismo, entre outros).

As fotografias fazem parte do acervo documental presente no Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), situado em Porto Alegre. O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo acontece anualmente numa parceria entre o MJDH e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assim como outras entidades de classe, tais como a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (ARFOC/RS). O MJDH foi fundado em 1973 por um grupo de advogados em Porto Alegre, sua sede, esse mesmo grupo forma um conselho, o qual decide em reuniões as atividades do MJDH. É uma entidade apartidária e sem fins lucrativos, sendo considerado uma Organização Não-Governamental (ONG). Teve e tem como finalidade proteger e auxiliar os mais necessitados quanto ao amparo da justiça. Na época em que foi criado tinha como objetivo principal ajudar os intitulados, pelo governo civil-militar, de subversivos. Atualmente é mantido por esses mesmo advogados, possui o mesmo ideal, porém com outros focos, pois a Ditadura Civil-Militar no Brasil terminou em 1985. Continua a lutar pelos direitos humanos e sociais, e auxilia na aplicação e uso desses direitos tanto por entidades públicas como privadas.

Dentre as mais diversas atividades que ainda desempenha, o MJDH promove anualmente o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, o qual ocorre no mês de dezembro. No dia da solenidade são premiadas as mais diferentes matérias por reconhecimento do seu conteúdo apresentado. Assim, o Prêmio tem por função, além de outras, incentivar a denúncia contra a liberdade de expressão, impedindo que o passado de repressão e censura se repita nos dias atuais.

²¹⁸ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: roberta.pinto.m@gmail.com

²¹⁹ Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: fmichelon.ufpel@gmail.com

Diante disso, o Prêmio visa prestigiar as matérias jornalísticas mais relevantes em torno da defesa da dignidade humana, ao mesmo tempo em que estimula o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito aos Direitos Humanos, tendo em vista o contexto no qual foi criado. Portanto, é fundamental abordar um pequeno contexto político-histórico do que ocorria no país na época de criação do Prêmio para melhor entendimento da sua relação com a memória e o esquecimento. Após, o presente artigo traz uma discussão de diversos autores que trabalham com memória e, a partir disso, relaciona com a fotografia. Por fim, conclui a importância de destacar o acervo do Prêmio tendo em vista o contexto em que foi criado, assim como sua importância no tempo presente.

Breve contextualização da Ditadura Civil-militar no Brasil e no Rio Grande do Sul

Para melhor entendimento do papel do Prêmio na sociedade, é necessário fazer uma contextualização da situação política no país durante o período de criação do Prêmio, pois assim, fica mais fácil entender o porquê da sua importância nos dias atuais. Sendo assim, houve um tempo na história do Brasil que marcou a sociedade em todos os seus aspectos social, econômico, governamental e, por que não, o consciente (memória) das pessoas que viveram e vivenciaram aquela época. Nesse período (1964 a 1985) o país foi presidido por um grupo de militares, momento da história do Brasil também chamado de Ditadura Militar. Foram 21 anos de lutas, falta de democracia, perseguição política, censura, supressão dos direitos constitucionais e repressão aos que eram contra ao regime militar. O próprio regime militar no Brasil se favoreceu das turbulências que vinham acontecendo nos governos anteriores ao golpe de 64:

O golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras. (WASSERMAN, 2009, p.05)

O período da ditadura foi marcado por várias tentativas de derrubar o poder, desde a aplicação dos Atos Inconstitucionais (AI), como o AI-1 que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos, a eliminação do direito ao voto, entre outras cassações aos direitos dos cidadãos. Ou como o AI-5, decretado em 1968 que impunha mais repressão aos opositores do regime militar e ainda fechou o Congresso Nacional por quase um ano.

O Estado fica cada vez mais incontrolável e acontecimentos, como a Guerra Fria, colaboram ainda mais com o ideal dos militares. Além disso, houve o "desaparecimento" e a morte de centenas de militantes, políticos e estudantes de esquerda. Ao mesmo tempo em que a liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação foi cerceada. Nessa época, segundo Reis (2012):

No contexto de crise e radicalização política e social da década de 1960, objetivo nacional das ditaduras era o combate ao "inimigo interno" identificado com o comunismo dirigido por Moscou. Nesse sentido, a doutrina (Doutrina da Segurança Nacional) justificava o combate aos "inimigos internos", todos aqueles que não se enquadravam no sistema, fossem opositores explícitos ou críticos do governo; de modo geral eram identificados como subversivos ou comunistas. (REIS, 2012, p.17)

Em 1969 é escolhido pela Junta Militar o novo presidente do Brasil, o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, mais conhecido como "*Anos de Chumbo*"²²⁰. A repressão à luta armada cresce e uma severa política

²²⁰ Período que compreende os anos de 1968 a 1974, teve início a partir da decretação do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, estendendo-se até o fim do governo Médici. Período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos.

de censura é colocada em execução, jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. O Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) atuava como centro de investigação e repressão do governo militar em diversas áreas, inclusive no campo da guerrilha rural no Araguaia.

Esse terrorismo de estado permaneceu até o ano de 1985, é nesse processo que se deu início a abertura lenta e gradual da repressão e opressão do Estado, que segundo Reis (2012):

O fim do “milagre”, acelerado pela crise do petróleo (1973), e a estagnação econômica geraram descontentamentos sociais que forçaram o general Ernesto Geisel a anunciar uma “distensão” política. O objetivo da “distensão” era assegurar o afrouxamento da tensão sociopolítica através de uma maior, mas sempre controlada, participação política dos setores de oposição, no intuito de cooptá-lo. (REIS, 2012, p.19)

A partir desse contexto, entende-se qual o propósito de criação do Prêmio e sua importância para que esses fatos que ocorreram no país não aconteçam nem se repitam mais. Por isso, através das imagens e de outros artefatos (matérias jornalísticas, rádio, TV, jornalismo *on-line* e demais categorias), que o Prêmio vem atuando para que seja lembrado e não esquecido.

Relação entre Fotografia, Memória e Esquecimento

A partir disso, entende-se melhor que a memória pode ser considerada como um objeto da história, independente se está na mente de alguém ou registrada em algum suporte da informação, pois, geralmente, ajuda a refazer o passado e com isso acaba por trazer lembranças, boas ou ruins. Muitas vezes, a memória é tratada como uma área do subconsciente, por isso, é comumente mais vista e estudada pela psicologia, área que analisa a mente e assuntos correlacionados. Hoje, fora da psicologia, a memória pode ser tratada como memória individual, memória coletiva, memória social, entre outras formas de abordagem. Todas trabalham com a ideia de memória, no entanto, ao se observar profundamente, percebe-se que a memória se especializa em determinados assuntos que estão presentes no indivíduo e na sociedade do qual faz parte.

A conceituação da memória advém desde os tempos da antiguidade, quando filósofos da época já discutiam o significado dessa palavra. Dentre eles pode-se citar Platão, o qual acreditava que a memória tinha o significado do conhecimento e estava ligada à função divina. Já para Aristóteles, filósofo considerado mais racional que Platão, acreditava que a memória era a parte sensível da alma, enquanto a reminiscência (memória) era a parte mais intelectual do sujeito. Outro pensador da “memória”, porém mais atual que os filósofos da antiguidade, Sigmund Freud defendia a ideia de que apenas lembramos quando há um trauma e ou uma associação com um fato, chamando esse fenômeno de “a posteriori” (FARIAS, 2008). Essas três ideias têm em comum dois objetos: o estudo da memória e como é feito o ato de rememorar.

Desde os tempos mais antigos a associação entre memória, tempo e o fazer rememorar estão interligados. Como foi dito anteriormente, os gregos acreditavam que a memória estava diretamente ligada ao tempo e com o passar dos anos, valorizava-se a reminiscência, além de afirmarem que a memória podia ser igualada ao conhecimento. Essa relação do tempo com a memória é chamada de tridimensional (CANDAU, 2012), quando se subdivide o tempo em memória do passado (recordação), memória da ação (presente) e memória de espera (esperança). É nesse momento, no ato de rememorar, que muitas vezes a fotografia auxilia esse fazer, tanto do conhecimento quanto dos fatos. E especificamente neste caso das fotografias do Prêmio, tem-se o tempo dos fatos que ocorreu, assim como o trauma da época devido à violência permanente, a qual pode ser associada ao temor de ser o inimigo do estado.

Ao se falar em memória, é fundamental abordar sobre o esquecimento, o qual não deixa de ser uma forma de fazer com que possamos guardar novas memórias, seria uma forma de limpar nossa mente, conforme Izquierdo (2011, p.18) “vamos perdendo, ao longo dos dias e dos anos, aquilo não interessa, aquilo que não nos marcou [...]”, novamente vê a relação entre memória, esquecimento e entre essas duas formas, a palavra “marcou”. Segundo Michel (2010), outro autor que trabalha com o assunto, a memória caminha lado a lado com o esquecimento. O autor desenvolve ao longo do seu texto alguns “tipos” de esquecimento que ocorrem nos diferentes graus da sociedade, desde o sujeito (individual) até o coletivo. O primeiro tipo de esquecimento abordado é o esquecimento-omissão, o qual a memória dos indivíduos não deixa de ser seletiva por natureza, e “o que é válido para a memória individual o é igualmente para a memória coletiva.” O segundo é o esquecimento-negação, que segundo o autor, de forma involuntária o esquecimento é a expressão patológica da memória, de certa forma uma anti-memória pelos efeitos e não pelas intenções, ou seja, o esquecimento acontece devido a uma doença neurológica ou por um acidente que causou uma doença neurológica, afetando dessa maneira a memória do indivíduo.

O terceiro é o esquecimento-manipulação (esquecimento-direcionamento), o qual a memória é manipulada, elaborada e transmitida de forma oficial para o público com a intenção de ser esquecida ao longo do tempo pelo coletivo. Por fim, o esquecimento-destruição é mais radical que o último esquecimento, pois seu objetivo principal é negar a realidade passada, nem que para isso seja necessário mudar e inventar fatos históricos. Neste trabalho, pode-se eleger um dos tipos de esquecimentos abordados por Michel (2010), que seria o esquecimento-manipulação, no qual uma pequena parcela de sujeitos tem a intenção de fazer com que determinados fatos sejam esquecidos, neste caso especificamente a violação aos direitos humanos.

Segundo Rossi (2010, p.15), “na tradição filosófica, e também no modo de pensar comum, a memória parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e contínua; a reminiscência (ou anamnese ou reevocação), pelo contrário, remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido.” Portanto, potencialmente a fotografia é um objeto de rememoração, do qual a pessoa pode se utilizar para lembrar-se de fatos marcantes ou não. Ou seja, a fotografia está associada a fatos e acontecimentos e é através deles que “ajuda” o indivíduo a lembrar de que aquele fato realmente aconteceu. De acordo com o autor Kossoy, a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova, ‘testemunho da verdade’ do fato ou dos fatos (KOSSOY, 1993, p.13). Portanto, a fotografia também contribui para a rememoração de fatos, não apenas para evidenciar que algo aconteceu, mas para fazer, muitas vezes, que as pessoas recordem situações que aconteceram no passado.

Talvez, seja esse um dos motivos das pessoas tirarem fotos, sabendo que a memória não possui a capacidade de guardar tudo e que alguns fatos serão esquecidos ao longo e com o passar dos anos, este artefato pode ajudar a fixar fases e momentos da vida. Sendo assim, pode-se inferir que, segundo Rouillé (2009):

[...] a imagem fotográfica torna-se, de certa maneira, a encarnação de uma memória voluntária, a que vai de um presente atual a um presente que “foi”, que opera no presente vivo da ação, que tenta recompor o passado por meio da sucessão desses presentes suspensos, fixos, paralisados, entorpecidos, etc. que são os instantâneos. (ROUILLÉ, 2009, p.221)

Portanto, as fotografias do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo a serem analisadas, são imagens que não deixam de evocar alguma recordação, principalmente, o objetivo pelo qual o mesmo foi criado. Conforme o autor abaixo:

Mas a memória pensada em sua chave política, jurídica e moral não pode ocultar o fato de que ela é também memória antropológica. Nunca é demais insistir no fato de que a luta pela justiça se dá em diferentes níveis, todos distintos e ao mesmo tempo determinantes entre si: o da memória e história da sociedade, o da memória de sociais e o da memória dos familiares. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.06)

A imagem pode estar associada à sensação (BERGSON, s/d), ou seja, “a imagem é um estado presente, e só pode participar do passado através da lembrança da qual saiu” (BERGSON, s/d, p.115). Portanto, é necessário haver uma percepção (sensação) para que haja uma lembrança, uma sem a outra deixam de existir.

Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção: “Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens” (BOSI, 1987, p.09)

Nas maneiras de enquadrar o objeto percebe-se que o fotógrafo faz escolhas de acordo com o que deseja “mostrar” ao espectador da foto. Mesmo assim, a imagem é por si interpretável pelo espectador, oportunizando que ocorra uma leitura que não era esperada quando o fotógrafo registrou a imagem. Sendo assim, as fotografias do Prêmio podem informar ao espectador de que aquilo existe ou existiu.

Como parte do sensacionalismo da imprensa, além do jornal impresso, imagens de TV, rádio, há as imagens ou fotografias, chamadas de fotojornalismo por estarem ligadas a uma notícia ou evento da sociedade. Segundo Bodstein (2006):

O fotojornalismo, como condição de sua sustentabilidade, estagnou-se em monismo referencial – suposto código de universalidade que soou suficiente para manter os pressupostos de sua suposta certidão cultural. Tal código é tomado como a forma com que os meios impressos diários agregam incontáveis imagens de assustadora semelhança expressiva sobre um mesmo fato (BODSTEIN, 2006, p.100)

Sendo assim, as imagens (fotografias) a serem trabalhadas na pesquisa, fazem parte do chamado fotojornalismo, pois estão ligadas aos meios impressos diários, além de agregarem imagens chocantes e expressivas perante a sociedade. Um dos exemplos dessas fotografias do Prêmio pode ser atestado na série de fotos vencedoras da edição de 1987. Na ocasião, o repórter fotográfico Ronaldo Bernardi foi premiado pela sequência de imagens intitulada “*O caso do homem errado*”, a qual o cidadão Julio Cezar, preso acusado de assalto, foi espancado e morto por policiais militares durante uma ação em Porto Alegre. O ocorrido, que teve notoriedade na imprensa, repercutiu principalmente porque Julio Cezar foi preso por engano, confundido com assaltantes.

A sequência de fotografias (Figuras 1 e 2) mostra o acusado, ainda vivo, entrando numa viatura policial. Entretanto, contrariando a versão da Brigada Militar, que afirmava Julio Cezar ter morrido em conflito, as últimas fotos captadas por Bernardi mostram que ele foi morto depois de ter sido preso (Figura 3). O fotógrafo foi premiado e seu trabalho ganhou notoriedade nacional, o que lhe rendeu ainda os Prêmios Esso e Vladimir Herzog.



Figura 1 – Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.
Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Sendo assim, esse exemplo de uma premiação caracteriza o fato de que as imagens são capazes de promover a notícia e como documentos, podem mostrar os acontecimentos que marcaram e marcam épocas. Além disso, podem evocar o passado, fazendo que o mesmo não se repita nem seja esquecido.



Figura 2 – Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.
Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.



Figura 3 – Cidadão Julio Cezar morto no Instituto Médico Legal.
Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Portanto, as fotografias presentes nesse acervo possuem um valor histórico e cultural para a sociedade, já que refletem o ambiente em que foram registradas, neste caso, para lembrar o sofrimento que algumas pessoas passam por terem seus direitos violados.

Considerações Finais

Portanto, ao se fazer um estudo tanto histórico como de pesquisa, desde a criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo em 1984 até o ano de 1990 (delimitação do objeto de pesquisa do mestrado), e observando suas mudanças, entende-se a importância em se preservar esse acervo fotográfico, tendo em vista sua contribuição na construção da sociedade, no que concerne aos direitos humanos. A partir desse contexto, compreende-se a relação que a fotografia tem com a memória, no momento em que a imagem serve de auxílio para que determinado fato seja comprovado, assim como não seja esquecido.

Considerando-se a amplitude dos assuntos abordados nas edições do Prêmio e a vasta gama de temas sociais que abrangem, percebe-se a importância do mesmo para

pesquisadores de diversas áreas e, portanto, a relevância de qualificar o conjunto. A partir da análise dessas fotografias, pôde-se inferir que a fotografia pode ser considerada um documento, de registro da realidade e que o Prêmio tem papel fundamental na sociedade em que atua, no que se refere aos fotógrafos e aos jornalistas que trabalham para que essa premiação ocorra todos os anos.

Neste trabalho, pode-se inferir que as fotografias, de um modo geral, possuem um caráter identitário, no momento em que ajudam a construir a memória de um determinado objeto ou de um fato, ou seja, do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo e do MJDH. Por isso, neste caso, as fotografias do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo podem ser enquadradas como um patrimônio a ser preservado, já que as mesmas registram fatos que ocorrem na sociedade e que, de certa forma, são determinantes na construção de uma identidade nacional.

Referências

- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- BODSTEIN, Celso Luiz Figueiredo. **Fotojornalismo e a ficcionalidade no cotidiano**. 2006. 260 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000388231>>. [Acesso 12 junho 2013]
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1987.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- FARIAS, Francisco R. Pensando a memória social a partir da noção de “a posteriori” de Sigmund Freud. **Morpheus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 8, número 13, 2008.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Revista Acervo**. v. 6.n. 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p. 13-24.
- MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010. Disponível em:
<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- MJDH, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. **Relatório Anual 1984**. Porto Alegre, RS: 1984. Mimeografado. 7 f.
- REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre**. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2012. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56074/000856961.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 jan. de 2014.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. Literatura e Autoritarismo. **Memórias da Repressão**, n. 9, 2006.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence (Org.). Porto Alegre: CORAG, 2009. v.1.

A Clínica Nossa Senhora da Saúde da casa n.º 909 da Rua XV de Novembro: Lugar praticado de memórias em Joinville- SC

Samira Sinara Souza²²¹

Dione da Rocha Bandeira²²²

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou a reflexão dos conceitos de espaço e memória tendo como objeto de estudo o hospital psiquiátrico Clínica Nossa Senhora da Saúde, que existiu entre os anos de 1962 e 1986, na rua XV de Novembro n.º 909. Esta casa atualmente se encontra em processo de tombamento, tornando-se ainda lugares de reminiscência de memórias e de sentimentos, a partir das práticas cotidianas que veio alterar os seus usos e funções. Nesse sentido, a linha de pesquisa centrada em Patrimônio e Memória, busca as vozes de autores como Certeau (1994) bem como outras fontes documentais e iconográficas. Além disso, procederam-se duas entrevistas orais com pessoas que mantiveram diferentes relações com o lugar da clínica no período em que esteve ativo. As análises dos dados obtidos permitiram novas interpretações das relações dos conceitos patrimoniais e, ao mesmo tempo, atribui inúmeros significados a casa n.º 909.

Palavras- chave: Clínica Nossa Senhora da Saúde; Memória; Patrimônio; Joinville.

Introdução

Na cidade de Joinville-SC, durante a década de 1966 a 1986, funcionou, na Rua XV de Novembro, número 909, a Clínica Nossa Senhora da Saúde. Hoje, a casa que se encontra de portas e janelas fechadas, ou seja, em desuso, está em processo de tombamento desde 2010 (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2010). Documento que indicia a sua importância cultural, principalmente, no que diz respeito ao funcionamento da Clínica à cidade, suscitando alguns questionamentos do espaço como lugar praticado de memórias apresentando na sua história as inúmeras alterações físicas e culturais. Partindo dessa premissa, apontam-se algumas questões que se aderem à problemática da pesquisa realizada: que elementos materiais da casa n.º 909 enquanto Clínicas ainda existem? Por quais transformações passou, e que interpretações há desse bem na atualidade?

Localizada na área urbana da cidade, esse lugar tornou-se o objeto da pesquisa que proporcionou não somente o levantamento histórico da casa, como também, as lembranças de pessoas que vivenciaram o momento do funcionamento da Clínica Nossa Senhora da Saúde ou Casa Schroeder, nome do seu criador e diretor Osmar Nelson Schroeder, no período supracitado. As lembranças das pessoas que transitaram dentro, fora e à frente da casa permite tais memórias, o relembrar do passado e (re)interpretações a respeito da importância cultural da casa para Joinville, como memórias futuras.

Para teorizar os temas propostos buscou-se o diálogo com o historiador Michel de Certeau na obra *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer* (1994) que ao enlaçar com os depoimentos dos dois entrevistados²²³ permitiu a reflexão desse imóvel, como bem patrimonial na atualidade. Os dois entrevistados possuem perfis diferentes, o Sr. Almeida foi ex-funcionário da Clínica, no ano de 1982-1984. Já, a Sra. Anderle, teve dois familiares internados na Clínica, o marido de dependência alcoólica e sua irmã de doenças nervosas.

²²¹ Samira Sinara Souza, Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE, Especialista em Fundamentos do Ensino do Teatro pela Faculdade de Artes do Paraná- FAP e Graduada em Educação Artística pela Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE, autora do artigo.

²²² Dione da Rocha Bandeira, Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, coautora do artigo.

²²³ ALMEIDA, Edson José de. Edson José de Almeida: entrevista sobre a Clínica Nossa Senhora da Saúde [2013]. Entrevistadora: Samira Sinara Souza. Joinville, 2013.

ANDERLE, Elzira. Elzira Anderle: entrevista sobre a Clínica Nossa Senhora da Saúde [2013]. Entrevistadora: Samira Sinara Souza. Joinville, 2013.

Esses olhares buscam pensar a prática do lugar da Clínica Nossa Senhora da Saúde como reminiscência de memória na atualidade.

Em adendo ao processo investigativo, procedeu-se o levantamento histórico da casa por meio dos documentos do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) nos artigos de jornais (Jornal A Notícia/ Notícias do Dia), da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Nacional de Joinville (COMPHAAN) e o acervo pessoal da família Schroeder.

A pesquisa que se desenvolveu de forma qualitativa buscou a linha de pesquisa em Patrimônio e Memória, como procedência de uma metodologia investigativa para o diálogo e a reflexão do conceito de espaço e memória. Assim, as novas interpretações a respeito do bem patrimonial em questão trazem na atualidade a importância cultural, social e econômica da casa à cidade, principalmente quando foi funcionamento da Clínica Nossa Senhora da Saúde, como revelação de significados que aderem valores referenciais a casa n.º 909 da Rua XV de Novembro.

Uma palavra, uma lembrança: a Clínica Nossa Senhora da Saúde, da Rua XV de Novembro, n.º 909.

No ano de 1966, a casa n.º 909 da Rua XV de Novembro foi comprada por um médico, o psiquiatra Dr. Osmar Nelson Schroeder. De acordo com o documento de processo de tombamento da casa (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2010).

Com a compra do imóvel por Sr. Schroeder, pois anteriormente a casa foi residência da Família Wetzel entre os anos de 1930 e 1963²²⁴, o espaço sofreu novas ações, que culminaram na instalação de um hospital psiquiátrico intitulado Clínica Nossa Senhora da Saúde – Schroeder & Cia. É importante esclarecer que a clínica foi inaugurada no dia 9 de junho de 1962, sendo instalada primeiramente no n.º 1.061 da Rua XV de Novembro. Nessa casa na época tinha como proprietário os descendentes do Dr. Norberto Bachman (1887-1960), e a clínica permaneceu ativa nesse local por quatro anos. Em 1966, houve a sua transferência para o espaço n.º 909. A mudança de local atribuiu-se à elevação do número de pacientes. Desde a sua inauguração, em 1962, a Clínica Nossa Senhora da Saúde sempre teve à frente o médico Sr. Schroeder (VALENTIM, 1997).

Osmar Nelson Schroeder é natural de Joinville e nasceu no dia 28 de janeiro de 1927, foi casado e teve quatro filhos que se tornaram proprietários do imóvel em questão, que se encontra em processo de tombamento. Sr. Schroeder foi um dos únicos médicos a trabalhar com portadores de distúrbios mentais em Joinville na época. A antiga Clínica Nossa Senhora da Saúde ou, “Casa Schroeder”, como era conhecida, foi considerada uma das mais importantes da região norte até os anos 80, proporcionando ao médico psiquiatra o seu reconhecimento em Joinville (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2010). Os problemas dos pacientes na antiga clínica eram diversos, da dependência de alcoolismo e outros entorpecentes até esquizofrenia, depressão, psicose, psiconeurose (VALENTIM, 1997).

A casa destacava-se pela imponência no centro de um amplo terreno e pela placa à frente (Figura 1), um elemento material que marca uma determinada função: a de notificar aos cidadãos que passam à frente que aquele espaço abriga o Hospital Psiquiátrico, um lugar de REPOUSO, palavra que aparece em evidência para indiciar uma determinada intenção.

²²⁴ No ano de 1930, a Família Wetzel contrata o arquiteto Max Paulo Keller da empresa Keller Ltda, para a construção de um palacete na Rua XV de Novembro, a casa n.º 909 (KELLER, 1930). Essa casa tornou-se um lugar de referência à Joinville, por ter sido um local de práticas sociais de uma das famílias mais abastadas da cidade, os proprietários da Cia. Wetzel Industrial. A família Wetzel era formada por Ernst Wetzel (1880-1956) e Theodora Anna Carolina Guilhermina Khuene Wetzel (s.d.-1963) e seus filhos, Horst (1914-1958) e Holf (1912-1958) (TERNES, 1986).



Figura 1 - A Clínica Nossa Senhora da Saúde na Rua XV de Novembro n.º909, em 1967.

Fonte: Arquivo Família Schroeder

Na Figura 1 acima, a casa- clínica demarcando o espaço como um lugar próprio, provocando novos percursos, trajetos de práticas cotidianas, pelo movimento corporal das pessoas que agora representavam a área da saúde dentro e fora da casa n.º 909 – pacientes, médicos, familiares de pacientes, entre outros –, causando o esquecimento da função anterior da construção com um novo uso. O corpo- clínico do hospital, segundo o Caderno de Relatório dos profissionais atuantes da Clínica Nossa Senhora da Saúde, era formado por profissionais de várias áreas que dispunha de três médicos psiquiatras (sendo um deles o Sr. Schroeder), uma psicóloga, uma assistente social, duas secretárias, um administrador, um porteiro, um técnico em manutenção, um psicólogo, dois ajudantes para o refeitório, quatro funcionários para a limpeza, dois cozinheiros, dois funcionários para a lavanderia e um enfermeiro chefe, que comunicava aos demais enfermeiros (nove ao todo) os acontecimentos realizados durante as reuniões. Ao todo eram 31 funcionários (CLÍNICA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, 1978-1986). Esse corpo multiprofissional adere também à questão da instituição com perspectiva moderna relacionada à forma de tratamento que era disponibilizado a cidade (Figura 2).

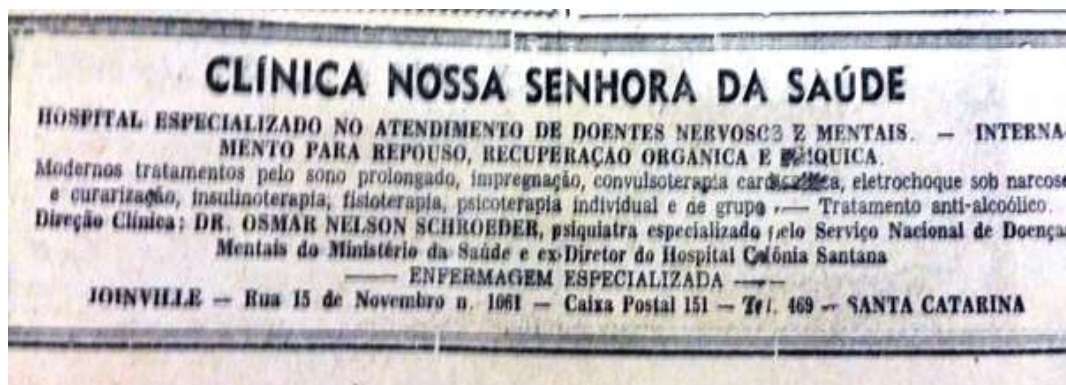


Figura 2: Anúncio do jornal da Clínica Nossa Senhora da Saúde, 1963

Fonte: ANÚNCIO... (1963)

A partir do anúncio do jornal (1963), percebe-se o corpo clínico, as formas de tratamento utilizadas na Clínica, à formação profissional do diretor da Clínica, bem como o endereço que nos informa o primeiro momento da Clínica na casa n.º 1061. No entanto, não há planta que venha disponibilizar a disposição dos espaços da Clínica, ou literatura local que venha apresentar essa informação. Mas, há fontes investigativas, a partir das entrevistas orais realizadas.

Para afirmar, essa operação como prática cotidiana da casa nota-se, o relato do Sr. Edson José de Almeida, ex-funcionário da Clínica Nossa Senhora da Saúde que atuou como

técnico em Enfermagem entre os anos de 1982 e 1984, onde diz que a disposição dos espaços no casarão e na Ala da Emergência²²⁵ permitia influenciar a movimentação dos pacientes:

[...] Se era paciente que estava só com certo distúrbio de uma psiconeurose ou uma neurose que não dava risco a nenhum funcionário e nem a outros clientes ele ficaria no setor da emergência até porque o casarão não tinha uma estrutura de um elevador que tinha que subir escadas daí, ele ficava lá trás, no setor de emergência.

A partir do relato de Almeida, observa-se a relação do paciente com o espaço da Clínica devido o seu diagnóstico médico. O mesmo relata que o paciente tinha acesso ao passeio interno do pátio, e que poderia tomar banho de sol, voltar para o quarto dele, ou seja, tinha acesso livre. No entanto, o ex-funcionário Sr. Almeida diz, que os pacientes que precisariam de um cuidado mais especial, pois estava em delírio treme e que não tinha consciência da sua doença (colocando em risco não só ele mesmo, mas os demais internados) deveria estar “[...] num setor onde a vigilância era constante de 24 horas com medicação, conforme era prescrito pelo o médico psiquiátrico [...]” (ALMEIDA, 2013). Nessa ocasião, o espaço da emergência era compreendido por

[...] duas alas, duas enfermarias, uma com uma chave trancada para pacientes trancados em caso de surtos psicóticos, e havia também nesta ala pacientes que, tinha acesso a poder sair, fazer o seu banho de sol [...]. Nós tínhamos duas enfermarias masculinas, no meio do corredor nós tínhamos o posto de enfermagem onde ficava toda a medicação psicotrópica, carrinhos de emergência, e mais duas enfermarias do sexo feminino. Então, nesse corredor, tinha quartos, os banheiros para fazer a higienização e ao mesmo tempo nesse setor de emergência, nós teríamos também duas salas, uma da terapia ocupacional que seria então, para atividades de recursos terapêuticos com os pacientes e uma sala da psicologia. Havia um quarto particular com banheiro também neste espaço [...] (ALMEIDA, 2013).

Já o casarão, segundo o Sr. Edson José Almeida, tinha a seguinte disposição de espaços:

[...] O térreo seria então: dois consultórios, recepção, um corredor, sala da supervisão, refeitório, banheiro e cozinha, isso seria o térreo. Aí, podemos dizer assim que o primeiro piso seria então: o posto de enfermagem e três enfermarias do sexo feminino junto com o banheiro, tá. E no último, segundo piso, era uma enfermaria com três quartos do sexo masculino então, era separado nesse sentido [...] (ALMEIDA, 2013).

A partir do relato do Sr. Almeida, a entrevista presenciou a espacialização da casa, o cotidiano através das formas de tratamento da Clínica, os sentimentos e os desejos dos entrevistados, também, quanto à projeção futura da casa n.º 909 enquanto patrimônio joinvilense. Essa projeção porvindoura admitiu pensar o passado com base no lugar da clínica, como parte de uma história ainda presente na atualidade. Segundo Certeau (1994, p. 186-187), oralidade é

[...]“aquilo” que autoriza ou (faz possíveis ou críveis) as apropriações espaciais, aquilo que ali se repete (ou se recorda) de uma memória silenciosa e fechada, e aquilo que ali está estruturado e não cessa de ser marcado por uma origem [...] As relíquias verbais de que se compõem o relato, ligadas a histórias perdidas e a gestos opacos, são justapostas numa colagem que suas relações não são pensadas e formam, por este fato um conjunto simbólico. [...] Elas se articulam por lacunas. Produzem, portanto, nos espaços estruturados dos textos, antitextos, efeitos de dissimulação e de fuga, possibilidades de passagens a outras passagens [...].

Com base no olhar de Certeau (1994), pensa-se o uso de relatos como investigação científica que viabiliza a reflexão de memórias. Para os entrevistados, ao se permitirem recordar uma memória “silenciosa e fechada”, torna-se possível o repensar dos espaços demarcados por uma origem. Ou seja, a primeira experiência faz com que ela seja registrada na memória. Ao falar da experiência, os entrevistados ligam-na compondo histórias, que podem ser associativas ou justapostas, construindo assim um dizer, um conjunto simbólico. E mais, o relato dos entrevistados e o registro do entrevistador sobre a experiência possibilitam

²²⁵ A Ala de Emergência foi construída na década de 70, em homenagem ao pai de Schroeder, sendo nomeada Ala Alfredo Ricardo Schroeder. Essa Ala situava-se ao fundo do terreno da casa n.º 909 e hoje, se encontra em processo de deterioração (ALMEIDA, 2013).

a estruturação de um novo texto, proporcionando novas interpretações (para o autor, seriam novas passagens) da palavra relatada.

Ao pensar na clínica da casa n.º 909, apresentam-se nesse momento as lembranças do espaço como lugar de memórias que nos permite vislumbrar o imaginário acerca da clínica. Um desses valores está relacionado à interpretação da loucura para os transeuntes que passavam à frente ao local. Além dos transeuntes moradores de Joinville, existia defronte a casa n.º 909 um ponto de ônibus intermunicipal que causava o transladar de pessoas de vários locais do estado de Santa Catarina e do Paraná, tais como Jaraguá do Sul, Blumenau, Guaramirim e Curitiba. Desse modo, o lugar possuía fluxo intenso de pessoas, que nos fazem pensar sobre como viam a casa clínica como narra a Sra. Elzira²²⁶:

[...] Como um lugar assim, de pessoas loucas, de pessoas que não tão bem da cabeça, né? De pessoas que, como é que vou falar pra você? De pessoas desequilibradas, pessoas que não são bem normais. Porque lá era conhecido como uma clínica de loucos, ali o espaço, todo mundo em Joinville na época, era conhecido assim, como um lugar para loucos, pessoas que não estavam bem da cabeça [...] (ANDERLE, 2013).

Assim, as cenas apresentadas aos transeuntes permitiam que cada um imaginasse o que ocorria nos espaços internos da casa, assunto posteriormente comentado com alguém. Nessa perspectiva, a clínica também ficou conhecida como “Casa dos Loucos” ou “Hospital dos Loucos”, como ressalta a expressão do Sr. Edson (ALMEIDA, 2013):

As pessoas externas e até próprios amigos davam como referência o hospital de loucos. Então, você trabalha naquele hospital de loucos? Eu posso dizer que muitas dessas pessoas eu aprendi muita coisa, não só na vida profissional, mas na minha vida mesmo, pois cada um que tinha lá tinha uma história. Cada pessoa que eu entrevistava. [...] Sempre no final da tarde, porque era a hora mais tranquila, pois já tinham tido o sono dele, tinham uma história pra contar, e quando a gente ia ver essas histórias com a história do médico da anamnese, batia. Então, o preconceito estava mais lá fora. [...] Talvez essa é a questão, o preconceito. Das pessoas excluir da sociedade e saber que ali todo mundo eram iguais, e cada um poderia conversar e relatar o que sentia. Então, o preconceito sim era grande lá fora. [...] E a gente, como era funcionário, [...] era tachado como se fosse louco.

No relato se percebe a interpretação das pessoas externas à clínica. A palavra preconceito surgia como construção de um pensamento social e cultural em virtude da “doença” – loucura. Então, observa-se ali também um lugar da prática de contar histórias, histórias pessoais, lembranças do passado compartilhadas naquele momento. Trata-se de um lugar de provocação de sentimentos no sentido plural, ora de esperança para quem entrava, ora de confiança, de medo e de preconceito, preconceito este que foi constituído pelo histórico da loucura de quem presenciava as cenas do lado de fora e as registrava na memória. Essa relação de olhar de fora como transeunte pode ser vislumbrada nas palavras como figuras ambulatoriais que introduzem uma estrutura de um discurso ao lugar e não lugar de origem. Conforme Certeau (1994 p. 182): “[...] da existência concreta, um relato bricolado com elementos tirados de lugares-comum, uma história alusiva e fragmentária cujos buracos se encaixam nas práticas sociais que simboliza”.

Com a fala do autor, é possível relacionar os relatos de Sr. Edson e Sra. Elzira ao falarem sobre o que os outros diziam da clínica, pois todos afirmam que ao passar à frente a casa n.º 909 as pessoas registravam na memória imagens como cenas acontecendo do lado de dentro do portão. Essas pessoas do lado de fora estão no não lugar, como diz Certeau (1994), e seus relatos a respeito da clínica a outras pessoas tornam-se bricolados. Aqueles do lado de fora contam histórias (como atores) e misturam em suas narrações ficção e realidade, que se tornam riquíssimas representações de um lugar.

²²⁶ A Sra. Elzira Anderle, de 72 anos, natural de Rodeio, chegou a Joinville ainda jovem. Seus familiares internados foram o marido, em virtude de dependência alcoólica, durante três meses por duas vezes, e a sua irmã, hospitalizada por doenças mentais por um mês, uma única vez. Os familiares foram internados em tempos diferentes, e a entrevistada não se lembrava das datas, mas relatou que, nas suas visitas, “[...] tinha que ficar na sala de visitas. Aí, aguardava até o paciente chegar, porque às vezes o paciente estava dormindo” (ELZIRA, 2013).

A Clínica Nossa Senhora da Saúde foi fechada no ano de 1986 em função da falta de repasse de recursos do antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ocasionando o surgimento de deficiências hospitalares, como a escassez de remédios, de alimentação, de funcionários etc. (JOINVILENSES..., 1986). Essa relação de poder político sobre o lugar da Clínica Nossa Senhora da Saúde pode ser presenciada na última tentativa de mantê-la aberta quando foi enviado através do prefeito Wittch Freitag ao Presidente José Sarney e a vários ministros de Estado um telegrama (NOTÍCIA, 1986). Mesmo com a investida, as portas e as janelas da casa são novamente fechadas no dia 29 de setembro de 1986. Os internados foram levados para Florianópolis ou Curitiba.

Desde quando foram encerradas as atividades da clínica, no ano de 1986, a casa mantém como proprietários os descendentes do Sr. Schroeder, que faleceu no dia 10 de outubro de 2011 (SPRICIGO, 2011, p. 11). Os proprietários permitem a locação do imóvel para outras atividades. Atualmente, desde 2012, a casa n.º 909 está de portas e janelas fechadas, sem uso, porém seu entorno foi alterado e abriga um estacionamento privado da Abej (Associação Beneficente Evangélica de Joinville). Assim, nessa função, é referência de novas relações humanas envolvendo a associação, seus funcionários, segurança, pedestres e outras pessoas que ainda transitam próximas à casa da histórica Rua XV de Novembro, o que permite construir novas práticas cotidianas e novas interpretações.

Desse modo, com o decorrer dos anos, a rua XV de Novembro e a casa n.º 909 tornaram-se espaço de produção de sentimentos, de pertencimento e de recusa de um lugar visível, sendo possível observar os elementos materiais encontrados nos espaços internos e externos da casa. Assim, a casa como espaço, tornou-se um lugar de prática com inúmeras funções do fazer cotidiano e cujas lembranças e sentimentos ficam evidentes nas memórias das pessoas que a vivenciaram, em especial da Clínica Nossa Senhora da Saúde.

É preciso reiterar que, ao conhecer a história da casa e as suas diferentes funções, é possível interpretar as relações sociais que ocorreram nesse espaço. Portanto, a investigação científica como resultado do conhecimento sobre esse espaço de valor social, histórico e cultural que se encontra em processo de tombamento na atualidade vem constatar os vestígios marcados pelo tempo que incitam um transmitir do passado e um sonhar do futuro. Enquanto patrimônio cultural, a investigação desse imóvel possibilita repensar a sociedade de forma diacrônica e sincrônica como percepções de um bem material e imaterial da atualidade.

Considerações:

O estudo permite a reflexão dos conceitos de espaço e memórias, tendo como foco a casa n.º 909, como bem patrimonial na atualidade. Esse pensar dos conceitos parte do estudo histórico da casa apresentando suas alterações de uso e funções como resultados da prática cotidiana. São relações do espaço e seu uso que vem apresentar as vivências, em especial o período do funcionamento da Clínica Nossa Senhora da Saúde em Joinville, tornando-a assim, a casa como um lugar 'praticado' de memórias.

Ao pensar nos dois conceitos intrínsecos e mutáveis, do espaço e da memória, como patrimônio no presente, envolve o saber da importância dessas relações como construções sociais, econômicas, políticas e culturais na vida humana. Em suma, o fato da casa n.º 909 se encontrar em processo de tombamento permite-nos alguns questionamentos, qual será a nova função da casa? No entanto, se percebe que as lembranças e os sentimentos de pertencimentos ao passado nos prevalecem, e nos envolvem diariamente possibilitando assim, pensar em memórias futuras. A casa como lugar praticado nos revela seus significados e suas referências como formas de propiciar experiências e criar identidades.

Referências

- ALMEIDA, Edson José de. **Edson José de Almeida**: entrevista sobre a Clínica Nossa Senhora da Saúde [2013]. Entrevistadora: Samira Sinara Souza. Joinville, 2013.
- ANDERLE, Elzira. **Elzira Anderle**: entrevista sobre a Clínica Nossa Senhora da Saúde [2013]. Entrevistadora: Samira Sinara Souza. Joinville, 2013.
- ANÚNCIO Clínica Nossa Senhora da Saúde. **A Notícia**, Joinville, p. 5, 19 nov. 1963.
- ARQUIVO DA FAMÍLIA SCHROEDER. Joinville, 1962-2013.
- CERTEAU, de Michel. (1994), **A Invenção do Cotidiano 1: Arte de fazer**. 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- CLÍNICA NOSSA SENHORA DA SAÚDE. Caderno de relatório de reunião do corpo clínico. Joinville, 1978-1986.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. (2010), Comissão do Patrimônio Cultural de Joinville (CPC). **Documento em processo de tombamento nº 006**. Joinville, SC.
- JOINVILENSES lamentam fechamento de clínica. **A Notícia**, Joinville, p. 6, 1.º out. 1986.
- KELLER, Max Paulo. **Projecto d'um palacete de propriedade do Sr. E. Wetzel Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville/Fundo do Poder Executivo/Projeto Arquitetônico, 13 nov. 1930.
- O fechamento de Clínica. (1986) **Jornal A Notícia**, p.2.
- SPRICIGO, Carolina. (2011), Obituário de 10 de outubro de 2011. **A Notícia**, Joinville, 11 out., p. 11.
- TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. 2. ed. Joinville: Meyer, 1986.
- VALENTIM, Lairton. (1997), **Joinville, seus médicos e sua história**. Florianópolis: UFSC.

Do sofrimento a museu: um complexo caso de amor e ódio (!?) – Museu Estadual do Carvão – Arroio dos Ratos – RS

Alexsandro Witkowski²²⁷

Tassiane Mélo de Freitas²²⁸

Resumo

Este artigo tem como objetivo central apresentar e compreender o processo de patrimonialização de um local de trabalho outrora ligado a uma memória de sofrimento e morte para o trabalhador, a indústria carbonífera do final do século XIX e meados do século XX nos então distritos (vilas) de Arroio dos Ratos, Minas de Butiá e Minas do Leão, em São Jerônimo/RS. Hoje o Museu Estadual do Carvão é considerado um lugar de memória referência na Região Carbonífera do Baixo Jacuí – Rio Grande do Sul. Através dos relatos de antigos trabalhadores (mineiros) e de fontes primárias e secundárias, cotejando com os documentos oficiais de criação do museu e de tombamento dos espaços, procuramos compreender a relação existente entre a comunidade e o lugar de memória.

Palavras-chave: Lugar de memória. Museu Estadual do Carvão. Patrimônio Industrial Mineiro.

Introdução

O Museu Estadual do Carvão (MCAR), órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC/RS), está localizado em Arroio dos Ratos, município gaúcho localizado aproximadamente a cinquenta e cinco quilômetros de Porto Alegre. Sua missão básica é preservar o patrimônio histórico-cultural da mineração do carvão no Rio Grande do Sul, potencializando a interação das comunidades com a sua produção técnica, científica e cultural, além dos testemunhos históricos da instituição, promovendo a transformação do patrimônio em herança cultural, decorrente da apropriação e da noção de pertencimento dos cidadãos e da sociedade. É essencialmente um museu histórico, patrimônio industrial a ser preservado, um espaço reflexivo, de comunicação, preservação e pesquisa, pluralidade cultural e educativo, de memória e identidade, de cidadania, trabalho e meio ambiente.

Atualmente o complexo do Museu Estadual do Carvão possui uma área total (superfície) de 107.894,10m² (cento e sete mil, oitocentos e noventa e quatro e um décimo de metros quadrados), espaço que pertenceu a antiga Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), hoje Copelmi Mineração Ltda. O local é considerado patrimônio industrial e sítio arqueológico industrial porque ali funcionou o Poço Fraternidade ou Poço I, aberto entre 1907 e 1908, e a Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, entre 1924 e 1956, além de possuir diversos prédios e atividades (almoxarifado, escritório, laboratório, oficinas, estada de ferro, etc.). A denominação de antigo *complexo carbonífero* e atual *equipamento cultural* são pertinente devido suas características originais e legado cultural.

O carvão mineral no estado do Rio Grande do Sul foi descoberto no final do século XVIII, porém somente na segunda metade do século XIX teve início a empreitada da extração do minério. A contratação de um experiente mineiro inglês, James Johnson, e a concessão de recursos do governo imperial para a atividade foi garantida com o forte apoio Visconde de Sinimbu, presidente da província neste período (1852-1855)²²⁹.

James Johnson posteriormente conseguiu do Governo Imperial o privilégio de explorar a mina de carvão de Arroio dos Ratos em 1866. Mas somente seis anos depois foi criada a

²²⁷Licenciado em História (FAPA). Especialista em Gestão em Arquivos (UFSM). Historiador do Museu Estadual do Carvão, nettowski@gmail.com.

²²⁸Licenciada em História (FAPA). Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), tassimelo@gmail.com.

²²⁹Sinimbu descreve seu entusiasmo e convicção do sucesso da indústria carbonífera nos relatórios de 1853, 1854 e 1855. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 07 jul. 2014.

primeira indústria carbonífera no Brasil, com capital inglês, denominada *The Imperial Brazilian Colliery C. Limited* (1872-1878). No entanto, a empresa faliu devido dificuldades diversas e relatos de acidentes que comprometeram a gestão da empresa. A *Firma Holtzweissig e Cia.* deteve o privilégio em 1878 da exploração carbonífera em Arroio dos Ratos, mas logo suspendeu os trabalhos de mineração²³⁰.

Em 1883 uma empresa com capital nacional foi criada, a *Companhia das Minas de Carvão de Pedra Arroio dos Ratos* (1883-1888). Na carta de 13 de janeiro de 1885, quando da visita da família imperial à mina de Arroio dos Ratos, a princesa Isabel já relatava sobre a “sorte penosíssima dos mineiros obrigados a 8 horas de trabalho, por dia, nessas profundezas apertadas”²³¹ (D’EU, 1957, p. 79). Este poço aberto entre 1883/84 já existia e estava em funcionamento, mas foi batizado (reinaugurado) de “Poço Isabel” em homenagem a visita da sucessora do Império do Brasil e, assim, criando uma situação, uma forma de atrair simpatia do Governo Imperial à exploração carbonífera em solo gaúcho, diante da importação do carvão estrangeiro.

Mas não obteve sucesso e veio a falir em 1888. Porém, a partir de 1889, com a formação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFSMJ), tem início o considerado período de estabilidade da atividade extrativa do carvão no início do século XX. O complexo carbonífero em Arroio dos Ratos modificou consideravelmente o panorama econômico e social daquela comunidade. Mas o aparente bem estar vivido pela comunidade arroio-ratense esteve arraigado no paternalismo e em forças econômicas predatórias. Esse passado, considerado por muitos relatos como glorioso, contrastou-se com as muitas vidas ceifadas através da constante disseminação de doenças (principalmente as pulmonares) e tragédias no subsolo.

O sofrimento

Nas obras de Sulzbach (1989) constam relatos das funções dos trabalhadores nas minas e alguns malefícios causados não só pela extração do carvão e as condições de trabalho, causadora de riscos de toda sorte (doenças, mutilações, incapacidade parcial ou permanente, choques, mortes, etc.), mas também de longa duração causados pela dependência dos milhares de trabalhadores diante das empresas mineradoras

Outra situação peculiar levou o minerador a uma dependência generalizada da Cia. Mineradora: as terras, as casas, a luz, a água, o telefone, o hospital, a cooperativa e outras coisas mais, eram propriedade exclusiva dela. Tal dependência trouxe consigo um paternalismo nocivo, cujas conseqüências se fazem sentir até nossos dias e só se apagarão [sic] através de novas gerações (SULZBACH, 1989, Perfil de um minerador, p. 18).

Simch (1943, p. 103), médico das minas em Arroio dos Ratos na década de 1930 e Prefeito de São Jerônimo na década de 1940, também citou que as “empresas mineiras construíram um estado dentro do Município. Era o regime do feudalismo onde nem o Governo do Estado e do Município podiam intervir”.

Manoel Jover Telles foi mineiro nas décadas de 1930 e 1940 em São Jerônimo/RS e, posteriormente, eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, quando proferiu na Assembleia discursos sobre a exploração do

²³⁰ Estas – e outras – informações estão disponíveis nas obras de DAHNE (1893), SIMCH (1943), SINIMBU (1853-1855) e SULZBACH (1989).

²³¹ A reprodução da carta está disponível no acervo do Museu Estadual do Carvão. O conjunto de cartas escritas pela Princesa Isabel durante sua viagem pelo Rio Grande do Sul, de 30 de dezembro de 1884 a 31 de janeiro de 1885, foram publicas no “Anuário do Instituto Anchieta de Pesquisas”, em 1957.

trabalho mineiro pelo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração²³² (CADEM), além das doenças e constantes acidentes (SILVEIRA, 2013, pág. 104).

Na tese de doutorado de Speranza (2012) é examinado o processo de disputa em torno de direitos entre trabalhadores e patrões nas minas de carvão do então município de São Jerônimo/RS nas décadas de 1940 e 1950, no contexto das lutas no campo jurídico, utilizando como fontes um universo de 5.708 ações/processos trabalhistas impetrado na Justiça do Trabalho. Nestas fontes é constado que os mineiros de Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão sofriam um regime de intensa exploração em vilas-fábricas montadas pelas empresas mineradoras.

Na obra de Witkowski e Freitas (2006, p. 36) consta breve relato de três ex-mineiros de Butiá sobre o sindicato dos mineiros e de sua importância na defesa do interesse da classe trabalhadora mineira, proteger contra a exploração e a falta de segurança nas minas e melhorar as condições de trabalho da comunidade mineira e por melhores salários.

Conforme os dados levantados a partir de guias de acidentes de outubro de 1950²³³, referente apenas às Minas de Butiá, com um total de 210 (duzentos e dez) acidentes registrados, com 96 (noventa e seis) baixas e 114 (cento e quatorze) continuidades no trabalho. Todas as fichas de “Comunicação de Acidente” possuem como carimbo de autoridade judiciária competente o “Cartório do Cível e Crime, O.P. Tavares, São Jerônimo”.

Em geral, os acidentes ocorrem no subsolo ou na superfície e envolvem os trabalhadores atingidos por pedra de carvão, vagoneta ou estilhaços. Os locais mais atingidos foram dedos, pernas e olhos. Os dias de baixa dos acidentados vão de um dia até setenta e três dias. Em média, a “baixa” fica entre três a cinco dias.

A idade dos acidentados varia entre quatorze anos e cinquenta e nove anos. Em média, a idade dos mais acidentados varia entre dezoito e trinta anos. Normalmente a profissão registrada é “Mineiro”, mas há “D. Superfície”, “Mecânico”, “Ajudante”, etc. Mas no momento do acidente é registrado “quando em serviço de”: tocador de carros, furador, fiscal de carro, pedreiro de galeria, manobreiro, limpeza, peneireiro, trapicheiro, engatador, foguista, madeireiro, patrão de galeria, etc.

Apenas um registro de morte, ocorrida em 30 de outubro e registrada no dia seguinte, em virtude de um caimento de pedras no subsolo que ocasionou choque traumático de Ary Lara, 29 anos, mineiro, chapa nº 3248, no serviço de tocador de carro na hora do acidente.

No entanto, diante dessa memória de sofrimento, amplamente constatada nas fontes e entrevistas, também encontramos relatos nostálgicos devido a diminuição das atividades das empresas mineradoras a partir da década de 1950, principalmente em Arroio dos Ratos, ou até mesmo pela lembrança dos empregos, oportunidades e serviços que as companhias ofereciam às comunidades mineradoras.

No documentário “Ouro negro: a saga do carvão” (2006), produzido pelo projeto Revelando Brasis, do Ministério da Cultura, evidencia-se parte do sentimento de comoção da população em relação ao processo de desindustrialização em Arroio dos Ratos, a partir de 1956, em que as atividades mineiras foram sendo transferidas para a localidade de Charqueadas, de modo a promover o êxodo da mão de obra.

²³² O CADEM (1936-1964) administrou as duas grandes empresas mineradoras da época: Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (Arroio dos Ratos) e Cia. Carbonífera Minas de Butiá (Butiá). Em 1964 essas empresas foram incorporadas pela hoje Copelmi Mineração Ltda.

²³³ Acervo do Museu Estadual do Carvão. Os documentos se referem aos: a) “Atestado de Acidente” da Cia. Carbonífera Minas de Butiá, b) “Comunicação de Acidente do Trabalho”, nos termos do art. 46 do Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, e, se for o caso, c) Recibo/documento da Atlântica Cia de Seguros de Acidentes do Trabalho, informando que “a vítima foi entregue aos cuidados da Atlântica” em (data da baixa), estando apto ao trabalho (data da alta) e com o valor (70 centésimo... do salário diário normal?) a ser pago ao acidentado. Este levantamento completo é referente ao mês de outubro de 1950 (31 dias).

Diante da vitória do petróleo sobre o carvão após o período da Segunda Guerra Mundial, “a população viu com muita tristeza o desmonte da estrada de ferro, a paralisação da usina, a paralisação das vilas” (LIMA, 2006). A população também presenciou os trilhos da ferrovia sendo arrancados e “vendidos a preço de banana como sucata” (SULZBACH, 2006).

Na obra de Veit (1993), onde foram entrevistados 107 (cento e sete) trabalhadores da mineração que moravam em São Jerônimo, a coleta de depoimentos dos trabalhadores da antiga mineração de Arroio dos Ratos, Butiá e Charqueadas aponta para relatos positivos (saúde) e negativos (sofrimento). Geralmente os aspectos positivos estavam relacionados ao emprego, ao desenvolvimento e, até certo ponto, a irmandade entre os mineiros. E os aspectos negativos estavam relacionados aos acidentes, as mortes e as doenças (saúde debilitada).

Em vários relatos é possível constatar a relação ambígua de “amor e ódio” dos mineiros com as empresas mineradoras. Em outros relatos a avaliação geral do tempo de mineiro fornecida pelo entrevistado era mínima (um ou dois) ou máxima (nove e dez), mas em geral a avaliação variava entre quatro e sete (média).

Não muito diferentes são os relatos coletados em 2002 através do projeto realizado pelo extinto Centro de História Oral (CHO), vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS), que, em parceria com o Museu Estadual do Carvão²³⁴, realizou projeto de história oral com dezessete mineiros em Arroio dos Ratos. Algumas entrevistas possuem um bom desenvolvimento (avanços) e outras eram curtas e sucintas.

A entrevista de J.R.G. (74 anos) chamou atenção pelo fato de citar sua participação sobre a ideia de criação do Museu do Carvão em 1967, numa reunião com a sociedade junto à administração municipal e a câmara de vereadores. O próprio entrevistado informou que foi um dos que sugeriu a ideia, pedindo ao prefeito para não deixar tirar mais um tijolo das ruínas do Poço I e Usina Termoelétrica porque aquilo tinha muita importância e era só o que restava da mineração em Arroio dos Ratos. No entanto, não localizamos outras fontes que corroborem com essa informação.

Anualmente, no terceiro domingo de novembro, velhos trabalhadores e habitantes da região carbonífera gaúcha motivam-se em torno do objetivo de reencontrar-se, matar as saudades, relembrar os velhos tempos no evento que recebe a denominação de *Festa da Saudade Mineira*. Todos os anos, eles vivem fragmentos de sentimentos e práticas comuns que os coletivizavam: o trabalho, a família cristã e predominantemente católica, a sociabilidade lúdica, a vida coletiva sob os auspícios de uma companhia paternalista (ECKERT, 1997). A CEFMSJ em meados da década de 1950 transferiu suas atividades de Arroio dos Ratos para a localidade de Charqueadas, e, assim, segundo Eckert (1985), o antigo “centro minerador perde o ‘status’ de ser a cidade símbolo da mineração do carvão”.

A transformação da localidade considerada berço da indústria carbonífera nacional em vila “fantasma” ou “dormitório” é mais um aspecto da relação de (novo) sofrimento para os que ficaram e de saudosismo (auge da mineração, fim da mineração e fechamento da usina termoelétrica). Portanto, a mineração em Arroio dos Ratos teve seu declínio de exploração e do consumo de carvão mineral e a exaustão da jazida através das técnicas do subsolo, ocasionando a transferência das operações para Charqueadas, entre 1956 e 1962, com a abertura do Poço Otávio Reis e funcionamento da Usina Termelétrica de Charqueadas – “Termochar”, respectivamente.

Com o fim da mineração, os serviços essenciais (água, luz, telefone, etc.) passaram para o município de São Jerônimo, no início da década de 1960, mas a precariedade e os problemas devido ao fim da mineração fomentaram a ideia emancipacionista como uma

²³⁴ As fitas cassetes das entrevistas e disquetes contendo os documentos produzidos (levantamentos bibliográficos, questionário, transcrição e texto limpo) foram doadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) ao acervo do Museu Estadual do Carvão, em 2013.

“centelha da esperança” para Arroio dos Ratos. Em janeiro de 1964 iniciou o movimento emancipacionista de Arroio dos Ratos. No final do ano, após a vitória do “sim” no plebiscito, a Lei estadual nº 4.908 de 28 de dezembro de 1964 criou o município de Arroio dos Ratos – emancipação política e administrativa.

Mas as marcas da indústria carbonífera daquela época continuam presentes em meio a comunidade arroio-ratense, tanto em forma de vestígios materiais quanto imateriais. Destaca-se entre os vestígios materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), o antigo complexo carbonífero do Poço I e Usina Termoelétrica, atual Museu Estadual do Carvão.

O museu

Conforme a professora Maria Luiza Flores Chaves Barcellos²³⁵, primeira diretora do Museu (1984-1991), a iniciativa da criação do Museu do Carvão no local das ruínas da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos surgiu com em 1980 com Antônio Augusto Fagundes, então diretor do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, ao apresentar o espaço a um grupo de professores(as), do qual Maria fazia parte. Prontamente, ela iniciou as tratativas para a criação do Museu, inclusive conseguindo a doação da área de 2.126,70m² (dois mil, cento e vinte e seis e sete décimos de metros quadrados) das ruínas da antiga Usina Termoelétrica junto à Copelmi em 1983. Dois anos após é iniciado administrativamente o processo de tombamento do espaço e criação do Museu do Carvão²³⁶.

O complexo carbonífero foi propositalmente e gradualmente transformado em ruínas desde o fechamento da usina termoelétrica e o processo de desmantelamento dos prédios, entre 1956 e 1967. Em relação aos vestígios industriais, Cordeiro (2011, p. 157) verifica duas situações:

[...] por um lado, os vestígios desaparecem sem nunca terem sido estudados, inventariados ou salvaguardados, principalmente documentação de interesse histórico ou maquinaria de valor patrimonial e museológico; por outro, nesta época de profunda reconversão econômica, a demolição das estruturas industriais assume um caráter de total arrasamento, em contraste com a destruição evolutiva e o aproveitamento parcial dos restos materiais de outras épocas, que se efetuou até o período contemporâneo.

No caso estudado, após encerramento de suas atividades, a usina termoelétrica teve seu frontão²³⁷ dinamitado. Vários são os motivos levantados pela população arroio-ratense para tal ação, mas provavelmente foi a própria companhia que viabilizou a implosão de parte do frontão, pois desejava desmantelar a estrutura, para não por em risco a população ou mesmo para não precisar manter uma estrutura em desuso. No entanto, o resultado foi parcial, pois boa parte da estrutura ainda permanece estável.

De qualquer maneira, por cerca de trinta anos, este espaço esteve à mercê tanto da ação humana, que dilapidava a antiga construção tirando-lhes os tijolos e tudo o que poderia aproveitar da estrutura, quanto do tempo que se encarregava de oxidar as estruturas metálicas e cobrir com vegetação daninha o espaço outrora dinâmico.

O Museu Estadual do Carvão foi oficialmente criado em 1986, através do decreto estadual nº 32.211, de 31 de março. Hoje está localizado em uma área verde de 11 hectares e possui em seu complexo prédios e ruínas pertencentes ao Poço I (1908) e à primeira Usina Termoelétrica movida à carvão mineral no país (1924). No mesmo ano, a estrutura arquitetônica do complexo da antiga usina termoelétrica foi tombada pelo governo do estado

²³⁵ Extraído da Revista Pampeana [s.d]. Texto da própria Maria L. F. C. Barcellos.

²³⁶ Expediente administrativo nº 44005-19.05-85.0, referente aos projetos concomitantes de criação do Museu do Carvão e tombamento do complexo da Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos/RS. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

²³⁷ Entrada principal do antigo complexo da usina termoelétrica. Nesta estrutura, hoje, constam apenas a data de instalação da usina termoelétrica em algarismos romanos (MCMXXIV) e a sigla da empresa mineradora (C.E.F. E M.S.J.).

do Rio Grande do Sul. Em 1994 ocorreu o tombamento do restante dos remanescentes do complexo, formado por outros prédios, ruínas e galerias subterrâneas de onde se extraía o carvão a ser queimado²³⁸.

A patrimonialização e musealização do espaço do museu apontam que estes processos foram conduzidos, especialmente, por um grupo de agentes do estado e pesquisadores externos. Não consta nos documentos analisados de tombamento e criação do museu indicativo de uma participação ativa da comunidade no processo de reivindicação patrimonial. O tombamento dos remanescentes da antiga usina, doados pela empresa mineradora Copelmi ao Estado (1983), juntamente com a proposta de implantação do museu, são encaminhamentos feitos por um agente externo à comunidade: a professora Maria Luiza Flores Chaves Barcellos, primeira diretora do Museu Estadual do Carvão.

Entra em cena uma questão que a princípio nos parece paradoxal: quais as motivações para patrimonializar um espaço que traz a carga do sofrimento atribuído ao árduo trabalho nas minas de carvão? Motivações econômicas? Busca identitária local?

Analisando o primeiro decreto de tombamento (1985) fica claro que o pedido prendeu-se ao fato de que o acervo que compunha os remanescentes do antigo complexo reunia um conjunto de valores e bens que testemunhavam momentos significativos da história industrial do Rio Grande do Sul. Portanto, é a partir destes vestígios materiais que vai se tornando explícita tanto a motivação relacionada a formação de uma dita identidade mineira calcada no trabalho e na solidariedade do trabalhador mineiro quanto relacionada à possibilidade de atratividade econômica para o município de Arroio dos Ratos e imediações.

A formação de um museu naquele momento representava ao mesmo tempo uma esperança e uma propaganda: a esperança da volta do trabalho na região junto ao sentido que outrora apresentava na época áurea das minas de carvão. Era uma propaganda dos novos investimentos econômicos que rodeavam a região durante a década de 1980 – Polo Petroquímico (Triunfo) e mineração a céu aberto do carvão no Faxinal (Arroio dos Ratos).

Do ponto de vista da busca identitária local, a preservação do espaço significava a preservação da memória em torno do trabalho nas minas e de todo o universo que o envolvia. Preservar a memória pode ser a garantia de uma identidade, mesmo que essa possa estar sob ameaça de uma espécie de fossilização. Destaca-se, no entanto, que tanto no processo tombamento (1986 e 1994), quanto, na escolha do uso social a ser destinado ao espaço considera-se ínfima a participação da comunidade arroio-ratense. Hoje, esta relação deturpada implicou também nas formas de apropriação da comunidade, que ora valoriza e diz ser necessário sua preservação (amor), ora revela ser ineficiente o uso social destinado ao espaço (ódio), apelando para novos usos, muitas das vezes considerados predatórios ou danosos ao patrimônio cultural.

Considerações finais

Diante destas perspectivas, sob o ponto de vista da sustentabilidade do patrimônio industrial carbonífero, acreditamos que, conforme Varine (2012), o patrimônio carbonífero é um quadro, uma moldura para o desenvolvimento, e um território que representa o produto de toda uma história natural e humana. Mas também possui as condições de conflitos decorrentes de sua história – (des)usos. E todo território determinado sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável.

²³⁸ Os bens foram inscritos no Livro do Tombo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro tombamento contendo o número de inscrição 34 (1986) e o segundo o número 73 (1994). Dados disponíveis no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAÉ/RS).

Cotejando as fontes apresentadas, acreditamos que a apropriação do espaço do museu possui lacunas e falhas, pois foi um processo verticalizado, de cima para baixo, não considerando os principais atores daquele espaço: os trabalhadores (mineiros). Muitos ainda consideram o museu como espaço de sofrimento, assim, formando uma barreira e criando um sentimento de não pertencimento com o equipamento cultural. Associado com a estrutura material e humana ainda deficientes de atendimento (ações educativas) com as comunidades, há um caminho (tempo curto e médio) a ser percorrido.

Até lá, devemos conhecer, proteger, conservar e promover os novos paradigmas para a sua preservação, em especial, o conteúdo apresentado na Carta de Nizhny Tagil (Rússia, julho de 2003) sobre o Patrimônio Industrial, preparada pelo TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage²³⁹.

Referências

BRAGHIROLI, Ângelo. **O patrimônio industrial e os novos paradigmas da preservação**. [s.n.; s.d.] Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=Download_DetalhesAc&item=43604>. Acesso em 08 set. 2014.

CARTA DE NIZHNY TAGIL. Rússia, julho de 2003. The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH). Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/808/788>>. Acesso em 09 set. 2014.

D'EU, Isabel Cristina. Viagem ao Rio Grande do Sul de S. A. Imperial a Princesa Isabel, Condessa D'EU. In: ANTUNES, Paranhos. In: *Anuário do Instituto Anchieta de Pesquisas*, v.1, 1957. p. 68-92.

DAHNE, Eugene. **A mineração de carvão e as concessões da companhia no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gundlach&C., 1893.

ECKERT, Cornelia. A saudade em festa e a ética da lembrança. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 5, n. 1, p. 182-192, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12570/11739>>. Acesso em 07 set. 2014.

_____. **Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas – Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – PPG Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

J.R.G., entrevista realizada pelo Centro de História Oral (CHO). **Acervo do Museu Estadual do Carvão**. Arroio dos Ratos, 2002.

LIMA, Juarez Adão. **Entrevista ao documentário Ouro negro: a saga do carvão**. 2006. Disponível em: <<http://vimeo.com/15749032>>. Acesso em: 07 set. 2014.

SILVEIRA, Éder da Silva. Além da traição: Manoel Jover Telles e o comunismo no Brasil do século XX. Tese (Doutorado) – Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2013. Disponível em: < <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000007/00000724.pdf>>. Acesso em 06 set. 2014.

SIMCH, Carlos Alfredo. **Monografia de São Jerônimo**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961.

_____. **Monografia de São Jerônimo**. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1943.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. Tese (Doutorado) –

²³⁹ Ver Carta (2003) e Braghirolli (s.d.).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54071/000837468.pdf?sequence=1>>. Acesso em 06 set. 2014.

SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos**: berço da indústria carbonífera nacional. 2. ed. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.

_____. **Perfil de um minerador**. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.

_____. **Entrevista ao documentário Ouro negro: a saga do carvão**. 2006. Disponível em: <<http://vimeo.com/15749032>>. Acesso em: 07 set. 2014.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. São Jerônimo: Graf. do Baiano, 1993.

WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Melo de. **Sobre os homens desta terra**: a trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá – Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edição do Autor, 2006.

A interferência da prática arquivística na construção da memória: uma análise a partir do “achamento” do processo inquisitorial de Hipólito José da Costa.

Bruna Melo dos Santos²⁴⁰

Sérgio Luis Pereira da Silva²⁴¹

Resumo

Proponho-me com esse estudo analisar a interferência da prática arquivística na escrita da história e, por conseguinte, na construção da memória. Para dar conta desse objetivo, tomarei como ponto de partida o “achamento” do processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa – redator do Correio Braziliense (1808-1822) – que estava desaparecido desde 1805 e foi localizado no ano de 2009, na seção miscelânea do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Palavras-chave: Hipólito José da Costa – Arquivo – Memória

Introdução

Diante do “achamento” do processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa, surgem inúmeras inquietações que tentarei responder, ou ao menos encontrar os caminhos possíveis para tecer uma narrativa. Para esse artigo, destaco apenas duas: Qual a importância da descoberta do processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa para a historiografia? E, como questão chave, qual a importância do arquivista e das suas práticas intelectuais para a construção da memória?

Para o referencial teórico, autores que trabalham com a relação entre arquivo e memória serão basilares para compreender as interferências das práticas arquivísticas na constituição da memória. Ao problematizar o uso do documento de arquivo como objeto de investigação faz-se necessário analisar como os pesquisadores, principalmente os historiadores, enxergam os documentos de arquivos, ou seja, como “fonte histórica”.

Porém, é importante ressaltar que os documentos que estão no arquivo são vestígios de algo muito maior e que passou por diversos filtros. Temos consciência de que todo trabalho de pesquisa enfrenta inúmeras escolhas. É um processo seletivo, no qual o pesquisador seleciona o documento que será seu objeto de estudo. Mas talvez, não tenhamos consciência de que as documentações disponíveis nos arquivos é parte do que “restou” de uma seleção no qual o arquivista, considerado aqui como agente ativo na construção da memória, julgou pertinente preservar, e que veio a ser tornar fonte da história.

A partir dessa perspectiva, destaca-se o protagonismo do arquivista que ganha à cena, tendo em vista que será o responsável em definir o que poderá ser fonte de pesquisa e o que será – tomando de empréstimo a definição de Heymann – “lixo histórico” (HEYMANN, 1997).

O processo inquisitorial como objeto de arquivo e fonte da história

Quase dois séculos depois de produzido, privilegio – como objeto e fonte de pesquisa – o processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa custodiado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ter como fonte de pesquisa um processo inquisitorial exige do pesquisador um cuidado redobrado, não que esse cuidado seja dispensado a outros documentos, porém, pelo fato de ser uma fonte dialógica, um testemunho oral, extraído do réu e registrado pelo inquisidor, no momento em que o acusado, provavelmente, estava sobre pressão física ou psicológica, exige certamente mais cautela.

²⁴⁰UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS. Doutoranda em Memória Social. brunaml@ig.com.br

²⁴¹UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS. Doutor em Ciências Humanas. slps2@uol.com.br

O documento inquisitorial detém uma característica ambígua, pois ao mesmo tempo em que nos dá a sensação de ser o mais próximo da verdade, pela possibilidade de ler o registro direto na fonte, ou seja, exatamente aquilo que foi escrito da fala do réu, tem-se, por outro lado, a interferência do próprio inquisidor, que, sem dúvidas, pode ter manipulado a fala do acusado antes de fazer o registro.

Além disso, é preciso levar em consideração que as confissões constituem registros fugidios, fragmentados e, profundamente, distorcidos, seja por pressões físicas ou psicológicas. A busca incessante dos inquisidores pela “verdade” não media esforços, e numa relação de poder assimétrico, o réu não tinha muita opção a não ser falar aquilo que sabia, e até o que não sabia.

Ao analisar os diálogos – que em boa parte das vezes parece mais um monólogo, em que o inquisidor faz as perguntas e o réu as responde como se fosse apenas um eco – é preciso estar ciente que o réu testemunhou contra a vontade. Na tentativa de se inocentar diante das autoridades, o acusado certamente fará distorções em seu depoimento.

Apesar disso, os registros dos inquisidores se tornam excelentes fontes, desde que sejam feitas as devidas críticas ao documento. É nesse sentido que Ginzburgo encontra semelhanças entre o trabalho do inquisidor e do antropólogo, pelo fato de ambos registrarem tudo sobre o objeto em análise. Mas, por motivos óbvios, as semelhanças param por aí (GINZBURG, 2007, p.282).

Muito diferente do trabalho do inquisidor, cujo único objetivo é interrogar o acusado no afã de extrair a verdade que deseja ouvir, o antropólogo, num primeiro momento, coleta os dados, as informações, anotando todos os detalhes para, num segundo momento, decifrar a teia densa de descrição com o objetivo de produzir conhecimento sobre o objeto em questão.

Nesse ponto, é interessante tecer relações com o ofício do historiador, principalmente, quando se trabalha com documentos de arquivo. É uma prática que se assemelha ao trabalho dos monges copistas, em que o documento é reproduzido na íntegra, transcrevendo fielmente as informações, respeitando cada ponto e vírgula do original como se pretendesse tirar a “verdade” do documento.

Arlette Farge descreve, poeticamente, a sensação que qualquer pesquisador tem ao trabalhar com o documento de arquivo definindo-a como: o “sabor do arquivo” que passa pelo gesto artesão, lento e pouco rentável de copiar os textos. O ato de copiá-lo à mão faz o pesquisador penetrar no tempo e capturá-lo em uma página em branco (FARGE, 2009, p.23).

Por não ser arquivista de formação, em alguns momentos, Farge comete equívocos que um profissional da área certamente não cometeria, ou pelo menos não deveria. Enfatiza, por exemplo, que o impresso é um texto redigido intencionalmente, com o objetivo de convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. Sabemos, porém, que o documento manuscrito, custodiado no arquivo, também pode ter sido produzido com esse propósito.

Em contrapartida, reconhece que ao trabalhar com arquivos judiciais, mas especificamente com os autos de processo, não há nos registros a intenção de surpreender, agradar ou informar, mas somente o propósito de servir a uma polícia que vigia e reprime. Mas se os testemunhos registrados são verídicos ou não, já é outro problema, que precisa ser explorado pelo pesquisador.

Nesta constatação, percebe-se que a autora reconheceu as imprecisões que podem estar em qualquer documento e, portanto, deve passar pela crítica do pesquisador. Cabe ressaltar que o fato do conteúdo de um documento possuir inverdades, não o faz ser falso, e nem, tampouco, acarreta a perda da sua autenticidade. Simplesmente pela razão de ter sido produzido, e estar num arquivo, já é o suficiente para investigá-lo.

Contexto da produção do documento/monumento: o processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa

Antes de contextualizarmos o conceito de documento/monumento e a importância do profissional arquivista neste processo, faz-se necessário apresentar a personagem principal desse estudo e os desdobramentos da sua trajetória de vida, que resultou na produção do objeto e fonte desse estudo.

Hipólito José Pereira da Costa, ou simplesmente Hipólito da Costa, é considerado o patriarca da Imprensa Brasileira, apesar de haver controvérsias. Foi redator e editor do *Correio Braziliense* (1808-1822), periódico que escreveu direto de Londres para esclarecer os compatriotas das “terras brasileiras” sobre os assuntos que julgava relevantes.

Nasceu em 1776 na Colônia do Sacramento, uma região que ainda não tinha domínio definido. A colonização foi iniciada por Portugal nos idos de 1718. Casais oriundos do vilarejo de Trás-os-Montes foram levados para a Colônia com a finalidade de ocupar o território, que já estava sendo reivindicado pela Espanha. Entre esses casais estavam Vicente Pereira e Madalena Martins Pinto de Mesquita, naturais da freguesia de Bragança, em Portugal.

Vicente e Madalena tiveram onze filhos nascidos e criados na Colônia do Sacramento, local onde uma de suas filhas, Ana Josefa Pereira de Mesquita, conheceu Félix da Costa Furtado de Mendonça, militar natural de Saquarema, região do litoral do Rio de Janeiro. Casaram-se e tiveram quatro filhos, sendo Hipólito José da Costa o primogênito do casal.

Nascido na Colônia do Sacramento, Hipólito ficou por pouco tempo na região. Em 1777 iniciou-se uma disputa entre Espanha e Portugal pela posse do território. Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, ficou registrada a posse da Espanha e várias famílias de origem portuguesa tiveram que deixar o local.

Muitos se abrigaram na parte meridional do Rio Grande do Sul, mais especificamente na vila de Rio Grande, território espanhol que havia sido conquistado pelos portugueses. A família de Hipólito ficou durante algum tempo morando em Buenos Aires, só retornando para território português depois que Félix da Costa Furtado de Mendonça, pai de Hipólito, pelos serviços prestados como alferes da infantaria, foi beneficiado com a sesmaria na região do Serro de Santana, atual município de Pelotas.

Anos mais tarde, quando já estava em Portugal a serviço da Coroa, Hipólito assegurou cartas régias de sesmarias para sua família, assim, como também, conseguiu junto a D. João, um brasão de nobreza.

Valendo-se do histórico da família na colonização portuguesa na região do Rio da Prata e do desempenho universitário em Coimbra em decorrência da educação familiar privilegiada, Hipólito José da Costa assegurou cartas régias de sesmarias para ele e familiares no Rio Grande do Sul, principalmente nos períodos litigiosos com a Espanha, obteve carta de brasão de nobreza às famílias Costa e Pereira [...] (LARANJEIRAS, 2010, p.14).

O infortúnio de ter nascido na Colônia do Sacramento deu margem para que a “nacionalidade” de Hipólito da Costa fosse questionada, assim, como também, o status do *Correio Braziliense* como sendo o primeiro periódico “brasileiro”. O historiador João Paulo G. Pimenta corrobora com esses questionamentos ao relatar que o *Correio*:

[...] sempre foi redigido e editado em Londres, por um editor nascido na Colônia do Sacramento, território que acabou por pertencer definitivamente à República Oriental do Uruguai. [...] foi necessário considerável malabarismo conceitual para que se acreditasse ser o *Correio Braziliense* o primeiro periódico brasileiro (PIMENTA, 2006, p.21).

Questionamentos a parte e muitos embates de memórias depois, o título de primeiro jornal brasileiro ficou com o *Correio Braziliense*. A Associação Riograndense de Imprensa (ARI), assim como outros grupos de imprensa que compartilhavam dessa memória pró *Correio*, tiveram uma participação bastante ativa nesse processo, resultando na mudança da data comemorativa da Imprensa para o “1º de junho”, data da primeira edição do *Correio Braziliense* (1808-1822), ao invés de “10 de setembro” que, até então, era a data oficial da

comemoração, por conta da primeira edição do periódico a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822).

O reconhecimento do *Correio Braziliense* como um jornal brasileiro é bastante pertinente se pensarmos o contexto em que circulou, isto é, período de monarquia absolutista, ausência de liberdade de imprensa, etc. Portanto, Londres foi o único lugar, onde Hipólito da Costa encontrou proteção para escrever criticamente sobre o governo luso-brasileiro e, dessa forma, esclarecer aos seus compatriotas sobre os fatos políticos, civis, e literários da Europa, sem correr o risco de ser preso novamente pelos cárceres da Inquisição.

Sim! Em pleno século XIX, quando a instituição Inquisição dava seus últimos suspiros, o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa ainda teve fôlego para prender Hipólito José da Costa. A fim de situar o contexto histórico da prisão à fuga, passando pelo julgamento, que deu origem ao processo inquisitorial, objeto e fonte desse estudo, torna-se inevitável fazer uma breve exposição dos acontecimentos.

O crime do qual Hipólito estava sendo acusado foi o de pertencer à sociedade maçônica, que era proibida em Portugal desde 1738, pela *Bulla In Eminentia Apostolatus Specula* do papa Clemente XII.

A princípio, ficou preso na cadeia do Limoeiro, e em seguida foi transferido para os cárceres da Inquisição em 28 de janeiro de 1803, onde ficou até junho de 1805, quando conseguiu fugir pelo portão da frente, diga-se de passagem, uma fuga no mínimo suspeita. Num belo dia, Hipólito percebeu que havia apenas um guarda para vigiar toda cadeia, fingiu estar com uma forte dor na barriga e solicitou que o guarda aquecesse um pouco de água para ele. Atendendo ao pedido, o guarda saiu deixando o preso sozinho e, ao seu alcance, o molho de chaves que fechava as portas do cárcere.

A partir de então estava instaurado o silêncio em torno do processo de julgamento de Hipólito da Costa, já que desde a fuga, o único documento que veio a público, sobre o caso, foram as memórias narradas pelo próprio réu no livro *Narrativa da Perseguição*. Alguns estudiosos, dentre eles, Alberto Dines, asseguram que Hipólito da Costa ao fugir teria levado consigo o processo (Dines, 2002, p.29).

Conjecturas a parte, o que interessa nesse estudo não é saber se Hipólito levou, ou não o processo, mas sim tentar compreender como esse documento depois de dois séculos perdidos, 1805 a 2009, foi localizado na seção miscelânea do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*.

Nesse sentido, torna-se imprescindível pensar a prática arquivística e o fazer do arquivista, visto não como mediador, ou facilitador do arquivo, mas como pesquisador e atuante no processo de construção da memória. Quando o documento está disponível nos arquivos para o usuário realizar suas consultas, uma série de operações ocorreu antes disso, e sempre com a intervenção do arquivista.

As interferências do arquivista sobre a memória

Os embates que envolvem a construção da memória permeiam o campo arquivístico, onde o arquivo é visto como um lugar de memória e o arquivista como o preservador da memória da instituição. A intervenção do arquivista sobre a memória ocorre com a prática arquivística da Avaliação em que se atribui valor aos documentos.

Dessa forma, define-se o documento que será preservado por ter um valor agregado tanto para o interesse do produtor, mas também para as pesquisas históricas e para a sociedade; e o documento que será eliminado pelo fato de já ter cumprido suas funções jurídicas e administrativas. No entanto, sabe-se que é preciso um trabalho multidisciplinar para fazer essa seleção, uma vez que a documentação que será preservada ou eliminada deve estar, também, de acordo com as exigências das leis.

Levando-se em consideração a importância das práticas arquivísticas nas pesquisas científicas, na construção da memória, e considerando o pressuposto de que toda e qualquer ação que necessita da intervenção do homem irá carregar sempre um grau de subjetividade, espera-se como dever do profissional arquivista sinalizar os métodos utilizados na organização do acervo, pois assim, estará agindo de forma ética ao mostrar quais as interferências feitas no conjunto documental e quais foram os caminhos percorridos para lograr tal êxito.

É o arquivista que descreve a fonte que irá para o inventário, para os índices, catálogos, entre outros. Os escritos de Luciana Quillet Heymann destacam bem essa questão e enfatiza o papel de protagonista assumido pelo arquivista na seleção dos documentos, pois é ele que define o que será fonte de pesquisa e o que será “lixo histórico” (HEYMANN, 1997, p.41-66).

A partir do conceito de “lixo histórico” produzido pelos arquivos e as práticas do profissional arquivista na construção da lembrança ou do esquecimento, torna-se pertinente as análises feitas pela pesquisadora Aleida Assmann acerca da escrita, que é considerada a metáfora fundadora da concepção de memória e da lembrança, porém há tempos deixou de ser o meio privilegiado para tal. A escrita como rastro que os homens deixam de si mesmo está sendo questionada (ASSMANN, 2011, p.240).

É como se o rastro deixado pela escrita se aproximasse dos restos. Não há mais escrita como um rastro duradouro. O rastro é aquilo que sobrou da escrita, portanto é o lixo. Leia-se lixo como um retrato inverso do arquivo. A metáfora utilizada é para assegurar que mesmo que se queira, há muitas coisas que não se pode resgatar. O resto é o que resta, nessa lógica está tanto o lixo como o arquivo. O lixo está para o arquivo, assim como o esquecimento está para a lembrança (ASSMANN, 2011, p.240).

Por outro lado, seguindo os passos de Gagnebin, apesar de a escrita ter perdido o status de rastro privilegiado de registrar a memória, não há como negar que ela continua sendo a metáfora preponderante para tal função. Isso ocorre porque a escrita é mais arbitrária do que a imagem, e porque ela pode transcrever a linguagem oralmente e se relaciona com o fluxo narrativo que constitui a nossa memória (GAGNEBIN, 2006, p.111).

A necessidade de escrever para não deixar o herói cair no esquecimento corrobora para a importância da escrita como registro da memória. A memória de Hipólito José da Costa foi, ao longo da história, resgatada diversas vezes do esquecimento. Por exemplo, no ano de 1872 foi lembrado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob o título de “Biographia dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc. Hyppolito José da Costa Pereira” (MELLO, 1901, p.6-31).

Com o “achamento” de uma nova fonte, surgem novos problemas

Uma lacuna da trajetória de vida de Hipólito José da Costa ainda hoje permanece em parte silenciada. Refiro-me a faceta maçônica, mas precisamente, a memória maçônica construída, imortalizada, e porque não dizer, forjada pelo próprio Hipólito, ao escrever a obra *Narrativa da Perseguição* (1811), em que relata com ares heróicos sua postura frente ao Tribunal do Santo Ofício, na ocasião em que esteve preso, durante quase três anos (1802-1805), sob a acusação de ter cometido o crime de pertencimento a Maçonaria.

Digo em parte silenciada, porque a memória que até então estava imortalizada dava conta apenas da versão narrada por Hipólito, na qual ele supostamente havia mantido uma postura austera perante a Santa Inquisição. Afinal de contas como afirmou diversas vezes, não havia cometido crime algum ao ser iniciado na maçonaria. Esta imagem de não ter nada a temer que durante décadas foi reproduzida por seus biógrafos, contribuiu para reforçar a identidade de Hipólito da Costa como o herói encarnado que defendeu a maçonaria sem temer à Inquisição.

Parto aqui do pressuposto de que, talvez, fosse imortalizada outra memória do Hipólito maçom se o processo resultante da sua condenação não ficasse por séculos silenciado, pois tomando como base Michael Pollak “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história”(POLLAK, 1989, p.10).

Possivelmente outra história seria narrada e, conseqüentemente, outra memória seria enquadrada se o material, nesse caso, o processo inquisitorial do réu Hipólito José da Costa, nunca tivesse sumido. Tal conjectura ganha relevância ao constatar que a escrita do processo revela um Hipólito bem menos herói, a ponto de pedir perdão aos inquisidores por ter sido membro da maçonaria.

Conclusão

Por fim, adianto que não é pretensão deste estudo desmerecer o título de Hipólito como herói da causa maçônica, até porque a própria “militância” em que fez em prol dos maçons em seu *Correio Braziliense* já lhe garante tal reverência.

O interesse está em mostrar como o silenciamento de um documento pode conduzir a escrita da história, ao mesmo tempo em que contribui para o enquadramento de uma dada memória. Outro ponto importante é tentar entender as causalidades que levaram o silenciamento do processo inquisitorial, tendo em vista que os documentos não aparecem por acaso aqui ou ali, muito pelo contrário, “a sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise” (LE GOFF, 1990, p.101).

Sendo a pioneira em trabalhar com o processo inquisitorial de Hipólito, me sinto tomada pela mesma emoção que um garimpeiro sente ao se deparar com uma rocha inexplorada, tal como sinalizou poeticamente Carlos Ginzburgo (GINZBURGO, 2007, p. 282). Ao mesmo tempo, sei que passada essa emoção, é necessário fazer a crítica ao documento e ter em mente que se trata de uma fonte dialógica, em que há uma série de perguntas e respostas, obviamente coletadas numa relação desigual de poder, sendo o acusado pressionado para testemunhar algo que, certamente, não faria espontaneamente.

Certamente, para não cair nas armadilhas que o documento de arquivo prega ao pesquisador, principalmente aquele que pensa ingenuamente ser possível um documento falar por si, na mais tradicional linha positivista, é nosso ofício adotar a crítica radical ao documento, a fim de verificar os processos que estão por detrás da transformação de um documento em monumento. Sendo assim, o presente artigo pretendeu caminhar nesse passo.

Referências

HEYMANN, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller”. In: *FGV – Estudos Históricos*, V.10 n.19, p.41-66, 1997.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad: Paulo Soethe. Campinas, Editora da UNICAMP, 2011.

GAGNEBIN, J.M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

MELLO, Francisco Inácio Marcondes. Homem de (Barão). “O Brasil Intelectual em 1801”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, Tomo LXIV, p.6-31, 1901.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.10, p. 07-28, dezembro de 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. SP: UNICAMP, 1990.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, p. 204, 1992.

DINES, Alberto. Luz e trevas, estrangeirados e Inquisição. In: DINES, Alberto (ed.).

Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. *Estudos*. v. 30, tomo 1, São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial/Correio Braziliense, 2002.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. Mapeamento documental dos anos dourados de Hipólito José da Costa com a Coroa Portuguesa. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 171 (448): 13-30, jul./set. 2010.

PIMENTA, João Paulo G. "Nas origens da imprensa Luso-Americana: O periodismo da província Cisplatina (1821-1822)". In: *História e Imprensa*. Lucia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel e Tania Maria Bessone da C. Ferreira (org.). Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

O sonho brasileiro da casa própria, reflexão sobre exposição com abordagem transdisciplinar

Rita Vieira da Rosa²⁴²

Magali Zilca Dantas²⁴³

Cristiane Galvan²⁴⁴

Resumo:

Propõe-se neste estudo de caso apresentar e refletir sobre a abordagem transdisciplinar da exposição O SONHO BRASILEIRO DA CASA PRÓPRIA realizada no Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul no período de a 26.06.2014, em parceria com outras instituições museológicas e de Arquivo, a partir de ação coordenada do IBRAM para participar da 12ª Semana Nacional de Museus, sob tema: Museus: as Coleções criam Conexões. Concebida a partir dos resultados satisfatórios obtidos com a atuação especializada da JFRS nos últimos 10 anos nas questões referentes ao Sistema Financeiro de Habitação –SFH na cidade de Porto Alegre com 95 % da solução de conflitos por conciliação entre a CEF e os mutuários ou invasores de imóveis financiados por aqueles agentes financeiros, e, em cotejo com o cotidiano da sociedade brasileira que reveste o ato de possuir uma casa com uma simbologia de segurança e sucesso individual e familiar, inclusive associando-a com reconhecimento de valia individual, e, portanto de inclusão social. Fundou-se este evento sob base teórica da transdisciplinariedade, transitando entre as áreas de direito, filosofia, artes visuais e estudos culturais.

Introdução

O Memorial da Justiça Federal do RS realizou uma série de atividades elaboradas a partir do escopo *O Sonho Brasileiro da Casa Própria* que objetivou criar conexão entre os resultados efetivos da atuação da Justiça Federal em conflitos relativos ao Sistema Financeiro de Habitação-SFH (autos judiciais findos) e o cotidiano da sociedade brasileira que reveste o ato de possuir uma casa com uma simbologia de segurança e sucesso individual e familiar, inclusive associando-a com reconhecimento de valia individual, e, portanto de inclusão social.

Fundou-se tal argumento sob o ponto de vista jurídico e antropológico, embasados no contido na Constituição Federal e nas reflexões fenomenológicas e antropológicas brevemente elencadas a seguir. Sob a ótica do direito, Silva (2014) afirma,

São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Artigo 6ºCRFB) Assim, refletiu-se que direito à moradia se distingue do direito à propriedade. É fato que a propriedade pode servir também de moradia e que aquele direito é também fundamento para aquisição de domínio, como ocorre na usucapião Constitucional, sendo elemento que indica a função social da propriedade. Porém, é importante ressaltar que a moradia é direito fundamental autônomo de proteção e objeto próprios. O direito à moradia consiste em ocupar um lugar como residência, ocupar uma casa para nela habitar, com a exigência de que tenha as dimensões adequadas, condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar. O direito à moradia não deve ser interpretado como direito simplesmente a um espaço físico para viver, a moradia tem de ser digna, observando critérios qualitativos básicos. Deve-se verificar também as peculiaridades e características de cada país e região, levando em consideração a realidade concreta para aferir a compatibilidade da moradia com uma existência digna.

Como elaborou sob a ótica da colonização portuguesa, apropriadamente, Gilberto Freyre (1933),

²⁴² Mestra em Processos e Manifestações Culturais, reponsável pelo Memorial da JFRS, Diretora do Núcleo de Documentação e Memória /NDOCJFRS.

²⁴³ Bacharel em Ciências Sociais, Seção de Memória Institucional da NDOC/JFRS

²⁴⁴ Bacharel em Comunicação Social, Seção de Memória Institucional da NDOC/JFRS

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao paterfamílias, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. (FREIRE,1993,)

Bachelard (1993) usa a imagem da casa para apresentar os sentidos que fazem dessa o espaço de habitação. As imagens dispersas da casa são apresentadas em busca do que denomina "o germe da felicidade central", até chegar até a "concha inicial em todo o castelo".

É preciso dizer o como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, 'num canto do mundo'. Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmo em toda a acepção do termo (BACHELARD, 1993, p. 24).

Mais recentemente, Roberto Da Matta (2000), em seu livro *A casa & a Rua*, faz uma análise das relações sociais brasileiras a partir da simbologia da casa e da rua, é possível "ler" o Brasil de um ponto de vista da casa, da perspectiva da rua e do ângulo do outro mundo,

E, mais: essas possibilidades estão institucionalizadas entre nós." Não se trata de uma mera variação empírica, dessas que ocorrem na Inglaterra, Espanha ou Pasárgada. Não! Trata-se de uma variação sistemática, previsível e legitimada, que todos os brasileiros adultos aprenderam e serão capazes de prever com razoável precisão. Leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. São discursos arrematadores de processos ou situações. Sua intensidade emocional é alta. Aqui, a emoção é englobadora, confundindo-se com o espaço social que está de acordo com ela. Nesses contextos, todos podem ter sido adversários ou até mesmo inimigos, mas o discurso indica que também são "irmãos" porque pertencem a uma mesma pátria ou instituição social. (Da Matta,2000,p.20)

Assim, objetivou-se com a exposição e demais eventos a ela relacionados, demonstrar, a relevância social dos resultados obtidos pela Justiça Federal com a matéria Habitação²⁴⁵, vez que decorreu uma década da especialização da atual 24ª VF de Porto Alegre e da adoção sistêmica de práticas de conciliação para solução de conflitos. Resultados estes, que visaram uma efetividade da instituição na realização do sonho da moradia contido no imaginário social do brasileiro.

Desse modo, a coleção de processos com o assunto SFH em cotejo e conexão com outras coleções oriundas de outras instituições, valendo-se da expressão bachelardiana, possibilitou ao Memorial da Justiça Federal do RS apresentar alguns dos sentidos da casa para o brasileiro. A partir destes processos e o contexto revelado nas pesquisas iniciais foi formulado o evento O SONHO BRASILEIRO DA CASA PRÓPRIA com atividades expositivas e ações educativas. Estas atividades que, incluídas no guia da programação nacional da 12ª Semana, divulgado pelo IBRAM, a seguir descritas, foram organizadas e desenvolvidas no período de 12 a 18 de maio de 2014.

Os objetivos do evento versaram sobre, comunicar as competências da Justiça Federal para o público visitante; estabelecer as conexões do cotidiano da sociedade com a atuação da JFRS evidenciada através de seus registros (acervo de autos judiciais); proporcionar espaço para a reflexão de temas relacionados à garantia dos direitos do homem, da formação do cidadão e da história social brasileira; criar oportunidades que levem o público a refletir sobre temas como a relevância da moradia como direito social; incluir o Memorial da Justiça Federal nas programações de eventos organizados pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, passando a fazer parte do rol do setor a nível nacional; e, divulgar, promover a visibilidade,

²⁴⁵ Instalada em dezembro de 2004, a vara especializada em sistema financeiro de habitação- SFH de Porto Alegre sentenciou 18.774 processos até dezembro de 2013.

aumentar a visitação e aproximar o Memorial da comunidade, através de ações educativas de maior espectro.

Ainda na pesquisa investigatória do acervo para a elaboração conceitual do evento, verificamos que as demandas principais, na forma de conflito, que ingressaram na Justiça Federal do RS relacionavam-se a valores das prestações, juros incidentes sobre o financiamento, inadimplência de mutuários do SFH, retomada pelo imóvel pelo agente financiador (CEF); questões estas de ordem econômica e financeira surgidas pelas instabilidades das políticas habitacionais e econômicas do país em especial as da década de 80 e 90. Sabendo-se que o financiamento do imóvel pelo que se denomina hoje Sistema Financeiro de Habitação, efetiva-se na realidade como empréstimo bancário no qual o imóvel é hipotecado como garantia do pagamento, assim, tem-se na dimensão jurídica que a operação bancária é rigorosamente financeira, todavia, aos requerentes, e, assim, ficou evidente nas petições, na análise dos documentos juntados aos Autos, bem como, nas oitivas realizadas, que o valor atribuído por aqueles ao bem hipotecado: a casa que apartado de seu valor econômico vem a simbolizar a proteção familiar, a estabilidade e até inclusão social. Aos autos judiciais refletindo esta atribuição de valor foram juntados pelos peticionários, documentos pessoais além dos probatório econômico e financeiro, tais como, fotos das famílias, convites de casamento que corroboraram para revelar o significado intangível ou emocional do bem hipotecado.

Assim a partir destes índices contidos nos autos e relatados por servidores e magistrados que atuam nestes processos, buscou-se na literatura (antropologia, sociologia, história e estudos culturais) sobre os contextos que envolvem a casa. Nesta esteira, verificou-se por dados do IBGE, os déficits habitacionais, o tipo de família que prevalece no país e no estado do RS em relação a renda per capita, com maior incidência, observando-se o papel da mulher na família brasileira, sua contribuição na estrutura familiar e na estruturação e manutenção do lar.

Buscou-se dar visualidade ao contexto que envolve as soluções governamentais e os resultados obtidos com estas políticas no decorrer destes anos, verificando os desdobramentos sociais destas políticas, cotejando com a concepção da moradia como um espaço social. Portanto, pesquisou-se as políticas de habitação, suas motivações, estruturas, legislações e resultados também foram investigados a fim de traçar uma linha do tempo desde os projetos habitacionais das vilas operárias do período getulista ao Programa habitacional governamental vigente em 2014, o programa minha casa minha vida.

Revisou-se também, a literatura sobre a construção deste que se chama o sonho brasileiro, pois, fomentado a partir da urbanização e industrialização do Brasil, e mantido por discursos midiáticos e em plataformas políticas, é considerado o grande sonho do brasileiro, visto que a aquisição de casa própria é o maior investimento e o de mais longo prazo que faz o brasileiro na vida.

Foram elencados ainda, a fim de mapear o imaginário social em que está inserida a simbologia da casa para o brasileiro, algumas manifestações artísticas sobre este tema, dentro do cinema, música, desenho, tradições e brinquedos, pesquisando-as como manifestações culturais que permitem dar visualidade a este imaginário.

Para abarcar todos estes fundamentos legais, históricos e sociais que pareceram imprescindíveis para comunicar a dimensão do sonho da casa própria para o brasileiro, firmou-se parcerias com outras instituições que possuíam acervo que materializasse as questões postas, bem como, investimos na elaboração do espaço de modo a apresentar as diferentes facetas do tema. Para a realização do evento contou-se com a parceria do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho, Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, Museu Municipal de Caxias, Escola de Magistrados do TRF4 e EPHAC –Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Alegre.

Assim, dentro da complexidade que se apresentava o tema, e tentando revelar e comunicar bem mais que as questões jurídico-econômicas contidas nos Autos Findos da Justiça Federal do RS, escolhemos os grandes temas/eixos: (a) o papel da mulher, (b) a solução efetiva dos conflitos e a pacificação social, (c) o imaginário e (d) a concepção de casa inserida na cidade.

Análise imagética do evento



Ilustração 01 Lar Doce Lar
Fonte: Acervo do Memorial da JFRS

Nos espaços concebidos que ocupam cerca de 120m² do 9º andar do prédio-sede da Justiça Federal do RS, distribuídos entre a sala do memorial, o saguão do restaurante e os corredores de acesso as alas, foram alocados os objetos selecionados do acervo ou aqueles tomados de empréstimo de acordo com os eixos conceituais. Como elementos integradores entre os eixos, utilizou-se a cor azul em vários tons e 60 blocos de madeira que fazem referência a brinquedo popular no Brasil cuja ludicidade é montar sua casa, seu castelo sua cidade. (figura 6). Utilizou-se a alteração de proporção de 2 cm a 3 cm no brinquedo original²⁴⁶ para 38cm x 30 cm representar a magnitude do imaginário sobre a realidade, proporcionado associações com a infância dos visitantes e o valor da casa para cada um.



Ilustração 02 Bloquinhos
Fonte: Memorial da Justiça Federal do RS

²⁴⁶ Brincando de engenheiro nome registrado de brinquedo de madeira classificado como pedagógico produzido pela Xalingo AS, em madeira há 65 anos no Brasil (<http://www.xalingo.com.br/>)

O eixo papel da mulher, sob o nome LAR DOCE LAR, aborda o papel da mulher na sociedade atual sob a ótica da moradia já que conforme dados do IBGE é a mulher sem cônjuge com filhos a responsável pela maioria das famílias com renda inferior a 02 mínimos. Apresentou-se os dados do último censo, e, a partir destes dados, foi possível indicar as características, composição e faixas de renda de maior incidência no estado do Rio Grande do Sul, uma interpretação que foi ressaltada foi a da relação de renda e a composição familiar mulher sem cônjuge com filhos, mais 50 % do total das famílias com renda inferior a dois mínimos tem a mulher como a única responsável pelo sustento familiar. Tal fator ao ser cotejado pela legislação do Programa Minha Casa Minha Vida, permite contextualizar uma justificativa ao ali estabelecido que determina que prioritariamente a mulher fica com o imóvel observados quesitos ali previstos, em caso de separação do casal.



Ilustração 03 Pranchetas com dados do IBGE
Fonte: Acervo do Memorial da JFRS

Apresentou-se no mesmo eixo expositivo uma coleção de panos de parede trazida do Museu Municipal de Caxias, peças bordadas por mulheres na década de 20/30. À época estes panos foram bordados com o intuito de enfeitar e manter limpa a parede acima do fogão a lenha, o Memorial apresentou com estas peças para contrapor o papel da mulher na história da família e sociedade brasileira, aquela época como o dos dias atuais.



Ilustração 04 Panos de parede
Fonte: Acervo do Memorial da JFRS

Ainda aproveitando da simbologia que importa ao ato de enfeitar e cuidar do lar, em determinados períodos históricos predominantemente como sendo um fazer feminino; no eixo imaginário apresentou-se como uma ambientação de espaço, como em uma sala de um lar.

Utilizou-se poltronas e objetos do cotidiano, som ambiente criado por músicas²⁴⁷ cujo tema é a casa/lar, desenhos de cenas domésticas e porta retratos (figuras abaixo) revestidos todos de tecido de largo uso no Brasil, a chita²⁴⁸. Este tecido de origem indiana, todavia, fabricado e popularizado no Brasil, vem sendo associado à brasilidade e a torna-se assim no espaço expositivo envolvendo as poltronas, um índice de Lar brasileiro²⁴⁹ que acolhe e protege a família do modo como menciona Da Matta, um local do privado em que a família está protegida da violência da rua.



Ilustração 05 Poltronas, chitas e bloquinhos com desenhos
Fonte: acervo do Memorial da JFRS



Ilustração 06 Porta retratos
Fonte: Acervo do Memorial da JFRS

O eixo solução efetiva dos conflitos e a pacificação social, denominado QUEM CASA QUER CASA, procurou comunicar sobre questões jurídicas, econômicas e sociais que envolvem

²⁴⁷ Músicas pesquisadas pelo argumento “a casa, lar”: como espaço identitário. Os trechos que se referiam à casa foram tocados ao violão.

²⁴⁸ Chita é um tecido de algodão com estampas de cores fortes, geralmente florais, e tramas simples. A estamparia é feita sobre o tecido conhecido como morim. O nome chita vem do sânscrito chintz [1] e surgiu na Índia medieval e conquistou europeus, antes de se popularizar no Brasil. A chita veio para o Brasil com os europeus a partir de 1800. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Chita_\(tecido\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Chita_(tecido)))

²⁴⁹ O tecido [...] passou por várias melhorias até chegar a chita que temos hoje. Após um longo processo burocrático, cultural e financeiro, a chita passou a ser produzida também no Brasil. A produção do tecido no país o barateou, e muito, tornando populares as peças confeccionadas com o material, transformando-o, assim, em um dos ícones da identidade nacional. <http://www.portaisdamoda.com.br/glossario-moda~tecido+chita.htm>, acesso em 05.09.14

aquisição da casa, invasão de moradias, despejos, desapropriações, apresentando: os processos judiciais da JFRS e do TJRS sobre o tema, os meios de solução de pacificação de conflitos adotados na JFRS (decisão judicial, a conciliação e a especialização da Vara)

Foi exposto no Memorial o projeto de conciliação do Parque dos Maías II, evento realizado em 05/12 até 09/12, em Porto Alegre, conforme descrição abaixo,

Projeto SISTCON - Parque dos Maías II", que consistiu em um mutirão de audiências de conciliação intermediadas por juízes federais entre moradores do conjunto habitacional e a Empresa Gestora de Ativos - Emgea, responsável pelos contratos do Sistema Financeiro de Habitação da Caixa Econômica Federal. O Sistema de Conciliação do tribunal Regional Federal da 4ª Região, pela primeira vez deslocou-se até os mutuários. As audiências foram realizadas no Salão Comunitário do Parque dos Maías II, no bairro Bairro Rubem Berta, zona norte da capital, com cerca de 1.300 imóveis financiados, de padrão popular. Aproximadamente 470 contratos foram objeto de discussão judicial, com pedido de revisão de valores. O objetivo da Justiça Federal foi tentar acordos que colocando fim a longos processos, beneficiando os mutuários com uma solução mais rápida e compatível com suas posses. (SEI Nº 0007032-09.2013.4.04.8001



Ilustração 07 Parque dos Maías
Fonte: acervo do Memorial da JFRS

Ficou disponível aos visitantes o vídeo realizado pela TV Justiça realizado sobre este evento de conciliação, nele são entrevistados os envolvidos no projeto, magistrados, servidores, moradores do condomínio, o vídeo foi produzido pela Assessoria de Comunicação Social do TRF4 e publicado em 12/06/2012250. A historieta acompanha a família de Marcelo que mora no condomínio e está em situação de inadimplência, todavia quer renegociar o saldo devedor.

Os processos trazidos pelo Arquivo do Tribunal de Justiça Federal descrevem situações que envolvem despejo e conflitos com aluguéis, situações cotidianas que demonstram as relações sociais que envolviam o direito à moradia na cidade de Porto Alegre.

No eixo denominado MEU LAR MEU CASTELO – políticas habitacionais, estruturas urbanas para solução dos déficits habitacional, exemplos de soluções. A fim de informar sobre o histórico das políticas habitacionais solicitou-se álbuns fotográficos que atualmente sob a guarda Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho 251 apresentam a história visual da

²⁵⁰ https://www.youtube.com/watch?v=vpERfhBLU_I, acesso 10.09.14.

²⁵¹ O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho recebeu a documentação referente à construção do Conjunto Habitacional Vila do IAPI em Porto Alegre/RS entregue pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na condição de custódia e conservação, conforme Termo de Transferência de dois de setembro de 2004. O conjunto documental é composto por fotografias, contatos, negativos e fotogramas organizados pelo responsável pela formação do acervo em álbuns e uma caixa de madeira. Tanto nos álbuns como nos envelopes de negativos há uma descrição do que se retrata. Em termos numéricos, o volume documental é de

construção deste conjunto habitacional construído entre 1940 e 1950 concebido como uma cidade jardim portoalegrense financiado pelo IAPs – Instituto De Aposentadoria e Previdência do Industriário - visando, dentro do Programa nacional de Habitação, resolver o déficit nas cidades que se industrializavam.

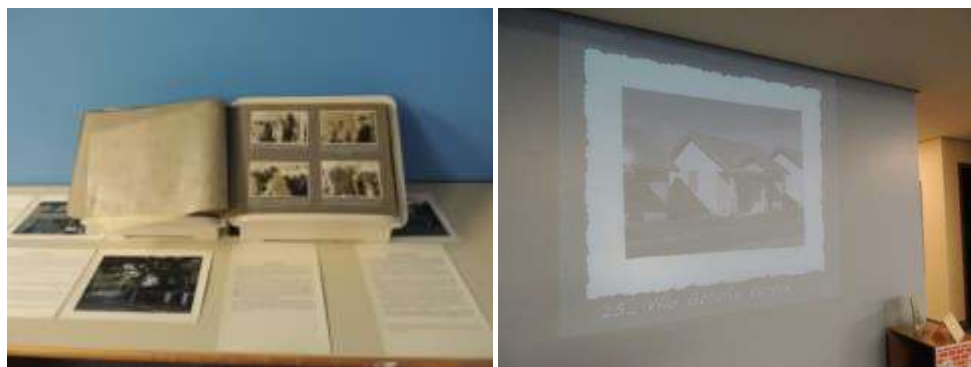


Ilustração 08 Álbum IAPI
Fonte: Acervo do Memorial da JFRS

Acolheu-se a exposição A cidade Maldita elaborada pelo Memorial da Câmara Municipal de Veradores de Porto Alegre, que com reprodução de trechos e fotografias do livro homônimo da historiadora Sandra Pesavento e fotografias, apresenta aspectos da cidade de porto Alegre que forma sendo alterados por políticas públicas de modernização e urbanização



Ilustração 09 A Cidade Maldita
Fonte: acervo do Memorial da JFRS

A fim de propor sentidos múltiplos a casa e a cidade como espaço identitário, apresentou-se o documentário A Cidade252, em sessões comentadas por especialistas em cinema, filosofia e história, direito à habitação além de representantes da Caixa Econômica Federal. Assim, em forma de ação educativa abordou-se de modo amplo os contextos que envolvem a noção de pertencimento a um espaço (território). Foram realizadas duas sessões,

aproximadamente 2.587 negativos, 3.195 contatos, 16 fotos com datação da década de 1930 e 336 fotogramas totalizando aproximadamente 6.134 unidades documentais

²⁵² **A CIDADE**, de Liliana Sulzbach (Porto Alegre, documentário, 15 minutos, 35 mm, 2012). Censura livre. O filme utiliza raras imagens de arquivo que revelam uma dramática história envolvendo a comunidade de Itapuã, no interior do Rio Grande do Sul, praticamente desconhecida pela maioria das pessoas. **Sinopse** – Distante de outros centros urbanos, Itapuã (RS) é uma comunidade com hábitos bem característicos. A localidade, que já abrigou 1454 pessoas durante mais de 70 anos de existência, conta com apenas 35 moradores, todos acima de 60 anos. Ninguém gosta de lembrar o que o lugar foi no passado, mesmo que para muitos a lembrança inscreva-se no próprio corpo. **Ficha Técnica** – Roteiro, Direção e Produção Executiva: Liliana Sulzbach / Direção de Fotografia: Francisco Alemão Ribeiro / Montagem: Angela K. Pires / Empresa Produtora: Tempo Serviços de Produção Ltda.

em uma delas, o espaço de perguntas e orientações destinou-se especificamente ao público interno que sofre com problemas relacionados a moradia: assentados, invasores de área ambiental e que desejaria ingressar no Programa Minha Casa Minha Vida.

Observações Finais

Ainda que brevemente elencados no presente estudo de casa, buscou-se, cotejando elementos de várias ordens, verificar e refletir sobre o evento transdisciplinar O Sonho Brasileiro da Casa Própria a fim de revelar aspectos desta prática inédita no Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, e, finalmente apresentar as conexões entre os vários saberes que juntos comunicaram aspectos que contextualizam as Ações Judiciais que envolvem o Sistema Financeiro da Habitação.

Para a realização deste evento que englobou mostra artística, ciclo de palestras e ações educativas, foram mobilizados diferentes atores que, se não atuam em campos semelhantes (leia-se órgãos e membros do judiciário, órgãos do legislativo, universidades, diretores de cinema, arquitetos, especialistas em planejamento urbano, psicanalistas) todos atuaram na intersecção de interesses, unidos pelo tema comum do “Sonho Brasileiro da Casa Própria”. A intervenção horizontal que concatenou atuações, a priori, tão distintas, tornou o processo rico e continuado. É importante ressaltar que o Memorial da Justiça Federal do RS é uma instituição museológica inserida em uma instituição que tem como competência a solução de conflitos e a garantia do acesso aos direitos fundamentais individuais e sociais, assim, os resultados que foram obtidos são pautados por dar conhecimento e facilitar o acesso do cidadão a esta casa de justiça que é a Justiça Federal do RS.

Em uma avaliação qualitativa é importante ressaltar pelo curto de tempo de existência do Memorial que a exposição pelo seu caráter transdisciplinar e por abordar um tema que é considerado crucial para a JFRS, despertou no público interno magistrados e servidores um sentimento de valor e respeito pela instituição e pelos resultados do trabalho aqui realizado. O público externo tomou conhecimento sobre as atuações da instituição e os reflexos no cotidiano da sociedade. Quantitativamente, o público foi em média quatro vezes maior do que o dos demais eventos.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BACHELARD, Gaston. A poética da Casa., Martins Fontes, 1993

DA MATTA, Roberto, *A casa & a Rua*, Editora Rocco, 2000

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Global Editora, 1933

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Site do Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul http://www2.jfrs.jus.br/?page_id=7626, acesso 10.09.14

3 - Políticas, memória e lugares: estudos no âmbito do MERCOSUL.

Coordenadores (as): *Profa. Dra. Ana María Sosa Gonzáles (Pós-Doutoranda PPGMP-UFPeI), Darlan De Mamann Marchi (doutorando PPGMP-UFPeI) e Roberto Heiden (doutorando PPGMP-UFPeI).*

Este simpósio irá discutir as políticas de memória e patrimônio tendo como base os lugares de memória e as experiências dos países que compõem o MERCOSUL, considerando também o debate sobre experiências de gestão e as legislações na área do patrimônio, assim como processos de ativação patrimonial. O simpósio também abarca assuntos relativos às reivindicações e conflitos de memória que existiram ou persistem no presente em decorrência dos processos históricos vividos nesses países, assim como estudos em torno de conflitos territoriais, identidades transfronteiriças, memórias traumáticas e patrimônios binacionais.

Indicações geográficas: A função social da propriedade e a gestão do patrimônio imaterial

Michele Vollrath Bento²⁵³

Thilara Lopes Schwanke Xavier²⁵⁴

Resumo

O estudo da proteção constitucional das indicações geográficas no tocante a função social da propriedade, sendo este um sinal distintivo protegido, mais que um instituto regulamentado pela ordem jurídica vigente consiste na possibilidade efetiva de uma localidade específica preservar suas tradições e assegurar sua sustentabilidade, sem resultar em região de exploração econômica desordenada. A indicação geográfica, enquanto patrimônio imaterial deve ter sua gestão refletida tendo em vista a coletividade de sujeitos partícipes do processo. Cabe salientar que o fomento de políticas públicas voltadas para a gestão do patrimônio imaterial é de suma importância para o desenvolvimento do mesmo, a fim de torná-lo reconhecido nas esferas nacional e internacional, bem como preservá-lo perante a coletividade.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; indicação geográfica; gestão; coletividade.

Introdução

A temática relativa à proteção da propriedade intelectual, bem como a gestão referente à mesma tem se tornado de extrema importância no cenário nacional e internacional. O foco do estudo das questões referentes ao direito de propriedade, cada vez mais, tem se direcionado a tutela dos bens intangíveis. O estudo da proteção constitucional das indicações geográficas no tocante a função social da propriedade, sendo este um sinal distintivo protegido, mais que um instituto regulamentado pela ordem jurídica vigente consiste na possibilidade efetiva de uma localidade específica preservar suas tradições e assegurar sua sustentabilidade, sem resultar em região de exploração econômica desordenada. A indicação geográfica, enquanto patrimônio imaterial deve ter sua gestão refletida tendo em vista a coletividade de sujeitos partícipes do processo. Desta forma, a identificação geográfica constitui importante elemento para legitimação dos produtos frutos de uma cultura local, uma vez que os mesmos são resultado de uma construção social intangível, justificando, assim, a pertinência desta proposição temática. O problema da pesquisa se encontra em refletir acerca da gestão do patrimônio imaterial, especialmente as relações da coletividade e dos sujeitos, como meio efetivo de proteção do conhecimento tradicional, no tocante à proteção jurídica das indicações geográficas. O presente trabalho tem por objetivo elucidar as questões atinentes à tutela jurídica das indicações geográficas no ordenamento brasileiro, bem como a valorização da construção coletiva do saber-fazer dos sujeitos envolvidos, uma vez que a relevância do tema proposto evidencia a necessidade de uma abordagem multidisciplinar. Como primeiras evidências, considera-se que a proteção das indicações geográficas vem resguardar o patrimônio imaterial, não obstante agrega valor ao produto, criando uma importante distinção de mercado, que vivifica a região onde estão inseridos os sujeitos, impulsionando o desenvolvimento regional sustentável, e principalmente, a criação e fortalecimento de identidade. Cabe salientar que o fomento de políticas públicas voltadas gestão do patrimônio imaterial é de suma importância para o desenvolvimento do mesmo, a fim de torná-lo reconhecido nas esferas nacional e internacional, bem como preservá-lo perante a coletividade.

²⁵³ Instituto Federal Sul Rio-grandense, michelebento@cavg.ifsul.edu.br

²⁵⁴ Instituto Federal Sul Rio-grandense, thilaraxavier@cavg.ifsul.edu.br

A função social da propriedade no tocante às indicações geográficas

A temática relativa à proteção da propriedade intelectual tem se tornado de extrema importância no cenário nacional e internacional. O foco do estudo das questões referentes ao direito de propriedade, cada vez mais, tem se direcionado aos bens intangíveis. As pesquisas relativas a novas tecnologias, as invenções, modelos de utilidades, assim como relativo a outros sinais distintivos, no caso as indicações geográficas se mostram, ainda, incipientes e carecem de reflexões acerca da regulamentação existente. O fomento a produção e distribuição do conhecimento bem como sua tutela judicial ocupam importante espaço no ordenamento jurídico.

Assim, embora o Brasil esteja entre as quinze maiores nações em publicação de conhecimento científico, possui dificuldades à cultura da inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologias entre as universidades e empresas. Para fazer frente a tal situação, a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a inovação tecnológica, em seu art. 16, determina que as Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT deverão dispor de núcleo de inovação tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação. Os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia têm fomentado a criação e institucionalização de NIT nos Institutos e Universidades Federais, e atualmente cada instituição conta com pelo menos um NIT instalado. Tal situação corrobora necessidade de pesquisa acerca dos diversos institutos protegidos pelo direito de propriedade intelectual.

No Brasil, hoje, segundo dados da página eletrônica do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) existem 13 indicações geográficas nacionais registradas, sendo a primeira IG concedida o “Vale dos Vinhedos”, localizado na região da Serra Gaúcha, nas cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves e a última concedida em 30 de agosto de 2011 os “Doces de Pelotas”. Este fato também contribuiu para a escolha da temática deste projeto de pesquisa.

O estudo da proteção constitucional das indicações geográficas no tocante a função social da propriedade, sendo este um sinal distintivo protegido, mais que um instituto regulamentado pela ordem jurídica vigente consiste na possibilidade efetiva de uma localidade específica preservar suas tradições e assegurar sua sustentabilidade, sem resultar em região de exploração econômica desordenada. Portanto, justifica-se a realização do presente trabalho de investigação, uma vez que o instituto das indicações geográficas, bem como seus limites de proteção constitucional, sua regulamentação pelo poder público e efetiva utilização ainda se encontram prementes de estudos e reflexões.

O problema da pesquisa se encontra justamente em definir os limites objetivos de proteção das indicações geográficas, enquanto signos distintivos dotados de proteção constitucional. Também se pretende pesquisar, na legislação e jurisprudência nacional, se esta espécie de propriedade intelectual atende a função social da propriedade, uma vez que o mesmo consubstancia um preceito constitucional explícito.

O presente projeto tem como objetivo identificar a proteção conferida pela Constituição Federal ao instituto da propriedade intelectual como direito fundamental, em especial se às indicações geográficas atendem à função social da propriedade.

O Direito de Propriedade, desde sua origem, no Direito Romano, encontra lugar de destaque na sociedade. Por essa razão, a regulamentação de suas facetas vem sendo aprimorada. No que tange os bens imateriais, a propriedade intelectual se constitui em tema de importância crescente, uma vez que sua relevância econômica ultrapassa fronteiras. Segundo o autor Denis Borges, na definição da Convenção de Paris de 1883 (art.1 § 2):

Propriedade Intelectual é o conjunto de direitos que compreende as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas de fábrica ou de comércio, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de proveniência ou denominações de origem, bem como a repressão da concorrência desleal.

A Lei de Propriedade Industrial, Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, confere proteção infra-constitucional às indicações geográficas uma vez que estabelece expressamente condições de registro para estas. A presente lei tem como fundamento o fato de o Brasil ter assinado a Convenção da União de Paris (CUP), o Acordo de Madrid sobre Indicações de Origem e o Acordo sobre os Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (ADPIC ou TRIPS, em inglês). Assim, uma vez que o Estado brasileiro se tornou um país signatário dos referidos acordos e os mesmos foram recepcionados pelo direito pátrio, o dever de proteção das Indicações Geográficas se tornou cogente no ordenamento jurídico.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), através de acordos internacionais tem buscado a regulamentação desta temática. Por essa razão, a referida temática encontra proteção constitucional no Brasil nos artigos da Carta Magna, 5º, inciso XIX da Carta de 1988, entreteve esperanças de que, efetivamente, a Propriedade Intelectual seria tutelada *tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País*.

A propriedade intelectual consiste em um ramo do direito privado, mais especificamente dos direitos reais, qual seja o direito de propriedade. Porém, a crescente visibilidade econômica desta temática vem modificando alguns conceitos. O direito constitucional, ramo do direito público por excelência, vem conferindo proteção específica a este tema, em especial a função social e a proteção coletiva.

Assim, as patentes, marcas e signos distintivos constituem espécies do gênero propriedade intelectual, protegidos pela CF/88 em seu art. 5º inc. XXII. Dentro os signos distintivos, estão contidos as indicações geográficas. Conforme aduz SARLET (2011), o direito de propriedade constitui um direito fundamental de primeira dimensão, de cunho “negativo”, configurando uma abstenção do Estado. Porém, o mesmo Autor, reconhece que na doutrina alemã existe “uso alternativo do direito e garantia fundamental da propriedade, sinalizando de forma paradigmática as diversas funções que podem ser deduzidas dos direitos fundamentais e das transformações que estes sofreram ao longo dos tempos”. Nesse sentido, restaria consagrado pela doutrina a função social da propriedade, já positivado no art. 5º inc. XXIII da CF/88.

A Lei nº 9.279/1996, em seu artigo 176, conceitua o que seria uma indicação geográfica (IG), bem como suas subdivisões: indicação de procedência (IP)– que indica o nome geográfico que tenha se tornado conhecido pela produção ou fabricação de determinado produto, ou prestação de determinado serviço; e denominação de origem (DO)– que indica o nome geográfico do local que designa produto, ou serviço, cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos.

Conforme aduz BRUCH (2008) no âmbito internacional não há uma harmonização relacionada ao conceito de indicação geográfica bem como não há construções equânimes referentes a sua natureza jurídica, direito de uso, âmbito de proteção, dentre outros. Se internacionalmente este conceito ainda não resta definido, esta construção também ainda não se faz consistente no ordenamento jurídico pátrio.

Como resultado parcial da pesquisa temos que o a indicação geográfica poderá constituir uma forma de consagração da função social da propriedade, explicitamente estabelecida na Constituição Federal de 1988, uma vez que além de uma espécie de proteção jurídica concedida legalmente poderá assegurar a sustentabilidade de uma determinada região, serviço ou produto.

Gestão do Patrimônio Imaterial e a coletividade

As reflexões acerca da identificação geográfica podem ser realizadas por múltiplas perspectivas. Desta forma, a perspectiva jurídica torna-se elemento fundamental para a gestão do patrimônio cultural imaterial, visto que a partir da construção e ordenamento jurídico, pode-se vislumbrar ganhos nos campos socioeconômico e sociocultural. Nesta perspectiva, a Indicação Geográfica é vista muito além da perspectiva jurídica, passou a configurar como ferramenta multifacetada de desenvolvimento, que fomenta a valorização do saber fazer construído pelos sujeitos partícipes deste processo.

O desenvolvimento configura como consequência da gestão do Patrimônio Imaterial, que através de políticas institucionalizadas permite a valorização do produto, a agregação de valor através da diferenciação de mercado que este produto, que pode ser o território, a cultura, história e tradições atreladas a esta indicação geográfica.

Desta forma, as contribuições econômicas, sociais e culturais podem ser vislumbradas através da visibilidade positiva de produtos no mercado externo e agregação de valor ao produto, evidência de vantagens para a comunidade local e 'cristalização' histórica da cultura de determinada região e valorização do seu saber fazer, respectivamente. A Indicação Geográfica também vem representando agregação de vantagem competitiva devido ao controle de qualidade, aperfeiçoamento do processo produtivo, melhoria e padronização do produto, e principalmente criação de identidade a estes produtos. Estas contribuições são importantes para o desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito ao próprio envolvimento da comunidade, agregando valor para sua região, pois os sujeitos são os construtores desta identidade. São os responsáveis pela difratação da história, tradição e cultura do local onde estão inseridos, criando uma experiência valorativa frente a oferta de produtos massificados. A indicação geográfica como estratégia de diferenciação têm representado maior credibilidade do produto junto aos consumidores. Nesta perspectiva:

O sistema de IGs é uma ferramenta de desenvolvimento e promoção regional. As Indicações Geográficas têm papel importante em áreas onde há baixos volumes de produção e escala, em função, na maioria das vezes, da tradicionalidade da produção. Nessas regiões, as IGs podem ajudar a manter e a desenvolver as atividades da produção, buscando agregar valor justamente a esta tipicidade (KAKUTA *et al*, 2006, p. 13).

A indicação geográfica é estabelecida pelo reconhecimento da existência de um diferencial de saber fazer algo, e nesta imaterialidade e subjetividade é que a proteção jurídica vem configurar como um forte aliado a gestão do vasto patrimônio cultural imaterial brasileiro. Cabe salientar que o fomento de políticas públicas de apoio voltadas ao reconhecimento e a gestão deste patrimônio é de suma importância para o desenvolvimento do mesmo, a fim de torná-lo competitivo como produto e agregar valor as comunidades numa perspectiva de coletividade.

WANGHON e COSTA, 2004, p. 7, observam que a proteção do patrimônio imaterial é “imprescindível para a conservação e manutenção dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais”. Nesse sentido, a propriedade intelectual como iniciativa de regulamentação e gestão do patrimônio cultural imaterial protege e incentiva o saber fazer, resguardando através da salvaguarda da identidade coletiva.

Considerações Finais

Assim, a indicação geográfica poderá constituir uma forma de consagração da função social da propriedade, explicitamente estabelecida na Constituição Federal de 1988, uma vez que além de uma espécie de proteção jurídica concedida legalmente poderá assegurar a sustentabilidade de uma determinada região, serviço ou produto.

Como primeiras evidências, considera-se que a proteção das indicações geográficas vem resguardar o patrimônio imaterial, não obstante agrega valor ao produto, criando uma

importante distinção de mercado, que vivifica a região onde estão inseridos os sujeitos, impulsionando o desenvolvimento regional sustentável, e principalmente, a criação e fortalecimento de identidade.

Nesse sentido, a gestão do patrimônio imaterial está atrelada a facilitação do patrimônio material e do desenvolvimento daqueles que o vivificam. A materialidade da gestão do referido patrimônio será perpetuada pela perspectiva de desenvolvimento coletivo, pois depende totalmente de quem vive o saber fazer e preserva-o através da reprodução dos aspectos imateriais.

Referências

BARBOSA, Denis Borges. **A Propriedade Intelectual no Século XXI - Estudos de Direito**, 1ª ed, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009,

_____. **Uma introdução à propriedade intelectual**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2003.

_____. **Proteção das marcas: uma perspectiva semiológica**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

BRUCH, Kelly Lissandra. **Limites do Direito de Propriedade Industrial de Plantas: um estudo aplicado à videira**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GONÇALVES, Marcos Fabrício Welge. **Propriedade industrial e a proteção dos nomes geográficos**. Curitiba: Juruá, 2007.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L. I. de; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. Oliveira. **Indicações geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: SEBRAE (RS), 2006.

LOCATELLI, Liliana. **Indicações geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico**. Curitiba: Juruá, 2008.

SARLET, Ingo.Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10ª ed, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

WANGHON, Moisés de Oliveira; COSTA, Cíntia Reis. **Indicações geográficas como instrumento de proteção do patrimônio cultural imaterial**. Revista da ABPI, n. 73, p. 3-8, 2004.

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é questionar a naturalização do esquecimento para inseri-lo no âmbito da ação política. Deseja-se demonstrar a existência de uma política de esquecimento encetada contra as identidades étnicas em Petrópolis e de outro lado, a insurgência de um movimento memorialístico de afirmação dessas narrativas divergentes do discurso hegemônico. Supõe-se que uma política de esquecimento sólida e contínua tenha se voltado às identidades étnicas visando ocultar os obstáculos à manutenção de uma autoimagem coesa da cidade. A opção pelo silêncio sugere, então, um escape ao conflito entre as etnias e a identidade nacional; sua quebra sugere novas condições de demanda da memória na qual se insere o crescente monumentalismo. O objeto específico de observação deste trabalho é a identidade Lusitana/Imperial.

Palavras-chaves: políticas de esquecimento; apagamento; identidades étnicas; Petrópolis.

O esquecimento desnaturalizado: da passividade à agência

É importante referenciar o que se entende pela categoria “esquecimento”, realizando uma breve revisão teórica sobre o assunto, a fim de afirmar o caráter político deste conceito. São utilizados, nesse texto, como principais referenciais teóricos para tratar as questões relativas ao esquecimento como ação política (e em sua comparação à memória) os seguintes autores: GAGNEBIN (2006); GONDAR (2000); POLLAK (1989) e ROSSI (2010). Esta escolha obedece aos seguintes critérios: a) são textos que questionam a naturalização da memória; enfatizam a problemática do esquecimento, destacando-lhe o cunho político, e trazem debates complementares uns aos outros. Outras obras de interesse e relevância são utilizadas para aprofundar ou ilustrar temáticas específicas.

Em seguida, é preciso compreender a política de apagamento e silenciamento, dentre outros aspectos, integra uma tipologia do esquecimento traduzido em efetivas ações. Ações que visam encobrir, falsear, descartar, destruir eventos e pessoas que não se alinham à imagem orgulhosa de si, para si e para o outro. Imagem fixada em padrões sociais ideais, e que se constrói tanto nos indivíduos, a fim de apresentarem-se para si e para os outros, quanto na sociedade. E, uma vez que a temática desse trabalho se refere ao apagamento e silenciamento de identidades étnicas, faz-se necessário, ainda, explorar a relação entre memória e identidade.

Em termos da breve revisão teórica a que se propõe esse texto, a primeira proposição a ser discutida é a relação entre memória e esquecimento. Imagina-se que um bom ponto de partida para este estudo seja mostrar como o senso comum identifica e aborda a temática da memória e do esquecimento como uma relação entre termos opostos. À memória se correlacionariam as noções de presença, durabilidade, continuidade, permanência, já ao esquecimento as de ausência e ruptura com o passado, de perda natural (definitiva ou provisória) desse vínculo com o tempo ido, creditando-se à atividade de rememoração a possibilidade de recuperar o que se houvera perdido/esquecido (ROSSI, 2010).

Esta concepção encontra-se disseminada para além do senso comum. Pensamento científico e filosófico estariam, ambos, imbuídos desse foco na memória como fixada no passado; dessa ênfase no esquecimento como perda natural das lembranças, provocada pela passagem do tempo e da rememoração como uma capacidade de efetuar um retorno fidedigno ao passado.

²⁵⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS– UNIRIO). e-mail: paola.dias2013@bol.com.br

Pollak (1989) demonstra a amplitude desse modo de conceber e operar os conceitos de memória e esquecimento dentro do pensamento científico. O faz apresentando e questionando a abordagem da memória (coletiva) pela tradição funcionalista/dürkheimiana. Para os membros desta tradição, dentre os quais Halbwachs é seu expoente, a memória coletiva ganha uma força quase institucional, está fixada no passado, e é dotada de estabilidade, continuidade, duração. O esquecimento, por sua vez, opõe-se à memória, correlacionado à fraqueza, à incapacidade de fixação, de registro, de permanência no tempo. Um elemento com as características conferidas ao esquecimento distancia-se de qualquer analogia com a ação e com o poder²⁵⁶, uma vez que a este se vincula a ideia de força, de condições necessárias para agir, influenciar ou coagir à ação (BOBBIO et alii, 1999).

Por atribuir uma função coesiva à memória, isto é, por compreendê-la como um fato social, em torno do qual se constrói uma comunidade afetiva - coadunada à sua interpretação holística, integradora, da sociedade - e por privar o esquecimento de qualidades ativas - o funcionalismo subtrairá quaisquer possibilidades de tratamento das tensões sociais que envolvessem disputas em defesa dos interesses de grupos que instrumentalizam a memória e promovem o esquecimento, como forma de dominação (material e simbólica).

A partir de uma perspectiva crítica, o pensamento científico abandonou a busca dos laços afetivos possibilitados pela memória, deixara de tomá-la por um fato social, por um dado, para se questionar sobre como uma determinada versão se instituíra em memória social. Introduce-se uma nova perspectiva, aludida por Rossi (2010). O autor apresenta uma alternativa para compreender a relação entre memória e esquecimento, que avança para além da presumida oposição entre os termos e da naturalização da passagem do tempo como elementos explicativos: a argumentação epistêmico-ontológica, Heideggeriana na qual o esquecimento não seria perda, mas uma força ativa, no jogo de encobrimento e revelação, manifestação e ocultação inerente à constituição do ser e do seu conhecimento de si e do mundo. Conforme segue:

A história é o jogo de revelação e encobrimento, de manifestação e ocultação. O olvido 'não é resultado de uma negligência do pensamento', mas é próprio do ser, 'entra na essência do próprio ser' [...] O saber pode ser definido como 'memória do ser' [...], mas é o esquecimento que suscita a memória e permite voltar-se para o esquecido. (ROSSI, 1989, p. 19-20)

Gondar (2000) reforça a ideia de que o esquecimento é condição necessária ao pensamento e de que, relacionado ao fenômeno do esquecimento, existe um movimento que evade o plano da inércia em relação à história. Sua argumentação não se faz no nível ontológico, mas político. Apresenta alguns motivos pelos quais o esquecimento seria necessário ao pensamento, mas destaca-se, aqui, aquele que envolve a ação.

Tomando por ponto de partida as reflexões de Nietzsche, a autora sugere que para se constituir a memória, há o envolvimento de uma escolha; que entre os diversos estímulos apresentados ao sujeito, haverá sempre uma decisão, uma opção entre aquilo que poderá ser lembrado e o que deverá ser esquecido. Desta forma, focaliza a tensão entre o lembrar e o esquecer, introduz o esquecimento na esfera da ação, uma disputa entre forças antagônicas (sejam no nível subjetivo ou intersubjetivo) em que se decide entre o que revelar e o que esconder. Uma escolha orgulhosa, uma escolha política.

Sua investigação, nesse ponto, a conduz às reflexões nietzschianas sobre a intervenção da cultura sobre o indivíduo. Esse indivíduo que delibera, guiado por sua concepção do que seja socialmente agradável, aceitável; que ajuda a constituir uma imagem positiva de si, para si

²⁵⁶ É possível verificar uma vinculação entre memória e poder já na práxis política no Império Romano. Le Goff descreve a batalha memorialística que se travava entre os imperadores e o Senado, na manipulação dos documentos (monumentais e escritos), num jogo de tentativas de perpetuação e apagamento da figura do Imperador do lastro da história romana. Os imperadores, por um lado, inflacionavam as cidades com monumentos erguidos para fazer lembrá-los e os senadores, por outro, apagavam seus nomes dos documentos escritos após sua morte para ocultar os vestígios de sua presença. De tal forma que o poder pela memória corresponde à destruição pela memória. Ver: (LE GOFF, 1996, p. 437)

e para o outro. Tangencia os padrões e valores morais que norteiam a censura e o controle das memórias²⁵⁷.

Entende-se, por fim, que a memória não esteja apenas sujeita às relações de forças que se enfrentam para mostrar a imagem orgulhosa de si e abafar os elementos que rompem com esta imagem, mas é também instrumento desse poder. Uma vez compreendido que o controle da memória se traduz em poder e que a gestão do esquecimento é um mecanismo de concretização desse controle, que não é realizado somente nas esferas do Estado, mas pelos indivíduos e seus grupos, para o controle de si, para o controle social.

Apagamento: a ocultação do inconveniente

Uma das contribuições mais interessantes de Rossi (2010) sobre o esquecimento são suas proposições sobre o conceito de apagamento. Trazendo o debate do campo epistemológico e ontológico para o político, Rossi entende que apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir vestígios. E que estas estratégias de produção de incertezas, de descaracterização e negação de eventos e conflitos sociais, estejam estreitamente associadas ao desejo de limitar, de fazer calar aquilo que, ainda que verdadeiro, desvia do socialmente aceitável, de uma imagem inegociável e distorcida de si e do mundo. O autor elenca diversas situações em que a moderna política de afirmação do homogêneo e negação do divergente realizou seus apagamentos de ideias, de eventos, de pessoas. Censuras, retratações públicas, assassinatos, desaparecimentos. Assim, a política de ocultamento realiza a anulação do outro direcionando o que é estranho ao silêncio e ao esquecimento. (ROSSI, 2010, p. 32-33)

No entanto, é GAGNEBIN (2006) que mostra as limitações dessa política de apagamento. Em sua análise da memória como signo, a autora lembra que por maior que seja a racionalidade associada à política de apagamento, ela sempre deixa pistas, rastros, cicatrizes. E mesmo o maior esforço por apagar o apagamento, conduz a novas pistas, novos rastros, novas cicatrizes. Estas marcas da ação sobre o simbólico ou sobre a matéria, resquícios das investidas contra a memória, permanecem como vestígio de uma passagem. O apagamento deixa signos, sinais, pistas que, mesmo quando submetidas ao “apagamento do apagamento”, resistem à censura. Levando uma vez mais ao questionamento sobre a presumida fragilidade da memória à ação do tempo.

Complementarmente, é importante sublinhar o estudo de LAGLAND (2003) sobre o apagamento e reelaboração. Seu destaque ao caráter estratégico do esquecimento e, à organização desse esquecimento, que tanto pode ocorrer dentro das esferas de um Estado cada vez mais controlador, quanto entre os indivíduos que desejam apagar lembranças sobre eventos traumáticos é uma proposição que permite realizar um elo profícuo entre a proposta de Rossi e a de Pollak para pensar, por um lado, uma política de esquecimento, estrategicamente administrada pelo Estado, e por outro, uma ação estratégica individual disseminada entre que aqueles tentam obscurecer pontos delicados e apagar eventos traumáticos de sua trajetória.

Silenciar: gestão transgressora (do) ou submissão ao tempo?

Um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação. (POLLAK, 1989, p. 15)

²⁵⁷ Atenta às peculiaridades e distinções, neste ponto Gondar propõe uma aproximação à teoria freudiana sobre o esquecimento que supõe a alteridade na formação da identidade e da memória e que efetua o esquecimento baseado num modelo de ajustamento que é social.

É por meio do seu trabalho sobre o silenciamento entre as vítimas de guerra que retornaram dos campos de concentração, e da distinção que faz entre grupos de vítimas e respectivas formas de gerir o silêncio, que Pollak marca uma posição relevante para o pensamento crítico da memória: a visão do esquecimento como omissão, provisória, da versão institucionalizada; como gestão do tempo; habilidade para ponderar o momento propício, para escolher canais que tornem possível trazer o passado até o presente.

O silêncio é tido, então, como continuidade fora dos meios institucionais e materiais, presença na ambiência privada, mantido pela transmissão oral, até ganhar força para vir à público e disputar seu lugar com a memória institucionalizada, aquela que se negou à escuta sobre os pontos inconvenientes, que destruíam a imagem coesa da sociedade. Essa transmissão oral realizada nos canais privados, à qual alude Pollak, reproduz-se intergeracionalmente. Portanto, ao imputar importância à transmissão oral e intergeracional da memória, dentro do campo privado da família e das redes de amizades, assumindo uma perspectiva na qual o silêncio é fator de resistência, conferindo-lhe predicados que o aproximam da transgressão.

Se para Benjamin, o retorno da guerra leva a um silêncio que parece intransponível, que não se expressa somente em termos de evitar o assunto traumático, mas de desqualificar a própria oralidade, fazendo com que a experiência e suas memórias (as narrativas) caiam em desuso; já para Pollak (1989), o silêncio dos sobreviventes dos campos concentracionais é aparente e heterogêneo – pois o autor percebe que, apesar de não se abrirem espaços públicos institucionalizados de escuta, a transmissão da experiência não deixa de acontecer – o que transforma o silêncio numa espécie de gestão privada da experiência, valendo-se da narrativa que fica à espreita de encontrar escuta e transformar-se em discurso.

Por fim, contrastando as limitações da memória - as subterrâneas, de um lado, e a englobante, do outro – é sustentado pelo autor que para o primeiro tipo, as memórias subterrâneas, a questão está em conseguir resistir ao tempo, uma vez que seu meio é imaterial, primordialmente ligado à transmissão oral, em ambientes privados. Já para o segundo tipo de memória, a englobante, que não partilha da escassez de meios de transmissão, pelo contrário, dispõe, porque cria, os espaços públicos para sua disseminação, as limitações se evidenciam não em termos de duração, mas de consistência, dado o esforço de organização para que a memória, que se pretende englobante, como a nacional, se universalize e ultrapasse o discurso ideológico.

Políticas de esquecimento e a monumentalização do espaço em Petrópolis: o caso da identidade lusitana/imperial

Se compreendermos a maneira como o processo de identificação²⁵⁸ se liga estreitamente às relações de poder (diferenciando, valorando, normalizando e excluindo grupos e indivíduos do acesso aos bens sociais), é possível compreender a memória como um ponto de fixação de uma identidade em processo no espaço-tempo. Assim, o investimento em certos espaços de memória traduziria o grau e a direção das relações de poder dentro de uma determinada sociedade, pois, a história idealizada, valorizada, contada à exaustão pelo discurso oficial, serviria para representar identidades coletivas homogêneas, dentre as quais a de maior alcance relativo, mesmo em tempo globais, ainda seria a identidade nacional (Barroso, 1999). O processo de legitimação dessa história oficial pressupõe o apagamento das identidades marginais ao projeto englobante. Tal política de apagamento produz tensões que, ora se expressam abertamente e formam resistência em torno de projetos identitários que reelaboram suas memórias por meio de práticas discursivas, ora silenciam-se, esperando um

²⁵⁸ Stuart Hall compreende que o processo de identificação se constrói por meio do confronto entre o eu e o outro, numa operação que produz no sujeito as noções de mesmidade e de alteridade, primordialmente através da linguagem e da produção discursiva que estabelece opostos. Ver HALL (2012)

momento ou um meio propício para expressarem sua percepção sobre momentos ou situações traumáticas (Pollak, 1989).

[...] o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples "montagem" ideológica, por definição precária e frágil. (POLLAK, 1989, 09)

Propõe-se aqui que a identidade petropolitana seja forjada no embate entre três vertentes: a Lusitana/Imperial, a Germânica/Colonial e a periférica²⁵⁹. A primeira vertente, que dá a Petrópolis o título de Cidade Imperial, vale-se da "história oficial" que conta as origens de uma cidade "especial". Serve ao discurso que institui um grupo de privilegiados que já nasceram cidadãos urbanos e modernos, que não teriam passado pelo caótico processo de ocupação do espaço e todas as suas implicações. É o ideal de uma cidade que nascera completa e organizada a partir do discurso criador; forma e conteúdo do desejo soberano.

Mas esta vertente é, também, aquela da qual as sociedades nacional e local passaram a se ressentir no momento de transição e consolidação de um Estado Moderno. Aquela cujos comprometimentos políticos com a Monarquia, com a economia escravista, com o colonialismo e suas duras investidas contra a liberdade dos indivíduos e das atividades econômicas, apontavam para o desejo de esconder, encobrir, apagar da história, esquecer sua existência.

Assim, o projeto de apagamento da identidade lusitana/imperial deu-se após a proclamação da República, em XV de novembro de 1889. Voltado à identidade imperial. Buscava-se apagar as marcas herdadas de um governo monárquico com a mudança na toponímia local, extirpando nomes referentes à Coroa, trocando-os por nomes que simbolizassem os valores de um moderno Estado nacional republicano. Com a queda do poder Imperial produziram-se novos discursos de institucionalização do poder. Como reflexo de uma política de apagamento da memória imperial, a então recém-instituída República, alterou os topônimos que se relacionavam diretamente à família imperial, para nomes que remetessem a datas cívicas e personalidades que identificassem a transição para um Brasil moderno, republicano. Assim, a rua principal da cidade, que abrigava o seu centro comercial, perdia o nome de Rua do Imperador, para receber o nome que marcaria a transição do poder imperial para o republicano: Avenida 15 de novembro; a Rua da Imperatriz, onde se situava o Palácio Imperial, se transformaria em Av. 7 de setembro; a Rua Princesa Isabel, onde se localizava a residência da mesma, se transformaria em Av. 13 de maio; a Rua Bourbon, em Rua João Pessoa, e assim, sucessivamente (ALMEIDA, 2011). Houve, portanto, uma reapropriação seguida de uma ressignificação dos símbolos do poder monárquico pelo novo poder instituído. Sem, no entanto, empreender perseguição/desqualificação dos indivíduos identificados com esse grupo.

Assim, mesmo em se tratando de uma identidade étnica, relacionada a um dos grupos formadores de uma elite local, o que se nota é uma subtração identitária ao projeto englobante de uma unidade nacional, forjada pelo Estado brasileiro em sua trajetória modernizante. Até que, na década de 1980, quando os Estados nacionais (e o Brasil não é uma exceção) começam a dar sinais de sua crise, as duas vertentes identitárias que, juntas, compunham a decadente²⁶⁰ elite local, passam a reivindicar seu status na memória local e começam, ambas, a construir as bases de um discurso de origens nobres e passado glorioso.

²⁵⁹ Conceito usado por Barroso (1999) para referir-se às identidades coletivas regionais minoradas segundo sua posição social, tais como os nordestinos em São Paulo, ou os indígenas e negros, durante o processo de constituição do Estado brasileiro.

²⁶⁰ As atividades econômicas dominadas pelas elites locais, entraram em decadência, e as mesmas passaram por um processo de perda de poder econômico, sem, contudo, sofrerem de perda de poder político e ideológico.

A partir desse discurso que remete a um mito de origem que idealiza e positiva o papel desempenhado pelos heróis fundadores são destacados e valorizados um grupo de símbolos e signos que lhes conferem legitimidade e diferenciação em relação ao conjunto dos “normais”, em relação à sociedade amorfa. No caso da identidade Lusitana/Imperial, elegeu-se como lugar de memória, no sentido aludido por Pierre Norá, a comemoração de uma data sagrada.

O evento aqui discutido será a Festa de São Pedro de Alcântara. Um dos monumentos à memória dos grupos étnicos componentes da elite local que percebe a oportunidade de capitalizar sua identidade por meio da reelaboração discursiva da sua memória, já não mais no plano geográfico, demarcando nomes de ruas, mas no temporal, lutando pela datação (manipulação e reinterpretação) de eventos históricos ressignificados no calendário das festividades locais.

O pressuposto do qual se parte é de que o calendário religioso²⁶¹ seja um marco memorialístico, no qual biografias duplamente idealizadas²⁶² aglutinam e redimensionam valores e práticas sacralizadas pela sociedade, vindo a exprimir as apostas dos indivíduos e de seus grupos em projeções de si no tempo, que insere não somente as dimensões “passado, presente e futuro”, como, ainda, a dimensão paradisiaca, que avança para além do temporal. Com base nessa pressuposição, é também de se realçar que as celebrações em memória dos santos ganham uma forte carga de virtualidade. Lembrá-los, seus sacrifícios e seus milagres, passa a significar esta aposta na imagem que indivíduo e sociedade desejam ter e fixar no tempo e para além do tempo como significante de si²⁶³.

Ciente deste aspecto memorialístico do calendário religioso, o site da Igreja de São Pedro de Alcântara questiona o desaparecimento do referido santo da memória dos fiéis. Em lista comparativa, aponta “santos menores” cujas datas de suas celebrações são próximas à de São Pedro de Alcântara (19 de outubro). Faz breve alusão à disputa memorialística pelo título de padroeiro da nação (com a Nossa Senhora de Aparecida) bradando sua legitimidade, cujos alicerces estariam fincados na sua anterioridade e historicidade. Levando-o, finalmente, a buscar a legitimidade da memória de São Pedro de Alcântara, na sua história de vida²⁶⁴.

O que o site não revela são os motivos que teriam levado a essa disputa pela patronagem da nação brasileira²⁶⁵, bem como a razão pela qual o santo teria caído em ostracismo²⁶⁶. Ainda mais oculto, no texto, está o fato de que, mesmo tendo sido nomeado também a patrono da Cidade Imperial, desde sua inauguração em 1846. E que a celebração do santo não esteja incorporada no calendário oficial da cidade, e somente tenha sido iniciada sua

²⁶¹ Le Goff dá uma importante pista sobre a relevância da inscrição dos grandes eventos em um calendário, especialmente, no que tange à marcação do tempo religioso, na constituição da memória como ordenadora do mundo, (re)posicionando o homem no tempo e no espaço. Ver: LE GOFF (1996, p. 429)

²⁶² Idealizada pelos próprios santos, que procuravam criar uma imagem beata de si, de seus feitos, os raros e os quotidianos, e de sua busca pela perfeição cristã; e idealizada pelos fiéis que projetariam suas imagens de si na imagem idealizada dos santos. Para isto, ver: PEREIRA (2007)

²⁶³ Importante referência a respeito da memória na religião cristã está em Le Goff, que atenta para este ambíguo chamado ao cristão de que escape à temporalidade, projetando suas realizações no pós-morte, ao mesmo tempo em que deve ritualizar a memória de Deus. (Le Goff, 1996, p. 438)

²⁶⁴ O site informa as datas e eventos marcantes de sua vida, sua relação com a Igreja, com a Ordem Franciscana, com a Coroa Portuguesa (ainda que sejam marcos contraditórios na identidade e memória do santo), e a firme devoção da família Imperial a São Pedro de Alcântara. Devoção que se estenderia do século XVI ao XIX e se tornaria concreta na proclamação de São Pedro de Alcântara como padroeiro oficial do Brasil, em 1826, pelo Papa Leão XII. Para maiores esclarecimento ver: ALVES, C. F. São Pedro de Alcântara: padroeiro de Petrópolis e do Brasil. Disponível em: < <http://www.catedraldepetropolis.org.br/> > Acesso em: 01, Jun, 2014.

²⁶⁵ O Brasil, hoje, conta com dois padroeiros: Nossa Senhora de Aparecida e São Pedro de Alcântara, cujas datas comemorativas são, respectivamente, 12 de outubro e 19 de outubro. Ambos reconhecidos e referendados pelo Vaticano. Sabendo-se que São Pedro de Alcântara fora apagado (em 1969) e, cerca de 25 anos depois, reinserido no calendário litúrgico de maneira ambígua (ao critério das Dioceses que o tivessem como patrono).

²⁶⁶ Uma pista indicativa de seu ostracismo é São Pedro de Alcântara ter sido considerado um santo “elitista”, representante da realeza, com pouco “apelo popular”, num momento em que a popularidade da realeza estava em xeque. E, em contrapartida, Nossa Senhora de Aparecida ter tido sua imagem melhor capitalizada para gerar adesão das classes populares.

celebração no ano de 1994, sob a forma de uma modesta feira com barracas de comidas e bebidas portuguesas e espanholas. A festa é celebrada com uma missa e acontece na semana de 19 de outubro no pátio da Catedral de São Pedro.

É relevante pensar que o evento não fora reivindicado pelo poder público municipal. Apesar de envolver as chances de se inserir num roteiro de turismo religioso, a organização da memória em torno de um padroeiro apagado da memória nacional não foi capaz de provocar a adesão dos representantes políticos locais, que preferiram se abster de associar sua imagem e a da cidade à de um santo obscuro. Assim, a celebração a São Pedro de Alcântara tem se demonstrado pouco eficaz em se fazer reconhecida e a atrair, seja a população local, sejam os fiéis de outras partes da região e do país, demonstrando baixo poder ser política, ou economicamente capitalizável.

Conclusão

Para se compreender uma política de esquecimento empreendida consistentemente pelo Estado contra certos grupos étnicos em nome de uma suposta homogeneidade conferida pela identidade nacional se fez mister desmistificar a ideia corrente sobre os significados do esquecimento e inseri-lo no âmbito da ação política, investigar sua relação com a memória, suas formas de abordagem por parte do pensamento científico e filosófico, e ainda, pelos atores sociais que manipulam essas noções em seu cotidiano.

Como uma espécie de resquício da política de silenciamento empreendida em Petrópolis, evidenciada a cada guinada no cenário político nacional e internacional, se encontra associada à imagem orgulhosa de si, construída em torno do pretense glamour de uma Cidade Imperial.

A política de esquecimento que caracterizou-se, então, como ato normativo das relações sociais locais e com a nação, (da Fundação da cidade, no Império, à República, e desta, ao Estado Novo). O esquecimento que fora herdado, transgeracionalmente, e quebrado por elementos pertencentes ao grupo étnico Lusitano/Imperial que reivindicaram sua identidade e memória, numa disputa monumental no espaço e no tempo. Sem que, contudo, obtivessem sucesso, dada a falta de aderência entre o discurso e a simbologia que manipulam e as camadas médias e populares da cidade. O apagamento que fora utilizado estrategicamente contra as identidades e memórias desviantes, perpetua-se, no caso da identidade Lusitana/Imperial, mesmo com sua tentativa de adesão a um plano de patrimonialização de sua memória, evidencia apenas o descolamento entre o significado de seu discurso e as imagens que a sociedade deseja manter de si, opondo-se a este elemento.

Referências

ALMEIDA, C. [et alli]. Estudo Histórico Geográfico da Evolução administrativa do Município de Petrópolis e sua toponímia. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: passado presente nos velhos mapas – conhecimento e poder. Paraty, RJ – 10 a 13 de maio de 2011.

ALVES, C. F. São Pedro de Alcântara: padroeiro de Petrópolis e do Brasil. Disponível em: [<http://www.catedraldepetropolis.org.br/>] Acesso em: [01, jun, 2014].

AMBROZIO, J.C.G. O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ANGELO, E. R. B. Percepções, Construções e Transformações na Cidade de Petrópolis, RJ. Anais do XXI Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: Campinas, setembro, 2012.

BARROSO, J. R. Identidade coletivas e as cidades globais; triangulações com a cultura global. In. _____. (coord.) Globalização e identidade nacional. São Paulo: atlas, 1999.

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Experiência e pobreza*. In: *Obras escolhidas*, vol.1. Brasiliense: São Paulo, 1985.

BOBBIO, N. et alii. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB, verbete Política, 1995.

FRIDMAN, F.. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 9, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: editora 34, 2006, p. 107 – 118.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: Gondar, J e Costa, I (Orgs.) *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 35 – 43.

HUYSEN, A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. (Capítulo 2)

LAGLAND, V. La casa de la memoria em Praia de Flamengo 132: memorias estudiantiles y nacionales em Brasil, 1964-1980. In: JELIN, E; LAGLAND, V. *Monumentos, memoriais y marcos territoriales*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2003. p. 57-95

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996. (Capítulo Memória)

LORDEIRO, M. S. Toponímia petropolitana: uma situação preocupante. Disponível em http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/msl20010921.htm. Acessado em: 19/05/2014.

PEREIRA, A.P.L. O relato hagiográfico como fonte histórica. *Revista do Mestrado de História*, v. 9, n. 10, p. 161, 2007.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992, p. 200-212.

ROSSI, P. Lembrar e esquecer. In: _____. *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: UNESP, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, B.C.P. de [et al]. *Geographical Names as a Cultural Expression: an Analysis of the City of Petrópolis – RJ, Brazil*.

Resumo

O conceito de patrimônio, na atualidade, é visto como um termo que denota certa polissemia e detém sobre si diversas significações, dependendo daquele que o adjetiva. Nesse sentido, o presente estudo se ocupa das políticas de patrimônio cultural no Brasil ligadas à preservação e registro de bens de natureza material e imaterial, especificamente no que se refere ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Comunidade Mbyá Guarani, a partir do qual exploramos o modo como o cognato patrimônio foi semantizado ao longo do processo de inventário em questão realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para isso, utiliza-se de pesquisa documental e bibliográfica, além da realização de uma análise hermenêutica e exegética do texto do referido documento. Resultados preliminares apontam para a existência de sentidos e interpretações diversas do uso deste cognato ao longo de todo texto.

Palavras-chave: Políticas – Patrimônio – Memória – INRC – Mbyá-Guarani.

Introdução

Pensar e discutir o significado daquilo que hoje a ciência moderna em específico e os meios acadêmicos em geral compreendem como patrimônio não é uma tarefa fácil e envolve uma vasta gama de sentidos e interpretações acerca de seu uso. Enquanto categoria substantiva, patrimônio se refere a algo que pertence a alguém, que envolve propriedade ou mesmo um espólio. Todavia, não nos interessa aqui o sentido *strictu* deste, mas o modo como este cognato assume diversos matizes e sentidos a partir de como é adjetivado.

Quando adjetivamos algo, denotamos ao substantivo certa qualidade ou característica que o torna incomum e, na maioria das vezes, fazemos esse uso para denotar a este uma natureza ou sentido outro que traz consigo certa análise valorativa ligada a uma interpretação subjetiva que reconstrói o próprio sentido e significado daquele que foi substantivado. É o caso, por exemplo, de quando nos referimos aos bens de natureza imaterial na medida em que a adjetivação do termo retira dele a sua propriedade econômica em si e lhe impinge um valor que escapa ao regramento do mercado e lhe coloca em outro circuito de circulação (ZELIZER, 1985, 1992, 2005) no qual, esse bem pode, ou não, assumir valor maior, em função de sua tangibilidade (MEIRELLES; PEDDE, 2014). Sendo assim, no estudo em voga parte-se do pressuposto de que o conceito de patrimônio é, em si, um conceito polissêmico.

Contudo, para se pensar o modo como esses sentidos e adjetivações são e/ou foram construídos ao longo dos anos é preciso fazer uma breve digressão acerca das políticas de patrimônio cultural no Brasil, ligadas à preservação e registro de bens de natureza material e imaterial. Em especial, a partir da criação do antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como nos ocuparemos na primeira parte do texto. Nosso locus privilegiado de análise se constitui dessa maneira no modo como esse conceito – o de patrimônio – foi sendo construído ao longo dos anos e no interior de diversas políticas, assumindo interpretações e sentidos diversos, algo que se faz presente em grande parte dos documentos e materiais disponibilizados pelo IPHAN na atualidade.

²⁶⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle/Canoas/RS-Brasil.

²⁶⁸ Doutor em Antropologia Social e Professor de Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle/Canoas/RS-Brasil.

Sentidos e significados esses que se fazem presentes também nos processos de inventário e registro de referências culturais feitos pelo próprio IPHAN e/ou por agentes e/ou órgãos a ele ligados, como é o caso, por exemplo, do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Comunidade *Mbyá Guarani*, com o qual nos ocuparemos na segunda parte do texto. Nesse item, além de fazermos uma retomada histórica acerca do mesmo, também serão desenvolvidas algumas considerações do documento em si, para, no item seguinte, apresentar o modo como o cognato patrimônio se faz presente e é utilizado ao longo do texto.

Assim sendo, por se tratar de um estudo acerca do modo como um termo/conceito é utilizado por diferentes pessoas em diferentes contextos e, em específico, num documento oficial produzido por aquele que tem a ele delegada a função de resguardar e salvaguardar tanto bens de natureza material quanto imaterial, assim como realizar seu inventário, registro e/ou tombamento, usaremos aqui, fundamentalmente, as possibilidades oferecidas pela análise documental. Tal análise, em si, cotejada com a bibliografia pertinente acerca do tema, tem como objetivo realizar uma análise hermenêutica do texto, assim como explorar as contradições existentes no próprio texto a partir de uma análise exegética do mesmo. Material este que nos servirá para construir a terceira parte do texto e, a partir dela, tecermos nossas considerações acerca do objeto deste estudo, qual seja, do modo como o cognato patrimônio é significado e semantizado ao longo de todo o INRC Comunidade Mbyá Guarani.

1.Uma breve digressão acerca das políticas de patrimônio cultural no Brasil

Passado o tempo heróico da História do Patrimônio Cultural no Brasil que por mais de sessenta anos apenas tombou monumentos de “pedra e cal” e que durante todo esse tempo fortaleceu uma ideia conservadora e elitista acerca dos critérios adotados para o tombamento, os quais terminaram por privilegiar bens que se referem aos grupos sociais de tradição europeia, no entanto, com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), esse quadro começa a mudar. E não mais somente aqueles bens identificados com as classes dominantes são inventariados, registrados e tombados de modo que começa a ser deixada de lado a ideia do patrimônio cultural de uma sociedade ser avaliado por apenas algumas expressões de suas matrizes culturais.

Ressalte-se que essa conduta certamente contribuiu para a preservação de edificações e obras de arte monumentais, pois relacionava a noção de conservação à ideia de imutabilidade, e que essa centrava seu olhar muito mais no objeto e quase nada nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo, ou seja, do modo como esses lugares e espaços de memória, como quer Nora (1993), são semantizados e ressemantizados ao longo do tempo. Contudo, isso começou a mudar e com a ideia e prática do inventário e registro a concepção antropológica de cultura passou a dar voz e existência a determinadas práticas culturais minoritárias como muito bem registra Gonçalves (2009), estas, por sua vez, ligadas a determinados lugares, festas, espetáculos, alimentos e outros, onde a ênfase está muito mais nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas que ali são tecidas, reiteradas, reificadas e/ou construídas do que nos objetos e nas técnicas a estas correlatas como dantes o era.

Nesse sentido, Gonçalves (2009, p. 26) assevera que a categoria “patrimônio” não é uma invenção moderna, estando presente tanto no mundo clássico quanto na Idade Média. Já seu uso enquanto categoria designativa data dos fins do século XVIII e relaciona-se ao processo de formação dos Estados nacionais de modo que a “modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela”.

Isto posto, tem-se que, no Brasil, a proteção ao patrimônio surge com a noção de patrimônio histórico e cultural, o que só acontece a partir da transição da República Velha para a República Nova; movimento este resultante de uma epifania nacionalista que buscava

resgatar a própria identidade do Brasil. Com este intuito, o governo getulista, como bem demonstra Pommer (2009, p. 52), determinou-se “a função de desenvolver um projeto modernizador da economia, a fim de inserir o Brasil na nova ordem internacional dos países industrializados”. Para isso, planejou “promover um sentimento unificador que representasse um ‘novo país’ enquanto unidade federativa, a partir da produção de uma homogeneidade dos elementos de pertença que pudessem embasar uma identidade brasileira”.

Portanto, é na década de 30 do Século XX que, com o Estado Novo de Getúlio Vargas, os intelectuais modernistas comprometidos com os valores da cultura, dentre eles, Mário de Andrade, mentor intelectual do anteprojeto de criação do atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), colocam em prática suas ideias propondo a criação de um serviço estatal com foco na preservação do patrimônio nacional. Momento histórico esse em que foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, o qual deu o suporte jurídico para criar uma instituição – o antigo SPHAN – que tinha sob alçada a legitimação e a proteção dos bens culturais, salvaguardando oficialmente o patrimônio nacional, embora não tenha sido levado a efeito por muitos anos o aspecto da diversidade cultural, sobretudo no que se refere àquilo que preconizava Mário de Andrade, como bem demonstra Fonseca (1997, p. 135) ao reconhecer que “na criatividade das manifestações populares a presença viva e dinâmica de nossas raízes culturais”.

Entretanto, só a partir da década de 1970, com a crise da ditadura militar, que um grupo de intelectuais vinculados a atividades “modernas”, design, informática e industriais assume uma concepção diferenciada, utilizando de uma nova estratégia de narração da identidade nacional, tomando como referencial as narrativas históricas e antropológicas sobre o Brasil, como demonstra Fonseca (1997, p. 14), estes, “viram na área da cultura ‘marginal’, no conjunto das políticas estatais, um espaço possível de resistência ao regime autoritário” de modo que, na visão destes, era preciso se buscar a ampliação do “alcance da política federal de patrimônio, no sentido de democratizá-la e colocá-la a serviço da construção da cidadania”.

Neste sentido, tal discurso democrático que levava em consideração a diversidade cultural como uma representação pluralista da nação, como conquista de espaço na sociedade e nas políticas governamentais, culminou em novos conceitos elaborados, digeridos e incorporados à Constituição Federal de 1988 que estabelece na seção acerca da Cultura, no art. 215 que: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988). E também ampliou e inseriu a imaterialidade no conceito de patrimônio em seu art. 216, onde se lê que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Contudo, é somente através do Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que foi instituído outro conjunto de políticas voltadas especificamente para o patrimônio cultural imaterial, tendo como principais instrumentos para sua efetivação o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), os Planos de Salvaguarda e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Sendo que esse último tem como objetivo fomentar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da diversidade cultural excluída da sociedade brasileira, e é com este e suas especificidades que nos ocuparemos no item seguinte.

2. Os processos de inventário e registro de referências culturais

Importante lembrar que o procedimento adotado para o registro de um bem imaterial é diferente daquele observado para outro bem de natureza material, e que sua manutenção se dá pela constante atualização, uma vez que são bens processuais, como determinados saberes, celebrações, formas de expressão e lugares, que um grupo atribui sentido especial. São agregadas ao patrimônio, as referências culturais e as manifestações sociais.

O Registro, como muito bem esclarece Castro (2008, p. 18), nada mais é do que o reconhecimento de certos bens culturais ligados ao patrimônio imaterial de uma comunidade e/ou grupo social, a partir do qual o Estado deve “inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais” na medida em que isso favorece “um amplo processo de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre diversos grupos sociais”.

2.1.INRC Comunidade Mbyá Guarani

Essa ampliação da dinâmica de preservação do patrimônio de bens de natureza processual contribuiu para o reconhecimento e valorização dos conhecimentos, formas de expressão dos universos culturais das sociedades indígenas, ao que Levinho (2009, p.17) acrescenta dizendo que isso “significou também um avanço ao mudar o eixo dessas relações, resgatando do passado as culturas indígenas existentes no Brasil e inscrevendo-as no presente, em sua diversidade e especificidade, como partícipes iguais do patrimônio cultural nacional.

Diante disso, tem-se que por mais de 60 anos os chamados Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, teve o seu patrimônio missioneiro valorizado e difundido pelo seu valor artístico e arquitetônico, traduzido como explicita Meira (IPHAN, 2007, p. 5), através da “preservação dos remanescentes” por meio de “prospecções arqueológicas, educação patrimonial, projetos de sinalização e de museografia, entre outras tantas ações”. Nesse sentido, o destaque dado ao patrimônio artístico e arquitetônico das ruínas de São Miguel Arcanjo é deslocado para os processos culturais, contrapondo, a partir disto, o passado vivenciado na região com a presença do povo *Mbyá-Guarani* nos dias atuais, como assevera Freire (IPHAN, 2007, p. 6), na busca de “compreender os sentidos de sua presença e as especificidades de sua identidade como um povo que se mantém em relação com a sociedade nacional desde sua formação, e que tem sido referência na idealização de uma identidade regional missioneira”.

Altera-se assim, o olhar até então restrito aos registros materiais da experiência missioneira, transcendendo aos elementos com enfoque no que se convencionou designar de “pedra e cal”, ou seja, ao invés de só cultuar objetos, sob essa ótica se passa a olhar e registrar os sujeitos que realizam estas manifestações. Sendo assim, ao admitir o modo de atuação *Mbyá-Guarani* no processo histórico na região dita missioneira, o IPHAN contempla a dimensão imaterial do patrimônio, principalmente pela presença dos *Mbyá* em área patrimonializada pela União e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o que culminou na realização do INRC da Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel das Missões. Outrossim, para a realização do INRC da Comunidade *Mbyá-Guarani*, o IPHAN estabeleceu um protocolo de cooperação técnica com o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIT/UFRGS).

2.2.0 uso do cognato patrimônio no INRC Comunidade Mbyá Guarani

Um dos primeiros relatos que chamou a nossa atenção no INRC da Comunidade *Mbyá-Guarani* foi a rejeição inicial que os mesmos tiveram para aceitar mais uma pesquisa com seu povo, sem que houvesse alguma mudança na situação de marginalização social em que vivem, à parte das decisões referentes ao Patrimônio Mundial da Humanidade, contrastando com a força viva de suas referências culturais. E, deste modo, só aceitaram a sua realização quando entenderam que o objetivo do INRC é identificar e documentar – através de sua memória, de seus relatos, assim como de filmes, registros fotográficos – aquilo que eles consideram importante e relevante para a manutenção de sua identidade, percebendo assim o significado

de, através deste, fazer reconhecer sua autodeterminação, superando a condição marginal e obter, finalmente, seus direitos diferenciados atendidos.

Em 2004, teve início o Inventário junto à comunidade *Mbyá-Guarani*, na Reserva Indígena do *Inhacapetum*, distante 26 km do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, o qual foi estendido, em seguida, a outras comunidades em outros municípios, considerando a forma específica de ocupar o solo destes que, via de regra, estão em constante mobilidade entre as aldeias. A expansão da territorialidade neste Inventário demonstra a complexa rede étnica de comunidades distribuídas em diferentes estados brasileiros, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, ultrapassando as fronteiras por terras da Argentina, Uruguai e Paraguai, isto já previsto pela metodologia do INRC como demonstra Castro (2008).

Sua itinerância demonstrou ter a cidade de São Miguel como um importante lugar de passagem por ocasião de seu trânsito entre as aldeias situadas no Brasil, Argentina e Paraguai (MORAES, 2010), (IPHAN, 2007). Neste sentido, o INRC da *Comunidade Mbyá-Guarani* destacou seis localidades, apontadas pelo IPHAN (2007) como sendo as principais ligadas ao seu trânsito na região de modo que, nestas diversas localidades²⁶⁹, se fazem presentes lugares onde há celebrações, saberes e formas de expressões consideradas representativas do modo de estar *Mbyá-Guarani*, esta construída pela constante itinerância das famílias entre as diversas comunidades. Neste sentido, alguns conceitos foram identificados no modo de vida *Mbyá* e orientaram o processo de “patrimonialização” no tocante a suas condicionantes naturais, sociais e cosmológicas, são eles: “a cosmo-ecologia”, “a dimensão do mistério”, e também “a natureza e territorialidade livres”.

No tocante ao conceito de “cosmo-ecologia”, é importante perceber o uso da linguagem sagrada feita pelos mais velhos (*karaí*) com os deuses, os quais têm na figura dos mais velhos o principal articulador deste diálogo. Assim, as dúvidas de conduta, sejam de ordem social, econômica e/ou políticas, serão respondidas pelos deuses através dos *karaí*. Eles indicam aos *Mbyá*, os caminhos a serem trilhados nesta Terra. E, ainda, o uso ritual do cachimbo, da erva-mate, as conversas ao redor do fogo e no interior da casa de rezas (*Opy*) são formas de encontrar a inspiração às mensagens dos deuses.

Outro conceito peculiar é a “dimensão do mistério” em torno de sua casa de reza, onde é negada a entrada para o não-índio neste templo sagrado. É o local por excelência da atividade xamânica em suas diferentes facetas: religiosa, terapêutica, conselheira e de troca de saberes. Ela congrega todos os elementos dos *Mbyá-Guarani*: o *karaí* e sua tribo, o fogo, a fumaça, o cachimbo, o canto, a dança, o chimarrão. Já o conceito de “natureza e territorialidade livres”, inerentes à questão espacial, diz respeito à constante mobilidade como característica fundante dos *Mbyá*, não só entre as aldeias no Estado do Rio Grande do Sul, como em outros estados, inclusive Paraguai, Argentina e Uruguai, demonstrando haver uma forte ligação com regiões distantes.

É também relevante, com relação à natureza e a territorialidade, a escassez da matéria-prima para o ritual de nominação de seu povo, o *nhemongarái*, pois é feito no momento da festa da colheita do milho, em conjunto com o vegetal *quembe*, uma vez que, atualmente, tem sido difícil encontrar estes dois elementos na mesma aldeia, muitas vezes causadas pela insuficiência de terras, o que acarreta no fato de os jovens permanecerem sem nome por um longo período.

Isto posto, tem-se que este Inventário culminou num diagnóstico das principais dificuldades enfrentadas na perpetuação de suas práticas culturais, permitindo ao IPHAN ações de salvaguarda em relação a estas, as quais têm como objetivo a preservação de

²⁶⁹ São elas: São Miguel das Missões, a Reserva Indígena Inhacapetum (ambos no município de São Miguel das Missões), o Caaró (município de Caibaté), a Terra Indígena Lomba do Pinheiro (município de Porto Alegre) e a Terra Indígena Capivari (município de Palmares do Sul).

elementos culturais detectados no Inventário e ameaçados de desaparecimento²⁷⁰. Também como ações de salvaguarda realizaram-se dois encontros, em 2007 e 2008, denominados de “Encontros Povos Indígenas e o Patrimônio: os *Mbyá-Guarani* e as Missões”, fruto da mobilização *Mbyá* no contexto do Inventário.

Nestes encontros, o IPHAN em parceria com o Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (CRESPIAL), e com a participação dos *Mbyá* de diversos estados brasileiros, bem como dos países latinos vizinhos, discutiram-se as principais reivindicações e o compartilhamento da experiência já realizada no Rio Grande do Sul, para o reconhecimento do patrimônio guarani compreendido no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, visando ações articuladas, uma vez que o povo guarani está em constante trânsito por esses países. Encontros esses que colocaram em evidência que, apesar de estarem dispersos em tão vasto território, os Guarani estão unidos pela língua, pelo parentesco, pelas práticas espirituais e na luta pelo reconhecimento identitário.

Outrossim, como desdobramento das etapas do INRC, apontados no texto do IPHAN (2007), a Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo solicitou formalmente ao governo federal o reconhecimento por meio do Registro de Bens de Natureza Imaterial, os seguintes bens culturais: o Parque Arqueológico de São Miguel Arcanjo (*Tava Miri*) como *Lugar de Memória*, de importância cultural para os *Mbyá-Guarani*. Isto porque a *Tava Miri* simboliza não somente a luta diária para os *Mbyá*, como também a luta por territórios, uma vez que, para eles, os antepassados deixaram ali a *Tava Miri* justamente com a intenção de mostrar como este território consiste num território tradicional de luta.

E ainda, o *Nehomongarái* como *Celebração*, por seu papel constitutivo para a identidade *Mbyá-Guarani*, por ser um ritual de nominação das crianças e de alguns adultos que julgam terem recebidos nomes errados, uma vez que este ritual garante o restabelecimento da saúde dos indivíduos e o fortalecimento das comunidades das quais eles fazem parte. Isto porque, atualmente, o ritual está comprometido pela falta nas aldeias, dos elementos utilizados no consumo de *tembiú* (alimento tradicional que deixa o corpo leve) e dos frutos sagrados *guembé* e do *avatí eteí* utilizados no preparo do *Mbojapé*, como já referendamos no decorrer do texto.

Considerações finais

O que podemos perceber no INRC Comunidade *Mbyá-Guarani* é que os sujeitos, no caso os *Mbyá-Guarani*, subvertem a lógica da metodologia do INRC, no que diz respeito à salvaguarda das referências culturais, isto porque para eles não interessa que o Estado brasileiro promova a salvaguarda de seus cantos, de seus rituais, de seus saberes e de seus fazeres, na medida em que eles mesmos fazem com toda a propriedade, sem depender ou precisar de apoio externo. No entanto, eles precisam de salvaguarda para as condições básicas de sua autodeterminação. Assim, suas demandas são por terras férteis e por áreas de florestas. Nesse sentido, também se constatarem as contradições existentes e a polissemia do conceito patrimônio encontrado no INRC Comunidade *Mbyá-Guarani*, pois aquilo que os *Mbyá-Guarani* veem como um patrimônio que precisa ser salvaguardado é subjetivado com as terras férteis de florestas, com os atributos da biodiversidade da fauna e flora, tendo,

²⁷⁰ Neste sentido, destacam-se algumas ações realizadas decorrentes deste primeiro momento do Inventário, quais sejam: o filme *Duas Aldeias, Uma Caminhada*, de Ariel Ortega (Kuaray Poty) cacique *Mbyá-Guarani* da aldeia Tekoa Koenju, no município de São Miguel, financiado pelo IPHAN com a orientação da ONG Vídeo nas Aldeias, onde eles registraram a identidade e a memória guarani, os seus direitos sobre a *Tava Miri* São Miguel Arcanjo, bem como demonstraram suas principais dificuldades no usufruto dos recursos naturais que fundamentam o *Mbyá rekó*, seu modo de estar. E, ainda, como resultante dos encontros de 2007 e 2008, a publicação do Livro: *Tava Miri* São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os *Mbyá-Guarani* nas Missões, onde constam registros fotográficos, musical e dos principais aspectos do Inventário Nacional de Referências Culturais Comunidade *Mbyá-Guarani*.

portanto, sua adjetivação propriedade econômica e valor de mercado. Pois as terras são para eles o maior patrimônio, são a garantia das condições básicas para a sua autodeterminação, para que os mesmos possam fazer a realização do *Nehomongaraí*, como Celebração, e, também, o registro do Parque Arqueológico de São Miguel Arcanjo (*Tava Miri*) como *Lugar de Memória* destes. Contudo, o INRC ainda não está acabado e ainda aguarda o registro. Mas isso é algo que será desenvolvido mais adiante, em outro texto.

Referências

BRASIL. Constituição Federal BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** - CF/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884por.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. p.49-58 Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FREIRE, Beatriz Muniz. A aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais junto aos *Mbyá-Guarani* em São Miguel das Missões e as possibilidades de diálogo com o presente. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GOELZER, Ana Lúcia (orgs.). **Fronteiras do mundo ibérico – patrimônio, território e memória das Missões**. p. 119-125 Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. Apresentação. In: IPHAN. **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões**. Publicação produzida através do trabalho da equipe executora do INRC junto às comunidades *Mbyá-Guarani* do Rio Grande do Sul entre os anos de 2004 e 2007. p. 6. IPHAN. Porto Alegre: 2007.

IPHAN. **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões**. Publicação produzida através do trabalho da equipe executora do INRC junto às comunidades *Mbyá-Guarani* do Rio Grande do Sul entre os anos de 2004 e 2007. IPHAN. Porto Alegre: 2007.

_____. **INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo/ RS**. Minc – IPHAN/ 2004-2006. 2 v.

LEVINHO, José Carlos. Kusiwa, Arte gráfica Wajãpi: patrimônio cultural do Brasil. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. p. 17-18. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

MEIRA, Ana Lúcia Goeelzer. Apresentação. In: IPHAN. **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões**. Publicação produzida através do trabalho da equipe executora do INRC junto às comunidades *Mbyá-Guarani* do Rio Grande do Sul entre os anos de 2004 e 2007. p.5. IPHAN. Porto Alegre: 2007.

MEIRELLES, Mauro; PEDDE, Valdir. Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade. In: **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, p. 1-20, 2014.

MORAES, Carlos Eduardo Neves. **A refiguração da Tava Miri São Miguel na Memória Coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS**, Brasil. 196f. Dissertação (Mestrado) UFRGS/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10, p. 7-28. Dez. 1993. PUC/SP. São Paulo: 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo** – História da Produção de uma Identidade Regional. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2009.

ZELIZER, Viviana A. Circuits within Capitalism. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (Eds.). **The Economic Sociology of Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 289-321.

_____. **Pricing the priceless child**: The changing social value of children. New York: Basic Books, 1985.

_____. Repenser le marché: la construction sociale du 'marché aux bébés' aux États Units, 1870-1930. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 94, 1992, p. 3-26.

Moradores do Fallet narram suas memórias: identidades, pertencimento e *sentido do lugar*

Silvana Bagno²⁷¹

Sérgio Luiz Pereira da Silva²⁷²

Diana de Souza Pinto²⁷³

Resumo

Objetivamos apresentar o senso de pertencimento e de *sentido de lugar* atribuído pelos antigos moradores de uma favela de Santa Teresa, Rio de Janeiro, a partir de suas narrativas, memórias e experiências. Entrevistados em grupos focais, os descendentes dos primeiros habitantes desta localidade, outrora um bairro, relatam que vivenciaram transformações importantes ao longo dos anos, em decorrência de um processo de favelização, da presença do narcotráfico e, atualmente, devido à presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), passaram a conviver numa zona de conflitos entre os moradores, traficantes e a polícia militar. Há em suas narrativas, uma forte identificação com o lugar e, através delas, eles vêm se construindo discursivamente como *homens-memória*, empenhados em difundir os *lugares de memória*, atualmente presentes apenas em suas lembranças (NORA, 1993). Nelas vislumbra-se um intuito de resgatar, dignificar e difundir a *identidade deste lugar* como uma comunidade que possui inúmeros recursos humanos e culturais.

Palavras-chave: memórias, narrativas, identidades, pertencimento, lugar.

Introdução

A partir das narrativas de moradores da favela do Fallet²⁷⁴, localizada no bairro de Santa Teresa, cidade do Rio de Janeiro, em grupos focais²⁷⁵, identificamos um forte desejo de preservar e difundir a história e as memórias locais e de reconhecimento, valorização e respeito, a fim de desconstruir o preconceito e a discriminação com que as favelas e seus moradores foram vistos desde o seu surgimento, no final do século XIX.

As favelas, inicialmente, eram representadas como sinônimo de criminalidade, cujo significado era o de “invasão ilegal do terreno alheio”. Somente a partir da década de 1980, esse termo passou a significar violência urbana e crimes violentos, em geral praticados pelos traficantes de drogas, assim como pela polícia em ação nas favelas, segundo revelam Campos (2011), Gomes et al (2006), Maiolino (2008) e Velho (2000).

Mas, ao lado dessa imagem negativa, nos últimos 30 anos, as favelas passaram a ser, política e socialmente, consideradas uma solução para os problemas de habitação para as populações mais pobres. Acadêmicos, pesquisadores, artistas, arquitetos, dentre outros, têm

²⁷¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Bolsista CAPES. E-mail: silvana.memoriasocial@gmail.com

²⁷² Professor adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. E-mail: slps@uol.com.br

²⁷³ Professora associada I, pesquisadora e docente no Programa em Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: dianap@globo.com

²⁷⁴ O Fallet está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, podendo-se adentrar na favela pelo Rio Comprido ou por Santa Teresa. A região do *Fallet/Amavale* (Associação de Moradores e Amigos do Vale), pertence à Área de Planejamento I, Região Administrativa XXIII, Santa Teresa, segundo dados divulgados pelo Instituto Pereira Passos, com base no Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

RIO DE JANEIRO. (Prefeitura do Rio de Janeiro). Instituto Pereira Passos. Rio + Social. **Panorama dos Territórios. UPP Fallet-Fogueteiro e Coroa**. Rio de Janeiro, setembro de 2014. 26 p. Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%c3%b3rios-UPP-Fallet-Fogueteiro-e-Cor%C3%B3a.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2014, 21:30:50.

²⁷⁵ Os grupos focais são grupos de discussão, normalmente utilizados para coleta de dados em pesquisa qualitativa, em que os participantes debatem sobre um tema específico. Estes ocorreram no Instituto Petra / Nando é Vida, situado ao lado da Associação de Moradores e Amigos do Vale (Amavale).

contribuído para um novo olhar sobre esse segmento da população, valorizando o capital cultural local (GOMES et al, 2006; MAIOLINO, 2008; VALLADARES, 2005).

Os discursos sobre as favelas e seus moradores oscilam entre aqueles mais pejorativos, discriminatórios, criminalizadores e aqueles que as valorizam, reconhecendo seus recursos humanos e potenciais. Ambos os discursos, segundo Judith Butler (2004, 2006), têm influência marcante na constituição desses sujeitos, uma vez que a linguagem – em especial, ao sermos chamados por um nome, ou insultados – produz efeitos para o reconhecimento e a identificação do sujeito.

Os moradores idosos do Fallet desejam *falar*, *narrar* sua história, suas origens, seu passado *glamouroso*, seu patrimônio humano, cultural e desportivo, assim como transmitir suas memórias àqueles que não tiveram essa experiência (NORA, 1993). Precisam acima de tudo, esclarecer a identidade espacial do Fallet (GUPTA; FERGUSON, 2000) e, por conseguinte, a sua própria (ELIAS; SCOTSON, 2000).

As Memórias e experiências dos idosos do Fallet

Observamos que o intenso desejo dos moradores idosos do Fallet em relatar suas memórias e experiências tinha como fator central de motivação, o esclarecimento do equívoco de se considerar a totalidade do Morro do Fallet como favela e a restituição da identidade deste lugar como um bairro. Segundo seus relatos, a área onde eles habitam é oriunda de um loteamento datado de 1922, que foi se constituindo como um bairro, que abrigava imigrantes ingleses, italianos, portugueses e alemães, distribuídos espacialmente em partes distintas do local.

Posteriormente, um grupo de moradores conhecido como o *Clube dos Trinta* (30 sócios-proprietários) fundou um clube fechado, denominado *Associação Atlética Fallet*, onde hoje está instalada, na Rua Fallet, a Associação de Moradores e Amigos do Vale, a *Amavale*. Neste local ocorriam, segundo suas palavras, *bailes de gala*, semanalmente. O clube recebia grupos de Bossa Nova e outros famosos na época, como o *The Fevers*.

O bairro, segundo seus relatos, destacava-se também nos esportes e cultura: havia um time de futebol, um time de basquete vencedor de muitos campeonatos, dois blocos carnavalescos (sendo que um deles desfilava na Avenida Rio Branco e se consagrou em muitos carnavais). Eles afirmam ainda que possuíam “o melhor grupo de teatro amador do Rio de Janeiro”. Além disso, instalaram-se no local, duas fábricas, que empregaram muitos moradores: uma de biscoitos e uma de calçados. Esta última localizava-se onde atualmente está situado o *Instituto Petra / Nando é Vida*. Estes locais, ligados a uma lembrança ou fragmentos de memórias, podem ser considerados *Lugares de Memórias*, conceito postulado por Pierre Nora (1993).

Este grupo de idosos argumenta que, pelo fato de serem proprietários de suas casas e pagarem IPTU, a região do Fallet onde eles habitam deve ser considerada como bairro e não, como favela.

O processo de favelização, segundo eles, foi se dando com a chegada de moradores menos abastados, em geral nordestinos e mineiros, que trabalhavam nas obras do metrô e que se instalaram em barracões de zinco na parte mais alta do morro e na região do Morro do Fogueteiro (Unidos de Santa Teresa), conforme mapa abaixo. Posteriormente, este processo acirrou-se com a entrada do tráfico de drogas, no final da década de 1970, início dos anos 1980, quando teve início a desvalorização da região no mercado imobiliário.



FIGURA 1 – Mapa correspondente ao conjunto de favelas situadas nos bairros do Rio Comprido, Estácio, Catumbi e Santa Teresa, correspondente às UPPs São Carlos e Fallet-Fogueteiro e Coroa, em que se pode observar a região do Fallet Amavale (A. M. e Amigos do Vale).

Fonte: PORTAL GEO RIO/ Sistema de Assentamento de Baixa Renda (SABREN) / Instituto Pereira Passos (IPP), 2013. INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP), 2012. In: RIO DE JANEIRO. (Prefeitura do Rio de Janeiro). Instituto Pereira Passos. Rio + Social. Panorama dos Territórios. UPP Fallet-Fogueteiro e Coroa. Rio de Janeiro, set. de 2014. 26 p. Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%c3%b3rios-UPP-Fallet-Fogueteiro-e-Cor%C3%B3a.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2014. 21:30:50.

Os idosos revelam ainda que a denominação *Morro do Fallet* surgiu com a entrada do tráfico armado, esclarecendo que antes disso ocorrer, a atividade já existia, mas tratava-se apenas da venda de maconha para os usuários. A região foi invadida por traficantes do Complexo do São Carlos, elevando, na ocasião, o número de furtos, assaltos e estupros na região. A partir dessa situação caótica, segundo seus relatos, “aqueles daqui que tinham tendência para a bandidagem se uniram e destituíram os bandidos de lá. Na ocasião, eles foram os nossos heróis, mas depois eles tomaram o gostinho pela coisa e ficaram na atividade...”.

Tais acontecimentos marcaram o início da decadência do Fallet, que passou a ser veiculado pela mídia como um lugar violento²⁷⁶, acentuando tanto a sua desvalorização, quanto a divisão entre os moradores mais antigos, com melhores condições socioeconômicas e os mais recentes, que viviam em condições mais precárias. Entretanto, eles afirmam que atualmente, essa segregação está sofrendo alterações, sendo minimizada, em virtude da revalorização da região, pós UPP. Além disso, contestam as notícias sobre crimes e atos violentos atribuídos ao Fallet, alegando que, muitas vezes, estes ocorrem em outras favelas, mas a responsabilidade sobre os mesmos sempre é genérica e erroneamente imputada ao Fallet.

Mas, naquela época, em decorrência da favelização e do narcotráfico, teve início uma gradativa redução do poder aquisitivo do que eles apontaram como a “elite” do Fallet. Muitos moradores tiveram que deixar o lugar e grandes áreas foram ocupadas desordenadamente. A

²⁷⁶ TRINDADE, Priscila. PM atingido em tiroteio no Rio está tetraplégico, informa secretaria. Agente participou de uma troca de tiros com traficantes no Morro do Fallet, centro do RJ. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2011. Disponível em: < <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pm-atingido-em-tiroteio-no-rio-esta-tetraplegico-informa-secretaria,772092#>>. Acesso em: 10 jan, 2014.

vida social dos habitantes daquele bairro foi sofrendo drásticas alterações, a começar pela decisão de se fechar o clube, invadido pelos traficantes para suas festas privadas.

Aos poucos, suas atividades esportivas e culturais foram sendo encerradas, estando presentes apenas em suas memórias. E, se ao contar um fato, o revivemos, esta talvez seja a essência do desejo destes senhores, ou seja, a possibilidade de um encontro com o seu passado, pleno de conquistas, vitórias e alegrias. E desse modo, (re) construir essa realidade e reencontrar os seus pares, não apenas para tratar de problemas que envolvam a comunidade, mas para (re) contatarem a sua força, potência, vitalidade e criatividade e difundi-las.

Além dos novos moradores, desde 2011, a comunidade tem convivido com os policiais militares da UPP e esta relação tem sido conflituosa. Dois comandantes dessa UPP foram afastados: o primeiro, por corrupção e recebimento de propina do narcotráfico; o segundo, por denúncias de violação de direitos humanos. Os abusos e ações violentas praticadas pela polícia antes do afastamento do segundo comandante eram tão frequentes que levou a uma agenda de reuniões no final de 2012, início de 2013, entre moradores, lideranças (Amavale/Fallet e Amust/Fogueteiro), a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), representantes da Secretaria de Segurança (SESEG), a Comissão de Direitos Humanos (ALERJ), equipes de gestão social do Programa Territórios da Paz, pertencente à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e da UPP Social, vinculado ao Instituto Pereira Passos (IPP), e ainda, pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Nestas reuniões, os moradores, bastante revoltados, denunciaram que têm sido ameaçados, e que, sobretudo as crianças são constantemente indagadas, ao serem erguidas pelo braço ou ter um fuzil apontado para elas, a respeito do paradeiro dos traficantes. Não lhes é facultado brincar pelas ruas da favela, soltar pipa ou correr, pois os policiais dão ordem de irem para suas casas. Frequentemente lançam spray de pimenta pelas ruas, asfixiando pessoas e animais.

O Programa de Pacificação, segundo as perspectivas dos sujeitos entrevistados, da mídia e da literatura possui forte ênfase no controle repressivo sobre os moradores dessas regiões, sobretudo para com os jovens, impactando sua circulação e sociabilidade em seus locais de moradia e na maneira como experenciam e se relacionam com a cidade, mantendo-se à margem da mesma e do Estado (LEITE; SILVA, 2013).

Afora essa relação desequilibrada e conflitiva, a chegada da UPP abriu portas para que os serviços essenciais e alguns projetos sociais, esportivos e culturais adentrassem na comunidade, ainda que a passos lentos. No discurso de muitos moradores, sobretudo os mais velhos, esse é um tempo de paz, sem tiros, sem mortes e sem bailes até o raiar do dia.

Nesse contexto, marcado por tensões e frustrações, ao mesmo tempo em que há a esperança de um futuro mais promissor, acolhemos a “*vontade de memória*” desse lugar, desses *homens-memória*, que revelam, através de seus discursos, uma intenção memorialista que preserve a identidade desse local com que possuem fortes vínculos afetivos, que teve um passado glorioso e que poucos, atualmente, conhecem.

O conceito de *lugares de memória*, de Pierre Nora (1993), se refere aos locais que contêm a memória de uma sociedade; pertencentes a outro tempo, são aquilo que resta e que se perpetua. Podem ser *materiais* (onde a memória social pode ser apreendida pelos sentidos) e *imateriais*; estes podem ser *funcionais* (onde se alicerçam as memórias coletivas) e *simbólicos* (onde a memória coletiva se expressa e se revela). São locais nos quais os atores sociais se reconhecem e desenvolvem um sentimento de identidade e de pertencimento.

No Fallet, alguns desses lugares materiais estão preservados; outros foram transformados. A Associação Atlética, onde ocorriam os bailes, deu lugar à atual Associação de Moradores (Amavale). A quadra, onde treinava o time campeão de basquete foi transformada em creche. Permanece uma muralha situada na área de interseção entre o Fallet Amavale

(região onde esse grupo de moradores habita) e o Ocidental Fallet (área apontada por eles como mais pobre). Curioso é que mesmo os moradores idosos e descendentes dos primeiros habitantes do Fallet desconhecem a procedência dessa muralha.

Gupta e Ferguson (2000) esclarecem que a experiência do espaço é socialmente construída, fruto da associação entre lugares e povos. Eles afirmam ainda que as noções de localidade ou comunidade referem-se tanto a um espaço físico, quanto a agrupamentos de interação.

Além disso, consideramos que, através da narração de histórias, os indivíduos e grupos constroem suas identidades e desenvolvem o senso de pertencimento. Do mesmo modo, concebemos que tanto o discurso, quanto a memória e as identidades são conceitos dinâmicos, construções sociais (Moita Lopes, 2001), recriadas na interação, o que pode ser observado neste grupo de moradores participantes dos grupos focais. Pela organização do nosso discurso através das narrativas, segundo o autor, constantemente atualizamos e co-construímos o conhecimento sobre quem somos na vida social.

Considerações finais

As favelas cariocas são regiões políticas, sociais, econômicas e culturais marcadas por suas histórias e memórias. E, uma vez que as identidades sociais se formam a partir das experiências vividas e das lembranças de tais experiências, trazer o passado à tona implica em resignificá-lo, ampliando o conhecimento e a compreensão que se tem do mesmo, o que proporciona uma oportunidade de escolha em relação ao que se está construindo e ao que se *deseja* construir.

A partilha das memórias e experiências dos idosos de uma comunidade, sobretudo para os mais jovens, traz em si a oportunidade de maior envolvimento intergeracional, comunitário e de ampliação do sentimento de pertencimento ao grupo e ao lugar.

Do mesmo modo, contar suas lembranças e experiências contribui tanto para o fortalecimento de suas identidades, quanto para a resignificação do seu *habitat*, de modo a propiciar a sua inserção social enquanto habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

- BUTLER, Judith. **Vida Precária**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- _____. **Language, poder e identidade**. Madrid: Síntesis, 2004.
- CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela: a produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GOMES, M. F. C. M. et al. **Desigualdade e exclusão nas metrópoles brasileiras: alternativas para seu enfrentamento nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2006.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da Cultura: espaço, identidade e Política da Diferença. In: ARANTES, Antonio (Org.). **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Papius, 2000. Cap. 2, pp. 30-49.
- LEITE, M. P.; SILVA, L. A. M. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de “pacificação”. In: Vieira, N. C. (Org.); Feltran, G. S. (Org.). **Sobre Periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora/FAPERJ, 2013.

MAIOLINO, A. L. G. **Espaço Urbano**: conflitos e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

MOITA LOPES, L. P. Práticas Narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (Org.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001. P. 55-72.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. V. 10, 1993.

VALLADARES, L. P. **A Invenção da Favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: **Cidadania e Violência**. 2ª. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.

A vida em memórias de dor: mulheres na ditadura civil-militar de 1964-1985

Elanara Corcini Lima²⁷⁷

Aline Accorssi²⁷⁸

Resumo

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre como as mulheres que sofreram violência dos agentes do Estado no período da ditadura civil-militar de 1964-1985 conviveram com as memórias de dor e reconstruíram suas vidas. O presente estudo buscou conhecer como as memórias de dor atuaram sobre suas vidas, as experiências que lhes permitiram reconstruir sua história, e como as questões de gênero perpassaram essas vivências. A abordagem metodológica foi qualitativa através do uso de narrativas, análise com o método hermenêutico dialético tendo como categoria Gênero. Os resultados demonstraram que a vida das pesquisadas foi reconstruída com base em experiências como cooperação, amizade, oportunidade de estudar, participação em organizações sociais, e de relações sexuais menos repressoras. A dor dos momentos vividos sob a submissão do Estado permaneceu em suas memórias, mas as vivências de relações mais igualitárias lhes propiciaram condições favoráveis para a reconstrução de suas vidas.

Palavras-chave: Gênero; Ditadura; Memória; Memórias de Dor; Feminismo.

Introdução

Este trabalho é a apresentação dos resultados da pesquisa constante na dissertação “A vida em memórias de dor: mulheres na ditadura-civil de 1964-1985” realizada para o curso de Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE em Canoas. Ela teve como objetivo conhecer como as mulheres que sofreram violência dos agentes do estado na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 convivem com as memórias de dor e reconstróem suas vidas.

A violência na vida das mulheres brasileiras não é desconhecida. Em relação ao homicídio de mulheres, o Brasil ocupa o 7º lugar entre 84 países, conforme o “Mapa da Violência 2012” (WASELISZ, 2012). A experiência da violência produz memórias de dor que podem afetar a autoestima das mulheres, expondo-as, por exemplo, a um risco maior de depressão e, até mesmo, a tendências ao suicídio (DAY et al, 2003). As mulheres que de alguma forma se opuseram ao governo estabelecido na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 foram vistas como cometendo dois pecados: “[...] o de lutar junto com os homens, e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino” (COLLING, 1997, p. 80). Algumas foram mortas, outras se suicidaram, mas também houve aquelas que conseguiram reconstruir suas vidas, como, por exemplo, Dilma Rousseff, presidenta do Brasil, e Eleonora Menicucci, secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Ela foi desenvolvida em um contexto interdisciplinar entrelaçando, direta ou indiretamente, áreas como Filosofia, História, Sociologia, Estudos de Gênero e Feministas, Psicologia e Psicologia Social em momentos de transbordamento ou retraimento da memória. As memórias de dor foram produzidas em um contexto histórico, e conhecê-lo foi um dos ingredientes para compreensão das histórias de vida. A trama dos conteúdos se definiu entre gênero, feminismo, memória e contexto histórico.

²⁷⁷ Mestre em Memória Social e Bens Culturais – UNILASALLE - Canoas, nara@cpd.ufrgs.br.

²⁷⁸ Orientadora Profa. Dra. Aline Accorssi do Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais – UNILASALLE – Canoas, aline.accorssi@unilasalle.edu.br.

Gênero como categoria de análise

As mulheres, ao longo da história, realizaram diversos movimentos por direitos. A partir do século XVII foram encontrados registros de movimentos requerendo igualdade sexual, que foi definido como o início do feminismo (GARCIA, 2011). Nos estudos feministas, Joan Scott apresenta o conceito de gênero, sendo ele o “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Dito de outra forma, o feminino e o masculino se definem a partir da relação entre os sexos, e com esta, as relações de poder. Em *Sexo e Temperamento*, Margaret Mead mostra em seus estudos antropológicos, na observação de três tribos da Nova Guiné (entre 1931-1933), o gênero se apresentando diferentemente.

Numa delas, homens e mulheres agiam como esperamos que as mulheres ajam: de um suave modo parental e sensível; na segunda, ambos agiam como esperamos que os homens ajam: com bravaria iniciativa; e na terceira, os homens agem segundo nosso estereótipo para as mulheres, são fingidos, usam cachos e vão às compras, enquanto as mulheres são enérgicas, administradoras, parceiros desordenados. (MEAD, 2011, p.10)

Outra construção de gênero se encontra na comunidade Mosuo, na China, com vinte e cinco mil habitantes. “É uma sociedade de mulheres fortes, dominantes e de caráter, mas ser atraente, manter a capacidade de sedução e ser considerada bela é tão importante quanto nas sociedades patriarcais.” (COLER, 2008, p. 31). Nessa comunidade não existe a figura do pai: as crianças são cuidadas por todas/todos da casa; não há casamento (homens e mulheres podem estabelecer relações sexuais livremente, podendo ser por uma noite ou por um tempo maior, desde que os dois concordem) (COLER, 2008).

As comunidades apresentadas por Margaret Mead e Ricardo Coler demonstram diferentes modelos de gênero, facilitando a compreensão da construção cultural do masculino e do feminino. Na comunidade Mosuo e na que Mead apresenta, homens e mulheres agem de “suave modo parental e sensível” (MEAD, 2011, p.10); são organizações onde violência não é marca, e, sim, cooperação. Nas outras duas comunidades expostas por Mead a violência estava presente; quatro comunidades foram apresentadas com quatro construções de gênero e organizações sociais diferentes.

Isso permite compreender o aspecto relacional do conceito de gênero, e que a mudança nessa relação possibilita a transformação social, isto é, que a organização social está constituída, mas não é imutável, podendo se organizar diferentemente, conforme se altera a relação entre os sexos. Nessa transformação, a relação de poder também pode ser alterada, pois esta é constituída através de instituições, discursos, saberes, etc (FOUCAULT, 1979).

O conhecimento de gênero contribui para o entendimento sobre a existência dos governos ditatoriais, que se desenvolveram em organizações sociais e relações de gênero onde a violência já se fazia presente; não é um elemento estranho. Em épocas de governos ditatoriais, a violência se acentua por parte dos governantes sobre os governados (através das instituições).

As mulheres têm avançado nas suas conquistas, como no direito ao voto, ao divórcio, nos direitos legais e políticos, nas políticas públicas, no reconhecimento de diversos tipos de violência (através da Lei Maria da Penha), no direito constitucional de igualdade de direitos e obrigações (PEDRO; GUEDES, 2010). No entanto, ainda há um caminho a ser trilhado na direção para uma sociedade onde a dominação e as diversas formas de violência não sejam a marca social.

Metodologia

A abordagem metodológica utilizada foi de cunho qualitativo por retratar experiências²⁷⁹ que são constituídas por afetos e vivências, marcas possíveis de serem conhecidas apenas a partir dos seus significados. Entrevistas narrativas com mulheres que sofreram tortura praticada por agentes do Estado no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 foram utilizadas para a coleta de dados. Ao todo cinco entrevistas foram realizadas. A análise das entrevistas foi realizada com o método análise hermenêutica dialética (MINAYO, 2008) visando à compreensão e crítica social.

Resultados e Discussões

Para a apresentação dos resultados dividimos em duas partes: experiências vividas na dor e reconstrução: os caminhos percorridos. Cada um dos itens contém as categorias a eles relacionadas com sua discussão e análise.

Experiências vividas na dor: Mera Vida

Mera Vida, conceito de Walter Benjamin, de como a vida não tem valor simplesmente por sua existência (BENJAMIN, 2011), a vida da mulher ou do homem não tem significado por si só. A partir disso, procura-se compreender como o sistema de repressão englobava a todos que fossem considerados inimigos. O aniquilamento do outro, o prisioneiro, o “subversivo” faziam parte do processo, e para este fim havia normas, procedimentos. O corpo do outro era usado como ferramenta para atingir o objetivo, como um revólver. Os prisioneiros eram despidos de suas roupas, de suas crenças, de sua humanidade, e se no processo houvesse algum vestígio de um humano, era limpo, higienizado (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994).

A existência de instituições como o exército e a polícia, que exercitam a transformação do outro em *mera vida*, se torna possível em organizações sociais onde a construção de relações de gênero traz embutida a submissão. A submissão do outro é um exercício social no qual as características relacionadas como sendo de um sexo são valorizadas em detrimento das relacionadas ao do outro. Quando a força, a competição e a guerra, associadas ao masculino, são valorizadas em relação à leveza, à cooperação e ao cuidado ligado ao feminino. Esses valores são expandidos e, conseqüentemente, encontrados em diversas instituições sociais, como família, escola, exército, polícia; é o aprendizado de dominação, de aniquilamento do outro, que vai se aperfeiçoando em um exercício de diferenciação, na transformação deste em alguém diferente do eu, o feminino, o novato no exército, o prisioneiro, o comunista, o subversivo. Não há mais uma relação entre homens, entre mulher e homem; há, sim, uma relação entre o eu e o outro.

O processo de experiência de submissão deixa cicatrizes, doenças, dores no corpo e, na memória, lembranças de dor. As pesquisadas Ignez, Nilce, Berta, Celina e Marie carregam em suas memórias a experiência de serem transformadas em “o outro” o objeto.

Nas narrativas observamos que enquanto o objetivo não fosse atingido novas técnicas de aniquilamento iam sendo utilizadas. O que importava era o resultado, o domínio; o outro era desconsiderado.

Experiências vividas na dor: Amizade

No encontro com o outro, um vínculo pode ser estabelecido ou não, e estes podem ser permanentes ou não. O tempo varia, mas não é isso o que importa, mas, sim, a sua existência

²⁷⁹ Experiência compreendida por Maria Rital Kehl, a partir de Benjamin, como um saber que pode ser passado adiante enriquecendo a vida de quem ouve e de quem conta (KEHL, 2009), um aprendizado que deixa marcas, memórias.

no momento em que foi vivenciado. O vínculo espontâneo, recíproco, sem hierarquia, sem contexto determinado e sem norma, chama-se amizade (ORTEGA, 1999); o vínculo que em determinados momentos é uma linha tênue de sustentação, é o fio que pode manter a vida, em um instante, suficiente para possibilitar a existência dos próximos instantes. Foi a experiência vivida por Foucault nas suas tentativas de suicídio, a amizade lhe possibilitou viver o próximo momento (ORTEGA, 1999).

Susel Oliveira da Rosa trabalha o conceito de amizade como forma de cuidado; o encontro com o outro que, de alguma forma, acolhe, restituindo o vínculo com o mundo. É o rompimento com aquela situação que procura transformá-lo em uma mera vida. O sentido de cuidado foi experimentado por Ignez, enquanto presa em uma cela solitária no Presídio Feminino Madre Pelettier, em Porto Alegre/RS. Seus companheiros militantes, também presos, se organizavam para fazer chegar até ela mensagens e correspondências para que não se sentisse sozinha. As mensagens que chegavam até Ignez faziam ela se sentir apoiada; os vínculos se mantinham. Para que a entrega ocorresse, novos vínculos eram criados e ordens descumpridas. Ortega (2002) destaca o caráter transgressor da amizade, ou seja, um vínculo que se estabelece sem regras, livre, sem submissão do outro; relações sem controle, abertas, desconhecidas, consideradas perigosas nas sociedades hierarquizadas, pois o perigo de questionamento se faz presente. O aspecto transgressor é vivenciado entre os “subversivos” presos e alguns dos guardas dos presídios. Os guardas da Penitenciária Feminina Pelettier e do Presídio, na Ilha das Pedras Brancas (no Rio Guaíba, em Porto Alegre), serviram de mensageiros entre os presos dos dois presídios.

No momento em que saíram da prisão, Ignez e Nilce contaram com o apoio e o estímulo dos amigos para reconstruírem suas vidas. A amizade se manifestou de diversas formas apoiando-as, desde o convite para que, por alguns momentos, pudessem afastar suas lembranças dos horrores vividos até a não submissão a mais um sofrimento, neste caso econômico, com a perda do emprego.

Experiências vividas na dor: Impactos Subjetivos e Físicos

A tortura praticada pelo Estado, planejada e executada para a “destruição da pessoa, dos seus valores e convicções” (MARTIN, 2005, p. 436), atravessa a vida de quem é submetido, deixando marcas e transformando-a. O limite da desorganização é vivenciado tanto na relação consigo mesmo como na relação com o outro (o mundo externo). É a experiência de ver, sentir seu corpo e suas emoções serem manipuladas como um objeto pelo outro (o torturador). O resultado são sequelas físicas e psicológicas (MARTIN, 2005).

O medo e a dor pela qual passaram continuam presentes na vida de todas: Nilce, que fez terapia por muito tempo, apresenta dificuldades para dormir antes de conceder entrevistas; Marie dá voltas e mais voltas procurando não abordar os abusos sofridos; Ignez fala sobre o que lhe aconteceu até o ponto em que se aproxima dos “esqueletos no armário”, ou seja, não chega perto deles, volta; Berta sente medo de falar por temer o reencontro com os violentadores; Celina não fala, não quer lembrar.

As marcas das violências sofridas pelas pesquisadas, nos seus corpos e mentes, também são encontradas nas mulheres que sofrem violência doméstica, estupro e abuso sexual na infância. Os rastros são: “lesões, obesidade, síndrome de dor crônica, distúrbios gastrintestinais...”, destruição da sua autoestima, exposição a risco de problemas mentais (DAY et al, 2003, p. 16). Na vivência pós-traumática dos abusos, as mulheres experimentam a sensação de reviver o evento, apatia emocional, dificuldades para adormecer e se concentrar, e se assustam com facilidade (DAY et al, 2003).

O ato de submeter o outro é uma violência que deixa marcas, cicatrizes, tanto no corpo como na memória, não importando quem seja o violentador. As relações de gênero,

baseadas em dominação, contêm, implicitamente e explicitamente, as condições para causar sofrimento, tendo a violência como principal ferramenta de atuação.

Reconstrução: os caminhos percorridos: Estudo e Trabalho

As mulheres brasileiras têm acesso à educação escolar desde 1827 através da Lei do Ensino, mas tal acesso era restrito. A restrição era justificada pelo fato de ser considerado que a missão feminina era ser mãe, além de ser compreendida a mulher como possuindo inteligência limitada e saúde frágil. A educação da mulher tinha como objetivo capacitá-la para as atribuições que lhe eram definidas socialmente, sendo esposa, educadora dos filhos e gerente da casa. Essa definição estava explícita na Lei Orgânica do Ensino Secundário, através do Decreto-lei 4244/1942, o qual orientava que a educação das mulheres deveria realizada em estabelecimentos exclusivos. As restrições diferenciadas para as mulheres foram retiradas em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº 5.692/1971, período em que foi instituído o ensino de primeiro e segundo graus (ROSEMBERG, 2012). Mantinha-se, ainda, a disciplina vinculada à educação do lar.

O ingresso em cursos de graduação permitiu a elas condições de se manterem na época e, conseqüentemente, independência econômica nos dias atuais. No passado, foi um fator que auxiliou na reconstrução de seus caminhos: Berta foi realizar pós-graduação pela empresa em que atuava; Ignez trabalhou como veterinária; Nilce como professora de física e, mais tarde, como pedagoga; Marie, na área gráfica.

Na vida das pesquisadas, o “estudar” foi fator importante após saírem da prisão, por propiciar condições de sustento econômico e novas alternativas de vida.

Reconstrução: os caminhos percorridos: Participação em Movimentos

As pesquisadas estiveram envolvidas em movimentos sociais desde sua juventude, e algumas ainda continuam. A participação em movimentos sociais revela um desejo de mudança que, segundo Serge Moscovici, “depende, sempre, de um posicionamento inquieto, desejante e descontente, que questione a ordem e a uniformidade das normas, condutas e opiniões.” (MOSCOVICI, 2011, p. 9). A minoria pode influenciar a maioria, reciprocamente, em ação e reação, gerando possibilidade de desestabilização do gênero. A inquietação, o descontentamento e o desejo são potências que as mulheres mobilizaram para questionarem e proporem mudanças não só no seu posicionamento social, mas como na própria sociedade quando se escreve sobre os movimentos das mulheres no século XX.

As pesquisadas iniciam suas atuações em movimentos sociais ainda na juventude, principalmente nos movimentos estudantis. O acesso ao estudo abriu a essas mulheres a possibilidade de participarem de um espaço novo, potencializando seus desejos internos, além de novos caminhos. Em um espaço que antes era, preferencialmente, masculino, elas encontraram um ambiente propício para afluírem os seus questionamentos e, ainda, a possibilidade de influenciarem o espaço onde vivem.

Reconstrução: os caminhos percorridos: Maternidade

A repressão utilizou diversos métodos para obter seus fins, entre eles, a tortura. As práticas de violência disponíveis foram a física, a psíquica e a de gênero. O outro deixou de existir, se tornou um mero objeto para atingir seus fins; aniquilar quem resistia à ordem era a regra.

A possibilidade de gerar um Ser Humano é uma capacidade das mulheres. A partir do século XIX e início do século XX, o papel de mãe é valorizado, sendo considerado um destino biológico (CARLOS, 2011), é um papel esperado para que as mulheres exerçam; e, nas décadas

de 1960-1970, elas já eram educadas para serem esposas e mães. Hoje, há quem opte por não ter filhos (PATIAS; BUAES, 2012). Nilce, ao sair de um processo cujo objetivo era a destruição em seus diversos significados (entre eles a possibilidade de ser mãe, pois teve seu útero queimado), sofre por sentir que o torturador possa tê-la atingido nesta capacidade. A descoberta de poder engravidar representou muito mais do que desempenhar um papel, e, sim, a possibilidade de exercer uma vitória sobre o torturador, sobre a repressão. Em outras palavras, a geração de uma vida como uma das formas de resistências; a vitória sobre quem submete. A resistência existe onde há poder, e é uma ação em “oposição” a quem submete, podendo ser individual ou coletiva, e ser realizada de diversas formas, desde a geração de um filho ou pelo movimento de mães, *Movimento Madres de La Plaza de Mayo*, na Argentina²⁸⁰ (WOLFF, 2013). São possibilidades de resistências além daquelas associadas à masculinidade, como as guerrilhas, conforme análise de Cristina Scheibe Wolff, sobre os direitos humanos e os movimentos de resistência no Cone Sul.

As pesquisadas vivenciaram a maternidade de diversas formas, servindo desde resistência ao aniquilamento proposto pela repressão (ao queimar seus úteros) até aquela força que mantém o movimento e possibilita condições de vida. Além disso, impactou na vida de suas mães, que se mobilizaram para apoiá-las, sustentá-las e, assim, lhes propiciarem condições para a sua reconstrução.

Reconstrução: os caminhos percorridos: “Revolução dos Costumes”

Na sociedade da época anterior ao período ditatorial, a mulher continuava sendo educada para o casamento, para o cuidado dos filhos. A virgindade no casamento se fazia presente na vida delas, sinalizando a restrição na vida sexual e esperando manter relações sexuais somente com um homem: seu marido. O sexo faz parte da vida privada, e o homem é educado para o ser chefe da casa e estimulado a ter relações antes do casamento. As relações no casamento eram monogâmicas. Se ele mantivesse relações extraconjugais era uma atitude esperada, perdoável; mas se as mulheres mantivessem relações extraconjugais, elas feriam a honra do marido, mereciam ser punidas (COLLING, 1997). A partir da década de 1960, as mulheres passaram a contar com as pílulas anticoncepcionais, possibilitando separar sexo e reprodução (TELES; LEITE, 2013), ou seja, passaram a ter controle sobre quando desejam engravidar ou não. “A gente faz parte da revolução dos costumes, entendeu? A pílula foi uma aliada maravilhosa pra gente poder começar a transar sem medo. Porque o pessoal tinha medo. De engravidar e coisa e tal.” [Ignez]

As pesquisadas não se furtaram de viverem as transformações de sua época no que se refere à sexualidade, ao estudo, ao casamento. Com as alegrias e tristezas que fizeram parte do contexto.

Conclusão

As pesquisadas, desde jovens, fizeram opções para suas vidas, como não seguirem o curso normal (a opção para a maioria das mulheres na época), cursar o ensino superior, ou seja, decisões que permitiram condições favoráveis para obtenção de trabalho. A reconstrução de suas vidas não foi baseada em estratégias específicas para este fim, mas em um posicionamento ativo permanente sobre suas escolhas, como: não obedecer às regras sexuais vigentes em relação à virgindade, à participação em discussões e movimentos políticos, à construção de relações de amizade, independente do gênero, ou mesmo de serem ou não mães. Talvez o que melhor resuma a história de vida dessas mulheres seja a ousadia de viverem suas próprias escolhas, com suas alegrias e dores. A definição do que era ser mulher

²⁸⁰ Associação das *Madres de Plaza de Mayo* de mães argentinas que lutam por justiça e punição dos culpados pelas mortes e desaparecimentos de seus filhos. Elas se reúnem na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, todas as quintas-feiras, a partir das três e meia da tarde, desde 30 de abril de 1977. (DUARTE, 2011).

na época não lhes servia: questionaram e praticaram a partir de suas compreensões, o que leva a refletir sobre como os papéis de gênero perpassam suas experiências e memórias. As posições dessas mulheres perante suas vidas podem ser compreendidas como questionamentos aos papéis definidos para as mulheres, e isso pode ser observado por suas escolhas, como os cursos escolhidos, a atuação em espaço público (como movimentos sociais), e a opção por relações sexuais não repressoras.

Conforme as observações e análises realizadas, para as pesquisadas, as memórias de dor não foram impeditivas para a reconstrução de suas vidas, apesar de elas estarem sempre presentes, conscientemente ou não. Pode-se dizer que as reconstruções de suas vidas, foram processos permanentes de ativismo somadas às amizades, aos apoios, à cooperação. Em outras palavras, experiências de relações mais igualitárias, como cooperação, amizade, estudo, participação em organizações e relações sexuais menos repressoras as reconstruíram. As formas como o gênero foi vivenciado deixaram marcas positivas ou negativas na memória das pesquisadas. As dores desses momentos sob a submissão ao Estado permaneceram em suas vidas, mas as experiências compartilhadas em parceria lhes propiciaram condições favoráveis para as reconstruções das suas vidas.

O trabalho é o resultado da reflexão do encontro com cinco mulheres. A partir de suas memórias, procurou-se responder aos objetivos propostos dentro dos parâmetros da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2010) e, portanto, este trabalho não se propõe a generalizações nem a encontrar respostas conclusivas, e, sim, buscar compreender como as pesquisadas reconstruíram suas vidas.

Referências

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. **Escritos sobre mito e linguagem**. Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. Duas cidades, 1. Ed. São Paulo, 2011.

CARLOS, Paula Pinhal de. **“Sou para casar” ou “Pego, mas não me apego”?: Práticas Afetivas e Representações de Jovens sobre o Amor, Sexualidade e Conjugalidade**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95583>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

COLER, Ricardo. **O reino das mulheres: o último matriarcado**. Tradução Sandra Martha Dolinsky. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2008.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr. Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, abr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2013.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). IN: **Dicionário crítico do feminismo**. Helena Hirata et al. (orgs.) São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. IN: **Resistência, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Orgs. Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolf e Ana Maria Veiga. Florianópolis: Mulheres, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. 1. ed. São Paulo. Bomtempo, 2009.
- MARTÍN, Alfredo Guillermo. As sequelas psicológicas da tortura. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a08.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.
- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo : Perspectiva, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das minorias ativas**. Tradução do Grupo de Leitura "Ideologia, Comunicação e Representações Sociais"; responsável Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda, 1999.
- _____. **Genealogias da Amizade**. São Paulo, Edições Iluminuras, 2002.
- PATIAS, Naiana Dapieve; BUAES, Caroline Stumpf. **"Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção**. Psicologia & Sociedade. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/06.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.
- PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria(org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2012.
- SCOTT, Joan. **Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Cruz. **Da guerrilha á imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil(1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2013.
- WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul**. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364648266_ARQUIVO_Generoematernidadeanpuh2013.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

O lugar da história e da memória em uma avenida: embates pela mudança da Avenida Castelo Branco (Porto Alegre, 2011-2014)

Caroline Silveira Bauer²⁸¹

Resumo

Este texto apresenta breves reflexões sobre os debates em torno da alteração do nome da Avenida Castelo Branco, localizada na entrada de Porto Alegre, em dois momentos: primeiramente, em 2011, quando foi apresentado o primeiro projeto para alteração do nome da rua; e em 2014, quando além da apresentação, foi aprovada pela Câmara de Vereadores, a mudança. Este caso específico suscita discussões sobre políticas de memória, reparações simbólicas, e a legitimidade social da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: memória, esquecimento, lugares de memória, políticas de memória, III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III)

Introdução

No dia 14 de dezembro de 2011, durante a 119ª sessão ordinária da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, foi votado o projeto de lei 203/11, apresentado pelos vereadores Fernanda Melchiona e Pedro Ruas (ambos do PSOL), que propunha a alteração do nome da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade.²⁸² Em votação nominal, 12 vereadores manifestaram-se favoráveis à mudança, 16 foram contra, 3 se ausentaram e 5 não votaram.²⁸³

Quase três anos depois, com nova legislatura, o projeto de lei 1/14 reapresentou a proposta de alteração do nome da avenida. No dia 27 de agosto de 2014, a Câmara aprovou o projeto por 21 votos a 5.

Quais foram as motivações para a proposição da mudança do nome da avenida? Quais são as hipóteses que podem ser levantadas para a rejeição da proposta, em 2011, e a aceitação da mesma em 2014? Enquanto política de memória, inserida dentro da lógica da justiça de transição, devem ser feitas alterações nos nomes de avenidas, escolas, e demais construções que homenageiam os ditadores brasileiros? Estas são algumas questões que essa apresentação visa responder.

Mudar ou não mudar?

No dia 7 de outubro de 2011, os vereadores Fernanda Melchionna e Pedro Ruas, ambos do PSOL, apresentaram a exposição de motivos que os levavam a propor a alteração do nome da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade. De acordo com o texto, o objetivo era

²⁸¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio grande do Sul e pela *Universitat de Barcelona*. Professora de história contemporânea na Universidade Federal de Pelotas, é integrante do grupo de pesquisa internacional *Memoria y sociedad – las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública: conflicto, representación y gestión* – HAR 2011-23490. E-mail: caroline.bauer@ufpel.edu.br.

²⁸² Todos os dados citados sobre a votação podem ser consultados na página <http://votacoes.camarapoa.rs.gov.br/parlamentares?data=14%2F12%2F2011+00%3A00%3A00&sessao=119&tiposessao=O&tipovotacao=N&votacao=N265#> Último acesso: 30 ago. 2014.

²⁸³ Votos favoráveis: Luciano Marcantônio (PDT), Toni Proença (PPL), Aírto Ferronato (PSB), Fernanda Melchionna (PSOL), Pedro Ruas (PSOL), Adeli Sell (PT), Aldacir José Oliboni (PT), Engenheiro Comassetto (PT), Maria Celeste (PT), Mauro Pinheiro (PT), Sofia Cavedon (PT), DJ Cassiá (PTB); votos contrários: Reginaldo Pujol (DEM), Raul Torelly (PMDB), Haroldo de Souza (PMDB), Professor Garcia (PMDB), Sebastião Melo (PMDB), Beto Moesch (PP), João Antonio Dib (PP), João Carlos Nedel (PP), Paulinho Rubem Berta (PPS), Waldir Canal (PRB), Nelcir Tessaro (PSD), Tarciso Flecha Negra (PSD), Luiz Braz (PSDB), Mario Manfro (PSDB), Eloi Guimarães (PTB), Nilo Santos (PTB); ausentes: Thiago Duarte (PDT), Mauro Zacher (PDT), Idenir Cecchim (PMDB), Bernardino Vendruscolo (PSD); não votaram: Mario Fraga (PDT), Elias Vidal (PPS), Carlos Todeschini (PT), Alceu Brasinha (PTB).

homenagear as gaúchas e os gaúchos que participaram e apoiaram o Movimento da Legalidade, ocorrido no ano de 1961, e refazer o sentido da história do nosso País, lembrando de fatos que contrapõem o regime autoritário civil-militar que vigorou no Brasil no período de 1964 a 1985 e que foi marcado por diversos crimes contra a humanidade.

Conclamando uma “ressignificativa e proposital mudança simbólica no espaço em comento”, os vereadores apresentaram os fatos que marcaram o governo do ditador Castelo Branco, caracterizando o período como “marcado por severas violações aos direitos fundamentais”, “incompatíveis com os ideais defendidos pelo Movimento da Legalidade”.

Ainda, argumentavam que haveria

a necessidade de implementarmos ações voltadas para a conscientização dos cidadãos e cidadãs sobre as violações ocorridas durante a ditadura civil-militar, refazendo o sentido da história de nosso país nesse período. Com efeito, a transição de regimes autoritários para regimes democráticos depende de tais medidas, sob pena de os abusos do passado se repetirem novamente no futuro.

E concluem

Em contraposição à exaltação dos abusos cometidos no passado, o exercício de rememoração deve auxiliar na consolidação de nossa incipiente democracia, valorizando as lutas em sua defesa e resgatando a consciência histórica. A resignificação de espaços públicos possui o condão de reafirmar o compromisso com os valores democráticos vigentes e sinaliza, de forma consciente, a ideia de não repetição dos abusos cometidos durante a ditadura civil-militar. Por certo, a medida aqui proposta configura uma prática institucional capaz de resignificar a história do nosso país, pois a alteração do nome da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade garantirá, no mínimo, uma reflexão da sociedade sobre as violações perpetradas pelo regime civil-militar [...]. Ou seja, traremos à discussão coletiva os diversos abusos cometidos pelo anterior regime, permitindo aos cidadãos formarem consciência de quão perversa foi a ditadura e repudiarem essa forma de governo.

Na exposição de motivos para o projeto de lei 001/14, os mesmos vereadores repetem os argumentos do texto de 2011. No debate estabelecido na Câmara, no dia 27 de agosto de 2014, Pedro Ruas assim se manifesta:

Nós tivemos há pouco tempo a mudança, na Bahia, do nome de uma escola que era Costa e Silva; nós tivemos, Raul Ellwanger, uma mudança, também, agora, em Belo Horizonte: num telefonema, a Susana Lisboa me contou que um viaduto era chamado de Castelo Branco lá, mas não há, nas capitais brasileiras, uma avenida de entrada e saída, uma grande avenida de entrada numa cidade e que também é de saída, por óbvio, que tenha a denominação do ditador cearense, não tem. Nós faríamos a mudança, por isso, reitero esse dado que eu acho da maior relevância, porque a vida e o tempo são implacáveis. A vida passa. Nós temos a chance de fazer o que alguém fará, porque ninguém vai achar, lá no Chile, uma homenagem ao Pinochet, o representante da ditadura militar chilena. Não há mais nada, não há mais nada lá no Chile. (Palmas.) Ninguém vai achar, na Argentina, homenagem ao Videla ou aos generais argentinos – ninguém vai achar. Não existe! Ninguém vai achar, na Itália, homenagem ao Mussolini ou ao fascismo – não existe! Ninguém vai achar, na Alemanha, uma Rua Adolf Hitler, uma Rua Eichmann; ninguém vai achar porque não existe! Porque os povos do mundo inteiro sabem que têm compromisso com a história e com o futuro, e, na sua geração, no seu tempo, no nosso tempo, a nossa geração é hoje. [...] Alguém, lá no futuro, vai dizer por nós, por todos nós aqui, que fazíamos a nossa parte no nosso tempo.

Desde a aprovação em 2009 do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) existe um compromisso do Estado brasileiro em elaborar políticas de memória que visem garantir os direitos à memória e à verdade.

Por políticas de memória, entende-se o conjunto de ações dos Estados para garantir processos individuais e coletivos de reparação, que estabeleçam quais são os parâmetros éticos e morais que sustentam os regimes democráticos e, desta forma, se combata todas as violações aos Direitos Humanos, cometidas no passado e as que ainda permanecem no presente. Seu objetivo retroativo, ou seja, direcionada à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade, fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos.

En ese sentido, las políticas de reparación han sido una expresión de reconocimiento del daño causado a las víctimas y han abierto la posibilidad de un proceso de elaboración del pasado, permitiendo a los afectados poder integrar en sus vidas las experiencias penosas, traumáticas y abusivas ocurridas a causa de la represión política padecida en su propio pasado. (LIRA, 2009, P. 104-105)

A reparação, objetivo primordial das políticas de memória, tem por objetivos que o Estado assuma a responsabilidade pelos crimes cometidos durante a ditadura e, desta forma, desenvolva ações de compensação, restauração e/ou indenização para a coletividade. Objetiva, ainda, realizar ações simbólicas que marquem diferenças com o passado autoritário. Mesmo que se saiba que a reparação é obrigatória para os Estados pós-regimes ditatoriais, não existe consenso sobre como reparar situações que, por definição, são irreparáveis, principalmente em se tratando dos desaparecidos políticos. “Em nosso juízo, nada do que se destruiu se conseguirá recuperar nas mesmas condições em que se perdeu. Ninguém poderá dar vida aos mortos, fazer reaparecer os detidos-desaparecidos, eliminar a experiência da tortura da mente das pessoas que a sofreram.” (BECKER e CALDERÓN, 1993, p. 73) Ou, como questiona Hugo Vezzetti, “¿Hasta qué punto las medidas de justicia retroactiva son necesarias y convenientes para la construcción y protección de las nuevas democracias?” (VEZETTI, 2003, p. 25)

Para Zalaquett, são três os propósitos de uma política para lidar com o passado: compensação, prevenção e revelação. A compensação, não só financeira, é a reconquista da paz. A prevenção pode se dar pela punição ou pela clemência, e a prisão não é a única alternativa de punição. Enfim, a verdade precisa ser apurada e admitida, verdade devida à memória das vítimas, às famílias e à nação que não se deseja num pêndulo esquizofrênico entre versões. (IDOETA, 1993, p. 74)

A reparação não é uma tarefa individual e, também, não pode ser individualizada. A sociedade como um todo foi vítima das estratégias de implantação do terror, cujas ameaças concretizaram-se para algumas pessoas.

Se a sociedade não reconhece a realidade do dano e a necessidade de repará-lo, este se manterá reduzido ao espaço privado da vítima ou da família afetada, o que somente aprofunda a traumatização. A marginalização social e política das vítimas é o resultado dessa negação, o que define a sociedade em seu conjunto como uma sociedade prejudicada, que faz parte do processo traumático. A não elaboração do dano em nível social, implica estruturas políticas que estarão aberta ou encobertamente afetadas pelas consequências da traumatização. (BECKER e CALDERÓN, Op. cit., 76-77)

Mais especificamente na diretriz 25 do PNDH-3 – “modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo à democracia” – fica explícita a intenção de “suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.” Assim, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República deveriam responsabilizar-se por “propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos.”²⁸⁴

Desde então, como citou Pedro Ruas, algumas iniciativas resultaram na mudança de nomes de avenidas, escolas, pontes, etc. Porém, não há um consenso se a mudança, em um ato de “des-homenagem”, seria pedagógica na construção de uma memória condenatória à violação dos Direitos Humanos.

Em realidade, quando se afirma que não há uma memória social e que o esquecimento e o silêncio em relação ao passado ditatorial, não se está ignorando a existência da produção de conhecimento sobre o período, e, sim, utilizando esses termos – esquecimento e silêncio –

²⁸⁴ Todas as citações podem ser conferidas em <http://www.dhnet.org.br/pndh/6memoria/index.htm>
Último acesso: 31 ago. 2014.

como metáforas para reivindicar o reconhecimento público pelo Estado da existência do terrorismo de Estado, bem como seu posicionamento em relação a esse passado e a atuação institucional com o objetivo de elaborar políticas públicas de memória e reparação e, assim, combater as sequelas do terrorismo e da cultura do medo. Estas são reivindicações das quais Lula eximiu-se, ao conferir aos historiadores a responsabilidade sobre o passado.

A ausência de iniciativas governamentais para preencher um vazio ético – mais do que uma lacuna de conhecimentos – contribui para que se conviva, no presente, com uma sensação de que a ditadura civil-militar brasileira é “um passado que não passa”, e as insígnias de luta contra o esquecimento e silêncio persistam.

O fato do governo federal se eximir das discussões sobre o passado e se abster da responsabilidade sobre o mesmo é uma opção política que se crê benéfica e necessária para assegurar a “conciliação”. Os ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, assim, sofrem uma inibição institucional de suas lutas, permanecendo atomizados em sua luta, como se fossem as únicas vítimas do regime de terrorismo de Estado que fora implementado nos anos 1960. A sociedade, que se encontra ética, histórica e socialmente atingida por essa experiência, bem como pelos efeitos residuais da cultura do medo, não reconhece esse dano. (ROBIN apud VINYES, 2009, p. 34-35) Os episódios de 1964 em diante, como afirma a mensagem do presidente, estavam “encerrados”, e os brasileiros souberam “superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país”.

A “boa memória” do Estado, o relato institucional da ditadura civil-militar, decretava como socialmente superado qualquer passado conflitivo e de confrontação. (ROBIN apud VINYES, 2009, p. 35) Porém, essa superação não se deu a partir do conhecimento sobre o que havia passado, e através da imposição desde o Estado dessa memória oficial, do silêncio, e do descrédito das memórias marginalizadas – principalmente dos ex-presos e familiares, sobre os quais o presidente da República silenciou – que seguiu reclusa em âmbitos privados ou associativos, ou, no máximo, estendida ao meio acadêmico. Da mesma forma, o presidente manteve o silêncio em relação aos arquivos da repressão. Havia uma deliberada vontade de esquecer os traumatismos do passado, (POLLAK, 1989, p. 12) que estavam sendo suscitados desde a posse de Lula em 2003.

Ao assumir o cargo da presidência da República em 2003, Lula “herdou” uma memória oficial sobre a experiência da ditadura civil-militar brasileira carente de aceitação, credibilidade e organização, que necessitava continuamente de um trabalho de sustentação, (POLLAK, 1989, p. 9) porque apregoava que a ditadura era um assunto do passado, que imperava o princípio da conciliação e que trazer à discussão o assunto se tratava de atitude revanchista.

Esta memória começou a ser formulada a partir da promulgação da Lei de Anistia em 1979, quando a memória até então subterrânea dos ex-presos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos passou a concorrer com a memória oficial instituída pelos militares – que não necessitava até aquele momento de um imperativo de justificação para legitimar-se, pois se tratava de uma ditadura.

Porém, as crenças de que o “tempo trabalharia em favor da ditadura” e que, assim, “o esquecimento e o perdão seriam uma questão de tempo” não se mostraram corretas. Havia a necessidade de reconhecer – um reconhecimento tardio – que o tempo servira somente para reforçar a amargura e o ressentimento dos portadores dessa memória subterrânea.

Suscitar o debate em uma data redonda

As “datas redondas” são consideradas momentos condensadores das memórias e versões sobre determinados períodos; especificamente para as ditaduras de segurança nacional, ativam os diversos sentidos sobre o passado recente, tornando público um enfrentamento que se deslocou das armas e dos embates políticos, nos dias de hoje, para o âmbito discursivo. O ano de 2011, por ser de rememoração dos 50 anos da Campanha da

Legalidade, e o de 2014, por lembrar os 50 anos da implantação da ditadura civil-militar, são exemplos dessas análises, e é a partir desses estudos que serão entendidas as medidas de alteração do nome dos logradouros.

Alguns autores têm destacado que o século XX foi marcado, e deixou um legado, por um crescente interesse sobre questões relativas à memória, entre elas as comemorações e as rememorações, a ânsia por lembrar, traduzida no “dever de memória”, e na luta contra os esquecimentos induzidos com finalidades políticas. Pierre Nora, por exemplo, afirma que, devido ao processo de aceleração da história, a memória deixou de ser um processo natural e uma prática social e passou a ser considerada como uma imposição exterior, “e nós a interiorizamos como uma obrigação individual [...]” (NORA, 1993, p. 20). Frente às ameaças do esquecimento e silenciamento, criou-se uma obsessão pela conservação do passado, traduzida na obsessão pela memória. Conforme Júlio Pinto, “da sensação de perda à ânsia de recuperar o passado: nesse trajeto enuncia-se a vontade de memória e, mais, o dever, a ordem de lembrar. Uma forma de memória que, vinda de fora para dentro do indivíduo, dialoga com seu passado pessoal e imprime-lhe formas coletivas de compreensão” (PINTO, 1998, p. 208). Jeanne Gagnebin, refletindo sobre as memórias sobre o Holocausto e os desafios políticos, éticos e psicológicos enfrentados pelos historiadores, afirma que esses profissionais

se vê[m] confrontado[s] com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele[s] precisa[m] transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua ‘narrativa afirma que o inesquecível existe’ mesmo que nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras dos historiadores ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho com o luto que deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro (GAGNEBIN, 1998, p. 221)

Desta forma, as datas comemorativas e rememorativas são um campo de estudo privilegiado para analisar a memória a partir da compreensão de que se trata de um território de conflitos. A comemoração adquire um sentido de “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento” resignificando o passado com os objetivos do presente (SILVA, 2002, p. 432). Segundo Helenice Silva, “[...] no processo comemorativo, um duplo movimento parece configurar-se. Ele consiste em retirar o acontecimento do passado para penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância” (SILVA, 2002, p. 436). Essas datas “nos condicionam ao vínculo com a memória de modo positivo, público e intersubjetivo” (LOVISOLO, 1989, p. 16).

De acordo com a socióloga argentina Elizabeth Jelin, autora da obra *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*, esses momentos

Se trata[n] de fechas en que el pasado se hace presente en rituales públicos, en que se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se construyen y reconstruyen las memorias del pasado. Son momentos en que diferentes actores de cada país eligen para expresar y confrontar, en el escenario nacional, los sentidos que otorgan a los quiebres institucionales que unos impulsaron y otro/as sufrieron (JELIN, p. 1)

Em efemérides como os 50 anos da Legalidade ou dos 50 anos do golpe, que levou à alteração do nome da Avenida, as memórias dos diversos setores que apoiaram, combateram ou se mantiveram omissos à ditadura vêm a público e conformam uma arena de disputas pelo sentido do passado, marcada pela dialética da lembrança e do esquecimento. Jacques Le Goff acrescenta que, para além dos conflitos simbólicos, também estão em disputa as próprias memórias coletivas dos países.

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p. 13)

Essa “batalha das memórias” – como Michael Pollak caracterizou a conjuntura dos anos 1970 na Europa, quando os processos de desestalinização fizeram emergir uma memória “proibida”, conflituosa com os relatos oficiais sobre o socialismo real – é uma das características das datas comemorativas e rememorativas.²⁸⁵ Em relação à experiência da ditadura civil-militar brasileira, as datas comemorativas e rememorativas tem sido um espaço privilegiado para desprivatizar a memória sobre o terrorismo de Estado, um sentido do passado que permaneceu restrito aos círculos das associações de vítimas diretas e indiretas e organizações de Direitos Humanos durante o governo discricionário, mas também durante a transição política.

Estos relatos alternativos pueden ser las anclas para elaborar prácticas de resistencia y construir poder opositor a la versión dominante. Se instala entonces un nuevo espacio de luchas y cuestionamientos, que provocan la urgencia de reordenar o reestructurar los sentidos del pasado. Los períodos de crisis, sean internas a un grupo o ancladas en amenazas externas, generalmente implican reinterpretar la memoria y cuestionar la propia identidad. Estos períodos son precedidos, acompañados o sucedidos por crisis del sentimiento de identidad colectiva y de la memoria. Son los momentos de quiebre institucional y de conflicto, los que generan una vuelta reflexiva sobre el pasado, provocando reinterpretaciones y revisionismos que siempre implican también cuestionar y redefinir la propia identidad grupal (JELIN, p. 4)

A partir desta constatação, cabe-se interrogar sobre quais datas devem ser comemoradas e rememoradas e por quais atores sociais, etc. As possíveis respostas indicam que as mesmas datas têm sentidos e significados diferentes para os diversos grupos sociais; e que as memórias suscitadas estão impregnadas por questões relativas ao presente, e não necessariamente às lembranças dos acontecimentos, pois o passado é sempre pensado a partir do agora.

Las conmemoraciones, en tanto práctica de memoria, tienen ambas posibilidades: la fijación y la subversión, constituyendo un espacio privilegiado para entender los procesos de disputa y hegemonización de ciertas versiones del pasado, las identidades en juego y los intentos de elaboración de los hechos violentos. Al mismo tiempo, permiten visualizar las prohibiciones establecidas por el Estado, así como la aceptación (o no) de dichos límites por parte de los actores y actrices sociales, es decir, de voluntades que genera condiciones de posibilidad para la construcción de saberes, afectos e identidades sobre el pasado, y que están siempre abiertas a resignificación (PIPER, p. 124)

Por fim, caberia ressaltar que os atos de comemoração e rememoração são atividades direcionadas ao futuro, no qual os atores identificam-se como portadores de uma herança, um legado e uma mensagem para as novas gerações, com funções claramente pedagógicas (JELIN, 2009, p. 5). Isto porque o passado ditatorial ainda não passou, não está fechado; pelo contrário, permanece como parte central, em alguns países, no cenário político do presente. “Las ‘cuentas’ con el pasado no están saldadas, ni en términos institucionales ni en términos simbólicos” (JELIN, 2009, p. 7).

Desta forma, pode-se afirmar que o debate sobre a alteração do nome da avenida foi um momento onde o passado se torna presente, em que sentimentos díspares quanto à verdade, justiça e impunidade estão presentes, e em que se elaboram e explicitam diversos sentidos sobre os eventos. Um momento de ativação e condensação de memórias. Como conflito, não existe certeza sobre os benefícios da alteração do nome das ruas, mas o debate está sendo realizado atualmente, no âmbito das discussões sobre a Comissão Nacional da Verdade.

²⁸⁵ Pollak ainda fornece exemplos dos sobreviventes dos campos de concentração que retornam à Alemanha e à Áustria, e os alsacianos recrutados à força na Segunda Guerra Mundial. Cf. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 4.

Referências

- BECKER, David, CALDERÓN, Hugo. Traumatizações extremas, processos de reparação social, crise política. In: RIQUELME U., Horacio (ed.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993.
- CARVALHO, Alessandra, CATELA, Ludmila da Silva. 31 de março de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- IDOETA, Carlos Alberto. Verdade e reconciliação. In: TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.
- JELIN, Elizabeth. Introducción. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In : *Enciclopédia Einaudi*. vol 1. Memória-História. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- LIRA K., Elizabeth. Las resistencias de la memoria. Olvidos jurídicos y memorias sociales. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.
- LORENZ, Federico Guillermo. ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 16-28.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.
- PIPER, Isabel. Investigación y acción política en prácticas de memoria colectiva. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, RJ, vol. 2, n. 3, p. 1989 p. 3-15.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Disponível em: www.gramsci.org . Acesso em: 15 set. 2002.
- ROBIN apud VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, 2002, v. 22, n. 44, p. 432.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.

Resumo

O presente trabalho buscou analisar o patrimônio cultural arquitetônico do centro histórico do Rio Grande, seus instrumentos de proteção e estado de preservação. Inicialmente foi feita uma apresentação da cidade, fundada em 1737. Ao analisar os instrumentos de proteção desse patrimônio, constatou-se que os tombamentos recebidos pela cidade contribuíram para que importantes obras fossem preservadas. No entanto, a situação dos prédios listados no Inventário de Bens Culturais do município tornou-se, em sua maioria, lamentável. Objetivando demonstrar a importância da preservação desse patrimônio, foi apresentada uma comparação entre duas fotografias da Rua Riachuelo, situada em frente ao antigo porto da cidade. A primeira, do início do século XX, mostrou uma rua com arquitetura homogênea. A segunda, atual, apresentou construções descaracterizadas. A análise evidenciou a fragilidade das práticas de preservação, sendo que as lacunas existentes nos instrumentos de proteção comprometeram uma rica memória local, outrora existente.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; preservação; arquitetura; Rio Grande.

Introdução

Situada no extremo sul do Brasil e fundada no século XVIII, Rio Grande apresenta características urbanas e arquitetônicas peculiares, diretamente relacionadas às primeiras funções que lhe foram atribuídas. Por meio de seu porto, tornou-se uma rota pela qual passava a maior parte de tudo o que ingressava na região: mercadorias, homens, jornais, livros e ideias (ALVES, 2007). Rio Grande já recebeu o título de *Cidade Histórica – Patrimônio do Rio Grande do Sul*, foi contemplada com tombamentos e possui um Inventário de Bens Culturais.

Com o objetivo de criar um recorte físico para o trabalho proposto, decidiu-se por apresentar o estado de preservação e a história da arquitetura de bens situados no centro histórico da cidade, área contemplada por noventa e cinco imóveis inventariados e oito tombados. O centro histórico, atual centro comercial da cidade, recebeu diversas intervenções para seus novos usos, que serão observadas. Assim, serão estudados os instrumentos de proteção aplicados a esse patrimônio e os efeitos causados por eles, ou pela sua ausência.

A cidade do Rio Grande - História e arquitetura

A cidade do Rio Grande surgiu a partir da criação da Povoação do Rio Grande de São Pedro em 1737, tornando-se a mais antiga do Rio Grande do Sul. A justificativa de sua fundação estava na necessidade de instalar-se uma fortificação na margem sul do canal do Continente de São Pedro, que ligava a Laguna dos Patos ao Oceano Atlântico. O povoamento da cidade teve início com uma população civil e militar vinda de Colônia do Sacramento (hoje localizada no Uruguai) e do Rio de Janeiro. No entanto, o fluxo mais expressivo foi o dos açorianos, que chegaram como casais na década de 1750 (QUEIROZ, 1987).

²⁸⁶ Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPel), mestranda em Arquitetura e Urbanismo (UFPel), linha de pesquisa História da Arquitetura e da Cidade. eliza.antochevis@gmail.com

²⁸⁷ Professora (UFPel), na graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo e no mestrado e doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS); especialista em Educação (UFPel) e em Gestão do Patrimônio Cultural (UFPel/UNESCO); mestre e doutora em História (PUCRS). ester@ufpel.tche.br

Ao longo do século XIX o Centro Histórico do Rio Grande recebeu exemplares da corrente luso-brasileira, acrescidos posteriormente de alguns elementos do neoclassicismo. No final do século começaram a surgir exemplares da corrente eclética, conciliando características de diversas linguagens. O ecletismo é a corrente arquitetônica que mais possui exemplares no centro histórico da cidade e, a partir dos primeiros anos do século XX, começou a ser acrescido de sutis elementos da vertente *art nouveau*.

Por volta dos anos 1930 começaram a ser vistos no local exemplares da corrente *art déco*. A partir da segunda metade do século XX surgiram edifícios em altura com características da arquitetura moderna. Essas variadas correntes, somadas às influências trazidas pelos imigrantes, tornaram a arquitetura da cidade original e diversificada. Tornou-se possível verificar, em uma mesma rua, edificações de vertentes distintas. Na imagem a seguir (Fig. 3) pode-se visualizar a Rua Riachuelo, com o prédio da antiga Alfândega (à esquerda), seguido do edifício da Câmara do Comércio e do Mercado Municipal.



Figura 3: Centro Histórico do Rio Grande

Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento do Rio Grande.

Instrumentos de proteção: tombamento e inventário

O patrimônio cultural do Rio Grande foi contemplado com dois instrumentos de proteção: tombamento e inventário. Os dois são processos realizados pelo poder público, com o intuito de preservar bens históricos. O tombamento é o instrumento mais eficaz, pois garante a integridade tanto externa quanto interna da edificação (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). As reformas ou restaurações a serem realizadas em um bem tombado devem passar pela análise de órgãos responsáveis pela sua preservação.

Em Rio Grande existem onze bens tombados. Entre os tombados em nível nacional estão a Catedral de São Pedro e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco, ambas datadas do século XVIII e tombadas em 1938, em um dos primeiros registros de tombamento nacional feitos pelo IPHAN (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2012). O prédio da antiga Alfândega foi tombado em 1967. Essas três construções encontram-se em bom estado de preservação, tendo mantido a maioria das suas feições originais ao longo dos anos.

Os imóveis tombados em nível estadual foram, inicialmente, o Hotel Paris e o Sobrado dos Azulejos. Posteriormente o prédio da Prefeitura Municipal e o antigo Quartel General. O hotel passou por reformas desde a sua construção, recebendo ampliações (CIRNE, 2010). O prédio da Prefeitura Municipal foi totalmente restaurado após um incêndio em 2006. O Sobrado e o Quartel foram também restaurados. No ano de 2012 foi tombado o complexo da antiga Fábrica Rheingantz. O complexo aguarda obras de restauro.

Foi constatado que áreas históricas não devem receber diretrizes de preservação extremamente rígidas, por correrem o risco de não se adaptar às necessidades da vida

contemporânea (LIMA, 2005). Em vista disso, entende-se que as intervenções realizadas nos imóveis citados não vieram a prejudicá-los, pois mantiveram suas formas arquitetônicas principais, restauraram elementos relevantes e os tornaram adequados para seus novos usos.

A cidade conta com três tombamentos municipais. O Mercado Municipal, no centro histórico, e a Capela do Taim, no distrito ao sul do município, são edificações do século XIX (embora a capela tenha construção inicial datada de 1795) que foram tombadas nas últimas décadas. O Mercado vem passando por restaurações em suas fachadas. A Capela foi contemplada com projeto de restauro (HALAL, 2009). Outro imóvel tombado foi o Palacete Trajano Lopes, em 2010. Trata-se de um prédio privado, de arquitetura eclética, que passou por restauro na fachada frontal.

Com relação a esses bens, quanto maior a esfera de tombamento maior o nível de preservação. Apesar da maioria desses bens serem públicos, o que justifica apoio financeiro também público, vê-se que os tombamentos municipais não receberam intervenções de preservação adequadas. Acerca dos benefícios cedidos aos proprietários dos bens tombados, sabe-se que as despesas efetuadas para restaurá-los podem ser parcialmente deduzidas de impostos.

Rio Grande possui também um Inventário de Bens Culturais, computando 508 itens, na sua maioria edificações. O inventário teve início no ano de 2000, por meio de um convênio entre o Município do Rio Grande, o IPHAN e o IPHAE – Governo do Estado do RS (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2012). Ele é um processo que registra as principais características de um bem, constituindo-se numa importante forma de reconhecimento.

A situação dos 95 bens inventariados do centro histórico é diversificada, mas pode-se dizer que a maioria dos prédios apresenta um precário estado de preservação. Além das próprias fichas do inventário o município possui apenas algumas legislações dos anos 1970 e 1980, anteriores ao inventário realizado pelos órgãos competentes, que visa proteger as características originais de aproximadamente cem prédios, garantindo-lhes também a isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Os proprietários dos imóveis são orientados pelos órgãos municipais a manterem preservadas as suas fachadas e volumetria. São permitidas alterações no interior, desde que justificadas pelos novos usos. Esse panorama burocrático e legislativo gerou um centro histórico com escassas edificações que mantém preservadas suas características originais. Alguns exemplares possuem fachadas ainda preservadas, apontando adornos, e composições de cheios e vazios que fazem deles testemunhos de uma época passada.

No entanto, a grande maioria dos imóveis listados no inventário está descaracterizada ou parcialmente demolida. Os proprietários desses imóveis, por não verem benefícios para a sua preservação ou por não possuírem condições financeiras suficientes acabam modificando-os. São muitas as trocas de esquadrias e telhas originais por outras de materiais ou tamanhos diferentes. Diversas construções têm seus vãos de esquadrias fechados por alvenaria, recebem portões de garagem ou até mesmo acréscimo de mais um pavimento.

Na Figura 4, podem ser vistos alguns bens culturais do centro histórico com diferentes estados de preservação. Na esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua Francisco Marques, está o Sobrado dos Azulejos. O prédio tombado passou por uma restauração em 1995 e desde então vem mantendo suas feições originais preservadas. A residência ao lado, listada no Inventário de Bens Culturais, sofreu diversas descaracterizações que comprometeram seriamente a sua fachada, sendo muito difícil o seu retorno às características originais.



Figura 4: Sobrado dos Azulejos e construções da Rua Marechal Floriano
Fonte: foto da autora.

A preservação da Rua Riachuelo ao longo do tempo

No ano de 1823 foram concluídas a dragagem do cais da Rua Riachuelo e a construção do primeiro porto da cidade (QUEIROZ, 1987). Esses fatos contribuíram para que a Rua apresentasse uma grande relevância para a localidade, recebendo sua atividade econômica principal e sendo avistada a partir da laguna. Por essas razões decidiu-se utilizar fotografias da rua para demonstrar o resultado gerado ao longo dos anos pelos instrumentos de proteção existentes. A primeira fotografia (fig. 5), datada entre 1906 e 1910, apresenta a Rua Riachuelo a partir da Rua Fernando Duprat da Silva.



Figura 5: Rua Riachuelo no início do século XX
Fonte: TORRES, 2011, p. 19.

A imagem mostra, à esquerda, duas construções térreas. Elas apresentavam as bandeiras das portas em arco pleno e platibandas. A próxima edificação à direita era um sobrado eclético de 1906. Possuía aberturas retas e de arco pleno, e telhado com platibanda. O prédio seguinte era um sobrado colonial, de 1847. Suas janelas eram de arco abatido, com balcão corrido e telhado com beiral. A edificação seguinte assemelha-se à corrente eclética, com platibanda ornamentada e aberturas com arcos plenos. A última edificação do quarteirão era outro sobrado colonial.

Na esquina do quarteirão seguinte pode-se notar um prédio de dois pavimentos, conhecido como Sobrado do Barão de São José do Norte. Com data de construção de 1847, possuía aberturas de vergas retas e telhado com beiral. Ao seu lado estava um prédio de três

pavimentos com balcões corridos e platibanda ornamentada. Após ele existiam mais três prédios até o final da quadra, e então uma cúpula do prédio da antiga Alfândega.

De um modo geral, a Rua Riachuelo do início do século XX possuía as suas edificações construídas sobre o alinhamento predial. Os prédios tinham de um a três pavimentos, alguns com platibanda e outros com beiral. As características predominantes eram as das correntes luso-brasileira e eclética.

Na imagem atual (fig. 6) pode-se observar uma rua muito diferente. Os armazéns do antigo porto, à direita, barraram a visão da lagoa. À esquerda nota-se que as duas construções térreas conservaram apenas a largura e altura de suas fachadas. As duas portas que cada uma possuía foram substituídas por portões de garagem, e suas platibandas perderam frisos. A seguir, pode-se averiguar que a residência eclética de 1906 apresenta fachada principal e volumetria preservadas. As aberturas, os ornamentos sobre as bandeiras e janelas, os balcões de ferro e até mesmo a estátua encontram-se como no início do século XX.



Figura 6: Rua Riachuelo atualmente

Fonte: foto da autora.

O imóvel seguinte, entretanto, apresenta diversas modificações. O acréscimo da platibanda e a retirada do balcão corrido podem ter sido realizadas numa tentativa de atribuir-lhe um aspecto neoclássico. O fechamento dos vãos de abertura, o acréscimo do portão de garagem e da marquise sobre ele são descaracterizações que comprometeram o aspecto do prédio. A próxima construção à direita foi totalmente descaracterizada pela modificação de seus vãos de abertura e retirada dos ornamentos da platibanda. O sobrado da esquina foi demolido e substituído por um *chalet* de madeira.

Na quadra seguinte observa-se o Sobrado do Barão de São José do Norte, com algumas aberturas fechadas por alvenaria e acréscimo de platibanda. O prédio seguinte foi substituído, ou sofreu intervenções, que transformaram drasticamente sua fachada, assemelhando-o a um galpão. Vê-se alguns outros prédios e ao fundo da fotografia a silhueta de uma cúpula do antigo prédio da alfândega.

A imagem mostra uma rua com muitos prédios descaracterizados. A construção do porto novo em outro local da cidade fez com que o antigo passasse a receber apenas algumas embarcações que transportam pescado. Dessa forma, muitos prédios comerciais e residenciais dos séculos XVIII e XIX foram transformados em centros de tratamento e armazenamento de pescado. A rua perdeu grande parte de sua importância, recebendo fluxo de automóveis e pedestres por situar-se próxima ao centro da cidade.

Considerações finais

O patrimônio arquitetônico do centro histórico do Rio Grande é caracterizado pelas diferentes correntes arquitetônicas que contempla, assim como pela particularidade de ter muitos dos seus bens localizados nas três primeiras ruas paralelas à Laguna dos Patos. As visuais contempladas a partir da Rua Riachuelo, Rua Marechal Floriano e Rua General Bacelar mostram resquícios do que foi a cidade no século XIX e início do XX, período em que foram construídas grandes obras, em um dos maiores momentos de desenvolvimento da cidade.

Algumas das construções que surgiram posteriormente apresentam uma arquitetura de qualidade, mas não conseguiram representar a memória local, nem se adequar às características do entorno próximo. No caso da Rua Riachuelo, exemplificado por fotografias, percebe-se que as novas construções não são superiores às aquelas que foram substituídas.

Os imóveis tombados são um estímulo para as práticas preservacionistas, envolvendo ações de mais de uma esfera de governo. Na maioria das vezes conseguem adquirir o apoio financeiro para bons projetos de restauro, mantendo a integridade do imóvel. Os bens que mais sofrem são os inventariados, passando por descaracterizações constantes. Em meio à fragilidade da legislação existente são poucos aqueles cujos proprietários tomam atitudes sensatas no momento de realizar um restauro

Ao mesmo tempo em que alguns prédios são demolidos, conservando apenas sua fachada frontal, outros exemplos positivos aparecem. Observa-se na Rua Marechal Floriano alguns prédios comerciais sendo recuperados e retornando às suas feições originais, com a intenção de não deixar expirar uma rica memória local, constituída pelas influências de imigrantes e pelas necessidades do modo de vida local.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e barra do Rio Grande**: uma secular aspiração que se tornou realidade. Porto Alegre, CORAG, 2007.

CIRNE, Max. Monumento arquitetônico em pleno centro. **Diário Popular**, Rio Grande, 08 ago. 2010.

COSTA, Érico. B. F. Alfândega do Rio Grande. Rio Grande – Fatos em Revista, Rio Grande, mai/jun. 1992.

HALAL, Fernando. Arqueólogos encontram vestígios de templo erguido há 300 anos em Rio Grande. Zero Hora, Porto Alegre, 13 fev. 2009. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/02/arqueologos-encontram-vestigios-templo-erguido-ha-300-anos-em-rio-grande-2403810.html>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio material. Net, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

LIMA, E. F. W. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. Revista Eletrônica do IPHAN, v. n. 2, n. Nov/Dez, p. 015, 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=525>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

OLIVEIRA, Ana Lúcia C.. O Portal meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas (1737 a 1822). Tese (Doutorado em planejamento urbano e regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Ana_L%C3%B3cia_Costa_de_Oliveira.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2013.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822). Rio Grande: FURG, 1987.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA (Rio Grande). Programa de educação patrimonial. Folheto informativo. Ame Rio Grande. Rio Grande, 2012.

TORRES, Luiz Henrique. Rio Grande: Cartões postais contam a história. Rio Grande: FURG, 2011.

O Parque Nacional do Iguaçu – lugar de memória para colonos que viveram e foram desapropriados das comunidades rurais de São José do Iguaçu, Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia

Lara Luciana Leal Seixas²⁸⁸

Resumo

O estudo resgata o processo de migração ocorrido na região oeste do Estado do Paraná, tendo como sujeitos os agricultores provenientes do Rio Grande do Sul, na década de 60. Com a ampliação das dimensões do Parque Nacional do Iguaçu, esses agricultores foram compelidos a deixar suas terras. A falta de informações pode ter levado os colonos à compra de terras que estavam designadas a se tornar parque. Percebe-se que a ditadura militar inflamou o processo de retirada dos colonos das terras. A pesquisa do tipo qualitativa considerou bibliografia referente que abordasse as discussões de história e memória. Também foram buscados nos acervos das famílias, fotografias, documentos, mapas e jornais da época. Posteriormente o estudo se direcionou para os colonos agricultores que viveram na região. No decorrer da pesquisa surgiram novos personagens, como o Diretor do Parque à época e um advogado que retirou da prisão os colonos presos.

Palavras-chave: memória, sociedade, fronteira.

Introdução

A ocupação moderna da região Oeste do Paraná iniciou-se em meados de 1930, com a formação de núcleos coloniais e urbanos. Localizado no extremo Oeste do Paraná, na fronteira com a Argentina, o Parque Nacional do Iguaçu foi criado oficialmente em 10 de janeiro de 1939, pelo Decreto-Lei nº. 1.035. Porém, a criação do território, então definido como Unidade de Conservação Federal, apresenta outra versão, que merece ser conhecida. Colonos agricultores, a maioria oriundos do Rio Grande do Sul, fizeram esse caminho, basicamente em duas frentes, uma na década de 30 e outra posterior, a partir da década de 50.

Em fevereiro de 2011, teve-se acesso ao Jornal BI NACIONAL, editado em 1974, o qual apresentava uma matéria sobre as desapropriações de colonos que viveram na região do parque nacional nas décadas de 60 e 70 e que posteriormente foram assentados na região do Ocoy, em São Miguel do Iguaçu. O grupo de entrevistados apresentou, no decorrer do estudo, narrativas de memórias²⁸⁹ que, por vezes, foram coletivas e, por vezes, individuais, considerando ainda o papel social ocupado pelo sujeito. Segundo Rousso (2005), as manifestações do passado – observadas em determinada época e em um determinado lugar – que apresentem um caráter recorrente e repetitivo de um grupo significativo e aceito por este grupo ou fora dele representam a memória coletiva. Delgado (2006) afirma que os lugares da memória e os objetos biográficos podem ser considerados como esteios das identidades sociais e têm como função evitar que o presente transforme-se em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro.

A busca por terras no Oeste do Paraná

A partir dos anos 50, os colonos que chegavam, atendiam o esperado pelo Governo Federal e à política imigratória e migratória da época. De acordo com Gregory (2002), a política de povoamento visava ocupar os espaços deixados pela grande propriedade privada de terras, o latifúndio, cabendo ao Estado o papel de orientador. Para Gregory (2000), o Governador do estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto montou um serviço de publicidade agrícola

²⁸⁸ Mestre em Sociedad,e Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professora do Curso de Turismo, da UNIOESTE campus Foz do Iguaçu.

²⁸⁹ O trabalho da memória propicia o reconhecimento dos laços que identificam determinados grupos, uma vez que contribuem para a internalização de significados e experiências.

composto por 23 emissoras de rádio e 15 jornais para noticiar sobre a agricultura e a pecuária do Estado, a fim de tornar este conhecido nacionalmente. Os colonos das regiões coloniais meridionais tinham os requisitos necessários, porém, os aventureiros não eram bem-vindos. Segundo Klauck (2005), os pioneiros brasileiros não se deslocavam espontaneamente para a região oeste do Paraná, mas vinham atraídos pelas propagandas sobre a qualidade das terras. O pioneiro mudava de figura: neste momento ele vislumbra a terra prometida e se transformava em colono proprietário.

A formação das comunidades de São José do Iguaçu, Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia

Na década de 60 colonos que viviam nos estados do sul, especialmente no Rio Grande do Sul, foram atraídos para a região oeste do Paraná em busca de terras férteis. Esses colonos eram motivados por parentes e amigos que já haviam se instalado na região, ou por anúncios em rádios nas suas cidades. Algumas colonizadoras intermediavam e facilitavam esse processo. Por volta de 1963, Gaspar Coitinho, catarinense de Dionísio Cerqueira, adquiriu uma faixa de terras na Gleba Santa Maria, que ficava entre a Estrada Velha de Guarapuava e o rio Iguaçu. Em 1964, este dividiu as terras em lotes com o objetivo de comercializá-las. Ainda neste ano, começaram a chegar as primeiras famílias, que iam se acomodando às margens da Estrada Velha de Guarapuava, especialmente na margem esquerda, o que deu origem a algumas comunidades rurais. Inicialmente se formou a comunidade de Mingau²⁹⁰ nas proximidades do Distrito de Santa Terezinha, pertencente à Foz do Iguaçu, a cerca de 20 quilômetros da sede do município. Em direção leste do Estado, a cerca de mais 18 quilômetros, iniciava-se a comunidade de São José do Iguaçu.

Alberto Matte e a esposa Paulina, além de quatro dos onze filhos, vieram da Linha Acre, Cândido Godói, Rio Grande do Sul, em 1964. No dia 9 de outubro, desembarcaram na margem da estrada. Com a chegada dos primeiros colonos e após uma reunião e consenso, o local passou a se chamar Santo Alberto do Iguaçu. Alberto Matte, ao chegar, trouxe consigo as ferramentas para montar uma serraria. Alma Matte²⁹¹, normalista recém-formada, ainda solteira, chegou a Santo Alberto em julho de 1965, com o objetivo de criar uma escola na comunidade. A maioria dos colonos, inicialmente, chegou à região sozinho, como Ivo Hanauer²⁹². Normalmente eram homens jovens, que compravam um pedaço de terra, destocavam uma parte do mato, preparavam a lavoura, construíam um galpão grande para servir de moradia e voltavam ao Rio Grande do Sul para casar ou buscar sua família. Quando voltavam, iniciavam o plantio e a construção da casa, ajudados pelos parentes e vizinhos. Segundo Gregory (2002), o colono muitas vezes tentava reproduzir o “*modus vivendi*” que tinha no Sul do Brasil.

As dificuldades para os primeiros colonos, quando chegaram ao território inóspito, eram de toda ordem. A busca por mantimentos, ou seja, tudo o que não era produzido nas comunidades, era dificultada especialmente pela distância de centros maiores. Aos poucos, no entanto, as comunidades iam se organizando, formando o seu próprio comércio, além de haver a troca desses mantimentos entre si. Apesar da estruturação das comunidades, na época não havia posto de saúde, e a distância de centros maiores fazia com que a sabedoria popular prevalecesse – os chás, os costumes eram mantidos. Com o desenvolvimento do comércio, algum medicamento mais básico era comercializado.

²⁹⁰ Segundo Silva (1995, p. 520), o nome Mingau foi dado pelos usuários da estrada porque fica em uma gruta de terra massapé, onde, de tempos em tempos, a terra molhada pela chuva virava uma lama quase intransitável.

²⁹¹ Entrevista concedida por MATTE, Alma. Foz do Iguaçu, abril de 2011.

²⁹² Entrevista concedida por HANAUER, Ivo. Santa Terezinha de Itaipu, abril de 2011.

As construções comunitárias

Para as construções comunitárias, tanto em São José do Iguaçu, quanto em Santo Alberto, a madeira era doada pelos próprios colonos, que também se voluntariavam para construir a igreja, a escola e outros prédios. Em Santo Alberto e comunidades próximas a madeira era serrada inicialmente na madeireira de Alberto Matte. Segundo Marcos Mallmann²⁹³, algumas pessoas se destacavam em termos de construção, ficando responsáveis pelas obras.

A construção da escola em Santo Alberto deu-se no segundo semestre de 1965. Alberto Matte, juntamente com os filhos e colonos da região levantaram um galpão para abrigar duas salas de aula, o galpão tinha no seu meio uma parede móvel, que, ao ser levantada, ampliava o ambiente e tornava as duas salas um grande salão. Alberto Matte então veio até a Inspeção Municipal solicitar a Áureo Eyng, apoio para a estruturação da escola; este, por sua vez, após conceder a liberação para o funcionamento da escola, cedeu carteiras e o material necessário para a escola começar a funcionar. Segundo Alma Matte²⁹⁴, o primeiro dia de aula ainda foi um dia de grande mutirão. Jovens, crianças e os pais ajudaram na limpeza ao redor da escola. As aulas da Escola Isolada de Santo Alberto iniciaram-se em 6 de setembro de 1965, sendo que a primeira turma tinha trinta e seis alunos. A professora Alma Matte, iniciou as aulas com classes multisseriadas.

Alma Matte²⁹⁵ narrou com emoção como era a sua relação com a escola, afirmou que fazia o papel de professora, catequista, zeladora e merendeira. A escola de Santo Alberto teve ainda uma sucessão de professores, uma vez que a comunidade foi crescendo, atendendo inclusive moradores do outro lado da Estada Velha de Guarapuava como Apepuzinho e Canavial. As outras comunidades também foram crescendo, sendo necessária a criação de escolas e a contratação de professores. Alguns professores que não tinham formação acadêmica atuavam como práticos, onde não havia professores formados. Por volta de 1968/1969, a comunidade de Dois Irmãos construiu a sua escola, nomeada de D. Pedro II. A comunidade de São José do Iguaçu teve duas escolas denominadas São José do Iguaçu e Iguaçulândia. No início, os professores, tanto em São José do Iguaçu como nas escolas na região de Santo Alberto, além de receberem o salário pago pela prefeitura, recebiam uma gratificação por parte dos colonos.

Na região de Santo Alberto, visando manter os seus costumes da terra natal, mesmo antes de ter o “representante de Cristo”, o Padre, a comunidade se organizava criando um espaço para as orações. As missas, habitualmente, eram rezadas nas salas de aula da escola. Aos domingos pela manhã, a população se reunia para rezar o terço, e, uma vez ao mês, o Padre vinha para as celebrações como casamentos, batizados e missas. A distância da sede justificava que fossem designadas pessoas da própria comunidade para algumas tarefas preparatórias às celebrações oficiais pelo Padre. Por volta de 1968/1969 foi construída a igreja de Santo Alberto, cujo Padroeiro ficou sendo este mesmo santo.

A roça e os mutirões

Os grupos de colonos reproduziram no oeste do Paraná o assentamento disperso, característica do assentamento dos eurobrasileiros – modelo planejado pelas colonizadoras que atuavam na região, em que, segundo Gregory (2002), a unidade produtiva era o grupo familiar. Sendo o pai o chefe, a família toda se organizava para o trabalho: os filhos acompanhavam o trabalho dos pais e cuidar da criação era tarefa de todos. Esse arranjo produtivo necessitava da presença constante dos colonos e de seus familiares para garantir a

²⁹³ Entrevista concedida por MALLMANN, Marcos. Santa Cruz do Ocoy, fevereiro de 2011.

²⁹⁴ Entrevista concedida por MATTE, Alma. Foz do Iguaçu, abril de 2011.

²⁹⁵ Entrevista concedida por MATTE, Alma. Foz do Iguaçu, abril de 2011.

“sustentabilidade” da propriedade. Conforme a narrativa de Nelson Spies²⁹⁶, em uma época em que a mecanização ainda não acontecia, o trabalho era realizado por motosserras, pequenos tratores, além, é claro, do trabalho braçal. Além dos mutirões entre os colonos, por vezes era necessária a contratação da mão de obra de “nativos” que, na época, formava-se uma comunidade de nome Apepu, localizada próxima ao rio Apepuzinho. Esta comunidade era formada, basicamente, por negros, por descendentes de escravos e, ainda, por famílias que vieram de Minas Gerais em busca de trabalho. A produção dos colonos das comunidades era diversificada. Entre as principais plantações destaca-se o milho, o arroz, o feijão e a mandioca. Ainda que de forma manual, posteriormente, com o início da produção da soja, no início da década de 70, veio a mecanização. Alguns desses colonos fizeram empréstimos pelo Banco do Brasil para poder mecanizar a sua propriedade. Inicialmente, grande parte da produção das propriedades era de subsistência, consumida ali mesmo, tanto pelos colonos quanto por sua criação animal, especialmente a de porcos, esta, sim, mantida para o comércio. Quanto a criação de animais, Ivo Hanauer²⁹⁷ declarou que cada propriedade tinha, normalmente, vacas leiteiras para atender o consumo das famílias, uma junta de bois e alguns cavalos.

As festas

As festas nas comunidades eram grandes acontecimentos. As principais festas que aconteciam nas comunidades eram as tradicionais festas religiosas de Natal, Páscoa e dia do padroeiro, estas aconteciam em finais de semana próximos ao dia do santo. Outro evento muito apreciado pelos colonos eram os “famosos” bailes, que aconteciam por ocasião de casamentos ou mesmo na inauguração de uma casa ou galpão novo. A animação dos bailes era realizada muitas vezes por músicos da própria comunidade. A relação entre as comunidades era amistosa, uma prestigiando a outra em suas festas, estreitamento este que resultou em alguns casamentos, apadrinhamentos e na aproximação dessas comunidades. As comunidades se visitavam nos finais de semana, uma vez que os colonos não dispunham de muito tempo livre durante a semana, já que o trabalho ocupava o dia todo.

O fim de um sonho

No final da década de 60, começou-se a questionar a legalidade da permanência das comunidades ali presentes, que por mais prósperas que estivessem, tornaram-se alvo. Maurício Schossler²⁹⁸, em sua narrativa, busca explicar como as terras da região do parque tornaram-se objeto de disputa e de opressão. Segundo ele, foi dada uma faixa de terras para a empresa que deveria construir a estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul. As Glebas Silva Jardim e Santa Maria foram dadas como pagamento pela construção da estrada de ferro – uma faixa de terras que ia desde o rio Iguaçu até o rio Paraná. Ao receber as terras como pagamento, a empresa as escriturou em cartório. Entretanto, a companhia teria passado por dificuldades financeiras e resolveu vender parte da área de terras. Sem o término da obra, as terras foram tomadas pelo Governo Estadual, conforme o Decreto n°. 300, de 3 de novembro de 1930, desconsiderando que as mesmas já haviam sido vendidas para terceiros. As terras foram sendo revendidas e reescrituradas.

Segundo Maurício Schossler²⁹⁹ o empresário de Foz do Iguaçu Antônio Bordin³⁰⁰, em uma sessão plenária da Câmara de Vereadores, afirmou que o Parque Nacional estava sendo invadido. Essa declaração chegou à Brasília, quando, então, políticos começaram a observar,

²⁹⁶ Entrevista concedida por SPIES, Nelson. Foz do Iguaçu, abril de 2011.

²⁹⁷ Entrevista concedida por HANAUER, Ivo. Santa Terezinha de Itaipu, abril de 2011.

²⁹⁸ Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

²⁹⁹ Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰⁰ Antonio Bordin antes da vinda para Foz do Iguaçu, foi eleito vereador nas cidades de Palotina e Guaíra.

em sobrevoo do local, que ali havia moradores. Foi realizada uma reunião na comunidade de Santo Alberto, onde estavam presentes membros de todas as outras comunidades, além de políticos da região e representantes do IBRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que informaram como deveria ser o processo de desapropriações. Após a reunião, representantes do IBRA começaram a visitar a área e fazer um levantamento do tamanho das propriedades e das benfeitorias ali construídas. Inicialmente, a “ordem” era de não mais derrubar árvores e nem de plantar. Assim, os colonos foram informados de que estavam em uma área de Parque Nacional e que seriam desapropriados, ou seja, teriam tempo de colher o que já haviam plantado, porém não poderiam mais plantar. Com as desapropriações também começaram as desavenças entre os próprios colonos, pois comparavam o que cada colono tinha a receber. Maurício Schossler³⁰¹ narrou que houve muitas injustiças, uma vez que não era considerado o número de pessoas que viviam na propriedade, mas, sim, das benfeitorias feitas nas propriedades.

A possível “manobra” para a retirada dos colonos

Maurício Schossler³⁰² informou que, na comunidade de São José, somente trinta e seis proprietários possuíam escritura das terras registradas em cartório, o restante tinha o registro de compra e venda ou uma procuração, o que na época era aceito para comprovar que a propriedade lhes pertencia. Segundo ele, os representantes governamentais teriam feito uma “manobra” transformando os trinta e seis proprietários com escritura em donos de toda a extensão de terras. Explicou que, após esta readequação, acabou ficando com 300 hectares de terra em seu nome, situação que levou cada um desses trinta e seis proprietários a ser considerado latifundiário, o que possibilitaria a desapropriação por títulos da dívida agrária, ou seja, estes receberiam pelas benfeitorias e em prestações. O restante foi considerado posseiro, arrendatário ou funcionário. Como na realidade a área produtiva era pequena, pois era composta em média por 10 hectares, muita área acabou ficando sem produção, o que os transformou em latifundiários improdutivos, possibilitando as desapropriações das terras, já que este era o projeto do Governo na época – distribuir as terras de latifundiários improdutivos.

Os colonos não aceitaram de maneira positiva a ordem de sair, assim iniciaram-se alguns movimentos de resistência ou busca por seus direitos, uma vez que os colonos sentiam-se lesados nas discussões do que lhes seria justo receber. Posteriormente começaram a acontecer prisões. A revista Veja de julho de 1976 apresentou uma matéria intitulada “Proibido Plantar – Os colonos de Foz do Iguaçu: Plantando cada vez menos”. A matéria informa sobre a prisão de Lúcia Postai, de 41 anos, e de seu filho Mário, de 20. Quatro dias depois, foi impetrado pelo advogado Antônio Vanderli Moreira o *habeas corpus* contra o INCRA. Maurício Schossler³⁰³, um dos colonos presos, narrou de que forma foi abordado pela polícia. Afirmou que em um começo de noite, quando estava em sua casa acompanhado da família e de vizinhos, recebeu a visita de quatro policiais descaracterizados, que chegaram procurando por sua pessoa. Após se apresentarem, os policiais então lhe disseram que não tentasse fugir, nem fizesse nenhum “alarde”, pois estava preso e deveria acompanhá-los em silêncio. Maurício Schossler³⁰⁴ entrou em sua casa para pegar alguns pertences, sendo acompanhado por dois dos policiais, que lhe disseram que deveria levar também o gravador e algumas fitas de áudio que estavam sob sua posse. As fitas continham uma gravação sobre um manifesto de um amigo, radialista, em que ficava evidente uma tentativa de mobilizar os colonos para que resistissem a sair de suas terras. Segundo Maurício³⁰⁵, havia um plano de se

³⁰¹ Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰² Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰³ Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰⁴ Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰⁵ Entrevista concedida por SCHOSSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

fazer uma reunião com os colonos de São José do Iguaçu, para que ouvissem a gravação, e diante dos apelos resistissem sair das terras. Durante a madrugada o Delegado ao ouvir a gravação, percebeu que não era a voz de Maurício nas gravações, o que possibilitou a sua soltura na manhã seguinte.

Ocoy - o destino de muitos... mas nem todos

Nem todos os colonos desapropriados das comunidades foram para a região do Ocoy. Alguns foram para o Paraguai, para onde muitos já haviam ido em busca de terras férteis, e outros ficaram espalhados pelas cidades da região. Plínio Hendges³⁰⁶ afirma que, antes de saírem da região do parque, foram até o INCRA. Os administradores diziam que, se não tivessem dinheiro, deveriam entregar a terra, que iriam perder a questão, então foi o que fizeram. Plínio ainda afirma que não recebeu pelas terras, que o Advogado Dr. Kraissic recebeu o seu dinheiro em 2001, uma vez que tinha recebido uma procuração, e que um outro advogado, ao consultar o processo há pouco tempo, afirmou que ele não teria mais nada a receber. Plínio Hendges³⁰⁷ moveu então uma ação contra o primeiro advogado, Dr. Kraissic. Ou seja, a situação ainda está indefinida e Plínio Hendges sem receber pelos 20 hectares que tinha na região do parque. Com relação a terra que recebeu em Santa Cruz do Ocoy, Maurício Schossler³⁰⁸ disse que a recebeu com a escritura, foi o que aconteceu para alguns colonos, a possibilidade de trocar uma terra em litígio por outra escriturada, mesmo tendo que começar tudo de novo. Para ele o INCRA favoreceu todos os suspeitos de liderança do movimento de resistência em sair da região do parque quando foi feita a mudança desses colonos para a região do Ocoy.

Considerações finais

As décadas de 50 e 60 foram importantes para o povoamento da região oeste do Paraná. O Governo incentivava a vinda de colonos e anunciava em rádios a possibilidade de aquisição de terras férteis. Percebe-se que o Governo, neste período, ainda não tinha efetivo controle sobre suas fronteiras. As comunidades foram se organizando em forma de mutirão, se ajudando na derrubada do mato, nas lavouras, nas festas que eram realizadas. Os eventos nas comunidades atraíam pessoas da redondeza que iam para os bailes, o churrasco, as festas religiosas ou para os torneios de futebol.

Os anos 70 começaram com a notícia de que os colonos teriam que sair da área. O Decreto 554/69 e depois o Decreto Presidencial 69/71, assinados pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, oficializavam a necessidade da saída. A legislação em questão justificava que a localidade era zona prioritária de interesse social para fins de reforma agrária, diferente da notícia anunciada em uma reunião em Santo Alberto por representantes do INCRA, de que a desapropriação seria para efetivar os limites do parque. A sombra do regime militar abrandou qualquer tentativa de movimento de resistência mais forte. Ocorreram prisões de colonos, que não duravam muito tempo, apenas o suficiente para que estes resolvessem deixar a região. Das 470 famílias que viveram na região do parque, muitas foram para a região de São Miguel do Iguaçu, denominada PIC-OCOY, onde o INCRA criou as agrovilas de Santa Cruz do Ocoy, Santa Rosa do Ocoy e São José do Ocoy, todas dotadas de infraestrutura de acesso e água. Cabia ao órgão muitas vezes trazer a mudança da região do parque, que não acontecia logo que o colono recebia a terra. Para Maurício Schossler alguns colonos foram beneficiados com a saída da região do parque, uma vez que ganharam um pedaço maior de terras, citando ele próprio como exemplo. Como aconteceu com Ivo

³⁰⁶ Entrevista concedida por HENDGES, Plínio. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰⁷ Entrevista concedida por HENDGES, Plínio. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰⁸ Entrevista concedida por SCHOSLER, Maurício. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

Hanauer³⁰⁹, outros colonos desistiram ou não quiseram terras na região do Ocoy e se espalharam pela região. Houve ainda aqueles que resolveram se “aventurar” em busca de terras férteis no país vizinho – Paraguai. Na região do parque, além de clareiras, ficaram as ruínas de túmulos e buracos.

Ficaram abertas questões como: Como o Governo Federal autorizou empréstimo pelo Banco do Brasil aos colonos para que mecanizassem as terras que seriam do Governo? Como o Governo incentivava a vinda de colonos por meio de anúncio em rádios para uma terra que seria sua? Como puderam “fechar” os olhos para as procurações e registros de compra e venda, documentos comuns à época e reconhecidos como oficiais em muitas situações, já que o registro no cartório de imóveis não era uma prática comum? Por que alguns colonos até hoje não foram indenizados? Espera-se que, ao final, ao remexer este baú da história, as informações apresentadas possam servir como marco referencial para futuros estudos sobre a região e a formação do Parque Nacional do Iguaçu e que as questões que ficaram abertas possam ser esclarecidas.

Referências

BRASIL. Decreto nº. 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Cria o Parque Nacional do Iguassú e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de nov. de 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 554 de 25 de abril de 1969. Dispõe sobre desapropriação por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126078/decreto-lei-554-69> Acesso em: 23 de jan. de 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREGORY, Valdir – Colonização e Fronteiras: o caso do Estado do Paraná (1930 - 1960). In: Lopes, Marcos. **Espaços da memória**. Fronteiras. Cascavel: EDUNIOESTE. 2000.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**. Migrações no Oeste do Paraná – 1940 - 1970. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HANAUER, Ivo. Entrevista. Santa Terezinha de Itaipu, julho de 2011.

HENDGES, Plínio. Entrevista. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

JORNAL BINACIONAL VEÍCULO DA REGIÃO DE ITAIPU PARA O BRASIL E PARAGUAI. Expropriados pedem sindicância federal: Waldomiro de Deus Pereira. Editora Lítero Técnica. Foz do Iguaçu, 1974.

KLAUCK, Samuel in ARRUDA, Gilmar, (Org.) **Natureza, Fronteiras e Territórios**: imagens e narrativas. 1. ed. Londrina: EDUEL, 2005.

MALLMAN, Marcos. Entrevista. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

MATTE, Alma. Entrevista. Foz do Iguaçu, abril de 2011.

REVISTA VEJA. Paraná: Proibido plantar. Julho de 1976.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SCHOSSLER, Maurício. Entrevista. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

³⁰⁹ Entrevista concedida por HANAUER, Plínio. Santa Cruz do Ocoy, julho de 2011.

SEIXAS, Lara Luciana Leal. **Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu**: as fronteiras do cotidiano em terras (i) legais?. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2012.

SILVA, Sebastião Francisco da. **Na trilha dos pioneiros**: Santa Terezinha de Itaipu. Santa Terezinha de Itaipu, [s.n], 1995.

SPIES, Nelson. Entrevista. Foz do Iguaçu, abril de 2011.

Chega de Demolir Porto Alegre e Basta de Demoler: ações digitais em defesa do patrimônio cultural no contexto do Mercosul

Marina Gowert dos Reis³¹⁰

Renata Ovenhausen Albernaz³¹¹

Resumo

A defesa patrimonial é uma voz presente nas novas mídias, sendo a internet espaço para grupos pleitearem ações de proteção. Essa afirmação baseia-se na observação das práticas de dois grupos lotados no Mercosul, o *Chega de Demolir Porto Alegre*, da capital do estado do Rio Grande do Sul, e o *Basta de Demoler*, representando a cidade de Buenos Aires, capital da Argentina. Com uso de blogs e perfis em redes sociais, esses grupos denunciavam, em especial, casos de edificações patrimonializáveis em iminente destruição. Entretanto, as ações desses grupos não estão somente no meio digital, sendo que buscam, junto às instâncias normativas, formas de proteção patrimonial. Assim, esse artigo busca observar a dinâmica desses grupos, entendendo sua relação com a sociedade, o governo e o próprio meio digital, bem como a comparação da realidade brasileira e argentina, em um contexto de Mercosul.

Palavras-chave: Defesa patrimonial. Empoderamento pela internet. Grupos de defesa no Mercosul.

Introdução

Observa-se a contemporaneidade, marcada pelas novas tecnologias, a partir do processo de cibercultura, que, para Pierre Lévy (2007), versa sobre as técnicas, as práticas, as atitudes, os modos de pensamento e os valores que se desenvolvem a partir e em conjunto ao crescimento do universo virtual possibilitado pela internet. Nessa perspectiva, a internet é o meio de comunicação (LEMOS, 2010) que, em teoria, tudo abarca, incluindo aí as questões de defesa patrimonial. Tal afirmação debruça-se na existência de diversos grupos que fazem da internet uma espaço para potencializar suas causas pela proteção ao patrimônio.

Um exemplo seria o *Chega de Demolir Porto Alegre*³¹², grupo que, em 2013, começou a organizar-se para proteger edificações patrimonializáveis da capital do estado do Rio Grande do Sul de iminente destruição. Ainda se destaca o *Basta de Demoler*³¹³, organização não governamental do setor civil formada em 2007 pela conservação do patrimônio arquitetônico da cidade de Buenos Aires.

Aqui se pretende fazer uma análise das ações desse grupos, com enfoque na dinâmica da busca pela defesa patrimonial concreta, tendo como fonte as informações que os mesmos disponibilizam na internet. A análise aqui é feita a partir dos dois grupos já comentados, o *Chega de Demolir Porto Alegre* e o *Basta de Demoler*, que, apesar de apresentarem semelhanças, estão em realidades distintas. Com a análise desses grupos pode-se contrapor a forma que a sociedade e a legislação desses dois país, Brasil e Argentina, lidam com a questão patrimonial e o empoderamento de comunidades através da internet, tendo em mente que esses países são potências econômicas e políticas no contexto do Mercosul.

³¹⁰ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural na UFPEL. Email: marinagowertdosreis@gmail.com.

³¹¹ Professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Direito pela UFSC. Email: renata_albernaz@terra.com.br.

³¹² <http://chega-de-demolir-portoalegre.blogspot.com.br/> Acesso em: 16/07/2014.

³¹³ <http://bastadedemoler.org/> Acesso em: 16/07/2014.

O processo de patrimonialização no interior das comunidades

A cibercultura deve ser observada como “uma manifestação da vitalidade social contemporânea” (LÉVY, 2010, p. 11). É uma nova maneira de estabelecer relações que é possibilitada pela estrutura das novas tecnologias da informação, quando essas “tornam-se vetores de novas formas de agregação social” (LEMOS, 2010, p. 16). O princípio de interconexão torna-se central para observação de grupos organizados na internet. Fala-se assim da capacidade que o digital tem de conectar pessoas através de interesses, vontades, causas em comum, e não tão somente a partir de proximidades geográficas, como seria em um período anterior ao da evolução e ampliação do alcance da internet (LÉVY, 2007).

O que se observa aqui é que esses interesses que unem indivíduos podem ser de cunho patrimonial. É no âmbito de esforços coletivos para elevação de bens à essa categoria que se discutem ideias de Jean-Louis Tornatore e Llorenç Prats, autores que não partem de um visão pré-concebida de patrimônio, mas sim de um olhar crítico, calcado na antropologia. E assim, ambos pontuam que o patrimônio, que é a presença do passado na atualidade (TORNATORE, 2010), ou ainda uma potência presente (PRATS, 2005), é uma categoria que é organizada pelas comunidades, sendo essa uma forma das mesmas entenderem e construírem suas identidades e se situarem no agora (TORNATORE, 2010; PRATS, 2005).

A patrimonialização envolve um processo que busca valorar os bens, promovendo a ativação dos mesmos. O termo “ativação” se refere aos diferentes modos que um bem patrimonial pode ser transformado em patrimônio, e se baseia em três princípios, segundo Prats (2006): o objeto, o lugar e a manifestação. Objetos são os museus, as coleção, delimitados a partir de um significado compartilhado; os lugares designam os monumentos, os espaços naturais, que tem na unidade material do bem todo o seu significado e carga simbólica; e as manifestações falam dos referentes patrimoniais que existem a partir da produção ou representação, como é o caso das tradições culturais, as celebrações, os modos de fazer, os bens classificados como imateriais e as pessoas conectadas à eles.

Não se pode deixar de perceber que, na atualidade, vive-se um momento de mercantilização do patrimônio cultural (PRATS, 2006). Esse fato é observado na indústria do turismo a sítios históricos, museus, monumentos, com interesses que passam pela curiosidade ao passado, até ao lazer propriamente dito. O crescimento desse campo é, para Prats (2006), uma consequência do aumento da capacidade aquisitiva dos indivíduos, e da instituição do tempo livre nas legislações trabalhistas. Tal uso movimenta a economia em torno dos bens patrimoniais, sendo esses, assim, uma forma de subsistência econômica, tanto para o governo como para as comunidades. E assim, os bens patrimoniais sofrem alterações para se adequarem às novas demandas, fazendo com que esses passem, de certo modo, “de um refletir nossas diferentes identidades, para um refletir as diferentes identidades dos outros”³¹⁴ (PRATS, 2006, p. 74). Entretanto, Prats defende que “ainda que o patrimônio não seja a identidade, não há que duvidar que seus referentes mantenham um caráter de sacralidade para o grupo”³¹⁵ (PRATS, 2006, p. 78).

Os processos de patrimonialização encontram bens que devem ser estudados perante uma diversidade de valores, em especial os identitários de comunidades envolvidas. O que torna um referente relevante, e o processo de patrimonialização bem-sucedido aos moldes do mercantilismo patrimonial, em especial no âmbito local, são as memórias das comunidades e a presença dessas no “espetáculo patrimonial”. Isso porque são essas que fazem do patrimônio a memória viva no presente. Entretanto, atesta o autor, essas memórias são construções sociais coletivas, “mutável, seletiva, diversa, contraditória e relativa às situações, interesses e

³¹⁴ Tradução livre da autora. Texto original: “de reflejar los distintos nosotros de nosotros a reflejar el (o los) nosotros de los otros” (PRATS, 2006, p. 74).

³¹⁵ Tradução livre da autora. Texto original: “Aunque el patrimonio no sea la identidad, no hay que olvidar que sus referentes mantienen un carácter de sacralidad para el grupo” (PRATS, 2006, p. 78).

interrelações do presente³¹⁶ (PRATS, 2005, p. 26), e não uma memória unanime, ainda que constituam um conjunto de discursos da comunidade sobre a mesma. É a partir dessa memória que a comunidade irá fixar seus discursos identitários à determinados referentes patrimoniais, e assim o bem cultural que será elevado como representante de sua identidade (CANDAU, 2012) estará impregnado de suas memórias.

Esse encadeamento de discursos e representações podem ser percebidos, em um processo de patrimonialização, quando se adota uma postura participativa na investigação das memórias que acompanham os referentes, construindo, assim, uma valoração pertinente à população e aos “outros” que irão acessar tal patrimônio. Por isso, os profissionais do patrimônio devem ter a habilidade de compreender a população e de trabalhar junto a ela, fazendo com que a comunidade seja parte integrante do processo (PRATS, 2005).

Tal posicionamento também é defendido por Tornatore (2010), especialmente em seu relato sobre o processo que se instaura no castelo de Luneville. O local, que apesar de seu valor histórico e patrimonial ainda não era registrado como patrimônio francês, foi atingido por um incêndio acidental em 2003. Tornatore organiza em torno desse caso uma pesquisa coletiva, que pesquisou os acontecimentos a partir cartas onde indivíduos demonstravam sentimentos para com o castelo, sob a ótica de um caso de emoção patrimonial. É possível observar duas relações com o passado, uma que se refere a ele como patrimônio, e outra como memória. O autor afirma que o castelo é um lugar de memória, não a partir do sentido de um lugar onde a memória se cristaliza e se refugia (NORA, 1993), mas de um lugar que é “tomado pela memória” (TORNATORE, 2010). Essa separação, em Luneville, trouxe um estranhamento à comunidade, pois a partir do processo de patrimonialização somente se poderia experienciar o passado, não mais vivenciar o presente, perspectiva que só poderia ser observada através de uma análise participativa.

Tornatore afirma que a contribuição do pesquisador na valoração patrimonial está menos para participar na elaboração da norma patrimonial, e mais para aferir uma sensibilidade viva às formas de resistência a todas as formas de dominação – sendo o patrimônio uma delas (TORNATORE, 2010). Essa integração levada pelo processo de valoração, da patrimonialização participativa, porém, pode levar à observação de que as memórias, e o posicionamento da população, não é unânime. Daí Prats (2006) propor o patrimônio, e o processo de patrimonialização, como um fórum, que possibilite que essas “adaptações da memória” sejam identificadas, e uma “carvoeira”, onde essas podem ser eliminadas. Assim, a memória pode ser compreendida em sua complexidade e refletida nos seus diversos suportes.

Um olhar sobre o Chega de Demolir Porto Alegre e o Basta de Demoler

Tendo essas questões em mente, faz-se a análise do grupos Chega de Demolir Porto Alegre e *Basta de Demoler*, observando-os como organizações de defesa patrimonial que buscam políticas públicas de preservação, no âmbito do Brasil e da Argentina, e, em paralelo, fazem uso da internet como instrumento de mobilização. Busca-se compreender como esses polos relacionam-se, sendo esses a mobilização digital, grupos organizados, comunidades e o poder político, comparações entre Brasil e na Argentina, e se a internet é um instrumento que traz benefícios à preservação patrimonial de bens em iminente destruição.

Para tanto, estuda-se aqui os websites e perfis em redes sociais desses dois grupos, buscando, nos mesmos, informações sobre a estrutura das organizações, o que está sendo pleiteado a partir de suas ações, quem forma os grupos, qual a relação desses indivíduos com as comunidades conectadas aos bens patrimoniais, como essas ações são vistas pelo poder público, e se há uma resposta da sociedade à essas iniciativas, em especial a partir do número

³¹⁶ Tradução livre da autora. Texto original: “La memoria es cambiante, selectiva, diversa, incluso contradictoria y relativa en todo caso a las situaciones, intereses e interrelaciones del presente” (PRATS, 2005, p. 26).

de usuários que acessam esses espaços.

Assim, inicia-se o estudo a partir da realidade brasileira. O grupo Chega de Demolir Porto Alegre coloca-se em seu website como uma organização que busca articular-se em conjunto com moradores e entidades da cidade, como forma de envolver a sociedade tanto na seleção de bens a proteger, como na formulação e efetivação dessa defesa. O movimento inicia suas articulações no ano de 2013, a partir de três reuniões nas quais se discutiu os principais problemas em relação ao patrimônio cultural de Porto Alegre, sejam essas edificações, conjuntos e paisagens de valor histórico, artístico, ambiental ou social, formando, posteriormente, um grupo de indivíduos que buscam proteger esses princípios. Os problemas que iniciaram essa mobilização versam sobre uma divergência entre o que é protegido através do inventário municipal e o que é reconhecido pela população, as deficiências da legislação municipal, a insuficiente compensação aos proprietários de imóveis inventariados, além da quantidade de bens culturais, esses que são representativos para as comunidades, que estão em processo de demolição.

O grupo pretende que exista em Porto Alegre um Fórum Permanente de Discussões sobre questões do patrimônio cultural da cidade. Junto à isso, propõem a implantação dos Inventários Afetivos, instrumento criado por membros da Oscip Defender³¹⁷ (Defesa Civil do Patrimônio Histórico) a partir do envolvimento com o mesmo. O instrumento Inventários Afetivos³¹⁸ propõe a identificação de bens patrimoniais a partir de uma observação da comunidade por integrantes do grupo e a construção de inventário em conjunto com os moradores de bairros, não substituindo o instrumento oficial. Através do envolvimento com a população, buscam-se elencar os bens que ainda não fazem parte do inventário municipal, mas que, mesmo assim, são representativos para a mesma.

Buscando compreender quem são os membros do grupo e se esses possuem embasamento para falar da categoria patrimonial, já observa-se a integração com a Defender, destacando que essas pessoas tem conhecimento da área do patrimônio cultural, seja através de formação acadêmica ou pela experiência prática. Tal perspectiva também é observada na pessoa que organiza e responde pelo grupo, Jacqueline Custódio, que é advogada, tem estudos em Direito Urbanístico, defende a proximidade com as comunidades em quaisquer projeto que dirija-se às mesmas, e participa de projetos como o Centro Cultural Zona Sul e o Projeto Vizinhaça³¹⁹. Assim, essas pessoas são oriundas de um histórico de projetos de defesa patrimonial, e buscam manter em seus projetos a ideia de participação e construção conjunta com a comunidade.

O grupo Chega de Demolir Porto Alegre também organiza uma página³²⁰ no Facebook, nomeada Chega de Demolir Porto Alegre. Atualmente, a página conta com 1.908³²¹ “curtidas”, recurso da rede social que versa sobre usuários que aderem às causas ali levantadas e que querem receber as informações publicadas. Um outro indicativo é o “Pessoas Falando Sobre Isso”, que faz referência ao número de usuário que executaram alguma ação na página nos últimos sete dias. Com uso desse recurso é possível visualizar que 236³²² usuários engajaram-se na página, fazendo isso a partir de “curtidas” de postagens, discussões, debates, compartilhamentos, entre outros. Além disso, a maior concentração de usuários da página,

³¹⁷ <http://www.defender.org.br/> Acesso em 10/08/2014. A Defender é uma organização da sociedade civil do estado do Rio Grande do Sul, que tem o objetivo principal de defender o patrimônio histórico, fazendo isso, especialmente, através do diálogo entre comunidades e o poder público.

³¹⁸ <http://www.defender.org.br/projeto-inventarios-afetivos/> Acesso em 10/08/2014.

³¹⁹ <http://chega-de-demolir-portoalegre.blogspot.com.br/2014/03/o-projeto-vizinhanca-e-o-centro.html> Acesso em 20/07/2014.

³²⁰ <https://www.facebook.com/pages/Chega-de-Demolir-Porto-Alegre/496197030458160?sk=timeline> Acesso em 20/07/2014.

³²¹ Dados de 21/07/2014.

³²² Dados de 21/07/2014, disponíveis em: <https://www.facebook.com/pages/Chega-de-Demolir-Porto-Alegre/496197030458160?sk=likes> Acesso em 21/07/2014.

que tem idades entre 25 e 34 anos, são da própria cidade de Porto Alegre, o que mostra que esse meio pode funcionar como extensão de reuniões presenciais.

Pode-se dizer que o principal objetivo da página do Facebook atualizada pelo grupo está na denúncia, com recurso de fotografias, de casos de degradação de edificações patrimoniais. A página no Facebook ainda serve para a criação de “eventos”³²³ na mesma rede social convidando indivíduos para comparecer em reuniões do grupo. Isso mostra que não existem restrições de quem pode comparecer à tais encontros.

Ainda se observa o apoio que o grupo dá ao processo de inventário de edificações do Bairro Petrópolis, em Porto Alegre. Na análise desse caso perceber-se como funciona o trabalho do grupo em conjunto com a comunidade e como esse usa as mídias digitais como ferramentas para obtenção de voz ativa perante os poderes públicos.

O marco inicial desse caso seria a publicação, no início do ano de 2014, da lista de mais de 300 imóveis do bairro Petrópolis no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens da Capital, proposto a partir de inventário conduzido para Prefeitura de Porto Alegre (VARGAS, 2014). Essa inclusão leva em conta o valor histórico da localidade, essa que é marco do progresso urbano de Porto Alegre. A grande parte dos imóveis do Petrópolis foram classificados como de estruturação, que são edificações que não podem ser destruídas ou terem o exterior alterado, segundo a lei do município. A iminente impossibilidade de demolir os imóveis e desvalorização para venda fez com que proprietários fossem contra o inventário. Assim, esses tiveram até maio de 2014 para entregar a defesa de seus pedidos de exclusão, ainda que a Associação dos Moradores do Bairro Petrópolis Atingidos pelo Inventariamento da Prefeitura (Amai) estivesse buscando a anulação de tal inventário.

Em contrapartida, cidadãos porto-alegrenses, incluindo aí moradores do Petrópolis, concordam com a ação da Prefeitura, e defendem que tal arquitetura deve ser preservada. Assim, os moradores do bairro organizaram em abril de 2014 um abaixo-assinado digital³²⁴, através do website Petição Pública, apoiando o inventário. No mesmo ensejo, essas pessoas escrevem cartas³²⁵ ao Epahc (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural), órgão municipal responsável por projetos e obras de restauração de edificações tombadas, e jornalistas³²⁶ manifestam-se nas mídias apoiando a preservação do bairro histórico. Esses manifestos da comunidade são difundidos pelo Chega de Demolir Porto Alegre, o que empodera as mobilizações em Petrópolis, uma vez que o grupo já possuía um grande número de espectadores nas mídias digitais, e também já era do conhecimento de órgãos públicos.

Como fechamento para o caso do bairro Petrópolis, tem-se, no momento, a anulação do inventário, publicada em maio de 2014. Assim, a Prefeitura de Porto Alegre irá conduzir um novo projeto, o que faz com que os moradores do bairro ainda busquem a preservação de tais bens, especialmente a partir do blog³²⁷ da organização que se formou.

Após observar quem forma o Chega de Demolir Porto Alegre, quais são suas lutas, como procede nas mesmas, passa-se à análise das ações e estruturas do grupo *Basta de Demoler*, referente à cidade de Buenos Aires. Como dito anteriormente, essa é uma organização não governamental do setor civil que se estabeleceu formalmente no ano de 2007 a partir de um grupo de vizinhos que se uniram pelo objetivo de defender o patrimônio

³²³ Exemplo de evento criado convidando para encontro presencial do Chega de Demolir Porto Alegre: <https://www.facebook.com/events/414297808701799/?ref=22> Acesso em 21/07/2014.

³²⁴ <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR70852> Acesso em 24/07/2014.

³²⁵ Carta de um morador de Petrópolis ao Epahc. Disponível em: <http://protejapetropolis.blogspot.com.br/2014/04/carta-de-um-morador-de-petropolis-ao.html> Acesso em: 23/07/2014.

³²⁶ Porto Alegre (RS) – Petrópolis e o patrimônio cultural por Tania Jamardo Faillace. Disponível em: <http://defender.org.br/artigos/porto-alegre-rs-petropolis-e-o-patrimonio-cultural-por-tania-jamardo-faillace/> Acesso em: 23/07/2014.

³²⁷ <http://protejapetropolis.blogspot.com.br> Acesso em 24/07/2014.

urbanístico de Buenos Aires. O estopim para a organização do grupo foram demolições de edifícios de valor arquitetônico e histórico, sendo que suas denúncias e ações foram posteriormente expandidas para questões relativas ao patrimônio intangível e simbólico.

Observa-se que os objetivos em Buenos Aires diferem dos de Porto Alegre. O *Basta de Demoler* coloca-se com a ideia de manter os cidadãos atentos à bens que merecem proteção, sejam esses já inventariados e negligenciados, ou “esquecidos”, livres de qualquer salvaguarda. Em contrapartida, o Chega de Demolir Porto Alegre atua em levantar o que é relevância para as comunidades, a partir do diálogo e trabalho conjunto com as mesmas.

Qualquer cidadão pode fazer uma doação em dinheiro para o *Basta de Demoler*, assim virando sócio, e pode também denunciar um bem que está sendo negligenciado, mas, ainda assim, não será membro efetivo do grupo, não participando de decisões. Entretanto, o *Basta de Demoler* disponibiliza recursos para que as comunidades comuniquem-se com as comissões de patrimônio e com o próprio grupo. Uma dessas formas seria a denúncia de situação de negligência em relação à bens patrimoniais, processo detalhado na seção *Denúncias*³²⁸ do website.

Na busca de identificar quem são os membros do *Basta de Demoler*, recorre-se à seção do website *Quiénes Somos*³²⁹. Lá se encontra uma lista dos membros do grupo, atentando-se, aqui, aos colaboradores ativos e porta-vozes. Essas são formadas principalmente por arquitetos, fato que reflete os objetivos do grupo, focados na proteção do patrimônio arquitetônico.

No website ainda é possível encontrar informações sobre as alianças estratégicas do grupo³³⁰, que incluem organizações como a *Asociación Argentina de Abogados Ambientalistas*, *Historiadores online* e *Fundación Ciudad*. Isso mostra que diversas instituições compartilham dos objetivos do *Basta de Demoler*, mostrando a existência de uma vontade coletiva de empoderamento de comunidades em detrimento da centralidade dos interesses políticos.

Na busca de ações efetivas de preservação patrimonial observa-se a seção *Acciones*, ou “Ações”, do website. Toma-se para análise a entrada de outubro de 2009³³¹, quando o grupo solicitou para o Ministério de Desenvolvimento Urbano o direito de participar de reuniões do *Consejo Asesor de Asuntos Patrimoniales (CAAP)* e o direito à voto, colocando-se como uma associação civil e alegando que essa seria forma de levar às decisões do conselho a opinião dos cidadãos. Essa possibilidade estaria amparada pelo regulamento do conselho, entretanto, o pedido foi negado. O CAAP alega que a inclusão de terceiros na estrutura do conselho dificultaria o andamento de decisões, o que prejudicaria a efetivação de ações. Ainda assim, permitem que o *Basta de Demoler* participe informalmente de suas reuniões quando o assunto discutido seja relacionado à organização, abrindo, assim, esse precedente para outras pessoas e instituições (ARGENTINA, CR. N° 205 – DGIUR-2009). Especulam-se alguns motivos para a negação desse pedido. O primeiro seria o colocado pelo conselho, que a inclusão do *Basta de Demoler* nas reuniões dificultaria o andamento das mesmas; o segundo seria o fato da organização não incluir, da maneira direta, a comunidade de Buenos Aires, não sendo constituída, assim, por seus “vizinhos”, como a mesma se coloca.

Observa-se ainda a página do Facebook *Basta de Demoler*³³². A página tem 11.166³³³ “curtidas”, número superior ao do Chega de Demolir Porto Alegre, e 246³³⁴ “Pessoas Falando Sobre Isso”, índice próximo ao grupo porto-alegrense, algo que mostra que ainda que a página tenha mais “curtidas”, o volume de interações é semelhante. A grande maioria dos usuários da

³²⁸ http://bastadedemoler.org/?page_id=238 Acesso em 26/07/2014.

³²⁹ http://bastadedemoler.org/?page_id=2 Acesso em 26/07/2014.

³³⁰ http://bastadedemoler.org/?page_id=3412 Acesso em 26/07/2014.

³³¹ http://bastadedemoler.org/?page_id=462 Acesso em 26/07/2014.

³³² <https://www.facebook.com/BastadeDemoler> Acesso em 26/07/2014.

³³³ Dados de 23/07/2014.

³³⁴ Dados de 23/07/2014.

página é de Buenos Aires, sendo a audiência formada por indivíduos com idades entre 25 e 34 anos. O conteúdo concentra-se na atualização sobre andamento de processos em órgãos do governo e divulgação de postagens do website. Não foram encontrados “eventos” criados pelo grupo.

Conclusão

Nas ações e nos objetivos observados nos grupos selecionados encontram-se conceitos que foram discutidos aqui a partir dos teóricos apresentados. Destaca-se, em Porto Alegre, a divergência entre o que é protegido através do inventário municipal e o que é reconhecido pela população, algo que Prats (2006) considera em seus estudos. Nas deficiências na legislação do município de Porto Alegre observadas pelo grupo e no próprio instrumento dos Inventários Afetivos encontra-se o que Tornatore propõe para os processos de patrimonialização: uma abordagem participativa, entendendo cada caso de maneira específica, e executando o trabalho de conhecer a comunidade e o bem patrimonial (TORNATORE, 2010). O Chega de Demolir Porto Alegre defende a participação da comunidade no processo de patrimonialização, pois, muitas vezes, o que é valorado pelos órgãos governamentais não corresponde ao que tem valor para a população. Isso também podem ser visto em Buenos Aires, ainda que de maneira distinta. O ato do *Basta de Demoler* tentar integrar-se ao CAAP reflete, de certa maneira, o que Tornatore coloca sobre o processo de patrimonialização que integre comunidade e profissionais. Entretanto, aí se tem uma situação na qual o *Basta de Demoler* iria “representar” a comunidade e não “ser” a comunidade.

Aqui ainda são traçadas algumas diferenças entre o que acontece em Porto Alegre e em Buenos Aires, percebendo, assim, contrastes entre ações de defesa patrimonial empoderadas pelo digital no contexto do Mercosul. Ainda que a comunidade de Buenos Aires tenha instrumentos de denúncia que promovem o diálogo com o poder público não encontrou-se, através de busca no website do *Basta de Demoler*, informações de casos onde essa ação aconteceu. Já em Porto Alegre observa-se uma comunidade ativa, em especial no caso do bairro Petrópolis, que busca suas reivindicações, fazendo um abaixo-assinado e criando uma mobilização. Pode-se dizer que as comunidades em Buenos Aires e Porto Alegre encontram formas diferentes de agir, como pode ser observado a partir dos casos em que os grupos *Basta de Demoler* e Chega de Demolir Porto Alegre atuaram. Entretanto, observa-se uma constante: a vontade de defender e preservar o patrimônio cultural e a mobilização por essa causa.

Referências

- ARGENTINA, CR. No 205 – DGIUR-2009, de 11 de setembro de 2009.
- CANDAU, Joël. Memória e identidade. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.
- _____. Uma perspectiva vitalista sobre a cibercultura. In: LEMOS, André. Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10, dez. 1993.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología Social, n. 21, p. 17-35, 2005.

_____. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 58, p. 72-80, 2006.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

VARGAS, Bruna. Inventário de casas do bairro Petrópolis é motivo de polêmica em Porto Alegre. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 25 abr. 2014, ZH Notícias. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/04/inventario-de-casas-do-bairro-petropolis-e-motivo-de-polemica-em-porto-alegre-4482193.html> Acesso em: 20/07/2014.

E quando a cidade-empresa desconsidera o direito à cidade? O bairro Lagoinha como lugar de memória - Belo Horizonte/MG - Brasil³³⁵

Brenda Melo Bernardes³³⁶

Raquel Garcia Gonçalves³³⁷

Resumo

A cidade de Belo Horizonte / MG - Brasil tem passado por inúmeras transformações ao longo dos últimos anos. Ancoradas em uma visão tipicamente neoliberal em que predomina o entendimento da cidade como uma empresa, tais transformações têm provocado perversos processos sócio espaciais e, por muitas vezes, a indignação da população em geral, que se sente ameaçada em seus direitos.

Recentemente, surge na cidade uma nova proposta de flexibilização da Área de Diretrizes Especiais – ADE da Lagoinha pelas Operações Urbanas Consorciadas, a qual poderá potencializar a degradação física do bairro Lagoinha como consequência do aumento do potencial construtivo da região em benefício da sua localização estratégica e pela capacidade de infraestrutura.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca relacionar as práticas atuais de planejamento urbano, inseridas no modelo neoliberal, e suas consequências sócio espaciais e histórico culturais, exemplificando com as propostas recentemente apresentadas para o bairro Lagoinha, em Belo Horizonte/MG.

Palavras-chave: Cidade-empresa, Direito à cidade, Memória, Bairro Lagoinha.

Introdução

A recente história do planejamento urbano no Brasil tem sido marcada pela utilização de técnicas e métodos empresariais por um número expressivo de municípios. As cidades, de fato, têm sido tratadas como empresas, o que autorizaria seus governantes a colocar em prática estratégias anteriormente verificadas nos setores privados. Muito tem se discutido nos meio acadêmicos sobre tal temática e as críticas são abundantes. Contudo, o número crescente de atuações práticas demonstram a força da ideologia neoliberal, consolidada pelo entendimento da cidade-empresa.

Alguns ideários verificados no meio empresarial são, assim, transpostos para o cenário urbano, dentre os quais se destaca, aqui, a noção de flexibilidade. Em tempos contemporâneos, vale dizer, que a eficiência empresarial deve estar ancorada nesta noção.

Contudo, destaca-se que nesse contexto, torna-se difícil conciliar estratégias que, de fato, tragam melhorias urbanas para a “cidade real” e que beneficiem a parcela majoritária da população, marginalizada dos benefícios urbanos e ignorada nas políticas públicas em geral. Se a cidade é vista como empresa, muitas vezes os cidadãos são tratados como meros consumidores. Entretanto, nem todos podem pagar os altos custos cobrados no ambiente urbano e passam a ser vistos como não-cidadãos.

Diante desse contexto, este artigo pretende relacionar as práticas atuais de planejamento urbano, inseridas no modelo neoliberal, e suas consequências sócio espaciais e histórico culturais, exemplificando com as propostas recentemente apresentadas para o bairro Lagoinha, em Belo Horizonte/MG.

³³⁵ Este trabalho conta com o apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais).

³³⁶ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da UFMG. Pesquisadora do Observatório de Conflitos Urbanos e Planejamento Participativo e Gestão Democrática das Cidades do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. brenda.mbernardes@gmail.com

³³⁷ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Professora Adjunta e chefe do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Coordenadora dos grupos de pesquisa Observatório dos Conflitos Urbanos de Belo Horizonte e Planejamento Participativo e Gestão Democrática das Cidades: limites e possibilidade do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. raquelgargon@hotmail.com

O bairro Lagoinha, situado em Belo Horizonte, tem sido um dos alvos frequentes de transformações urbanas, passando por um processo intenso de degradação e descaracterização espacial. Seu processo de desenvolvimento foi conduzido segundo os princípios neoliberais de planejamento, onde os interesses do mercado imobiliário tornam-se prioridade no direcionamento das intervenções públicas em detrimento ao interesse coletivo.

Profundas desarticulações são, na atualidade, verificadas em seu tecido urbano provocadas, sobretudo, pelas inúmeras intervenções viárias realizadas ao longo de décadas, que têm conformado extensos fragmentos espaciais e ocasionado impactos na memória coletiva de seus moradores e sob os aspectos histórico-cultural, social e econômico do bairro.

Desde o início de seu processo de ocupação, a Lagoinha desempenha o papel de importante conexão entre a região central de Belo Horizonte e o Vetor Norte da cidade, o que tem contribuído para o direcionamento de intervenções, prioritariamente, para a ampliação do seu sistema viário em detrimento da qualidade do seu ambiente e passando ao largo dos reais interesses da população local.

Do ponto de vista histórico-cultural, o bairro abriga diversos estilos arquitetônicos que, apesar da intenção de conservação da paisagem urbana com o tombamento de parte das edificações pela Secretaria Municipal de Cultura, encontram-se em um progressivo estado de degradação.

Recentemente, surge na cidade uma nova proposta de flexibilização da Área de Diretrizes Especiais – ADE da Lagoinha pelas Operações Urbanas Consorciadas, a qual poderá potencializar a degradação física do bairro como consequência do aumento do potencial construtivo da região em benefício da localização estratégica próxima a área central e pela capacidade de infraestrutura.

Assim, cada vez mais, perde-se o sentido do lugar. Suas memórias são enterradas e a identidade cultural vai sendo atropelada por intervenções viárias e por flexibilizações que transformam a exceção em regra, desconsiderando instrumentos legais.

O planejamento urbano em Belo Horizonte: bem vindos à cidade empresa

O planejamento urbano no Brasil enfrenta no momento atual a dificuldade de rompimento com o modelo de planejamento tecnocrático, excludente e segregador, herdado do período modernista, devido à ameaça que a formulação de novas práticas urbanas poderia representar para os interesses de grupos dominantes.

Sobre o histórico do planejamento urbano, segundo Souza (2008), o rompimento com os parâmetros regulatórios vigentes até a década de 70, que atribuía ao Estado o papel de assegurar o desenvolvimento econômico e social das cidades e o surgimento do neoliberalismo, nesse contexto, passa a definir um modelo de planejamento que almeja a atuação do “Estado mínimo” e do “mercado livre”, sob a justificativa de que o mercado por si só torna-se capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e de proporcionar maior liberdade aos indivíduos na satisfação de suas necessidades.

Nesse sentido, destaca-se que desde o final do século passado, um número crescente de municípios, no Brasil, vem utilizando conceitos e métodos de planejamento urbano, envolvidos no contexto de crescente competitividade intermunicipal. A ideia de empresariamento urbano ganha destaque e pode ser entendida como parte das mudanças históricas por que passam as estruturas socioeconômicas e políticas. Assim, as atuais políticas urbanas devem ser vistas como parte de um processo maior em que se disputam concepções do que seja a cidade; em que se busca uma redefinição das relações interescares, assim como dos sujeitos sociais e políticos e de suas relações com o território (GONÇALVES, 2005).

Em tempos contemporâneos, a visão de mundo que se impõe reveste-se com uma espécie de racionalização econômica e a lógica do mercado passa a permear os novos

discursos que surgem. Nesse sentido, o reino empresarial é praticamente imposto aos mais diversos campos discursivos, ganhando força também nas atuações práticas que se referem ao espaço de forma geral (GONÇALVES, 2005). Segundo Arantes:

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja (...) uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, (...) há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias (ARANTES, 2000, p. 26).

Diante da força da ideologia neoliberal, conceitos e técnicas são adaptados do âmbito empresarial para que sejam aplicados no setor público e, mais especificamente, nas cidades.

Observa-se, nesse contexto, um grande incentivo às parcerias público privadas, assim como uma grande tendência de mercantilização dos espaços públicos, muitas vezes em detrimento dos reais anseios da população. Essas parcerias público-privadas que tem sido instituídas em sua maioria por meio das Operações Urbanas por si só já resultam em um processo excludente, já que elas só se tornam viáveis se proporcionam lucro imobiliário aos parceiros privados.

Assim, no cenário de competição intermunicipal, os recursos tendem a ser alocados segundo os princípios de planejamento estratégico, direcionados a áreas que proporcionem rápidos e lucrativos retornos financeiros e que tenham maior visibilidade e atratividade aos investidores externos (MARICATO, 2000).

Se por um lado a flexibilização das normas urbanísticas beneficia investidores privados, por outro ignora a realidade social e fundiária das cidades se limitando a garantia do atendimento aos interesses de uma parcela da sociedade. O direito à cidade, portanto, fica cada vez mais comprometido e subordinado a interesses específicos.

Em Belo Horizonte / MG, não tem sido diferente. As recentes propostas e intervenções urbanas parecem estar ancoradas nos preceitos neoliberais e no entendimento da cidade como uma grande empresa, o que tem ocasionado uma insatisfação dos cidadãos de forma geral.

No bairro Lagoinha, por exemplo, as transformações estruturais verificadas nas últimas décadas, em sua maioria realizadas pelo poder público, foram conduzidas segundo esse modelo de desenvolvimento, onde prevalecem as estratégias de atuação urbana no contexto do mercado imobiliário. Dessa forma, a população local tem sua participação limitada no direcionamento das políticas públicas, frente a um sistema de submissão aos interesses do capitalismo.

De acordo com Souza (2008), diante de uma sociedade dividida entre dirigentes e dirigidos, em que as intervenções são protagonizadas sem efetiva participação popular, as transformações na cidade podem resultar em ações e reações por grupos sociais insatisfeitos com a conduta da classe dominante. Pode-se constatar essa situação no bairro Lagoinha no seu processo histórico de ocupação e na atualidade, sobretudo, como consequência das remoções de parte significativa da população residente, objetivando melhoria da capacidade viária do bairro.

Em análise ao contexto atual do bairro verifica-se a intensificação da atuação do poder público em parceria com a iniciativa privada, devido aos interesses de mercado associados ao megaevento da Copa do Mundo de Futebol da FIFA ocorrida em 2014. Sendo assim, a região da Lagoinha tem sido alvo de intervenções urbanas voltadas, prioritariamente, à ampliação da capacidade viária municipal, o que tem resultado em profundas desarticulações urbanas e na insatisfação por parte da população residente e outros segmentos da sociedade, diante da perda progressiva da qualidade urbana de seus espaços públicos e do processo de desvalorização imobiliária da região. Meyer e Grostein (2000) nos indicam o quanto é nociva

para as cidades à implantação de intervenções públicas que não relacionam as questões urbanas em sua complexidade:

A precedência assumida pelas questões de circulação e tráfego acabou por gerar projetos urbanos unidimensionais, nos quais o espaço preexistente, o suporte, tornou-se um fragmento isolado do seu contexto original. Reduzidos à condição de espaços remanescentes das ações de adaptação da metrópole, acabaram por ser objeto de projetos complementares, em que a dificuldade de rearticulação com o seu tecido original tem gerado espaços abstratos do ponto de vista urbano. São projetos nocivos pela falta de clareza programática (MEYER; GROSTEIN, 2000, p.36).

Portanto, o que se presencia na Lagoinha, atualmente, são espaços urbanos fragmentados pelas constantes intervenções viárias realizadas no bairro e a intensificação da desigualdade social frente ao descaso do poder público com a população residente. Os moradores do local convivem com as incertezas das transformações futuras do bairro, diante da falta de transparência das intervenções planejadas e das políticas públicas municipais.

Transformações sócio espaciais e histórico culturais no processo de consolidação do bairro Lagoinha e o cenário atual

O bairro Lagoinha situa-se na região Noroeste de Belo Horizonte e está compreendido entre os bairros Centro, Bonfim, Colégio Batista, Carlos Prates, Santo André, São Cristóvão e Concórdia. Apesar da sua demarcação político administrativa, a região caracteriza-se por limites difusos, em função do seu processo de ocupação e da segregação do bairro sob o aspecto físico.

Pelo fato do bairro ocupar uma posição adjacente à região central, ele desempenha o importante papel de conexão entre o Centro e o Vetor Norte de Belo Horizonte - eixo de expansão urbana consolidado durante o processo de metropolização do município que abriga, atualmente, o Centro Administrativo de Minas Gerais e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Inserido nesse contexto metropolitano, a região em estudo tem sido alvo de mutilações urbanas direcionadas à suposta melhoria progressiva da capacidade viária municipal, que tem produzido desarticulações no bairro sob os aspectos sócio espacial, econômico e histórico.

As grandes alterações viárias na região têm ocasionado a anulação dos espaços de lazer no bairro e conformado extensas áreas residuais adjacentes às intervenções. Dessa forma, as obras públicas realizadas nas últimas décadas constituem uma ameaça à região devido ao constante desmembramento de suas bordas.

Cabe destacar que as intervenções têm como foco a priorização do automóvel e o transporte individual. A construção de viadutos demonstra a priorização dos investimentos públicos em obras que beneficiam apenas parcela da população. Além de não resolverem o problema do trânsito, demonstram uma total despreocupação com a paisagem gerada e com as condições da população, sobretudo dos que precisam se deslocar a pé.

Portanto, verifica-se que o bairro tem sofrido drásticas alterações em seu espaço urbano devido às inúmeras obras viárias conduzidas pelo poder público, o que tem ocasionado à desvalorização econômica e histórico-cultural da área e provocando a insatisfação dos moradores sobre as remoções realizadas e sobre a escassez das relações sociais cotidianas no bairro.

Como intervenções realizadas, respectivamente, na última década no bairro Lagoinha verifica-se a duplicação da Avenida Antônio Carlos, a incorporação de novas alças ao Complexo Viário da Lagoinha e mais recentemente, a obra em andamento de implantação do BRT (Bus Rapid Transit) na Avenida Antônio Carlos. Essas intervenções de caráter emergente têm fragmentado cada vez mais as relações urbanas existentes no bairro. O gradativo aumento da

demanda por vias que atendam ao crescente número de veículos que circulam na cidade tem trazido consequências sócio espaciais como o decréscimo populacional, a escassez de locais potenciais para interação social e, na paisagem urbana, verifica-se a perda de importantes referenciais simbólicos que constituíam a identidade do bairro.

Em análise ao contexto atual, o bairro Lagoinha tem sido alvo de desapropriações nos quarteirões lindeiros às recentes obras de ampliação do Complexo Viário e de alargamento da Avenida Antônio Carlos.

De acordo com as diretrizes preconizadas no Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, em função das condições particulares do processo de transformação urbana do bairro Lagoinha, foi definido um sobrezoneamento para a região - Área de Diretrizes Especiais da Lagoinha – ADE da Lagoinha. A definição da ADE deveria ter por objetivo estabelecer diretrizes específicas que contribuíssem para o desenvolvimento mais equilibrado sob os aspectos social, cultural e/ou econômico da região.

Entretanto, nos últimos anos o que se presenciou foi, segundo Castriota (2009, p.257), uma “carta de intenções”, visto que a ADE da Lagoinha ainda não se encontrava regulamentada e o bairro permaneceu estagnado em relação ao processo de renovação urbana. Dessa forma, o desenvolvimento da região foi direcionado prioritariamente aos interesses do mercado.

Recentemente, a aprovação do Projeto da Operação Urbana Consorciada Nova BH pelo Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, que prevê a flexibilização de Áreas de Diretrizes Especiais – ADEs para o aumento do potencial construtivo, representa uma ameaça à intensificação do processo de degradação urbana da Lagoinha.

De acordo com Souza (2009), as operações urbanas consorciadas são instrumentos reguladores de propostas urbanas:

As Operações urbanas consorciadas pressupõem um instrumento legal que permite ao Executivo autorizar alterações nos parâmetros urbanísticos estabelecidos na lei de zoneamento, obtendo recursos por meio de contrapartidas pagas pela iniciativa privada para viabilização dos projetos consorciados (cuja implementação ocorre a médio e longo prazo). À medida que o poder público dispõe cada vez menos de uma capacidade para investimentos diretos em infraestrutura, esses instrumentos tornam-se importantes alternativas à concretização de ações estratégicas (seja de investimentos públicos, seja em melhorias urbanas), sem o exclusivo comprometimento de recursos públicos, e sem a necessidade de aguardar por recursos do Estado ou da União (SOUZA, 2009, p.222).

Todavia, seu uso indevido “de acordo com a maneira como for regulamentado, pode constituir-se em peça legitimatória de favorecimentos abusivos de interesses capitalistas em detrimento da população” (SOUZA, 2008, p.284).

Pode-se observar que as Operações Urbanas Consorciadas vêm sendo utilizadas no município de Belo Horizonte como uma forma legal de se flexibilizar. Nesse sentido, como coloca Vainer, “a lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra” (VAINER, 2011, p. 6).

Como possíveis consequências futuras para o bairro em estudo, o adensamento das áreas adjacentes à Avenida Antônio Carlos, por meio de grandes empreendimentos resultantes da parceria entre a prefeitura e a iniciativa privada podem ocasionar a elitização da área sem, contudo, contribuir para a melhoria das condições de vida da população local, uma vez que o que está em jogo não é o interesse coletivo, mas o empresarial. Não obstante, a possibilidade de implantação da sede administrativa do poder Executivo Municipal em estudo na região, comprometeria parte significativa do bairro.

Vivemos em uma sociedade desigual em que os menos favorecidos são excluídos dos benefícios urbanos, tendo as oportunidades de consumo da cidade restritas, ao mesmo tempo em que sofrem as consequências das intervenções feitas pelo poder público (BAUMAN, 2013). As manifestações recentes que eclodiram no Brasil em Junho de 2013, resultaram dessa

desastrosa orientação do desenvolvimento onde as camadas mais baixas e marginalizadas “pagam o preço” pelo direcionamento da política urbana.

Diante da falta de transparência sobre as intervenções previstas no “Projeto Nova BH”, recentemente ocorreram manifestações em oposição as diretrizes preconizadas pela Operação Urbana Consorciada. Um dos manifestos, ocorrido no dia 29/09/2013, reuniu moradores da Lagoinha e outros segmentos da sociedade que reivindicaram a revogação do decreto para desapropriação de parte do bairro Lagoinha, nos quarteirões compreendidos entre as Ruas Além Paraíba e Bonfim, para possível implantação do Centro Administrativo Municipal.

Dessa forma, essas reações por parte da sociedade ocorrem como forma de reivindicação dessa inversão de prioridades no direcionamento de políticas públicas e desempenham o importante papel na compreensão histórica dos processos sócio espaciais do bairro Lagoinha.

Considerações finais

As atuais práticas de planejamento urbano têm conduzido a uma perda cada vez maior da memória da cidade. A predominância dos interesses mercadológicos e a desconsideração dos anseios de grande parcela da população tem provocado a deterioração do ambiente urbano, onde o valor de troca está sempre a frente do valor de uso. O discurso da flexibilização esconde nas entrelinhas a permissividade aos interesses de determinados grupos e compromete conquistas legais.

A partir da análise das transformações sócio espaciais verificadas no bairro Lagoinha nas últimas décadas pelas inúmeras obras viárias ali conduzidas, torna-se evidente que os impactos urbanos provenientes de tais transformações sacrificaram a cultura e hábitos da população residente.

O bairro, desde o início de seu processo de ocupação, sofre as consequências de se situar em um importante eixo de ligação entre o Centro e o Vetor Norte. Dessa forma, a prioridade de investimentos no direcionamento das intervenções públicas relacionados com a infraestrutura viária, tem influenciado negativamente a qualidade de seus espaços públicos devido às barreiras físicas exercidas pelos corredores de passagem e as extensas áreas residuais conformadas nas áreas de implantação do Complexo Viário da Lagoinha.

O bairro, que abriga uma diversidade de atores sociais, tem presenciado a anulação das vontades e necessidades da população residente em prol dos interesses imediatos, muitas vezes planejados, mas nem sempre anunciados. Como resultado de tais ações, verifica-se a insatisfação por parte da população diante das remoções realizadas e da exclusão no direcionamento das políticas públicas. Assim, as propostas apresentadas para a região em um contexto atual criam uma atmosfera de incertezas das ações que serão conduzidas, e consequentemente, seus reflexos na sociedade.

Afinal, em uma cidade empresa onde fica o direito à cidade? Para quem se planeja? Quem pode pagar o preço da mercadoria cidade? Por mais que as respostas sejam claras e nos assombrem constantemente, não se pode deixar de questionar e de trazer à luz tais questionamentos para que não sejam esquecidos e banalizados.

Referências

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 11-74.

BAUMAN, Zygmunt. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 228p. Título original: CollateralDamage (social inequalities in a global age).

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural Conceitos, Política, Instrumentos. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos emergentes de planejamento: elaboração e difusão. Um estudo do Planejamento Estratégico Situacional. IPPUR / UFRJ, 2005 (Tese de Doutorado).

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E., A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

MEYER, Regina; GROSTEIN, Marta. *A leste do centro: territórios do urbanismo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. 324p.

SOUZA, Felipe Francisco de. *Métodos de planejamento urbano, projetos de landreadjustment e redensolvimento urbano*. São Paulo: Paulos's Editora [Paulo's Comunicação e Artes Gráficas Ltda], 2009. 300p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 560p.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, 2011.

Memória e identidade em um espaço de migrantes: Fronteiras em Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai

Andressa Szekut³³⁸

Jorge Eremites de Oliveira³³⁹

Resumo

Este texto busca fazer uma reflexão teórica sobre memória e identidade aplicadas a relações sociais vivenciadas por imigrantes brasileiros na cidade de Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. Espaço de colonização recente nesse país, marcado pela ação dos imigrantes brasileiros. Na perspectiva metodológica, parte-se de bibliografias que tratam sobre o tema, observação de campo, e textos teóricos que abordam memória, identidade, representações e fronteiras. Entendendo a memória como uma construção social, conjectura-se que os imigrantes se apoiam em uma memória coletiva construída a partir dos referenciais de origem e migração pois se percebe que estes marcam o espaço a partir de representações que os identificam, estabelecendo fronteiras - tanto materiais (políticas e econômicas) quanto simbólicas (culturais) - entre o *nós* e o *outro*, a partir das relações sociais.

Palavras-chave: memória, identidade fronteiras, imigrantes brasileiros.

Introdução

Este texto busca fazer uma reflexão teórica sobre memória e identidade, aplicada a realidade vivenciada por imigrantes brasileiros na cidade de Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. Esse município foi emancipado no ano de 1990 e está localizado aproximadamente a 80 km da tríplice fronteira do Paraguai com o Brasil e a Argentina. Encontra-se em uma região marcada pela colonização brasileira nesse país, sendo que seu desenvolvimento está associado às práticas agrícolas implantadas pelos colonizadores que chegaram à região a partir da década de 1970 – colonização que se acentua nas décadas de 1980 e 1990.

Para esta reflexão abordam-se, sistematicamente, acepções sobre memória e identidade, relacionando-as com as representações estabelecidas pelos imigrantes brasileiros nesse espaço. Consideramos que esses imigrantes estão em contato com diferenças múltiplas e compõem uma sociedade complexa em constante (re)construção de sua memória e representação, pois ao se inserirem e se fixarem no processo de colonização do país vizinho, influenciam e são influenciados na constituição deste espaço, em um processo de fricções e adaptações socioculturais.

Memória, identidade e fronteiras

As abordagens sobre memória são ampliadas e passam de estudos sobre memória como uma faculdade, para memória como processo de construção do individual ao coletivo e social. Estas abordagens são resultado de um campo amplo, que envolve diferentes áreas disciplinares, e tem sua valorização vinculada aos processos históricos da primeira e, especialmente, segunda guerra mundial. As discussões sobre memória, ao longo do tempo, continuam compondo um campo cheio de controvérsias. Partimos neste trabalho da noção de memória como uma construção social, formadora da identidade. Neste sentido, aproximamos as acepções sobre memória e identidade a uma reflexão sobre a fixação de imigrantes em outro país, em busca de compreender os processos memoriais em que estes indivíduos estão inseridos.

³³⁸ Aluna regular do doutorado – Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Bolsista CAPES. andressaszekut@gmail.com

³³⁹ Professor e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. eremites@hotmail.com

Aproximamo-nos das acepções de Halbwachs que, partindo de uma visão sociológica, aponta que a memória é um fenômeno social, uma construção que se faz a partir de referências do passado associadas a quadros sociais. Nessa perspectiva, o autor relaciona quadros sociais a um sistema de representações no qual a memória é feita de imagens, esquemas do passado relacionados às experiências sociais afetivas. Compreende-se assim que a memória é formada a partir dos quadros sociais em que o indivíduo está inserido, e o seu afastamento do grupo tem como consequência a diminuição de referências comuns compartilhados. Nesse sentido, a memória individual está ligada a representações coletivas e, com isso, existe a necessidade de uma comunidade afetiva, de um traço de identificação, para evocar uma lembrança. Assim, memória individual é sempre um ponto de vista do social.

Em sua obra Halbwachs nos mostra diferentes quadros de relações sociais (linguagem, família, religião, classes sociais) e aponta que cada um compartilha referências particulares que conferem pertencimento ao grupo. E para a manutenção da memória de um grupo diz que “O essencial é que os traços pelos quais ele se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo.” (1990, p. 89) Em nosso trabalho analisamos os imigrantes brasileiros em Santa Rita, e conjecturamos que estamos nos referindo a um quadro social que compartilha referenciais de memória comuns. Entendemos que esse quadro social não é homogêneo, mas que partilham de traços comuns, como a origem brasileira e a imigração e fixação neste espaço.

Conceber a memória então como uma construção social de grupos remete a experiências compartilhadas, comemoradas, ritualizadas. Neste mesmo sentido Michael Pollak aponta que memória pode ser “um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si.” (1992, p. 204). O que leva a compreender a memória como formadora de identidade, e essa ideia é corroborada por Joel Candau que diz que,

A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma a outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. (CANDAU, 2011, p. 16).

Este autor nos mostra que a memória é formadora da identidade, e que essa é uma construção constante e estratégica das representações que queremos de nós. Assim, Candau, como Pollak, também destaca que a memória é responsável pela construção de uma continuidade temporal, o que para ele é condição necessária da representação da unidade do “eu”, consciência de si. Dessa forma, a narrativa da memória, a identidade narrativa, é sempre uma construção. “Em suma a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação.” (CANDAU, 2011, p. 77). O autor faz essa afirmação destacando que mesmo a memória sendo reconstruída a partir do presente existe um núcleo de sentimentos constituídos por elementos do passado relativamente estabelecidos, que mantém coerência nas construções narrativas do “eu” de acordo com os referenciais coletivos em que se insere, ou seja, mais uma vez se afirma o aspecto social da memória.

Assim, vê-se que o trabalho de memória não é puramente individual, “é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade” (CANDAU, 2011, p. 77). Esse trabalho de memória é estudado por Elizabeth Jelin, que aponta que a referência a “trabalho” coloca a pessoa e a sociedade em uma posição ativa e produtiva. Nesse sentido, a autora mostra que a memória passa por processos de significação e resignificação subjetivos constantes, onde o sujeito de ação se move e se orienta de acordo com as experiências passadas e as expectativas futuras (2002, p.13). Entendemos então a memória como uma construção constante do social, que precisa ser colocada temporalmente no presente para ser analisada de acordo com as experiências, as incorporações e as expectativas.

Portanto, o trabalho da memória como processo de construção social constante nos leva a perceber as influências das relações sociais nesse processo. O que a princípio parece problemático pela instabilidade que pode derivar das relações sociais, também é o que possibilita entender a formação de grupos a partir de novas experiências e expectativas. É nesse sentido que podemos considerar que imigrantes brasileiros que se fixam em uma mesma cidade no exterior compartilhem de uma memória coletiva. Pois, mesmo que não constituam uma homogeneidade, estes estão inseridos em um mesmo processo de fricções e adaptações; compartilhando experiências, trocas e expectativas; estabelecendo relações sociais de proximidade frente ao diferente.

Para Jelin, assim como para Candau e outros autores, a noção de memória coletiva é problemática. Contudo, Jelin aponta que memória coletiva pode ser entendida como memória compartilhada, produto de interação, enquadramentos em quadros sociais e em relações de poder. E Candau mostra que memória e identidade coletiva são retóricas holistas, que têm problemas de generalizações, mas que podem ser pertinentes de acordo com a interação do grupo. Assim, abordamos a memória como coletiva considerando a fragilidade do conceito, mas entendendo que este permite analisar as representações constituídas pelo grupo a partir do compartilhamento de traços comuns. Dessa forma, ao nos referirmos aos imigrantes brasileiros em Santa Rita, não os concebemos como grupo organizado e homogêneo, mas sim, entendemos que, por partilharem de experiência comum, formam uma memória coletiva e constroem representações que os definem neste espaço, constituem uma identidade.

Nesse sentido, falamos então de uma identidade coletiva que, segundo Candau, é resultado de jogos sutis produzidos nos quadros de relações, reações e interações sociais, de onde emerge o sentimento de pertencimento, o que também gera fronteiras sociais. Assim sendo, a experiência compartilhada e a definição de representações podem constituir uma coletividade que compartilhem da mesma identidade, definindo o “nós” e o “outro”. Entretanto, ao definir um grupo estamos falando de classificação, produção de diferença, ou seja, fronteiras, e entende-se, de acordo com Bourdieu, que a delimitação de fronteiras – tanto materiais como simbólicas – são atos premeditados que pretendem delimitar e fazer-se reconhecer frente ao outro.

Referimo-nos, então, a fronteiras sociais (simbólicas), entendendo que estas são resultado das construções da memória e identidade coletiva, que se amparam em uma definição de representações constituídas e entendidas como referenciais do grupo. De acordo com Roger Chartier, as representações servem para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar determinada posição social, pois, para ele, as representações,

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

De tal modo, cabe entender as representações sociais do grupo como formas de lutas de poder e fixação de visão no espaço. Elas agem sobre as relações sociais a partir de sua ação mobilizadora exercida pelo seu poder simbólico. Nesse sentido, as representações demonstram as relações de poder estabelecidas nas relações sociais. Aproximando esta reflexão à realidade vivenciada em Santa Rita, podemos inferir que a fixação de representações de imigrantes brasileiros nesse município demonstra sua posição e ação na construção deste espaço. Nessa perspectiva, adentramos a realidade de Santa Rita, para identificarmos representações construídas pelos imigrantes brasileiros que os definem como grupo neste espaço.

Fixação de imigrantes em Santa Rita: a construção do espaço

De acordo com a historiografia oficial, Santa Rita é mais uma das cidades que surgem a partir dos incentivos à colonização do Paraguai, ação do então presidente General Alfredo Strossner. De acordo com Sylvain Souchaud e Henrique M. Silva, esse ditador militar, em busca do desenvolvimento agrícola e da descentralização da população³⁴⁰, cria o Instituto de Bienestar Rural (IBR) cuja missão era a organização da colonização pública das terras da região Oriental. Seguindo o modelo do projeto implantado pelo Brasil, “Marcha para o Oeste”, foi implantada no Paraguai a “Marcha para el Este” como incentivo para que a população paraguaia – que nesse momento concentrava-se principalmente nos arredores de Assunção – colonizasse e produzisse no interior do país. Juntamente com essa iniciativa, houve uma aproximação ao governo brasileiro, e incentivou-se também a ida de imigrantes brasileiros para colonizarem, a partir da agricultura, a região de fronteira dos dois países.

Foram, então, dois movimentos que ocorreram a partir da década de 1970: o de oeste para leste de uma população paraguaia e de leste para oeste de imigrantes brasileiros, encontrando-se na mesma região, sendo ambos com incentivos do governo central paraguaio. Contudo, entendemos que cada um passa a influenciar a formação do espaço de forma diferente de acordo com seus referenciais de passado – experiências e expectativas. Para esta análise, parte-se da premissa de Michel de Certeau (2011) de que toda ação é formadora do espaço. E entende-se que a colonização da região oriental do Paraguai, conformada por uma população de diferentes origens, vai formando o espaço a partir das interações e fricções, não necessariamente passivas, dessas diferenças.

Entende-se que cada indivíduo a partir do seu quadro social tem o seu referencial, e é a partir desse que vai (re)construir o espaço onde se fixa, imprimindo suas características, representações. Todavia, conjecturamos que a imigração e fixação em Santa Rita constitua um compartilhamento de memórias entre os brasileiros inseridos neste processo – incorporação de experiências e expectativas. Observamos então o compartilhamento de referenciais nas relações sociais estabelecidas, a partir das representações dos imigrantes neste espaço.

Entre 1972 e 1992 os migrantes e imigrantes se movimentam progressivamente em direção à região extremo oriental do Paraguai, em particular ao Alto Paraná e Canindeyú. Souchaud diz que os imigrantes brasileiros influenciaram no desenvolvimento do Paraguai através da implantação de suas formas de produção e também relações socioculturais, e que os paraguaios estavam presentes na região de colonização como prestadores de serviços e na formação urbana. Sobre esse processo, Silva mostra que os migrantes paraguaios atuam principalmente no comércio, na pequena propriedade rural e nas questões públicas de infraestrutura; e os imigrantes brasileiros na abertura das áreas para cultivo e na implantação da modernização de produção agrícola. Essas considerações são parte da história legitimada da colonização da região.

O número de brasileiros que imigram e se fixam no Paraguai é incerto³⁴¹. De acordo com os estudos de Souchaud e Silva o fluxo varia de acordo com a região e a época, tendo

³⁴⁰ Sylvain Souchaud mostra em “Geografía de La migración brasileña em Paraguay” que a população deste país historicamente está centralizada em torno da capital Assunção, e relata sobre sua organização política e social.

³⁴¹ Diversas fontes discutem as estimativas de quantos brasileiros se fixaram no Paraguai sem chegar a uma conclusão. Silva aponta que “Os dados demográficos existentes sobre o fluxo de brasileiros até o início dos anos 1980, envolvendo aquelas correntes migratórias, são de certo modo controversos e até certo ponto estimativos. Autores como Fogel (1982), Nickson (1981), baseados em dados do censo paraguaio de 1982, fazem cálculos próximos a 300.000 pessoas; já Miranda (1982), a partir dos dados da FETAEP (Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná), e Pébayle (1994) estabelecem um número aproximado de 400.000. Outros, como Kohlhepp (1984), Nagel (1991), apontam cifras próximas de 320.000, porém circunscritos a três departamentos da região oriental: Alto Paraná, Canindeyú e Amambay.” (2005 p. 171).” E Souchaud (2008) referindo-se ao fluxo de brasileiros no Paraguai até os anos 1990 chega à estimativa de 500.000. Apesar do número incerto de brasileiros residentes no Paraguai, ressaltamos que a população estimada pelo censo de 2012 é de aproximadamente 06 milhões de pessoas, o que mostra a representatividade da presença brasileira no país.

diferentes ondas migratórias. O espaço onde hoje é Santa Rita³⁴² foi uma área de extensa mata tropical de terras produtivas, mas pouco exploradas até os anos de 1970. A historiografia oficial não relata sobre a ocupação desse espaço antes da colonização direcionada aos imigrantes brasileiros, a qual acontece a partir da sua venda, feita pela IBR no ano de 1972, a Adelino Vettorello que loteou a área e comercializou os terrenos no Brasil. Nos textos e referências encontrados até o momento³⁴³ observa-se relatos sobre a região a partir de 1973, com a chegada dos primeiros colonizadores brasileiros, sem menções à existência de população residente no local ou aos migrantes paraguaios.

Tem-se que as atividades desenvolvidas foram – em um primeiro momento, ainda com poucos recursos moderno –, de desmatamento de forma graduada e plantação e comercialização de menta, sendo essa a primeira fonte de renda dos colonizadores. A princípio, a infraestrutura básica era inexistente e os colonizadores eram os responsáveis por abrir estradas e desenvolver os meios de sobrevivência. Neste sentido, sobre a colonização do Paraguai, Silva aponta que,

De modo geral, as dificuldades e a carência de serviços penalizavam igualmente a todos os migrantes, independentemente da sua origem social e étnica; no entanto, aqueles que dispunham de algum recurso tiveram melhores chances de superação dessas agruras iniciais. A possibilidade de quitar os lotes e obter sua titularidade, mesmo que provisória, sem dúvida se converteu numa imensa vantagem adaptativa, pois isso asseguraria, dentre outras coisas, o acesso a linhas de financiamentos e créditos bancários, do mesmo modo que assegurava a sobrevivência das famílias até o ganho obtido com as primeiras colheitas. (SILVA, 2005, p. 175)

Este autor ainda afirma que é com este panorama que o imigrante brasileiro acaba se destacando frente ao migrante paraguaio, pois com mais experiência nas questões agrárias e com reservas econômicas consegue manter-se, investir e progredir. Entendemos que o se “destacar” dos imigrantes brasileiros, apontado por Silva, é a fixação de suas representações nos espaços colonizados. Santa Rita, por sua localização³⁴⁴, teve desenvolvimento lento até a década de 1990, mas a construção da pista asfaltada no fim da década de 1980 permitiu seu crescimento acelerado e a consolidação das redes migratórias. Essa é conhecida hoje como “A capital do progresso no Paraguai”, tendo como seus protagonistas os imigrantes brasileiros e a modernização agrícola. Representações que demonstram a construção de uma memória coletiva em torno desse grupo de imigrantes e suas ações neste espaço.

Soushaud mostra em seus estudos que em um primeiro momento, pela pouca população paraguaia encontrada nas franjas fronteiriças ocupadas pelos brasileiros, “El territorio constituido es para ellos un apéndice del espacio económico del Brasil meridional y a la vez un territorio de la identidad gaúcho o sulista, dentro del cual la cultura paraguaya es minoritaria.” (2008, p.171). Esta constatação do autor, juntamente com a pouca menção sobre ação paraguaia para o desenvolvimento do espaço de Santa Rita nos permite entender que os imigrantes brasileiros ao se fixarem neste espaço puderam (re)construir e reproduzir suas referências, em um primeiro momento, sem muitas intervenções. Eles se fixam, principalmente, na área rural e são responsáveis pela implantação da modernização agrícola, mas também atuam na constituição urbana do município.

A ausência de uma administração pública paraguaia não é completa e permanente, como aponta Souchaus, mostrando que com o fim da ditadura no Paraguai cria-se a lei nº

³⁴² Dados oficiais do censo de 2002 indicam que Santa Rita tem aproximadamente 16 mil habitantes (DGEEC, CENSO 2002). Mas dados da municipalidade de Santa Rita divergem e apontam um total de 36 mil habitantes. Ambos considerando aproximadamente uma metade de imigrantes e seus descendentes e a outra de paraguaios.

³⁴³ Este texto faz parte da pesquisa de doutorado da autora, a qual ainda está em andamento, e pode-se ainda encontrar documentos com novas e informações.

³⁴⁴ Santa Rita está localizada no centro do Departamento de Alto Paraná, entre colônias que na época da colonização tinham maior acesso a estradas, isso foi desfavorável para o seu crescimento. Contudo ao se construir uma nova estrada, visando ligar Encarnación a Ciudad del Este e possibilitar a exportação da produção do interior, esta passa sobre Santa Rita.

978/1996 (República del Paraguay, 1996) para regulamentar as migrações no país e inserir restrições, barreiras político-administrativas, do poder paraguaio à imigração brasileira. E em Santa Rita, um trabalho sobre sua história, mostra que o governo paraguaio começa a ter atuação, mesmo que pequena, desde 1975, com a primeira escola. Esta escola foi construída pela população e tinha seus gastos pagos pelos pais dos alunos, mas era regida pelo ministério paraguaio e tinha professora paraguaia.

Santa Rita é emancipada como distrito em 1989 e teve seu primeiro intendente (prefeito) no ano de 1990, um paraguaio, o senhor Carlos Jará Tufari. Este é um cargo que consecutivamente passa de paraguaio para paraguaio, não tendo nenhum representante brasileiro, ou descendente, eleito até 2014. Percebe-se a partir de documentos da municipalidade e da observação de campo que a atuação em todos os âmbitos do poder público é basicamente restrita a paraguaios, sendo recente a participação de brasileiros e seus descendentes. Esta questão demonstra as fronteiras estabelecidas entre a população, mostrando que cada grupo tem seu poder legitimado no espaço.

Mesmo a administração pública sendo de representatividade paraguaia vê-se as marcas da colonização brasileira na constituição do espaço do município. A partir da colonização percebe-se a reprodução de modelos de colonização implantados no Sul do Brasil³⁴⁵ na colonização de Santa Rita. A qual se instituiu através de uma colônia, a princípio, de pequenas propriedades, tendo como o seu centro e base a igreja, que serviu de respaldo para as ações de apoio coletivo e atividades sociais, econômicas e profissionais. Esta forma de organização foi importante, pois caracterizou a cidade a partir das representações coletivas destes imigrantes. Eles chegaram a este espaço, entendido como desabitado, desmatam suas terras e passam a construir o município. A primeira providência social tomada foi de construção de uma igreja e logo de uma escola, ambas a partir da solidariedade coletiva. Estas ações deram origem ao núcleo urbano do município, que cresceu ao seu redor, reproduzindo-se então as representações dos imigrantes brasileiros a partir das ações e do espaço construído. Destacamos ainda, que esta mesma igreja continua sendo responsável pelas comemorações cívicas do município até a atualidade.

Caracterizada por ser uma sociedade rural, Santa Rita cresce em torno desta marca. Outra forma de organização dos imigrantes é em torno de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o Índio José. Este foi fundado por imigrantes brasileiros no ano de 1991 e considera-se que as ações deste Centro passam a ser representativas para o desenvolvimento deste espaço, pois o CTG atua a partir das comemorações gaúchas, de sua gastronomia e danças e também a partir da organização da Expo Santa Rita, que é considerada como grande impulsionadora da economia da região. Conjectura-se que o CTG Índio José serviu de respaldo para ações destes imigrantes na sociedade e contribui para a fixação de representações brasileiras neste espaço, principalmente através de suas comemorações e manifestações culturais.

Estas instituições – às quais nos referimos por mostrarem a fixação de representações brasileiras na região – também foram incorporadas por paraguaios, apontando que, nesse sentido, não são unívocas da identidade coletiva dos imigrantes brasileiros, principalmente a igreja católica, sendo que a população paraguaia é bastante religiosa. Contudo, as manifestações de integração e a naturalização do modelo estabelecido pelos imigrantes mostram que as representações de uma coletividade brasileira têm representatividade neste espaço. Estes são pontos, que não demonstram todas as representações dos imigrantes brasileiros neste espaço, mas que permitem visualizar que a partir das práticas do espaço e de relações sociais são fixadas representações que tem como base uma memória coletiva construída a partir de um grupo.

³⁴⁵ A sucessão de reprodução do modelo de colonização utilizado no Sul do Brasil é abordada por Valdir Gregoy em **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

Considerações

A memória como uma construção social vai além da evocação de lembranças a partir de um quadro social. Percebe-se que a memória é um trabalho constante e que como é influenciada também influencia as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Ao alimentar a identidade, a memória tem a ação de seleção de representações de si. Ou seja, os trabalhos de memória tem influência na construção de fronteiras entre os grupos.

O Paraguai, durante a ditadura militar, implantou políticas de imigração direcionadas para o Brasil, o que influenciou na construção do seu espaço. Os imigrantes brasileiros ao se fixarem foram constituindo uma memória compartilhada a partir das experiências comuns, imprimindo suas características, reproduzindo suas referências. Em uma análise ampla das representações de imigrantes brasileiros em Santa Rita pode-se perceber que estes imprimiram suas características neste espaço, e estas representam uma coletividade. Neste sentido, entende-se que foi a partir da construção de uma memória coletiva, no trabalho de incorporação de experiências e expectativas, que estes passam a se identificarem como coletividade e reproduzem representações que os definem neste espaço. As formas de representação do grupo não são apenas materiais, como quando lhes reconhecem pela produção agrícola, mas também simbólicas, com a definição de suas práticas no espaço do município.

Referencias

- CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013
- CANDAU, Joel. CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer**. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 17ª Edição, (157 – 198).
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, Siglo Veintiuno editores, España 2001
- Pollak, Michael y Heinich, Natalie (1986) “El testimonio” en Pollak, Michael **Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite**, (Introducción de Ludmila da Silva Catela), La Plata, Ediciones Al Margen, 2006.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- SILVA, Henrique M. **Teuto-brasiguaios no oriente paraguaio: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional**. **Diálogos**, v. 9, n. 3, 2005, p. 167-184.
- SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de La migración brasileira em Paraguay**. Ed: UNFPA. Asunción. Julio, 2007.

A rede memorial e os desafios de uma política nacional de preservação do patrimônio arquivístico digital

Vitor Corrêa³⁴⁶;

Renan Figueiredo³⁴⁷.

Resumo

Seria a Rede Memorial uma importante iniciativa na busca de uma política nacional de preservação digital no Brasil? Partindo desta questão o presente artigo analisa o cenário atual das políticas de preservação dos documentos digitais públicos tomando como ator dessas políticas informacionais, a Rede Memorial, composta por trinta e uma instituições públicas e privadas e seus produtos: as Cartas do Recife, que possuem como chave a necessidade de enfatizar na agenda do governo as discussões sobre a formulação de uma política nacional de preservação digital no Brasil tendo como pano de fundo os cenários atuais da cibercultura, do acesso e da digitalização cada vez mais frequente dos acervos públicos. Três chaves temáticas são aqui analisadas: o patrimônio dos arquivos e a memória pública; os desafios da preservação do patrimônio arquivístico digital; a Rede Memorial e as Cartas do Recife.

Palavras-Chaves: Patrimônio público arquivístico; Preservação digital; Acesso à informação. Rede memorial.

Patrimônio dos arquivos e memória pública

O campo de estudos da memória social tem vivenciado significativas mudanças ocasionadas por renovações que se inscrevem por meio das transformações ocorridas entre os indivíduos e a cultura contemporânea inseridas nos debates travados em diversas áreas do conhecimento. Redes informacionais e memoriais vão se constituindo a partir das heranças que se transformam em legado à humanidade e às suas gerações. O que outrora parecia memória de pequenos grupos sociais ou organizações hoje se transforma em memórias globais com acesso por meio de várias possibilidades, principalmente por via digital. Com o advento da comunicação, cada vez mais midiaticizada pelo computador, os objetos valorizados como patrimônio cultural adquirem novos formatos, registros e formas de acesso e, como consequência, apresentam também novos problemas a serem estudados com ênfase nas fronteiras interdisciplinares da pesquisa.

A constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de patrimonialização, isto é, fazer com que um bem seja considerado patrimônio a partir de critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso a gerações futuras. A noção de patrimônio e sua salvaguarda têm sido ampliadas justamente, por sua característica de fenômeno que se observa no âmbito de vários vieses da construção da memória social.

No campo da Arquivologia, os depósitos centrais de arquivo foram criação do século XVIII e o documento acumulado escrito até então vai aumentar exponencialmente no período da Revolução Francesa - 1789 que, segundo os historiadores, foi o movimento propulsor da criação de monumentos e documentos que ajudaria a manter viva a identidade nacional. Na França, a Revolução cria os Arquivos Nacionais em decreto de 7 de setembro de 1790 e, quatro anos depois (1794) determina a divulgação dos documentos nele contidos. Esse fato deu origem a uma nova fase documental: a do caráter público dos documentos da memória pública nacional concordando com Le Goff (1984).

³⁴⁶ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS), e-mail: vcfreire@hotmail.com

³⁴⁷ Aluno do Programa de Pós Graduação em Gestão de projetos (UFF), e-mail: figcorr@gmail.com

Os documentos determinados pelo Estado como parte integrante da memória de indivíduos e grupos precisam ser reunidos, arranjados, descritos, preservados e disseminados para manutenção de uma memória nacional, fenômeno sobre o qual os indivíduos se apoiam para reconhecimento de direitos ao longo do tempo, como afirma Bellotto (1991). Além da função de prova, os documentos são potencialmente objetos de memória. O registro e a organização dessas memórias, preservadas pelas instituições de arquivo, podem ser utilizados como fontes históricas na tentativa de compreensão de como pode ter sido o passado e quais são as mudanças que ocorrem sobre um determinado fato social nos dias atuais, ligados àquele passado.

Junto a isso, quando pensamos nos patrimônios públicos armazenados nos arquivos, museus e bibliotecas, percebemos que tangenciamos outra questão central de uma memória pública, selecionada, que deve ser gerenciada pelo Estado que é o responsável por sua manutenção e salvaguarda, compreendendo, no entanto, que o verdadeiro dono desse patrimônio público é o cidadão. Sobre a memória pública documental guardada nas instituições de arquivo, objeto desse trabalho, a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados que nomeia e oficializa tais arquivos como instituições preservadoras da identidade nacional brasileira. Em decorrência da força legal, até o início do ano de 2010, vários acervos públicos e privados foram considerados de interesse público para a memória da nação brasileira e recolhidos aos arquivos públicos.

Mas, o ato apenas de recolhimento desses acervos não garante ao cidadão que as informações ali registradas estão preservadas e acessíveis. Nesse sentido, as diversas formas de preservação documental começam a ser discutidas com ênfase para os processos de transformação dos registros analógicos em registros digitais. A digitalização dos documentos, embora permita uma maior e mais rápida acessibilidade e intercâmbio com outras instituições, traz também problemas técnicos e legais acerca da confiabilidade dos bits informacionais em longo prazo.

O patrimônio arquivístico público representa a informação arquivística, produzida, recebida, utilizada e conservada; sua preservação diz respeito a manter sua confiabilidade e permitir o acesso presente e futuro a essa memória pública guardada, permanentemente, em instituições públicas de arquivo. Os acervos permanentes são oriundos de documentos que não podem ser destruídos, por conta de seu valor cultural ou de pesquisa para a sociedade, ou seja, o patrimônio arquivístico digital representa uma extensão do conceito de patrimônio cultural e precisam ser preservados.

Inicialmente, é preciso salientar que o patrimônio é um conceito que vem se alargando no tempo, principalmente quando verificamos na literatura da área as inúmeras extensões conceituais, como: histórico, genético, material, imaterial, artístico, cultural, espiritual, tangível, intangível, natural, paisagístico e, agora, com os adjetivos de digital e arquivístico digital.

A partir do século XX, surgem outras visões preservacionistas em outros países, salientando-se a necessidade do estabelecimento de regras internacionais, com objetivo de solucionar os problemas complexos de salvaguarda do patrimônio. Conforme estudos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) surgem então às chamadas Cartas Patrimoniais, “Documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais” (IPHAN, 2013, p. 07).

São exemplos dessas convenções e documentos patrimoniais As Convenções de Haia de 1899 e 1907, e a Convenção de Genebra de 1949, relativas à proibição de atos hostis a bens culturais em tempos de guerra; a Carta de Atenas redigida no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, cuja seção dedicada à proteção do patrimônio histórico observa que os valores arquitetônicos deveriam ser salvaguardados; e a Carta de Veneza redigida durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos

Históricos em 1964, que reuniu os princípios de uma ampla compreensão dos problemas da conservação e da restauração dos monumentos e do ambiente que os envolve.

Fonseca (1997) observa que ocorre uma mudança de foco na preservação e proteção de bens de valor histórico, em âmbito internacional, logo após a II Guerra Mundial com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945, durante a Conferência de Londres; esse órgão internacional, de caráter governamental, estaria diretamente ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), e tinha por objetivo promover uma política de cooperação cultural e educacional.

Desafios da preservação do patrimônio arquivístico digital

Em 2003, a UNESCO promove um alargamento do conceito de patrimônio: o patrimônio digital; ao lançar o documento sobre a “Preservação do Patrimônio Digital” que visa a identificação de conceitos, estratégias, ações políticas e ética, dentre outras propostas, para gerar um processo de discussão conjunta entre as nações. Também tem apoiado, cotidianamente, ações culturais, sociais e políticas, além de facilitar programas de digitalização de acervos em várias partes do mundo tornando-o um importante agente para o processo de patrimonialização, principalmente dos documentos que já nasceram em meio digital. O patrimônio digital tem a seguinte definição da UNESCO:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica, e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. Quando os recursos são criados em forma digital, não existe outro formato além do digital original. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas da Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. (UNESCO, 2013).

A acumulação de informações em ambientes digitais aumenta a cada dia, esse movimento é atribuído às aplicações de tecnologias da informação e comunicação que crescem gradativamente, em virtude da facilidade com que se produz, armazena, acessa e troca informações. Com isso surgem problemas para preservar a autenticidade, integridade, confidencialidade, perenidade e disponibilidade dessas informações produzidas e acumuladas em meio digital.

Os suportes digitais permitem acessibilidade e potencializam o uso desse legado sem ameaçar a conservação dos originais. Porém, o crescente uso das tecnologias de informação e comunicação na produção de conhecimento redimensiona o problema da preservação, uma vez que os suportes digitais são, por natureza, mais frágeis e, portanto, de saída, ineficazes para garantir a longevidade dos registros, exigindo assim medidas preservacionistas.

A ação mais significativa no que concerne a problemática da preservação de acervos digitais no Brasil foi à reformulação da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, criada em 1994, e em funcionamento a partir de 2002. A CTDE é um grupo de trabalho multidisciplinar que tem por objetivo definir e apresentar ao CONARQ uma série de diretrizes técnicas e legais sobre a preservação de documentos digitais.

Como fruto da CTDE, temos a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital que manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais. Diante deste quadro, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem estes problemas da preservação digital e que assegurem a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo. De acordo com a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos da CONARQ, cada instituição deve ter um programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais.

Um programa de preservação digital deve contemplar estratégias e metodologias de preservação que levem em consideração os aspectos físicos (suporte / registro físico), lógicos (software e formato digital) e conceituais (estrutura / conteúdo exibido) dos documentos e os elementos necessários para a produção, manutenção e o acesso a estes documentos, mantendo-os fidedignos durante o tempo e propiciando à população informações de qualidade e no menor tempo possível, isto é, preservar para dar o acesso.

A rede memorial e as cartas do Recife

Na tentativa de propor alternativas para a preservação e difusão dos acervos, a Rede Memorial foi fundada em 14 de setembro de 2011, durante a Conferência sobre tecnologia, cultura e memória: Estratégias para a preservação - CTCM, e o acesso à informação na cidade de Recife, estando presentes representantes de instituições públicas e privadas envolvidas em projetos de digitalização salientando que o Arquivo Nacional não faz parte desta rede. O intuito desta reunião era lançar uma carta de sugestões que colaborasse para uma política de digitalização dos acervos mediante troca de experiências entre as instituições participantes.

Como produto desse primeiro encontro, a rede assume três compromissos e define seis princípios na Carta do Recife (1.0) para uma política de digitalização dos acervos das instituições participantes. Ressalta a relevância de uma política nacional de preservação dos acervos que dê conta do momento atual da cultura digital no Brasil e que envolva as três esferas de poder: executivo, estadual e municipal; pontua ainda sobre a necessidade de práticas de digitalização que objetivem o acesso mediante disponibilidade de conteúdo na internet.

Os seis princípios que a Carta do Recife (1.0) de 2011 definiu foram: Compromisso com acesso aberto (público e gratuito); Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; Compromisso com a acessibilidade; Padrões de captura e de tratamento de imagens; Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; Padrões e normas de preservação digital, além de criar um comitê gestor com o objetivo de formar um grupo de colaboração de trabalho para, dentre outros objetivos, divulgar a Rede Memorial e iniciar as discussões sobre uma plataforma colaborativa sobre práticas de digitalização e acesso aos acervos, projetando para o futuro uma plataforma única de consulta aos acervos das instituições envolvidas.

Cerca de um ano depois, a carta foi atualizada para Carta do Recife 2.0 contemplando agora dez orientações para os participantes da Rede Memorial, são eles: Compromisso com acesso aberto, público e gratuito; Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; Compromisso com a acessibilidade; Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para digitalização; Padrões de captura e tratamento de imagens; Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; Padrões e normas de preservação digital; Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal; Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade e Direitos autorais.

As Cartas do Recife manifestaram a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos acervos digitais que deveria ser levado em conta antes mesmo de investimentos em digitalização serem feitos. Diante deste quadro, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem estes problemas da preservação digital e que assegurem a autenticidade, a integridade e o acesso contínuos. Discussões iniciais que tem por objetivo final a elaboração de uma política nacional que defina as regras para a digitalização e sua anterior preservação.

Ferreira (2006) entende a preservação digital como o conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado, a longo-prazo, à informação e ao

patrimônio cultural existente em formatos digitais. Portanto, o objetivo da preservação digital é garantir que a informação nesta mídia permaneça acessível e com qualidade de autenticidade suficiente para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

A cibercultura é um movimento que oferece novas formas de comunicação e que chama a atenção de milhares de jovens pelo mundo. Diferentemente das sociedades orais e escritas, onde seu legado era a qualquer momento transformado (oralidade) ou simplesmente acumulado, agora as inúmeras vozes que ressoam no ciberespaço continuam a se fazer ouvir e a gerar respostas, ao lado das inevitáveis perdas de conteúdo. No tocante à memória digital, Lévy (1999) ressalta que na cultura do ciberespaço o esquecimento é uma constante, pois esse meio favorece mais a transformação e menos o acúmulo e, que, portanto, não pode haver garantias de preservação.

Em se tratando desse patrimônio arquivístico que vem sendo digitalizado como forma de preservação de parte da memória pública nacional, um dos grandes desafios está na escolha do que preservar, tendo em vista os custos de programas preservacionistas aonde não é possível salvaguardar tudo. Torna-se ainda mais difícil, quando temos em vista o potencial de memória dos acervos dos arquivos públicos; neste aspecto, o que for deixado de lado hoje e, conseqüentemente, se perder poderá representar grandes prejuízos memoriais futuros que será um grande desafio para os arquivistas envolvidos nesses processos de seleção.

A memória pública, expressa nos arquivos públicos, pode não ter potencial de uso inicialmente. Porém como os interesses e os indivíduos mudam com o tempo, pessoas ou grupos podem, em dado momento, interessar-se pelos documentos que estão arquivados permanentemente, e terão acesso, ou não, caso os mesmos tenham se perdido nas inércias dos suportes sem planos de preservação. É um cosmos de informações e memória que pode ser transformado em saber por cientistas e pesquisadores futuramente.

Os arquivos públicos têm por objetivo salvaguardar a memória do Estado como memória institucional. Como não se pode guardar tudo é necessária uma interpretação crítica dos documentos para que o inventário de informação não se torne um repositório de material sem sentido para a memória pública. Ou seja, é preciso selecionar o que será guardado e o que será eliminado; a seleção é filha de seu tempo, assim como os arquivos e seu uso. O que pode ser “lixo” hoje não será amanhã, pois existe um potencial de memória diretamente ligado à necessidade de uso no tempo. O “lixo” não é apenas símbolo do esquecimento, mas uma nova imagem da memória em potencial localizada entre a memória funcional e a cumulativa que persiste de geração para geração. Os arquivos públicos precisam ter em seus programas de preservação claras observações sobre a relação ‘lixo e arquivo’, conforme nos apresenta Aleida Assmann (2011, p. 369-371).

Considerações finais

A Constituição de 1988 enfatiza o direito do cidadão à informação pública. Em seu capítulo V, que dispõe sobre a Comunicação Social, o artigo 220 estabelece que “[...] a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição”. A Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, conhecida como “Lei dos Arquivos” apresenta as definições nesse mesmo sentido, por essa lei, em seus artigos 4º e 5º diz que “Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral [...]”.

As informações públicas, oriundas dos documentos produzidos e recebidos nas estruturas administrativas do Estado, são fundamentais para a sociedade no sentido de permitir ao cidadão conhecer os pormenores do governo e parte do seu patrimônio

informacional. É somente a partir desses registros que o cidadão compreende o que é realizado pelos seus representantes.

A compreensão da cidadania como um conjunto de direitos desdobrados em direitos civis, políticos e sociais surgiu a partir da visão clássica de Marshall (1967). Esse autor identifica o acesso à informação como um dos pilares da cidadania que envolve necessariamente a participação social. Numa espécie de círculo virtuoso, a conquista dos direitos da cidadania somente é possível à medida que há mobilização. Essa mobilização, embora ocorrendo de distintas maneiras, de acordo com cada contexto social, acaba desenvolvendo os mecanismos necessários para a conquista de mais direitos que por sua vez, volta a mobilizar os cidadãos. Toda essa dinâmica, contudo, precisa necessariamente de um combustível específico: o acesso à informação.

O acesso à informação permite ao cidadão avaliar as decisões e atividades do Estado. Isso o torna membro efetivo da sociedade, na medida em que ele não vai estar mais limitado à participação passiva diante do Estado o qual passa a ser conhecido pelo cidadão mediante o conhecimento de suas decisões administrativas, assim como as informações produzidas pela própria população, ambos sendo registradas em documentos específicos que independe ao suporte.

Com o advento da Lei 12.527 em 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação, houve avanços no sentido de se normatizar o acesso e dar mais transparência a administração pública utilizando-se como parâmetro o acesso facultado ao cidadão pela Constituição Federal, mas problemas como restrições orçamentárias, burocracia e mecanismos do governo de proteção de seus registros impedem que a Lei possa ser eficaz; outro aspecto que vem sendo salientado atualmente diz respeito à falta de propaganda por parte do governo junto à população sobre o que é a Lei de Acesso e como utilizá-la.

Como já comentado anteriormente, as ações do Estado precisam ser objeto de ampla divulgação como forma de propiciar a população o direito a informação pública guardada nos arquivos públicos e, conseqüentemente, ao exercício da plena cidadania. É necessário que o Estado informe ao cidadão o que está realizando em seu nome para que os mesmos possam avaliar suas ações e tentar mediante participação ressaltar os interesses da população; soma-se a isso o acesso do cidadão ao patrimônio dos arquivos independente ao suporte.

Por fim, temos avançado em discussões sobre preservação digital e a necessidade de uma política nacional que racionalize as práticas, garanta o acesso à informação e ao patrimônio público, mas precisamos que órgãos e agências fiscalizem a plena execução das Leis e que tanto a sociedade civil como os representantes do Estado participem das tentativas de aprimoramento das práticas arquivísticas e da elaboração de legislação e políticas que garantam a preservação dos acervos analógicos e digitais, como incentiva a Rede Memorial e está explícito nas Cartas do Recife.

Iniciativas, como a da Rede Memorial, de reunir instituições públicas e privadas para discutir sobre as práticas de digitalização e sua preservação são de extrema relevância para o cenário atual das instituições públicas de arquivo que está se deparando cada vez mais com os acervos digitais sejam eles nascidos digitais (nato-digitais) ou migrados do suporte analógico.

A troca de experiência entre as trinta e uma instituições que assinaram as Cartas do Recife é um importante passo no estabelecimento de uma rede nacional que compartilhe experiências no cenário atual da cibercultura, mantenha aquecida a necessidade de tentar inserir na pauta do governo (o responsável pelas políticas públicas) a necessidade de uma política nacional de preservação digital, o planejamento dos programas de digitalização e o objetivo maior da arquivologia que é o acesso à informação do cidadão ao patrimônio público.

Referências

ASSMANN, Aleida. 2011. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed.Unicamp, (Terceira parte: Armazenadores, Capítulos I: Arquivo; II Persistência, decadência, resíduos; V: Além dos Arquivos, partes 1,2,3,4,5.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. 2007. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 4ª Ed.

REDE MEMORIAL, CARTAS DO RECIFE. Disponível em: <http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife_%5BPT%5D.html>. Acesso em 27 de Junho de 2014.

CONARQ – CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=194&sid=24>>. Acesso em 23 de Junho de 2014.

_____. Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>>. Acesso em 04 de Junho de 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Porto Alegre: Edição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa/PPGMS, 2008. P. 11 – 32.

FERREIRA, M. 2006. *Introdução à preservação digital – Conceitos, estratégias e atuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

CASA CÍVIL, LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 03 de Julho de 2014.

_____, LEI 8.159. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 03 de Julho de 2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. (1999). (2ª. ed). São Paulo: Ed. 34.

_____. 1993. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

UNESCO, PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/cultural-heritage>>. Acesso em 27 de Junho de 2014.

Paisagem Cultural: de conceito científico à nova categoria de bem patrimonial

Luciana de Castro Neves Costa³⁴⁸

Juliane Conceição Primon Serres³⁴⁹

Resumo

A expansão conceitual e tipológica do patrimônio cultural desafia-nos a repensar novas categorias que o compõem. De sua esfera material, contemplada inicialmente pela ideia de monumento, gradualmente, novos interesses e perspectivas acabam por delinear novos objetos patrimoniais, buscando nesta trajetória em constante (re)construção, uma preservação cada vez integral destes bens. Neste contexto, surge o entendimento de Paisagem Cultural. De sua origem nas Artes Plásticas e sua consolidação na Geografia, a Paisagem Cultural viria a se estabelecer como nova categoria de bem patrimonial na UNESCO, na Lista do Patrimônio Mundial, e no Brasil, institucionalizado pelo IPHAN. Neste sentido, o presente artigo visa analisar a trajetória conceitual e patrimonial do entendimento de Paisagem, categoria de bem patrimonial que atualmente apresenta novos horizontes à proteção do patrimônio cultural, principalmente no que se refere à sua gestão.

Palavras-chave: Paisagem; Patrimônio; Paisagem Cultural; Paisagem Cultural Brasileira.

Introdução

Verifica-se no contexto patrimonial atual uma ampliação da preocupação com o patrimônio cultural, convergindo em um esforço de compreensão e enquadramento do maior número e variedade de tipologias de bens patrimoniais, bem como de instrumentos que permitam sua preservação. Conforme aponta Castriota (2009), nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, e nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais, tema que atualmente não se limita à reflexão sobre cultura, estendendo-se à reflexão do futuro das cidades, ao planejamento territorial e à preservação do meio ambiente, vistos cada vez mais como elementos integrados.

A noção de paisagem consolida-se como conceito científico na Geografia, apresentando plasticidade em sua definição, propondo em sua centralidade conceitual uma porção espacial que manifeste a relação entre o ser humano e o meio ambiente circundante, percebendo-se a interação entre fatores humanos (culturais) e naturais. Essa plasticidade conceitual estenderia o alcance da noção de paisagem à esfera patrimonial, vinculando-a à especificidade da relação entre populações e seu ambiente, com ênfase nas características naturais da área e sua relação com os modos de produção e de vida daquelas, associados à identidade local.

Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar a trajetória de atribuição de valor patrimonial à noção de Paisagem Cultural, buscando sua consolidação na Geografia e sua transformação em bem patrimonial, inicialmente pela UNESCO, em 1992, e posteriormente no Brasil, pelo IPHAN, em 2009.

Paisagem Cultural: a multidimensionalidade de um conceito

A noção de paisagem surge associada à pintura, principalmente no Romantismo, relacionada a um novo modo de perceber o meio, em função da criação de códigos estéticos de apreciação da natureza. Até o século XVIII, a paisagem era considerada como sinônimo de pintura, sendo através da “mediação com a arte que o sítio – o lugar – adquiriu o estatuto de

³⁴⁸ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: <lux.castroneves@gmail.com>

³⁴⁹ Docente do Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: <julianeserres@gmail.com>

paisagem” (LUCHIARI, 2001, p. 15). As viagens e divulgação dos relatos no século XIX favoreceram a associação da paisagem às características de um determinado território, expressas pela combinação de elementos naturais e culturais, e pelo modo particular de apropriação humana do espaço (SALGUEIRO, 2001).

A paisagem viria a se consolidar enquanto conceito científico na Geografia, no final do século XIX e início do século XX, tendo grande contribuição do geógrafo norte-americano Carl Ortwin Sauer. Para o autor, o termo paisagem é apresentado para definir o conceito de unidade da geografia, e seu conteúdo é encontrado “nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas de seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana” (SAUER, 1998, p. 29). Sauer propôs em seu artigo “A Morfologia da Paisagem”, de 1925, que paisagem cultural fosse entendida como modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo, na qual “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p. 59). Uma das principais limitações ao seu estudo, e que se estendia à posição de outros geógrafos do período, era o entendimento de que a análise da paisagem deveria limitar-se aos seus aspectos visíveis, desconsiderando os fatos imateriais da cultura.

Esta posição seria questionada com o movimento de renovação da Geografia Cultural, que traria à discussão a consideração do simbolismo da paisagem, levando a ampliação da análise morfológica a outras perspectivas epistemológicas. No final do século XX, a relação indivíduo-ambiente é colocada em novos termos, marcando a ampliação do enfoque predominante sobre os aspectos materiais da paisagem, para abranger ainda seu aspecto imaterial, relacionado ao significado da paisagem (RIBEIRO, 2007). Cosgrove (1998) propõe que todas as paisagens seriam culturais e simbólicas, pois correspondem ao produto da apropriação e transformação do meio ambiente pela ação humana, constituindo-se em um modo de ver o mundo. Já Berque (1998) introduz o entendimento de paisagem-marca e paisagem-matriz: a paisagem apresenta-se como uma marca, uma geografia, que o grupo imprime na superfície terrestre e cuja grafia ao reflete. Ao mesmo tempo, constitui-se em uma matriz, pois participa dos esquemas de percepção, concepção e ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e a natureza.

Pode-se definir paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, expressam as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 103). A ação humana sobre determinado território e, conseqüentemente, a transformação da paisagem natural constitui assim o resultado de um processo complexo, produto do pensamento, conhecimento e valores humanos que organizam e utilizam o território de determinada maneira (LUCHIARI, 2001). A paisagem apresenta-se como um palimpsesto, uma coleção de memórias de um passado, permitindo revê-lo em suas diversas etapas em uma perspectiva de conjunto, de evolução histórica, influenciando ainda a vida no espaço no presente (SANTOS, 2002), o que nos leva a considerar o caráter evolutivo e dinâmico da paisagem, em sua configuração espacial.

Deste modo, a transformação morfológica da paisagem, que não pode ser vista em separado às práticas sociais, introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades. A paisagem como fruto da observação resulta de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos. Se a paisagem remete necessariamente à natureza e à representação, ambas remetem à questão do imaginário em função da mediação simbólica que assume a representação da natureza para diferentes grupos sociais (CASTRO, 2002), e que influencia sua apropriação.

A paisagem responde aos imperativos da territorialidade e da pertença, ou seja, à necessidade de inserirmos nossa trajetória biográfica não apenas em um eixo temporal, mas também espacial. Trata-se de uma necessidade cultural, isto é, ela atende aos requisitos de produção e reprodução material da vida, mas tal resposta vem impregnada de sentidos, de valores, e de expectativas (MENESES, 2002). Assim, em função das vinculações com processos

identitários e a construção imaginária de nação (ou de partes dela), a paisagem viria a ser integrada ao âmbito patrimonial como uma categoria de bem cultural.

Paisagem Cultural enquanto categoria de bem patrimonial

A partir desta ampliação do escopo – de sua materialidade à sua imaterialidade –, a paisagem passou a ser considerada como categoria de bem patrimonial independente, dentro do contexto de preservação patrimonial nacional e internacional.

Percebe-se uma aproximação ao entendimento de paisagem já em cartas e convenções patrimoniais, valorizada como panorama, por sua qualidade cênica natural. Ou ainda como elemento importante para a caracterização de um bem principal, arquitetônico, aproximando-se da noção de “vizinhança” da Carta de Atenas (1931), ou de “contexto ambiental” da Carta do Restauro (1972). Da mesma forma, na Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (1940), e mais especificamente, na Recomendação relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter de Paisagens e Sítios (1962), é ressaltada a importância da preservação da paisagem, porém não se define o seu entendimento, valorizando elementos naturais e culturais, ressaltando seu caráter estético.

A inserção da paisagem no contexto de preservação patrimonial delineia-se, mais efetivamente, a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em 1972, com a criação da Lista do Patrimônio Mundial e a definição dos critérios para inclusão de bens, divididos em critérios naturais (quatro) e critérios culturais (seis), o que, da mesma forma, se processava com os bens inscritos, dividindo-se em naturais e culturais. Posteriormente, os critérios foram reunidos em uma lista única de dez critérios, e criou-se a categoria de bem misto, que teria sua importância justificada tanto a partir de critérios naturais quanto de critérios culturais – porém vistos como elementos separados.

Em 1992, a categoria Paisagem Cultural passa a integrar a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Este fato representa uma ruptura com modelos anteriores, por adotar a própria paisagem como bem, sendo que, até o momento, a paisagem só tinha valor enquanto suporte relacionado a um bem mais importante (RIBEIRO, 2007). As Paisagens Culturais são definidas como propriedades que representam o trabalho combinado da natureza e dos indivíduos. Ainda de acordo com a definição da UNESCO,

[...] são ilustrativas da trajetória histórica da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sob a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, ambas externas e internas (UNESCO-ICOMOS, 2009, p. 07; tradução nossa).

Nesse sentido, as Paisagens Culturais são caracterizadas por refletir técnicas específicas de uso sustentável da terra, levando em conta as características e limites do ambiente natural.

Sua tipologia envolve desde paisagens criadas intencionalmente (como jardins e parques), até paisagens sem evidência material da presença humana, porém com importantes valores simbólicos atribuídos aos elementos naturais. Porém, a maioria das Paisagens Culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial envolve a categoria de paisagem caracterizada pela possibilidade de visualização de seu processo de evolução (resultado de imperativos sociais, econômicos, culturais, naturais) e por manter ainda uma relação contínua com a população local. Segundo Ribeiro (2007), pode-se perceber certo alinhamento entre a tipologia proposta pela UNESCO e diferentes correntes geográficas: enquanto a **paisagem evoluída organicamente** traz em si uma matriz saueriana, através da perspectiva evolucionista e historicista, enfatizando a forma como o homem construiu determinada paisagem ao longo do tempo, a **paisagem associativa** parte de uma perspectiva que valoriza predominantemente as associações culturais estabelecidas em torno de determinada paisagem, aproximando-se da abordagem valorizada a partir do movimento de renovação da Geografia Cultural. Já a

categoria de **paisagem claramente definida** parece vincular-se a uma perspectiva do paisagismo e da arquitetura de paisagem.

Atualmente 85 Paisagens Culturais figuram na Lista, sendo duas delas na América do Sul: *Quebrada de Humahuaca*, na Argentina (inscrita em 2003), e a Paisagens Cariocas: entre a montanha e o mar, no Rio de Janeiro, no Brasil (inscrita em 2012). Estas nos indicam a amplitude de manifestações patrimoniais presentes na noção de Paisagem Cultural, envolvendo desde pequenos povoados formados por rotas de comércio, até grandes cidades³⁵⁰. De acordo com Torelly (2008), alguns princípios podem ser destacados da experiência internacional sobre as acepções do conceito de paisagem, tais como: o inter-relacionamento entre cultura e da natureza, sob a influência de condicionantes ambientais, culturais, sociais e econômicos; os testemunhos do caráter evolutivo da presença humana e a interação entre os ambientes naturais, construídos e os modos de produção; a presença de manifestações do patrimônio em âmbito material e imaterial; a outorga de valor a uma fração territorial e as atividades nela desenvolvidas, capaz de agregar valor econômico, gerar emprego e renda e oportunidades de fomento de cadeias produtivas; gestão pactuada e compartilhada entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada; o sentido de identidade e pertencimento da população que habita ou trabalha no território abrangido pela paisagem.

No Brasil, a Paisagem Cultural como categoria de bem patrimonial independente viria a consolidar-se em 2009, a partir da integração da “Paisagem Cultural Brasileira” no contexto patrimonial nacional pelo IPHAN. Entretanto, a noção de paisagem surge já no anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, com o entendimento de patrimônio relacionado à ideia de arte como fruto do trabalho humano. Das 08 categorias de arte propostas, a “arte ameríndia” e a “arte popular” apresentavam relação com a paisagem. Na primeira categoria, poderiam ser incluídas “Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc” (ANDRADE *apud* RIBEIRO, 2007, p. 70). Já na “arte popular”, poderiam ser incluídas “Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos [sic] lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife etc.” (ANDRADE *apud* RIBEIRO, 2007, p. 71).

A institucionalização do IPHAN demonstrará também preocupação com a paisagem. Esta figura no artigo 1º, parágrafo 2º, que define Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana (IPHAN, 1937, p. 01).

A paisagem poderia ser vinculada ao patrimônio nacional tanto a partir de características naturais, quanto por suas características culturais, em sua associação com a presença humana. Apesar da consideração da paisagem como bem patrimonial passível de tombamento, pouca atenção foi dada à mesma, principalmente nas primeiras décadas do IPHAN. Até 1960, a maior parte dos bens era inscrita a partir de seu valor arquitetônico, no que se refere à monumentalidade e integridade, no Livro do Tombo de Belas Artes, passando, em segundo momento, a incluir conjuntos arquitetônicos mais modestos, associados à formação do território brasileiro, inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Os bens menos representativos arquitetonicamente eram designados na categoria de conjunto paisagístico, enquanto o título de conjunto arquitetônico seria reservado a bens de maior integridade arquitetônica, de modo que a categoria de paisagem

³⁵⁰ Uma caracterização geral das Paisagens Culturais da UNESCO pode ser vista em COSTA; SERRES. “Paisagem Cultural: novas leituras do patrimônio cultural?”. In.: Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014. Cd-Rom.

permite assim a integração de elementos no patrimônio nacional antes considerados de interesse menor (RIBEIRO, 2007).

De acordo com a sistematização realizada por Ribeiro (2007), entre as décadas de 1930 e 1960, nota-se certo padrão nas inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, a partir do valor do bem como paisagem: a) tombamento de jardins e bens ligados ao paisagismo; b) tombamentos de conjuntos; c) tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram; d) tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores.

O entendimento de Paisagem Cultural Brasileira enquanto categoria de bem patrimonial independente consolida-se a partir da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, sendo definida como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009, p. 17). O objetivo da declaração de Paisagem Cultural Brasileira é conferir um selo de reconhecimento a porções do território nacional, representativas do processo de interação do ser humano com o ambiente natural, que confirmem à paisagem uma identidade singular. Diferente do patrimônio material, cujo instrumento de proteção é o tombamento, e do patrimônio imaterial, cujo instrumento de salvaguarda é o registro, a Paisagem Cultural Brasileira recebe uma certificação ou chancela, adotada por permitir a evolução ou dinâmica da paisagem, porém mantendo suas principais características ou valores associados.

A amplitude do conceito já foi indicada em um dos documentos pioneiros a tratar a paisagem cultural em seu viés patrimonial no Brasil, em 2007: a Carta de Bagé ou Carta das Paisagens Culturais, elaborada durante a “Jornada Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”, em Bagé (RS). O documento, que tinha como objetivo principal a defesa das paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira, já esboçava essa nova visão, não apenas patrimonial, mas do que seria objeto de atribuição de valor patrimonial, como as áreas de fronteira até então não contempladas diretamente nas políticas patrimoniais.

Com ênfase em uma gestão compartilhada do território, a chancela implica o estabelecimento de um termo de compromisso, nos moldes de um Plano de Gestão, envolvendo poder público, iniciativa privada e sociedade civil, visando sua gestão compartilhada. De acordo com o IPHAN (2011), a chancela de Paisagem Cultural Brasileira deve funcionar mais como um instrumento catalisador de um processo planejado e integrado de proteção e gestão territorial do que propriamente como um novo instrumento de proteção. Um dos elementos motivadores da institucionalização do instrumento de chancela de Paisagem Cultural Brasileira seriam os fenômenos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais, que colocariam em risco contextos de vida e tradições locais que deveriam ser preservadas (IPHAN, 2011).

Atualmente, apenas uma Paisagem Cultural Brasileira figura no rol do patrimônio cultural brasileiro, referente à imigração em Santa Catarina³⁵¹. No dia 03 de maio de 2011, o IPHAN divulgou a aprovação da primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira, que envolve os núcleos rurais de Testo Alto, em Pomerode, e Rio da Luz, em Jaraguá do Sul (SC), existindo a possibilidade de expansão para outros núcleos rurais que compõem os Roteiros Nacionais da Imigração³⁵².

³⁵¹ De acordo com informações obtidas junto à Superintendência do IPHAN de Santa Catarina (SC) via e-mail no dia 26 de junho de 2014, o procedimento da chancela de Paisagem Cultural Brasileira da região de Testo Alto e Rio da Luz ainda encontra-se em fase de instrução processual e ainda não passou para análise pelo Conselho Consultivo do IPHAN, o que impede a disponibilização desta documentação.

³⁵² Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?jsessionid=F09F44413907B062CAA8D26C5A3FBD92?id=15968&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acesso em: 10 mai. 2011.

Paisagem Cultural: encaminhamentos e desafios

Por representar a relação entre seres humanos e o meio ambiente, a paisagem viria a consolidar-se como nova categoria de bem patrimonial, em âmbito nacional e internacional, suscitando inúmeras discussões acerca de sua caracterização e gestão. A noção de paisagem conforme proposta pela UNESCO e IPHAN a aproxima do entendimento de desenvolvimento sustentável, apontado como uma de suas principais potencialidades. Outro elemento considerado é a qualidade de vida da população e a associação aos modos de produção no que se refere à construção/reconstrução da paisagem, assim que essa nova categoria de bem patrimonial possibilitaria a manutenção das populações na paisagem, aliando uso e preservação.

No que se refere à experiência da UNESCO, pode-se dizer que o entendimento de Paisagem Cultural propiciou a diversificação tipológica de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, bem como certa redistribuição geográfica dos países que possuem patrimônios mundiais, abrindo maior espaço para países não-europeus como Vanuatu e Gabão, entre outros. Já no que se refere à experiência brasileira, a certificação de apenas uma Paisagem Cultural Brasileira nos impede de fazer maiores considerações acerca de sua utilização, porém percebe-se um novo modo de compreender o patrimônio cultural a partir dos modos de produção, vinculado a uma esfera rural que, de modo geral, não era contemplada nas políticas patrimoniais. Além disso, tendo em vista a grande vinculação agrícola e pecuária do país, trata-se de uma maneira de incluir tais espaços e suas especificidades ao enquadrá-los no patrimônio nacional, buscando sua preservação.

Se partirmos da ideia de que a produção de um novo contexto material altera a paisagem e introduz novas funções, valores e objetos (LUCHIARI, 2001), percebe-se a preocupação com a preservação das paisagens em seus elementos mais característicos, porém a gestão das paisagens culturais mundiais e brasileiras (que venham a se efetivar) ainda aparece como um desafio à sua implementação. Ao conjugar materialidade e imaterialidade, dimensão natural e cultural, a noção de paisagem requer um tratamento que a considere em sua complexidade. Somente no que se refere a alguns estudos voltados ao patrimônio naval (IPHAN, 2011), como Elesbão (AP), Pitimbu (PB) e Valença (BA), que envolvem habitações em palafitas, tipos de embarcação em vias de extinção e inclusive questões de saúde pública (modo tradicional de venda do peixe diretamente das embarcações), pode-se estimar os desafios ainda a serem discutidos para propiciar sua preservação a partir de sua utilização.

A adoção da Paisagem Cultural no contexto patrimonial parece aproximar-se de uma forma de preservação e gestão patrimonial mais participativa, requerendo, ainda, maiores discussões no que diz respeito à sua implementação.

Referências

BRASIL. PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2009. In.: **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: Seção 01 – Nº 83. 05 mai. 2009, p. 17 – Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1070>> Acesso em: 25 set. 2009.

BERQUE, A. Paisagem-Marca e Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, I. E. Paisagem e Turismo: de estética, nostalgia e política. In.: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e Paisagem**. – São Paulo: Contexto, 2002. p. 121-140.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

IPHAN. Coordenação de Paisagem Cultural. **Reflexões sobre a Chancela de Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>> Acesso em: 10 mai. 2011.

LUCHIARI, M. T. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L.(org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 09-28.

MENESES, U. B. A Paisagem como Fato Cultural. In.: YÁZIGI, E. (org). **Turismo e Paisagem**. – São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos, 01).

SAUER, C. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74

TORELLY, L. P. Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate. Minha Cidade. São Paulo. Ano 09, nº 100.02. In: **Portal Vitruvius**. nov. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.100/1869>> Acesso em: 15 nov. 2009.

UNESCO - ICOMOS. **Description of World Heritage Cultural Landscapes with a bibliography based on documents available at the UNESCO-ICOMOS Documentation Centre**. França [s.n], UNESCO-ICOMOS Documentation Centre, set. 2009. Disponível em:

<http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf> Acesso em: 05 out. 2009.

A fria memória da imagem: o paralelo de duas cidades no sul da América do Sul

Ubirajara Buddin Cruz³⁵³

Francisca Ferreira Michelin³⁵⁴

Resumo

O presente trabalho traça um paralelo entre semelhanças e diferenças que duas cidades, uma brasileira e outra uruguaia, tiveram a partir da implantação de uma grande indústria de beneficiamento de alimentos de origem animal.

Palavras-chave: Patrimônio industrial; Memória social; Fotografia; Frigorífico Anglo.

Introdução

Duas cidades no sul da América do Sul, uma brasileira, outra uruguaia, guardam na memória de grande parcela dos seus habitantes, uma história em comum. A história de uma grande indústria que as impactou de maneira bastante significativa.

Ambas as cidades se debruçam às margens de um curso d'água (figuras 1 e 2), o canal São Gonçalo e o rio Uruguai. Em comum, elas têm, também, no final do século XIX, a pecuária como base da economia e localizações privilegiadas.

No Brasil, a cidade é Pelotas, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul. No Uruguai, é Fray Bentos, capital do Departamento de Río Negro, localizada ao oeste do país. De acordo com a Figura 3.



FIGURA 1 - Canal São Gonçalo
Fonte: acervo do autor



FIGURA 2 - Rio Uruguai
Fonte: acervo do autor

³⁵³ Mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural, ubirajara.cruz@gmail.com

³⁵⁴ Doutora em História, fmichelon.ufpel@gmail.com



FIGURA 3 - Localização de Pelotas e Fray Bentos
 Fonte: <http://www.bing.com/maps/>

Tanto em uma, quanto na outra, o elemento que mais as aproxima é uma grande indústria, já extinta, o Frigorífico Anglo, antes lugar de trabalho, agora, lugar de memória. Embora estas semelhanças tenham sido tão grandes no passado, no presente, no entanto, a situação é bem diferente. O uso da fotografia, como fortalecimento da memória, neste trabalho é uma espécie de defesa contra o esquecimento, embora, como disse Michelin (2013, p.59) o seu uso é esperançoso, mas destituído de ingenuidade. Na ausência de documentos, relatos vacilantes, a esperança passa a residir nas imagens.

De acordo com Lagemann (1985), a iniciativa da construção de um frigorífico em Pelotas foi de um grupo de investidores, entre eles a União de Criadores do Rio Grande do Sul, a Associação Commercial de Pelotas, sendo o principal acionista, o Banco Pelotense. Em 1918 teve início a história do complexo industrial da Companhia Frigorífico Rio Grande. A planta industrial começou com obras de um ramal ferroviário, um trapiche, oficinas, depósitos e câmaras frias, próprios para a instalação de um frigorífico. Segundo Michelin (2012), era considerado, para a época, um complexo de tamanho grande, que deveria abater quinhentas reses por dia. Além disso, estaria apta para conservar frutas, laticínios e demais produtos perecíveis. Logo no início da construção, atrasos na obra anunciavam problemas que se avolumariam até que o empreendimento fosse vendido para o grupo inglês Vestey Brothers, em 1921, pouco depois de concluída a obra. Em 14 de março de 1921 foi lavrada a escritura e, em novembro do mesmo ano, começou a funcionar, com o nome *The Rio Grande Meat Company*. Em 1924 muda o nome para Frigorífico Anglo de Pelotas. Funciona fracamente até 1926, quando fecha definitivamente.

Desativado por longos 15 anos, em 1942, para aproveitar o momento vantajoso da Segunda Guerra Mundial, começaram obras de ampliação e adequação do frigorífico. Em 17 de dezembro de 1943, foi inaugurado o Anglo, maior realização industrial da cidade, de acordo com notícia veiculada pelo jornal Diário Popular³⁵⁵. Ao longo dos anos, novos prédios foram construídos, modernizados e adaptados para atender as exigências da inspeção sanitária e atender novos processamentos e produtos.

Com o surgimento de diversos frigoríficos nacionais nos anos de 1970, as empresas estrangeiras começaram a deixar o país. A última a sair foram os Vestey Brothers, que encerrou suas atividades vendendo todos os seus frigoríficos em 1993. O Frigorífico Anglo de Pelotas foi desativado em 1991.

³⁵⁵ Inaugura-se hoje o Frigorífico Anglo. *Diário Popular*. Pelotas, 17 dez. 1943. p.8.

No Uruguai, o surgimento do Anglo se deu bem antes. Tal como aconteceu em Pelotas, a indústria não começou pelas mãos dos Vestey Brothers, que a adquiriram posteriormente. A industrialização da carne naquele país se deu em 1865, quando, após uma autorização de Justus Von Liebig, uma associação de capitais atrelados ao comércio de gado instala uma fábrica de extrato de carne, onde seria, posteriormente, a cidade de Fray Bentos, capital do Departamento de Río Negro. A *Liebig's Extract of Meat Company Limited*, a LEMCO, fabricou de forma inédita em escala industrial, o extrato de carne (figura 4), distribuído por toda Europa, Austrália e países asiáticos. Após uma longa trajetória a LEMCO foi arrendada pelo grupo Vestey Brothers em 1924, dando início à longa história do Anglo no Uruguai. Logo ao assumir a planta industrial da LEMCO, os novos proprietários trocaram seu nome para Frigorífico Anglo del Uruguay (DOUREDJI, 2009). Para Pesavento (1980, p.42), o aumento de emigração estrangeira, não só de ingleses, mas diversas nacionalidades, proporcionou a mentalidade capitalista na região. Com isso, vieram novas ideias, novas técnicas e melhoramentos na produção.



FIGURA 4 – Extrato de carne Liebig
Fonte: Museo de la Revolución Industrial

Embora não haja prova definitiva, segundo conversação com o diretor do Museo de la Revolución Industrial, Mauro Delgrosso, existe uma suspeita de que a negociação da LEMCO, que resultou da compra pelo Grupo Vestey Brothers, tenha sido um acordo de pós-guerra entre Alemanha e Inglaterra (informação verbal)³⁵⁶. Este é um assunto que pode ser investigado posteriormente.

Patrimônio industrial, fotografia e memória

A definição de patrimônio, nas palavras iniciais de Françoise Choay, “estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2006, p. 11). Para ela, “a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” (Ibid, 2006). Porém a definição cresceu e o domínio patrimonial também compreende outras categorias, entre elas, uma criada na França, em 1986, pela Comissão Superior dos Monumentos Históricos, a de *patrimônio industrial*, que não se limita apenas a edifícios

³⁵⁶ Dado fornecido em visita ao Museo de la Revolución Industrial, por Mauro Delgrosso em setembro de 2013.

individuais, mas até cidades inteiras. Quando uma indústria encerra suas atividades, os restos do que foi um lugar de trabalho, objetos, maquinários, prédios, documentos, são vestígios e testemunhos de processos produtivos, que, com o passar do tempo, quando os métodos tradicionais do trabalho foram sendo substituídos pelo desenvolvimento de tecnologias mais avançadas, se tornaram obsoletos. Em um sentido mais amplo, Maria Letícia Ferreira (2009, p.22) nos diz que “a noção de patrimônio industrial nos remete a ideia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória”. Seguindo seu raciocínio, os lugares de memória se instauram quando já não há mais o referente. Na Carta de Nizhny Tagil (2003), encontramos a seguinte definição:

El patrimonio industrial se compone de los restos de la cultura industrial que poseen un valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico o científico. Estos restos consisten en edificios y maquinaria, talleres, molinos y fábrica, minas y sitios para procesar y refinar, almacenes y depósitos, lugares donde se genera, se transmite y se usa energía, medios de transporte y toda su infraestructura, así como los sitios donde se desarrollan las actividades sociales relacionadas con la industria tales como la vivienda, el culto religioso o la educación. (CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL, 2003).

As extintas plantas industriais dos frigoríficos estudados se enquadram perfeitamente como patrimônio industrial e as intervenções feitas sobre estes antigos lugares de trabalho não podem fazer desaparecer suas funções originais. Em Pelotas, a intervenção interna dos antigos prédios de abate, processamento e das câmaras frias, pela Universidade Federal de Pelotas, foi tão drástica que, não fosse o esforço de um grupo de pesquisadores em criar um memorial no que antes fora uma das câmaras, hoje não haveria quase vestígio das funções originais do prédio. No entanto, no lado de fora a imponência dos grandes edifícios evocam memórias (figura 5), mesmo que também aí as agressões tenham sido grandes, como a supressão do frontão do prédio onde se enlatavam as conservas e onde se podia ler o nome Anglo em letras vermelhas. Outros vestígios da indústria também foram perdidos, como os currais e a rampa que levava à sala do abate, como se pode ver na fotografia de Gustavo Vara, antes do prédio ser adquirido pela UFPel (Figura 6).



FIGURA 5 - Antigo Frigorífico Anglo de Pelotas, atual Campus Porto da UFPel

Fonte: acervo do autor

Para Pierre Nora (1993), a curiosidade por lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, está ligada a um momento particular da história. Para ele, há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Em Fray Bentos, no entanto, os remanescentes do antigo frigorífico continuam marcando a paisagem com imponência. Embora danificados pela ação do tempo, os prédios continuam guardando as mesmas características de quando a indústria deixou de operar em 1967. Ainda operou como Frigorífico Nacional até 1971, quando fechou definitivamente. Deste momento em diante, começa um processo de patrimonialização do lugar.



FIGURA 6 - Antigo Frigorífico Anglo de Pelotas
Fonte: Acervo de Gustavo Vara

No ano de 1987, o complexo fabril e o Bairro Anglo são declarados como Monumento Histórico Nacional, nível máximo de proteção no Uruguai. Em 2005 é criado o Museo de la Revolución Industrial (figura 7), tendo logo após a ampliação da área que fora tombada em 1987 e o todo passa a se chamar Sistema Patrimonial Industrial Anglo. É criada uma comissão de gestão, integrada pela Intendencia Departamental de Río Negro, a Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación CPCN-MEC e a Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial. Em 27 de janeiro 2010, é incluído na lista da UNESCO para ser declarado como Patrimônio Cultural da Humanidade com o nome **Paisaje Cultural Industrial Fray Bentos**. A UNESCO classifica o complexo como Projeto Piloto em 2011, integrando dez projetos nesta categoria no mundo todo. Em junho deste ano foi apresentado um dossiê à UNESCO, que solicitou algumas adequações.



FIGURA 7 - Museo de la Revolución Industria
Fonte: acervo do autor

Como se pode ver, em Fray Bentos há todo um suporte de memória. Nas antigas instalações industriais, há todo o maquinário, ferramentas, mobiliário, documentos, fotografias. Com este estudo, pretende-se compor pelo método de “empréstimo”, uma trajetória visual, construir uma indústria recuperada pela imagem, um processo memorial através das fotografias. Para isso temos em mãos um extenso acervo fotográfico atual, tanto de Pelotas, como de Fray Bentos, bem como de dois bancos fotográficos, um do Departamento de Documentos Fotográficos do Archivo General de la Nación, de Buenos Aires e outro do Archivo Nacional de la Imagen del Sode, Montevideú.

Referências

- CAMPODÓNICO, Gabriela. **El Frigorífico Anglo**: memoria urbana y memoria social en Fray Bentos. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario/2000/7-campodonico.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2013.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARTA de Nizhny Tagil sobre el patrimônio industrial. Moscú: [s.n.], 2003.
- DOUREDJI, Alberto. **Sobre inmigrantes y frigoríficos**: el Anglo y los trabajadores (1924-1954). Montevideo: Tradinco, 2009.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e patrimônio**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.22-34, jan./jun. 2009.
- LAGEMANN, Eugênio. **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- MICHELON, Francisca Ferreira. Fotografias para preencher o vazio da memória: arquivos de imagens dos frigoríficos Anglo em Pelotas/Brasil e Fray Bentos/Uruguai. In: SOSA GONZÁLEZ, Ana María; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; REY ASHFIELD, William (orgs.) **Patrimônio cultural**: Brasil e Uruguai os procesos de patrimonialização e suas experiências. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2013. p.59-80.
- _____. **Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas**: o trabalho do passado nas fotografias do presente. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-27, 1993.
- PESAVENTO, Sandra. **República Velha gaúcha**: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980.
- SILVA, Neuza Regina Janke da. **Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário**: o Frigorífico Anglo de Pelotas: 1940-1970, 1999. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Variáveis determinantes do consumo de bens culturais: breves considerações sobre sua evolução no tempo no Município de Canoas/RS.

Judite Sanson de Bem³⁵⁷

Moisés Waismann³⁵⁸

Josiandro Finatto³⁵⁹

Resumo

O consumo de bens culturais tem sido objeto de estudo nas últimas décadas, pois se percebeu, entre os economistas, que as variáveis que interferem na sua dinâmica são diferentes daqueles bens *commodities*. Para os primeiros há uma maior sensibilização em relação ao capital humano e social do indivíduo, nos últimos, renda e preço estão mais presentes. As teorias mais recentes se debruçam sobre as relações entre cultura e economia, passaram a admitir que uma das maiores condições para o consumo apresenta-se na exposição ao bem e no decorrer do tempo. Utilizando-se de dados do IBGE e IPEA, o texto objetiva apresentar breves considerações sobre a evolução do consumo cultural em Canoas e Rio Grande do Sul no período entre 2000 e 2010. Percebe-se que com o passar dos anos houve uma evolução da demanda cultural que acompanha, entre outros, as modificações de gostos, preferências, tecnologia e renda de sua população.

Palavras-chave: Economia da Cultura, Consumo Cultural, Gosto e Preferência, Renda, Canoas.

Introdução

A microeconomia atribuiu papel fundamental à utilidade, como determinante da demanda de bens e serviços. Mas esta tese não necessariamente é suficiente para explicar a demanda de todos os bens, como por exemplo, os culturais, pois quanto mais um indivíduo vai ao cinema maior é a sua vontade de ir ao cinema, logo a utilidade marginal, não se apresenta necessariamente decrescente.

De acordo com Diniz e Machado (2010) o consumo de bens culturais pode ser determinado como uma decisão individual, considerando características como as experiências passadas do indivíduo ou da coletividade em que se insere. Na literatura a base dos determinantes do consumo dos bens culturais e artísticos está, sobretudo, na obra de Gary Becker: *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. New York: Columbia University Press, 1964.

Assim, a discussão que se colocou a partir dos anos de 1990 incorpora a educação como fator relevante na demanda por bens e serviços, além das experiências passadas. Além disso, o consumo pode ser alterado em função da localidade, da classe social, das relações pessoais, das funções econômicas desempenhadas na sociedade e assim por diante. Logo, em cada região, período histórico e capital humano disponível haverá uma curva de demanda específica para cada indivíduo. Este trabalho verifica, utilizando os dados do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional de Domicílios nos anos 2000 e 2010, em Canoas e no Rio Grande do Sul a demanda por bens culturais.

Demanda de bens culturais: considerações teóricas

A curva da demanda, para Pindyck e Rubinfeld (2005, p. 19) “informa-nos a quantidade que os consumidores desejam comprar à medida que muda o preço unitário.” Mas há outras considerações que devem ser consideradas: “A quantidade demandada pode também depender de outras variáveis, tais como a renda, o clima e os preços de outros bens.”

³⁵⁷ Profª. Drª. Pesquisadora do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. judite@unilasalle.edu.br;

³⁵⁸ Prof. Dr. Pesquisador do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. moises.waismann@bol.com.br;

³⁵⁹ Bacharel em Economia do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. finatto25@hotmail.com.

A demanda por bens culturais não foge à regra: se há um aumento dos preços das entradas de teatro, o consumidor poderá diminuir o número de vezes que vai ao mesmo ou buscar alternativas de entretenimento, como o cinema.

Como no caso da maioria dos bens econômicos, o preço dos bens artísticos-culturais tendem trazer um efeito negativo sobre o consumo. O preço dos substitutos, intum, teria um efeito positivo sobre o consumo artístico-cultural, uma vez que increasing prices estimularia o consumo de substitutos. Alguns exemplos possíveis de substitutos aos bens artístico-cultural são outras fontes de lazer e entretenimento, tais como esportes e outras formas de recreação grupo não relacionadas com as artes. (DINIZ; MACHADO, 2010, p. 5)

Além disso, caso haja um aumento da renda do consumidor ele demandará uma maior quantidade de bens, como cd's, revistas, livros, shows, entre outros.

A renda é outro fator determinante do consumo. Ele corresponde à a restriction no consumo, assim como o preço da mercadoria faz. A economia, em geral, trata bens artístico-culturais como bens de luxo, ou seja, bens cuja demanda é altamente influenciada pela renda do consumidor. No entanto, as evidências empíricas sobre o efeito da renda sobre o consumo cultural é misto. (DINIZ; MACHADO, 2010, p. 5)

Finalmente, devem-se levar em conta as questões regionais relacionadas com a oferta de bens artístico culturais, pois em não havendo oferta o indivíduo não tomará contato com o bem (DINIZ; MACHADO, 2010).

Mas os bens culturais apresentam algumas características que os distingue da maioria dos demais. Uma destas distinções é que à medida que há o aumento da demanda por um bem cultural, maior é a sua demanda, ou seja: quanto mais um indivíduo vai ao cinema, mais ele deseja ir ao mesmo ou assistir filmes. Assim, a aquisição de bens culturais, no tempo, mostra que em parte eles são “aditivos”: apresentam uma relação de utilidade positiva. Esta significa que enquanto a maior parte dos bens apresenta uma utilidade marginal decrescente os bens culturais, ao contrário, não apresentam uma utilidade decrescente. O exemplo acima mostra esta disposição.

Outra influência positiva é a educação do consumidor: quanto maior a escolaridade do consumidor maior será a demanda por bens culturais, principalmente os bens da cultura de elite, como: artes cênicas.

A educação é um importante componente do capital humano, uma vez que contribui para a capacidade do indivíduo para o processamento e aquisição de informações. A educação do pai e da mãe, formal ou artística / cultural, também é um fator relevante, pois é uma proxy para a exposição ao bom na infância e na adolescência. Além da educação formal, formação em qualquer atividade artística ou cultural também influem no consumo. (DINIZ; MACHADO, 2010, p. 4)

Mas há outras dimensões que ultrapassam a pura teoria da demanda. De acordo com Diniz (2009, p.11) o consumo artístico-cultural tem a “capacidade de estimular a criatividade, a auto-expressão, à coesão social e o respeito à diversidade, podendo ser visto como positivo ao desenvolvimento sócio-econômico.” Além disto, “os efeitos do consumo variam de acordo com o conteúdo presente nas formas artístico-culturais e com características do consumidor [...]”. Logo, a atividade de consumo é um indicador do acesso a esses bens e serviços, e, portanto, dos benefícios potenciais neles contidos. Mas, contrariamente, o não consumo ou as limitações deste consumo identificam as perdas potenciais advindas destas faltas.

A cultura tem uma dimensão quantitativa, mas também qualitativa tão ou mais importante que a primeira, que expressa à melhora de qualidade de vida. “[...] como es evidente y se ha comenzado a estudiar, la manera de consumir es tan importante o más que la de producir para que as personas mejoren su bien-estar.” (SANCHO; GRACIA; PRIETO, 2005, p. 47)

Para Sobrosa (2010) é impossível não consumirmos bens culturais, pois sejam bens considerados como alta cultura, cultura popular ou cultura de massas, é a cultura de massas, também chamada de indústria cultural, objeto de maior aquisição em função dos preços e fácil acesso. Exemplos é o cinema, revistas, livros, discos, e outros.

Para o autor há diferentes perspectivas quanto ao debate e reflexão do consumo cultural, mas entre os principais estão: a Perspectiva Histórica – a prática do consumo liga-se ao momento histórico, localização no tempo e espaço. A perspectiva histórica é importante no sentido de verificarem-se as influências exteriores ao produto cultural, como é exemplo a demanda por cinema nos anos de 1930, quando ainda não havia se tornado um bem de consumo de massa e também inexistia concorrentes como a televisão e o computador; e a perspectiva é a econômica – já apresentada acima com a obra de Stigler e Becker; e outra possibilidade de análise ou perspectiva é a Sociológica a qual busca analisar as práticas de acordo com a faixa etária ou o gênero, ou principalmente, o nível econômico e escolar, pois de acordo com Bourdieu (2007) as necessidades culturais, traduzidas em demandas pessoais, correspondem ao gosto e preferência em função da *“hierarquização socialmente reconhecida das artes decorrente da hierarquia social dos consumidores”*.

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais(frequências dos museus,concertos, exposições, leituras e etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução(avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, a origem social. (BOURDIEU, 2007, p. 9)

Finalmente a última perspectiva é possibilidade de entender o consumo cultural individualmente, ou seja, a Perspectiva Psicológica. Esta ocorre através de estudos qualitativos, entrevistas, observação para entender a motivação pessoal para o consumo ou não de dado bem ou serviço cultural.

Assim, à medida que estas questões foram sendo incorporadas e que o leque de alternativas de bens e serviços foi sendo criados, gradativamente os estudos na área do consumo cultural se ampliaram e também incorporaram outras categorias. Ao invés de apenas considerarem os “espetáculos de entretenimento”, englobaram algo maior, a “recreação total” na qual os espetáculos estão inclusos no segundo, e que contabilizam gastos com televisão, vídeos, alta fidelidade, etc. Isto mudaria muito o enfoque, pois as recreações consideradas englobariam, também, aquelas realizadas na própria moradia, logo adotando o componente de autoconsumo; Sancho; Gracia; Prieto (2005). Desta forma o consumo pode ser expresso em função de diferentes variáveis, com maior ou menor intensidade, em diferentes locais. Na próxima sessão caracteriza-se a região estudada.

Caracterização do consumo cultural dos domicílios do Município de Canoas: uma análise comparativa no tempo

O município de Canoas situa-se na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) que é constituída por 34 municípios, distando-se a 13,5 km da capital da capital, com uma área de 131 km² e pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS).

No ano de 2000, segundo os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística existiam 2.512.558 domicílios no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que 89.604 estavam no município de Canoas. Estes domicílios são potenciais consumidores de bens, sejam eles de consumo (alimento, calçados), capital ou produção (máquinas, veículos e equipamentos), entre outros tipos. Logo os domicílios consomem também os bens culturais.

A tabela 1 apresenta os dados sobre os domicílios particulares permanentes, e existência de bens culturais, a partir dos dados do Censo de 2000.

	RS		Canoas	
	R\$	%	R\$	%
Linha telefônica instalada	1.19	39,2	525.	47,2
Rádio	2.39	78,7	1.01	91,6

Televisão	2.39	78,7	1.02	92,4
Videocassete	1.08	35,6	557.	50,1
Microcomputador	334.	11	184.	16,6

Tabela 2 - Existência de serviços e bens duráveis nos domicílios particulares permanentes no ano de 2000.

Fonte: elaborado pelo autor. F.D. B: IBGE (2014)

No ano de 2000, no Rio Grande do Sul, 39,2 % de seus domicílios particulares permanentes apresentavam linha telefônica instalada, no entanto, aqueles que possuíam eletroeletrônicos como rádio e TV eram o dobro (78,7%) e apenas 11% dos domicílios tinham computadores. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a qual contava com 30 municípios, naquele ano, o número de eletroeletrônicos era mais elevado, chegando a 94,7% de domicílios com rádio e 96,7 % dotados de televisão. Na época ainda existia um grande número de aparelhos de vídeo cassete nos domicílios, e foi nesta década que começaram a aparecer nas lojas os aparelhos de DVD, que vieram a se tornar populares alguns anos depois. No município de Canoas em 47,2% de seus domicílios havia linha telefônica instalada e 16,6 % possuíam computadores. Pode-se perceber que a 14 anos atrás Canoas já possuía uma maior quantidade de domicílios, em termos percentuais, com telefone, microcomputador e acompanhava de perto na dotação dos demais bens, sendo superior em termos percentuais ao RS nos diferentes produtos.

De acordo com o IBGE (2014) no RS 7.900 mil moradores que moravam em domicílios particulares no ano 2000 tinham rádio (78,1 %). Mas tanto no RS quanto no município, a televisão é o bem durável com maior frequência de consumo entre os domiciliados, chegando a 78,3% no Rio Grande do Sul, e 92,8% em Canoas. Nesse momento os aparelhos de DVD não tinham ainda alcançado a popularidade e o mercado atual, aparecendo de uma forma muito expressiva (51,6%) a aquisição de aparelho de vídeo cassete dos moradores canoenses.

Tipo de Bens	Domicílios	Total de
Rádio	2.836.817	3.327.225
Televisão	3.019.657	3.500.852
Telefone celular	2.822.704	3.264.299
Telefone fixo	1.352.309	1.415.981
Microcomputador	1.508.778	1.603.036
Microcomputador – com acesso a	1.177.524	1.219.879

Tabela 3 – Quantidade de bens duráveis em domicílios particulares permanentes no RS em 2010

Fonte: Elaborado pelo autor. F.D.B.: Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Em 2010 já há uma modificação substancial em termos de caracterização da demanda cultural no RS e em Canoas.

A tabela 2 mostra que, no ano de 2010, a televisão e o telefone celular são os bens duráveis de cunho cultural de maior demanda entre os domicílios urbanos no RS. Também, há uma expressiva presença do bem durável rádio, entre os domicílios do município. Todavia, a grande novidade é a forte presença do telefone celular, que em uma década torna-se preferível ao telefone fixo, por possuir algumas características diferenciadas como maior número de prestadores de serviço (operadoras), tarifas menores, opção de linha pré-paga (popularmente conhecida como telefone de cartão), e acesso a internet sem precisar de microcomputador. Além disso, a demanda de vídeo cassete se tornou obsoleta (por não ter nenhum bem substituto a ele) com a popularização do aparelho de DVD, e, portanto, não aparece mais no rol de bens duráveis pesquisados. A mesma situação acaba ocorrendo com o telefone fixo “convencional” que, encontra-se instalado ainda em muitos domicílios do Estado do Rio Grande do Sul, porém em termos numéricos, já fora ultrapassado pelos aparelhos móveis celulares em termos de unidades adquiridas.

Para fazer uma reflexão do consumo dos bens culturais pelas pessoas é necessário, retomar alguns conceitos utilizados no primeiro capítulo deste trabalho. Segundo Silva, Araújo e Souza (2007) para poder manter suas inter-relações sociais, as pessoas apropriam-se e utilizam de produtos e serviços a fim de terem uma identidade consigo mesmas e com o meio em que vivem, como sociedades, grupos e localidades.

Cuadrado³⁶⁰ (apud SOBROSA, 2010) observa que as pessoas ao consumirem um bem cultural buscam alguns objetivos, entre os quais: prazer, prestígio, apreciação das artes, motivação para vestir-se bem, novas experiências, relaxamento e combate ao tédio, entretenimento e diversão, estabelecer relações sociais, busca de valores ou riqueza, formação e educação. Na tabela 3 é possível ver dados do censo de 2010 referentes ao município de Canoas quanto aos domicílios particulares permanentes urbanos totais.

Bens duráveis	Quantidade
Rádio	93.150
Televisão	102.489
Telefone celular	96.095
Telefone fixo	54.030
Microcomputador	53.988
Microcomputador - com acesso a Internet	42.121

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes bens duráveis no município de Canoas em 2010

Fonte: Elaborado pelo autor. F.D. B: IBGE (2014)

O município de Canoas acompanha os mesmos movimentos do Estado do Rio Grande do Sul, porém com uma mudança significativa: no município o uso de aparelhos móveis celulares é superior ao de aparelhos de rádio. Contudo, o bem que é unânime em preferência pelos domicílios gaúchos e canoenses é o aparelho de televisão, aparecendo nas duas regiões em primeiro lugar. Esta demanda está associada à entrada de novas tecnologias de transmissão e ao barateamento destes aparelhos, com a entrada de produtos importados, principalmente da China e outros países asiáticos.

Verifica-se na figura 1 que no Estado do Rio Grande do Sul, do total de pessoas (ocupadas e não ocupadas) 48% desta população utilizava internet, em 2011, e 76,9% telefonia móvel. O número de pessoas não ocupadas que tinha acesso à internet é um pouco menor, bem como em relação ao uso do telefone celular. Porém entre as pessoas ocupadas este percentual atingia 85,1% (pessoas que possuem aparelho celular) e 50,5% acessavam a internet.

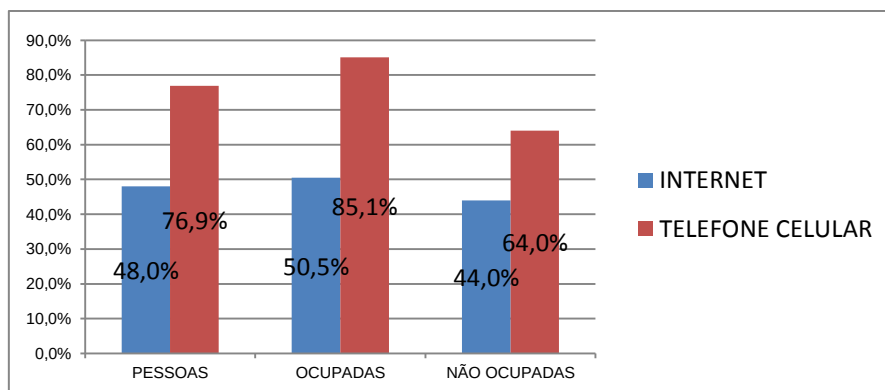


Figura 5- Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal em pessoas ocupadas ou não ocupadas com 10 anos ou mais no Rio Grande do Sul em 2011

Fonte: Elaborado pelo autor. F.D.B: PNAD (2011)

³⁶⁰ CUADRADO, Manuel. El consumo de servicios culturales. Madrid: ESIC, 2002.

Entre as explicações para este cenário, está a de que as famílias, ao auferirem maior renda, tendem a modificar seus hábitos de consumo, a fim de se identificarem e interagirem com os outros consumidores, do meio em que vivem, assim adquirem outros bens que antes não tinham acesso. Hoje, devido às facilidades do mercado como aumento da oferta de crédito e de sua extensão no tempo (parcelamento) está mais acessível à aquisição destes produtos como, no caso, a telefonia móvel e microcomputadores com internet.

Também explicam estas modificações a nova organização do mercado e sua oferta pois, a partir dos anos de 2000, com a privatização e a entrada de uma maior quantidade de operadoras o preço dos serviços diminuiu devido a concorrência, considerando os valores dos anos de 1990.

Faixa	Tot	Tin	Não	So	So	Tin
Mais de	26.	24.	1.3	1.1	14.	9.0
Mais de	33.	32.	753	1.5	14.	16.
Mais de	13.	13.	142	536	4.1	8.3
Mais de	9.7	9.7	40	314	2.6	6.7
Mais de	5.5	5.5	31	61	1.1	4.2
Mais de	1.7	1.7	-	40	364	1.3
Sem	2.9	2.6	302	155	1.3	1.0
Total	103	100	3.6	4.1	46.	49.

Tabela 5 - Domicílios particulares permanentes, por existência de telefone por faixa salarial no município de Canoas em 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor. F.D.B.: IBGE, 2010.

No município a faixa salarial que possui uma participação mais efetiva na aquisição dos bens ligados a telefonia (50,66% dos domicílios) que possuem telefone estavam nas faixas compreendidas entre ½ a 2 salários mínimos no ano de 2010. Mesmo entre os que declararam que não apresentava rendimento (2908 domicílios) 2607 apresentavam este bem cultural, o que demonstra a grande penetração deste nos últimos anos em função do acima descrito.

Tipo de Equipamento	2010		2011	
	Qu	%	Qu	%
Museus	3	1	3	1
Monumentos	19	9	19	9
Bibliotecas de escolas municipais e estaduais	78	3	78	3
Bibliotecas comunitárias	8	4	9	4
Bibliotecas de escolas e universidades	20	9	20	9
Salas de Cinema	11	5	11	5
Livrarias e Editoras	42	2	42	2
Rádio e TV	3	1	3	1
Atelier/ Galeria de Arte	1	0	2	1
Escolas de Música	7	3	7	3
Escolas de Dança	5	2	5	2
Cafeteria com espaço cultural/ livraria	1	0	1	0
Sistema "S" (SESC, SESI, SENAC, SEBRAE E	5	2	5	2
Auditórios de escolas e universidades	10	5	10	5
TOTAL:	21	1	21	1

Tabela 6 - Equipamentos culturais disponíveis no município de Canoas nos anos de 2010 e 2011

Fonte: Elaborado pelo autor. F.D.B.: Canoas (RS) (2011) e Canoas (RS) (2012)

Mas uma variável que se coloca à demanda é a existência de bens à disposição dos consumidores. Neste sentido a tabela 5 apresenta a oferta de bens e equipamentos culturais existentes no município a partir dos dados fornecidos pelo IBGE e pela Prefeitura Municipal.

No total de equipamentos culturais do município de Canoas no período estudado percebe-se uma concentração 50% (2010) e 49% (2011) de bibliotecas. As salas de cinema representavam 5% (11) dos equipamentos culturais disponíveis. Em relação às escolas de música, dança e museus, somando o percentual dos três tipos, nos dois anos, o percentual fica em 6%. Assim verifica-se que uma ausência de alternativas de consumo e lazer aos munícipes, pois se verificarmos que há, por exemplo, 11 salas de cinema no município, para uma população de 300.000 hab. em 2010, isto contabilizava ao redor de 30.000hab/sala o que é uma realidade muito distante da ideal.

Considerações Finais

O consumo de bens culturais é uma constante na vida das pessoas, e os motivos que os determina são variados em função: preços, renda, o gosto e preferência, o efeito demonstração, a educação do comprador, entre outros. Ainda há motivos menores, como a idade, o gênero, que por si só não explicam a vasta gama de escolhas que os consumidores efetuam no momento de um cd, um rádio, um televisor, uma revista, a escolha de uma peça de teatro ou outro bem.

Enquanto há explicações derivadas da teoria do consumidor tradicional, a qual a satisfação é obtida mediante a maximização da utilidade, mais recentemente é o acúmulo de capital social, obtido mediante níveis crescentes de educação, que faz com que os indivíduos escolham ou adquiram bens, sobretudo façam a distinção entre bens da cultura de elite.

Os domicílios em Canoas possuem uma participação efetiva no consumo de bens ligados à telefonia. A faixa salarial com maior participação é a que compreende entre um e dois salários mínimos. Também há uma presença efetiva nos domicílios de bens como rádio, televisão, computador com ou sem acesso a internet, o que se verifica, da mesma forma, para os bens ligados à telefonia.

Canoas apresenta uma diversidade de bens e equipamentos culturais à sua população, nas áreas da música, literatura, artes e audiovisuais. Dentre os equipamentos culturais disponíveis, há uma concentração do equipamento biblioteca, seguida por uma relevante quantidade de livrarias e editoras. No entanto o município, socioeconomicamente, apresenta-se como o segundo maior produto interno bruto do Estado, mas não vê reflexo semelhante na oferta de bens e serviços culturais e de lazer. Ou seja, seu consumo cultural espelha uma realidade superior ao do RS, mas pobre em termos de diversidade de cesta cultural. Mais ainda, além de pouco diversa ela é concentrada. Não que isto seja um fator negativo, mas estando os habitantes entre os maiores PIB per capita do RS isto é um fator a ser discutido.

No entanto, considerando o fator tempo na evolução do consumo, percebe-se que o canoense acompanhou as tendências do mercado e de uma geração, com as trocas de bens em função do avanço tecnológico, do aumento da oferta, da maior variedade e outras novidades do mundo cultural, como a internet, transmissões em alta fidelidade, internet em banda larga, etc.

Com os dados disponíveis não foi possível cruzar o consumo de bens e a educação dos moradores dos domicílios, o que justificaria outro estudo para comprovar se há uma relação direta entre demanda cultural e grau de escolaridade.

Referências

BAUMOL, W; BOWEN, W. **Performing Arts, The Economic Dilemma**: a study of problems common to theater, opera, music, and dance. New York: Twentieth Century Fund. 1966.

BOURDIEU, P. **A distinção. Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados do SIDRA**. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 maio 2014

BRASIL. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - 2000: famílias e domicílios: resultados da amostra**. Brasília, 2000. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/familias/Municipios/>. Acesso em: 16 jun.2014

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados. RS. **Censo Demográfico 2010: domicílios - amostra**. Brasília, 2010. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=censodemog2010_domic>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados. PNAD. **Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal**. 2011. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=pnad_internet_celular_2011>. Acesso em 26 mai. 2014.

DINIZ, S.C. **Análise do consumo de bens e serviços artístico-culturais no Brasil metropolitano**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009, 97p. (Dissertação de Mestrado)

DINIZ, S.C; MACHADO, A.F. Analysis of the consumption of artistic-cultural goods and services in Brazil. *Journal of Cultural Economics*, 2010. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10824-010-9129-8>. Acessado em: 24/06/2014.

FORJAZ, M.C. S. **Lazer e consumo cultural das elites**. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_06.htm. Acessado em: nov. 2013.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. 6ªed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 17-21.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul **-FEEDADOS**. Disponível em: <http://feedados.fee.tcche.br/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 28 abr. 2014

SANCHO, J.R.L.; GRACIA, M.I.G.; PRIETO, J.LZ. **Cultura y Economía**. Madrid: Fundación Autor, 2005. p. 01-105.

SILVA, .F.B.; ARAÚJO, H.E.; SOUZA, A.L. **O consumo cultural das famílias brasileiras**. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/09_Cap03.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SOBROSA, C.. **Consumo cultural, possibilidade de análise - alguns tópicos para reflexão**. VI Enecult- Encontro dos estudos multidisciplinares em cultura.5.,2010.Salvador . Facom UfBa. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24847.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2014.

Indústria criativa e memória social: breves reflexões sobre a produção artesanal do município de Dois Irmãos

Margarete Panerai Araújo³⁶¹

Judite Sanson de Bem³⁶²

Moisés Waismann³⁶³

Carla Renata A. S. Gomes³⁶⁴

Resumo

A produção de bens criativos, além de ser uma fonte de renda para as pessoas envolvidas em suas atividades, representa um elemento dinâmico de desenvolvimento da identidade de uma região e da coesão de membros de uma comunidade. O município de Dois Irmãos tem uma população, predominantemente, de origem teuto-brasileira com expressivo capital cultural, traduzido, entre outros, na culinária e no artesanato local. O presente trabalho busca discutir teoricamente a recuperação da memória social da comunidade em torno da produção de artesanato, por meio da educação patrimonial, e a valorização econômica do trabalho e dos produtos artesanais. Infere-se que esta pesquisa pode contribuir para o enriquecimento das práticas artesanais dos descendentes de alemães da cidade, a fim de tornar visíveis as memórias que atribuem significado aos produtos de uma cultura específica que influencia diretamente a atividade econômica na região.

Palavras-chave: Dois Irmãos, indústria criativa, memória, artesanato, cultura.

Introdução

A indústria criativa é um setor em franca expansão e, em alguns países cresce a um ritmo superior aos setores tradicionais, como a indústria de transformação. Este segmento gera empregos e renda, impostos e exportações e diversifica as matrizes produtivas tradicionais, que, em alguns locais, encontram-se centradas em poucos negócios. As atividades criativas, dessa forma geram efeitos multiplicadores na economia e estes podem ser percebidos desde o crescimento do PIB, que produz a transformação social, até o desenvolvimento sustentável e inovador de pequenas ou grandes comunidades.

As oportunidades que as atividades produtivas criativas oferecem, em termos de organização econômica, é a valorização dos bens não apenas do ponto de vista do mercado, mas como um produto que tem referências históricas e culturais, ou seja, seu valor do ponto de vista da memória social. Neste sentido, o grande desafio que se coloca é a combinação dos conteúdos culturais expressos em um produto manufaturado, com uma produção em escala de mercado sem a perda das referências originais.

Com o objetivo de estudar este ramo de atividade criativa, mantidas as atuais configurações produtivas e as dificuldades na produção e diversificação, a pesquisa propõe,

³⁶¹ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br

³⁶² Pós Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Íbero Americana PUCRS (2001); Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE; professora da Universidade de Caxias (UCS). E-mail: jsanson@terra.com.br

³⁶³ Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. Coordenador do Observatório UNILASALLE; Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. E-mail: moises.waismann@gmail.com

³⁶⁴ Doutora em História e Museologia pela UFRGS (2012). Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. E-mail: renata.asg@terra.com.br

uma reflexão sobre a importância da educação patrimonial na construção de vínculos culturais significativos, que agregam valores simbólicos e sociais às práticas artesanais. A discussão do papel da educação patrimonial permite refletir sobre um conjunto de possíveis formas de revalorização desta cadeia produtiva.

Esta pesquisa, de caráter multidisciplinar, foi delimitada tendo como espaço geográfico a região do Vale dos Sinos. O estudo no município de Dois Irmãos de origem teuto-brasileira tem produção calçadista e vêm apresentando dificuldades na manutenção do seu PIB em decorrência dos ciclos desta atividade. Também produz uma gama de bens criativos na forma de artesanato, disponíveis na Feira do Artesão ou mesmo em empresas localizadas na zona urbana da cidade.

Os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam o espaço geográfico de uma pesquisa exploratória em sua fase inicial. A relevância deste artigo está em perceber e problematizar o início de um processo maior, sua maneira de articular configurações produtivas e seus significados culturais com os processos de educação patrimonial. O artigo está baseado em uma pesquisa regional em desenvolvimento na sua fase inicial, mas já oferece condições de reflexões e comunicações, visto sua fundamentação teórica. Assim, além dessa introdução, segue as seções sobre Indústria Criativa, Identidade e Memória e os procedimentos metodológicos e considerações parciais sobre a investigação.

Indústria Criativa, Identidade, Memória : reflexões teóricas

A economia criativa, além de ser um setor em franca expansão, em alguns países cresce a um ritmo mais elevado do que os setores tradicionais, como a indústria de transformação de alimentação e mecânica, sobretudo na geração de empregos e renda. Os setores envolvidos oferecem possibilidades diferentes, muitas vezes demandando pessoas altamente qualificadas, o que acarreta no crescimento, em termos de empregos, superiores à média da economia.

A economia criativa foi reconhecida na Europa como líder na geração de crescimento econômico, emprego e comércio, gerando grandes volumes de negócios e registrando aumento de 12% frente à economia global. As exportações mundiais de bens e serviços criativos atingiram 592.000 milhões de dólares em 2008, o dobro do registrado em 2002, com uma taxa de crescimento anual de 14% por mais de seis anos consecutivos (OLIVEIRA, 2011). Outro efeito é o exercício da inovação em especial nos setores intensivos em tecnologia como a internet e produção de softwares, setores pertencentes às indústrias criativas e geradoras de economias de escala.

A importância econômica das indústrias criativas é crescente. No entanto, além de ser visto como um fenômeno econômico [...] o surgimento das indústrias criativas também deve ser associado ao que se chamou de virada cultural [...] A virada cultural surge da combinação de dois fenômenos simultâneos: a emergência da sociedade do conhecimento e a transição de valores materialistas para valores pós materialistas (BENDASSOLLI et al., 2009, p.24).

Entre outros, são consideradas no rol de atividades criativas as seguintes atividades produtivas (UNCTAD, 2013, p. 32):

Artesanato: Tapeçaria, Celebração, Outros, Papel, Vime, Fios; Áudio Visual: Filmes; Desenho (Design): Arquitetura, Moda, Vidro, Interior, Jóias, Brinquedos; Músicas (CDs. Fitas): Gravados, Registros, Gravação Digital, Vídeo Game; Editoração: Livros, Jornais, Outros; Artes Visuais: Antiguidades, Outros, Pinturas, Fotografia, Escultura.

Para se calcular ou avaliar os impactos econômicos e sociais da cultura, em especial dos setores industriais, podem-se considerar os efeitos diretos e indiretos, no produto, no emprego, no pagamento de impostos, investimentos, compras, entre outros. Não há uma definição única, mas o relatório da UNCTAD (2013, p.33) fez uma sugestão de definição de indústria criativa, qual seja: “[...] os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários”.

Assim, a UNCTAD (2013) e FIRJAN (2008) propõem uma definição que engloba a ideia da cadeia de indústria criativa composta de três grandes áreas. Em primeiro lugar, tem-se o que se denominou de núcleo da indústria que inclui os segmentos de Expressões Culturais, Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Filme & Vídeo, TV & Rádio, Mercado Editorial, Software & Computação, Arquitetura, Design, Moda e Publicidade. Logo o núcleo é composto, essencialmente, de serviços, que têm a atividade criativa como parte principal do processo produtivo. Em seguida, encontram-se as áreas relacionadas, envolvendo segmentos de provisão direta de bens e serviços ao núcleo e compostos em grande parte por indústrias e empresas de serviços fornecedoras de materiais e elementos fundamentais para o funcionamento do núcleo. Finalmente, observou-se que a cadeia é composta de um terceiro grupo de atividades, de provisão de bens e serviços de forma mais indireta, chamada de atividades de apoio.

Nigri (2009, p.37) destacou que as “Indústrias Criativas (IC) são o coração do que se convencionou chamar de Economia Criativa”. O termo “Indústrias Criativas” foi uma expressão que apareceu na Austrália em 1994, mas tornou-se popular a partir de 1997 com os estudos do Ministério de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido e vem abrangendo interpretações cada vez maiores abrangendo as relações entre economia, cultura e tecnologia. Assim, a indústria criativa vem se apresentando como mediação para o fortalecimento da economia e do desenvolvimento social sustentável, local e regional.

O artesanato é um produto da indústria criativa que pode representar a identidade cultural de uma região. É o resultado de um tipo de trabalho realizado, inicialmente, para a satisfação de necessidades imediatas e que no decorrer do tempo adquire significados culturais próprios de uma comunidade, caracterizando-a, tornando-os “produtos típicos”.

Um processo no qual a limitada produção “caseira” amplia-se ao conjunto da localidade a fim de participar de um conjunto de atividades que identifica um grupo social, tornando-se assim um “produto de mercado” que ingressa em uma cadeia produtiva no interior de um processo mais amplo que faz parte da economia criativa e, portanto, também um “bem cultural”.

Assim, um trabalho, realizado há décadas com os mesmos processos e insumos sem preocupação com o desenvolvimento e exigências dos consumidores, passa a justificar-se como representativo de uma cultura específica. Essa seleção que se opera desde a transformação do “produto caseiro” em “produto típico para o mercado” materializa um conjunto de práticas sociais e culturais simbólicas, isto é, constrói a noção de patrimônio cultural.

O patrimônio cultural entendido como o conjunto de bens selecionados, para transmitir uma memória e compor a história de determinado grupo social ou comunidade, é resultado de modos de ser e de habitar o mundo, ou seja, as práticas e as representações materiais e simbólicas compartilhadas. Neste sentido, Le Goff (2003, p.525) assevera que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado”. Assim, para Arévalo (2004, p.929), o patrimônio remete a:

[...] símbolos y representaciones, a los lugares de la memoria, es decir, a la identidad. Desde este punto de vista el patrimonio posee un valor étnico y simbólico, pues constituye la expresión de la identidad de un Pueblo, sus formas de vida. Las señas y los rasgos identificatorios, que unen al interior del grupo y marcan la diferencia frente al exterior, configuran el patrimonio. Es la reflexión sobre nuestro pasado y presente.

A memória social contida no trabalho artesanal e nos produtos por ele gerados também pode ser acessada e compreendida como cultura intangível ou imaterial, conforme a definição estabelecida pela UNESCO (2003, p.05), segundo a qual:

[...] entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Tal entendimento decorre da ampliação do conceito de cultura, como algo inerente ao comportamento humano e não simples resultado de produções excepcionais, neste sentido, esclarecem:

[...] Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir a excepcionalidade. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.24).

Portanto, o “produto caseiro convertido em produto típico” distanciado do tempo de sua concepção precisa recuperar a memória do seu fazer, do seu significado histórico e social. E essa memória precisa ser recuperada para a compreensão de seu valor cultural. Sobre o aspecto simbólico dos produtos e seu potencial representativo identitário, nesse sentido percebe-se que:

[...] se considera ahora el valor simbólico, es decir la capacidad de representatividad, de los distintos referentes y elementos patrimoniales, el patrimônio como expresión de la identidad, y ésta como asunción de la tradición y una continuidad generacional particular, la herencia cultural. De manera que el patrimônio remite a uma realidade icônica (expresión material), simbólica (más allá de la cosificación y la objetualidad) y colectiva (expresión no particular, sino de la experiencia grupal); porque el patrimônio cultural de uma sociedade está constituido por el conjunto de bienes materiales e ideacionales (tangibles e intangibles) que se transmiten de uma generación a outra e identifican a los individuos em relación contrastiva com otras realidades sociales (ARÉVALO, 2004, p.929-930).

Por isso o entendimento da importância do papel da educação patrimonial na recuperação da cultura teuto-brasileira e suas possibilidades de expressão, por meio da culinária, artesanato têxtil ou de madeira, técnicas de pintura, cultivo de flores, celebração de festividades religiosas, enfim uma multiplicidade de bens culturais, cujos significados e sentidos perdem-se com o suceder das gerações e, até mesmo, no processo produtivo massificador. Destarte a educação patrimonial como um

[...] processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (COGAN, 2014, p.65).

Convém lembrar ainda que segundo, Nora (1993, p. 07)

[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Assim, todos os aspectos relacionados à transmissão de saberes por meio da educação patrimonial, restabelece a rede de experiências significativas que se perdem com as rápidas transformações tecnológicas e a necessidade constante de produzir novos produtos, que alimentam o mercado de bens de capital. Os bens culturais, por sua vez, aumentam seu valor simbólico, na medida em que, representam a permanência de práticas comuns compartilhadas por sucessivas gerações e, com isso, garantem a salvaguarda da memória social da comunidade ao preservarem o patrimônio imaterial. Sobre isso, convém lembrar Martins (2009, p.16), que destaca um conjunto vasto,

[...] que designamos como Patrimônio imaterial (o modo como os artesãos trabalham, como a culinária se desenvolve, como as pessoas e as comunidades se relacionam), passando pelos vestígios arqueológicos, pelos monumentos, pelo modo de organização das populações e das cidades, mas também pela valorização da criação contemporânea e pela busca de uma relação equilibrada nesse diálogo entre o que hoje temos e queremos e aquilo que recebemos de antanho.

As questões teóricas centrais se colocam para alcançar o objetivo da pesquisa apresentam uma investigação inicial, fundamentada nas características da localidade, da diversificação da oferta local, das políticas públicas existentes que impulsionam o trabalho característico no artesanato e, portanto nesse cenário será possível desenvolver a articulação das categorias propostas de indústria criativa, identidade, memória.

Metodologia da pesquisa

Essa sessão tem como objetivo descrever alguns dos procedimentos metodológicos basilares que estruturam este trabalho em elaboração. No caso desta pesquisa, a complexidade está representada pelo município de Dois Irmãos no Estado do Rio Grande do Sul na relação conceitual e empírica, que se estabelecerá entre tais agentes sociais ligados ao artesanato e como a educação patrimonial pode contribuir para a visibilidade das práticas artesanais dos descendentes de alemães da cidade, bem como, nas relações entre a temática da memória, nesse exercício de uma atividade produtiva, que pode ampliar o êxito nas vendas de seus produtos.

Quanto aos procedimentos utilizados nesse artigo são de natureza qualitativa e se caracterizam como bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica ainda em desenvolvimento é constituída principalmente de livros e artigos científicos. Nesse sentido, de forma complementar a pesquisa documental se utiliza de diversas fontes, que fazem parte de documentos administrativos, projetos de leis, material *in loco*, *web sites*, que se dediquem a discutir as categorias. A instituição da memória coletiva, a partir da memória individual segundo González Rey (2005, p.30), oferece o entendimento da pesquisa qualitativa. Nesse sentido,

[...] a teoria mostra-se como um sistema aberto que, conjuntamente com as representações teóricas mais gerais assumidas pelo pesquisador desde um marco teórico estabelecido, integra tanto as ideias desse pesquisador como o momento empírico particular caracterizador do momento atual de uma pesquisa.

Também em processo de elaboração o desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados serão realizadas com auxílio dos procedimentos de análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2007, p. 30), “se caracterizam como [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Essas fontes orais serão importantes na construção das identidades complementando as fontes documentais e bibliográficas.

Esse estudo de caso municipal, para Yin (2005), permite até o momento, uma investigação de forma imparcial, preservando os acontecimentos da vida real e investigando um fenômeno dentro de seu contexto. O autor também ressalta que, “utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados [...]”, (YIN, 2005, p. 20). Portanto, na metodologia que será utilizada para a construção da pesquisa, busca-se compreender as categorias teóricas e empíricas dessa investigação.

Outras técnicas estão previstas, pois a pesquisa em elaboração representa uma iniciativa importante, porém ainda não conclusiva. Busca-se, através de alguns conceitos teóricos, a possibilidade de criar fontes e elementos de um marco temporal delimitado e de aspectos importantes na construção da identidade, trilhando a investigação em documentos particulares e coletivos em fontes orais e textuais para produção de conhecimentos.

Considerações parciais

A produção artesanal contém a memória dos produtos caseiros e a origem dos primeiros colonizadores da região, bem como, ajusta-se a produção em larga escala para atender às demandas dos dias atuais, quais sejam: vender em quantidades suficientes para manter o produtor e a atividade produtiva. O município de Dois Irmãos está situado no Corede Sinos. Contava com uma população 28.388 habitantes em 2012 e um PIB per capita (2011) R\$ 26.327,00. Sua principal atividade produtiva eram os serviços com um VAB de 374.305 mil e um VAB total de 628.441 mil em 2011. É um município com atividades atreladas à indústria criativa por meio do setor coureiro calçadista (FEE, 2013) e apresenta uma rica e diversificada produção artesanal.

A Feira de Artesanato do município de Dois Irmãos ocorre na Praça do Imigrante e é realizada pela Associação dos Artesãos de Dois Irmãos. A entidade iniciou suas atividades em 31/10/1997, numa feira, a qual seria posteriormente chamada de Feira de Artesanato e de Produtos Alimentícios. Na Feira é possível encontrar produtos em biscuit, pintura em madeira e tecido, tricô, crochê, bordados, velas, flores de meia, bichos de pano, guirlandas, chinelos, bonecas, artesanato em madeira, brinquedos, roupas de bebê, telas e lembranças de Dois Irmãos (PM DOIS IRMÃOS, 2013, s.p.).

Para Canclini (1998) uma via para discutir a complexidade da relação entre a tradição e a modernidade dá-se no contexto, e o artesanato situa-se, entre a criação e a reprodução, o local e o global, o urbano e o rural, a tradição e a tecnologia. Força e forma em constante transformação, por ser alvo de trocas sociais entre diferentes culturas e valores. Os vínculos identitários estabelecidos entre os produtos artesanais e seus produtores estão vinculados a uma matriz étnica de povoamento, ou seja, os imigrantes alemães estão mais associados ao local da Feira de Artesanato, realizada semanalmente na Praça do Imigrante, do que, necessariamente aos produtos oferecidos.

Embora, sejam percebidas algumas marcas posicionadas no mercado, como por exemplo, o empreendimento Feito à Mão, outros produtores da Casa do Produtor dispõem de produtos semelhantes aos oferecidos em outras feiras espalhadas no Estado ou pelo país. Portanto, neste sentido, compreende-se a importância da recuperação das memórias, que transformam um produto artesanal qualquer em bem simbólico representativo de práticas culturais tradicionais de um grupo social específico. Assim, é a educação patrimonial que atua, no sentido de atualizar e restabelecer esses vínculos identitários, a partir do trabalho realizado pela comunidade que constrói os sentidos e os significados, compartilhados por gerações de teuto-brasileiros, que imprimiram as marcas de sua cultura naquela região.

Assim, essas indagações da pesquisa que está iniciando procuram responder: a) há a possibilidade de restabelecer a memória social da produção artesanal em Dois Irmãos e possibilitar sua diferenciação no mercado? b) o mercado é capaz de remunerar o produtor de forma diferenciada (produtos com maior valor agregado apresentam maiores preços) ou há uma tendência de unificar o preço dos produtos? c) caso haja uma possibilidade de recuperar a produção artesanal mais qualificada e diferenciada, que processos deverão ser reorientados?

As evidências preliminares mostram que:

(1) Para possibilitar a melhoria dos processos, incluindo a comercialização dos produtos, há a necessidade de que os produtos e processo produtivos considerem não só o aperfeiçoamento na gestão das associações e nos meios de produção, como a formação de parcerias, o uso de novas matérias primas, inclusão digital e outros.

(2) A sobrevivência dos produtos no mercado deveria surgir do valor cultural agregado presente no trabalho oferecido, porém as leis de mercado tornam esta prática quase fantasiosa em função dos custos de produção. No entanto a atual valorização do meio ambiente e da diversidade cultural trouxe um pequeno resgate de valor para o artesanato.

(3) As possibilidades de reprodutibilidade, assim como a identificação cultural por parte do consumidor são questões que permeiam o artesanato, pois, se de um lado ampliam as possibilidades de acesso dos consumidores, de outro padronizam os produtos e reduzem seu valor cultural.

(4) A educação patrimonial pode articular uma rede atualizando e restabelecendo esses vínculos identitários que, segundo Nora (1993, p. 27) forma uma “organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares são nosso momento”. Acompanhando esses desdobramentos, no decorrer da investigação do projeto no município de Dois Irmãos será possível investigar, nas mais diversas fontes as trilhas de um marco temporal delimitado na construção dessas identidades e promoção e distribuição de produtos de forma mais global.

Referências

ARÉVALO, Javier Marcos. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. Disponível em: <sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/GEOPATRIMONIO/LECTURA2E.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENDASSOLLI, Pedro F. et al. Compreendendo as indústrias criativas. In. KIRSCHBAUM, Charles et al.(Coord). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

COGAN, Andrea. Educação Patrimonial Verbete In BERND, Zilé e MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (orgs.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. Canoas: Ed. Unilasalle, 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **A cadeia da Indústria Criativa no Brasil**. nº 2, Maio 2008. (Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumItemId=2C908CE9215B0DC40121737B1C8107C1&lumPageId=2C908CE9215B0DC40121793770A2082A>. Acessado em: Novembro/ 2011.

FUNARI, P. P. A. e PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - FEE. **FEEDADOS**. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/unidades_geo_municipios.asp Acessado em: nov. 2013.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson Learnig, 2005

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira. **Patrimônio, Herança e Memória: a cultura como criação**. Lisboa: Gradiva, 2009.

NIGRI, Hélio. **Indústrias criativas de base tecnológica** : estudo para o desenvolvimento de um Cluster de Inovação no Brasil / orientador: Paulo Roberto Tavares Dalcol ; Tese de doutorado em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Rogério. BRASCOM. **Brasil TI-BPO Book**. Relatório 2010-2011. Disponível em: < http://www.brasscom.org.br/brasscom/Portugues/pdf/Brasil_TI-BPO_Book.pdf > acesso em: 06/03/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS. **Feira de Artesanato**. Disponível em: <http://www.doisirmaos.rs.gov.br/doisirmaos/guia/feira-de-artesanato/>. Acessado em: nov. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca (org). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú cultural, 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. Creative Economy. Report 2008. Geneva; New York: UNCTAD; UNDP, 2008, p. 9-16. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intItemID=5109&lang=1>. Acessado em: Nov. 2013.

UNESCO: Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural imaterial. Paris, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Resumo

A gestão dos lugares de memória encontra nos conselhos municipais de cultura um espaço de articulação social legitimadora das decisões políticas. Todavia, as decisões nestes colegiados não estão imunes às interferências de sobreposição do Poder Público nem evita os conflitos de memória latentes, como foi o caso do ocorrido em torno do deslocamento do monumento “Sentinela Farroupilha” em Pelotas. Tal discussão trouxe à tona discursos das memórias coletivas, individuais e os usos políticos que estes lugares ainda proporcionam, num movimento contrário aos processos crescentes de participação democrática no âmbito das questões de memória e patrimônio como preconizado pela Constituição Federal.

Palavras-chave: memória – conflito – conselho - constituição

Introdução

O presente estudo tem como objetivo identificar possíveis conflitos de memória em Pelotas que envolvessem sociedade civil, conselho de cultura e Poder Público a partir de 2006, tendo como parâmetro as reuniões do Conselho de Cultura de Pelotas. Diante do contínuo crescimento de importância dos Conselhos de Cultura em todo o Brasil desde a Constituição Federal de 1988, e em especial a partir de 2012, a investigação sobre os confrontos institucionais, principalmente na relação entre Conselho e Poder Público, toma sua relevância principalmente quando nesta relação os conflitos de memória e seus lugares estão no centro das decisões políticas. Assim, a pergunta que guia este trabalho volta-se para verificar se a gestão dos lugares de memória pelo Poder Público em Pelotas segue as orientações do Conselho Municipal de Cultura e como as memórias em conflito são tratadas a partir do viés político. O estudo está baseado na coleta de documentos públicos (atas do conselho) e em fontes bibliográficas e documentais, apoiando-se no método indutivo para os fins pretendidos.

Lugares de memória e patrimônio

Desde a obra de Pierre Nora os lugares de memória vem sendo a pauta de ampla discussão que envolve tanto os estudos das reivindicações memoriais quanto dos lugares onde ela encontra afirmação. Estas memórias e os lugares onde se depositam continuam a produzir um processo dialético, que vai além da identificação dos suportes memoriais, passando pelo estudo das avaliações e atualizações destes suportes como expressões da memória e de constituição do patrimônio cultural.

A atenção especial às lembranças do passado tem suas origens na “era memorial” do século XX cunhada por Pierre Nora (1993) como “momento memorial” e Candau (2011) como “mnemotropismo”, onde a busca da memorialização por pessoas vítimas dos massacres ocorridos na Segunda Guerra Mundial fez surgir o que Chaumont (2000) denominou de “concorrência das vítimas”, num impulso social em busca do reconhecimento dos sofrimentos causados a diferentes grupos, mediante um processo contínuo de afirmação e articulação de diferentes memórias.

Desde então, a busca do reconhecimento do passado e de uma identidade de grupos minoritários outrora desprezados, seja com base no sofrimento ou em afirmações étnicas, religiosas ou de qualquer outra natureza, não está dissociada do uso que se deseja fazer, no presente, deste passado, e, neste contexto, a patrimonialização assumiu capital importância. Abandona-se a ideia de patrimônio nacional (ou mundial) como expressão comum de um passado homogêneo da nação, para se dar importância ao patrimônio local, proliferante

³⁶⁵ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL.

(TORNATORE, 2009), num apelo à patrimonialização como redentora de um passado distante e perdido no processo transmissional da memória.

A proeminência da memória como modo de conhecer e gerir o passado, sua patrimonialização, sua elevação à categoria de direito fundamental no Brasil e a gestão do passado no presente vem assumindo novos contornos no Estado brasileiro, onde sua apropriação sob a forma de dispositivos constitucionais alcançou seu maior êxito.

Os conselhos de cultura e sua condição de lugar de processo memorial e patrimonial

Desde 1988, a Constituição Federal atribui ao Estado *com a participação da comunidade (art. 216, § 1º)* a promoção e proteção do patrimônio cultural, entendendo como tal os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir de 2012, com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 71 à Constituição Federal, a participação da comunidade recebeu um incremento significativo, pois a Constituição agora prevê que a mesma deve se dar também nos *processos decisórios* referentes aos bens culturais mediante ações que expressem o *controle social* (Art. 216-A, § 1º, X). Uma destas formas escolhidas pelo legislador constitucional para alcançar este fim são os conselhos de políticas culturais (Art. 216-A, § 2º, II) e os conselhos de patrimônio (como sistema setorial de cultura - Art. 216-A, § 2º, IX).

A mudança constitucional é fruto de um longo debate instaurado no Brasil e que vem sendo aperfeiçoado através de audiências públicas, seminários e conferências de cultura realizadas nos últimos anos em todo o território nacional (autor, data). Até então, as decisões políticas sobre o desenvolvimento da cultura, de um modo geral, estavam ancoradas principalmente no Poder Público, sendo inexpressiva a participação social no âmbito da União, dos Estados e Municípios. As novas exigências sociais (como o crescimento do multiculturalismo e o fortalecimento das identidades sociais) acabaram por exigir uma mudança significativa no modelo até então adotado, requerendo condições de efetivação de políticas democráticas que permitissem a construção e a efetivação de espaços comunitários descentralizados participativos, pois que os modelos democráticos até então existentes eram de cunho centralizador e autoritários (WOLKMER, 2009).

Para uma quebra de paradigma como este foram necessárias mudanças capazes de alterar o cotidiano social, individual e coletivo, mediante o reforço dos sistemas coletivos de atuação social - participação popular, gestão descentralizada, políticas de base e fomento de conselhos (WOLKMER, 2009). Neste sentido, andou bem a Constituição Federal ao estabelecer o controle social como mecanismo capaz de interferir nos processos decisórios sobre o patrimônio cultural, em especial porque no campo patrimonial a eclosão das diferenças culturais se manifesta pelo pluralismo social e pelos conflitos e diferenças daí decorrentes, exigindo o reconhecimento de novas legitimidades fundadas nas identidades destes recentes sujeitos coletivos (WOLKMER, 2009)

Todavia, este modelo de cidadania ativa proposto pelo legislador constitucional exige que os membros da comunidade possuam certo grau de conhecimento (educação patrimonial) sobre o que envolve as discussões sobre os processos patrimoniais e o debate em torno das memórias reivindicadas, ou que, de alguma forma, com eles se identifiquem, caso contrário o

exercício desta cidadania cultural servirá como pseudo-legitimação das ações estatais, ficando a memória e o patrimônio por ela legitimado e toda sua carga simbólica a ele atribuída sem o sentido de existência e de reconhecimento social.

Então, os elos sociais identitários entre patrimônio e comunidade exigem, antes de tudo, que os membros desta comunidade reconheçam estes bens culturais como mediadores da memória e portadores de seus valores. Nessa seara, a inserção do patrimônio em seus novos contextos, em especial como o centro de consumo cultural numa cultura de massa, onde o turismo e o desenvolvimento estão fortemente ancorados como razões determinantes nos processos patrimoniais, seja em âmbito local ou em âmbito nacional, em nome das práticas comerciais do saber e do lazer (POULOT, 2008), exige destes novos agentes a capacidade de equacionar questões por vezes ambíguas, disformes e complexas, como nos casos de conflitos de memória e suas reivindicações e o financiamento do patrimônio memorializado.

Na cena atual, percebe-se o movimento memorial emergindo de diferentes grupos que se titularizam mediante processos sociais não mais adstritos aos “especialistas” dotados de poder de reconhecimento de uma memória coletiva, mas se expande para outros agentes que buscam suas legitimidades e reconhecimento nos espaços públicos de participação social institucionalizados, como é o caso dos conselhos. Este movimento e o deslocamento dos atores legitimados a reconhecer e cancelar a memória coletiva estão em consonância com a própria transformação institucional ocorrida nos conselhos de cultura no Brasil.

Os conselhos de cultura são considerados os espaços de participação social que proporcionam a democracia participativa através da gestão compartilhada com o Poder Público. Seu grande mérito está em servir de canal de junção entre sociedade civil e Estado, num espaço institucional servido do diálogo entre governo e sociedade marcado pelo crescente e contínuo processo participacionista iniciado com a redemocratização no Brasil.

Por outro lado, a diversidade cultural, a complexidade das relações, a preservação da memória e os conflitos que dela surgem e as simbioses identitárias questionam o modo como os Municípios formatam as representações sociais nestes colegiados. Dito de outro modo, a crise de representatividade nos conselhos de cultura expõe a própria crise que os grupos reivindicadores de memória encontram para afirmar institucionalmente suas lembranças, haja vista a dificuldade de se contemplar todos os segmentos sociais reclamantes de uma identidade coletiva nestes colegiados sociais.

Embora complexo, é preciso reconhecer que a participação social nos Conselhos de Cultura abre um espaço para diversas ações e para o debate social, como o reconhecimento de divergências memoriais entre os membros de um grupo e, portanto, a ausência de compartilhamento de uma imagem comum e de uma ordem social legitimadora deste mesmo passado (CONNERTON, 1999), além de contribuir para a construção de políticas públicas de memória e patrimônio.

A experiência dos Conselhos de Cultura em Pelotas: notas iniciais de estudo

Em Pelotas, o Conselho de Cultura possui uma representação diversificada, embora ainda com base em especialistas nos respectivos segmentos – música, memória e patrimônio, artes, literatura, dentre outros - além dos representantes estatais. Em termos de patrimônio, esse conselho já atuou em 3 casos.

Um exemplo deles foi o embate ocorrido em 2006 em torno da mudança de localização do monumento alusivo à Revolução Farroupilha conhecido como “Sentinela Farroupilha”, situado na Praça 20 de Setembro, para a rótula viária dos cruzamentos das avenidas Bento Gonçalves e Presidente João Goular (ATA Nº 7/2006). Naquele ano (2006), houve a aprovação da alteração em primeiro turno na Câmara de Vereadores, por proposta legislativa do então vereador Adalim Medeiros, sob o argumento de que a família do escultor

(Antônio Caringi) havia requerido a mudança, o que também estaria embasado por uma pesquisa interativa por ele feita através de um programa de rádio e por estar o monumento, no entender do vereador, sujeito ao vandalismo e submetido ao desconhecido (DIÁRIO POPULAR, 2010).

Instado a opinar, o Conselho de Cultura manifestou-se contrário à remoção (ATA Nº 9/2006), sendo apoiado em sua posição por integrantes da 26ª Região Tradicionalista. A questão só foi resolvida em 2010 com a aprovação da Lei Municipal Nº 5.758 autorizando o traslado com base em parecer favorável emitido pela Secretaria de Cultura (DIÁRIO POPULAR, 2010), embora referida lei ainda não tenha sido colocada em prática.

Este caso mostra o quanto o lugar de memória exerce sua força aglutinadora em torno do que representa, e o próprio conflito entre memórias: de um lado, a memória familiar do escultor na cidade de Pelotas e o uso que se pretende dar maior evidência enquanto bem de expressão artística, de outro, a memória referente ao conflito Farroupilha e o signo que o monumento representa para os tradicionalistas locais (haja vista que o monumento encontra-se na Praça 20 de Setembro, data de comemoração da Revolução que leva este nome).

Pode-se verificar nestas questões os conflitos memoriais e as identidades que não se deseja perder nem sofrer a ação do tempo, postulando-se por uma reafirmação e identificação com o bem cultural sem se verificar de que modo tal alteração afetaria a memória coletiva dos que com ela se identificam, num processo em que o poder da tradição e a estabilidade que ela provoca sedimenta comportamentos de reação às mutações repentinas, como se fosse possível uma petrificação do lugar e uma imutabilidade capaz de assegurar a interferência dos processos sociais dinâmicos da sociedade pelotense, um lugar salvo de uma memória da qual não se encontra as ressonâncias de outrora.

O monumento Sentinela Farroupilha é um bem típico que agrega a hibridez das memórias individuais dos familiares e da coletividade. Se for correto que, de um lado, os lugares de memória (NORA, 1993) servem para imortalizar a morte e materializar o imaterial, por outro lado, a discussão sobre a transposição retirou o monumento e a memória nele agregada do esquecimento, promovendo uma atualização das lembranças e uma revalorização do passado e da tradição gaúcha, interferindo nos seus significados e atualizando-os para o presente.

Conclusão

A longa discussão travada sobre a mudança do monumento desempenhou um papel essencial para autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado. Como bem afirmado por Candau (2009), é muito mais a crença nessa propriedade compartilhada que é transmitida que a propriedade propriamente dita, percebendo-se que a força da tradição regional foi capaz de tradicionalizar o monumento como patrimônio que carrega em si um lugar de lembrança de um suposto passado comum.

Curiosamente, este lugar de memória não é utilizado pelos tradicionalistas locais como meio de afirmar os valores que entendem serem herdeiros, servindo apenas como um marco referencial conjugado ao nome do logradouro – Praça 20 de Setembro – data de comemoração da Revolução Farroupilha, pois que o lugar sequer é utilizado durante as comemorações festivas. Por esta razão, pode-se inferir, seguindo a lógica de Nora (1993), que a mudança de logradouro não afetaria o significado do monumento, pois este possui uma característica especial – ele conserva seu significado independente de onde esteja, pois não necessita do entorno para se justificar. Contudo, é preciso reconhecer que o debate retirou o monumento do esquecimento, assim como a memória nele depositada recebeu uma nova força organizadora e aglutinadora de interesses, e que o Conselho de Cultura de Pelotas foi fundamental nesse processo.

Da mesma forma que salientado por Prats (2005), o que se observa é que a gestão deste patrimônio local como referente a uma identidade e uma memória passou ao largo de reflexões mais profundas, legitimando-se pela assimilação de um discurso fundamentador de criação do consenso em torno da tomada de decisão através do Estado-legislador por processos pouco confiáveis (pesquisa interativa via rádio), sem se verificar a importância e a relevância para a comunidade do presente.

A discussão referente à memória que repousa neste lugar – seja uma memória coletiva, forte ou fraca, coesa e organizadora ou difusa, ou até mesmo a memória familiar (CANDAU, 2011) – deve ser objeto exclusivo de discussão nos conselhos de cultura, não cabendo ao Estado-legislador determinar de modo unilateral qual a melhor gestão destes lugares. Pelo contrário, as novas vertentes constitucionais apontam para um crescimento maior da autonomia dos conselhos em suas decisões e da efetivação do que ali for decidido, ainda que possam ser contrárias aos interesses políticos dos gestores de plantão – vereadores ou prefeitos - ou mesmo que não atendam interesses particulares.

Assim, a nova moldura da arena de discussões e de reivindicações memoriais - os conselhos de cultura e os conselhos de patrimônio - passa a ser caracterizado com espaço para a atuação das diversas manifestações memoriais, tornando-se um lugar onde a vivacidade memorial das reivindicações sociais encontra lugar de institucionalização política.

Mesmo nesse processo de busca por um espaço institucional onde a reivindicação dos grupos e suas memórias toma maior relevância, não se pode desconsiderar que os usos do passado e a manipulação das memórias e seus lugares serão questões sempre presentes, seja dentro ou fora dos conselhos municipais de cultura, pois as atualizações memoriais e patrimoniais não são questões estáticas, ao contrário, se dinamizam tanto quanto a própria sociedade. De qualquer forma, a conservação e a gestão política da memória coletiva e de seus lugares através dos conselhos municipais de cultura – lócus que a torna viva – expõe o drama contínuo da memória e suas ancoragens e as latências presentes nestes espaços públicos.

Referências

- CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, dezembro 2009.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHAUMONT, J.-M. Du culte des héros à la concurrence des victimes. **Criminologie**, v. 33, 2000.
- CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Tradução de Maria Manuela Rocha e. 2ª. ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em história e do departamento de história**, São Paulo, Dezembro 1993.
- POULOT, D. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, C. S. R. D., et al. **Um olhar contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 21, jul. 2005.
- TORNATORE, J.-L. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Memória em Rede**, Pelotas, dez.2009/mar 2010.
- WOLKMER, A. C. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REDAÇÃO. Câmara de Vereadores autoriza troca de local do Sentinela. Diário Popular, Pelotas, 11 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=MzEyNjg=&id_area=Ng> Acesso em 20 de julho de 2014.

REDAÇÃO. Legislativo autoriza traslado do Sentinela Farroupilha. Diário Popular, Pelotas, 11 de agosto de 2010. Disponível em http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=Mzc3Mzc=&id_area=Mg== . Acesso em 20 de julho de 2014.

REDAÇÃO. Escultura em homenagem ao soldado farroupilha pode mudar de local. Diário Popular, Pelotas, 2 de julho de 2010. Disponível em http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=Mjg0NzU=&id_area=Ng==. Acesso em 20 de julho de 2014.

4 - Lugares de Trabalho.

Coordenadores (as): Profa Dra. Francisca Ferreira Michelin, Profa Celina Maria Britto Correa, Silvana Bojanoski (Doutoranda PPGMP-UFpel) e Ubirajara Budin Cruz (Mestrando PPGMP-UFpel).

Esta mesa receberá trabalhos que proponham a apresentação de estudos e casos sobre lugares que sediaram práticas de trabalho e após desativados apresentam características ou fatos memoriais a partir dos quais o conceito de patrimônio possa ser observado e discutido. Pretende-se reunir, deste modo, resultados de pesquisas, relatos de experiências, análises de fenômenos que reflitam as muitas questões que cercam o trabalho enquanto categoria que ambienta o ser social. Deseja-se, destacadamente, discutir a instituição do valor de memória nestes lugares para observar os processos de patrimonialização de antigos complexos fabris, prédios comerciais e locais de ofícios extintos bem como trajetórias de musealização, reciclagem e requalificação de tais lugares.

O Tombamento da “Casa Dos Ingleses” no Município de Ourinhos-SP: Ferrovia, Trabalho, Patrimônio Histórico e Lugar de Memória.

André Pires do Prado³⁶⁶

Resumo

Este artigo trata da história de Ourinhos durante a época áurea da atividade ferroviária no centro-sul de São Paulo e no norte do Paraná. E relata o processo de tombamento da “Casa dos Ingleses” pelo poder público municipal como chancela de um “lugar de memória local” relacionada ao trabalho na ferrovia e à presença dos engenheiros ferroviários ingleses na região. Ferrovia, trabalho, história local, patrimônio histórico e lugar de memória, portanto, são os principais assuntos que poderemos aqui encontrar.

Palavras-Chave: Casa dos Ingleses. Ferrovia. Ourinhos-SP. Patrimônio Histórico. Memória.

Introdução - Ourinhos e a Ferrovia: uma história nos trilhos da Sorocabana.

Ourinhos é uma cidade do interior paulista, do Centro-Sul, com 103.035 habitantes (Censo IBGE-2010) e área territorial de 296,269 km². Tem economia agroindustrial e atividade comercial regular, ocupando posição de médio destaque na região. A história de Ourinhos, bem como de diversos municípios próximos, confunde-se com o tempo da construção da EFS - Estrada de Ferro Sorocabana, do ciclo do café, do cultivo do algodão e da imigração na região.

De fato, a história de Ourinhos está umbilicalmente ligada ao avanço da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), no sudoeste do Estado de São Paulo [...] Ourinhos surgiu junto aos trilhos da Sorocabana. As origens da EFS remetem à Companhia Ituana de Estradas de Ferro, criada em 1870, com o objetivo de construir uma ferrovia ligando Itu a Jundiá. Dissidentes desse consórcio queriam uma linha entre São Paulo e Ipanema via Sorocaba e por essa razão criaram, ainda em 1870, a Companhia Sorocabana. No ano seguinte foi constituída a EFS que até o final do século XIX teria como zona privilegiada toda a região que se prolongava de Botucatu em direção à margem direita do rio Paranapanema. (AQUINO, 2011, p. 25)

Em 1875 foi inaugurado o primeiro trecho que ligava a cidade de São Paulo a Ipanema. Mas o progresso da lavoura de café no interior, que demandava transporte para o produto, fez com que a EFS, anos depois, estendesse as linhas até Tietê, Tatuí, Itapetininga e Botucatu.

Em 1892, uma fusão com a Companhia Ituana deu origem a CUSI - Companhia União Sorocabana e Ituana, a maior rede ferroviária do Estado de São Paulo. Os investimentos para levar os trilhos até os limites do Paraná e do Mato Grosso foram tão intensos que causaram a oneração dos cofres da empresa, e com isso sua liquidação no negócio ferroviário.

Após a quebra, dez anos desde a sua fusão, a Companhia foi assumida pelos governos Federal e Estadual, que logo a transferiram para um consórcio ferroviário estrangeiro. Então a Estrada passou a se chamar *Sorocabana Railway Company*. Mas também diante de uma crise financeira da empresa, em 1919, a Estrada foi retomada pelo governo do Estado, novamente como EFS, e então só mudaria de nome em 1971, quando incorporada à Ferrovia Paulista S/A – FEPASA, empresa Estatal, durante o governo de Altino Arantes Marques.

Na década de 1910, onde surgiu Ourinhos, havia três grandes fazendas: *Fazenda das Furnas*, da viúva Escolástica Melchert da Fonseca; *Fazenda Lageadinho*, de Antônio de Almeida Leite, e *Fazenda do Jacu* ou *Fazenda Ourinho*, da família Costa Júnior. A cidade abarca grande parte das glebas que constituíam as antigas fazendas. Mas uma delas, em especial, foi o ponto exato da fixação da cidade: a *Fazenda das Furnas*, da senhora Melchert. E um fazendeiro, Jacinto Ferreira de Sá, seria o responsável por iniciar o projeto de desenvolvimento local.

³⁶⁶ Doutorando em História. Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em “História e Sociedade”, da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Assis-SP. Instituição financiadora: CAPES. Email: pirespradohistoriador@bol.com.br

Jacinto Sá, imigrante mineiro que vivia em Santa Cruz do Rio Pardo, 25 km distante de Ourinhos, viajou para São Paulo, Capital, na qual morava M. da Fonseca, de modo a tomar posse da *escritura* que lhe dava direito sobre a *Fazenda das Furnas*. Era homem influente na política da região e do Estado. Em 1908, quando tomava posse da *Fazenda das Furnas*, utilizou de seu prestígio político para angariar a passagem da *EFS - Estrada de Ferro Sorocabana* em suas terras, criando ali uma estação de carga, abastecimento e parada de locomotivas.

Valendo-se de boas ligações políticas, Jacinto Sá conseguiu que a Sorocabana criasse uma estação dentro de suas terras. O que aconteceu em 1908, exatamente o ano em que começou a comprar a *Fazenda das Furnas*. Em seguida, iniciou o loteamento do local, em condições urbanísticas inovadoras: traçado retilíneo, avenidas e ruas largas, diferenciando Ourinhos das cidades mais antigas do estado, com suas melancólicas ruas estreitas. (DEL RIOS, 1992, p. 19)



FIGURA 1 – Primeira estação ferroviária em Ourinhos. Foto de 1908. Trem inaugural e sua chegada a Ourinhos.

Fonte: José Carlos Neves Lopes. Em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>

Jacinto Sá cedeu várias parcelas de suas terras ao município. Nelas foram edificados prédios da gestão municipal, escolas, praças e cemitério (onde foi o primeiro a ser sepultado). Seu *lobby* político marcou a história local. Trouxe a influência do Estado, regulamentação legislativa, infraestrutura, financiamentos, iniciativas comerciais e desenvolvimento social.



FIGURA 2 – Primeira estação ferroviária (já melhorada, agora com plataforma cimentada e grades de proteção). Foto de 1915.

Fonte: Casinha da Memória. Em: www.curtaourinhos.blogspot.com

As terras basálticas da região, de cor avermelhada, eram propícias ao cultivo do café. Abundantes em água, banham Ourinhos e proximidades os rios Paranapanema, Turvo e Pardo, mais o córrego do Jacu, já no perímetro urbano. A malha ferroviária, o transporte fluvial, a construção de estradas, cidades e pequenas vilas beirando a linha férrea, marcaram o início do século XX no sudeste e no centro-oeste paulista. Foi assim que Ourinhos despontou.

Da pequena estação ferroviária nas terras de Jacinto Sá, a cidade de Ourinhos ganhou vida. A produção do café no Estado trazia o desenvolvimento urbano e econômico na região. O escoamento das colheitas era feito pela Sorocabana até o Porto de Santos. Jacinto Sá não foi desprezioso quanto à possibilidade dos benefícios da estação. Ele sabia que com os trilhos, com a movimentação logística da ferrovia, viria o fluxo de pessoas e trabalho para a região.

O povoamento de Ourinhos iniciou-se de fato através da construção da ferrovia, iniciada em 1906, embora haja dúvidas sobre a influência de um possível caminho de tropas na região. Por meio dela, mineiros, japoneses, italianos, espanhóis e outros povos, vieram compor o primeiro contingente populacional do município. Desde o primeiro momento de funcionamento da estação, o fluxo de passageiros que visavam as terras do norte do Paraná e as terras da região do médio e alto Paranapanema passou por Ourinhos. Algumas destas pessoas, que procuravam terras para plantar e trabalhar, ficaram na cidade, pois a qualidade de seus solos, de terra roxa, já tinha adquirido uma fama. Além do mais, este fluxo de passageiros criou condições do estabelecimento de diversas pousadas, que atendiam as pessoas que desejavam cruzar o Paraná, pois só em 1928 é que foi instalada uma ponte que realizasse a ligação com a rede de viação Paraná-Santa Catarina. (BOSCARIOL; SILVEIRA, 2006, p.4)

E aos poucos, a cidade crescia como as outras, todas formadas à beira da Sorocabana. Até a década de 1940, nota-se uma *primeira fase* da trajetória urbana. Esta, uma *etapa rural*, caracterizada pela aglomeração de casas no perímetro da estação. A economia firmava-se no cultivo do café, nos ferroviários, nos imigrantes (mineiros, japoneses, italianos, espanhóis), nas olarias implantadas por italianos na Vila Odilon, no comércio, nos armazéns e na agricultura.

De 1908 até 1940, nota-se um cenário predominantemente rural. Informações construídas sobre os dados de população urbana e rural entre 1918 e 1940, mostram um cenário majoritariamente rural, embora com uma passagem progressiva deste para o urbano. Em 1918, cerca de 75% da população encontrava-se na zona rural. Já em 1940, a proporção da população que se encontrava na zona rural cai para pouco menos de 50%, sendo a população total do município superior a 12 mil habitantes. (BOSCARIOL; SILVEIRA, 2006, p.4)

No início, Ourinhos era administrada pela comarca de Salto Grande, cidade distante 12 quilômetros. As determinações, quase na totalidade, eram resultado do trabalho da Câmara saltograndense. Mas em dezembro de 1918 o distrito de Ourinhos foi elevado à categoria de *Município* por um decreto estadual, assinado pelo Governador Altino Arantes Marques.

Foi criado o Distrito de Ourinhos, subordinado a Salto Grande do Paranapanema, pelo Decreto nº 1.484, de 13 de Dezembro de 1915. A criação do Município se deu pela Lei nº 618, de 13 de Dezembro de 1918. É a data do começo da cidade propriamente dita. Note-se que a elevação à Distrito e Município se deu no mesmo dia, mês do aniversário da cidade. (SILVA, 2009, p. 18)

A elevação à categoria de *município* trouxe autonomia administrativa e independência em relação à Câmara Legislativa de Salto Grande. E os recursos adquiridos com os impostos, a dinamicidade da autogestão, alavancaram o crescimento urbano e social de Ourinhos.



FIGURA 3 – Imagem aérea e panorâmica de Ourinhos em 1939. Uma cidade rural, baseada no cultivo do café (vide as lavouras ao redor) e na atividade ferroviária (área central).

Fonte: Wilson Monteiro, no site “Fotos Antigas de Ourinhos”. Disponível em:
<http://monteirowilson.fotoblog.uol.com.br>



FIGURA 4 – Imagem aérea e panorâmica de Ourinhos atualmente (2014). Uma cidade já verticalizada, baseada no cultivo da cana, no comércio, na indústria e ainda um pouco na ferrovia (área central).

Fonte: Prefeitura Municipal de Ourinhos. Disponível em: www.curtaourinhos.blogspot.com

A partir da segunda metade do Séc. XX, o ciclo do café na região deu lugar à cultura da cana de açúcar e a ferrovia entrou em declínio. Começa a *segunda fase* urbana de Ourinhos. O nascimento das indústrias, em virtude do processo de industrialização no Estado de São Paulo, imprimiu-lhe aspectos modernos. Ao mesmo tempo, instalavam-se comércios, escolas, bancos, empresas de comunicação, transporte e lojas de automotores. O momento foi marcado pelo empreendedorismo imobiliário e o loteamento de terras. (BOSCARIOL; SILVEIRA, 2006)

Atualmente, Ourinhos está entreposta a dois parques industriais, o *Distrito Industrial I*, à Oeste, e o *Distrito Industrial II*, à Leste. O comércio, na região central, é razoavelmente ativo. Talvez em virtude da posição geográfica, *divisa* entre o Paraná e Estado de São Paulo, além de ser contada por uma das mais importantes rodovias paulistas, a SP 270 - *Raposo Tavares*.

As regiões sudeste e centro-oeste paulista estão repletas de indústrias sucrocooleiras e inúmeros canaviais. Deixou-se de plantar o café. Em seu lugar cultivava-se a cana de açúcar. O aspecto agroindustrial não diferencia Ourinhos das demais cidades vizinhas. Assim, *comércio, cana de açúcar e indústria* balizam a economia atual. Já a atividade ferroviária, que deu início à cidade, ficou no passado. O que resta é um trabalho no ramo do transporte de cargas da ALL – América Latina Logística, empresa concessionária que utiliza as linhas da antiga FEPASA.

A economia regional, o trabalho na Ferrovia e a Casa dos Ingleses.

Como visto, Ourinhos nasceu e se desenvolveu a partir da chegada da EFS - Estrada de Ferro Sorocabana, em 1908, numa região que, devido à qualidade de suas terras, roxa, fértil, produtiva, tornou-se atrativa para fazendeiros interessados no cultivo do café.

Um deles, Antônio Barbosa Ferraz Júnior, que em 1910 havia comprado um vasto lote, cujo nome era *Fazenda Água dos Bugres*, entre Ourinhos e Cambará (Paraná), havia plantado cerca de 1 milhão de pés de café, e tornou-se um dos maiores produtores da região. No intuito de escoar a produção até o porto de Santos, evitando a longa distância até Paranaguá, Barbosa uniu-se com outros fazendeiros, fundando, em 1923, a EFNP - Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que depois se chamaria EFS-P - Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, ligando a cidade de Cambará à Estação ferroviária de Ourinhos-SP. A EFS-P, mais tarde, se tornaria instrumento de desenvolvimento não só de Ourinhos e Cambará, mas também de grande parte do norte do Paraná, com a ampliação da ferrovia à Oeste, dando origem a cidade de Londrina.

Após a fundação da EFS-P, em 1923, Babosa Ferraz decidiu buscar sócios para financiar a manutenção da ferrovia e dividir os lucros da produção do café. Foi a porta de entrada dos ingleses na região. Pois, um ano antes, Arthur Bernardes, então presidente da República, havia

chamado técnicos ingleses para um estudo da situação econômica e comercial do país, visando uma reorganização do Ministério da Fazenda. Um tipo de assessoria estrangeira.

A missão inglesa, chefiada por lorde Montagu, antigo secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra, trouxe Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra, Sir Hartley Withers e uma personagem que estaria diretamente ligada à história ourinhense: Simon Joseph Fraser, Lord Lovat, décimo sexto barão do Reino Unido. Lovat viajava como diretor da *Sudan Cotton Plantation Syndicate*. Além da participação no trabalho, como assessor para assuntos de agricultura e florestamentos, ele estava interessado em fazer negócios. Sua empresa dedicava-se, com sucesso, à plantação de algodão numa colônia inglesa na África, o Sudão. (DEL RIOS, 1992, p. 54)

Em 15 de janeiro de 1924, no dia seguinte à chegada da missão de Lorde Montagu em São Paulo, Antônio Barbosa lança um anúncio publicitário no jornal “O Estado de São Paulo”, falando das perspectivas otimistas em relação à Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, ao plantio de café na região, à qualidade da terra e à possibilidade de se fazer negócios rentáveis.

Lorde Lovat, que junto da missão estava interessado em oportunidades mercantis para a *Sudan Cotton Plantation Syndicate*, já havia visitado diversas regiões do Estado de São Paulo, e à convite do próprio Antônio Barbosa, visitou o norte do Paraná. Lovat ficou tão interessado, que em 1924 ainda, fundou em Londres a *Brazil Plantations Syndicate Ltda*, injetando capital de 200 mil libras esterlinas. E no Brasil, em 1925, é criada sua subsidiária, com o nome de CTNP - *Companhia de Terras Norte do Paraná*, com capital de 1000 contos de reis, adquirindo, além de terras paranaenses, uma beneficiadora de algodão em Bernardino de Campos, fazendas em Birigui e Salto Grande, estas no Estado de São Paulo. O intuito era empreender a indústria do algodão, como na África, mas o negócio não foi muito rentável, o que obrigou a CTNP explorar também o loteamento de terras, contribuindo para a ocupação do norte do Paraná.

Em 1928, a Ferrovia São Paulo-Paraná passava por dificuldades financeiras, o que fez com que a CTNP aceitasse a parceria nos negócios ferroviários, injetando seu capital. A CTNP, então presidida por João Sampaio, Antônio Moraes Barros e o inglês Arthur Thomas, em 30 de julho de 1928, comprou a maior parte das ações da EFS-P, assumindo com isso o controle de todo o empreendimento da ferrovia. A região, a partir daí, passou a viver o que se chamou de “tempo dos ingleses”, pois estes, à frente das grandes companhias da região, desbravaram o sudeste de São Paulo e o norte do Paraná, tendo Ourinhos como ponto de partida, e Londrina, para onde levaram a ferrovia, e para a qual deram o nome em homenagem à Londres.

Em 1931, vieram ao Brasil os próprios herdeiros da coroa britânica, o príncipe de Gales e (na época) futuro Rei da Inglaterra, Eduardo VIII (Edward Albert David), e seu irmão George (Albert Frederick George), que na verdade acabaria assumindo o trono no lugar de Eduardo - quando este abdicou, em 1937, para viver o “romance do século” com uma plebeia, por quem se apaixonou. A caravana real visitou a região a negócio. Os príncipes eram acionistas da *Brazil Plantation*. No trajeto, as realezas passaram por Ourinhos causando burburinho, chegando ao seu destino, Cambará-PR, onde uma estação foi construída em sua homenagem.

Conta-se, portanto, de 1928 a 1944, o período da presença dos ingleses em Ourinhos e região, vinculado aos trabalhos ferroviários. A atividade nos trilhos da *Sorocabana Railway Company* e da *Ferrovia São Paulo-Paraná* demandava mão-de-obra qualificada, principalmente no que se referia à engenharia, ao funcionamento das locomotivas e à parte mecânica.

Em 1930, passou a residir em Ourinhos o *superintendente* da EFS-P, o Senhor Wallace Morton, conhecido como “Dr. Morton”. Foi designado pelos diretores para assumir o controle da ferrovia no campo da engenharia e da gestão de trabalhadores ingleses qualificados para o funcionamento e manutenção da EFS-P. A companhia ferroviária, para hospedar engenheiros e trabalhadores de alta patente, construiu um conjunto de casas, próximo ao centro da cidade e da Estação, na rua que hoje se chama “Rodrigues Alves”. O engenheiro Morton foi um desses engenheiros que passaram a residir no que se chamou “Casas dos Ingleses”.

Em Ourinhos foram construídas seis casas para empregados de alta categoria. Uma oficina pré-fabricada para manutenção e reparo de locomotivas e material rodante foi importada da Inglaterra e montada, e o maquinário necessário foi instalado nela. Um almoxarifado grande de tijolos foi construído, assim como um depósito de óleo e inflamáveis. Um pátio de manobras foi iniciado com a construção de dois desvios e um triângulo de reversão. Na oficina foi montado o material rodante e as locomotivas novas que chegaram da Inglaterra, o material consistindo de carros de passageiros, vagões cobertos e gôndolas. (DEL RIOS, 1992, p. 88)

Além de residência para funcionários, uma das casas tornou-se escritório da Ferrovia na cidade, facilitando a atividade administrativa. Morton viveu em Ourinhos até 1944, ano em que o governo brasileiro fez a encampação das ferrovias no país e o negócio dos ingleses com a CTNP e a EFS-P foram enfraquecendo. O local onde as casas foram construídas ficou marcado pelo estilo da arquitetura, a estética requintada das fachadas, registrando a presença inglesa no espaço urbano local. Com a urbanização a partir de 1950, as casas foram sendo ocupadas e modificadas em seu estilo, restando hoje apenas duas, tombadas pela prefeitura.



FIGURA 5 – Imagem da “Casa do Superintendente”, uma das seis casas do complexo construído pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, para hospedar engenheiros e funcionários de alta patente da ferrovia. Foto de 1937.

Fonte: José Carlos Neves Lopes. <http://ourinhos.blogspot.com.br>

O Tombamento da Casa dos Ingleses: marco na política de Patrimônio Histórico local.

A política de preservação do patrimônio histórico na cidade de Ourinhos é recente. A Lei que dispõe sobre o processo de tombamento de bens culturais, ambientais e paisagísticos do município é de 08 de dezembro de 2003 (Lei 4813/2003). Essa Lei também cria a Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico - CMPPH, órgão máximo local de gestão de processos, fiscalização e consultoria sobre qualquer assunto voltado ao patrimônio histórico. Tudo o que diz respeito à preservação da memória por tombamento, tem base na Lei 4813.

Apesar de, desde a década de 1990, já existir alguns projetos do poder público que se destinam à preservação da história local, como o *Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos*, e o *Centro de Convivência* (conjunto de casas antigas do tempo do início da Ferrovia na cidade), ambos implantados em imóveis cedidos pela antiga FEPASA, é a Lei 4813/2003 que marca, de fato, uma preocupação efetiva da Prefeitura em manter preservados pontos históricos locais, e pelo trabalho da Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, regular isso.

Quando a antiga FEPASA foi incorporada à Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA, por força do Decreto 2502/98, todos os prédios, terrenos e maquinários entraram no processo de encampação. Mas por sua vez, com base na Medida Provisória 353 de 22 de janeiro de 2007,

convertida na Lei 11.483/2007, que dispõe sobre o processo de extinção e liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A, todos os bens da Ferrovia, incluindo os advindos da antiga FEPASA, foram transferidos ao patrimônio da União Federal. Essa dinâmica de extinção e transferência fez com que os Poderes Estadual e Federal perdessem o controle sobre os bens patrimoniais, por exemplo, sobre o complexo chamado “Casas Dos Ingleses”, facilitando com isso a invasão e ocupação dos prédios pela população, através de *contratos de gaveta* fraudulentos.

No caso do complexo “Casa dos Ingleses”, a Prefeitura Municipal, ao saber que esses imóveis estavam sendo invadidos, deteriorados e transformados em sua estética, decidiu pedir ao Governo Federal a cessão dos imóveis ao patrimônio do Município, para que então pudesse ser feita a desocupação dos prédios. Além do mais, poderiam os prédios servir de localização de algum órgão administrativo do poder público municipal, evitando custo de aluguel. E assim aconteceu. O patrimônio foi transferido e a Prefeitura de Ourinhos tomou os imóveis.

Entretanto, sabendo do valor histórico que as “Casas dos Ingleses” traziam, a PMO deu início, junto à Comissão Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, através de pedido feito por membro da sociedade civil, ao processo de tombamento das “Casas dos Ingleses”, no intuito de transformar os imóveis em objeto de memória local. Assim, o processo 17813/2008, de 12 de agosto, tornou-se o primeiro processo de tombamento histórico de caráter oficial e legalmente sustentado na Lei 4813/2003, administrado pela CMPPH em Ourinhos.

Após 5 anos de tramitação do processo junto à CMPPH, em 06 de dezembro de 2013 foi inaugurado o “Espaço Cultural Luiz Carlos Eloy Junior – Casa dos Ingleses”, na Av. Rodrigues Alves, nº 170, onde atualmente funciona a Secretaria Municipal de Cultura. Dos dois imóveis tombados pela CMPPH, apenas um foi restaurado. O outro ainda continua sendo ocupado por uma família na base do “contrato de gaveta”, e que está sendo deslocada para outra moradia. O prédio, fielmente restaurado à época da Ferrovia, ganhou bastante visibilidade.



FIGURA 6 – Imagem da “Casa dos Ingleses” durante a fase de restauração. A intenção da PMO foi a de manter fidelidade aos traços arquitetônicos da época. O imóvel é um dos dois que foram incluídos no processo de tombamento pela CMPPH. Os únicos que não sofreram alterações na estética no decorrer da urbanização de Ourinhos, iniciada a partir de 1950. Foto de 2013.

Fonte: André Pires do Prado



FIGURA 7 – Imagem da “Casa dos Ingleses” após a restauração. Em 06 de dezembro de 2013 foi inaugurado o “Espaço Cultural Luiz Carlos Eloy Junior - Casa dos Ingleses”, na Av. Rodrigues Alves, nº 170. Atualmente abriga a Secretaria Municipal de Cultrua. Foto de 2013.

Fonte: André Pires do Prado

A casa dos Ingleses como “lugar de memória”.

Pode a memória materializar-se em certos lugares? Ora, Pierre Nora afirma que sim. A aceleração do tempo, da vida tecnológica e produtiva, implica na *necessidade* de se construir “lugares de memória”. E “há locais de memória porque não há mais meios de memória. Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares”. (NORA, 1993, p. 7) E viveríamos cada gesto cotidiano numa constante identificação entre ato e sentido, atualizados diariamente. Assim é porque, quando não se habita mais a memória, tem-se a necessidade dos rastros, da mediação da história e dos historiadores, bem como desses *lugares de memória* para ativá-la. A Casa dos Ingleses, destarte, é um “lugar de memória”.

A *memória* é a vida cotidiana sempre carregada por grupos atuantes, e nesse sentido, ela está em permanente transformação, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. A *história* é a reconstrução científica, sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A *memória* é sempre um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente, e a *história* só conhece aquilo que é relativo, reinterpretado, representado parcialmente pelo discurso e suas fontes. (NORA, 1993) A *memória* é o absoluto que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, nos objetos. A *história* é a representação do passado que se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas e indivíduos, entre os fenômenos sociais. A materialização da memória, num curto período de tempo, ganhou amplitude, onde então se descentralizou, se democratizou, multiplicando assim os “lugares de memória”.

A tendência de hoje é guardar, acumular, preservar, proteger, restaurar todos os sinais e produtos materiais de uma época, ou seja, produzir arquivo e tomba patrimônios históricos. O cenário atual faz com que grupos e indivíduos repensem suas identidades na revitalização de sua história, seja local ou global. A PMO, a CMPPH e a sociedade civil (representada pelo poder público) enxergaram na “Casa dos Ingleses” um traço local de sua memória materializada.

Os lugares de memória, que podem ser: *lugares portáteis* – livros, objetos, utensílios; *lugares topográficos* – cidades, vilas, espaços geográficos em geral; *lugares monumentais* – estátuas, portais, pilares; *lugares arquitetônicos* – casas, edifícios, prédios e construções em geral; e, por fim, *lugares funcionais*, como por exemplo, uma associação de bairro, um clube; todos responsáveis por representar a memória social e reaviva-las. Existem lugares públicos e privados de memória. Essas categorias podem, ou não, se relacionar. E no que se refere à *Casa dos Ingleses* em Ourinhos, esse lugar arquitetônico e público de memória, já se legitimou.

Referências.

AQUINO, Maurício de. **História e Devoção: a construção do culto a Nossa Senhora do Vagão Queimado de Ourinhos-SP (1954-2004)**. Bauru-SP: Edusc, 2011.

BOSCARIOL, Renan Amabile; SILVEIRA, Márcio Rogério. **Formação Socioespacial e Expansão Urbana na Cidade de Ourinhos/SP: Primeiras Respostas**. II Simpósio Nacional sobre Cidades Médias. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, Nov. 2006.

DEL RIOS, Jefferson. *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista*. São Paulo: IMESP, 1992.

MARTINS, Eitor. **Minha Vida, Meus Amigos, Minha Cidade Ourinhos**. Ourinhos: Edições Cristãs, 2008.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: 10 de dezembro, 1993.

SILVA, Norival Vieira. **Ourinhos em Crônicas**. Ourinhos: Edições Cristãs, 2009.

Friches Industriais Pelotenses: No limite da memória

Daniela Vieira Goularte³⁶⁷

Ana Lúcia Costa de Oliveira³⁶⁸

Resumo

A cidade de Pelotas/RS possui uma série de antigos espaços industriais arruinados, oriundos do declínio econômico da cidade, aqui denominados Friches Industriais Pelotenses. Esses espaços permaneceram esquecidos e desvalorizados até a atual tendência de reutilização de suas estruturas físicas para novos usos e funções, reinserindo-os no contexto social da cidade. Durante o período de esquecimento e desvalorização esses espaços se configuraram em lugares alternativos para exploradores urbanos e “catadores”, já que as friches podem ser compreendidas como fenômenos inseridos no espaço urbano, passíveis de resignificação e fruição. Atualmente, diante da prática de reutilização desses espaços, faz-se necessária a criação de uma política de preservação específica para este tipo de patrimônio, tanto por se constituírem em antigos lugares de trabalho e de memória, quanto por se encontrarem no seu limite existencial, enquanto ruína.

Palavras Chaves: *Friches* Industriais Pelotenses. Memória e Patrimônio Cultural. Patrimônio Industrial.

O Patrimônio Arquitetônico e as *Friches* Industriais Pelotenses

O acervo arquitetônico de Pelotas/RS está diretamente ligado à história socioeconômica da cidade, cujo patrimônio foi edificado refletindo os ideais cultivados em cada um dos diferentes períodos. Conforme Moura e Schlee (p.17-18), pode-se representar a história de Pelotas sob os aspectos arquitetônico, econômico e cultural.

Sob o aspecto arquitetônico, o centro histórico (formado pelos dois primeiros loteamentos) da cidade de Pelotas passa da linguagem luso-brasileira, ao ecletismo, ao modernista e ao pós-modernista desde sua fundação (início do século XIX) até o final do século XX. A cidade passou por variados níveis econômicos, teve grande prosperidade no ciclo do charque, seguida por uma estagnação, com nova subida no período industrial. Esses períodos permitiram a construção de um denso capital cultural, o que a trouxe aos dias de hoje a uma recuperação e exploração do mesmo.

Em 1815 foi criada a planta do primeiro loteamento da área urbana de Pelotas situada no entorno da Catedral, e em 1834, criada a planta do segundo loteamento, que abrangia da Pc Central à zona portuária. O processo inicial para a urbanização na cidade de Pelotas foi desencadeado pela atividade saladeril, cuja concentração de riqueza gerada pela produção do charque promoveu o surgimento de uma forte aristocracia local que aspirava pela construção de um espaço urbano para o desenvolvimento das relações socioculturais. As residências particulares, os prédios e espaços de uso coletivo construídos nessa fase refletiam os costumes e ideais e socioeconômicos desse período, os quais estavam ligados à cultura européia.

Assim, os dois primeiros loteamentos urbanos foram construídos com um patrimônio arquitetônico expressivo e representativo da opulência e do ideário aristocrático da elite dominante daquela época, o qual está impresso até hoje, de forma indissociável, na paisagem urbana.

³⁶⁷ Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas em 2006; Arquiteta e Urbanista da Universidade Federal do Pampa; Conselheira do COMPREB - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Bagé; Cursando Pós-Graduação em Artes – Especialização Lato Sensu, na Universidade Federal de Pelotas. arquiela@gmail.com.

³⁶⁸ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS, (2012). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Coordenadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB) da FAUrb-UFPel e professora no Pós-Graduação em Artes – Especialização Lato Sensu, na Universidade Federal de Pelotas. lucostoli@gmail.com

Mesmo com todo o poder que a indústria do charque possuía na região, ela não foi capaz de se manter como a principal atividade econômica na virada para o século XX. A abolição da escravidão, em 1888, afetou diretamente essa atividade provocando uma forte crise, que foi acentuada pela concorrência da produção saladeril da Argentina, que utilizava mão-de-obra livre. Além disso, foi com a vinda de imigrantes europeus, especialmente alemães, chamados de “burguês imigrante” (PESAVENTO, 1985, pg.32-37), e que trouxeram consigo o capital e as novas tecnologias da época, que a cidade passou a adquirir uma nova economia, a industrial.

A localização das primeiras indústrias na zona urbana acabou seguindo a lógica capitalista, já que não existia na época um ordenamento estipulado pelo Estado. A maioria das indústrias se concentrou nas imediações da zona portuária e da malha ferroviária, em razão das vantagens para a circulação das mercadorias e consequentemente para o desenvolvimento da atividade industrial.

A industrialização trouxe consigo, além do desenvolvimento dos meios de transporte, das obras de saneamento, das construções de estradas federais e estaduais, a transformação das relações e significados entre a sociedade, o tempo e o espaço, típicos do processo de modernização das cidades.

Assim, o período industrial compreendido entre fins do século XIX e meados do século XX contribuiu para a expansão urbana, que foi se desenvolvendo, consolidando e construindo um patrimônio arquitetônico e urbano representativo da ascendente burguesia industrial e comercial de Pelotas, e que conforme Reis (2004), foi contemporâneo ao movimento positivista, cujos ideais nacionalistas e modernistas representavam o espírito daquela época em várias cidades do país. Este patrimônio também se encontra indissociável da paisagem urbana, porém numa situação de degradação e esquecimento. Essa situação é consequência das sucessivas crises econômicas e políticas que vieram a afetar o estado e a região sul ao longo do século XX.

Atualmente, Pelotas convive com ruínas, prédios desativados e em estado de abandono, com maquinários e equipamentos corroídos pelo tempo, localizados principalmente nos bairros Porto, Simões Lopes, Fragata, ou seja, nos arredores da antiga Estação Férrea e do Cais do Porto (no segundo loteamento e arredores). Mesmo que degradados e esquecidos, estes espaços, denominados de *Friches Industrielles*, são portadores de valores históricos e arquitetônicos, pois eles contêm os vestígios do Patrimônio Industrial Pelotense. Eles encontram-se inseridos na paisagem urbana numa condição de inutilidade e indiferença em relação à cidade, pois se localizam em áreas privilegiadas com infraestrutura disponível sem integrar-se às funções sociais e sem fortalecer a memória do patrimônio industrial da cidade.

O conceito de *friche*

A *friche industrielle* é um objeto de estudo recente dentro da história da humanidade, pois é um fenômeno consequente da revolução industrial. A expressão francesa *friche* não encontra no português uma palavra que traduza o significado do seu fenômeno nos aspectos sociais, econômicos e espaciais, desta forma utiliza-se a terminologia estrangeira *Friches Industrielle* ou *Urbaine* para se referir aos vazios industriais, no meio urbano, provenientes do processo de desindustrialização. Conforme Mendonça, um dos precursores desse conceito foi Jean Labasse, geógrafo francês, que em 1966 associou o conceito de *friches sociales* (vazio social), ao de ciclo industrial e descentralização industrial. A outra expressão é a de “*friches urbaines*”, que significa “Terras livres e abandonadas no meio urbano e na periferia por não terem sido cultivadas ou construídas, onde há demolições de edifícios, fábricas ou instalações provisórias, e também os antigos quarteirões de fábricas e vilas operárias” (MENDONÇA, 2007).

Muitas cidades europeias apresentam *friches* como consequências de mudanças da estrutura econômica, do declínio das indústrias, e das guerras. No Brasil há *friches* industriais em diversas cidades, principalmente naquelas que tiveram um passado industrial significativo e foram sucedidas por crises econômicas, ou pelo deslocamento dos espaços industriais para áreas periféricas ao perímetro urbano, como os Distritos Industriais. Pelotas pode ser enquadrada neste contexto, pois era uma cidade rica e produtiva e após uma série de crises econômicas desencadeadas ao longo do século xx iniciou um processo desindustrialização, cujos efeitos são percebidos até os dias de hoje.

Essas *friches* requerem atenção tanto pela importância de se preservar a memória do período de industrialização da cidade e do zoneamento destinado à implantação desses antigos lugares de trabalho, como também pelos efeitos sociais negativos gerados pelo abandono, como insegurança, invasão e vandalismo que intensificam a desvalorização da imagem da cidade. Além disso, existe uma Carta Patrimonial, elaborada pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial – TICCIH que ampara este tipo específico de patrimônio, denominada Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial³⁶⁹. Apesar da Carta não utilizar a expressão *Friche*, ela contempla a proteção dos remanescentes industriais:

O Patrimônio Industrial deve ser considerado como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral. Contudo, a sua proteção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico (Carta Patrimonial de Nizhny Tagil, 2003).

Período de esquecimento e obscurantismo

Durante a crise econômica que assolou Pelotas, promovendo o abandono das fábricas e intensificando o processo de degradação desses antigos espaços industriais, a cidade adquiriu um aspecto de “Dark City”³⁷⁰, assim como simpatizantes dessa nova estética, que podem ser confirmadas na citação do jornalista Rubens Filho³⁷¹ quando, referindo-se ao vídeo “Dark City” de Paulo Momento, diz:

Sei bem do fascínio por esse lado “dark” pelotense. Ele entra no nosso imaginário ainda na infância, associado à ruína predial, à umidade, à ferrugem, a mofos, musgos e liquens. Há algo de triste e doce que nos remete à melancolia, ao abandono existencial, à desesperança na história, ao fracasso de uma época, mas que também nos incita à necessidade de reinvenção. (FILHO, 2009)

Diante dessa mudança ocorrida na imagem da cidade de Pelotas, pode-se afirmar que o ambiente urbano é sem dúvida um fenômeno, e sua população não é apenas observadora

³⁶⁹ De acordo com a Carta de Nizhny Tagil, o Patrimônio Industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitação, locais de culto ou de educação.

³⁷⁰ Filme com direção e roteiro de Alex Projas, *Dark City* (1998) é um suspense fantástico e *noir*, inspirado em *Metropolis* (Lang, 1927) e *Nosferatu* (Murnau, 1922). No Brasil, o título é “Cidade das Sombras”; em Portugal, ficou como “Cidade Misteriosa”. Há dez anos, a expressão “Dark City” foi usada em nossa cidade para denominar festas góticas. Com sentido crítico e alguma imaginação, seus organizadores e participantes relacionaram a personalidade de Pelotas com o estilo bizarro e depressivo do *noir*. Dark City era aqui. [...] Como contribuição, nosso conterrâneo Vítor Ramil formula a Estética do Frio, que ajuda a entender uma parte da mentalidade pelotense, do ponto de vista da melancolia. É inegável a semelhança entre as imagens do filme e o ar transilvânico do Barão de Satolep (esq.) que não esconde ser uma cruel sátira do efeito europeu em nossa cultura. Disponível em <<http://pelotascultural.blogspot.com.br/2009/03/cidade-sombria.html>> acesso em 04/09/2014.

³⁷¹ (FILHO, Rubens. 2009) Pelotas, The Dark City. Disponível em <www.amigosdepelotas.com/2009/01/pelotas-dark-city.html> acesso em 14/04/09.

deste fenômeno, ela é parte dele. A cidade apresenta-se como fenômeno porque é uma coisa (ente) que se encontra em constante manifestação, ao mesmo tempo em que é vista. Ela se mostra sob diferentes ângulos, atmosferas, incidência de luz, sentidos e significados, ao mesmo tempo em que é percebida sob essas variáveis. Enquanto fenômeno a cidade não pode ser visível ou compreendida em sua totalidade (sob todas as manifestações possíveis) em um determinado momento. A cidade não pára e nem está em busca de um resultado final, caracterizando-se por uma sucessão de diferentes fases, sejam econômicas, sociais ou espaciais.

Pelotas ou qualquer outra cidade também podem ser compreendidas como uma grande construção no espaço, ou como uma obra de arquitetura em grande escala. Na cidade, “a cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou paisagem esperando para serem explorados”. (LYNCH, 1997, p.1) Ela pode ser experimentada como um museu à céu aberto, no qual se encontram diversificadas obras. Essa experiência parte da concepção de que as obras de arte ou de arquitetura representam a materialização de idéias em formas concretas e sensíveis, prontas para serem esteticamente apreciadas pela população. Para Hegel “A primeira realização da arte é representada pela arquitetura”. (1997, p.163)

Baseado nessa concepção de arte e arquitetura pode-se dizer que o edifício industrial, antes de se tornar uma *friche*, foi concebido sob a idéia de abrigar lugares de trabalho e se relacionar com os indivíduos através de um sistema de produção. A materialização desta idéia deu-se pela construção desses edifícios, com suas tipologias características. Logo, esses lugares são portadores de valor artístico e arquitetônico. Atualmente, esses espaços contêm apenas parte de sua idéia original, já que o todo, ou, a “unidade potencial da obra” (BRANDI, 2004, p.46) não é compreendida devido às lacunas causadas pelo processo de degradação.

Porém, o que se observa hoje é que a degradação dos prédios proporcionou a esses espaços o aparecimento de novos elementos sensíveis, como aromas, cores e sons, formas e texturas diferenciadas, os quais oferecem aos seus apreciadores uma experiência estética diversificada em relação às oferecidas em outros espaços da cidade. Os apreciadores desses lugares geralmente são exploradores urbanos³⁷² ou “catadores”³⁷³, ou seja, pessoas que buscam romper com os dualismos, se permitindo encontrar novas formas de ser e estar no meio urbano.

Dessa forma, as *friches* adquirem um novo caráter artístico, oferecendo à cidade novos elementos para serem ressignificados, no momento em que expõem seus registros visuais, impressos na pátina, nos musgos, e nas ruínas, transmitindo uma emoção barroca que pode ser captada pelo drama da degradação, do abandono, da decadência, e do seu limite existencial extremo, sentimentos opostos àqueles que conceberam o referido objeto.

A partir da cultura visual³⁷⁴ o objeto *friche* industrial pode ser compreendido como um fenômeno inserido no espaço urbano, pois possui uma trajetória histórica, transmite

³⁷² Exploração Urbana é uma procura e descoberta do que geralmente não é visto [...] A excitação reside em explorar áreas proibidas onde poucas pessoas foram, ou espaços abandonados onde exploradores urbanos encontram relíquias industriais ou artefatos esquecidos como uma espécie de arqueologia. Invisible Red: Exploração Urbana/ Urban Exploration, January, 2007. Disponível em: <<http://invisiblered.blogspot.com/2007/01/explorao-urbana-urban-exploration.html>> acesso em 30/08/10.

³⁷³ A idéia de catadores, utilizada por Hernández, origina-se do sentido figurado atribuído aos “catadores” contemporâneos no filme de Agnès Vardá (*Lês Glaneurs et La Glaneuse*, 2000), e traduz a idéia de pessoas que com o gesto de “apropriar-se dos restos”, estavam realizando um ato de subversão, na medida em que rompiam com o papel a elas atribuído pela cadeia de consumo. Com isso, inventam uma nova subjetividade com base em uma subversão do dualismo vendedor/consumidor.

³⁷⁴ Para Hernández a cultura visual constitui-se em um campo de estudos inter e transdisciplinar em torno da construção do visual nas artes, na mídia e na vida cotidiana. Através dela é possível estabelecer nexos entre problemas, lugares e tempo, chamando a atenção para a função das imagens em diferentes sociedades e diferentes contextos históricos. Assim, a apropriação de um significado pré-existente pode ser incorporado em outra

diferentes idéias e se relaciona com a população em diferentes momentos e de diferentes formas. Ele pode também ser ressignificado e compreendido como objeto artístico contemporâneo, uma vez que representa um espaço de transformação da cidade e possibilita um local de fruição à medida que se desencadeia seu processo de degradação.

Atualmente esses espaços estão recebendo a atenção do poder público, em virtude da implantação da Lei Federal Nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade que estabelece normas que regulamentam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Com base nessa lei, os governos municipal e federal (através das Instituições de Ensino Superior) têm desenvolvido ações visando a reabilitação dessas áreas e a sustentabilidade urbana, no sentido de reaproveitamento das infra-estruturas arquitetônicas e urbanas existentes.

Enquanto estiveram fora do foco das políticas de planejamento urbano e de preservação, as *friches* sobreviveram na forma de arte tendo o espaço urbano como suporte, se colocando à mostra para quem quisesse ver e conhecer, provocando e despertando novos valores e realidades. Assim como “Uma obra contemporânea não transforma o mundo em arte, ao contrário, solicita o espaço do mundo em comum para nele se instalar como arte”. (TASSINARI, 2001, p.76).

Reutilização como forma de preservação

Pelotas é reconhecida como cidade histórica devido ao seu importante ciclo charqueador e pelo significativo acervo arquitetônico de estilo eclético, identificado nos diversos edifícios residenciais ou sócio-culturais existentes no centro histórico. Porém o patrimônio arquitetônico industrial, edificado sob a visão de progresso, industrialização e modernização da cidade, constituído de complexos edifícios com tipologias industriais, galpões e vilas operárias não fazem parte do reconhecido acervo da cidade.

A falta desse reconhecimento torna a compreensão da dimensão do patrimônio cultural da cidade limitado, tanto historicamente com arquitetonicamente. A população não reconhece esse patrimônio pois não há valorização nem por parte do poder público nem pela sociedade civil organizada.

De maneira geral, a população busca lugares familiares em seu meio urbano que estejam carregados de memórias significativas e que possam gerar-lhes estabilidade psíquica e social. (DEL RIO, 1990, p.96). Relacionando essa busca emocional no ambiente construído com a paisagem urbana e com o patrimônio arquitetônico de Pelotas, observa-se que o entorno dos lugares onde se encontra o patrimônio arquitetônico de estilo eclético são os mais cultivados e explorados para eventos por parte do poder público, e mais frequentados pela população, tornando-se conseqüentemente lugares mais valorizados de maneira geral. Enquanto isso, os locais onde se encontram as *friches* são menos cultivados, frequentados, e conseqüentemente menos valorizados. Sob o ponto de vista econômico e imobiliário, ambos os espaços são valorizados, pois se localizam privilegiadamente nas áreas em torno do centro da cidade e dispõe de infraestrutura urbana.

Os aspectos dualistas lugar/espaço, frequente/eventual, valorizado/desvalorizado, conhecido/desconhecido, utilizado/inutilizado ocorrem através do reconhecimento do objeto pela população e pelos significados que ele transmite, ou não.

Esse reconhecimento do objeto, através da imagem ambiental é o resultado de um processo bilateral, entre observador e seu ambiente, onde o observador através da legibilidade do espaço seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê. (LYNCH, 1997, p.7). Durante esse processo o espaço passa à condição de lugar. O espaço transforma-se em

lugar na medida em que adquire definição, significado e uma carga emocional para o observador. Quando se pode entendê-lo, coordená-lo através dos sentidos, conhecimento e sensações, o espaço torna-se lugar. (TUAN, 1974, p106-107).

Mesmo que os instrumentos de gestão urbana, impressos no III Plano Diretor da Cidade de Pelotas³⁷⁵, apresentem uma grande evolução nas questões voltadas à sustentabilidade e preservação patrimonial, através das propostas de reciclagem de antigos prédios industriais e requalificação dos entornos, ainda falta o reconhecimento oficial desse período histórico-cultural, e do Patrimônio Industrial de Pelotas como um todo, para que a gestão possa desenvolver ações que resgatem e fortaleçam a paisagem, a cultura e a identidade industrial, criando assim lugares industriais possíveis de serem adotados pela população.

Dentro desse contexto de preservação e valorização, as *Friches* Industriais formam um conjunto de prédios com diferentes graus de conservação, desde aqueles possíveis de recuperação da unidade potencial até aquele em ruína, identificado como no limite existencial extremo. Independente de sua condição física, a preservação dos exemplares historicamente significativos é importante para o fortalecimento desse patrimônio na escala urbana, evitando a proteção dispersa e isolada, que promove na cidade uma coleção de fragmentos que não se relacionam, deixando muitas lacunas nessa paisagem industrial.

Diante da tendência de reutilização dos prédios, percebe-se a necessidade imediata de criação de legislação específica para a preservação deste tipo de patrimônio, conforme recomendações da Carta Patrimonial de Nizhny Tagil tendo em vista que algumas práticas já realizadas não levaram em consideração da “unidade potencial da obra”, realizando mutilações no conjunto da obra.

A valorização desses espaços urbanos degradados pode se dar através da restauração e/ou revitalização, além da reutilização, muitas vezes para o desenvolvimento de outros usos bem diferentes daquele para o qual o prédio foi construído. Alguns exemplos bem sucedidos são o do “Brásmitte” que é um projeto artístico que se refere a dois centros urbanos em ruínas: o Brás em São Paulo e o Mitte em Berlim; e o SESC-Pompéia em São Paulo, que conforme Ferraz (2008), transformou, em 1977, a antiga fábrica de tambores em centro de cultura e lazer, sendo a arqueologia industrial um dos conceitos norteadores do projeto. Essas iniciativas foram possíveis através de ações políticas e culturais de salvaguarda, conjuntas entre poder público e iniciativa privada.

Para Rietbergen (1989), a reutilização apresenta-se como uma boa alternativa para países em desenvolvimento como o Brasil onde, por falta de uma política de preservação específica para este tipo de patrimônio, as *friches* se transformam em ruínas ou são demolidas. Para ele a conservação proveniente da prática de reutilização é mais concreta do que a conservação proveniente da proteção oficial simplesmente, já que “Conservando apenas pelo valor industrial, corremos o risco, no melhor dos casos, de ter um espaço com a função de museu”. (RIETBERGEN *apud* MENDONÇA, 2001)

³⁷⁵ Lei nº 5502 de 11 de setembro de 2008 - PARTE I LIVRO I DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL XXII - Estimular o adensamento populacional da cidade em áreas denominadas de vazios urbanos e prédios ociosos, dotados de infraestrutura e condições favoráveis, visando a diminuição do impacto ambiental que a urbanização de áreas desfavoráveis causa, estimulando a distribuição espacial da população e atividades econômicas em áreas dotadas de serviços, infraestrutura e equipamentos, de forma a otimizar o aproveitamento da capacidade instalada, reduzindo os custos e deslocamentos; Ver tópico

Considerações finais

Trazer à tona os valores, histórico e arquitetônico, contidos no patrimônio industrial da cidade, só tem a contribuir para o consagrado acervo arquitetônico pelotense, constituído em sua maioria por edifícios de estilo eclético oriundos do período da cultura do charque.

Valorizar o patrimônio industrial é trazer à memória, resquícios do potencial industrial que a cidade possuiu e que, embora esteja tomando rumos para uma cidade polo de serviços na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, leva à apropriação desses “friches industriais” pelo imaginário social. Permite criar uma série de eventos que tragam o re-conhecimento pelo habitante pelotense e por consequência a divulgação da sua cultura aos que por ela passam.

Referência

- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 3ª Edição. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Ed. Pini, 1990.
- FERRAZ, Marcelo. **Numa velha fábrica de tambores. SESC-Pompéia comemora 25 anos**. Vitruvius. Revista Eletrônica de arquitetura. Abril 2008, Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- HEGEL, F. **Trecho das Preleções sobre a Estética**. IN: DUARTE, R. O Belo Autônomo – textos clássicos de estética. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997, p.149-171.
- HERNÁNDEZ, F. **Catadores da Cultura Visual**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2007.
- LACOSTE, J. **A Expressão**, IN: **A Filosofia da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p.93-110.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- MENDONÇA, Adalton da Motta. **Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines**. Vitruvius. Revista Eletrônica de arquitetura. Julho 2001, ano 02, 014.06. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em 13 abr. 2012.
- MOURA, R. M. G. R. e SCHLEE, A. R. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. Pelotas: Ed. Pallotti, 1998.
- PELOTAS. Lei nº 5.502/2008. **III Plano Diretor de Pelotas**.
- PELOTAS. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **ESTATUTO DA CIDADE**.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Industrialização sul-rio-grandense**. Guaíba. RIOCELL, 1985.
- REIS Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo. Ed. Perspectiva S.A. 10ª Edição, 2004.
- TASSINARI, A. **O Mundo da Obra e o Mundo em Comum**. IN: **O Espaço Moderno**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p.75-95.
- TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage). **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**. Julho de 2003.
- TUAN, H. Topofilia: **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Difusão Editorial S.A. 1974.

Fábrica de memórias: a musealização dos lugares de trabalho no caso da Laneira Brasileira Sociedade Anônima

Heron Moreira³⁷⁶

Diego Lemos Ribeiro³⁷⁷

Resumo

A fábrica da Laneira Brasileira S.A. em Pelotas é tomada neste trabalho como objeto-documento dos processos de industrialização ocorridos no séc. XX em Pelotas/RS. A antiga fábrica será o mote para a discussão dos conceitos de memória e patrimônio relacionados á musealização de lugares de trabalho, no contexto do processo de readequação de sua estrutura para tornar-se um espaço cultural com diversas finalidades, incluindo museus e centros de pesquisa. No afã de preservação deste patrimônio, se insere a proposta de musealização do Parque Fabril da Laneira, embasada nos diversos discursos memoriais e patrimoniais daqueles que lá trabalharam e podem recuperar as memórias presentes no espaço hoje parcialmente descaracterizado da sua função original. A preservação do parque fabril da Laneira através da musealização propõe a transformação deste em espaço de memória de uma atividade que não mais acontece e que só pode ser acessada através dos discursos e depoimentos daqueles que lá trabalharam informações presentes apenas no imaginário dessas testemunhas e que podem assim, trazer diversos aspectos da memória do trabalho e dos trabalhadores. A fábrica já não funciona como unidade industrial, mas sim como fábrica de memórias.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial; Lugares de trabalho; Musealização; Laneira Brasileira S.A.

Introdução

O presente trabalho objetiva discutir o caso da fábrica da Laneira Brasileira Sociedade Anônima (1948-2003) embasado na reflexão deste como patrimônio industrial da cidade de Pelotas e nos processos memoriais. A proposta de preservação deste complexo fabril desativado possibilita a leitura espacial e temporal de um local que abrigou, por mais de cinco décadas, atividades de beneficiamento e comercialização de lã e atualmente tem como principal suporte de memória o próprio prédio, objeto-documento da proposta de musealização.

Após evidente declínio nas ultimas décadas do séc. XX, em abril de 2003 o parque industrial da Laneira encerra suas atividades, devido à falência da empresa. A Universidade Federal de Pelotas adquiriu o prédio da Laneira Brasileira S.A. em 2010 com a finalidade de “abrigar um espaço cultural acessível à comunidade, dotado de auditório, espaço expositivo, museus, centros especializados e memorial” (MICHELON *et al*, 2012, p.80).

Com a finalidade de contextualizar o objeto de estudo faz-se necessário apontar para os projetos que ocorrem naquele espaço, já que ambos são concernentes no sentido de dar novos usos levando em consideração ser caráter patrimonial e sua respectiva preservação. O Projeto Casa dos Museus: Reciclagem e requalificação de espaço industrial, que atua com o objetivo

(...) de levar a termo a proposta de reciclar o uso do espaço da antiga fábrica para um conjunto de museus de ciência anexos à área de ensino dos cursos de Bacharelado em Museologia e Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis, além do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. (CORRÊA *et al*, 2014)

O projeto é vinculado ao Núcleo de Patrimônio Cultural, fundado em 2013, conjunto à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Apesar da compra efetuada pela Universidade Federal de Pelotas, a antiga fábrica teve sua existência esteve ameaçada. “Entre

³⁷⁶ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, heuheron@gmail.com.

³⁷⁷ Orientador. Professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade federal de Pelotas, drlmuseologo@yahoo.com.br

os estudos desenvolvidos pelo Núcleo esteve o de identificar cada imóvel da Universidade que deveria compor o acervo do patrimônio edificado da Instituição.” Embora a fábrica estivesse em uma Zona de Proteção do Patrimônio Cultural, especificada no III Plano Diretor da Pelotas, não havia recebido o inventário, tal solicitação foi encaminhada para a UFPEL, ao mesmo tempo em que o Projeto Casa dos Museus se desenvolve. (CORREA, *et al*, 2014, p. 4)

Outro projeto que se desenvolve paralelamente é o diagnóstico arqueológico na Laneira, tendo como finalidade o levantamento de dados para a fundamentação da museografia do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPEL – MUARAN –, um dos museus previstos no prédio da Laneira, como também a geração de importantes indicativos para o projeto de intervenção arqueológica, pré-requisito legal para a realização das obras de adequação.³⁷⁸

Tais projetos, embora com finalidades e objetivos diferenciados, partilham o interesse preservacionista ao propor novas funções aos grandes galpões sem sobrepor à história vivida naquele espaço de trabalho, antigos usos e referência para as comunidades do entorno e do Bairro Fragata, que vêem neste referência para o desenvolvimento da região. Neste sentido, é possível perceber este sítio industrial como importante espaço de fruição de processos patrimoniais e memoriais a respeito do trabalho, através daqueles que vivenciaram e testemunharam o funcionamento da fábrica, os trabalhadores.

A abordagem deste tema se dá vinculado ao projeto de pesquisa de dissertação do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, que objetiva propor a musealização daquele espaço como forma de preservação do patrimônio industrial e da memória do trabalho. Tal aporte se dará na perspectiva de tratamento da fábrica como suporte de memória para o reconhecimento do passado comum entre os trabalhadores, das atividades fabris e das relações de trabalho.



FIGURA 1 – Vista parcial da fachada do prédio da Laneira Brasileira S.A., importante referência visual na paisagem urbana pelotense.

Fonte: Fototeca Memória da UFPEL

³⁷⁸ Informações do coordenador do Projeto de Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPEL, Prof. Dr. Pedro Sanches, 2014.

Musealização dos lugares de trabalho

A fábrica esvaziada de seu uso original ainda se faz presente no imaginário dos ex-trabalhadores e da comunidade do entorno, através do prédio de paredes de tijolos vermelhos, inserida na paisagem do bairro Fragata, é suporte de memória para o reconhecimento do passado comum entre os trabalhadores, das atividades fabris e das relações de trabalho.

A preservação dos lugares de trabalho reflete o interesse em salvaguardar locais que no decurso do séc. XX deixaram de abrigar o trabalho industrial, decorrentes do contexto do desenvolvimento de novas tecnologias deixando os processos tradicionais, fábricas, máquinas em regime obsolescência. A discussão a ser empreendida propõe, a partir da museologia e seus procedimentos, relacionar a musealização como forma de preservação do patrimônio industrial, bem como explicitar a potencialidade da Laneira Brasileira S.A para a fruição desses processos memoriais e patrimoniais, envolvendo não somente a preservação da planta fabril, algumas máquinas, documentos e fotografias, mas através da recorrência a memória do trabalho através dos discursos dos ex-trabalhadores que podem servir como indicadores dos processos que lá ocorriam, dando voz á fábrica, neste caso suporte dessas memórias.

O patrimônio industrial pode ser relacionado de ampla maneira com “(...) processos produtivos, modelos empresariais, matrizes tecnológicas que após cumprirem seu ciclo evolutivo, desapareceram (FERREIRA, 2009, P.2)”. Ainda tratando do patrimônio industrial, que, de acordo com a CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (2003) pode ser compreendido “como vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico”. Para FERREIRA (2009), “a noção de patrimônio industrial nos remete à ideia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória”.

Musealização como estratégia de preservação

O papel da museologia nos processos de preservação do patrimônio e das memórias é apresentado na perspectiva da contribuição desta ciência como potencializadora desses processos e atuando em diversos âmbitos, “através de metodologia baseada em três eixos preservação, pesquisa e comunicação (VAN MENSCH, 1994, p. 207)”.

A musealização pode ser definida como uma operação com o objetivo de trazer algo para o campo museal, processo que pressupõe uma mudança contextual, dando um estatuto museal ao objeto-documento. transformando-o em testemunho material e imaterial do homem e seu contexto ambiental, adquirindo uma realidade cultural específica (DESVALLÉES E MAIRESSE, 2010). Tal processo pode ser caracterizado como estratégia de preservação e como processo informacional.

A mudança contextual do objeto para documento pode ser considerado como eixo da musealização, possibilitando a referência à outra espacialidade, temporalidade e significância (MENEZES,). Na visão de VAN MENSCH (1994, p. 210)

(...) abordagem onde os objetos são tratados como portadores de dados e os caracteriza em dois momentos, o primário, que consiste na separação da sua função original e secundariamente, o deslocamento para uma nova realidade objetivando a documentação da realidade que foi separado, ressaltando que o fato de que um objeto de museal não necessariamente está localizado em um museu, mas fazendo parte de um processo de seleção, classificação, conservação e documentação.

A abordagem proposta tem por objetivo a elucidação da transformação do Parque Fabril da Laneira Brasileira S.A. em sítio documento, no que tange á visão deste como patrimônio industrial e a memória do trabalho e dos ex-trabalhadores. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 111) o processo de musealização dá ao documento a possibilidade de leitura de outros espaços, temporalidades e significância, considerando o eixo da musealização a transformação do objeto em documento.

A musealização, neste caso, ensinaria a preservação da Laneira Brasileira S.A, física e informacional, atuando no sentido de valorizar as narrativas daqueles que vivenciaram e experimentaram o trabalho na unidade fabril podendo desta forma, inferir o discurso do sitio documento.

Patrimônio Industrial e a memória do trabalho

O patrimônio industrial pode ser relacionado de ampla maneira com “(...) processos produtivos, modelos empresariais, matrizes tecnológicas que após cumprirem seu ciclo evolutivo, desapareceram (FERREIRA, 2009).” Ainda, de acordo com a CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (2003) este pode ser compreendido como

(...) os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais em que se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

O patrimônio industrial, conforme AZEVEDO (2010, p.19):

“(...) representa, portanto, o testemunho de atividades que tiveram e que ainda tem profundas consequências históricas. As razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.”

Pensar em patrimônio exige pensar nos indivíduos que o rodeiam e em questões relacionadas à identidade (CHOAY, 2006), este como expressão da identidade histórica, e as vivências de um povo. Nesse sentido cabe destacar a alteridade como importante aspecto da identidade, caracterizada como uma “construção social, acontecendo sempre no quadro de uma relação dialógica com o outro (CANDAU, 2012)”. Cabe destacar a busca memorial, considerada uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria “apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível (CANDAU, 2012, P. 32)”.

Para Leticia Ferreira (2009) “a noção de patrimônio industrial nos remete à ideia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória”. A abordagem de Pierre Nora dos lugares de memória está ligado a um outro contexto, portanto o seu relacionamento ao caso da Laneira Brasileira S.A. se dará de forma a discutir conceitualmente esse parâmetros introduzidos pelo autor. Para ele “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993).

Ainda, Pierre Nora atribui três aspectos que caracterizam um lugar de memória, material, simbólico e funcional, considerando a coexistência deles.

Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número que deles não participou. (NORA, 1993, p.23)

Cabe abordar ainda os lugares de memória, como produtos de processos de qualificação, voltados à instituição dos usos originais, perpassando por processos de desqualificação, a destituição da condição deste local, e requalificação, atuando na mediante mudança de sentido do lugar (FLEURY Y WALTER, 2011).

Os lugares de trabalho compreendidos também como locais de memória apresentam possibilidades de processos memoriais, neste sentido voltados ao universo do trabalho e dos processos industriais ora desativados, atividades estas que durante a segunda metade do séc. XX fizeram parte da rotina diária desses trabalhadores e da região do entorno da Laneira Brasileira S.A, que não somente podem informar o caráter laboral e a sistemática da produção

industrial, como também elucidar os conflitos entre os operários e a empresa, elucidados através de movimentos grevistas, relações de hierarquização e relações entre trabalhadores e comunidade.

Fábrica de memórias, algumas considerações

A destituição do caráter funcional da Laneira Brasileira S.A., permeada pelos seus diversos processos de requalificação apresenta um propício momento para a elucidação desses processos patrimoniais e memoriais, entremeados pelo caráter de preservação da memória do trabalho, por um lado possibilitando revisitar processos produtivos, funcionalidades do prédio, dinâmicas industriais e por outro, a memória presente no imaginário dos milhares de funcionários e suas relações com o trabalho em si.

Transformar a antiga fábrica em um espaço de memória implica a busca de elementos que qualifiquem o patrimônio industrial da Laneira Brasileira S.A. e sua respectiva preservação, culminando na elaboração de uma proposta de musealização do parque fabril, forma de preservação desse espaço alinhada aos objetivos da museologia. A Laneira é um importante sítio, onde se alicerçam a memória de um tempo passado, do trabalho e do próprio desenvolvimento econômico e social da cidade e seu potencial geração de informações baseadas nos diversos atores envolvidos no labor da fábrica.

Embasados na metodologia da história oral, importante ferramenta, desde que seus temas sejam contemporâneos e possibilitem recuperar os relatos daqueles que vivenciaram ou testemunharam dada situação e esses registros poderão ser favoráveis “aos estudos de identidade e memórias coletivas (MEIHY, 2010)”. Sua contribuição pode ser caracterizada na possibilidade de compreensão do passado e nos processos de construção da memória. Assim, busca-se através da musealização preservação esse importante fator, o trabalho, na perspectiva do trabalho como ambiente social humano.

Assim, inserem-se os discursos e narrativas dos ex-trabalhadores, que serão os interlocutores entre a memória do trabalho e a materialidade da antiga fábrica, residindo nestes os indicadores de memória, que poderão apontar nesses espaços esvaziados, revelar os fatores extrínsecos que podem ser lidos nas representações atribuídas por esses trabalhadores pretendendo assim aclarar os processos patrimoniais através do pertencimento e significação deste espaço, que não beneficia mais lá, mas pela sua potencialidade de preservação ainda fábrica de memórias.

Referências

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. In: usjt – arq.urb, n.3, jan-jul.2010.

CANDAU, Joël (2011). **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: <<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2013.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP/ Estação Liberdade, 2006.(3. ed.).

CORREA, Celina Britto; MICHELON, Francisca Ferreira; PINTADO, Ricardo L. Sampaio. **Casa dos Museus: Reciclagem e requalificação de espaço industrial**. In: II Congresso Internacional sobre Patrimônio Industrial. Porto, Portugal – 2013 (texto no prelo).

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). **Concepts clés de la muséologie**. Paris: Armand

Colin et ICOM, 2010.

FERREIRA, Leticia Mazzuchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória.** Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.22.br/index.php/ppgpmus>> Acesso em: 5 jun. 2013.

FLEURY, Beatrice; WALTER, Jacques. **De los lugares de sufrimiento a su memoria** In: FLEURY, Béatrice; WALTER, Jacques (comps) Memorias de la piedra. Ensayos en torno a lugares de detención y masacre. Ed. Ejercitar la memoria, 2011.

MELLO, C; MICHELON, F.F. Memória de fábrica: A laneira Brasileira S.A. Pelotas. In: **Catálogo: o Museu do Saber e do Fazer: arte, ciência em ações educativas do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.** Universidade Federal de Pelotas/ orgs. Francisca Ferreira Michelin, Douver Michelin, Chanaísa Melo. Pelotas, edição: UFPEL, 2012. 120p.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea.** In: Ciências em Museus, Belém, n. 4, p. 103-120, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

VAN MENSCH, Peter. **O objeto de estudo da Museologia.** Pretextos Museológicos, 1. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

A chaminé da Fábrica Lang: demolir ou preservar?

Ivana Morales Peres dos Santos³⁷⁹

Resumo

O presente artigo aborda os conceitos de memória coletiva e patrimônio cultural e sua relação com a preservação. Além disso, faz-se uma breve discussão acerca dos conflitos sobre a proteção dos bens culturais, já que estes decorrem da diversidade de interesses sociais. A partir destes pressupostos, destaca-se o caso da Chaminé da Fábrica Lang, localizada na cidade de Pelotas e que foi objeto de investigação realizada pelo Ministério Público de Pelotas sobre a necessidade de sua preservação, em contrapartida com os interesses econômicos-sociais do Município.

Palavras-chave: patrimônio, preservação, memória coletiva, conflitos.

Introdução

Este artigo apresenta o estudo de um caso ocorrido na cidade de Pelotas/RS e tendo como objeto a investigação realizada pelo Ministério Público acerca de eventuais danos ao patrimônio cultural de Pelotas, diante da não conservação da “Chaminé da Fábrica Lang”, por parte de seus proprietários, no distante ano de 2003. Na ocasião, moradores de condomínios residenciais, localizados nas proximidades da “Chaminé da Fábrica Lang”, dirigiram representação contra a Prefeitura Municipal de Pelotas, em razão de ter negado pedido de demolição da “Chaminé da Fábrica Lang”, e que ameaça ruir em razão do péssimo estado de preservação, colocando em risco a incolumidade física dos moradores circunvizinhos.

O procedimento administrativo que investigou o referido caso teve sua tramitação prolongada no tempo, em razão de uma singela e complicada questão a ser enfrentada: preservar ou não a chaminé?

Diversos fatores foram abordados e discutidos, com a finalidade de buscar um equilíbrio entre a busca da preservação e as questões financeiras. Trata-se da demonstração de uma luta constante em torno do bom senso em relação ao que preservar e como se chegar a esse entendimento diante dos conflitos sociais que se colocam frente a estes casos.

É feita uma abordagem sucinta sobre a memória cultural e os reflexos dessa memória para a preservação de um bem cultural, ou seja, é através da memória que guardamos que surge a vontade de preservar. O Valor de memória dado a lugares que são preservados, nem sempre acaba em resultados pacíficos, sempre há disputas de interesses em questão, motivo pelo qual diversas formas de preservar devem ser acolhidas e aceitas pela comunidade.

Memória Cultural

Primeiramente, cabe refletir sobre o significado de memória, ou seja, o que é memória? Pode-se dizer que ela é o passado se relacionando com o nosso presente, uma vez que só podemos conhecer a memória se fizermos uma relação com o presente.

A memória é o registro que guardamos dos fatos que em determinado momento de nossas vidas foram incluídos em nosso passado, ela liga o presente ao passado.

Quando falamos em passado, só podemos entendê-lo como forma de memórias, pois ele não mais existe. Memória é a nossa identidade pessoal, aquilo que de alguma maneira relacionou-se com nossas experiências e faz parte de nossa história. São as lembranças que conservamos e que podemos evocá-las, bem como aquilo que sentimos e aprendemos.

³⁷⁹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel; Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel; Especialista em Direito Processual pela UCPel, Orientadora: Renata Albernaz; email: ivanaperes@bol.com.br.

No caso em análise é possível relacionar a memória dos indivíduos que trabalharam e fizeram parte do período em que a Fábrica Lang estava ativa com a ideia de preservar chaminé. Muitas pessoas que fizeram parte da história da fábrica guardam em suas memórias uma imagem do conjunto dos prédios com a chaminé, já outras não carregam essa lembrança, pois não fizeram parte daquela história.

Outro aspecto relevante a ser analisado no estudo da memória é o fato de que ela também é uma construção coletiva e social, pois cada indivíduo possui lembranças sobre os acontecimentos vivenciados pessoalmente e os que envolvem fatos acontecidos na sociedade, motivo pelo qual é possível perceber que no caso da chaminé da fábrica Lang há posições divergentes acerca da sua preservação, pois de um lado temos um indivíduo com lembranças pessoais e de outro lado a sociedade com a lembrança coletiva sobre os fatos e sobre os bens.

Maurice Halbwachs³⁸⁰ entende que a memória é um fenômeno coletivo que sofre mutações e transformações constantes. Para ele não há um passado, há representações do passado que vêm para o meu presente.

Da relação do sujeito com a sociedade surge o que denominamos de memória coletiva. Ou seja, nossas lembranças são compostas de acontecimentos e experiências ocorridas dentro da sociedade, assim, todas essas circunstâncias não podem ser refletidas como se eu estivesse sozinho, mas sim na presença de um grupo, da coletividade. Diante disso é que surgem os conflitos de interesses na preservação da chaminé, ou seja, a sociedade é formada por posicionamentos divergentes e, muitas vezes, não pacíficos.

Portanto, quando me relaciono com outras pessoas que vivenciaram um mesmo fato, no presente caso o período em que a fábrica Lang estava ativa, essas me ajudam a lembrá-lo e me fazem melhor recordar tais situações, incorporando-as a minha memória.

Com objetivo de analisar a memória, imprescindível citar as considerações traçadas por Henri Bergson³⁸¹ e Maurice Halbwachs. Bergson, em sua obra denominada “Matéria e Memória” teceu entendimento no sentido de relacionar a matéria com o espírito, ou seja, a matéria seria o corpo e o espírito a memória. Alega que não temos como fixar a memória pura, que é o armazenamento de todas as percepções que um sujeito possui, como vinculada a uma função do cérebro. Ele faz uma relação do sujeito consigo próprio.

Por outro lado, Bergson afirma existirem imagens que para serem uma lembrança de acordo com o presente, devem ser atualizadas e, com isso, a memória pura é um lugar de registro de tudo, é a memória hábito. Ela não é reconhecida como uma memória passada, mas como um elemento-ação, é uma atualização.

Essa teoria de Bergson referente à ideia de memória pura é adequada, pois tudo que armazenamos ao longo de nossas vidas carece de uma atualização para que possamos recordar, já o que é deixado de lado, acaba por se tornar desatualizado, porém continua abrigado na memória hábito.

Em oposição às teorias de Bergson, surge Maurice Halbwachs com seu posicionamento teórico. Ele faz uma relação do indivíduo com o social, e preocupa-se com a construção da memória, ou seja, a forma como o sujeito lembra e que é um processo de construção social, pois as lembranças constituem as experiências dentro de uma sociedade e de determinado grupo de convívio.

Halbwachs entende que o elemento formador da memória individual é a memória do grupo, ou seja, ele não nega a existência da memória individual, porém, alega que no momento em que lembramos de um acontecimento vivenciado por nós, embora nos pareça particular, ele inclui elementos sociais, abrangem percepções de acordo com os quadros sociais ocorridos.

³⁸⁰ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora, 1990:25/52.

³⁸¹ BERGSON, Henri. Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, s/d: 109-146.

Nesse sentido, Halbwachs também afirma que nem todos os acontecimentos seguem guardados e registrados em nossa memória, mas apenas aquilo que, de alguma forma, teve um significado marcante em nossas vidas. Através da memória encontramos a nossa identidade pessoal, pois ela é o armazenamento de informações que foram adquiridas pelas experiências vivenciadas por cada indivíduo, incluindo seus grupos de convívio, e que podem ser evocadas.

Conforme o entendimento de Halbwachs, em sua obra “A Memória Coletiva”, cabe analisar sobre a possibilidade de uma memória estritamente individual, ou seja, existe algum momento em que eu me encontre realmente só e que não seja possível relacionar minhas lembranças com um grupo?

As lembranças da nossa infância incluem recordações vivenciadas em família, assim como as lembranças de adulto incluem recordações vivenciadas em algum grupo de convívio. As influências fazem parte da vida em sociedade, somos tomados por uma atmosfera detentora de ideais divergentes e que acabam por nos seduzir.

Nosso passado pode ser considerado como aquilo que nos é possível recordar e evocar quando queremos, uma vez que está armazenado e teve algum significado relevante em nossas vidas; e aquilo que não é possível exprimi-lo, pois não está no domínio comum, ou seja, são os acontecimentos que não nos dão a ideia de pertencimento a determinado grupo.

Em relação à preservação da chaminé da fábrica Lang percebe-se, através da análise dos documentos investigatórios do Ministério Público, que, embora alguns cidadãos confirmem a necessidade de preservação da chaminé, uma vez que a fábrica teve um significado importante em suas vidas, outros entendem que a questão econômica deve ser fortemente considerada.

As lembranças mais fáceis de evocar são as consideradas dentro de um grupo que foi mais próximo a nós, elas se conservam nos pensamentos coletivos. Em alguns momentos, os elementos das lembranças pessoais nos parecem que se encontram distanciados da coletividade, porém pertencem a grupos sociais, que, de alguma forma, fizemos parte em determinado momento de nosso passado, pois, caso contrário, não estariam conservados em nossa memória.

Diante dessas abordagens, é importante reconhecer a possibilidade e relevância da Memória Coletiva, tendo em vista que todas as nossas lembranças, inclusive as consideradas mais pessoais, explicam-se pelas relações que tivemos com os diversos grupos de convivência e com a coletividade.

Desse modo, exemplifica-se sua importância dentro do contexto deste artigo, uma vez que se percebe a existência de uma forte relação da memória coletiva dos indivíduos que trabalharam na fábrica e que, de algum modo, fizeram parte da sua trajetória, com a memória dos indivíduos que não conheciam sequer a fábrica ou possuem algum conhecimento superficial de sua história. Assim, em relação a preservação do referido patrimônio, esta necessidade surge quando a sociedade tem interesse por aquilo que fez parte das experiências e vivências se identificando, de alguma forma, com o bem cultural.

Com o intuito de aprimorar nossa participação na sociedade como verdadeiros cidadãos, é necessário levarmos em consideração que se a nossa preocupação partir das experiências coletivas, poderemos criar gerações onde a cultura de preservar o patrimônio seja realmente um fator imprescindível dentro da sociedade brasileira.

A memória é o reviver que traz consigo partes do passado, ela refaz no presente as vivências que desapareceram, ela é antagônica ao esquecimento, que carrega em si a mortalidade das lembranças do indivíduo. Ela não apenas reconhece episódios do passado, mas revivemos efetivamente parte desse passado.

Memória e preservação dos bens culturais

A definição do que vem a ser um bem cultural depende da valoração a ele dada pelos indivíduos que compõem as sociedades. O valor que é atribuído pela comunidade a determinado bem, ou seja, o sentimento de pertencimento que a sociedade reconhece a esses bens, é o que justifica sua proteção pelo poder público. Há um reconhecimento pela sociedade, pelo grupo e o Estado analisa isso através do inventário, do tombamento ou por meio de outras formas de preservar.

Ao analisar o conceito de patrimônio cultural, este constitui tanto os bens de natureza material e imaterial, que são portadores de referência à memória dos diversos grupos que compõem a diversidade cultural e que, conseqüentemente, são formadores da sociedade.

Diante dessas definições, surge a preocupação em preservar o patrimônio cultural da humanidade, tendo em vista que este resgata a memória e a identidade, tanto individual quanto coletiva da sociedade. Porém, também temos que ter bem claro que as políticas de preservação do patrimônio cultural se deparam com muitos obstáculos.

A preservação do patrimônio cultural é de fundamental importância para uma localidade, pois este se vincula a fatos da história que possuem uma referência à identidade e à memória dos grupos sociais e, com isso, reforça a noção de cidadania. Por outro lado, o patrimônio cultural também guarda uma evocação reveladora da cultura dos povos, contribuindo para a construção da memória, demonstrando, assim, a existência de uma relação entre preservação e memória.

O patrimônio está sempre em constante processo de seleção, sendo revisado, selecionado, redefinido e, por vezes, até mesmo destruído. Assim, os critérios utilizados na seleção dos bens a serem protegidos também sofrem variáveis no tempo e no espaço.

Os conflitos nessa área seguem presentes, uma vez que os diversos grupos sociais, inclusive os dos subalternos e marginalizados, estão na luta e na disputa pela preservação de suas identidades culturais, tanto em relação aos bens materiais como com os bens imateriais, surgindo, conseqüentemente, um campo agitado e turbulento na busca pela salvaguarda do patrimônio cultural.

A memória é uma transformação constante das identidades e das experiências vivenciadas, é uma reconstrução problemática do passado. A memória do espaço relaciona diferentes gerações, abordando as diferenças, pois os significados e os sentidos sofrem mudanças no tempo.

Todos devemos ter uma conduta responsável em relação aos bens culturais e a consciência de que somos protetores da memória social desses bens, uma vez que com essa proteção estaremos buscando uma qualidade de vida mais adequada e passível de ser transmitida para outras gerações.

O proprietário de um bem cultural é o guardião do patrimônio e tem interesses tanto individuais quanto coletivos na preservação desse bem. Aponta-se, ainda, que a proteção ao patrimônio cultural é inserida no conceito dos direitos fundamentais, envolvendo toda a humanidade na busca dessa preservação, tendo em vista que preservar o patrimônio cultural significa preservar a memória e seus valores, assegurando a transmissão para as futuras gerações.

Todos somos guardiões do patrimônio cultural, que carrega um pouco de nossa história, um pouco de nós e servirá de testemunho e de referência para as futuras gerações que serão detentoras de vínculos com o seu passado.

A sociedade, ao admitir a necessidade de se impor restrições e freios nas ações devastadoras do patrimônio cultural, começa a proteger esses bens e, dessa forma, exige um novo comportamento tanto dos órgãos públicos quanto dos particulares. Com isto, importantes conflitos acabam surgindo, pois de um lado se encontram os direitos e interesses

do proprietário e de outro os da sociedade, que, muitas vezes, se colidem e se distanciam da harmonia que se busca nas questões que envolvem a proteção do patrimônio cultural.

O caso da Fábrica Lang

A partir de dados colhidos da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, nos autos da Peça de Informação nº 00824.00083/2003, foi instaurado o Inquérito Civil – nº 00824.00016/2009, com o fim de investigar eventuais danos ao patrimônio cultural de Pelotas, diante da não conservação da “Chaminé da Fábrica Lang”, por parte de seus proprietários.

As investigações da PI 83/2003 tiveram início a partir de reclamação oferecida na Promotoria, por parte de moradores vizinhos ao local onde se assenta a chaminé, que informavam terem adquirido seus imóveis sob a promessa (do vendedor) de que a chaminé seria logo destruída, tudo mediante a justificativa de que corria o risco de desabamento.

A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano apresentou cópias dos processos administrativos referentes ao pedido de demolição da chaminé, onde constou, em laudo técnico, que não se poderia garantir que a chaminé tivesse condições de segurança; ao contrário, constou que a mesma apresentava uma série de problemas que poderiam conduzir a um acidente. Também constou manifestação da Secretaria Municipal de Cultura recomendando a preservação da “chaminé”, “como marco referencial urbano e por seu valor histórico e cultural”.

Encaminhadas novas cópias de documentos pela Secretaria Municipal de Urbanismo, onde consta o dossiê sobre a “Chaminé, a Fábrica e as Moradas de Frederico Carlos Lang”, elaborado pela Faculdade de Arquitetura da UFPEL, recomendando a preservação de todo o complexo de prédios onde funcionou a “Fábrica de Sabão e Velas Lang”.

Realizada vistoria no local, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Urbanismo, representantes do Centro Federal de Educação (CEFET) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), foi constatado que a “chaminé” necessitava de reparos, mas, especialmente concluiu-se que, em caso de preservação, o recomendável seria a preservação de todo o casario que formava a estrutura fabril da “Lang”. Não existiria razão para ser preservada apenas a “chaminé”.

Juntado laudo de vistoria da “chaminé” e firmado pelo engenheiro civil Carlos Lhulier da Cunha, o qual evidenciou que a “chaminé”, embora não oferecesse risco imediato de desabamento, necessitava de reparos para evitar riscos (em caso de fortes ventos) de “desprendimento de pedaços do revestimento e da alvenaria”.

Sobreveio manifestação do representante dos proprietários da área da antiga fábrica de sabão e velas, insurgindo-se contra o reconhecimento do valor histórico de tal conjunto, deduzindo que “os prédios em questão não têm o menor valor histórico nem cultural e estão totalmente descaracterizados e em péssimo estado de conservação, com goteiras, morcegos e pombas. A caixa d’água em concreto está estruturalmente comprometida nos pilares de sustentação. A guarida está semidestruída e os antigos depósitos da frente, parte está sem telhado, com infiltrações e sem rede elétrica”.

Inserido parecer apresentado por Carlos Lang, um dos proprietários da área, no qual constou “que os prédios existentes da fábrica ocupam o centro do terreno inviabilizando o mesmo para qualquer outro tipo de utilização, que não seja a revitalização dos mesmos. Analisando o próprio dossiê verificamos que não é comum a preservação dos prédios fabris como citado no dossiê apresentado – porém, “as benfeitorias fabris não são comumente preservadas”. Considerando o fato consumado que é a utilização de parte do terreno para o uso residencial e considerando também o fato de que o terreno restante está inserido em uma área basicamente residencial, entendemos ser possível a sua renovação, com prédios residenciais ou comerciais, tendo o cuidado de preservar a memória da fábrica que ali existiu”.

Em audiência com Frederico Carlos Lang Neto ficou acertado que este, com o auxílio dos demais proprietários, iria elaborar, nos termos do permitido pelo novo Plano Diretor e em razão da desqualificação/descharacterização completa da área, projeto para preservação da memória da Fábrica Lang.

Analizadas todas as questões, foi apresentada proposta para firmar-se Termo de Ajuste de Conduta – TAC – aos proprietários da área. Ainda, foi juntada cópia de parte do Plano Diretor e de levantamento fotográfico do local. Restou firmado TAC.

Acostada cópia de documentação dando conta da alienação do imóvel objeto do expediente ao IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense, tendo esta a instituição de ensino federal informado que, diante das péssimas condições de conservação do imóvel, sendo que a chaminé constituía risco iminente de acidentes, promovera a contratação de empresa especializada para serviços de desmontagem da mesma e remoção de entulho e limpeza do local.

A Secretaria Municipal de Cultura informou que recebera da Bibliotheca Pública Pelotense, em meio digital, o acervo documental respeitante à antiga “Fábrica Lang”.

Foi expedido ofício à Secretaria Municipal de Gestão recomendando a fiscalização da construção do referido Memorial, posto que a autorização de demolição, por parte da Secretaria Municipal de Cultura, foi concedida mediante tal condição.

Assim, em conclusão ao caso em análise, o expediente administrativo que tramitou na Promotoria de Pelotas foi arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Considerações finais

Este caso apresentado teve um procedimento administrativo com tramitação prolongada no tempo, em razão de uma singela e complicada questão enfrentada: é pacífico o entendimento técnico para que se chegue à conclusão de que os prédios da antiga “Fábrica Lang”, ou o que resta deles (e neles se incluindo a chaminé), caracterizam-se como um símbolo da história do desenvolvimento industrial de Pelotas. Parece claro que representa “a memória de fatos históricos para a cidade de Pelotas”. É claro que “Revela, para os mais idosos, a visão nostálgica do Complexo da antiga Fábrica Lang de sabão e velas (de quem viu a fábrica funcionando, trabalhou lá, desfrutou dos seus produtos) e, juntamente com os mais jovens, significa a leitura de um equipamento fabril que representa o apogeu econômico da cidade de Pelotas e da região sul do Estado”.

Entretanto, também foi emitido parecer no sentido de que a área onde se localiza a antiga “Fábrica Lang”, além de a chaminé (que, inicialmente, era o único bem que se pretendia proteger) não ser a original da fábrica de sabão e velas, bem como de que o “Complexo” da antiga fábrica já estar quase que todo ocupado por prédios residenciais multifamiliares, os quais praticamente ofuscam a visão da chaminé e da fábrica, alterando a característica industrial anteriormente existente, pela residencial, a única maneira de se proteger a “memória da Fábrica Lang” é com a preservação de todos os prédios que ainda restam de seu antigo “Complexo”? “A memória de fatos históricos para a cidade... a visão nostálgica de quem viu a fábrica funcionando, trabalhou lá, desfrutou de seus produtos...” somente poderia ser protegida com a preservação (e restauração) de seus prédios (e chaminé) em precárias condições de conservação. Vale dizer, a memória da “Fábrica Lang”, e todo o seu significado para a história industrial da cidade de Pelotas, poderia ser resguardada e preservada de outra forma? A preservação de todo o acervo fotográfico e/ou documental da “Fábrica Lang”, quer dizer de sua memória, não poderia ser resguardada, e como pretendiam seus proprietários, através de uma espécie de memorial, em espaço público e sob a responsabilidade de uma entidade também de caráter público (Biblioteca Pública de Pelotas)? Tal solução, tecnicamente, para a preservação da memória de um marco do desenvolvimento industrial de Pelotas, não seria mais correta e adequada? Embora com muitas discussões e opiniões

divergentes, acreditou-se que sim, embora ainda restam dúvidas e críticas acerca da decisão final.

Desse modo, também cabe refletir que o patrimônio cultural é uma categoria de conflitos, pois, primeiramente, os indivíduos, representados pela sociedade, traçam disputas para valorar um bem, definindo-o como patrimônio cultural. Após obterem essa valoração, seguem na luta pela preservação desse bem.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Sobre o Comunitarismo e a Liberdade Humana, ou como Enquadrar o Círculo. In: **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERGSON, Henri. Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, s/d: 109-146.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. In: **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. 2005. O patrimônio em processo; trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. 2006. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. 2003. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: Regina Abreu; Mário Chagas. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A editora.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

LOPES, José Reinaldo de Lima. 2002. **O Direito na História; lições introdutórias**. 2ª ed. ver. São Paulo: Max Limonad.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. 2007. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MILARÉ, Édís. 2009. **Direito do Ambiente**. 6. ed. São Paulo: RT.

SILVA, José Afonso da. 2010. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores.

_____. 2001. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Malheiros Editores.

SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de. 2006. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá.

O patrimônio industrial na cidade de Pelotas-RS: As antigas fábricas de alimentos do bairro do Porto (frigoríficos, moinhos e engenhos)

Jeferson Dutra Salaberry³⁸²

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar os estabelecimentos fabris no Bairro do Porto da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil. A delimitação da pesquisa é a análise das edificações agroindustriais, de forma mais específica as fábricas de alimentos. Percorrendo a área estudada, podemos perceber uma grande quantidade de edificações fabris – que outrora foram lugares de elevada importância econômica e social – hoje abandonadas, subutilizadas e reaproveitadas, muitas vezes com intervenções aquém de seus valores. O estudo das edificações fabris se justifica por estas se constituírem de parte importante da história. Esta narração poderá ajudar no reconhecimento e na preservação real deste legado. O trabalho se apoiou na metodologia de análise denominada “arqueologia industrial”. Como resultado identificou-se a situação em que se encontra o patrimônio industrial na atualidade. Verificou-se a preservação das características originais das edificações, apurou-se a existência ou não de processo de conservação, manutenção e novo uso.

Palavras-chave: Arqueologia Industrial, Arquitetura Agroindustrial, Manufaturas, Fábricas, Pelotas-RS.

Introdução

Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, parte da antiga estrutura das manufaturas do charque foi aproveitada para a instalação de uma zona fabril, onde a agroindústria se sobressaiu. Construída com maior intensidade no início do século XX, começou a ser abandonada um pouco mais de meio século após.

O tema patrimônio industrial e o interesse pela sua preservação constituem questões relativamente recentes. Ganhou reconhecimento e atenção pública a partir dos anos 1960, quando importantes testemunhos da arquitetura industrial foram demolidos. (KÜHL, 2008)

O interesse pela preservação do patrimônio industrial deve dirigir-se ao conjunto de bens que se articulam ao processo de industrialização como um todo. Ao abordar os “monumentos da industrialização”, devem ser estudadas as edificações ligadas aos processos produtivos, aos meios de transporte e comunicação. O processo de industrialização está intimamente ligado ao desenvolvimento do transporte ferroviário, a industrialização em larga escala impulsionou as ferrovias, da mesma forma que a implantação do transporte ferroviário definiu a implantação das indústrias e a transformação e o crescimento das cidades.

A pesquisadora e arquiteta Beatriz Kühl escreveu que as ferrovias, meio de transporte da era da industrialização, também contribuíram para a integração do território, geraram mudanças nas cidades e incidiram na configuração da malha viária e no sistema de transporte urbano. (KÜHL, 2010)

O processo de implantação e de expansão ferroviária no Brasil é solidário ao processo gradual de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre e ao impulso da imigração de europeus. Esse processo de desenvolvimento da rede ferroviária coincide com redução das atividades meramente agropastoris e a transformação gradativa dos meios de produção, no sentido da industrialização dos produtos agropecuários, vindo a formar a agroindústria no Rio Grande do Sul.

Ao final de 1884, com a implantação do transporte via estrada de ferro, ligando a Campanha com o porto de Rio Grande através de Pelotas, a atividade fabril começou a se alterar, já que passou a poder receber em maior escala a matéria-prima do interior do estado, e a distribuir com maior velocidade e economia a produção manufatureira.

³⁸² Universidade Federal de Pelotas, Jeferson.sallaberry@gmail.com

Com relação aos meios de transporte, no final da década de 50 e 60 do século XX, com a opção pelo transporte rodoviário em detrimento do portuário e ferroviário, como os demais portos brasileiros, o Porto de Pelotas foi sendo desativado e os prédios das fábricas abandonados.

O recorte físico-espacial da presente pesquisa é as fabricas de alimentos e bebidas que estão instaladas junto à linha férrea e os canais de navegação (inclusive o braço morto do Santa Barbara).

Este trabalho tem a justificativa de estar relacionada à emergência da preservação do patrimônio agroindustrial, que vem sendo progressivamente abandonado e, na atualidade, sendo reaproveitado, muitas vezes com intervenções aquém de seus valores.

Poucos imóveis industriais foram protegidos através de instrumentos de preservação, inventariados ou tombados, e também, apesar da proteção, vem sofrendo abandono, alterações e demolições sem qualquer pudor.

Metodologia: arqueologia industrial

O termo arqueologia industrial foi utilizado pelo historiador português Souza Viterbo, ao fim do século XIX, para referir-se a moinhos pré-industriais, mas efetivamente a sistematização dos procedimentos metodológicos só foi possível durante a década de 60 do século XX com o inglês Angus Buchanan. Inicialmente os procedimentos estavam centrados na catalogação, inventário e conservação dos equipamentos e edificações industriais obsoletos utilizando as sistemáticas da história e da arqueologia (até mesmo utilizando de escavações). Na década de 70 do século XX, Buchanan melhor caracteriza a metodologia. Para ele a arqueologia industrial não pode ser exclusivamente uma atividade pratica de investigação, documentação e classificação de monumentos industriais, mas deve ser um estudo histórico que permita avaliar o significado dos monumentos no contexto da historia social e econômica. (BUCHANAN in GALVÁN, 2009) O relato não teve a pretensão de apresentar e analisar a segunda etapa da metodologia principalmente em razão da extensão do trabalho, mas deu um pequeno passo, no sentido de identificar e catalogar os remanescentes industriais nas proximidades das antigas vias de transporte.

Remanescentes industriais na área de estudo

O bairro do Porto apresenta grande importância memorial, sendo portador de valores culturais que devem ser reconhecidos e socializados. Ao percorrer a área estudada, podemos perceber uma grande quantidade de edificações fabris, que outrora foram lugares de elevada importância econômica e social, subutilizadas ou abandonadas.

A seguir, é apresentada a área delimitada para este estudo, com a localização dos estabelecimentos industriais significativos da área. (Fig. 1)

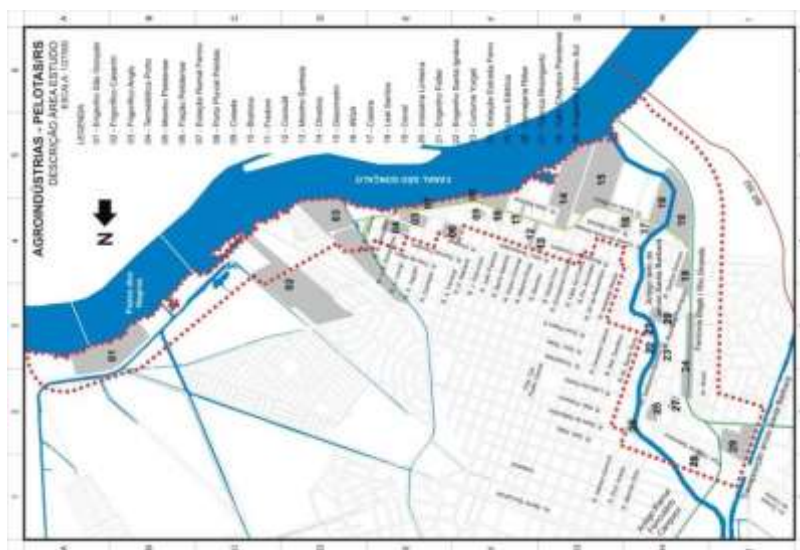


Figura 1 - Mapa da área de estudo com destaque para as indústrias remanescentes. Pelotas, RS.
Fonte: Mapa elaborado pelo autor tendo como base o aerofotogramétrico, 2012.

A descrição tem por objetivo identificar a situação em que se encontra o patrimônio industrial na atualidade. Foi verificada a **preservação** das características originais das fábricas e também apurado se existe processo de **conservação** ou **manutenção** preventiva.

Através de registro fotográfico, foi percorrida a área de estudo, em um roteiro que começa pelo local denominado Passo dos Negros, percorre os bairros da Balsa e do Porto, o antigo bairro Estaleiro ou Caieira, as imediações da estação férrea e, por último, as imediações da antiga Praça da Constituição ou Praça das Carretas.

O Passo dos Negros é o local onde se estabeleceu o primeiro arraial, antes de ser criada a freguesia que, posteriormente, passou a denominar-se cidade de Pelotas. Ao percorrer o local, fica evidente não só o abandono das antigas instalações industriais, como da própria área, que, atualmente, apresenta acelerado processo de favelização.

Nas margens do Canal São Gonçalo, os antigos cursos d'água, que no início foram usados para drenagem e despejo das fábricas, estão irreconhecíveis, deixaram de existir para tornar-se esgoto a céu aberto. Assim, esses canais, que deveriam drenar as águas das chuvas, conduzem diretamente o esgoto doméstico proveniente da cidade e dos bairros adjacentes até a Casa de Bombas Leste, local em que o esgoto é encaminhado até o Canal São Gonçalo.

No Passo dos Negros existem duas charqueadas antigas e o Engenho e **Charqueada São Gonçalo** ou Engenho de Arroz Pedro Osório (Fig. 1, número 1 no mapa) (Fig. 2A e 5A), como é conhecido pelos moradores do local.

O prédio sofreu significativas demolições no seu interior e em prédios anexos, sendo um pavilhão utilizado como garagem de máquinas e tratores e o restante abandonado. Segundo notícias divulgadas na imprensa local, existe projeto para transformar o antigo engenho em um grande centro tecnológico e estaleiro.

Seguindo a estrada do engenho, do Passo dos Negros em direção ao bairro da Balsa, avistamos a fachada posterior do antigo **Frigorífico Casarin**. (Fig. 1, número 2 no mapa) (Fig. 2B), com acesso pelo interior do bairro, localizado na Rua João Thomaz Munhoz, nº 260.

Essa edificação foi construída, aproximadamente, entre a década de 60 e 70 do século XX. Antes de tornar-se frigorífico Casarin, a fábrica tinha como razão social Cooperativa Regional Sudeste de Carnes LTDA. Neste mesmo lote, tinha existido o antigo Matadouro Modelo, construído na década de 20 do século XX.

Esse estabelecimento encontra-se desativado há mais de dez anos. Em razão da falta de utilização, é possível identificar várias edificações do conjunto em processo de ruína.

Seguindo o bairro denominado de Balsa, encontramos o **Frigorífico Anglo** (Fig. 1, número **3** no mapa) (Fig. 2C), localizado à Rua Gomes Carneiro, nº 1, com frente também para o Canal São Gonçalo. Esse foi o primeiro estabelecimento do gênero de abate e refrigeração de carne do estado do Rio Grande do Sul. O prédio, que ficou fechado durante a década de 90, hoje é propriedade da Universidade Federal de Pelotas e utilizado como espaço administrativo e educacional. Assim, a edificação, que antes vinha sofrendo com abandono em função do fim das atividades produtivas da empresa, hoje está sofrendo grandes intervenções, sem o acompanhamento apropriado, para contemplar a Universidade com modernas instalações.

Pela falta de reconhecimento do valor arquitetônico dessa edificação, ela sofreu grandes demolições e alterações. Algumas construções em alvenaria foram completamente demolidas, de outras, em concreto armado, somente foi reaproveitada a estrutura. As intervenções, que vêm acontecendo sem registro e sem acompanhamento nessas edificações, se limitam ao valor econômico do terreno e da área construída, não considerando seus valores culturais.

Ao verificar as imagens de antes e depois das intervenções, fica evidente a falta de respeito com o patrimônio público, pois as demolições não se justificam sob nenhum aspecto, nem mesmo sob o ponto de vista econômico.



Figura 2 – Charqueada e Frigoríficos. (2A) Charqueada São Gonçalo e Engenho São Gonçalo. Fonte: GOOGLE EARTH, 2012. (2B) Frigorífico Casarin, vista do Canal São Gonçalo (2C) Frigorífico Anglo, grandes alterações na estrutura do edifício. Pelotas. RS. Fonte: Foto do autor, 2012.

Seguindo a direção oeste, encontramos, à Rua Alm. Tamandaré, nº2 e nº10, o monumental **Moinho Pelotense**, (Fig. 1, número **5** no mapa) (Fig. 3B), que ocupa quarteirão formado entre as ruas Antero Leivas, Viscondessa de Jaguari e Gomes Carneiro. Atualmente, a edificação é utilizada como armazém para estocagem de grãos. Recentemente, a empresa Jaime Power & Cia., proprietária do prédio, ampliou o moinho, com a construção de novos silos em quarteirão ao lado. O prédio encontra-se em bom estado de preservação e conservação.

A Fábrica de Massas **Cotada** (Fig. 1, número **9** no mapa) (Fig. 3A) está localizada à Rua Benjamin Constant, nº 989, com frente também para a Praça Domingos Rodrigues. O prédio encontrava-se em regular estado de conservação e com suas características arquitetônicas preservadas. Atualmente, está sofrendo intervenções de adaptação, para utilização como salas de aula e laboratórios pela UFPel.

A construção identificada com o número **13** (Fig. 1), localizada à Rua Alberto Rosa, ocupando toda a face do quarteirão entre as ruas Benjamin Constant e Alm. Tamandaré,

abrigou o **Moinho Santista** (Fig. 3C). Essa construção também foi adquirida pela UFPEL, com o objetivo de nela instalar salas de aulas e uma biblioteca central. O prédio, nas últimas décadas, vinha sendo ocupado para as mais diversas atividades (ginásio de esportes, estacionamento, construtora, e depósitos). A edificação, até então, estava em bom estado de preservação, apesar do péssimo estado de manutenção.

Com a aquisição do prédio pela universidade, praticamente todo o interior do conjunto foi demolido, restando apenas o pavilhão ocupado pelo curso de teatro e as fachadas externas. A demolição foi preventiva, com o objetivo de que futuramente possam ser construídas novas instalações, sem qualquer “empecilho” preservacionista.

O prédio da antiga **Olvebra**, antes **Sorol** (Fig. 1, número **14** no mapa) (Fig. 4A e 4B), abriga hoje instalações de produção de concreto, depósito de clínquer e porto de embarque da matéria-prima do cimento, da empresa Cimpor/Cimbagé. O antigo conjunto fabril está localizado à Rua Santa Cruz, nº 500. (Fig. 4B)

O conjunto de edifícios que pertenciam à antiga fábrica de óleos vegetais Sorol, com acesso pela Rua Conde de Porto Alegre, nº 307, no quarteirão formado também pelas ruas Santa Cruz, Alm. Barroso e alinhamento da João Manoel, está todo em ruínas. (Fig. 4A) O conjunto de edifícios, com acesso pela Rua Santa Cruz, localizados no quarteirão formado pelas ruas Santa Cruz, alinhamento da João Manoel, Alberto Rosa e Canal São Gonçalo, composto por edificações construídas pela empresa Olvebra no final da década de 60 e 70, está sendo utilizado e em bom estado de conservação.

A construção identificada no mapa sob o número **19** (Fig. 1) é a antiga fábrica **Ceval** – antes **Naoli**, antes ainda fábrica **Aliança** – localizava-se à Rua Barão de Mauá nº 9, no terreno situado entre o Ramal Ferroviário Porto, o Canal São Gonçalo, a Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé e o Arroio Santa Bárbara. Da mesma forma que a antiga fábrica de conservas Leal Santos, o conjunto de edifícios foi demolido para liberar o terreno para a construção do loteamento Farroupilha.

A indústria Ceval ocupou um segundo quarteirão, onde antes existia o centro de lazer dos funcionários da Naoli. Na década de 70, as construções mais antigas foram demolidas para a construção dos novos pavilhões industriais da Ceval, dos quais restou somente uma única edificação. Hoje, é uma montagem de tratores, a Green Horse. (Fig. 4C)



Figura 3 – Moinhos. (3A) Fabrica Cotada; (3B) Moinho Pelotense; (3C) Moinho Santista. Pelotas. RS.
Fonte: Foto do autor, 2011 e 2012.

Localizado à Rua João Manoel, nº 301, ocupando todo o quarteirão entre as ruas Pe. Anchieta, XV de Novembro, Barão de Mauá e João Manoel, funciona o **IRGA**, Instituto Rio Grandense do Arroz (Fig. 1, número **16** no mapa) (Fig. 5B).

Os depósitos do IRGA foram construídos no alinhamento do Ramal Ferroviário. O prédio se caracteriza por apresentar plataforma de embarque, que servia (portões de acesso, pavimento elevado, e cobertura de proteção) para o carregamento e descarregamento de arroz nos vagões do trem. Atualmente, o edifício está parcialmente arrendado como engenho e depósito de arroz. Encontra-se em bom estado de preservação de sua arquitetura e de manutenção. Parte desta edificação foi construída na década de 30 e os depósitos na década de 70 do século XX, o que mostra a íntima relação entre os estabelecimentos agroindustriais e o ramal ferroviário. Segundo moradores locais, até o final da década de 80, através da estrada de ferro várias indústrias recebiam a matéria-prima para os respectivos processos industriais.



Figura 4 – Fabricas de Óleo Vegetal. (4A) Fabrica Sorol; (4B) Fabrica Olevebra; (2C) Fabrica Ceval. Pelotas. RS.

Fonte: Foto do autor, 2011 e 2012.

No prédio da **Leal Santos** (Fig. 1, número **18** no mapa), existe apenas parte de uma ruína. A fábrica passou à propriedade da Ceval, sendo que toda a instalação desta fábrica foi abandonada. Nos últimos anos, a Prefeitura demoliu o que restava das antigas edificações da Leal Santos, para a construção de casas populares e de um centro comunitário no terreno.

O prédio do antigo **Engenho de Arroz Fetter** (Fig. 1, número **21** no mapa) (Fig. 5C) se localiza na Rua Barão de Santa Tecla, nº193. Encontra-se parte funcionando como ginásio de esporte, e o restante da edificação em ruína.

A edificação em que esteve instalado o **Engenho Santa Ignácia** e a **Manufatura de Fumos Gentilini** (Fig. 1, número **22** no mapa) (Fig. 5D) está localizada à Rua Dom Pedro II, nº 1063-1071. Desse antigo engenho só restou a fachada preservada, o restante da edificação encontra-se em ruína. Na década de 90, uma parte do prédio foi utilizada como oficina mecânica, outra parte como salão para festas.

A Cooperativa Arrozeira **Extremo Sul** (Fig. 1, número **29** no mapa) (Fig. 5E), localizada à Praça Vinte de Setembro, nº 425, foi implantada junto à estrada de ferro. A edificação teve as fachadas modernizadas, enquanto os espaços internos e fabril se encontram em bom estado de preservação de suas características originais. Encontra-se em bom estado de manutenção.

Análise dos resultados

A preservação do patrimônio industrial é recente, surgiu a partir da ampliação das definições daquilo que se considera bem cultural. O referencial teórico/metodológico denominado de arqueologia industrial busca o estudo da cultura material proveniente do processo de industrialização de forma integrada. Através do método utilizado foi possível relacionar as atividades fabris agroindustriais com a disponibilidade de transportes pluvial e ferroviário e também permitiu a análise da situação de preservação patrimonial.

O trabalho identificou a situação em que se encontra o patrimônio industrial na atualidade. Com relação à proteção dos estabelecimentos estudados, entre os 13 imóveis identificados como antigas indústrias de produtos alimentício, na área delimitada, nenhum dos estabelecimentos está protegido pelo instrumento de preservação “tombamento”.

Apesar da significativa quantidade de remanescentes industriais importantes, apenas metade destes estão vinculados ao instrumento de preservação denominado de “inventário”. Cabe destacar que este instrumento, quando aplicado ao patrimônio industrial na cidade de

Pelotas, apenas estabelece a preservação da volumetria e das fachadas voltadas para o logradouro público.

Do total, apenas cinco estabelecimentos estão identificados na relação dos imóveis do *Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas*. É importante destacar que apesar do “inventário” de aproximadamente 40% dos imóveis históricos fabris estudados, apenas o Moinho Pelotense encontra-se em boas condições de manutenção e de preservação de suas características arquitetônicas. Dos demais imóveis “protegidos”, metade foi muito alterada e desfigurada na última década, sendo eles o Frigorífico Anglo e Fábrica Cotada; já os prédios inventariados restantes se encontram em estado de ruína (Engenho Santista, Engenho Santa Ignácia).



Figura 5 – Engenhos de Arroz. (5A) Engenho São Gonçalo; (5B) IRGA, (2C) Frigorífico Anglo, grandes alterações na estrutura do edifício. Pelotas. RS.

Fonte: Foto do autor, 2012.

De forma que é possível concluir que a proteção legal não resultou na conservação real, pois os bens culturais permanecem em estado de arruinamento por longo período (décadas), ou sofreram descaracterização mesmo sob a vigência dos instrumentos de preservação, sendo a preservação real uma exceção.

Verificando-se a preservação das características originais das fábricas, apurou-se que o processo de conservação ou manutenção se dá em apenas três estabelecimentos, sendo eles a Arroeira Extremo Sul, IRGA e Moinho Pelotense, o que representa 23% de preservação das fábricas alimentícias.

Entre as antigas fábricas alimentícias portadoras de valor cultural, não listadas no inventário, 75% delas estão em situação de arruinamento e abandono (Engenho São Gonçalo, Frigorífico Casarin, Sorol/Olevebra, Leal Santos, Aliança/Ceval, Arroeira Fetter).

Considerações finais

Ao elaborar a pesquisa, identificou-se que alguns temas importantes merecem ser atendidos, dentre os quais estão a criação de instrumentos de preservação específicos para o patrimônio industrial do bairro do Porto de Pelotas e futuros planos de conservação e de gestão integrados ao planejamento urbano.

No que tange a proteção, concluiu-se ser necessário um esforço para que estas edificações não sejam demolidas antes mesmo que se conheça a sua história. Os estudos históricos e os inventários sobre esta área fabril precisam ser aprofundados.

O conjunto de fábricas localizado no Porto de Pelotas compõe uma zona fabril que teve grande importância histórica, vinculada diretamente à facilidade dos transportes portuários, ferroviários e também urbanos. A arquitetura das fábricas constitui-se como

significativa por suas características formais. O bairro do Porto apresenta grande importância memorial, sendo portador de valores culturais que devem ser reconhecidos e socializados.

Referências

CASADO GALVÁN, Ignacio. *Introducción a la arqueología industrial: origen de la disciplina y metodología.*, in: Contribuciones a las Ciencias Sociales, dezembro 2009. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/06/icg12.htm>, Acesso em: 10 de Jul. 2013.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales*. 6. ed. Madrid: Cátedra, 2008.

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Woburn: Butterworth-Heinemann, 1999.

KÜHL, Beatriz Mugayar. O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo. In: *Seminário de patrimônio agroindustrial, 2º*, 2010, São Carlos. *Anais do...* São Carlos: EESC USP, 2010, p.1. 1 CD-ROM.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

SECULT - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas: Relação dos imóveis*. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br>>, Acesso em: 14 de jan. 2012.

SILVA, Leonardo Gomes Mello e. *Patrimônio Industrial: Passado e presente*. Revista do IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/artigo056>>, Acesso em: 22 de jan. 2010.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Revista do IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>, Acesso em: 02 de dez. 2003.

O conceito de memória ferroviária na patrimonialização dos bens oriundos da extinção da RFFSA: entre a memória coletiva e os lugares de memória 383

Lucas Neves Prochnow³⁸⁴

Resumo

O artigo discute o processo de patrimonialização de bens ferroviários a partir da atribuição dada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para preservação da memória ferroviária. Tal atribuição impeliu ao órgão o desenvolvimento e gestão de um novo instrumento de preservação alternativa ao tombamento, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário. Nesse contexto, observa-se uma problemática relação conceitual e operacional entre o conceito de memória ferroviária e o conceito de lugar de memória. Para ilustrar a discussão utilizaremos estudo sobre as oficinas ferroviárias da cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Palavras-chave: patrimônio ferroviário – memória ferroviária – memória coletiva - lugar de memória

Apresentação

O artigo reflete sobre o processo de patrimonialização dos bens oriundos da extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, a partir da enunciação do conceito de memória ferroviária e da atribuição legal dada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, para sua preservação. Veremos que existe estreita relação entre o citado conceito com o de lugares de memória, de Pierre Nora.

Iniciamos por um breve histórico do problema.

As ferrovias foram inauguradas no Brasil na segunda metade do século XIX. A mais antiga linha ferroviária é o trecho Mauá – Fragoso, no Rio de Janeiro, construído em 1854. O segundo trecho mais antigo localiza-se na cidade do Recife, em Pernambuco, chamado de *Recife and São Francisco Railway Co.*, inaugurado em 1858 e que pretendia ligar a capital ao rio São Francisco.

A ferrovia teve inegável importância econômica, social e urbana para o país. Foi responsável pela ocupação e desenvolvimento de regiões afastadas além de possibilitar o aumento do escoamento da produção; estabeleceu novos marcos paisagísticos inauguradores da modernidade nas capitais brasileiras; inaugurou o trabalho assalariado para os funcionários das empresas estrangeiras operadoras do incipiente sistema ferroviário entre inúmeros outros benefícios. Após um primeiro momento onde empresas estrangeiras privadas construíam e operavam linhas ferroviárias nos estados brasileiros e de um gradual aumento de controle estatal destas empresas, a malha ferroviária foi encampada pelo governo na década de 1950.

Em consequência dessa encampação, a RFFSA foi criada para administrar as 18 ferrovias regionais que formaram a malha nacional já em um contexto de favorecimento do modal rodoviário pela União. Na década de 1960 iniciou-se o processo de estagnação do modal ferroviário e de erradicação dos ramais antieconômicos. Desse período até a década de 1990, a RFFSA, a partir de estudos e esforços do governo brasileiro, passou por reformas administrativas que intentavam conter o processo de sucateamento da ferrovia. Em 1992, em meio ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND – pelo Decreto nº 473.

³⁸³ O artigo se baseia em pesquisa de mestrado realizada entre 2011 e 2013 pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP/IPHAN).

³⁸⁴ Historiador (PUCRS). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP/IPHAN).

Em janeiro de 2007 a RFFSA foi extinta através da Lei n. 11.483/2007, e seus bens foram divididos em operacionais ³⁸⁵ e não-operacionais ³⁸⁶, e em bens móveis ³⁸⁷ e bens imóveis ³⁸⁸.

A lei atribuiu a preservação da memória ferroviária ao Iphan. Quanto às responsabilidades do Iphan, o Art. 9º da Lei 11.483/2007 estabelece que:

Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

§ 1º Caso o bem seja classificado como operacional, o IPHAN deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário.

§ 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

- I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;
- II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

Foi através da enunciação do conceito de memória ferroviária que o Estado iniciou a patrimonialização dos bens ferroviários. Tanto a Lei nº 11.483/2007 como a subsequente Portaria nº 407/2010, que normatizou o processo e estabeleceu a preservação via inscrição em uma lista de bens, tiveram nesse conceito o princípio de sua atuação. A referida lei não foi o primeiro momento onde apareceu o conceito, que era entendido e expressado conforme um entendimento comum sobre o que significava, em geral indicando a importância histórica da ferrovia objetivadas naquele que comumente é seu ícone, a estação ferroviária.

Com a atribuição legal descobriu-se que o universo de bens passíveis de tutela federal, segundo o inventário da RFFSA, era de cerca de 50 mil bens imóveis; 15.000 bens classificados pela RFFSA como históricos; 31.400 metros lineares de acervo documental; 118.000 desenhos técnicos; 74.000 itens bibliográficos; e um incalculável número de bens móveis espalhados nos escritórios regionais da RFFSA, em almoxarifados e depósitos (CAVALCANTI et. All., 2012).

Devido à quantidade de bens, e com vistas à normatização do complexo processo de valoração e procedimento de preservação desse universo, o Iphan publicou a Portaria n. 407/2010, que estabeleceu a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário inaugurando um novo instrumento de preservação.

A Portaria nº 407 de 2010 dispôs *sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário – LPCF*, “a fim de possibilitar o controle e gerenciamento dos bens de valor cultural a que se refere o artigo 9º da Lei 11.483/07”. Em seu Art. 4º define os critérios para valoração dos bens móveis e imóveis a serem inscritos na Lista o Patrimônio Cultural Ferroviário:

I - Que apresentarem correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais, processos de ocupação e desenvolvimento do País, de seus Estados ou Regiões, bem como com seus agentes sociais marcantes;

II - Portadores de valor artístico, tecnológico ou científico, especialmente aqueles relacionados diretamente com a evolução tecnológica ou com as principais tipologias empregadas no Brasil a partir de meados do século XIX até a década de 1970;

³⁸⁵ Arrendados às concessionárias operadoras das ferrovias.

³⁸⁶ Bens não vinculados a contratos de arrendamento. Os bens imóveis não-operacionais foram transferidos para a União (art. 2º da Lei nº 11.483/2007).

³⁸⁷ Material rodante (locomotivas de passageiros, carro-restaurante, vagões de carga, autos-de-linha, guindastes, entre outros); acervo documental (bibliográfico, arquivístico, fotográfico, mapoteca, entre outros); acervo museológico (mobiliário, relógios, sinos, entre outros).

³⁸⁸ Obras de arte (pontes, viadutos, túneis, entre outros); pátios, estações, casas de agente, casas de turma, vilas ferroviárias, caixas d’água, entre outros.

III - Cujo intuito de valoração cultural seja objeto de manifestação individual ou coletiva de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, desde que devidamente justificada, podendo ser, inclusive, motivada por seu valor simbólico.

Ressalte-se que o Iphan vinha desde a década de 1960 tombando bens ferroviários, como o faz até hoje. Em paralelo, visto as dificuldades de instrução de processo de tombamento, bens ferroviários passaram a ser incluídos na referida Lista e gozando, então, de proteção do Estado. Essa proteção é celebrada através de um Termo de Cessão assinado entre aquele que cede o bem, a União, e aquele que demanda o bem, podendo ser este uma associação, uma ONG, uma Prefeitura, entre outros.

A pesquisa, realizada no Arquivo Central do Iphan/Seção RJ e também nas atas do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, permitiu conhecer o universo dos bens ferroviários tombados e daqueles protegidos por meio de inclusão na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário.

Observou-se na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, segundo a publicação da Portaria nº 441, de 2011, que são 362 os bens inscritos após o estabelecimento da Portaria 407/2010. Dentre os bens inscritos, há pontes, caixas d'água, pontilhões, acervos documentais, casas de turma, vilas ferroviárias, mas, principalmente, estações. Até o momento, o *website* do Iphan informa que são 435 bens ferroviários protegidos através da Lista. Isso ocorre pois os bens listados posteriores à publicação da supracitada portaria foram inscritos individualmente.

Por outro lado, são 11 os bens ferroviários tombados pelo Iphan e de um bem tombado por Decreto-Lei em 1954, mas que foi destombado também por Decreto-Lei em 1970, que é o caso do *trecho ferroviário Mauá-Fragoso*, em Magé/RJ. Destes tombamentos, a atribuição de valor dos pareceristas do Conselho Consultivo do Iphan refere os projetos arquitetônicos inéditos no país, principalmente para estações e galpões ferroviários; refere a importância histórica e econômica da ferrovia; as obras de arte de pontes e pontilhões; e o valor antropológico das vilas ferroviárias bem como a grandeza de complexos ferroviários como o de São João del Rey (MG). Entre outros, estão tombados pontes, estações ferroviárias, vilas e complexos ferroviários além de documentação histórica da RFFSA ³⁸⁹.

Ressaltamos que a Portaria 407/2010 estabeleceu a criação de uma Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário, responsável por valorar e inscrever o pedido sobre bens a serem listados. Esse procedimento é alheio ao processo de valoração de bens culturais que passam pelo crivo do Conselho Consultivo do Iphan.

Em síntese, a patrimonialização dos bens ferroviários dependeu de uma atribuição legal que originou uma Portaria específica que possibilitou a proteção em massa desses bens. Inscritos em uma Lista, alheios a valoração do Conselho Consultivo, dependentes somente da celebração de um Termo de Cessão que se esgota no momento em que há quebra de contrato de uso ou desistência, o novo instrumento de preservação estabeleceu uma prática inédita de preservação no país. Cumpre averiguar a força desse instrumento calcado na invocação da memória ferroviária.

Memória ferroviária: invocação à memória coletiva

É necessário tecer breves considerações sobre conceito muito utilizado e que se relaciona intimamente nos chamamentos à defesa do patrimônio ferroviário: a memória coletiva. Recorre-se a isso por que existe um equívoco no correlato feito entre a memória coletiva, a memória ferroviária e os lugares de memória. Do ponto de vista da gestão do patrimônio cultural pelo Estado, a generalização conceitual que decorre da memória ferroviária produz a necessidade de preservação de todo o patrimônio ferroviário. Essa

³⁸⁹ Para maiores informações consultar o site do Iphan (www.iphan.gov.br) nas áreas destinadas ao patrimônio ferroviário e no acesso à leitura das Atas do Conselho Consultivo.

situação é consequência de se compreender os bens ferroviários como referências da memória coletiva desde uma pequena localidade até sua importância nacional. Nesse sentido, sem serem problematizados, esses bens ferroviários, principalmente as estações ferroviárias, são lugares de memória. Por isso retomar alguns pontos citados são importantes para nossa discussão.

Mais expressiva do que explicativa, a noção de memória coletiva criada por Maurice Halbwachs, apesar de ser difusa, é bem prática. Segundo o antropólogo Joel Candau (2006), ela é prática, pois serve para designar formas de consciência do passado que são aparentemente compartilhadas por um conjunto de indivíduos. Para este último autor, a memória referida como coletiva “é o produto de um empilhamento de estratos de memórias muito diferentes” (Ibid., p. 61), que expressam adequadamente certas realidades “mas que não explica como as memórias individuais podem constituir uma memória coletiva, de que maneira ela pode ser conservada, transmitida, modificada, etc.” (Ibid., p. 67).

Se por um lado o conceito de memória coletiva é teoricamente frágil, não se pode dizer o mesmo de outro conceito formulado por Halbwachs, os quadros sociais da memória, que nos auxilia na compreensão de “como as recordações individuais receberam certa orientação própria de um grupo” (Ibid., p. 67). Se a transmissão de um conteúdo em uma coletividade pode ser interpretada diferentemente por cada indivíduo receptor, sua repetição e sua presença favorecem a memorização e compõem esses quadros sociais da memória.

A memória ferroviária tal como utilizada pelo Estado brasileiro se assemelha a essa concepção de memória coletiva no sentido de uma totalização de recordações individuais sobrepostas. Inseridas em um quadro social da memória tiveram seus discursos enquadrados em uma pretensa positividade da história ferroviária, das sociabilidades ferroviárias, do passado ferroviário, entre outros. A utilização da memória ferroviária pela sociedade deve-se, além de uma experiência direta com a época do trem, principalmente à intervenção da música, da literatura, do audiovisual, o que dá a ela sua dimensão coletiva e positiva. De maneira muito vaga são referidas pelo Estado ou por quem defende a preservação da história da ferrovia as lutas e greves dos trabalhadores ferroviários; o sistema de trabalho ao qual estavam submetidos; os regimes de trabalho que no final do século XIX ainda assemelhavam-se à escravidão. A história contada geralmente parte de categorias hierarquicamente superiores no quadro da RFFSA (arquitetos, engenheiros, superintendentes, motoristas, entre outros) e criam uma visão positiva da época da ferrovia.

Sem dúvida que o conjunto de memórias se relaciona àquilo que se chama de memória coletiva e de memória social, pois está no nível de uma reflexão sobre eventos, acontecimentos ou vivências de algum grupo. Toda a memória é social, mas nem toda a memória é coletiva. Por social, entendemos que as memórias se constroem sobre acontecimentos diários de indivíduos que convivem em sociedade e possuem liberdade de filiação a grupos afins sob estruturas sociais, políticas e econômicas cambiantes. Já a memória coletiva supõe que um fato, acontecimento, ou determinados contextos vividos em conjunto, entre outras situações, são comuns a todos os membros de um grupo e que, ao acionar estas memórias, pretende-se que elas sejam a representação da totalidade do grupo; o que nos remete a uma relação de poder sobre quem ativa alguma memória coletiva e com quais interesses.

Candau, sobre a memória coletiva, diz que ela

Segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciadas pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas (CANDAU, 2012, p. 48).

É a evocação do que sucedeu a alguma coletividade que se pode chamar de memória coletiva, pois se supõe que algo vivido em conjunto formatou esta coletividade e que esta

evocação teria a força de aglutinar certo grupo social em torno daquilo que outrora lhes marcou a experiência. Disso estabelece-se a correspondência entre memória e identidade.

A generalização à qual está disposta a memória coletiva é semelhante àquela da memória ferroviária. Da parte da ferrovia, e seguindo a lógica de Candau, a pesquisa que pretende apreender a memória ferroviária toma por objeto de pesquisa esse ferroviário ou esses ferroviários, transformando-os em os ferroviários. Essa transformação, comum, busca encontrar uma memória coletiva ou uma identidade cultural no interior de um grupo, forçando que haja um reconhecimento mútuo dentro do grupo. Como metamemória, a memória coletiva é um enunciado criado por membros de um grupo que pretende ser a memória de todo o grupo. Nesta perspectiva, a retórica é decisiva, porque permite generalizações a partir de observações individuais criando conceitos aplicáveis, mas que são extremamente frágeis.

Neste esquema de pensamento, Candau elabora sua compreensão sobre o que ele chama de retóricas holistas:

Emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis, homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma de suas partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos (CANDAU, 2012, p. 30).

Estas retóricas holistas podem nos dizer “alguma coisa” sobre a realidade. Podem remeter a fenômenos que são, pelo menos aproximadamente, o que elas pressupõem. Isso é a memória coletiva, sem dúvida, e é também a memória ferroviária. Essas retóricas holistas possuem certo grau de pertinência e podem referir-se a fenômenos observáveis pretendendo dar conta de certas realidades.

A abordagem da política pública que se centra na representação da ferrovia sobre elementos imóveis que guardam a memória ferroviária pode levar a uma situação interessante, descrita por Candau sobre a conservação da memória dos mineiros do norte da França:

Essa memória de lutas e sacrifícios da corporação se nutre de estereótipos que apresentam o mineiro como um ‘ser corajoso, amante de seu trabalho, vinculado à mina e ao bairro operário no qual vive’. Essa memória participa da construção de uma identidade social e cultural ‘estatuária’ que os torna inaptos a toda adaptação ao presente e ao futuro. Prisioneiros de uma metamemória – a mitologia de sua profissão, a da grande família de mineiros-, esses sujeitos não têm à sua disposição mais do que um discurso petrificado, uma imagética heroica e uma crença em promessas já esquecidas. Unidos de sua dignidade, eles denunciam os descasos em relação a eles, defendem suas vantagens adquiridas e tornam-se guardiões hipersensíveis de um futuro museal industrial. A moral os homenageia. A realidade os maltrata’. Eles sofrem com suas histórias porque aceitaram representar o papel a eles atribuído por outros: deixaram-se reduzir à memória esclerosada produzida por certos mecanismos institucionais e ideológicos (CANDAU, 2012, p. 191).

No intuito de salvaguardar os marcos físicos da ferrovia e estabelecer um ponto de apoio para as memórias sociais, a memória ferroviária tornou-se equivalente ao patrimônio ferroviário no sentido de que possui um valor que é imanente.

As oficinas ferroviárias de Jaboatão dos Guararapes (PE) e a problemática dos lugares de memória

O município e depois a cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, desde sua fundação, no século XVIII, passaram por modificações em sua paisagem. Da predominância do monocultivo de cana-de-açúcar, dos grandes engenhos de açúcar³⁹⁰ e da mão de obra escrava, passou a

³⁹⁰ Em 1746 o distrito de Jaboatão possuía 11 engenhos. Esse número passou a 66 no ano de 1857, empregando cerca de 1.500 escravos e 1.000 lavradores. Em 1894 existiam 55 engenhos, já nesse momento, a grande maioria movido a vapor, suplantando os engenhos antigos movidos a água ou tração animal. Um dos três principais engenhos centrais da região chamava-se Fábrica União, de onde foi construída, no ano de 1898, uma ponte e uma

modernizar-se e urbanizar-se, concorrendo com a capital, Recife. A decadência do setor sucroalcooleiro e a evolução tecnológica fizeram surgir indústrias e fábricas que, desde a década de 1940, transformaram a paisagem da região, a arquitetura de seus prédios, os antigos traçados da cidade, os modos de vida, agora urbanos, e as dinâmicas econômicas. Na origem dessa modernidade esteve a ferrovia.

Em um primeiro momento, a instalação da rede ferroviária possibilitou o aumento da população da região bem como o aumento do fluxo de pessoas e de mercadorias, promovendo maior dinâmica econômica. Esse processo elevou a importância de Jaboatão em relação às cidades do entorno, transformando-a em sede do distrito.

A estação ferroviária de Jaboatão foi inaugurada em 1885, como parte da Estrada de Ferro Central de Pernambuco – EFCP. A Linha Tronco Centro partia da cidade do Recife em direção à cidade de Caruaru e mais tarde penetrou no sertão pernambucano, transportando cargas e passageiros. A partir de 1975 o transporte de passageiros terminou em quase toda a linha, ficando restrito até a cidade de Jaboatão dos Guararapes.

Em um segundo momento, a partir de 1910, com a instalação das oficinas, logo atrás da estação ferroviária, a cidade atraiu grande contingente de ferroviários e de trabalhadores para a região, tornando-a o principal pólo ferroviário do Nordeste. Não somente foi instalada essa oficina, mas, anos depois, a empresa de capital inglês *Great Western Brazil Railroad* – GWBR, centralizou sua sede e suas oficinas de reparos e manutenção nesse local. Na década de 1940, os galpões foram modernizados e as oficinas passaram a ocupar as medidas atuais, em uma área de 42.227 m². Segundo Veloso, “estas oficinas constituíam a única expressão de vitalidade econômica da cidade” (1982, p. 110).

O período de 1890 até 1930 apresentou a maior expansão da rede ferroviária em Pernambuco e, assim, dos elementos necessários e característicos ao seu funcionamento. Esse crescimento, e a subsequente complexificação da malha ferroviária, exigiu que a oficina de Jaboatão aumentasse sua capacidade de produção de peças para as locomotivas, sua principal atividade. Essa situação se agravou ou se intensificou no período da segunda guerra mundial, quando o ferro inglês deixou de ser importado. Esse aumento de trabalho fez de Jaboatão um local ferroviário por excelência, desde os anos de 1920 até 1970, quando contou com cerca de dois mil trabalhadores nas oficinas (IPHAN, 2009).

Com a desativação da ferrovia e a extinção da rede ferroviária, o complexo ferroviário de Jaboatão dos Guararapes foi paulatinamente abandonado, e viu-se a cidade se adensar sobre ele. Ações da prefeitura para criação de binários viários e o alargamento das ruas do entorno levaram a implosão da antiga estação da cidade e destruíram sua antiga plataforma.

Analisando-se a dimensão social, a presença dos ferroviários na cidade fez surgir um Clube Ferroviário, uma banda de ferroviários e escolas para ferroviários, meios de visibilidade social da classe. No plano político, a categoria dos ferroviários articulou greves desde a formação da primeira oficina, organizando inúmeras *paradas* até a década de 1950, passando por grande repressão durante o período varguista. Veloso informa que o primeiro movimento grevista na cidade aconteceu logo em 1893, organizado pelos ferroviários que reivindicavam aumento de salário. Quando as estradas de ferro passaram às mãos da GWBR houve outras duas grandes greves: uma geral também por melhorias salariais, em 1909; e a outra em 1913, somente nas oficinas, pela demissão de um chefe do setor da locomoção e pela readmissão de ferroviários demitidos (VELOSO, 1982, p. 125). Em diversos outros momentos ocorreram greves menores.

estrada de ferro ligando a indústria à estação. Essa relação deu nome à antiga Rua da Fábrica União, à localidade do Alto da Fábrica da União e à Estrada de Ferro da Fábrica União. Exemplos de importantes engenhos são: São João Batista, Santo André, Santana, Velho, Socorro, Santo Amaro, Entre Rios, Duas Unas, Palmeira Suassuna (VELOSO, 1982, p. 21-43).

Dentre as informações específicas que compõem o que queremos compreender, comumente entendido como memória ferroviária, nosso procedimento de análise das narrativas orais identificou a existência de categorias, chamadas aqui de dimensões: dimensão social; dimensão da técnica e da formação profissional; dimensão de paisagem – não somente a formação e desenho urbano, mas das paisagens do meio-ambiente visto nos percursos do trem –; e a dimensão relacionada àqueles temas que se referem, então, ao sentido da vida que é inseparável do trabalho ferroviário.

Percebeu-se haver uma oscilação na maneira como foi relatado esse passado ferroviário, o qual variava na ênfase ao tom ufanista. De certa maneira, poucos foram os casos que desdenharam a importância da ferrovia e dos ferroviários para a cidade. Porém, por outro lado, no geral, as pessoas tenderam a dar pouca importância para a preservação do complexo das oficinas, visto que a atividade para a qual sempre funcionou não era mais necessária e nem mesmo a ferrovia existia. Essa constatação partiu tanto de moradores antigos como de pessoas jovens. Dentre os primeiros, pode ser notada a nostalgia de algo que poderia ter sido, mas que já não é. Isso incide em suas visões sobre a preservação ou não do espaço das oficinas para a cidade. Para os segundos, a preservação daquele espaço é somente relevante se ele deixar de ser um local abandonado, não parecendo importar, de fato, se sua preservação seria cultural ou por qualquer outro uso que pretenda atender à modernização do centro antigo da cidade.

No caso do complexo ferroviário de Jaboatão dos Guararapes e de sua participação na formação da cidade, a pesquisa permitiu inferir a influência desse passado ainda presente (nas memórias individuais e nos registros fotográficos), bem como na presença física de suas ruínas (que causa desconforto àqueles que viveram no período em que ainda funcionava a ferrovia, como também às pessoas, que não tendo vivido tal passado, consideram negativo o abandono do espaço).

Considerações Finais

De forma sintética, e apresentando algumas considerações finais da pesquisa de mestrado, o fulcro era compreender como o processo de patrimonialização de bens ferroviários foi ativado, ou não, segundo aquilo que legalmente acionou e permitiu desenvolver uma política patrimonial específica para o patrimônio ferroviário: a enunciação do conceito de memória ferroviária. Existe o entendimento de que a lei 11.483/2007 equivaleria a memória ferroviária ao patrimônio ferroviário. Não por outro motivo a Portaria 407/2010 estabeleceu critérios para que alguns bens de todo o universo fossem inscritos em uma lista para então serem preservados. Um dos problemas se verifica na maneira como o processo se realiza, pois bastaria algum bem receber projeto de uso para ser inscrito na lista. Ou seja, seria para além de um novo instrumento de gestão, o estabelecimento de um valor de uso.

Porém, a memória ferroviária se caracteriza como uma retórica holista de fraca intensidade, na medida em que não consegue convocar e agrupar indivíduos na defesa de sua preservação. Fica, essa memória, restrita às lembranças individuais e aos registros fotográficos do passado, ambos suportes que remetem à história de um período, do processo de industrialização e modernização do país.

Nesse sentido, a dissertação que deu origem a este artigo não possuiu a mesma perspectiva sobre o conceito de lugar de memória eternizado pelo historiador francês Pierre Nora (1993). Pensamos a noção – lugar de memória – sob outra perspectiva: como lugares “nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas”, onde se formam os “laços de uma identidade espacial” resultados de “práticas socioespaciais” (SCIFONI; NASCIMENTO, 2011, s/p.).

Pensando na perspectiva de Nora, vemos que sua preocupação refere-se à perda das identidades nacionais e à perda dos referenciais do passado e do fim de sua transmissão.

Concebendo o tempo como degradação, os lugares de memória, para ele, reparariam esse dano (GONDAR; DODEBEI, 2005). Segundo Jô Gondar sobre o discurso de Nora, “é um discurso de perda, dificuldade de positivar as mudanças no mundo, mudanças nos modos de sentir, perceber, lembrar que caracterizam as sociedades contemporâneas” (GONDAR, 2005, p. 21).

Nora escreve seu texto na já na época pós-industrial e de *mass-media*, em contexto de renovação historiográfica. Seu texto dá ênfase na separação que a contemporaneidade estabelece entre a memória e a história. Para ele, memória é tradição, herança, é vida e é dinâmica. Já a história congela e oblitera a memória por que já não é mais vivência, mas sim problema. O passado é visto sob perspectiva crítica.

Em uma perspectiva muito utilizada sobre seu texto clássico, os lugares de memória o são por que investidos de participação social através da passagem do tempo histórico (refiro-me nesse caso somente aquilo que é físico e material, e não quaisquer outros tipos de lugares de memória como arquivos, livros, monumentos, etc.). Principalmente, esses lugares passam a existir por que se sabe que não há mais uma memória espontânea, daí sua necessidade, de re-ligação com o passado, de ressucitar a lembrança.

No limite entre história e memória está o ponto de reflexão do patrimônio ferroviário e dos lugares de memória. No caso da oficina ferroviária de Jaboatão dos Guararapes, aquele foi sem dúvida um local marcante para a cidade e para a sociedade. Porém, ele somente se restabelece como lugar de memória na medida em que se recorre a escrita de sua história e sua revitalização como patrimônio e como potencial pedagógico para a comunidade. Não é mais o caso da patrimonialização para reforço da memória-Estado, ou de uma memória nacional (se bem que o conceito de memória ferroviária leve para esse sentido). Ainda no caso de Jaboatão, a comunidade apresenta uma memória de fraca intensidade para reabilitação daquele espaço, o que tornaria ainda mais complexo o processo de indução da antiga oficina em patrimônio cultural do lugar.

De todas as formas verificou-se que a memória é sempre reconstrução do passado e que um lugar de memória sempre dependerá da escrita de sua história quando elementos mínimos de sua presença ou para a sua rememoração estiverem esgotados no espaço ou na sociedade.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 31 de maio de 2007.

BRASIL. Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 23 de dezembro de 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI NETO, José Rodrigues; CARNEIRO, Fernanda Gilbertoni; GIANNECCHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2999>>. Acesso em 02 de junho de 2013.

GÔNDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco**. Iphan/PE, Recife, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1993.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito do. Memória e esquecimento: o patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. In: **VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2999>>. Acesso em 02 de junho de 2013.

VELOSO, Van-Hoeven Ferreira. **Jaboatão dos meus avós**. Biblioteca pernambucana de história municipal – Centro de estudos de história municipal. Recife, 1982.

Proposta de inventário do patrimônio edificado da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria - RS

Marina de Alcântara³⁹¹

Luiz Fernando da Silva Mello³⁹²

Resumo

A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do RS foi fundada em 1913, localizando sua sede em Santa Maria. Com um projeto que visava o desenvolvimento social, econômico e cultural de seus associados, formou uma espécie de rede que abrangia grande parte do estado, localizando filiais em diversas cidades. Por meio dos prédios que ocupou com suas atividades de comércio, saúde e educação, foi responsável pela transformação de espaços em escala urbana e regional. Diversos fatores contribuíram para sua decadência, de forma que grande parte de seu patrimônio construído foi aos poucos sendo degradado. No caso especial de Santa Maria, alguns prédios foram desapropriados via ações judiciais e outros vendidos para sanar dívidas. A proposta de um inventário tem como um de seus objetivos organizar dados atualmente esparsos sobre o patrimônio edificado colaborando para a discussão de sua valorização como símbolos da classe ferroviária principalmente em Santa Maria.

Palavras-chave: Inventário, Patrimônio Material Imóvel, CCEVFRGS.

Introdução

Em um cenário de supervalorização do sentimento individualista do “eu-aqui-e-agora”, onde estamos vivenciando um momento onde muitas “coisas” já nascem para morrer, surgem novas reflexões em torno da construção daquilo que identificamos como patrimônio com valor de preservação. Para Meira (2008), fenômenos como a globalização e consequentes processos de homogeneização de culturas, acabaram por despertar em diferentes sociedades o fortalecimento das reivindicações regionais e locais.

Segundo Ramos (2008, p77), a preservação teria por principal finalidade dar o direito a todos nós de sentir as marcas de outros tempos, buscando “dialogar com o que já foi feito, por quem foi feito, para quem e contra quem foi feito”, transformando o objeto preservado em ferramenta de estudo e desenvolvimento da consciência de que somos seres historicamente construídos.

Meira (2008) destaca que no âmbito da arquitetura no Brasil, chegamos a um momento onde projetar é cada vez mais atuar no ambiente construído buscando meios de relacionar o novo com aquilo que já existiu, preservando assim, também, seu papel simbólico. Para Meira (2008, p. 18) a temática da preservação do patrimônio material não tem como objetivo tornar imortal o passado, mas sim buscar referências “por meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstroem os seus valores e suas trajetórias”.

Ainda que com diversos sentidos acerca do que se entende enquanto patrimônio, aquele que nos cabe neste trabalho refere-se ao patrimônio enquanto relação com a cultura produzida pelo homem. Neste entendimento: patrimônio cultural. Ampliando os conceitos, o sentido de patrimônio pode ser dividido em patrimônio imaterial e material, sendo neste último inserido a arquitetura.

³⁹¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural - UFSM, marinadealcantara@hotmail.com

³⁹² Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFSM e Professor do Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural - UFSM, lfsilvamello@gmail.com

Dentro dos conceitos de patrimônio material imóvel, este trabalho traz como tema o patrimônio edificado da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS), com a proposta de desenvolvimento de um inventário dos edifícios pertencentes a essa instituição na cidade de Santa Maria – RS.

Fundada em 1913, a CCEVFRGS foi fruto de um grande projeto organizado entre ferroviários residentes em Santa Maria, tornando-se possivelmente a organização de maior destaque no país.

Da importância alcançada pela profissão ferroviária no Rio Grande do Sul derivaram uma série de iniciativas levadas a efeitos por esses trabalhadores. Entre elas a de maior repercussão foi a organização da cooperativa de consumo, cuja perenidade ficou marcada pela capacidade de mobilização de seus associados, idoneidade de suas administrações e resultados sociais, além do que representou como sustentáculo para as ações políticas, tanto dos trabalhadores quanto dos governos instituídos. (FLÔRES, 2008, p. 189)

A CCEVFRGS chegou a ser considerada como a maior instituição cooperativista da América Latina durante o século XX, com uma elaborada estrutura que envolvia diversas cidades do Estado possuindo armazéns, farmácias, açougues, padaria, torrefação de café e fábrica de sabão, bolachas e confeitarias, além do destaque nas áreas de educação e saúde. A decadência do transporte ferroviário atingiu a CCEVFRGS, que aos poucos perdeu sua representatividade atingindo a falência, sendo que muitos dos seus bens, materiais e imateriais, já foram vendidos para sanar dívidas ou desapropriados pelo Governo Estadual e Municipal, de forma que a maior parte do seu patrimônio se perdeu.

A instituição ainda existente enquanto entidade legal, mas já não possui representatividade. Atualmente possui um número mínimo de associados³⁹³ que se reúnem regularmente na sede localizada na Vila Belga em Santa Maria.

Santa Maria e a CCEVFRGS

A localização geográfica de Santa Maria no centro do estado do Rio Grande do Sul favoreceu a implantação de um entroncamento ferroviário na cidade, que por muitos anos foi responsável pelo crescimento local. Para Vécio (2010) “Santa Maria pode ser considerado um dos casos mais interessantes do progresso e desenvolvimento a partir da ferrovia”, cuja inauguração ocorreu no ano de 1885, com a conclusão da linha-tronco Porto Alegre-Cachoeira-Santa Maria, é identificada como um marco na história da cidade.

A Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul é encampada no ano de 1898, pela “*Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer u Brésil*”, da Bélgica, que foi responsável por sua administração até o ano de 1920 (PADOIN, 2010, p.324). O complexo de edifícios construídos na cidade destacava os investimentos aplicados pela *Cie. Auxiliaire*, possuindo “uma estação de primeira classe, caixa de água, telégrafo, oficinas, escritórios e residências de funcionários, (...) além das oficinas de manutenção e depósitos de vagões” (VÉCIO, 2010, p.214).

Esse conjunto de edifícios considerados de apoio à ferrovia concentrava também um número significativo de funcionários ligados à atividade ferroviária na cidade. Desta forma, residiam em Santa Maria funcionários desde o mais alto escalão administrativo, a operadores de trens, atendentes da estação e mecânicos para a manutenção dos vagões e trilhos.

Da organização de alguns desses funcionários surgiu em outubro de 1913 o *Syndicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul - CCEVFRGS*, tornando-se em 1916 a *Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul* (MELLO, 2010), cujos objetivos eram:

³⁹³ Dos atuais associados, todos são ferroviários aposentados, que ingressaram na Cooperativa quando esta ainda desempenhava suas funções.

(...) manter armazéns para o fornecimento aos associados por preços razoáveis de todos os gêneros de uso e consumo pessoal e doméstico; aplicar o seu patrimônio, lucros e rendimentos, em benefício exclusivo, geral e proporcionado, direta e indiretamente, dos seus associados, podendo: instituir pecúlios pagáveis em dinheiro, nos casos de invalidez ou falecimento dos associados; fundar, manter e auxiliar instituições escolares de artes e ofícios; estabelecer hospitais, farmácias e caixas de empréstimos. (CCEVFRGS, 1963).

Com este propósito, ainda em 1914 foram instalados armazéns em Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo, evidenciando a iniciativa da CCEVFRGS que mesmo sendo fundada em Santa Maria não teria suas atividades somente nesta cidade. Desta forma, durante o período em que esteve atuante, possuiu edifícios em pelo menos 16 cidades do estado (MELLO, 2010).

Santa Maria, por ser a sede da entidade, concentrou o maior complexo de edifícios, agregando diversas atividades em três núcleos na cidade: um na região central e dois próximos às unidades do Km2 e Km3 da ferrovia.

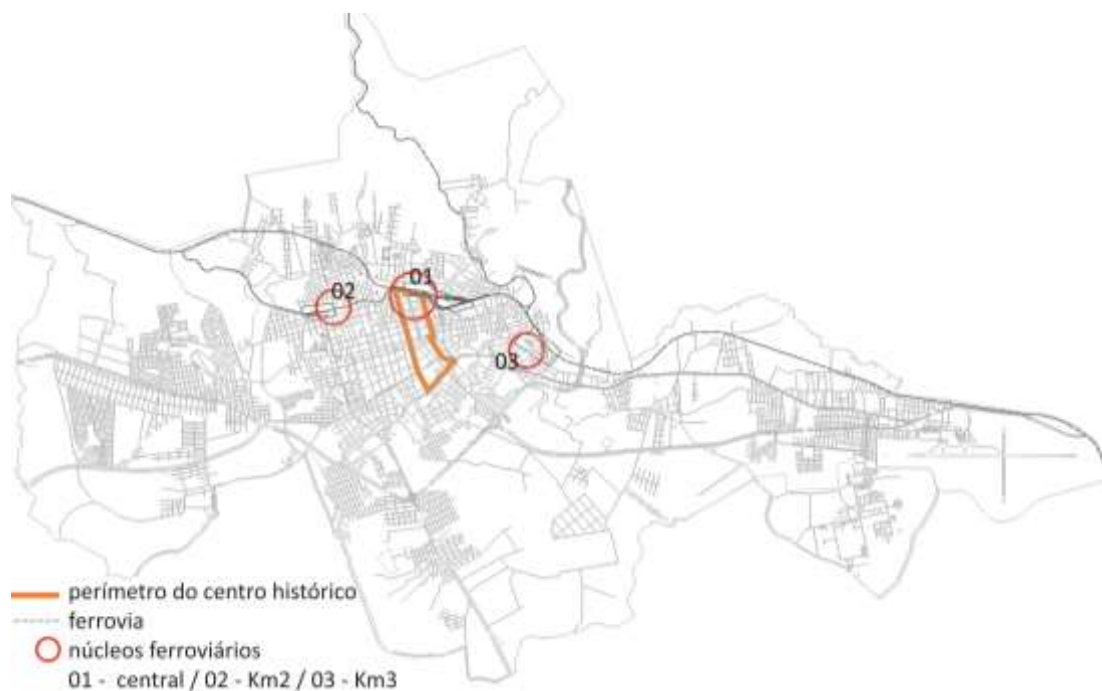


FIGURA 01 – Perímetro urbano de Santa Maria com situação dos núcleos ferroviários.

Fonte: Adaptado de PDDUA (2005)

Até meados da década de 1940, a CCEVFRGS foi destaque na América Latina como entidade de grande poder comercial, pois negociava diretamente com as fontes de produção, tanto no Brasil quanto por importações da Europa, mercadorias necessárias ao consumo dos associados (PADOIM, 2010). Segundo Mello (2010), em 1962 a entidade atingiu o número máximo de associados - 19.065, atendendo a funcionários em diversas cidades do Estado e nas comunidades organizadas em áreas rurais ao longo das linhas da ferrovia.

A Viação Férrea aos poucos perde o seu papel na economia nacional, entre outros fatores, pela política do Governo Federal ao ingresso da indústria automobilística no País. Esta, por não ter mais o apoio dos governantes, é vítima de uma má administração e começa a enfrentar um longo processo de decadência (PADOIM, 2010).

A redução do número de funcionários da ferrovia, e devido a isso a diminuição de associados, além da inflação verificada no país a partir de 1960 que provocou a falta de capital de giro e com isso dificultou a renovação de estoques, são fatores que contribuíram para a decadência da CCEVFRGS (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Nos anos que seguiram, aos poucos, grupos escolares, armazéns e farmácias foram sendo extintos em todo o Estado, ao passo que hoje a CCEVFRGS não mais possui atividades de auxílio aos seus associados. Ainda assim, Mello (2010, p. 173) destaca que “mesmo com seu

declínio, a CCEVFRGS permanece no imaginário social como uma instituição exemplar acerca das potencialidades associativas de classes profissionais ou grupos com interesses convergentes”.

A CCEVFRGS e os espaços construídos

Desde a fundação da CCEVFRGS, a instituição foi responsável pela implantação de edifícios destinados a armazéns, farmácias, escolas, fábricas e consultórios médicos e odontológicos voltados para atender as necessidades básicas de seus associados. Assim, em um primeiro momento, foram instalados armazéns em Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo (posteriormente transferido para Porto Alegre).

Aos poucos, a presença da CCEVFRGS se espalhou pelo Estado do Rio Grande do Sul, instalando-se em Passo Fundo, Bagé, Cruz Alta, Cacequi, Montenegro, Ramiz Galvão, Olimpo, Uruguaiana, Alegrete, Santiago, Porto do Conde, Taquara, Diretor Pestana e Pelotas. Além dessas filiais localizadas com caráter permanente nas cidades, a Cooperativa mantinha pequenos armazéns por períodos determinados em locais onde ocorriam obras esporádicas ao longo das linhas férreas.

Um dos objetivos da CCEVFRGS era aos poucos reduzir os intermediários nas negociações comerciais, de modo que pudesse oferecer produtos de qualidade a custo abaixo do mercado local. Em face disto, investiu na aquisição de maquinário e qualificação de mão de obra de forma que a própria instituição pudesse executar os produtos comercializados. Como reflexo disso, a Cooperativa ampliou a Padaria Central localizada em Santa Maria transformando-a em um fábrica de bolachas e massas que atendia as padarias e armazéns de todo o estado. Em Santa Maria estava localizada também a fábrica de torrefação de café, que viabilizava a compra do grão cru e sua manufatura para comercialização junto a seus associados.

Caso semelhante ocorreu com a fábrica de confecções e seção de alfaiataria, que iniciou sua produção ocupando tecidos que não eram vendidos nos armazéns e transformando-os em roupas para o trabalho cotidiano dos operários. A Cooperativa produzia ainda móveis e estofados nas seções de marcenaria e estofaria, utensílios domésticos, ferramentas, fogões na seção de metalurgia e também impressões na seção de tipografia.

Da preocupação em oferecer atendimento médico e odontológico buscando melhorar a qualidade de vida à classe ferroviária, foram organizados consultórios em farmácias por todo o Estado. Nas cidades onde não possuía farmácia própria e era identificado grande presença de associados, a Cooperativa realizava uma espécie de convênio com as farmácias locais, de forma que oferecesse condições especiais aos cooperativados. Em Santa Maria inaugurou em 1931 o hospital Casa de Saúde, oferecendo a seus associados atendimento de alta qualidade com equipamentos trazidos diretamente da Europa.

O projeto da Cooperativa em possibilitar o ensino e formação profissional dos filhos dos associados resultou na construção de vários edifícios para esse fim, atendendo desde a alfabetização quanto oferecendo ensino médio e profissional em algumas unidades, como os casos da Escola Hugo Taylor e Santa Teresinha em Santa Maria (ver Figura 02). Ao longo da ferrovia, junto aos pequenos núcleos de povoação, eram organizadas as escolas exclusivamente para alfabetização, as chamadas “Escolas Ferroviárias” ou “Escolas Turmeiras”.



FIGURA 02 – Prédios da CCEVFRGS em Santa Maria: 1- sede administrativa, 2 – Escola Hugo Taylor hoje ocupado pelo Hipermercado Carrefour e 3 – Escola Santa Teresinha hoje ocupado pelo Colégio Manoel Ribas.

Fonte: ALCÂNTARA, M (2014)

Frente à este cenário podemos identificar que a CCEVFRGS atuou em uma escala regional e uma escala urbana no que se refere às suas escalas de atendimento. Para MELLO (2010), a escala regional diz respeito ao território do estado do Rio Grande do Sul, enquanto a escala urbana refere-se às cidades cujas importâncias-micro regionais dentro do sistema ferroviário concentraram maior número de ferroviários e viabilizaram a instalação de filiais da Cooperativa.

No que se refere à ocupação em escala regional no âmbito da ocupação geográfica, a presença da Cooperativa se confunde com o espaço ocupado pela rede ferroviária, propiciando trocas funcionais e culturais entre as diversas localidades que compunham o conjunto de cidades que possuíam filiais da instituição.

Na escala dos espaços urbanos, o principal exemplo de ocupação territorial refere-se a Santa Maria, que uma vez sede da instituição concentrou o maior número de serviços. Na figura 01, que traz o mapa do Rio Grande do Sul, podemos identificar a relação entre as principais Estações da malha ferroviária e a presença de equipamentos da Cooperativa. Para Mello (2010), a CCEVFRGS produziu espaços através do uso e construção de edifícios em várias localidades do Rio Grande do Sul para abrigar suas atividades, configurando uma espécie de rede de atendimento a seus associados em todo o estado.

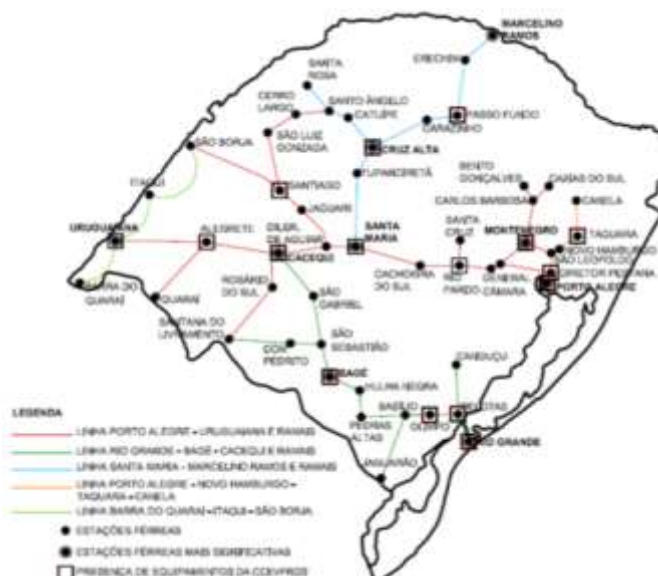


FIGURA 02 - Mapeamento das cidades com atividade comercial, industrial e de serviços (além das atividades educacionais).

Fonte: Adaptado de Mello, 2010, p. 188.

A presença da Cooperativa nas cidades em que esteve presente ocorria de forma diferenciada em número e tipo de filial estabelecida. Destacando o papel de Santa Maria, em suas filiais a Cooperativa ora localizava somente o armazém, enquanto em outras ainda

ofertava farmácias e escolas de Ensino Médio e Profissionalizantes. O Quadro 01 traz a relação de cidades com a presença de filiais da Cooperativa e lista o tipo de serviço ofertado.

Linha	Cidade	Atividade
Porto Alegre - Uruguaiana	Santa Maria	Armazéns, Açougues, Farmácias, Padaria, Fábrica de Confeções, Fábrica de Sabão, Fábrica de Torrefação de café, Escolas de Ensino Fundamental e Alfabetização, Escolas de Ensino Médio, Escolas de Ensino Profissionalizante, e Hospital
	Porto alegre	Armazéns, Farmácia, Alfaiataria e Escola de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante
	Taquara	Armazém e Farmácia
	Montenegro	Armazém e Farmácia
	Rio Pardo	Armazém e Farmácia
	Santiago	Armazém e Farmácia
	Cacequi	Armazém, Farmácia e Escola de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante
	Alegrete	Armazém
	Uruguaiana	Armazém e Farmácia
Rio Grande – Bagé - Cacequi	Bagé	Armazém e Farmácia
	Olimpo	Armazém e Farmácia
	Pelotas	Armazém e Farmácia
	Rio Grande	Armazém e Farmácia
Santa Maria – Marcelino Ramos	Cruz alta	Armazém
	Passo fundo	Armazém e Farmácia

QUADRO 01 - Cidades identificadas com a presença da CCEVFRGS e suas atividades.

Fonte: Adaptado de Mello, 2010.

Porque inventariar

Quando falamos em patrimônio material imóvel buscamos fazer referência ao patrimônio edificado, que por definição, podem ser edificações isoladas ou um conjunto de edificações, com ou sem a mesma tipologia, que não precisam por regra serem antigas, mas que possuam peculiaridades culturais. Entre os fatores que contribuem para o desaparecimento de um bem com valor patrimonial estão o abandono e/ou a descaracterização de seus elementos originais.

No que se referem ao patrimônio edificado da CCEVFRGS muitos dos edifícios antigamente ocupados por serviços da Cooperativa não pertencem mais a essa instituição, de maneira que aqueles cujo uso não foi modificado e sua estrutura alterada, estão abandonados ou já foram destruídos (MELLO, 2010).

A proposta de identificação dos edifícios, ou seja, a produção de um inventário do patrimônio material imóvel que pertence/pertenceu à CCEVFRGS, em um primeiro momento contemplando as unidades localizadas em Santa Maria, busca contribuir para o seu reconhecimento, trazendo para a discussão seu valor de preservação.

Segundo Meira (2008), quando identificamos um bem que deve ser preservado enquanto patrimônio, estamos no mesmo momento definindo o que pode ser descartado. No caso especial de Santa Maria, um núcleo importante de edifícios da CCEVFRGS está localizado no Sítio Ferroviário de Santa Maria³⁹⁴, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE no ano de 2000.

³⁹⁴ O Sítio Ferroviário, segundo classificação do IPHAE, engloba a Estação Férrea, o Colégio Manoel Ribas, as 80 moradias da Vila Belga e os prédios da CCEVFRGS

Desta forma, parte dos edifícios da Cooperativa possuem algum grau de proteção que vise sua preservação. Ainda assim, os demais prédios, distante do perímetro do Sítio Ferroviário delimitado pelo IPHAE, ainda não foram investigados quanto seu valor de preservação.

De forma geral, os inventários são um instrumento preliminar aos processos de tombamento. Trata-se de um documento por meio do qual se faz o reconhecimento, a identificação e a caracterização de forma sistemática de todo bem cultural material ou imaterial com valor de patrimônio. O IPHAE possui atualmente o “Sistema de Rastreamento Cultural”, que é “um instrumento para o levantamento de dados referentes às formas de expressão cultural, abrangendo diversas esferas do patrimônio cultural” (IPHAE, 2012).

Tanto o IPHAE quanto o IPHAN disponibilizam em seus endereços eletrônicos modelos de fichas de inventário e orientações de preenchimento, de maneira que os bens levantados na cidade de Santa Maria, devem contemplar o maior número de itens contidos nessas cartilhas, bem como ainda fornecer informações complementares que visem qualificar o produto da pesquisa.

Neste momento, este trabalho visa a identificação dos edifícios da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul de forma conjunta e sob a mesma ótica. Buscando-se assim documentar por meio de um inventário essas unidades que resgatam a história desta que foi uma das mais importantes instituições cooperativistas no Brasil do século XX afim de que seja possível responder com clareza onde estão e quais são as condições do patrimônio edificado da CCEVFRGS em Santa Maria atualmente, se seus edifícios ainda existente, para o que são usados e a quem pertencem.

O inventário aparece como uma ferramenta que objetiva contribuir para a preservação desses bens, sua promoção e reconhecimento, fundamentado a partir de sua identificação e valoração principalmente quanto sua história e referência para identidade e memória de um grupo.

Metodologia

Em um primeiro momento, a realização do trabalho se deterá à revisão de referências conceituais e bibliográficas, além da coleta de dados documentados sobre a atuação da CCEVFRGS em Santa Maria. Durante longo período, a instituição elaborava um relatório com as atividades desenvolvidas no ano que transcorreu, de forma que seu estudo, bem como de outros trabalhos já citados que abordem temática pertinente são a principal fonte de informações identificadas até o presente momento.

Concomitantemente, a análise de relatos pessoais, assim como de fotografias antigas e atuais, devem servir de suporte para a identificação e caracterização do patrimônio edificado da CCEVFRGS.

O passo que segue deve ser composto pela visita *in loco* às edificações (ou ao sítio, no caso destas já terem sido destruídas) a fim de fazer o registro atual das mesmas por meio de fotografias. Neste mesmo momento, no caso de identificado algum elemento móvel que resgate a história da CCEVFRGS (mobiliários, fotografias, livros, revistas...), este deverá ser também registrado, de forma que incremente este trabalho.

De posse de todos estes dados, a sequência deve ser ocupada pelo preenchimento das fichas de inventário: produto final proposto. Sabendo-se da existência do “Sistema de Rastreamento Cultural” do IPHAE-RS e do SICG do IPHAN, o inventário deverá contemplar informações contidas nos dois modelos buscando contribuir de forma mais efetiva para o registro desses prédios.

Referências

CCEVFRGS.1963. **Meio século de atividades da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Limitada, 1913-1963 – 50 anos**. Santa Maria: Diretoria.

FLÔRES, J. R. A. 2008. **Os trabalhadores da V.F.R.G.S. : profissão, mutualismo, cooperativismo**. Santa Maria: Pallotti, 456p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sistema de Rastreamento Cultural**. 2012. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=noticiasDetalhesAc&item=43500>>. Acesso em: 23 out. 2012.

MEIRA, A. L. G. 2008. **O patrimônio histórico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 483p.

MELLO, L. F. S. 2010. **O pensamento utópico e a produção do espaço social**. A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 309p.

PADOIN, M. M. A. 2010. Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. In: WEBER, B. T; RIBEIRO, J. I. (org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], p.321-334.

RAMOS, F. R. L. 2008. Em nome do objeto: museu, história e sociedade de consumo. In: MILDER, S. E. S; OLIVEIRA, J. R. (org.). **Patrimônio Cultural: experiências plurais**. Santa Maria, p.35-77.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA CULTURAL. CENTRO DE HISTÓRIA ORAL - RIO GRANDE DO SUL.2002. **Memória Cidadã: Vila Belga**. Porto Alegre, 189p.

SANTA MARIA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Cidade de Santa Maria** (Lei Complementar 034/2005). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2005.

VÉSCIO, L. A. 2010. A ultramontana Santa Maria-RS: Sede da Quarta Colônia de Imigração Italiana. In: WEBER, B. T.; RIBEIRO, J. I. (org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], p.197-224.

O Mercado da Farinha de Penedo/AL: lugares de memória e alternativas econômicas em uma cidade patrimônio cultural

Rafael Denes Arruda³⁹⁵

Lucas Neves Prochnow³⁹⁶

Resumo

O artigo discute alternativas econômicas em uma cidade tombada a nível federal como patrimônio cultural. Para tanto analisa o Mercado da Farinha sob a perspectiva do conceito de Lugar de Memória, de Pierre Nora, bem imóvel presente no perímetro de tombamento. Em paralelo, analisamos a articulação de um grupo de mulheres que traduzem a cultura local na objetificação de seu produto comercial.

Palavras-chave: patrimônio cultural – Mercado da Farinha – desenvolvimento local

Apresentação

A proposta do artigo é considerar sobre alternativas econômicas em centros históricos tombados. Mais especificamente, analisar o potencial de um antigo local da cidade de Penedo dotado de grande participação popular e que ao longo do tempo se configurou como um lugar de memória: o Mercado da Farinha. Inserido no perímetro de tombamento do centro histórico, como as políticas de patrimonialização estariam aptas a adaptar o espaço para receber demandas de novos atores sociais que buscam alternativas econômicas para sobreviverem? Essa questão é importante, pois mede o alcance das políticas públicas e estabelece o limite de suas propostas preservacionistas e restaurativas no âmbito das relações de classe de uma sociedade.

No artigo apresentaremos histórico da cidade de Penedo juntamente com informações extraídas do processo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan sobre a atribuição de valor. Mais adiante apresentamos um grupo social urbano em situação de vulnerabilidade socioeconômica cujos participantes se envolveram com ações de extensão do projeto orientado pela Universidade Federal de Alagoas – Unidade de Ensino Penedo, intitulado *Culinária Ribeirinha: alternativas para a inserção produtiva de mulheres no mercado gastronômico da foz do Rio São Francisco*. Esse projeto propôs a formação profissional e a inserção produtiva de um grupo de mulheres de Penedo/AL, a partir dos pressupostos da Economia Solidária, sendo as participantes egressas de outra atividade formativa local, do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, chamada de *Programa Mulheres Mil – Curso Saúde e Sabores Mil*, que buscou oferecer capacitação na área de reaproveitamento de alimentos.

Envoltas em um projeto cujo fulcro era a geração de trabalho e renda a partir da identificação de um produto alimentar com apelo identitário regional e simbólico, às mulheres foi possibilitada organizarem-se horizontalmente nas decisões que envolviam a produção e a gestão de seu empreendimento.

A importância de alternativas econômicas para o desenvolvimento, o retorno à sala de aula para completar o ensino médio, o associativismo e o patrimônio da cidade foram questões que apareceram nas entrevistas realizadas com nove mulheres participantes do projeto, às quais apresentaremos no artigo. A coleta de entrevistas e o uso da metodologia da História Oral pretenderam resgatar a trajetória de vida das integrantes desse grupo. O objetivo foi apreender as experiências de vida, os sentidos atribuídos ao local e ao saber/fazer da culinária ribeirinha para reforçar dentro do grupo e para fora dele o potencial material e simbólico entrelaçado em suas histórias de vida, à cidade e ao seu produto econômico.

³⁹⁵–Turismólogo, Mestre e doutorando em educação (PPGEDU/UFRGS). arrudarafael@yahoo.com.br

³⁹⁶–Historiador e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP/IPHAN). lucasprox@hotmail.com

As entrevistas tiveram a intenção de apreender a especificidade da realidade social e deter-se nos universos sociais e culturais envolvidos. As narrativas apresentadas pelas mulheres participantes do projeto demonstrou um discurso comum construído com base em histórias de vida semelhantes, com fundo econômico e social afins.

Os temas de patrimônio cultural edificado e desenvolvimento econômico não são divergentes. Complementam-se na medida em que o uso dos bens imóveis garante a sua preservação. Por outro lado, existe a questão sobre a destinação de uso desses locais. Quem possui legitimidade para o uso? A destinação terá um uso nobre? No caso, uma comunidade o orbita e busca resolver problemas históricos de pobreza e falta de recursos. Essas relações iremos observar no artigo, vinculando-as com o conceito clássico de Pierre Nora, os lugares de memória.

Penedo: o tombamento federal e os lugares de memória

A cidade alagoana de Penedo está situada à beira do rio São Francisco e desde 1996 é patrimônio cultural brasileiro como conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico. Tombada pelo Iphan, está inscrita no Livro Histórico e também no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico³⁹⁷.

Fundada em 1565, à época das capitanias hereditárias, Penedo passou por diversos ciclos econômicos com predominância à produção de cana-de-açúcar, atividade até hoje predominante na economia do estado de Alagoas.

Sua trajetória histórica é marcada pela presença de colonizadores portugueses e holandeses que deixaram relevante marca na paisagem da cidade, com predominância de arquitetura barroca em conventos e igrejas e demais edificações e logradouros em uniformidade com o rio. Esse conjunto formou marcante paisagem histórica e cultural.

A trajetória da cidade produziu monumentos que marcam a cidade configurando-a como uma cidade-documento, não só pelos seus marcos físicos-espaciais, mas também pela forma de seu traçado urbano. A cidade-documento, segundo Márcia Sant'anna (1995), é o resultado da inter-relação de processos econômicos, políticos, sociais e culturais e que podem ser lidos como um documento e informam sobre a ocupação territorial e sobre a produção do espaço urbano. No que tange à pesquisa, os temas interrelacionados do centro histórico tombado (patrimônio cultural atribuído) e a formação de um grupo de mulheres que buscam desenvolver um produto alimentício de referência tradicional operam na produção de um espaço histórico e socialmente construído e em constante modificação.

A “síntese histórica da cidade de Penedo” que consta no processo de instrução de tombamento do Iphan refere à importância da cidade como “exemplo de nossa memória colonial” (flh. 54). Apresenta-se este como um valor relativo à arquitetura colonial do Nordeste que apesar de ser pouco original demonstrava “o espírito dessa civilização que se projetou no cenário nacional” (idem) naquela época. No mesmo sentido, reconhece-se o valor de centro urbano da cidade, irradiador de povoamento no Nordeste brasileiro.

Após contextualização histórica e descrição de cada um dos bens tombados individualmente, o relatório do Iphan define a delimitação do polígono de tombamento de Penedo, cuja área envolve não só o conjunto arquitetônico mais significativo como também as colinas, áreas verdes e alagados, com vistas à preservação cultural e natural da cidade. Segundo o arquiteto e coordenador do Departamento de Proteção à época, José Leme Galvão Júnior:

³⁹⁷ Processo Iphan n. 1201-T-86.

O tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Penedo visa uma realidade físico-territorial, compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma de vários períodos históricos, desde a fundação do arraial até a atualidade (flh. 186).

Salienta ainda no relatório que com todas as características animadoras do tombamento somam-se aquelas referentes à vida contemporânea dos agentes que mantém e revitalizam os espaços das atividades urbanas.

Essa observação do relator demonstra a virada conceitual havida dentro do Iphan a partir do final dos anos 1970 quando aspectos conceituais oriundos da área de Antropologia foram absorvidos pelo órgão gerando novos instrumentos e ferramentas de trabalho baseadas em um olhar mais humano e social (FONSECA, 2005).

É dentro do polígono de tombamento que se encontra o Mercado da Farinha e é sobre a concepção exaltada por José Leme - da importância da vida cotidiana aos elementos protegidos, que pensamos esse local como um núcleo alternativo às atividades econômicas.

A questão de uma preservação pontual das características construtivas e materiais de bens imóveis e de sua relação com a comunidade é ponto de disputa política muito intensa.

Na linha das políticas públicas federais para a preservação e desenvolvimento de conjuntos urbanos tombados, o governo federal desenvolveu o Programa Monumenta, o qual desde 2001 realizou ações na cidade de Penedo. O programa, nas dezenas de cidades onde ocorre, pretende despertar, desenvolver e projetar ações em conjunto com a comunidade para preservação e valorização de seu patrimônio na perspectiva também de que hajam ganhos econômicos, culturais e sociais e o desenvolvimento do “turismo cultural” (BRASIL, 2012a).

Segundo o Programa:

Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. (BRASIL, 2012a).

Em Penedo, segundo conclui a socióloga Silvana Perillo Ramos, foram restaurados prédios e fachadas sem que essas medidas se revertissem em uma ação de revitalização destes espaços.

A meta de autossustentabilidade do patrimônio cultural por meio da parceria com a comunidade, a iniciativa privada e os órgãos públicos não foi alcançada pelo Programa Monumenta em Penedo, uma vez que a maioria da população do município necessita de aportes federais, sendo beneficiária de programas sociais, não apenas para manter o patrimônio histórico, mas para conseguir a própria sobrevivência em um contexto adverso de miséria e exclusão social (RAMOS, 2013, p. 373).

Nesse contexto que está inserido o caso do Mercado da Farinha. Como parte integrante do conjunto tombado, a destinação de seu uso pode beneficiar uma parcela da população de Penedo que utilizando-o como ponto de produção de artigos e de venda de seus produtos manterá seu caráter de mercado popular. A manutenção de seu uso que não é totalmente original, mas semelhante àquilo que historicamente se constituiu naquela parte da cidade como de intenso comércio e feira, é demanda da sociedade que pode tornar novamente o lugar em um local de convivência da cidade.



Figura 1 - Interior do Mercado da Farinha.

Fonte: Arquivo Iphan

Essa condição de conjunto tombado envolve a questão material daquilo que se preserva como referência cultural (seja histórica, artística ou arquitetônica), mas também a vida das pessoas que ali convivem, transitam e buscam meios para ganhar a vida. Ainda mais quando as sociabilidades são históricas e marcam determinados espaços, como é o caso do Mercado da Farinha.

Segundo Ariana Moraes, escrevendo sobre o Mercado:

Conforme referências já feitas, as mais diversas texturas de cores e superfície atacam o toque e o olhar. É praticamente impossível resistir ao apelo de experimentar a sedução das frutas, verduras e legumes, com suas cores e cheiros variados. As sensações se complementam e fazem-nos crer, no seu conjunto, a peculiaridade em cada canto, em cada banca, em cada cesto ou tablado; driblam o desconforto para sentir a plenitude de um sistema vivo latente em sua essência de tradições populares. Contudo, os sentidos são camuflados pela sensação de deleite transmitida pela imponência da amplitude de algumas edificações, como por exemplo, do Pavilhão da Farinha. Embora, as interferências arquitetônicas realizadas, tanto nele quanto em outras edificações, as comprometam esteticamente, são apenas perceptíveis através de um olhar apurado, já que a maioria das pessoas que não têm conhecimento sobre patrimônio também são, em sua maioria, desprovidas de um juízo de valor que possui pressupostos diferenciados e capazes de determinar o julgamento de cada indivíduo em relação ao gosto, prazer, belo ou agradável, bem como da importância de se manter o objeto arquitetônico em sua integridade física e artística (MORAES, 2011, n/p.).



FIGURA 2 - Feira Livre de Penedo, com o Mercado Público e o Mercado da Farinha ao fundo.

Fonte: MORAES, 2011

Trazendo a discussão teórica que Pierre Nora faz, a memória ainda é relacionada com o projeto moderno de Estado-Nação, cuja desapareição levaria ao surgimento de diversas memórias “menores” (étnicas, regionais, de gênero, de classe, etc.), inclusive se sobrepondo à

importância de uma memória-Estado, organizadora da história da sociedade. Identificada em lugares de memória, ou restos, como refere Nora, a memória estaria disposta à recuperação, sempre problemática, da História. Por que é passado e resto, aquela memória solidificada em algum local passará a ter sentido novamente quando observada na perspectiva da recuperação de sua memória e de sua história, donde está o problema da geração exponencial de lugares de memória (de qualquer memória) que o diagnóstico de Nora aponta como fruto da contemporaneidade.

De todas as formas, um lugar de memória mais próximo da designação de Nora, que liga memória à Estado, residiria, em nosso caso, ao tombamento da cidade de Penedo, pois ele referencia um momento importante do desenvolvimento econômico e social de uma etapa do país. Assim, todo o conjunto tem importância nacional. Especificamente ao Mercado da Farinha, este espaço se transformou ao longo dos anos em importante local de sociabilidades na cidade. Por este motivo é um lugar de memória, por que está relacionado à lembrança das pessoas e estas o enxergam dessa maneira. Ou seja, grupos sociais o veem como de grande importância para a cidade. Uma memória local ativa segue investindo-o de sua importância, mesmo após passar anos em reforma.

O patrimônio como construção social é ilustrativo nesse exemplo. As pessoas formaram a identidade do espaço e recorrem para que permaneça como um mercado, como sempre foi. Por outro lado, a restauração do prédio possibilitou que propostas para outros usos surgissem na comunidade. Não sendo de interesse deste artigo, nos deteremos sobre o grupo de mulheres que poderia utilizar do Mercado da Farinha para sua atividade produtiva.

Alternativa de trabalho e renda em centros históricos tombados

As entrevistas realizadas com as mulheres envolvidas no projeto Culinária Ribeirinha referiram o êxodo rural, as atividades de agricultura de subsistência e a vida na cidade de Penedo. Falaram sobre as mudanças ocorridas na cidade, o crescimento urbano da cidade e, por entre os silêncios e não-ditos, foi possível identificar as características sociais e econômicas de suas vidas. As relações de gênero, a questão do analfabetismo e da volta aos estudos e a importância de políticas públicas fomentadas na perspectiva de sanar essas questões sociais transpareceram de diferentes maneiras, mas com o mesmo objetivo de construção de uma vida melhor.

Como descrito anteriormente, o grupo de mulheres do referido projeto tinha por objetivo descobrir a identidade de seu produto comercial, o modo de sua organização produtiva e de venda. A identidade evidentemente se baseou em sua cultura local de relação com o rio São Francisco e com os pescados disponíveis na região. A questão do centro histórico tombado foi sempre mencionada, porém não como algo a referir sua identidade ou pertença àquela região ou àqueles imóveis (se bem que sempre foram citadas as Igrejas da cidade). Isso denota uma separação no sentido do patrimônio protegido para a comunidade.

A relevância de iniciativas como o programa Mulheres Mil e o projeto Culinária Ribeirinha, para além do objetivo econômico, incide também nas relações de gênero historicamente construídas, sugerindo certo grau de emancipação feminina quando estas buscam incrementar sua escolarização e formação profissional com vistas em sua inserção produtiva. No segundo caso ainda mais, pois o projeto fomentou uma discussão e o exercício de formas autogeridas de organização do trabalho que se apresentam como alternativas à relação de trabalho assalariado, eminentemente escasso nesse contexto, o que gera propostas de investigação e intervenção entre os acadêmicos dos cursos pertencentes à unidade de ensino local, alguns na perspectiva da articulação do turismo em sua interface com atividades pesqueiras e agrícolas (ARRUDA et al., 2014).

Tal cruzamento de ações sugere ainda uma potencialidade na articulação de distintas políticas públicas – educação, ciência e tecnologia, trabalho e renda, cultura e turismo,

enquanto um processo de construção histórica, mas também denotam uma fragmentação e desarticulação características da ausência de uma política de Estado nesse campo.

Considerações Finais

Esse breve artigo pretendeu apresentar o problema do uso de imóveis protegidos por tombamento ou por entorno de tombamento após intervenções restaurativas, que revitalizam áreas urbanas e podem segregar atores sociais ou mesmo acabar com usos históricos de determinados bens.

No caso de Penedo, cidade com problemas relativos à estagnação econômica e desenvolvimento social, as políticas públicas federais fomentam o desenvolvimento de parcelas da população fragilizadas pelo histórico de abandono governamental ao mesmo tempo em que, no âmbito do Programa Monumenta, revitalizam áreas e bens imóveis tornando-os objeto de disputa social.

As ações de extensão do projeto Mulheres Ribeirinhas apresentam alguns pontos importantes: é uma iniciativa que aliada a outras ações governamentais, pode promover o desenvolvimento econômico e social, para além da questão de gênero, ao tempo em que pela objetificação de um produto se percebe a natureza identitária nele resumida. O sabor ribeirinho denota a importância do rio para as mulheres do grupo, e de certa forma, sua visibilidade para a comunidade. A menção ao patrimônio cultural ou ao patrimônio construído, marca da cidade, são importantes, mas não levadas em consideração na hora da escolha do nome do grupo e do tipo de produto que se envolveriam, o bolinho de peixe.

O patrimônio cultural de uma sociedade envolve o passado e a experiência acumulada e, no presente, aquilo que se faz com esta experiência para aquilo que queremos e projetamos para o futuro. Já os elementos que compõem a cultura de um lugar são denominados de bens culturais e conferem identidade à sua comunidade, produzindo uma memória social que será transmitida às gerações tendo, ou não, como suporte uma referência material ou imaterial.

No sentido trazido por Leonardo Mesentier, memória e futuro sugerem uma relação entre memória social e projeto social (no sentido de políticas públicas) para “construção, no presente, das perspectivas futuras de uma formação sócio-territorial” (MESENTIER, 2003, n/p), referindo-se aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais que ocorrem no território e perpassam a trajetória de sua formação e reprodução. Nessa perspectiva deve-se pensar em alternativas de construção de um processo de aproximação entre o sentido cultural de uma cidade patrimônio cultural e a comunidade que a circunda que tenta com ela estabelecer uma relação econômica. A materialidade dos casarios do centro histórico são suportes de uma história e de uma memória ressignificadas no presente. São uma referência histórica, mas não uma referência afetiva à população.

Esses suportes por si só nada significam, eles não constroem a memória, eles não são a memória, que é imaterial. Mas eles são “mediadores e instrumentos para a ação dos atores políticos” (Ibdem, n/p). Esse raciocínio envolve o campo de disputa política que seleciona o patrimônio, para quais agentes essa seleção se volta e quais os imperativos de gestão sobre o bem que permitem dar continuidade ao processo cultural com a participação da comunidade que dele participa.

Referências:

ARRUDA, R.D.; PEREIRA, I.; OLIVEIRA, J.; SANTOS, J.; LEMOS, A.; SANTOS, J. Feira Livre de Penedo-AL: limites e possibilidades enquanto atrativo turístico. In: CONGRESSO ACADEMICO INTEGRADO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - CAIITE, 2., 2014, Maceió. **Resumos...** Maceió: Edufal, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Programa Monumenta**, 2012a. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>. Acesso em: 08/09/2012 .

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

IPHAN. **Processo no. 1.201-T-86**. Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo – Alagoas.

MESENTIER, L. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. IPHAN, 2003.

MORAES, A. A **“feira livre do Penedo” e seus apelos do cotidiano como expressão de identidade e foco de proteção cultural**. XIV Encontro Nacional da ANPUR, maio de 2011.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

RAMOS, S. P. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. In: **Turismo e sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 364-387, abril de 2013.

Patrimonialização e os (de)usos sociais do patrimônio mineiro: o caso do Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos – RS

Tassiane Mélo de Freitas³⁹⁸

Alexsandro Witkowski³⁹⁹

Maria de Fátima Bento Ribeiro⁴⁰⁰

Resumo

Este artigo tem como objetivo central apresentar e compreender o processo de patrimonialização de um lugar de trabalho ligado à indústria carbonífera – o antigo Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos – Rio Grande do Sul, Brasil. Neste local, além das atividades de extração mineral, foi instalada, em 1924, a primeira usina termoeleétrica brasileira movida a carvão mineral. Em 1956, após a transferência das atividades de mineração para a cidade vizinha, Charqueadas, a localidade de Arroio dos Ratos assistiu ao retraimento de sua economia, baseada na extração do carvão. A desindustrialização trouxe ao distrito problemas econômicos e sociais e as marcas do abandono da atividade, que por anos foi o sustentáculo desta região. Esta análise busca atentar-se para a necessidade do uso sustentável do patrimônio industrial mineiro, dentro de uma perspectiva democrática, em que a memória das comunidades envolvidas seja o ponto de partida nas ações de patrimonialização e destinação social.

Palavras-chave: Desindustrialização. Patrimonialização. Patrimônio Industrial Mineiro. Memória. Uso Social.

Introdução

Arroio dos Ratos, município gaúcho localizado a cinquenta e cinco quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, teve sua economia e sociedade forjada a partir da extração do carvão mineral.

O carvão de pedra, no estado do Rio Grande do Sul, foi descoberto no final do século XVIII, porém somente na segunda metade do século XIX teve início a empreitada da extração do minério. A contratação de um experiente mineiro inglês, James Johnson, que trouxe consigo trabalhadores especializados, viabilizou a mineração. Para tanto, foi necessária a obtenção de recursos e a concessão do governo imperial para a liberação da atividade, que foi conquistada através do forte interesse do Visconde de Sinimbu, presidente da província neste período (1852-1855)⁴⁰¹.

De 1872⁴⁰² a 1888 algumas empresas dedicaram-se à extração do carvão em Arroio dos Ratos, porém a partir de 1889, com a instalação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFSMJ), é que teve início o considerado período áureo da atividade extrativa do carvão. A CEFSMJ foi responsável pelo aumento da produção de carvão devido à abertura de novos poços de extração (SILVA, 2007). Por esta Companhia foi fundada, em 1924, a primeira usina termoeleétrica brasileira movida à carvão mineral – a Usina Termoeleétrica de Arroio dos Ratos. Na mesma localidade onde foi instalada a usina, funcionava também o Poço

³⁹⁸ Licenciada em História (FAPA). Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), tassimelo@gmail.com.

³⁹⁹ Licenciado em História (FAPA). Especialista em Gestão em Arquivos (UFSM). Historiador do Museu Estadual do Carvão, nettowski@gmail.com.

⁴⁰⁰ Doutora em História. Professora do PPGMP (UFPEL), mfabento@hotmail.com.

⁴⁰¹ Sinimbu descreve seu entusiasmo e convicção do sucesso da indústria carbonífera nos relatórios de 1853, 1854 e 1855. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 07 jul. 2014.

⁴⁰² Esta é considerada a data oficial da inauguração da indústria carbonífera no Brasil. Em 1872 James Johnson instala em solo gaúcho a The Imperial Brazilian Collieries C. Limited, companhia formada a partir do capital inglês.

Fraternidade, onde era extraído o carvão mineral a fim de alimentar as caldeiras e assim gerar energia elétrica.

De 1924 a 1956, o Complexo Carbonífero⁴⁰³, modificou consideravelmente o panorama econômico e social do, até então, distrito de Arroio dos Ratos. O aparente bem estar vivido pela comunidade arroio-ratense, que nesse período dispunha de serviços essenciais de qualidade tais como escolas, moradias e hospital, além de espaços de sociabilidade (clubes, cinema, campos de futebol...), esteve arraigado no paternalismo. Esse passado, considerado por muitos como glorioso, contrastou-se com o processo rudimentar de extração mineral, que muitas vidas ceifou através da disseminação de doenças pulmonares e tragédias no subsolo. Este cenário, descrito pela memória dos locais ora como áureo, ora como triste, foi brutalmente desestabilizado pelo processo de desindustrialização ocorrido na década de 1950.

O fim das atividades de mineração de carvão em Arroio dos Ratos, juntamente com o fechamento do Complexo Carbonífero, é relatado como um ponto de ruptura difícil para a cidade. Segundo Eckert (1985), “o centro minerador perde o ‘status’ de ser a cidade símbolo da mineração do carvão”. Este tempo de crise é assim representado: “[...] a medida que lá [Charqueadas] se construía, aqui [Arroio dos Ratos] se destruía. Lá se promovia o progresso, aqui se gerava o regresso. Lá se criava a vida, aqui se implantava a morte. Lá a esperança, aqui o desespero” (SULZBACH, 1989, p. 58).

A transformação da cidade berço da indústria carbonífera nacional em cidade “fantasma” ou “dormitório” é relato constante nas falas dos moradores, mesmo após cerca de seis décadas do fechamento das minas. O impacto gerado por este processo atravessou gerações, de forma que as justificativas em relação ao ínfimo desenvolvimento econômico do município de Arroio dos Ratos ainda atrelam-se a justificativas relacionadas a este ponto de ruptura. Em entrevista um jovem morador de Arroio dos Ratos declarou: “Arroio dos Ratos tinha muita coisa, cinema, uma infraestrutura muito grande e que tudo se foi quando a Companhia parou de escavar...” (J.S.D., 2014).

As marcas da indústria carbonífera continuam presentes em meio a comunidade arroio-ratense, tanto em forma de vestígios materiais quanto imateriais. Destaca-se entre os vestígios materiais, o antigo Complexo Carbonífero, atual Museu Estadual do Carvão. O processo de patrimonialização deste lugar de trabalho será alvo de análise. Para tanto, primeiro é necessário averiguar de que forma aconteceu a participação da comunidade arroio-ratense tanto na patrimonialização quanto na escolha do uso social destinado ao espaço. Após, averiguados estes dois pontos, partiremos para uma análise das formas de apropriação encontradas em torno deste patrimônio e sobre a necessidade de se repensar novos usos sociais tendo em vista o uso sustentável do patrimônio.

A patrimonialização do antigo Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos

Após ter sido extinto em 1956, o Complexo Carbonífero foi gradualmente transformando-se em ruínas. Em relação aos vestígios industriais, Cordeiro (2011, p. 157) verifica duas situações:

⁴⁰³ A utilização do termo “Complexo Carbonífero”, ao invés de “antiga usina termoeletrica” expressa melhor o espaço estudado, que não abrigou apenas uma usina movida a carvão mineral. Neste antigo local de trabalho existiu um poço de extração, o Poço 1 ou Poço Fraternidade, além de outras estruturas ligadas ao trabalho minerador como: prédios das diversas oficinas, almoxarifado, laboratório, escritório, entre outras construções, onde diversas funções eram exercidas, além da estrada de ferro que transportava o carvão mineral até o porto em Charqueadas.

[...] por um lado, os vestígios desaparecem sem nunca terem sido estudados, inventariados ou salvaguardados, principalmente documentação de interesse histórico ou maquinaria de valor patrimonial e museológico; por outro, nesta época de profunda reconversão econômica, a demolição das estruturas industriais assume um caráter de total arrasamento, em contraste com a destruição evolutiva e o aproveitamento parcial dos restos materiais de outras épocas, que se efetuou até o período contemporâneo.

No caso estudado, após encerramento de suas atividades, o Complexo Carbonífero, teve seu frontão⁴⁰⁴ dinamitado. Apenas imagens da época, encontradas no acervo fotográfico do Museu Estadual do Carvão, nos apresentam alguns detalhes, os quais não tiveram a chance de serem estudados ou mesmo inventariados. Vários são os motivos levantados pela população arroio-ratense para tal ação. Parte da população defende a versão de que mineiros revoltosos com o fechamento das minas dinamitaram a imponente estrutura. Para outros, seriam mineiros pagos pela própria companhia que teriam realizado a ação. Por fim há a versão de que a própria companhia viabilizou a implosão de parte do frontão, pois desejava dismantelar a estrutura, para não por em risco a população ou mesmo para não precisar manter uma estrutura em desuso.

De qualquer maneira, por cerca de trinta anos, este espaço esteve à mercê tanto da ação humana, que dilapidava a antiga construção tirando-lhe os tijolos e tudo o que poderia aproveitar da estrutura, quanto do tempo que se encarregava de oxidar as estruturas metálicas e cobrir com vegetação daninha o espaço outrora dinâmico.

Somente em 1986, parte da estrutura do antigo Complexo – o prédio que abrigava os geradores da usina juntamente com o frontão – foi tombada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, em 1994 foi a vez do tombamento do restante do complexo, formado por diversos outros prédios e galerias subterrâneas de onde se extraía o carvão a ser queimado⁴⁰⁵.

O processo de patrimonialização e posterior musealização deste espaço merece uma reflexão pautada na análise do papel dos agentes patrimoniais (quem esteve envolvido no processo e por qual motivo) e suas consequências.

Diante de inúmeros processos de patrimonialização, principalmente, dentro daquilo que podemos chamar de “febre patrimonial” torna-se interessante analisar as motivações que levam a tal angústia por tudo patrimonializar. No caso do antigo Complexo Carbonífero de Arroio dos Ratos, observamos duas questões em xeque: por um lado a busca por uma atratividade econômica para um município em declínio e por outro um movimento reivindicatório, por parte da comunidade carbonífera de Arroio dos Ratos, que buscava a formação de uma identidade local calcada no seu passado minerador. Logicamente outros fatores motivacionais fizeram parte deste processo.

Jean Louis Tornatore (2010) ao analisar o caso do castelo de Luneville, na França, fez observações importantes. O incêndio acidental ocorrido no ano de 2003 neste castelo suscitou uma espécie de emoção patrimonial. Embora este espaço tivesse valor histórico incontestável, o antropólogo observou que no momento da mobilização para a sua reconstrução entrou em cena duas situações motivacionais diferentes: assim como não se chorava pelas mesmas razões no momento do incêndio, as razões que motivavam a reconstrução do castelo também não eram as mesmas. Enquanto alguns choravam pelo testemunho da história, as pedras e obras danificadas, outros choravam pelas lembranças que se foram com a fumaça dos suportes materiais. A emoção causada pelo incêndio e as intenções no momento da reconstrução não foram as mesmas.

⁴⁰⁴ Entrada principal do antigo Complexo. Nesta estrutura, hoje, constam apenas a data de instalação da usina termelétrica em algarismos romanos (MCMXXIV) e a sigla da empresa mineradora (CEFMSJ). Conforme imagens da época acima destes dois elementos havia um medalhão com duas picaretas cruzadas, simbolizando o tipo de atividade ali desempenhada.

⁴⁰⁵ Os bens foram inscritos no Livro do Tombo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro tombamento contendo o número de inscrição 34 (1986) e o segundo o número 73 (1994).

Da mesma forma retomo o caso do antigo Complexo: o que fez com que parte de uma comunidade buscasse a patrimonialização de um local de trabalho? Entra em cena uma questão que a princípio nos parece paradoxal: quais as motivações para patrimonializar um espaço que traz a carga do sofrimento atribuído ao árduo trabalho nas minas de carvão? Motivações econômicas? Busca identitária local?

Analisando o ofício de solicitação de tombamento (1985) fica claro que o pedido prendeu-se ao fato de que o acervo que compunha os remanescentes do antigo complexo reunia um conjunto de valores e bens que testemunhavam momentos significativos da história industrial do Rio Grande do Sul. Portanto, é a partir destes vestígios materiais que vai se tornando explícita tanto a motivação relacionada à formação de uma dita identidade mineira calcada no trabalho, na bravura, na solidariedade do trabalhador mineiro etc, quanto relacionada à possibilidade de atratividade econômica para o município de Arroio dos Ratos e imediações.

A formação de um museu – o Museu Estadual do Carvão – naquele momento representava ao mesmo tempo uma esperança e uma propaganda: a esperança da volta do trabalho na região junto ao sentido que outrora apresentava na época áurea das minas de carvão; a propaganda dos novos investimentos econômicos que rodeavam a região durante a década de 1980 – Polo Petroquímico em Triunfo e mineração do carvão na região do Faxinal (localidade próxima a Arroio dos Ratos).

Do ponto de vista da busca identitária local, a preservação do espaço significava a preservação da memória em torno do trabalho nas minas e de todo o universo que o envolvia. Preservar a memória pode ser a garantia de uma identidade, mesmo que essa possa estar sob ameaça de uma espécie de fossilização. Conforme Candau (2011, p. 19) “[...] não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente [...]”. Golasz (2013), afirma que os remanescentes do antigo complexo, hoje, Museu Estadual do Carvão exercem o papel de agente formador de uma identidade local.

Destaca-se, no entanto, que tanto no processo tombamento (1986 e 1994), quanto, na escolha do uso social a ser destinado ao espaço considera-se ínfima a participação da comunidade arroio-ratense. Indagada a respeito da participação dos locais no processo de tombamento dos remanescentes do antigo complexo S.H.B.F., 2014 afirma: “esta iniciativa de preservação veio de Porto Alegre para cá, não daqui pra lá. Nunca! Nunca a comunidade se mobilizou”. Este depoimento expressa a relação contraditória em relação ao patrimônio: um sentimento de “de amor e ódio” (S.H.B.F., 2014) em relação ao trabalho nas minas de carvão e tudo o que ele representou (trabalho de um lado, exploração e morte de outro) podem ter determinado a participação da comunidade no processo. Esta relação implicou também nas formas de apropriação da comunidade, que ora valoriza e diz ser necessário sua preservação, ora revela ser ineficiente o uso social destinado ao espaço, apelando para novos usos, muitas das vezes considerados predatórios.

Os (de) usos do patrimônio mineiro em Arroio dos Ratos

Na criação oficial do Museu Estadual do Carvão em 31 de março de 1986⁴⁰⁶, com a doação de uma área inicial de 2.126,70m², contendo as ruínas da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos⁴⁰⁷, este chegou a ser definido como um eco-museu, isto é, as comunidades

⁴⁰⁶ Decreto nº 32.211, de 31 de março de 1986, criando o Museu do Carvão. Publicado no Diário Oficial do Estado em 31 de março de 1986, p. 02.

⁴⁰⁷ Área doada pela empresa Copelmi, em 1983. Hoje o Museu Estadual do Carvão possui uma área total (superfície) de 107.894,10 m².

da Região Carbonífera do Baixo Jacuí tornar-se-iam atores do processo de formulação, execução e manutenção do museu, de forma natural (ecológica) e social (humana)⁴⁰⁸.

No entanto, de 1983 a 1990 criaram-se expectativas frustradas e o Museu do Carvão caiu no descrédito. Havia apenas ruínas e nenhum espaço apto para exposição do acervo, fruto de doações das empresas mineradoras e das comunidades da Região Carbonífera. Somente em março de 1991 foi inaugurada a primeira exposição de longa duração, no prédio reformado do antigo Almoxarifado.

Em 1993, a direção da instituição teve à disposição recursos para o projeto de restauração de parte do complexo da Usina Termoeletrica, limpeza das ruínas e da entrada do Museu e novo paisagismo com a limpeza da área degradada, aterramento e plantio de grama, folhagens e árvores nativas e frutíferas. Em dezembro de 1994 o prédio restaurado da Usina foi inaugurado como novo espaço da exposição de longa duração. As ruínas da Termoeletrica e das galerias das caldeiras foram limpas e acessíveis ao público.

Entre 1996 e 2008, consultando a documentação administrativa e a coleção do jornal Arroio dos Ratos Notícias⁴⁰⁹, o complexo desenvolveu projetos próprios e em parceria, especialmente com a Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos e Associação de Amigos do Museu do Carvão (AMCARS). Destacam-se os projetos: Visite o Museu (1996), Memória Mineira (1997), Teatro no Museu (1998), FESTCARBO – Festival Estadual de Teatro Amador da Região Carbonífera (a partir de 2006), entre outras ações e atividades.

Após 1995, o Museu do Carvão passou a ser visto pelas autoridades estaduais, municipais e comunidades em geral como um parque de eventos, das mais diversas espécies. No período entre 1996 e 2008 há muitos registros de utilização dos espaços do complexo (inclusive das ruínas e prédios tombados) para cavalgadas e acampamentos tradicionalistas (1999), festa da melancia (a partir de 1992) com muitos shows e parques itinerantes (bailes, tertúlias, som mecânico, etc), muambas de carnaval (1999-2007), eventos motociclísticos com globo da morte (2004-2007), etc.

Eventos com som elevado, vibrações e sem o cuidado necessário para um espaço tombado, patrimônio e sítio arqueológico industrial, com diversos locais em ruínas e que representam perigo ao público e ao patrimônio em si devido as circunstâncias próprias do complexo.

A mercantilização do espaço do museu⁴¹⁰, isto é, a utilização do complexo do Museu do Carvão para arrecadação de valores a determinado(s) grupo(s) social(is) ou simplesmente com apresentações e eventos para a presença de um grande público que vai até ao complexo do museu apenas pelo show (“showmício”), é mais uma forma de almejar o lucro pelo lucro de forma alienante, seja econômica ou política, e não colabora para a prática cidadã, reflexiva e social num espaço dedicado a preservar o patrimônio histórico-cultural da mineração do carvão no Rio Grande do Sul, cujo objetivo é a interação das comunidades com a sua produção técnica, científica e cultural, além dos testemunhos históricos da instituição, promovendo a

⁴⁰⁸ Expediente administrativo nº 44005-19.05-85.0, pág. 02, referente aos projetos concomitantes de criação do Museu do Carvão e tombamento do complexo da Usina Termoeletrica de Arroio dos Ratos/RS. Neste sentido, hoje, os principais públicos (usuários) estão localizados nas comunidades onde está inserido o museu: os municípios gaúchos de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo, que compõem os municípios da Região Carbonífera do Baixo Jacuí.

⁴⁰⁹ A documentação administrativa, de valor intermediário e permanente, está sendo organizada pela equipe do Museu. A coleção do jornal Arroio dos Ratos Notícias é de 2000 até 2008. Exemplares incompletos, do nº 001/2000 (maio) até 256/2008 (dezembro), estão disponíveis para pesquisa e consulta local, mediante agendamento.

⁴¹⁰ Alusão à entrevista do professor Ulpiano Bezerra de Meneses à “Revista de História”. Ulpiano é um crítico do que denomina de “mercantilização dos museus”. Devemos atrair e formar um público fiel para o Museu, mas sem deixar de ser um equipamento cultural solidariamente científico-documental, educacional e cultural que opera acervos materiais. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ulpiano-toledo-bezerra-de-meneses>>. Acesso em 07 jul. 2014.

transformação do patrimônio em herança cultural, decorrente da apropriação e da noção de pertencimento dos cidadãos e da sociedade.

Hoje, apesar de ainda existirem deturpações⁴¹¹ e polêmicas⁴¹² sobre a utilização do espaço do complexo, o Museu tem desenvolvido projetos, ações e atividades tais como: a) visita guiada; b) visita mediada/orientada (agendamento); c) telecentro comunitário com *wi-fi*, em parceria com a Companhia Riogandense de Mineração (CRM); d) consulta local aos acervos documentais, bibliográficos, cartográficos e iconográficos (agendamento); e) oportunidade para realização de estágios e práticas curriculares com acompanhamento; f) orientação, palestras e informações diversas sobre o Museu e o histórico da mineração na Região Carbonífera em diversos espaços (museus, escolas, clubes, sedes, etc.); g) projeto de restauração das estruturas arquitetônicas e desenvolvimento de projetos culturais através de acordo de cooperação técnica com a empresa Copelmi Mineração Ltda.; h) cedência dos espaços do complexo do Museu (auditório, pavilhão, anfiteatro a céu aberto, área verde, etc.) para projetos, atividades, eventos e ações educativas e culturais das comunidades da região carbonífera do Baixo Jacuí⁴¹³.

Conclusões

Com relação ao uso sustentável do patrimônio industrial mineiro em Arroio dos Ratos, é válida a sugestão de Gómez e González (2003, p. 29) em considerar cuidadosamente as necessidades atuais e futuras das comunidades, no caso estudado, os vizinhos do complexo do Museu do Carvão e a própria comunidade da região carbonífera, a fim de priorizar os possíveis usos alternativos conforme sua missão e objetivos. Entre estes usos destaca-se o Arquivo Histórico da Mineração (AHM), inaugurado em 2012, e o projeto de arqueologia industrial que está em fase de prospecção.

O complexo do Museu Estadual do Carvão é um quadro, uma moldura para o desenvolvimento, e um território que representa o produto de toda uma história natural e humana (VARINE, 2012). Mas também possui as condições de conflitos decorrentes de sua história institucional. Assim, todo território sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável.

O primeiro passo em busca deste respeito é a institucionalização do regimento interno e, principalmente, do plano museológico⁴¹⁴ como ferramenta básica de planejamento estratégico, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade⁴¹⁵.

Na construção do plano museológico estão bem claras a missão e os objetivos do Museu e a sua relevância como patrimônio industrial e sítio arqueológico industrial. Os

⁴¹¹ A realização do evento denominado “Festa da Melancia” ainda permanece sendo realizado no espaço do complexo do museu, mas está sendo elaborado projeto de cedência de aproximadamente 6,6 hectares da área do museu para o Município de Arroio dos Ratos, proporcionando um espaço adequado para a construção de um parque de eventos com estrutura adequada, respeitando a legislação vigente e mantendo uma distância segura das estruturas arquitetônicas e ruínas do museu.

⁴¹² Recentemente o Museu do Carvão passou por uma situação de descaso com a preservação do patrimônio: a ameaça de realização de um evento de som automotivo em estacionamento localizado em frente ao espaço das ruínas. Mesmo existindo legislação que define o espaço como zona de proteção ambiental rigorosa (ZPAR) e comunicados pela direção do museu, o poder executivo municipal autorizou a realização do evento apesar dos perigos que representava ao patrimônio devido as fortes vibrações sonoras. Com o apoio da sociedade civil organizada, da Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico e de parecer técnico do IPHAE/RS, o evento foi realizado em outro local.

⁴¹³ Para maiores informações consulte o blog <http://museucarvao.blogspot.com.br/>

⁴¹⁴ O Regimento Interno e o Plano Museológico do Museu Estadual do Carvão foram confeccionados preliminarmente (esboço), após um diagnóstico participativo, e agora estão passando por revisão no Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) para encaminhamento e debate com a comunidade.

⁴¹⁵ Lei Federal nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus), artigos 28, 29, 44, 45, 46, 47. Uma fonte pertinente para auxiliar na construção do planejamento museológico é a obra de Cândido (2013).

conjuntos industriais do complexo carbonífero devem ser interpretados como patrimônio cultural. Devemos conhecer, proteger, conservar e promover os novos paradigmas para a sua preservação, em especial, o conteúdo apresentado na Carta de Nizhny Tagil (Rússia, julho de 2003) sobre o Patrimônio Industrial, preparada pelo TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage⁴¹⁶

O patrimônio industrial consiste dos vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico.

Esses vestígios consistem de prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, **minas** e locais para processamento e refinamento, armazéns (warehouses) e galpões, **de locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada**, transporte e toda a sua infraestrutura, assim como de locais usados para **atividades sociais relacionadas à indústria**, tais como habitação, locais para culto e para a educação.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar de estudar toda a evidência material e imaterial de documentos, artefatos, estratigrafia e estruturas, habitação e paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. Utiliza de métodos de investigação mais adequados a aumentar a compreensão do passado e do presente industriais (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, grifamos).

Por fim, dentro das perspectivas futuras que almejam ao uso sustentável do patrimônio mineiro, destaca-se o projeto interdisciplinar de arqueologia. Este pretende não só a composição de um acervo a ser doado para o Museu do Carvão, além de todo o mapeamento subterrâneo e geográfico do local. O intuito do projeto é ampliar e difundir o conhecimento científico nas diversas áreas do conhecimento contempladas, mas principalmente promover a história local e o papel do Museu na região onde está situado. Desta maneira serão abertas mais possibilidades para seus visitantes com a apropriação do espaço. Através desta ação cria-se um sentimento de pertencimento e inicia-se um processo de sustentabilidade através de novos projetos que visam ao desenvolvimento sustentável e os usos sociais do Museu.

Referências

BRAGHIROLI, Ângelo. **O patrimônio industrial e os novos paradigmas da preservação.** [s.n.; s.d.] Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=43604>>. Acesso em 08 ago. 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento.** Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CARTA DE NIZHNY TAGIL. Rússia, julho de 2003. The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH). Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/808/788>>. Acesso em 09 ago. 2014.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade? **Oculum ensaios**, p. 154-165, Jan./Jun. 2011.

ECKERT, Cornelia. **Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas - Rio Grande do Sul.** 1985. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: UFRGS, Porto Alegre, 1985.

GOLASZ, Luiz Henrique Sutelo. **Arroio dos Ratos, a mineração e o Museu do Carvão: a história e sua representatividade através da materialidade.** 2013. Trabalho de conclusão de

⁴¹⁶ Ver Carta (2003) e Braghirolli (s.d.).

curso. (Bacharelado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRGS, Porto Alegre, 2013.

GÓMEZ, D. J. Carvajal; GONZÁLEZ, A. El papel de los parques y museos mineros en el desarrollo sostenible. In: **Re Metallica 1**, Enero 2003, 2ª época. p. 26-36.

J.S.D., entrevista feita por Tassiane Mélo de Freitas. **Acervo particular de Tassiane Mélo de Freitas**. Arroio dos Ratos, 2014.

S.H.B.F., entrevista feita por Tassiane Mélo de Freitas. **Acervo particular de Tassiane Mélo de Freitas**. Arroio dos Ratos, 2014.

SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883-1945). 2007. 392 f. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. **Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853**. Porto Alegre, Typographia do Mercantil, 1853. Pág. 42-43. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/882>>. Acesso em 07 jul. 2014.

_____, João Lins Vieira Cansansão de. **Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854**. Porto Alegre, Typographia do Mercantil, 1854. Pág. A-I a A-VII. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/883>>. Acesso em 07 jul. 2014.

_____, João Lins Vieira Cansansão de. **Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao vice-presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello no dia 30 de junho de 1855**. Porto Alegre, Typographia do Mercantil, 1855. Pág. 15-16. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1058>>. Acesso em 07 jul. 2014.

SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos**: berço da indústria carbonífera nacional. 2. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.

TORNATORE, Jean Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

5 - Arte, urbe e espaços virtuais.

Coordenadores (as): Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes, Daniel Ribeiro Medeiros (Doutorando PPGMP-UFPeI) e Olivia Nery (Mestranda PPGMP-UFPeI).

No contexto de discussões acerca dos lugares de memória (NORA, 1993), este simpósio objetiva discutir as dimensões do material, do funcional e do simbólico através da arte, do espaço urbano e dos espaços virtuais. Entende-se que estes aspectos da cultura, bem como suas interrelações, configuram contextos para a construção e manutenção de valores sócio-culturais nos mais variados sistemas de memória social.

Resumo

Estuda a cidade e suas representações construídas e partilhadas pelos cidadãos. Articula o conceito de lugares de memória (Pierre Nora) com ambientes virtuais de compartilhamento de fotografias. Debate a postagem de fotografias sobre a cidade como ato comunicacional do espaço urbano. Compreende esses ambientes de interação como lugares de memória e rememoração ao possibilitarem entre sujeitos sociais trocar informações sobre a cidade. Estudo qualitativo realizado em julho de 2014, com o Moinhos de Vento – Porto Alegre, grupo de usuários do Flickr que objetiva mostrar através de fotos o bairro Moinhos de Vento. Analisa as fotos postadas no grupo e comentários dos usuários, através das fotografias compartilhadas sobre o bairro. Conclui que os espaços de compartilhamento de fotografias sobre a cidade são lugares de memória, ao divulgarem informações e dinamizarem as histórias da cidade e seu ambiente, pois possibilitam a construção do sentimento de pertença dos moradores do bairro.

Palavras-chave: Memória da Cidade. Ambientes Virtuais. *Flickr*. Moinhos de Vento. Porto Alegre.

Introdução

A cidade é o espaço de sociabilidade, pois nela interagimos com os outros e trocamos perspectivas e modos de ver o mundo. Nesse processo, construímos e reforçamos representações sobre a cidade, que acabam sendo internalizadas no imaginário social. Inicialmente individuais e subjetivas, ao serem articulados pela experiência cotidiana e pela comunicação, essas representações adquirem abrangência social e auxiliam na construção de uma rede de imaginários urbanos. Tais imaginários são compostos pelas nossas lembranças sobre a cidade e responsável pela constituição da memória do grupo social.

Nesse contexto, destacamos o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ao atuarem na facilitação do processo de interação entre os sujeitos. Os aparelhos tecnológicos originários da *web 2.0* nos possibilitam partilhar com os outros nossa visão sobre a cidade, através de textos, fotografias e vídeos, dentre outros. A partilha de fotografias na *web*, em especial, é cada vez mais praticada em nosso dia a dia, havendo *sites* especializados para essa atividade, como é o caso do *Flickr*. As fotografias, nesse sentido, se destacam pela multiplicidade de olhares sobre a cidade que são capazes de revelar.

A partir desta breve exposição, levantamos a seguinte questão: **Como os ambientes virtuais de compartilhamento de fotografias sobre um bairro podem se constituir em lugares de memória da cidade?** Tendo como fundamento a perspectiva teórica de Pierre Nora (1993), procuramos abordar os ambientes virtuais de comunicação com o que ele denominou de *lugares de memória*. Para responder tal indagação, propomos um estudo empírico do *Moinhos de Vento – Porto Alegre*, grupo de usuários do ambiente virtual *Flickr* destinado a compartilhar fotos do bairro Moinhos de Vento, de Porto Alegre-RS.

Os lugares de memória: as representações sobre a cidade nos ambientes virtuais

Atribuímos valores diferenciados às diversas estruturas edificadas e elementos da natureza que balizam nosso território, ancoram nossas visões de mundo e, ao mesmo tempo,

⁴¹⁷ Professor do Departamento de Ciências da Informação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. E-mail: valdir.morigi@ufrgs.br

⁴¹⁸ Estudante de Biblioteconomia da UFRGS. E-mail: luisfernandomassoni@gmail.com

materializam nossas crenças e testemunham episódios de nossa memória coletiva (ARANTES, 2009). Assim como atribuímos valores diferenciados, também construímos as representações sobre os elementos, os quais são partes constituintes dos nossos atos de experimentar e comunicar nossas interações com os diversos lugares do nosso país, da nossa cidade e do nosso bairro.

Essas representações não são estanques, pois são criadas e recriadas a todo o momento, através de nossas experiências e interações com o ambiente e também com os outros. Nesse processo, elas estão presentes em nosso modo de vida, pois interferem na forma como interagimos com o ambiente urbano. Nossos saberes estão enraizados pela geografia e seus lugares, espaços em que vivemos e circulamos, e também pelo mapa imaginário, moldado pelas representações coletivas construídas socialmente sobre eles. Assim, como aponta Burke (2004) a cidade e os seus lugares se constituem fontes de informação em si mesma. Com o desenvolvimento e uso cada vez mais intensivo das tecnologias de informação e comunicação, houve uma expansão das fontes informacionais e comunicativas sobre a cidade e seus lugares. Nesse contexto, os ambientes virtuais funcionam como repositórios digitais que podem ser compartilhados e também se constituem lugares de memória.

O presente estudo concebe os novos dispositivos tecnológicos e de informação e comunicação como artefatos, como os ambientes virtuais, as redes sociais, como espaços de que possibilitam novas formas de interação com os outros e, consequentemente, novas formas de articulação de representações e memórias, pois ampliam o acesso à informação e facilitam o seu compartilhamento. Segundo Mangan (2010), isso faz surgir novos espaços de memórias (ambientes virtuais), operando como repositórios de memória digital, que socializam as informações através da internet. “Embora sejam ambientes virtuais, seu conteúdo é real, assim como os sujeitos responsáveis por construir e comunicar as memórias.” (p. 176). São espaços construídos em um mundo *online* (ciberespaço), que retratam memórias individuais e coletivas do mundo *online* e do mundo *offline* (fora do ciberespaço).

A perspectiva deste estudo parte da premissa de que os lugares de memória não são apenas as edificações, os objetos, os elementos da natureza física ou atividades que constituem a memória coletiva, mas diferentes espaços fragmentários podem constituir o mosaico da memória. Eles podem ser entendidos de múltiplas formas: “Desde os lugares mais naturais, oferecidos pela experiência concreta, como os cemitérios, os museus e os aniversários, até os lugares mais intelectualmente elaborados, dos quais ninguém se privará [...]”. (NORA, 1993, p. 26). Conforme o autor, a materialização da memória dilatou-se, descentralizou-se, desacelerou-se e democratizou-se.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória são os restos construídos porque o que defendem está ameaçado. São materiais, simbólicos e funcionais, simultaneamente, em graus diversos. Eles nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, tornando-se necessário criar arquivos, organizar celebrações, bem como outras atividades que elucidem a memória, sendo que não são naturais e “[...] só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.” (p. 22). Corroborando com essa ideia, Abreu (2005) enfatiza que os lugares de memória possuem uma surpreendente capacidade de adaptação e de atualização ao momento que se passa.

Valencia (2005, p. 107), apoiado em Nora (1993), afirma que a memória moderna, antes de tudo, é “[...] um arquivo que ‘descansa na materialidade do traço, no imediatismo da recodificação e visibilidade da imagem’ [...]”. Nesse sentido, a memória existe no mundo e, mais

que na cabeça das pessoas, em artefatos que marcam a sua existência, como museus, diários [...]”.

Deste modo, buscamos tencionar e explorar as fronteiras do conceito apontado por Pierre Nora (1993), entendendo que os ambientes virtuais, como o grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre*, espaço de compartilhamento de fotos da cidade, como um artefato e um lugar de memória.

O *Flickr* é um exemplo de *site* que possibilita hospedar e dar visibilidade aos compartilhamentos de imagens fotográficas digitais. Criado em 2004, encontra-se disponível no endereço www.flickr.com e é gratuito, qualquer cidadão pode ter acesso, embora seja necessário ter cadastro para publicar fotos. Os usuários podem atribuir título e descrever suas fotos, classificar as fotos através da atribuição de *tags*, que auxiliam na posterior recuperação das fotografias quando da busca por uma *tag*, além de comentar as suas próprias fotos e as dos outros (FLICKR, 2014). O ambiente permite localizar em um mapa o local em que foi tirada a fotografia, facilitando a identificação dos lugares por parte dos usuários. Eles podem criar álbuns para hospedar suas fotografias, além de participarem de grupos com interesses comuns: o compartilhamento delas sobre uma temática específica.



Figura 1 – Layout do Grupo Moinhos de Vento – Porto Alegre, do Flickr.

Fonte: MOINHOS DE VENTO – Porto Alegre.

A pesquisa, realizada em julho de 2014, analisou as fotografias partilhadas no *Moinhos de Vento – Porto Alegre* (Figura 1), um grupo público criado e administrado pelo usuário Rodrigo Beheregaray que se propõe a “[...] mostrar, através de fotos, as características do bairro Moinhos de Vento na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.” (MOINHOS DE VENTO⁴¹⁹). Criado em 2 de março de 2009, é formado por pessoas que moram, trabalham ou possuem algum interesse pelo bairro. A relação afetiva entre os membros do grupo e o bairro é enfatizada pelo administrador:

Alo pessoal. Depois de fotografar e ver tantas fotos de nosso querido bairro, com tanto assunto nele a ser registrado, resolvi fazer essa homenagem de criar este grupo do Moinhos de Vento. Incrivelmente ainda não havia um grupo aberto para postar com essa temática aqui no Flickr. Assim, pra puxar um papo, coloquem aqui o que mais gostam do bairro, o que acham mais relevante nele para ser registrado, etc. Abraço Rodrigo. (BEHEREGARAY, 2009a⁴²⁰).

A partir da afirmação do criador do grupo, observamos que um dos seus propósitos está relacionado com a afetividade dos cidadãos com o lugar. As expressões como “nosso querido bairro” e “que mais gostam do bairro” destacam esse aspecto. O grupo possibilita o

⁴¹⁹ Documento eletrônico, sem paginação.

⁴²⁰ Documento eletrônico, sem paginação.

diálogo e a troca de experiências, perspectivas e informações sobre o bairro. Conforme Abreu (2005), há “uma vontade de memória” que deve estar inscrita na gênese de um lugar de memória. Essa “vontade” é explícita no objetivo do grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre*. Desse modo, o *Flickr* auxilia no fortalecimento do vínculo identitário do grupo e seus membros, pois ao fazer circular as imagens fotográficas, dinamiza e reativa as lembranças sobre o bairro.

Na data de coleta dos dados, o grupo possuía 46 membros e 104 documentos compartilhados, sendo 103 fotos e um vídeo. As fotos – coloridas e preto e branco – foram analisadas com a finalidade de verificar quais elementos do cenário do bairro são destacados nas fotografias, bem como os laços de identidade e memória coletiva evidenciados pelas postagens dos usuários.

Das 103 fotos, 37 são do Parque Moinhos de Vento, localizado no centro do bairro. Esse parque é ponto de encontro para lazer, atividades físicas, dentre outros eventos do bairro. As fotos registram diversos elementos que caracterizam o parque – seus bancos, a ponte que une os dois lados do parque (que é dividido por uma avenida), seu lago e suas árvores. As fotografias mostram a presença de pessoas, principalmente sentadas em bancos, sozinhas ou acompanhadas – o que fortalece o caráter de lazer e espaço de sociabilidade do parque. Destacamos as duas construções do parque, símbolos do bairro, as quais são a réplica de um moinho açoriano (Figura 2), que é significativo na história do bairro. Ele aparece em 15 fotos; e o Monumento a Castelo Branco, em 7 fotos.



Figura 2 – Moinho do Parque Moinhos de Vento.

Fonte: IOCHIMS, 2011

Outro monumento recorrente nas fotografias do bairro é a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), popularmente conhecida como “Hidráulica Moinhos de Vento”. São 17 fotos que registram o local, e 5 delas destacam a torre hidráulica que há no lugar. Também há fotos de jardins, de flores, de bandeiras, de bancos, de luminárias, do chafariz, do prédio principal e dos decantadores d’água.

Várias fotos mostram as ruas do bairro, tais como as ruas Santo Inácio, Padre Chagas, Luciana de Abreu, Hilário Ribeiro, Barão de Santo Ângelo, Vinte e Quatro de Outubro, Dinarte Ribeiro, Engenheiro Álvaro Nunes Pereira e Félix da Cunha. Essas fotos registram calçadas, árvores, comércios, e principalmente os “casarões antigos” do bairro. Atualmente, eles são motivo de polêmica, pois a especulação imobiliária tem interesse em demoli-los para construir edifícios novos no lugar. Entretanto, alguns moradores resistem à demolição, desejando manter os traços “originais” do bairro. Sobre esse assunto, Bissón (2009) relata que os preservacionistas trabalham na conscientização dos moradores “mais antigos” do bairro para

que defendam o patrimônio arquitetônico do local. Dentre esse conjunto de casas, a que mais aparece, em cinco fotos, está situada na rua Santo Inácio (Figura 3).



Figura 3 – Antiga Casa na Rua Santo Inácio.

Fonte: BEHEGARAY, 2009b

Trazer à tona os resquícios do passado é um papel marcante dos lugares de memória, tendo em vista que, como elucida Abreu (2005), são cristalizações do passado, que podem ser objetos, instrumentos ou instituições, independente da definição da natureza que os molda, mas sim por serem depositários da História e da Memória.



Figura 4 – Hotel Sheraton.

Fonte: HOPPER, 2010

É destacável o fato de que não apenas prédios históricos ganham visibilidade nas fotos compartilhadas no grupo, pois também há prédios modernos, como o Hotel Sheraton (Figura 4), presente em 6 fotos, visto sob vários ângulos. Conforme Bissón (2009), o Moinhos é um *mix* de “tradição e modernidade”. Nesse sentido, Jodelet (2005) lembra que a materialização das narrativas da memória é formada por materiais do passado e do presente. Assim como sedimentações de blocos geológicos, vislumbram-se as representações dos cidadãos sobre a cidade na composição dos imaginários urbanos, formando os conhecimentos sociais sobre o bairro e a cidade.

As fotografias povoam nossa memória e incidem sobre o cognitivo. Nas fotos analisadas, misturam-se os prédios antigos e novos, testemunhas da história do local. A memória está atrelada à construção cultural dos indivíduos, sendo resultado das múltiplas experiências, sociabilidades e lembranças de cada um de nós, influenciando na construção de nossos princípios e valores éticos e culturais, pois para Gondar (2005, p. 25): “Não existem [...]”

memórias fora de um contexto afetivo”. Ainda segundo a autora, a memória é concebida como um processo no qual as representações coletivas interferem na sua construção.

Constam também fotografias que apresentam outros espaços do bairro, como as longas escadarias do Morro Ricaldone, atualmente fechado devido a problemas de violência urbana. Além dos lugares e prédios acima citados, percebemos que também há registros com fotos do bairro que possuem um enquadramento do alto, de cima, das janelas dos grandes edifícios. Algumas são fotografadas de prédios de bairros próximos, de onde são vistas diversas edificações do bairro com vista panorâmica de longa distância.

Os usuários do *Flickr* têm a possibilidade de comentar as fotografias compartilhadas, sendo os conteúdos desses comentários outra característica que reforça o grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre* como um lugar de memória. Através deles, os usuários demonstram conhecer alguns locais retratados nas fotos, opinam sobre eles, alegam saudade e até mesmo nostalgia ao apreciarem as fotos. Há comentários que expressam admiração pelos casarões antigos, enquanto outros lamentam sua demolição. Na foto do Hotel Sheraton, acima exposta, um usuário do *site* comenta que trabalhava próximo ao hotel e via-o seguidamente. Também há pessoas demonstrando admiração pelos jacarandás presentes nas ruas do bairro, bem como outros elementos da paisagem do *Moinhos de Vento*.

O grupo analisado, através do qual os cidadãos compartilham fotografias sobre o bairro *Moinhos de Vento*, é compreendido como um lugar de memória, pois percebemos que, mais do que um ambiente no qual são depositadas fotografias sobre o bairro, o grupo une pessoas por um sentimento de pertencimento ao bairro. O grupo, nesse sentido, não é apenas um espaço de registro de memória, e é essa característica que o configura como um lugar de memória, pois os lugares de memória, na concepção de Abreu (2005), são um registro e mais aquilo que o transcende, ou seja, seus sentidos simbólicos ou emblemáticos.

Por fim, destacamos o fato de que o *Moinhos de Vento – Porto Alegre* teve sua origem na vontade individual de um cidadão, não é fruto de uma entidade governamental. A criação do grupo foi iniciativa de um cidadão admirador do bairro e outras pessoas, por interesses em comum, aderiram ao grupo. Diferente do museu, que é voltado à exposição de obras cristalizadoras da memória escolhidas geralmente por especialistas, esse grupo se forma no dia a dia, pois é nutrido pela construção colaborativa dos cidadãos.

Considerações finais

O estudo evidencia que o grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre* é um espaço fragmentário de memória social, pois possibilita o compartilhamento das representações sobre o bairro através das imagens fotográficas. É um ambiente interativo, através do qual os cidadãos partilham uns com os outros os seus múltiplos olhares sobre a cidade. Assim, constroem um ambiente virtual que os une por algo em comum: o bairro *Moinhos de Vento*. Ao alimentar com imagens as informações sobre o bairro e a cidade, o grupo estabelece a ligação social entre o passado e o presente, projetando também perspectivas para o futuro. É um ponto de encontro virtual, que reúne os significados e seus fragmentos, ajudando a situar e identificar os diferentes grupos sociais na manutenção de um sentimento de pertença a sua identidade cultural.

O ambiente virtual *Flickr*, a partir das postagens dos acontecimentos registrados através das fotografias, possibilita reconstruir a memória do passado individual e coletivo. Dessa forma, os fragmentos das imagens fotográficas nele inseridos realizam o processo de mediação dos narradores com seu passado.

O *Moinhos de Vento – Porto Alegre* não é apenas um repositório de imagens sobre o local, pois podemos perceber que há um forte sentimento de pertença entre os usuários, na figura de moradores, admiradores ou transeuntes do bairro. Através de diversos olhares sobre a paisagem urbana, os usuários do grupo demonstram afeto pelo bairro. Desse modo, o *Flickr*

ajuda na construção e no fortalecimento dos elos identitários do grupo e de seus membros, pois ao fazer circular as imagens fotográficas, dinamiza e reativa as lembranças sobre o bairro e a cidade. Ao mesmo tempo, os ambientes virtuais de memória podem fazer emergir as tensões e os conflitos a respeito dos enquadramentos das imagens fotográficas sobre o bairro e as representações sobre a cidade.

Referências

ABREU, José G. Arte pública e lugares de memória. **On the W@terfront**, Lisboa, n. 7, p. 48-66, set. 2005.

ARANTES, Antônio A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 11-24.

BEHEREGARAY, Rodrigo. **Abrindo..... bemvindos!** [mensagem em lista de discussões]. 2009a. Disponível em: <www.flickr.com/groups/moinhospoa/discuss/72157614657354293/>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BEHEREGARAY, Rodrigo. **Filmagem do curta A Maldita**. 2009b. 1 fotografia. Disponível em: <www.flickr.com/photos/berega/3682102966/in/pool-moinhospoa/>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BURKE, Peter. O lugar do conhecimento: centros e periferias. In: _____. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 54-77.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: _____. DODEBEI, Vera. (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HOPPER, Paulo. **The view from my window**. 2010. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/prhoeper/5303234289/in/pool-moinhospoa>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

IOCHIMS, Mozart. **Parque Moinhos de Vento (Parcão) - Porto Alegre, RS – Brazil**. 2011. 1 fotografia. Disponível em: <www.flickr.com/photos/miochims/6411794463/in/pool-moinhospoa>. Acesso em: 22 jun. 2014.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MANGAN, Patrícia K. V. Construção de memórias digitais virtuais no ciberespaço. In: FRANÇA, Maria Cristina C. C.; LOPES, Cícero G.; BERND, Zilá (Org.). **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura**. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010.

MOINHOS DE VENTO – Porto Alegre. [Grupo do Flickr]. Disponível em: <www.flickr.com/groups/moinhospoa/>. Acesso em: 22 jun. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

VALENCIA, José F. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, Celso P. de. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

Instagrafite: de memória subterrânea a patrimônio digital

Marina Leitão Damin⁴²¹

Sarah Luna⁴²²

Resumo

De rabisco marginal ao status de arte, o grafite percorreu um longo caminho. Com o auxílio das redes sociais, novos artistas de *street art* apresentam seus trabalhos - antes restritos ao espaço urbano em que se encontravam - no ciberespaço. Não é mais necessário viajar para a Inglaterra com a finalidade de conhecer o trabalho de Banksy, pois ele está agora a um clique de distância. Este artigo apresenta o ciberespaço como um lugar de memória, conceito discutido por Pierre Nora (1993), e traz o estudo de caso *Instagrafite* para trabalhar duas frentes, interligadas. A primeira relaciona o conceito de memória subterrânea de Pollak com a eclosão do grafite. A segunda sugere que o perfil do *Instagrafite* na rede social *Instagram* pode se tornar, com o afloramento, trânsito e armazenamento dessas memórias subterrâneas no ciberespaço, um patrimônio digital.

Palavras-chave: memória, patrimônio digital, grafite, memória subterrânea, lugares de memória.

Introdução

Ao usar o muro das cidades como suporte, o grafite mudou a estética dos grandes centros urbanos e fez emergir uma cultura antes restrita às áreas mais pobres. Os grafiteiros eram uma minoria marginalizada e o que faziam era considerado pichação.

A internet proporcionou, principalmente com as redes sociais, que diversas minorias tivessem a possibilidade de fala e de reverberação de seus discursos. A *street art* e, especificamente o grafite, entrou nessa confluência ao trazer para o ciberespaço o que estava anteriormente restrito ao espaço urbano.

A barreira já não é mais geográfica ou linguística porque é a imagem que vem para dar o recado do artista, neste mundo contemporâneo e conectado.

Podemos pensar a internet, espaço virtual no qual estão inseridas as redes sociais, como uma das ferramentas tecnológicas de comunicação que possibilitou a modificação do entendimento da humanidade sobre o 'perto' e o 'longe'. Bauman (1999), no livro *Globalização: as consequências humanas* define 'próximo' como o que é acessível, usual, familiar, conhecido, habitual, uma ideia que representa o que não é problemático. Já 'longe', como um espaço que pouco ou nunca se visita, imprevisto, deslocado e que demanda coragem, esperteza e o aprendizado de novas regras. Este mesmo autor reflete acerca do conceito de 'distância', afirmando que ela é um produto social e que sua extensão é variável de acordo com a velocidade com a qual pode ser vencida.

A internet, principalmente como ferramenta de informação, de relacionamento e de comunicação, nos faz repensar a dinâmica – e as distâncias – entre lugares e pessoas. O que era 'longe' ficou 'próximo' e vice-versa neste mundo globalizado. Octavio Ianni (2001), ao apresentar a 'aldeia global' como uma das metáforas da globalização, a relaciona com a evolução da informática e da eletrônica:

A noção de aldeia global é bem uma expressão da globalidade das ideias, padrões e valores sócio-culturais, imaginários. [...] Em decorrência das tecnologias oriundas da eletrônica e da informática, os meios de comunicação adquirem maiores recursos, mais dinamismos, alcances muito mais distantes. Os meios de comunicação de massa, potenciados por essas tecnologias, rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades sócio-econômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade (IANNI, 2001, p. 119).

⁴²¹ Aluna de mestrado do curso de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio, mldamin@gmail.com

⁴²² Aluna de mestrado do curso de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio, sarahluna@id.uff.br

Assim, é possível que algo antes exclusivo se prolifere pela rede, formando novos grupos e admiradores. O grafite é um desses casos. Neste artigo vamos apresentá-lo como uma memória subterrânea que utiliza a internet para a documentação e o armazenamento das imagens das obras. Além disso, vamos trazer como estudo de caso o perfil *Instagrafite*, inserido na rede social *Instagram*, responsável pela curadoria de grafites do mundo todo, recebidos de forma colaborativa, sugerindo que o mesmo possa se tornar patrimônio digital.

Grafite: a arte dos espaços públicos

A etimologia de grafite, em realidade, *grafitti*, é italiana, plural de *grafito*. A expressão representa os grafismos descompromissados riscados nas paredes ou rochas. Segundo Gitahy (1999), no singular ela é utilizada para designar a técnica, ao passo que no plural, se refere aos desenhos. Devido à existência de grafias diferenciadas, neste artigo iremos adotar a forma grafite, pois, consideramos a mais comumente utilizada e presente na bibliografia sobre o assunto.

Ao refletirmos sobre a origem do grafite, notamos que sua característica principal é o imprevisto e usa como suporte, os muros das cidades. Em suma é uma arte de espaços públicos. Podemos considerar as pinturas rupestres nas cavernas como as primeiras representações artísticas humanas. Gitahy (1999) compreende que essas foram manifestações iniciais de grafite, pois o homem se utilizava do espaço comum de moradia para exteriorizar sentimentos, desejos e retratar o ambiente que vivia. Para o autor, os murais na antiguidade são precursores da arte de grafitar, como a pintura parietal dos egípcios e de outras culturas ocidentais e orientais. Ao localizar a pintura muralista do século XX – representada pelo artista mexicano Diego Rivera e no Brasil os modernistas Di Cavalcanti e Portinari – ele observa que em sua maioria decoravam espaços públicos com temáticas de cunho revolucionário, semelhante ao que será apresentado pelos grafites.

Porém, antes de adentrarmos no histórico do grafite, é interessante compreender a sua semelhança e derivação da pichação. Apesar de se diferenciarem - a pichação está pautada pela palavra e o grafite, a imagem - Gitahy (1999) aponta que elas se utilizam do mesmo suporte e materiais, isto é, muros e tintas em spray. A pichação remonta a antiguidade, mais precisamente em Roma antiga, onde em escavações, foram encontradas paredes com dizeres referentes a anúncios, política e xingamentos. A difamação era o intuito predominante dos escritos, visto que eram realizadas de forma anônima para maldizer um desafeto. No período contemporâneo, destacamos o evento de Maio de 68, o qual estudantes se revoltaram e ocuparam as universidades. As pichações com frases revolucionárias se destacam como imagens e memórias do movimento, dentre elas, "É proibido proibir. Algumas delas foram baseadas nos escritos de Guy Debord sobre a Sociedade do Espetáculo. Esse era o momento da Contracultura, e, portanto, uma época de muitos movimentos engajados em subverter a cultura vigente. A pichação e o grafite expressam este período histórico.



FIGURA 1 – Pichação de Maio de 68 onde se lê, “É proibido proibir”

Fonte: <http://images.rapgenius.com>

Com base nisso, vemos que pichar possui muitos vieses, mas particularmente se atribui um caráter marginal a prática, tanto que, boa parte das vezes, era executada durante a noite em locais escuros para evitar a identificação do autor. A pichação apresenta a particularidade da subversão. Gitahy analisa que, na ditadura quase não eram vistos muros pichados na cidade de São Paulo. Quando o muro de Berlim estava intacto, no lado oriental as paredes estavam limpas, enquanto no ocidental, haviam múltiplos desenhos, rabiscos e frases. Desse modo, o autor observa que a pichação e o grafite não são tão díspares assim, mas, "carregam em si a transgressão e, por isso, só existem em sociedades abertas, não combinam com a ditadura" (1999, p. 23). Contudo, temos que considerar, sua utilização como instrumento de resistência, mesmo que apagadas por governos autoritários, o ato de pichar demonstrava a afronta e insatisfação da situação vigente. As minorias sociais marginalizadas se utilizam da pichação como forma de expressão e para sinalizar sua presença. Gitahy nos lembra da "guerra feita com tinta" (1999, p.24), travadas pelos pichadores a partir de códigos, assinaturas e disputas pelos locais mais altos e visíveis da cidade.

Embora o grafite apresente uma associação com a desordem, Gitahy (1999), busca apresentá-lo como arte, e estabelece suas fases. A primeira delas, que já comentamos um pouco anteriormente, se localiza na década de 70, como a Fase Marginal. Muitos artistas começam a ter projeção, mas ainda é tímida devido a escassez de registro, principalmente fotográficos. Notamos assim, que a difusão do grafite se dará essencialmente através dos meios de divulgação, o que iremos tratar mais profundamente ao longo do texto. O anonimato deixa de ser condição predominante, já em 1980, com a transposição da arte estritamente urbana para as galerias e museus. Os artistas expoentes dessa etapa do movimento eram Basquiat e Keith Haring. Ambos iniciaram sua produção nas ruas, grafitando muros e túneis de metrô. Iremos traçar um breve histórico desses dois artistas.

Jean Michel Basquiat, nascido nos Estados Unidos, mas de descendência haitiana e porto riquenha, cresce no bairro do Brooklyn em Nova York. Foi nas ruas que iniciou seus trabalhos com pichações pelos muros de frases impactantes. A sua estética particular começou a ser reconhecida e era comum a repetição da sua assinatura, *SAMO*. Isso gerou uma curiosidade sobre o autor daqueles desenhos e Basquiat acabou por ser reconhecido. Em 1978, ele proclama o fim do projeto *SAMO*, com o termo *SAMO is dead*. Seu trabalho, além das frases de efeito, é caracterizado pela influência expressionista. A partir da década de 80, ele passou a expor com outros artistas em ascensão, figurando entre grupos de artistas mais descolados de Nova York. Com exposições em grandes galerias de arte, conhece Andy Warhol e forma parcerias com Keith Haring. Em 1988, morre de overdose por heroína. Suas obras, atualmente circulam no mercado de arte por valores exorbitantes.

Outro artista significativo para a arte do grafite foi Keith Haring. Sua experiência artística inicial ocorre em túneis do metrô que até então estavam intocados pelos grafiteiros. Ele descreve o ocorrido:

Um dia, andando de metrô, eu vi este painel preto vazio onde um anúncio publicitário deveria ir. Eu imediatamente percebi que este era o lugar perfeito para desenhar. Voltei acima do solo em uma loja, comprei uma caixa de giz branco e fiz um desenho sobre ele. Era papel preto perfeito suave; o giz desenhava nele com facilidade. (HARING, 1989, p. 63)



FIGURA 2 – Keith Haring e Basquiat.

Fonte: theredlist.com/thehypebr.com (montagem das autoras)

Nesses espaços, o artista costumava reproduzir desenhos de bonecos de forma simples que se tornam sua iconografia mais forte. A repetição dessas imagens acaba por familiarizar os usuários do metrô, que algumas vezes paravam para contemplar o artista trabalhando. Segundo Gitahy (1999), ao ganhar fama, viaja pelo mundo, sendo convidado a realizar performances de grafite na Bienal de Paris e no próprio Muro de Berlim. Haring também esteve diversas vezes no Brasil. O autor destaca que, com o reconhecimento, ele abre uma loja de produtos com sua marca. Suas encomendas eram direcionadas para trabalhos com temáticas educativas, muitas em prol do combate às drogas e AIDS. O próprio Keith Haring falece em 1990, vítima da doença.

Tanto Basquiat, quanto Haring foram importantes expoentes da arte urbana, personificada pelo grafite. Contudo, o estilo que despontou na década de 80, ainda permanece em evidência. Pode ser nas ruas ou fora, nos museus e galerias de arte. Os grafiteiros passam a serem conhecidos como artistas renomados. Na atualidade temos Banksy e os brasileiros Osgêmeos. Esses atuantes no espaço urbano - o qual são originários - recebem igualmente encomendas para decorarem espaços privados, fachadas de lojas, desfiles de moda, etc. Os objetos decorativos ganham estampas assinadas pelos grafiteiros, além de, se destacarem nos meios virtuais. "Hoje, uma peça de arte de rua do tamanho de um cartão-postal em Nairóbi pode se tornar uma sensação global menos de uma hora depois de ter sido concluída: uma potência que fez dela a forma de arte preferida durante a primavera árabe de 2011 [...]" (GOMPertz, 2013, p.412). A expansão da *Street Art* se dá concomitantemente com a insurgência dos meios de comunicação social digitais, subordinando-se às redes sociais para receber maior destaque.

O grafite e a memória subterrânea

Podemos associar a eclosão do grafite – da pichação subversiva ao status de arte – com o conceito de *memória subterrânea*, de Michael Pollak. Em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), Pollak apresenta o conceito de memórias subterrâneas em oposição a uma memória oficial, representada pela memória nacional.

As minorias, os marginalizados, os excluídos fazem parte dessa memória subterrânea, ressaltada pela história oral como parte das culturas minoritárias e dominadas. Ao mesmo tempo, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 4).

A família, as associações, as redes de sociabilidade afetiva ou política podem ser os caminhos para a transmissão dessas memórias subterrâneas, principalmente através da oralidade e de maneira informal, passando despercebidas pela sociedade. Mas, as lembranças do grupo não são estáticas:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento; [...] há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. (POLLAK, 1989, p. 10)

Quando essas memórias subterrâneas eclodem e passam para o ambiente público, em disputa com a memória oficial, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis podem acontecer.

Com as novas tecnologias, essa reverberação dos discursos das minorias ganha um novo suporte memorial. A própria afirmação do grafite como obra de arte ganha mais destaque e novos adeptos, à medida que as redes sociais servem de caminho para a divulgação do trabalho dos artistas e dos próprios artistas.

Para reforçar o suporte memorial das novas tecnologias, trazendo o ciberespaço como lugar de memória e a possível criação de um patrimônio digital, vamos apresentar o estudo de caso *Instagrafite*.

Instagrafite: patrimônio digital do grafite?

Ao pensarmos que a galeria de arte do grafite é a céu aberto e o espaço urbano é sua “tela de pintura”, sujeita à ação do tempo e da intervenção de outras pessoas – ao contrário das pinturas expostas em museus -como é possível perpetuar algo tão efêmero? Como salvar do esquecimento essa arte?

Afinal, o esquecimento é um dos maiores temores do homem e resulta no desejo metamemorial. Segundo Candau:

A necessidade de recordar é, portanto, real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres “pobres e vazios”. Mas, na realidade, mais do que necessidade de memória, o que parece existir é uma necessidade metamemorial, ou seja, uma necessidade da ideia de memória que se manifesta sob múltiplas modalidades nas sociedades modernas. Essa necessidade é indissociável da busca pelo esquecimento, que ocorre concomitantemente ao lembrar (CANDAU 2011, p. 126).

Nora, em *Entre memória e história: a problemática dos lugares* reforça esse desejo afirmando que junto a esse sentimento atrelado ao medo do desaparecimento rápido e definitivo existe a preocupação com o “exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável” (1993, p. 14).

E, como temos medo de esquecer, acabamos registrando até o hábito mais simples do cotidiano. A internet e, em especial as redes sociais, são facilitadoras dessa ação.

Sites de redes sociais, de acordo com Boyd & Ellison (2007, p. 211, tradução nossa⁴²³), são serviços baseados na web que permitem: (1) a construção de um perfil público ou semi-público dentro de um sistema fechado; (2) a articulação de uma lista de outros usuários com os quais este perfil possui uma conexão e a (3) visualização e cruzamento de listas próprias de conexões dentro do sistema com a de outros usuários.

A rede social *Instagram* permite que, com poucos cliques, possamos fotografar, compartilhar e armazenar o que nossos olhos não querem esquecer. Além disso, o compartilhamento permite que certos grupos também façam parte desse momento que, além da imagem, ganha significado por meio da legenda. Os comentários e *likes*⁴²⁴ complementam a interação. Ao pensar que os lugares de memória, conceito proposto por Nora (1993), são lugares nos sentidos material, simbólico e funcional e que “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (P.21), podemos sugerir a rede social *Instagram* como um lugar de memória. É a lembrança registrada por meio de imagens, que ganham, então, um valor simbólico para o grupo que interage com as mesmas.

Como exemplo, trazemos o *Instagrafite*, perfil na rede social *Instagram*, que compila fotos de grafites do mundo todo e que, de certa forma, pode constituir um patrimônio digital.

O processo de registro dos grafites é colaborativo e acontece da seguinte forma: ao publicar a foto em seu perfil pessoal no Instagram, o usuário insere na descrição da foto o símbolo #, conhecido como *hashtag*, seguido da palavra *instagrafite*. Sempre que os responsáveis pelo *Instagrafite* identificam o uso do *#instagrafite* fazem uma curadoria e optam por publicar ou não no perfil. Este abarca, portanto, uma grande compilação de fotos de grafite espalhados pelo mundo, sendo atualmente mais de 4 mil publicações e o número de seguidores passa de 1 milhão⁴²⁵.

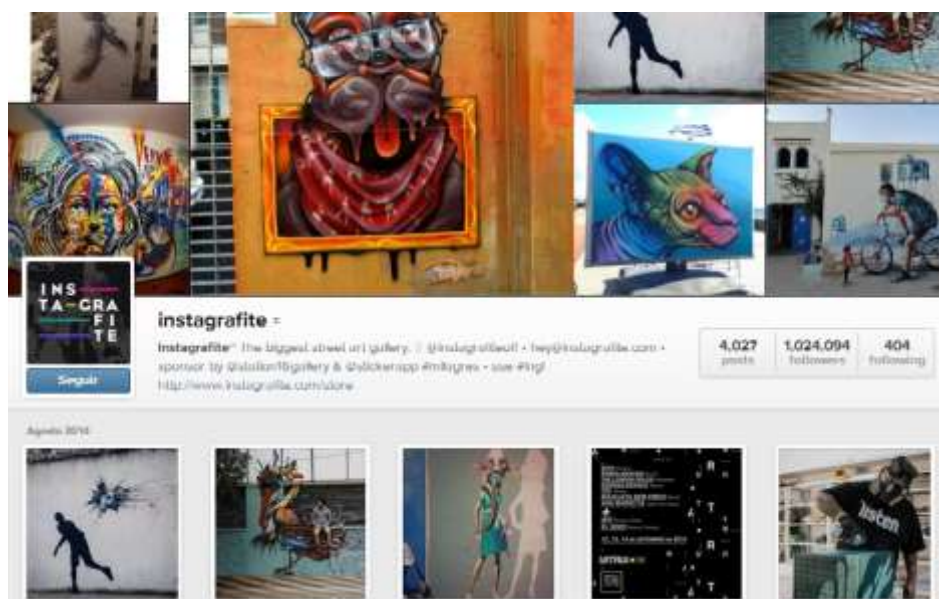


FIGURA 3 – Interface do *Instagrafite*
Fonte: instagram.com/instagrafite

Assim, o registro imagético da obra, a documentação e o armazenamento dessa representação via rede social, distancia os grafites selecionados do provável esquecimento. O

⁴²³ We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these connections may vary from site to site (BOYD e ELLISON, 2007, p. 211).

⁴²⁴ Likes são um mecanismo existente em algumas redes sociais. É um botão que, ao ser clicado pelos usuários, representa o ato de aprovação, também conhecido como curtir.

⁴²⁵ Dados coletados em <http://instagram.com/instagrafite>, em 26/08/2014.

mesmo acontece com as outras obras registradas e compiladas nesse espaço virtual. Poderíamos sugerir, então, que se constitui um patrimônio digital?

Mas, antes de tratarmos a respeito do *patrimônio digital*, precisamos, primeiramente, definir sua “categoria-mãe”, o *patrimônio imaterial*. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco (2003) define patrimônio cultural imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Já o *patrimônio digital*, de acordo com Dodebei (2006) é constituído por bens culturais nascidos digitalmente ou representados no ciberespaço, incluindo textos, bases de dados, imagens estáticas e em movimento, áudios, entre outros, que representam “desde objetos pessoais a acervos tradicionais de instituições de memória”.

A mesma autora, em outro artigo, escrito em conjunto com Gouveia, propõe o estudo do patrimônio digital sob dois enfoques, não exclusivos mutuamente: o primeiro o considera como processo em constante produção, seja dos objetos digitalizados ou dos objetos já nascidos digitais. O segundo é representado pelo patrimônio como produto de uma escolha, quer dizer um conjunto isolado de objetos escolhidos para representar simbolicamente as ações sociais. Este último pressupõe constante atenção quanto à salvaguarda de sua integridade singular. (2006, p. 8)

Ao pensarmos o *Instagrafite* sob o primeiro enfoque e também no fato deste perfil do *Instagram* ser uma referência na curadoria de grafites, atraindo até empresas na realização de ações conjuntas, podemos sugeri-lo como um patrimônio digital, possibilitando o afloramento, trânsito e armazenamento das memórias subterrâneas referentes a esta arte de rua.

Considerações Finais

Ao apresentarmos o ciberespaço como lugar de memória, compreendemos que o *Instagrafite* se configura como um local de suporte virtual de memórias do grafite contemporâneo. Para tanto, recorremos à constituição do grafite como arte reconhecida e difundida pelas redes sociais. Se, anteriormente era um fazer artístico marginalizado, oriundo dos espaços urbanos e executado por artistas anônimos, na atualidade encontra-se em exposição nos meios virtuais. Os artistas ganham *status*, mas a ideia de anonimato e sua efemeridade, permanece na rede *Instagram*.

Observamos, igualmente, a necessidade de evitar o esquecimento, uma vez que o grafite é um trabalho efêmero e reconstruído a todo momento. Podemos considerar, assim, o *Instagrafite* como um espaço de transmissão dessas memórias subterrâneas.

Acreditamos, também, que possamos com este artigo, ilustrar o conceito de patrimônio digital proposto por Dodebei (2006). De acordo com as considerações expostas ao longo de nosso percurso, notamos a extensa complexidade do objeto. Certamente, esse é apenas o início de uma investigação mais aprofundada acerca desse assunto e que poderá gerar novas observações e estudos no futuro.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOYD, Danah.; ELLISON, Nicole. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. v. 13, n. n. 1, p. 210–230, 2007.

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. [s.l.] Contexto, São Paulo: 2011.
- DODEBEI, Vera ; GOUVEIA, I. C. . **Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação-ENANCIB, 2006, Marília.
- _____. Patrimônio e memória digital. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências**, 2006.
- GITAHY, Celso. **O que é grafite**. Braziliense, São Paulo, 1999.
- GOMPERTZ, Will. **Isso é arte?** 150 anos de arte moderna do impressionismo até hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013
- IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**. 9a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Patrimônio Cultural no Brasil | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 1 jul. 2014.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 2p. 3 a 15.
- SHEFF, David. **Keith Haring**: an intimate conversation. 1989. p.61. Disponível em: <http://www.haring.com/!/about-haring/to-new-york#.U_zbqx9M0VY>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- THE ESTATE OF JEAN-MICHEL BASQUIAT. The artist. 2011. Disponível em: <<https://basquiat.worldsecuresystems.com/artist.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

A Memória Social na Era Digital: Um estudo sobre as novas tecnologias

Jerusa de Oliveira Michel⁴²⁶

Margareth de Oliveira Michel⁴²⁷

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir as relações entre as novas tecnologias e a memória social. Em um mundo onde tudo muda rapidamente e onde a tecnologia assume um papel cada vez maior na vida das pessoas, qual é o espaço reservado para a memória de cada um e a memória social? Ao longo desse trabalho buscaremos discutir essas novas tecnologias na visão de autores como WINFRIED NÖTH, PIERRE LÉVY, SHERRY TURKLE entre outros. Este texto de forma alguma se propõe a esgotar o tema da memória social na era digital e o estudo das novas tecnologias e o modo como elas atuam na memória individual e social é um assunto riquíssimo e merece um retorno, buscando o olhar de outros autores.

Palavras Chave: Memória Social; Memória Individual; Novas Tecnologias; Digital

Introdução

As relações entre o ontem e o hoje, entre o passado e o presente sempre foram fundamentais para o entendimento e compreensão de qualquer sociedade e isso não é diferente na sociedade contemporânea. ZIGMUNT BAUMAN afirma que tudo em nossa sociedade muda muito rápido, nada é feito para durar, para ser 'sólido' pois o movimento constante coloca em cena a instabilidade dos relacionamentos interpessoais e familiares, sendo que este último é considerado um importante repositório de memória. Entretanto, apesar dessa "liquidez" apontada por BAUMAN, muitos estudos acadêmicos apontam para a existência de um culto crescente ao passado. Segundo DANTAS

Ao invés de uma total amnésia, observa-se um vertiginoso crescimento do interesse pelo passado em um cotidiano individual marcado pelo registro em imagens (fotos e vídeos) e textos (blogs e páginas pessoais na internet). Nas sociedades contemporâneas, vive-se a execução de um extenso calendário de comemorações que evidenciam as reelaborações da memória social numa complexa dinâmica entre esquecimentos e lembranças. (DANTAS, 2008, p. 01)

Temos então dois pensamentos opostos, o de BAUMAN, que nos traz a imagem de um mundo volátil, onde nada é feito para durar e o pensamento apontado por DANTAS que nos diz que vivemos em um momento voltado para a memória e introduz dentro deste contexto o uso de novas tecnologias quando nos apresenta a memória através do registro em imagens (fotos e vídeos feitos através de dispositivos móveis como celulares e tablets) e textos (blogs e páginas pessoais na internet).

Essas novas tecnologias citadas pela autora cada vez mais possibilitam o registro de memórias pessoais e coletivas e também o acesso a fontes memórias de várias instituições que disponibilizam seus acervos aos usuários da rede mundial de computadores e nesse mundo digital, podemos perceber que o passado e o registro de memórias e histórias têm recebido uma grande parcela de atenção.

Voltando-nos para a questão das novas tecnologias e o uso dos computadores e dispositivos móveis, o texto de WINFRIED NÖTH⁴²⁸, "Máquinas Semióticas" nos permite um

⁴²⁶ Jerusa de Oliveira Michel é doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas – jerusa.michel@gmail.com.

⁴²⁷ Margareth de Oliveira Michel é mestre em Desenvolvimento Social (1999) e em Linguística Aplicada pela Universidade Católica de Pelotas (2009). Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* 'Marketing e Inovações em Comunicação' e professora auxiliar - nível II da Universidade Católica de Pelotas, no Curso de Comunicação Social, nas áreas de Jornalismo e Publicidade e Propaganda – Margareth.michel@gmail.com.

⁴²⁸ WINFRIED NÖTH é professor de linguística e semiótica e diretor do Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais da Universidade de Kassel, professor visitante na PUC de São Paulo, membro honorário da Associação Internacional de Semiótica Visual.

olhar mais aprofundado sobre o assunto. O Autor coloca que nos anos 50, os cientistas da computação chegaram à conclusão que muito mais do que simples máquinas de calcular, os computadores podiam ser entendidos como máquinas processadoras de símbolos uma vez que eram capazes de processar além de números, símbolos. Hoje sabe-se que os computadores operam não apenas com símbolos, mas também com signos indexicais e icônicos e dentro desta perspectiva NÖTH introduz o conceito de máquina semiótica como proposto abaixo.

Daqui para frente chamaremos o computador não como máquina simbólica, mas sim como máquina semiótica (NAKE 1997:32), uma máquina não restrita ao processamento de símbolos, mas também envolvida em outros processos sógnicos.(NÖTH, 2001. p. 53)

Para que se entenda o conceito de máquina semiótica, o autor define signo e semiose de acordo com a lógica de CHARLES SANDER PEIRCE.

Segundo PIERCE, um signo é um fenômeno material ou meramente mental que se refere a um fenômeno anterior, o objeto do signo, que resulta num outro signo, o interpretante, que apresenta uma interpretação do signo primeiro em sua relação com seu objeto. Semiose nessa perspectiva, é um processo dinâmico no qual o signo, influenciado pelo seu objeto precedente, desenvolve o efeito do signo num interpretante subsequente. (NÖTH, 2001. p. 54)

O autor afirma ainda que a semiose não se restringe à criação e interpretação de signos nos seres humanos e afirma também que não existe dualismo entre mente e matéria. É um processo que envolve três instâncias: o signo, seu objeto e seu significante. Para ele não há dúvida de que as máquinas processam signos e o computador com sua capacidade para o processamento de dados, também é uma máquina que opera signos. Entretanto, no caso das máquinas, a semiose só começa a surgir quando um interpretante é criado para interpretar a díade causa e efeito. É necessário que um objeto de relacionamento seja criado para que os signos se desenvolvam da díade para signos triádicos. As relações entendidas como diáticas são meras relações diáticas de significação, pois não há denotação que relacione o signo ao objeto da experiência, podemos dizer então que os processos sógnicos que acontecem no interior das máquinas são quase semióticos, já aqueles que acontecem usando as máquinas como mediadoras na semiose humana, são certamente processos genuínos de semiose. Podemos afirmar que a semiose é uma característica humana, e o que acontece no interior de uma máquina é uma quase-semiose, pois o processo não é completo, entretanto a diferença existente é apenas uma questão de grau e o primeiro passo para a superação desse limite semiótico tem sido dado pelas pesquisas em Inteligência Artificial.

A evolução dessas máquinas, em especial dos computadores e dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets* atuam diretamente no processo de semiose humana, modificando o modo como as pessoas se entende e entendem o mundo. Vários estudos apontam para uma séria mudança na forma das pessoas se comunicarem e para a criação de novas formas de comunicação. Existe também uma mutação nas noções de identidade, indivíduo e corpo-a-corpo na era digital: a noção de *cyborg*.

SHERRY TURKLE (1997) afirma que a tecnologia muda nossa natureza enquanto pessoas, muda nossa percepção de nós mesmos e muda também nossas relações. Sua posição baseia-se na reflexão de como a tecnologia pode interferir na forma como os indivíduos pensam, se vêem e se comunicam. Para ela, o computador é mais do que uma ferramenta e um espelho do utilizador: é uma *interface* que permite que o indivíduo passe para um espaço de existências virtuais. A presença do computador em nossos ambientes de trabalho, nossos lares e agora com a possibilidade de portabilidades destes, até mesmo em nossos momentos de lazer e seus diversos modos de utilização são fatores de reformulação da identidade tanto do homem quanto da máquina. Para LESSA (2005, p. 27) “o contato com a tecnologia e os paradigmas tecnológicos tem influenciado a definição do que é humano e das suas características fundamentais”. Lessa afirma

Vidas reais distinguem-se das virtuais, mas ambas podem coexistir: um indivíduo pode ter mais do que uma personalidade em simultâneo. A relação da vida real com a virtual pode ser encarada com diferentes graus de fusão, podem mesmo ser estanques uma da outra, ser antagônicas, ou haver uma linha sequencial entre uma e outra. E, na construção das personalidades, a representação de gênero, tipo e até espécie abre todas as possibilidades. (LESSA, 2005. p. 28)

Essa interação entre os seres humanos e as novas tecnologias compõe um vasto campo de estudo e neste momento nos voltamos para o pensamento do filósofo francês PIERRE LÉVY, que busca entender de que modo os as novas tecnologias e suas extensões compõem uma nova interface social, representando a adoção de uma nova tecnologia da inteligência.

Caracterizada por uma possibilidade de expressão sem precedentes, de interconexão sem fronteiras e um acesso sem precedentes a quase qualquer tipo de informação, assim é a mídia digital do século XXI. Uma mídia que vem substituindo o antigo sistema de mídias baseado na edição em papel, no cinema, no rádio e na televisão, é assim que PIERRE LÉVY nos apresenta seu pensamento em diversos livros e artigos.

Para LÉVY, a mídia digital atua diretamente sobre a liberdade de expressão estendendo-a ou democratizando-a por pelo menos três razões: econômica, técnica e institucional. Econômica, pois se pode publicar praticamente qualquer tipo de conteúdo a uma audiência potencialmente planetária com baixos custos ou com custo zero; técnica, pois o uso de ferramentas digitais de comunicação praticamente já não requer habilidades de programação ou formatação HTML e institucional, pois a publicação não precisa mais ser submetida à revisão por conselhos editoriais, redatores, produtores e outros canais que controlavam as velhas mídias, resultando numa perda gradual do monopólio dos mediadores tradicionais de informações e cultura.

Em seu livro “As Tecnologias da Inteligência” LÉVY disserta sobre diversos conceitos, entre eles o surgimento do Hipertexto, um “novo” formato textual, discutindo sua definição e os modos como vem sendo empregado em nossa sociedade e como o computador a suas tecnologias inteligentes vem afetando a vida da sociedade, ele aborda assuntos como a oralidade e a memória, a nova oralidade na rede digital e a definição e desconstrução do individual, seu pensamento monta um cenário teórico sobre a construção de tecnologias de convergência midiáticas e também da construção de uma rede de coletivo inteligente.

Dentro deste pensamento CRISTIANE OLIVEIRA (OLIVEIRA, 2012) nos diz que “a leitura de jornais e livros pressupunha uma alfabetização da população, mas agora devemos considerar a alfabetização para a inteligência coletiva na mídia digital”, para ela, cada envio de link contribui para informar e transformar a memória coletiva. Por meio de cada ação realizada online, os participantes desta nova esfera pública contribuem para a orientação dos outros participantes. Todos e cada um que atuam neste ambiente têm potencial para atuarem como possíveis editores, bibliotecários, curadores, críticos...

MONTEIRO (2007) nos diz que as letras antes concretas e palpáveis, se transformaram em *bytes* digitais e as páginas brancas de papel, tornaram-se a tela do monitor e a caneta virou teclado, nossa escrita se tornou virtual, podendo ficar indefinidamente neste mundo virtual. A esse mundo virtual, desterritorializante, não palpável, damos o nome ciberespaço. O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido e cheio de possibilidades.

Esse novo meio tem vocação para colaborar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século (LÉVY, 2000, p.93)

Nesse mundo onde tudo muda de forma tão rápida, onde a aceleração proporcionada pelo surgimento e aprimoramento de novas e velhas tecnologias acelera não somente os meios de transporte, mas encurta distâncias e conecta pontos extremos. Essa aceleração se dá

também no processamento e transmissão de informações que cobrem milhares de quilômetros praticamente em tempo real.

LESSA (2005) afirma que a “contínua exposição a elevadas quantidades de informação implica em um desgaste mental e acarreta transformação ao nível da memória dos indivíduos: as pessoas tornam-se desatentas, revelando menos capacidade de permanência de memórias”, ela continua dizendo que o esquecimento também se torna mais acelerado e mais precoce uma vez que a memória deixa de ser utilizada e exercitada visto que as tecnologias servem como apoio para as diversas atividades realizadas no dia-a-dia. Hoje já não é necessário memorizar um número de telefone ou uma data, basta salvá-lo em um dispositivo móvel e acessá-lo em qualquer lugar e a momento. Não precisamos mais fazer o exercício mental de guardar e reter informações, pois praticamente tudo está disponível na rede e podemos acessar a internet e praticamente qualquer lugar.

Sobre a memória, há um estudo desenvolvido por cientistas da Universidade de Washington, que aponta o poder da influência da publicidade sobre a constituição de memórias reais do passado (essencialmente da infância) são reformuladas e /ou memórias fictícias são incorporadas, através do contato com imagens ou situações representativas de um passado recriado e tudo isso sem que seu proprietário tenha consciência das alterações” (LESSA, 2005. P. 39)

Por outro lado, nossa sociedade apresenta um interesse vertiginoso pelo passado. Há um crescimento acelerado na criação de museus e memoriais e a criação de datas comemorativas alusivas a algum evento do passado evidenciam de acordo com DANTAS (2008) as “reelaborações da memória social numa complexa dinâmica entre esquecimentos e lembranças”.

LÉVY, em “A Inteligência possível no século XXI” no diz que a digitalização de documentos, a sua interconexão em um espaço virtual e a possibilidade de tratamento dos documentos em questão são prenúncio de uma mutação cultural de grande amplitude. LÉVY (2007) afirma que “a memória comum em rede se apresenta como um canal de difusão de grande eficácia”. As histórias e memórias de uma determinada sociedade eram perpetuadas de forma oral, através do “griots”, bardos e xamãs, encarregados de contá-las e recontá-las, de geração a geração. Depois com o advento da escrita, essas histórias passaram a ser registradas em papel. Em ambos os casos, sua propagação tinha várias limitações, assim como o acesso a ela. Hoje, com o advento das novas tecnologias, qualquer momento pode ser registrado, qualquer história pode ser escrita e uma vez que a informação se encontra na rede, está virtualmente em qualquer lugar, permitido que qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo tenha acesso a ela. Hoje nossa memória é global.

Em seu livro “*Save As...Digital Memories*”, JOANNE GARDE-HANSEN fala sobre como os registros do passado costumavam ser caros e volumosos para manter e de difícil acesso, muitos sendo inacessíveis ao público em geral. Hoje tecnologias de mídia digital (blogs, telefones celulares, sites de redes sociais e do arquivo digital) permitem o armazenamento mais barato e uma recuperação mais fácil de dados.

Conclusões

O interesse pela vida e pela compreensão do ser humano é o que motiva o homem a ir além do que já existe e criar coisas nunca imaginadas antes. Muitas vezes o que permite este processo criativo são as relações entre o ontem e o hoje, entre o passado e o presente, pois, são elas que permitem o entendimento da sociedade tal qual ela é hoje e nos permite vislumbrar como será o amanhã. Hoje nós vivemos em mundo repleto de “novas” tecnologias, um mundo onde o virtual e o digital se fazem presentes e onde muitas vezes não é possível diferencia-los do que é real. Nosso mundo nunca mudou de forma tão rápida quanto nos últimos 50 anos.

Dentro deste contexto muitas são as possibilidades oferecidas para o estudo deste mundo que é real e virtual ao mesmo tempo, e infinitas são as possibilidades oferecidas pelo ciberespaço. Pensar a memória social dentro deste contexto é um esforço extremamente importante e que merece toda a nossa atenção. É deveras importante pensar as implicações, as mudanças e as continuidades que podem advir da utilização dos suportes digitais para reelaboração e registro de memórias sociais. Para DANTAS

O pensamento de Pierre Lévy constitui uma referência muito importante para que possamos mergulhar neste mundo composto de *bits*. A preocupação maior do filósofo francês é entender de que modo os computadores, e todo o arsenal a eles conectado, compõem uma nova interface social, representando a adoção de uma nova tecnologia da inteligência. Do machado ao avião, da oralidade à informática, as tecnologias não atuam como meros prolongamentos das capacidades humanas, corporais e intelectuais, mas produzem novas problemáticas e engendram novos modos de ser e de pensar. (DANTAS, 2008, p. 15)

LÉVY assume uma perspectiva histórica para analisar as novas tecnologias, ele busca observar o surgimento e a evolução das diferentes tecnologias da inteligência – oralidade, escrita e cibernética – ao longo do tempo. Para ele essas tecnologias não constituem eras autônomas, existem algumas rupturas, mas também muitas continuidades na incorporação que a sociedade faz de uma nova tecnologia. O homem vivia em um mundo onde as memórias eram passadas basicamente de forma oral, o surgimento de uma nova tecnologia chamada escrita possibilitou que as novas gerações ganhassem um novo suporte de compartilhamento de memórias e hoje a internet cria uma milhares de novas possibilidades no que diz respeito à memória social e ao compartilhamento de histórias individuais como podemos ver abaixo.

O surgimento da escrita e de novas técnicas de registro, fez com que as narrativas e toda uma sabedoria que passava oralmente de geração para geração ganhassem novos suportes, criando um estoque compartilhável de informações (bibliotecas, discotecas, etc.). A Internet se apresenta não apenas como um “estoque” desterritorializado de textos, sons e imagens, mas como um campo de criação de pontos de vista múltiplos sobre este estoque. (DANTAS, 2008, p. 17)

Muitas páginas ainda poderiam ser escritas tentando condessar o assunto em questão, mas este texto de forma alguma se propõe a esgotar o assunto abordado aqui, a questão da memória social na era digital e o estudo das novas tecnologias e o modo como elas atuam na memória individual e social, pois este é um assunto riquíssimo e merece um retorno, buscando o olhar de outros autores.

Referências

DANTAS, C. G. (2008). O Passado em Bits: Memórias e Histórias na Internet. Acessado em 02 de julho de 2014, disponível em Memória Social:

<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss228.pdf>

GARDEN-HANSEN, J. (2009). **Save As...Digital Memories**. PALGRAVE USA.

LESSA, J. d. (Maio de 2005). A Mediação Tecnológica na Revelação da Identidade Humana. Acessado em 01 de Julho de 2014, disponível em

<file:///D:/Mdoc/Downloads/Texto%20integral.pdf>LEVY, P. (2007).

Revista FAMECOS. **A inteligência possível do século XXI**. Porto Alegre nº 33, 13-20.

LÉVI, P. (2004). **As Tecnologias da Inteligência**. São Paulo: Editora 34.

MONTEIRO, S. D. (Jun/2007). O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. DataGamaZero - NÖTH, W. (2001). **Máquinas Semióticas**. Galáxia, 51-73.

Revista de Ciência da Informação - v.8 - N.3 .

OLIVEIRA, C. (23 de Outubro de 2012). **A esfera pública do século XXI** (Pierre Lévy). Acesso em 12 de Junho de 2014, disponível em Prezi: prezi.com/nkbeg2dznadj/a-esfera-publica-do-seculo-xxi-pierre-levy/

Design de identidade e alteridade: Projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui”

Lúcia Bergamaschi Costa Weymar⁴²⁹

Resumo

O projeto de design territorial “Eu sou daqui eu não sou daqui”, realizado como atividade acadêmica no Curso de Design da UFPEL, refere-se à criação de marcas gráficas dos lugares de origem dos alunos. Ao aproximar o design autoral do campo da identidade visual, espaço cujas manifestações de autoria são consideradas raras, este artigo objetiva apresentar os resultados daquele projeto indo além da definição de marca enquanto signo de identidade ao acrescentar a noção de marca enquanto lugar de memória e enquanto signo de alteridade.

Palavras-chave: Marcas de lugares; Identidade e alteridade; Lugares de memória; Design territorial; Design autoral.

Introdução

O projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui” é resultado de atividade acadêmica vinculada à disciplina Identidade Visual, por nós ministrada, nos Cursos de Design Gráfico e Digital, do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e relaciona-se com a criação de marcas para os lugares de origem dos alunos participantes. Tal projeto, realizado no segundo semestre de 2011, contou com a participação de vinte e um alunos e, nesta pesquisa, apresentamos parte deste universo.

O artigo Design de identidade e alteridade: Projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui”, uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, pretende apresentar aquele projeto e seus resultados aproximando-os de questões pertinentes à pesquisa científica. Além disso, o artigo também objetiva vincular-se à pesquisa autoral, apresentar definições de identidade, propor o entendimento de marcas enquanto lugares de memória que impeçam a perda de identidade e, sobretudo, incluir o tema da alteridade no debate sobre design de identidade territorial.

Design de identidade e de alteridade

Consideradas por Costa (2008, p. 71) enquanto “signos de identidade”, as marcas identificam seus *objetos* ao mesmo tempo em que posicionam seus *sujeitos*. Em se tratando dos *objetos* é claro que nos referimos ao seu referente, ou seja, ao objeto que ela representa (nesta pesquisa, o objeto em questão refere-se aos territórios, lugares e cidades graficamente representadas). Em se tratando dos *sujeitos* nos referimos ao *cliente*, à *audiência* e ao *designer*; posicionam o *cliente* quando, ao se identificar com a marca, reconhece traços visuais que a ligam ao seu referente, à sua relação com o designer e a si mesmo; e posicionam a *audiência* quando ela se sente atraída pelo referente através do design de identidade.

Enfim, e o que aqui interessa, as marcas posicionam o *designer* quando, ao repetir certos traços em seus projetos originais e únicos na produção de signos indiciais, ele se torna autoral e constrói seu estilo, que é sempre identitário. Podemos reconhecer um designer através de seu estilo individual que pode ajudar a desenhar o estilo coletivo, cristalizando uma época (ou dissolvê-la a ponto de romper paradigmas). Assim, as marcas são, efetivamente, e de modo pleno, *signos de identidade*.

Por outro lado, as marcas gráficas, assim como qualquer outro objeto concreto ou abstrato investido de aura simbólica, também podem ser consideradas “lugares de memória”

⁴²⁹ Universidade Federal de Pelotas, luciaweymar@gmail.com

(NORA, 1993), pois são registros com intenção memorialista, isto é, desejam *garantir a identidade* através da memória.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 12-13).

Os lugares de memória, cujas realidades podem ser tangíveis ou não, possuem dimensões materiais, funcionais e simbólicas; esses três aspectos coexistem sempre. Marcas gráficas são materiais, em suas aparências; funcionais, em suas características vicárias; e simbólicas, em suas diferentes significações. Por isto são, efetivamente, lugares de memória.

Contudo, acreditamos que algumas marcas, além de signos de identificação e de lugares de memória, também são signos de *alteridade*. Para certos pesquisadores em design, assim como nós, a *forma dada* à marca não reflete apenas o referente, na medida em que a voz do designer reflete e refrata a voz do cliente e não perde sua singularidade que é, ao fim e ao cabo, *informada* pela singularidade do cliente. Tais autores aprofundam esta questão ao propor leituras múltiplas e elegem “Refração antes que reflexo” (CARPINTERO, 2006, tradução nossa). A marca seria apenas um ponto de partida para múltiplas leituras e vozes; ela não reflete ao interlocutor a voz deste referente, mas propõe tantas leituras quanto às cores que emergem de um prisma quando um raio de luz branca passa através dele. Por isto, refração antes que reflexo. Em comunhão com tal perspectiva de multiidentidades – afinal, construímos nossas identidades *em movimento* nos juntando a grupos igualmente móveis por um momento (HALL, 1996) – encaramos que o *outro* refratado está no cerne do paradigma dialógico.

Em nossa tese (WEYMAR, 2010) recuperamos entusiasticamente o enunciado “o eu é um outro” de Rimbaud como representativo de nossas hipóteses *ad hoc* que refutam a ideia tradicional de design autoral enquanto fruto de uma autoria única (estilo pessoal, mito do gênio, etc.). Para nós, *todo e qualquer tipo* de design é baseado em composições. Deste modo, acreditamos que o estilo de *todo e qualquer tipo* de designer se constrói em suas relações de alteridade através das interlocuções que estabelece com o *outro*. Estas relações é que variam.

Relacionamos autoria à alteridade defendendo que o design autoral comunica porque, ao se basear em relações com o *outro*, produz signos indiciais (afinal, os índices indicam talentos individuais, modos de criar de um autor, ou estilo, e atingem subjetividades alheias). Ao mencionarmos a questão da refração resgatamos o conceito “Projeto de Alteridade Visual” por nós criado como um adicional, um suplemento de significados ou um acréscimo de sentidos ao consagrado conceito de “Projeto de Identidade Visual”:

Surge uma nova, e frágil, sensação de verdade na área do design gráfico: a sensação de que a terminologia ‘Projeto de Identidade Visual’ poderia ser substituída por ‘Projeto de Alteridade Visual’. O nome usual remete a uma fixação que nos parece anacrônica: identidade é uma expressão territorializante que remete à qualidade do que é o mesmo, e sustentada em doutrinas já superadas. Neste artigo propomos *alteridade*, expressão que remete à qualidade do que é outro e que, longe de doutrinante, traz à tona uma teoria mais aberta e mais suscetível à mudança e ao provisório, às identificações sucessivas propostas por Michel Maffesoli (WEYMAR, 2007).

Na refração, as marcas contemplam as multiidentidades (HALL, 1996), ou identificações sucessivas (MAFFESOLI, 1988), e se fazem comunicar já que atingem uma audiência alheia que se sente marcada. Temos chamado estas marcas de marcas autorais. São aquelas marcas que, quando refratam seus objetos e sujeitos, não apenas os identificam. Em suas constantes identificações e significações, seja em nível linguístico, icônico ou cromático, elas passam também a ser signos que refratam o *outro*, sugerindo múltiplas leituras e vozes e inventando novas possibilidades formais. As marcas enquanto lugares de memória passam a ser, conjunta e efetivamente, *signos de identidade* e *signos de alteridade*.

Projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui”

Para Chaves (2011), a missão primária da marca é particularizar, tornar único o que era genérico. Mas, como tornar único um território (uma cidade e seus lugares)? E, além de particularizá-lo, como torná-lo memorável? Para o autor, toda marca territorial é uma ferramenta necessária de posicionamento, tanto interno quanto externo: “Se trata de um tipo de “institucionalização heráldica” mediante um signo de uso mais ágil que os outros símbolos nacionais” (CHAVES, 2011, p. 31, tradução nossa). Chaves considera que a marca é um signo gráfico identificador com objetivo de marcar bens patrimoniais de qualquer tipo. Entretanto, como tornar este signo de identidade e este lugar de memória também um signo de alteridade?

O Curso de Design Gráfico da UFPEL recebeu a primeira turma pelo processo Sistema de Seleção Unificada (*Sisu*) no primeiro semestre de 2010 e sua principal característica é ser composta por alunos advindos de diversas cidades do Brasil. Este grupo, hoje já miscigenado com os alunos locais, representa, em parte, uma nova Pelotas que se descortina às vésperas da comemoração de seu centenário a acontecer em 2012. Isto posto, neste 2º semestre de 2011, a disciplina denominada Identidade Visual busca representar visualmente esta nova realidade ao solicitar àquela turma a criação de um projeto de identidade territorial que contemple tanto a cidade de Pelotas como as novas localidades que dela hoje fazem parte” (WEYMAR, 2011).

A partir da *descrição da demanda* presente no *briefing* do projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui”, acima apresentada, reforçamos o *problema* do projeto, ou seja, a criação de identidade visual para marcas territoriais com fins de produzir um inventário de memórias daqueles lugares, sem se propor a ser, evidentemente, um projeto historiográfico. A partir da demanda e do problema a atividade foi dividida em dois blocos temporais. No primeiro bimestre os alunos, em duplas, deveriam priorizar a criação da marca de sua cidade (no segundo tais marcas passariam a ser o principal vetor para a completude do projeto de identidade; porém, a segunda etapa não interessa a este artigo). Cada dupla, composta por um aluno local e por um forasteiro, deveriam projetar marcas-irmãs, isto é, duas marcas diferentes compondo uma relação de dependência. Naquele momento reforçamos, continuamente, o *principal diferencial* a ser buscado, isto é, o foco à relação de dependência entre as marcas-irmãs e a noção de que tais marcas não deveriam representar lugares enquanto história, mas lugares resultantes das memórias de seus criadores, com todas as particularizações simbólicas que isso possa remeter. Finalmente, sugerimos como *audiência* hipotética instituições culturais, empresas de turismo e população em geral e, se é que podemos considerar que exista *concorrência* em um exercício experimental como este, citamos as demais cidades ausentes do projeto.

Isto posto, apresentamos abaixo os resultados gráficos do projeto (Fig. 1-8) com descrições, análises e observações que ajudam a caracterizá-los enquanto lugares de memória e enquanto *signos de identidade e de alteridade*. Dividimos oito marcas-irmãs escolhidas para este artigo em dois grupos. No primeiro (Fig. 1-3), agrupamos marcas monocromáticas pretas e, no segundo (Fig. 4-8), marcas compostas em variadas cores. Porém, poderíamos tê-las dividido a partir de outros critérios como, por exemplo, marcas tipográficas (Fig. 2, 6) ou com símbolos (Fig. 1, 3, 4, 5, 7, 8). Dentro desse último grupo, ainda poderíamos dividi-las em marcas com símbolos abstratos (Fig. 4, 5), com símbolos figurativos do tipo pictogramas (Fig. 1, 3, 8) ou com símbolos mistos (Fig. 7). Alguns destes poderiam também ser considerados figurativos do tipo ideogramas (Fig. 4, 8) (SCOREL, 2000). Um último critério de categorização seriam as marcas nas quais os alunos desenvolveram *naming* (Fig. 4, 5, 6), apenas *tagline* (*slogan*), como ancoragem ou enlace (Fig. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8), ou ambas possibilidades (Fig. 4, 5, 6).

Não há dúvidas de que todas as imagens são signos de identidade uma vez que identificam seus *objetos* (os lugares/cidades citados) ao mesmo tempo em que posicionam seus *sujeitos*. Os objetos/produtos/marcas em questão referem-se, simbolicamente, às memórias dos territórios de origem dos acadêmicos posicionando-os enquanto *designers* (bem

como posiciona outras pessoas nascidas ou não em Pelotas que possam se identificar por tais marcas).

Neste primeiro caso (Fig. 1), optamos por focar nossos comentários em relação à “questão cultural”. Lembramos de Hall (1997) quando o autor considera a cultura como estruturante na constituição da subjetividade. E, se entendermos o designer enquanto um produtor de cultura, podemos inferir que a visualidade das linguagens produzidas pela dupla de alunas revela invenções em design (reforçando a importância da visualidade nas discussões sobre identidade cultural). Com uma pequena alteração no *kerning* e na altura das hastes de uma tipografia, as alunas conseguem representar duas cidades distintas culturalmente. Outra invenção interessante é a presença dos termos “Biblioteca Nacional” e “Biblioteca Pública” cuja inclusão faz um recorte na proposta delimitando-a na esfera cultural. Sim, o que importa neste projeto é a Brasília e a Pelotas culturais de Ana Luísa e Celina. E, para representar esta decisão, nada mais oportuno que símbolos com formas e cores iguais, porém com linhas diferentes, os quais representam, arquitetonicamente, a modernidade brasiliense e o ecletismo pelotense. Se design é uma tecnologia do imaginário e designers são atores sociais, concluímos que identidades e imaginários são inventados e construídos pelos posicionamentos que assumimos.



FIGURA 1: Marcas-irmãs, Brasília e Pelotas
Autoria: Ana Luísa Lacerda e Celina Lemos, 2011

Como transformar o nome em signo, como desenhar um nome, uma palavra, de modo que seja único e que se torne um logotipo? Como torná-lo único entre tantos? Duas cidades que, aparentemente, só têm em comum a inicial; como particularizá-las graficamente e construir uma identidade? A opção de análise para Pelotas e Poço das Antas (Fig. 2) recai sobre a “questão linguística”. Primeiramente, os dois Lucas projetaram uma tipografia especial para o projeto repetindo as ligaduras entre “a” e “s” nas duas cidades, o que reforça a unidade entre elas. A seguir, inventaram uma possibilidade de unidade mais cultural, ou seja, as duas cidades foram, em certa medida, colonizadas por alemães, o que justifica a *tagline* “sprechen deutsch” (falam alemão) desenhada em tipografia caligráfica bastante gestual, em contraponto à racionalidade germânica da tipografia principal.



FIGURA 2: Marcas-irmãs, Pelotas e Poço das Antas
Autoria: Lucas Pereira e Lucas Flach, 2011

Com se sabe, após o ingresso nas universidades via Sisu, o afluxo de alunos advindos de diversas regiões do Brasil aumentou em várias cidades. Pelotas não ficou atrás e, desde 2010, seus cursos de graduação abrigam brasileiros dos mais diversos estados. Em muitos casos, estes alunos encontram nos colegas locais verdadeiros amigos, como é o caso de Luiz Marcel e Paulo. Para coroar esta amizade criaram marcas para suas cidades (Fig. 3) cujos elementos de identidade pretendiam ser quase gemelares. Um símbolo em forma de coroa ou montanha para Petrópolis aparece rebatido em forma de pelota (uma espécie de embarcação) para Pelotas. Um tratamento diferenciado é dado aos dois “os” presentes nos nomes; em

Petrópolis, um acento com dimensão ampliada e, em Pelotas, um preenchimento em seu oco remete ao seu belo pôr do sol. Porém, as diferenças se sobrepõem à unidade e nas marcas não percebemos o compartilhamento de autorias, ou seja, a espécie de polifonia que deveria perpassar a proposta. As questões identitárias, culturais e linguísticas, acima tratadas, são evidentes. Porém, arriscamos que falta a estas marcas-irmãs o exercício da alteridade. Por esta razão, optamos por focar, neste momento, a “questão da individualidade”, uma vez que aqui diagnosticamos uma produção ainda ligada a autorias individuais.

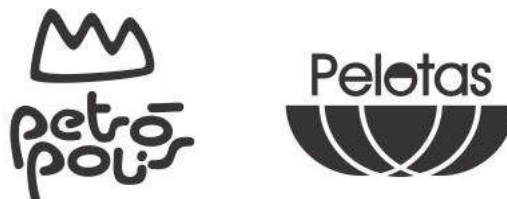


FIGURA 3: Marcas-irmãs, Petrópolis e Pelotas
Autoria: Luiz Marcel e Paulo Magalhães, 2011

Identidade é a qualidade ou a condição de ser o mesmo, porém a identidade pressupõe a existência do *outro*, ou do diferente. Identidade e diferença são interdependentes. Se na figura acima o que nos falta parece ser o exercício da alteridade a imagem abaixo (Fig. 4) pode nos ajudar a incluir o tema da alteridade no debate sobre design territorial, pois aqui sugerimos que a unidade se sobrepõe às diferenças. Por isso, elegemos nesta análise a “questão da refração”. Mais do que refletir a marca de suas cidades, Antonio e Bruce propõem o *outro* refratado, ou seja, múltiplas leituras e vozes com seus sistemas de formas modulares que se expandem ao se rebater (ou células de seres vivos aquáticos que se multiplicam ao se dividir?). “O que se tornaram Antonio e Bruce?”, perguntaria Hall.



FIGURA 4: Marcas-irmãs, Arroio Pelotas e Rio Camaquã
Autoria: Antônio Reisser e Bruce William Claro Martins, 2011

A “questão simbólica” pertencente ao nível icônico é o foco a seguir (Fig. 5). Associações sucessivas são geradas pelo caráter polissêmico do símbolo. Que associações geram os símbolos de Felipe e Ana Clélia? Inúmeras são as possibilidades e não chegaríamos a um consenso. Por enquanto são apenas sinais e precisariam passar por estratégias comunicacionais para se transformarem em símbolos. Entretanto, o que aqui interessa é reafirmar que o caráter linguístico do logotipo não possui o carisma do aspecto icônico, pois a questão simbólica afeta emoções e sensibilidade dando significado extra aos projetos de identidade. Além do mais, atentemos à construção dos símbolos, tão diferentes e tão iguais. Há unidade na assinatura das marcas, sobretudo pela repetição das cores e disposição espacial, e, principalmente, pela abreviatura com três caracteres, apesar de seus tipos diferentes (a unidade aparece também nas marcas individuais, na repetição das cores, na diagramação e na mesma *tagline* usada nas duas marcas).



FIGURA 5: Marcas-irmãs, Pelotas e Ilha Solteira
Autoria: Felipe Rommel e Ana Clélia Kanda, 2011

Naming, a atividade de escolha de nomes bastante desempenhada atualmente por designers (COSTA, 2009), poderia ser também o foco de investigação desta imagem (Fig. 6), pois com certeza os resultados visuais seriam outros se a posição de Léia e Taline não se fundamentasse, neste projeto, no uso dos apelidos das cidades em questão. Empresas, objetos e territórios podem prescindir de logotipos e símbolos gráficos, mas não de um nome, e, aqui, a utilização dos apelidos faz a diferença. Isto posto, focamos nossa análise na “questão da significação” das marcas Sampa e Satolep. Heilbrunn (2002) afirma que o significado das marcas não pode ser algo esterotipado uma vez que é um sistema de significação. Os invariantes plásticos os quais o autor se refere seriam os significantes, isto é, o *naming* diferenciado, a tipografia simples com particularização em um detalhe rebatido e suas cores e, enfim, as *taglines* ao mesmo tempo semelhantes e diferentes. Face esta riqueza, não podemos considerar as marcas de Léia e Taline com um simples signo, apesar de sua simplicidade. Elas são, isso sim, um verdadeiro sistema de identificação e de significação.



FIGURA 6: Marcas-irmãs, São Paulo e Pelotas
Autoria: Léia Amy Yamachi e Taline Velasques, 2011

Sabemos que existem marcas com ou sem símbolos e que os símbolos podem ser abstratos ou figurativos, e estes do tipo pictogramas, ideogramas e fonogramas (ESCOREL, 2000). Porém, existem ainda os símbolos mistos, aqueles formados pela junção símbolo e logotipo, e a figura 7 é o nosso único exemplo. Símbolos mistos são marcas inseparáveis e, aqui, resolvemos focar a “questão do indivisível”. São símbolos siameses, e podem morrer se divididos. Numa pesquisa sobre identidade, alteridade e multiidentidades, o projeto de marcas mistas com sutis diferenças nos enche de perspectivas. Uma coroa de princesa e uma de príncipe; uma cidade conhecida como “princesa do sul” e outra como “cidade dos príncipes”; uma marca prateada e outra dourada; ambas as marcas com elementos primários vazados como se fossem, hierarquicamente, servis aos seus referentes. Símbolos indivisíveis, identidades fixas, afinal; ainda somos modernos.



FIGURA 7: Marcas-irmãs, Pelotas e Joinville
Autoria: Mariana Barbieri e Jéssica Horski, 2011

Retomemos a questão da identidade inicial para, finalmente, chegarmos à “questão da alteridade”. Na última imagem (Fig. 8) tem-se, como cartão de apresentação e posicionamento, o fato de que Estela é pelotense e Júlia, tramandaisense. A pequena diferença nos tons de azul pode fazer toda diferença e tal paradoxo lhes dá um reconhecimento instantâneo, característica do nível cromático. A cor é uma sensação ótica pura, mas os níveis icônicos e linguísticos destas marcas nos interessam tanto quanto o cromático. Acreditamos que o estilo dos designers se constrói em suas relações de alteridade uma vez que o design é uma área de relações e de compartilhamentos de autoria. Nestas composições, Estela e Júlia se encontram e se diferem em seus frios e em seus ventos azulados. Os signos indiciais por elas criados, ou seja, a representação das rajadas de frio e de vento, os nomes das cidades, discretos em sua forma comportada e cinza, as *taglines* que ancoram estas sensações, tudo nos remete ao ambiente frio e também ventoso que a própria Pelotas reflete e refrata em seus moradores. São marcas que comunicam porque se baseiam em relações com o *outro*. E, por serem marcas autorais, atingem subjetividades alheias.



FIGURA 8: Marcas-irmãs, Pelotas e Tramandaí
Autoria: Estela Poldori e Júlia Reinhardt, 2011

É evidente que este inventário de marcas é apenas parte de um sistema semiótico muito maior, e não cabe a este artigo aprofundá-lo (nunca nos propusemos a pesquisar *branding*, por exemplo). Apenas nos fixamos nas marcas, estes lugares de memória primordiais de todo projeto de identidade e de alteridade visual. Como não contemplamos a gestão destas marcas não saberemos jamais como se dariam suas características de singularidade, emoção e pregnância, e sua capacidade de ser recordada e de persistir no tempo. Todavia sabemos que, ao projetá-las, criamos arquivos e registros de lugares que poderiam se perder. Marcamos territórios, garantimos identidades e estabelecemos contato com o *outro* vivendo, física e afetivamente, nossas relações de alteridade.

Considerações finais

As marcas territoriais projetadas são unidades materiais, funcionais e simbólicas. Como são arquivos de uma memória não espontânea, e não de lugares de história, seus referentes se dispersam. Não cabe aqui conhecer e analisar tais referentes, mas o que resulta de suas memórias, ou seja, estes registros e seus sentidos simbólicos. Conhecer características dessas marcas, ou lugares de memória, pode facilitar suas análises, e é um dos modos de

investigar o que parece ser intangível: as relações de identidade e alteridade presentes nos designs do projeto “Eu sou daqui eu não sou daqui”.

Porém, consideramos que outros conceitos também poderiam auxiliar nas referidas análises e, por isso, oito noções foram criadas e discutidas: “questão cultural”, “questão linguística”, “questão da individualidade”, “questão da refração”, “questão simbólica”, “questão da significação”, “questão do indivisível” e “questão da alteridade”.

Sistematizamos uma questão para cada dupla apenas como metodologia, pois todas as marcas abarcariam inúmeras, sobretudo questões referentes à memória, identidade e multiidentidades (percebemos que os designs dos acadêmicos representam idiosincrasias das memórias de suas cidades: são marcas de lugares distintos, porém, hoje, os acadêmicos são moradores de uma mesma cidade em movimento). Como produtores de linguagens, os estudantes geraram traços visuais que os unem e os particularizam.

Refletir sobre autoria em espaços nos quais ela é rara, como no design de identidade de territórios, tem nos reservado boas surpresas, e algumas polêmicas. Entretanto, cada vez mais acreditamos nos objetos de design como registros materiais, funcionais e simbólicos de uma memória que não queremos nem podemos perder. Acreditamos cada vez mais nas múltiplas vozes do design, em suas interlocuções e polifonias. Em tempos de multiidentidades, ou de identidades em movimento, não somos *apenas um* ou *apenas outro*, somos algo no meio como já anteviu o poeta português Mário de Sá Carneiro há um século: “Eu não sou eu nem o outro, sou qualquer coisa de intermédio”.

Referências

CARPINTERO, Carlos. **Contra la univocidad de las marcas**. 2006. Disponível em: <http://foroalfa.org/es/articulo/30/Contra_la_univocidad_de_las_marcas>. Acesso em: 11 abril 2008.

CHAVES, Norberto. **La marca-país em América Latina: bases teóricas y técnicas del diseño de la marca-país y auditoría gráfica de veinte emblemas de países latinoamericanos**. Buenos Aires: La Crujía, 2011.

COSTA, Joan. **A imagem da marca: um fenômeno social**. São Paulo: Rosari, 2008. (Coleção Fundamentos do design).

_____. **Naming: Criar marcas verbales**. 2009. Disponível em: <http://www.joancosta.com/docs/naming_crear_marcas_virtuales.pdf>. Acesso em: 09 outubro 2009.

ESCOREL, Ana Luisa. **O efeito multiplicador do design**. São Paulo: Senac, 2000.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24. p. 68-76, 1996.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, 22 (2), p. 15-46, 1997.

HEILBRUNN, Benoît. **A logomarca**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2002. (Coleção Aldus).

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: compêndio de Sociologia Compreensiva**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

WEYMAR, Lúcia Bergamaschi Costa. **Cinco pressupostos para um design gráfico compreensivo: Projeto de Alteridade Visual para o grupo Socom 2007**. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO: SIMULACROS E (DIS)SIMULAÇÕES NA SOCIEDADE HIPER-ESPETACULAR, 9., 2007, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2007. p. 04.

_____. **Design entre aspas:** indícios de autoria nas marcas da comunicação gráfica. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese, 2010.

_____. **Identidade Visual** (notas de aula). Pelotas: UFPEL, 2011.

Resumo

Fruto de pesquisas que estão sendo realizadas no Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel e do grupo de pesquisa Memória Gráfica de Pelotas, da mesma instituição, o presente texto tem por objetivo aplicar a noção de *lugares de memória* (NORA, 1993) a objetos gráficos. Os objetos utilizados neste intuito são os *Almanachs* de Pelotas e seus reclames, aos quais se transfere o referido conceito tendo como motivação de investigação as relações de gênero presentes. Para tanto são apreciados tanto o conteúdo da publicação, através de seus textos, quanto os seus reclames, através de suas narrativas visuais. Os objetos são vistos, então, como lugares de gênero e como *lugares de memória*. O referido periódico foi editado na cidade de Pelotas, sul do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1913 e 1935, sendo este contexto explorado no texto para melhor compreensão dos objetos.

Palavras-chave: *Almanachs* de Pelotas, reclames, *lugares de memória*, gênero.

Introdução

O presente texto objetiva discutir os objetos gráficos sob o ponto de vista do conceito de *lugares de memória* de Pierre Norra (1993). Para tanto, tomaram-se como exemplares de objetos gráficos os *Almanachs* de Pelotas – periódico editado em Pelotas, Rio Grande do Sul, entre os anos 1913 e 1935 – focando a observação nos seus reclames.

A referida publicação constitui objeto de estudo da autora em duas situações: na elaboração da tese que está sendo realizada dentro do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas e no grupo de pesquisa denominado Memória Gráfica de Pelotas: um século de design”, lotado na mesma instituição. Convém mencionar que os *Almanachs* configuram o contexto maior do estudo, dentro do qual estão os objetos de análise específicos: os reclames que estes contém em suas páginas.

A grande motivação nas duas situações de investigação mencionadas é a análise dos discursos de gênero. Faz-se perceptível a utilização deste meio de comunicação como promulgador enfático dos diferentes papéis oferecidos/estipulados para homens e para mulheres na altura em que foram editados. Neste sentido, analisar estes objetos (tanto os *Almanachs* de forma geral, através de seu conteúdo, quanto os reclames), tão distantes do presente, fomenta um exercício de memória através do qual são construídas memórias do não vivido, do não vivenciado, com base na sua materialidade e nas suas informações verbais e visuais. São objetos para recordar e é nesta égide que os aproximamos do conceito de *lugares de memória* que, embora não sendo especificamente lugares, desencadeiam aquilo que o conceito define.

Os *Almanachs* de Pelotas e o seu lugar

Foi, então, na Pelotas do início do século XX que circularam os *Almanachs* de Pelotas. Na primeira metade dos 1900, fundado por Dr. Antonio Gomes da Silva, Ignácio Alves Ferreira e Capitão Florentino Paradedda, os pelotenses tiveram o seu *Almanach*, com edições anuais

⁴³⁰ Designer Gráfico - UFPel, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel, doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel, paulaglima@gmail.com.

⁴³¹ Licenciada em Educação Artística - UFPel, Mestre em Artes Visuais – UFRGS, Doutora em História – PUC-RS, fmichelon.ufpel@gmail.com.

(característica deste tipo de publicação) entre os anos de 1913 e 1935. Era um contexto de uma Pelotas rica, que ainda colhia os frutos econômicos das charqueadas, instauradas a partir do ano de 1780 (CUNHA, p.31), quando houve o real aproveitamento da carne bovina, promovendo o enriquecimento dos estancieiros, dos charqueadores e da cidade, que tomou a frente no desenvolvimento desta atividade no estado (LONER, 1999, p.52).

Além da movimentação financeira através da produção de charque, a criação do Banco Pelotense, em 1906, impulsionou o crescimento econômico da cidade. De acordo com Loner (1999, p.57), eram concentrados por esta instituição os recursos advindos tanto da pecuária quanto do comércio, ou seja, das atividades tanto do meio rural quanto do meio urbano. Compete destacar que esta mesma instituição que promoveu o desenvolvimento econômico da cidade, promoveu, também, a queda deste desenvolvimento, quando da sua quebra, no ano de 1931 (CUNHA, 2009, p.38).

No entanto esta situação de declínio econômico já se manifestava ao final do período de circulação dos *Almanachs*, ou seja, nos seus cinco anos finais, concluindo-se que os mesmos circularam majoritariamente em um contexto de pujança financeira. Durante o contexto econômico favorável, a partir de meados do século XIX até o século XX, a cidade desenvolveu o seu cenário urbano com modos de vida, para os mais abastados, miméticos dos hábitos praticados nos grandes centros, dentre os quais era presente aqueles que expressavam a valorização das atividades de lazer e do consumo de bens culturais (CUNHA, 2009, p.33) (LONER, 1999, p.65). Logo, os *Almanachs* de Pelotas encontraram um cenário extremamente favorável para a sua circulação.

O *Almanach* de Pelotas, de acordo com esta tipologia de publicação, combinava informações úteis e de entretenimento, contendo desde charadas e anedotas até taxas de correios e telégrafos e datas para pagamentos de impostos, sendo por isso, considerada hoje, uma fonte de dados muito rica acerca dos modos de vida dos sujeitos naquele contexto. E o que interessa nas investigações que estão sendo realizadas é, justamente, perceber o quanto em inúmeras situações desse viver, as questões de gênero estão presentes.

Lugares de gênero

Os discursos de gênero, no *Almanach* de Pelotas, aparecem explícitos já no prefácio da sua primeira edição, quando, explicando sobre o periódico se lê que

(...)é elle ainda quem te lembra o cumprimento dos teus deveres de cidadão e dos teus encargos de contribuinte, e, para amenisar-te os ócios de **chefe de família e de homem de trabalho**, entremeia tudo isso de pilherias e facecias, de receitas culinarias e de charadas e logogriphos, de maximas e reflexões moraes – sempre proveitosas – de anedotas e dictos celebres. (Paradedda, Florentino. Prefácio *Almanach* de Pelotas, 1913, p. 3, grifo nosso)

O que se percebe expresso neste prefácio – e grifado pelos autores – é que se tratava de uma publicação claramente voltada para a leitura dos homens ou, ao menos, sugerindo que a leitura era uma atividade masculina mesmo que, talvez, se soubesse que as mulheres também a liam. Outra questão presente é a ligação da atividade de leitura com o ócio, conforme já mencionado neste texto, mas, pode-se, a partir da análise aqui iniciada, entender que o ócio era um privilégio masculino. Também, com relação à construção da categoria de gênero, se pode notar que o discurso promulgado assegurava ao homem o lugar de chefe de família e de trabalho. Ou seja, pode-se perceber que se trata de um veículo de comunicação que nasceu imerso nas questões de gênero, ao passo que, a partir disso, nutria a manutenção destes papéis; assim, refletia o contexto e, concomitantemente, interferia no contexto.

De longa data a leitura era considerada um hábito masculino. Ainda no século XIX, a maioria das meninas não eram ensinadas a ler, pois se desejava que elas se mantivessem incultas, logo, inofensivas (DEL PRIORE, 2013, p.18-19, 66). No entanto, no século XX, nas cidades, o acesso das mulheres à informação, ao lazer e ao consumo alargou-se, gerando o temor masculino à possibilidade de emancipação (Idem, p.65). Ora, diante da inexorabilidade

do fato de as mulheres terem acesso à leitura, talvez a saída encontrada pelo *Almanach* de Pelotas, e tantas outras publicações do período, tenha sido, justamente, tornar-se um veículo para os discursos de gênero, afirmando lugares extremamente definidos e delimitados para homens e para mulheres. Lugar de mulher é dentro de casa. Lugar de homem é fora de casa, no trabalho, nos locais de lazer.

Sobre as mulheres deverem ser incultas, no *Almanach* de 1923, há um texto denominado “Os dez mandamentos da mulher casada”, que dentre inúmeros ditames elucidativos para as questões de gênero, impõe que “5. Não pronuncies, nas discussões sempre a ultima palavra. Isso o lisongeará e a ti não prejudicará”; “8. Deixa-o acreditar muitas vezes que é mais inteligente que tu, isso o lisongeará”; “9. Se é inteligente, sê para elle uma amiga; se é tolo procura elevá-lo junto a ti”; e, por outro lado, há a seguinte indicação: “6. Lê nos jornaes mais alguma coisa do que os annuncios matrimoniaes e mortuários, para falares com elle coisas que o possam interessar” (*Almanach* de Pelotas, 1923, p. 45). Há, nestes “mandamentos”, muitas contradições: a mulher até poderia ser culta, mas deveria fingir que não e, ao mesmo tempo que o texto a inclina para a alienação, sugere que leia para que tenha o que conversar com o marido. São conflitos que refletem a situação de incertezas e de mudanças que vivia aquela sociedade. Embora sendo um curto texto, contém muita informação sobre o contexto no qual os papéis se construíam, sobre as competências masculinas e o comportamento feminino. Ao homem competia ser inteligente; se a mulher fosse ler, deveriam ser coisas do interesse do seu marido, e não do seu; e o simples fato de se tratar de mandamentos da mulher casada e não do homem relata a função de subserviência a qual a mulher estava submetida.

Além dos textos dos *Almanachs*, os discursos de construção de gênero também aparecem nos reclames, tanto através das narrativas visuais, quanto através dos textos e da própria apreciação do tipo de produto que era direcionado para este ou para aquele gênero. No anúncio apresentado a seguir, figura 01, o que se encontra propagandeado é um automóvel da Ford. E os automóveis eram itens bastante representativos da modernidade tão desejada naquele período. No entanto, o que se destaca no anúncio é, justamente, o fato de que dentro do carro há um homem, um menino, duas mulheres e uma menina; os representantes do gênero masculino estão à frente e as representantes do gênero feminino, atrás. Pode-se ler o conteúdo da imagem, entendendo que o homem, guiando este aparato moderno, sugeria que os homens eram os responsáveis pela construção e pelo alcance da sonhada modernidade, bem como é inevitável depreender a leitura de que os homens à direção do carro eram aqueles que comandavam a vida, como um todo. Outros elementos de destaque neste reclame são que a gravata do menino que está ao lado do motorista aparece “voando” para trás, indicando a velocidade do carro (outra conotação da vida moderna), e a aparência impecável das mulheres (parecem quase que imóveis), no banco traseiro. Este elemento corrobora um dos quesitos da esposa ideal, dentre os parâmetros vigentes: “era fundamental que ela cuidasse em manter boa aparência, pois se embelezar era uma obrigação” (DEL PRIORE, 2013, p.69). Tal aspecto, fundamentava a condição feminina na ideia de corpo-para-o-outro, transfiguração das mulheres em objetos simbólicos, objetos a serem olhados pelos outros, objetos que se desejavam ser bonitos e disponíveis. (BOURDIEU, 2014, p.79-82)



FIGURA 1 – Anúncio Ford.

Fonte: *Almanach de Pelotas*, 1926, p. 154 - Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

No reclame seguinte há apenas a presença feminina, e o que se enfatiza é que, ao invés de pilotar um carro, como no exemplar acima, a mulher “pilota” a máquina de costuras. Ainda, segundo Del Priore (2013, p.69), outro importante requisito da esposa considerada ideal era o exercício das atividades ligadas à esfera privada, no interior do lar, sendo as prendas domésticas as suas competências diferenciais. Neste exemplo, aliás, encontram-se as duas citadas condições que compunham as boas esposas: a mulher se encontra costurando e em boa aparência, com cabelo impecável e bonito trajar, a notar-se, principalmente, pelo sapato. A ilustrativa efígie feminina ainda apresenta um sorriso meigo, expressão de conformidade e subserviência, mais um importante requisito desta mulher exemplar.

Este reclame deixa compreender o seu implícito caráter pedagógico, o de ilustrar e ressaltar positivamente as desejáveis competências femininas: bordar e costurar (DEL PRIORE, p.19) e, mesmo neste restrito campo, aparecem os limites entre o interior e o exterior, pois a mulher devia apenas desempenhar esta atividade para si e para os membros da sua família. O “costurar para fora” não era algo bem visto (Idem, p.68). O não “costurar para fora” também indica a condição submissa das mulheres ao marido, pois o primeiro caso consistia em uma atividade paga que possibilitaria a emancipação financeira e a conseqüente e possível emancipação da mulher.



FIGURA 2 – Ferragem Vianna

Fonte: *Almanach de Pelotas*, 1931, entre p. 134 e p.135. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense

Lugares de memória

Estes objetos, tanto os *Almanachs* de Pelotas como os seus reclames são suportes de informação e, igualmente, de memória. Possibilitam, através destes elementos que registram e indicam um passado, o desencadeamento da edificação de memórias (neste caso de algo que não se viveu) – são artefatos usados, no caso da presente investigação, para recordar, para recordar como os mesmos eram instrumentos na estipulação da categoria de gênero. E é através do seu uso como itens que fazem recordar que os aproximamos do conceito de *lugares de memória*, que mesmo não sendo lugares, permitem aplicar aquilo que esta noção propõe.

Este conceito, segundo o seu criador, Pierre Nora (1993, p.7), são frutos do tempo presente, um tempo no qual ele percebe uma aceleração da história. Um tempo frenético, dinâmico, com muitas transformações e que está sempre nos empurrando para o futuro. Este constante direcionamento ao futuro potencializa o fato inevitável de que o tempo não para. Esse tempo que não freia leva a ruptura com o passado, ruptura que amedronta e, daí emerge a busca pela construção de “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”, ou seja, lugares que lembrem aquilo que deve ser lembrado.

É interessante pensar que o autor comenta que a necessidade de instituição destes *lugares de memória* se dá justamente porque determinadas memórias não mais habitam os sujeitos (NORA, 1993, p.8), sendo por isso necessário instaurar meios para o exercício memorial. Neste sentido ele diz que os *lugares de memória* são restos, onde há “uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. (Idem, p.12-13).

Ainda de acordo com ele, a seleção destes lugares emerge do sentimento da não existência de memórias espontâneas e é um trabalho da história e que fazem a reconstituição da história, deformando-a, transformando-a. Para ele (Idem, p.15),

O que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A “memória de papel” da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados.

Sobre o acima citado, há que se pensar que os objetos deste estudo são componentes da *Bibliotheca* Pública Pelotense, artefatos que um dia alguém guardou e outros mantém e conservam ao longo do tempo; sendo que esta ação sugere-se ser motivada pela crença de que estes objetos contêm coisas que se poderia ter necessidade de lembrar. E o que se está a fazer na presente investigação se não buscar meios para a construção e compreensão acerca da memória de parte daquilo que constitui a categoria de gênero?

Embora para Nora (1993, p.13) os *lugares de memória* sejam por excelência os museus, os arquivos, os monumentos, as coleções, as festas, já que a “memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Idem, p.9), é nessa concretude que o debate aqui proposto se apóia para relacionar os objetos materiais da investigação (*Almanachs* e seus anúncios) ao conceito de *lugares de memória*, objetos tomados como meios para a memória, em específico, para a memória da construção da categoria de gênero.

Conforme já destacado, estes objetos são meios que possibilitam o exercício de memória de algo que não foi vivido devido à distância temporal que afasta os sujeitos do tempo atual dos objetos investigados. Nesse sentido, mais um subsídio que ampara a transferência da noção de *lugares de memória* para os referidos objetos, tendo em vista que deste distanciamento, deste intervalo entre passado e presente, emerge a necessidade de tomar esses objetos como formas que possibilitam o sentimento de continuidade (NORA, 1993, p.18-19). O frenesi, imposto pela aceleração da história, impede que se tenham meios para “exercitar” a memória, levando ao medo da perda e esquecimento do passado, importantes para a construção das identidades e sentimento de pertencimento. Sobre isto, ao refletir sobre a noção de Nora, D’Aléssio (1993, p.102) pondera que os *lugares de memória* “expressam o desejo de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-conhece e se auto-diferencia, o movimento de resgate de sinais de *appartenance* grupal” e, com base nisto, parece plausível, para a discussão aqui proposta, transferir o conceito de *lugares de memória* para os objetos aqui analisados, já que os mesmo materializam hábitos sociais e culturais daquela sociedade. Em específico à pesquisa interessa a análise da estipulação e materialização da categoria de gênero, cuja compreensão do que lá naquele tempo se apresentava, auxilia na compreensão daquilo que hoje ocorre e ainda interfere na construção das identidades, daí o entendimento dos *Almanachs* de Pelotas e seus reclames como *lugares de memória*, como *lugares de memória* de gênero.

Conclusão

Embora não sendo, em específico, lugares, o que se propôs analisar neste texto foram os *Almanachs* de Pelotas e seus reclames como *lugares de memória*, segundo conceito de Nora. Não, eles não são lugares, mas são meios materiais cuja concretude permite que memórias sejam construídas. Quem guardou? Por que guardou? Quem conserva? Quem mantém? Objetos distanciados do tempo presente que já interagiu com diferentes gerações, através destas e por meio destas; cuja manutenção ao longo do tempo não se dá gratuitamente. Há intenção. Há crença de que ali há guardado coisas a serem lembradas. E como diz o autor inspiração deste ensaio, a memória não é espontânea.

Desta forma, estes meios materiais são hoje tomados pelas autoras como *lugares de memória*, de cujos lugares inúmeros dados poderiam ser analisados, mas, no entanto, o que

aqui motivou foram as relações de gênero promulgadas, construídas. Ou seja, os *Almanachs* de Pelotas e seus reclames, tanto pelo conteúdo verbal, quanto pelo conteúdo visual, estabeleceram narrativas muito claras acerca dos diferentes papéis a serem exercidos por homens e por mulheres. Os *Almanachs* de Pelotas e seus anúncios foram tratados como *lugares de memória* de gênero. Através deles, viu-se o homem como cidadão, chefe de família e homem de trabalho; e a mulher, cujo um dos principais auspícios era atingir o posto de esposa ideal. Homens na direção do automóvel e da vida; mulheres na direção das atividades domésticas, como a costura, por exemplo. Homens à frente; mulheres atrás.

Em suma, buscou-se nesta trama apresentada, tecer considerações acerca dos lugares. O lugar dos *Almanachs* e seus reclames, a cidade de Pelotas, cujo culto aos elementos da então modernidade ofereciam cenário perfeito para a sua veiculação; os lugares de gênero, onde regras e imposições arbitrárias apareciam, seja em discursos verbais, seja em discursos visuais; os *lugares de memória*, onde estes objetos gráficos permitem que esta memória do gênero seja exercitada. Por fim, que os sujeitos fruam destes lugares e que estas memórias os habitem.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CUNHA, Jaqueline Rosa da. **A formação do sistema literário de Pelotas**: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, vol. 13, n. 25/26, p. 97-103, set. 1992/ago. 1993.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e histórias de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: organização e mobilização em Pelotas**: 1888-1937. 1999. 556 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

Fontes consultadas

PARADEDA, Florentino. *Almanachs* de Pelotas (1913 – 1920). Pelotas: Oficinas Typographicas do Diário Popular. Acervo Histórico da Bibliotheca Pública de Pelotas.

PARADEDA, Florentino. *Almanachs* de Pelotas (1921 – 1928). Pelotas: Tipografia A Guarany. Acervo Histórico da Bibliotheca Pública de Pelotas.

PARADEDA, Florentino. *Almanachs* de Pelotas (1929 – 1935). Pelotas: Tipografia Livraria do Globo. Acervo Histórico da Bibliotheca Pública de Pelotas.

Lugares de rememoração na propaganda nacional-socialista do *Blumenauer Volkskalender* (1933-1938)⁴³²

Imgart Grützmann⁴³³

Resumo

A comunicação visa a analisar um aspecto da propaganda nacional-socialista efetuada nas páginas do *Blumenauer Volkskalender*, almanaque de circulação nacional que foi publicado em língua alemã na cidade de Blumenau/SC. O foco da análise consiste em textos que colocam em cena categorias do nacional-socialismo por meio da tematização de lugares específicos da Alemanha, especialmente cidades, que podem ser enquadrados no que Aleida Assmann (2006) denomina de lugares de rememoração (Gedenkorte).

Introdução

O almanaque *Blumenauer Volkskalender* (Almanaque popular de Blumenau), publicado, em língua alemã, anualmente, na cidade de Blumenau/SC, para os anos de 1933 a 1938, veiculou entre seus leitores diversos textos, entre eles contos, matérias, poemas, relatos e reminiscências, e imagens portadores de elementos do ideário nacional-socialista. A difusão da propaganda nazista no *Blumenauer Volkskalender* esteve relacionada a um dos organizadores do almanaque e sócio da Empresa Graphica, estabelecida em Blumenau, responsável pela edição do periódico. Franz Nietzsche, litógrafo, era filiado, desde 1930, ao Partido Nazista, exercendo, até 1934, a função de dirigente estadual (MORAES, 2002). Embora publicado em Blumenau, o *Blumenauer Volkskalender* teve circulação nacional, abrangendo, além de Santa Catarina, leitores em várias localidades do Rio Grande do Sul, Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, e internacional, na Alemanha.

Ao longo de seu período de circulação, o *Blumenauer Volkskalender* divulgou uma série de matérias e narrativas que colocam em cena categorias do nacional-socialismo por meio da tematização de lugares específicos da Alemanha, relacionados à memória e à história nacional, os quais podem ser enquadrados no que Aleida Assmann (2006) denomina de lugares de rememoração (Gedenkorte).

Na perspectiva de Assmann, os lugares (Orte) possuem uma memória e um poder de ligação. A teórica alemã enfatiza, em sua teoria, que “os próprios lugares podem se tornar sujeitos, portadores da lembrança (Erinnerung) e, porventura, dispor de uma memória (Gedächtnis) que ultrapassa em muito a dos seres humanos”⁴³⁴ (Idem, p.298). Para Assmann, “mesmo quando uma memória imamente não é própria dos lugares, assim mesmo eles são de importância capital para a construção de espaços culturais de rememoração” (Idem, p.299). Tal importância Assmann atribui ao fato de que os lugares não apenas “consolidam e legitimam a lembrança, na medida em que eles localmente ancoram-na no solo, mas também porque eles corporificam uma continuidade da duração” (Idem, ibid.), continuidade que excederia a memória de curta duração dos indivíduos, das épocas e das culturais concretizada em artefatos.

Dentre os tipos de lugares portadores de uma memória estudados por Assmann, encontram-se os lugares de rememoração (Gedenkorte), que “são aqueles nos quais se realizou algo modelar ou nos quais se sofreu exemplarmente” (Idem, p.328), lugares geralmente integrantes da memória e da história nacional. De acordo com Assmann, os lugares de rememoração caracterizam-se principalmente pela descontinuidade, pela “enorme

⁴³² Esta comunicação resulta do projeto de pesquisa *Leituras de almanaque na América Latina: imprensa em língua alemã e práticas de leitura no Brasil, na Argentina e no Chile (1895-1941)*, financiado pelo CNPq, e desenvolvido de 2004 a 2006, na categoria pós-doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, sob a orientação da profa. Dra. Heloísa Jochims Reichel.

⁴³³ Professora do Centro de Letras e Comunicação/UFPEL, e-mail: imgart@terra.com.br

⁴³⁴ A tradução das fontes em língua alemã foi efetuada pela autora da comunicação.

diferença entre passado e presente” (Idem, p.309), já que “no lugar de rememoração uma determinada história (Geschichte) não prosseguiu, mas foi mais ou menos brutalmente interrompida. A história interrompida materializa-se em ruínas e relíquias, as quais se destacam do entorno como estranhos restos” (Idem, ibid.), que não tem relação com a vida da localidade no presente. Assim, o lugar de rememoração para Assmann “é algo que sobra daquilo que não mais existe e não vige mais” (Idem, ibid.), mas cuja história não cessa de existir com o abandono, a destruição, o esquecimento e a modificação das condições de vida, na medida em que “ele guarda relíquias materiais, as quais se tornam elementos de narrativas e, assim novamente pontos de referência para uma nova memória cultural” (Idem, ibid.). Como “lugares de rememoração são fragmentos estilizados de um perdido ou destruído modo de vida” (Idem, ibid.), sua história e importância necessitam ser asseguradas por meio de alguma forma de linguagem, seja oral ou escrita. No entanto, conforme assinala Assmann, os lugares de rememoração são marcados pela descontinuidade, uma vez que a continuidade destruída pela conquista, pelo esquecimento ou pela perda não pode ser reconstruída posteriormente, havendo apenas a possibilidade de se entrar em contato com ela por meio da lembrança. Para Assmann, a história pregressa de um lugar, interrompida e apenas visível em seus vestígios, “pode ser de grande importância para uma época posterior, principalmente quando ela reconhece ou identifica naquele passado uma base normativa de sua própria época” (Idem, p.309-310).

Na propaganda nacional-socialista efetuada pelo *Blumenauer Volkskalender*, as cidades de Nürnberg e Weißenburg são apresentadas ao leitor como lugares de rememoração, ou seja, como lugares em que algo exemplar aconteceu no passado, cujos vestígios, no entanto, assinalam um modo de vida distante do presente do público leitor do almanaque. Estes fragmentos do passado histórico-nacional encontram-se inseridos e explicados em textos que trazem para os leitores aspectos de Nürnberg e Weißenburg, seletivamente escolhidos, porque estabelecem uma relação intrínseca no presente com o ideário nacional-socialista, especialmente por meio da arquitetura. No nacional-socialismo, a arquitetura detinha um lugar privilegiado entre as produções culturais, já que para Adolf Hitler “ao lado da música, a arquitetura me parecia a rainha das artes” (HITLER, 2001, p.31). No que tange à mobilização da arquitetura no nacional-socialismo para fins propagandísticos, Alcir Lenharo salienta que “assim, como qualquer outra manifestação cultural, ela era expressão de poder, instrumento de propaganda e de incitamento ideológico” (LENHARO, 2003, p.52). Numa linha similar, Hans-Ernst Mittag sublinha que as referências aos elementos antigos na arquitetura e na escultura também desempenharam um papel relevante na propaganda nacional-socialista, contribuindo para a concretização de alguns de seus propósitos, entre eles “legitimar e revalorizar o regime” (MITTIG, 2001, p.246), bem como atuar na “propaganda da guerra e na propaganda da raça” (Idem, ibid.).

Nürnberg: cidadela do Terceiro Reich

A matéria intitulada *Nürnberg, die Stadt der Reichsparteitage* (Nürnberg, a cidade dos congressos do Partido), de Selma Jungbauer, publicada no *Blumenauer Volkskalender* de 1937, centra-se em aspectos do passado da cidade alemã de Nürnberg, a qual “obteve devidamente um lugar no rol das cidades grandes: foi nomeada como cidadela do Terceiro Reich” (JUNGBAUER, 1937, p.181). Nürnberg foi sede dos congressos do Partido Nazista nos anos de 1927, 1929 e, anualmente, de 1933 a 1938 (KOSFELD, 2001, p.82), que ocorriam, a partir de 1935, no Zeppelinfeld, construído pelo arquiteto Albert Speer (1905-1981).

Na matéria, a eleição de Nürnberg é atribuída a um elemento de seu passado histórico: a sua antiguidade e seus vestígios arquitetônicos no presente, visível na sua denominação e nos adjetivos que caracterizam suas produções culturais: “a antiga Noris, com sua imorredoura arte e cultura, a cidade dos mestres-cantores e do imortal Albrecht Dürer” (JUNGBAUER, 1937, p.181). A caracterização de Nürnberg, ao entrelaçar arte e cultura, incluindo arquitetura, sinaliza uma concepção do nacional-socialismo acerca das cidades, já que, na visão de Adolf

Hitler, as cidades deveriam ser “cidades culturais” (HITLER, 2001, p.196). A ênfase no termo cultura (Kultur) deixa claro que as cidades e suas manifestações artísticas deveriam ser a expressão da identidade alemã e inspirar o orgulho nacional. A palavra *Kultur*, conforme salienta Norbert Elias, é “a palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser” (ELIAS, 1994, p.24), conceito que, com a ascensão da burguesia, “veio, também, a sintetizar a nação, a expressar a auto-imagem nacional” (Idem, p.64).

A antiguidade e perenidade de Nürnberg, categorias norteadoras da matéria, referem-se principalmente aos aspectos arquitetônicos da parte antiga da cidade, já que é única no rol das demais, pois “nenhuma cidade grande pode apresentar testemunhos do passado antigo, em tal profusão e ilesos, como a antiga e amuralhada Nürnberg” (JUNGBAUER, 1937, p.181). Em seus muros de cinco quilômetros de extensão, a parte antiga de Nürnberg destaca-se, conforme salienta a matéria, principalmente pelas suas construções medievais, marcadas pela durabilidade e imponência, e ornadas de obras de arte. Da cidade antiga, a articulista apresenta aos leitores do *Blumenauer Volkskalender* uma breve descrição do burgo Hohenzollern, oriundo do século XII, com suas dependências suntuosas, com suas duas antigas capelas, nas quais se encontram obras do pintor Wohlgemut, mestre de Dürer; e sua torre pentagonal, a qual abriga a câmara de tortura e uma coleção de antiguidades criminais. Na matéria também são mencionadas as duas igrejas mais antigas de Nürnberg: a igreja de São Lourenço e a de São Sebald, cujas obras iniciaram em 1274, ambas contendo inúmeras obras de arte em seu interior. A matéria segue com a menção à igreja de Maria, uma doação de Karl IV, construída a partir de 1355; ao belo poço, construído em 1360, que se situa no largo do mercado da cidade, na década de 1930 denominado de Adolf Hitler; às pontes sobre o rio Pegnitz e às antigas construções no estilo enxaimel com suas galerias de madeira ornadas com flores. Destaque recebe ainda o prédio antigo da prefeitura de Nürnberg com sua fachada em estilo renascentista italiano e com seus portais, “uma imagem da grandeza do sentido de coletividade de Nürnberg” (Idem, ibid.). O salão da prefeitura, com pinturas em conformidade com esboços de Albrecht Dürer, e com a imagem da caixa do tesouro da cidade, constituiu o local em que Adolf Hitler abria oficialmente os congressos anuais do Partido Nazista na cidade. O antigo, a marca central de Nürnberg, remete ao “desejo de eternidade” (LENHARO, 2003, p.49) do Terceiro Reich.

As construções salientadas na matéria publicada no *Blumenauer Volkskalender* remetem a outro elemento central do nacional-socialismo - a coletividade -, expressamente mencionado na caracterização do prédio antigo da prefeitura de Nürnberg, já que se trata de construções antigas de caráter público. Nürnberg enquadrava-se, assim, na concepção de Hitler acerca das cidades antigas como testemunhas das realizações de um povo, pois para ele “a característica dominante das cidades antigas não está em construções particulares mas em monumentos públicos que não são destinados para o momento mas para a eternidade, pois neles não se refletem as riquezas de um particular mas a grandeza da coletividade” (HITLER, 2001, p.196). A coletividade, denominada de comunidade étnica (Volksgemeinschaft), representava o cerne do nazismo, pois, nesta concepção, “a essência de cada um é a do seu grupo, a do seu povo (Volk) entendido nas suas características históricas e geográficas inseparáveis das suas características biológicas, do seu *sangue*” (HANNOUM, 1997, p.20) (Grifo do autor).

À imagem de Nürnberg como melhor representante da arquitetura medieval tardia com elementos do Renascimento, intacta e de sentido coletivo na Alemanha, a matéria ainda associa o elemento político. No texto de Jungbauer, a escolha de Nürnberg para a realização dos congressos anuais do Partido Nazista é decorrente de sua história pregressa, visto que na antiga e livre cidade-reino (Reichsstadt) “já no período do renascimento alemão os imperadores com predileção, desde Ludwig o Bávaro, residiam com sua corte e sempre de novo convocavam o parlamento (Reichstag) para o interior de seus muros” (JUNGBAUER, 1937, p.181). Ao recuperar este vestígio do passado de Nürnberg, a autora da matéria assinala

a relação da cidade com uma prática política imperial, já que foi o lugar preferido de imperadores, conferindo-lhe, deste modo, uma aura eletiva e majestosa. Ao sublinhar o caráter político-imperial de Nürnberg como motor da sua escolha pelos dirigentes nazistas, a matéria estabelece uma relação direta entre o Terceiro Reich e o passado da cidade. Nela, a realização do principal encontro político do Partido Nazista é visto como a retomada de uma prática antiga que, assim, insere a política do Terceiro Reich em uma linha de continuidade com um passado imperial, medieval e renascentista, valorizando-a e legitimando-a pela antiguidade.

Ao atribuir a escolha de Nürnberg para a realização dos congressos anuais do Partido Nazista principalmente a sua antiguidade na política imperial e na arquitetura, a matéria retoma uma representação vigente acerca da cidade no período do nacional-socialismo. Em sua análise de Nürnberg como lugar de rememoração na Alemanha, Annette G. Kosfeld destaca que a eleição da cidade por Hitler deveu-se em parte pelo fato de ela servir como cenário apropriado para o poder. Nessa ótica, Nürnberg não apenas “incitava as imagens quiméricas e míticas de um esplendor imperial” (KOSFELD, 2001, p.81) mas também servia a Hitler como resposta “‘à inevitável feiúra do mundo técnico’, aos modernos, por meio do recurso ‘às formas estéticas conhecidas’” (Idem, *ibid.*) (Grifos da autora).

Weißenburg: ruínas imperiais e militarismo

A ênfase na arquitetura, especialmente medieval alemã, constitui um dos aspectos de *Ferien* (Férias), uma reminiscência sem autoria, publicada no *Blumenauer Volkskalender* para 1934. Nela, a narradora, já adulta, recorda os passeios e episódios de suas férias escolares de verão, que ela e sua irmã viveram em companhia de sua avó e de seu tio Fritz, na cidade alemã de Weißenburg, situada na Bavária, especialmente as idas com familiares e amigos a construções da antiga cidade-reino, de origem medieval e romana. No que tange à arquitetura, a narradora ressalta que Weißenburg ainda está cercada por uma muralha em boas condições, com suas 31 torres e portões, os quais remontam à época de esplendor da cidade, ao século XV. Outra construção mencionada é o portão de Ellinger, considerado “uma jóia do modo de construção medieval” (FERIEN, 1934, p.121), e principal atração arquitetônica da cidade. A fortaleza de Wülzburg, situada a 600 metros acima do nível do mar, “cujo portal de entrada apresenta uma rica ornamentação arquitetônica” (Idem, *ibid.*), constitui outra construção mencionada pela narradora. Na narrativa, sua existência é atribuída ao rei dos francos, Pepino, o Breve, quem teria, no ano de 764, instituído no lugar uma capela, transformada, em 792, em convento por Carlos Magno (742-814). De meados do século XI até 1554 funcionara como um mosteiro beneditino, ocorrendo a edificação da fortaleza, em 1588, pelos margraves de Ansbach. Na ótica da narradora, a fortaleza é “a mais rara e mais antiga testemunha da arquitetura militar alemã do período da passagem da construção de burgo para fortaleza que se conservou” (Idem, *ibid.*) praticamente intacta. De Wülzburg, a narradora também menciona um poço, de 166 metros de profundidade e talhado na pedra, e a maior instalação de cisternas da Alemanha. Da cidadezinha de Weißenburg, a narradora ainda elenca o poço imperial, a prefeitura em estilo gótico tardio, que abriga um museu local, um arquivo e uma antiga biblioteca da cidade, a praça do mercado e o monumento dedicado ao imperador Ludwig. Em suas reminiscências, a narradora recupera ainda os passeios que realizava nos arredores de Weißenburg, como a ida a Grönbart, Fossa Carolina (Karlsgraben), lugar em que Carlos Magno, no ano de 793, “tentou construir um canal entre o rio Reno e o Danúbio na linha divisória entre o mar do norte e o mar negro” (Idem, p.123); e a visita à cidade bávara de Ellingen com o castelo dos príncipes de Wrede. O conjunto de construções mencionadas em *Ferien* remete, como no caso da matéria acerca de Nürnberg, notadamente à arquitetura medieval, na qual se mescla uma aura imperial e eterna, e ao sentido de coletividade inerente às edificações, ressaltando, desse modo, duas categorias do nacional-socialismo: a eternidade e a coletividade.

Na reminiscência, há também outro aspecto presente na arquitetura: a fortaleza de Wülzburg, apontada pela narradora como um dos raros exemplares ainda remanescentes da arquitetura militar alemã, que denota o elemento militar na paisagem e história de Weißenburg. A fortaleza, segundo a narradora, funcionou até a metade do século XIX como presídio estatal bávaro, mantendo, na Primeira Guerra Mundial, aprisionados 400 russos e franceses. Este elemento bélico ainda é reforçado pela presença do exército na cidade. A narradora relembra que, em um dos períodos de férias, acampou na cidade um regimento de infantaria oriundo de Wiesbaden. Por meio da fortaleza e do exército, a narrativa mobiliza outra categoria do nacional-socialismo: o militarismo, pois, na visão de Hitler, “em um Estado nacionalista, o exército não existe só para ensinar o homem a marchar e a outros exercícios militares, mas deve ser a mais alta escola da educação nacional” (HITLER, 2001, p.313). A celebração do militarismo ocorre em *Ferien* a partir da ênfase na antiguidade e raridade da fortaleza e na visão positiva da presença do exército em Weißenburg. A narradora recorda que “para nós moças era uma agradável distração. O exército aportava nova vida à cidadezinha e à noite realizavam-se bailes na Ludwigshöhe” (FERIEN, 1934, p.123), dos quais a narradora e seus familiares também participavam ativamente. O viés positivo ainda é acentuado na narrativa pelo fato de a avó da narradora alojar, em sua casa, três oficiais da infantaria, ato que introduz no âmbito familiar a força armada.

Implícita nessa celebração do militarismo está outra categoria central do nacional-socialismo: o culto à guerra, visto que para Hitler “o destino heróico da Alemanha não poderia ser realizado senão pelo sangue derramado na guerra” (D’ALESSIO; CAPELATO, 2004, p.57). Em sua análise do nazismo, Lenharo sublinha que “Hitler referia-se frequentemente à necessidade da guerra, oscilando do ponto de vista mítico ao do estrategista. Afirmava ser a guerra “eterna”, “cotidiana”, “vida” – “um estado original” (LENHARO, 2003, p.75) (Grifos do autor).

Em *Ferien*, a narradora ainda destaca da arquitetura de Weißenburg as construções romanas, como os restos da antiga estrada, localizada abaixo de Wülzburg, e o castelo Biricianis, situado perto da estação férrea. Na narrativa, o castelo é apontado como “a maior guarnição romana junto à fronteira (Limes) com estabelecimentos civis, erigido entre 81-117 d.C., destruído em 233” (Idem, *ibid.*), escavado em sua grande parte, e, em cuja redondeza, também fora encontrada uma terma. A menção às construções romanas evidencia outra categoria do nacional-socialismo, visto que a arte greco-romana, incluindo a arquitetura, foi mobilizada na propaganda e nas práticas artístico-culturais do Terceiro Reich. Nele, “gregos e romanos eram festejados como pessoas, as quais tinham pensado e agido heroicamente como os germanos” (MITTIG, 2001, p.256). Hitler, dando vazão a sua admiração pelo mundo greco-romano, propõe o estudo sistemático da história antiga, “pois a história romana, bem apreciada nas suas linhas gerais, é e será sempre a melhor mestra não só para o presente como para o futuro” (HITLER, 2001, p.319) e acrescenta: “a luta que hoje se agita tem o grande objetivo de, ligando sua existência ao plano milenar, unificar o mundo greco-romano com o germânico” (Idem, *ibid.*). As construções romanas de Weißenburg também são mobilizadas para enfatizar a coletividade, elemento-chave do nacional-socialismo. Na ótica de Hitler, “as obras colossais que hoje admiramos nas ruínas do mundo antigo não são palácios comerciais, mas templos e edifícios públicos, obras que aproveitam a toda a coletividade” (HITLER, 2001, p.197). No que concerne especificamente ao mundo romano, Hitler assegura que “mesmo em pleno fausto da Roma dos últimos tempos, ocupavam o primeiro lugar, não as vilas e palácios dos burgueses, mas os templos e as termas, os estádios, os circos, os aquedutos, as basílicas etc., todas construções do Estado e, por conseguinte, de todo o povo” (Idem, *ibid.*).

A análise da matéria e da narrativa, publicadas no *Blumenauer Volkskalender*, evidencia que as cidades de Nürnberg e Weißenburg constituem-se em lugares de rememoração, pois são lugares em que aspectos da história local e nacional, marcadamente a presença de construções antigas, autorizadas por imperadores e nobres, em forma de vestígios do passado ainda integram a fisionomia dessas cidades. Os fragmentos do passado de Nürnberg e Weißenburg foram mobilizados e valorizados no *Blumenauer Volkskalender*

porque permitiam veicular categorias do nacional-socialismo, o qual também reconhecia nos vestígios da arquitetura antiga alemã uma base para legitimar e valorizar o Terceiro Reich. Os textos do *Blumenauer Volkskalender*, ao trazerem os vestígios arquitetônicos do passado inseridos em narrativas, articulam e esclarecem sua significação por meio da linguagem, sentidos que podiam não estar claros para os leitores do almanaque. Diante disso, esses textos também adquirem a feição de um lugar de rememoração, na medida em que asseguram a transmissão dos fragmentos do passado, permitindo a continuidade, ainda que descontínua, de uma memória e de uma história de Nürnberg e Weißenburg.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Erinnerungsräume*. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses. Dritte Auflage. München: C. H. Beck, 2006.

D’ALESSIO, Marcia Mansor; CAPELATO, Maria Helena. *Nazismo: política, cultura e holocausto*. São Paulo: Atual, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume I: Uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERIEN. *Blumenauer Volkskalender*, Blumenau, 1934, p.121, 123, 125.

HANNOUM, Hubert. *Nazismo: Educação? Domesticação? Fundamentos ideológicos da formação Nazi*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. Tradução de Klaus von Putschen. São Paulo: Centauro, 2001.

JUNGBAUER, Selma. Nürnberg, die Stadt der Reichsparteitage. *Blumenauer Volkskalender*, Blumenau, 1937, p.181-182, 185.

KOSFELD, Anne G. Nürnberg. In: FRANÇOIS, Etienne; SCHULZE, Hagen (Hrsg.) *Deutsche Erinnerungsorte*. München: C.H.Beck, 2001. p.68-85.

LENHARO, Alcir. *Nazismo. “O triunfo da vontade”*. 6ª. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

MITTIG, Hans-Ernst. Antikebezüge nationalsozialistischer Propagandaarchitektur und – skulptur. In: NÄF, Beat (Hrsg.) *Antike und Altertumswissenschaft in der Zeit von Faschismus und Nationalsozialismus*. Mandelbachtal/Cambridge: Edition Cicero, 2001. p. 245-265.

MORAES, Luis Edmundo de. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppe der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Technische Universität zu Berlin.

Arquitetura Residencial Modernista em Santa Maria/RS

Ana Júlia Scortegagna Socal⁴³⁵

Gabriela Valente Caçola Pozzatti⁴³⁶

Jéssica Corsini Vieira⁴³⁷

Manuela Ilha Silva⁴³⁸

Ana Paula Nogueira⁴³⁹

Josicler Orbem Alberton⁴⁴⁰

Renata Venturini Zampieri⁴⁴¹

Luis Guilherme Aita Pippi⁴⁴²

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo investigar, analisar e resgatar obras relevantes para o reconhecimento da Moderna Arquitetura de Santa Maria/RS. A escolha pela arquitetura residencial baseia-se na escassa bibliografia existente e na baixa atenção, por meio de órgãos públicos, às edificações isoladas, destinando esse uma maior preocupação com conjuntos e obras institucionais. Outro ponto é que a arquitetura residencial moderna possibilitou novas interpretações do conceito de habitação, constituindo um verdadeiro laboratório de experiências dentro do contexto nacional. Além disso, a descaracterização dessas obras via troca de uso, considerando que boa parte encontra-se na região central da cidade e apresenta valor para o mercado imobiliário comercial, comprova a ameaça à preservação, mesmo que arquivística, dessa produção. A pesquisa pretende envolver estudantes e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (CAU/UFSM) e, além de valorizar o patrimônio edificado, aproxima o acadêmico do fazer arquitetônico.

Palavras-chave: Arquitetura Residencial; Arquitetura Moderna Brasileira; Santa Maria; Patrimônio.

Introdução

Passadas mais de oito décadas é possível afirmar que o Movimento Moderno marcou de fato a história da arquitetura mundial e que é de importância inquestionável. As primeiras discussões modernistas surgiram na Europa, no início do século XX, e questionavam principalmente a arquitetura ensinada pelas Escolas de Belas Artes, pautada nas referências

⁴³⁵ Acadêmica do 12º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSM). E-mail: aninhasocal@gmail.com

⁴³⁶ Acadêmica do 12º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSM). E-mail: gabrielapozzatti@gmail.com

⁴³⁷ Acadêmica do 12º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSM). E-mail: jessicacorsini.arquitetura@gmail.com

⁴³⁸ Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (UFSM), acadêmica do 8º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSM) e mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). E-mail: misilha@hotmail.com

⁴³⁹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (ULBRA-SM) e Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM). Professora adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo (ULBRA-SM) e Professora Substituta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFSM). E-mail: anogueira.arq@gmail.com

⁴⁴⁰ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFSC) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFSM). E-mail: arqjosi@yahoo.com.br

⁴⁴¹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFSM) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS). Professora substituta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFSM). Email: renata@lparquitetura.com.br

⁴⁴² Possui mestrado em ARQUITETURA E URBANISMO na Linha de Pesquisa em Desenho Urbano e Paisagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atualmente é Professor Assistente Efetivo no Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui Doutorado em Philosophy - Design - NCSU, CAPES/Fulbright (2009-2013), Dep. Landscape Architecture, College of Design, NC State University, Raleigh, EUA, o qual tem trabalhado temporariamente como Research Assistant e Teacher Assistant.

históricas e distante dos problemas da sociedade da época. Arquitetos como Le Corbusier e Walter Gropius acreditavam que através de uma nova arquitetura, atrelada ao contexto industrial, poderiam solucionar problemas como o déficit habitacional, por exemplo. Os valores estritamente estéticos perderam importância no projeto moderno, cuja forma passou a ser consequência da distribuição de funções e onde os ornamentos não eram mais bem-vindos.

Ainda na década de 1920, o pensamento modernista chegou ao Brasil, trazido principalmente por arquitetos formados na Europa ou que tiveram contato com a produção arquitetônica europeia e norte-americana através de viagens e/ou revistas especializadas. Na década de trinta do século passado a arquitetura modernista brasileira ganhou o cenário mundial, principalmente após a construção do Pavilhão do Brasil para feira de Nova York de 1939, projetado pelos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Segundo Bruand (1981), a arquitetura brasileira do período modernista encontrou sua legitimidade através da valorização do contexto histórico do país trazendo elementos formais da arquitetura do passado, principalmente o colonial, atrelando-os às inovações industriais.

Com o ciclo desenvolvimentista da década de 1990, representado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek, a arquitetura passa a ser sinônimo de atualidade e progresso, sobretudo com a materialização de Brasília através dos traços de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Como consequência, o centro de muitas cidades brasileiras, inclusive Santa Maria, passa a ser pontilhado por projetos concebidos sob preceitos modernistas, entre estes, projetos residenciais. Neste contexto, a proposta desta pesquisa é investigar a história da arquitetura modernista em Santa Maria/RS, através da construção de um inventário de arquitetura voltado à temática residencial.

A opção de iniciar os trabalhos sobre o inventário modernista com as casas deu-se devido ao contexto de destruição do patrimônio arquitetônico local. Os edifícios modernistas em altura que se encontram em vias de destaque, como é o caso do Edifício Taperinha, na Rua do Acampamento, podem sofrer com o descaso e descaracterização, porém correm menos risco de ser demolidos do que as residências que encontram-se distribuídas pela cidade. Outro fator importante para iniciar os estudos das casas é que os órgãos competentes, como o IPHAN, privilegiam hoje o tombamento de conjuntos arquitetônicos. A extinção destes exemplares arquitetônicos, assim como a falta de trabalhos sobre os mesmos, pode limitar e até mesmo impossibilitar estudos e pesquisas futuras. Para além, os resultados poderão contribuir para o enriquecimento teórico e prático das disciplinas de história, teoria e projeto arquitetônico no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, gerando debates no meio acadêmico sobre o fazer arquitetônico e incentivando os alunos a participarem de pesquisas além de gerar um conjunto de informações que servirá de bibliografia de futuras pesquisas das instituições da cidade.

Entre diversas temáticas que permeiam as discussões contemporâneas as que tratam do patrimônio tem se mostrado profícuas para os diferentes grupos sociais, principalmente no que se refere à construção de identidade e preservação da memória. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, artigo 216, aponta como patrimônio cultural os bens de natureza material (arquitetura, obras de arte, bens arqueológicos, entre outros) e imaterial (festas, costumes, culinária, modo de fazer, entre outros), tomados individualmente ou em conjunto. As ações para preservar o patrimônio, individuais ou coletivas, devem partir da valorização e da conscientização da importância destes bens por parte da população. A atuação do estado (em nível federal, estadual e municipal) como promotor da preservação, através de registros e tombamentos, é essencial, porém, quando a comunidade não participa de maneira atuante nestas ações, muitas vezes, estes trabalhos não são reconhecidos e valorizados. Os tombamentos, por exemplo, geram polêmicas e dúvidas na população em geral.

Diante deste contexto, por vezes nebuloso, ações voltadas à educação patrimonial e pesquisas no meio acadêmico mostram-se eficazes para construção de uma abordagem mais ampla sobre a temática patrimonial e contribuem para a formação de cidadãos críticos e atuantes na construção da cidade. Esta pesquisa pretende envolver estudantes e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (CAU/UFSM) e, além de valorizar o patrimônio edificado, aproxima o acadêmico do fazer arquitetônico. O primeiro ano deste trabalho terá como área de estudo a região central do distrito sede do município e, no decorrer da pesquisa, se estenderá para as regiões periféricas até compreender a área total.

Objetivos

Através de pesquisa *in loco* e documental, o presente estudo objetiva investigar a história da arquitetura modernista em Santa Maria/RS e, através do material encontrado, construir um inventário de arquitetura moderna santa-mariense voltado à temática residencial. Por meio da identificação dessas residências, da importância dessas obras no contexto urbano, identificam-se lugares de memórias que marcam um período de modernização bem como consequente transição de hábitos. O reconhecimento desse contexto por meio da arquitetura é uma forma de reconhecer o desenvolvimento, valorizar a produção arquitetônica de uma época, evocar a memória urbana e, além disso, o sentimento de pertencimento da comunidade para com as obras que caracterizam a cidade.

Além desta meta, o trabalho visa a articulação de bibliografia sobre o tema, através da publicação de resultados parciais e finais do estudo.

Metodologia

Os passos metodológicos adotados no presente estudo são divididos em quatro momentos, a seguir apresentados, e podem acontecer de forma concomitante no decorrer da pesquisa. O primeiro deles é a verificação do Estado da Arte, visando compreender o contexto histórico, social e econômico da arquitetura moderna em Santa Maria/RS nos anos de 1950, 1960 e 1970. Também inclui pesquisa bibliográfica visando à criação de aporte teórico e pesquisa iconográfica. Nesta etapa, acontecerá a formulação das fichas de reconhecimento e analíticas, para o registro das edificações, tendo como referência as utilizadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A Ficha de Reconhecimento (Ficha 01) será composta apenas pelo endereço da casa e uma imagem da mesma para que se possa fazer a triagem de maneira expedita.

FICHA DE RECONHECIMENTO	
COD. XX	
ENDEREÇO	IMAGEM

TABELA 1: Ficha de Reconhecimento.

Fonte: os autores.

Já a Ficha Analítica (ficha 02) é mais completa, composta por dados técnicos como proprietário atual, uso atual e ano da construção, se já existe algum tipo de tombamento e se há existência de levantamento cadastral. Além disso, há um levantamento apurado do imóvel

que é composto por número de pavimentos, o que há no entorno da residência, forma de implantação, a relação do imóvel com a rua, a forma que se dá o acesso de veículos e pedestres, composição formal do paisagismo, tipo de fechamento do lote, elementos que compõe o paisagismo, tipo de vegetação (cor e origem), elementos formais, tipo de materiais, tipo de cobertura e a técnica construtiva empregada na residência.

FICHA ANALÍTICA	
COD.	Informações Inventário 2014
Imagem déc. 1950/60/70	Imagem 2014
Denominação:	
Proprietário atual:	
Uso atual:	
Endereço completo:	
Ano da construção:	Número de Pav.:
Tombamento existente: () Mun. () Est. () Fed. () Nenhum	
Descrição do Imóvel	Entorno: () Horizontal () Residencial () Vertical () Comercial
	Implantação: () Isolada () Encostada em divisa () Encostada nas 2 divisas
	Relação com a rua: () Recuada () no alinhamento () Active () Declive
	Acesso: Veículos () Lateral () Frontal Pedestre () Lateral () Frontal
	Fechamento frontal do lote: () com perm. visual () sem perm. visual () perm. visual parcial
	Composição Formal: () Orgânica () Ortogonal () Mista
	Elementos: () Espelho d'água () Escultura () Banco () Muro () Luminária
	() Painéis/mural () Floreira () Pergolado isolado () Outros
Vegetação: () Nativa () Exótica () Mista	
Cor vegetação: () Monocromática () Policromática	
Composição formal: () Pura () Aditiva	
Elementos formais:	
5 Pontos Le Corbusier	Outros elementos formais
() Pilotis () Janela em fita	() Pérgola () Sacada () Cobogó ()

CASAS BEM CONSERVADAS	CASAS DESCARACTERIZADAS
 IMAGEM 1: Rua Duque de Caxias, 1765	 IMAGEM 2: Rua Tuiuti, 1919
 IMAGEM 3: Rua Duque de Caxias, 1653	 IMAGEM 4: Rua Professor Teixeira, 1458

TABELA 3: Exemplo de casas modernistas reconhecidas na primeira caminhada.

Fonte: os autores.

O quadro acima, com fotos realizadas já no primeiro dia de levantamento de campo, demonstra, numa análise ainda superficial, a urgência da necessidade de atenção a essas obras, que vem sofrendo alterações que descaracterizam estrutural, funcional e formalmente as edificações.

Conclusões

A pesquisa está em andamento, porém, após o levantamento de algumas casas modernistas e de suas particularidades é possível tecer algumas discussões. Há exemplares bastante conservados e outros bem descaracterizados, quase sempre, a descaracterização vem acompanhada do abandono do uso original: o residencial. Porém, algumas residências encontram-se em bom estado de conservação o que desencadeia outras perguntas acerca dos fatores que contribuem para preservação das características originais nestes exemplares.

Pode-se verificar também que há alguns setores na área central onde as casas estão mais bem conservadas. Será verificado, além dos usos, quais leis ou fatores estão contribuindo para esta preservação. Outro dado interessante está sendo a identificação dos personagens, arquitetos, que contribuíram para construção do cenário modernista na cidade, entre estes, Luiz Arthur Vallandro e Pepe Reys.

Referências

- ABALOS, Iñaki. **A Boa-vida**: visita guiada às casas da modernidade. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- ANDRADE, Antonio Luis Dias. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, São Paulo, 1997.
- ADANS, Betina. **Preservação urbana**: gestão e resgate de uma história. Florianópolis: UFSC, 2002.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil**: Arquiteturas após 1950. São Paulo, Perspectiva, 2010.
- BEYEUX, Glória Maria. **O debate da arquitetura moderna brasileira nos anos 50**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981. 397p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- FOLETTI, Vani. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Palotti, 2008.
- HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1, Lisboa: Casa da Moeda, 1984.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. **O sentido da arquitetura moderna brasileira**. [2002]. 5p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Obras fundamentais da Arquitetura Moderna em Santa Maria**. In: V Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul. 2000, Faculdade de Arquitetura das Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis. Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001. Pg. 163-172.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.
- SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

Paisagem Urbana e Patrimônio: uma experiência de vivenciar e intervir na cidade através de caminhadas

Renata Michelon Cocco⁴⁴³

Letícia de Fátima Durlo Coutinho⁴⁴⁴

Josicler Orbem Alberton⁴⁴⁵

Luiz Guilherme Aita Pippi⁴⁴⁶

Ana Paula Nogueira⁴⁴⁷

Letícia de Castro Gabriel⁴⁴⁸

Renata Venturini Zampieri⁴⁴⁹

Mariane Gomes Farias⁴⁵⁰

Resumo

Este trabalho pertence à primeira etapa do projeto de extensão “Caminhadas Urbanas”, o qual busca oportunizar a comunidade de Santa Maria/RS, a vivência e a reflexão crítica acerca dos espaços públicos livres e patrimônio edificado da cidade, com a promoção de caminhadas. Sendo assim, ocorreu em 7/Junho/2014 a *I Caminhada Urbana*, que se estruturou na divulgação do evento em mídias sociais e material gráfico, na realização da caminhada em si e em resultados a partir da análise de percepções agradáveis/incômodas dos participantes. Entende-se que, enquanto academia, deve-se contribuir para a identificação dos usuários com o espaço urbano e com a memória coletiva que estes lugares devem expressar. Este contato com a comunidade possibilita momentos de discussão crítica, análises, apontamentos e anseios da comunidade direcionados aos espaços de convívio comum e de memória da cidade, fortalecendo, desta forma, o sentimento de pertencimento das pessoas com os espaços livres e patrimônio material.

Palavras-chave: caminhadas urbanas; paisagem urbana; espaços livres; edificações patrimoniais; comunidade.

Introdução

Entre as diversas temáticas que permeiam as discussões contemporâneas que tratam do patrimônio, muitas têm-se mostrado profícuas para os diferentes grupos da sociedade, principalmente no que se refere à construção de identidade e preservação da memória. Neste sentido, a constituição Federal de 1988, artigo 216, aponta como patrimônio cultural os bens de natureza material (arquitetura, obras de arte, bens arqueológicos, etc) e imaterial (festas, costumes, culinária, modo de fazer, etc), tomados individualmente ou em conjunto. O

⁴⁴³ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, renata.cocco@yahoo.com.br

⁴⁴⁴ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, leticiadurlofotografia@gmail.com

⁴⁴⁵ Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, arqjosi@yahoo.com.br

⁴⁴⁶ Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, guiamy@hotmail.com

⁴⁴⁷ Professora Substituta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria e Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil, arquitetura.anapaula@gmail.com

⁴⁴⁸ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil, leticiagbr@yahoo.com.br

⁴⁴⁹ Professora Substituta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, re.vzampieri@gmail.com

⁴⁵⁰ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Franciscano, nanifarias.projetos@gmail.com

presente trabalho trata do patrimônio material, principalmente o edificado, símbolos da paisagem e da memória do centro de Santa Maria.

As ações para preservar o patrimônio, individuais ou coletivas, devem partir da valorização e da conscientização da importância destes bens por parte da população. A atuação do estado (em nível federal, estadual e municipal) como promotor da preservação, através de registros e tombamentos, é essencial, porém, quando a comunidade não participa de maneira efetiva nestas ações, muitas vezes, este trabalho não é reconhecido e valorizado e, por vezes, fadado ao desuso. Os tombamentos patrimoniais são um lúcido exemplo e geram polêmicas e dúvidas na população em geral, seja pela falta de informação e comunicação dos poderes de Estado para com a população; seja pela falta de sensibilização da importância do tema à comunidade. Diante deste contexto, por vezes indistinto, ações voltadas à educação patrimonial e memória social dos lugares materiais, mostram-se eficazes para construção de uma abordagem mais ampla e crítica sobre a temática patrimonial e contribuem para a formação de cidadãos atuantes no cenário de construção da cidade, fazendo com que estes lugares sejam representativos da comunidade.

Este projeto de extensão, desenvolvido no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, tem como ponto de partida o caminhar na cidade. Corroborando, neste sentido, autores como Jacques (2011), dizendo-nos que a experiência de movimentar-se pelos/nos espaços urbanos pode revelar a interdependência que há entre apropriação social e atributos formais, funcionais, estéticos e ambientais, afinal cidade e sociedade moldam-se mutuamente. Posto isto, a partir da realização de caminhadas urbanas, pretende-se identificar as apreensões dos sujeitos sociais com relação aos espaços livres de uso público e ao patrimônio edificado.

A primeira caminhada, realizada no dia 07 de junho de 2014, contou com a participação de mais de cinquenta pessoas, muitas atraídas imprescindivelmente pelos vídeos divulgados na internet na plataforma do Facebook e Youtube. O evento foi encerrado com um piquenique nas ruínas da Gare/Estação Ferroviária de Santa Maria, onde se discutiu as questões relativas à cidade e suas diversidades, a constituição/conservação do patrimônio histórico e a simbologia dos cenários onde a memória se revela.

Caracterização

Partindo-se de Santa Maria como cidade de estudo e ações, parece-nos latente a falta de diálogo/proximidade entre comunidade e órgãos públicos no que se refere ao planejamento e gestão urbanos, o que é evidenciado, por exemplo, na execução de projetos de qualidade/eficiência duvidosa e/ou cuja apropriação social não ocorre como o previsto pelo órgão público. Ademais, justamente pela falta de maior participação/colaboração popular, os ambientes urbanos não se mostram devidamente utilizados, explorados no amplo leque de suas potencialidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas, nem mesmo sendo capazes de atender às necessidades mais essenciais dos cidadãos santa-marienses, como, por exemplo, a permanência prolongada e em segurança às mais diversas faixas etárias e classes sociais ao longo dos vários períodos diurnos e noturnos e condições adequadas para o trânsito de pedestres (leia-se, inclusive, de acessibilidade universal) etc. Inevitavelmente, depreende-se disso um contínuo esvaziamento e a perda da noção de pertencimento aos espaços livres de uso público, não havendo cuidado do Estado para com a construção e conservação da identidade de tais locais. Ao mesmo tempo, e conseqüentemente, uma verdadeira onda de reivindicações pelo status participativo é notada nas redes sociais e até mesmo em ocupações dos espaços públicos tais quais os festivais independentes de música e de artes realizados na Gare/Estação Ferroviária e Parque Itaimbé.

Considerando, pois, a necessidade de entender o espaço urbano e as suas dinâmicas de apropriação e modos de uso pelos cidadãos, assim como de discutir as questões relativas a

memória e ao patrimônio, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (CAU-UFSM), visa aproximar-se à comunidade em geral.

A Arquitetura, o Urbanismo e o Paisagismo, como ciências interdisciplinares e dinâmicas que o são, por acompanharem os processos de produção e gestão dos ambientes urbanos, apresentam-se “dispostas” a compreender a vida urbana, a qual se transforma e recria-se constantemente. A partir desta premissa, este trabalho pretende dialogar com o estado da arte, ou seja, com empreendimentos realizados mundo afora no sentido de conversar com os praticantes ordinários das cidades, aqueles que verdadeiramente as utilizam no dia a dia, as reclamam porque vivenciam os seus problemas, por elas se deslocam, desenvolvem laços identitários e de pertencimento, associam valores e sentidos, constituindo-as e por elas sendo constituídos. Neste sentido, o projeto inspirou-se no Jane’s Walk, um movimento mundial motivado no legado de Jane Jacobs e realizado anualmente na primeira semana do mês maio. Trata-se de caminhadas que procuram levar as pessoas a explorar localmente as suas cidades e, ainda, aproximar vizinhos. Desta maneira, se busca consubstanciar teoricamente a prática das caminhadas urbanas, as discussões comunitárias e o debate entre a equipe integrante do projeto.

Objetivos

É fundamental que o indivíduo se conscientize quanto à importância de sentir-se parte integrante, dependente e agente transformador da paisagem citadina, identificando seus elementos e a interação entre eles, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da mesma. Neste sentido, estimular a convivência da pluralidade, promovendo a discussão e debate comunitário acerca do patrimônio edificado por meio de vivências, apreensões e intervenções urbanas, leva ao conhecimento e conscientização das pessoas em prol da preservação do patrimônio, de modo a evitar o esquecimento dos sentidos e símbolos que a cidade nos imprime através dos seus lugares de memória.

Metodologia

A metodologia do presente projeto visa a promoção de diferentes caminhadas urbanas a partir de percursos que contemplem os mais variados olhares sobre o patrimônio edificado no bairro centro da cidade de Santa Maria que fomentem a memória, os olhares para potencialidades e a criticidade da comunidade com o ambiente urbano em que convivem. O projeto possui duas grandes etapas: caminhadas urbanas e intervenções temporárias na cidade.

A primeira etapa consiste na realização e apreensão das vivências e percepções a partir de percursos urbanos pré-elaborados pela equipe integrante do projeto de extensão, de modo a obter o registro das impressões, sensações e experiências dos participantes a partir da(s) caminhada(s) urbana(s). Ao final da experiência coletiva, realizar-se-ão conversas (uma espécie de reunião) do grande grupo envolvido, o que envolverá os meios de expressão/registro/comunicação livremente utilizados pelos participantes (fotografias, croquis, gravações, relatos e outras formas de expressão). Cabe salientar que, concomitante aos momentos das caminhadas e da grande “reunião” entre equipe e comunidade, estarão sendo registradas as experiências de modo a conformarem-se também como um material de subsídio à etapa posterior do projeto de extensão.

Desta conversa informal com a comunidade, serão identificados quais foram os edifícios que mais foram apontados e as questões relativas ao patrimônio mais citadas, temas que subsidiarão a última etapa que consiste em intervenções temporárias no espaço urbano. Serão propostos dois tipos de realizações, em ambas o caráter será o da efemeridade, tais como ações “vivas” (manifestações corporais: dança, música, teatro, *performance* etc.) e intervenções “construídas” (objeto, mobiliário urbano, grafite, *crafts* etc.).

O projeto encontra-se em andamento e este trabalho apresentará os resultados da primeira etapa já concluída.

Resultados da I Caminhada Urbana

Preparação

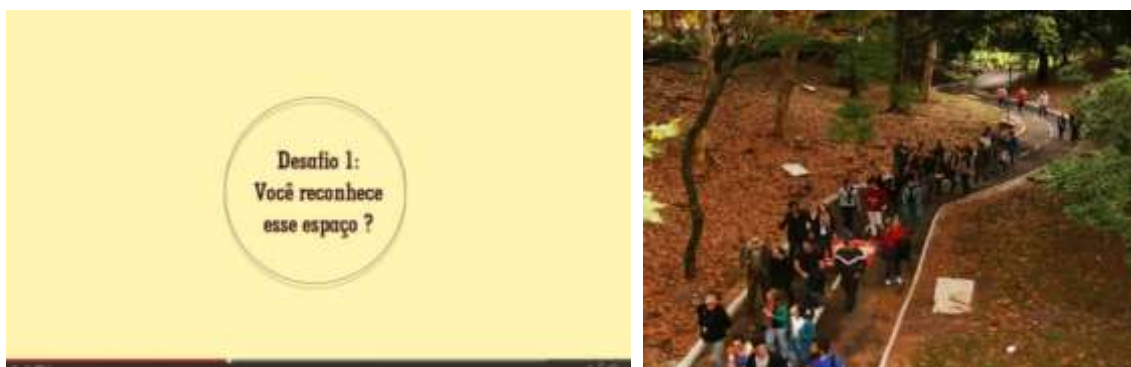
Para a realização da *I Caminhada Urbana*, inicialmente organizou-se uma equipe de trabalho que passou a ter reuniões semanais periódicas para discutir sobre o projeto, buscar informações, decidir futuras ações, dividir tarefas e trocar conhecimentos. Após algumas reuniões, decidiu-se o trajeto a ser percorrido (Figura 1) neste primeiro evento do projeto. Para cada trecho do percurso planejou-se um grupo de trabalho que avaliou, registrou – através de fotografias e vídeos – as partes mais importantes e/ou atrativas em termos da memória urbana, do patrimônio histórico-cultural, da arquitetura e do paisagismo. A partir desse registro desenvolveram-se painéis e tabelas a fim de auxiliar cada grupo a fazer anotações dos comentários, percepções e sensações relatados por cada cidadão que participou da caminhada.

Ainda nessa fase, foram determinados pontos do trajeto onde seriam feitas “paradas” ou pausas a fim de contar brevemente sobre peculiaridades e/ou curiosidades de determinados locais ou edificações, citando, ainda, trechos de textos que remetessem ao pensar criticamente a cidade – dentre eles Ítalo Calvino (2003) e Jane Jacobs (2009). Assim, buscaram-se referências na historiografia local e no referencial bibliográfico do projeto a fim de elaborar os textos lidos ou explanados durante essas “paradas”.

Previamente a divulgação do evento, a comunicação com a comunidade santamariense teve caráter motivador, a fim de que um número significativo de pessoas fosse alcançado. Deste modo, elaborou-se uma logomarca (Figura 2) - através de um concurso interno - para o projeto “Caminhadas Urbanas”, bem como cartazes e vídeos divulgados no Youtube e em uma página criada no Facebook para despertar a curiosidade e convidar a comunidade a participar do primeiro evento proposto.



FIGURAS 1 e 2 – Mapa do percurso da I Caminhada Urbana e cartaz de divulgação da caminhada.
Fonte: Equipe organizadora, 2014.



FIGURAS 3 e 4 – Vídeo de instigação e convite da *I Caminhada Urbana* e um dos percursos da caminhada, no Parque Itaimbé.

Fonte: Youtube e Letícia Durlo, 2014.

A divulgação da *I Caminhada Urbana* na página do Facebook primou pela apresentação de vídeos curtos que retratavam parcialmente um espaço histórico da cidade, lançando assim aos seus seguidores, pequenos desafios em busca da descoberta de tais lugares (Figura 3). O objetivo desta ação era chamar a população para a caminhada através das perguntas “Você realmente conhece a cidade?” ou “Você percebe o caminho que passa? Ou só passa pelo caminho?”. Além destes desafios, foram divulgados outros vídeos para conhecimento das áreas centrais de Santa Maria, com enfoque para o percurso da caminhada (Figura 4).

A Caminhada

A *I Caminhada Urbana* aconteceu em 7/Junho/2014, das 14h às 18h, com a presença de 53 participantes. Dentre o público presente, havia pessoas atreladas ao meio acadêmico – discentes e docentes – bem como um público, que era o nosso maior “alvo”, sem pretensão acadêmica.

O percurso levou cerca de duas horas para ser concluído e seu itinerário foi: Estação ferroviária de Santa Maria, Vila Belga, Av. Rio Branco, Praça Saldanha Marinho, Rua do Acampamento, Rua Astrogildo de Azevedo, Parque Itaimbé e Parque de Triagem da Viação Férrea, retornando novamente para o ponto de partida.

Este trajeto foi escolhido por abranger locais onde o patrimônio edificado remete a história ferroviária de Santa Maria e seu posterior desenvolvimento com a implantação do Parque Itaimbé. Ao longo da caminhada constatou-se o abandono e o descaso em que se encontram edificações como a Estação Ferroviária de Santa Maria, a Vila Belga e a Av. Rio Branco, ambos lugares da memória ferroviária para os habitantes da cidade como também, referência histórica para a população que busca conhecer as origens de Santa Maria.



FIGURAS 5 e 6 – Momentos da I Caminhada Urbana, em Estação Ferroviária, Vila Belga e Avenida Rio Branco.

Fonte: Letícia Durlo Coutinho e Luis Guilherme Aita Pippi, em 07/06/2014.

Ao longo do percurso, as pausas consistiram em explanar sobre pontos principais da cidade, histórico, potencialidades e possibilidades inerentes ao espaço pré-determinado no trajeto, além disso, foram lidos trechos de textos – de Ítalo Calvino, "As cidades invisíveis" e Jane Jacobs - que remeteram a pensar criticamente sobre a cidade. Em cada parada, foi possível perceber que as pessoas envolviam-se cada vez mais com o propósito do evento, da mesma forma que ficou visível o aumento participativo que dava início a falas e discussões sobre o espaço urbano. Também foi notório que os participantes não apenas caminhavam, mas percebiam, olhavam, comentavam e registravam a cidade através de muitas fotografias e vídeos. A fase final se deu no ponto de partida da caminhada, na Estação Ferroviária de Santa Maria, onde foi lembrado o percurso e coletada as percepções finais dos participantes através de cartazes.

Discussões

Para auxiliar na apreensão das percepções dos participantes durante a caminhada, os cartazes continham os seguintes questionamentos: "O que te agrada? Por quê?" e "O que te incomoda? Por quê?". No que se refere ao que mais agradou, o caminhar, conhecer melhor a cidade e perceber o que passa despercebido foram os pontos mais descritos nos cartazes. Com relação ao as partes incômodas aos participantes da Caminhada, o mais citado foi o descaso e a má conservação do patrimônio e a poluição visual das fachadas. Além destes apontamentos, foram citadas, ao longo da caminhada, várias memórias coletivas dos participantes acerca dos espaços percorridos, como o caso da Estação Ferroviária, quando o trem ainda transportava passageiros, e do antigo Mercado Itaimbé, único espaço da cidade com características e uso de mercado público, hoje com sua estrutura totalmente modificada. Tal fato ratifica que estas percepções do passado ainda estão "vivas" na memória das pessoas, fato que pode auxiliar na compreensão de quais lugares representam a comunidade e como a memória de uso do local leva à criação/conservação da identidade ferroviária de Santa Maria, por exemplo.

Por fim, o evento foi encerrado na Gare com um piquenique composto por uma roda de discussões e expectativas futuras acerca dos lugares percorridos. Este momento de confraternização foi importante tanto para dar opiniões quanto para ouvir como aquelas pessoas, habitantes de Santa Maria, enxergavam os espaços públicos, o patrimônio, a paisagem do entorno, enfim, a cidade enquanto espaço material e meio de inter-relações socioculturais e políticas e, deste modo, indicar quais seriam os focos potenciais às intervenções – segunda etapa do presente projeto.



FIGURAS 7 e 8 – Encerramento da caminhada com piquenique coletivo e discussão com os andantes em relação aos pontos mais agradáveis e os que “mais incomodam” na cidade (cartazes).

Fonte: Letícia Durlo Coutinho e Mariane Gomes Farias, em 07/06/2014.

Considerações Finais

A *1 Caminhada Urbana* teve um total de 53 cidadãos participando do percurso. Durante as pausas, muitos que estavam apenas passando pelo local acabavam parando para escutar as falas. Um total de 694 pessoas acompanhando a página do projeto na internet, da mesma forma que os vídeos de divulgação foram visualizados 966 vezes em apenas duas semanas. Além disso, vídeos e fotografias produzidos durante a caminhada foram divulgados na página do projeto para relembrar e instigar a comunidade a participar da próxima Caminhada Urbana. Vale salientar que o projeto se encontra em fase inicial e ainda estão previstas outras caminhadas, bem como ações e intervenções.

Embora com resultados parciais, pode-se concluir que a realização deste projeto “Caminhadas Urbanas”, foi ao mesmo tempo uma experiência crítica e reveladora com relação ao espaço urbano de Santa Maria, despertando nos participantes, a preservação do patrimônio santa-mariense a partir da apropriação dos espaços livres e/ou edificados e do reconhecimento dos lugares materiais onde se expressa a memória social da cidade. Deste modo, ficou clara a importância de incluir a participação criativa e colaborativa da população em discussões e projetos acerca da cidade e da preservação dos espaços patrimoniais.

Referências

- ANDRADE, Antonio Luis Dias. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, São Paulo, 1997.
- ADANS, Betina. Preservação urbana: gestão e resgate de uma história. Florianópolis: UFSC, 2002.
- BRASIL. Decreto-Lei 25/1937. Disponível em portal.iphan.gov.br
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CARR, S.; MARK, F.; RIVLIN, L.; STONE, A. Public Space. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CARERI, F. Walkscapes: el andar como práctica estética/walking as aesthetic practice. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.
- FOLETTTO, V. Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria. Santa Maria: Palotti, 2008.

- GEHL, J. *Cities for People*. Washington, DC: Island Press, 2010.
- HAIGERT, Cynthia Gindri. Estado da Arte sobre a Educação Patrimonial. In: SOARES, André Luis Ramos (org.). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003
- HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- JACQUES, P. Elogio aos errantes: breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, 053.04, São Paulo, *Vitruvius*, out. 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>, acesso em jul. 2012.
- LE GOFF, Jacques . *Memória*. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 1, Lisboa: Casa da Moeda, 1984.
- LYNCH, K. *The Image of the City*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- OKAMOTO, J. *Percepção Ambiental e Comportamento: Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação*. São Paulo, Editora Mackenzie, 2002.
- SKIDMORE, P., BOUND, K.; LOWNSBROUGH, H. *Community Participation: Who Benefits?* York: Joseph Rowntree Foundation, 2006.
- SOMMER, R.; SOMMER, B. *A Practical Guide to Behavior Research: Tools and Techniques*. 5 ed. New York: Oxford University Press, 2002.

Os objetos de percepção da paisagem urbana de Pelotas e o ladrilho hidráulico

Andréa do Amaral Dominguez⁴⁵¹

Carlos Alberto Ávila Santos⁴⁵²

Resumo

Este artigo busca unir as ideias de dois pensadores modernos, Lineu Castello, na área da geografia e, em particular, da paisagem urbana, e Vilém Flusser, um filósofo e designer que mistura as duas áreas e faz uma leitura particular do design e das mudanças socioculturais desde a virada do século XX para o XXI.

Estas noções serão usadas para compreender o ladrilho hidráulico como objeto, uma coisa que ocupa lugar na rua, na memória, no imaginário da população urbana. Este é produzido de forma artesanal há mais de cem anos. Passou por vários estilos arquitetônicos e mantém uma certa constância mercadológica. Sua fabricação não sofreu nenhuma alteração estrutural. A paisagem pelotense tem uma particularidade, o uso dos ladrilhos hidráulicos nas calçadas. Acreditamos que, influenciado não só pela presença na memória da coletividade, se insere também nos novos meios tecnológicos de divulgação de informação em massa.

Palavras-chave: Ladrilho hidráulico, Lugar de memória, Paisagem cultural, Cibercultura.

Introdução - A paisagem pelotense

Durante uma caminhada pelas ruas da cidade de Pelotas, senti uma enorme emoção. As calçadas ladrilhadas, que pareciam opacas e cinzentas, com a chuva que caía, refletiam várias cores e padrões. Mudaram aos meus olhos e, principalmente, sobre a influência da chuva e da luz da tarde, passaram a ter uma vibração de cores e um brilho tão particular e intenso, que fiquei comovida. Jamais esquecerei esse sentimento.

Atualmente, Pelotas é um centro urbano de grande porte. Fundado em 1812, o povoado foi elevado à categoria de cidade no ano de 1835. Tornou-se polo econômico regional no período de 1850/1940, decorrente da riqueza econômica fundamentada na produção charqueadora.

Através da disciplina “Memória, Espaço e Paisagem” passei a entender, de maneira diferenciada, muitos aspectos paisagísticos de Pelotas. Principalmente, aqueles associados ao meu objeto de estudo – o ladrilho hidráulico. Com essa nova perspectiva em mente, estruturei esse ensaio, no qual espero mostrar, através dos autores mencionados, algumas relações entre o pensamento de ambos, a cidade de Pelotas e o ladrilho hidráulico.

As coisas e os lugares – as não coisas e os não lugares

Nossa vida cotidiana é, inicialmente, ordenada por ações e ideologias legadas por nosso núcleo familiar. Depois é influenciada pelo grupo social em que nos inserimos, e, também, por questões econômicas. Nesse último período, passamos a fazer uso da urbanidade, dos lugares de convívio e de trocas, dos locais onde vamos muitas vezes para a contemplação e para a reflexão. E, nos damos conta que temos preferências por determinados espaços da cidade, em detrimento de outros. De acordo com os estudos de Lineu Castello, existem três tipos de percepção dos lugares urbanos, definidos pela interação dos diversos estímulos ambientais e pela valoração que os indivíduos atribuem a esses locais. Tais estímulos são emitidos a partir de fatos ambientais, que guardam uma relação não só de natureza

⁴⁵¹ Mestranda no PPG-Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, deamaral2@gmail.com. (Universidade Federal de Pelotas - UFPEL)

⁴⁵² Prof. Dr. do Centro de Artes e do PPGMP, betosant@terra.com.br. (Universidade Federal de Pelotas - UFPEL)

objetiva, mas também de natureza subjetiva, imaterial e imponderável. Portanto, são expressos pela interação entre as pessoas e o ambiente.

Os ambientes são compostos pela morfologia do lugar, sua aparência geográfica, campo, serra ou montanhas. Na medida em que passam a ser humanizados, os ambientes recebem uma cobertura adicional, que são as construções. Estas utilizam um determinado material para sua execução e têm uma aparência diferente, de acordo com o espaço geográfico que ocupam. Por exemplo, uma construção do campo é diferente de outra da serra. Esta diferença se deve às influências que o ambiente causa no grupo humano que vai habitar tal espaço.

Assim, os materiais físicos usados na construção arquitetônica, que constituem uma vila ou cidade, são vários. O ladrilho hidráulico é um desses materiais, usado desde muito tempo atrás. Seu primeiro registro público data de 1867, quando da “Exposição Universal em Paris”, onde foi apresentado como um tipo de “cerâmica” que não necessitava de cozimento, e substituiria perfeitamente a pedra, no caso o mármore. Foi considerado adequado para a população de menor poder aquisitivo, que poderia usar essa matéria, material novo para revestir o piso das habitações. Os materiais usados continuam sendo o cimento, a areia e uma ínfima porção de pó de mármore. A única alteração ocorrida na produção do artefato é a utilização hoje da prensa hidráulica, em lugar da prensa manual, para a finalização do ladrilho hidráulico.

“A palavra *matéria* resulta da tentativa dos romanos de traduzir para o latim o termo grego *hylé*. Originalmente, *hylé* significa “madeira”, e a palavra *materia* deve ter designado algo similar, o que nos sugere a palavra espanhola *madera*. No entanto, quando os gregos passaram a empregar a palavra *hylé*, não pensavam em madeira no sentido genérico do termo, mas referiam-se à madeira estocada nas oficinas dos carpinteiros. Tratava-se, para eles, de encontrar uma palavra que pudesse expressar oposição em relação ao conceito de “forma” (a *morphé* grega). *Hylé* portanto significa algo amorfo. A ideia fundamental aqui é a seguinte: o mundo dos fenômenos, tal como o percebemos com os nossos sentidos, é uma geleia amorfa, e atrás desses fenômenos encontram-se ocultas as formas eternas, imutáveis, que podemos perceber graças à perspectiva suprassensível da teoria. A geleia amorfa dos fenômenos (o mundo material) é uma ilusão e as formas que se encontram encobertas além dessa ilusão (o mundo formal) são a realidade, que pode ser descoberta com o auxílio da teoria. E é assim que descobrimos, conhecendo como os fenômenos amorfos afluem às formas e as preenchem para depois afluírem novamente ao informe” (FLUSSER- 2007, p. 23).

Os materiais encontram-se ao alcance das mãos, aguardando para receberem forma e tornarem-se objetos de uso. É através do design que as coisas são projetadas, passam a informar aos usuários sua função e criam nas pessoas o desejo de possuí-las. Tais coisas podem ser utilitárias ou estéticas, ou ambas. O design vem caminhando na história das civilizações, acompanhando e solucionando as necessidades dos povos, para melhor viver e se relacionar com o ambiente. Um artesão, um carpinteiro, um arquiteto, um inventor, são projetistas que fizeram a evolução dos povos, desde as cavernas até os dias de hoje, usando para tanto suas mãos e seu pensamento inovador e criativo.

“Essa mão peculiar do organismo humano apreende as coisas. O mundo é por ela apreendido como um conjunto de coisas, como algo concreto. E não é apenas apreendido: as coisas são apanhadas para serem transformadas. A mão imprime forma (*informiert*) nas coisas que pega. E assim surgem dois mundos ao redor do homem: o mundo da “natureza”, das coisas existentes (*vorhanden*) e a serem agarradas, e o mundo da “cultura”, das coisas disponíveis (*zuhanden*), informadas” (FLUSSER, 2007, p. 60).

Através da evolução das teorias do conhecimento, a cultura passou de uma análise materialista para uma perspectiva fenomenológica e alcançou o patamar das teorias do intangível. Cultura é tudo que o ser humano produz, desde bens materiais até seus sentimentos, suas memórias. Através da cultura imaterial, dos eventos e das recordações das pessoas, é que se identificam os tipos de lugares.

“A percepção de lugar - É a presença de estímulos ambientais. Estímulos das mais diversas naturezas, emitidos a partir de fatos ambientais que guardam relação não só com a natureza objetiva e material dos elementos do

ambiente como igualmente com sua natureza subjetiva – imaterial e imponderável. E – substancialmente – expressos como produto das interações entre as pessoas e o ambiente” (CASTELLO, 2007, p. 13).

O uso da fenomenologia como ferramenta de análise, a criação de projetos para novas possibilidades de lugares, tem sido de grande utilidade para os arquitetos e urbanistas. Essa nova visão da cultura e dos modos de projeção dos espaços para convívio tem trazido resultados que merecem atenção, por parte desses profissionais, do ponto de vista dos resultados atingidos, principalmente em relação ao público-alvo dos projetos. O que vimos nos trabalhos de Castello, em Porto Alegre, é que há resultados positivos e outros não tanto, pois nesse universo de populações que usam os espaços/lugares, há uma flutuação grande dos grupos. Sendo possível a troca de público, de maneira muito rápida, isso, às vezes, leva a uma total mudança no objetivo primeiro de elaboração e criação do espaço/lugar.

“A *urbanidade* é uma qualidade típica e única do ambiente construído pelo ser humano. É nosso entendimento que a urbanidade é a qualificação, vinculada à dinâmica das experiências existenciais conferidas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano público, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação de que está imbuído esse ambiente” (CASTELLO, 2007, p. 29).

A construção dos lugares, de maneira planejada, é muito desejável para uma adequada ocupação racional e sustentável dos espaços. Porém, isso, torna a projeção dos espaços muito complexa e de difícil execução. Os arquitetos fazem pesquisas de campo com a intenção de descobrir o que as pessoas desejam para o lugar a ser projetado. Pois as pessoas desejam cada vez mais sensações, valor imponderável, qualitativo, em detrimento dos valores quantitativos, que são estimulados no imaginário pelos meios de comunicação, hoje os principais formadores dessa opinião.

Sempre que falamos em lugar, pensamos imediatamente em um lugar físico, um espaço tridimensional, que faça parte da cidade, um lugar urbano. Com as tecnologias da comunicação, entretanto, esta configuração está se alterando. É o que coloca Flusser:

“Na ciência moderna, a ideia de mudanças de estados da matéria (do sólido ao líquido, do líquido ao gasoso – e vice-versa) deu origem a uma nova imagem do mundo. Trata-se *grossomodo*, de uma mudança entre dois horizontes. Em um deles (o de zero absoluto), tudo o que se mostra é sólido (material); já no outro horizonte (na velocidade da luz), tudo se apresenta num estado mais do que gasoso (energético)” (FLUSSER, 2007, p. 25).

A matéria, os materiais, as ferramentas usadas para as construções virtuais, dentro do espaço cibernético, são números e letras, sinais de uma nova linguagem que fazem surgir imagens, textos, vídeos, e inclusive possibilitam o diálogo entre as pessoas, que podem estar em continentes diferentes. Na atual época de redes de comunicação, no entanto, podemos nos referir a um lugar que é “energético” e “mais do que gasoso”, no qual se tem acesso através do uso de uma ferramenta cada vez mais comum e popular, o computador, ou até mesmo o telefone celular. E todo este aparato interfere na própria construção da memória social.

“A memória do computador é uma não coisa. De forma similar, também as imagens eletrônicas e os hologramas são não coisas, pois simplesmente não podem ser apalpadas, apreendidas com a mão. São não coisas pelo fato de serem informações inconsumíveis. É certo que essas não coisas continuam enclausuradas em coisas como *chips* de silício, tubos de raios catódicos ou raios *laser*. (...) Mas não é necessário que fantasiemos o futuro: a crescente imaterialidade (*Undinglichkeit*) e a impalpabilidade da cultura já são hoje uma vivência diária. As coisas ao nosso redor estão encolhendo, em uma espécie de “miniaturização”, e ficando sempre mais baratas; em contrapartida, as não coisas em nosso entorno inflam, como é o caso da “informática”. E essas não coisas são simultaneamente efêmeras e eternas. Não estão ao alcance da mão (*vorhanden*), embora estejam disponíveis (*zuhanden*): são inesquecíveis” (FLUSSER, 2007, p. 61; 62).

Transpondo esse raciocínio das não coisas para os lugares, tais locais são impessoais, a ponto de serem não lugares, abrigando uma diversidade de tipos humanos no mesmo ambiente, convivendo em harmonia. Tanto do ponto de vista dos lugares físicos e urbanos,

como os lugares imateriais da rede virtual. As coisas materiais, objetos, tornam-se imateriais ou não coisas, quando vistas e transmitidas como informação nos meios eletrônicos, como TV, computador, internet, celular.

O ladrilho hidráulico é um produto que satisfaz às necessidades dos vários estratos socioeconômicos da comunidade, é um objeto de desejo que cumpre muito bem sua função, além de agregar um excelente aspecto estético ao local onde é aplicado. O ladrilho ultrapassou as fronteiras da comunicação direta, pois é raro o anúncio de produtores nos meios de comunicação convencionais, entre eles o jornal, o rádio e a televisão. Mesmo assim tem garantia de venda. Acreditamos que isto acontece influenciado não só pela presença na memória da coletividade, mas porque está inserido nos novos meios tecnológicos de informação em massa. Pois uma vez que o ladrilho como objeto que é, tem circulação mercadológica comprovada. Seu “site” virtual encontrou um lugar no reino irreal das redes computacionais, passando ao nível das não coisas que habitam os não lugares da web.

Aqui ponderamos acerca das possíveis abordagens que a memória pode apresentar e que serão relevantes para o andamento de nosso ensaio. Partiremos da análise da memória como ente abstrato da mente humana. A qual depende, em grande parte, da memória para realização de tarefas cotidianas, como o trajeto que usamos para ir ao trabalho e retornar para casa. Assim podemos dizer que “somos aquilo que lembramos”, e, nas palavras de Iván Izquierdo, “e também somos o que decidimos esquecer”. Dificilmente lembramos de tudo, lembramos aquilo que tem significado, que é importante. Vivemos assim entre a memória e o esquecimento, talvez por que estamos vivendo entre o ser e o não sermos mais. Certo é que necessitamos de ambos para vivermos. Em um artigo que trata do lugar mítico da memória, Cláudia do Rosário, afirma:

“a Memória liga o presente ao passado, mostra ao ser que existe como se constituiu e no que se fundamenta para vir a ser. Mostra-nos identidade e diferença, nos aponta a repetição, permite que nos admiremos diante do novo. Pois não se diz que é “novo” aquilo diante do qual procuramos referências na memória e não encontramos? E, no instante seguinte àquele em que é percebido, o novo pertence ao passado e ao domínio da Memória” (ROSÁRIO, 2002, p.4).

Nessa trajetória da lembrança ao esquecimento - e vice-versa - participam muitas outras experiências: a percepção, a seleção do que queremos perceber, a decisão do que queremos ou não fazer, onde ir, ou não. O que relembrar, os sentimentos, os estados de ânimo, tudo englobado na mente sob os conceitos de consciência e inteligência. Este pensamento nos remete para a noção de lugar de memória, tal como apresenta Nora. Ele diz que “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1985, p.21).

Assim, determinadas as condições para caracterizar um “lugar de memória”, consideramos o ladrilho hidráulico como portador dessas condições. O ladrilho é um objeto, ou seja, um material. Enquanto artefato de uso, é funcional, isto é, sua constituição atende à característica de funcionalidade. E, sua carga estética, encerra a característica simbólica (Figura 1).



Figura 1: Vemos acima, três amostras de ladrilhos hidráulicos para relacionarmos com as categorias do lugar de memória: todos são produzidos com cimento, portanto são materiais, objetos físicos, com volume. O primeiro ladrilho com textura, próprio para passeio público, onde a textura facilita o escoamento da água da chuva. Os três exemplos são usados como revestimento, são funcionais e nos

desenhos denotam a expressão simbólica que encontramos nas peças de ladrilho, tanto no conjunto delas como em peça unitária. Cumprindo assim as três condições do lugar de memória.

Fotos: Daniela Xu.

Em nossa busca de resposta à questão formulada ao início do texto, de que o ladrilho hidráulico pode ser um objeto relevante para a percepção do espaço/lugar urbano de Pelotas, precisamos conceituar os tipos de lugares que vamos usar como categoria de análise. Para isso, usamos os conceitos de Castello, que diz:

“Ao tipo de lugar originado de estímulos que apresentam um viés direcionado para o lado espacial chamaremos de lugares da Aura. Ao tipo de lugar cujo viés tende a privilegiar a dimensão temporal, denominaremos lugares da Memória. E ao tipo de lugar cujo foco se dirige à interação que começa com as relações interpessoais no ambiente considerado, designaremos como lugares da Pluralidade” (CASTELLO, 2007, p. 18).

Todas as cidades têm no seu corpo urbano um pouco de cada um desses lugares, por isso são consideradas urbanizadas:

“Um dos mais rigorosos e recentes reexames da teoria do lugar, o livro “Textures of Place”, postula, já em suas primeiras páginas, a condição de que “(...) lugar é produzido e construído socialmente e, sobretudo, (...) a imaginação desempenha um papel crítico nessa construção” (ADAMS, HOELCHER; TILL, 2001, p.xxi). Ou seja: há uma construção social na formação do lugar e, nela, encontram-se presentes fenômenos que integram o repertório do imaginário social. Na verdade, os autores, estão com isso apenas consagrando uma assertiva anteriormente exposta pelo inglês David Lowenthal, professor emérito de geografia que, em artigo que veio a se tornar “Um dos ensaios seminais da metade do século passado [que] discutiu o papel da experiência e da imaginação na moldagem do conhecimento geográfico” (LEY, 2001, p. 63). Com efeito, o argumento nos interessa de perto, pois assinala o compartilhar do papel da experiência vivida socialmente (a Pluralidade) e da formação da imaginação (por Aura e Memória) na construção da lugaridade” (CASTELLO, 2007, p. 19).

Pelotas tem toda sua história calcada na aristocracia latifundiária e seus passeios, revestidos de ladrilhos, ambos estão presentes em relatos dos primeiros e ilustres viajantes que passaram pela cidade. Se esse revestimento (*figura 2*) não se mostrasse atraente (bonito) e não cumprisse sua função, não teria sido aplicado e não teríamos a possibilidade de analisá-lo como referencial para a percepção de lugar.



Figura 2: Exemplo de ladrilho texturado, em uma cor; e liso, em várias cores, com padrão de desenho complexo.

Foto: Daniela Xu.

Os ladrilhos hidráulicos, assim como todas as coisas (objetos, equipamentos, máquinas) que hoje fazem parte da rede virtual, estão sendo tratados como não coisas, pois

passam a fazer parte do mundo imaterial. Nesse universo, tudo é percebido como parte de um “não lugar”. Assim, neste universo não palpável, não dimensionado fisicamente, a rede nos conduz para uma ação que dialoga com os criadores desse “lugar – não lugar”. Nesse espaço imaterial tudo é percebido apenas pela aparência e o número de acessos. Quando avaliamos a realidade, as coisas passam a fazer parte das não coisas, passam a ter outro valor, que é desvinculado do valor de uso, do valor físico, mas mantém seu valor econômico e estético. Percebemos essa mudança, muitas vezes, sem nos darmos conta dela. Estamos também inseridos nesse mundo virtual, nossa leitura é diferenciada, posto que fazemos uso dos meios desenvolvidos pelos criadores da rede para coordenar e dirigir a leitura e as ações dos internautas.

No caso dos ladrilhos, a existência de páginas e sites na rede tem o intuito de informar sobre os fabricantes, comentar um pouco de história da produção. O foco principal, porém, é efetuar a venda dos produtos. Não encontramos nenhum registro de um “lugar” na rede web, na qual se fale sobre os ladrilhos hidráulicos, sua história, origens, ou sua relação com a formação do ambiente urbano. Tampouco sobre que tipo de cidade o utiliza e com qual influência estilística e sobre o valor cultural do objeto. No site do IPHAN, não encontramos nenhum *linque* sobre este artefato, embora seja muito usado no interior dos prédios e nos passeios públicos das várias cidades e lugares que são tombados, ou que estejam em processo de tombamento.

Ainda não há um estudo dirigido para essas manifestações – o ladrilho hidráulico – como produto que pode ser considerado um objeto de importância na percepção dos lugares da cidade. Este, porém, já tem uma bagagem histórica na formação da identidade da região pelotense. Assim, contribui para a percepção do ambiente urbano.

Um dos fatores que mantém a memória viva do ladrilho é a maneira como sua técnica de produção é transmitida, visto que não há curso de ladrilheiro. Ela se mantém através da “pedagogia do ver e fazer”. Portanto, a transmissão desta técnica se inclui nos bens imateriais. Os padrões das peças se perpetuam, mantidos pelos artesãos e pelos projetos dos arquitetos, instigados pelos consumidores. Vários profissionais de arquitetura deixaram sua assinatura em formas de cobre para os pisos internos e externos de muitas cidades da Europa, entre eles Gaudi, Cadafalch e Morris. Atualmente, há novos padrões surgindo por meio dos traços de designers, que veem na produção do ladrilho, um mercado que deve ser alimentado. Seu custo-benefício, enquanto objeto de uso, é seguro, suas características estéticas se mantêm por muito tempo. Soma-se a isso o surgimento dos novos lugares planejados que contemplam a pluralidade e contribuem para a permanência do ladrilho em nossa cultura. Acreditamos que a sua presença no meio “web”, garantirá a sobrevivência do artefato hidráulico na memória da comunidade pelotense pois é uma criação visível nas ruas da cidade, legada de épocas pretéritas e, provavelmente, presente por muitas décadas futuras.

Assim, consideramos o ladrilho hidráulico um objeto da percepção da paisagem pelotense. Ele está impregnado da energia criadora do lugar, tem como função o estímulo visual e sensorial, que é premissa para a relação fundadora da percepção; simultaneamente, é simbólico, pois seus desenhos são representações do gosto comunitário. Para nós, o ladrilho é uma coisa material, trazendo consigo centenas de anos de memórias dessa gente que, como eu, transita pelas ruas de Pelotas.

Referências

ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1997.

CASTELLO, Lineu. A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto

Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

FLUSSER, Vilém. O mundo codificado, por uma filosofia do design e da comunicação. Cosac Naify, 2007.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume;

Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FONSECA, Márcia Souza e FERREIRA, André Luis Andrejew. Etnomatemática e arte na construção de

ladrilhos hidráulicos – aproximando saberes. XIII CIAEM-IACME, Recife, Brasil, 2011.

GUTIERREZ, E. B. Negros, Charqueadas & Olarias - um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora UFPel, 1993. GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya e NEUTZLING, Simone. O patrimônio urbano da rainha da

fronteira. Bagé. RS. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.5, abr / jul. 2011.

IZQUIERDO, Iván. A MENTE HUMANA, IN: MultiCiência Revista Interdisciplinar dos Centros e Núcleos da

Unicamp, Ano 02, número 03, 2004. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. www.multiciencia.unicamp.br, Acessado em junho/2012.

MAGALHÃES, M. O. Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um

estudo sobre a história da cidade de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EdUFPEL/Livraria Mundial, 1993.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA A problemática dos lugares, In: Revista do Programa de estudos

Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP – Brasil, 1981.

ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira do. O LUGAR MÍTICO DA MEMÓRIA, IN: Morfeus – Revista Eletrônica em

Ciências Humanas- Ano 01, número 01, 2002. Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO. www4.unirio.br/morpheusonline, acessado em junho/2012.

Resumo

As confluências contemporâneas entre o artista e o historiador são apresentadas desde a modernidade em seus métodos de trabalho, mas no que o artista próximo ao ofício do historiador se apresenta como o indivíduo em infinitas possibilidades. Entre indícios e fragmentos, podendo criar e compor uma documentação ou atuando como proponente, o que auxiliaria outros indivíduos a compreenderem as experiências humanas a partir de meios também artísticos, tomando as expressões do contexto urbano de inteligibilidade, obtidas como fonte "artístico-histórica" da memória urbana e social. O registro da arte contemporânea pode ser pensado como uma busca pelo seu tempo que é de fácil perenidade, mas que possui um infinito em sua relação espacial e social.

Palavras-chave: Arte Contemporânea, Registro, Inventário, Patrimônio

Introdução

As escolhas das imagens e instrumentos aqui elencados foram aduzidas à pesquisa a partir de processos artísticos próprios com temas que envolvem o termo "memória", elencados a favor de diálogo e reflexão com processos de outros artistas, estes ao lado de teóricos não só de Arte, como também da História entre autores que permeiam as questões sobre 'Patrimônio'. Processos, quais foram pensados por meio de inventários de modo a sistematizar, assim facilitando a análise da percepção de proximidades e desdobramentos.

Prosseguindo de Pierre Nora (1993), que discorre entre memória e história, entre suas disparidades, envolvimento e desdobramentos no cenário da modernidade. O autor levanta sobre a preocupação que se há com a memória, no sentido de que ela não existe mais, que a falta de experiência pelos indivíduos está causando sua perda. Pensamento que é possível relacionar ao processo contemporâneo da arte tanto na forma de execução com toda a nova materialidade, o que nesta pesquisa fica evidenciado. É de se expor, sobre o ofício do historiador para melhor exemplificar, que as escolhas pelos materiais são implicadas sempre pelo sujeito atuante, partindo de suas experiências o que as faz não serem neutras, sendo o historiador como "aquele que impede a história de ser somente história." (NORA, 1993, p.21).

Já os artistas, dentro de sua atuação, elaboram de forma semelhante, pois quando compõem um trabalho também partem de suas experiências exteriores e interiores no que tange o campo do sensível, local que extraíram. Nesta pauta, Jean Lancry (2002) ao escrever sobre a pesquisa artística, afirma que: "O pesquisador em artes plásticas, com efeito, opera sempre por assim dizer, entre conceitual e sensível, entre teoria e prática, entre razão e sonho." (LANCRI, 2002, p. 19). De modo a divagar sobre as materialidades a nós circundantes, a forma de obtenção, a situação do objeto ou local, seja pela ação do tempo ou ação humana, ou ainda, a ação da memória imaginativa e cismática presente na arte, com a necessidade em reelaborar, reconfigurar o desvanecido e sua significação.

A imaterialidade da arte contemporânea advinda das experiências modernas possibilitou trabalhos que se desdobraram além da moldura, além dos materiais tradicionais. Locais que antes pareciam intangíveis para a arte, características que adentram a imaterialidade: a ideia, ou um projeto não necessariamente executável onde muitas vezes somente sua proposta já podia constituir o trabalho. Proposta-obra, por sua vez, geradoras de documento, quais nesta pesquisa se desdobraram em arquivo, onde suas noções e conceitos foram visualizados a partir de um diálogo com outros artistas contemporâneos. O inventário iniciara a ser utilizado, tanto na maneira processual e reflexiva como para se obter a matéria principal da carga poética. A intenção colecionista utilizada também para compor a criação de um trabalho de arte, ou então, quando somente a coleção já consiste no trabalho perpassando

⁴⁵³ Graduada em Artes Visuais (UDESC).

por seu conceito e diálogo poético com o artista, constituem formas de se trabalhar com o procedimento do inventário no processo artístico.

A valia processual

Pensar o inventário sobre processos artísticos evidenciando os trabalhos seguintes é recorrer aos meios de atuação e às vertentes que o termo significa. A maneira como pôde se tornar ferramenta no processo artístico, mesmo quando dado somente em ideia. O que interessa é a ação de simbolizar, desconstruir signos para compor novas significações, expondo as memórias e temporalidades dos mesmos. A importância do caráter verídico do inventário se deve a um meio sistematizado para que se consiga obter a maior quantidade de dados, mesmo que numa pesquisa balanceada entre poética e teoria. A elaboração de um inventário necessita uma ofegante insistência, exaustão nos detalhes, pois será nada menos, que um *banco de dados*. Dentro deste último podemos encontrar: materiais, técnicas e significações, e o que existir sobre o processo artístico e ao que dele poderá surgir abrangendo uma visão do meio do processo poético. O Instituto Nacional de Referências Culturais (INRC)⁴⁵⁴ possui definições essenciais, nas quais aqui exponho a terceira em que; “*Inventariar*, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também *encontrar*, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial”. (IPHAN, 2000, p. 27).



FIGURA 1 – Katherini Coelho, RECORTES, 2010.

Fonte: Autora.

“*Recortes*” (Figura 1) são registros fotográficos feitos no ano de 2010, onde as imagens se apresentam no enquadramento de árvores cortadas, específico registro, que se ocupa apenas em infligir parte a base da árvore e sua raiz. Estas imagens possuem um grau de repetição constituindo uma documentação do cotidiano registrado, como uma pequena catalogação por meios de registros dos cortes das árvores, ou seja, seus recortes. O artista e pesquisador Hélio Ferverza, quando escreve sobre os *deslocamentos nos registros na arte*⁴⁵⁵, trata inicialmente sobre a forma como os registros impulsionavam experiências artísticas chegando a este ponto do rotineiro, partindo de uma reflexão sobre seus próprios trabalhos, que diferiam de processos tradicionais, em que “a participação, a relação, a transformação, a impermanência, o acaso, o cotidiano e a temporalidade, e muitas vezes possuíam existência material efêmero ou circunstancial” (FERVENZA, 2009, p.45). E é muitas vezes o cotidiano e o acaso que fornece a imprescindível visualidade, quais muitos artistas estabelecem a existência de coleções ‘frustradas’, no sentido de não completas da forma tradicional, mas sim como coloca George Perec, de *orden caduca*⁴⁵⁶. Neste contexto, o poema de Manuel de Barros exemplifica:

O catador

Um homem catava pregos no chão./ Sempre os encontrava deitados de comprido,/ ou de lado,/ ou de joelhos no chão./ Nunca de ponta./ Assim eles não furam mais - o homem pensava./Eles não exercem mais a função de pregar./São patrimônios inúteis da humanidade

Ganharam o privilégio do abandono./ O homem passava o dia inteiro nessa função de catar

⁴⁵⁴ Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3275>>. Acesso em 15 ago 2014.

⁴⁵⁵ Nesse artigo, Hélio Ferverza descreve sua percepção sobre o que envolve os registros, alcançando sua vida particular para explicar seu modo de perceber e utilizar este mecanismo.

⁴⁵⁶ A partir da frase “Mi problema con las clasificaciones es que no son duraderas; apenas pongo orden, dicho orden caduca.” (PEREC, 1985, p.171).

pregos enferrujados./ Acho que essa tarefa lhe dava algum estado.

Estado de pessoas que se enfeitam a trapos./ Catar coisas inúteis garante a soberania do Ser.

Garante a soberania de Ser mais do que Ter.

(MANOEL DE BARROS, 2001)

Uma reflexão em paralelo com o trabalho *Recortes*, realizando alusão aos *pregos* - relatados no poema de Manuel de Barros –, abandonados na paisagem corriqueira do cotidiano vazio de sentido no contexto urbano, quando se é descartável. A singularidade do resto, estático, emancipado ao desamparo. Uma lembrança, memórias esquecidas são unidas à força das imagens registradas a fim de colecionar. Como enfatiza Stéphane Huchet (2004, apud FERVENZA, 2009, p. 60), “a arte tornada fotografia significa a possibilidade de expor todos e tudo a certa semelhança universal, tecnicamente definida e voltada para a precipitação luminosa da imagem, cuja reprodução constitui nosso patrimônio comum: um álbum de imagens”. Imagens de memórias imaginadas, não do objeto da fotografia, mas àquilo que concerne a ele em vivências, memórias ausentes, retiradas, *re-cortadas*⁴⁵⁷ do que um dia veio a ser. Desta forma, afirma Pierre Nora que “[...]é o modo de percepção histórica que, com ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”(NORA, 1993, p.8).

Uma coleção de registros seria o mais conveniente a propor a fuga do armazenamento de uma materialidade voltada para o âmbito intangível? Registro concreto de uma imaterialidade, e aqui explícito melhor: são fotografias que lembram e criam memórias, arquivos da memória. O termo *intangível*⁴⁵⁸ poderia ser pensado como as lembranças desfeitas, que são relatadas no imaginário do pouco que resta nos recortes, neste conjunto de imagens que podem resultar em arquivo. E, será que o imaginário não seria o único meio a explorar quando a ferramenta se trata da fotografia, aumentando o campo a discutir quando se acredita que o ressaltado maior é a “capacidade de inscrever (arquivar), dividir (editar) e deslocar (transferir) materialidades (afetos e pulsões) no tempo” (COSTA, 2009, p.88) O imaginário torna-se então parte da memória, esta que liberta e a possibilita ser prosaica⁴⁵⁹.

A experiência fotográfica para o sociólogo Jean Baudrillard “[...] está mais próxima da origem e das angústias da representação” (BAUDRILLARD, 1998, p.112), voltada a um âmbito artificial de evidência do que nos cerca, e sendo por meio da imagem resultante da fotografia. O autor ainda coloca que: “[...] é o objeto que nos olha e que nos pensa. Ou pelo menos seria assim, se ela não tivesse sido reduzida ao nível de uma prática estética” (BAUDRILLARD, 1998, p.113). Ou seja, mesmo utilizada como ferramenta partindo de uma artificialidade, não contém neutralidade, coexistindo um diálogo entre o indivíduo que fez o registro e a coisa fotografada. Já para Luiz Cláudio Costa, “os registros mostravam ser, portanto, mais um dos muitos desdobramentos processuais do trabalho artístico, isto é, um dos modos de atualização da obra tornada uma dimensão potencial, uma virtualidade.” (COSTA, 2009, p.22). O registro, como meio de atualização do processo poético, em seu alto grau de reprodutibilidade, circulação, transferência, pode ter, segundo o mesmo autor, cinco passos: registro, desdobramento processual, atualização da obra, dimensão potencial e virtualidade. O primeiro, como registro puro: a pulsão que previamente se analisou. O segundo, o desdobramento processual do que era visto e colocado sobre o registro, na materialidade ou no seu conceito. O terceiro, na atualização da obra, implica em sair do campo de estudo, almejando sua maior potência e visibilidade, sendo consequência aqui os itens quatro e cinco, este último possibilitando a maior distribuição do trabalho. Passos que condicionarão os novos tipos de documentos que surgirão semelhantes às novas fontes e problemáticas do historiador

⁴⁵⁷ Grifo da autora. Recortada, referente ao enquadramento da fotografia. Cortada, referente ao que o objeto em questão veio a sofrer.

⁴⁵⁸ Bens Intangíveis considerados como ideias, costumes, crenças, tradição oral, danças, rituais, saberes, etc. (PELEGRINI, 2009).

⁴⁵⁹ “A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica.”

diante de um arquivo ou acervo referente à documentação artística, esta que é permeada de poética e singularidades.



FIGURA 2 – Janaína Tschape, 100 little deaths, 1998.

Fonte: Site da artista.

A artista Janaína Tschape, em seu trabalho em registros denominado de *100 little deaths*⁴⁶⁰ (Figura 2), possui um processo próximo ao trabalho anterior discutido. Diferente do registro sem intervenção, a artista de *100 little deaths* não se absteve somente do que é percebido, o que ocorre é uma irreverência à imagem, onde a artista simula algo em suas fotografias, quando coloca elementos na imagem anteriormente não existentes. Efetua primeiramente o recorte da imagem, trabalhando assim a ausência que antes estava nela, pois “finge” sobre o registro, realiza um simulacro. Já os *recortes* das árvores, quando elevados a registros, passam a dissimular, fingindo não serem meros cortes, dissimulando a presença de algo, sem que necessitasse alteração do espaço.

Tschape constrói a partir de uma reprodutibilidade de imagens, que somadas totalizam-se em arquivos, tornando-se o arquivo da obra. Assim, o arquivo preenchido de repetições não poderia ser denominado como uma coleção? Obras que não são imunes até ao próprio artista na ordenação constante das coisas. E, essa questão pode ser percebida como corriqueira na modernidade: o ato de ordenar o que vinha como caos, em que um necessita do outro para viver, em que caos e ordem são *gêmeos modernos*: “A ordem é o contrário do caos; este é o contrário daquilo. Ordem e caos são gêmeos modernos, foram concebidos em meio à ruptura e colapso do mundo ordenado de modo divino, que não conhecia a necessidade nem o acaso, um mundo que apenas era, sem pensar jamais em ser.” (BAUMAN, 1999, p.12).

A coleção, o arquivamento, a catalogação fazem com que as coisas sejam elevadas a um plano simbólico e arrancadas de sua funcionalidade.

Paralelo à condição da arte que se faz entre objetos e colecionismo dentro de um aspecto poético contemporâneo, uma frase de Walter Benjamin⁴⁶¹ (1995) indica um ponto convergente de diálogo com esta pesquisa quando coloca que “Toda ordem é precisamente uma situação de risco oscilante à beira do precipício.” (BENJAMIN, 1995, p.228). O ato de colecionar traz consigo esta sensação de estar ao precipício, no que tange aquilo que carrega o objeto a ser colecionado, guardado, inserido entre outros iguais e diferentes. Ressaltando sua proximidade com Zygmunt Bauman (1999), o autor termina afirmando que “a existência do ato colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem” (BENJAMIN, 1995, p.228). Então, ao poetizar artisticamente este ato colecionador, o artista tende a não se apegar somente às lembranças, mas a tudo que o material catalogado dispõe, e é neste “tudo” que o artista analisa, cada detalhe miúdo partindo de sua percepção singular. O local em que o artista escolhe, como a circunstância e os desdobramentos imaginativos acerca dos objetos guardados para sua coleção, entre si e o objeto, lembranças e memórias.

⁴⁶⁰ Disponível em: <<http://www.janainatschape.net/>>. Acesso em: 26 ago 2014.

⁴⁶¹ Texto de Walter Benjamin intitulado de *Desempacotando minha biblioteca*. Desenvolve um pensamento sobre o ato de ordenar as coisas, propondo uma reflexão sobre coleção. (1995)



FIGURA 3 – Katherini Coelho, *Procuro paredes descascando*, 2010

Fonte: Autora.

Entre pensamentos e memórias criadas, o trabalho *Procuro paredes descascando* (Figura 3) é outro exemplo de materialidade presente hoje na arte, a frase disposta foi publicada como anúncio de jornal e distribuído em panfleto. Espaços desbravados pelo movimento e experiências Fluxus, quais desde as décadas de 60 e 70 passaram a ganhar seu espaço no meio da arte de forma diferenciada, através de uma ferramenta fugidia. Como enfatiza Ana Paula Felicíssimo (2009), situando-os com a peculiaridade de Duchamp, pois “Criavam-se assim, zonas e territórios indefinidos, nos quais elementos e ingredientes antes marginais ou não-artísticos assumiam papel central, numa produção interativa, orgânica, porosa e viva. (LIMA, 2009, p.41)

A arte passa a habitar *territórios indefinidos* estando *a favor da poesia*. E foi esta característica Fluxus que percebi como mais interessante, por sua carga abrangente, profunda na sua ideia e conceito, ao mesmo tempo prática, envolvendo movimento e circulação, mesmo que em situação de projeto.



FIGURA 4 – *Paredes descascando*, 2010.

Fonte: Autora.

Trabalho processado como intervenção urbana (lambe-lambe), de imagens que foram registros, mas agora realocado e disposto em licença poética direta com as próprias paredes, em sua materialidade, através do registro do cotidiano. Neste aspecto, George Perec (2008) define os locais que retira seu conhecimento, é no “mundo circundante, minha própria história, a linguagem, a ficção [...]”⁴⁶² Lugares que atravessam seu campo de vivência, naquilo tudo que o é circundante. De modo semelhante, os registros foram feitos de passagens rotineiras.

O grupo Poro⁴⁶³, coletivo de arte mineiro que remete a tudo que se atém o olhar contemporâneo. O grupo parte de imagens em seus azulejos de papel com padrões gráficos de azulejos antigos (quase ladrilhos portugueses) e com um *virtuosismo técnico* elaboram seu material impresso para a colagem urbana. O trabalho proporciona prazer e estranhamento para quem perceber a delicadeza da intervenção dos azulejos de papel no espaço degradado de muros e paredes: “E, por não ser do meio das artes, toco essas peças com cuidado, afinal são azulejos, mas com alguma suspeita familiaridade, são de papel.” (PORO, 2011, p.51) Neste mesmo âmbito de estranhamento está o trabalho *Paredes Descascando* (Figura 4).

⁴⁶² “el mundo circundante, mi propia historia, el lenguaje, la ficción [...]” (PEREC, 2008, p.17. tradução livre)

⁴⁶³ http://poro.redezero.org/downloads/ebook_poro.pdf Acesso em: 26 ago 2014.

É de se enumerar a quantidade de artistas que trabalharam com aspectos de materiais e locais antigos em seus trabalhos. Inventariam coisas ao seu redor, realizam coleções de materiais para elaborar futuros trabalhos. O *antigo*, o que é obtido como retrospectivo está em ascensão casa vez mais que o *novo* se mostra catastrófico, pois ao mesmo tempo em que cria funcionalidades, destrói símbolos e signos. Assim, trabalhos em fotografia, há um campo poético imenso sobre registros de coisas e locais envelhecidos. Le Goff (1990), explica como que o ‘recente’, oposto a ‘passado’, tem também lugar, numa linha de evolução positiva; mas quando, no século XIX, o substantivo engendra um verbo e um adjetivo – “progredir”, “progressistas” –, “moderno fica de certo modo excluído, desvalorizado.” (LE GOFF 1990, p.179)

Retornando então ao antigo e deteriorado, o artista Eric Watier (2011), elabora um inventário de destruições⁴⁶⁴, “listando artistas que queimaram, destruíram, jogaram fora ou abandonaram seus trabalhos”. (DIAS, 2012. p.29). Instigante sua atualização em utilizar o método de inventariar objetivamente, e a sua percepção voltada ao que não se costuma prover espaço e aparição, sobre destroços e restos na prática artística. Ou seja, como acredita Pierre Nora (1993) sobre a memória, quando presa à ideia de sagrado, que “a história a liberta, e a torna prosaica” (NORA, 1993, p.9). A arte por sua vez, une a matéria, a memória e a história, afim de novas criações. Em que concomitantemente a história pensa em uma “história da história” (NORA, 1993, p.10).

Processo poético: o registro documento

Segundo Arthur Danto (2006), o trabalho artístico desde a modernidade não tenta seguir o princípio estético, pelo contrário, o subtrai em prol de uma conceptualização, a qual o mesmo colocará em grau de maior relevância: “Visto que existe um espectro de arte contemporânea que, talvez, a distinga de toda a arte feita desde 1400, suas ambições principais não são estéticas [...] e, portanto o domínio principal de toda essa arte não é o próprio museu [...]” (DANTO, 2006, p. 204). Paul Ardenne (2006), em pensamento próximo ao de Danto (2006), afirma que: “Atentar contra a política tradicional da visão que o sistema de arte instaura, sem surpresa, é também para o artista explorar vias sensoriais, prelúdio a uma investigação inédita do sensível.”⁴⁶⁵ (tradução livre)

Por isso se faz necessário pensar na realização de documentações e arquivos sobre a arte em todos os caminhos que percorre. Desde registros, a escritos, um arsenal de sua feitura e o que puder estar registrado do processo artístico, por vezes, permitido pelo artista. Tudo pode fazer parte do arquivo, em todos os âmbitos, inclusive o que próprio renega, pois, “Não há arquivo sem lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior.” (DERRIDA, 2001, p.22)

Como coloca Luiz Cláudio da Costa: “O registro mostra esta dupla condição de obra de arte contemporânea: fazer passar para que algo permaneça e ser uma potência virtual para seu próprio desdobramento.” (COSTA, 2009, p.83). Para que o trabalho *permaneça*, por ser uma performance, um trabalho efêmero. Para que seja *uma potência virtual*, que sua documentação seja fonte de novos *desdobramentos*, ou seja, dispositivos para outras reflexões, no mínimo seu arquivamento documental, para sua existência prolongada, mas não eterna, sendo apenas uma evidência de existência. Existências quais “Entendemos que a cidade desempenha papel fundamental na constituição do imaginário contemporâneo. Basta lembrar que nove décimos das imagens sedimentadas em nosso inconsciente originam-se daí.” (FREIRE, C., 1997, p.110)

⁴⁶⁴ Eric Watier, “L’inventaire des destructions”, 2011. | 40 p. | 204 x 289 mm. Fotocópias.

⁴⁶⁵ “Atentar contra la política tradicional de la visión que el sistema del arte instaura, sin sorpresa, es también para el artista explorar vías sensoriales, preludio a una investigación inédita de lo sensible.” (ARDENNE, 2006, p.23)

O detalhe de percepção desta compreensão do urbano fora proveniente da leitura poética da Constituição de 1988, especificamente o artigo 216, que diz sobre o patrimônio cultural brasileiro, “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988). Destacando os itens I e II, que relatam sobre *as formas de expressão, e os modos de criar, fazer e viver*. O parágrafo 1, mais importante de se ressaltar, quando diz que “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários, registros**, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento. [...]” (BRASIL, 1988)

De tudo o que está descrito como patrimônio cultural, se enquadra também o desdobrar presente na arte contemporânea como no parágrafo citado, qual discorre que é dever do *poder público*, mas agindo com a *comunidade*, uma proteção dessas expressões, de modo que se protejam essas memórias e bens. De modo, também indicado entre inventários e registros. Ou seja, se os órgãos detentores desta escolha, ao realizarem suas funções de promover e preservar o patrimônio, não se preocuparem com esta arte fugidia do que seguem seus parâmetros tradicionais, algo há de ser feito, e alguém terá que efetuar esta escolha, a elaborar arquivos e documentos. Percepções individuais com a intenção de obter uma documentação ampla e singular, de imagens urbanas pertencentes a todos, mas por vezes, apenas àqueles que as observam. A ideia parte basicamente de percebemos as coisas que pertencem aos nossos olhos e sentidos cotidianos. Aquilo que mesmo exposto à margem da sociedade, possui seu mérito de feito e criação artística, ou, a uma ação subversiva aos símbolos, formas e ações mais “permitidas” pela conduta social, unido a novo imaginário urbano.

Passamos a designar tudo o que nos rodeia com termos e teorias, mais especificamente enquadrando, colocando entre duas ordens básicas as quais dividimos sempre entre *Ordem* e o *Caos*. Desenvolvemos um vício na fragmentação do mundo que nos rodeia, talvez pela finalidade de poder, uma falsa sensação de ter domínio, para esses pequenos poderes hierárquicos os quais todos possuem. E, não obstante, segundo Zygmunt Bauman: “[...] a taxonomia, a classificação, o inventário, o catálogo e a estatística são estratégias supremas da prática moderna”. (1999, p.23)

Outra referência teórica está em Jacques Le Goff (1990), historiador, que no livro “História e Memória” apresenta muitas reflexões importantes para o projeto *Patrimônio Marginal*, como carga de visualização da importância deste arquivamento de ações urbanas. Além da citação de Fustel de Coulanges (1990), retirada deste livro, qual fala sobre a história que está presente em tudo que o homem deixou. Le Goff (1990), pensador moderno, em diálogo com Coulanges (1990), completa que a “memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados.” (1990, p.532). É neste viés sobre o banco de dados que é necessário se pensar sobre uma vasta produção de projetos que façam acontecer a criação de um ‘acervo marginal’, mas não deixando de ter a característica de documento. Desse modo, quando se possui um catálogo de expressões urbanas consideradas artes ou expressões marginais, que não serão tão cedo consideradas patrimônios pelas instituições, é possível elaborar um desdobramento dessas leituras de prática pública, para o âmbito processual prático de todos. E, que primeiramente, catalogar via registro é dar inicial visibilidade retirando do silêncio, assim gerando arquivos de memórias, ocasionado uma possibilidade posterior às diversas desmistificações históricas e sociais.

Referência

ARDENNE, Paul. **Un arte contextual**: Creación artística en medio urbano, en situación, de intervención, de participación. Flammarion, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **O paroxista indiferente**: conversas com Philippe Petit. Lisboa: Edições 70, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter, BARBOSA, José Carlos Martins. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

BARROS, Manoel. **Tratado geral das grandezas do ínfimo**. Record. 2001.

_____. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília, 2000.

COSTA, Luiz Cláudio. Uma questão de registro. In: COSTA, Luiz Cláudio. (Org.). **Dispositivos de registro na arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/FAPERJ, 2009.

_____. O registro na arte contemporânea: inscrições de visibilidades, discursos e temporalidades como séries da obra. In: COSTA, Luiz Cláudio. (Org.). **Dispositivos de registro na arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/FAPERJ, 2009.

DANTO, Arthur. **Após o fim da arte**. A arte contemporânea e os limites da história. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2001.

DIAS, Aline. **O trabalho com(o) fracasso**. Florianópolis: Corpo, 2012.

FERVENZA, Hélio. Registros sobre deslocamentos nos registros da arte. In: COSTA, Luiz Cláudio. (Org.). **Dispositivos de registro na arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/FAPERJ, 2009.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997.

LANCRI, Jean. Colóquio sobre metodologia de pesquisa em artes plásticas nas universidades. In: BRITES, Blanca; TESSLER, Elida (Orgs). **O meio como ponto zero**: metodologia em artes plásticas. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. Coleção Visualidade; 4.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990.

LIMA, Ana Paula Felicissimo de Camargo. **Fluxus em museus**: museus em Fluxus. Campinas, SP : [s. n.], 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PEREC, George. **Pensar/clasificar**. Barcelona: Gedisa, 2008

Design e lugares de memória no espaço urbano: estudo exploratório sobre a paisagem tipográfica da cidade de Pelotas

Daniela Velleda Brisolara⁴⁶⁶

Raquel Paiva Godinho⁴⁶⁷

Fabiana Mendes de Mendonça⁴⁶⁸

Angélica Lacerda Rocha⁴⁶⁹

Resumo

A história e cultura de um lugar estão impressos em seu patrimônio material e imaterial. Os prédios e monumentos de uma cidade são exemplos de patrimônio material que se tornam locais de memória, pois são responsáveis por deter o tempo impedindo que o passado se perca no esquecimento. O acervo arquitetônico da cidade de Pelotas guarda um quadro que revela a pujança da sociedade pelotense no final do século XIX e as características da identidade cultural e da influência européia. Reconhecendo-se a importância da tipografia como elemento de identidade e significação, o projeto de pesquisa “Paisagens Tipográficas Pelotenses: estudo exploratório sobre a tipografia no espaço urbano” surge com o intuito de identificar e classificar, em sua primeira etapa, as tipografias perenes presentes nestes locais. A pesquisa pretende catalogar os dados obtidos em acervo digital para funcionar como material de consulta e fomento a novas pesquisas e desdobramentos.

Palavras-chave: Tipografia; Design; Memória; Patrimônio; Cultura.

Introdução

Este trabalho apresenta parte do desenvolvimento da pesquisa “Paisagens Tipográficas Pelotenses: estudo exploratório sobre a tipografia no espaço urbano”, realizada na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, região sul do Brasil. O estudo tem como objetivo investigar os diferentes tipos de paisagens tipográficas em determinadas regiões urbanas da cidade de Pelotas visando uma melhor compreensão da tipografia enquanto informação histórica e cultural.

Lynch (1997) aponta, dentre outras coisas, os elementos gráficos como formadores da identidade visual, estética e cultural das cidades, funcionando tanto como indicadores de fluxos urbanos e processos de wayfinding (GIBSON, 2009), quanto como “marcos que identificam e nomeiam pontos da cidade, auxiliando na definição de sua estrutura informacional”. (GOUVEIA, FARIAS, PEREIRA & BARREIROS, 2007, p.2). Além disso, os usos, costumes e características próprias de um determinado contexto cultural podem fornecer informações importantes para o desenvolvimento de projetos orientados à inovação. Para além do revivalismo ou da estagnação da cultura material, essa perspectiva promove o reconhecimento desta herança cultural e incentiva o designer a “investigar as possibilidades de incorporação de aspectos característicos da sua identidade cultural, utilizando-os como ponto de partida para novas ideias, tendências e objetos” (GUTERREZ, 2011).

O espaço urbano é, assim, permeado por letras, números e sinais que constituem sua ‘paisagem tipográfica’ e que podem ser entendidos como parte do discurso semiótico e identitário das cidades. Tipografia, neste contexto, deve ser entendida em sentido amplo, abarcando diferentes processos de criação e reprodução, em diferentes formas e suportes (FARIAS, 2001; GOUVEIA, FARIAS, PEREIRA & BARREIROS, 2007; BAINES & DIXON, 2003).

⁴⁶⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, danibrisolara@pelotas.ifsul.edu.br

⁴⁶⁷ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, raquelpg@pelotas.ifsul.edu.br

⁴⁶⁸ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, fabi.mendonca3@gmail.com

⁴⁶⁹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, angelicalacerदारocha@gmail.com

Considera-se, assim, que essas paisagens e elementos tipográficos devam ser reconhecidos como característicos e importantes na composição do patrimônio material da cidade. Da mesma forma que as edificações e os monumentos, estes marcos tipográficos - materializados na forma de placas de ruas, tampas de bueiros, inscrições em placas comemorativas, inscrições arquitetônicas nominativas ou monogramas em platibandas de edifícios - constituem um acervo significativo e representativo no conjunto urbano. Candau (2011) afirma que

a memória e a identidade se concentram em lugares, e em “lugares privilegiados”, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo. A razão fundamental de ser de um lugar de memória, como observa Pierre Nora, “é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte”. A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: “toda unidade significativa, de origem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (op. cit., p. 156).

Levando em conta a ideia de detenção do tempo ou bloqueio do trabalho do esquecimento, é interessante observar que estes elementos incrustados na cidade, no caso de Pelotas, em geral reforçam a identificação com um período, que diz respeito àquele período considerado de maior desenvolvimento e abundância econômica da cidade. Assim, serão encontrados registros tipográficos especialmente em casarões ecléticos do século XIX e elementos urbanos e edificações do início do século XX. Esse reforço ao patrimônio já estabelecido permite que se construa uma identidade calcada, muitas vezes, no período de apogeu e bonança local.

Mas o que significa a forma desses elementos da cidade? Quais os métodos de análise dessas formas urbanas? É possível identificar estilos e valores? Este tipo de questionamento norteia a pesquisa aqui apresentada, cujos dados gerados devem permitir a identificação de especificidades culturais e a comparação de casos em locais e tempos diferentes.

Neste intuito, a investigação se pauta em estudos sobre as ‘Paisagens Tipográficas’ que vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos em várias cidades brasileiras, tais como os projetos ‘Tipografia Arquitetônica Paulistana’, ‘Paisagens Tipográficas’, ‘Tipografia Arquitetônica Carioca’ e ‘Memória Gráfica Brasileira’, os quais apontam uma série de métodos para coleta, tratamento e análise de dados concernentes à tipografia no espaço urbano, como o estabelecimento de rotas e fichas de pesquisa de campo (GOUVEIA et al, 2006; FARIAS, GOUVEIA & SOLOMON, 2009; LANGONE, 2012).

Em Pelotas/RS, o projeto “Memória Gráfica de Pelotas: 100 anos de Design”⁴⁷⁰ tem investigado o desenvolvimento do design gráfico impresso na cidade, gerando protocolos de pesquisa específicos e pertinentes ao estudo da tipografia e seus aspectos memoriais. Também um estudo piloto realizado em Pelotas/RS (LANGONE, 2012), com enfoque na tipografia arquitetônica nominativa, é tomado por base da presente proposta, sinalizando alguns caminhos. Outra iniciativa, a partir de uma atividade de ensino na disciplina de Tipografia, do curso de Bacharelado em Design do IFSul – Campus Pelotas, procurou delinear as primeiras impressões sobre a ‘paisagem tipográfica pelotense’, realizando registro

⁴⁷⁰ O projeto “Memória Gráfica de Pelotas: 100 anos de Design”, originalmente denominado “Memória Gráfica: in/ex pressões em resgate”, foi idealizado, em sua primeira versão, pela autora/coordenadora da pesquisa apresentada neste artigo, professora Daniela Brisolara, juntamente com a professora Ana Bandeira, quando ambas exerciam atividades docentes no curso de Design Gráfico do Instituto de Artes e Design (hoje Centro de Artes) da UFPel (BANDEIRA & BRISOLARA, 2010). Em versão ampliada e atualizada e constituído por um grupo de pesquisa orientado às ações de preservação e conservação de documentos de perfil histórico, o projeto Memória Gráfica de Pelotas: 100 anos de Design, atualmente coordenado pelo professor Dr. João Fernando Igansi, “propõe identificar, categorizar e analisar as fontes bibliográficas e respectivos dados sobre o desenvolvimento do Design Gráfico em Pelotas durante o século XX a partir das fontes de periódicos impressos localizadas no Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense, organizando seus respectivos resultados em artefatos impressos e eletrônicos que garantam a guarda dos seus originais e respectivo acesso das informações sobre o desenvolvimento do Design local” (Fonte: <http://www2.ufpel.edu.br/iad/memoriagraficadepelotas/sobre.htm>).

fotográfico de diferentes categorias (situadas em regiões centrais delimitadas), mas ainda sem catalogação ou análise.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa considera as diferentes categorias de 'paisagens tipográficas' determinadas por Gouveia & Farias (2007; apud GOUVEIA, FARIAS, PEREIRA & BARREIROS, 2007, p.3), as quais seriam formadas por tipos diversos de inserção, evidências históricas e com diferentes tipos de permanência, a saber:

1. **Tipografia arquitetônica:** inscrições perenes, tais como o nome e o número de um prédio, geralmente planejadas e construídas junto com o edifício;
2. **Tipografia honorífica:** inscrições projetadas para homenagear personagens ou fatos históricos relevantes tais como aquelas presentes em monumentos públicos em geral.
3. **Tipografia memorial:** inscrições fúnebres encontradas em espaços urbanos circunscritos, tais como lápides em igrejas ou cemitérios.
4. **Tipografia de registro:** inscrições oficiais de empresas públicas ou privadas, tais como prestadoras de serviços de telefonia e saneamento, geralmente localizadas em grades e tampas.
5. **Tipografia artística:** manifestações artísticas realizadas sob encomenda, que fazem uso da tipografia, tais como pinturas e esculturas em formato de letras, presentes em algumas cidades.
6. **Tipografia normativa:** inscrições que configuram sistemas reguladores e informativos do tráfego urbano, tais como sinais de trânsito e placas de logradouro;
7. **Tipografia comercial:** inscrições efêmeras, tais como aquelas presentes em pontos comerciais, acrescentadas posteriormente aos edifícios, e, na maioria das vezes, substituída periodicamente;
8. **Tipografia acidental:** inscrições não-oficiais ou não-autorizadas, tais como grafites e pichações, muitas vezes executadas sem planejamento e à revelia da vontade dos arquitetos, construtores e proprietários dos edifícios.

Dentro do escopo da presente investigação, nesta primeira etapa da pesquisa, são consideradas apenas as categorias de inscrições perenes (números 1, 2, 3, 4 e 6), trabalhando de 2 a 4 destas categorias (Tipografia Arquitetônica, Tipografia Honorífica, Tipografia Normativa e Tipografia de Registro). A abrangência geográfica da pesquisa foi definida a partir das 4 (quatro) Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPC (figura 1) determinadas pela lei municipal nº 4568/200 que busca manter a integridade de espaços urbanos com características históricas e culturais importantes. As rotas para o levantamento dos dados foram definidas a partir de um levantamento fotográfico piloto percorrendo as ZPPCs.

Pelo fato do centro urbano de Pelotas ter surgido no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, esta é a região com maior relevância patrimonial, a ZPPC 2. No entanto, foi constatado que há registros tipográficos importantes em outras regiões, tornando-se indispensável uma demarcação de rotas mais abrangentes (figura 2). O grupo percorreu as rotas por 3 dias fazendo o levantamento dos dados e registro fotográfico. Após observação dos resultados, optou-se pela definição, não de rotas demarcadas em determinadas ruas, mas pela 'varredura' geral das ZPPCs, abarcando sua totalidade. Sendo assim, o grupo realizou o levantamento e o registro fotográfico dos dados encontrados em campo, percorrendo todas as ruas de cada uma das ZPPCs.

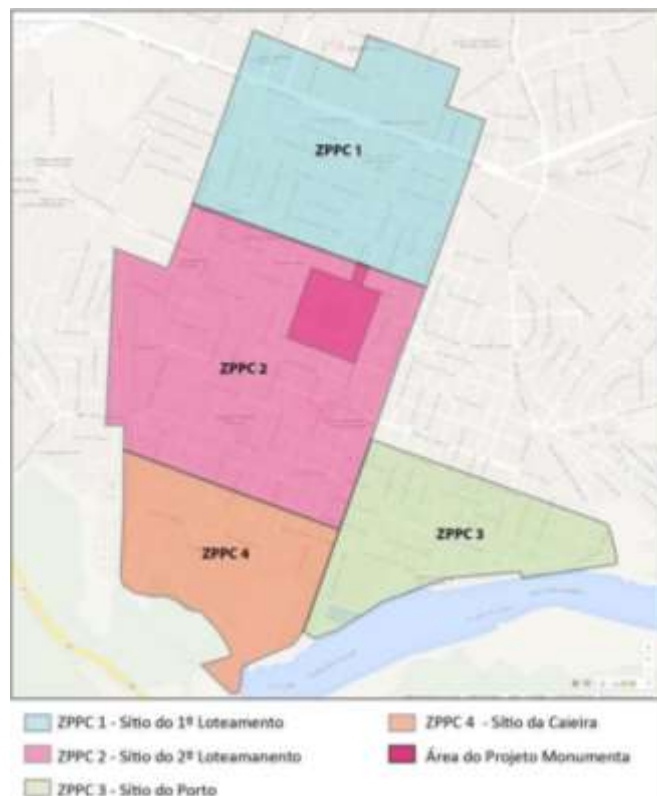


FIGURA 6 - Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural
 Fonte: Material desenvolvido pelo grupo de pesquisa a partir do acervo da SECULT.

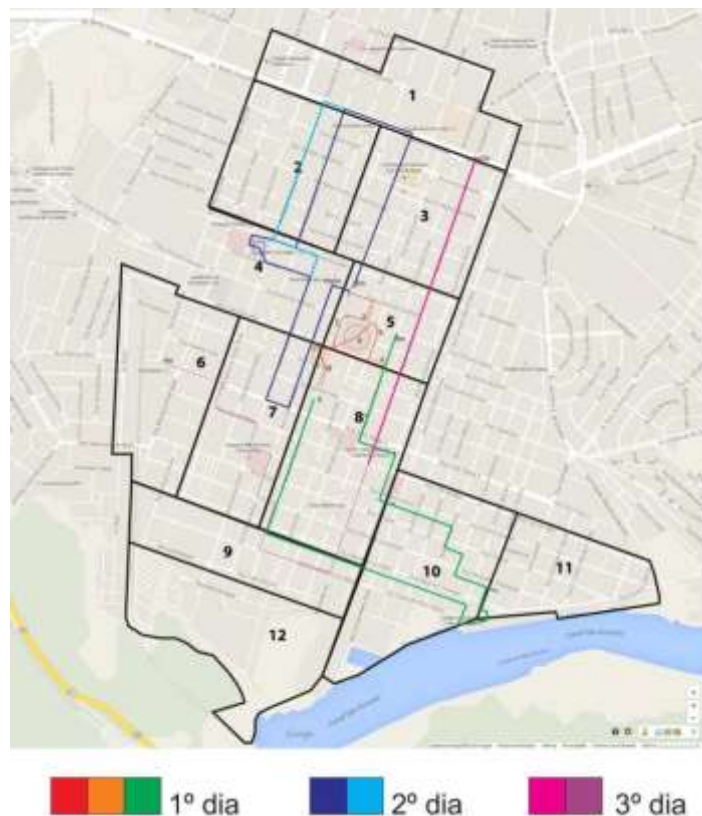


FIGURA 7 – Rotas de levantamento das tipografias de cada dia.
 Fonte: Material desenvolvido pelo grupo de pesquisa a partir do acervo da SECULT.

Na primeira etapa da investigação o enfoque da pesquisa é voltado a duas categorias específicas de tipografias perenes, a Tipografia Arquitetônica e a Tipografia de Registro. Abaixo seguem alguns registros fotográficos de tipografias arquitetônicas, encontradas em fachadas

de prédios históricos (figuras 3, 4 e 5) e inscrições de tipografia de registro encontradas em tampas das redes de esgoto, nas ruas de Pelotas (figuras 6 e 7).



FIGURA 8 – Inscrição da fachada do Mercado Público.
Fonte: Acervo da pesquisa



FIGURA 9 – Inscrição da fachada do Teatro Guarany.
Fonte: Acervo da pesquisa



FIGURA 10 – Monograma e numeração em fachada de prédio histórico.
Fonte: Acervo da pesquisa



FIGURA 11 – Inscrição em tampa de esgoto.
Fonte: Acervo da pesquisa



FIGURA 12 – Inscrição em tampa de esgoto.
Fonte: Acervo da pesquisa

A partir do levantamento e seleção das imagens, vêm sendo desenvolvidas e aprimoradas as fichas de catalogação e análise, que visam evidenciar, além da identificação de estilos tipográficos e características concernentes à tipografia, também os dados sobre a edificação, localização, arquitetos, construtores, empresas, materiais utilizados, usos, datas e considerações históricas.

A estruturação dessas fichas pretende viabilizar a análise das ocorrências tipográficas do espaço urbano pelotense sob a perspectiva do design, identificando possíveis relações estéticas e identitárias nestes lugares muitas vezes não percebidos.

Considerações finais

A pesquisa justifica-se por sua relevância histórica e memorial, além, evidentemente, dos aspectos concernentes ao design da informação, revelando dados importantes sobre a configuração visual-gráfica do ambiente construído e sobre a significação de seus elementos (tipo)gráficos. Como produto resultante da primeira etapa da pesquisa têm-se a catalogação, vetorização e análise de parte da 'paisagem tipográfica pelotense', sistematizadas em acervo digital, possibilitando a troca e complementação de informações com outras pesquisas. Como continuidade e desdobramentos, a pesquisa visa a investigação das demais categorias de paisagens tipográficas pelotenses, sua sistematização em acervo digital e publicação impressa.

Referências

- BAINES, Phil & DIXON, Catherine. **Signs: lettering in the environment**. London: Collins Design, 2003.
- BANDEIRA, Ana da Rosa; BRISOLARA, Daniela Velleda. **Das in/ex pressões em resgate a um século de Design em Pelotas: a pertinência de um estudo interdisciplinar**. Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: Memória, patrimônio e tradição. Pelotas: UFPel, 2010.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- FARIAS, Priscila Lena; GOUVEIA, Anna P. S.; SOLOMON, Carlos X. A. **Fichas de pesquisa de campo para estudo da tipografia nominativa na arquitetura carioca**. InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação, v.6, n.2, p. 7-15, 2009.
- GIBSON, David. **The Wayfinding Handbook: Information Design for Public Places**. New York: Princeton Architectural Press, 2009.
- GOUVEIA, Anna Paula Silva; FARIAS, Priscila Lena; PEREIRA, André Luiz Tavares; GALLO, Haroldo; & FERNANDES, Luiz Alberto. **Tipografia arquitetônica paulistana: resultados de um estudo piloto**. Anais do 7º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. Curitiba: AEND Brasil, 2006.
- GOUVEIA, Anna Paula Silva; FARIAS, Priscila Lena; PEREIRA, André Luiz Tavares; & BARREIROS, Gabriela. **Paisagens tipográficas: lendo as letras na cidade**. InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação, v.4, n.1, p. 1-12, 2007.
- GUTIERREZ, Maria José Rocha. **Design e Herança Cultural: “pensar local” para “agir global”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitetura. Lisboa, 2011.
- LANGONE, Roger Leal. **Inscrições Tipográficas Nominativas nos Prédios Históricos da Cidade de Pelotas/RS, Brasil**. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. UFMA: São Luís, 2012.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

Cinema: inter-relações pela construção de um lugar de memória

Bruna Facchinello⁴⁷¹

Tatiana Lebedeff⁴⁷²

Resumo

O presente artigo busca compreender as relações existentes entre memória e cinema na construção de uma memória coletiva. Para tanto, é necessário incluir as relações entre ambas às áreas e a história, já que, em muitos casos, estes campos caminham lado a lado. O objetivo principal deste trabalho é explorar as possibilidades de ter no cinema um lugar de memória como os caracterizados por Pierre Nora. Será discutido, de maneira específica, o cinema e a sua função enquanto formador de memória coletiva, principalmente através do uso pedagógico das produções brasileiras e enquanto lugar de memória, através de suas múltiplas capacidades.

Palavras-chave: Cinema, Memória, Lugares, Identidade, História.

Introdução

É delicado estabelecer quando e com quem o cinema teve início já que desde o final do século XVIII já haviam variados experimentos ópticos tentando chegar a uma eficácia visual maior. No entanto, o dia 28 de dezembro de 1895 recebe o grande mérito e estabelece o marco inicial da história do cinema com o cinematógrafo dos irmãos Lumière. Foi através de uma curta exibição de dez filmes com cerca de um minuto cada, sendo destaque entre eles *A Chegada do Trem a Estação Ciotat*, que o mundo, por meio dos trinta pares de olhos dos espectadores que participaram da sessão, conheceu o cinema.

Quase um ano após a estreia dos irmãos Lumière em Paris, chega ao Rio Grande do Sul o cinematógrafo exibindo “vistas animadas”. As primeiras imagens em movimento captadas pelos cinematógrafos ainda não recebiam o nome de filmes, mas sim vistas já que, em sua maioria, tratavam da captura de paisagens rurais e urbanas. O cinema alcançou o estado com rapidez, as salas de cinema se multiplicaram e logo o fenômeno das imagens em movimento atingiu o grande público gaúcho. Em 1909, Eduardo Hirtz iniciou a produção do primeiro filme de enredo do RS, *Ranchinho do Sertão*, cujo tema era a vida campeira tendo como plano de fundo a Revolução Farroupilha.

Logo o cinematógrafo recebeu melhorias, iniciou-se a fabricação das primeiras câmeras filmadoras e, com elas, os registros amadores em vídeo. Não tardou para que os inventores percebessem que havia no cinema potencial em, mais do que registrar hábitos rotineiros da sociedade, capturar as imagens que permeiam o imaginário. Desta forma, foram realizadas as primeiras obras ficcionais. Repletas de magia, com personagens aparecendo e desaparecendo diante da câmera, os alienígenas e naves espaciais de Georges Méliès⁴⁷³ expuseram o imaginário de um indivíduo ao conhecimento social, episódios que até então só haviam sido contados e ilustrados pela literatura.

Com *Nanook, O Esquimó* (1922) o cinema deu outro grande passo ao exibir o primeiro filme documentário. Robert Flaherty e sua equipe acompanharam os hábitos de uma família da nação inuit e trouxeram à tona a realidade deste povo que para a época era ainda desconhecido e selvagem. No entanto, hoje o filme de Flaherty não se enquadra mais no gênero documental porque, como o próprio diretor assumiu, houve encenação de cenas para retratar com maior romantismo e enriquecer o filme com hábitos que causassem maior fascínio ao público.

⁴⁷¹ Universidade Federal de Pelotas, brunacine@yahoo.com.br

⁴⁷² Universidade Federal de Pelotas, tblebedeff@gmail.com

⁴⁷³ Marie-Georges-Jean-Méliès, de 1861 à 1938, ilusionista francês e precursor do cinema, usava efeitos fotográficos para criar mundos fantásticos.

Barros (2012) sugere que um filme não propõe oferecer um entendimento histórico completo e factual, mas o que ele proporciona é uma leitura do assunto que retrata. Esta leitura pode ser tanto da época que contextualiza a narrativa fílmica (do fato histórico) quanto da sociedade que a representa através de suas cinematografias (da sociedade contemporânea por trás da câmera).

Desta forma, um filme seja ele de caráter ficcional ou documental, é um instrumento de valor histórico como expresso por Barros e Nóvoa (2012), com potencial historiográfico sobre quem fala (a equipe cinematográfica), sobre do que fala (o assunto fílmico) e sobre para quem fala (o público). Nichols (2005) entende que narrativas documentais e ficcionais por vezes se confundem e se entrelaçam em prol de novas construções cinematográficas, alvo de anseio de muitos cineastas. Portanto, é necessário perceber que filmes permitem leituras historiográficas e documentais para que de fato sejam classificados enquanto documentos.

Desta forma, o presente artigo propõe refletir acerca das percepções que podemos extrair do cinema no âmbito dos estudos memoriais. Buscar-se-á, portanto, compreender de que formas o cinema pode agir como lugar de memória explorando quais são seus instrumentos e competências memoriais.

Cinema, transmissor de memória coletiva

Uma breve leitura sobre a história do cinema permite perceber que filmografias de caráter histórico ou alusivo a fatos históricos foram bem quistos desde o princípio. É fato que, para o melhor desenrolar da trama é necessário fazer alguns reenquadramentos. O cinema possui variados mecanismos narrativos podendo dar saltos no tempo, retroceder ao passado e depois viajar ao futuro. No entanto, narrar a história da humanidade fazendo justiça em contar os dois lados de um mesmo fato em pouco menos de duas horas não é uma tarefa fácil e, muitas vezes, nem possível. Ou seja, o filme sempre que aborda um episódio histórico acaba por escolher o que pretende lembrar e o que pretende não mencionar ou esquecer sobre determinado evento.

A partir do momento em que somos, no ato do fazer o filme, capazes de deliberar seu gênero e classificá-lo enquanto filme histórico ou épico estamos conscientes que há uma ruptura entre o tempo de produção e o tempo retratado pelo filme. É na necessidade de preencher o vazio desta ruptura que se constrói o filme histórico. É o desejo pela valorização de certas memórias, pela imortalização através da película.

Uma forma sagaz que o cinema encontrou para colocar de forma evidente as memórias que o filme deseja valorizar e transmitir e as memórias que deseja apagar e colocar em declínio são as definições e distinções entre dois personagens: o protagonista e o antagonista. De forma popular, o mocinho e o vilão. O mocinho será sempre a vítima cuja família e todos quem ama sofre por consequência das ações do vilão. Serão mostrados apenas os atos bons do mocinho assim como apenas as más atitudes do vilão. Desta forma, o cinema pode engrandecer um e macular outro. Pintar os santos e os demônios da história.

Em cada país o cinema nacional instaura quem é o protagonista e antagonista de cada fato histórico, podendo estar de acordo com os interesses políticos, sociais e mercadológicos dos seus governantes. Há pelo menos quarenta anos estes heróis e vilões vem sendo transmitidos pelo emprego do cinema como ferramenta pedagógica em salas de aula do Brasil, processo que fora facilitado após a criação dos Annalles. Desta forma, o filme ultrapassa sua função de produto artístico e lazer e se torna um suporte capaz de transmitir conhecimentos e estabelecer um posicionamento único, para toda uma nação, diante dos acontecimentos, um moderador da memória coletiva.

O conceito de “memória coletiva” foi cunhado por Maurice Halbwachs, que estudou o comportamento humano no âmbito memorial. Para o autor, a memória é um fenômeno que ultrapassa o indivíduo, ela é social e em constante modificação. Halbwachs (1990) propõe que

a memória social é de domínio de toda a sociedade e que pode sofrer interferência de grupos de indivíduos enquanto a memória coletiva é desenvolvida por alguns destes grupos de pessoas. Desta forma, o autor explicita a importância da memória social e coletiva para construção identitária do ser enquanto membro de um determinado grupo ou comunidade.

A utilização de filmografias ocorre tanto em escolas públicas quanto privadas no Rio Grande do Sul e funciona como um aparato complementar às ferramentas de ensino tradicionais. O uso de filmes de produção gaúcha que retratam a Revolução Farroupilha é empregado mais de uma vez durante as disciplinas de história podendo ser repetido a cada ano nas vésperas do vinte de setembro. Embora o estado tenha perdido a guerra, os filmes que tem como enredo a Revolução trabalham a imagem do gaúcho de forma a não retratá-lo como um perdedor. Mas, sim como um guerreiro, forte e destemido. Desta forma, filmes com esta temática corroboram na transmissão, às jovens gerações, de um sentimento de “identidade gaúcha”.

Candau (2011) salienta que a memória é ambivalente para a formação identitária do indivíduo e pode, simultaneamente, organizar e desorganizar na busca de uma imagem satisfatória de si mesmo. É fato que nunca foi retratado, por um cineasta gaúcho, as “façanhas” que não trazem orgulho ao estado, como o momento da batalha dos Lanças Negras, na qual os trabalhadores escravos foram colocados para morrer na linha de frente sob promessa de liberdade. Os filmes da Revolução Farroupilha podem fazer esquecer as tristezas da guerra e, até mesmo, a derrota, fazendo evocação ao orgulho gaúcho. Como sugere Candau, precisamos de uma história em que possamos acreditar para chamá-la de verdade.

Dentre as definições de Jean Peyrott (1983) a respeito da bagagem carregada pelas imagens encontramos as capacidades de educar julgamentos através do respeito a sociedades de distintas épocas, avaliar os fatos com maior propriedade crítica, induzir a criação de uma consciência política e comunicar uma memória coletiva transmitindo o espírito do grupo de uma geração para a outra.

Le Goff (2008) compreende a memória coletiva como um objeto de poder pelo qual um governo, estado ou soberania pode se favorecer. Desta forma, há no cinema uma força de sustentação desta memória já que a imagem, por mais ficcional que seja, sempre contém uma verdade.

O fenômeno do cinema se transformou rapidamente em um excelente meio para dominar corações e mentes, criando e manipulando as evidências, elaborando uma realidade que quase nunca coincide objetivamente com o processo histórico que pretende traduzir. A realidade-ficção do cinema promove, de fato, as leituras e as interpretações das camadas sociais que, direta ou indiretamente, controlam os meios de produção cinematográfica. (NÓVOA, 2012, p.35)

Entendendo o Cinema enquanto Lugar de Memória

O conceito “lugar de memória” foi desenvolvido por Pierre Nora para designar os lugares criados pela humanidade para não permitir o esquecimento. Desta forma, o lugar de memória surge, para o autor, quando já não existe mais esta memória de que se fala. É a expressão da busca social pela patrimonialização e reivindicação de suas memórias.

Nora compreende que há, hoje, uma banalização das conservações a partir do momento em que o homem tudo quer guardar pelo medo do seu esquecimento. Para tanto, o autor viu necessidade de criar uma forma para classificar os lugares enquanto lugares de memória podendo assim, distingui-los dos lugares para memória ou meros espaços sociais. Assim, estabelece que um lugar de memória deve ser funcional, material e simbólico.

Portanto, para poder interpretar o cinema enquanto lugar de memória é necessário classificá-lo nos três termos:

- Funcional: Por sua natureza de comunicar, carregar imagens e informações.

- Material: Por seu suporte imagético, seja ele película, analógico ou digital. O cinema sempre é passível de materialização.
- Simbólico: Visto que retrata os acontecimentos e evoca os sentimentos de uma determinada população.

Além disso, o cinema ainda contém outras características apontadas por Nora como pertencentes ao lugar de memória. É capaz de criar a ilusão de eternidade pela conservação que faz dos ambientes retratados, dos atores conservados sempre jovens e belos, do “viveram felizes para sempre”. Evoca a nostalgia dos lugares através dos filmes épicos que reconstroem vidas, cidades e países que já não existem mais. Sua criação é necessária e pode ser uma solução para evitar o esquecimento, já que perpetua costumes, tradições, povos, tribos, fatos.

O cinema é também, assim como outros lugares de memória, composto por restos. O cinema realiza suas reconstituições de época construídas pelo que a sociedade conseguiu manter do passado. Muitas vezes, se baseia nestes restos para criar novos figurinos e elementos, assim como muitas vezes os coloca (os restos reais) em cena. Por último, o cinema é capaz, assim como os lugares de memória de Nora, de defender algo ameaçado. Manter vivas as memórias através de suas exibições. Como o próprio autor explicita: a “memória intensamente retiniana e poderosamente audiovisual” (NORA, 1993 p.20).

Através da cinematografia gaúcha é possível notar estas características. *Os Senhores da Guerra* (2013), filme de Tabajara Ruas, por exemplo, apresenta, além de um romance histórico ancorado em fato da história dos irmãos Bozano, que tem como plano de fundo a Revolução Farroupilha: a imagem do pampa gaúcho, as vestes tradicionais de 1923, os costumes, os ideais dos dois lados da revolução e, o confronto entre chimangos e maragatos. No entanto, por se tratar de um filme contemporâneo e ficcional, é possível que os cineastas envolvidos intervenham artisticamente, como através da trilha sonora que, no caso citado, é composta de milongas e músicas gaúchas modernas.

Mesmo que sua narrativa seja ficcional, como já fora discutido anteriormente, “Os Senhores da Guerra” permite uma leitura da revolução pelos olhos de cineastas gaúchos. O filme traz, ainda, a imagem de peças de vestuário, armas de guerra, móveis, casas e instrumentos de trabalho que condizem com a época que retratam com fidelidade, graças ao trabalho de direção de arte da equipe. Desta forma, seu conteúdo histórico fica evidente e o fato de muitos destes elementos estarem hoje sob custódia de colecionadores que somente os emprestam as produções cinematográficas, além de representar um fato histórico relevante, torna o filme um lugar de memória do Rio Grande do Sul.

O cinema também pode ser um lugar de memória dos atores e dos estilos de atuação. Grandes atores, músicos e artistas da história que fizeram sucesso tanto nos palcos quanto nas telas puderam ser eternizados pelo cinema. Tais imagens os tornaram ícones e os permitiram ultrapassar gerações sendo admirados séculos após sua morte. O mesmo ocorre com os estilos de atuação. Ainda hoje, a maior parcela de atores de cinema vem do teatro e traz consigo técnicas e estilos pertencentes às artes cênicas. No entanto, o teatro pode, hoje, recriar tais técnicas, mas jamais as reviver. Já o cinema tem este poder. O cinema vem registrando, desde seus primórdios, diferentes estilos de atuação ao redor do mundo e permite que hoje sejam estudados através dos filmes.

O filme é, também, um lugar de memória da paisagem natural, já que registra florestas, bosques, rios e animais que hoje já não são mais vistos, já foram destruídos. Rios que hoje não correm mais tem sua existência conservada pelo filme. É o caso do Salto das Sete Quedas, Rio Paraná, a maior cachoeira do mundo em volume d’água. Mesmo tendo sido clamado pela população que a consideram-se patrimônio natural, foi submersa há pouco mais de trinta anos em prol da construção da hidroelétrica Itaipu. A cachoeira ainda pode ser vista através de um filme caseiro de 1936.

Objetos, carros, móveis e estilos arquitetônicos também foram imortalizados pelo cinema. Cidades que foram arrasadas durante as guerras do último século puderam ser registradas pelas câmeras cinematográficas que, hoje, podem representar tudo o que sobrou em pé destes locais. Com a bomba nuclear que atingiu Hiroshima em 6 de agosto de 1945 apenas um prédio se manteve em pé e hoje ele continua lá para representar e não deixar esquecer o que aconteceu. O cinema chegou à Hiroshima muito antes da bomba, o que permitiu com que fossem registrados hábitos da cidade, as movimentações nos mercados de ostras que a fizeram famosa no Japão, seus prédios, ruas e habitações. Desta forma, tudo o que restou da Hiroshima pré-guerra são um prédio e alguns filmes.

Barros (2012) ressalta que o cinema, além de registrar a história pela câmera, ainda é capaz de fazer um registro da história que há por trás da câmera. Ou seja, permite uma leitura sobre a equipe cinematográfica que produz o filme e sobre a sociedade em que ela está inserida. Desta forma, o cinema pode ser um lugar de memória da sociedade que o concebeu mesmo que o filme não trate de assuntos que a permeiam, o que ele trata pode dizer algo sobre o meio em que foi produzido.

Considerações finais

Discutiu-se que o cinema é uma fonte histórica, sendo ele de gênero documental ou ficcional, e, o que transmite, é uma leitura, uma interpretação da realidade de alguém ou de um grupo. O filme, sempre que escolhe um fato histórico para narrar, acaba também por determinar que partes do evento irá retratar e que partes não irá. Desta forma, o cinema é capaz de escolher o que lembrar e o que esquecer.

Por sua inserção no meio pedagógico, os filmes se tornaram transmissores de memórias coletivas, fortalecendo a relação entre o filme e o espectador através de um processo de identificação.

Sugere-se que o cinema se enquadra nos lugares de memória descritos por Pierre Nora por ter caráter funcional, material e simbólico. O cinema pode ser um lugar de memória dos atores, dos estilos artísticos, dos objetos, das construções humanas e naturais, dos povos que retrata e, finalmente, da sociedade que o concebe.

Referências

- BERNADETT, Jean-Claude; RAMOS, Alcides F. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- BERNADETT, Jean-Claude. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2002.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**, Buenos Aires: Del Sol, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**
- FERRO, Marc. **O Filme: Uma Contra-Análise Da Sociedade?** In GOFF, Jacques, Le;
- NORA, Pierre. Entre memória e história. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo, 1993.
- NORA, Pierre (Orgs.) **História: novos objetos**. 3º ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- FERRO, Marc, **Cinema et Histoire** – 2. Entretien avec. Cahiers du Cinéma, 1975.
- FERRO, M. (Dir). **Film et Histoire**. Paris: Éd. De l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.
- FINLEY, M. I. **Uso e abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HALBWACHS, Maurice, **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidade e mediações atuais**
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- MAFFESOLI, Michel. **A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- NOVOA, Jorge. BARROS, José d' Assunção. **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. 3ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005
- PEYROT, J. **Historiens et géographes**, décembre 1983, pp. 285-6. Apud: MONIOT, H. *Didactique de l'Histoire*. Paris: Nathan Pédagogie, 1993.
- POLLACK, Michel. **Memória , Esquecimento, Silêncio**. In.: *Revistas de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p 3-15.
- RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos Fracos: cinema e história do Brasil**. Baurax: Edusc, 2002
- RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1982.
- SILVA, Juremir Machado da. **As Tecnologias do Imaginário**. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

Resumo

É cada vez mais rápida a passagem das pessoas pelas vias urbanas. As ruas, fachadas e até o chão que está sob seus pés são lugares de memória e de história, invisíveis ao olhar desatento do transeunte, mas não escapam a perspicácia daquele que observa a cidade. É o catolicismo presente tanto na arquitetura quanto no modo como as relações entre os homens e os deuses estão dispostas da cidade, como na Praça da Matriz. Nas vias secundárias, templos evangélicos e de outras religiosidades ganham espaço. É a esquina que vira lugar sagrado e nela a oferenda dos homens a seus orixás. É o mercado público que abriga lojas das linhas afro. Assim, busca-se com uso da etnografia multissituada mapear e colocar em evidência esse espaço não visível aos porto-alegrenses, mas que em si constitui-se em lugares de memória dos cidadãos e dessas próprias religiosidades que fazem do Brasil, Brasil.

Palavras-chave: Memória. Religião. Urbanidade. Etnografia.

Introdução

Com o aumento brutal da velocidade das relações sociais e de trabalho aos quais está submetido o cidadão comum, em vista da atual dinâmica das sociedades contemporâneas, tem-se que os deslocamentos nas avenidas e ruas das cidades não permitem mais um olhar acima da linha dos olhos, menos ainda, uma parada breve que permita a este apreciar uma fachada interessante ou saber da história de um prédio por onde cotidianamente passam milhares e milhares de pessoas. Do mesmo modo, por não olharem de forma mais detida para a paisagem que os cerca, muitas vezes também não percebem o quanto os símbolos religiosos estão presentes no seu cotidiano, tanto na arquitetura, com igrejas e prédios históricos, quanto nas lojas do Mercado Público.

Nesse trabalho, nosso lócus privilegiado de análise é Porto Alegre e, mais precisamente, nos deteremos aqui na região denominada Centro Histórico. Neste sentido, tem-se que Porto Alegre teve sua origem “quase mítica” ligada a chegada de sessenta casais açorianos e sua presença, mesmo que distante no tempo, ainda hoje se faz presente na arquitetura e nos azulejos decorativos de algumas casas e residências do chamado distrito histórico. Anos depois, Porto Alegre é desmembrada de Viamão e elevada a categoria de Freguesia, embora seu povoamento tivesse começado em 1732, bem antes da chegada dos casais açorianos e da construção da ermida em homenagem a São Francisco de Chagas.

Mas a cidade, depois de alçada a capital do estado em 1772, começou a crescer e a pequena Capela, na Rua da Praia começou a ficar muito aquém das necessidades espirituais da cidade que crescia a passos largos. Logo, não demorou muito e esta – situada onde hoje é o Banco Safra – foi derrubada e, nos “Altos da Praia”, imponente no horizonte e com sua cúpula de metal, ganhou assento ao lado dos prédios dos três poderes e no entorno da Praça Marechal Teodoro, a Igreja Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, a atual Catedral Metropolitana. Espaço nobre e que abriga, também, em seu entorno, o Teatro São Pedro, o mais antigo da cidade, concluído em 1858.

A ocupação destes espaços novos observou a forma de construção arquitetônica das cidades portuguesas, com as elites situando-se nos lugares mais altos enquanto a plebe permanecia na parte mais baixa, nas cercanias do porto e dos locais de armazenamento das mercadorias. Esta forma de ocupação geográfica atendia um princípio dominante na idade média onde, conforme Lotman, o conceito de ocupação geográfica mistura-se com a sede da vida terrena, assumindo um significado ético-religioso: “O movimento do espaço geográfico

⁴⁷⁴ Unilasalle/RS, miguel.ribeiro@ufrgs.br

⁴⁷⁵ Unilasalle/RS, mauromeirelles@icloud.com

torna-se um deslocamento ao longo da escala vertical dos valores ético-religiosos, que possui seu degrau mais elevado no céu e mais baixo no inferno” (LOTMAN, 1975, pág. 183).

Na Figura 1, percebe-se a disposição dos prédios numa grande angular que coloca em evidência a relação existente, mesmo que dissimulada, entre o poder político e o poder religioso, onde, como já escrevemos em outro lugar (MEIRELLES, 2010), as coisas do homem de sacralizam e as coisas de Deus se profanizam num vai e vir semântico que a todo tempo serve como elemento legitimador de seu duplo estatuto.



Figura 1 – Catedral, Palácio Piratini e Palácio Farroupilha
Fonte: Acervo dos autores

Nas paredes e na arquitetura, a presença do catolicismo enquanto cimento social se faz presente e assume tangibilidade (MEIRELLES & PEDDE, 2013). Pelas ruas e avenidas do centro da cidade, o velho e o novo se misturam e comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008) e de sentido (BACZKO, 1985) se constituem a partir de diferentes referentes (GEERTZ, 2004), em lugares de memória (NORA, 1993). Uma sobre as outras, tênues camadas e teias de sentido e significado vão unindo e amarrando diferentes saberes e religiosidades. Seja quando olhamos para cima (Figura 2), para o lado (Figura 3) ou mesmo para baixo, sob nossos pés (Figura 4).



Figura 2 – Biblioteca Pública
Fonte: Acervo dos autores



Figura 3 – Escadaria
Fonte: Acervo dos autores



Figura 4 – Símbolos no chão
Fonte: Acervo dos autores

A cidade como espaço de religiosidade e expressão de diferenças crenças e religiosidades.

A cidade, como quer Pesavento (2007), é um espaço de construção de relações e de sociabilidades diversas como quer Velho (2013). E, é em função do modo como a cidade é percebida que determinados detalhes ganham maior ou menor destaque entre aqueles que nela residem. Assim, do mesmo modo que aquele que vem de fora motivado por uma curiosidade ou desejo de conhecer o lugar, a cidade também sensibiliza aquele que nela reside. A cidade, entendida como um espaço de sociabilidade e construção de relações entre pessoas, é também um espaço de produção de cultura, de vínculos entre pessoas e lugares, de experiências e de identidade.

Assim, num breve flamar pelo centro histórico de Porto Alegre e seus arredores pode-se perceber a forte relação que esta tem com o religioso e, em especial, com o catolicismo, numa relação marcadamente histórica. Na arquitetura e nas ruas, imagens católicas pululam despercebidas ao olhar do transeunte e misturam tempos e espaços.

A cidade proporciona, também, uma sensibilidade ao residente. O pertencer a uma cidade cria, portanto, um vínculo social que dá tangibilidade aquilo que doutro modo não seria visto. A noção de patrimônio, pensada pela ótica de Meirelles e Pedde (2013), não está marcada no imaginário do caminhante que, apressado, apenas quer chegar ao seu destino, sem a preocupação do que representa aquela sequência de símbolos nas construções, nas ruas

e avenidas. Ela só adquire sentido e significado quando ele estabelecer uma relação dialética, seja de positivação, seja de negação.

Corroborando com o exposto a assertiva de Pesavento (2007), a qual assinala que a cidade sensível é aquela que faz significar espaço e tempo e que, em função deste significado e sentido instituído por aquele que com ela se coloca em relação, isto se realiza. É a cidade que na relação para com aquele que nela vive ou passa, se institui enquanto epifenômeno e acontecimento dotado de sentido (BAKTHIN, 1993) assumindo assim valor e tangibilidade enquanto locus de expressão do passado e das relações daqueles que nela hoje residem e/ou que, por ela, passaram.

Sendo assim, o cidadão apressado, cujo olhar somente está interessado no seu celular, nas pedras do seu caminho ou nas placas de publicidade tornou-se um excluído e o espaço da cidade nada mais é do que uma simples coordenada geográfica sobre um mapa qualquer. Não interessa a ele o passado, mesmo que este salte a sua frente. Para ele, aquela estátua, prédio ou praça não passa de um “entulho” qualquer que resistiu – por enquanto – ao avanço da modernidade. Para ele, o que interessa é o tempo do aqui e agora, ou seja, o momento do acontecimento.

Isso acontece porque, para Bakhtin (1993), a vida, o mundo concreto, é a vida de sujeitos concretos, é a vida prática, e seu entendimento pela teoria não pode por isso ser abstrato ou tão geral que perca de vista os atos concretos realizados por sujeitos concretos em situações concretas que as teorias não podem abarcar de uma vez por todas. Por isso, para o cidadão comum, nada tem significação. A ele não interessa o patrimônio cultural ou histórico da cidade, da sua cidade. Aliás, talvez ele nem saiba que pertence a uma cidade. Ali ele acorda, trabalha e dorme na espera e na vivência dos seus fins de semana.

Estes lugares estão preenchendo o que foram as sociedades-memória que asseguravam a conservação e a preservação de valores, Igreja ou escola, família ou Estado, ou como assevera Nora: *se habitássemos ainda a nossa memória, não teríamos necessidade de lhes consagrar lugares*. (NORA, 1993).

Mas nem todos que moram na cidade e nela vivem, a percebem como um ente fantasmagórico e vazio de sentido. Para estes, ela assume existência e tangibilidade em função de suas experiências individuais e coletivas como quer Halbwachs (2006). São lugares por onde passamos e vivemos que, a partir de nossa lembrança e da relação que tecemos com eles, assumem determinado valor. Não um valor simplesmente monetário, mas simbólico, da ordem do sentido e da afetividade. E é nesta medida e para estes que a cidade invoca o seu passado, construindo os mitos, lendas, elegendo seus heróis, identificando seu patrimônio, mantendo seus monumentos e atribuindo significados aos lugares e personagens.

Mas ainda existem as religiões que carregam um enorme preconceito: as de origem africana, como o Batuque, a Umbanda e o Candomblé que, diferentemente do catolicismo, não assumem posição de destaque e valor na arquitetura mas que também se faz presente no espaço da cidade. Pois diferentemente do catolicismo, até pouco tempo atrás ainda tido como religião oficial do Estado e das classes mais abastadas, as religiões africanas e os chamados “terreiros ou casas de religião”, embora presentes no espaço da cidade e em maior número do que as igrejas, ainda existem os que os consideram como um lugar interdito e que não deve estar aos olhos de todos, pois as religiões mágicas entre as quais se inclui o batuque, a umbanda, o espiritismo e o próprio catolicismo popular, sempre foram tidas como algo do povo e, portanto, de menor status e valor quando colocado em relação com a religião da maioria, o catolicismo.

Contudo, numa cidade como Porto Alegre, onde reza a lenda esteve aqui o príncipe Custódio, determinados lugares ganham a vista dos olhos e assumem lugar de destaque para aqueles que são partícipes da religião dos negros africanos que aqui aportaram. Entre esses lugares, destaca-se o Mercado Público da cidade onde o referido príncipe, segundo a teoria êmica, teria colocado durante a construção, bem no seu centro, onde se cruzam as quatro

entradas, um assentamento para Bará, Orixá tido na mitologia africana como o abridor e protetor dos caminhos.

E, assim, ao mesmo tempo em que o povão vai às compras e os intelectuais frequentam os botecos para consumir as especiarias mundanas, as lojas e os religiosos também lá estão, com seus axés, no centro do Mercado Público, a qualquer hora do dia, dispensando uma moedinha para o Bará ou realizando rituais religiosos ligados a sua religião e ao referido Orixá. É neste lugar, o Mercado Público de Porto Alegre, pela carga semântica e mítica que carrega muitas vezes a parada obrigatória na realização de determinadas obrigações religiosas, da compra de determinados produtos e utensílios necessários à realização e ao aprontamento de religiosos ligados ao Batuque, a Umbanda e ao Candomblé, ou lugares que Nora lembra como âncoras de memória.

Rua da Praia ou Rua dos Andradas: um lugar onde a cidade se realiza.

Atualmente, a Rua da Praia começa na antiga Usina do Gasômetro e termina na Praça Dom Feliciano, em frente à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Foi nesta rua, ao lado do cinema Guarani, onde hoje está instalada uma agência bancária, que se estabeleceu a primeira igreja da Vila, dedicada a São Francisco das Chagas. E, como já nos referimos anteriormente, é nesta rua que está registrada nas diversas edificações ao longo das suas calçadas, a presença de todos aqueles que por essa cidade passaram. É onde ainda hoje se encontram a Casa de Cultura Mário Quintana, o Museu Hipólito José da Costa, os cinemas Guarani e Imperial, o edifício Santa Cruz, até hoje o mais alto da cidade, com 34 andares; sendo estes alguns exemplos da arquitetura diversificada desta representativa via da Capital.

Para os católicos que viviam em Porto Alegre assim como a religião, os adereços e símbolos católicos assumiam tangibilidade, e para quem o Mercado Público nada mais era que um simples lugar de compras. Mas, para outros, um lugar mítico.

Aos que em tempos outros habitavam o centro da cidade e os frequentadores da Rua da Praia, ela começava numa confeitaria e terminava num café, isto é, tinha início na Rua da Ladeira, onde estavam a Confeitaria Colombo e o Café Nacional e terminava na Rua do Rosário, como bem escreve Ruschel (1971). Pois ali, naquele trecho de uma rua do centro de Porto Alegre, que tudo acontecia.

Os cafés e as confeitarias eram pontos de encontro da sociedade porto-alegrense. Neles, intelectuais, estudantes, políticos e artistas se reuniam e foram, naquelas mesas, atendidos pelos mesmos garçons durante muito tempo. Ler jornais, conversar com os amigos, escrever poemas e notícias dos jornais ou simplesmente ver o movimento da rua era um passatempo comum naqueles ambientes. No Café Colombo ou no Nacional, na Confeitaria Rocco ou na Central, era por ali que a intelectualidade e a sociedade passeavam ou ficavam a tomar um chá com torradas.

Nela, também havia os “flirts”, que era o início dos namoros permitidos à época. As mocinhas passavam pela rua e trocavam rápidos olhares com os rapazes que estavam nos cafés. Quando acompanhadas pelas mães, elas podiam entrar para uma xícara de chá ou uma taça de sorvete. E era nestes espaços que a elite da cidade socializava saberes, práticas e relações. Num café com torradas ou, ainda, em frente à deliciosa taça de sorvete, a cidade se realizava em toda sua plenitude.

Essas mesas e cafés, também, como há referência na historiografia recente, testemunharam ainda a passagem de políticos importantes e alguns garçons, certamente presenciaram grandes debates sobre as questões da cultura, da política e dos partidos que se desenrolavam por horas, regadas a café e biscoitos. E, se Nilo Ruschel (1971) ampliou a importância das conversas de Loureiro da Silva e Osvaldo Aranha, entre outros, nessas mesas, não se sabe. O que se sabe, é não é menos verdade, é que o germe das decisões culturais e

políticas da cidade de Porto Alegre acontecia, com certeza, nas mesas da Rua da Praia, entre um e outro café, entre uma e outra taça de sorvete nos dias quentes.

A cidade que cresceu e o olhar que se perdeu.

Com o passar dos anos e principalmente depois da queda de Getúlio Vargas, Porto Alegre começou a se desenvolver em tamanho e na sua economia. Na década de 60, o então prefeito Loureiro da Silva rasgou a cidade com a construção da Avenida Farrapos e planejou mais duas perimetrais. E, com as novas metas estimuladas pela postura do governo federal de Juscelino Kubitschek, de crescer o país 50 anos em cinco, a capital gaúcha foi se transformando, aos poucos, de cidade em metrópole.

O aterro do rio/lago Guaíba é o melhor marcador desse processo que, modernamente, chamamos de metropolização. Neste aterro, foi construído um estádio de futebol, o Beira-Rio e dois grandes parques: o Parque Marinha do Brasil e o Parque da Harmonia, além de uma via expressa, para desafogar o trânsito para a Zona Sul da cidade. Em consequência dessa dinâmica nacional e das oportunidades de trabalho e emprego, em todo o Brasil, entre 1950 e 1970, quase 30 milhões de pessoas migraram do mundo rural para as cidades, e muitos destes, vieram para Porto Alegre e seu entorno, de modo que, logo, a cidade gaúcha tornou-se uma metrópole regional.

Em decorrência do exposto e da efervescência que se fazia presente na capital do Estado, especialmente nas famílias mais abastadas nasceu a cultura do morar na capital. Este movimento de pessoas fez com que crescesse a especulação imobiliária no Centro da Capital. Esta necessidade, aliada a livre mercantilização e a tolerância com todas as formas de utilização do solo urbano, aos quais as cidades contemporâneas brasileiras foram submetidas, resultou na verticalização das habitações sendo este o período em que mais se construiu edifícios em Porto Alegre e todos muito altos. Este movimento, por sua vez, começou a sufocar os prédios que deram início a provinciana cidade e agora tinha se transformado em uma quase metrópole. Destes, muitos foram derrubados, mas muitos foram, também, tombados e restaurados e hoje fazem parte do distrito histórico da cidade. Mas o avanço da especulação imobiliária veio acompanhado do crescimento econômico e da mudança das relações entre os moradores da cidade e seus referenciais sociais. O porto-alegrense não sabia mais para onde olhar, seus referenciais tinham sido subsumidos pelo tempo e passaram a somente ter existência em instantâneos fotográficos e/ou nas histórias e narrativas daqueles que por lá passaram. O olhar daquele que vivia e morava no centro da cidade e que, em seus cafés e confeitarias se realizava, não mais existia. E, os cafés e as confeitarias passaram a ser apenas uma lembrança saudosa dos transeuntes que agora precisavam correr de um local para outro, pois agora a vida é ditada pela busca incessante do dinheiro.

E esta postura não teve solução de continuidade. Embora, nos últimos anos, o centro de Porto Alegre tenha modificado muito suas características comerciais, ainda permanece o ir e vir sem tempo para observar as belas construções que margeiam, principalmente, a Rua da Praia. Os velhos prédios de estilos variados, do Barroco ao Rococó, do profano ao sagrado, das lembranças, dos cheiros, das conversas e dos debates não são mais notados. As relações de trabalho e sociais foram modificadas, restando apenas uma rua e suas esquinas para marcar seu lugar na memória recente dos porto-alegrenses.

Considerações finais.

E assim, numa mimética Xangai futurista que segue a linha daquela apresentada a nós por Blade Runner, no início dos anos de 1980, Porto Alegre aos poucos vai encobrendo seus prédios, sua arquitetura, numa floresta de cores multiplicadas em quase uma centena de painéis publicitários, anúncios em neon e letreiros, invadindo nossa visão sem que tenhamos a chance de renunciar a eles. Nos anúncios que avisam que fumar faz mal, sucumbem também

as relações sociais à fugacidade do mercado, do dinheiro e do tempo. Este último, talvez, o bem que menos tenhamos nesse início de século.

Por não vermos, não sentimos a expressividade da paisagem e/ou daquilo que se vê. Se não conseguimos ver o que está a nossa frente em toda sua plenitude, deixamos de apreciar e/ou desfrutar de determinadas experiências estéticas. Deixamos assim de viver e estar no espaço da cidade, E, ao deixarmos de viver a experiência que a cidade e o espaço urbano em si nos oferecem, perdemos nossa identidade e pertencimento à cidade. Tornamo-nos cidadãos do mundo e ao mesmo tempo em que estamos em diferentes lugares, estamos em lugar nenhum. O presente, nesse sentido, torna-se um não-lugar (AUGÉ, 2012).

No seu artigo *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, Sandra Pesavento cita a expressão de Mikhail Bakhtin de que as cidades são, antes de tudo, cronotopos. A cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada (PESAVENTO, 2007).

E as ruas, por fazerem parte das cidades, são registros das histórias que permeiam sua relação com a comunidade que as utilizam. Qualquer pessoa que tenha passado algum tempo de sua vida na Rua da Praia terá nela uma referência da sua memória individual e/ou coletiva. Você pode mesmo fazer um exercício se não tiver tido a oportunidade de olhar, convide um ou vários amigos a passear pela Rua da Praia e a observá-la, você verá que, como diz Maurice Halbwachs, cada um tem o seu olhar. Se for um arquiteto ou historiador, com o primeiro aprenderá a ver a disposição dos edifícios, suas proporções, sua disposição; com o segundo saberá que naquela rua passaram diversas personalidades e por onde ocorreram fatos importantes da história da cidade. Com um pintor aprenderia a ver as cores e as luminosidades diversas nos diferentes momentos do dia e ao cair da noite.

Assim, embora hoje seja difícil para o cidadão contemporâneo usufruir de momentos de lazer e reflexão, pois o mundo do trabalho não permite o tempo livre, caminhar pela Rua da Praia como um Flânêr baudelairiano, olhando um pouco acima da linha do costureiro trará, certamente, uma recompensa. E, o caminhante que levantar seus olhos até o segundo andar dos prédios da Rua da Praia terá a oportunidade de conhecer uma nova rua. A rua pela qual passeavam Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas e Leonel Brizola. Mas o que realmente sensibilizará o caminhante serão as diferentes fachadas dos velhos prédios. Figuras mitológicas, colunas ora jônicas, ora romanas ou ladrilhos portugueses registrando um passado disposto de forma harmônica e repleto de história.

E este olhar poderá ver, também, como a falta de interesse em participar das decisões que afetam a cidade está fazendo com que esta perca uma parte da sua história, da sua memória, dos seus registros arquitetônicos, do seu patrimônio histórico, de uma paisagem que um dia foi motivo de orgulho para a Mui Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre: a Rua da Praia.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares* : introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2012.

BACZO, Bronislaw. *Imaginação social*. In. Enciclopédia Einaudi. (Ed. portuguesa) Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo. Edições Vértice. 1990.

LOTMAN, Yuri Mikhailovich, Uspenskij, B.A. *Tipologia della cultura*. Milão: Bompiani, 1975.

MEIRELLES, Mauro. *Religio et Civilis: (re)inventar a si e ao outro*. E-cadernos CES (Online), v. 8, 2010. Pp. 62-76.

MEIRELLES, Mauro; PEDDE, Valdir. *Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade*. 2012. (Mimeo).

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo. dez. 1993. Acessado em 30/08/2014: revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Rev. Bras. Hist. vol.27 no. 53. São Paulo. 2007.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Santos Junior, Orlando Alves. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ANO 4. Número 45. Abril de 2011.

RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre. Prefeitura Municipal, 1971.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Da memória como experiência performativa: formas simbólicas expressivas e notas etnográficas de performances negras da dança afro em Pelotas

Maria Helena Sant'Ana⁴⁷⁶

Resumo

O artigo debate a relação entre memória e performance. Parte de uma discussão sobre o sujeito da memória pela adesão e filiação a teorias constitutiva-expressivas da linguagem, e suas relações com uma teoria da performance. Revisitando o conceito de performance como ação simbólica a partir de sua relação com experiências mnemônicas, expõe a interpretação de dados etnográficos sobre memórias coletivas negras rearranjadas performativamente através da “dança afro” e de elementos culturais afrorreferenciados, em coletivo de pesquisa e ação político-estética, o grupo Odara, formado por adolescentes e jovens adultos na cidade de Pelotas. Interpreta-se como formas inauguradas por ações simbólicas coletivas, são contempladas na relação crítica e dissonante que os participantes do grupo estabelecem com gerações mais velhas, participantes dos tradicionais clubes de negros da cidade. Discute-se sua implicação em diferentes regimes de historicidade, debatendo com a teoria dos lugares de memória de Nora.

Palavras-chave: Memórias coletivas negras; performance; memórias afrorreferenciadas; lugares de memória.

Temos como proposição a pensar nesta comunicação as possibilidades performáticas da memória, mais precisamente nas condições de vir a se constituir como memória coletiva que em suas dinâmicas simbólicas – e portanto miméticas e expressivas - de tramar lembranças e esquecimentos constituem filiações, ressignificam espaços de pertencimentos, ressitua jogos em que identidades pessoais e sociais são formadas. Trata-se de abordar as relações entre **memória coletiva** e **performance** não apenas no sentido que ações performativas sobre o mundo podem ancorar-se sobre imagens e representações do passado vivido para expressarem-se, mas que algo da atualização da memória pode ser, em si, performativa. Isto é, definindo em ação simbólica de forma a instituir novos conteúdos tanto ao passado, transformando-o, como ao presente em que se vive, na reelaboração de pertencimentos sociais e que podem ser direcionados a um devir, a projeção de uma comunidade de destino desejada.

Isso implica em pensar a memória como princípio dinâmico estruturador de significações e de ações, dinamismo que se situa em sua dimensão simbólica, filiada à linguagem e aos jogos de linguagem compreendidos como “constitutivos e expressivos”, tal como definiu Charles Taylor (1995a). Neste sentido, considera-se a dimensão *projetiva* da memória, isto é, como ela emerge de uma relação *para com os outros*, que pode tornar-se uma relação *para nós*. O encontro com o *outro* é pensado aqui como fundante, espaço de sociabilidade transcendente (SOARES, 1994) que pela linguagem instaura identidades narrativas no reconhecimento das continuidades e discontinuidades dos sujeitos, individuais e coletivos, transformados no tempo (RICOUER, 1991). Formação de coletivos étnicos ou grupos sociais emergentes que se reconhecem em um passado em comum resultam desta organização dinâmica da memória. Neste sentido remete a pensar como a memória sendo um fenômeno social produz vínculos de pertencimento pelo reconhecimento comum à uma filiação originária através de formas narrativas e performáticas que tramam também novos conteúdos entre o trabalho da recordação em tensão com o esquecimento.

Nesta perspectiva, este artigo visa a interpretação de contextos de pesquisa etnografados junto a um grupo de dança “afro”, de ação e pesquisa cultural, o Odara, organizado nos meandros dos movimentos negros da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul,

⁴⁷⁶Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL; Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul – maria.helena.sant.ana18@gmail.com

no contexto dos anos de 2004 e 2005. Contexto que se configurava, adiante, em questionamentos de jovens adultos e adolescentes participantes do grupo, sobre algumas formas de organização das sociabilidades e das memórias coletivas negras mais tradicionais da cidade, vividas por gerações mais velhas de certos segmentos sociais, especialmente aquelas organizadas nos clubes negros da cidade – que também foram ouvidos em suas narrativas memoriais.

Tomados pela premência de *desvelamento de referentes culturais* para a memória social que poderíamos designar como *afrorreferenciados*, os participantes do grupo Odara buscavam tecer novas narrativas sobre percursos de africanos e negros brasileiros escravizados e seus descendentes, afirmando sua condição como sujeitos de resistência cultural, construindo outras versões acerca da memória social mais ampla da trajetória negra local. Para tal, produziam uma ação de bricolagem entre pesquisas de fontes historiográficas e antropológicas, de sistematização de mitos africanos e religiosidades afrobrasileiras, de narrativas e recordações de pessoas mais velhas, parentes ou não, de relatos de velhos sambistas e “batuqueiros”, muitos frequentadores de casas religiosas de matriz africana. No centro dessas ações de desvelamento de referências memoriais afrorreferenciadas, algo era tramado no jogo performativo de seus processos de pesquisa e construção coreográfica das danças, que levava a uma transcendência da ruptura entre “passado” pesquisado e “presente” vivido, cujo significado emergente de um encontro com “a energia do negro escravizado” se constituía nas performances das danças.

Este estudo traz o desafio de pensar, na interpelação de seus membros sobre o lugar social do negro em diferentes momentos da cidade e de territórios para além dela, a ação da memória como tessitura da duração e da mudança ante a evocação de memórias difusas que se tramam às lacunas proporcionadas por aquilo interpretado como “silenciamentos” (que, adiante, mais que esquecimentos, são também estratégias do trabalho da recordação de gerações mais velhas que criam seus filtros memoriais) e a demanda por “reinvenção” da própria memória vista como problemática, lacunar e perdida, que precisa ser rebuscada, pesquisada e performatizada como forma de atualiza-la por membros adolescentes e adultos jovens. A questão a se colocar tanto teórica como etnograficamente é, então, como a experiência da evocação da memória participa do evento da performance? Em que modo isso produz significações que em si transcendem a definições de identidades e, antes, modulam o movimento de uma travessia que conduz a outros pertencimentos, outras subjetivações, a possibilidade de experiência de contiguidade de tempos passados e presentes?

Se colocar numa perspectiva interpretativa e hermenêutica dos jogos da memória, neste caso, requer ainda uma reflexão das relações entre a história e a memória, posto que um dos pontos de ancoragem da ação dos componentes do Odara advém de uma certa *consciência histórica* do passado escravista, da trajetória social dos negros e da diáspora africana e suas implicações na formação da sociedade brasileira. Neste sentido, de que forma este princípio organizador simbólico da memória se relacionaria com regimes de temporalidade histórica requeridos a este tipo de consciência, seguindo uma formulação de Pierre Nora? E dialogando com o tema do Seminário, seriam essas formas de performances memoriais, modos de celebração tal como compreendidos na categoria *lugares de memória* deste autor, em sua seminal obra (NORA, 1993) na qual inquiriu as recorrentes formas comemorativas do passado na sociedade francesa do final do século XX como resquícios de um regime de historicidade, da história-memória que desapareceu em uma sociedade fragmentada em suas redes particularizadas e atomizada, pondo fim às grandes narrativas sobre a Nação?

Para esta reflexão vale trazer a tona a noção de performance de Victor Turner, antropólogo que também problematizou a experiência de processos ritualizantes da memória em meio a uma sociedade complexa e fragmentada, dissolvida em processos de atomização, escrevendo contemporaneamente às primeiras formulações de Nora, momento em que se formulavam questões relativas a emergência de uma “pós-modernidade” que daria sentido a

essas fragmentações desgarradas de grandes narrativas (Garcia, 2000), e ver suas implicações na produção de sentidos de pertencimento como são experienciados pelos participantes do Odara.

Performance e memória: rearranjos simbólicos da experiência e regimes de temporalidade social

Um dos princípios compreendidos aqui é que a formação da memória, sua duração, desaparecimento ou esquecimento é diretamente relacionada aos significados que contêm, que a fazem durar, como reverberações significativas atualizadas, que se dissipam quando deixam de significar, conforme os ensinamentos da fenomenologia poética de Bachelard (1988) e como Joel Candau (2006) reelabora no seu projeto antropológico de estudos da memória. Mas como se constitui a significação?

A significação é articulada na linguagem. Numa teoria constitutiva-expressiva da linguagem, ela constitui uma dimensão semântica, cuja justeza da palavra requer *um pano de fundo que é a comunidade da fala, ou comunidade linguística*, que as define e se define em seu uso. Ela não envolve apenas descrição, mas instauração de novos conteúdos (TAYLOR, 1995b). A dimensão semântica dota o ser de linguagem de estabelecer novas relações uns com os outros, novos sentimentos que não existiriam sem sua instauração linguística. Pois que remete à sua dimensão expressiva e projetiva. Como expressiva ela abre o domínio para nós do significado que ela mesma codifica. Como na expressão do símbolo, em que algo não seria possível, ou sentidos não seriam disponíveis, sem sua aparição, sem sua simbolização, como acontece na obra de arte, e acrescentaríamos aqui, como nas imagens de santos, deuses e outras formas epifânicas.

Considerando a centralidade da dimensão expressiva, engajar-se na linguagem remete, pois, a uma dimensão *projetiva* sobre outrem, a um agir, em que todas as formas expressivas do gesto, das atitudes e da fala estão em ação e fazem sentido numa comunidade de interlocução, dependendo de um *acordo de conversação* que estabelecemos. Por outro lado, a própria subjetivação de uma pessoa entra numa constituição expressiva da linguagem: os gestos, os modos de dançar, sem os quais não se reconheceriam tais qualidades, não existiriam como tais enquanto experienciadas pela pessoa, num jogo de espelhamento com o olhar de reconhecimento do outro. (TAYLOR, 1995b)

É desta perspectiva que relacionamos a teoria da performance como elucidativa de dinâmicas em que a ação simbólica constitutiva e projetiva transcende às narrativas verbalizadas em processos de recordação. Turner teria deslocado os estudos de rituais, como ações simbólicas transformadoras de estados sociais, concebidos e encenados em dramas sociais, como experiências plenamente significativas, em momentos de tensão e risco de crise nas sociedades, para a consideração de performances vividas no cotidiano ordinário de sociedades modernas, complexas e industriais. Nestas, a fragmentação dos vínculos e das experiências é a tônica e não há possibilidade de restauração plena de significados. As ações performativas seriam restituições de contínuos deslocamentos sociais, de frágeis e fragmentados laços, tendo como um dos mais importantes fundamentos a sua relação com a memória, no evento da performance:

1) algo acontece ao nível da percepção (sendo que a dor ou o prazer podem ser sentidos de forma mais intensa do que comportamentos repetitivos ou de rotina); 2) imagens de experiências do passado são evocadas e delineadas – de forma aguda; 3) emoções associadas aos eventos do passado são revividas; 4) o passado articula-se ao presente numa “relação musical” (conforme a analogia de Dilthey), tornando possível a descoberta e construção de significado; e 5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão”. Performance – termo que deriva do francês antigo *parfournir*, “completar” ou “realizar inteiramente” – refere-se, justamente, ao momento da expressão. A performance completa uma experiência (TURNER, 1982 apud DAWSEY, 2006, p.19)

Tais fenômenos mnemônicos internos à pessoa fazem parte, pois, de um processo de subjetivação que contempla sua trajetória de pertencimentos e deslocamentos sociais, que o remete a diferentes “províncias de significados” (SHUTZ apud SOARES, 1994). Trazendo a idéia de um mundo estilhaçado e frágil de vínculos sociais pouco definidos, a performance de Turner teria a imagem de uma ação de bricolagem da memória frente às experiências do presente, com certo grau marginal relativo aos processos de maior coesão social e um tanto de improviso comparado à instituição do rito (DAWSEY, 2006).

Neste sentido, podemos aproximar a experiência da performance de Turner concernida no conceito de mundaneidade de Paul Ricoeur como fundamental nos processos de formação e instauração da memória. Na mundaneidade entra a espacialidade vivida, o “aqui” e “agora”, lugar primordial de ação e que se adensa no processos de rememoração. Na atribuição de um “nós” aberto pelas possibilidades da linguagem ordinária posta na mundaneidade, o “quem” da memória pode ser um “eu”, um “nós” coletivo ou um próximo (RICOEUR, 2007).

Esta confluência na mundaneidade e sua abertura a temporalidades das diferentes redes sociais em ação poderia aproximar a idéia de Nora de fragmentação simbólica vivida por grupos sociais e indivíduos dispersamente localizados, e cujos sentidos seriam tramados também de forma fragmentária e diluída. Neste sentido, o regime de historicidade estaria submerso a dispersão de diferentes regimes simbólicos, naquilo que faz sentido a cada um ou em suas sociabilidades e socializações particularizadas em coletividades.

Mas a abertura proporcionada pela performance na transformação criativa de processos mnemônicos seria deslocada em relação a noção de *lugares de memória* de Nora. Estes seriam resquícios, “restos” de uma História-memória que teria perdido sua função de organizar narrativamente a Nação. Resquícios de narrativas históricas realizadas no positivismo e nas filosofias da história do século XIX como sendo elas mesmas a memória. Por isso, afirma Nora, a memória de um determinado regime temporal perdeu seus meios de transmissão, que seriam as grandes narrativas, com a mudança para uma historiografia que fazia a “história da história” e não produziria mais memória, a formar representações históricas de forma “ingênua”. Como crítica auto-reflexiva, a historiografia introduziu a própria feitura da narrativa histórica como objeto, num movimento iconoclasta e dessacralizante. Ao invés de criar representações da Nação, a crítica de como essas representações foram criadas pela História. Sem meios, a memória se cristalizou em lugares que através de suas celebrações em monumentos, museus, datas nacionais, ainda faziam ressoar os restos formados nas grandes narrativas da Nação e da República. Daí retóricas de perdas patrimoniais. Mas não seriam mais centrais na formação de identidades da vida social como um todo.

O sentido da performance aqui, vai em uma outra direção, na sua possibilidade antes instituinte sobre bricolagens que até podem servir-se de resquícios de narrativas históricas nacionais, fundantes como narrativas memoriais. Mas não como celebrações cristalizantes e sim como transcendências. Na busca da reinvenção da memória por heranças culturais não transmitidas, as performances aforreferenciadas seriam antes movimentos contra-discursivos do que celebrações de antigas narrativas. O que não quer dizer que não possam se valer poeticamente de alguns de seus “restos” das narrativas nacionais atualizadas ao local.

Performances e recriações de memórias negras: apontamentos etnográficos

Durante a pesquisa desenvolvida entre os participantes do grupo Odara, alguns contextos evidenciavam justamente este sentido performativo, de bricolagem de experiências menmônicas e de diferentes níveis narrativos e simbólicos do passado que davam sentido ao lugar do negro no tecido social mais amplo, transformando-o.

De maneira geral, a pesquisa perscrutava processos de significação da memória entre pessoas e redes sociais que se articulavam pela participação em *espaços negros* cuja

territorialização se dava por uma auto-proclamada e desejada sociabilidade negra e cuja ênfase recaía ainda na idéia de movimento cultural e resistência aos racismos – espaços tais como os clubes de negros, Fica Ahí, Chove Não Molha, fundados na década de 1920, e no Grupo Odara, fundado ao final da década de 1990, que se colocava na perspectiva de movimento político pela ação estética e pesquisa cultural aforreferenciadas, como já mencionado.

Havia, pois, uma distinção geracional quanto aos modos de se inscrever nestes espaços, recaindo em uma continuidade de sociabilidade das gerações mais velhas nos bailes e festas dos clubes negros e uma participação engajada de adolescentes e jovens adultos no grupo Odara, que tinha na performatização da dança “afro” – uma forma estetizada na dança de gestos retirados de rituais de religiosidades afrobrasileiras e deuses de mitologias “africanas” – seu principal modo de participação. Tal distinção era vinculada a visões de como transcender clivagens sociais dadas no que em comum se compreendia como fruto dos “racismos” contemporâneos e antigos, e advindos da experiência inaugural da escravidão. Havia, pois, uma ruptura geracional, apesar dos vínculos de parentescos existentes entre jovens e “mais velhos”, da forma de lidar com lugares sociais racialmente demarcados e hierarquizados e que se expressava tanto em modos estéticos diferenciados de sociabilidade como da forma de compreender o passado na trajetória social dos negros brasileiros em geral.

Para os mais velhos, os clubes negros, especialmente o Fica Ahí, significavam um espaço de ascensão e distinção social dos negros, demarcavam acesso à respeitabilidade e à visibilidade, a própria inserção como participantes da sociedade, como *seres sociais* e não mais como “bichos”, categoria que definia o modo como percebiam serem tratados os escravos – seus ascendentes – e, pelas narrativas de avós e bisavós, nas primeiras difíceis décadas do pós-abolição. Sua própria juventude, vivenciada nos anos de 1950 e 1960, era lembrada como sendo rigidamente controlada pela vigência de certas regras sociais, que asseguravam o novo estatuto das pessoas negras, como pessoas “de sociedade”. Regras que se referiam sobretudo ao controle moral da sexualidade, e a adoção de gestos e formas de vestir que consolidariam respeitabilidade, num rígido controle das formas expressivas do corpo, como preço a ser pago – podemos interpretar – pela reversão como seres reconhecidamente sociais e cujo cenário e ambiência dos clubes ajudavam a construir. Sobre este aspecto, colunas sociais do jornal A Alvorada – imprensa negra publicada na cidade de Pelotas, entre 19 e 1964 – eram lembradas complementarmente às recordações dos namoros em bailes, nos passeios na ruas e em outros espaços, como formas de vigilância sobre condutas sexuais e outras que correspondessem a um disciplinamento de sua expressividade corporal. A este respeito, como bem já observou Pinho (2004), as tensas relações travejadas por racismos e hierarquias racializadas têm constituído o corpo do negro como uma *arena*, como atravessado e disputado em diferentes cadeias semânticas do seu *dever ser*.

Os jovens e adolescentes do grupo Odara, entretanto, concebiam naquele momento os clubes negros, como lugares pouco representativos de “questões negras”, do que seriam referências “negras”, relacionadas a uma África mítica esquecida no passado e perdida ou estilizada pela experiência diaspórica da escravidão – origem do corte – que deveria ser revisitada, as quais deveriam ser pesquisadas e *rebuscadas*. Sobretudo, as formas estéticas e decorativas do Fica Ahí, suas “paredes brancas” com detalhes azuis, a ausência de objetos representativos de “africanidade” eram vistas como não simbolizando o reencontro a uma origem que foi eclipsada, e nem proporcionava o reencontro a experiência dos antepassados escravos e seu sofrimento. Faltava “cor”, faltavam referências estéticas de “marrons” e “palhas” de uma paisagem africana, e projetos que visassem à uma melhoria das condições sociais contemporâneas dos negros em contextos de enfrentamento de relações excludentes e racistas. Os bailes e jantares de sociabilidade dos mais velhos também seriam esvaziados de projeto estético-político de pensar e agir sobre o racismo e sobre como transcendê-lo. Numa recriação dos significados memoriais destes espaços, os mais velhos eram também acusados de “não contarem nada”, ou “pouco falarem”, ou “não gostarem muito de falar coisas do

passado”, tendo este “passado” pouco a ver com a recordação da juventude dos avós e parentes mais velhos, de seus bailes e namoros, de suas estratégias de ascensão social, de suas adesões a agremiações negras como possibilidade de uma vivência de sociabilidade urbanizada e festiva.

O “passado” o qual focavam essas expectativas seria mais conotado a narrativas que desvelassem alguma experiência importante da época da escravidão e uma possível filiação simbólica a cultura “africana” herdada, isto é, alguma forma de resistência cultural mesmo que contextualizada em tensas situações de violência e sujeição. Neste sentido, o “não dito”, aquilo que foi silenciado pelos mais velhos não era compreendido dentro de suas estratégias significativas de não atualizar experiências humilhantes, como modos de resistir a formas de dominação, como bem observa Pollak (1989), em sua interpretação sobre formas de silenciamento e esquecimento das memórias em populações vitimadas por processos sociais de perseguição, de exclusão e de violência física e simbólica.

E onde seriam buscados estes elementos? Por um lado, na experiência religiosa afrobrasileira – nos rituais das e nas “terreiras” e “casas de religião” - e na pesquisa de religiosidades e mitos africano associados ao tema da “ancestralidade”, que deveria se expandir para além do fenômeno circunscritamente religioso, com a depuração de elementos menos sincretizados estabelecendo uma filiação cultural mais “autêntica” de uma experiência originária. Nesta mesma linha, a pesquisa de sonoridades e batuques, o tocar o tambor como forma mediadora entre o religioso, o mítico e a expressividade corporal do negro em sua dimensão não disciplinada, não subjugada, encontrada nas rodas de samba e nos batuques religiosos.

Por outro lado, no reconhecimento dos espaços e lugares da cidade, em suas formas arquitetônicas e em seus elementos simbólicos, como fantasmagorizados pela presença, no passado, da vida sofrida e do trabalho escravo - dois dons espoliados à força - e suas possibilidades simbólicas de regeneração a serem vividas como reencontro através da “energia” que permanece no lugar. Em paisagens fantasmagorizadas de “espíritos vibrantes” que uma memória social mais difusa da cidade, em diferentes redes sociais, negras e brancas, entre classes populares e médias as quais sussurravam a ouvidos atentos e interessados.

Não à toa era a dança “afro” que centralizava as ações do grupo Odara. Suas coreografias eram embasadas nos movimentos dos deuses das religiões afrobrasileiras, com toda a carga de significado de interpretações de suas agências e potências e transportadas para o cenário vivido tanto na época da escravidão como no presente dos dançarinos, liberando-os de terem seus corpos negros vigiados e enquadrados a um disciplinamento moral, como seus pais e avós. Como forma de sociabilidade, ela agrupava e seduzia os participantes pelo prazer corporal libertário e estético que proporcionava, pela identificação e pertencimento ao coletivo, como forma de agenciamento político, ela colocava em ação a possibilidade de passar da dimensão religiosa inscrita nos terreiros e nos rituais, para sua inserção política como agenciamento performático ao modo pensado por Turner.

Tomados na experiência da dança e pesquisa de referenciais “afro” suas coreografias tramavam e encenavam a força de orixás tais como Oxum, Yemanjá, Xangô e, de um modo particularmente observado por mim, de Nana Borucu. A manifestação desses orixás na dança era reorientada às paisagens fantasmagorizadas da cidade de Pelotas e suas antigas charqueadas, senzalas e pelourinhos. Numa busca política do passado era reconhecido a vivência de uma “energia” nestes espaços, que era percebida como um encontro, uma força que adensava experiencialmente o corpo, a subjetividade, sobretudo porque dançavam com o pé no chão, descalço como o antigo escravo. A dinamização do pé em contato com o chão que em suas vozes cantavam: “Era o sangue que se misturava com a terra, era a terra que gerava vida, trabalho e cultura” era percebido como um contato real da energia do corpo destes escravos, que ainda vibravam nesta terra, pensada como lama, mistura de terra e sangue, e que tem na orixá Nana Borucu sua regente, uma vez que ela é a força vital da lama, sua

potência cósmica. A ênfase do toque de tambor que fazia aumenta esta relação com o encontro da “energia” se colocava como uma sociabilidade anterior e um aprendizado das formas religiosas afrobrasileiras de “chamamento” das energias das entidades e orixás, mas agora recodificadas nas aparições vibrantes dos ancestrais escravos sacrificados.

Na forma do diálogo, elas foram estabelecendo significados às experiências de dançar e coreografar, que tem mesmo uma abertura vivida como performance, no sentido que Turner definiu, na sua exploração das experiências memórias para extrair um novo sentido, uma idéia de fazer completar, realizar a experiência presente. Sobre os sentidos de uma memória coletiva difusa sobre os espaços da cidade, dos lugares fantasmagorizados da escravidão, realiza-se uma ação, no caso a dança, que transforma e regenera experiências profundas dos racismos de antigamente e de hoje pelo reencontro possível através da dança que conecta a “energia” e os dons expoliados dos escravos – seu corpo, sua vida e seu trabalho – como restauração simbólica. A performance não está claro nas narrativas que me faziam saber, mas na própria dança, cujo diálogo revela sentidos, emoções e significados experienciados, pela própria expressão de suas formas, que permitem uma interpretação mais profunda do que só a descrição dos movimentos, da música e da percussão feitas pela observadora. Neste caso, ele completa a performance, como momento de incorporação de sentidos à experiência performática pela projeção da fala, como relação de completude entre os dançarinos, entre si, e uma alteridade restaurada como sendo, senão um mesmo, um pertencimento: o reencontro simbólico com ancestrais escravos.

É um momento, tal como exposto por Barash (2012), de reconhecimento de um significado coletivamente construído para uma experiência profunda e que se produz como memória coletiva. E ela reverbera e se nutre de outras fontes memórias como a memória mais ampla da topografia fantasmagorizada das charqueadas e das cidade de Pelotas e suas “energias”, assim como dos saberes dos orixás alicerçados tanto em pesquisas realizadas por seus membros como pelo reconhecimento das casas de religião e das mães de santo e pais de santo como guardiães de experiência religiosa originária de filiação africana.

A categoria “energia”, polissêmica, recebe pelo menos, duplo sentido: a mesma “energia” que circula nas terreiras e casas de religião, força vital de entidades, espíritos, deuses e dos pais e mães de santo e “energia” como reminiscência de algo que “vibra” desde o passado e interfere na vida dos vivos e da própria cidade de Pelotas. Ela ressoa reciprocamente, vinculada semanticamente a outras categorias, como de “lama”, de “pesado”, de “sangue” misturado à “terra”, que é também uma forma de “lama”, em que a “energia” vibra. Modos simbólicos de lidar com a memória da escravidão de Pelotas, que numa versão mais conhecida e difusa trata da “lama de sangue e terra” que se convertiam os espaços das charqueadas, principais centros de exploração da mão de obra escrava e no centro das narrativas de fundação da própria cidade, entre historiadores e moradores. São novos modos de simbolizar, numa abertura expressiva e constitutiva da experiência pela trama simbólica em comum posta em ação.

A performance da dança realiza, pois, uma transposição de arranjos sociais dos usos rituais da religiosidade das terreiras e casas de religião: para as gerações mais velhas, ela se dispõe nestes espaços, controlada pelos pais de santo e mães de santo, muitos dos quais, frequentadores do Fica Ahí. Clubes negros e casas de religião são dimensões e formas diferentes de lidar com a inserção social, com a memória da trajetória social dos negros e os modos de lidar com os racismos de antes e de hoje. No modo de concepção dos participantes do Odara, o religioso se conecta ao político e ao estético, sendo liberado do controle dos pais e mães de santo, e se convertendo em fonte generativa de novas formas políticas e estético-expressivas de lidar com desigualdades postas pelos racismos, pensadas pela possibilidade de rearranjar disposições simbólicas das memórias coletivas.

Vale observar que a respeito de outras análises sobre memória social que envolvam formas de vitimização de um coletivo, dados por pertencimentos étnicos, não temos neste

arranjo simbólico da performance da dança afro, uma reivindicação como herdeiros de uma dívida moral social, nem trauma numa analogia psíquica do indivíduo, como explorou Ricoeur (2007) e como se observa em outros processos coletivos de disputa memorial através da ênfase da vitimização, como forma de contrair um crédito social (cf. MICHEL, 2010). Há sim a proposição de uma transcendência, pela experiência encantada e transformada do encontro provocado na dança com a “energia”, de dons resgatados de vida e corpos sacrificados, de uma *filia* restaurada.

Neste sentido, estes rearranjos performáticos, colocam-se numa relação de transposição dos *lugares de memória*, nutrindo-se de muitas temporalidades e regimes simbólicos da oralidade, numa pluralidade de sistemas simbólicos para além dos restos narrativos de uma História-memória. Propriamente, tais movimentos performativos das memórias, estão naquela dimensão de abertura de novos sentidos e arranjos sociais pela dimensão expressivo-constitutiva da linguagem. O “quem” da memória tramado aqui se põe em um acordo significativo sobre a experiência significativamente e coletivamente vivida, transformando não apenas os sentidos do passado, mas as identidades, as filias e pertencimentos de sujeitos re-situados nesta experiência.

Referências

- ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar (Org.) *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Palas/CPDOC-FGV, 2007.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- BARASH, Jeffrey A. *O lugar da lembrança. Reflexões sobre a teoria da memória coletiva em Paul Ricoeur*. **Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.6, Jan / Jun. 2012 .
- CANDAU, Joel. *Antropologia de la Memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.
- _____. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *La mémoire, la perte et la doute*. **Memória e Esquecimento**. Pelotas, 2012.
- COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva/Editora da USP, 1989.
- DAWSEY, Jonh. *Turner, Benjamin e Antropologia da Performance: O lugar olhado (e ouvido) das coisas*. Revista **Campos** 7(2):17-25, 2006.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/ USP, 1988.
- FERREIRA, Maria Leticia M. *Políticas da Memória, Políticas do Esquecimento*. **Revista Aurora**, 10, 2011.
- GARCIA, Patrick. *Les lieux de mémoire : une poétique de la mémoire ?* **EspacesTemps**, nº74/75, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- KOSSAIFI, Christine. *L’oubli peut-il être bénéfique ? L’exemple du mythe de Léthé : une fine intuition des Grecs. ¿ Interrogations ? - Revue pluridisciplinaire en sciences de l’homme et de la société*. Numéro 3. L’oubli. Décembre 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- _____. *Los marcos sociales de la memoria*. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepcion: Universidad de ConcCaracas: Universidad Central ed Venezuela, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- MICHEL, Johann. *Podemos falar de uma política de esquecimento?* **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 10, 1993.

PINHO, Patricia de S. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. *O rigor da indisciplina: ensaios de Antropologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: ISER/ Relume-Dumará, 1994.

TAYLOR, Charles. A importância de Herder. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000a .

_____. Heidegger, linguagem e ecologia. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000b.

Uma comemoração no espaço urbano: Duque de Caxias e a festa de Santo Antônio

Renata de Almeida Oliveira⁴⁷⁷

Regina Abreu⁴⁷⁸

Resumo

Este artigo corresponde às primeiras reflexões de minha Tese de Doutorado. A cidade de Duque de Caxias tem representações simbólicas muito fortes, onde a valorização de personagens e festividades são exaltadas tanto pela população, quanto pelas autoridades locais. Tal fato pode ser percebido pelo próprio nome da cidade: Duque de Caxias. Luis Alves de Lima e Silva, na percepção dos agentes sociais da cidade é seu cidadão mais ilustre, visto ter nascido na região. A representação do Patrono do Exército e também Patrono da Cidade é o pontapé inicial para uma série de representações simbólicas dentre as quais se encontra a Festa de Santo Antônio, padroeiro local. A festa acontece há mais de 50 anos na cidade e passou por diversas fases. Com o tempo cresceu e ganhou diversos apoios. É uma festa que mistura o tradicional, a religiosidade, o novo, as festividades e, este artigo pretende fazer uma breve análise da festa e da sua importância para a cidade.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio Imaterial, Comemorações.

Introdução

“Que seria de mim meu Deus
Sem a fé em Antônio
A luz desceu do céu
Clareando o encanto
Da espada espelhada em Deus
Viva, viva meu santo”.
(J. Velloso)

Cocada, cuzcuz, pé de moleque! Uma cidade a se preparar para um dos mais importantes eventos do ano: a comemoração de seu Padroeiro. Estou escrevendo sobre a cidade de Duque de Caxias que tem como Padroeiro o Santo Antônio, popularmente conhecido como o “Santo Casamenteiro”. O espaço urbano se torna um lugar de diversas histórias e memórias locais. E é sobre as relações das comemorações do Padroeiro e a cidade que pretendo apresentar uma reflexão neste artigo.

É importante destacar que o local possui tradicionalmente representações simbólicas muito fortes. Tais representações partem da própria população ou de agentes locais, como representantes do governo e representantes religiosos. A força com que os símbolos estão presentes no cotidiano da cidade é notória. No entanto, antes de aprofundarmos neste assunto, considero importante situar a região.

O Município de Duque de Caxias possui grande importância para o Estado do Rio de Janeiro. Com população estimada em 2013 de 873.921 habitantes e por possuir 467,619 km², segundo dados do IBGE, abriga o segundo maior colégio eleitoral e o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado. No entanto, os investimentos em setores básicos para a população ainda está aquém do Estado do Rio de Janeiro e de uma grande Metrópole. A população convive com falta d’água e de saneamento básico, saúde e escolas precárias. Ainda assim, os dados comprovam a importância econômica da cidade mesmo que aparentemente não tenha retorno para a população.

⁴⁷⁷ Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) - cultura.renata@gmail.com

⁴⁷⁸ Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) - abreuregina@gmail.com

Considerando essa importância que Duque de Caxias ganhou, o destaque para este artigo se refere justamente ao crescimento da valorização das ações culturais locais. Esse trabalho é realizado, no âmbito social, por agentes culturais e historiadores da cidade e, no âmbito público, através do Instituto Histórico e Geográfico e, do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo além da Secretaria de Comunicação e Ações Institucionais, que possui um setor de Eventos. No entanto, é importante ressaltar questões importantes acerca da relação entre memória e história no contexto de Duque de Caxias. A cidade possui oficialmente uma história bastante recente. Com sua emancipação na década de 1940, os agentes locais que buscam a construção de uma história oficial remontam a passados pré-históricos, coloniais, até o período republicano, fazendo uma construção do território que hoje abrange Duque de Caxias. É notório que é concedido grande destaque à história política da cidade e, justamente por se tratar de uma história oficial mais recente, sua construção muitas vezes parte da memória de cidadãos que vivem há décadas na região. Assim, relembram fatos e lugares importantes para a construção da história local. Deste modo, relacionando suas comemorações, memórias, histórias e seus lugares, considero importante destacar um trecho do texto de Pierre Nora “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, no qual justamente reflete sobre a necessidade de se criarem manifestações, que, para ele, não são naturais. (NORA, 1993, 13)

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.” (NORA, 1993, 13)

Deste modo, considero que a cidade não é apenas um amontoado de ruas, casas, transporte e uma tentativa de funcionamento orgânico e sim, o conjunto de ações que possam ser desenvolvidas naquela localidade, como afirma o autor Robert Ezra Park, logo no início de seu artigo intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”:

“... a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição.” (PARK, 1916, 01).

Em seguida, o autor complementa afirmando os processos vitais que envolvem as pessoas que compõem a cidade e, é nesse sentido que a Comemoração da Festa de Santo Antônio se insere nos processos dinâmicos e vitais que envolvem o cotidiano local.

Construindo a memória simbólica da cidade

A cidade de Duque de Caxias possui representações simbólicas muito fortes e que levam ao acontecimento de diversas comemorações que mobilizam seus diversos setores. Tal fato pode ser inicialmente observado justamente na escolha do nome da cidade: Duque de Caxias. Essa escolha se justifica por causa do nascimento de Luís Alves de Lima e Silva na região, mais especificamente na “Fazenda São Paulo”, localizada em um bairro atualmente denominado Taquara, interior do município.

Sendo assim, se podem destacar diversas manifestações simbólicas que muitas vezes passam despercebidas por estarem completamente integradas ao cotidiano local. Deste modo, se destaca o Bairro denominado “Jardim 25 de agosto”, data do nascimento deste homem, Patrono do Exército Brasileiro, e, que atualmente é comemorado o “Dia do Soldado”. Neste bairro localiza-se ainda a “Avenida Brigadeiro Lima e Silva”, uma das principais avenidas que homenageia o nome de seu Patrono. Dentro da coleção simbólica da cidade, comemorando

este Patrono, existe ainda a “Praça do Pacificador” – como ficou conhecido pela sua atuação no Império –, onde atualmente abriga o “Centro Cultural Oscar Niemeyer” o qual abrange o “Teatro Municipal Raul Cortez” e a “Biblioteca Governador Leonel de Moura Brizolla”, construções que foram projetos do arquiteto que leva o nome da praça e são as únicas na Baixada Fluminense por ele assinadas. Na arquitetura da Biblioteca contém o símbolo “Z” que seria uma representação do Prefeito que levou o espaço para a cidade, José Camilo Zito dos Santos Filho, e é notoriamente um símbolo legitimado pela população pelas suas realizações.

A grande comemoração que reverencia o fato de Luiz Alves de Lima e Silva, Patrono do Exército Brasileiro – e que seu título concedido em 23 de março de 1869, um dia depois de ser desligado oficialmente das forças em operações no Paraguai – tornou-se nome do Município, se dá no dia 25 de agosto, quando ocorre o desfile cívico na cidade, com a participação de diversas escolas, sendo um importante evento do calendário anual de comemorações.

Destaca-se também outro personagem que desperta curiosidade e está presente no imaginário da população: um dos migrantes mais conhecidos que saíram do Nordeste e se instalaram na Baixada Fluminense foi Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, que se popularizou como Tenório Cavalcanti ou, também, como “o homem da capa preta”. O político Tenório, apesar de ser conhecido como “O Deputado Pistoleiro”, impulsionou a política e a economia da cidade de Duque de Caxias e até os dias atuais gera polêmica e muitas discussões, em histórias ainda vivas nas memórias da população, sobretudo pelas curiosidades geradas pelas suas ações, tal como, sua Fortaleza e os caminhos desconhecidos que levam a diversas saídas pela casa, como um labirinto. Tenório não é um político que possui um dia e comemoração próprios na cidade, no entanto, sua presença é marcante na construção histórica e política local, e se tornou tema de um filme, livros, sendo um ícone e uma incógnita nacional.

Por fim, destaco outro importante símbolo, uma comemoração que é o objeto deste artigo e se refere ao Padroeiro da cidade de Duque de Caxias: Santo Antônio. Anualmente a Paróquia de Santo Antônio em parceria com a Prefeitura realiza a Festa que comemora o Santo Padroeiro. Tem duração de 5 dias e, além dos rituais religiosos que envolvem essa comemoração, há também diversas atividades e ações pedagógicas e culturais. Para finalizar, existe ainda uma rua em homenagem ao Santo, localizada no bairro Vila São Luiz.

O debate acerca das questões simbólicas na cidade de Duque de Caxias está claramente vinculado aos conceitos de comemorações, memória, história e patrimônio intangível e espero que tal fato seja perceptível ao longo deste artigo. As ruas, praças, símbolos e, sobretudo a igreja e a região de seu entorno a qual são realizadas diversas comemorações, são lugares os quais tais memórias não se cristalizam. A cada ano, novos fatores são acrescentados às comemorações e a memória é tomada como história.

Notoriamente os símbolos estão além da pedra e cal, passam por pessoas, imagens. São construções ou formações de heróis como foi claramente evidenciado por José Murilo de Carvalho no capítulo de seu livro “A Formação das Almas” onde ele disserta acerca da escolha de Tiradentes como “um herói para a República”. Neste caso, o autor coloca a escolha de Tiradentes com algo que partiu da necessidade de se ter um personagem que representasse a história oficial. Já na cidade de Duque de Caxias também acontece essa construção de seus heróis. O primeiro exemplo se dá através de seu próprio Patrono, o Duque de Caxias. Um personagem muito importante historicamente, escolhido como Patrono do Exército Brasileiro, também foi escolhido para ser o representante legítimo quando se trata de se “lembrar e comemorar” a cidade. No entanto, não necessariamente as escolhas pelos heróis da cidade partem de uma vontade oficial de órgãos públicos. Muitas vezes são escolhas feitas pela população, como por exemplo, mitológico, mesmo que ainda vivo José Camilo Zito dos Santos Filho, que foi Prefeito da cidade por 12 anos e se tornou famoso por ter “tirado Duque de Caxias da lama” literalmente.

Comemorando a cidade

Nascido em Lisboa por volta do ano de 1193, o Santo conhecido como Antônio foi batizado como Fernando Martinho de Bulhões na Sé Catedral de Lisboa. O local em que nasceu é hoje uma igreja que leva o nome de “Santo Antônio de Lisboa” e conserva sua cripta, que recebe diariamente centenas de fieis, afinal, é um dos mais importantes pontos turísticos da cidade de Lisboa, visto que Santo Antônio é Padroeiro de Portugal e o primeiro português a ser santificado e reconhecido internacionalmente.

Do outro lado do oceano, Santo Antônio é também Padroeiro de uma das cidades mais importantes da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro: Duque de Caxias. A festa de Santo Antônio é um evento muito tradicional na cidade. Esta etapa do artigo será relatada de acordo com entrevistas realizadas na festa que aconteceu entre os dias 11 e 15 de junho de 2014. Tais entrevistas foram realizadas com fieis, visitantes, autoridades do governo municipal e religiosas.

Deste modo, me refiro a uma etapa da pesquisa de inspiração antropológica, em que participei de alguns momentos das discussões acerca da organização de festa, bem como, vivenciando todos os dias do evento.

Ao utilizar a metodologia da etnografia *“vivenciamos a experiência do viajante que percorre uma região, buscando exercitar um olhar que estranha, que inquire, que indaga, que procura novos ângulos, novas perspectivas, novas faces de paisagens já vistas e consagradas”*. (ABREU, mimeo). A etnografia é a pesquisa, no sentido de que é a partir do campo, dos agenciamentos que o campo proporciona que o trabalho vai tomar corpo.

“Os agenciamentos são datados, transitórios e sempre em relação com um limiar que, atingido, promove uma virada, uma mudança. Deleuze (1977:84) escreve que a única unidade do agenciamento é o “co-funcionamento”, que ele também chama de “simpatia”. Na linguagem e na vida estamos sempre nesse regime de conexão, de falar “com”, agir “com”, escrever “com”. A *simpatia* para Deleuze (1977:66) é essa composição de corpos (físicos, psíquicos, sociais, verbais etc.), essa “penetração de corpos”, essa afecção nos agenciamentos, e não “um vago sentimento de estima”. Pode envolver amor ou ódio, ela é o modo de conexão nos agenciamentos, o “co-funcionamento”.” (CAIAFA, 2007, 152)

As relações estabelecidas no campo entre o observador-participante e o narrador, então, é diferente da relação com o informante. Neste caso, o intuito não é de simplesmente coletar informações, e sim, intercambiar experiências, afinal, *“a experiência que passa de pessoas a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”* (BENJAMIN, 1993, 198).

“A narrativa, na condição de modalidade específica de comunicação humana, floresce num contexto marcado pelas relações pessoais. O narrador é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória; ou que aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. A narrativa sempre remete a uma distância no tempo ou no espaço. Essa distância é mediada pela experiência pessoal do narrador. Para Benjamin, os grandes modelos de narradores eram o velho artesão que conhecia as tradições de sua aldeia, e o marinheiro, que narra suas experiências, adquiridas em viagens”. (GONÇALVES, 2009, 172)

Deste modo, podemos considerar o velho artesão os narradores que encontramos no caminho, e nós, etnógrafos, o marinheiro, que narra experiências adquiridas nas viagens. Em muitos museus encontramos a imagem do velho artesão Benjaminiano, pessoas que conhecem a história da cidade profundamente e transformam essa história em suas memórias pessoais, pois fizeram parte da construção da identidade local, ou de alguma forma, consideram importante preservar essas memórias.

A receptividade tanto por parte dos membros da igreja, desde o Padre responsável pela Paróquia até as representantes das Congregações e Irmandades que auxiliam na organização da festa e, do Poder Executivo local foi muito boa. A valorização de um evento cultural da cidade desperta um misto de curiosidade e satisfação sendo inclusive um impulso para elevar a autoestima da população de um local que abriga diversos problemas sociais.

A sutileza com que o evento é organizado pelas pessoas – em sua maioria senhoras – que integram as Irmandades Religiosas é encantador. Cada detalhe é pensado de acordo com a programação tradicional da festa. As festividades se iniciam no dia 31 de maio com a “Trezena de Santo Antônio”⁴⁷⁹ e termina no dia 12 de junho, dia em que é comemorado o “Dia dos Namorados” no Brasil. Pude acompanhar a trezena que não modifica a programação da igreja: os dias das missas de intenções não se alteram, por exemplo. A diferença da “Trezena de Santo Antônio” é poder acompanhar devotos ao santo que todos os dias vão fazer seus agradecimentos e pedidos. Além disso, a história de Santo Antônio e seus Milagres são exaltados em diversos momentos da Missa que termina com um momento de devoção e adoração.

A abertura da festa aconteceu no dia 11 de junho com a tradicional missa da “Trezena de Santo Antônio”, presença de autoridades locais e shows. É importante destacar que a festa é dividida em duas partes. Na primeira, a festa que acontece no pátio e no salão de eventos da própria Paróquia. Nesta festa, as barracas pertencem às Irmandades Religiosas, acontecem shows no salão de eventos e atividades religiosas tradicionais. Do lado externo da Igreja, o apoio da Prefeitura é evidente. Foram colocadas 59 barracas de comidas e bebidas, stands culturais, onde artistas da cidade puderam mostrar sua arte, caminhão da ciência, caminhão da leitura, “Circuito Gastronômico” – um local onde os principais restaurantes da cidade estavam apresentando seus cardápios, em um estilo “Praça de Alimentação”. De fato, o “Circuito Gastronômico” é um espaço separado, onde os produtos são mais caros e é frequentada por uma classe econômica mais elevada da cidade –, diversos shows que aconteceram no palco externo do Teatro Municipal Raul Cortez, que se localiza no Centro Cultural Oscar Niemeyer e a II Feira Literária que reuniu uma série de eventos como, espetáculos teatrais, conversa com autores e lançamento de livros. O cartunista Ziraldo criou a logomarca do evento e esteve na festa em uma das atividades da Feira Literária.

Nas entrevistas realizadas, pude perceber a presença de devotos de diversas religiões tanto nos eventos que aconteciam dentro quanto, nos eventos que aconteciam fora da Paróquia. Estima-se que cerca de 250 mil pessoas estiveram na Festa de Santo Antônio ao longo dos 5 dias⁴⁸⁰.

No dia 12 de outubro acontece o “Jantar dos namorados” elaborado e organizado pelas Irmandades. A escolha do cardápio, compra do material e venda dos convites é feito pelas Senhoras com muito afinho e devoção. Neste dia, se encerra a “Trezena de Santo Antônio” e se realizam ações de reafirmação dos votos de amor entre casais. É importante destacar a presença de casais que se conheceram na festa em anos anteriores. Alguns frequentam todos os anos a festividade em agradecimento ao Santo, conhecido como “Casamenteiro”. Crendice popular ou não, os fieis passam os treze dias de orações e mais os 5 dias de festa amarrando seus pedidos no Santo, geralmente para amor e saúde, já que Santo Antônio é também conhecido por ser “o santo das causas imediatas”.

Em 13 de junho, dia em que se comemora o Santo Antônio, é feita a distribuição dos pães, que os devotos colocam em potes de alimentos não perecíveis ou, até mesmo se alimentam, para que sejam abençoados. Neste dia, na porta da Igreja um fato chamou a atenção. A presença de Pai Ricardo de Ogum, que disse estar ali, pois tinha como missão ir para o Rio de Janeiro e no dia 13 de todos os anos estar na porta de uma Igreja de Santo Antônio, dando o que ele chamou de “Axé” nos fieis. Na manhã deste dia, logo após pegar o pão e assistir a Missa dos Devotos, muitos fieis paravam diante de Pai Ricardo de Ogum para “tomar o axé”. É um fato curioso e que mostra a diversidade religiosa local e da festividade. Não cabe ainda neste artigo falar sobre a representação de Santo Antônio em outras religiões, no entanto, esse é um fato curioso que deve ser ressaltado na etnografia da festa.

⁴⁷⁹ Diferente do que acontece na cidade Lisboa, onde nasceu Santo Antônio. Lá, a trezena se inicia no dia 1 de julho e vai até o dia 13 de julho, dia próprio do Santo.

⁴⁸⁰ De acordo com dados da Defesa Civil.

Na noite do dia 13 de junho a Procissão de Santo Antônio é o grande destaque. Os fieis seguem a imagem pelo calçadão – área comercial – da cidade. Neste momento avistei uma criança vestida de Santo Antônio. De acordo com a mãe, ela e o filho estavam pagando uma promessa, agradecendo ao Santo pela cura de uma enfermidade.

O Padre Renato Gentile destacou a importância da festa e o crescimento da Paróquia. Segundo ele, a escolha de um Padroeiro Franciscano foi um presente deste grupo que circulava a cidade.

A Festa de Santo Antônio é assim. Um misto de devoção e festa. Um misto de classes econômicas, grupos religiosos e pessoas que querem aproveitar uma quermesse. Não podemos afirmar que as 250 mil pessoas presentes ao longo dos 5 dias de festividades estavam presentes em devoção, afinal, alguns entrevistados que se denominaram “evangélicos” afirmaram que estavam na festa pelas comidas típicas, shows e não frequentaram as missas.

A importância e como a Festa de Santo Antônio influencia na dinâmica da cidade, desde sua organização até sua realização é algo que deve ser destacado e é nesse contexto que esta pesquisa se insere. Sendo assim, seria a Festa de Santo Antônio um Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade?

Considerações finais

Considero importante que se destaque o quanto a Festa de Santo Antônio se insere na vida das pessoas. Muitas histórias de vida foram relatadas, muitas pessoas que já foram “barraqueiros”⁴⁸¹, que conheceram seus maridos e esposas, que pagam promessas. De alguma maneira, integra a vida cotidiana da população. A festa é esperada, desde as ações religiosas que lota a igreja de fieis durante as atividades que se iniciam no dia 31 de junho na “Trezena de Santo Antônio” até os shows que acontecem durante os 5 (cinco) dias do evento.

É importante ressaltar, que existe uma espécie de ritual que envolve essa comemoração: se inicia pela “Trezena de Santo Antônio”, as barracas, o jantar dos namorados no dia 12 de junho e reafirmação de votos dos casais; uma série de missas que se iniciam na manhã do dia 13 de junho – dia de Santo Antônio –; distribuição do pão de Santo Antônio, entre outras ações que acontecem na cidade durante a semana em que o Santo é comemorado. Deste modo, considero importante o debate acerca da patrimonialização da festa na cidade, tanto pela tradição das ações que acontecem quanto pela importância e influência concedida tanto pela igreja, quanto autoridades, bem como, e, principalmente, a população.

Referências

ARANTES, Antônio A. Patrimônio Cultural e Cidade. In: FORTUNA, Carlos. LEITE, Proença Rogério. (Orgs) *Plural Social: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra, 2009.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993;

CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁸¹ Pessoas que foram donas de barracas de alimentos, bebidas e brincadeiras em alguma festa ao longo dos anos.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *in*: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, RJ, 2ª Ed., DPA, 2009.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O (bom e velho) Caderno de Campo*. Sexta Feira (São Paulo), São Paulo, v.1, 1997.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares (págs. 7 -28)*. *In*: Projeto História. (São Paulo), nº 10, 1993.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *in*: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª Ed., RJ, DP&A, 2009.

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. *American Journal of Sociology*, XX (março, 19), pp. 577-612.

“É uma nostalgia gostosa de sentir”: reflexões sobre música, memória e emoção

Diana Castro Melo da Silva⁴⁸²

Resumo

O artigo propõe um diálogo introdutório entre os temas memória coletiva e música popular, a partir da análise do sentimento saudoso, assumido por frequentadores de festas que reproduzem um revival à década de 1980 através de suas músicas. Assim, as emoções envolvidas emergentes do discurso e percebidas (através dele) por quem fala, inserem os indivíduos em uma “comunidade afetiva” em torno de representações de uma temporalidade específica – infância e juventude – referenciadas no período circunscrito que têm na festa, na música da época e na semelhança do gosto musical seus principais elementos.

Palavras-chave: Música popular. Memória coletiva. Saudade. Antropologia das emoções. Festa.

Introdução

O tema da memória enquanto categoria relevante para compreensão de fenômenos sociais vem ganhando grande expressão desde a década de 1980, onde diversas abordagens procuram dar conta de entender como os grupos humanos lidam com a passagem do tempo.

Por ser um tema interdisciplinar, a memória consiste em um campo teórico que dialoga e está aberta a diversas abordagens. As Ciências Sociais têm se beneficiado desta abertura e inaugurando novas perspectivas de abordagem nas quais a interlocução entre memória e subjetividade encontra terreno profícuo quando articulados em estudos com grupos minoritários cujas narrativas buscam legitimação, visibilidade e expressividade de emoções diversas que emergem de contextos traumáticos, diaspóricos e identitários diversos, tensionando de forma peculiar o binômio indivíduo-sociedade.

Caminhando nesta direção, o exercício proposto neste trabalho pretende refletir, de modo bastante introdutório, a relação entre música popular, memória coletiva e emoção a partir da análise de narrativas saudosas por frequentadores de festas que reproduzem um revival à década de 1980 através de artistas e canções da época, tendo na festa o seu lugar de memória reificada e ressignificada (Nora, 1999).

Desse modo, a noção clássica de memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006) norteará a compreensão da razão de ser deste grupo com a perspectiva contextualista desenvolvida pelas norte-americanas Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) ao tomar as emoções e sentimentos como objeto de estudo autônomo da antropologia⁴⁸³.

O principal objetivo é analisar: como o discurso nativo narra a experiência da saudade e emoções envolvidas emergentes do discurso e percebidas (através dele) por quem fala; e o modo pelo qual, através das representações de uma temporalidade específica – infância e juventude – referenciadas no período circunscrito que têm na festa, na música da época e na semelhança do gosto musical seus principais elementos, os indivíduos inserem-se em uma “comunidade afetiva” (Halbwachs, 2006).

⁴⁸² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). E-mail: dayermello@yahoo.com.br

⁴⁸³ Para efeito da análise realizada neste trabalho, a base empírica é a observação participante realizada entre novembro de 2010 e outubro de 2011 durante 8 edições da Festa Ploc 80's que ocorre na cidade do Rio de Janeiro; o acompanhamento de grupos de discussão na Internet através da rede social Orkut, em blogs e sites de música e conteúdo específico relativo à produção cultural dos anos 80 entre novembro de 2010 e janeiro de 2012; e entrevistas em profundidade realizadas em ambiente virtual via MSN Messenger, entre outubro de 2011 e janeiro de 2012 com 10 frequentadores da festa carioca, 2 frequentadores de Brasília (DF) e 1 frequentadora de Fortaleza (CE), onde ocorrem eventos similares. Esta análise integra a pesquisa que realizei para a monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais da UERJ apresentada em 2012.

Considerações sobre a antropologia das emoções, temporalidade e saudade

As Ciências Sociais desde a sua fundação procura desconstruir e relativizar um conjunto de representações psicobiológicas onde as emoções e sentimentos são entendidos como constantes e universais. Com a abordagem interpretativista da cultura introduzida por Clifford Geertz (entendida como um conjunto de teias de significados criados no interior das sociedades), surge na cena antropológica norte-americana uma outra perspectiva para se pensar os afetos e emoções nas ciências sociais. Trabalhos como os de Abu-Lughod (1986); Lutz e White (1986); e Rosaldo, (1980) contribuíram para que as emoções tomassem o primeiro plano da investigação antropológica em um esforço para a consolidação dos estudos das emoções como um campo autônomo no interior da antropologia.

Propondo uma abordagem contextualista derivada da ideia de discurso de Foucault, Abu-Lughod e Lutz (1990) avançam para além da perspectiva relativista em que as subjetividades são vistas como construções culturais em contraponto à crença de que elas seriam estados psicobiológicos.

Nesta perspectiva, as autoras entendem que a expressão dos sentimentos e o significado das emoções tem de ser analisados dentro do contexto social específico no qual se inserem, pois as emoções são essencialmente formadas no contexto do discurso (e assim percebidas por quem fala) que trata sobre elas (as emoções), a fim de que se compreenda suas implicações ideológicas como mediação das relações sociais e de poder dentro de um grupo determinado.

Analisando esta noção aplicada à visão ocidental moderna, Rezende e Coelho (2010) problematizam a crença de que as emoções seriam constantes e universais, discutindo suas dimensões biológicas e culturais e o modo pelo qual as ciências sociais se apropriam deste debate e o elevam a outro nível, no qual, segundo Mauss, a expressão dos sentimentos seria uma linguagem, “em que o indivíduo comunica aos outros aquilo que sente em um código comum, nesse movimento comunicando a si mesmo suas emoções.” (1980:59)

E tal qual uma linguagem, a expressão das emoções é dotada de uma gramática específica na qual é possível compreender sua natureza sociocultural, pois as regras nas quais a expressão dos sentimentos está inscrita tem sua origem na sociedade. Assim, a despeito de sua dimensão interna onde se inscrevem as percepções particulares dos indivíduos, há na sociedade o poder coercitivo que leva a certos padrões de comportamento e expressões de sentimentos que as ciências sociais procuram relativizar como sendo “experiências emocionais que são a um só tempo subjetivas e sociais” (Rezende e Coelho, 2010:74).

Enquanto categoria social, a saudade é um sentimento bom para pensar a relação da pessoa com o fenômeno da duração.

Em seu ensaio sobre a saudade no contexto brasileiro, Da Matta (1993) afirma que ela é uma categoria coletiva dotada de “caráter performativo” que não flui no sentido do indivíduo para a sociedade, mas ao contrário, é dada coletivamente, pois se trata de uma categoria do espírito que exprime a relação humana com a experiência da duração sendo, portanto, universal. Os indivíduos aprendem a sentir saudade e a exprimi-la socialmente revendo suas trajetórias e vivências, assim como fizeram as gerações passadas.

Se tomarmos a expressão das emoções enquanto uma linguagem (Mauss, 1980) dotada de uma gramática específica na qual é possível compreender sua natureza sociocultural (Rezende e Coelho, 2010), nas quais a expressão dos sentimentos tem sua origem na sociedade, temos a saudade ao mesmo tempo como sentimento e reflexão, posto que se constrói socialmente e adquire existência a partir da sua contextualização e do discurso que se tem dela mesma (Lutz e Abu-Lughod, 1990). Enquanto revivem saudosamente, os indivíduos estão também refletindo o que sentem; porque sinto falta (de algo), tenho saudade (Da Matta, 1993).

Muitas vezes definidos sem distinção entre si e considerados como várias faces de uma mesma coisa, saudade, nostalgia e melancolia são estados emocionais evocáveis através da memória, demonstrando como eventos particulares vivenciados por sujeitos específicos encontram consonância em gramáticas emocionais socialmente compartilhadas.

Para Eduardo Lourenço (1999), a saudade é um resgate de um tempo específico, ou o “tempo humano” (temporalidade), situado no passado que é reinventado e contém a melancolia e a nostalgia em si, exprimindo-se aqui e ali numa e noutra forma, e que também assume diferentes interpretações de acordo com o contexto histórico. Lusitano, ele identificará uma emoção incomparável que a saudade assume em sua cultura permeada pelos meandros da memória.

A melancolia e a nostalgia seriam ambas constitutivas da saudade, de um modo demasiado estranho tal como o tempo humano português. A melancolia estaria para a noção mais realista da passagem do tempo como algo que não volta mais, enquanto a nostalgia seria o desejo pelo que se imagina recuperável num determinado lugar ou momento passado. Saudade para os portugueses seria o lugar da (re)invenção do passado como um sonho que recusa a realidade, e como tal reinventa a própria realidade presente (Lourenço, 1999).

Porque dialoga com o tempo, a saudade é fruto da capacidade humana de resgatar por meio da memória “pedaços de tempo” específicos e “desejáveis”. As lembranças evocáveis se fixam na memória que a saudade “permite atualizar” (Da Matta, 1993:32) por meio das relações e do contexto social que servem como pano de fundo para nos informar o que é relevante lembrar e de que modo isto será feito.

Na fala dos entrevistados, a saudade assumiu a forma de discurso saudoso, utilizando-se dele para ser enquanto sentimento e reflexão, pois saudade existe somente dentro de um contexto e emerge de uma relação, de um indivíduo ou uma coletividade em relação aos outros e à sua temporalidade. Aqui, saudade e memória são descobertas tecendo a consciência da passagem do tempo e a avaliação afetiva dessa consciência frente ao passado. Através da memória, os sujeitos revivem e recuperam esse passado e assim promovem a permanência de um eterno presente.

De acordo com Maurice Halbwachs (2006), os seres sociais participam simultaneamente e em diversos espaços sobrepostos de grupos sociais os mais variados, nos quais as sensações e “intuições sensíveis” se deslocam no quadro dos contextos coletivos impostos pela sociedade entre uma e várias memórias as quais podemos contrastar com a nossa. Assim as lembranças se desencadeiam por estímulos que vêm de fora, isto é, as forças pelas quais uma corrente de lembranças é reavivada fazem parte da realidade objetiva que existe fora dos indivíduos. Elas surgem porque algo da ordem do coletivo que corresponde à realidade objetiva novamente se apresenta para nós. Isto porque os estados da memória obedecem à mesma lógica que rege a realidade objetiva e faz com que o grupo se adapte e reproduza internamente todas as combinações e divisões naturais pelas mesmas associações que a percepção coletiva impõe baseada nas relações naturais entre as coisas.

Pierre Nora, por sua vez, corrobora com a ideia de que haja tantos grupos os quais a memória interliga, e acrescenta de que a memória é um eterno ponto de contato no presente, posto que ela é sempre atual e viva (Nora, 1993).

No grupo pesquisado, os estímulos externos – a música, a festa e suas características - leva os indivíduos a (res)suscitarem uma dada duração cuja memória coletiva do grupo se apoia. Ocorre então uma combinação singular entre festa, música e a consciência de uma temporalidade partilhada por todos – infância e adolescência -, responsável por caracterizar esse grupo.

Por ser contínuo, o tempo do grupo - referente à sua temporalidade ou duração compartilhada entre as pessoas que vivenciaram sua infância e adolescência durante a década de 1980 - lhe serve de contexto comum para o pensamento que conserva sua estrutura e

atenção nos mesmos objetos e dessa forma reúne todos os elementos “nos quais os acontecimentos se concatenam” (Halbwachs, 2006:146). Para este grupo, esses elementos estáveis resgatam dos registros de memória as intuições sensíveis mais elementares que os indivíduos possuem – ligados a um tempo específico que o pensamento coletivo engendra com um discurso saudoso.

A partir de então, os indivíduos tornam-se membros virtuais de uma comunidade afetiva (op. cit.) que se identifica por uma “alegria nostálgica”⁴⁸⁴, cujos elementos estáveis atuaram para reavivar a memória coletiva: a música, a temporalidade e a festa. Desta maneira, é criado em torno da ideia de grupo – elaborada e apreendida pelos sujeitos enquanto “lembranças daquela época” - um conjunto de representações residentes na memória coletiva corroborado por cada um dos indivíduos ao suscitarem os eventos reais vividos individualmente, os eventos ressignificados e reconstruídos, e aqueles alimentados pelo o discurso coletivo que se tem dessas lembranças, reificados na festa. Ela atua então como um lugar simbólico de memória para esse grupo.

Música e emoção na evocação de lembranças

Na música reside a capacidade de dizer aquilo que não pode ser dito de nenhum outro modo. À ela, o grupo pesquisado atribuiu a competência de: “mexer com os sentidos”; “remeter ao tempo feliz da adolescência”; “experimentar uma alegria nostálgica”; sentir “uma emoção inexplicável”; “querer tudo aquilo (o passado) de volta”; “saudades boa”; “sensação boa porque nos remete ao passado, aos tempos de criança”; “é uma nostalgia gostosa de sentir”; “ouvir essas músicas é não deixar morrer nunca o sentimento dos bons momentos das lembranças vividos na infância”; “me faz sentir saudades até dos tempos em que minha família passou dificuldades”; “as pessoas lembram seus momentos individuais, dos seus tempos de infância[...] e levam tudo isso pra festa”; “a sensação de nostalgia lembram muito de minha infância e juventude. O fato de que todos estão ali pelas músicas que marcaram uma época[...]”; “nostalgia pura e amor pleno pelas músicas”; “o ambiente [da festa] é voltado para o mesmo gosto das pessoas que estão ali curtindo a mesma nostalgia... as pessoas revivendo aquele período...”⁴⁸⁵.

O padrão das declarações converge para a descrição de sentimentos ou emoções positivas referentes ao fato de sentir-se saudoso do passado, posto que em todas as formas que a saudade aparece no discurso nativo, são sempre circunscritas (ou reelaboradas) como lembranças boas e felizes. A nostalgia aparece diversas vezes ‘invertida’ no discurso que pretende reelaborá-la enquanto sentimento que traz ou proporciona alegria.

Os entrevistados possuem o entendimento de que suas preferências de escuta musical permanecem as mesmas porque eles se mantêm à margem de estilos musicais massificados pela indústria fonográfica. Em seu discurso, reafirmam a tendência de manter na atualidade os mesmos gostos musicais que foram adquiridos desde o fim da infância e ao longo da adolescência, razão pela qual apreciam particularmente o contexto das festas temáticas, onde são tocadas apenas as músicas que remetem à década de 1980. Com raras exceções entre os entrevistados, destilam desprezo absoluto por gêneros e estilos mais contemporâneos.

Esta tendência por conservar o mesmo gosto musical de sua adolescência, ainda que com pequenas variações, parece indicar que para este grupo esse período fixa-se como um padrão para o gosto musical, criando-se então, uma espécie de memória musical (Medeiros;

⁴⁸⁴ Categoria “nativa”.

⁴⁸⁵ Fragmentos das entrevistas. Os entrevistados residiam nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza, e se declararam frequentadores ou apreciadores das festas dedicadas aos anos 80 que ocorrem em suas cidades. Eles declaram possuir preferência por estilos e gêneros musicais referentes à década de 1980 ou de períodos anteriores a ela.

Nogueira, 2013) da escuta que negocia, por assim dizer, todas as possibilidades da escuta no futuro, privilegiando determinados gêneros ou estilos e execrando tantos outros.

Assim as pessoas conferem intimamente um significado de cunho saudoso e uma identificação com as músicas de sua preferência e com aqueles que compartilham do mesmo gosto. A ideia de preferência, do que gostam e do que não gostam, estabelece-se, pois, por contraste e assim constitui a identidade do grupo, que define certos valores, símbolos e signos, excluindo outros que não dizem respeito àquela identidade (Cardoso de Oliveira, 1976).

Considerações Finais

O êxtase que uma música ‘carregada’ de lembranças é capaz de provocar no ouvinte está intimamente ligado à ideia de preferência. Isto explica porque algumas pessoas não conseguem aderir ao clima de efervescência coletiva que determinados estilos musicais produzem. A música como tantos outros fenômenos são manifestações culturais, e como tal, atuam como elemento de identificação, solidariedade e coesão grupal. Os indivíduos responderão mais enfaticamente ao padrão musical de sua preferência que outros grupos não sensíveis (Jourdain, 1998).

As preferências musicais do grupo pesquisado parecem indicar a existência de uma memória musical no ouvinte, que condiciona e filtra, por assim dizer, todas as possibilidades de escuta musical, raramente abrindo espaço para a apreciação de estilos e gêneros que surgiram no período após a consolidação dessa preferência musical.

Para este grupo, a evocação das lembranças referentes a uma temporalidade específica, a fim de reafirmá-la como um tempo que merece ser rememorado e não deve ficar no passado, é feita por meio das músicas que atuam como de pano de fundo para as consciências individuais se ajustarem em correntes de pensamentos consoantes, que embora em cada indivíduo se manifeste como a expressão de suas experiências de vida, encontra consonância pelo substrato da vida em sociedade: cada indivíduo carrega a marca da sua geração, internaliza valores e crenças de acordo com o pensamento coletivo da época e se integra a ele até mesmo em sua forma de rejeição ou protesto.

Partindo dessas considerações enquanto hipóteses a serem testadas em minha dissertação, pretendo investigar a relação existente entre música, identidade e memória através de uma análise antropológica das emoções, respondendo aos seguintes questionamentos: Podemos falar em memória musical da escuta em grupos geracionais? A música enquanto elemento de identificação, solidariedade e coesão grupal seria capaz de atuar através de uma micropolítica das emoções na conformação das identidades engendrando gostos e preferências por determinados estilos e gêneros musicais em detrimento de outros? Haveria um padrão de escuta musical atuante em grupos geracionais distintos - a despeito dos esforços da cultura de massa responsáveis por padronizar produtos e gerar nichos de consumo (Adorno e Horkheimer, 1985) e da aquisição de capital cultural no interior de classe sociais distintas (Bourdieu, 2006)? Que outros elementos (micro e/ou macrosociais) entrariam em disputa na conformação de uma suposta memória musical do ouvinte?

Deste modo espero contribuir para as ciências sociais no que tange a uma ideia de micropolítica das emoções onde aquilo que os indivíduos sentem está referido a uma gramática circunscrita que demonstra o nível macrosociológico criador dos papéis, e assim questionar valores, hierarquias e relações de poder ensejados por estes aos sujeitos atores.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. **Veiled sentiments**. London: University of California Press, 1986.

_____; LUTZ, Catherine. Introduction. In _____. (orgs.). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. P. 1-23.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

DA MATTA, Roberto. Antropologia da saudade. In **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 17-34.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JOURDAIN, Robert. **Música, cérebro e êxtase**: como a música captura nossa imaginação. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUTZ, Catherine. A. **Unnatural emotions** – everyday sentiments on a Micronesian atoll & their challenge to western theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

_____; WHITE, Geoffrey. **“The anthropological of emotions.”** Annual Review of Anthropological, 1986: n. 15, p. 405-436.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56-63.

MEDEIROS, Daniel Ribeiro; NOGUEIRA, Isabel Porto. **Reflexões sobre memória, identidade e rock**: relações entre os sons e o sentido de si. Comunicação oral. II Encontro Internacional sobre Imaginários Sonoros. Curitiba, 4 a 7 nov. 2013.

Nora, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História [Online]. Disponível: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> [Acesso em 29 jun. 2014].

REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROSALDO, Michelle Z. **Knowledge and passion**: Ilongot notions of self and social life. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SANTOS, Myrian S. A obsessão pela memória. In **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 19? pp. 7-23.

Da cidade contemporânea à saudade do passado: Macapá, por onde andam minhas lembranças?

José de Vasconcelos Silva⁴⁸⁶

Eloane de Jesus Ramos Cantuária⁴⁸⁷

Resumo

A cidade é o arquivo vivo da história de um lugar, nela vão se acumulando elementos e realizações de várias gerações. Por meio da arquitetura e de imagens pode-se revisitar o passado e evocar as memórias retidas em lugares e fatos, permitindo a reconstrução da história da cidade. Macapá, capital do Estado do Amapá, tem presenciado a dilapidação de seu Patrimônio e a perda de parte de sua memória, frente ao efeito devastador do crescimento urbano e da incompetência do Poder Público de salvaguardar os bens culturais da cidade. Este trabalho buscou reunir informações de Blog's, Perfis e Comunidade de redes sociais que preocupados com a destruição do Patrimônio material de Macapá, buscam divulgar informações, imagens e fatos históricos, transformando-se em ativadores e recuperadores da memória da cidade, e importantes fontes de informações históricas do local.

A cidade, as imagens e a memória dos lugares

A valorização do passado das cidades é uma característica da sociedade moderna, essa nova tendência propõe uma reflexão a cerca de valores e atitudes que tendem a cultuar o novo, o atual em detrimento do passado. Esse contexto vai resultar numa série de discursos e ações que remetem a descoberta das heranças vindas do passado, da sua preservação ou da revalorização dos mais diversos vestígios edificados nas cidades. Abreu (1998, p.23) afirma que a “revalorização atual do passado tem gerado uma constante demanda pela memória dos lugares, em especial pela memória das cidades.”

As cidades guardam em seu interior as realizações de várias gerações, são ruas, casas, praças, mercados, enfim, a arquitetura e os elementos urbanos tem o poder de condensar os tempos e conservar a história do lugar, entretanto, são as pessoas que dão sentido e importância aos testemunhos do passado, contudo, nem todos partilham dos mesmos sentimentos: para algumas pessoas esses bens são importantes e fazem parte de seu patrimônio, para outras são coisas velhas e desatualizadas, existem ainda aqueles indiferentes que acreditam que esse legado não representa nada.

Santos (2006) credita à paisagem o locus onde a história é congelada, porém considera que ela participa da história viva, pois é por meio de suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Entretanto, nem sempre é possível, à primeira vista, identificar essa acumulação de tempos no espaço.

A cidade vai sendo construída e reconstruída continuamente e os vários períodos urbanos vão se sucedendo ou se sobrepondo. As cidades são os depositórios da história, os arquivos da memória coletiva, nosso álbum vivo de recordação, “cenário da história, da grande, da pequena, da local, da nacional, da universal”(GOITIA, 1982, pg. 38).

A arquitetura representa o arquivo vivo das diversas épocas que uma cidade passou, portanto, tem o poder de evocar memórias. Maziviero (2007) destaca que a forma, a técnica, os materiais usados nas edificações, assim como seu arranjo urbano, são capazes de ativar a memória das pessoas que vivenciaram aquele espaço.

Assim como a arquitetura as imagens também tem o poder de revisitar o passado, Simson (1996) destaca que a utilização das fotografias históricas aliadas a outros tipos de

⁴⁸⁶ Professor do Curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá e coordenador do Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas, josevs.ap@gmail.com

⁴⁸⁷ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá e coordenadora do Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas, elocantuaria@gmail.com

dados empíricos (depoimentos orais, documentos, mapas, dados bibliográficos, além de outras fotos), permite ao pesquisador dentro de um contexto mais amplo, explorar ao máximo os dados retidos naquele registro fotográfico. Sob essa ótica, contemplar uma fotografia é indiscutivelmente possibilitar ao homem resgatar o passado no presente.

As imagens também tem o poder de evocar lembranças, o uso da fotografia enquanto um evocador privilegiado de memórias é amplamente utilizado nas ciências sociais. Destarte, um conjunto de imagens pode se caracterizar como um excelente meio para reconstruir histórias e fomentar memórias individuais ou coletivas.

A discussão da memória das cidades ou da memória dos lugares está ancorada nas memórias partilhadas. Halbwachs (1990, p.80-81) adverte que as memórias coletivas se eternizam muito mais em escritos, em documentos, do que em formas inscritas no espaço. São esses documentos que, ao transformar a memória coletiva em memória histórica, ajudam a preservar a memória das cidades. São eles também que permitem que se possa contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem. Assim, a utilização das imagens funciona como um invocador privilegiado de memórias.

Na atualidade, vive-se a era da informação, da imagem, da velocidade. A rede mundial de computadores, a Web, transformou o modo como a sociedade se relaciona com o mundo, e possibilitou a disseminação de informações e imagens a um patamar jamais imaginado. A web tornou-se para os amantes da memória e da história dos lugares, um manancial infindável de informações e uma vitrine privilegiada para a divulgação de imagens, fatos e ações.

A busca da memória dos lugares e dos lugares de memória de Macapá, capital do estado do Amapá, é um dos estudos do Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas, da Universidade Federal do Amapá, que vem identificando os lugares de memória da cidade, buscando despertar a memória da população por meio das permanências arquitetônicas e urbanas, da iconografia histórica e da divulgação eletrônica dos bens culturais. Essa pesquisa busca reconhecer os lugares culturalmente importantes que foram preservados ou aqueles que já não existem mais, entretanto, evocam o saudosismo de personagens que viveram e se relacionaram com o espaço, em diferentes momentos.

Macapá: de Pombal à contemporaneidade

O Amapá é um dos mais novos estados da Federação, contudo, a gênese das terras do Cabo Norte está ligada a conquista e consolidação das terras do extremo norte para Portugal. Desde o final do século XVII, a área já era fruto de disputas entre holandeses, ingleses, franceses e portugueses. Em 11 de abril de 1713, o Tratado de Utrecht estabeleceu o rio Oiapoque como fronteira entre o território português e o francês, entretanto, as disputas por essas terras só se encerraram quase dois séculos depois, com a assinatura do Laudo Suíço, em 1º de dezembro de 1900, que confirmou o rio Oiapoque como fronteira entre o Brasil e a França (SANTOS, 2001).

Esta região foi reconhecida como estratégica por Portugal desde o século XVIII, que a despeito das dificuldades de acesso a área e dos rudimentares processos de levantamento, descobriram que a região tinha a particularidade de ser cortada pela Linha do Equador, além de estar localizada em uma das margens mais estreita do Rio Amazonas, local ideal para fundar uma possessão portuguesa. A Vila de Macapá se transformou em uma experiência-modelo no seu traçado urbanístico, refletindo o projeto político e administrativo do Marquês de Pombal, que pretendia ampliar e fixar o domínio português nas terras do norte (ARAÚJO, 1998).

Possivelmente por essa razão, o plano urbano para Macapá tenha sido bastante distinto de outras cidades fundadas pelos portugueses no Brasil Colônia em meados do século XVIII. Diferente do traçado da maioria vilas que possuíam apenas uma grande praça central, o Plano de Urbanização de Macapá contava com duas praças retangulares, o que duplicava sua importância e grandeza. De acordo com o projeto as praças teriam cerca de 800 x 700 palmos,

bem acima das dimensões adotadas na urbanização das vilas portuguesas, que era cerca de 500 palmos.

A localidade ficou ligada a província do Grão-Pará e, somente cerca de duzentos anos após sua fundação, foi que a Vila de Macapá sofreu um novo impulso em seu desenvolvimento urbano, quando o Amapá foi declarado Território Federal em 1943, momento em que foi desmembrado do Estado do Pará. A criação do Território Federal do Amapá e a nomeação do capitão do Exército Janary Gentil Nunes, o seu primeiro governador, representou um novo tempo para a região e a cidade de Macapá experimentou um crescimento urbano jamais visto em sua história (CANTUÁRIA; SILVA; PELAES, 2010).

Janary Nunes e sua comitiva aportaram na cidade no dia 25 de janeiro de 1944, e encontraram uma cidade decadente, sem serviços e infraestrutura básica. Não havia luz elétrica, esgoto e água encanada (SANTOS, 1998). Prontamente reformou várias edificações, construiu escolas, casas para funcionários, centrais de abastecimento e mercados, postos médicos e hospital, cine-teatro, hotel, delegacias e cadeias públicas, entre outras construções de interesse público (CANTUÁRIA; SILVA; PELAES, 2010, p.464).

Lobato (2009, p.64) aponta que por meio das obras e serviços implementados por Janary “era impossível não ver várias alterações na paisagem e no cotidiano amapaense”. O autor ainda destaca que no Amapá, existiu a divisão do tempo histórico em “antes” e “depois” da chegada de Janary Gentil Nunes.

Com o fim do Janarismo, a cidade de Macapá atravessou novamente uma fase de poucas realizações políticas e inexpressíveis obras urbanas, ocorrendo uma nova retomada no desenvolvimento urbano nos governos de Ivanhoé Gonçalves Martins (1967 a 1972) e nos dois mandatos de Annibal Barcellos (1979 a 1985/1991 a 1994). Estes dois governadores iriam realizar e construir importantes obras públicas, que permitiram que Macapá sofresse novas transformações e melhorias urbanas, tornando uma cidade moderna e urbanizada.

Paralelamente a esse desenvolvimento urbano, o descaso público aliado a falta de uso responsável das edificações, do crescimento urbano desordenado e das forças do capital imobiliário geraram uma mistura devastadora na conservação e manutenção do patrimônio cultural da cidade de Macapá. A cidade colonial, da época do Brasil Império ou da implantação da República foi apagada da paisagem urbana, restando apenas os traços de um passado recente, o modernismo trazido com o Governo de Janary Nunes, Ivanhoé Martins e Annibal Barcellos, que também pouco a pouco vai sendo destruído na cidade.

Macapá: a cidade contemporânea revisitando seus lugares de memórias

A cidade é a detentora da produção das várias gerações que ali viveram, onde passado e presente se sobrepõem ou se sucedem, portanto, o patrimônio desses locais depende de como cada geração o vê: como algo importante e necessário para o entendimento da história individual e coletiva de seus habitantes ou algo inexpressível e indiferente a vida cotidiana. Sob esta última ótica, os bens memoráveis de um lugar, correm sérios riscos de sucumbirem em detrimento da nova mentalidade, onde as novas gerações não conhecem e não se identificam com o patrimônio erguido por seus antepassados, sendo esses bens considerados “coisas velhas, desatualizadas”.

Em Macapá, vive-se atualmente um momento de estranhamento dos bens do passado originado pela contínua destruição dos traços da cidade antiga, iniciada na década de 1980, intensificando-se nessa última década pelo descontrolado processo de especulação imobiliária que a cidade tem vivido.

O grande problema desse processo de desenvolvimento urbano foi que grande parte da velha cidade colonial e seus traços foram colocados abaixo, erradicando e apagando parte da história de Macapá.

Desde então, esse contínuo processo de demolição e destruição dos poucos vestígios do passado vem ocorrendo década após década e agora avança para a tipologia modernista. Ultimamente esse movimento se dá pelo desenfreado processo de especulação imobiliária que vertiginosamente arrebatou a capital do Estado do Amapá, ainda que tardiamente se comparado a outras capitais brasileiras. (CANTUÁRIA; SILVA; PELAES, 2010, p. 466)

Essa sistemática destruição dos bens culturais, afeta diretamente a história de Macapá e a construção da memória do lugar, criando-se lacunas na história da cidade ocasionadas pelas drásticas modificações na paisagem urbana, dificultando a identificação dos tempos pelos quais a cidade passou.

Com a realização do Inventário de Conhecimento de Bens Imóveis da Cidade de Macapá em 2008, e posteriormente com os estudos do Grupo de Pesquisa Memória Urbanas, ligado aos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá, o patrimônio arquitetônico e cultural de Macapá começou-se a ser sistematicamente estudado, inventariado e conhecido.

A partir desses estudos, constatou-se a quase erradicação da cidade colonial e republicana, assim como, as pesquisas apontam também para a existência de significativos traços estilísticos modernos, encontrados principalmente no centro comercial e bairros adjacentes. O grupo identificou as tipologias proto-modernas, representadas pelo Neo Colonial e Art Decó na cidade, bem como, construções de tipologias modernistas, inclusive com a presença de obras projetadas por arquitetos de renome regional e nacional como Vilanova Artigas.

O Grupo de Pesquisa observou que ao mesmo tempo em que se tem perdido os traços do passado, também se constata a existência de um movimento saudosista, vindo especialmente de gerações que vivenciaram vários períodos que deram origem a parte da velha cidade que está sendo remodelada. Esse movimento memorialista tem ganhado notoriedade a partir da rede mundial de computadores, a *web*, e da propagação das redes sociais, com a criação de *blog's*, *home pages*, *perfis* e *fan pages*. O uso da *web* também tem servido para denunciar a destruição, o descaso e o abandono de várias edificações de interesse histórico na capital e aproximar as novas gerações do patrimônio herdado, entretanto, por elas ignorado.

Lugares, memórias, imagens e a web

Entre dezenas de edificações históricas que vem sendo demolidas, remodeladas ou simplesmente abandonadas em Macapá, algumas tem chamado atenção de uma parcela da população, que tem se comovido com o atual estado do patrimônio amapaense e com a ausência da atuação do poder público em salvaguardá-las. O lamento ou simplesmente a saudade tem motivado a criação de páginas na *web* e *blog's* que divulgam fotografias e informações históricas, apresentam testemunhos e relatos, denunciam o descaso e a destruição do patrimônio e fomentam o debate sobre o tema.

Entre os *blog's* memorialistas e históricos destaca-se o “Porta retrato-Macapá/Amapá de Outora”⁴⁸⁸, do amapaense João Lázaro radicado atualmente em São José dos Campos-SP, referência na divulgação de imagens e relatos históricos no Estado do Amapá. De acordo com o *blog* lá são postadas “fotos antigas e raras que retratam a história e a memória do ex-Território Federal do Amapá e de seu povo.” O *blog* divulga fotografias históricas, preocupando-se em fornecer as fontes e dar informações sobre o que são apresentados nas imagens, como visto na Figura 1, onde apresenta a foto do Poço do Mato, atribuindo a fonte e contextualizando a imagem apresentada da seguinte maneira:

⁴⁸⁸ <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/>

Foto de 1908 - O Poço do Mato. Localiza-se no meio da Avenida Padre Manoel da Nóbrega, no centro da cidade de Macapá, entre as ruas General Rondon e São José, atrás do terreno da CAESA (Companhia de Águas e Esgoto do Amapá).

Foi declarado Monumento de interesse cultural do município de Macapá, através do Projeto de Lei nº 037/93, da Câmara de Vereadores de Macapá.

Construído em 1864 para fornecer água aos moradores do antigo bairro do Laguinho, o Poço do Mato tornou-se uma verdadeira fonte de imaginação e fatos folclóricos para os macapaenses. O primeiro Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Macapá, coletava água do velho Poço do Mato, que apesar de antigo, tinha água pura e límpida.

Esta foto rara, extraída do "Álbum do Estado do Pará", pertence à resenha dos 8 anos do governo Augusto Montenegro, no Pará. Além do relato histórico, o importante documento possui muitas fotos da época, que foram feitas pelo excelente fotógrafo Fidanza, em 1908. (LAZARO, 2014)



FIGURA 1 – Imagem do Poço do Mato, em 1908, reproduzida no do blog “Porta Retrato”

Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010/06/o-lendario-poco-do-mato.html>

Outros dois célebres blog’s saudosistas que apresentam relatos e relembram fatos, pessoas, momentos e edificações históricas da cidade são os das irmãs Alcinéia (Blog da Alcinéia⁴⁸⁹) e Alcilene Cavalcante (Repique no meio do mundo⁴⁹⁰). Os blog’s além de informar, tem o poder de despertar memórias de várias pessoas que deixam testemunhos nas páginas, como na postagem “Lembras...”, no Blog da Alcinéia, com o sub título “**quando o Macapá Hotel era assim?**” (Figura 2) onde a jornalista relata algumas de suas memórias no lugar:

A sorveteria, com as mesas ao ar livre sobre um piso de cerâmicas pretas e brancas, era o único lugar onde o sorvete era servido em taças e a gente aos domingos, depois da sessão da tarde no Cine João XXIII ou no Cine Macapá, dizia “vamos tomar um sorvete na taça no Macapá Hotel”. E o sorvete era servido pelo simpático e famoso garçon Inácio. Na entrada do Hotel, cadeiras de madeira, onde hóspedes e não-hóspedes gostavam de ficar horas recebendo a brisa do rio Amazonas. (CAVALCANTE, 2014)

A postagem gerou diversas respostas como a de Ruy Guarany Neves, que também relatou suas memórias no hotel:

Tenho boas lembranças do Macapá Hotel, nos idos de 1950, da Cubalibre, do sorvete, das festinhas ao anoitecer dos domingos, do garçon Inácio, que sempre trajando calça preta, camisa branca de mangas compridas e gravatinha borboleta, fez história com o seu estilo de servir os clientes. Joguei várias partidas de xadrez com Janary Nunes. O passeio na ponte Eliezer Levy, era outro atrativo. Tempos que não voltam mais!... (CAVALCANTE, 2014)

⁴⁸⁹ <http://www.alcinea.com/>

⁴⁹⁰ <http://www.alcilenecavalcante.com.br/>



FIGURA 2 – Imagem do Antigo Macapá Hotel, edificação demolida que deu lugar a um novo hotel, inspirado no antigo

Fonte: <http://www.alcinea.com/sem-categoria/lembras-8>

Destacam-se também os blogs “Coisas do Amapá⁴⁹¹” do jornalista Edgar Rodrigues, do sociólogo Fernando Canto “Canto da Amazônia⁴⁹²” e do historiador Nilson Montoril de Araújo, o blog “Nilson Montoril – Arambáé⁴⁹³” que entre a divulgação da região e da cultura local, também apresentam fatos e imagens históricas de Macapá. O blog do arquiteto José Alberto Tostes⁴⁹⁴, além de discutir a cidade e apresentar temas variados relacionados à arquitetura e ao urbanismo, também reflete sobre o patrimônio urbano.

Nas redes sociais destacam-se entre as *fan pages* ou comunidades que apresentam fotografias, relatos, informações históricas ou divulgam o patrimônio cultural do estado, as páginas “Fotografias Históricas do Amapá⁴⁹⁵”, “Memórias Urbanas⁴⁹⁶” e “Macapá Capital do Meio do Mundo⁴⁹⁷”, todas elas tornaram-se importantes referências para o conhecimento e discussão da memória, da história da cidade e da ausência da preservação do patrimônio cultural do estado.

Uma das mais acessadas e conhecidas no estado é a comunidade “Fotografias Históricas do Amapá”, que divulga imagens de diversos períodos históricos, contextualiza ou apresenta fatos interessantes referente as fotos apresentadas. As postagens costumam gerar comentários, sendo alguns relatos de pessoas que conheceram ou vivenciaram o fato ou o lugar; e outros movidos pela curiosidade ou paixão pelo tema.

Por fim, a página do Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas, no facebook, criada recentemente, busca divulgar as pesquisas e ações da equipe, bem como, aproximar a academia da sociedade, criando um canal de discussões e conscientização, por meio de postagens que buscam alertar a sociedade sobre a contínua destruição do patrimônio local, que abruptamente tem mudado a paisagem da cidade, extirpando a memória da cidade e de seus cidadãos. A Figura 4 mostra a imagem de um exemplar de uma das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Memórias Urbanas, que está inventariando as tipologias das casas de madeira encontradas nas áreas históricas e adjacências. A fotografia postada gerou diversos comentários como o de Maykon Valente que disse:

⁴⁹¹ <http://edgar-amapa.blogspot.com.br/>

⁴⁹² <http://fernando-canto.blogspot.com/>

⁴⁹³ <http://montorilaraujo.blogspot.com.br/>

⁴⁹⁴ <http://josealbertostes.blogspot.com/>

⁴⁹⁵ <https://www.facebook.com/pages/Fotografias-Hist%C3%B3ricas-Amap%C3%A1/249315048526851>

⁴⁹⁶ <https://www.facebook.com/memoriasurbanas?fref=ts>

⁴⁹⁷ <https://www.facebook.com/MacapaCapitaldoMeiodoMundo?fref=ts>

Essa casa lembra muito a minha infância. Por muitos anos morei em uma casa assim. A vida tinha um outro significado, um significado mais simples, frágil e real. Tudo na casa era orgânico. O piso e as paredes tinham uma fragilidade que parece que iria desabar. A luz natural entrava por um feiche de luz. Quando chovia goteiras surgiam e o barulho da água e cai do beiral. No quintal o cheiro da terra e cupim criavam asas dando boas vindas ao inverno (MEMÓRIAS URBANAS, 2014)



FIGURA 4 – Imagens da Série Casas de Madeira, pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas em Macapá-AP, postado em 01/07/2014
Fonte: <https://www.facebook.com/memoriasurbanas?fref=ts>

Algumas Considerações

Em Macapá, capital do Estado do Amapá, o recente processo de expansão urbana vem evidenciando a falta de competência das Instituições Públicas em salvaguardar o patrimônio da região, ocasionando a contínua destruição de seus monumentos e parte da memória e da história do lugar. A apatia reinante na sociedade local, que por anos não se posicionou frente ao devastador extermínio dos traços do passado urbano, tem sido combatida com ações individuais de pessoas apaixonadas pelos bens herdados de gerações anteriores ou grupos e comunidades que juntos tem estudado, divulgado e alertado para o perigo do descaso e indiferença com a perda dos bens, da história e da memória de Macapá, pois, como adverte Bosi (1994), na experiência vivida pelas pessoas, há lugares que são guardados e incorporados a vida delas. Lugares esses que despertam lembranças e possibilitam a manutenção da memória coletiva e a transmissão de conhecimentos para a sociedade. Sob esse enfoque, dentro do conjunto de objetos que nos cercam, as edificações e imagens funcionam como elemento ativador do processo no qual a memória e a identidade são reconstruídas e reafirmadas cotidianamente e a rede mundial de computadores tem se tornado um importante lócus de divulgação e discussão sobre o patrimônio, a história e a memória das cidades.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre memória das cidades**. In Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4, jan./jun. 1998. pp. 05-26 Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/uploads/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf> acessado em 25/07/2014;

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2 ed. Porto: FAUP Publicações, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1994.

CANTUÁRIA, Eloane; SILVA, José de Vasconcelos e PELAES, Fátima. O Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá e o Legado do Movimento Moderno. In **Anais do I Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

CAVALCANTE, Alcinea. Quando o Macapá Hotel era assim? Disponível <http://www.alcinea.com/sem-categoria/lembras-8>. Acesso em: 28.04.2014.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982 (Coleção Dimensões)

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Vértice, 1990.

<http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010/06/o-lendario-poco-do-mato.html>. Acessado em 24/08/2014.

LAZARO João. O lendário poço do mato. Disponível em: Fonte: <http://porta-retrato-zp.blogspot.com.br/2010/06/o-lendario-poco-do-mato.html>. Acessado em: 28.08.2014.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

MAZIVIERO, M. C. . Memória e espaço: vinculações acerca da formação da identidade urbana. In: **V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento**, 2007, Campinas. Anais V Seminário Memória, Ciência e Arte, 2007.

MEMÓRIAS URBANAS. **Serie Casas de madeira**. Disponível: <https://www.facebook.com/memoriasurbanas?fref=ts>. Acessado em: 28.08.2014.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo -1943 a 1970**. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A, 1998.

_____. **História do Amapá**. 6ª ed. Macapá: Valcan, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SIMSON, O. Som e imagem na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: reflexões de pesquisa. In: **Anais do Seminário "Pedagogia da Imagem, imagem na Pedagogia"**, Niterói (RJ) UFF, Faculdade de Educação, 1996. p. 88-101.

Pierre Nora à mesa: o Festival da Quitanda de Congonhas como um lugar de memória

Juliana Bonomo⁴⁹⁸

Resumo

Este artigo propõe uma análise do conceito de “lugares de memória”, segundo a obra *Les lieux de memoire*, organizada pelo historiador francês Pierre Nora. Esse conceito encontra-se na introdução dessa obra, com o título “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, a qual utilizamos aqui para construir a nossa reflexão. A expressão lugar de memória, desde que foi lançada por Nora, começou a ser extremamente utilizada, não só no meio acadêmico, como também nos meios político e social, sendo muito difundida nas discussões sobre memória, identidade e patrimônio nacional. Para além do conceito desenvolvido por Nora, nesse trabalho, buscamos aplicá-lo a um festival gastronômico: o Festival da Quitanda da cidade de Congonhas, de modo a identificar o que o categorizaria como um lugar de memória, assim como levantar um debate acerca da sua representação na identidade e sentimento de pertencimento dos habitantes de Minas Gerais.

Palavras-chave: Lugar de memória. Identidade. Culinária típica. Festival da Quitanda. Minas Gerais.

Introdução

A expressão “lugares de memória” foi desenvolvida pelo historiador francês Pierre Nora, cujo conceito foi amplamente discutido na sua célebre obra *Les lieux de memoire*.

Desde a sua criação, a expressão “lugares de memória” começou a ser amplamente utilizada, não somente no meio acadêmico, como também nos meios político e social. Podemos dizer que tal fato deriva da necessidade que se observa, atualmente, de preservação do passado, que vai do senso comum às políticas públicas.

Nesse sentido, para além do que foi proposto por Nora, esse trabalho se propõe a analisar o conceito de “lugares de memória” aplicado a um festival gastronômico: o Festival da Quitanda da Cidade de Congonhas no estado de Minas Gerais. Com isso, pretendemos discutir, do mesmo modo, a quem pertence esse lugar de memória, quais identidades ele representa e qual é a participação do Estado na institucionalização desse “lugar” enquanto uma representação simbólica da tradição de Minas Gerais. Para tanto, utilizamos os discursos da classe política da cidade de Congonhas durante a 12ª edição do festival, em 2012, onde estivemos presentes.

Porém, antes de prosseguirmos com a apresentação do festival, é importante conceituarmos a palavra quitanda que, em Minas Gerais, assume o significado da pastelaria caseira, ou seja, o conjunto de biscoitos, broas, roscas, bolos e sequilhos. Assim, quitandeira é a pessoa que faz e vende quitandas artesanalmente. O ofício das quitandeiras é exercido, em sua maioria, por mulheres, cujo aprendizado acontece entre os membros da família, num contexto de transmissão oral dos conhecimentos. São esses, então, os agentes sociais principais que estarão envolvidos na discussão desse trabalho.

Sobre o festival, que é realizado anualmente desde 2001, no ano de 2014, foi realizada a sua 14ª edição. O *Festival da Quitanda* é promovido pela Prefeitura de Congonhas, tendo a duração de três dias, contando com a participação das quitandeiras de Congonhas e de todos os municípios vizinhos. Durante o festival, cada quitandeira expõe e vende os mais variados tipos de quitandas, mas, dentre elas, há uma em especial que concorre em uma das 4 categorias de premiação do Festival, que são: a categoria prata da casa, que eleger a melhor quitanda da cidade de Congonhas, a do comércio especializado, que eleger a melhor quitanda de estabelecimentos como padarias e mercados, a categoria do *stand* melhor decorado e a da quitanda regional, que é escolhida entre as quitandeiras das outras cidades.

⁴⁹⁸ Mestre em Memória Social (UNIRIO) E-mail: jujubonomo@gmail.com

Todas essas receitas que concorrem à premiação são reunidas em um Caderno de Receitas, um produto importante do festival, que começou a ser editado no ano de 2010, quando da comemoração dos seus 10 anos. Devido ao grande público e por vir despertando o interesse de pessoas de outros estados, o evento parece cumprir o seu papel de promover a cidade de Congonhas como a “*Terra da Quitanda*”.

Com vistas no crescimento do festival, a Prefeitura de Congonhas mantém, há quatro anos, uma parceria com a EMATER-MG⁴⁹⁹. Através do projeto *Resgate das Quitandas*, são promovidas oficinas de aperfeiçoamento e capacitação das quitandeiras. As oficinas são voltadas para as pessoas da cidade e da zona rural de Congonhas, sendo que todas as pessoas que querem trabalhar com as quitandas podem participar, já sabendo fazê-las ou não.

Mais do que atrair turistas e promover o desenvolvimento econômico da região, o festival sedia práticas de uma tradição: o ofício das quitandeiras, transfigurando-se em um local ou numa festividade que evoca memórias dos antepassados de Minas Gerais e figuras simbólicas que representam as avós, as mães, as tias e comadres cozinheiras. Dada essa configuração do *Festival da Quitanda de Congonhas* é que pretendemos discutir, a seguir, como e porque ele pode ser considerado um lugar de memória.

Os lugares de memória segundo Pierre Nora

Podemos dizer, em síntese, que os lugares de memória de Pierre Nora são um elo com um passado, que permitem um sentimento de pertencimento e reconhecimento para os indivíduos, ou seja, um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional, constituindo referência e identificação para determinadas pessoas ou grupos.

Nota-se, dessa forma, que em Nora, os lugares de memória são como mecanismos compensatórios à aceleração da vida contemporânea, assim como um porto seguro para o temor do esquecimento, ou seja, eles são uma resposta ao tempo e uma forma de preservar esse passado que parece não poder passar. Assim, para o autor, os lugares de memória são, ao mesmo tempo, um resíduo e uma forma de perpetuação: museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos santuários, associações, são marcos das ilusões da eternidade, os testemunhos de um outro tempo que emprestam ritual a uma sociedade já desritualizada (ABREU, 2005, p. 217).

Contudo, para ser considerado um lugar de memória, não basta o simples registro. Os lugares têm que corresponder, simultaneamente, aos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, em graus diversos.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. (NORA, 1993, p. 21)

Portanto, um lugar de memória transcende o simples registro, imbuindo-o de um teor simbólico. Essa questão fica ainda mais clara no último tomo da obra *Les lieux de memoire*, intitulado “*Les France*” onde o autor coloca como sendo lugar de memória: “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer.” (ENDERS, s/d, p. 133)

O conceito dos lugares de memória leva ainda Nora a criar a expressão “aceleração da história”, onde o passado vai cedendo seu lugar para a idéia do eterno presente. Nesse

⁴⁹⁹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

momento, segurar traços e vestígios é a maneira de se opor ao efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea. O tempo, então, para o autor, é concebido como degradação: os lugares de memória são construídos porque perdemos os meios de memória, sendo preciso reparar o dano. Os lugares de memória de Nora expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia. Deste modo, criamos lugares para ancorar a memória, para compensar a perda dos meios de memória, como um modo de reparar o dano. (NORA, 1993)

Para Nora, para ser um lugar de memória, é necessário que haja uma vontade geral de registro ou uma “vontade de memória”. Ou seja, existe, na constituição dos lugares, um jogo da memória e da história, no qual é preciso ter “vontade de memória”, mantendo-a viva, em contrapartida à intervenção da história que delimita o registro.

Portanto, independentemente de se tratar de um museu, de um monumento, de arquivos, de símbolos ou de um personagem, nem tudo se caracteriza como lugar de memória, pois, para isso, o documento, o evento, o monumento etc, deve possuir uma vontade de memória, ou seja, deve ter na sua origem uma intenção memorialista que garante sua identidade. “Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história.” (NORA, 1993, p. 22)

Festival da Quitanda de Congonhas (MG): um lugar de memória

No ano de 2012, estivemos em Congonhas para a 12ª edição do Festival da Quitanda. Nessa ocasião, observamos nos discursos, do até então prefeito de Congonhas, Anderson Cabido, e de sua equipe, a frequente associação das quitandeiras com a identidade, a memória e o patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, com o destaque para a importância da preservação dessa atividade para a cultura do estado.

No seu discurso na abertura do evento, o prefeito Anderson Cabido citou a importância do resgate cultural que o *Festival da Quitanda* ajuda a promover, do seu papel na preservação do ofício das quitandeiras e na inclusão social. No discurso de Anderson Cabido há uma referência ao sentimento de perda dessa tradição, que corre o risco de se perder se não houver um movimento de resgate e valorização dessa cultura. Cabido também destaca a importância das políticas públicas na inclusão social e econômica das quitandeiras que não ingressariam no mercado de trabalho se não fossem essas ações.

“(...) o Caderno de Receitas do Festival é a forma que temos de eternizar esse aprendizado, esse patrimônio cultural imaterial, correndo o risco de ser perdido. Quando a gente pega as nossas receitas aqui desse caderninho, a gente tem receita aqui que iria sumir, que iria se perder, que a quitandeira poderia dizer: não vou ensinar isso para os meus filhos. As mulheres, hoje, às vezes não se interessam tanto pelas receitas, ainda mais pelas receitas antigas que precisam do fogãozinho a lenha. A gente vai fazer receita de microondas, se deixar a gente vai ficar só nas receitas de microondas. E aí, essa coisa cultural, de tanto valor, que constituiu a nossa gente, o nosso povo, o nosso jeito de ser, vai se perder.

(...) Mas eu dizia de um ingrediente importante, que é o resgate cultural, de valorizar a nossa cultura, de preservar a nossa cultura.” (...) O nosso festival possibilita fazer a inclusão das pessoas que de repente estavam à margem do processo, que não tinham a oportunidade de mostrar o seu trabalho e de repente estavam esquecidas lá no cantinho, no sitiozinho, na propriedade rural. Poder fazer a inclusão dessas pessoas, levar oportunidade para essas pessoas de trabalhar e mostrar os seus talentos é um outro ingrediente indispensável do festival.”
(Anderson Cabido, discurso no Festival da Quitanda, em 19/05/12)

No que diz respeito à questão da memória e da preservação da tradição, segundo Pedro Cordeiro, Secretário da Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo (FUMCULT) e Secretário de Comunicação e Eventos, a reunião das receitas do festival em um caderno ajuda na preservação dessa memória, pois ele representa a compilação de conhecimentos antigos, arriscados a se perder se não tivessem o registro escrito.

(...) Ao registrar as receitas das quitadeiras, tem a questão da apropriação da cultura, da valorização, da autoestima, para contar daqui a pouco para os netos e bisnetos: está vendo, a vovó, essa receita aqui foi dela, foi campeã (...). (Pedro Cordeiro, discurso de abertura do Festival da Quitanda em 19/05/2012)

Assim, há em comum, na fala dos representantes políticos, a associação da cozinha típica mineira com a identidade regional e com a memória de Minas Gerais. Podemos dizer, com isso, que os discursos acima reforçam o imaginário da figura da quitadeira. Tanto o discurso do prefeito Anderson Cabido quanto o discurso do Pedro Cordeiro conferem à mulher a responsabilidade pela cozinha da casa, pela alimentação da família, onde a quitadeira representa a figura das avós, mães e tias cozinheiras. Nesse sentido, sustentamos que as quitadeiras são *semióforos*⁵⁰⁰, na medida em que trazem consigo um passado representado e transmitido na forma de receitas. Recorrer ao conhecimento e ao trabalho dessas pessoas, então, insere os habitantes de Minas num *continuum*.

Sendo assim, o discurso do poder público legitima o medo da perda das raízes, do esquecimento dos seus antepassados, como vimos em Nora (1993). Independentemente das intenções do poder público, realizar um Festival da Quitanda, sob esse aspecto, categoriza-o como um lugar de memória. Ou seja, nessa festividade, há uma “vontade de memória” que, por sua vez, é de todos os habitantes de Minas Gerais, que se reconhecem na sua culinária típica. Ao mesmo tempo, cria-se um sentimento de pertencimento de forma que, nesse local, estão reunidas pessoas que fazem um elo com o passado e com a tradição do estado.

Pensando no alimento como um signo, um emblema de um povo ou de uma região, concordamos com Nora (1993) e Anderson (1993) que a própria sociedade tem necessidades de criar suas raízes, seus símbolos. Sendo assim, podemos pensar na culinária como um aspecto da “*comunidade imaginada*” no sentido proposto por Benedict Anderson (1993), onde os seus membros se imaginam em comunhão, que se dá mais por elementos imaginados em comum do que por fronteiras institucionalizadas. É o fato de ser uma comunidade simbólica e não apenas legal, que produz sentimentos de identidade. A culinária típica, então, seria uma linguagem em comum que está no imaginário dos mineiros como um elemento que confere identidade ao grupo. Nesse sentido, o festival funciona como uma âncora de memória, reforçando o sentimento de pertencimento dos mineiros.

Essa “vontade de memória” se reflete, do mesmo modo, na questão do resgate cultural citado em todos os discursos dos membros do governo municipal. Todos concordam que o evento chama a atenção para a necessidade de preservação do ofício das quitadeiras e das receitas antigas e que, sem uma política de preservação, estariam fadadas ao esquecimento e ao desaparecimento.

A vontade de memória fica ainda mais clara no projeto *Resgate da Quitanda de Congonhas* que o governo municipal realiza em parceria com a EMATER- MG. Esse projeto, que visa a inclusão social e a geração de renda e trabalho para as quitadeiras, também pretende retomar aspectos culturais que fazem parte da identidade dos habitantes não só da cidade de Congonhas, como também de todo o estado de Minas Gerais.

A intenção de memória está presente, ainda, na iniciativa de se criar um caderno de receitas do festival, pois, mais do que um simples registro, ele tem o propósito, segundo o Secretário de Comunicação e Eventos, Pedro Cordeiro, de deixar para as gerações futuras lembranças de uma tradição que é parte importante da cultura do estado de Minas Gerais. Na nossa concepção, seguindo os princípios de Nora, o próprio caderninho de receitas poderia ser considerado um lugar de memória, dado que ele representa um elo com o passado, permitindo um sentimento de pertencimento e reconhecimento para os indivíduos.

⁵⁰⁰ Pensamos aqui no conceito de homens semióforos de Krysztof Pomian (1994) que nos atenta para o fato de que, da mesma forma que existem objetos semióforos, existem homens semióforos que carregam um significado que os ultrapassa enquanto mediadores entre o mundo daqueles que os observam e o mundo que representam.

Por fim, pensemos nas três categorias dos lugares de memória de Nora e que coexistem simultaneamente, sempre: material, simbólico e funcional. Sobre o aspecto material, são evidentes o local em si, o espaço geográfico onde ocorre o festival, além das barracas, das quitandas, ou seja, toda a estrutura física, visível e palpável do festival. É material da mesma forma, o “Caderno de Receitas do Festival”, que também pode ser incluído na categoria funcional, pois tem um caráter de uma coleção de receitas, como um registro do que foi exposto no evento. Finalmente, quanto ao aspecto simbólico, é só analisarmos os discursos acima para percebermos que o evento é todo permeado por uma “vontade de memória”, onde emerge uma intenção de preservação do ofício das quitandeiras e suas receitas tradicionais.

Dessa intenção de preservação dessa memória inicia-se uma discussão acerca da patrimonialização do ofício das quitandeiras. Sabemos que há um reconhecimento, por parte do poder público, da importância da patrimonialização dessa atividade. Esse intuito de manter a tradição das quitandas nos faz pensar na “*retórica da perda*”, de que nos fala Gonçalves (1996), que tende a inserir os bens culturais num processo histórico de transformação que levaria, inexoravelmente, à sua destruição. Dessa forma, o papel das políticas de patrimônio deveria ser controlar esse processo de transformação e tentar recuperar o que estava sob ameaça de perda.

Por fim, podemos dizer que o Festival da Quitanda de Congonhas é um lugar de memória intangível, pois, além de não ter uma estrutura permanente, ele depende dos detentores do conhecimento para existir, independentemente da vontade do poder público e da estrutura física montada para o evento. Enquanto um lugar de tradição, ele reúne, em um espaço, o sentimento de identidade das quitandeiras e dos habitantes de Minas que veem seus antepassados ali representados. Portanto, trata-se de um espaço, de uma festividade que tem uma “vontade de memória” que traz consigo uma intenção de preservação do ofício das quitandeiras assim como um debate sobre a sua patrimonialização.

Assim, chamamos a atenção para o fato de que, para além do conceito desenvolvido por Nora, procuramos, nesse trabalho, aplicar a expressão lugar de memória para um festival gastronômico. Ao fazê-lo, acreditamos que há múltiplas aplicações do termo, uma vez que o Estado não é o único criador dos “lugares”. No nosso ponto de vista, desde que haja vontade de memória, no sentido proposto por Nora, qualquer objeto, festividade, comemoração etc podem ser considerados lugares de memória que representam o passado de um grupo de pessoas ou de uma nação.

Referências

ABREU, José Guilherme. Arte pública e lugares de memória. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e técnicas do patrimônio**. Porto, I Série vol IV, p. 215-234, 2005.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo. México: Fondo de cultura Económica, 1993.

ENDERS, Armelle. *Les liex de memoire*, dez anos depois. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 132-137, s/d.

Caderno de receitas do 12º Festival da Quitanda de Congonhas. FESTIVAL DA QUITANDA, XIIª edição, 2012, Congonhas (MG). Coordenação: Pedro Cordeiro. Publicação da Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo (FUMCULT), 20 de maio de 2012.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e história após a queda do muro de Berlim. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n. 2, abr-jul, 2010.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC-Iphan, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto e História**. São Paulo: Educ, nº 10, p. 7-28, dez, 1993.

Instituto Lar de Jesus: um lugar de memórias e histórias

Ana Cristina dos Santos Amaro da Silveira⁵⁰¹

Resumo

O presente artigo foi produzido a partir do projeto de doutorado apresentado a PPGE da FAE/UFPe, e também da continuidade da pesquisa. Procura “alinhar” a construção da história do Instituto Lar de Jesus a partir das memórias dos grupos vivos da instituição. Elenca ainda a principal metodologia de pesquisa utilizada, a história oral e história de vida. Aborda os referenciais teóricos inicialmente trabalhados os que dialogam com Instituição escolar, Memória e História.

Palavras-chave: História da Educação; Instituição escolar; História oral e Memória.

Introdução

O presente texto é fruto do projeto de doutorado apresentado ao PPGE da FAE/UFPe e da pesquisa que dei continuidade. Procuro trazer no texto alguns dados já obtidos com a pesquisa exploratória e também o acesso que tive a documentos e também a instituição.

Trago no texto os dados iniciais onde procuro “construir” a história do Lar de Jesus a partir das memórias dos sujeitos envolvidos, seus grupos vivos, e também a história de vida de uma das pessoas que fundaram a instituição, Profª Diosma Martinez Nunes. A história de vida desta professora, mulher, mãe e cidadã mescla-se com a história da instituição escolar Lar de Jesus. Por esse motivo “investigar” a história da instituição pelas falas e memórias e ainda pela história de vida da D. Diosma, *construir o meu olhar da história do Lar de Jesus a partir das memórias dos sujeitos e de D. Diosma*, tornou-se meu objeto de pesquisa.

Os caminhos teóricos e metodológicos construídos para o texto e também que serão tecidos para a pesquisa são: o metodológico, o da *História Oral e História de vida*, como também documentos da escola e o teórico serão os diálogos com autores que elucidam temas como Instituição Escolar, Memória, História.

O pano de fundo da investigação: O instituto Lar de Jesus e seus “grupos vivos” e a história de vida da professora Diosma Nunes

O Instituto Lar de Jesus foi fundado em 15 de Outubro de 1961, com a denominação de Centro Espírita Lar de Jesus. Teve como finalidade inicial o atendimento religioso e assistencial às famílias muito pobres que se instalavam em um terreno ocupado irregularmente, denominado “Vila das Corujas”, afastada mais ou menos 8 Km do Centro de Pelotas, e para onde fora transferido o Presídio Municipal. Essas famílias, em sua grande maioria, eram constituídas de parentes próximos dos apenados que cumpriam obrigação penal no presídio.

De 1963, início da Escola propriamente dita, até a presente data, milhares de crianças e adolescentes passaram pela Casa, cursando o ensino fundamental e/ou participando dos vários eixos de trabalho que a Instituição oferece. As famílias também participam e recebem a assistência devida, num trabalho conjunto que objetiva a integração e participação cada vez maior da família na vida de suas crianças.

Em 2011, ao completar seu 50º aniversário, a Instituição recebeu já a terceira e quarta gerações desta comunidade, destacando-se por sua participação ativa nas políticas sociais públicas e por seu trabalho diferenciado, cujos resultados são uma referência regional na área da educação e assistência social.

⁵⁰¹ Professora Pesquisadora II UFPel/UAB, Curso de Licenciatura Educação do Campo. Aluna Especial do PPGE da Fae/UFPe e pesquisadora do CEIHE – Centro de Estudos e Investigação em História da Educação. Email: anacristinaamarodasilveira@gmail.com.

A professora Diosma Martinez Nunes, hoje com 87 anos, uma mulher conhecida e reconhecida na comunidade pelotense, em face de seu profícuo e abnegado trabalho. Além de ter ajudado na fundação do Lar de Jesus, instituição existente na cidade de Pelotas a mais de cinquenta anos, a mesma foi professora da rede pública, vereadora em dois mandatos, bem como sempre esteve ligada a área social, visando o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A investigação e metodologia de pesquisa

O caminho que teço a investigação em seu percurso metodológico é o da *História Oral* e *História de vida*.

Conforme Lozano é possível a produção de conhecimento científico pela *História Oral*,

História oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes de pesquisa, história, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas sob métodos, problemas e pressupostos teóricos, explícitos. Fazer história oral significa, portanto produzir conhecimentos científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado de vida e da experiência dos outros. (LOZANO, 1998, p. 17)

Percebo a *História Oral*, como metodologia de pesquisa consistente em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. São produzidas a partir de estímulos, realizados estes através de perguntas feitas pelo pesquisador e, assim, facilita a apreensão do passado, bem como, mais do que isso, possibilita a compreensão das experiências vividas pelos entrevistados. Deste modo, as entrevistas são tomadas como *fontes* para compreensão do passado ao lado de documentos e outros registros. Conforme Mattos e Senna, História Oral pode ser conceituada,

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou destemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (MATTOS E SENNA, 2011, p. 97)

Ao pensar em trilhar esse caminho através da *História Oral*, objetivo buscar a memória dos sujeitos envolvidos e, especificamente, a memória da Profª Diosma. Entendo que, com essas memórias, poderei reconstruir a História do Lar de Jesus, a partir da *História de Vida* da Profª Diosma, pois acredito que a história da instituição confunde-se com a história de vida da mesma. Conforme Nora,

“A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993 pg 09).

Meu olhar acerca da história de vida é que ela se encontra em um quadro amplo da história oral que também inclui depoimentos, entrevistas, biografias, autobiografias. Percebo que toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos, e mesmo que eu pesquisadora, escolha o tema, formule as questões será meu entrevistado com sua narrativa que escolhera o que *narrar* ele, no caso *ela construirá a sua narrativa, sua história de vida*. Paulilo (1989) complementa que o uso da história de vida possibilita apreender a cultura “do lado de dentro”; constituindo-se em instrumento valioso, uma vez que se coloca justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si.

Mattos e Senna elencam alguns aspectos no sentido que as subjetividades também podem estar em outras fontes, não só nas fontes orais,

Há alguns aspectos críticos que envolvem a utilização da fonte oral. Críticas quanto à confiabilidade da fonte, pois muitos dizem que os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falível ou fantasiosa. Paul Thompson argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Apesar da subjetividade a que a fonte oral está sujeita, em seu livro *A voz do passado* o autor defendeu o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que “a evidência oral” pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos” (MATTOS e SENNA, 2011, p. 102)

As fontes que serão utilizadas, orais ou documentais, tecerão a investigação e construirão a história do Lar de Jesus a partir das memórias dos “grupos vivos” como também os documentos existentes na instituição. As entrevistas serão importantes recursos e ainda uma ferramenta capaz de instrumentalizar a construção da história do Lar de Jesus. Na pesquisa em tese, a fonte oral será utilizada com outras fontes tradicionais (documentos) para construir o passado dessa Instituição, que como já citado percebo a mais profunda união e ligação entre a D. Diosma (professora, mãe, mulher, política, gestora e benevolente) com o Lar de Jesus (instituição espírita, instituição assistencial e instituição escolar), como se fosse uma única história.

Instituição Lar de Jesus: história e memória

É nas instituições escolares que a educação tem a mais profunda relação com os sujeitos que fazem parte de seu lócus espacial e é onde ela se manifesta de forma mais completa e elaborada. Isso porque a história das instituições escolares é construída pelas histórias dos sujeitos envolvidos suas memórias, seus olhares, considerando a profunda interligação que há entre eles. Esta ligação se dá pela participação destes sujeitos em seu processo social, cultural e político. O lar de Jesus também construiu a sua história a partir da história de seus sujeitos e principalmente pela história de vida da professora Diosma, que deu sentido e propósito para a instituição.

Os estudos acerca de instituições escolares sugerem principalmente três aspectos: a materialidade, a representação e a apropriação, a partir do conceito que Justino Magalhães nos trás de instituição escolar:

[...] organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p 124).

Percebendo *a materialidade* como as condições físicas da escola, seu prédio e sua estrutura organizacional, *a representação* como o funcionamento institucional: modelos pedagógicos, estatutos e currículos e ainda *a apropriação* como as práticas pedagógicas e aqui enaltecendo o que busca a instituição a sua identificação e identidade dos sujeitos que nela atuam (MAGALHÃES, 2004).

As instituições escolares apresentam exterioridades e modelos diferentes e essa variante emerge das condições da sociedade e comunidade que elas afloram e isso decorre dos contextos históricos e geográficos em que as mesmas se situam (SAVIANI, 2007). O Lar de Jesus foi fundado em 1961, em uma comunidade de extrema pobreza e marginalidade, onde havia crianças sem condições de irem à escola, em face da única escola existente na localidade não atender a demanda. Assim, no ano de 1961, nasce à instituição, em um primeiro momento para prover a escassez de alimentos e necessidade espiritual daquela comunidade – entendida assim por seus fundadores - e posteriormente, em 1963, para atender a falta de vagas na escola do bairro, então Vila das Corujas.

A partir desse entendimento, elucida Gatti Junior, a história das instituições escolares apura o que se passa em seu interior, desnudando a sua história devida “a apreensão daqueles elementos que conferem identidade a instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere

um sentido no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.” (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20).

Para Nora (1993) hoje a memória é arquivística, e delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela, de ser memória. Ainda conforme o autor coube à história e aos arquivos a conservação e transmissão da memória de maneira geral.

É por isso que são “lugares” de memória nos três sentidos da palavra: material, funcional e simbólico. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993 pg 22).

Para Nora, os lugares de memória são meios de acesso a uma memória que não é memória, mas história, pois foi reconstituída por meio de vestígios, uma memória reivindicada e não espontânea. Não seria uma memória construída no grupo, mas para o grupo pela história.

Percebo a necessidade da história oral para buscar as memórias dos sujeitos envolvidos para a construção da história do Lar de Jesus. Porque a *história* que está nos documentos e arquivos, *então lugares de memória*, precisa da *memória* dos sujeitos envolvidos, para chegar às interpretações e assim conhecer as subjetividades da história dessa Instituição e assim escapando da história.

Assim percebo que a história do Lar de Jesus, sob a ótica das falas de D. Diosma, familiares, antigos colaboradores e outros sujeitos que vivenciaram com a D. Diosma a fundação e crescimento desta instituição escolar poderão então construir um lugar de memória fechado sobre seu nome, mas intensamente aberto sobre a extensão de suas significações. O fundamental é que eu, pesquisadora, perceba o que o entrevistado quer exprimir e quais seus motivos e subjetividades trazidos em seus relatos.

Levando em conta aspectos elencados por Magalhães, bem como, Nora, contextualizar *as falas dos grupos vivos*, será construir a história da instituição dialeticamente entre memórias, histórias e documentos.

Os estudos sobre instituições escolares destacam não só a materialidades destas, mas também aspectos como seu contexto histórico, sua criação e instalação, processo evolutivo, a vida da escola, o edifício escolar, os alunos, os professores, os administradores, os seus saberes, as normas disciplinares, os eventos (NOSELLA e BUFFA, 2008). Nesse contexto salientam Nosella e Buffa (2008, p. 16), que hoje “os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação.” Diante desse olhar, busco evidenciar a importância da pesquisa, acerca desta instituição escolar a partir da memória dos grupos vivos envolvidos na construção do Lar de Jesus.

Considerações Finais

Por perceber nesse início de pesquisa que nas memórias há possibilidade de construir, tecer a história da Instituição Lar de Jesus, hoje escolar, antes assistencial. Procuo entender essas memórias, então fontes de pesquisa, como mecanismos vivos que dialogam com a história e documentos para assim poder construir a história dessa Instituição.

Nesse delineamento da *História do Lar de Jesus, na construção do* caminho da investigação a partir de documentos da instituição e entrevistas acredito na simetria e no diálogo entre as fontes documentais já existentes e as fontes orais, que serão produzidas a partir das entrevistas. E nessa simetria percebo os lugares de memória que para Nora, são todos os lugares, desde a materialidade concreta ao que é simbólico e abstrato.

Portanto nessa relação dialógica levando em conta aspectos elencados por Magalhães, bem como, Nora, contextualizar *as falas dos grupos vivos*, será construir a história da instituição dialogicamente e dialeticamente entre memórias, histórias e documentos.

Referencias

GATTI JUNIOR, D. **A história das instituições escolares: inovações paradigmáticas e temáticas.** *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.* Campinas: Autores associados, Uberlândia, 2002. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Mgd2gK7vp0MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, acesso em 07 de novembro de 2013;

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea.** In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas, 1998., Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=sl7dL_KNlz0C&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbg_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false, Acesso em 02 de novembro de 2013;

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista/SP: Editora São Francisco, 2004.

MATTOS, Júlia Silveira e SENNA, Adriana. **História oral como fonte: problemas e métodos.** Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2395/1286> , Acesso em 30 de outubro de 2013;

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Tradução YARA Aun Khoury. Projeto História São Paulo, dez, 1993 [s.n.]. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>, acesso em 04 de agosto de 2014 Revista da PUC;

NOSELLA, P. e BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** Caderno de pesquisa, Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná, v3, 2008. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf, acesso em 04 de novembro de 2013.

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida.** In: Serviço Social em revista. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Volume 2- Número 1 Jul/Dez 1999 Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm, acesso em 08 de novembro de 2013.

SAVIANI, D. **Instituições escolares no Brasil – Conceito e reconstrução histórica.** In: NASCIMENTO, M. I. M. et AL. **Instituições escolares no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Ponto Grossa, PR: UEPG, 2007. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=FSZEeCDfobwC&pg=PA75&hl=pt-BR&source=gbg_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false, acesso em 04 de novembro de 2013.

A presença da arte, através do canto, no Collegio Allemão de Pelotas - RS (1898-1942)

Maria Angela Peter da Fonseca⁵⁰²

Elomar Antonio Callegaro Tambara⁵⁰³

Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre a disciplina de Canto presente no currículo do Collegio Allemão de Pelotas nas primeiras quatro décadas do século XX, como estratégia para a preservação do germanismo e da língua alemã, para o corpo discente. Para a realização deste trabalho foram utilizadas fontes como Relatórios Escolares do Collegio Allemão de 1913 e 1923, Estatutos do Collegio Allemão de 1915, o cancionário “Es Tönen die Lieder...” de Wilhelm Schlüter, 1931 e entrevistas com quatro ex-alunas. A música, em suas diversas formas de manifestação, instrumental e canto-corál, e mais especificamente o canto, correspondeu a uma forma genuína de transmissão de um *logos* e de um *ethos* através da interpretação de canções. Valores e tradições centenárias foram veiculados por meio de palavras cantadas em língua alemã e, também em língua portuguesa, contribuindo para a formação de uma identidade singular dos alunos teuto-brasileiros no *locus* acima anunciado.

Palavras-chave: Canto – Currículo - Collegio Allemão de Pelotas

Palavras Iniciais

Este artigo apresenta um estudo sobre a disciplina de Canto presente no currículo do Collegio Allemão de Pelotas nas primeiras quatro décadas do século XX, como estratégia para a preservação do germanismo e da língua alemã, para o corpo discente, especialmente os alunos teuto-brasileiros.

A temática faz parte de uma investigação mais ampla desenvolvida no Doutorado em Educação e no Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas que contempla a História da Educação Teuto-Brasileira Urbana em Pelotas nos séculos XIX e XX.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas fontes como Relatórios Escolares do Collegio Allemão de 1913 e 1923, Estatutos do Collegio Allemão de 1915, o cancionário “Es Tönen die Lieder...” (Soam Canções...) de Wilhelm Schlüter, 1931 e entrevistas com quatro ex-alunas.

O Collegio Allemão de Pelotas, um colégio teuto-brasileiro urbano, particular, de ensino primário e secundário, para meninos e meninas, foi fundado em 17/12/1898, por uma sociedade escolar cujos membros eram imigrantes alemães e teuto-brasileiros, industriais e comerciantes que formavam uma pequena burguesia, que, em sua maioria, protestantes luteranos, pertenciam à Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas.

Curiosamente, esses imigrantes alemães e teuto-brasileiros, no final do século XIX, apesar de disporem de ótimas escolas na cidade, através de uma sociedade escolar, fundaram o Collegio Allemão de Pelotas, para a educação de seus descendentes. Era um colégio que ministrava ensino de excelente qualidade, evidenciado pela qualificação do corpo docente, semelhante às congêneres de Rio Grande e Porto Alegre citadas por Giesebrecht (1899, p.17).

A gênese desse colégio está diretamente vinculada aos ideais desse grupo de imigrantes alemães e de teuto-brasileiros que atuaram como guardiões do *Deutschtum*, do bem cultural germânico, em Pelotas. Entre eles, encontrava-se o Professor Eduardo Wilhelmy, eminente educador e um dos fundadores da Comunidade Evangélica de Pelotas e da *Deutsche*

⁵⁰² Doutoranda em Educação - Faculdade de Educação - Universidade Federal de Pelotas mariangela@via-rs.net

⁵⁰³ Professor Pós-Doutor em Educação – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Pelotas tambara@ufpel.edu.br

Schule de 1889, exercendo um papel congregador na educação dos filhos de um pequeno número de imigrantes alemães e de teuto-brasileiros, em Pelotas.

Portanto, a consolidação desses ideais materializaram-se através da fundação do Collegio Allemão de Pelotas, em 1898. Para este projeto específico, no final do século XIX, houve a participação do Sínodo Rio-Grandense. Isso é evidenciado através da presença dos pastores Naumann, Weller e Sudhaus, ocupando a direção do colégio, nos primeiros nove anos. Após essa data professores leigos exerceram a direção do educandário, entre eles o professor André Gaile e o professor Heinhard Heuer.

A presença da Arte, através do Canto, no currículo do Collegio Allemão

Ao analisar o currículo do Collegio Allemão de Pelotas nas décadas de 1910 e 1920, através dos Relatórios Escolares de 1913 e 1923, percebe-se que a música, trabalhada na disciplina de Canto, estava inserida no corpus teórico da instituição.

No caso do primeiro relatório de 1913 evidencia-se que integrava o núcleo central do mesmo, isto é, permeava o currículo do 1^o até o 8^o ano. Já no segundo relatório de 1923, o Canto teve o seu horário excluído em alguns anos. No entanto, a entrevista com a ex-aluna mais antiga localizada, comprova a presença do Canto no currículo do Collegio Allemão de Pelotas.

Em relação à década de 1930, referente a essa disciplina investigada, através de entrevistas com três ex-alunas e de três boletins, pode-se observar que o Canto, continuava fazendo parte do currículo do Collegio Allemão de Pelotas.

A partir destas informações, questionamos: qual era a importância do Canto e que conteúdos eram transmitidos através dessa disciplina que justificava a sua inserção no currículo da instituição como prática não somente escolar, mas principalmente cultural, para a preservação e continuidade da memória étnica?

O Canto no Collegio Allemão em 1913

Através da análise do Relatório Escolar do Collegio Allemão de 1913, assinado pelo professor André Gaile, comprova-se a presença do Canto, no currículo dessa instituição, partilhando o espaço didático com outras disciplinas que formavam o núcleo central do currículo, isto é, eram comuns a todos os anos, desde o primeiro até ao oitavo ano. O Ensino Primário e o Ensino Secundário eram ministrados em classes de duplos, isto é, a quarta classe correspondia ao primeiro e ao segundo ano; a terceira classe, ao terceiro e ao quarto anos; a segunda classe, ao quinto e ao sexto ano; e a primeira classe, ao sétimo e ao oitavo ano.

O Canto encontrava-se entre as sete disciplinas centrais do currículo: *Deutsch* (Alemão, 25 h), *Portugiesich* (Português, 17 h), *Rechnen* (Matemática, 22h), *Zeichnen* (Desenho, 7 h), *Singen* (Canto, 8h), *Turnen* (Ginástica, 4h), *Handarbeit* (Trabalhos Manuais, 8h), as quais correspondiam a 74,5% do espaço no currículo, equivalentes a uma soma de 91 horas semanais nas aulas de duplos acima citadas. Abrangendo três quartos da carga horária total, estas disciplinas tinham o objetivo de contemplar a educação do aluno como um todo, priorizando a comunicação em duas línguas, o raciocínio abstrato, a leitura do mundo através da imagem e do som, o corpo e o trabalho manual.

Das oito horas semanais, correspondentes ao Canto para o curso completo, duas horas por semana perfaziam a carga horária da disciplina para cada classe que era integrada por dois anos. Nesse sentido, o Canto ocupava o espaço de 8,8% do núcleo central do currículo, atingindo um escore 6,5% em relação ao currículo completo.

Em síntese, o elenco central das disciplinas ministrados no currículo de 1913 visava à formação e à formatação de um determinado perfil discente e, em última instância, de um determinado tipo de cidadão para uma sociedade específica.

A presença do Canto no currículo do Collegio Allemão de Pelotas de 1913 é indicadora de uma prática cultural e social formadora de uma identidade, uma vez que nesse período, nesse educandário, o ensino era ministrado em dois idiomas: em Língua Alemã e em Língua Portuguesa.

Isto pode ser comprovado através dos Estatutos do Collegio Allemão de 1915, em seu Capítulo I, Da Escola, ao explicitarem que a finalidade da instituição era o ensino ministrado em língua alemã e portuguesa, ensino este conjugado com os costumes da pátria, preparando os alunos para o exercício da cidadania e a introdução no mercado de trabalho na “nova pátria”.

O fim do collegio Allemão é o de implantar por intermédio da **instrução subministrada nos idiomas alemão e do Paiz**, [grifo nosso] os costumes da pátria, e sua intenção, como também de preparar seus discípulos até o necessário para a realização de seus direitos de cidadão e conhecimentos profissionais na nova pátria. No caso de se tornar de interesse para o collegio, poderá o mesmo receber a autorização de estender certificados de habilitação, os quaes dão o direito para o serviço militar obrigatório na Allemanha, como aspirantes a officiaes. Far-se-á o possível para a realização desse propósito. O ensino constará, portanto de dois idiomas, até o pleno conhecimento dos mesmos, aspirando a instituição os limites de um collegio de media cathegoria, mas sem consideração aos interesses communs da igreja ou da classe social (ESTATUTOS DO COLLEGIO ALLEMÃO DE PELOTAS, 1915, p. 1).

Pode-se observar que o Collegio Allemão tinha como proposta pedagógica aspectos que transcendiam a instrução em dois idiomas e disciplinas comuns a outras escolas, pois vinculava, fortemente, o ensino e a aprendizagem à questão social de inserção na nova pátria, mediante o conhecimento dos costumes, da legislação e das profissões no Brasil, conjugando com os costumes da pátria de origem, preservando dessa forma o *Deutschtum*, o germanismo.

Conteúdo Programático do Canto em 1913

De acordo com o conteúdo programático do currículo do Collegio Allemão de 1913, nos primeiros dois anos do Ensino Primário, o **Canto** ocupava duas horas semanais, contemplando exercícios vocais de acordo com o Ensino Visual, realizando uma parceria entre som e imagem, treinando um canto descritivo de paisagens, da casa, da floresta e outros.

Na terceira classe, com a mesma carga horária de duas horas semanais, no terceiro e no quarto anos primários, eram trabalhadas 20 canções folclóricas alemãs e portuguesas em uníssono. Na segunda e na primeira classes, com alunos na idade entre dez e treze anos, abrangendo os últimos quatro anos do curso completo, com a mesma carga horária das anteriores, trabalhavam-se canções em duas e três vozes, em alemão e em português. Era iniciado o cultivo da polifonia, incentivando o gosto pelo canto coral, uma prática recorrente entre os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros.

O Canto no Collegio Allemão em 1923

No que diz respeito ao Relatório Escolar do Collegio Allemão de 1923, assinado pelo professor Reinhard Heuer, o Canto deixou de integrar o núcleo central do currículo de 1923, apesar de fazer parte do elenco das disciplinas dos primeiros anos, abrangendo do primeiro ao quarto ano primário, mas com a carga horária reduzida para uma hora semanal. No entanto, não constava no programa curricular dos anos mais adiantados, ou seja, do quinto ao oitavo ano.

Cinco disciplinas formavam o núcleo central do currículo de 1923, isto é, eram comuns a todas as séries: Portugiesisch (Português, 19h), Deutsch (Alemão, 18h), Rechnen (Matemática, 16h), Zeichnen (Desenho, 6h) e Handarbeit (Trabalhos Manuais, 6h).

Correspondendo a 61,3% do espaço do currículo, equivalentes a uma soma de 65 horas, abrangia pouco mais do que a metade da carga horária total. Essas disciplinas tinham o objetivo de contemplar a educação do aluno como um todo.

Em relação a 1913, houve perdas de espaços significativos no núcleo central do currículo de 1923, como, por exemplo, a Ginástica e o Canto. Apesar de ter sido mantida a prioridade da comunicação em duas línguas, percebe-se que o Português foi privilegiado com uma hora a mais do que o Alemão. Juntamente com a linguagem, permaneceram a ênfase no raciocínio abstrato, no desenho e nos trabalhos manuais, conteúdos trabalhados em disciplinas que tangenciavam todas as séries do currículo.

Todavia, com a retirada das disciplinas do **Canto**, de algumas séries do currículo de 1923, e da Ginástica, de todas as séries, a leitura de mundo das crianças deixou de ter o som e o movimento do corpo como possibilidades de interação e de comunicação, numa forma de somatório de conhecimento. A leitura do mundo foi vinculada à percepção visual, através do Desenho, funcionando “em mono”, ou seja, somente em um canal sensível de apreensão da realidade circundante.

A partir desses dados questionamos: os anos mais adiantados teriam sido contemplados por outras programações culturais que privilegiavam o **Canto** e, também a Ginástica, ou os conteúdos dessas duas disciplinas teriam sido diluídos em outras disciplinas do currículo?

Considerações sobre Memórias de Ex-Alunas em relação ao Canto no Collegio Allemão de Pelotas

Através das fontes orais, “podemos num átimo ser transportados para um outro mundo” (THOMPSON, 1992, p. 174). De acordo com o mesmo autor (1992, p.138), “se as fontes orais podem de fato transmitir informação “fidedigna”, tratá-las simplesmente como um documento a mais é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado”.

De acordo com Halbwachs (1990), a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Halbwachs, inspirado no sociólogo Dürkheimm, acreditava que os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem.

Halbwachs (1990) vinculava a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Nesse sentido, o produto da memória-hábito, que faz parte do conceito de adestramento cultural de Bergson, aproxima-se do conceito de memória coletiva de Halbwachs.

Concordo com Bergson (1987, apud BOSI, 1994, p. 36) quando afirma que “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”. Para ele,

o passado se conserva inteiro e independente no espírito; e o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente. Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. [...] Logo, a própria ação da consciência supõe o outro, ou seja, a existência de fenômenos e estados infraconscientes que costumam ficar à sombra. É precisamente nesse rio de sombras que se deposita o tesouro da memória.

Segundo Halbwachs (1990, p.23)

a interpretação social da capacidade de lembrar é radical. [...] não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças.

De acordo com Nora (1993, p. 9),

a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. [...] A memória instala a lembrança no sagrado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...] A memória é um absoluto.

Entre as ex-alunas entrevistadas para esta investigação sobre o Canto no Collegio Allemão de Pelotas, encontram-se os testemunhos das senhoras Johanna Ritter Ruge Hofmeister- que foi aluna da instituição entre os anos de 1916 e 1920 – Annemarie Rilling da Nova Cruz, Hilda Hübner Viola e Irene Hübner Spinelli que estudaram no colégio na década de 1930.

As três ex-alunas da década de 1930, acionaram suas lembranças em relação ao ensino da música, através do Canto, no currículo do Collegio Allemão, na década de 1930, a partir de uma entrevista semi-estruturada em que constavam indagações sobre o professor de Canto, o método de ensino, o espaço ocupado no currículo, o conteúdo programático, o material didático, o idioma cantado, o repertório e o envolvimento com outras práticas artísticas e culturais.

Aos 92 anos, a ex-aluna do Collegio Allemão de Pelotas, a senhora Johanna (2002) lembrou datas, nomes das disciplinas e de seus professores, incluindo o Canto que partilhava o espaço curricular ao lado da Língua Portuguesa, da Língua Alemã, da Matemática entre outros conteúdos.

Tinha ótimos professores! As matérias eram muitas (...) Todas as matérias que eram exigidas em qualquer colégio. Todas eram dadas em alemão. Vamos começar com: Português. O professor de português era o Reitor. Tinha Alemão, Matemática, História do Brasil, História Geral, História Natural, **Canto** [grifo nosso], Bordado para meninas. Ótimos professores! Nunca tive professores tão bons! Tinha Herr Heuer, ele era o diretor e professor também. Ele mesmo escreveu uma Gramática em Alemão. Nunca vi gramática melhor do que essa! (...) Os verbos em alemão são regidos por preposição: o nominativo, o genitivo, o dativo (exige verbo em repouso, ideia de inatividade), o acusativo (ideia de atividade).

A lembrança evocada de um acontecimento do passado, presente na memória da senhora Johanna, e também das outras entrevistadas apresentadas a seguir, trouxe à tona informações importantes que, arrolada a outras fontes, no caso documentais, confirmaram suas palavras em relação ao ensino do Canto em língua alemã no início do século XX.

A senhora Hilda (2002, 2007), com 84 anos, aluna do Collegio Allemão entre 1928 e 1937, gentilmente aceitou falar sobre o Canto, e assim se referiu:

A gente vivia cantando. Cantava tanto em Português como em Alemão. [...] Os alunos iam se apresentar na Sociedade Germânia. Não se usava uniforme naquela época. Nós nos apresentávamos com roupa de passeio. [...] A gente também dançava. Dava lá uns pulinhos. Meninos e meninas, tudo junto, meio misturados.

Na sequência, a senhora Irene (2002, 2007), com 78 anos, que frequentou o colégio entre 1936 e 1942, enfatizou a questão do canto vinculado ao patriotismo através do estudo dos hinos.

A educação no Collegio Allemão era muito rígida e o ensino muito aprofundado. Era muito valorizado o patriotismo. A gente cantava muito durante todo o período escolar. Cantávamos o Hino Nacional Brasileiro, o Hino à Bandeira e o Hino da Independência, tudo em posição de sentido. [...] Os dias nacionais eram comemorados e havia hasteamento da bandeira no pátio do colégio, com os alunos perfilados. O comportamento e o respeito eram trabalhados na aula. O canto era em conjunto, todos juntos. [...] Havia integração das disciplinas. Por exemplo, era obrigatório nas aulas de Português pronunciar corretamente as palavras para os cantos em Língua Portuguesa que tinham que ser interpretados corretamente.

E, finalmente, a senhora Annemarie (2002, 2007), com 78 anos que também frequentou o colégio entre 1936 e 1942, da mesma forma que a senhora Irene, enfatizou a questão do Civismo e os Hinos Pátrios.

Para as festas cívicas como, por exemplo: Sete de Setembro, Dia da Bandeira e da Independência, todos os alunos iam para o pátio da escola e levavam a bandeira nacional. Além disso, todos os sábados havia a Hora Cívica. Um Sábado para os meninos segurarem a bandeira nacional e outro para as meninas. Nesta hora era recitada uma parte da Oração à Bandeira de Olavo Bilac e cantava-se o Hino Nacional Brasileiro.

Em relação ao Professor de Canto, as três ex-alunas lembraram que o professor Edmund Saft era o responsável pela Hora Cívica, onde eram ensinados os cantos populares e os hinos: Nacional Brasileiro, da Bandeira e da Independência. Esse professor ensinava e acompanhava os cantos com piano e às vezes com o violino. Somente o professor tocava instrumento musical, aos alunos não era oportunizado esse conhecimento no colégio. Alguns alunos estudavam piano e violino com professores particulares.

As aulas de Canto, que ocupavam no máximo o espaço de duas horas no currículo, eram na própria sala de aula, com meninos e meninas, onde todos cantavam juntos. Eram cantos corais em conjunto na classe. As aulas eram bem informais, não sendo muito exigidas nos anos iniciais. Era mais o canto em si, tudo decór, de memória, utilizando um método de ensino repetitivo.

O conteúdo programático abrangia o canto de canções simples em uníssono nos primeiros anos, com o acréscimo de teoria musical e da polifonia nos anos mais adiantados. Portanto, o canto coletivo continuava sendo prioridade durante todo o período escolar, quer em uníssono, quer em várias vozes, inclusive com a apresentação de solistas. Conforme Annemarie (2002, 2007), “a cantoria era com todos juntos em clima competitivo, entre meninos e meninas, na sala de aula!”.

Os alunos entoavam canções em língua alemã, como as *Volkslied* (canções do povo) e músicas populares brasileiras, bem como os hinos brasileiros. Cantavam em dois idiomas, isto é, em alemão e em português. Músicas como *Alle Vögel sind schon* da (Todos os pássaros estão aqui), *Guten Abend* (Boa Noite) e canções de Natal faziam parte do variado repertório folclórico dos alunos do Collegio Allemão na década de 1930 confirmado pelas entrevistadas.

No que diz respeito ao material didático, *Es Tönen die Lieder*, as entrevistadas foram unânimes ao reconhecer o livro de música que usaram durante as aulas de canto. Conforme Irene e Hilda (2002, 2007): “Usamos esse livro sim! Mas logo decorávamos as letras e as melodias. Usávamos muito a memória. Os cantos todos de cór!”

No colégio não preparavam repertório para apresentações, com exceção das aulas de Cívica onde cantavam os hinos brasileiros. A ênfase dada às datas cívicas brasileiras, era elucidada nos desfiles da Semana da Pátria, que eram precedidos pelos ensaios no pátio do educandário, quando, então, o Collegio Allemão de Pelotas se fazia representar através de seus alunos.

No entanto, o envolvimento informal do Canto com outras atividades culturais se fazia notar nas apresentações dos alunos na Comunidade Evangélica Alemã, na Escola Dominical e na Sociedade Germânia, que era uma sociedade que congregava os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros em prol do bem cultural alemão – o *Germanismo*: o *Deutschtum*.

Para finalizar

A temática abordada oportuniza uma reflexão não somente em relação à memória documental, mas também em relação à memória oral. No entanto, pensando, mais especificamente sobre a questão da memória oral evocada pelas entrevistadas, pode-se dizer que ela funciona como guardiã de lugares de memória. Segundo Nora (1993), os lugares de memória expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia indo ao encontro de resgate de sinais de *appartenance* grupal.

Neste sentido, o Canto, presente no currículo do Collegio Allemão de Pelotas, objeto desse estudo, funcionou como “lugar de memória”, que, na concepção de Nora (1993), nasce e vive do sentimento de que não existe memória espontânea, por isso é necessário criar arquivos, manter datas, organizar celebrações. No caso do Canto, percebe-se que integrava as práticas pedagógicas e educacionais do currículo e do conteúdo programático de uma instituição étnica, e que, mais do que práticas culturais, representava “lugares de memória” em que conteúdos culturais centenários, mais precisamente o *Deutschtum*, eram arquivados, conservados acionados e transmitidos de geração em geração através da palavra cantada, movendo e movimentando sentimentos e emoções.

Nas primeiras duas décadas do século XX, o Canto, no Collegio Allemão de Pelotas, foi entoado predominantemente em língua alemã, quando, então o ensino era ministrado, principalmente, nesse idioma. No entanto, a partir de 1930, com o advento do Estado Novo, o Brasil implantou leis rigorosas de Nacionalização na Educação, especificamente em relação à obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa.

Todavia consideramos importante acrescentar que no Rio Grande do Sul, houve um processo de maior tolerância do ensino nos dois idiomas citados, em decorrência da tradição de governos anteriores com ideologia positivista, que permitiam e incentivavam a manutenção de escolas privadas com chancela evangélica alemã protestante.

De acordo com as entrevistas das ex-alunas da década de 1930, evidencia-se a presença de canções cívicas brasileiras, permeadas com as canções em língua alemã. Realmente, a educação desenvolvida no Collegio Allemão de Pelotas, na década de 1930, elucidava valores fortemente arraigados às tradições culturais tanto alemãs como brasileiras. Isto é evidenciado através do repertório das aulas de Canto que contemplava tanto canções folclóricas alemãs como hinos pátrios brasileiros.

A prática do Canto no Collegio Allemão de Pelotas nas primeiras quatro décadas do século XX, foi significativa e através dela, transmitia-se um conteúdo, no que diz respeito ao bem cultural do germanismo, identificador de uma visão de mundo com matizes alemães em terras brasileiras. Mas essa visão era conjugada com os aspectos primordiais da cidadania brasileira contribuindo para a formação singular de uma identidade teuto-brasileira, nos alunos, crianças e adolescentes, desse educandário.

Para finalizar,

se a a história não se apoderasse das lembranças para transformá-las elas não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva” (NORA, 1993: 13).

Portanto, o Canto no Collegio Allemão de Pelotas constituiu-se como lugar de memória de uma história que ainda possui vestígios de memória quase sem vida, porque a ruptura com o tempo eterno, pelo distanciamento no tempo, em alguns casos já ocorreu, tanto que passa a ser arquivado. Mas é ainda memória, pois sacraliza, comemora, torna-se vida e emociona, através da escrita da história, construindo valores sócio-culturais no tecido de uma memória musical e étnica.

Referências

- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- ENTREVISTA** com Annemarie Rilling da Nova Cruz. Pelotas, 2002, 2007.
- ENTREVISTA** com Hilda Hübner Viola. Pelotas, 2002, 2007.
- ENTREVISTA** com Irene Hübner Spinnelli. Pelotas, 2002, 2007.
- ENTREVISTA** com Johanna Ruge Ritter Hofmeister. Pelotas, 2002.
- ESTATUTOS** do Collegio Allemão de Pelotas - 1915
- GIESEBRECHT, Franz. **Die Deutsche Schule in Brasilien**. Berlin: Deutsch Brasilicher, 1899.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- NORA, Pierre. **“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”**, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- RELATÓRIO Escolar de 1913** - *Jahres=Bericht der Deutschen Schule zu Pelotas über das 14. Schuljahr 1913*. Pelotas: *“Deutsche Wacht”*, 1914.
- RELATÓRIO Escolar de 1923**. In *Zum 25jährigen Bestehen der Deutschen Schule zu Pelotas, 1898-1923*. Rio Grande: Livraria Rio-Grandense, 1923.
- SCHLÜTER, Wilhelm. **Es Tönen die Lieder**. São Leopoldo: Rotermund, 1931.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado-História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Clube Caixeiral de Rio Grande/RS: A memória no tempo presente a partir da imagem fotográfica

Gianne Zanella Atallah⁵⁰⁴

Margarete Regina Freitas Gonçalves⁵⁰⁵

Resumo

Enfatizaremos aqui o *Clube Caixeiral de Rio Grande* a partir da análise de um acontecimento registrado e promovido por duas imagens veiculadas em jornais e sites, referindo-se ao desabamento de parte do telhado do Clube, no final do mês de Março desse ano, tendo como uma pré-discussão a importância da imagem enquanto mediadora desse espaço no tempo. Para tanto, a referida reflexão encontra lastro nas teorias de Vilém Flusser (2013), bem como aciona conceitos de representação (escrita) e memória (leitura) do fato que estagnou no tempo o acontecimento, mas não o esvaziamento da memória de uma coletividade.

Palavras-Chave: Clube Caixeiral de Rio Grande – Mídia Impressa – Memória – Coletividade - Conflitos

Introdução

Enfatizaremos aqui o *Clube Caixeiral de Rio Grande* a partir da análise de um acontecimento registrado e promovido por duas imagens veiculadas em jornais e sites, referindo-se ao desabamento de parte do telhado do Clube, no final do mês de Março desse ano, tendo como uma pré-discussão a importância da imagem enquanto mediadora desse espaço no tempo. Para tanto, a referida reflexão encontra lastro nas teorias de Vilém Flusser (2013), bem como aciona conceitos de representação (escrita) e memória (leitura) do fato que estagnou no tempo o acontecimento, mas não o esvaziamento da memória de uma coletividade.

Método de Análise

A análise desse trabalho partiu de duas imagens que seguem, e que esteve vinculada a um jornal físico e dois digitais, no qual a imagem não foi captada no dia do acontecimento, mas em data posterior.



**FIGURA 1: Fotografia Marcus Maciel.
Jornal Diário Popular 1º/04/2014**

⁵⁰⁴ Doutoranda pelo PPG Memória e Patrimônio/ICH/ UFPEL. E-mail: gizaatallah@gmail.com

⁵⁰⁵ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPEL. E-mail: margareterfg@gmail.com



**FIGURA 2: Fotógrafo Germano S Leite.
Jornal Agora 1º/04/2014**

A representação da imagem no presente sobre o passado

No dia 29 de Março de 2014, já no fim da tarde, desabou o telhado do Prédio do Clube Caixeiral de Rio Grande, situado na Rua Marechal Floriano, na zona central da cidade de Rio Grande/RS.

O Clube Caixeiral de Rio Grande foi fundado no ano de 1895, e o prédio da Rua Marechal Floriano, entre os anos de 1911 e 1912, sendo inaugurado nesse último. A classe de Caixeiros ao fundar os clubes desejava o fechamento das portas comércio aos domingos e os feriados na parte da tarde (DUARTE, p.04, s/d), além disso, DUARTE (s/d) ressalta que [...] os clubes caixeirais do Rio Grande do Sul fundados na última década do Império, foram incluídos entre as entidades de socorro mútuo. No entanto, é necessário salientar que afora a prestação de socorros, a instrução e a recreação constituíam os objetivos dos clubes (DUARTE, p.03, s/d). Para tanto, estavam alicerçados em uma forma de comunicação interna muito peculiar de cada clube, e em cada cidade.

Enquanto Clube, espaço físico e um dos “lugares de memória” da categoria classista, registrou na linha do tempo social, sua funcionalidade, sua convivência e abrangência que se associavam e dissociavam ao mesmo tempo dos processos a que estavam inseridos, através de uma linguagem simbólica que transcendia o espaço temporal.

A construção da memória não está na mesma linearidade que a vida útil de seu produtor. Enquanto a memória se auto produz através da lembrança daqueles que vivenciaram e daqueles que tomaram conhecimento dessa lembrança, a vida útil do seu produtor não consegue explicitar a extensão dessa memória, pois ela avança um campo de abstração muito acelerado, pois está condicionada a memória daqueles que não a vivenciaram. E isso se reporta claramente ao nosso objeto. Enquanto clube social atravessou o final do século XIX, todo o XX e sucumbiu a modernidade nos anos 2000.

Enquanto espaço e vestígios da memória, desde os anos 2000, remete a um desafio de como entender essa memória. Percebemos que o registro (máquina de escrita), enquanto produtor de texto e imagem (máquinas de leitura), ressignificam o valor dessa memória. Se antes tínhamos modos de fazer, ou seja as sociabilidades dentro do Clube (festas, encontros familiares, encontros administrativos, entre outros) e fora do clube, hoje o valor simbólico agrega-se a uma estrutura distante de sua funcionalidade. Sucumbiu a memória daqueles que não a vivenciaram, mas que tem a intenção de recriar abstratamente através dos “lugares de memória”.

Assim, quando propomos a especulação de uma imagem capturada, não no momento ocorrido do fato, e que tão pouco privilegiou a ação de defesa promovida, ela está substantiada por significados, esses que se mantiveram do passado, e que conflituam-se entre o presente e o futuro, bem como sob a ideia do que pode significar os destroços. Como nos ressalta Flusser, “as imagens são mediações entre o homem e o seu mundo que para ele, se tornou imediatamente inacessível” (FLUSSER, 2013: 142). Quando a imagem torna-se mediadora, acreditamos que o homem não percebeu que está perdendo o controle dos vestígios do espaço no tempo, e que concomitante fortalece uma memória, supostamente perceptível e intocável.

O tempo acerca-se da formação de um espaço construído em etapas, que não são de evolução, mas sim de interação com as mudanças, e de desafios aos conceitos pré-estabelecidos.

Enquanto o tempo busca o espaço, o imaginário se estrutura nas recordações vividas, pois enquanto fantasia, irá canalizar a relação direta de atividade ou emoções, que estão conscientes através do que foi vivido, diferentemente da imaginação como fantasma, que se tem como uma fantasia irrealizada, o desejo de ter vivido o momento, de ter presenciado um espaço.

Destacamos que para as recordações vividas, temos no esquecimento um desafio de não deixá-las sucumbir, pois as emoções, mais do que os fatos, serão fortalecidas na existência real de um grupo, mas quando este chegar ao último integrante, a memória não acabará junto com ele, pois as lembranças serão sustentadas pelos sentidos, estes que deverão ser registrados não só através da história oral, mas de outras fontes, pois enquanto uma delas ainda existir, as lembranças serão mantidas ‘vivas’, mesmo que com olhares diferentes sobre elas.

Quando Maurice Halbwachs, nos fala em memória coletiva e o tempo, utiliza-se a si como exemplo

Pode-se dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que sobre mim exerce, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação em que está contida (HALBWACHS, 2006:121).

A contemporaneidade traz à tona, outra questão, a valoração da imagem e do texto, a partir da banalização do trato documental enquanto imagem, nesse caso a fotografia, e que segundo Flusser,

O propósito das imagens é dar significado ao mundo, mas elas podem se tornar opacas para eles, encobri-los e até substituí-los. Podem constituir um universo imaginário que não mais faz mediação entre o homem e o mundo, mas ao contrário, aprisiona o homem. (FLUSSER, 2013: 143)

Assim percebemos o quanto estamos aprisionados, não só na imagem, mas na forma como essa imagem chega até nós, restrita de informações, repetida e com textos diversos, e muito rápida, ou seja, estar *on line* ou *não* é uma questão de interesse a partir de quem mantém a divulgação da mesma.

As imagens em questão estão no *Jornal Diário Popular* e *Jornal Agora de mesma data, de 1º de Abril de 2014*, e nossa percepção deixa claro o quanto a memória é frágil, a partir de como a registramos.

Se fizermos um comparativo, a partir das imagens feitas na pré-história, como referencia Flusser, e as imagens atuais, perceberia através dele que:

...as imagens pré-históricas representam o mundo, as imagens pós-históricas representam textos; a imaginação pré-histórica tenta agarrar o mundo, a imaginação pós-histórica tenta ser a ilustração de um texto. (FLUSSER, 2013: 146)

Seguindo a lógica do autor, nesse caso específico, é o texto da própria memória, uma micro memória que busca encontrar no presente o valor do passado, o simbolismo das

práticas, dos lugares e das pessoas que ali passaram e perpassam diariamente, agora na sua ausência. Ou seja, aquilo que a câmera capturou é a representação dos vestígios, mas não da memória, enquanto objeto, pois o seu grupo produtor, os classistas caixeirais já se dissociou na temporalidade entre o passado e presente.

Quanto à imagem, esta representa muito mais do que simplesmente aquilo que capturou, pelo fato do fotógrafo ter um interesse no ato, completamente distanciado de uma releitura de um “lugar de memória”. De acordo com as ideias de Flusser, toda a imagem (cena) parte de uma linha (texto), *ela “explica” a cena na medida em que enumera clara e distintivamente cada símbolo isolado. Por isso a linha (o “texto”) significa não a circunstância diretamente, mas a cena da imagem, que, por sua vez, significa a “circunstância concreta”* (FLUSSER, 2013). O sentimento de abandono está implícito na foto, mas quando falamos de “abandono”, precisamos entender que o começo da linha e imagem, como nos fala Flusser, estamos nós, somos os responsáveis pela existência e manutenção desse processo.

A imagem de um prédio pomposo que representava o seu tempo, e parte de um grupo da sociedade, permanece com essa mesma representatividade diluída no próprio espaço temporal, pois não tem mais a sua presença de um grupo na sua totalidade nem tão pouco, os vestígios que sustentam essa memória.

Ao percebermos essa imagem, que foi reproduzida, apontamos alguns pressupostos:

1. Reproduzir a mesma imagem, como forma de comunicar somente o fato; cria na sociedade ou estimula-a entender o seu comprometimento com o passado?
2. A reprodução, além de comunicar o fato, estimula a comunidade a repensar o seu papel enquanto sujeito de seu próprio patrimônio?
3. A conjunção da imagem, e das mídias que produzem uma mensagem, acabam por tornar-se anti-códigos da memória, pois a significação da memória individual ou coletiva está no abstrato que seria seus próprios subterfúgios?

Essa relação memória-história está no processo de identidade de um grupo, e que precisa ser revisto quanto ao seu entendimento, pois quando FLUSSER ressalta que *“com a invenção da escrita começa a história, não porque a escrita grava os processos, mas porque ela transforma as cenas em processos: ela produz a consciência histórica”* (FLUSSER, 2013). Essa consciência que se define a partir de uma “estrutura social” vista como forma ou organização, mas que ainda não tem um consenso sobre a medida dessa forma, o que segundo BOURDIEU (2005) manifestam propriedades que resultam de sua dependência relativamente à totalidade.

Quando percebemos que a imagem é uma mediadora entre o presente e o passado, contrapomos o que André Parente nos coloca, registrando:

Vivemos num mundo onde tudo circula. Tudo deve circular o mais rapidamente possível: os veículos, os enunciados, as imagens, as informações, os homens. No entanto, tudo parece estar no lugar, todas as diferenças se anulam, tudo se tornou intermutável. Os homens fazem viagens imóveis, como se eles mudassem de lugar para evitar uma mudança de “clima” (PARENTE, 2011:17).

Essa circulação do qual falamos da imagem, remete muito mais a percepção da informação do que aos vestígios propriamente ditos, ou seja, a fotografia veiculada talvez não esteja mais disponível na rede <http://www.clicsul.net/portal/sul-telhado-do-clube-caixeiral-de-rio-grande-desabou-neste-sabado-29/>, mas o prédio continua desintegrando-se no mesmo local. A imagem que restou, certamente, serve como captura de um espaço no tempo, um momento que não se repetirá mais. Torna-se assim um processo de memória não vivenciado, mas vivido todos os dias pela abstração de sentido.

Conclusões

Podemos previamente concluir que as mídias criam subterfúgios que não interrogam o cerne de importância do fato, e nesse caso, da imagem. As leituras dos fatos, não raras vezes, são resultados do imediatismo, onde a insistência pelo descompasso dos conceitos aos quais está agregada a existência do que se retrata em uma imagem, sugere descaminhos, ou seja, o fato do desabamento dirige-se muito mais a comunidade de um modo geral, do que aos órgãos competentes, ou entenda-se que cada grupo expressa a sua vontade e permissão para atuar, mas isso não deve estar dissociado do restante do processo de identidade de um grupo. Cabe aqui demonstrar que ao desenvolvermos esse trabalho, construiu-se um desafio, *que é entender como as mídias que tem uma vida tão acelerada, tratarão da releitura e entendimento do passado e da memória?*

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Organização e seleção Sergio Micelli. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DUARTE, Paulo César Borges. **A Fundação e os objetivos dos Clubes Caixeirais no RS – 1879 a 1890**. Disponível: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Paulo_Cesar_Borges_Duarte.pdf Acesso em 22/12/2008.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e Imaginário: O Desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

Sites:

<http://globoTV.globo.com/rbs-rs/rbs-noticias/v/predio-do-clube-caixerai-em-rio-grande-rs-nao-tem-previsao-de-restauracao/3253586/> - vídeo, acesso em: 02/04/2014.

<http://defender.org.br/noticias/nacional/rio-grande-rs-sem-telhado-clube-caixeiral-aguarda-restauro/>

http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=ODE1NzY=& acesso em: 02/04/2014

<http://www.clicsul.net/portal/sul-telhado-do-clube-caixeiral-de-rio-grande-desabou-neste-sabado-29/> acesso em: 02/04/2014.

<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=56847> acesso em: 02/04/2014.

As Alegorias na Ala Velha e as Memórias Possíveis no Cemitério Municipal de Juiz de Fora/MG (1870-1940)

Leandro Gracioso de Almeida e Silva⁵⁰⁶

Fábio Vergara Cerqueira⁵⁰⁷

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir o papel da arte funerária para a construção de memórias no Cemitério Municipal de Juiz de Fora de 1870 a 1940. Através de alegorias as famílias adotaram estratégias para enaltecer o papel que os mortos tiveram em suas vidas e para isso pagavam o trabalho dos marmoristas. Cada túmulo tem sua particularidade porque é dotado de significados e evoca a memória de quem ali jaz, mas as alegorias são quase sempre repetidas. Assim foram selecionadas duas para se analisar neste trabalho. Essa escolha se deu em razão dessas alegorias representarem discursos distintos. O discurso alegórico cumpre o desejo de se fazer a memória do morto e nesse caminho há escolhas, que implicam em ressaltar fatos de sua vida e suprimir tantos outros. As famílias não faziam escolhas à revelia, estavam preocupadas em conviver com o luto e com tornar o morto uma referência de vida.

Palavras-chave: Cemitério – Arte Tumular – Marmoraria – Memória – Esquecimento

Higienismo e a Criação do Cemitério Municipal em Juiz de Fora

Após uma série de valores e medidas higienistas implantadas na Europa entre os séculos XVIII e XIX, que pregavam a separação dos vivos e dos mortos, em 2 de novembro de 1864 ocorreu a inauguração do Cemitério Municipal em Juiz de Fora, este foi o primeiro espaço público destinado a enterros na cidade COSTA (2007, p.28). A partir desta criação, a cidade passaria por uma série de transformações na sua relação com os mortos. Os cemitérios só surgem no Brasil de modo a abranger todo o território a partir de meados do século XIX. Os motivos para essa defasagem, entre o período estipulado pela legislação introduzida no Brasil, do início do século XIX, e sua efetiva construção, são os mais variados.

Segundo COSTA (2007, p.37), no caso de Juiz de Fora as discussões na Câmara começaram em 1855, mas o edital para a construção foi publicado apenas em 1863, oito anos após um surto de cólera que atingiu a cidade. As epidemias eram frequentes nas cidades brasileiras e costumavam apressar a construção de cemitérios. Em Juiz de Fora, o fato de epidemia ter sido fraca, causando poucas mortes, seria um dos motivos para a construção do cemitério se dar somente oito anos após o surto. O cemitério trouxe a cidade uma nova forma de sepultamentos que, até então, eram feitos na forma chamada de *ad sanctos apud ecclesiam*⁵⁰⁸.

O processo de secularização do morrer ao longo do século XIX causou, sem dúvida, uma série de transformações nos ritos mortuários no mundo ocidental e estabeleceu uma nova forma de se vivenciar a experiência dos sepultamentos na cidade: a tradição religiosa de se sepultar dentro das igrejas não foi apagada por completa, mas reinventada, em outro espaço.

A Morte Romântica e a Ascensão da Arte Funerária

É impossível se pensar nos cemitérios sem se pensar no rompimento com a antiga tradição religiosa de sepultamento *ad sanctos*. Esta tradição, que remontava aos tempos da

506Mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL, leandroleko.almeida@gmail.com

507Professor/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL, fabiovergara@uol.com.br

508Termo em latim, para designar o antigo hábito de se sepultar os mortos dentro das Igrejas ou arredores.

organização da Igreja na Idade Média, pregava a disposição dos cadáveres entorno ou dentro de recintos religiosos, e certamente havia uma hierarquia nesta disposição, onde aqueles mais ricos, que quase sempre deixavam em testamento doações para Igreja, ficavam mais próximos do altar, ao passo que os mais pobres eram depositados mais próximos da saída do recinto religioso ou do lado exterior.

Para QUIOSSA (2009), no caso Juiz de Fora, ao se observarem os testamentos do século XIX, é possível se perceber, além do desejo de se doarem esmolas para a igreja local, pedidos de missas para as almas dos falecidos, para que o corpo fosse envolto em hábitos de ordens religiosas, sobretudo àqueles que eram ligados às Irmandades Religiosas, demonstrando mais uma vez uma longa herança medieval entre os costumes fúnebres juizforanos.

Ao se analisar a documentação referente a testamentos, inventários e outros documentos referentes ao cemitério, disponíveis no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora e Arquivo Central da UFJF, percebe-se que havia semelhanças nos costumes fúnebres da cidade com os que ocorriam em todo o Império. Havia a necessidade de se eternizar o morto. A documentação nos permite perceber que a construção da memória do defunto era incumbência dos vivos. Não se encontra quaisquer registros, nem na imprensa, nem nos testamentos do século XIX ou início século XX, que apontem para “um planejamento” da sepultura.

Nesse sentido, quanto à sepultura individualizada, para ARIÈS (1977), seu ressurgimento no Ocidente do século XVIII e XIX não foi uma novidade, uma vez que já eram comuns no Império Romano e mesmo em sociedades como as orientais. O autor aponta ainda possíveis razões para o desaparecimento desta prática funerária no Ocidente Cristão. A principal, de acordo com ARIÈS (1977) seria a organização da Igreja e, por consequência, sua preocupação mais com a alma do que com o corpo de seus fiéis; a sepultura teria perdido o sentido que possuía na Antiguidade, de individualidade da morte e a necessidade de criação de jazigos familiares. A sepultura individualizada persistiu em casos isolados, como de alguns religiosos ou ainda entre alguns indivíduos da nobreza e da burguesia mais abastada. Foi durante o século XIX, com a ascensão do romantismo e seus heróis nacionais, que houve uma intensa preocupação, não mais com a morte de si próprio, mas como a morte do outro. Houve uma dramatização do luto.

É neste período que surgiram túmulos de caráter cívico, diante da necessidade de se valorizar o morto, assim como de garantir a perpetuidade do túmulo ARIÈS (1977). Paralelamente, ocorriam visitas a cemitérios, que se tornariam rotina principalmente em datas comemorativas, como Finados, como relatou o zelador do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, o Sr. Victorino da Silva Braga: “Estando próximo o dia de finados 2 de Novembro e o cemitério nesse dia é visitado por milhares de pessoas e por isso preciso consessão da Intendência para fazer a capina, limpeza e concertos necessarios [...]”⁵⁰⁹

Tais fatores são essenciais para compreender o surgimento das marmorarias dedicadas à arte funerária, cujos empreendedores, inseridos neste processo de transformação, estavam atentos à possibilidade de se fazerem negócios. O primeiro estabelecimento dedicado à arte funerária, que se tem notícia na cidade, conforme os anúncios de um jornal de circulação local chamado *Pharol*, eram os marmoristas *Pereira & Costa*. Estes profissionais provavelmente eram de origem luso-brasileira e anunciavam constantemente seu trabalho na imprensa local, o que demonstra que havia público e interesse da população em consumir seus serviços.⁵¹⁰

⁵⁰⁹ Optou-se por utilizar a grafia original nos documentos citados. Fundo Câmara Municipal República Velha, Vª Parte - Órgãos e Funcionários da Câmara – 1ª - Cemitério – 126 – Correspondências expedidas e recebidas entre o Administrador do Cemitério e o Presidente da Câmara, Ano 1890.

⁵¹⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, *Pharol*, Ano 1877, Edição 33, 29/04/1877. Página consultada 20 de Outubro de 2013. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=53&>

Outros profissionais se dedicariam à arte funerária, sobretudo com o grande fluxo de imigrantes chegando às Américas no século XIX. Entre estes, muitos eram portadores de conhecimentos técnicos e eram profissionais especializados, necessários neste momento de modernização da sociedade urbana brasileira, o que reforçava a demanda por seus serviços, uma vez que a mão de obra nacional não estava ainda qualificada para estes ofícios⁵¹¹. Alguns dominavam o ofício da marmoraria e outras técnicas necessárias à nova economia da morte.

Aproveitando-se do crescimento econômico proporcionado pelo café e pelos valores burgueses com sua aversão ao que era nacional, temos em Juiz de Fora a exemplo de outras cidades brasileiras, as condições necessárias para os marmoristas. Eles encontrariam um mercado promissor no que BORGES (2002) chama de “morte burguesa”. Os marmoristas instalados em Juiz de Fora eram majoritariamente imigrantes italianos e estavam preparados para fornecer à cidade dos mortos aquilo de mais moderno de que a cidade dos vivos dispunha. Ainda pensando sobre os marmoristas, eram necessários pré-requisitos para a sua instalação, como por exemplo, uma rica região cafeeira, como salienta BORGES (2002, p.130):

A efervescência narcisista, típica da burguesia, levou a nova classe a querer registrar suas particularidades nos cemitérios, que se tornaram o local propício para: perenizar o individualismo do homem, recém-valorizado após a morte, romper o anonimato das pessoas que passam a promover-se, a distinguir-se dos demais; adquirir propriedades perpétuas, cabendo aos homens poderosos o melhor quinhão da vida eterna.

Foram selecionados para este trabalho alguns discursos alegóricos presentes no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Fez-se necessário estabelecer um recorte dentro da possibilidade documental. Ademais, as obras presentes no cemitério são muitas das vezes repetidas. Por isso optou-se por dois discursos diferentes: o primeiro caso, é o que trato como *luto romântico tradicional*, no qual a família não teve grande dificuldade para fazer a memória do morto, o segundo caso é o de visível esquecimento em favor da construção de uma memória confortável do defunto.

Os Marmoristas e as Memórias dos Mortos

Os cemitérios oitocentistas marcaram a transição nos costumes fúnebres, pois, ao contrário do que hoje possam parecer, não eram feitos exclusivamente para os mortos, eram sobretudo para os vivos. A necessidade de distinguir-se socialmente, inclusive na hora da morte, foi observada por BOURDIEU (2010, p.65), que considera que:

[...] compreende-se que a maneira de usar bens simbólicos e, em particular, daqueles que são considerados como atributos de excelência, constitui um dos marcadores privilegiados da “classe”, ao mesmo tempo em que o instrumento por excelência das estratégias de distinção, ou seja, na linguagem de Proust, da “arte infinitamente variada de marcar distâncias”.

A produção escultórica e simbólica é profusamente aplicada aos cemitérios – durante o que MOTTA (2008) e VOVELLE (1997) chamam de “período áureo da arte tumular” que no Brasil acontece de 1860 a 1930. Porém, antes de se adentrar nas análises, é preciso compreender que, no caso do cemitério juizforano analisado, é difícil senão impossível afirmar que as famílias buscavam através da arte funerária criar memórias coletivas de seus entes.

Julgo que estas sabiam que isto seria impossível, inclusive pela própria diversidade cultural da cidade. Criar uma memória tão ampla e que atingisse a um grande número de pessoas, sobretudo numa cidade tão diversa etnicamente e com uma numerosa população analfabeta e de origem escrava/liberta, seria demasiado ambicioso.

⁵¹¹ A esse respeito, ver GIROLETTI (1988: p.19-20): A mão de obra imigrante, qualitativamente superior à do escravo, era dotada de certas habilidades profissionais extremamente funcionais face às mudanças que se processavam. Além de conhecimentos de agricultura, os imigrantes dominavam uma gama de técnicas artesanais e manufatureiras relativamente diversificadas que variavam desde a transformação de alimentos (banha, salame, farinha, massa de tomate, conservas, massas, doces, bebidas...) até a fundição de ferro.

A criação do Cemitério Municipal de Juiz de Fora acabou por dar à cidade um lugar de memória, ainda que acidentalmente, pois o espaço surgiu com a proposta de resolver um problema estritamente sanitário. NORA (1993) observou que nas sociedades modernas houve uma fragmentação da vida coletiva e de costumes que lhe garantiam coesão, proporcionando assim a ascensão do individualismo. Estendendo a reflexão de NORA (1993), percebe-se que os cemitérios oitocentistas representaram uma fragmentação das memórias dos familiares e do que eles entendiam dentro da tradição anterior, por um enterro digno, que assegurava a possibilidade da vida eterna.

Então qual a necessidade da arte funerária no Cemitério Municipal de Juiz de Fora? Responde-se a esta pergunta com a própria questão do surgimento do local. O cemitério é essencialmente religioso. Elementos cristãos estão por toda parte, sejam cruzeiros, anjos ou santos. O catolicismo devocional pré-reforma ultramontana nos traz pistas para entender o porquê de a devoção ser tão recorrente no espaço fúnebre.

De acordo com BION (2008, p.26): “[...], a presença de um catolicismo marcadamente tradicional pode ser observada na região desde os primórdios da fundação do povoado de Santo Antônio do Paraibuna.”. Para AZZI (2000), o catolicismo presente em Juiz de Fora, anterior à reforma ultramontana, era “lusobrasileiro, leigo e medieval”. E assim, ainda para BION (2008), outra marca de um catolicismo devocional em Juiz de Fora é que cada família detinha seus santos protetores, que estavam presentes dentro das casas através de oratórios e imagens. Diante de seus protetores, as famílias rezavam certamente de modo frequente.

As afirmações de BION (2008) e AZZI (2000) nos permitem entender o porquê da presença numerosa de santos e anjos nos túmulos do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Essa forma de vivenciar a fé ultrapassaria o século XIX chegando até aos dias atuais. Percebe-se aí que o cemitério saiu da igreja, mas a “igreja se mudou para o cemitério” dentro das novas possibilidades dos costumes fúnebres. Foi através da arte funerária que as famílias mantiveram viva a memória que tinham do que era um sepultamento correto a fim de se garantir uma boa morte. É impossível desvincular qualquer aspecto religioso dos jazigos da *ala velha* do Cemitério Municipal.⁵¹² Entretanto, nem todas as famílias adotaram o discurso religioso representado por figuras tão tradicionais como os santos em seus túmulos, algumas extrapolaram essa experiência.

O caso do jazigo da família de Saint-Clair José de Miranda Carvalho é particular. De acordo com o PROCÓPIO FILHO (1979 p. 295), Saint-Clair era casado com Antônia de Resende Tostes de Miranda Carvalho, descendente dos cofundadores da cidade. Foi engenheiro e cafeicultor, teria projetado a Usina Elétrica do Piauí, cidade próxima a Juiz de Fora/MG. Foi também investidor imobiliário.

Sua filha Ilva faleceu com apenas 13 anos, como informa a inscrição lapidar. De acordo com LEPARGNEUR (1986), foi após meados do século XIX que a morte de crianças e adolescentes passaria a ser vivenciada de forma mais intensa, principalmente devido ao avanço das condições de saúde que haviam reduzido significativamente as altas taxas de mortalidade infanto-juvenil. A família pediu ao marmorista Paschoal Senatore, um recém-chegado imigrante, para executar uma obra com a monumentalidade que Ilva merecia.⁵¹³⁵¹⁴ É provável que Senatore a tenha encomendada da Itália, inclusive de acordo com relatos orais

⁵¹² A ala velha corresponde ao terreno inicial onde foi construído o cemitério, e é assim chamada desde a expansão do terreno que aconteceu em 1925. Atualmente o cemitério está dividido em duas grandes alas: nova e velha.

⁵¹³ Pasquale Senatore, aporuguesado para Paschoal, nasceu em 03/02/1881 e faleceu em 26/06/1948 em Juiz de Fora, de acordo com sua lápide no Cemitério da Glória em Juiz de Fora/MG.

⁵¹⁴ Nasceu em Vallo della Luccania Itália, teria chegado a Juiz de Fora no início do século XX onde abriu sua marmoraria. Registro dos Imigrantes Italianos em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira – Heliane Casarin – Julho/2014

da família a obra de fato seria italiana. O túmulo chama atenção por sua monumentalidade, com quatro alegorias, as duas centrais sendo a própria Ilva esculpida.

Disposta na parte central-inferior do túmulo, apesar de ficar evidente sua aparência infantil, Ilva, através do panejamento do tecido, é dotada de sensualidade de uma mulher, ao mesmo tempo em que é representada como um anjo, numa mistura entre o humano e o divino. Ilva segura uma coroa de flores, o que indica sua morte. Na parte central-superior, Ilva está em posição de oração, como se assim demonstrasse ser digna de ter a vida eterna. Do lado esquerdo, temos um anjo assexuado, em posição de oração, como se suplicasse a vida eterna para Ilva, e, do lado direito, outro anjo assexuado, em posição de desolação, segurando uma coroa de flores.

A família de fato não poupou recursos. Encomendaram de um literato local chamado Lindolpho Gomes um poema gravado em bronze, para ser fixado junto à obra, para demonstrar assim a dor que sentiam com morte tão prematura de Ilva. A necessidade de se externalizar a dor da morte através da arte é perfeitamente compatível com o período de morte romantizada, já que a menina faleceu em 1909. Nesse sentido CANDAU (2012, p.146) contribui para compreender a estratégia memorial que esta família tão abastada queria fazer neste túmulo:

Esses ritos têm por função, de acordo com a formulação de Jean-Claude Schmitt, “atenuar a memória” com o pretexto de conservá-la e “atenuar a recordação dolorosa do defunto até que esta desapareça”. Nessa perspectiva, o temor dos fantasmas é compreensível: colocando a memória em causa, rebelando-se contra a vontade do esquecimento dos vivos, os fantasmas não apenas representam um problema para o pensamento classificatório que, pela via dos ritos mortuários, coloca mortos e vivos cada um em seu lugar, como também, e sobretudo, impedem os últimos de viverem em paz.

Ao encomendar a obra para o túmulo, a família não só pode ter alcançado a paz, uma vez que cumpriu todos os tributos possíveis para se garantir a Ilva o descanso eterno, como também demonstrou diante da sociedade que Ilva era um exemplo a ser seguido.

Consideremos agora as estratégias de se fazer a memória de um outro túmulo: o de um religioso. Certamente é de se esperar que esse deveria enaltecer suas qualidades enquanto sacerdote, fiel à palavra e aos ensinamentos de Cristo. O túmulo do primeiro vigário de Juiz de Fora, Padre Tiago Mendes Ribeiro, não foge à regra.⁵¹⁵ Constata-se que a arte funerária servia para se fazer a memória que o familiar ou amigos vivos desejam ter do morto. A morte, por si só, tende a enaltecer a figura do morto, certamente uma estratégia adotada pelo cérebro para tornar o luto mais suportável. Por isso, ao se fazer uma lápide, suprimem-se informações. No túmulo do Padre Thiago, isso está explícito. BION (2008, p.31) nos apresenta algumas características do dito sacerdote que devem ser apreciadas, antes de qualquer análise do túmulo:

O modelo de catolicismo praticado pelo vigário estava longe de ser o pretendido pelo bispo de Mariana. Padre Tiago Mendes Ribeiro vivia publicamente em concubinato e rodeado de filhos numa chácara ao lado da Igreja Matriz. [...] Além da não observância do celibato padre Tiago Mendes Ribeiro era adepto de jogos, e participava ativamente da política local.

Conforme PEREIRA (2004), ainda que seus costumes não incomodassem os fiéis locais, o dito sacerdote era visto como um problema para o catolicismo reformador. Seu comportamento era duramente combatido pelo Bispo de Mariana Dom Viçoso. Mas isto de nada adiantou. Foi somente com sua morte que se conseguiu extirpar o último símbolo desse catolicismo luso-brasileiro em Juiz de Fora.

Quem mandou executar a lápide do Padre adotou estratégias de esquecimento interessantes. Ainda que não fosse julgado pelos fiéis locais de modo pejorativo, Padre Thiago Mendes certamente tinha dimensão de seu “pecado”. Isso certamente explicaria o porquê de

⁵¹⁵ Seu nome está grafado Thiago Mendes Ribeiro e Tiago Mendes Ribeiro em diferentes documentos, por isso se adotará seu nome com ou sem H de acordo com a fonte analisada.

não haver em seu inventário qualquer menção explícita a seus filhos, deixando para outros parentes seus bens⁵¹⁶. Talvez “seus filhos e esposa”, ainda que as fontes não nos permitam descobrir tal fato, tenham sido mencionados no que se refere a “parentes” de acordo com a inscrição lapidar:

AQUI JAZ O VIGARIO THIAGO MENDES RIBEIRO PRIMEIRO PAROCHO DA FREGUEZIA D'ESTA CIDADE NASCEO NO DIA 25 DE JULHO DE 1816 E FALLECEO NO DIA 12 DE MARÇO DE 1890, BOM PASTOR OPTIMO AMIGO, DEIXA DA SUA PASSAGEM PELA TERRA SAUDOSA RECORDAÇÃO TRIBUTU DE SAUDADE DOS SEOS PARENTES.⁵¹⁷

O caso deste jazigo é extremamente particular: há símbolos que indicam o sacerdócio, como a cruz com um tecido pendurado, um livro aberto que simularia a Bíblia sobre uma base de pedras. Entretanto, há indícios que, apesar de não haver fontes tão explícitas em relação à confecção da lápide, nos permitem entender que tanto os seus parentes quanto o próprio Thiago Mendes Ribeiro queriam esquecer ou ao menos suprimir de sua memória o fato de que, apesar de padre, Thiago não se portava como deveria.

Quanto a este caso CANDAU (2012, p.118) considera que: “Todo grupo profissional valoriza os comportamentos apropriados e reprime os demais a fim de se produzir uma memória adequada à reprodução de saberes fazeres e à manutenção de uma identidade da profissão.” Estendendo a ideia de CANDAU (2012), consideremos que Padre Thiago, ainda que religioso, era antes de tudo um profissional – da fé, mas um profissional. Sendo um representante da Igreja, deveria obedecer a certos padrões morais previstos pela profissão. Se a lápide foi encomendada pela Igreja ou pela família, pouco importa, pois certamente não teria grande diferença, o que de fato nos interessa é que a manipulação da memória do pároco foi visível, a fim de torná-la aceitável perante a sociedade da época. A manipulação certamente teria sido feita por qualquer um que encomendasse a lápide.

Considerações Finais

Com base na documentação analisada, na bibliografia produzida sobre a temática, assim como na observação e interpretação das alegorias elencadas, percebeu-se que a *ala velha* do cemitério é testemunha de toda a resignificação pela qual a morte passou após a construção deste espaço: a Igreja, representada na cidade pelo Padre Thiago Mendes Ribeiro, e as famílias resistiram à nova prática fúnebre. Mas, quando por questões de saúde, o cemitério se tornou realidade, encontraram novos modos de expressar sua fé. Através de discursos impregnados por religiosidade, a arte serviu de suporte para construir e selecionar o que se queria lembrar do morto.

Quanto a isso, NORA (1993, p.13) nos diz que: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”. Assim, pode-se entender que a secularização dos cemitérios ameaçou a memória religiosa da população brasileira e por assim a de Juiz de Fora, por isso foi necessário adornar os túmulos com símbolos cristãos, pois deste modo, os familiares mantinham vivo o costume fúnebre, ainda que reinventado. Através de escolhas, voluntárias ou não, as famílias adotaram estratégias para apagar tudo aquilo que causasse constrangimento à memória do morto, mas também a delas mesmas, uma vez que, sendo descendente, você poderia ser julgado pelas ações não tão honrosas daquele que faleceu. A memória foi manipulada nos túmulos analisados e certamente o foi em tantos outros.

No entanto, como observou CANDAU (2012, p.139-140), “salvaguardando a memória dos ancestrais, ele também protege a sua. Se durante a reconstituição de filiação ele encontra

⁵¹⁶ Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora - Fundo Fórum Benjamim Colucci - Processo de Inventário - Ano 1890, caixa 243, nº52

⁵¹⁷ Transcrição da lápide de Padre Thiago Mendes Ribeiro, localizada na ala velha do Cemitério Municipal de Juiz de Fora

a possibilidade de embelezá-la ou enobrecê-la, certamente, tirará proveito identitário evidente”. Por isso, suprimir aquilo que envergonha faz parte de se construir uma identidade não só digna, mas suportável para a existência dos que ainda não passaram para o lado de lá, conveniente para a memória, e para os vivos.

Referências

ALMEIDA, M. G. **MORTE, CULTURA, MEMÓRIA – MÚLTIPLAS INTERSEÇÕES: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte**. Tese(Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007.

ARIÈS, P. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

AZZI, R. **Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora – 1850-1950**. Juiz de Fora, Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BION, I. P. **A Ação Reformadora e Romanizadora na Igreja Católica de Juiz de Fora (1989-1924)**. 1ed. Juiz de Fora. Funalfa Edições, 2008.

BORGES, M. E. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): o ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora ZOUK; São Paulo: Edusp, 2007.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

COSTA, F. M. M. **A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851- 1890)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2007.

GIROLETTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930**. Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1988.

LEPARGNEUR, H. **Lugar Atual da Morte – Antropologia, Medicina e Religião**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MOTTA, A. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

NORA, P. **Entre Memória e História. A problemática dos Lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PEREIRA, M. S. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)**. Juiz de Fora: Livraria e Ed. Notas e Letras, 2004)

QUIOSSA, P. S. **O morrer católico no viver em Juiz de Fora: 1850-1950**. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2009

VOVELLE, M. **Imagens e Imaginário na História: fantasmas e incertezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

Instituições Consultadas

Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora

Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora

Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Registro dos Imigrantes Italianos em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira – Heliane Casarin. Juiz de Fora: Julho/2014

Sítio Consultado

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>

Resumo

O presente trabalho busca a refletir sobre o romance *Satolep* e a possibilidade do mesmo como lugar de memória. A narrativa ficcional do escritor pelotense Vitor Ramil traz uma série de fotografias de Pelotas e tem o percurso do personagem principal Selbor ambientado nesse lugar, descrito com minúcias espelhadas na história da cidade. A partir da análise de teorias sobre memória individual e coletiva, lugares de memória e o papel das fotografias no livro e na função de suporte de memória, buscar-se-á inferir sobre a questão proposta.

Palavras-chave: Memória. Lugar. Literatura.

Introdução

O romance *Satolep*, do escritor pelotense Vitor Ramil, possibilita conhecer uma cidade caracterizada pelo frio, cuja lembrança Selbor – o fotógrafo de *Satolep*, cidade palco da narrativa – procura deixar registrada através do relato de seu percurso e de um conjunto de fotografias feitas por ele, acompanhadas de textos descrevendo cada uma das imagens. A narrativa do livro nos faz acompanhar as andanças de Selbor que parte, ainda jovem, em busca de coisas distantes, distintas... Anos depois, algo inesperado, uma sensação de que nada mais era seu, longe de *Satolep*, o traz de volta e o faz sentir aquela cidade fria como sua. Ao mesmo tempo, a cidade para a qual volta destoa, consideravelmente, daquela que deixou muito tempo antes, a tal ponto que inquietações, conflitos, estranhamento, são alguns dos sentimentos que se inserem no corpo e na mente de Selbor. A memória congelada da cidade da sua infância constantemente lhe incute lembranças. Assim, ao longo de toda narrativa, acompanhamos o percurso desta personagem com relação ao seu lugar, o qual se modificou pela ação de seus habitantes e é também responsável pela formação de seus cidadãos.

Destaca-se o fato de que o livro constitui-se de três narrativas: 1) vinte e oito fotografias dispostas ao longo do romance; 2) textos em itálico que se referem a cada uma das fotografias – estas duas dispostas em páginas pretas –; e, 3) um longo relato em fonte normal que conta o percurso de Selbor pela cidade, escrito em páginas brancas. Numa interpretação particular, define-se a narrativa em fonte normal como sendo o relato de Selbor sobre suas andanças, primeiro para cidades ao Norte e depois pela sua cidade natal *Satolep*. Por outro lado, as imagens apresentadas e seus respectivos textos são uma espécie de diário e a tradução de uma cidade interpretada por Selbor e por outros narradores, são a visão deles para este lugar, um espaço embelezado pelo frio. Ao mesmo tempo em que faz uma tradução da cidade na fotografia e no texto, o personagem também faz uma tradução da fotografia para o texto. E, esse conjunto serve para guardar a memória de *Satolep* conforme a via e entendia, através do seu olhar de fotógrafo, mas, também, de alguém que pertencia àquele lugar e tinha um apreço especial por aquele ambiente, misto de pedra e nuvem e frio e umidade.

Assim, considerando especificamente a narrativa das fotografias – imagens reais que compõem o acervo fotográfico da cidade de Pelotas – e a narrativa grifada em itálico, discute-se se o romance pode ser considerado um lugar de memória já que estas duas narrativas são compostas de fatos reais do passado e do presente de *Satolep* – ou pode-se dizer que são também fatos históricos da cidade de Pelotas – juntamente com escritos ficcionais dos narradores fictícios de *Satolep*, num misto de temporalidade e de ficção e realidade.

⁵¹⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPel, marlise_klug@yahoo.com.br

⁵¹⁹ Doutora em Psicologia do Desenvolvimento – UFPel, Professora da Universidade Federal de Pelotas, tblebedeff@gmail.com

Lugar de memória

Primeiramente, para pensar a questão referente a um lugar de memória, deve-se levar em consideração que para ter tal configuração, segundo Nora há que cumprir três funções: material, funcional, simbólica (NORA, 1993, p.13). Para o autor

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los [...] (NORA, 1993, p.13).

Assim, pois a memória está ameaçada pelo esquecimento, daí a necessidade da criação de lugares para guardá-la, preservá-la de ser esquecida. Na concepção atual de sociedade, em que se vive sempre o momento presente e em que cada vez mais novos acontecimentos substituem fatos anteriores, lembrar-se de algo é quase que uma faculdade para poucos. Nossas mentes ocupadas não se focam mais tanto no passado e voltam-se constantemente para o presente, deixando para as memórias virtuais o armazenamento das coisas que podemos “esquecer”.

Anterior a essa discussão em relação ao lugar de memória, pode-se pensar na relação entre memória e história também discutida por Nora. O autor questiona o papel da História sobre a versão oficial dos fatos acontecidos em certo espaço e em determinado momento, pois “o dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p.17). Em relação a isso, pode-se pensar que não mais somente os marginalizados da história oficial vivem a obsessão da recuperação do passado, mas “todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir a busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens” (NORA, 1993, p. 17).

Dessa forma, tem-se que as memórias de cada indivíduo particular compõem a memória do local em que viveu, assim como as memórias dos demais constituintes do grupo de habitantes desse lugar também farão parte dessa composição. Nesse sentido, pode-se pensar na definição de memória coletiva de Halbwachs, para quem as memórias individuais são pontos de vista da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Já que ao registrar sua memória, ao evocar seu passado, cada ser sempre recorrerá às lembranças dos outros.

Entende-se assim que não é possível criar um lugar de memória que sirva unicamente como espaço de recordação para um indivíduo. Cada ser precisa que suas memórias sejam validadas também pelas lembranças do outro. A partir da relação do eu com a alteridade é que se forma a identidade particular de cada um, tendo como suporte a veracidade dos fatos comprovada pelo discurso do alheio. Dessa forma, faz-se necessária a função da memória coletiva como meio comprovador de uma memória individual, como suporte para a veracidade dos fatos individuais. Portanto, o lugar de memória serve para a coletividade, já que não se pode criar um espaço que sirva unicamente para um indivíduo legitimar sua memória e sua história de vida.

A partir da leitura de Candau sobre “La antropologia de la memoria” podemos inferir que a memória constitui a sociedade, a identidade individual e coletiva, a vida social (CANDAU, 2006, p.7). Para o autor, a memória toma lugar de destaque dentro das sociedades como forma/meio de transmitir para as gerações futuras “os saberes, as maneiras de fazer as coisas, as crenças e tradições” (CANDAU, 2006, p. 10).

Outra questão apontada na análise de Candau diz respeito à questão do passado real em relação ao passado que é criado (CANDAU, 2006, p.30), já que precisamos que nossas lembranças sejam validadas pelas dos outros indivíduos. Também sabemos o quanto nos transformamos em nossa essência e em nossa maneira de pensar ao longo dos anos, fato que implicará na mudança de significado das recordações que temos, bem como na própria memória que escolhemos guardar de determinado acontecimento ou local. Assim, o passado

que recordamos é confundido pela memória, o que registramos como importante pode não ser o que o outro assim determina.

Nesse sentido, mesmo que tenhamos a memória como meio de transmissão de nossos saberes e crenças e coisas vividas para futuros descendentes, também podemos ser logrados por ela. Daí a necessidade da criação de lugares de memória para que as coisas que ali nos estão nos permitam recordar a partir de algo concreto.

Mesmo assim “recordar é configurar para o presente um acontecimento do passado e criar uma estratégia para o futuro” (CANDAU, 2006, p. 31). Um lugar de memória abriga no presente os fatos e coisas do passado servindo como espaço físico no qual as futuras gerações poderão vir a conhecer o que indivíduos de outros tempos usavam, pensavam, sentiam e faziam.

Milton Santos, em seus estudos sobre os espaços geográficos, define lugar como sendo “onde se nasce e ao qual se pertence” (SANTOS, 2004). Assim, num lugar de memória nasce a memória e a ele esta pertence, isto é, a memória ali guardada é dali; quem for a este local pode compartilhá-la ou usá-la para criar suas próprias lembranças. Volta-se assim às três dimensões do lugar de memória definidas por Nora: lugares materiais pelo fato de existirem enquanto físicos e concretos; lugares funcionais devido ao fato de dar suporte às memórias coletivas, e lugares simbólicos que dão sentido a e promulgam a memória coletiva.

Satolep

A narrativa de *Satolep* nos dá a ver uma cidade transformada pela ação de seus habitantes, fato comprovado nas lembranças de Selbor – que é quem narra suas vivências nesse lugar após alguns anos de ausência –, mas também destacado por outros narradores, os quais recordam algum momento da cidade em relação a cada uma das imagens fotográficas dispostas no livro. Estas fotografias retratam principalmente casas, locais públicos de Pelotas e trazem uma descrição feita pelo olhar de alguém sobre tal paisagem. Ao lado de uma das imagens de uma rua e algumas casas podemos ler que

[...] o dia chega em garrafas brancas às casas da Rua Paysandú. [...] A Casa Adelo ainda não abriu, o bonde ainda não passou, mas os vasilhames dispostos de forma idêntica nas soleiras de granito já reverberam pios de pássaros, rastilhos em canteiros, páginas de jornais, esquinas congestionadas. [...] Quando o leiteiro faz sua breve pausa na Praça Piratinino de Almeida e prepara a charrete para mudar de rumo e continuar a entrega, as garrafas do dia não estão mais nas portas das casas. Enquanto Satolep ainda sonha com pontes de cerração, embarcações de couro submersas, pianos desafinados no alto de figueiras, os moradores da Rua Paysandú já tomamos sol m nossas cozinhas (RAMIL, 2008, p. 13).

Nessa descrição podemos perceber que há uma descrição clara de como as coisas aconteciam nessa rua, qual a rotina de parcela da população de lugar. Sabemos também que nos dias de hoje já não serão encontradas essas cenas na cidade de Pelotas. Dessa forma, temos um momento do passado descrito a partir do olhar de um narrador sobre a imagem da Rua Paysandú e de algumas casas.

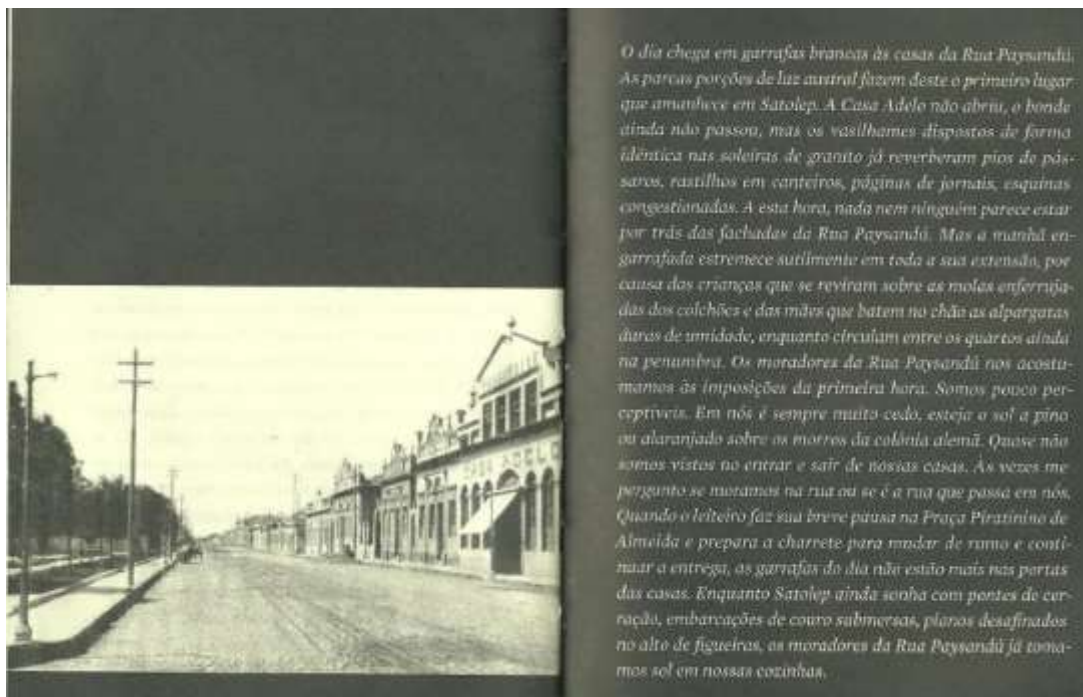


Imagem 1 – Fotografia e texto referente à mesma.

Fonte: RAMIL, 2008, pp. 13-14.

Conforme pudemos observar, este é um dos relatos a partir de um espaço desta cidade descrito a partir do olhar de um narrador particular. A partir disso, pode-se pensar no romance *Satolep* como um registro das memórias de vários indivíduos – todos aqueles que deixaram seus textos registrados sobre uma das fotografias presentes no livro – as quais não poderiam ser realizadas sem que se recorresse às lembranças de outros, quer seja algum livro histórico da cidade de Pelotas quer sejam relatos orais de habitantes do local. A escritura do texto como registro de algo que se perdeu, ou que pode ser perdido pelo esquecimento, manifesta-se como uma necessidade de guardar, de deixar para que outros vejam o que ali aconteceu, e quem por ali viveu (RAMIL, 2008).

Corroborando com a ideia de Nora (1993) de que todos os indivíduos sentem a precisão de ir à busca de sua constituição, de reconstituição dos fatos passados em sua vida, pode-se considerar *Satolep* como a busca de construção de etapas vividas tanto pelo personagem Selbor – o fotógrafo que anseia por deixar sua cidade registrada para que os futuros descendentes possam saber de quem ali viveu, já que “[...] será vendo esta casa, mais que estes rostos, que nossos descendentes saberão de nós” (RAMIL, 2008, p. 123).

Selbor ao retornar à cidade local sente-se angustiado em ver que tudo já não era como antigamente, ou seja, como era na sua infância, como se lembrava daquele espaço físico. Pressentia que precisava “[...] aceitar que Satolep em ruínas era uma perspectiva inevitável” (RAMIL, 2008, p. 111). Além disso, nutria um sentimento de que era seu dever “[...] fazer algo pelos que futuramente andariam entre as ruínas (RAMIL, 2008, p. 124)

Assim, ele decide criar algo que define como um diário de viagem, o que vinha a ser esse registro de paisagens da cidade e de sensações, descrições feitas por diferentes indivíduos em relação às mesmas.

Através desta percepção de Selbor sobre deixar fotografada aquela cidade para a qual alguém futuramente necessitasse olhar, pode-se atentar para o fato de que, logo ao iniciarmos a leitura do romance, nos deparamos com a frase: “Seguem minhas visões de Satolep em ruínas [...]” (RAMIL, 2008, p. 7). Esta frase inicia o primeiro capítulo do livro e igualmente o último, de modo que, ao lê-la tanto no início do romance e, depois de todo o enredo ter-se desenvolvido, no final deparamo-nos com a mesma frase, podemos intuir inicialmente que se trata de um trabalho de registro, de resgate da memória da cidade física, e, ao final, confirmar

que nossa intuição estava correta, não só pelo texto em si, mas pelas imagens que o acompanham. Esta frase no início do livro enfatiza que leremos uma cidade do passado, de outra época, e a mesma frase no final do livro nos induz a perceber que esta cidade recém lida – a Satolep de Selbor – continuará sofrendo mudanças, a cada época ficarão ruínas, pois

[...] a cidade que se vê, a cidade onde vivemos, abriga as cidades mortas, soterradas ou fantasmáticas do passado, a partir de traços que nos permitirão fazê-las despertar. Despertar, revelar, expor, fazer lembrar, dizer como foi um dia [...] dão a ver o passado, no caso, a cidade de uma outra época (PESAVENTO, s.d., p. 28).

Pode-se pensar também que cada indivíduo a partir de seu ponto de partida, de seu *locus* de enunciação, faz uma escritura da cidade, da sua cidade vista e vivida a partir do seu eu, de tal modo que o texto da cidade pode ser considerado a imagem de uma rede que, com seus múltiplos fios, forma algo único. As múltiplas visões e versões da cidade formam a cidade, descrevem-na e, a partir delas, pode-se lê-la num todo. Tanto que a visão de Selbor sobre Satolep, seu “diário de viagem”, seu relato, serão apenas um fio de um emaranhado de possibilidades de registros e leituras feitas por diferentes indivíduos numa mesma época ou em épocas distintas.

A fotografia no romance

Além do relato narrativo que lemos no romance, a presença de outra narrativa, a das imagens fotográficas, revela-se como um fator muito forte para pensar o livro como memória de Pelotas, e quem sabe como lugar de memória ou como um suporte para a memória dos indivíduos que venham a conhecê-lo e quem sabe lê-lo.

A fotografia como algo intimamente ligado ao olhar daquele que percorre os caminhos de uma cidade, como um registro do que contemplamos e como uma prova visível do que vemos. De modo que um conjunto delas organiza as experiências de um indivíduo que olha o lugar e estrutura a memória do mesmo ao revelar a outros o texto verbal proferido em torno das tais imagens. Assim, por ser a imagem fotográfica algo que pode traduzir o mais fielmente possível o olhar do indivíduo é que Selbor ajudará os que futuramente andarão entre as ruínas fazendo-os ver o lugar através do seu olhar e das interpretações de diferentes narradores:

[...] a fotografia está intimamente ligada ao olhar do turista. As imagens fotográficas organizam nossas expectativas ou nossos devaneios sobre os lugares que poderíamos contemplar. Quando estamos viajando, registramos imagens daquilo que contemplamos. Escolhemos parcialmente para onde ir, a fim de capturar imagens em um filme. A obtenção de imagens fotográficas organiza em parte nossas experiências enquanto turistas. Nossas recordações dos lugares onde estivemos são estruturadas em grande medida através das imagens fotográficas e o texto, sobretudo verbal, que tecemos em torno dessas imagens quando as mostramos para os outros. Assim, o olhar do turista envolve irredutivelmente a rápida circulação das imagens fotográficas (URRY, 1996, p. 187).

Mais ainda, “[...] a fotografia é mais que um instrumento da memória, em vez de indício de um acontecimento passado é produção de uma paisagem da lembrança” (PEIXOTO, 1996, p. 159). Isso nos faz pensar que ela nos provoca uma recordação. Quando se pensava a questão do passado real em comparação com o passado lembrado, pode-se afirmar que a fotografia induz o pensamento de quem a observa fazendo com que afluam recordações que têm total relação com aquilo que o olho vê.

Corroborando com essa ideia, pode-se dizer que a imagem pode ser vista como algo que todos, sem exceção, reconheceriam como meio de conhecer certo lugar, ou de rever tal espaço físico. A foto seria uma prova visível, um vestígio material de algo que não existisse mais:

[...] a fotografia parece ser um meio de transcrever a realidade. As imagens produzidas não parecem ser afirmações sobre o mundo, mas parcelas dele ou até mesmo fatias em miniatura da realidade. Assim, um fotógrafo parece fornecer a prova de que algo aconteceu de fato, de que alguém estava realmente presente ou de que a montanha se encontrava realmente à distância. Pensa-se que a câmera não mente (URRY, 1996, p. 186).

Dessa forma, novamente pensa-se na questão da indução da lembrança do passado. Já que a fotografia pode ter esse “poder” de transcrever a realidade, aquilo que passou, ela também pode possibilitar a construção da memória a partir do que o indivíduo pensa hoje sobre aquela imagem e não a construção exata do que pode ter sido ou acontecido lá num tempo remoto.

Lopes ao descrever o papel dos periódicos do Instituto de Educação, destaca o fato de que eles servem como “veículo construtor de memória” (LOPES, 2008, p. 84). Ou seja, os livros compostos por fotografias de momentos passados no Instituto são para a autora como que suportes de memória, pois podem dar indicações dos fatos ocorridos, mas não são descrições exatas dos mesmos.

Considerações Finais

A partir do fato de que o romance do escritor Vitor Ramil traz como personagem de sua narrativa uma cidade que sofreu transformações durante o período em que o personagem Selbor a conheceu – desde sua infância até seus trinta anos de idade – e pelo fato de que a história fictícia traz fatos reais bem como imagens que reportam ao início do século XX na cidade de Pelotas, pode-se considerar que *Satolep* pode ser entendido um meio de transmitir para as futuras gerações o adquirido e vivido pela geração de Selbor: o olhar em relação à cidade, a percepção da vida cotidiana, as sensações vividas pelos indivíduos daquele tempo – o qual transcorrerá rapidamente e trará consigo outras percepções, outras inquietações, conforme entendemos pela análise da antropologia da memória de Candau (2006).

Seguindo também na mesma linha de significação que Halbwachs e Nora quando refletimos sobre a questão da memória que se renova a cada momento já que não consegue ser vivida novamente, mas reinventada a partir do olhar de hoje, pode-se citar uma passagem do estudo de Pesavento sobre a questão das cidades na contemporaneidade, quando diz que

[...] a cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória / evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa (PESAVENTO, 2002).

Por isso, porque a cidade do passado não é a cidade de hoje, porque a cidade está em constante mudança para atender às necessidades daqueles que a habitam, é que se faz necessário que a narrativa de cidade se dê a partir de uma voz dialética, que contemple cada vez mais os diferentes aspectos da cidade. Cada geração reconstrói o passado e percebe as diferenças e pensa a cidade no presente de diferentes formas; essa memória, individual ou coletiva geracional, pode ser transformada em palavras, ou imagens, ou pinturas, ou partituras etc.

A memória guardada nessas diferentes maneiras, através de diferentes suportes, permite que os habitantes de hoje possam ler no registro de outros e do ontem como foi aquele lugar um dia. Assim, *Satolep* é um suporte de memória quando pensamos nas fotografias e no texto isoladamente, já que ambos permitirão que cada um crie sua memória própria a partir daquilo que lê e que vê.

Sontag ao analisar a questão do papel da fotografia no mundo contemporâneo, cita que “[...] se pudesse contar a história em palavras, não precisaria carregar uma câmera” (HINE apud SONTAG, 2004, p. 201). Essa era também a sensação experimentada por Selbor – se pudesse contar a história, se pudesse descrever sua *Satolep* com palavras, não necessitaria fotografar tudo, até o que seu olhar de agora não considerava importante. A emoção quase religiosa que sentia provavelmente é pouco para determinar a grandeza do sentimento que o atingia e a beleza das várias camadas do que viu.

O passado transcrito ou escrito no romance pode não ser o passado “exato” da cidade, mas para cada indivíduo as lembranças que lhe vêm à mente em relação a um lugar são para

ele a configuração do lugar e das coisas que viveu nele. O pedaço da cidade no qual Selbor realizou suas andanças e registrou paisagens são como a própria cidade para ele.

Mas, *Satolep* é também um lugar de memória. Para Gomes, “[...] viajar, portanto, no passado, na tradição, é transformá-lo, salvando-o do esquecimento [...]” (GOMES, 1994, p.45). Não só Selbor teve a missão de salvar sua Satolep do esquecimento, ao percorrer seus caminhos de pedra para documentá-la, mas também Ramil como que salva sua Pelotas do esquecimento ao viajar por seu passado e ao deixá-la registrada em livro. Ramil recupera não só a história, mas também imagens de uma Pelotas do início do século passado e as registra em forma de romance, recuperando assim a memória de um lugar que não existe mais – já que a Pelotas de hoje é formada de várias cidades mortas – e da qual ficaram apenas os registros através de imagens e textos: um lugar material em que a memória pode ser apreendida de sentidos e pode possibilitar o fundamento de uma memória coletiva das pessoas que moram ou moraram em Pelotas revelando-a.

Referências

- GOMES, Renato Cordeiro. Todas as cidades, a cidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.
- LOPES, Sônia de Castro. Imagens de um lugar de memória da Educação Nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. Revista Brasileira de Educação. v.13, n.37, p. 84-97. jan./abr. 2008.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, dez 1993. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984. pp. XVIII-XLII.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. Paisagens Urbanas. São Paulo: Editora SENAC / Editora Marca D'Água, 1996.
- PESAVENTO, Sandra. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: Esboços, nº 11, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, p. 25-30.
- RAMIL, Vitor. Satolep. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- URRY, John. O olhar do turista. Lazer e Viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Sesc/Studio Nobel, 1996.

6 - Pampa como Lugar de Memória.

Coordenadores (as): Prof. Dr. Sidney Vieira, Prof. Dr. Ronaldo Colvero, Francine Tavares (Doutoranda PPGMP-UFPeI) e Alan Dutra (Doutorando PPGMP-UFPeI).

Relação entre lugar, paisagem, espaço, memória e patrimônio; análise dos significados simbólicos do Pampa e Missões, estudos sobre lugares; estudos que propiciem o aprofundamento das discussões sobre a cultura, a paisagem, o patrimônio, a identidade, a educação e a memória.

Significantes e significados da paisagem: A Festa de Navegantes de São José do Norte – RS

Alessandra Buriol Farinha⁵²⁰

Fabio Vergara Cerqueira⁵²¹

Resumo

Neste artigo, buscamos compreender o espaço a partir dos objetos, das manifestações que ali se encontram principalmente em uma perspectiva humana, identificando os seres humanos que atuam no espaço, que produzem as coisas. Essa busca por significados tem como objeto de pesquisa a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte, considerada a mais antiga do Rio Grande do Sul. Em uma festa estão aspectos peculiares da identidade local, da memória social de determinada comunidade. O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a Festa de Navegantes como lugar de memória, patrimônio cultural, um suporte material e imaterial da memória social local, e interpretar alguns de seus significantes e significados. O método utilizado neste trabalho foi qualitativo, com pesquisa de referências bibliográficas, impressões de pesquisas *in loco*, durante as últimas duas festas de Navegantes de São José do Norte, registro e interpretação de fotografias.

Palavras-chave: Paisagem. Memória. Festa de Navegantes.

Introdução

Neste artigo, buscamos compreender o espaço a partir dos objetos, das manifestações que ali se encontram principalmente em uma perspectiva humana, identificando os seres humanos que atuam no espaço, que produzem as coisas. Essa busca por significados tem como objeto de pesquisa a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte, considerada a mais antiga festa com esta evocação do estado do Rio Grande do Sul (Costamilan, 2007, p. 108). Norberto Guarinello (2001) afirma que a festa é “uma produção do cotidiano, ação coletiva que se dá em um tempo e lugar, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto celebrado e comemorado, cujo produto principal é a força coercitiva dos participantes na esfera de uma determinada identidade” (GUARINELLO, 2001, p. 973).

São José do Norte encontra-se em uma península situada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, sentido N-S, extremo leste do chamado bioma Pampa (termo de origem indígena para “região plana”) do Rio Grande do Sul, conforme mapa indicativo na Figura 1. Foi colonizada por portugueses açorianos a partir de meados do século XVIII e nesta cidade, assim como em outras regiões do estado, esses imigrantes deixaram traços de identidade, práticas culturais, folclore, religião, costumes, dentre outros, que se misturaram com traços culturais já existentes, que estabelecem a vida e as atividades dos habitantes locais até hoje. As principais atividades econômicas são a pesca e a agricultura.

A maior e mais próxima cidade é Rio Grande, e para chegar até lá é preciso atravessar o canal Miguel da Cunha, algo rotineiro para os habitantes locais e/ou seus familiares, que muitas vezes, mesmo sem trabalhar diretamente com a pesca, são obrigados a navegar diariamente e/ou frequentemente a trabalho, estudo, compras, atendimento médico, dentre outros motivos. Desta forma, em seu cotidiano, os moradores de São José do Norte vivem em função das águas, da navegabilidade, sua subsistência depende deste aspecto, intrínseco em sua identidade cultural. De acordo com Hall (2006), aspectos de nossa identidade se originam do pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. Conforme o autor, a identidade cultural é dinâmica e deriva das condições atuais da sociedade que estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e

⁵²⁰ Universidade Federal de Pelotas, alefarinha@yahoo.com.br

⁵²¹ Universidade Federal de Pelotas, fabiovergara@uol.com.br

nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais" (HALL, 2006, p. 9).



FIGURA 1 – Mapa de São José do Norte - RS.
Fonte: GoogleMaps, 2014.

Talvez pela influência dessa intrínseca e histórica relação com as águas, os habitantes de São José do Norte protagonizam, desde 1811, a Festa em honra a Nossa Senhora dos Navegantes, demonstrando que a identidade social, as tradições, costumes, mesmo que dinâmicos, relacionam-se diretamente com a paisagem, com o lugar e suas peculiaridades, como o trabalho, as técnicas utilizadas no lugar.

Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a percepção da paisagem tendo como referência a Festa de Navegantes de São José do Norte - RS como lugar de memória, patrimônio cultural, um suporte material e imaterial da memória social local, e interpretar alguns de seus significantes e significados.

A principal justificativa para a pesquisa é a vulnerabilidade com relação aos bens culturais. São José do Norte é atualmente a cidade que mais cresce no estado pelos investimentos em obras portuárias⁵²², aumento demográfico, transformações no território, criação de novas atividades, empregos, que geram impactos sociais na tradicional vila de pescadores e, portanto, na Festa de Navegantes. O método utilizado neste trabalho foi qualitativo, com pesquisa bibliográfica, impressões de pesquisas *in loco*, durante as últimas duas festas de Navegantes de São José do Norte, registro e interpretação de fotografias.

São José do Norte: a vida cotidiana e o lugar de memória

A paisagem é a materialização do espaço. O espaço são as formas materiais existentes, aliado a vida que deriva dele. É esse sistema de 'objetos' que corresponde à paisagem. De acordo com Santos (2006, p. 18), a materialidade do mundo, as formas que o compreendem são indissociáveis dos atos, e estes, quando possuem significados, se transformam em ações. Este espaço do artigo objetiva apresentar, em síntese, o município de São José do Norte, aspectos geográficos, paisagísticos, étnicos, culturais, para a melhor compreensão desta localidade como lugar de memória e do fenômeno representado pela Festa de Navegantes.

O município de São José do Norte- RS⁵²³ encontra-se há cerca de 372 quilômetros da capital, Porto Alegre. Faz parte de uma península situada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos. Os limites são: ao norte, a Lagoa dos Patos, a nordeste, o município de Tavares, ao

⁵²² A construção de estaleiro pela Empresa EBR em São José do Norte projeta R\$ 1,2 bilhão em investimentos 5 mil empregos diretos e potencial para mais 20 mil indiretos, em uma área de 170 hectares (Fonte: JORNAL ZERO HORA, 15 de outubro de 2013).

⁵²³ Palco de um importante combate da Revolução Farroupilha, por isso recebeu o título de Mui Heroica Villa, através do Decreto Imperial de 25 de outubro de 1841. Em 31 de março de 1938 a Vila de São José do Norte foi elevada à categoria de cidade.

leste o Oceano Atlântico, ao sul o Canal do Norte e Molhe da Barra do RS, a sudeste o Estuário da Lagoa dos Patos, a oeste e noroeste a Lagoa dos Patos. A maioria do território é constituída por campos, com vegetação rasteira e herbácea da costa do litoral sul do Brasil. Dunas relativamente altas são concentradas em toda a área municipal, inclusive na área urbana (COSTAMILAN, 2007, p. 13).

Possui população estimada em 25 mil habitantes (IBGE, 2010). A economia local ampara-se na pesca, agricultura e comércio. A cidade possui centro histórico composto por ruas e quarteirões irregulares, casas térreas e sobrados que guardam características da habitação urbana tradicional, importante parte da história do Rio Grande do Sul (IPHAE, 2004).

Conforme dito, a principal imigração do lugar foi de portugueses oriundos do arquipélago dos Açores. Esses imigrantes tiveram papel para o desenvolvimento urbano, demográfico e econômico local. Eles mesclaram-se com os habitantes locais, adaptaram-se a costumes da terra, porém resguardando suas tradições, na família, no trabalho, na vida cotidiana.

[...] os imigrantes foram recriando nas comunidades que os acolheram suas celebrações, ritos, danças e cantos. Se, num primeiro momento, a motivação atendia às necessidades de preservar uma identidade própria, valores simbólicos e culturais, com o passar do tempo tais manifestações foram se transformando em mais uma forma de integração e de troca com a cultura popular local (AMARAL, 2002, p. 111).

A vida cotidiana local é simples⁵²⁴. A maior parte das atividades cessam no horário de almoço, entre 12 e 14 horas. Os habitantes dividem suas atividades entre o comércio, a agricultura, a pesca, pecuária, as viagens a Rio Grande, dentre outros. Pode-se verificar a existência de bares, armazéns que servem como espaços de sociabilização, principalmente entre homens, com música alta e gargalhadas. Henri Lefebvre afirma que o cotidiano nos remete uma ideia de pulsão criativa, que se deve estudar o cotidiano, ele revela mais do que parece sobre determinado lugar. No cotidiano estariam assentadas as relações “singularmente estáveis”, é possível afirmar que o cotidiano pode apoiar, ou fixar as tradições, culturas, memórias locais.

A memória se apoia em espaços, lugares, ruas, edificações, objetos. São os chamados pontos de apoio da memória (HALBWACHS, 1990). De acordo com Nora (1984) para que um lugar seja chamado de lugar de memória, deve estar permeado por significados, afecções de um determinado coletivo. Os lugares de memória são estruturas de apelo para a identidade de grupos ou indivíduos (CANDAU, 2009, p. 48).

Pode se afirmar, portanto, que a memória e a identidade se concentram em lugares, considerados lugares privilegiados, que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo (CANDAU, 2011, p. 156). Sobre a noção de espaço, pode-se citar Sayad (2000, p. 12), que afirma que qualquer espaço é, por definição, um espaço nostálgico, um lugar aberto para todas as nostalgias, carregado de afetividade. A descoberta desses lugares, de seus significados, dos sentimentos da comunidade com relação a Festa de Navegantes pode recuperar a historicidade deste fenômeno social.

Celebrações, rituais de fé, ocorrem em determinados locais, e estes ficam marcados para o coletivo, principalmente os habitantes locais. A Festa de Navegantes enquanto bem cultural possui dimensão material e imaterial. De acordo com Funari e Pelegrini (2008, p. 84), a imaterialidade dos sentimentos religiosos associa-os, de forma muito direta, ao patrimônio cultural imaterial. Montenegro (2012) afirma que é da dinâmica da identidade cultural que se forma o patrimônio e que este não pode ser dividido em material e imaterial, pois é do equilíbrio entre o simbólico e o lugar que se constitui o que pode ser chamar de patrimônio. De acordo com a pesquisadora, é através da dinâmica da identidade que se constitui o

⁵²⁴ Impressões de pesquisa de campo, durante a pesquisa de doutorado da autora, intitulada provisoriamente de “História e Memória da *Mui Heroica Villa*: a festa Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte – RS”, orientada pelo Prof. Dr. Fabio Vergara Cerqueira.

patrimônio. No caso da Festa de Navegantes, o simbólico passa a constituir o patrimônio, a memória social. De acordo com Candau (2009, p. 49):

[...] a patrimonialização desempenha um papel essencial para autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado. Na realidade, é muito mais a crença nessa propriedade compartilhada que é transmitida - crença essa compartilhada - que a propriedade propriamente dita. A função principal da autenticação da narrativa, pela patrimonialização ou pela comemoração, é de favorecer a emergência de um compartilhar real, aquele da “crença” no compartilhar, crença adotada pelos membros do grupo (CANDAU, 2009, p. 49).

Talvez para a comunidade de São José do Norte, o bem cultural a se preservado sejam as atividades tradicionais, as quais ocupam seu cotidiano, as relações constituídas através dos anos, os ‘causos’ dos bares, as festas e celebrações. O pesquisador do patrimônio cultural deve ser sensível ao modo de vida, as expressões locais, para fazer uma interpretação de o que significa o bem cultural, o lugar de memória para o autóctone.

A Festa de Navegantes e a paisagem: significantes e significados

Henri Lefebvre nos fala sobre os significantes e significados, sobre as maneiras de interpretar o mundo, a cidade, os relacionamentos, a partir da modernidade. O autor afirma que no passado existiam “referentes sólidos” (Lefebvre, 1991, p. 121), a sociedade possuía “códigos gerais” predominantes e fixos (de honestidade, de honra, etc.), havendo uma “unidade” entre cada “coisa”, ou valor, ou moral e os seus *significados*. Significante são as formas da linguagem, seus corpos, suas estruturas. Os significados pluralizam ideias, apropriações, percepções, sentidos. De acordo com Lefebvre (1991) há, no cenário da modernidade, um processo de “des-simbolização”, de ruptura ou distância entre significante e significado. “O homem privado de símbolos, atormentado pelas coisas, pelos sinais, pelos barulhos” (LEFEBVRE, 1969, p. 213) seria atravessado pela propagação do culto à novidade. No curso da produção industrial, da multiplicação das possibilidades do consumo “a vida social tornar-se-ia pouco a pouco análoga a uma máquina muito aperfeiçoada” (LEFEBVRE, 1969, p. 256), mobilizada por sinais, no caso, estímulos indefiníveis, esvaziados de sentido.

De acordo com Tuan (1983), “a amplitude da experiência ou conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos” (TUAN, 1983 p. 07). Portanto, os saberes e fazeres humanos atribuem significados e organizam as paisagens e os símbolos presentes fazem a mediação entre o mundo interior e o mundo exterior.

Neste trabalho, o objeto estudado, a Festa de Navegantes apresenta-se na atualidade, plena era digital, permeada de significantes e significados relacionados ao território, as atividades pesqueira e agrícola, comércio, demonstração de afecção da comunidade, camaradagem, conflitos, piedade, fé, dentre outros aspectos que constituem a memória, identidade e tradição locais. Esta parte do artigo traz imagens que remetem a esta intrínseca relação da festa, do lugar e das pessoas que a realizam, plena de significados e experiências sociais. Podemos identificar naquele espaço/tempo (a festa) aspectos humanísticos, trajetórias de vida e marcos com expressivos significados simbólicos.

Hildebert Isnard, apud Correa (1995, p. 10) afirma que o simbolismo traduz, em sinais visíveis, não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura.

A origem da devoção em Nossa Senhora dos Navegantes é milenar. De acordo com Funari e Pelegrini (2008, p. 96), durante a Idade Média, no Mediterrâneo, realizava-se procissões marítimas em honra à Madonna dei marinai, de onde os portugueses herdaram a

tradição⁵²⁵. As grandes navegações no século XV impulsionaram a devoção a Virgem Maria, a quem os navegantes e trabalhadores do mar pediam a proteção quando estivessem nas águas.

Nos primórdios do Brasil colonial, em 1586 o jesuíta e poeta português José de Anchieta registrou em seus escritos a respeito do gosto dos habitantes por festas e diversão. Os colonizadores aproveitaram essa inclinação para incorporar tradições católicas, para catequizar os brasileiros, dando origem às festas religiosas (Amaral, 2002, p. 109).

Populares, religiosos, folclóricos ou globalizados, são muitos os temas e diversas as formas que compõem o mapa das festividades no Brasil, garantindo o ano todo espaços de convivência, de trocas culturais, e de manutenção de suas tradições por meio de música, danças, jogos, representações, brincadeiras e tantas outras expressões (AMARAL, 2002, p. 109).

A primeira Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte foi realizada no ano de 1811 (Costamilan, 2007, p. 107). Idealizada por trabalhadores do mar, operadores de carga e descarga de navios, pescadores, dentre outros, os quais iniciaram um movimento de festividades religiosas em veneração a Virgem dos Navegantes. De acordo com o Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, desde aquela época, quando o tempo permitia, a procissão fluvial de Navegantes dirigia-se a Rio Grande, pelo canal do Norte, chegando à povoação de pescadores, onde estes devotos recebiam a bênção litúrgica e após regressava a São José do Norte.

A Festa de Navegantes permanece ocorrendo na cidade anualmente, no dia 2 de fevereiro, estando em sua 203ª edição, sendo a mais antiga do Estado. Desde o ano de 2008 é considerada Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul. Em participação na Festa de Navegantes de 2013 e 2014 pude acompanhar as fases que a compõem. Após missa, a Imagem da Virgem, juntamente com a imagem de São José e Sagrado Coração de Jesus, deixa a Matriz São José até o cais do porto, embarca, navega pelas águas da Lagoa dos Patos e retorna. Após o desembarque, ocorre a procissão terrestre pelas ruas do centro histórico da cidade, regressando para a Matriz, onde há a bênção final e apresentações musicais.

Os diversos momentos da festa são caracterizados com orações, louvores, cânticos, banda musical, pagadores de promessas e grande festa popular. Pude perceber que participam do evento o clero, autoridades civis e militares, trabalhadores do mar, Capitania dos Portos, idosos, crianças, jovens e adultos de variadas idades, a maioria com vestes da cor branca e azul, dentre outros agentes sociais. Os participantes ocupam as ruas do centro histórico, a praça, a Matriz São José, os barcos, as bancas de alimentação e *souvenirs*, dentre outros espaços que envolvem os festejos a Nossa Senhora dos Navegantes. Foi identificado também grande movimentação de turistas, devotos de outras cidades.

É possível aferir que a festa é eminentemente popular, ritualística, penitencial, com exposição pública da fé, vinculada ao labor do pescador, do trabalhador marítimo, e que envolve vários setores da sociedade. A Festa de Navegantes revela a profunda religiosidade que permeia a sociabilidade local, a economia, o espaço, a história, a tradição e a memória. Amaral (2002, p. 120) afirma que muitas festas religiosas tem origem em cultos agrários da antiguidade greco-romana.

Em observação de campo nas festas de Navegantes de 2013 e 2014 foi possível identificar a relação da festa com o agradecimento pelo trabalho, pela vida que não fora retirada em acidente marítimo, pela boa safra de pescado ou pela boa colheita, dentre outros, através da fala local, e das preces do padre durante a procissão terrestre, afirmando a sensível relação e peculiaridades que existem nesta paisagem cultural, entre a festa e o cotidiano. “A gente pede, reza por uma safra boa, então quando a safra é boa, a festa é grande” – fala de um dos devotos em participação na Festa de Navegantes. Pode-se aferir a grandiosidade da

⁵²⁵ Tradição que permanece também em Portugal até os dias atuais, principalmente na Baía de Cascais, Costa da Caparica e Armação da Pêra.

feira, diretamente, com a qualidade da safra de pescado ou agrária, quando a safra é ruim, não há dinheiro para contribuir com a Festa.

A Figura 2 apresenta barcos em navegação, participando da Festa de Navegantes em 2014. Percebe-se a presença de crianças, famílias inteiras a bordo do barco enfeitado com bandeiras azuis e brancas e bandeira nacional durante a procissão fluvial. Ao fundo, à esquerda, mais devotos no cais do porto assistindo a procissão, pois não há lugar para todos embarcarem, e no horizonte da imagem, as casas antigas e a Igreja Matriz São José. Também pode-se verificar ao fundo, fiéis embarcados e uma multidão de devotos no cais do porto, juntamente a ruínas dos prédios da antiga cidade. Para entender o significado desta imagem, vale salientar que neste momento era cerca de 14h do dia 2 de fevereiro, em um dia de verão com temperatura superior a 35°, fazendo com que o simples fato de estar no sol, comemorando, cantando, louvando, fosse um sacrifício em honra a Santa.



FIGURA 2 – Barcos na Festa de Navegantes de São José do Norte - RS.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

Comemorar, do latim, *commemorare*, significa trazer à memória, fazer recordar, lembrar junto, a união de pessoas para relembrar fatos passados. A comemoração se apropria de um tempo histórico, construindo e transmitindo a memória. Portanto, a festa é comemorada, é uma rememoração que sintetiza os valores de uma determinada comunidade, construindo “a crença” ou memória social. A festa é uma produção do cotidiano, ação coletiva que se dá em um tempo e lugar, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto celebrado e comemorado, cujo produto principal é a força coercitiva dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Toda a festa é uma estrutura de poder que se inscreve na memória coletiva e individual dos participantes.

De acordo com Ferreira (2009, p. 11), as festas de caráter sagrado ou profano são acontecimentos tradicionais que movem as pessoas por motivações psicológicas, devocionais, lazer, enriquecimento cultural, dentre outros. Conforme a autora, as festas religiosas são uma das mais antigas manifestações da vida social no Brasil. Elas diferem umas das outras conforme a época e a sociedade, mas, invariavelmente, representam os valores, reforçam as estruturas sociais e ajudam a construir a identidade de um grupo (FERREIRA, 2009, p. 11).

As festas religiosas são importantes por marcarem um tempo especial destinado ao ócio, à confraternização, à troca de diálogos, às experiências, à sociabilização. A festa religiosa insere-se na dinâmica social, hábitos culturais, alimentares, de sobrevivência (MONTENEGRO, 2012). Está ligada ao território, aos saberes e fazeres locais, aos ofícios, às dificuldades pelas quais os participantes passam. É um tempo de ligação com o transcendente, quando é possível agradecer e pedir graças e a proteção divina.

A festa pode ter um cabedal de atributos, significantes e significados relacionados ao lugar, a devoção, a tradição, a memória social local. Os significados da festa variam de acordo

com o papel que a pessoa assume na sociedade, o servidor público, o vendedor, o devoto, o pescador, o ambulante, dentre outros. Porém, para todos eles, a vida cotidiana muda, a festa influencia de alguma forma na vida de todos os moradores, seja qual significado ela tenha, transformando a paisagem, influenciando mudanças, sugerindo continuidades, como qualquer manifestação cultural. Os dizeres da faixa alocada no barco da Figura 3 sintetiza bem a discussão aqui proposta, mostrando a relação entre o lugar e a vida que acontece ali, de forma indissociável. O barco estava sendo preparado para a procissão fluvial de Navegantes. Também mostra um encontro entre a tradição e os debates hodiernos, como a premência da conservação ambiental.



FIGURA 5 – Barcos em preparação para a Procissão de Navegantes.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

Considerações Finais

Objetivamos neste artigo refletir sobre a Festa de Navegantes de São José do Norte como um lugar de memória, seus significados relacionados ao lugar, ao cotidiano local, atividades dos habitantes, no sentido de estudar como a memória transita nesses espaços. A igreja, as ruas, o porto, as águas foram alguns dos lugares da festa de Navegantes identificados na pesquisa como de importância peculiar neste contexto, que carregam significados e significantes com a festa.

Corroboramos com Carl Sauer (1963), quando afirma que a análise da cultura deve levar em conta que ela origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, se fazendo compreender no tempo, porém traçável no espaço onde se localiza (Correa, 1995, p. 03). Só é possível compreender um fenômeno cultural quando analisamos o macro, o complexo sistema de significantes e significados relacionados ao lugar.

O que foi visto neste artigo nos remete ao conceito de paisagem cultural, “um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço [...] resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza” (CORREA, 1995, p. 04). Pode-se afirmar, portanto, que a Festa de Navegantes de São José do Norte, por seus aspectos relacionados com o lugar, as técnicas, a afecção popular, contribui para a constituição da paisagem cultural local, “resultado de uma dada cultura que a modelou, [...] expressando a cultura em seus diversos aspectos, possuindo uma faceta funcional e outra simbólica” (CORREA, 1995, p. 04).

As festas religiosas proporcionam um conhecimento complexo da cultura local relacionado ao lugar, tradições e memória. É, portanto necessário que estes eventos, sejam religiosos ou não, sejam estudados de maneira a contribuir para a preservação dos bens imateriais, que são os que mais sofrem com o desprestígio de proteção a partir de políticas públicas. A contemplação do cotidiano, a interpretação dos significados de nossa existência, a valorização de momentos e elementos que nos são de alguma forma importantes, que

atribuem sentido a nossa existência, são alguns dos aspectos que esse trabalho nos leva a refletir. Afinal, a paisagem não deve ser apenas contemplativa, mas algo que nos leve a pensar, como sistema de vidas, de trabalho, de tradições, relações humanas, técnicas. Pensar a paisagem tanto como legado quanto como futuro, continuidade. Válido relembrar a situação de vulnerabilidade da cidade de São José do Norte com relação a mudanças na paisagem, a partir dos investimentos portuários no local, ocasionando possíveis impactos na configuração da vida social.

Referências

- AMARAL, Liana Martins do. **Paisagem cultural Brasileira: região sul**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.
- CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**. V. 01, n. 01. P. 43 – 58, 2009. Disponível em: <http://lasmic.unice.fr/PDF/candau-article-10.pdf>. Acesso em 11 out 2013.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CORREA, Roberto Lobato. A dimensão Cultural do Espaço: alguns temas. **Revista Espaço e Cultura**. Ano 1. Outubro de 1995.
- COSTAMILAN, José Fernando. **São José do Norte: o início de um povoamento**. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2007.
- FERREIRA, Lorene Dutra Moreira. **Festas Religiosas: uma manifestação cultural de Mariana**. Ouro Preto: ETFOP, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GUARINELLO, Norberto. Festa, trabalho e cotidiano. In JANCSÓ, István e KANTOR, Íris. (Orgs.) **Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana e o Mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MONTENEGRO, Monica. **¿Lugares sagrados o sitios arqueológicos? Re-apropiación de paisajes culturales como patrimonio local, a partir de propuestas de arqueología pública enel Noroeste Argentino**. Mini-curso proferido na UFPel/ ICH/ PPGMP, 2012.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Vol.1 La République, 1984.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, número especial, p. 7-32, jan. 2000.
- TUAN, Y-FU. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo. DIFEL, 1983

O chimarrão e seus artefatos: Um estudo sob o viés do design vernacular

Alexandre Vergínio Assunção⁵²⁶

Rafael Klumb Arnoni⁵²⁷

Luiz Antônio Pereira Machado Jr.⁵²⁸

Resumo

O objetivo deste texto é mostrar parte da investigação denominada “A simbólica e a tecnologia do chimarrão: um estudo do artefato sob a ótica do design vernacular” que está sendo realizada pelo TOPOS: Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Design, Educação e Imaginário, do IFSUL/Pelotas. O chimarrão sofre ao longo do tempo mudanças, tanto no seu simbolismo quanto na forma e nos artefatos necessários à sua utilização. Essas incorporações servem como uma rica fonte de pesquisa ao design vernacular. Pretende-se analisar e compreender aspectos simbólicos, culturais e técnicos através de pesquisa bibliográfica e iconográfica, no âmbito da hermenêutica simbólica - que se define como interpretação compreensiva do sentido das produções e memórias humanas (RICOEUR, 2009; DURAND, 1996), buscando-se, por fim, contextualizar sua utilização nos dias atuais.

Palavras-chave: Chimarrão, Design Vernacular, Tradição Cultural, Lugar de Memória, Hermenêutica Simbólica.

Breves palavras introdutórias

O que é o chimarrão? Qual a sua história? Quais são os “avios” necessários para tomá-lo? De que materiais são feitos esses artefatos e como o design pode analisá-los técnica e simbolicamente? Estas são algumas das intenções da pesquisa. Vamos pormenorizá-las. O chimarrão - bebida resultante da infusão da erva-mate, depositada em uma cuia e sugada através uma bomba - está entre os costumes mais conhecidos da região sul do Brasil e de países como Uruguai e Argentina, tornando-se um ícone representativo desta cultura. Pode ser associado a um modo de vida ligado ao campo que está enraizado historicamente nessa região, trazendo consigo aspectos que se ligam à tradição, à história e à identidade.

Toda tradição é uma expressão cultural de um tempo e espaço, constantemente ressignificada e modificada por seus agentes, para adaptar-se aos novos usos atribuídos por estes (ARÉVALO, 2004). Levando em conta essa afirmação, pode-se assegurar que o chimarrão e seus rituais fazem parte de uma tradição bastante enraizada na Região Platina da América do Sul, incorporada pelos jesuítas no período de colonização ibérica, difundida ao longo do tempo e instituída como uma bebida típica desta região. Essa tradição cultural sofreu, desde sua inclusão, mudanças relacionadas em especial aos seus rituais e simbolismos. Ao longo do tempo foi-se modificando sua forma: agregaram-se elementos que demonstravam o status de seu possuidor, incorporaram-se novas tecnologias em seus materiais ou artefatos quanto ao uso. Por fim, foi-lhe atribuído o estatuto de representante da identidade gaúcha.

Em relação a este assunto, do ponto de vista antropológico, preferimos o termo “artefato” em vez de objeto ou equipamento, pois se refere especificamente aos objetos produzidos pelo trabalho humano, em contraposição aos objetos naturais ou acidentais (DENIS, 1998). Enquanto artefato, o artefato/chimarrão pode ser observado e estudado sob a ótica do Design Vernacular. Sobre este último, Finizola (2010) afirma que

⁵²⁶ IFSUL/Pelotas, Doutor, alex@pelotas.ifsul.edu.br

⁵²⁷ IFSUL/Pelotas, Mestre, rafael.arnoni@gmail.com

⁵²⁸ IFSUL/Pelotas, Bacharelado, l.a.pereiramachado@hotmail.com

a utilização do termo **vernacular** é empregada para definir aqueles artefatos autênticos da cultura de determinado local, geralmente produzidos à margem do design oficial. [...] O termo Vernacular sugere a existência de linguagens visuais e idiomas locais que remetem a diferentes culturas. Na comunicação gráfica, corresponde às soluções gráficas, publicações e sinalizações ligadas aos costumes locais, produzidos fora do discurso oficial (op. cit., p. 30).

Assim sendo, o estudo do artefato do chimarrão, sob a ótica do vernáculo, irá se interessar pela forma de utilização e pelas variações realizadas a partir da experiência da cultura popular local, por elementos decorativos inseridos com objetivo de reforçar determinadas identidades de grupos ou individuais, e pelo simbolismo associados a essas modificações.

Por outro lado, a partir do conceito de lugares de memória (NORA, 1993), este artefato, seu preparo e rituais, constituem alguns dos elementos mais impregnados de simbolismos e com forte caráter identitário na cultura gaúcha. Nele podem ser associadas memórias de um passado ligado ao campo e ao espaço do pampa, palco de conquistas e de disputas ocorridas na região. A cultura, aqui, será considerada como um universo de criação, apropriação, transmissão e interpretação de bens simbólicos e suas relações (GEERTZ, 2012). Antropologicamente, o artefato/chimarrão será interpretado como expressão de uma cultura material: artefato produzido e usado por um determinado grupo ou sociedade (DENIS, 1998; BURKE, 2005) que faz parte de um contexto tradicional (HOBSBAWM, 1997; GADAMER, 2011) e histórico (LESSA, 1986; RICCA, 2009; LOPES NETO, 1998) promovido por uma determinada identidade cultural (HALL, 2011) - um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Sendo um conceito de trânsito intenso e tamanha complexidade, podemos compreender a constituição de uma identidade em manifestações que podem envolver um amplo número de situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos, como a “roda-de-chimarrão”, por exemplo.

Estas são noções importantes que serão desenvolvidas como conectores de compreensão e explicação, possíveis ao tema.

Sintetizando, este trabalho tem por objetivo apresentar os movimentos iniciais do projeto de pesquisa “A simbólica e a tecnologia do chimarrão: um estudo do artefato sob a ótica do design vernacular”. Especificamente, neste trabalho, será apresentado o chimarrão em seus aspectos históricos, simbólicos e técnicos, tomando como ponto de partida seu artefato, de forma a apresentá-lo como objeto em constante transformação, mantendo sua função na construção e reforço de identidades pessoais e regionais.

Inicialmente será apresentada a metodologia de trabalho, baseada na hermenêutica simbólica, seguidas de uma contextualização histórica do chimarrão, seus aspectos simbólicos e seus artefatos.

Metodologia

A especialidade desta pesquisa, como dissemos, é o Design Vernacular, que propõe soluções materiais de artefatos presentes no cotidiano, e que apresentam forte ligação com a cultura local, um produto desenvolvido a partir de um hábito cultural (FINIZOLA, 2010). Para a operacionalização desta pesquisa dotamos a abordagem antropológico-fenomenológica (DURAND, 2002; BACHELARD, 1993, 2009) com a vertente instauradora da Hermenêutica Simbólica (RICOEUR, 2009, 2013, 2005; GADAMER, 2011; DURAND, 1996, 1993, 2002). A qual, segundo esses autores, busca a interpretação do mundo, seres e artefatos, através da consciência do pesquisador, formulada com base em sua experiência, utilizando todo o seu “maquinário imaginativo”, por não existir corte entre o racional e o imaginário. Seguimos, para esta análise e por estarmos no “campo do design”, em um viés metodológico eleito por Paul Ricoeur (2009; 2013), que é o de propor uma “convergência de hermenêuticas”: considerando que apenas uma dialética entre explicação e compreensão pode satisfazer as exigências da compreensão

válida, que é a intenção de nossa proposta metodológica. Em resumo, o método hermenêutico trata de interpretar, analisar, compreender e descrever os fenômenos que se apresentam à percepção. Seu objetivo é chegar ao conteúdo inteligível e sensível (portanto simbólicos) dos fenômenos.

Já foi dado início na pesquisa a classificação dos aspectos do artefato, a divisão e explicação das partes com suas características principais, a tabulação dos tipos e a definição de cada espécie - numa interpretação e análise compreensiva do fenômeno. Buscar-se-á, por fim, contextualizar sua utilização nos dias atuais.

A história do chimarrão

Logo após a descoberta do Novo Mundo, tinha-se um cenário manchado de sangue com as tentativas espanholas, principalmente, de dominar as terras do Sul da América. Foram várias as tentativas de se estabelecerem na região do Rio da Prata que era muito bem defendida pelas flechas dos índios charruas e demais tribos (LESSA, 1986). Mas, após a catástrofe de Buenos Aires - cidade fundada pelo governador Mendoza, em 1536, “transformada em ruínas frente à selvageria *Querandi*” (LESSA, 1986, p.9) - surge às margens do Paraguai, no forte Nossa Senhora da Assunção, rústicas construções de barro e santa-fé para abrigar os recém-chegados espanhóis e remanescentes da catástrofe de Buenos Aires. A miscigenação que ocorre entre espanhóis e americanos nasce a partir do momento em que soldados espanhóis seduzem as mulheres índias com miçangas e colares trazidas de sua terra natal (LESSA, 1986).

Com um incansável vigor de desbravar as terras do Novo Mundo, em 1554, o General Irala (desbravador espanhol) pisa nas terras de Guairá (atual Estado do Paraná) e depara-se com uma populosa tribo guarani que o recebe com alegria e hospitalidade. Não bastasse tamanha surpresa com a dócil recepção destes índios “guairenhos”, mais fortes do qualquer índio da tribo guarani, ficaram ainda admirados com um hábito em especial, que se tratava da utilização de uma bebida feita com folhas fragmentadas, depositadas em um porongo e sugadas por um canudo de taquara, que recebia um “paciente trançado de fibras” (LESSA, 1986), que impedia a ingestão de partículas da folha. Os índios, quando questionados sobre a origem de tal bebida, afirmavam que a *caá-i* (água da erva) era exclusiva para o uso dos pajés, os quais posteriormente a estenderam para o restante da tribo. Os índios ao ingerirem a bebida sentiam-se mais estimulados, com os corpos e espíritos fortalecidos.

As folhas de *caá* eram colhidas facilmente, devido a abundância de árvores no local. Os soldados espanhóis ao se depararem com os benefícios proporcionados pela infusão procuram conhecer a *caá-i* e comprovavam a sua sensação de bem-estar. Quando retornaram a cidade de Assunção levaram uma significativa quantidade de erva-mate, que foi o suficiente para difundir o chimarrão.

Com o crescimento do hábito de se tomar o chimarrão - e o conseqüente aumento da venda da erva mate, Assunção prosperou e rapidamente dobrou de tamanho. Cegados pela riqueza, os “encomenderos” das terras fizeram dos índios escravos que realizavam expedições de aproximadamente um ano entre Assunção e os longínquos ervais do Guairá e Maracaju.

Para ida, estada e volta nos ervais, até oitenta, até cento e cinquenta e mais léguas de distância (Serras de Maracaju), costumavam os índios gastar pelo menos um ano e geralmente dezenove meses, passando nos pantanais, nos despenhadeiros, cujas ossadas eram encontradas aos lotes ou esparsas, ao lado da carga – de *caá* – apodrecida, ao longo dos trilhos do sertão (LOPES NETO, 1998, p.117).

A Igreja não poderia permitir que uma erva, a qual era historicamente atribuída à magia dos pajés, fosse difundida entre os cristãos. Entretanto, devido aos seus diversos fatores benéficos, foi difícil conter a expansão da erva-mate. Tamanho foi o fracasso dos franciscanos em acabar com a erva-mate que no século XVII o chimarrão se tornou

indispensável nas casas platinas. A cada tentativa dos frades franciscanos de dizimar a utilização da *caá-i* surgiam novos motivos para a permanência de seu uso. Visando tirar proveito deste próspero negócio, os jesuítas fundam a Companhia de Jesus e os Trinta Povos das Missões de Guaranis. O Superior da Companhia era o Padre Burges, que defendia que se plantassem “erveiras” nos próprios povos. Outro item para a sua aceitação foi o fato de o índio, ao tomar o mate, abandonar o hábito de tomar outras bebidas que vinham a ser causadoras de “borracheiras”.

Um fato observado é que nas reduções onde o uso da *caá-mini* era obrigado e cotidiano, os índios eram muito menos dados à embriaguez, ao passo que os que não usavam-na emborrachavam-se bestialmente com o “caiun” e outras bebidas alcoolizadas por fermentação. (LOPES NETO, 1998, p.119)

Após várias tentativas fracassadas em germinar a semente para cultivo da erva-mate, os jesuítas perceberam que se antes de lançarem as sementes à terra ela fosse ingerida e após expelida inteira nas fezes de pássaros os efeitos improdutivos desta eram removidos. Com o crescimento e cultivo da erva-mate nas reduções estes povos passaram a viver um período de grande opulência, chegando ao ponto de produzirem um tipo único de erva-mate que ficou conhecido por *caá-mini*, um pó grosso de erva que valia três vezes mais do que a produzida no Paraguai.

Lessa (1986), comenta que a cada povo que conhecia a erva-mate e sua infusão ficava encantado com seus benefícios. Em 1813 o ditador paraguaio, Dr. Francia ao proibir a exportação de erva-mate paraguaia possibilitou ao Brasil tornar-se o único produtor e exportador de erva-mate.

Até os dias atuais a erva-mate também é conhecida por *Ilex paraguariensis*, seu nome científico, que tem origem atribuída ao viajante Auguste de Saint-Hilaire, que por volta de 1820 percorreu as terras do Rio Grande do Sul. Em sua passagem pela região, o naturalista francês narrou:

Ainda tomei dois mates antes de partir. O uso dessa bebida é geral aqui: toma-se mate no instante em que se acorda e, depois, várias vezes durante o dia. A chaleira cheia de água quente está sempre ao fogo e, logo que um estranho entre na casa, oferecem-lhe mate imediatamente (SAINT-HILAIRE, 2002, p.136).

Como se pode observar, Saint-Hilaire presenciou muitas cenas cotidianas do povo gaúcho onde o chimarrão ou simplesmente mate já se fazia presente como um hábito comum entre todos.

A simbólica do chimarrão (mitos e ritos)

Se a tradição é uma expressão cultural de um tempo e de um espaço (ARÉVALO, 2004) é porque proclama um costume, um uso, um rito e um mito. Talvez, nada possa medir a exata projeção da incidência original do mate. O que se pode afirmar é que essa “tradição cultural verde” se integra como uma forma de sentir gaúcha e, só quem pode palpitar vivencialmente esse sentir (por pertença), pode compreender seu cativante alcance. O gaúcho, Barbosa Lessa (1986), pesquisador das tradições rio-grandenses assim compreende e narra a lenda da origem do mate:

As tribos nômades de outrora derrubavam matos para plantar mandioca e milho até o fim dos recursos de cada terra. Certo dia, um velho índio, já cansado de tantas andanças, preferiu ficar em uma tapera, esperando a morte chegar, e não mais seguir com sua tribo. Este possuía uma filha conhecida por todos como Jary, que por sua vez, não sabia se ficava para fazer companhia a seu pai ou se cumpria sua vontade e seguia adiante com a tribo. Entretanto, apesar de contrariada pelos demais índios, decidiu ficar. A atitude da moça merecia uma recompensa, visto tamanho amor que ela representou ter pelo pai em querer acompanhá-lo. No rancho onde estavam um dia chegou um pajé desconhecido, que percebendo o que acontecera perguntou à Jary o que ela queria para se sentir feliz: a jovem não pediu nada. Já seu pai, solicitou que o pajé renovasse-lhe as forças a fim de poder seguir com Jary ao encontro da tribo. O pajé lhe entregou uma planta muito verde, perfumada de bondade, e ensinou que ele plantasse, colhesse as folhas, secasse ao fogo, triturasse, botasse pedacinhos num porongo, acrescentasse água quente ou fria e a sorvesse. “Terás nessa nova bebida uma companhia saudável mesmo nas horas tristonhas da mais cruel solidão.” Dada a receita, partiu. E dessa maneira surgiu a *caá*, resultando dela a bebida *caá-y* chamada posteriormente de chimarrão. Após o velho homem preparar e tomar o *caá-y*, recuperou as suas forças e seguiu adiante com a filha, como era seu desejo. Quando encontraram a tribo, todos os receberam com muita alegria e também passaram a beber a infusão da verde erva, amarga e gostosa que prometia aos homens coragem e força, bem como amizade nas horas tristes (LESSA, 1986, p.72).

Além das lendas, são inúmeras as homenagens feitas a este símbolo gaúcho, seja em forma de poema ou de música. É nítido também o que Lessa (1986) comenta em sua obra com respeito à criação de novas amizades a partir do momento de uma “roda de chimarrão”, que acima de tudo é uma local de “descontração, companheirismo e amizade” (LESSA, 1986, p.67).

Este autor indica que o “mateador” encontra no isolamento de um galpão e no silêncio as perfeitas condições para trocar confidências com seu outro eu, que se corporifica na cuia. Vitor Ramil (2008) canta os versos de João da Cunha Vargas na música “Chimarrão” a qual descreve a aura mística que o envolve. Somente uma relação tão íntima entre autor e mate poderia resultar em versos tão sensíveis, em um momento individual de reflexão. Ninguém melhor do que um poeta campeiro para descrever o simbolismo e o sentido do chimarrão.

Velho porongo crioulo, te conheci no galpão, trazendo meu chimarrão
Com cheirinho de fumaça, bebida amarga da raça, que adoça o meu coração
Bomba de prata cravada, junto ao açude do pagp, quanta china ou índio vago
Da água a seu pensamento, de alegria sofrimento, de desengano ou afago
Te vejo na lata de erva, toda coberta de poeira, na mão da china faceira
Ou derredor do fogão, debruçado num tição, ou recostado à chaleira
Me acotovelando no joelho, me sento sobre o garrão, ao pé do fogo de chão,
Vou repassando a memória, e não encontro na história, quem te inventou, chimarrão.
Foi índio de pêlo duro, quando pisou neste pago, Louco pra tomar um trago,
Trazia seca a garganta, provando a folha da planta, foi quem te fez mate-amargo.
Foste bebida selvagem, e hoje és tradição, e só tu, meu chimarrão,
Que o gaúcho não despreza, porque és o livro de reza, que rezo junto ao fogão.
Embora frio ou lavado, ou que teu topete desande, minha alegria se expande
Ao ver-te assim meu troféu, quem te inventou foi pra o céu, e te deixou para o Rio Grande.
(RAMIL, 2008)

O ritual do preparo do chimarrão começa com o despejo da erva na cuia, de forma que ocupe dois terços de sua capacidade. Em seguida, tapa-se a boca da cuia com a mão esquerda e, fazendo uma inclinação, joga-se a erva para a outra metade da cuia. Lentamente vai-se trazendo a cuia à verticalidade anterior, de modo tal que o “barranco” de erva não desmorone. Assim, numa metade está a erva, e na outra se irá despejar a água. Desde o princípio, os gestos são lentos e cuidadosos. O “cevador” (aquele que prepara o mate) caprichoso vai também se esmerar no “topete” (parte superior) da erva. Depois de cinco minutos - mais ou menos - a erva já “inchou” o suficiente. Despejada a primeira medida de

água na cuia, o primeiro mate será do cevador, que examina se o mesmo está em condições de ser oferecido aos demais, pois quase sempre, no Rio Grande do Sul, o mate é tomado coletivamente. Ao se estender a cuia para alguém, deve-se fazê-lo com a mão direita. Primeiro é servido quem está à direita de quem está servindo; e daí, segue invariavelmente sendo servido “pela direita”.

Bastam estes tópicos para demonstrar que, sendo o chimarrão uma bebida social, implica todo um ritual e um simbolismo que vão se transmitindo e se transformando através das gerações.

O chimarrão e seus artefatos

Chamam-se “avios do chimarrão” os artefatos necessários para arranjá-lo. Quais são? Os artefatos são fundamentalmente a bomba e a cuia. É claro que outros objetos poderão incorporar os “avios”, desde que passem a fazer parte deles - o recipiente para servir a água, o porta-cuia ou tripé para o mate, por exemplo.

Para essa primeira parte da pesquisa, analisaremos, como cultura material e simbólica, apenas a bomba e a cuia.



Fig. 1 – Bombas de mate.

Fonte: Acervo dos autores.

A *bomba*: é formada, segundo Fagundes (1980), por um canudo metálico, de vinte a vinte e cinco centímetros de comprimento por cinco a oito milímetros de diâmetro. Uma das extremidades é achatada, deixando um pequeno orifício longitudinal para impedir o fluxo excessivo de água. Na outra ponta, possui o ralo, com a finalidade de coar a infusão da erva-mate. Primitivamente, os índios guaranis criaram a bomba de taquara, por eles chamada de *tacuapi*: vocábulo guarani, *tacué* (cana oca), *api* (alisada). A bomba era retirada de um trecho de taquara entre dois nós. Junto ao nó inferior eram feitos pequenos orifícios laterais e brotos eram enrolados ou tramados por cima dos furos, formando assim um coador. No outro lado ficava a ponteira por onde era sorvida a infusão. Os materiais mais encontrados, atualmente, na confecção de bombas são o latão, a alpaca, aço inoxidável e a prata. O ouro, em casos especiais, serve de opção apenas aos detalhes, como na *ponteira* e no *resfriador*. Fazem parte da bomba a haste, a ponteira, o coador e o resfriador. A “haste” pode ser lisa, torcida, anelada, reta ou apresentando uma leve curvatura ao aproximar-se da ponteira. A “ponteira” pode ser apenas a extremidade achatada ou com capa de ouro. O “coador” é para coar a infusão da erva-mate. Suas formas mais comuns são: a de coco (em forma de bola), a de tipo 1001 (pelo número de orifícios), a de colher e a de mola (lembra a *tacuapi* primitiva, apenas recoberta por uma mola). O “resfriador” pode ser em forma de anel, redondo ou na estilização do botão da rosa.



Fig. 2 – Cuia do tipo “pêra” com bocal de alpaca trabalhada com motivos gaúchos.
Fonte: Acervo dos autores

A *cuia*: é feita, conforme Fagundes (idem), de *porongo*, fruto do *porongueiro*, trepadeira rasteira com folhas largas, encontrado no sul da América do Sul. O *porongo*, depois de maduro, se torna oco, portanto sendo passível de tornar-se uma vasilha para líquidos. Os *porongos* são chamados em guarani de *yeruá*. A cuia é chamada de *caiguá*: *caa* (erva),

i (água) e *guá* (recipiente). Literalmente, recipiente para a água da erva-mate. Quanto à forma temos a cuia *gajeta* ou *galleta* (bolacha em espanhol), a cuia *pêra*, a cuia *teto-de-vaca*, a cuia *saco-de-touro* e a cuia *pescoço*. Em alguns casos, existem trabalhos decorativos e simbólicos nas cuias. Os desenhos são sempre inspirados na natureza, pontificando os motivos florais, do campo, puros ou estilizados. Os bocais de alpaca são muito comuns, assim como os de prata. Além disso, a partir do século XVIII, a influência da prataria religiosa, principalmente a de origem portuguesa, se fez sentir em nossos costumes gaúchos, pois a matéria-prima existia em abundância. Os artesãos da época adaptavam sua arte religiosa aos utensílios gaúchos. Surgem então os *mates-de-cálice* ou *mates-de-pé*, usando vários tipos de metal. As formas e a ornamentação do mate mudam conforme a região de uso. Os artesãos da prata e do metal em geral seguiram influências dos estilos de cada época. As obras do século XVIII são de estilo barroco e rococó; mais tarde incorporam decorações e simbolismos românticos e o mate de prata se converte em um objeto de adorno a partir do final do século XIX (LE COMTE, 2005).

Considerações Finais

O chimarrão é essa grande instituição simbólica do sul do continente que nada fala e tudo diz. É esse milagre que não se agradece e se toma em parceria. É um lugar de memória que cria comunhão e identidade, sempre em trânsito: novas formas e “enfeites” de cuias e bombas. Hoje temos, paradoxalmente, o mate ancestral em bomba *tacuapi* convivendo com cuias de plástico. E é isso que interessa examinar: essas evoluções com rupturas simbólicas e técnicas. Interessa e é uma pesquisa original para os campos do design vernacular. Estamos nesta fase inicial levantando dados históricos, simbólicos e técnicos, com o desejo de colaborar na compreensão deste fenômeno platino (gaúcho). Por fim, temos a consciência de que não é possível mapear todas as alternativas de configuração deste campo. O resultado será apenas

uma síntese de aproximações sucessivas da “nossa verdade” sobre o assunto: um ponto-de-vista “criando” um objeto.

Referências

- ARÉVALO, J. M. La tradición, el patrimonio y la identidad. *Revista de estudios extremeños*. Volume 60, número 3, 2004. Espanha: Editora da Diputación de Badajoz.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DE LE COMTE, Mónica Gloria Hoss. Platería Criolla. Buenos Aires: Maizal Ediciones, 2005.
- DENIS, Rafael Cardoso. Design, *Cultura Material e o fetichismo dos objetos*. IN. Arcos, Volume 1, Número Único, 1998.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação Simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Martins Fontes, 2002.
- DURAND, Gilbert. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- FAGUNDES, Glênio Cabral Portela. *Cevando mate*. Porto Alegre: Habitasul, 1980.
- FINIZOLA, Fátima. *Tipografia Vernacular Urbana: uma análise dos letreiramentos populares*. São Paulo: Blucher, 2010.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2012
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *Invenção das tradições*. São Pauo: Paz e Terra, 1997.
- LE COMTE, Sophie. *Platería Criolla*. Buenos Aires: Maizal, 2005.
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do Chimarrão*. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, v. 10, 1993, pp. 7-28.
- RICCA, Javier. *El Mate*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Editora Senado Federal, 2002.
- RAMIL, Vitor. *Chimarrão*. In: Délibáb. Rio de Janeiro: Cia dos Técnicos, 2008. 1 CD.

O gaúcho do pampa Rio-grandense: Imagem e oralidade

Angélica Kohlschwanz⁵²⁹

Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar a permanência do gaúcho campeiro na região do pampa rio-grandense, a partir dos relatos dos seus habitantes e de imagens que representam essa figura. O texto é parte integrante da pesquisa de mestrado intitulada “FLORESTAMENTO – DESENRAIZAMENTO: a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho”. Atenta para o trato com a fonte fotográfica e a fonte oral que, a partir das premissas da História Cultural, adquiriram grande importância e devem ser analisadas a luz de metodologia e teoria adequadas, procuro assim perceber os elementos constituintes da cultura do gaúcho, que permanecem e caracterizam o habitante do pampa rio-grandense.

Palavras-chave: Imagem. Memória. Paisagem. Pampa gaúcho.

Por vezes, somos gaúchos. Súbito, o vento sopra do fundo dos campos, fere-nos o rosto, enchemos de imagens, fantasias, lendas e laços com o Rio Grande gaúcho. (MACHADO, 1994, p. 116)

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa maior em que analiso as transformações da paisagem e seus possíveis efeitos sobre a constituição das memórias e identidades do gaúcho⁵³⁰.

O uso da fotografia e dos relatos orais como fontes históricas adquiriram importância nos últimos anos, e, até bem pouco tempo, eram relegadas ao segundo plano por não constituírem um documento textual. Com o surgimento de novos objetos da História, outros tantos tipos de fonte foram incorporadas ao universo do historiador, dentre eles a imagem fotográfica, que desde o seu surgimento durante o século XIX, foi vista com desconfiança por parte dos historiadores, que, em alguns casos, continuam a utilizá-las como mero complemento do texto ou do documento escrito.

Para Leonardo Ciannella “toda a imagem fotográfica obtida desde a sua invenção tem auxiliado no papel da preservação da memória, atuando no campo das percepções visuais e das representações mentais”. Além disso, o registro fotográfico é “[...] um meio de apreensão da cena passada ou do que corre risco de desaparecer” (CIANNELLA, 2006, s/p). É nesse sentido que utilizo de imagens fotográficas junto aos relatos da população local, para dar a conhecer uma realidade que corre o risco de desaparecer, pois

Os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais, geralmente muito fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local. Mas não para os outros. A mensagem não se torna clara a não ser que se conheçam os textos que ela procura transcrever. (CLAVAL, 2004, p. 67)

Para desenvolver a pesquisa foi necessária minha inserção nesse espaço e um aprofundamento na definição de meu objeto de estudo, a paisagem e o gaúcho. Foi essencial encontrar o gaúcho no seu ambiente. Minha preocupação como pesquisadora foi estabelecer as recorrências nas falas dos entrevistados, para que pudesse identificar os elementos que de uma forma ou de outra fossem imbuídos de sentidos e dissessem respeito à forma como que aquelas pessoas se situavam no mundo. A partir desse pressuposto fui à busca desses elementos e suas permanências na paisagem da região.

O primeiro que busquei identificar foi o gaúcho, o homem ou a mulher que vive no campo e possuem algum vínculo com a lida campeira, objetos deste artigo. Primeiramente fui buscá-lo nos Centros de Tradições Gaúchas - CTG's, na figura dos patrões. Porém constatei que

⁵²⁹ Profª. Ma. em História do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ.

⁵³⁰ Dissertação defendida no ano de 2010 no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Profª. Drª. Sílvia Helena Zanirato.

na maioria dos casos, quem frequenta os CTG's é a população urbana, que não possui vínculo com o campo. Nos relatos dos padrões de CTG's há pouca ou nenhuma referência à mudança na paisagem, excetuando-se o caso de Herval, onde o padrão possuía ligação com o campo.

A partir desta primeira experiência fui à busca do peão, o homem que trabalha no campo. Penso que aí tenha encontrado o gaúcho e, a partir dos relatos orais, pude perceber elementos construtivos da sua identidade e sua relação com a paisagem do Pampa.

Para mim tão importante quanto investigar a transformação da paisagem foi a necessidade de encontrar esse gaúcho. A questão que me acompanhava era a de que se essa figura era mesmo um estereótipo, se havia “desaparecido” no fim do século XIX com a introdução das cercas ou alambrados, e se vivia somente nos festivais de música nativista ou nos eventos com atividades campeiras.

Durante meu trabalho no LEPAARQ⁵³¹ participei de algumas feiras e exposições nos municípios envolvidos com o plantio de eucaliptos. A partir dessas experiências e do contato com as escolas rurais, percebi que o modo de ser gaúcho é algo que está bastante presente em vários municípios da região sul e que alguns hábitos como o chimarrão, o churrasco e a vestimenta, foram incorporados por grande parte da população de todo o Estado sulino.

Percebi também, nas conversas que tive durante esses eventos, que o gaúcho que participa das feiras e exposições, em sua maioria, trabalha no campo, ou tem alguma ligação com o campo. Esses eventos ligados à tradição gaúcha de lidas campeiras despertaram meu interesse para essa figura, que para mim, parecia extinta. Porém vários indícios me levaram a crer que estava equivocada.

Na figura 1, a imagem de uma menininha que aparenta ter dois anos e está parcialmente pilchada⁵³² durante um desses eventos na cidade de Herval.



Figura 1. Menininha pilchada – Expofeira de Herval. 768x1024 pixels.
Acervo: Lepparq

Percebo que a imagem está desfocada. Em primeiro plano vê-se a menina que posa para ser fotografada. Ao fundo duas pessoas e o material de exposição. Noto a vestimenta da

⁵³¹ Fui pesquisadora do LEPAARQ – Laboratório de ensino e pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, onde desenvolvi atividades de coordenação e acompanhamento de um projeto de Educação Patrimonial (Memoriar) em 12 municípios da região sul do Rio Grande do Sul, resultante do convênio “Arqueologia e Educação Patrimonial na Região Sul do Rio Grande do Sul”, firmado entre o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/ICH/UFPel) e a Votorantim Celulose e Papel (VCP), durante o período de implantação das monoculturas de eucalipto nesses municípios entre os anos de 2005 e 2006.

⁵³² A pilcha foi descrita na nota de rodapé número 23 do capítulo 2.

menina com bombachas e botas campeiras, na cintura o cinto de couro. Não é a vestimenta completa do gaúcho, mas dois elementos inseparáveis do homem do campo ao longo de sua história, a bombacha e a bota, elementos que permanecem nas gerações mais recentes.



**Figura 13. Paleteada – Expofeira de Herval 768x1024 pixels.
Acervo: LEPPARQ**

A figura 2 representa uma prova campeira chamada “paleteada”. Em primeiro plano boi e cavaleiro definem o enquadramento da imagem. O fotógrafo parece ter tentado enquadrar o movimento da ação desenvolvida pelo cavaleiro. Ao fundo, a plateia formada em sua maioria por homens, com vestimentas caracterizadas do gaúcho (boina ou chapéu). O cercado de madeira faz o envolvimento da atividade campeira. A cerca possui um almofadado em toda a sua extensão para que cavaleiro, cavalo e bezerro não se machuquem.



**Figura 314. Mateada - FEOVELHA - Pinheiro Machado 1944x2592 pixels - Em: 17/01/2007.
Acervo: LEPPARQ**

Em outra imagem (figura 3), a intimidade de duas crianças com o mate. Nota-se que a imagem está desfocada. Em primeiro plano menino e menina atentos ao ato de servir o chimarrão. O fotógrafo parece ter tido a intenção de captar o momento em que os dois partilham esse hábito difundido e assimilado até mesmo pela geração mais jovem, que parece ter intimidade com a tarefa.

Atento para o fato de ser uma festa voltada às tradições campeiras, onde seria natural a difusão desses hábitos. A partir da análise dessas fotos, encontro elementos que me levam a crer que traços da cultura gaúcha permanecem. Mas isso não foi suficiente, era preciso vivenciar a relação homem e meio para apreender a paisagem a partir do olhar do gaúcho.

Eu não procurava o “centauro dos pampas” (expressão alencariana para descrever o gaúcho) ou o “monarca das coxilhas” (expressão usada por Apolinário Porto Alegre), em releituras do gaúcho da origem pela literatura, aquele que desapareceu no final do século XIX e início do século XX quando as cercas começaram a aparecer e o seu trabalho a ficar escasso. Tampouco buscava a figura ideológica da qual versou Ruben Oliven, figura esta que quando estava quase extinta “estava em condições de ressurgir como instrumento de sustentação e imposição ideológica dos que a tinham destruído” (OLIVEN, p. 99).

Não, eu procurava o homem (ou mulher) gaúcho que luta para sobreviver no que restou do Pampa, e que mantém viva essa cultura. Minha busca era norteadada pela fala de Antônio Augusto Fagundes

os intelectuais de hoje vivem enterrando o gaúcho, com seu cavalo, sua carreta e suas tropas; se se derem ao luxo de viajar pelo interior do estado, facilmente encontrarão o gaúcho a cavalo. E até tropeando, mil, dois mil bois estrada a fora, com pousos e rondas como sempre [...] Ginetes, domadores, laçadores, pialadores, guasqueiros, carreteiros, peões de estância, gaiteiros, trovadores, contadores de causos, Ternos de Reis, benzedeadas, parteiras, isso é para qualquer lado que se olhe, nas regiões de pecuária, claro. (FAGUNDES, 1992, p. 97)

A visão acadêmica do mito do gaúcho fez os pesquisadores se distanciarem dos que ainda vivem no interior do Rio Grande do Sul, assim como da difusão estereotipada dessa figura. E, se no final do século XIX essa figura estava quase extinta, o pressuposto é que hoje ela ainda sobrevive no interior do Estado, principalmente nas áreas de criação de gado.

Em 1969, Érico Veríssimo respondia a uma escritora nordestina que descrevia um gaúcho estereotipado, convidando-a a visitar o interior do Estado

lá vem o gaúcho montado no seu cavalo. Prepare-se para uma decepção. A montaria é pequena, os arreios modestos e o cavaleiro um homem de aspecto prosaico. Sua indumentária lhe parecerá triste em seus tons de cinza e pardo. Nada de esporas de prata, botas luzidias, bombachas largas e flamantes. Mas eu lhe garanto que esse gaúcho é autêntico. Enxuto de carnes e de fala, reservado, avesso ao teatralismo, lá se vai ela ao trote do “ca’alo”, pitando seu grosso cigarro de palha. Não gosta de brigar, mas “peleia” bem quando provocado. Seu humor é escasso e seco. Bom sujeito, fique certa disso. (VERÍSSIMO, 1994, p. 244)

É esse o gaúcho descrito por Veríssimo que procurei durante o trabalho de campo no interior do Estado. Gaúchos como da figura 5. Essa imagem foi feita na cidade de Bagé, região da Campanha. Em primeiro plano cavaleiro e cavalo, figuras inseparáveis, como pude confirmar através do relato oral de uma das entrevistadas, Maria Luisa Dutra Farias “a maior identidade do gaúcho é o cavalo crioulo” (FARIAS, 2009), em seguida a vegetação rasteira que margeia a estrada e ao fundo as “coxilhas a perder de vista”. Noto a vestimenta do cavaleiro, botas, bombacha, guaiaca ou cinto, camisa, lenço e boina, que apesar de parecerem compor o estereótipo, noto a bota, provavelmente gasta pela lida no campo.



Figura 515. Gaúcho a cavalo – Bagé 640x480 pixels - Em: 09/11/2006.
Acervo: LEPAARQ

É este gaúcho que penso que corre o risco de desaparecer rapidamente devido a uma profunda alteração no seu habitat e a chegada dos eucaliptos acelerou esse processo que, vinha desde o final do século XIX.

Com a venda das estâncias de gado para a produção de celulose, o gaúcho se viu destituído de seu trabalho, e passou a buscar alternativas para a sua sobrevivência. No relato do Sr. Vanderci dos Santos Vieira, tem-se a constatação da diminuição do trabalho no campo: “conheço muita gente, que *vierampra* cidade e *tão* procurando do que *vivê*, outros foram *pro* assentamento, tem muita gente em assentamento” (VIEIRA, 2009).

Minha primeira entrevista foi com o Sr. José Antônio Silveira Goulart⁵³³, que saiu do campo já na década de 1980, portanto, anterior à intensificação do plantio de eucaliptos na região. Seu trabalho na Associação Rural de Pelotas fez com que mantivesse laços com o campo.



Figura 6. José Goulart 1536x2048 pixels - Em: 29/11/2008.
Arquivo: da autora

Na figura 6, imagem do interior da residência do entrevistado no município de Pelotas. Em primeiro plano à esquerda, o entrevistado com a bombacha, que usa diariamente. A casa possui vários elementos que remetem à cultura do gaúcho, logo no segundo plano pode-se notar uma almofada com o cavalo, companheiro inseparável do gaúcho; ao lado em duas almofadas, a representação do gato na lateral esquerda e do cachorro na lateral direita (escondido pelo vaso de flor), o cachorro também sempre presente, como pude constatar na maioria das residências dos entrevistados que moram no campo (FARIAS, 2009; GOULART, 2008; MATTOS, 2010; AMARAL, 2010; MENDES, 2009; CARDOSO, 2010), o que se justifica pela sua função durante o pastoreio do gado.

Ao fundo, na parede, o chapéu, logo abaixo o rebenque e mais à esquerda a figura do boi onde se lê “Para ter gado forte, gordo e sadio, sal genuíno”. Ao centro uma gravura de caçada e presa a ela uma flâmula com as cores da bandeira rio-grandense. À direita uma fotografia com dois gaúchos montados em cavalo e uma pele de um animal que parece ser um tamanduá.

Esses elementos estão e estiveram presentes na cultura do gaúcho (conforme VERISSIMO, 1966, 1974, 2004; MARTINS, 1977, 2008; PORTO A LEGRE, s/ data; LOPES NETO, 2004; RAMIL, 2004), são símbolos dessa cultura e estão presentes no dia a dia do entrevistado.

⁵³³ Recentemente (início de 2014) o Sr. José Goulart se suicidou, devido a uma forte depressão.

Minha interpretação é a de que esses elementos estão expostos na casa do entrevistado como que a reforçar e manter viva a sua ligação com o campo, são objetos que carregam em si toda uma simbologia e permanecem como ícones de sua cultura. Halbwachs nos lembra que objetos como esses “nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade [...] cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens” (HALBWACHS, p. 132).

Além dos objetos dispostos em sua sala, o informante também mantém junto à sua casa seus dois cavalos e, mesmo não estando no campo, ainda os utiliza para os rodeios. Penso que, ao se cercar desses objetos, ele busca uma maneira de se situar em um mundo já tão diferente do de sua infância. Os objetos o ligam às suas lembranças que são “[...] permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença” (FILHO & SILVEIRA, 2005, p.39).

Em uma música Vitor Ramil⁵³⁴ usou a expressão “A alma nas coisas”, a tomo emprestada, pois talvez um pouco do gaúcho do campo esteja nesses objetos, que parecem formar um conjunto muito bem elaborado onde o entrevistado guarda sua alma de gaúcho.

De acordo com Ecléa Bosi, a permanência da sucessão de imagens nos dá a sensação de estabilidade e equilíbrio (BOSI, 2003, p. 447). A desestabilização desse meio pode levar a incerteza e é por isso que nos agarramos aos objetos móveis, os quais podem ser carregados conosco.

Já na sede da Fazenda Perau da Águia⁵³⁵, que fica no município de Pinheiro Machado, de propriedade de uma das entrevistadas, senhora Maria Luisa Dutra Farias, percebo também vários objetos, cada um remetendo a uma história que a moradora faz questão de contar.

Na Figura 7, nota-se a profusão de objetos em um pequeno espaço. Em primeiro plano o banco coberto pela lã de ovelha, produzida na propriedade; à direita um aparador com objetos de porcelanas e facas que a entrevistada recolhe quando vão ser jogadas fora ou ganha dos moradores mais antigos da região (FARIAS, 2009). Ao centro o cabide com os buçais, rédeas e rebenques (material feito de couro para a montaria), muitos executados pela própria entrevistada.



Figura 7. Sede da Fazenda Perau da Águia 1536x2048 pixels - Em: 19/12/2009.
Arquivo: da autora

⁵³⁴ Música “A Paixão de V Segundo Ele Próprio” de Vitor Ramil.

⁵³⁵ A Fazenda Perau da Águia faz limite com uma das fazendas da VCP (Fazenda Alegrias). Os proprietários procuram manter o vínculo com o campo através da criação e da participação em eventos tradicionalistas. Maria Luisa é quem cuida da propriedade. Têm duas filhas que os acompanham na lida campeira, especialmente no que se refere aos cavalos crioulos criados na fazenda.

Esses objetos “nos lembram também os costumes e distinções sociais antigas” [...] “se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente” (HALBWACHS, 2004, p. 138). Há como que um código entre o objeto e o indivíduo, esse código traz a marca do grupo a que pertence, é resultado da cultura e da vivência em grupo. Essa relação se faz a nível individual, mas impregnada do coletivo.

E é nessa categoria que, também incluo a paisagem. A ligação do gaúcho com a paisagem de campos possui um sentido muito específico, que busquei apreender neste trabalho. É um sentimento coletivo, pois em relatos de pessoas de várias faixas etárias, de municípios diferentes, encontrei recorrências na referência à paisagem e de acordo com Meihy “a dimensão social é feita na medida em que são indicados os pontos de intersecção das diversas entrevistas” (MEIHY, 2007, p. 131).

Segundo Ecléa Bosi é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidades” e esse vínculo se dá através da memória que é ajudada pelo entorno material, pois “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (BÓSI, 2003, p.16).

Essa paisagem me diz dos vínculos com o passado, o que me leva a acreditar que ao perder esse vínculo, as consequências podem ser danosas para a constituição da identidade do gaúcho, pois o Pampa faz parte do imaginário como sendo o lugar do gaúcho.

O gaúcho faz parte da paisagem, ele está nesse meio. Percebi isso em alguns relatos, entre eles o do Sr. Cleber dos Santos Vianna. Quando perguntado sobre a paisagem do campo ele respondeu: “modificou completamente a paisagem, **tu não vê mais aquele peão de estância com 80 anos** como antigamente tu *via*, que morava, (era) criado na estância e que morria na estância. Hoje tu *vê* lá é meia dúzia, quando muito e todo mundo *tá emigrando* pra cidade” (VIANNA, 2008).

Esses elementos me permitiram pensar na efetiva existência do gaúcho e na sua profunda relação com o pampa, que pode ser representado por uma imagem na parede, um rebenque ou até mesmo pelo hábito do chimarrão, companhia frequentemente associada à imensidão da paisagem e à solidão campeira.

Elementos que contribuíram para a investigação da influencia das transformações da paisagem na constituição das memórias e das identidades do gaúcho. Transformações bruscas que parecem ter acelerado um processo de desenraizamento, que até então seguia de forma lenta, assim como a dinâmica da cultura do gaúcho.

Referências

- ALENCAR, José de. **O gaúcho**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Edição 2. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CIANNELLA, Leonardo Cury Maroun. **A Importância da Fotografia para a Preservação da Memória**. Monografia de Conclusão do curso de Bacharelado em Museologia na UNI-RIO, 2006.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. E o gaúcho, morreu? In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luis Augusto. **Nós os Gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, pág. 95-98.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LOPES NETO, Simões. Trezentas Onças. In: **Contos Gauchescos**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2004.

MACHADO, Juremir, O Reino da Distinção. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, LuisAugusto & BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós os Gaúchos**, vol. 2. Porto Alegre: UFRGS 1994, p. 114-118.

MARTINS, Cyro. **Sem Rumor**. 2a. Ed. revista. Porto Alegre: Movimento, 1977.

MEIHY, José Carlos Sebe B. & HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: Como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo**: A diversidade cultural no Brasil nação. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Tradução Luis Alberto Monjardim et al. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998 p.106-130.

PORTO ALEGRE, Apolinário. **Paisagens**. Estudo crítico: Regina Zilberman, estudo bibliográfico: Maria Eunice Moreira. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró Memória, 1987.

RAMIL, Vitor. **A estética do frio**: Conferência de Genebra. Porto Alegre: Satolep, 2004.

VERÍSSIMO, Érico. **Um romancista apresenta sua terra**. In: Gonzaga, Sérgio; Fischer, Luis Augusto & Bissón, Carlos Augusto. **Nós os Gaúchos**, vol. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1994, 242-251.

Fontes Orais/Entrevistas

FARIAS, Maria Luisa Dutra (Lula). Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, na residência da entrevistada, no município de Pinheiro Machado – Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 22 minutos. Em 19/12/2009.

GOULART, José Antônio Silveira (Deusinho). Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, na residência do entrevistado na Associação Rural de Pelotas, localizada no Bairro Areal – Pelotas – Rio grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 32 minutos. Em 29/11/ 2008.

MATTOS, Eron Vaz. Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, na residência de Lisandro Amaral na localidade Joca Tavares (Olhos D'água), Bagé - Rio grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 57 minutos e 23 segundos. Em 04/01/2010.

MENDES, Pedro Peres. Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, na propriedade do entrevistado no município de Arroio Grande – Rio Grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 1 hora e 11 minutos. Em 10/01/ 2009.

RAMIL, Vitor. Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, na residência do entrevistado, no Bairro Centro – Pelotas – Rio grande do Sul. Gravador digital. Tempo de duração: 35 minutos e 58 segundos. Em 10/12/ 2008.

VIANNA, Cleber dos Santos (Gaudério). Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, no estabelecimento comercial no Bairro Centro – Pelotas. Gravador digital. Tempo de duração: 12 minutos e 57 segundos. Em 2/12/ 2008.

VIEIRA, Vanderci dos Santos. Entrevista concedida a Angélica Kohlschwanz, na sede da Associação Rural de Pelotas, à Av. Fernando Osório, 1754, Bairro Areal, Pelotas, RS. Gravador digital. Tempo de duração: 22 minutos e 50 segundos. Em 29/ 12/2009.

O Morro do Quinongongo como lugar de Memória

Cristiane Bartz de Ávila⁵³⁶

Maria de Fátima Bento Ribeiro⁵³⁷

Resumo

O presente trabalho pretende abordar questões ligadas aos lugares de memória da zona rural do município de Pelotas – RS, a partir das referências apontadas pelos moradores no que tange a etnia negra e a constituição da resistência quilombola no século XIX. Apontamos o Morro do Quinongongo como uma referência de lugar de memória da Comunidade para contar suas memórias sobre os quilombolas do passado. No decorrer do texto procuramos demonstrar a versão de que os locais de altitude elevada eram utilizados estrategicamente como esconderijo e mirante que lhes possibilitava uma visão privilegiada da Cidade de Pelotas e Canguçu. Tal estratégia, segundo os depoentes trazia maior segurança para o grupo que visualizava antecipadamente iniciativas de repressão das autoridades vindas da Cidade.

Palavras-chave: Memória; Lugares de Memória; Paisagem Cultural;

Introdução

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história (Walter Benjamin).

Em nossas palavras iniciais, utilizamos Walter Benjamin para designar questões ligadas ao passado escravista e quilombola da Cidade ao sul do Rio Grande do Sul denominada Pelotas-RS. O autor faz uma importante discussão acerca dos espaços da memória e do esquecimento na perspectiva de uma narrativa na ótica dos vencidos. Especificamente, o presente artigo se propõe abordar a relação da memória coletiva e dos lugares de memória da região.

Os moradores da zona rural da Cidade possuem uma relação de memória fortemente ligada ao Patrimônio Natural, em especial sobre o passado da etnia negra, pois desde o século XIX tivemos uma forte referência a resistência quilombola relatada a partir da menção dos lugares em que estes circulavam. Referimo-nos à constituição de Quilombos os quais se destacou a figura de Manuel Padeiro, como líder entre o período de 1935 e 1945⁵³⁸.

Os moradores locais, em especial moradores das Comunidades Negras Rurais referem-se aos elementos da Paisagem Natural para contar fatos relacionados com a escravidão e com a resistência quilombola durante o século XIX. Dessa forma, destacamos o Morro do Quinongongo como “lugar de memória”. Os “lugares de memória”, segundo NORA (1993), surgem da necessidade que as pessoas têm de ancorarem sua memória em um ponto de apoio, seja ele, uma Paisagem, um monumento, um objeto. Assim, passado é evocado, não como era, há uma reconstrução da história a partir das memórias de um grupo, no sentido de dar voz e identidade aos atores sociais envolvidos. Deste modo, Jacques Le Goff (1991), aponta para a questão da manipulação da memória coletiva:

⁵³⁶ Professora de História da Rede Municipal de Pelotas, formada em Licenciatura Plena em História na UFPEL, Especialista em História da Educação FAE/UFPEL, Mestra no PPG de Memória Social e Patrimônio Cultural do ICH da UFPEL, membro do grupo de pesquisa em Culturas, cidades, políticas e fronteiras da Universidade Federal de Pelotas. Crisbartz40@yahoo.com.br

⁵³⁷ Prof. Dr. Maria de Fátima Bento Ribeiro, vinculada aos cursos de Relações Internacionais e do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Coordenadora do grupo de pesquisa em Culturas, cidades, políticas e fronteiras da Universidade Federal de Pelotas. mfabento@hotmail.com

⁵³⁸ Conforme Processo Crime de Mariano, quilombola do grupo chefiado por Manuel Padeiro que encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, sediado na capital Porto Alegre.

La memoria colectiva, sin embargo, no es sólo una conquista: es un instrumento y una mira de poder. Las sociedades en las cuales la memoria social es principalmente oral o las que están constituyéndose una memoria colectiva escrita permiten entender mejor esta lucha por el dominio del recuerdo y de la tradición, esta manipulación de la memoria (LE GOFF, 1991, p. 48).

Segundo o autor, há uma luta pelo domínio das recordações e das tradições no sentido de se ter prestígio e poder, assim aponta para o que poderia ser considerado “lugares de memória”:

que se harían partiendo del estudio de los «lugares» de la memoria colectiva: «Lugares topográficos, como los archivos, las bibliotecas y los museos; lugares monumentales, como los cementerios y las arquitecturas; lugares simbólicos, como las conmemoraciones, los peregrinajes, los aniversarios o los emblemas; lugares funcionales, como los manuales, las autobiografías o las asociaciones: estos monumentos tienen su historia». Pero no deberían olvidarse los verdaderos lugares de la historia, aquellos en donde buscar no la elaboración, la producción, sino a los creadores y a los dominadores de la memoria colectiva: «Estados, ambientes sociales y políticos, comunidades de experiencia histórica o de generaciones lanzadas a construir sus archivos en función de los diversos usos que ellas hacen de la memoria» (*id.*, 45-46)

O monumento funciona como um lugar de memória, e —lugares de memória funcionam principalmente à maneira dos *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita de memória morta (RICOEUR, 2007, p. 58). A importância dos lugares esclarece Ricoeur, é que “os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam como voam as palavras” (*id.*, *ibid.*).

Em nossa opinião, o elemento materializado na figura do lugar de memória, seja ele um espaço de paisagem, um monumento, uma edificação, contribuem para evocar uma lembrança que depende do ser humano e por isso tanto um quanto o outro se tornam imprescindíveis para que o historiador recolha as pistas para a sua narrativa.

Simon Schama (1996) nos diz que a paisagem suscita a memória, é nela que se desenrolam os acontecimentos, é nela que os homens designam atribuições ao lugar como sagrado ou profano, alegre ou triste. O autor coloca como objetivo do livro —Paisagem e Memória

revelar a riqueza, a antiguidade e a complexidade de nossa tradição paisagística para mostrar o quanto podemos perder. Ao invés de postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza ocidentais, quero mostrar a força dos elos que as unem.

Essa força geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugar-comum. Assim, concebi Paisagem e Memória como uma escavação feita abaixo de nosso nível de visão convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sob a superfície. (SCHAMA, 1996, p. 25)

Desenvolvimento – Conhecendo a região

O Município de Pelotas está localizado na parte sul do Estado do Rio Grande do Sul, dividido em zona rural e urbana. Na zona urbana, temos o distrito sede (1º distrito) e a colônia de pescadores (2º Distrito), foi nesta parte litorânea que as charqueadas e o Centro histórico se desenvolveram durante o século XIX. (ver na figura 01, a região amarela do mapa). Já a zona rural (demais distritos do Município), inicialmente teve sua ocupação com as sesmarias onde foram estabelecidas as chácaras, que segundo Ester Gutierrez (1993), eram doadas pelo governo principalmente aos próprios charqueadores (ver a região cinza do mapa).

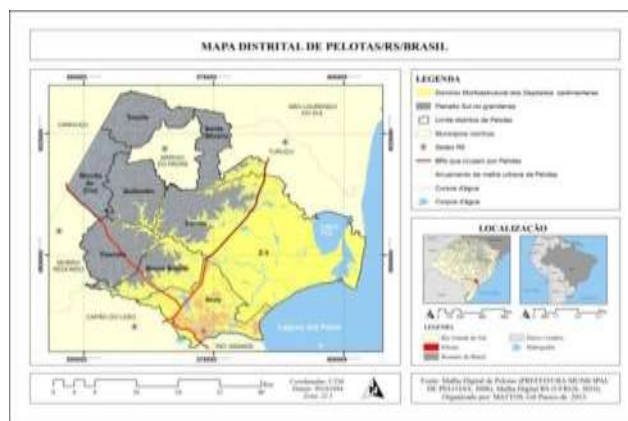


Figura 1. Mapa dos distritos de Pelotas.

Fonte: Malha Digital de Pelotas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2006), Malha Digital RS (UFRGS, 2010). Organizado por MATTOS, Gil Passos de (2013)

A mão-de-obra utilizada neste período era predominantemente a escrava africana. Desta maneira, no litoral os escravos trabalhavam nas charqueadas e como escravos-de-ganho no núcleo urbano e no interior plantavam os gêneros alimentícios, retiravam barro para a fabricação de telhas e tijolos que eram utilizados principalmente para abastecer a zona urbana e construir os Casarões do entorno da principal Praça da Cidade. Foi neste cenário em que se desenvolveu a resistência à experiência da escravidão em Pelotas. Em parte da Serra dos Tapes houve a formação do Quilombo liderado por Manuel Padeiro. Dentre os Distritos chamamos atenção para os Distritos denominados Quilombo e Triunfo como locais de maior concentração das atividades dos quilombolas do século XIX. Nesses Distritos encontramos as “marcas do passado” enraizadas no presente através dos elementos da Paisagem Cultural. Elaboramos o mapa abaixo (ver figura 2), o qual através de pesquisas documentais e orais apontamos elementos patrimoniais que nos remetem às memórias da experiência da escravidão e às memórias da experiência quilombola.

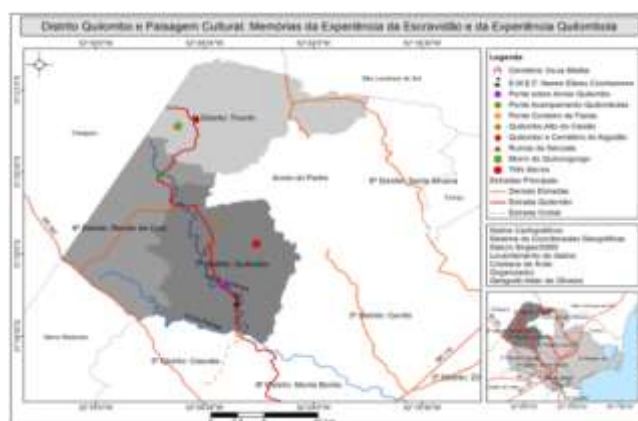


Figura 2 – Distrito de Quilombo e Paisagem Cultural
ÁVILA, Cristiane Bartz, 2014, pg. 135.

Sentimos a diferença da região da Serra dos Tapes, em relação ao litoral logo no início do percurso, na BR 392 que é utilizada como acesso. Percebem-se as mudanças na topografia, o terreno começa a elevar-se.

Ao nos dirigirmos a estes distritos, saímos da BR e adentramos numa estrada de terra sinuosa, chamada Estrada do Cristal, que ora sobe, ora desce, com ondulações e pedregulhos que dificultam o trajeto. É importante salientar que este é o caminho mais curto entre o centro urbano de Pelotas e a região, mas ele só pode ser feito com condução própria, uma vez que o transporte coletivo, que é de uma única empresa, faz outro percurso, muito mais longo.

Levamos cerca duas horas e meia para chegar à Comunidade Negra Rural do Algodão que faz divisa com os municípios de Arroio do Padre,⁵³⁹ antigo distrito de Pelotas e Canguçu .

A realidade ecológica é algo admirável, embora já muito modificada pela ação humana: deparamo-nos com morros que apresentam um contraste belíssimo, cobertos de bem-me-queres, de plantações de pêssego (v. Figura 3) que ao florescer apresentam a coloração rosa-arroxeadada, plantações de milho, cerros íngremes com mata fechada e bem no alto, geralmente, uma casinha que mal se avista. Encontramos propriedades com belas cachoeiras (sendo que a propriedade que apresenta cachoeira geralmente é utilizada como ponto turístico) e córregos e muitas famílias pobres, em que o número de pessoas e o tamanho da propriedade não têm capacidade para o sustento, sendo que muitos têm que ter outra ocupação, que não seja viver da produção de suas terras. Muitas vezes trabalham na “safra” em terras de outra pessoa ou também na fabricação de doces. Apesar de o distrito chamar-se Quilombo, atualmente é constituído de várias colônias.⁵⁴⁰ Com a promoção da colonização, tanto pela iniciativa privada quanto pela iniciativa pública, hoje existe uma mescla de famílias das mais diversas etnias. São alemães, franceses, italianos e negros que compõem este cenário.



Figura 03 : Plantação de pêssego.
Fonte: acervo da pesquisadora

Apontamos que essa paisagem já foi bastante modificada pela influência humana ao longo do processo de colonização dessa região, constituindo-se assim como Paisagem Cultural. Outro elemento natural de vital importância são as nascentes e arroios da região. Citamos o Arroio Quilombo, pois segundo Maestri (1984), o registro da denominação deste Arroio é bem mais antigo do que o próprio nome do Distrito.

Quanto ao elemento água, constitui elemento da paisagem de fundamental importância neste contexto, uma vez que a Cidade de Pelotas e região colonial são permeadas por arroios que se interligam chegando ao Canal São Gonçalo, à Laguna dos Patos e consequentemente ao mar.⁵⁴¹

⁵³⁹ O município de Arroio do Padre foi criado em 16 de abril de 1996, se emancipando de Pelotas pela Lei Estadual nº 10.738.

⁵⁴⁰ Podemos citar como exemplos a Colônia Santa Maria (comunidade negra rural que não se reconhecem como tal), a Vila Nova, a Colônia Francesa e as Comunidades Alto do Caixão e Algodão (já reconhecidas pela Fundação Palmares e em processo de reconhecimento no INCRA como comunidade negra rural).

⁵⁴¹ Ao mesmo tempo em que isso facilitava o acesso à entrada e saída de mercadorias na região, também facilitava aos escravos que conseguiam atravessar essas barreiras naturais sua proteção, pois exigia muito preparo para quem se aventurava a transpor esses arroios. Assim, os fugitivos ao estarem seguros numa região mais alta (como a Serra dos Tapes), e ao montarem rondas, conseguiam visualizar de longe as partidas – grupos arregimentados para caçar os quilombolas que geralmente vinham da zona urbana em direção à Serra dos Tapes -

Em nossas visitas ao Distrito do Quilombo e ao Distrito Triunfo, nossos “guias” nos trouxeram muitas informações sobre seu cotidiano e sua relação com o Patrimônio Natural da região:

Ao subirmos no Morro do Quinongongo para atestar que este era um lugar estratégico usado como mirante e esconderijo eles rememoraram que “... as frutinhas (v. Figura 04) eles comiam quando crianças e que estavam mais acostumados a andar no mato e que agora estavam tendo dificuldades.” “[...] aprendemos com os pais que tudo que passarinho come também se pode comer” (Nilo Dias).



**Figura 04: Frutas mencionada pelos “guias”.
Fonte: acervo da pesquisadora.**

Visualizamos nas fotos abaixo a visita ao morro:



Figura 5: Entrada da caverna no Morro

Figura 6: Vegetação no Morro do Quinongongo

Fonte: acervo E.M.E.F. Nestor E. Crochemore Fonte: acervo da pesquisadora

e tinham o tempo necessário para avisar demais quilombolas de forma que pudessem fugir. Também podemos perceber que a diversidade da fauna da região possibilitou que os quilombolas sobrevivessem.



Figura 7: Vista da cidade de Ganguçu

Figura 8: Pedras que formam um abrigo no morro

Fonte: acervo pesquisadora

Na sequência de fotos, temos a entrada de uma caverna (v. Figura 5) que fica no Distrito Triunfo, no morro do Quinongongo (v. Figura 6, 7 e 8), existindo próximo deste, hoje, a Comunidade Negra Rural do Algodão, que, no século XIX, fazia parte dos vários locais utilizados pelos Quilombolas fugidos das charqueadas. Segundo os moradores locais, e o Padre Capone esta caverna (v. Figura 5) era utilizada pelos Quilombolas para montarem guarda, e por ser um local mais elevado, possibilitava ver de longe quando as partidas estavam se aproximando e estes tinham um tempo que lhes possibilitava a fuga.

Este morro, também denominado “cerro”, apresenta uma peculiaridade importante: de um lado podemos avistar a região de Ganguçu e, de outro, a região de Pelotas; na caverna, existem caminhos que se comunicam, e a entrada, ao que tudo indica, foi fechada com pedra, de forma que a abertura ficou do tamanho de uma pessoa, e encoberta pela vegetação se constituía um esconderijo perfeito. Também temos outras pedras que, da forma como estão dispostas, parece que foram aproximadas para que servissem de abrigo (v. Figura 07). Além disso, a região é rica em uma flora e fauna, que para quem conhece poderia facilitar a caça e a coleta, e ao pé do cerro temos o Arroio Quilombo, que fornecer a água necessária. É preciso mencionar que a questão da sobrevivência dos antigos Quilombolas na região fora mencionada pelos nossos “guias”.

Quanto aos elementos naturais da paisagem, os morros e cerros: se por um lado, no passado, foi um elemento que auxiliou os primeiros Quilombolas a se esconderem e identificar as autoridades e capitães do mato que vinham do Centro Urbano, também, por outro lado, poderiam ter gerado e geram até os dias de hoje muitas dificuldades.

Tivemos a oportunidade de fotografar esta área, e podemos atestar que a região em questão é muito acidentada. Ao percorrermos o morro do Quinongongo, foi uma experiência muito enriquecedora, pudemos sentir as dificuldades do meio. O acesso é a pé adentrando mata fechada, com perigo de se escorregar e descer ladeira abaixo, sem contar a ameaça de animais.

Hoje aquele espaço é propriedade particular e tivemos de pedir licença para subir ao morro. Enquanto o dono do local esteve conosco a nos auxiliar no percurso.

A versão de que os Quilombolas utilizavam-se da altitude privilegiada da Serra dos Tapes, em relação ao Centro Urbano da Vila, já foi incorporada no imaginário dos moradores da região na atualidade, pois em reportagem do Diário Popular de 26.11.2000, o Padre Luiz

Armindo Cappone,⁵⁴² que há quase 30 anos é o responsável pela paróquia da Colônia Maciel, localizada a aproximadamente 35 quilômetros do local onde existiu o quilombo, diz:

“Eram três quilombos ao todo: O Quilongongo, o Jesus de Nazaré e o Santa Maria. No primeiro, dizem que chegaram a viver quase 100 famílias.”, conta. Localizado em um cerro de 90 hectares, em meio ao que hoje é a localidade de Rincão da Cruz, 8º distrito de Pelotas, o quilombo era, segundo o Padre, um lugar bem protegido e equipado com túneis e mirantes de pedra construídos pelos próprios escravos. A posição geográfica privilegiada permitia que os escravos pudessem avistar a aproximação das tropas da intendência a pelo menos 20 quilômetros de distância. O que numa época onde os soldados andavam principalmente a pé, garantia-lhes tempo mais do que suficiente para esconderem-se ou prepararem a defesa do quilombo. Enquanto que as gigantescas pedras e o terreno acidentado surgiam como barreiras naturais capazes de garantir ainda mais a segurança do lugar e dos fugitivos, que em meio à mata regozijavam a liberdade. A organização do quilombo era, segundo o padre Cappone, muito parecida com a de outros locais semelhantes, baseada principalmente na vida comunitária, onde tudo pertencia a todos. Os outros dois quilombos estavam localizados num perímetro de 15 quilômetros do Quilongongo. Porém, segundo o padre Cappone, nestes dois locais as populações eram muito reduzidas, se comparadas com o primeiro, ficando em no máximo 30 famílias em cada local. “No Santa Maria os negros podiam vislumbrar a área hoje ocupada por Pelotas, Canguçu e Morro Redondo, enquanto que no outro as formações rochosas garantiram abrigo e segurança para os fugitivos,” comenta (DP, 26-11-2000, p. 8).

Os Quilombolas daquela época, certamente ao estarem acostumados a adentrarem nos matos, chegavam a um ponto mais alto que lhes possibilitava a visão.

Palavras Finais

Diante do que foi exposto acima, procuramos apontar a memória da escravidão a partir dos conhecimentos de moradores locais, tanto das Comunidades Negras Rurais pesquisadas, quanto de moradores de outras etnias. Foram utilizados em sua maioria elementos do Patrimônio Natural para contar essas histórias através da tradição oral. Destacamos que as memórias da experiência da escravidão e da resistência apresentam-se nos nomes locais, que nos foram apontados em sua maioria pelos “não-quilombolas”. Fatos relacionados à resistência nos foram mencionados pelo líder da Associação da Comunidade do Algodão e pelo vice-líder da Associação da Comunidade do Alto do Caixão.

Quanto aos moradores destas Comunidades Negras Rurais, embora seja necessário um aprofundamento maior, acreditamos não terem vontade de falar sobre a experiência da escravidão. Suas falas são permeadas pelas experiências familiares, de trabalhos, enfim do cotidiano de suas vidas e seu papel familiar e comunitário. Em seus depoimentos, percebemos que muitas práticas de seu cotidiano mostram algumas permanências no sentido da simplicidade no modo de viver, dos conhecimentos práticos sobre as lides do mundo rural, do uso de materiais encontrados na natureza, que no passado serviam e ainda servem como utilitários e hoje ainda agregam uma fonte de renda através da venda dos produtos, como o exemplo dos cestos de palha, a feira com os produtos produzidos pelos moradores, as ervas cheirosas e chás que são usados como medicação e são vendidos no centro da cidade...

Enfatizamos que a memória da escravidão e da resistência quilombola está presente no cenário composto pelo território da Serra dos Tapes, principalmente através do Patrimônio Natural, em seus cerros, vegetação, arroios, pedras que compõem uma paisagem repleta de uma fauna bela e exuberante e não menos perigosa. No passado e ainda no presente, é

⁵⁴² Gostaríamos de salientar que, ao encontrarmos a referida reportagem, fomos ter com o Padre Cappone, que nos recebeu de bom grado. Porém, como a Senhora Elaine, eles não se sentiram à vontade com o gravador, e, em respeito aos mesmos, mantivemos uma conversa informal. Os dois se prontificaram em esclarecer dúvidas surgidas durante esta pesquisa quanto à localização de certos locais, e o Padre, com o adiantado da idade, afinal desde a reportagem até agora se passaram 12 anos, forneceu outras informações. Ele disse que essas eram histórias que ele ouvira falar pela comunidade e de pronto indicou que a pesquisadora procurasse uma pessoa mais antiga na Comunidade do Alto do Caixão.

necessário muitos saberes para poder aproveitar o que a natureza da região oferece. No caso das Comunidades Negras Rurais pesquisadas, as marcas do passado não se concretizam em monumentos; sua ancestralidade tem uma forte ligação com a natureza, pois monumentos são erigidos quando se quer lembrar algo, e no caso essa lembrança gera conflitos.

Finalizamos com a seguinte problematização: Poderia ser considerado o Morro Quinongongo um “lugar de memória” na concepção defendida por Pierre Nora?

Ao que tudo indica, para os moradores da zona rural de Pelotas, em especial das Comunidades Negras Rurais do Alto do Caixão e do Algodão sim, entretanto, a maioria dos moradores da zona urbana, principalmente as comunidades escolares ainda não se apropriaram desse episódio da história da etnia negra de Pelotas, um Município ao sul do Rio Grande de Sul, considerado Município de zona de Fronteira. Na atualidade perdura uma invisibilidade dessa história, e, portanto, ainda sem o reconhecimento destes lugares que poderiam ser considerados marcos referenciais como “lugares da memória” negra pelotense à exemplo do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo.⁵⁴³

Referências

APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri Nº 81**, Maço 3A, 141 E7, E/141c CX:006.0300.

ÁVILA, Cristiane Bartz. **Entre esquecimentos e silêncios**: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. 1. 7.ed. p. 222-232. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo disponível em: <http://www.ecult.com.br/noticias/clube-fica-ahi-completa-91-anos-de-luta-e-historia> acesso em 28/08/2014.

DIÁRIO POPULAR. **Pelotas teve megaquilombo**: Escravos que atuavam nas charqueadas criaram um dos seus maiores refúgios no Estado. 26.11.2000, p. 8

DIAS, Nilo. **Entrevista**. 08.12.2013.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas, RS: Editora Universitária/UFPEL: Livraria Mundial, 1993.

LE GOFF, Jacques. **Memoria. El orden de la memoria. El tiempo como imaginario**. Barcelona, España: Editorial Paidós, 1991. p. 131-183. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/biblioteca/memoria>> , acesso em 28.02.2013

LEI ESTADUAL Nº 10738, **Sobre a emancipação de Arroio do Padre**, de 16 de abril de 1996. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/data_criacao.asp .

MAESTRI FILHO, Mario José. **O Escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1984.

⁵⁴³ O Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo é reconhecido no Município como um clube social negro que até os dias atuais proporciona diversos projetos que estimulam e exaltam a identidade negra. Fundado inicialmente para ser apenas um cordão carnavalesco formado por um grupo de amigos, com o decorrer dos anos se tornou um clube de Carnaval. O Clube tinha como público alvo os negros que na época de sua fundação, 1921, eram proibidos de entrar em lugares de brancos, conforme: <http://www.ecult.com.br/noticias/clube-fica-ahi-completa-91-anos-de-luta-e-historia> acesso em 28/08/2014.

NOGUEIRA, Edgar Vieira. **Entrevistas**. 25.11.2011; 16.08.2012; 30.10.2013.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire**. Vol. 1. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História 10**. PUCSP. São Paulo, dezembro 1993, p. 7-27.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Resumo

O presente trabalho teve como escopo rememorar parte da história do Susini Hotel, que foi um dos hotéis mais significativos na construção histórica do município de Jaguarão/RS. Atualmente, o Susini Hotel não existe mais fisicamente, mas continua vivo na memória individual e coletiva dos moradores, especialmente os mais idosos. Buscou-se ainda, conhecer a conjuntura econômica e cultural que levaram à demolição de um prédio histórico, que hoje poderia integrar o Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Para tanto, esta pesquisa utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e das técnicas de história oral. E como resultado, obteve-se diversas informações sobre o hotel, mas constatou-se a necessidade de pesquisas mais profundas a fim de registrar essa memória que em breve será perdida.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo rememorar alguns aspectos da história do Susini Hotel, que foi um dos prédios mais emblemáticos da cidade de Jaguarão, tendo existido por mais de cinco décadas, a partir de aproximadamente 1910, no centro histórico do município, ou seja, no entorno do Largo das Bandeiras ou da Praça Dr. Alcides Marques. Este trabalho busca conhecer alguns fatos relevantes inerentes ao antigo hotel, contribuindo, também, para retratar o cotidiano da cidade na época do seu funcionamento. Em princípio, buscou-se obter a informação sobre quem eram os proprietários e/ou as pessoas que gerenciavam o hotel, averiguar quem eram os seus usuários mais corriqueiros, descobrir quem foram alguns dos seus hóspedes mais ilustres.

O método de pesquisa utilizado foi através de fontes primárias e bibliografia, além de relatos orais, analisar a importância desse prédio, hoje somente registrado em fotografias de época, e na memória de antigos moradores dessa comunidade. Recorre-se, para tanto, aos registros escritos, tais como os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, jornais e atas da época do seu funcionamento; aos relatos escritos de alguns viajantes que incursionaram por Jaguarão no intervalo de existência do hotel e, através dos seus relatos orais, à memória das pessoas que o conheceram.

Sobre esse registro oral, como fonte fundamental de registro de fatos ou locais que estão ficando no passado, tem-se que “A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável, e é por isso que as “histórias orais” e as “memórias de velhos” vêm hoje se difundindo bastante no Brasil” (BOSI, 1987; COSTA, 1993, MEIHY, 1996).

Realizou-se, portanto, utilizando o registro oral, duas entrevistas, sendo uma delas com um morador que vivia em Jaguarão na época de existência do hotel e que escreve seguidamente sobre a comunidade, bem como com uma das últimas proprietárias do mesmo.

A cidade de Jaguarão e o seu patrimônio histórico

A cidade de Jaguarão localiza-se no extremo sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai, a cerca de 380 km da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e a aproximadamente 400 km da cidade de Montevidéu, capital da República Oriental do Uruguai. A povoação do local originou-se de um acampamento militar, às margens do Rio Jaguarão, no

⁵⁴⁴ Universidade Federal do Pampa, elisvasconcellos.unipampa@gmail.com

⁵⁴⁵ Universidade Federal do Rio Grande, aliceleoti@furg.br

ano de 1802, no período de constantes disputas territoriais entre Portugal e Espanha na região do Rio da Prata.

Parte da riqueza da cidade, oriunda da pecuária e do ciclo do charque, foi convertida em um importante casario, cujo conjunto arquitetônico, em estilo eclético, foi tombado como patrimônio cultural intitulado de Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/RS, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no ano de 2011. Segundo o IPHAN (2010) o patrimônio é uma construção social, cada sociedade define seus patrimônios, que devem ser conservados, transmitidos e usados em benefício da comunidade. Antigamente se pensava o patrimônio pelo seu valor histórico e artístico, hoje ele é concebido pelo seu valor de identidade, por seus significados para uma determinada comunidade.

O patrimônio deve ser estudado, compreendido, interrogado, ele se remete ao passado, mas também ao presente de uma sociedade. É nesse contexto que a história do Susini Hotel se insere, levantando questionamentos sobre a contraposição existente entre uma visão progressista, de olhar voltado somente para o futuro, e uma visão de restauração e conservação de prédios e lugares históricos como fontes de atração turística, de identidade e de pertencimento do indivíduo a uma determinada comunidade.

A memória coletiva e a memória individual como Patrimônio Cultural

Conforme escreve Leite (2004, p.35), citando Bachelard: “Os lugares, no entanto, guardam, de fato, estreita relação com certos aspectos mais perenes da vida social, do passado comum e do inconsciente das pessoas”. De acordo com Marilena Chaui (2005, p. 138) a “memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”. Assim pode-se dizer que o patrimônio cultural edificado é a marca do passado no presente, sendo assim guardião da memória. Todo monumento possui uma carga simbólica, onde estabelece a ligação entre a identidade e a memória.

A memória não pode ser enquadrada, emoldurada de acordo com os interesses próprios, uma vez que ela é influenciada pela percepção do “outro” acerca da realidade. Para Halbwachs, os quadros sociais da memória são categorias que de acordo com elas vemos e percebemos as memórias. A preservação da memória por meio de construções que as comemoram, narram e/ou representam, é uma prática que se apresenta em cada das mais variadas formas, de acordo com cada sociedade.

Devido ao fato de que aproximadamente cinco décadas separam a existência do referido hotel dos dias atuais, mais importante ainda se torna rememorar a sua história através das recordações e relatos das pessoas que viveram em sua época de existência, pois, como diz Halbwachs (1990, p.80-81) “o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito (...) uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”. Nessa perspectiva, de memória individual colaborando com a memória das cidades, e especificamente do prédio onde existiu o hotel analisado, tem-se que:

A memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram (BOSI, 1987; COSTA, 1993; MEIHY, 1996).

Durante as pesquisas realizadas, para rememorar a história do Susini Hotel, foi possível observar que embora o mesmo já não mais esteja presente no acervo histórico do centro histórico da cidade de Jaguarão, sua imagem continua presente na memória dos antigos moradores da cidade, fazendo parte do imaginário da comunidade ou, ao menos, da memória dos seus habitantes de antes da década de 70 do século passado. A comprovação de sua existência consta, também, em registros fotográficos e em escritos de época. Ou seja, o lugar, onde hoje está o hotel Sinuelo, ainda faz parte da memória de algumas pessoas que ali

enxergam o velho Susini Hotel, e que sempre a ele se referem, usando, por vezes, o nome de hotel Aliança para contar como era esse antigo prédio de Jaguarão.

Anos depois houve uma mudança de conceitos, a qual gerou a busca de uma identidade das cidades, de um registro único de cada lugar. Seria essa identidade própria, essa diferença de um lugar em relação aos demais que, em sua esteira, atrairia turistas e, com eles, alavancaria as economias municipais e regionais.

Para Le Goff (1990, p.14) “a valorização atual do passado tem muito a ver com o fim da era de otimismo ilimitado no futuro.” Face a tudo isso, surgiu a visão da valorização do passado como alternativa viável de progresso local e regional, utilizando-se a memória como patrimônio. A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio. No Brasil, esta tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes (ABREU, 1998).

Ainda sobre essa busca, pode-se citar o filme 'Narradores de Javé' (2003), cujos moradores da cidade homônima procuram, através do registro das suas memórias orais, não deixar que a mesma sucumba em um empreendimento que a sepultará debaixo das águas de uma represa. Como escreve Poulet (1992): “Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está”. A cidade representa as suas memórias, os seus bens tanto materiais como imateriais; já a represa, que trará o progresso, a energia, conquanto seja um avanço tecnológico, representa, para eles, a destruição dos seus bens mais sagrados, dos seus lugares de pertencimento. Contra esse oponente, a única arma que possuem é a memória.

Susini Hotel

Primeiramente, com relação à localização do Susini Hotel, pode-se constatar, por fotografias de época e pelo relato oral de antigos moradores da cidade, que o mesmo estava situado onde atualmente se ergue o edifício do Hotel Sinuelo (Figura 1). Entre os prédios da Associação Cruzeiro Jaguareense e do Clube Harmonia Jaguarão, em frente ao Largo das Bandeiras, no centro histórico da cidade.



Figura 1 – Fachada do Susini Hotel

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

No que se refere à data de fundação do Susini Hotel, segundo o anuário do Rio Grande do Sul registrado em 1916, foi fundado em 1900, e era de propriedade do Capitão Olympio Susini, que nele residia com a sua família. No entanto, sobre essa data de fundação, existem algumas discrepâncias. Na página do hotel Sinuelo, estabelecimento que sucedeu o hotel

pesquisado, consta que o antigo prédio foi fundado no ano de 1910. No Jornal Correio do Povo, da cidade de Porto Alegre, consta, em telegrama enviado àquele órgão de imprensa, no dia 06 de março de 1913, que:

Inaugurar-se-à aqui, brevemente, o Susini Hotel, em edifício próprio, dispondo de vastos salões e de quartos luxuosos e confortáveis. Por ocasião da inauguração, haverá música na rua, em frente ao hotel, exibição de fitas cinematográficas, doces e líquidos à disposição dos assistentes.

No trabalho realizado pelo professor Paulo Roberto Staudt Moreira, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, sobre a vida do Jaguareense Aurélio Viríssimo de Bittencourt, consta que o mesmo, em 1910,

retornou a Jaguarão como representante do Presidente do Estado Carlos Barbosa Gonçalves, escolhido como paraninfo da formatura da primeira turma de bacharéis em Ciências e Letras do Ginásio Espírito Santo. Depois de ser conduzido em carro da Pensão Susini ao teatro, o Coronel Aurélio fez uma brilhante alocação tratando dos benefícios da boa educação.

Em visita realizada ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, foi possível dirimir essa dúvida, pois como está escrito no Jornal local *A Situação*, de 18 de novembro de 1912, o “Sr. Capitão Olympio Suzini, proprietário da acreditada <<Pensão Jaguareense>> transferirá para o vasto prédio, situado à rua 27 de Janeiro entre os edifícios dos <<Clubes Jaguareense>> e <<Harmonia>>, esse estabelecimento que se chamará <<Suzini Hotel>>”. No mesmo jornal, na data de 13 de junho de 1907, consta que a Pensão Jaguareense está situada na Praça 13 de Maio (antigo nome da Praça da matriz), na esquina das ruas General Osório com Dr. Carlos Barbosa. De todos esses dados coletados se depreende que o Susini Hotel foi inaugurado no ano de 1913, posto que anteriormente a essa data o Capitão Olympio Susini era proprietário da Pensão Jaguareense, ou Pensão Susini, quase na frente ao prédio do hotel que seria fundado entre os clubes Jaguareense e Harmonia.

Sobre as suas acomodações, no mesmo anuário do Rio Grande do Sul, de 1916, está escrito que o hotel possuía quartos espaçosos e arejados, tem, além do salão de refeições, duas magníficas arias com esplêndidos caramanchões, onde se podem realizar as refeições no verão, sob completa sombra; o piso é todo de mosaico.

Outra questão que surgiu durante a pesquisa é a que envolve o nome de hotel Aliança. Esse dado foi citado por moradores da época em que o hotel ainda existia, tais como José Alberto de Souza, escritor, hoje vivendo na cidade de Porto Alegre. Sempre que o mesmo se referiu ao Susini Hotel colocou o adendo de que se chamava também Hotel Aliança. Sobre o hotel disse que conhecia algumas pessoas que administraram o hotel em seus últimos anos. De posse das suas informações, buscou-se, então, localizar os irmãos Luiz Carlos e Maria Hortência Dutra Monteiro. Esta última ainda vive em Jaguarão e foi administradora do Susini Hotel. Maria Hortência, hoje se encontra com a idade de aproximadamente oitenta anos. Ao ser questionada sobre a sua função no referido hotel, disse que cresceu dentro do estabelecimento e, portanto, presenciou o funcionamento cotidiano do mesmo. Através da sua memória buscou-se, então, rememorar um pouco daquela época.

Na entrevista realizada, além da Maria Hortência, estavam presentes as senhoras Margarete Viana Correia Pereira e Jussara Miranda Silveira, que colaboraram na busca de reavivar a memória da entrevistada. Sobre quem administrava o hotel, contou que recorda que a sua tia se chamava Lucinda Monteiro e que foi a segunda esposa do Sr. Olympio Susini. Disse também que quando este faleceu, ficou com ela a função de gerir o hotel. Relatou, ainda, que a maioria dos hóspedes chegava de trem ou de vapor (pelo rio). Para os que chegavam de trem, havia um serviço de carro de praça (táxi) para buscá-los desde a estação ferroviária, que ficava um pouco distante do centro da cidade. Sobre visitantes ilustres, disse não recordar de ninguém em especial.

Sobre o trem, convém esclarecer que o mesmo funcionou em Jaguarão desde o ano de 1932, quando foi inaugurada a linha até a Estação Basílio, que ligava Bagé e Pelotas, e que teve a sua última viagem com linha regular em meados dos anos 70. Sobre os Vapores, que eram

barcos de passageiros que faziam a linha Porto Alegre-Rio Grande-Pelotas-Jaguarão-Santa Vitória, pode-se esclarecer que existiram linhas regulares até a década de 50 do século passado.

A respeito de chamarem de hotel Aliança, disse que no tempo em que o pai e posteriormente a tia administravam o hotel, o hotel permanecia com o nome de Susini Hotel, ou seja, enquanto ainda não havia sido repartido. Após houve a repartição que transformou, conforme a entrevistada, o antigo Susini Hotel em dois hotéis: Grande Hotel e Hotel Aliança (Figura 2). O Grande hotel, do lado do Clube Jaguarense (à direita, pela mesma calçada), ficou com a família Monteiro, derivada dos Susini.

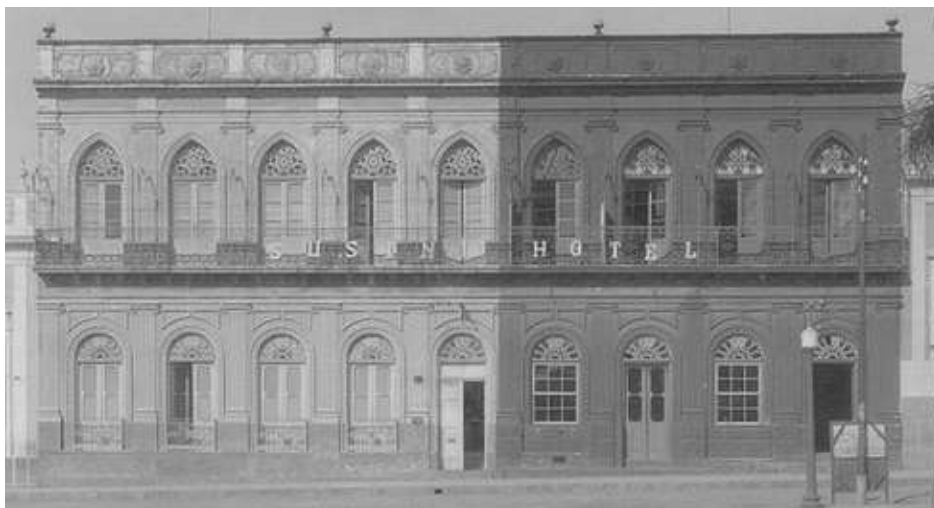


Figura 2 – Possível desmembramento do Susini Hotel em Hotel Aliança e Grande Hotel

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

Quanto ao hotel Aliança (Figura 3), não recorda quem eram os administradores, somente que ficava do lado do clube Harmonia (à esquerda, pela mesma calçada). Como últimas informações, recorda que havia um grande aljibe, no centro do pátio traseiro, onde havia enormes parreiras. Que havia quatro quartos de banhos e que havia, também, uma sala de piano. A fotografia do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, indica que efetivamente o hotel veio a se chamar Aliança, pois ali consta um letreiro parcial que sugere o nome de Hotel Aliança.



Figura 3 – Fachada do hotel com o nome parcial de Hotel Aliança

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

No que tange ao proprietário do hotel, constatou-se que até o ano do seu falecimento, era o Capitão Olympio Susini. Sobre esse fato, o Oficial da Marinha Brasileira, Renato de Almeida Guillobel, que chegou a ser Ministro da Marinha do governo Getúlio Vargas, a partir

de 1951, escreveu em suas memórias um relato de cinco páginas sobre Jaguarão, onde esteve fazendo parte da Comissão de Limites com a República Oriental do Uruguai, em 1913, informando que “Durante minha permanência em Jaguarão morava no Hotel do Suzini, um velho italiano bastante simpático, embora cheirasse sempre a iodofórmio devido a um ferimento permanente que tinha em uma das mãos.”

Sobre usuários ilustres, pode-se citar o integrante da própria Comissão de Limites com a República do Uruguai, futuro Ministro da Marinha, Renato de Almeida Guillobel, no ano de 1913. Nesse mesmo ano, na data de 30 de julho de 1913, segundo o jornal local *A Situação*, hospedou-se ali o General João José da Luz, comandante da terceira brigada de Cavalaria.

Outra questão importante é a referente à demolição do Susini Hotel. Segundo a pesquisa realizada, junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, existem diversas atas da diretoria do que futuramente viria a ser o Hotel Sinuelo. Conforme consta nesses documentos, a diretoria começou a se reunir no ano de 1964, tratando o nome do futuro hotel de *Jaguarão Palace Hotel*. Dessa forma, pode ser retirado das atas Hotel Sinuelo, que a demolição do Susini Hotel começou entre os anos de 1965 e 1969, já que o engenheiro responsável aventou essa possibilidade em meados de 1965 e a inauguração do Hotel Sinuelo se deu em setembro de 1970.

Como consequência natural de uma época de crença em um futuro baseado na ciência e nos descobrimentos humanos, em que o olhar humano deveria ser exclusivamente voltado para o futuro, o Susini Hotel, de linhas sóbrias e, portanto, antigas, foi demolido e em seu lugar foi construído um prédio com linhas mais modernas e que existe até os dias atuais: o hotel Sinuelo. A inauguração do novo hotel ocorreu na data de 5 de setembro de 1970.

Como escreve Abreu (1998): “Antes, olhar para o passado era visto como sinônimo de saudosismo. Era para o futuro, e não para o passado, que as sociedades deveriam olhar”. Essa visão voltada para o futuro pode ser verificada no próprio portal de divulgação do atual hotel Sinuelo (2013) “Finalmente no dia 5 de setembro de 1970, é inaugurado o Hotel Sinuelo. Esta inauguração foi um marco na história da cidade servindo turistas e com eles o desenvolvimento do povo e da economia municipal na fronteira Rio Branco/Jaguarão”.



Figura 4 – Hotel Sinuelo
Fonte: arquivo pessoal

Essa mesma visão pode ser corroborada também nas palavras do arquiteto responsável pelo hotel que viria a substituir o Susini, Heinz Mullender, constante da Ata nº 10, assinada pela diretoria que se reuniu para a construção do novo hotel, no dia 10 de outubro de 1965, quando relata que a decoração será uma “homenagem à nossa cidade que vai contar

com um ambiente de hospedagem à altura das suas tradições e desenvolvimento”. Nesse mesmo tom, na Ata nº 22, daquela associação, referindo-se ao hotel que está em fase de construção, pode-se ler as seguintes palavras: “(...) da obra a ser empreendida, nesta cidade, sem similar na comuna, visando preencher uma lacuna, uma necessidade, há muito sentida em nosso meio, instalando em Jaguarão, um hotel à altura da terra (em) que vivemos.”

Considerações finais

No decorrer da pesquisa realizada algumas respostas foram obtidas. Outros questionamentos, no entanto, sugerem a necessidade de um aprofundamento capaz de respondê-los, sem, obviamente, esquecer o importante fato de que algumas pessoas que viveram naquele tempo de funcionamento do Susini Hotel ainda podem nos fornecer suas valiosas memórias para essas elucidações.

O presente artigo pretendeu coletar e difundir informações sobre a existência, por mais de meio século, do Susini Hotel, como parte integrante, ainda que não mais presente, do importante acervo arquitetônico da cidade de Jaguarão. Registrou-se uma parcela da sua historicidade e da sua presença ativa na vida e na memória dos seus contemporâneos.

Algumas questões foram elucidadas, outras foram levantadas para o aprofundamento da pesquisa em relação a esse importante prédio da história do município. Caberia, portanto, uma pesquisa nesse sentido, com a busca de mais fotografias e jornais de época, além de bibliografia de moradores e viajantes desse período.

Nesse sentido, conclui-se que do antigo Susini Hotel restaram fotografias, histórias e principalmente memórias. Memórias essas que fazem parte da identidade dos moradores da cidade de Jaguarão e que, portanto, instigam trabalhos como este a repassá-las, registrá-las, rememorar-las, para que sigam vivas também na lembrança das gerações seguintes ao desaparecimento de um prédio que foi parte ativa da história de várias outras gerações de jaguarenses.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida, **Sobre a memória das cidades**, revista Território, ano III, nº 4, 1998.

CAFFÉ, Eliane. **Narradores de Javé**. Brasil. Portal-cinema. 2003. 1 Dvd.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005

COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul, Obra histórica, descritiva e ilustrada**, II volume, P. Alegre, 1916.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), **Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão**. Ministério da Cultura: IPHAN, Porto Alegre, 2010.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO, **Atas 01 A 22**,. Sociedade Jaguarão Palace Hotel, 1964-1970; Acervo Fotográfico, Jaguarão.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.

LE GOFF, Jaques, **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História Oral**, 5ª ed. São Paulo: Loyola

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, Além de pardo, nascera pobre: Experiências de uma criança negra numa vila fronteiriça in Anais do 1º e 2º Encontros, de Pós-Doutores do PPGH/UFF, Niterói, 2010.

POVO, Correio do. Disponível em: www.interjornal.com.br acessada em 07/03/2013

SINUELO, Hotel. Disponível em: <http://www.hoteisjaguarao.com.br/website/hotelsinuelo> Acesso em: 14/03/2013.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (org.), **Olhares Sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

Proteção do patrimônio cultural edificado: o zoneamento urbano de Pelotas, RS.

Francine Morales Tavares Ribeiro⁵⁴⁶

Jeferson Dutra Salaberry⁵⁴⁷

Sidney Gonçalves Vieira⁵⁴⁸

Resumo

O presente artigo trata da importância que o zoneamento urbano municipal lei 4.568/2000 teve na historiografia da proteção do patrimônio cultural edificado pelotense. Analisa o mapeamento na cidade que teve a intenção de resguardar as casas mais simples que se juntavam às centenas de outras em formas mais expressivas. O texto começa com uma explanação sobre a origem da cidade de Pelotas, e o conceito de zoneamento. A metodologia utilizada foi de levantamento histórico e documental, além de entrevistas com gestores públicos. Por fim, constatou-se a importância que o mecanismo de zoneamento teve no processo de preservação da paisagem cultural da cidade, oferecendo a sociedade, através do delineamento de espaços urbanos, uma base e uma estabilidade, além de um sentimento de segurança capaz de reforçar os laços de uma identidade local.

Palavras-chave: zonas de preservação; paisagem cultural; espaço urbano; políticas públicas.

A cidade de Pelotas

Pelotas, cidade localizada no sul do Rio Grande do Sul construída inicialmente por pessoas que ali se fixaram por motivos, econômico-sociais, criando uma ligação identitária com o lugar. Mário Osório Magalhães confirma que foi a partir do acúmulo de riquezas gerado pela produção do charque que o núcleo urbano se desenvolveu. Assim, à sombra das charqueadas que Pelotas transformou-se de incipiente povoação, na cidade que seria, durante todo o século XIX, a mais rica e adiantada da Província, ao lado de Porto Alegre (MAGALHÃES, 1993,).

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico, em 07 de julho de 1812, Dom João VI, príncipe regente de Portugal, determinou a criação da freguesia de São Francisco de Paula, núcleo inicial da atual cidade de Pelotas.

Da criação da freguesia decorreriam dois fatos que marcaram definitivamente a história e a fisionomia de Pelotas: o início da construção da nova igreja matriz e o primeiro plano urbano, - pois dependendo do lugar onde a igreja fosse construída, estaria configurada a zona central e econômico-social do povoado. Construiu-se, pois, a capela, e ao redor dela formou-se o povoado, que tinha seu traçado definido a partir da fundação de uma capela, ambos - igreja e povoado- em terrenos que pertenciam justamente ao capitão-mor, Antônio dos Anjos. Alguns autores tratam que a necessidade da criação de uma Freguesia se deu por motivos sociais e econômicos, diziam que o elevado número de famílias e de fábricas de carne salgada espelhava o progresso da região e justificavam a criação de uma nova freguesia, pois precisavam fabricar as carnes salgadas justamente no período da Quaresma, causando prejuízos ao comércio se deslocar até a Matriz de São Pedro para cumprir as obrigações de espírito. Configura-se o processo de,

⁵⁴⁶ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP/UFPel), francine_mtavares@yahoo.com.br

⁵⁴⁷ Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel) jeferson.sallaberry@gmail.com

⁵⁴⁸ Doutor em Geografia (UNESP), Professor do PPGMP- UFPel-Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, sid_geo@hotmail.com

[...] relação entre o homem e a natureza, quando o homem modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, na busca pelo atendimento de suas necessidades, modificando, por consequência, a sua relação com a natureza também. Remete-se, aqui, à noção de formação econômico-social, tema ocasionalmente recorrente na obra de Marx, que busca dar conta da sedimentação dos momentos da história do homem [...] a noção de formação econômico-social representa tanto um segmento do processo histórico quanto o próprio conjunto do processo histórico. (VIEIRA, 2002, p. 25)



Figura 1 – Igreja Matriz da Cidade de Pelotas, 1883.

Fonte: Almanaque do Bicentenário de Pelotas

Mas, onde se localizou esse primitivo povoado? Gutierrez (2007) explica que, conforme a planta projetada em 1815, por Maurício Inácio da Silveira, localizava-se no sentido norte-sul entre as atual Avenida Bento Gonçalves e rua General Neto; no sentido oeste-leste, entre as ruas Marcílio Dias e Almirante Barroso. Neste sentido ali se formava uma espécie de quadro, em quase perfeito xadrez, “este traçado torna-se importante porque será o núcleo orientador das futuras expansões da vila” (ROIG; POLIDORI, 1999, p. 4). A Vila então passou em seguida a possuir uma planta oficial, executada em 1835.

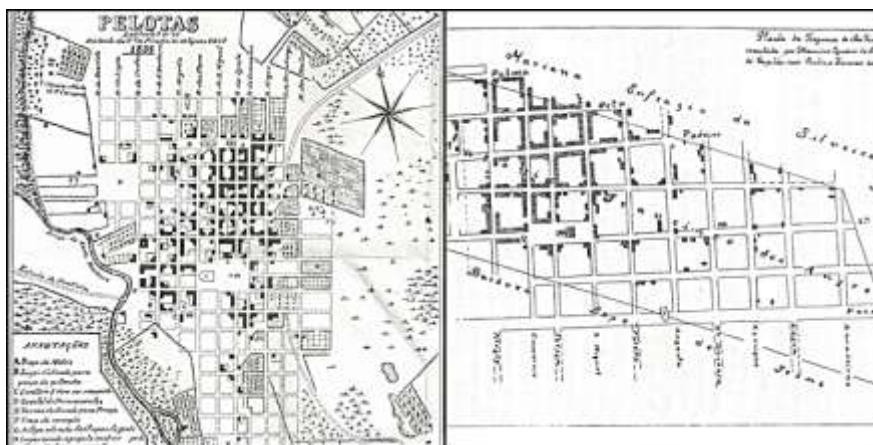


Figura 2 – Direita-Planta da Freguesia de São Francisco de Paula, 1815/ Esquerda-Planta da Cidade de Pelotas, 1835.

Fonte: Acervo do NEAB

Logo, compreender a transformação da cidade é entender o elo de uma sociedade e seu tempo; assim as plantas de 1815 e 1835 tornam-se importantes para o entendimento ao longo do artigo sobre o zoneamento urbano, pois se a cidade veio a crescer a partir das futuras expansões da vila, estas áreas em torno da igreja serviram de organização espacial para as construções futuras, detentoras até os dias atuais de preservação.

Dessa forma Pelotas foi se projetando, consequência do período do charque, que no século XIX e até as primeiras décadas do século XX propiciou investimentos em diversos setores, inclusive o da construção civil. Magalhães atribui a essas construções serem

projetadas no espaço afastado de suas charqueadas pelo motivo dos desagradáveis odores propiciados pela produção do charque (MAGALHÃES, 1993).

Outro motivo é por se tratar ali de uma região mais alta e com menos chance de enchentes desenvolvendo, naquele espaço, o centro urbano e suas principais extensões (VIEIRA, 2005).

Conforme Mário Osório Magalhães

No espaço urbano é que a vantagem claramente se manifesta. A classe dos charqueadores, enriquecida desde o início do século com a repetição dos intervalos de lazer que lhe são proporcionados pela longa entressafra das charqueadas, vai aos poucos transferindo residência e família para certa distância dos estabelecimentos industriais – de resto, nada aromáticos e nem consensualmente salubres -, construindo sobrados de arquitetura européia e ajudando a edificar uma cidade bem traçada, de ruas largas e retas, e projetada com uma espaçosa visão de futuro (MAGALHÃES, 1993, p. 95).

A partir do forte contato que os charqueadores tinham com a Europa, principalmente Paris, transformaram o pequeno núcleo colonial que ali existia em um próspero povoado, segundo os moldes do ecletismo europeu daquela época (ALMEIDA; BASTOS, 2006).

A cidade constitui-se, então, como espaço de moradia e representação para os ricos charqueadores. O processo de produção do charque, que era realizado nas charqueadas de novembro a abril, liberava por largo espaço de tempo tanto os senhores quanto os escravos, tendo sido estes utilizados na construção da cidade (MOURA, 1998, p.30).

O entendimento da história local e a consequente análise do espaço produzido originaram as relações existentes, pois, de que forma explicar o zoneamento sem antes tratar da origem do povoado e os motivos que fizeram com que a cidade se tornasse importante culturalmente na região, assim espaço, sociedade e história formaram a cidade de Pelotas.

Afinal, o que é zoneamento urbano!

Zoneamento é um conceito da área do urbanismo, que significa separar uma cidade por zonas específicas, de acordo com as atividades existentes em cada uma delas. O zoneamento começou a ficar mais popular como ferramenta de planejamento urbano durante o século XX, onde começaram a ser aplicadas nos municípios leis que regulavam a utilização dos espaços urbanos.

Considera Meira (2004) que foi a partir da constituição de 1988, que as ações municipais foram fortalecidas pelos preceitos constitucionais e pela atuação crescente da cidadania, para a autora:

O âmbito do município passou a ser essencial para o êxito das políticas de preservação, pois é de sua competência uma “plataforma” de ações mais abrangentes, especialmente as relacionadas ao planejamento urbano (MEIRA, 2004, p. 20).

A partir desse entendimento, em nível municipal, podem atuar dispositivos ligados ao uso e parcelamento do solo, transferência de potencial construtivo, solo criativo, inventário, desapropriação, incidência de impostos municipais sobre a propriedade urbana, além do tombamento, como assevera o artigo 30 da Constituição.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VIII – promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX – promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. [grifo da autora] (BRASIL, 1988)

A competência municipal em matéria de direito urbanístico não se restringe, ainda, à organização definida no art. 30 da Constituição Federal, sua atuação é ampliada por força dos artigos 182 e 183 da mesma, que trata da política urbana e confere conteúdo ao princípio da função social da propriedade, uma vez que institui a obrigatoriedade de planos diretores para cidades com mais de vinte mil habitantes. Desse modo a constituição remeteu à legislação complementar a responsabilidade de aplicar novos instrumentos de desenvolvimento da cidade que colaborou para estabelecer novas estratégias e instrumentos na legislação urbanística dos municípios, associados a mecanismos inovadores de participação da sociedade civil.

Neste sentido é importante lembrar que a preservação dos bens culturais especialmente dos bens edificados de interesse histórico ou arquitetônico, configura-se como um dos requisitos para o cumprimento da função social da propriedade, preconizada pela Constituição de 1988, devendo necessariamente ser tratada no plano diretor através de novos mecanismos.

[...] se o instrumento do tombamento foi importante num primeiro momento, quando lidávamos com uma concepção mais restrita de patrimônio, hoje em dia necessitamos de mecanismos mais flexíveis e adequados para a necessária gestão da mudança das áreas a serem conservadas. Neste sentido, surge o mecanismo das áreas especiais ou zonas especiais de interesse cultural, a serem propostas para aquelas áreas urbanas carregadas de significado para a população, não só pela existência de numerosos edifícios de valor patrimonial, mas pelas próprias características de seu agenciamento urbano e do seu significado para as cidades (CASTRIOTA, 2009, p. 181).

Dessa forma, parte-se do entendimento que foi a partir do processo de democratização da década de 1980 que os municípios passaram a ser integrados para legislar sobre assuntos de interesse local, cabendo a eles a elaboração do planejamento urbanístico e das normas que efetivamente interferem na transformação da organização urbana, dentre os quais se incluem as identidades de cada lugar.

As zonas de preservação patrimônio cultural de Pelotas: o II plano diretor

A necessidade da criação de zonas de preservação iniciou em Pelotas a partir do II Plano Diretor de 1980, conforme trata o art. 12 da lei.

Art. 12 - Para os efeitos deste Capítulo, por ato do Poder Executivo, serão definidas Zonas de Preservação Ambiental, assim classificadas:

I - Zonas de Preservação Paisagística Cultural (ZPPC); [grifo da autora]

II - Zonas de Preservação Paisagística Natural (ZPPN);

III - Zonas de Preservação Permanente Legal (ZPPL);

IV - Zonas de Preservação Permanente Ecológica (ZPPE).

Art. 14 - Serão consideradas Zonas de Preservação Paisagística Cultural (ZPPC), aquelas destinadas a preservar a memória histórica e cultural ou arquitetônica, no Município, para o que:

a) serão cadastrados as zonas e prédios de interesse histórico, cultural ou arquitetônico;

b) serão tombadas as edificações de reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico.

§ 1º - Os bens tombados e aqueles que, mesmo sem tombamento, constituírem elemento característico da Zona, deverão ser conservados, não podendo ser demolidos, destruídos, mutilados ou alterados em seus elementos característicos.

§ 2º - As obras de restauração e conservação dos bens referidos no parágrafo 1º só se farão após a autorização do Município.

§ 3º - É proibida a execução de obra nas vizinhanças dos bens referidos no parágrafo 1º, quando impeça ou reduza sua visibilidade ou quando

não se harmonize com as características dos mesmos (PELOTAS, 1980).

No entanto Almeida e Bastos (2006) alertam para o II Plano Diretor:

O novo instrumento de planejamento urbano, apesar de apresentar uma base teórica com objetivos preservacionistas, confronta-se com essa premissa de conservação do patrimônio ao implantar um regime urbanístico incentivador da ocupação e renovação do uso do solo para a área central, região de maior concentração de bens com valor histórico-cultural. O índice de aproveitamento mais elevado e altura livre estabelecidos para essa área, definida como ZCC – zona de comércio central –, na verdade geram um acelerado processo de destruição do acervo histórico-cultural registrado através da arquitetura, provocando a substituição de construções residenciais de um ou dois pavimentos por edifícios em altura (ALMEIDA; BASTOS, 2006)



Figura 3 - Praça Coronel Pedro Osório na década de 1950 e na década de 1980. As demolições de prédios históricos dão lugar a novas construções

Fonte: Acervo do NEAB

Mas, somente através da instituição da Lei Municipal nº 4.568 de 2000 que o zoneamento urbano recebeu seu devido destaque tendo a oportunidade de aprofundar os detalhes da arquitetura local e, assim, mapeá-lo com adequação ao seu entorno, tornando-se possível o controle das descaracterizações promovidas nos bens patrimoniais. Pelo regramento, ficaram estipuladas quatro ZPPCs: o Sítio do 1º loteamento (baseado na planta de 1815), o Sítio do 2º loteamento (baseado na planta de 1835), o Sítio do Porto e o Sítio da Caieira.

Através do zoneamento é possível constatar que as zonas de preservação do patrimônio cultural foram delimitadas seguindo o processo de formação e desenvolvimento urbano de Pelotas e representam os primeiros loteamentos executados na cidade.



Figura 4 – Mapa das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas

Fonte: Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT)

A zona 1: Sítio do 1º loteamento, corresponde ao primeiro núcleo urbano da cidade, configurado ao redor da antiga Igreja da Freguesia, atual Catedral São Francisco de Paula. A zona 2: Sítio do 2º loteamento, inclui a região do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, que desde o século XIX constitui-se o centro da cidade, além representar o poder e a riqueza da época das charqueadas.

A zona 3: Sítio do Porto, é a região onde eram desenvolvidas as atividades portuárias e industriais da época e a zona 4: Sítio da Caieira, região onde eram realizadas as atividades de fabricação do cal, nas imediações da linha férrea.

A partir da lei é criada a lista dos bens que passam a integrar o patrimônio cultural de Pelotas. Localizados nas quatro zonas de preservação, a lista dos bens dignos de preservação resulta na condensação dos trabalhos começados há mais de dez anos pela Prefeitura Municipal de Pelotas e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (ROIG; POLIDORI, 1999). A partir daí surgem avanços teóricos e metodológicos que trouxeram melhoria na tentativa de manter a harmonia da paisagem urbana do município.

Conclusão

São acirrados e freqüentes os debates em torno das políticas públicas do patrimônio cultural, em especial nos últimos anos. Diante da complexidade da proteção de um extenso e diverso acervo de bens edificados, ações pontuais, por vezes, restritas a promulgação de leis e decretos específicos, foram primordiais para a preservação de muitos exemplares do patrimônio de Pelotas. Porém, períodos de defesa do patrimônio foram se alternando com períodos de estagnação levando muitos bens dignos de perenidade a serem condenados à destruição (SCHLEE, 2008).

A ampliação dos conceitos relacionados à ideia de patrimônio faz com que inicie um novo olhar para a política urbana do município, através da instituição das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural Lei Municipal nº 4.468/2000, a partir desta ocorre uma transformação nos mecanismos proteção em benefício da preservação dos bens patrimoniais.

Por fim, o objetivo maior de tal artigo é trazer um conhecimento de como se deu o surgimento do zoneamento urbano como estratégia de preservação no município e que o surgimento desta política preservacionista deve-se, em grande parte, às alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade, e encaradas pelos governos como desafios, que se traduziram em modificações sobre a forma de compreender e formular as próprias políticas refletindo novos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico da cidade.

Referências

ALMEIDA, Liciane M.; BASTOS, Michele de S. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, 2006. Disponível em: [www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a07n2 .pdf](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a07n2.pdf). Acesso em: 13 de jun de 2012

BARRETO, Margarita. Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

GUTIERREZ. Ester J. B. Fortins e fazendas: patrimônio ibero-americano sulino. Jaguarão. RS Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição, 2007

GUTIERREZ. Ester J. B. Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Tese de doutoramento em História. Porto Alegre: PUC/RS, 1999.

MAGALHÃES, Mário Osório. Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da Ufpel e Livraria Mundial, 1993.

MEIRA Ana Lúcia Goelzer, O passado no futuro da cidade: Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MONQUELAT, Adão. F. Desfazendo Mitos: notas à história do Continente de São Pedro. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MOURA, Rosa Rolim de. Modernidade Pelotense, A cidade e a Arquitetura Possível: 1940-1960. Dissertação (Especialização em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PELOTAS. Lei nº 4.568/2000. Declara área da cidade como zonas de preservação do patrimônio cultural de Pelotas – ZPPC's - lista seus bens integrantes e dá outras providências.

POLIDORI, Maurício Couto, ROIG, Carmem Vera et al .Patrimônio cultural, cidade e Inventário. Pelotas: Ed UFPel, 1999.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Pela Memória de Pelotas. Como sempre! I colóquio sobre história e historiografia da arquitetura brasileira. Brasília, 2008. Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohh08> acesso em 10/10/2009. Acesso em: 15 fev de 2013.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. O centro vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo. Tese de Doutorado. Rio Claro: Geografia, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

Os usos simbólicos e identitários das marcas de gado: reflexos culturais e da ocupação territorial e da produção pecuária na Região do Prata.

Rafael Klumb Arnoni⁵⁴⁹

Karen Melo Silva⁵⁵⁰

Resumo

O artigo tem por objetivo refletir sobre a constituição da região transnacional identificada como Região Platina, formada pelo estado do Rio Grande do Sul, Uruguai e pela região mesopotâmica da Argentina. Esta reflexão será realizada sob a perspectiva da constituição e ocupação deste território, a produção pecuária e especialmente a utilização das marcas de gado como elemento identitário e simbólico em toda a região. Será realizada uma contextualização histórica sobre a ocupação e produção pecuária na região, seguida de observações sobre a utilização das marcas e seus atributos memoriais, identitários e simbólicos. Esta abordagem estará fundamentada em definições relacionadas à territorialidade e ao território, fronteiras e limites, identidade territorial e área cultural.

Palavras-chave: Marcas de gado. Região Platina. Lugares de memória. Território. Produção Pecuária.

Introdução

Este trabalho tem como tema a configuração de um espaço transnacional, constituído por boa parte do Rio Grande do Sul, pelo Uruguai e pela região mesopotâmica da Argentina. Nesse espaço, onde a atividade pecuária teve um papel relevante na economia por praticamente 200 anos, pode-se reconhecer, se não uma identidade regional, uma percepção de unidade cultural, influenciada por essa atividade econômica e pelo histórico de ocupação. Essa percepção pode ser reconhecida através de referências ligadas à cultura do campo e à forte ligação identitária de seus habitantes com este.

As marcas de gado, utilizadas ainda hoje para identificação de posse do gado, assumem nesse contexto novas funções, incorporando papéis identitários e simbólicos, utilizadas por pessoas que não estão necessariamente ligadas ao campo. A elas é atribuído um sentido memorial, associadas a memórias familiares ou de um espaço de produção que vai além de limites transnacionais.

Este artigo tem como base o trabalho de dissertação “A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil” (ARNONI, 2013), apresentado no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Com o objetivo de traçar paralelos entre o espaço do pampa e as marcas, será realizada inicialmente uma contextualização histórica sobre a formação deste espaço, com destaque para a produção pecuária. Serão abordados conceitos relativos ao território, territorialidade, limites e fronteiras, baseados em autores do campo da Geografia, da História e Antropologia. Em um segundo momento serão apresentadas as funções identitárias e simbólicas atribuídas às marcas de gado, relacionando-as com a discussão de construção e afirmação de identidades através dos aspectos simbólicos associados a elas em toda a Região Platina.

A ocupação territorial e a produção pecuária na Região Platina

Marca-se para determinar que algo pertence a alguém ou está sob sua autoridade. Marca-se também quando um bem adquire importância significativa na vida de uma pessoa ou

⁵⁴⁹ Coordenadoria de Design, IFSUL/Pelotas, rafael.arnoni@gmail.com

⁵⁵⁰ Escola de Engenharia, FURG, melo.karen@gmail.com

de um grupo. Essa importância pode estar relacionada tanto à subsistência, quanto ao desejo de manter sob nosso domínio o objeto de interesse.

No caso do gado, o ato de marcar representa ter domínio de algo que possibilita, além da subsistência, ganhos econômicos. Contudo, essa possibilidade de benefícios sempre esteve associada à propriedade de terras, passíveis de abrigar o rebanho. É importante que se entenda essa propriedade de forma ampla, pois está não apenas vinculada ao controle dos circuitos de produção, mas também ao controle da mobilidade e estabelecimento ou fortalecimento de limites ou fronteiras, ambos extremamente relevantes em termos de domínio territorial. Assim, podemos dizer que tal posse, o controle (e o próprio poder) se exercem no campo do vivido e dos simbolismos – indissociáveis na visão de Lefebvre, conforme mencionado por Haesbaert (2011, p.23). Podem ser relacionados ao que Sack (2011) define como territorialidade. Este afirma que territorialidade é “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (op. cit., p. 76).

Essas definições descrevem com precisão as relações em que estarão inseridas as marcas de gado, que se dão em função de um desejo ou necessidade de controle sobre uma área importante economicamente e estratégica comercialmente. O controle e o desejo de ocupação são realizados por sujeitos que, na posse de terras, as demarcavam e demarcam ainda hoje por meio, entre outros, dos símbolos gráficos que são as marcas de gado. Essa demarcação simbólica, realizada nos animais, apesar de não delimitar fisicamente uma área, assegura seu domínio por meio do gado que nele vive.

Haesbaert (op. cit.) aborda essa forma de controle, delimitado fisicamente ou não, quando trata do conceito de território, afirmando que “O território envolveria, portanto, não somente um controle físico, material, mas também um controle/poder simbólico, através, por exemplo, da construção de identidades territoriais” (p. 23).

Da disputa pela terra, originou-se boa parte dos conflitos que resultaram na constituição do Rio Grande do Sul, da República Oriental do Uruguai e mesmo da República Argentina. No caso do Rio Grande do Sul, a propriedade de grandes áreas de terra e de gado possibilitou uma ascensão social e política de determinados grupos, que tiveram seu prestígio, poder e determinação de área de influência associados, dentre outros fatores, ao reconhecimento da representatividade das marcas de gado.

A história de formação política e econômica do Rio Grande do Sul é marcada em sua quase totalidade por disputas do território, originada em razão de divergências em relação às convenções de tratados que estabeleciam os limites entre as coroas ibéricas. Quando, em meados do século XVI se tem as primeiras descrições das terras entre Laguna e o Rio da Prata, ambos os reinos as reivindicavam como suas, em consequência da imprecisão dos limites estabelecidos, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas (GARCIA, 2010). A este tratado se seguiram outros tantos que tentavam reestabelecer a ordem a partir da ocupação – irregular ou não – tanto de portugueses como de espanhóis no território hoje conhecido como a República Oriental do Uruguai e o estado do Rio Grande do Sul.

Esses conflitos podem ser tomados como ponto de partida para abordarmos as disputas e a forma de ocupação do território, que, conseqüentemente, levaram aos acordos que auxiliaram a definir os limites geopolíticos e as identidades que se formaram na região. Nesse contexto, os proprietários de terras assumiram um forte vínculo com as partes litigantes, tomando para si a função de defensores das divisas sob sua tutela. Ao mesmo tempo em que se militarizavam, tornavam-se os chefes locais com influência econômica e política, na medida em que possuíam grandes quantidades de gado que financiavam suas empreitadas militares, e de empregados para constituírem pequenos exércitos.

O estabelecimento da propriedade sobre o território estava vinculado a relações de poder mais amplas, pautadas por interesses polarizados, que acabaram por estabelecer uma zona de transição ou de fronteira de interesse comum aos centros de tomadas de decisão de

poder. Para Golin (2011), a fronteira representa uma nova composição social e cultural, baseada em diferenças que se juntam para formar algo novo, o que pode ser considerado, segundo Reichel (2006), como uma forma distinta e peculiar, por não se dar propriamente pela diferença em relação ao outro, mas por criar um novo caldo. Assim a fronteira se diferencia e se distancia do entendimento de limites. O limite seria, sucintamente, a representação formal de onde terminaria o espaço de um e começaria o espaço do outro. Segundo Golin (op. cit.),

[...] limite e fronteira são antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e macroeconômicos típicos da soberania nacional e sua segurança, ora se insinuam como espaço de contato entre comunidades limítrofes, os ditos espaços transfronteiriços (op. cit., p. 17).

A região em estudo enquadra-se de forma clara na colocação do autor. Ao mesmo tempo em que se sucediam os tratados de limites, com o intuito de barrar a invasão e a perda de terras e gado, criou-se um espaço ambíguo entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, caracterizado pelas trocas e relações sociais e culturais entre os habitantes da região de fronteira, propiciando a formação de novas identidades a partir destas (REICHEL, 2006, p. 51).

Mesmo depois de superadas as divergências em relação à demarcação dos limites, se estabelece entre os habitantes da região uma relação de compartilhamento, em que estes se beneficiam da permeabilidade possibilitada pela região, para usufruir de espaços que oficialmente não seriam seus.

Essas relações podem ser observadas na própria configuração econômica, basicamente estruturada na pecuária extensiva, em que proprietários podem possuir propriedades em ambos os lados da fronteira, compartilhando muitas vezes as marcas para suas terras e animais. Podemos, ainda, ampliar a descrição da zona de fronteira para toda a região que abrange a campanha do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da mesopotâmia Argentina. Reichel (2006) menciona que a Região Platina (Figura 1) transcenderia os limites geopolíticos atuais que separam as regiões, sendo que as fronteiras serviriam, neste espaço, como “fronteiras-zona”, estimulando contatos, intercâmbios, formas de resistência ao homem que aí vivia.

O entendimento dado à designação de região que será utilizada para este trabalho, apoia-se na descrição de Benedetti (2009):

Región y territorio aparecen en algunas propuestas como categorías equivalente. Se observa un énfasis en la historicidad de las regiones, lo que lleva a considerarlas ya no como realidades fijas, sino como procesos abiertos, dinámicos, contingentes, en permanente transformación a partir de las prácticas materiales y culturales de la sociedad. Esta perspectiva, si bien no desconoce la dimensión material de la región, pone un mayor énfasis en la dimensión simbólica de la región, en su invención histórica, en las representaciones colectivas y en las relaciones de poder, en la construcción colectiva de la idea de región y en el análisis de su faceta narrativa. Desde esta mirada se pueden reconocer diferentes escalas espaciales y temporales en el proceso de construcción regional, donde intervienen sujetos sociales e institucionales de la más variada gama. En esta perspectiva se suelen analizar los procesos sociales vinculados a la región, en los sentidos antes apuntados: la región como división espacial que supone algún proceso de negociación entre niveles territoriales; la región como regionalismo, como ideología territorial, como proceso de construcción de identidades sub o supra estatal-nacionales. En otras palabras, la cuestión regional se plantea como una geografía cultural, una instancia surgida de las relaciones de poder y, también, como una entidad geográfica e histórica –o geohistórica –, prestando atención a las manifestaciones sociales de las minorías, de los grupos excluidos, de los actores sociales subalternos (op. cit.).

Cabe destacar a noção de identidade cultural e territorial comum a esta região. Vieira (2009), ao abordar as origens da formação territorial e urbana do extremo sul do Brasil, descreve a Região Platina da seguinte forma:

A relevância do tema está em caracterizar o período em que se dá este embate específico entre Portugal e Espanha, na Região Platina, e que será capaz de produzir uma sociedade e um espaço específico. São as cidades do Prata, fruto da disputa fronteiriça, característica do espaço do pampa e da gente gaúcha.

Além do mais, a integração propiciada por essa realidade histórica e geográfica tem a capacidade de produzir uma identidade regional muito forte, que ignora fronteiras e ultrapassa nacionalidades. A possibilidade de reconstituir a história por meio do espaço é singular. Analisar hoje as cidades existentes em diferentes países, mas que foram produzidas sob a mesma lógica é desafiador. Ainda mais quando se observam a separação que se impôs a essas terras e gentes, a par das semelhanças ainda hoje presentes (op. cit.).



FIGURA 1: Mapa da abrangência da Região Platina
Fonte: ARNONI, 2013

Interessa-nos destacar que a ideia do contraditório, de uma construção social apoiada tanto por aspectos comuns como pela diferença, é uma referência importante para compreender a formação das identidades regionais em questão, relacionadas à posse de terras. Ademais, ao mesmo tempo em que a ideia de posse traz junto de si um sentido de exclusão e contribui ao estabelecimento de barreiras, reais ou simbólicas, ela auxilia a delimitar o espaço onde o indivíduo pode atuar e onde os outros podem ou não entrar. No caso da região de estudo, esses elementos, que são importantes para a definição de uma identidade regional, estão fortemente associados ao processo de ocupação do território, ao estabelecimento de limites e tal como queremos endossar, ao processo de criação e marcação de gado. Esta identidade regional é definida por Haesbaert (1999) quando afirma que

partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias (sic) quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172 apud CHELOTTI, 2010, p. 173).

Nesse sentido, em que pese o caráter beligerante da disputa pelos, a noção mais importante a ser destacada advém da zona de contato resultante desses fatos, que constitui a identidade territorial, tal como argumenta Vieira (2009):

Portanto a denominação “do Prata” para essas cidades visa lhes conferir uma identidade cultural e territorial cuja justificativa é histórica, uma vez que comungam da mesma sorte de acontecimentos para explicar suas origens, e também geográfica, já que compartilham um território de características comuns, marcados pela paisagem do pampa. Os tipos que daí emergem, o gaúcho e o missioneiro, fundamentalmente, são construções fundadas nos elementos da história e da geografia dessa região, que encontram na disputa territorial, no embate com as elites dominantes e no processo de afirmação de identidade um caudal que desenvolve a cultura local. [...] Ela é tão somente identificadora dos processos históricos e geográficos responsáveis pela produção de um espaço heterogêneo, ainda que produzido por processos que na origem foram comuns (op. cit.).

Outra expressão muito associada à Região Platina, carregada de significados que auxiliam a caracterizar a identidade local, diz respeito à orientação geográfica sulina que o território ocupa na América do Sul e no Brasil. O “sul” seria, nas palavras de Leal (1997), um território cujas fronteiras, conformadas pela diferença alargada, não coincidem necessariamente com as fronteiras nacionais:

Os limites desta área cultural etnografada e etnografável, frequentemente nominada o Sul, numa estratégica imprecisão retórica, não coincidem com os limites políticos do estado do Rio Grande do Sul ou mesmo os da nação Brasil. É, sem dúvida, a região geográfica do pampa, seus homens e seus cavalos, que torna-se o grande semantizador das práticas culturais, encompassando outras diversidades e reconstituindo-se como diferença, vis a vis uma suposta homogeneidade da cultura nacional (op. cit., p. 202).

Assim, em consonância com a identificação da existência de uma identidade cultural e territorial, de um caudal que desenvolve a cultura local, está a noção de área cultural. O conceito de área cultural, apresentado pelo antropólogo Franz Boas (2004), diz respeito a um território amplo – não necessariamente com continuidade geográfica – que é construído sócio-antropologicamente e “reflete a realidade de uma identidade social específica, de um sistema de valores e de uma determinada ordem social”.

A partir dessa perspectiva, é importante estabelecer claramente que essa região pode ser entendida como uma área cultural, amalgamada às noções de Região Platina e Sul, fundamentais para sua avaliação e compreensão.

Os aspectos simbólicos e identitários das marcas de gado na Região Platina

As funções simbólicas e identitárias das marcas que aqui queremos apresentar estão relacionadas ao seu poder de comunicação, que se efetiva como forma de declarar a propriedade sobre determinados bens, posteriormente estabelecendo-se como uma das maneiras de representação e de identidade do seu detentor (Figuras 2 e 3). A identidade, assim, afirma-se por um processo de alteridade e pela afirmação de um status relacionado ao poder socioeconômico e à atividade pecuária. Desse processo de identificação e de formação de identidades, cria-se elemento mais forte, que é a instituição das marcas de gado como um elemento simbólico que representa, além do indivíduo, o poder e o prestígio que este adquire, convertendo-se em um símbolo de respeito tanto pela pessoa quanto pelo que ela representa.



FIGURA 2 - Placas em entradas de fazendas localizadas em Santa Vitória do Palmar e Chuí. Fotos: Karen Melo da Silva, 2012.
Fonte: ARNONI, 2013



FIGURA 3 - Placas em entradas de fazenda no departamento de Rocha, Uruguai.
Fonte: ARNONI, 2013

Esse fato pode ser constatado na descrição de Pont (1983), quando exalta o papel do estancieiro, o poder que este detinha, principalmente até o início do século XX, e o prestígio que a marca adquiria:

A marca é um indiscutível meio de identificação; através dela se define a propriedade, se localiza o estabelecimento, a estância ou o criatório - fontes originárias da espécie ou da raça ou a zona geográfica onde a mesma se situa.

A marca foi sempre respeitada e constitui motivo de orgulho do estancieiro, pois representa muito mais do que um mero signo de propriedade: Ela condensa uma herança e muitas vezes todo um acervo de tradições e sacrifícios, de gerações e gerações.

É o legado, é o patrimônio, é o símbolo patriarcal da tradição! (op. cit., p. 379)

Gradativamente as marcas começam a ser valorizadas dentro de grupos familiares, sendo transmitidas através de herança, quando passam de pai para filho ou são recuperadas de um antepassado, convertendo-se em suportes às práticas de preservação da memória familiar ou servindo para estreitar relações e graus de parentesco. Essas práticas são claramente atitudes de afirmação de uma continuidade, que elevam as marcas a um patamar de representante simbólico de um antepassado específico ou de uma família. Isso justifica o sentimento de apego que alguns indivíduos e famílias desenvolveram em relação a elas e o significado afetivo que possuem.

Em um próximo momento, os atributos simbólicos das marcas alcançam maior amplitude, sendo associadas à representação de empresas (Figuras 4 e 5), quando utilizadas para estabelecer vínculos com a lida e o modo de vida do campo, bem como aos indivíduos ligados a eles, assumindo atributos simbólicos e conceitos almeçados e voltados a valores como antiguidade e tradição.



FIGURA 4 - Marcas de gado adesivadas.
Fonte: ARNONI, 2013



FIGURA 5 - Marca em loja de produtos agropecuários.
Fonte: ARNONI, 2013

Ao recorrer ao uso das marcas essencialmente o que se busca é a apropriação do valor simbólico vinculado à posse, dignidade e prestígio que elas detêm, vínculo esse possível graças ao caráter evocativo que este elemento gráfico expressa, pois,

como es sabido, la eficacia simbólica depende de muchos factores, entre los cuales la contextualización de los símbolos en prácticas y discursos y el nivel de consenso de que gocen referentes y significados. La condensación y la pureza de atributos y significados son otros de estos factores fundamentales. **La principal virtualidad de un símbolo es su capacidad para expresar de una forma sintética y emocionalmente efectiva una relación entre ideas y valores.** Dicho de otra forma, el símbolo tiene la capacidad de transformar las concepciones y creencias en emociones, de encarnarse, y de condensarlas y hacerlas, por lo tanto, mucho más intensas. Esa capacidad de evocación y condensación de significados se ve reforzada, también en el caso de los referentes simbólicos patrimoniales, cuando se da, además, una especial intensificación o una condensación de los atributos que los legitiman. (PRATS, 1998, p. 66, grifo nosso).

A apropriação e a associação da linguagem gráfica das marcas podem ainda, assumir outro papel quando, desprendendo-se do indivíduo, da família, ou da estância-empresa, transformam-se em um elemento reconhecido e aceito em seu meio de influência, como forma de expressão que remete ao modo de vida da tradição pecuária e denota o capital cultural a ele associado (Figuras 6 e 7). Assim, esse elemento gráfico resulta descolado de sua função original, de identificação dos animais, e acaba absorvido por um contexto de expressão cultural voltado à lida e à vida no campo, tal como estabelecimentos comerciais ligados à produção pecuária – agropecuárias, *parrillas*, açougues, empresas de remates etc. A partir de então esses elementos são amplamente utilizados também em material gráfico, acessórios, vestimentas e utensílios, vinculados a um público interessado nas relações de pertencimento e valorização do mundo campeiro e ampliando ainda mais o uso das marcas.



FIGURA 6 – Cartaz de remate de gado
Fonte: ARNONI, 2013



FIGURA 7 - Marca da empresa La Martona. Argentina. Fonte: ARNONI, 2013

Especialmente no Rio Grande do Sul, essa prática se torna bastante comum, pois, oportunamente, foi incorporada por expressões culturais ligadas ao tradicionalismo e nativismo, movimentos interessados no engrandecimento, mesmo que a partir da criação de tradições, de costumes e do orgulho de ser gaúcho. Nesse contexto, em conjunto com uma gama mais ampla de elementos e práticas de representações sociais, as marcas ajudam a forjar a construção de uma identidade a ser compartilhada por um público amplo, não apenas pela bagagem genuína que carregam como pela facilidade de identificação, assimilação e reprodução que oferecem.

Estas funções simbólicas e identitárias podem ser encontradas em toda a Região Platina. Em entrevistas e pesquisas de campo realizadas para o trabalho “A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil” (ARNONI, 2013), foi possível observar que as mesmas formas de interação com as marcas de gado. Mesmo não estando ligadas a um movimento tradicionalista como no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina estas assumem o caráter identitário, na forma de demarcação de propriedades, animais ou objetos, memorial familiar e como referência à produção pecuária.

Considerações Finais

A proposta deste trabalho foi apresentar a Região Platina, historicamente unida por sua forma de ocupação e atividade econômica, sob a perspectiva da produção pecuária, e mais especificamente das marcas de gado utilizadas para a identificação de animais. Pode-se perceber a presença marcante da atividade pecuária e das expressões culturais resultantes desta, através da associação das marcas de gado às funções identitárias e simbólicas percebidas em toda ela. Estas características comuns à região configuram o que se pode ser considerada uma área cultural, com uma identidade territorial claramente identificável.

Referências

ARNONI, Rafael Klumb. **A tradição familiar das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil**. 2013. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas.

BENEDETTI, Alejandro. Los usos de la categoría región en el pensamiento geográfico argentino. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: v. 13, n. 286, mar. 2009.

BENEDETTI, Alejandro. Territorio: concepto integrador de la geografía contemporánea. In: BENEDETTI, A. et. al. **Territorio, lugar, paisaje: prácticas y conceptos básicos en geografía**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011.

- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010.
- GARCIA, F. C. D. **Fronteira iluminada**: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1920-1920). 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. 333 + 16 p. Contém caderno de ilustrações e mapas.
- GOLIN, T. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.
- LEAL, Ondina F. do etnografado ao etnografável: "O Sul" como área cultural. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 3, n. 7, p. XXX, Nov. de 1997.
- PONT, R. **Campos Realengos**. Porto Alegre: Editora e Distribuidora Gaúcha, 1983.
- PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, (27): 63-76, 1998. (arquivo digital).
- REICHEL, H. J. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. **Colônia**. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006. Cap. 2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.
- SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.
- VIEIRA, Sidney G. As Cidades do Prata: Origens da Formação Territorial e Urbana do Extremo Sul do Brasil. In: **Memoria del 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideu: Observatório Geográfico de América Latina, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/189.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

Os descendentes de poloneses em Dom Feliciano/RS – definindo conceitos para interpretação

Rozele Borges Nunes⁵⁵¹

Resumo

O presente trabalho busca embasamento teórico para interpretar as mudanças relacionadas ao uso do polonês/português, que ocorreram desde a constituição da comunidade polonesa em Dom Feliciano com a vinda dos primeiros imigrantes em 1890. Para tanto, pretende-se uma análise em escala individual para captar as diferentes interfaces sociais vinculadas às experiências cotidianas dos descendentes de poloneses nas suas práticas familiares e comunitárias. Dessa forma, priorizar-se-á a construção de perfis sociológicos desses indivíduos, fazendo uma composição de suas trajetórias individuais com a utilização do bilinguismo, mediação com a escrita e os eventos de letramento. Essa análise pode nos mostrar a relação que estes mantêm com a cultura letrada e a permanência na utilização da língua polonesa como prática identitária desse grupo social através dos significados atribuídos a linguagem.

Palavras-chave: Letramento. Imigração Polonesa. Bilinguismo.

Introdução

Para entender a realidade sociocultural e linguística de um grupo social é necessário o aprofundamento sobre todos os aspectos que envolvem a comunidade. Além disso, é fundamental a interpretação da cultura a partir das singularidades individuais, que são produto da interação entre forças internas (disposicionais) e forças externas (contextuais). Dessa forma, as disposições incorporadas estão vinculadas a pluralidade de experiências socializadoras, enquanto as forças externas relacionam-se aos contextos das práticas e das ações, que em conjunto formam o modo de agir.

Assim a cultura é incorporada continuamente a partir da realidade histórica, social e educacional. Para a compreensão da realidade cultural do indivíduo é preciso um estudo aprofundado em diferentes escalas, pois “O caráter heterogêneo do leque individual de práticas e de gostos só pode ser explicado levando em conta a pluralidade de lógicas contextuais e disposicionais que guiam os comportamentos culturais.” (Lahire, 2006, p. 28). É com essa perspectiva que se pretende embasar a proposta de cunho teórico, principalmente em Lahire (2002, 2004, 2006) e Street (1997) pela análise cultural individualizada capaz de compor interpretações sociológicas que entrelaçam o passado e o presente em uma abordagem complexa do campo social.

Caracterização da comunidade polonesa em Dom Feliciano

O município de Dom Feliciano (Figura 3 e 4) está localizado na Região Sudeste do Rio Grande do Sul, na encosta do Escudo Cristalino Sul Rio-grandense. Em dois de abril de 1861 o presidente da Província de São Pedro, criou a Colônia de São Feliciano⁵⁵². A ocupação camponesa da região se deu em 1874, quando vieram os imigrantes franceses, os quais se transferiram para Pelotas com o intuito de melhor comercializar os seus produtos. Somente em 1890 chegaram os primeiros imigrantes poloneses que se estabeleceram nessa região. (TWORKOWSKI, 1984).

⁵⁵¹ Graduação em Geografia/ UFPel, Mestre em Geografia/ FURG, Doutoranda em Educação PPGE/ UFPel; professora de Geografia no Instituto Federal do Rio Grande do Sul/ Campus Rio Grande; E-mail: rozele.nunes@riogrande.ifrs.edu.br

⁵⁵² Em 1891 a Colônia de São Feliciano passou a ser 5º distrito de Encruzilhada do Sul, no ano de 1938, passou a se chamar Dom Feliciano em homenagem ao primeiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, vindo a emancipar-se no ano de 1963.

Quando chegaram em Porto Alegre, o Departamento de Terras e Colonização logo os encaminhou para a Colônia de São Feliciano. Alguns viajaram a pé, outros em carroças e em burros carregados de balaaios. As sementes de cereais foram distribuídas gratuitamente para o primeiro ano de plantio. Já em 1908, a sede da colônia possui 30 casas, das quais oito eram de comércio. O total de pessoas era 153 e havia um moinho, uma ferraria, uma olaria, uma escola, uma estação telegráfica, uma agência de correios⁵⁵³ e um posto pluviométrico. (TWORKOWSKI, 1984).



Figura 03 – Vista do município de Dom Feliciano no início do processo de formação, com as primeiras casas de comércio.

Fonte: Topaczewski, 1961.



Figura 04 – Vista do município de Dom Feliciano atual, realizada no local da Cruz dos Imigrantes.

Fonte: Elaborada pela autora

⁵⁵³ De acordo com a obra local de Lempek (1998) os imigrantes poloneses enviavam cartas à Polônia. De acordo com esse autor essas cartas estão reunidas em uma obra rara “Listy emigrantów z Brazylii i Stanów Zjednoczonych” (Cartas de Imigrantes Poloneses do Brasil e Estados Unidos), que reúne 361 cartas de imigrantes poloneses do Brasil e Estados Unidos, enviadas durante o primeiro semestre de 1891. Nesse acervo há oito cartas que foram enviadas de Dom Feliciano, que relatam a viagem para o Brasil, as condições e instalação na Colônia e alertando os que pretendiam vir das condições climáticas e precária da região.

De acordo com Stawinski (1976) os poloneses estabeleceram-se geograficamente a margem direita do arroio Sutil, afluente do rio Camaquã, que podia ser navegado durante o inverno, formando um povoado. Eles poderiam utilizar o rio para o escoamento da produção, comercializando com as regiões vizinhas e que eram mais prósperas. Nesse local iniciaram também as chamadas “linhas”, e em cada uma delas formaram uma comunidade, com escola e capela. Após a saída dos franceses haviam pequenos grupos de famílias alemãs, italianas e luso-brasileiras, mas a etnia mais influente foi a de poloneses inserida como já ressaltamos em 1890, segundo Stawinski, 1976:

[...] Mais de 600 famílias de agricultores poloneses estabeleceram-se em lotes ou colônias de 30 a 40 hectares. Cada lote colonial era avaliado em 500\$ (quinhentos mil réis), quantia essa que o colono beneficiário devia reembolsar ao Governo no prazo de dez anos. As principais linhas em que se fixaram os imigrantes poloneses, foram as seguintes: Evaristo Teixeira, Lopes Neto, Federal, Amaral Ferrador, Cavadeira, Laurentina, Guaraxaim, Marmeleira e outras. (STAWINSKI, 1976, p. 44)

A respeito dessa distribuição em lotes, que vieram a formar as primeiras localidades não há registros no município de como ocorreu essa distribuição dos imigrantes. Segundo Lempek (1998, p. 80) no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontra-se a listagem no Livro 227 que consta a relação dos imigrantes que foram destinados para a colônia de São Feliciano. De acordo com seus estudos essa relação foi extraída do cadastro de concessão de Lotes que foram corrigidos em 1904, devido a troca por parte dos imigrantes das linhas e lotes que foram inicialmente destinados.

Atualmente o município de Dom Feliciano possui uma população total de 14.380 habitantes, localiza-se a uma latitude 30°42'15" sul e a uma longitude 52°06'27" oeste, estando a uma altitude de 154 metros, de acordo com dados do IBGE 2014. A maioria da população, 11.039 é residente na zona rural, e o restante 3.334 é urbana. Mesmo havendo essa distinção entre a sede do município e as linhas, que fazem referência aos antigos lotes em que foram distribuídos os imigrantes, o município é tipicamente rural. É caracterizado pela pequena propriedade, com utilização de trabalho familiar tendo como principal atividade agrícola a fumicultura.

A área plantada referente a cultura do fumo é de 4.850 hectares em uma unidade territorial do município de 1.356, 171 Km². Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2010, o município é um dos únicos do RS que possui um índice baixo, com um percentual de 0,587 em uma variável de 0 a 1, em que são avaliados a longevidade (percentual em Dom Feliciano de 0,8), a renda (percentual de 0,6) e a educação (obteve um percentual de 0,3). Dessa forma, a educação se mantém como ponto crítico no município, uma dessas causas, a evasão escolar foi discutida em estudos anteriores, em que concluiu-se que a maioria das crianças residentes da zona rural são atendidas em escolas urbanas que não acolhem as particularidades locais de linguagem e interpretação da realidade características do meio rural. A distância que as separa dos locais em que as escolas se encontram e a necessidade de ajudar a família em atividades vinculadas a fumicultura também faz com que cedo elas abandonem a escola.

Ainda à respeito da caracterização do município de Dom Feliciano e seus marcos históricos, é importante salientar que o município conta com presença da Cruz dos Imigrantes marco em homenagem aos imigrantes poloneses, junto ao qual celebraram sua chegada em Dom Feliciano. Atualmente, nesse local, também existe um monumento a Nossa Senhora de Czestochowa (padroeira do município), inaugurado no ano de 2007, marcando mais uma vez a fé dos poloneses nesse local. Como já foi destacado em 1906 iniciaram a construção da igreja matriz (Figura 6). No seu interior existe um suntuoso altar-mor (Figura 07) esculpido em madeira, de acordo com Tworkowski (1984) pelo imigrante polonês Sr. Alexandre Szostakowski, pois entre os imigrantes agricultores havia alguns profissionais como pedreiros, carpinteiros e artistas.



Figura 06: Santuário de Senhora de Czestochowa
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 07: Altar-mor com o quadro de Nossa Senhora de Czestochowa.
Fonte: Elaborada pela autora

Havia também o interesse dos padres e moradores pela educação dos jovens. Após a construção das capelas, imediatamente erguiam as escolas, onde os moradores que detinham mais conhecimento eram escolhidos para ensinar os outros. O ensino era, na maioria das vezes, orientado por padres, o que permite concluir que a educação estava diretamente relacionada com o catolicismo.

A educação desde o início foi uma preocupação dos colonos, de acordo com Topaczewski (1961, p.19): “Numa centena de imigrantes, dificilmente encontravam-se dois ou três que soubessem assinar seu nome.” Como não havia escolas, as aulas eram ministradas em suas próprias casas, barracões ou em algum lugar que fosse apropriado. Depois em escolas – sociedades – mantidas pelos próprios colonos, chamadas de particulares. Sendo assim, até o ano de 1916, de acordo com Tworkowski (1984), havia somente escolas particulares, pois os pais não queriam que os filhos passassem pelas mesmas condições que eles na Polônia, quando as escolas foram fechadas pelo governo russo, acabando com o acesso a elas.

A maioria das escolas se organizou nas linhas ou localidades, maneira usada para dividir o município, mas na Sede da colônia ao lado da capela de madeira funcionava também uma escola em condições muito precárias. Na linha Evaristo Teixeira, ocorreu primeiro a fundação de uma escola na propriedade de um imigrante, o Sr. Sobierajski em 1904, que segundo Topaczewski, 1961:

[...] com mutirão da vizinhança levantou no seu terreno uma sala bastante espaçosa de pau-a-pique, e coberta de sapé... E a escola estava de pé! Rústicos eram os bancos e a mesa, mas a aula funcionou [...]. As crianças de Marmeleira também freqüentavam a escolinha. (TOPACZEWSKI, 1961, p. 17).

Esta foi a primeira escola polonesa do município de Dom Feliciano e nessa linha, em 1980, estabeleceram-se mais de trinta famílias polonesas vindas da ocupação russa, principalmente de Lublin. (Topaczewski, 1961). A afirmação de que as crianças da Linha Marmeleiro também iam a essa escola, leva a crer que não havia uma escola em cada localidade, mas que estas aglomeravam, também, as crianças das regiões próximas. Nessa mesma localidade, com a fundação da sociedade Águia Branca (1919), as aulas passaram a ser ministradas nesse local.

Essas sociedades começaram a ser organizadas também em outras localidades. Os colonos davam início as aulas em algum lugar que fosse viável e depois iniciavam a construção da sociedade. Esta servia, muitas vezes, para realizar missas e festas, tendo assim um forte caráter comunitário e de desenvolvimento da vida social, havendo também a arrecadação de subsídios para que houvesse o pagamento das aulas ao professor, que era um membro da sociedade escolhido pelo próprio grupo para ensinar as crianças.

Por uma interpretação da cultura polonesa na atualidade

Entender as práticas sociais de leitura e escrita em comunidades bilíngues pode nos dar o suporte para interpretar a realidade cultural de uma comunidade. Nesse sentido os estudos realizados por Street (1997) desafiam a interpretar a complexidade prática do conceito de letramento, superando sua utilização somente no campo da educação e vinculando seus estudos a práticas em contextos culturais minoritários, preferindo “falar de práticas de letramento do que de “letramento como tal”(p. 466). Dessa forma, abre espaço para pensar na multiplicidade de letramentos, imbricados também pelas relações de poder.

Dessa forma, Street (1997) e Kleiman (1995) são norteadores de novos estudos sobre o letramento como um conjunto de práticas sociais mediadas pelo escrito. De acordo com os estudos de Ribeiro (1991) a utilização do conceito⁵⁵⁴ de letramento no Brasil passou a ser utilizado para separar os estudos sobre a alfabetização no espaço escolar e as práticas de letramento que ocorreram fora dos muros da escola, ou seja, passou a analisar os usos da escrita em grupos minoritários.

A abordagem que se pretende dar a esse trabalho segue essa perspectiva, pois pretende analisar os usos da escrita por uma comunidade de descendentes de poloneses na região sul do Brasil, estando particularmente relacionados aos eventos de letramento que ocorrem nessa comunidade vinculados a igreja, festas nas comunidades em que o repertório de práticas orais⁵⁵⁵ bilíngue representam a identificação social desse grupo. Dessa maneira o letramento também se enquadra como uma prática social mediada pelo escrito que representa um determinado sistema simbólico. Kleiman (1995) explica a abrangência de utilização desse conceito:

⁵⁵⁴ Segundo Kleiman (1995, p. 17) o termo “letramento” foi cunhado por Mery Kato em 1986. Esse termo ainda não está dicionarizado pela variedade de estudos que abarca.

⁵⁵⁵ Para Kleiman (1995, p. 18) “De fato, a oralidade é objeto de análise de muitos estudos sobre letramento.”

O fenômeno de letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização [...]. Já outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes. (KLEIMAN, 1995, p. 20)

Esses apontamentos nos revelam a complexidade de realidades fora do espaço escolar que são abarcadas por esse conceito, tanto na família, na igreja como em espaços sociais em que ocorrem diferentes manifestações culturais. Na perspectiva de Street (1997, p. 466) é preciso superar a concepção autônoma de letramento relacionado a neutralidade dentro de uma concepção ocidental de letramento/alfabetização e evoluir para um modelo “ideológico” de letramento em que “o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionadas com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia.”

Assim, há diferentes letramentos que podem ser relacionados ou associados a diferentes identidades, pois o conceito de letramento abarca níveis diferenciados de utilização da escrita e sua mediação com as práticas sociais, assim como o simbolismo identitário que envolve essas práticas sociais.

Para a constituição desses processos sociais singulares a proposta vislumbra combinar um conjunto de situações investigadas, desde entrevistas em profundidade, utilização de questionários, observação de eventos de letramento e análise do acervo dos sujeitos de pesquisa. Lahire (1997) será utilizado como aporte metodológico nessa pesquisa, pois apresenta importante contribuição em seus estudos que buscam compor um entendimento complexo das trajetórias individuais em contextos de socialização múltiplos e heterogêneos. Nesse sentido, procura focar nos fenômenos de dissonâncias e de consonâncias que ocorrem em configurações familiares e no universo escolar (quando analisa o desempenho escolar diferenciado de crianças populares em séries iniciais) ou na configuração de perfis individuais.

Dentro dessa perspectiva Lahire (1997, p. 14) destaca que “Quando queremos compreender “singularidades”, “casos particulares” (mas não necessariamente exemplares), parece que somos fatalmente obrigados a abandonar o plano da reflexão macrosociológica fundada nos dados estatísticos para navegar nas águas da descrição etnográfica, monográfica”. Através dessa perspectiva é possível analisar a constituição das disposições sociais em diferentes modalidades de socialização, tanto na família como no ambiente escolar e entender a construção dos esquemas mentais e comportamentais em uma escala variável de observação: de forma estruturada (social) e estruturante (individual). Como a constituição desses perfis está vinculada a intervenções externas e a diferentes condicionamentos sociais é preciso também interpretar as configurações sociais no qual a singularidade é gerida.

A constituição desses perfis e dessas disposições, segundo Lahire (1997) não é homogênea e nesse sentido é importante refletir sobre a “pluralidade das formas de vida social e formas de pensamento e comportamento⁵⁵⁶.” A constituição de disposições sociais coerentes está diretamente vinculada a maneira como o indivíduo interiorizou as práticas de socialização as quais foi submetido. O oposto, quando o indivíduo é colocado no seio de mundos sociais não homogêneos ocasionará variações de atitudes de acordo com a disposição que será reativada, isso porque disposições geradas em um certo contexto podem ser transferidas para outro.

Existe sempre, em cada ser social, em qualquer grau, competências, maneiras de ser, saber e habilidades, ou esboços de disposições, delineadas porém não atualizadas em algum momento da ação, ou, de maneira mais ampla, em algum momento da vida, que podem ser postas em ação em outros momentos, em outras circunstâncias. (LAHIRE, 1997, p. 36)

⁵⁵⁶ Lahire (1997, p. 18)

Esses imbricamentos que se pretende aprofundar para entender o uso da linguagem polonesa como repertório cultural de caracterização de um grupo social. Somente através dessa ótica microscópica é capaz de compreendermos as transformações culturais, recorrências e contradições que ocorreram no longo período de tempo que nos separam do início do processo colonial na região e que repercutiram na constituição das configurações sociais atuais. Para Lahire (1997, p. 39) as configurações sociais podem ser definidas como “o conjunto de elos que constituem uma “parte” (mais ou menos grande) da realidade social concebida como uma rede de relações de interdependência humana.” Desvendar partes dessas configurações (perfis sociais) e relacioná-las ao contexto no qual foram constituídas é tarefa investigativa dessa pesquisa.

Conclusões parciais

Portanto, reconstruir as trajetórias singulares dos descendentes de poloneses no município de Dom Feliciano/RS levando em consideração suas histórias de vida se torna essencial para entender a permanência das práticas culturais na comunidade. Contextos que ocorreram em uma escala macro podem ser relidos a partir de um enfoque totalmente novo e desconhecido quando se permite focar a observação na análise singular. Essa análise individual é fundamental para a interpretação do uso do bilinguismo em outros espaços sociais, como na igreja, nas festas comunitárias e nas reuniões familiares onde ocorre a manutenção do vínculo identitário através da oralidade. Dessa forma, os sujeitos evoluem de acordo com os contextos sociais que são levados a percorrer durante a sua trajetória social, se tornando produto de suas experiências vividas.

Referências

- KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (org). **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- LAHIRE. Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- _____, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.
- _____, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LEMPEK, Renato Tubino. **Do Francisco ao Rafael, 100 anos de Imigração Polonesa-1898-1998/** Renato T – Rio Grande: Ed.,1998.
- RIBEIRO, Vera Masagão. Uma perspectiva para o estudo do letramento: lições de um projeto em curso. In: KLEIMAN, Angela B. (org). **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
- STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Caxias do Sul: UCS, 1976.
- STREET, Brian. **Perspectivas interculturais sobre o letramento**. Filologia e Linguística Portuguesa. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997.
- TOPACZEWSKI, Ladislau. **Memórias de nosso torrão natal**. Dom Feliciano, 1961.
- TWORKOWSKI, Irene & RAKOWSKI, Zeno. **Dom Feliciano**. Dom Feliciano, 1984.

Lugares de memória: A cidade histórica de Paraty analisada como um museu a céu aberto

Waldiney de Oliveira Lemos Júnior⁵⁵⁷

Resumo

Esta comunicação visa apresentar uma reflexão sobre o município de Paraty enquanto patrimônio nacional e, também, um lugar de memória. Além disso, faremos uma análise crítica acerca da expansão da utilização do termo “museu”, apresentando a aplicabilidade do conceito de “museu” ao centro histórico de Paraty. Para isso, utilizaremos o processo de tombamento do município (Nº 563-T-57), passando pelos decretos que elevaram a cidade em Monumento Estadual (1945) e em Monumento Nacional (1966). Assim, este trabalho pretende abordar as diferentes categorias acionadas nestes documentos e que são associadas ao município de Paraty, como a de “monumento nacional” e da atribuição à cidade de qualidades excepcionais, como a de guardiã de “características expressivas da arte tradicional brasileira”, qualidades estas que tornam Paraty uma “cidade histórica” e um “lugar de memória” (Pierre Nora). Sendo assim, este estudo nos faz compreender porque a cidade histórica de Paraty pode ser considerada e analisada como um “museu a céu aberto”.

Palavras-chave: Lugares de memória; Museu; Paraty.

Lugares de memória

Ao falarmos de patrimônio nacional, necessário se faz compreender como esta ideia de patrimônio e o interesse em preservá-lo surgiram. Como não é o foco deste trabalho, nos deteremos, apenas, em mencionar que, para a construção do ideário de pertencimento e de identidade de uma localidade, se faz necessária a preservação da memória desta mesma localidade. Esta memória comum aos homens de dada região é que será o elo de coesão para a construção da identidade de um povo e, ainda, o sentimento de pertencimento.

O sociólogo austríaco Michael Pollak nos diz que um dos elementos que constituem a memória seriam os acontecimentos “vividos por tabela” (POLLAK, 1992, p.02), ou seja, aquelas vivências em grupo, compartilhadas pela coletividade e, por isso, a memória seria um elemento que compõe o sentimento de identidade, pois é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo e sua reconstrução de si. Para auxiliar na construção do sentimento de nação e de identidade, a figura do Estado se faz importante, pois “em nome do interesse público assume a proteção legal de determinados bens que simbolizam a nação” (FONSECA, 2009, p.51).

Para que estes bens possam construir a ideia de pertencimento, de identidade, valores lhes são atribuídos. Valores estes que muitas das vezes nos remetem a memórias, que também são instrumentos utilizados para a construção de uma identidade nacional. Como afirma o próprio Michael Pollak e outros estudiosos sobre a temática, a memória é mutável, flutuante e seletiva, ou seja, ela é construída⁵⁵⁸. A atribuição de valor aplicada à memória possui um caráter subjetivo, com a intenção de se legitimar um ideário de nação e identidade coletiva que se pretende construir. Logo, pelo fato da memória ser seletiva, alguns fatos serão lembrados enquanto que outros serão esquecidos, pois não contribuirão para a legitimidade da nação que se pretende construir. Com isso, alguns fatos históricos e algumas personalidades são esquecidos enquanto que outras são lembradas e valorizadas.

Por ser mutável e flutuante, podemos encontrar que determinado acontecimento histórico ou personagem não seja valorizado e em determinado contexto histórico seja importante elaborar uma nova leitura do acontecimento ou da pessoa, com a intenção de se legitimar uma ideologia defendida naquele momento. Sendo assim, a memória está sendo, a

⁵⁵⁷ Graduado em História pelo Centro Universitário La Salle RJ. Mestrando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS-UNIRIO). E-mail: junior.lemos.08@gmail.com

⁵⁵⁸ Ibid

todo o momento, evocada e valorizada, com o intuito de se construir o sentimento de pertença e de identidade. É este sentimento de identidade que propicia a coesão entre os indivíduos, necessária para a construção da nação.

Ainda procurando explorar um pouco mais a memória e sua relevância para a construção da nação e mesmo para a preservação do bem histórico e sua relação com fatos ou lugares, nos vem à mente a expressão utilizada pelo historiador francês Pierre Nora, “lugares de memória” (NORA, 1993, p.12). Tendo como base de análise este autor, percebemos que os lugares de memória são construídos com o intuito de reter o passado. Movimentos são feitos, estudados e elaborados nesse sentido, com a proposta de guardar e/ou preservar elementos, resquícios de um passado distante que correriam risco de serem destruídos e apagados devido ao passar do tempo.

Com relação aos lugares de memória, citamos um trecho de Nora: “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”⁵⁵⁹. Interpretamos que estes restos podem ser considerados como sendo resquícios desse passado longínquo e que se convencionou preservar (lembrando aqui uma das características da memória, qual seja, a seletividade. Logo, se conserva algo em detrimento de outras referências que, assim, caem no esquecimento e se perdem), para que haja o mínimo de contato e/ou referência desse passado que não quer ser esquecido, que não existe mais e que, por isso mesmo, deve ser preservado.

Finalizando a análise da expressão “lugares de memória”, não podemos deixar de mencionar, mais uma vez, Michael Pollak, que ao analisar os lugares como sendo um dos elementos da memória, dialoga com Pierre Nora. Em seu texto *Memória e identidade social*⁵⁶⁰, Pollak pontua três elementos constitutivos da memória, tanto a individual quanto a coletiva. Estes elementos são: os acontecimentos, as pessoas e/ou personagens e, por fim, os lugares. Lugares estes que servem de apoio da memória.

Museus – ampliação do conceito clássico

Quando pensamos em museus, imediatamente vem à mente a imagem do museu clássico: uma instituição abrigada em um prédio, possuidora de acervos e coleções relacionados a uma determinada temática. Por mais que existam atualmente outros tipos de museus, que extrapolam essa noção clássica, ela ainda é a mais forte e, normalmente, projetos que se relacionam a esse tipo de instituição, fazem referência a sua constituição clássica.

Convém, antes de definirmos o que se entende por uma instituição, trazer uma definição do que se compreende por “museu”. Assim, de acordo com o *International Council of Museums* - ICOM, organização não governamental que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus e que mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, museu seria “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e do seu entorno, para educação e deleite da sociedade”⁵⁶¹. Para o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, a definição do termo museu é a seguinte:

⁵⁵⁹ Ibid

⁵⁶⁰ Ibidem

⁵⁶¹ ICOM. Disponível em <http://icom.museum/the-vision/museum-definition>. Acesso em 25 mai. 2014

No universo da cultura, o museu assume funções as mais diversas e envolventes. Uma vontade de memória seduz as pessoas e as conduz à procura de registros antigos e novos, levando-as ao campo dos museus, no qual as portas se abrem sempre mais. A museologia é hoje compartilhada como uma prática a serviço da vida. O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma.⁵⁶²

Já a definição de museu dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é a de que “museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer”⁵⁶³. Complementando as definições apresentadas acima, agora no que se refere à instituição, percebemos que existem vários tipos de instituições, cada uma com suas próprias características. Neste trabalho, ao estudarmos os museus, seguiremos Gérard Namer que considera instituições como museus e bibliotecas, instituições de memória. O autor denomina essas instituições como

lugar de acúmulo de memória, onde sua permanência é garantida pela lei. A instituição pode acumular memória social a partir de regulamentos editados e mantidos pelos bibliotecários, que são importantes não para a memória social em si (como é o caso do colecionador), mas para o acesso a essa memória e às práticas de memória que são encorajadas pela instituição. (NAMER, 1987, p.176)

Complementando esta definição, Namer segue dizendo que o museu é uma memória selecionada do mundo, memória de uma prática social de avaliação do sagrado. O autor coloca o museu como um lugar de memória de valores, pois entende que se institucionaliza no museu aquilo que é considerado de valor, seja artístico, histórico ou estético. Ele considera que a partir do momento que se organiza uma coleção para incitar admiração de um público, se está em um museu.

É deixado claro em sua obra que podemos entender como instituição de memória, não apenas museus e bibliotecas, mas monumentos e exposições universais. Ele entende que esse tipo de instituição regulamenta práticas de memória coletiva sob uma hierarquia que privilegia algum aspecto dessa memória, como a memória do saber nas bibliotecas ou a memória estética, nos museus. As instituições de memória, no entendimento de Namer, seriam um convite à prática da memória de uma sociedade em um ambiente social.

Nessa comunicação, buscaremos mostrar possibilidades de ampliação das instituições que são utilizadas como suporte e protetoras da memória, no caso deste trabalho, os museus, possibilitando a inserção de centros históricos. Essa nova visão, ampliada, do conceito clássico do que compreendemos ser a instituição museu, vem do entendimento que esses locais são, primordialmente, lugares de memória, podendo até mesmo ser entendidos como instituições de memória, por ter as características descritas por Namer e, portanto, têm importante papel na construção da memória e história do Estado do Rio de Janeiro.

O centro histórico de Paraty: Lugar de memória e museu a céu aberto

Conforme dito no início deste trabalho, nosso objetivo é ampliar a abrangência do conceito de museu e mostrar a sua aplicabilidade aos centros históricos, principalmente o da cidade de Paraty, objeto de nosso estudo. Partindo deste objetivo central e buscando inserir e mostrar que o centro histórico da cidade sul fluminense de Paraty se adequa a esta proposta

⁵⁶²<http://www.museus.gov.br/os-museus/>

⁵⁶³<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginalphan>

de ampliação das possibilidades de instituição de memória, trazemos um pequeno trecho contido no edital da seleção de 2013 para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS onde, ao apresentar os projetos de pesquisa das linhas oferecidas pelo programa apresenta, dentro da linha “Memória e Patrimônio”, da qual participei da referida seleção e hoje faço parte como mestrando, o projeto de pesquisa da professora Regina Abreu chamado *Percursos de memória no Rio de Janeiro: revelando patrimônios, museus e narrativas*. Diz o referido trecho:

O Estado do Rio de Janeiro guarda enorme potencial de memórias. A região como um todo evoca passagens importantes não apenas da memória regional, mas também da memória nacional. Particularmente, os museus e os patrimônios constituem referências ou suportes materiais de uma gama diversificada de memórias. Estes “lugares de memória”, muitas vezes pouco conhecidos, expressam histórias riquíssimas permitindo outros olhares para a história regional e nacional⁵⁶⁴.

Diante do exposto, percebemos que todo o Estado do Rio de Janeiro possui vários resquícios de memória pertencentes aos mais variados momentos da história nacional. Assim, o centro histórico da cidade de Paraty se enquadra na proposta deste trabalho, pois a cidade de Paraty esteve presente em momentos importantes tanto da história regional quanto nacional. Desde o século XVI a cidade de Paraty é mencionada em documentos, onde se acredita que sua fundação ocorreu em 16 de agosto de 1531, dia esse em que a expedição de Martim Afonso de Souza, que ia do Rio de Janeiro à capitania de São Vicente pela costa, aportou na região. A partir de então, a cidade sul fluminense figurou em momentos importantes da história nacional como, por exemplo, em fins do século XVII e início do XVIII no período da mineração, onde os metais preciosos que vinham “das gerais” eram escoados pelo “caminho velho” até o porto de Paraty e deste até a cidade do Rio de Janeiro. Outro momento importante é no século XIX, no período da cafeicultura, onde o café que era colhido na região do Vale do Paraíba era escoado até o porto de Paraty e, de lá, para a cidade do Rio de Janeiro.

O Decreto-lei nº 1450, de 18 de setembro de 1945 e assinado pelo então interventor federal do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, erige a cidade de Paraty em Monumento Histórico Estadual. Dentre outros pontos considerados, destacam-se o conjunto arquitetônico e urbanístico do município de Paraty, que conserva características expressivas da arte tradicional brasileira e significativas peculiaridades regionais e, ainda, a valorização deste mesmo conjunto arquitetônico por seu excepcional valor histórico e artístico, sendo de utilidade cívica e cultural sua preservação⁵⁶⁵.

Em documento endereçado ao então presidente João Goulart, Júlio Furquim Sambaqui, então Ministro da Educação e Cultura, pede que seja declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos do Morro de São Roque, também conhecido pelos nomes Morro do Pontal ou do Forte, onde se localiza, no alto deste morro, o Forte Defensor Perpétuo, um dos principais monumentos históricos de Paraty e importante na defesa da baía do município, principalmente no período da mineração – séculos XVII e XVIII – quando o porto de Paraty servia de escoadouro dos metais retirados das minas gerais e eram transportados até o Rio de Janeiro⁵⁶⁶. Nesta mesma petição encontramos a seguinte passagem sobre o conjunto arquitetônico de Paraty:

⁵⁶⁴UNIRIO. Edital 2013. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/selecao-edital.php>>. Acesso em 26 de jul. 2013.

⁵⁶⁵ARQUIVO Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty.

⁵⁶⁶DOCUMENTO de Júlio Furquim Sambaqui ao então presidente da república João Goulart. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty.

[...] Paraty constitui, entre as cidades que sucederam às vilas brasileiras erigidas no período dos séculos XVII e XVIII, aquela onde a disposição dos logradouros e a arquitetura civil e religiosa (principalmente a primeira) mantiveram melhor as características originais. Importa acentuar sobretudo que o conjunto urbanístico e arquitetônico da antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios está ainda, felizmente, valorizado pela notável paisagem em que fica situado [...] ⁵⁶⁷

Analisando os aspectos artístico e histórico da cidade de Paraty, temos que “o valor arquitetônico reside na integridade do conjunto urbano e na unidade do casario que o compõem, ritmado pela sequência das portas e janelas convidativas junto às calçadas, que acompanham o retilíneo das ruas” ⁵⁶⁸

O centro histórico de Paraty oferece ao visitante uma experiência singular no que se refere à percepção dos ambientes urbanos coloniais, por duas características básicas: estar totalmente implantada em terreno plano junto ao mar e ter traçado cartesiano. Com isso, descobre-se através de cada novo plano, o que torna Paraty tão especial ⁵⁶⁹.

Para corroborar a ideia da peculiaridade e beleza do conjunto urbanístico de Paraty, trazemos um fragmento do capítulo destinado à cidade de Paraty e a Baía da Ilha Grande, presente no livro *As missões da UNESCO no Brasil*:

[...] Paraty está praticamente intacta. Construída segundo uma planta xadrez cujos eixos leste-oeste divergem ligeiramente em direção ao mar e cujas transversais norte-sul fazem uma leve curvatura que corresponde a essa divergência, Paraty constitui um exemplo urbanístico bem sucedido de um plano pré-concebido, mas não rígido. Assim, as perspectivas são muito felizes, e a simetria geral que inspira essa composição tem ali um caráter mais biológico do que friamente geométrico. (PARENT, 2008, p.70)

Através de vários estudos e debates que ocorreram, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, percebemos que o fato da cidade de Paraty ter sido elevada a monumento estadual em 1945 e ter sido inscrita no livro do tombamento em 1958 não salvaguardou todo seu aspecto histórico e arquitetônico. A preocupação em proteger o centro histórico de Paraty chama a atenção e faz com que, no início da década de 1960, o município se empenhe para que o país declare o município como monumento nacional, sob a alegação de que

os antigos sobrados com suas portas altas, paredes grossas e resistentes, sacadas de ferro e os lampadários ainda são os mesmos do século XVIII. As ruas estreitas calçadas pelos escravos guardam as lembranças das tropas de mulas que traziam o ouro de Minas Gerais. As igrejas, a cadeia, o grande casarão do Fórum com suas janelas azuis voltadas para a baía, as casas baixas de um só piso, os poucos engenhos que sobraram, conservam as linhas simples e puras da arquitetura colonial. Paraty ainda é a mesma cidade da época do ouro, um dos mais ricos conjuntos arquitetônicos do Brasil colonial Grifo nosso ⁵⁷⁰.

Diante de tal campanha e de tais argumentos em pró da preservação do município de Paraty, o presidente da república, Castelo Branco, assina o Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966, convertendo o município fluminense de Paraty em Monumento Nacional.

Como o objetivo deste trabalho não é analisar todo o processo histórico da cidade de Paraty e as políticas públicas implementadas na patrimonialização deste município (estudo este elaborado em meu trabalho de conclusão da graduação) ⁵⁷¹, detivemo-nos, apenas, em pontuar alguns momentos emblemáticos da história da cidade e mostrar algumas das peculiaridades do seu centro histórico, muito valorizada por diversos especialistas, que reforçam nosso objetivo de considerá-la um “museu a céu aberto”, ampliando, assim, o conceito *stricto* da instituição “museu”, onde nos propomos a trabalhar e a considerar este conceito de forma *latu*, instituição de memória.

⁵⁶⁷ Ibid

⁵⁶⁸ SEBRAE. Disponível em <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 23 ago. 2011.

⁵⁶⁹ Ibid

⁵⁷⁰ DOCUMENTO relatando o histórico do município de Paraty. Arquivo Central do IPHAN, RJ. Processo de Tombamento 563-T-57 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty.

⁵⁷¹ LEMOS JÚNIOR, Waldiney de Oliveira. **Preservação do patrimônio histórico e artístico – Paraty**: de feitoria a monumento nacional. Monografia de conclusão de curso de História, Niterói: LaSalle, 2011.

Trazemos um termo usado tanto no decreto que considera a cidade de Paraty monumento estadual (Decreto-lei nº 1450) quanto naquele que a eleva a categoria de monumento nacional (Decreto-lei nº 58.077), que é a palavra “monumento”. Segundo Jacques Le Goff,

a palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] (LE GOFF, 2003, p.526)

Partindo desta definição, percebemos que uma das finalidades essenciais do monumento é evocar o passado e/ou fazer recordar. Aplicada à cidade de Paraty, tem por objetivo evocar o período colonial brasileiro, já que seu conjunto arquitetônico é considerado um dos mais bem preservados de todo o país. Assim, considerando Paraty um “museu a céu aberto” (e aqui, mais uma vez, procurando estabelecer uma relação do seu centro histórico com a nossa proposta de ampliação do conceito de museu) percebemos que o seu conjunto histórico se relaciona, em muitas situações, com a proposta dos museus, que é a de guardar, preservar e de tornar acessível à população em geral vestígios, restos (fazendo referência, mais uma vez, a Pierre Nora quando afirma que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”) de um passado que procura se reter, resguardar e que nos remetem à fatos, situações, costumes, períodos importantes da história nacional.

Considerações finais

Por tudo que foi exposto, podemos perceber que é possível considerar o centro histórico de Paraty como sendo um “museu a céu aberto” e, desta maneira, ampliar o conceito clássico de museu, pois o mesmo traz elementos, vestígios da época colonial brasileira e mostra aos seus visitantes características deste período, que ao passear por suas ruas em estilo pé-de-moleque⁵⁷², pode observar os casarios antigos, sobrados e suas igrejas em estilo barroco e poderão “entrar em contato” com este passado, passado este que procuramos reter ao elaborarmos políticas públicas que tem por finalidade a preservação do patrimônio histórico e artístico deste município do sul fluminense.

Anexos



Vista aérea do centro histórico de Paraty. Em destaque, o Largo da Igreja de Santa Rita. <http://www.paraty.com.br/bairros/centro/index.asp>. Acesso em: 28 nov. 2011

⁵⁷² Calçamento feito com grandes blocos de pedras feito pelos escravos.



Maré alta nas ruas de Paraty.

http://www.paraty.com.br/centro_historico.asp. Acesso em: 08. set. 2014

Referência documental

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo nº 563-T-57 – Conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Paraty.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Série: Inventário: Paraty. I.RJ – 0210.01.

Referência bibliográfica:

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Maria Cecília Londres Fonseca. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

LE MOS JÚNIOR, Waldiney de Oliveira. **Preservação do patrimônio histórico e artístico – Paraty:** de feitoria a monumento nacional. Monografia de conclusão de curso de História, Niterói: LaSalle, 2011.

LE GOFF, Jaques. **História e memória.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 526.

NAMER, Gerárd. Les Institutions de mémoire culturelle. In: _____. **Mémoire et Société.** Paris: Meridien, 1987. p. 176

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP: São Paulo, 1981. p. 07.

PARENT, Michel. **As missões da UNESCO no Brasil.** Tradução Rejane Maria Lobo Vieira. Organização e texto: Cláudia F. Baeta Leal. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p. 70.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro, 1992. p. 03.

Sites utilizados:

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. <http://www.museus.gov.br/os-museus/>. Acesso em: 08. set. 2014.

ICOM. **International Council of Museums**. <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>. Acesso em: 08. set. 2014.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginalphan>. Acesso em: 08. set. 2014.

PARATY, turismo e ecologia. http://www.paraty.com.br/centro_historico.asp. Acesso em 08. set. 2014.

A matéria e a memória, o corpo e o espírito: um diálogo entre Henri Bergson e Merleau-Ponty, a geografia humanista e o rio Piratini

Arlindo Américo Tavares Martins Júnior⁵⁷³

Sidney Gonçalves Vieira⁵⁷⁴

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo investigar a problemática instaurada entre os conceitos de corpo e espírito na obra merleau-pontyana em contrapartida ao pensamento bergsoniano para estreitar a relação da fenomenologia com a geografia humanista a fim de elucidar a atribuição simbólica que os moradores das cidades de Pedro Osório e Cerrito, RS têm para com o Rio Piratini, bacia hidrográfica que separa as duas localidades.

Palavras-chave: fenomenologia, geografia humanista, Rio Piratini;

Introdução

Henri Bergson () concebe que o corpo é sempre orientado para a ação, tendo por função essencial limitar, em vista da ação, a vida do espírito. Com relação às representações, o corpo é um instrumento de seleção, e de seleção apenas. Não poderia nem ocasionar um estado intelectual. Já no que diz respeito à percepção, nosso corpo, “pelo lugar que ocupa a todo instante no universo”, marca os aspectos da matéria sobre os quais teríamos a ação: a percepção, que mede justamente nossa ação virtual sobre as coisas, limita-se assim aos objetos que influenciam atualmente nossos órgãos e preparam nossos movimentos. No que diz respeito à memória, o papel do corpo não é armazenar as lembranças, mas “simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final. (BERGSON, p.210). Em suma:

Repudiamos o materialismo, que pretende fazer derivar o primeiro termo do segundo; mas não aceitamos também o idealismo, que deseja que o segundo seja simplesmente uma construção do primeiro. Sustentamos contra o materialismo que a percepção supera infinitamente o estado cerebral; mas procuramos estabelecer contra o idealismo que a matéria ultrapassa por todos os lados a representação que temos dela, representação que o espírito, por assim dizer, colheu aí através de uma escolha inteligente. (...) É incontestável que o espírito se opõe inicialmente à matéria como uma unidade pura se opõe a uma multiplicidade essencialmente divisível, que além, nossas percepções se compõem de qualidades heterogêneas enquanto o universo percebido parece dever resolver-se em mudanças homogêneas e calculáveis. Haveria, portanto, a inextensão e a qualidade de um lado, a extensão e a quantidade de outro. (BERGSON, p.211)

Bergson substitui o “código espacial” pelo “código temporal” ao reconhecer a diferença de grau e não de natureza entre matéria e espírito. A consciência é constituída num “campo de imagens” onde corpo e espírito se comunicam pela mediação do tempo. Temos aqui, o que nos evoca a relação entre as obras de Bergson e Merleau-Ponty: O nascimento da subjetividade no corpo próprio.

A Fenomenologia da Percepção e o mundo dos sentidos

A Filosofia de Merleau-Ponty ((1908-1961)) é o abandono da cisão entre o sujeito e o objeto, entre a consciência e o corpo e é também uma afirmação de que a Filosofia e a Ciência não são fonte de sentido, por serem pensamento e não possuírem um ponto de partida absoluto, mas sim um solo originário e uma inerência ao mundo que devemos interrogar.

⁵⁷³ Mestrando do PPGMP – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas, arlindomartinsjunior@gmail.com

⁵⁷⁴ Professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. sid_geo@hotmail.com

Até o surgimento das teses suscitadas até então, na tradição filosófica moderna, desde Descartes, a Filosofia da Consciência é instaurada com o paradigma do dualismo: a separação absoluta entre corpo e espírito. Merleau-Ponty, ao radicalizar o contexto filosófico vigente, faz uma crítica igualmente voraz ao empirismo e ao intelectualismo: Não somos apenas consciência reflexiva nem mero objeto na relação com o todo.

Nas bases de sua obra, é notória a interpretação dos postulados de Edmund Husserl (1859 — 1938). A relação entre os dois pensadores é mais profícua principalmente no Husserl tardio e na sua Fenomenologia da Vida e surge da inclinação de ambos para a investigação cotidiana. Mas “a concepção husserliana de um sujeito universal situado fora do mundo (subjetividade transcendental) foi abandonada por Merleau-Ponty ao procurar unir num mesmo solo o empírico e o campo fenomenal, adotando o corpo como sendo o novo sujeito da percepção” (ZUNINO, 2008).

De antemão cabe explicitar aqui, o que o “filósofo de toda gente”, como Merleau-Ponty foi posteriormente conhecido, resume por “Fenomenologia⁵⁷⁵”. Em sua principal tese, a qual é eixo central de seu discurso, a “Fenomenologia da Percepção”, propõe uma visão diferenciada acerca do mundo dos sentidos e suas circunstâncias. “O mundo é inseparável do sujeito, mas de um sujeito que não é senão projeto do mundo, mas de um mundo que ele mesmo projeta.” (2006, p, 491)

Maurice Merleau-Ponty nasceu em 14 de Março de 1908, em Rochefort Sur na França. Em consequência da morte do pai na Primeira Guerra Mundial, ele, junto à irmã e o irmão mais velho, foram criados pela mãe. Na fenomenologia da Percepção, refere-se a sua “doce contingência natal”, insinuando assim uma infância feliz, enquanto disserta sobre a importância da compreensão da subjetividade, da historicidade e do tempo:

É no presente que compreendo os meus vinte e cinco primeiros anos como uma infância prolongada que devia ser seguida por uma servidão difícil, para chegar, enfim, à autonomia. Se me reporto a esses anos, tais como os vivi e os trago em mim, sua felicidade recusa-se a deixar-se explicar pela atmosfera protegida do ambiente familiar, é o mundo que era mais belo, as coisas que eram mais atraentes, e nunca posso estar seguro de compreender o meu passado melhor do que ele se compreende a si mesmo quando o vivi, nem fazer calar seu protesto. A interpretação que lhe dou está ligada à minha confiança na psicanálise; amanhã, com mais experiência e clarividência, talvez eu a compreenda de outra maneira, e conseqüentemente, construa de outra maneira o meu passado (MERLEAU-PONTY, 2006, P.6)

No decorrer da obra, pode-se observar que a temporalidade nos dá acesso à subjetividade e que a mesma possui uma presença transversal que forma um conjunto de intencionalidades, haja vista que o tempo supõe uma visão acerca do tempo. Ou seja, o tempo condiciona o ser e assim, o sujeito e o mundo vão projetando sentidos. Para que se dê uma válida noção do que representa “subjetividade” em Merleau-Ponty, devemos antes percorrer um breve caminho em direção ao seu conceito de Liberdade. A liberdade dá-se no encontro do ser interior com o ser exterior. O resultado de nossas escolhas é produto de dois fatores: as situações dadas e as possibilidades abertas. O mundo está dado independentemente de nossos sentidos, mas não está inteiramente constituído ou fechado. Dependendo assim, de nossas ações individuais e coletivas. Em suma, o sentido de nossas escolhas (os quais somos dotados de liberdade para atribuí-lo), constitui a nossa subjetividade. A nossa subjetividade,

⁵⁷⁵ 1. A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas se resumem em definir essências (por exemplo, a essência da percepção ou da consciência); mas ela repõe as essências na existência, e considera que o homem e o mundo não podem ser compreendidos “senão a partir de sua faticidade”. 2. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre „ali”, antes da reflexão, como uma presença. inalienável”; o esforço da fenomenologia é, então, por “reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico”. 3. É uma filosofia que ambiciona ser uma “ciência exata”, mas é também “um relato do espaço, do tempo, dos mundos vividos; é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem referência a sua gênese psicológica e às explicações causais que dela possam fornecer as ciências. (MERLEAU-PONTY, 2006, P.1)

em si, constrói a nossa historicidade. “A intencionalidade (...) é a transição que, como sujeito carnal, efetua de uma fase do movimento à outra, transição sempre possível pra mim, por princípio porque sou este animal de percepções e de movimentos que se chama corpo”.(BARBARAS, 1992, p,248)

Em sua análise fenomenológica Merleau-Ponty incorpora elementos neurofisiológicos e sob os dois aspectos investigativos – o filosófico e o fisiológico - redimensiona a compreensão do sujeito no processo de conhecimento: “Não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo, quando sai de sua dispersão, se ordena, se dirige por todos os meios para um termo único de seu movimento, e quando, pelo fenômeno da sinergia, uma intenção única se concebe nele”. Mas o que é o corpo?

Para a física é um agregado de átomos, massa e energia que funciona de acordo com as leis gerais da natureza. Para a química, é um composto de moléculas de água, oxigênio, carbono, enzimas e proteínas funcionando como qualquer outro sistema químico. Diz a biologia que é um organismo vivo, um indivíduo de uma espécie (animal, mamífero, bípede), capaz de adaptar-se ao meio ambiente por funções e operações internas, dotado de código genético e que se reproduz sexualmente. Já para a psicologia, o corpo é um feixe de carne, músculos e ossos que formam aparelhos receptores de estímulos e emissores de resposta pelos quais se apresentam comportamentos observáveis.

Merleau-Ponty acrescentará com seu postulado, que o corpo é um ser visível entre outros seres visíveis, mas que é visível vidente. Vejo e sou visto. Posso ver a mim mesmo, e ainda, posso me ver vendo. E quando vendo-me ver, o meu corpo reflexiona. Quando minha mão esquerda toca a minha mão direita, a segunda também sente a primeira. Quando toco a mão de outro, o mesmo fenômeno sensitivo se dá para ambos. E assim, reformulando conceitos até então vigentes e prevalentes, o filósofo francês dirá que eu e o outro, somos órgãos da mesma corporeidade. Porque o corpo é massa sensível segregada na massa do sensível.

O fato é que o sensível, que se anuncia para mim em minha vida estritamente privada, interpela toda outra corporeidade através da minha. Ele é o ser que me atinge no que tenho de mais secreto, mas também que atinge em estado bruto ou selvagem, num absoluto de presença detentor do segredo do mundo, dos outros e do verdadeiro. Há nela, “objetos” que não estão originalmente presentes somente para um sujeito, mas que se assim estão para um sujeito, podem idealmente ser dados em presença originária para todos os outros sujeitos a partir do momento em que estão constituídos. (Merleau-Ponty, 1992, p 1)

“A totalidade dos objetos que podem estar presentes originalmente e que, para todos os sujeitos comunicantes constituem um domínio de presença originária comum, é a natureza no sentido primeiro e originário”. (MERLEAU-PONTY. 1980 p, 52) Esta presença originária está na consciência, no corpo e no mundo. E todos estes expressam sua natureza. A consciência não existe sem o corpo e sem o mundo, assim como o corpo não se constitui em essência sem consciência, bem como o mundo não subsiste sem consciência e, portanto, sem corpo.

A geografia humanística: o Rio Piratini entre os conceitos de lugar e paisagem

Ao opor-se a visão da lógica positivista do espaço, a geografia humanística cultural, cuja abordagem focalizava o espaço enquanto lugar, tendo como base o estudo do indivíduo frente ao mundo, encontra sua fundamentação na fenomenologia e no existencialismo (KOEZEL TEIXEIRA, 2002). Por isso introduzimos o tema da relação do corpo para com a subjetividade dos indivíduos através da obra merleau-pontyana em contrapartida ao que aludia Bergson.

Nesta perspectiva, a geografia visa novas qualidades como subjetividade, sentimentos, experiências e simbolismos, acentuando o individual contraposto ao geral. O espaço adquire complexidade e se fragmenta, passando a ser tratado como “vivido pelas experiências

humanas". Assim, são ressignificadas categorias como "lugar" e "paisagem" que passam a ser problematizados em relação à objetividade e à subjetividade que apresentam (TUAN, 1983).

Esta nova pluralidade de concepções acerca do espaço tem suas origens em Edward Relph que irá fomentar a discussão sobre a percepção dos seres humanos sobre o lugar e como ela contribui para sua transformação. Relph menciona um mundo-vivido-cultural que é cheio de significados repletos de intersubjetividades. A leitura desta construção humana permite compreender os homens e sua organização espacial, entendendo mundo-vivido na visão husserliana como o conjunto de coisas, valores, bens e mitos "inerentes a um mundo subjetivo" construído na troca de significados (KOEZEL TEIXEIRA, 2002).

Podemos, assim, considerar que os diferentes tipos de espaços refletem a forma como o homem se relaciona com seu meio e permitem inferir que o meio constitui-se elemento importante no que tange os aspectos da representação e da percepção. Relph questiona o sentido que os sujeitos atribuem aos lugares através dos conceitos de lugaridade (placeness) e falta-de-lugaridade (placelessness). Deve-se compreender a tipologia da apropriação do lugar vivenciada pelo sujeito através dos graus de interioridade que se expressam em sua experimentação.

Os municípios de Pedro Osório e Cerrito estão situados na região sudoeste do Rio Grande do Sul e obtiveram sua formação étnica através dos guaranis, charruas, minuanos, espanhóis, portugueses, africanos, alemães e italianos. Comunidades simples e com baixo desenvolvimento local, tiveram, em suas histórias recentes, suas atividades históricas, econômicas⁵⁷⁶ e recreativas embasadas, sobretudo, no uso do Rio Piratini - bacia hidrográfica que separa as duas localidades. Além de possibilitar a subsistência que aqueles que habitam suas margens essencialmente carecem, o rio também lhes significa perigo. Recorrentemente a população se vê ameaçada pelas inundações urbanas (Telles, 2002), que atingem boa parte da população⁵⁷⁷ e do território rural e urbano dos municípios - conforme observado nos anos 1959, 1983 e 1992. Assim sendo, o Rio Piratini representa para os moradores de Pedro Osório e Cerrito uma ambivalência potencial: pode ser visto com uma complexa pluralidade de concepções individuais, singulares ou plurais que explicitam também o movimento da ancestralidade dos homens e sua relação para com a natureza, visto como a humanidade de relaciona com ela de modo geral.

Através de entrevistas compartilhadas que usam a história oral como fonte de apreensão do espaço e do tempo interiorizados pelo narrador (PORTELLI, 2008) é que se fomenta esta investigação, buscando subsidiar o substrato das entrevistas com os conceitos enunciados alicerçando-se na concepção fenomenológica da ciência, para por fim relacioná-lo à esfera da memória social e do patrimônio cultural.

Os processos geomorfológicos que desencadeiam nas inundações tornam precárias as condições de existência de boa parte da população. Em decorrência, dá-se também a transformação parcial da paisagem material e também imaterial que permeia aquele lugar. Nesse sentido, notamos que a relação que os moradores apresentam com as pontes faz a analogia que aqui nos é conveniente: o rio, no imaginário dos moradores daquelas localidades,

Nora (1993) nos fala que a necessidade da memória é proveniente da quebra com o passado. Queremos lembrar por que estamos esquecendo. Ou, nesse caso, por que somos quase obrigados a esquecer, visto que não receberemos mais os mesmos estímulos sobre o determinado objeto que não é mais, de fato, o mesmo.

A opulência das pontes irá ditar, de certa forma, a relação que os transeuntes têm com elas. Podemos observar isso através da diferença das narrativas que se produzira sobre o pontilhão de madeira erguido 1992 e as que se produzem com a construção erguida em 2000.

⁵⁷⁶ a agricultura, a pecuária e a produção oleira.

⁵⁷⁷ sobretudo aquela mais sujeita a vulnerabilidade social devido a fatores econômicos.

Também são recorrentes os relatos que fazem menção as pontes derrubadas pelas enchentes de 1959 e 1983 como objetos que marcaram a história e que servem de pontos de referência no eixo espaço temporal. A memória se enraíza no espaço, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais.

Ainda hoje podemos conferir as ruínas dos pilares de duas dessas pontes, que são mantidas em sua posição original e que, para qualquer pessoa que tenha vivido ali, são monumentos que simbolizam a perda e a reconstrução. Estes monumentos, de certa forma, se integram a paisagem e podem tomados como lugares de memória tanto quanto a Natureza. Este complexo paisagístico é composto por uma variedade de camadas subjacentes que podem ser vistas e investigas de distintas maneiras. Nossa pesquisa, ainda tão embrionária, irá, por enquanto, apenas conceber esta possibilidade e aludir essas distintas percepções destas distintas camadas, que evidenciam que a relação entre homem e rio se estreita de acordo com sua sinergia e se legitima quando ela passa a ser enérgica.

Os moradores, ao sintetizarem um sentido para o lugar, não só fazem uso de suas memórias individuais, mas também recorrem a memória social – ou coletiva – para construírem esta concepção. Podemos observar o caso de um entrevistado, que dissera que ali seus pais namoravam e que ali ele havia sido concebido. Sua ligação com o nosso objeto compartilhado transcendia a sua própria existência – visto que ele ainda não havia nascido – mas mesmo assim incorporara esta narrativa como se fosse sua. Este processo, parece se relacionar com aquele que Nora chamara de apropriação dos lugares de memória pela sociedade para a construção de sua identidade e acesso a um lugar compartilhado – independentemente do eixo temporal em que se instala.

Nora (1993) compreende que, em certos lugares, a memória ganha tamanha atenção, por que é diante dela que tomamos consciência da quebra com o passado. Afirmativa corroborada por Huyssen, quando este diz: “[...] o enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido.” (2000, p.20). Sumariamente, conforme pauta Motta (2011, p. 280): Há uma correlação entre lugares, memórias, pessoas e grupos. Um lugar, de certo modo, é uma construção social resultante do enraizamento de um ou mais indivíduos num eixo espaço-temporal comum, que se converte em elemento fundamental para a construção de memórias e narrativas a emoldurar o passado, o presente e o futuro. Essas narrativas são os fenômenos que aqui nos interessam.

Referencias:

CHAUÍ, M. Merleau-Ponty e o que as artes ensinam a filosofia. In: Os filósofos e a arte. Org.: RADDCK, Rafael. Rocco, Rio de Janeiro, 2010.

CHOWSKY, N. Sobre Natureza e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GODELIER, M. L'idéal et le Matériel. Pensée, économies, sociétés. Paris: Fayards, 1984

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Aeroplano, 2000.

KOZEL TEIXEIRA, S. As representações no geográfico. In: Francisco Mendonça e Salete Kozel. (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea.** 20ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002, v. 1, p. 215-232.

MERLEAU-PONTY, M. A estrutura do comportamento. São Paulo. Perspectiva. 1942 .

MERLEAU-PONTY, M. (1991). Signos (M. Pereira, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1960)

MERLEAU-PONTY, M. (1992). **O visível e o invisível** (A. Gianotti, & A. Mora, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Texto original publicado em 1964)

MERLEAU-PONTY, M. (1994). **Fenomenologia da percepção** (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1945)

MURPHY, J. **The voice of memory: history, autobiography and oral memory.** Historical Studies, vol. 22, n 87, outubro 1986, pp 157-75.

MOTTA, 2011

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** São Paulo, PUC-SP, 1993.

RICOEUR, P. **Memória, História e Esquecimento,** Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

Potencialidades do uso de sistema de informações geográficas para a gestão, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural material

Erick de Melo Maciel⁵⁷⁸

Resumo

O trabalho visa mostrar as potencialidades do uso de um sistema de informações geográficas para a gestão, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural material. A gestão dos espaços naturais apresenta como objetivo principal a conservação dos espaços, a biodiversidade e os processos que nela ocorrem, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a participação social, entre outros. O estudo se baseou no levantamento de material bibliográfico sobre o uso do SIG na gestão de sítios arqueológicos e patrimônio cultural com base em casos de estudo nacionais e internacionais. O uso do geoprocessamento está muito difundido na área ambiental, onde possibilita diversos tipos de estudo, entretanto na Arqueologia ainda é incipiente seu uso e aplicação. Constata-se que um SIG pode ser muito útil e ter diversas aplicações na gestão de várias classes de patrimônio cultural a partir das adaptações necessárias às características de cada tipo de bem cultural.

Palavras-chave: sistema de informações geográficas, patrimônio cultural, gestão, preservação.

Introdução

No atual momento de desenvolvimento econômico condicionado pelo processo de integração entre nações, os recursos locais ganham uma relevância crescente. Entre esses recursos encontram-se o patrimônio natural, cultural e paisagístico. Estes bens, se economicamente considerados, poderão constituir vantagens competitivas em relação a outros territórios e potencializar as condições de integração em espaços econômicos cada vez mais amplos.

Numa cidade os recursos naturais e culturais podem demandar a criação de condições adequadas para o aproveitamento deste tipo de oportunidades. Porém, como construir uma estratégia de desenvolvimento em torno destes recursos? Que tipos de instrumentos devem utilizar? A gestão e conservação do patrimônio natural e cultural podem contribuir para o desenvolvimento? Dados espaciais podem facilitar a gestão de bens naturais e culturais? Os planos de gerenciamento municipais podem auxiliar na conservação do patrimônio local, no entanto, falham em relação à gestão e conservação dos mesmos, não estabelecendo instrumentos eficazes para a salvaguarda do patrimônio imaterial e material do território.

A apresentação espacial dos processos de desenvolvimento econômico e social tem conhecido pequenas transformações ao longo de sua história, principalmente, na incorporação do patrimônio natural e cultural nos instrumentos de ordenamento do território, a criação de um novo instrumento de gestão e conservação destes bens, faz-se necessário devido a crescente importância assumida pelo patrimônio histórico-cultural local.

As implicações do estabelecimento de regras de uso do solo, condicionando o valor da propriedade, com os consequentes conflitos que se geram, merecem reflexão, principalmente no que se refere à transformação do recurso solo como valor patrimonial e à visão de como a sociedade são-borjense se pretende desenvolver no longo prazo.

Para tanto, a criação de novos instrumentos de gestão territorial tem-se revelado insuficiente para uma regulação e utilização adequada dos recursos patrimoniais, apresentando problemas de compatibilização entre formulação e operacionalização dos planos, entre princípios de ordenamento e de gestão.

A gestão pública possui um papel importante no domínio do patrimônio cultural e do ordenamento do território. Com efeito, se por um lado a justificação da intervenção dos agentes públicos é baseada no princípio potencializador de melhorias das condições de vida da

⁵⁷⁸ Universidade Federal do Pampa, erickmaciel@unipampa.edu.br

população, por outro lado, vários são os desafios que se colocam na definição das suas políticas de desenvolvimento e na formulação de planos.

Neste sentido, o tema que este trabalho trata é “potencialidades do uso de sistema de informações geográficas (SIG) para a gestão, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural material”, que visa investigar as ferramentas do SIG no apoio ao processo de gestão e conservação do patrimônio natural e cultural.

Fundamentação teórica

O termo cultura, como conceito amplo e genérico, aplica-se a várias e distintas formas desde a literatura às artes, passando pelos monumentos e paisagens naturais e artificiais, ou simplesmente o termo patrimônio. Correntemente, este último aplica-se a diversos domínios: histórico, ambiental, arquitetônico, arqueológico, são apenas alguns exemplos.

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens materiais e imateriais que fazem parte da cultura. O bem cultural, de um modo geral, compreende todo testemunho do homem e seu meio, contemplado em si mesmo, sem estabelecer obstáculos derivados de sua propriedade, uso, antiguidade ou valor econômico, i.e., é o resultado do trabalho do homem sobre a natureza. No Patrimônio Cultural Material, fazem parte bens imóveis tais como edifícios, conjuntos urbanos, casas, praças, e ainda lugares dotados de significativo valor para a história.

A preservação pode ser entendida como um conjunto de ações adotadas pelo poder público ou pelas comunidades, que visam à preservação dos bens de valor cultural e natural. Para tanto a gestão e a conservação pelo SIG constitui-se como um importante instrumento dentro do processo de proteção dos bens culturais. Desse modo preserva-se o que é possível para manter a integridade dos traços que definem um bem cultural, pois, eles constituem a herança patrimonial de um povo e esse legado é a sua identidade cultural, que forma a sociedade no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

Entende-se a gestão de espaços naturais como o conjunto de ações e de instrumentos, estes como a organização, a administração, o manejo, a execução, a proteção e a conservação dos elementos de um determinado espaço, coordenando os interesses da conservação do sistema ecológico-cultural com o uso sustentável do espaço natural e cultural, integrando os distintos atores sociais.

A gestão dos espaços naturais apresenta como objetivo principal a conservação dos espaços, a biodiversidade e os processos que nela ocorrem, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a participação social, entre outros. Portanto, torna-se premente a gestão dos espaços naturais e culturais para se imprimir um desenvolvimento local.

Em qualquer processo de gestão de espaços naturais encontram-se diversos coletivos, grupos ou indivíduos que de forma direta ou indireta atuam sobre a gestão de áreas naturais ou culturais, ou porque nelas vivem, ou nelas realizam determinadas atividades, ou têm interesses específicos em relação aos seus recursos naturais.

O geoprocessamento apresenta um enorme potencial, principalmente se baseado em tecnologias de custo relativamente baixo, em que o conhecimento é adquirido localmente (ASSAD, 1998).

Assad (1998) completa dizendo que os instrumentos computacionais do geoprocessamento, chamados de sistemas de informações geográficas (SIG), permitem a realização de análises complexas ao integrar dados de diversas fontes e ao criar um banco de dados espaciais e georreferenciados. Os SIG tornam possível ainda a automatização da produção de documentos cartográficos.

Além do meio ambiente natural, deve-se proteger o meio ambiente cultural, o qual se trata de uma criação humana que se expressa em suas múltiplas facetas sociais. A cultura, do ponto de vista antropológico, constitui o elemento identificador das sociedades humanas e

engloba a língua pela qual o povo se comunica, transmite histórias e externa suas poesias, a forma como prepara seus alimentos, o modo como se veste e as edificações que lhes servem de moradia, assim como suas crenças, sua religião, o conhecimento e o saber fazer as coisas, seu direito (SIRVINSKAS, 2009).

Para Sirvinskaskas (2009) o patrimônio cultural é formado por uma gama diversificada de produtos e subprodutos provenientes da sociedade. Esse patrimônio deve ser protegido em razão de seu valor cultural e histórico, pois se constitui a memória de um povo, de um país. Não se trata, segue o autor, de interesse particular, mas sim a um interesse histórico e artístico, cuja satisfação integra os fins do Estado, sendo uma especial qualificação do interesse geral da coletividade.

Em âmbito nacional, o conceito de patrimônio cultural é amplo e abrange uma gama enorme de bens móveis e imóveis importantes para a cultura nacional, sendo significativa a proteção do patrimônio natural e artificial de valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, ecológico, etc., i.e., a proteção do patrimônio ligado ao meio ambiente cultural e artificial relevante (SIRVINSKAS, 2009).

Os problemas das aglomerações humanas não admitem nem soluções parciais nem improvisações, exigem integração e racionalidade de decisões, ou seja, planejamento (MOREIRA NETO, 1977). E é no planejamento que um SIG promove grandes avanços, tanto na gestão, quanto na preservação e conservação, o qual permite realizar o monitoramento e análise espacial do território onde se encontram edificações e paisagens culturais.

A defesa paisagística e monumental também deve ser planejada no zoneamento, identificando-se os sítios dotados de peculiar beleza, os locais amenos, os belvederes, os acidentes pitorescos ou os sítios em que tenham importância histórica, cultural ou monumental (MOREIRA NETO, 1977). Acselrad (1993), corrobora dizendo que o meio ambiente é a base natural sobre a qual as sociedades humanas se estruturam, formam sua sustentação (ACSELRAD, 1993).

Agra Filho e Viegas (1996) entendem que:

As interações humanas com o sistema natural desenvolvem-se, essencialmente, pelas formas e condições de ocupação do território, de apropriação de recursos naturais e da organização social adotadas para o atendimento das suas necessidades, expressas pelo padrão de consumo de cada sociedade. A realidade ambiental resulta, portanto, dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e social determinados pelo padrão e modelo de desenvolvimento almejado. A função primordial da gestão ambiental deve constituir-se na condução harmoniosa desses processos, visando a sustentabilidade do desenvolvimento. A impossibilidade dessa harmonia tem propiciado um modelo de exploração e produção acima da capacidade de suporte dos recursos ambientais, gerando, portanto, as mazelas bastante conhecidas da sociedade.

Qualquer que seja a proveniência de objeto arqueológico em estudo, o mesmo necessita ser considerado não como um elemento individualizado, mas como um componente da paisagem: todo elemento arqueológico requer contextualização espacial para permitir traçar paralelos com outros tempos e espaços em estudo. Para Santos (2006) a utilização de SIG já tem seu lugar assegurado em ciências como a Biologia, a Geologia, a Geografia, ou Ciências Ambientais, embora, o mesmo, seja uma realidade noutros países, o mesmo não se pode dizer da investigação arqueológica nacional. Assim, estimular a operacionalidade de instrumentos para a salvaguarda do patrimônio natural e cultural é fundamental.

Metodologia

Como esse estudo tem função de apresentar as potencialidades do uso de um SIG na gestão, conservação e preservação da cultura e do patrimônio, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa exploratória (YIN, 2010). A partir dessa exploração, é possível ao pesquisador a formulação de conceitos e hipóteses a serem aprofundadas em estudos posteriores.

Essa pesquisa qualitativa tem continuidade através da utilização do SIG como ferramenta para coleta de dados e também para análise dos mesmos, de forma a fundamentar o desenvolvimento baseado no conhecimento.

O estudo se baseou no levantamento de material bibliográfico sobre o uso do SIG na gestão de sítios arqueológicos e patrimônio cultural. Com base em casos de estudo nacionais e internacionais foi efetuada uma avaliação considerando a obtenção de caminhos para o desenvolvimento de modelos alternativos de planejamento, gestão e conservação do patrimônio natural e cultural, através de um banco de dados de informações geográficas.

Análise e resultados

O SIG modelado pode ser utilizado na gestão do patrimônio cultural de uma região e servem de base para os estágios posteriores de seu desenvolvimento, como a análise espacial, defendida por Kvamme *apud* Delforge (2010).

O uso do geoprocessamento está muito difundido na área ambiental, onde possibilita diversos tipos de estudo, entretanto na Arqueologia ainda é incipiente seu uso e aplicação. A ferramenta SIG pode ser muito útil nos estudo de patrimônio cultural, exemplo disso, Delforge (2010), apresenta algumas funções que um SIG destinado ao gerenciamento do patrimônio arqueológico permite desenvolver:

- a. Inventário, organização, armazenamento, estatística, recuperação seletiva de dados e cartografia, gestão de banco de dados.
- b. Análise espacial, análise da distribuição de sítios arqueológicos no terreno em relação às variáveis geográficas.
- c. Levantamento do risco à preservação e sensibilidade a impactos antrópicos aos sítios arqueológicos.
- d. Avaliação de potencial, para existência de sítios desconhecidos em áreas sem informação.
- e. Gerenciamento como apoio à adoção de medidas de proteção, apoio à fiscalização e apoio à tomada de decisão.

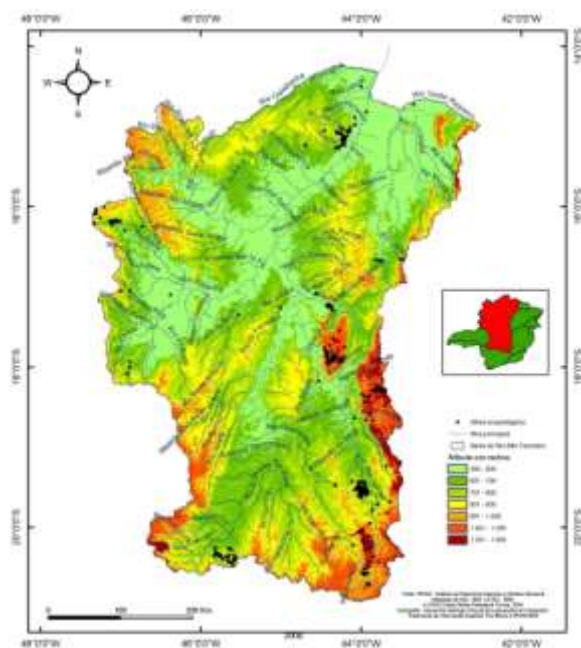


**Figura 1 – Sítios arqueológicos pré-coloniais na Bacia do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais.
505 sítios arqueológicos pré-coloniais georreferenciados registrados.**

Fonte: Delforge, 2010.

A figura 1 apresenta um exemplo claro do uso de um SIG na gestão do patrimônio arqueológico no Estado de Minas Gerais na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O SIG possibilita uma análise espacial mais ampla, pela qual se pode identificar não potenciais locais para novos estudos, como também realizar um gerenciamento das áreas cadastradas. Tais usos permitem a construção de planos de gestão territorial mais eficazes, os quais podem garantir a preservação e conservação de bens e paisagens culturais.

Conclusão

O estudo buscou mostrar as potencialidades de uso de um SIG na gestão, preservação e conservação do patrimônio cultural através de levantamento de casos e estudos realizados na área, onde se percebeu que sua utilização ainda não é muito difundida na área de Arqueologia e na gestão de patrimônio histórico-cultural.

Constata-se que um SIG pode ser muito útil e ter diversas aplicações na gestão de várias classes de patrimônio cultural a partir das adaptações necessárias às características de cada tipo de bem cultural.

Um SIG pode se adaptar bem tanto à função de mapeamento, quanto à análise ambiental dos sítios arqueológicos no gerenciamento do patrimônio cultural.

O SIG também cumpre eficientemente a função de análise de potenciais riscos e da exposição dos sítios a eles, além de diversas outras informações úteis, que fornecem importantes subsídios para a elaboração de políticas públicas de gestão, proteção e conservação ao patrimônio cultural.

Referências

- ACSELRAD, H. Ecologia direito do cidadão: coletânea de textos. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.
- AGRA FILHO, S.S.; VIEGAS, O. Planos de gestão e programas de monitoramento costeiro: diretrizes e elaboração. Brasília, DF: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1996.
- ASSAD, E. D. Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura. Brasil: Embrapa, 1998.
- DELFORGE, A. H. O gerenciamento do patrimônio arqueológico no Estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. Belo Horizonte, 2010.
- MOREIRA NETO, D.F. Introdução ao direito ecológico e ao direito urbanístico: instrumentos jurídicos para um futuro melhor. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- SIRVINSKAS, L.P. Manual do direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2009.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Santa Isabel do Sul – Arroio Grande-RS: Inventário do patrimônio arquitetônico

Jeferson Dutra Salaberry⁵⁷⁹

Cledenir Vergara Mendonça⁵⁸⁰

Francine Morales Tavares Ribeiro⁵⁸¹

Resumo

O artigo trata do arrolamento e registro das estruturas arquitetônicas e urbanas remanescentes do Patrimônio Arquitetônico de Santa Isabel do Sul – Arroio Grande-RS. O objetivo geral do trabalho foi o resgate e o conhecimento/reconhecimento da arquitetura da localidade, tanto em relação aos seus valores estéticos como aos históricos. Os resultados mais importantes do estudo foram o conhecimento do estado atual de descaracterização em que se encontram as edificações e o conhecimento da história do lugar. Podemos concluir que a vila de Santa Isabel do Sul apresenta remanescentes arquitetônicos muito significativos pelo seu valor histórico e por apresentar edificações que, apesar das descaracterizações e do abandono, são significativas por serem portadoras dos elementos estéticos da arquitetura característica do período inicial da urbanização do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: História, patrimônio arquitetônico, Santa Isabel do Sul - RS.

Introdução

Poucos distritos tem em sua trajetória uma emblemática e cativante história como Santa Isabel. Envolvida geograficamente pelos caminhos pioneiros no sul do Brasil, estruturou-se dentro dos projetos de avanço português em direção ao Prata, na ocupação dos campos sulinos. Assim, silenciosamente, o distrito foi presença significativa nos acontecimentos políticos e militares que delinearam as divisas e fronteiras no sul do Brasil.

Entre 1882 e 1893, Santa Isabel se emancipou do município do Arroio Grande. Potencialidades e movimentos liberais demarcaram um rumo, uma utopia, alicerçada em um tripé básico: princípios econômicos liberais, produção de bois para as charqueadas e o escravismo pungente nas relações sociais e econômicas estabelecidas na região àquele tempo, no fulgor do século XIX.

A ocupação desse território começa com as vastas doações, pelo governo português, no ano de 1789, de sesmarias aos fazendeiros militares, para a ocupação e proteção das fronteiras. O local demorou a se desenvolver como núcleo urbano, mas inevitavelmente estava situado em um ponto estratégico, à beira do canal São Gonçalo (Fig. 1), portal de saída ou entrada da Lagoa Mirim. Somente em 1835, na Revolução Farroupilha, foi que se percebeu um contingente semiurbano, em que estavam agrupados militares, escravos, peões de estâncias ou as conhecidas tropas contrabandeadas do Uruguai. O porto passava a ser o contato, as idas e vindas, o comércio e as esperanças das oligarquias rurais e seus projetos políticos. (SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012)

⁵⁷⁹ Universidade Federal de Pelotas, Jeferson.sallaberry@gmail.com

⁵⁸⁰ Universidade Federal do Rio Grande, cledenirmendonca@yahoo.com.br

⁵⁸¹ Universidade Federal de Pelotas, francine_mtavares@yahoo.com.br



Figura 1 - Canal São Gonçalo, Sangradouro da Lagoa Mirim.

Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.

A presente pesquisa tem como tema a preservação do patrimônio arquitetônico. A delimitação físico-espaial é o distrito de Santa Isabel do Sul (Fig. 2), situado no município de Arroio Grande – RS. A justificativa do trabalho está vinculada à emergência da preservação. O distrito de Santa Isabel se encontra afastado das áreas de desenvolvimento econômico e social. Também é importante destacar que parte significativa da população do local é proveniente de outros municípios, o que resulta na baixa estima desta em relação aos valores da localidade. O objetivo geral do trabalho foi o resgate e o conhecimento/reconhecimento da arquitetura da região, tanto em relação aos seus valores estéticos como aos históricos. Como objetivo específico executou-se uma descrição histórica do local e um registro e levantamento dos prédios antigos remanescentes.

A metodologia utilizada é a histórica e o inventário, trabalhos de pesquisa que exigiram a utilização de diversas técnicas e procedimentos, entre os quais o arrolamento e registro das estruturas arquitetônicas e urbanas com levantamento fotográfico, o levantamento métrico arquitetônico e preenchimento de fichas de caracterização arquitetônica e contextualização histórica. (BLOCH, 2001)

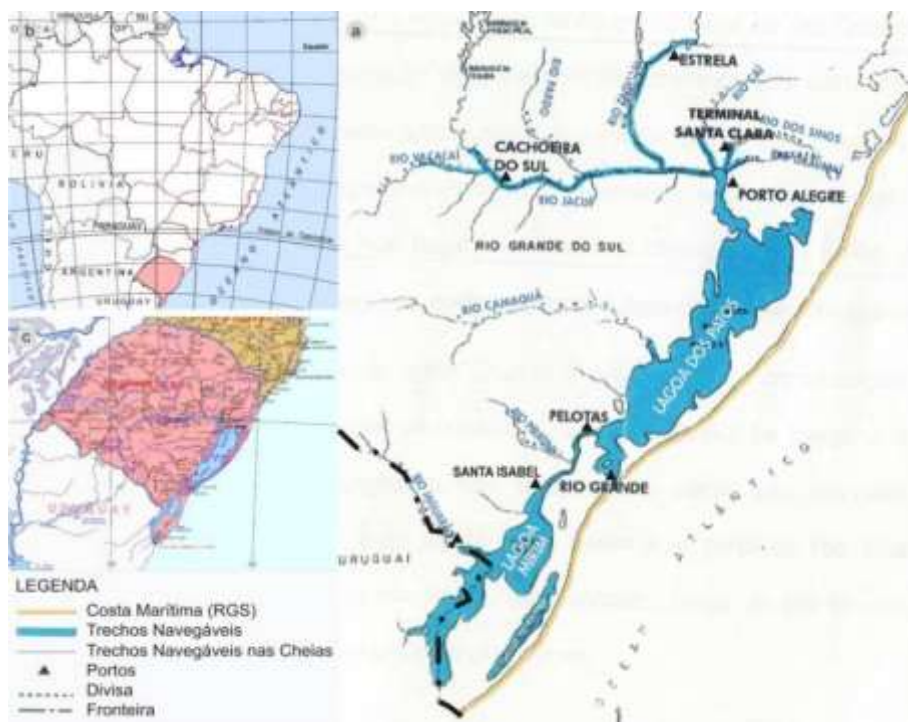


Figura 2 - Mapa do Brasil e Rio Grande do Sul e Mapa Hidroviário localizando o porto de Santa Isabel.

Fonte: SALABERRY, 2012

Contextualização Histórica

Em 1865, durante a viagem a Jaguarão, D. Pedro II foi visitar a nascente Vila de Santa Isabel, episódio na qual o Conde D'Eu fez referência em suas *Memórias Militares*. (D'EU, 1981) Naquele tempo, sua Igreja já estava benta; o terreno para a construção da igreja foi doado em 1859 e as obras concluídas em 1861. Movimentos no porto, produtos importados do Uruguai, contrabando conveniente e nos empórios da Vila o vinho do Porto, sabonetes Alvat, munição, tecidos de seda e anis fomentavam a rede do comércio que subia a serra até Arroio Grande. (MENDONÇA, 2002)

As queixas contra Arroio Grande e o descaso de sua administração cresceram. Os novos sopros liberais e movimentos de emancipação irremediavelmente saíam dos *fluxicos* interioranos para converter-se na mais importante experiência emancipatória do extremo sul. Em 09.05.1882, com a lei Provincial 1.368, foi criada a Vila de Santa Isabel. As Eleições para vereadores ocorreram em 01.07.1882 e o Auto de Instalação ocorreu no dia 27.01.1883. (MENDONÇA, 2002)

A arrecadação da Vila girava em torno de impostos taxados das exportações de gado, olarias, caieiras, casas de comércio e arrematações dos Passos dos Canudos, Maria Gomes e Orqueta. Com percentuais menores, apareciam as ferrarias, carpintarias e mascates.

Ao longo do canal São Gonçalo ou nas extensas estâncias de criação de gado, a atividade charqueadora sempre foi um dos pilares da economia de Santa Isabel durante o século XIX. Os subprodutos do charque também constituíram um fator importante nas relações sociais estabelecidas naquele período, através da economia. O sebo, a crina de cavalos, cascos e couro eram arrematados por intermediários e enviados aos centros maiores (Pelotas e Rio Grande) para serem vendidos.

Luiz Manuel Pereira, o Luiz Canelas, tinha uma barca que só transportava “canelas” de bois até o porto rio-grandino. A edificação onde morava era uma oficina e marcenaria dedicada à construção de caixões de defuntos e à construção/concerto de carroças e carretas de bois. No entorno da residência funcionava também uma hospedaria temporária das forças rebeldes durante a Revolução de 1893 que, de certa forma, atingia o centro político do município anexado a Arroio Grande.

Não era tipicamente um município rico, mas as principais dificuldades estavam nos constantes embates com Arroio Grande, que não aceitava a perda de seu ex-distrito.

Com a queda do Império e a chegada da República em 1889, novos e fortes rumores circulavam e atormentavam a Junta Municipal. Depois das rixas ao longo dos anos, agora os liberais saíam de cena da vida política e uma nova batalha se avizinhava. Arrastou-se até 1893, quando o Ato nº11 de 16 de janeiro, com a rubrica já pré-estabelecida de Julio de Castilhos, Presidente do Estado, suprimiu o município isabelense, que lhe fora infiel politicamente. (MENDONÇA, 2002)

Novos tempos começaram. Santa Isabel voltou a ser distrito e os antigos prédios públicos ficaram vazios. Viriam, ao mesmo tempo, a Revolução Federalista e os caminhos flancos aos revolucionários de Gaspar Martins e Gumercindo Saraiva. Desordem social, vândalos, oportunistas, abandono e despreparo das forças policiais e processos de migrações forçadas caracterizaram a curta resistência que Santa Isabel poderia oferecer. Restaram frágeis raízes que vêm se perdendo ao longo do tempo, além do desconforto de não serem reconhecidos os herdeiros da antiga Santa Isabel.

As antigas edificações do Distrito de Santa Isabel

Ao longo do caminho que leva ao porto do Canal São Gonçalo, encontramos um significativo vestígio arquitetônico da Vila de Santa Isabel. Trata-se de uma fachada com suas

colunas e azulejos portugueses do século XIX, uma edificação que tem suas origens nos meados de 1860. Esta edificação foi de uso comercial, de depósito e moradia, além de ter sido fábrica de queijos e manteiga, vendidos nas praças de Pelotas e Rio Grande. Atualmente a construção é ocupada em anexos construídos com as sobras de material. (Fig. 3)



Figura 3 - Rua Princesa Isabel.
Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.

O quarteirão denominado “Alto do Bronze”, de certa forma constitui a base da estrutura administrativa e de serviços públicos do distrito a partir do século XX. O prédio abrigou a Subintendência, depois Subprefeitura, o Posto de Controle Naval da Marinha e a Central Telefônica nos anos 80. Na década de 90, o prédio em questão voltou a ser a sede da Subprefeitura de Arroio Grande.

Estas edificações compõem o eixo histórico/arquitetônico de Santa Isabel da fase intermediária da ocupação urbana, ou seja, com fachadas planas, vergas retas, elementos geometrizados (Fig. 4); diferentes das construções mais antigas das vergas em portas e janelas, com arcos plenos, com cimalhas e molduras ornamentadas.

As atuais residências de Theodoro Brahm e Lauro Brahm, pertencentes ao “alto do bronze”, foram pontos importantes na localidade, caracterizando-se por terem sido um espaço reservado a pernoite e alimentação dos viajantes. O antigo Hotel Vieira, segundo referências históricas, serviu de pouso e descanso dos viajantes que cruzavam a Mirim e o São Gonçalo, desde o tempo de Afonso Athanásio Corrêa Brandão, com sua casa de “Secos & Molhados” e Hotel, isto em 1884. (Fig. 4)

Analisando a arquitetura deste conjunto, somente podemos identificar que algumas das alvenarias são remanescentes das antigas edificações, especificamente no lote em que funcionava a antiga subprefeitura, no qual nenhum elemento arquitetônico é identificável como autêntico.

Ao analisar as condições de preservação, comparando com o inventário de 1994, podemos verificar que um grande casarão do conjunto foi completamente demolido, enquanto os demais, que já se encontravam com alguma alteração, hoje estão em alto grau alterados, um deles inclusive em situação de ruína.



Figura 4 - Comércio e Residência de Theodoro Brahm.
Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.

Entre os remanescentes também podemos destacar algumas edificações que possuem um valor histórico de segunda ordem, sendo construídas na metade do século XX, como por exemplo a vila operaria da antiga Cimensul (Indústrias Matarazzo), que são edificações que não possuem valor estético, mas devem ser preservadas por constituírem um dos raros exemplares ainda existentes representativos de uma “Vila Operária”. Considerando que as antigas vilas operárias foram demolidas, sua arquitetura deve ser conhecida. (Fig. 5)

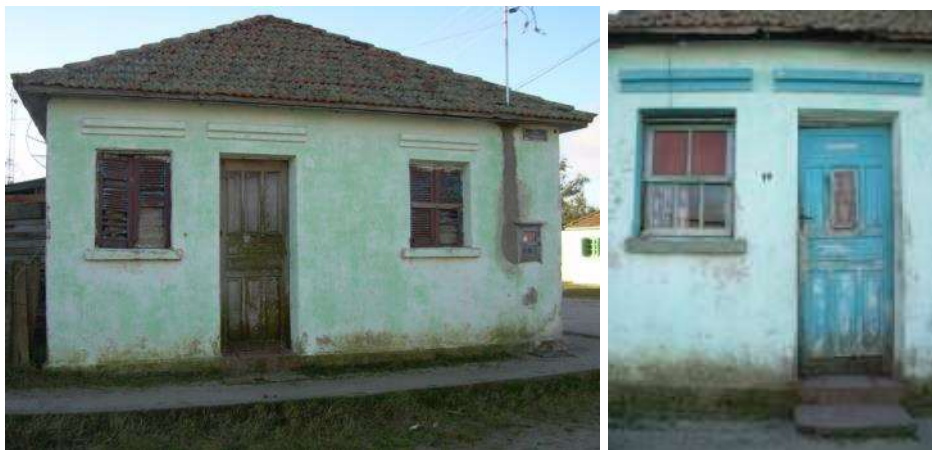


Figura 5 - Residências da Vila Operaria Matarazzo (CIMENSUL).
Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.

Na década de 40, surgiam as Indústrias Matarazzo, dando novo impulso à economia local com o transporte de pedra clínquer para Porto Alegre. Do porto da vila, saíam os barcos de transporte com carregamentos da Companhia Brasileira de Cimento (Matarazzo) e de arroz da firma Engenho Pedro Osório. (MENDONÇA, 2002) (Fig. 6 e 7)



Figura 6 - Instalações Portuárias da CIMENSUL (Matarazzo).
Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.



Figura 7 - Canal São Gonçalo.
Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.

Também é um remanescente significativo na vila de Santa Isabel, embora não seja uma estrutura comumente estudada através de inventários, o cemitério antigo. Neste cemitério encontram-se alguns jazigos e sepulturas com letras ou datas incompletas no chão, placas de mármore ou granito que as identificavam e quase nada mais. Os enterramentos no cemitério começam a ser datados, a partir do ano de 1872, nos Livros de assentamentos de Óbitos da Igreja Matriz de Arroio Grande, como sendo realizados na Freguesia de Santa Isabel.

Um jazigo profanado constantemente por aventureiros em busca do ouro da lendária herança do Comendador Faustino Correa, enterrado em Santa Isabel em 1873, é aquele que Serafim Francisco Gonçalves ergueu para seus padrinhos em 1881. Este jazigo foi saqueado e tombado, não conseguindo suportar a ação dos vândalos. A bela imagem em mármore italiano encontra-se em péssimo estado de conservação. Uma das poucas testemunhas, que oferece a data como prova de uma história de riqueza imensurável, está órfã de cuidados. (MENDONÇA, 2002) (Fig. 8)



Figura 8 – Antigo cemitério de Santa Isabel.
Fonte: SALABERRY; MENDONÇA; LÚCIO, 2012.

Patrimônio Arquitetônico

O patrimônio arquitetônico de Santa Isabel vem sendo estudado há algum tempo, como pode ser verificado no “Relatório de avaliação do valor histórico visando propostas de preservação da Vila de Santa Isabel do Sul”, elaborado no decorrer do ano de 1994 e coordenado pelo professor da Faculdade de Arquitetura/UFPEL Rogério Gutierrez Filho, que

estudou ao mesmo tempo questões ambientais e patrimoniais de Santa Isabel. (GUTIERREZ FILHO, 1994)

Quase uma década depois, com autoria do então deputado Bernardo de Souza, foi criada a Lei 11.585 de 12/01/2001, que declarou “integrantes do Patrimônio Cultural do Estado conjuntos urbanos e edificações [...]”, mencionando, no inciso VI do seu artigo 1º a “[...] área histórica da Vila de Santa Isabel do Sul, sede do Distrito do Município de Arroio Grande [...]”, com suas delimitações. A lei tinha por objetivo a preservação da história e da arquitetura do lugar. (RIO GRANDE DO SUL, 2001)

Desde os primeiros estudos, houve o reconhecimento do valor estético, arquitetônico e histórico do lugar. Também é importante destacar o histórico das condições de abandono em que se encontra o conjunto arquitetônico de Santa Isabel. Segundo o relatório de 1994, a sede do distrito encontrava-se “em condições precaríssimas de desenvolvimento econômico, contendo uma população de baixa renda, habitando um espaço urbano que se encontra praticamente em ruínas”. (GUTIERREZ FILHO, 1994, p. 3)

Considerações Finais

Atualmente, podemos facilmente verificar a pequena eficácia que teve o arrolamento do patrimônio e também da lei que declarou a vila como integrante do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Apesar do conhecimento do valor cultural e também da proteção de um instrumento de preservação, ambos não tiveram efeito prático sobre a conservação das antigas edificações. As edificações centenárias são demolidas, abandonadas, subutilizadas e ficam sem manutenção.

Recentemente, a Prefeitura Municipal de Arroio Grande vem investindo na preservação do patrimônio de Santa Isabel, através do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Santa Isabel do Sul - Arroio Grande-RS e também da promoção de dois seminários de preservação, visando também proporcionar o desenvolvimento econômico e social dos moradores da localidade.

Ao realizarmos o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Santa Isabel do Sul, percebemos que essas edificações mostram o desenvolvimento da arquitetura no final do século XIX, pois a antiga freguesia teve um significativo desenvolvimento durante a segunda metade do século XIX e arrefeceu na última década do mesmo século, ficando os prédios sem maiores intervenções modernizantes durante todo o século XX.

Um universo significativo de edificações não resistiu ao tempo, à ação das águas das enchentes e principalmente à ação do homem. Poucas edificações resistiram, algumas não passam de ruínas e não resistirão à situação de abandono em que se encontram, mas as construções remanescentes devem ser melhor estudadas e terem sua existência material garantida, principalmente a significativa Igreja de Santa Isabel.

Também é importante destacar o grande patrimônio natural que possui a localidade. Podemos observar em algumas fotografias a presença de grandes figueiras convivendo de forma relativamente harmoniosa com as edificações antigas. Ambas devem ser preservadas, já que a Vila de Santa Isabel fica localizada dentro da área destinada a ser uma Reserva Ambiental (Mato Grande).

Espera-se que o inventário, o registro e a divulgação resultem na preservação ambiental, patrimonial; que o conhecimento da história e o desenvolvimento cultural possam ser úteis para o futuro, gerando desenvolvimento econômico e qualidade de vida para a população local.

Referências

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

D'EU, Luis Felipe Maria Fernando Gastao D'orleans, Conde. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

GUTIERREZ FILHO, Rogério; Et al. Relatório de avaliação do valor histórico visando propostas de preservação da Vila de Santa Isabel do Sul. Pelotas: FAURB-UFPEL, 1994. (Relatório de Pesquisa)

MENDONÇA, Cledenir Vergara. A Vila de Santa Isabel: dignidade de um povo. 2002. (no prelo)

RIO GRANDE DO SUL. lei nº 11.585, de 12 de janeiro de 2001. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul. Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 15 jan. 2001.

RUPERT, Arlindo. A História da Igreja no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SALABERRY, Jeferson Dutra. História e arquitetura da agroindústria no Bairro do Porto: Pelotas-RS (1911-1922). Pelotas: Editora Universitária/UFPeL, 2012.

SALABERRY, J. D; MENDONÇA, C. V; LÚCIO, E. C. Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Santa Isabel do Sul - Arroio Grande-RS. [CD-ROM, ISBN: 9788591457908] Pelotas: Jeferson Dutra Salaberry, 2012.

A contribuição das edificações de madeira forradas com lata para a constituição da paisagem cultural dos ilhéus do Rio Grande

Karen Melo da Silva⁵⁸²

Rafael Klumb Arnoni⁵⁸³

Frank Alves Ferreira⁵⁸⁴

Resumo

Este trabalho tem como referência investigações provenientes do projeto A Ilha dos Marinheiros do Rio Grande e suas Edificações de Lata, desenvolvido junto à Escola de Engenharia e ao Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras e Saberes Tradicionais, ambos da Universidade Federal do Rio Grande. As edificações de lata são construções de madeira revestidas por placas metálicas, técnica amplamente difundida, não apenas nos ilhéus do município do Rio Grande, quanto em outras localidades da região. Objetivamos apresentar uma discussão sobre aspectos vinculados ao significado cultural que estas edificações expressam à constituição da paisagem local. O trabalho tem suporte em estudos oriundos de pesquisas realizadas no campo das ciências humanas e sociais, incluindo em seus procedimentos tanto a revisão bibliográfica, quanto estudo de campo. Espera-se que a abordagem contribua para evidenciar algumas facetas da contemporaneidade das representações sociais expressas na paisagem do lugar, marcado, dentre diversos elementos, pela singularidade dessas edificações.

Palavras-chave: Edificações forradas com lata. Paisagem Cultural. Arquitetura popular contemporânea.

Introdução

Tanto na área da arquitetura e urbanismo, quanto no campo dos estudos sobre cultura, a questão do habitar sempre foi, e permanece sendo nos dias atuais, uma questão relevante, marcada por interpretações multifacetadas, cujo desafio consiste em abarcar, simultaneamente, conotações concretas e simbólicas, implícitas, não somente à função do abrigo, quanto às representações sociais a ele associadas.

No Brasil, em que pesem os esforços para resolução dos problemas habitacionais que o país apresenta, fatores diversos fizeram com que os estudos sobre o caráter espontâneo e popular da habitação ocupem um espaço incipiente, mesmo que seja relevante a diversidade de manifestações existentes, passíveis de enquadramento nessa categoria (WEIMER, 2005).

Estas reflexões constituíram a gênese da elaboração de um projeto, formatado no âmbito da Escola de Engenharia, da Universidade Federal do Rio Grande da FURG (EE-FURG), voltado à realização de estudos sobre a produção da habitação popular na região de abrangência da universidade. Os estudos, iniciados em 2011, têm como primeiro objeto as edificações de madeira forradas com lata, repertório amplamente difundido, não apenas na Ilha dos Marinheiros, campo do presente artigo, como também em outras localidades da região (BARRETO *et.al.*, 2010).

Preliminarmente, as características que permitiram o enquadramento do repertório identificado como pertencentes à arquitetura popular, dizem respeito ao reconhecimento de características identificadas por alguns autores como fundamentais na caracterização da arquitetura popular, quais sejam: a simplicidade; adaptabilidade ao meio físico; criatividade e forma plástica como resultado, não como intenção primeira (WEIMAR, 2005).

De forma geral o projeto, que contempla os estudos sobre as edificações de madeira forradas com lata tem diversas vertentes articuladas entre si, fundamentalmente orientadas

⁵⁸² Escola de Engenharia – FURG, melo.karen@gmail.com

⁵⁸³ Instituto Federal Sul-rio-grandense, Rafael.arnoni@gmail.com.

⁵⁸⁴ Escola de Engenharia – FURG, frankferreira10@hotmail.com.

para contribuir à discussão sobre a arquitetura popular contemporânea, existente no extremo meridional do Brasil, sendo o interesse geral do projeto realizar investigações que revelem a origem, as motivações que permitiram a propagação, bem como aspectos que justifiquem a perduração e disseminação destas edificações. Embora outras vertentes do trabalho estejam focadas em aspectos diretamente vinculados à descrição da técnica de forrar edificações de madeira com lata, no presente artigo estamos concentrados em explorações de ordem mais difusa e simbólica. Desta forma, o objetivo geral do presente artigo consiste em discutir aspectos vinculados ao significado cultural que estas edificações expressam à constituição da paisagem local. No entanto, é importante salientar que, mesmo que a abordagem geral seja construída a partir de exemplares localizados em um território específico é preciso afirmar a relevância da investigação para o entendimento da produção da arquitetura popular da região, dada a abrangência do fenômeno, que extrapola os limites deste recorte, conforme mencionado.

Quanto aos materiais e métodos utilizados o trabalho tem suporte nos procedimentos das pesquisas em ciências sociais e humanas, com destaque à contribuição dos estudos em arquitetura e urbanismo, antropologia e geografia. Os principais instrumentos utilizados para elaboração deste artigo foram a revisão bibliográfica e os levantamentos de campo, previamente produzidos. Os levantamentos contemplaram: entrevistas, realizadas com moradores das edificações, sendo alguns também construtores das próprias moradias; protocolos de observação, aplicados às edificações; mapeamento e georreferenciamento de edificações e registros fotográficos. É importante destacar o papel de alunos regularmente matriculados na disciplina de Arquitetura e Urbanismo, do Curso de Engenharia Civil, da Escola de Engenharia, que sistematicamente abastecem os trabalhos com a coleta de dados.

A Ilha dos Marinheiros e as edificações de madeira forradas com lata

A Ilha dos Marinheiros localiza-se em território rural e pertence ao 2º Distrito do município do Rio Grande, na porção sudoeste da Laguna dos Patos, ao norte da zona urbana deste município (Figura 1). Constitui-se em um amplo território, de superfície de 39,28km² (SOARES, 2005, p.9), ocupado somente em sua área periférica, por 1.259 habitantes (IBGE, 2010), essencialmente voltados à agricultura familiar e à pesca artesanal.

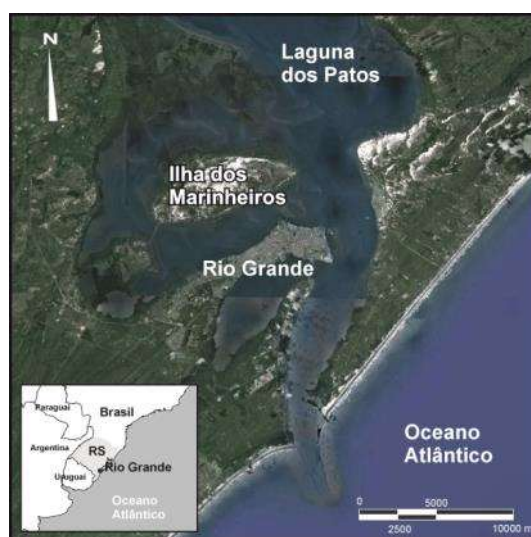


FIGURA 1 – Localização da Ilha dos Marinheiros.

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2013.

A parte interna da Ilha (Fig.2) abriga expressivas dunas e lagoas de pouca profundidade (SOARES, 2005, p.13-14). Já a periferia é bastante plana e marcada por um anel viário, de aproximadamente de 24km, que a circunda e permite que se contemple uma paisagem caracterizada pelo predomínio de hortas, vegetação rasteira e alguns eucaliptos, além da

distribuição dispersa de edificações de pequeno porte, basicamente residências e galpões, utilizados como apoio à agricultura e pesca (Fig. 2). A Laguna dos Patos circunda este conjunto com suas turvas águas, sempre em movimento, pela ocorrência constante de brisa ou intenso vento. As edificações de madeira revestidas com lata fazem parte desta paisagem e contribuem para caracterizá-la, através de seus atributos de diversidade nos padrões das cores e estampas empregadas e de criatividade no conjunto das soluções empregadas.



Figura 2 – A paisagem da Ilha dos Marinheiros. No alto à esquerda: o contato visual com a zona urbana do Rio Grande. No alto à direita: a parte interna da Ilha – dunas e lagos sazonais. Abaixo: as principais atividades econômicas, a pesca e a produção de hortifrutigranjeiros.

Fonte: Acervo Karen Melo da Silva.

O interesse pelo uso de materiais leves, na Ilha dos Marinheiros, deve-se ao seu isolamento geográfico, uma vez que a ponte que a liga ao continente só foi concluída em 2004. Até aquele momento as embarcações eram o único meio de transporte disponível e todo o material de construção tinha que enfrentar as restrições desse meio de transporte. Neste sentido, a madeira foi um material adequado.

Uma vez consagrada a utilização da madeira, a descoberta das qualidades de forrá-la com lata foi bastante conveniente, já que este material é ainda mais leve que o até então utilizado. Provavelmente este fator, associado ao baixo custo das latas, contribuíram para que a técnica fosse amplamente disseminada pela Ilha. Cabe mencionar que inicialmente as latas eram obtidas da indústria de conservas, constituindo um reaproveitamento dos resíduos do processo. Quanto ao uso da madeira, é preciso destacar que sua utilização, fundamental para estruturar as casas e para facilitar a fixação das latas, pode estar vinculada a uma herança cultural, relacionada ao processo de colonização portuguesa (WEIMER, 2005; VERÍSSIMO *et.al.*, 1999), afinal, no caso específico da Ilha, o processo de imigração foi marcado pela presença predominantemente de imigrantes de Águeda, Aveiro e Porto.

Contudo, em que pese a importância da avaliação dos materiais adotados, dos aspectos construtivos empregados e resultados formais alcançados, neste trabalho queremos dar ênfase à avaliação da técnica compreendida como “uma das melhores formas de relação entre o homem e o meio” (SANTOS, 1996, p.25). Quanto aos significados simbólicos e imateriais expressos por estas relações, podemos argumentar que a técnica em questão, por estar notadamente amalgamada às representações culturais existentes, auxilia a evidenciar

que, já em sua gênese, denota não apenas uma realidade imersa em um contexto de representação social residual e periférica, quanto atesta o seu caráter popular e contemporâneo.

Resultados e Discussão

O trabalho realizado permite informar que a solução de revestir edificações de madeira com lata, na Ilha dos Marinheiros, é uma solução utilizada há mais de 30 anos. Dos mais de 121 exemplares identificados, 105 foram mapeados (Figura 3), tendo a análise da localização apontado que as edificações estão distribuídas ao longo da via que circunda a Ilha, concentrando-se em maior grau no setor sudeste. Quanto às principais motivações para o uso da lata são apontados o baixo custo e o fator de proteção que oferecem, contra o vento e a areia, abundantes na região.

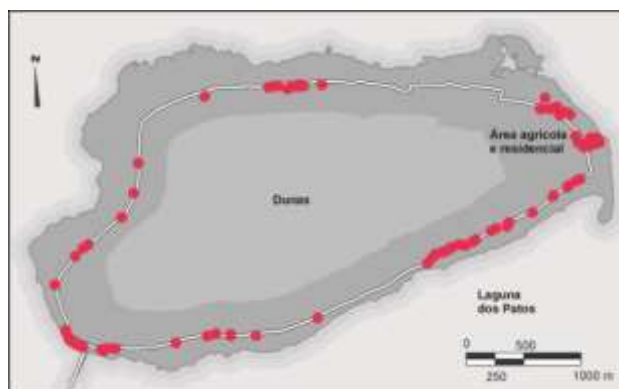


**Figura 3 – Localização das casas de lata na ilha (em pontos vermelhos).
Fonte: Modificado da base do Laboratório de Cartografia da EE/FURG.**

Embora a sistematização dos dados tenha sido direcionada para identificar uma tipologia recorrente, apontando a recorrência de edificações assentadas em alvenaria de tijolos, paredes de madeira revestidas com lata, esquadrias de madeira e cobertura de fibrocimento, a pesquisa teve a intenção e o cuidado de registrar a diversidade de alternativas encontradas. Desta forma, o banco de imagens revela padrões compositivos bastante plurais na utilização das latas e uma diversidade substancialmente inventiva nos tipos de acabamentos.

A diversidade e riqueza do repertório encontrado permitem argumentar não apenas em favor da identificação da expressividade de uma arquitetura popular local, como também sua contemporaneidade. Além disso, o estudo de campo revelou que a técnica de forrar casas com latas apresenta diversos padrões e estampas na sua utilização (Figura 4), sendo possível afirmar que, mesmo que algumas edificações utilizem placas novas, parte significativa delas ainda é construída a partir de materiais reutilizados, tal como ocorreu no início da utilização das latas.



Figura 4 – Tipos de latas utilizadas para revestir edificações de madeira: A) Chapa lisa sem pintura; B) Chapa lisa pintada. C) Chapa com estampa em offset; D) Chapa com offset.

Fonte: Acervo Karen Melo da Silva.

Alguns interlocutores relataram que originalmente eram utilizadas latas de óleo, cujas tampas superior e inferior eram cortadas, sendo posteriormente abertas e pregadas às paredes. Atualmente, boa parte das placas reutilizadas provém de chapas maiores, provenientes basicamente de duas fontes, ambas obtidas de refugos da indústria gráfica, inutilizadas após a impressão de jornais ou em função de falhas no processo de impressão de embalagens metálicas (*offset*). Essas últimas são conhecidas no mercado local como cunhetes e podem ser adquiridas nas ferragens, localizadas na zona urbana do Rio Grande, tendo dimensões aproximadas de 65X95 centímetros. É interessante observar que os textos e imagens do jornal permanecem gravados na chapa de impressão e podem ser reconhecidos em muitas edificações, ou em parte delas. Os cunhetes oferecem uma diversidade incrível de possibilidade de padrões, pois tanto chapas iguais podem ser usadas, remetendo ao efeito de mosaicos, quanto chapas com cores e desenhos diferentes podem ser misturadas, resultando a composição tanto imprevisível quanto inusitada.

Na região sul do Brasil é fato que o emprego de chapas ou placas metálicas está, ainda que tal realidade venha se transformado nos últimos anos, muito associado à produção da arquitetura erudita, ao emprego em edifícios vultosos, ao vencimento de grandes vãos e às construções de uso industrial ou similares, tal como silos, galpões industriais, hangares, estádios etc. Em relação à construção de casas populares, embora sejam recentes os sistemas que empregam elementos metálicos, estes restringem a aplicação do atributo metálico à estrutura e aos elementos de fixação da cobertura, muitas vezes sugerindo a vedação das paredes em alvenaria e/ou outros materiais para ocultar o material.

Há um largo entendimento da importância que a tríade aço-concreto e armado-vidro desempenhou no século XIX, para viabilizar a consolidação do modernismo, tendo sido estes os elementos que melhor traduziram as soluções formais pretendidas, que melhor conciliaram a ética e estética daquele tempo, expressa pelos cinco consagrados princípios: planta livre; fachada livre; janela contínua; pilotis, terraço-jardim (BENÉVOLO, 1983; MUMFORD 1982; PEVSNER, 2001). Mesmo que inicialmente muita resistência tenha sido oferecida à adoção deste repertório limpo, gradativamente estes elementos foram incorporados, assimilados e amplamente difundidos, consolidando o *international style* (PEVSNER, 2001). Nos dias de hoje, a utilização destes materiais tanto pode passar despercebida, por ter sido já largamente utilizada em todos os continentes, quanto ser (ainda) empregada como sinônimo de prestígio e sofisticação, em função dos aperfeiçoamentos tecnológicos que sucessivamente cada um destes materiais recebem. Assim, tanto no passado recente quanto no presente, muitas obras podem ter seu grau de imponência atribuída pela quantidade e qualidade de vidro, concreto e aço empregados.

Na região sul do Brasil é fato que o emprego de chapas ou placas metálicas está, ainda que tal realidade venha se transformado nos últimos anos, muito associado à produção da arquitetura erudita, ao emprego em edifícios vultosos, ao vencimento de grandes vãos e às construções de uso industrial ou similares, tal como silos, galpões industriais, hangares, estádios etc.. Em relação à construção de casas populares, embora sejam recentes os sistemas que empregam elementos metálicos eles restringem a aplicação do atributo metálico à estrutura e aos elementos de fixação da cobertura, muitas vezes sugerindo a vedação das paredes em alvenaria e/ou outros materiais.

Assim, podemos dizer que a utilização de placas metálicas para forrar casas na Ilha dos Marinheiros e na Região Sul do Brasil representa algo inusitado no contexto do repertório habitacional local, pois além de conciliar diversos fatores que distinguem estas construções das que consagraram o material de que se apropriam, inova ao inverter a utilização do atributo metálico – ele não tem função estrutural, sequer está escondido ou parcialmente aparente: ele é o invólucro, o que protege e dá a expressão final do habitar.

Neste momento interessa observar que esta prática, no local de estudo, está associada a bons resultados no desempenho térmico, particularmente no inverno, uma vez que a placa

metálica em conjunto com a madeira, tem propiciado a retenção do calor por mais tempo. Ademais este parece ser um procedimento muito apropriado às necessidades contemporâneas de minimização de geração de resíduos, tal qual argumentam Fernandes *et. al.* (2012). Assim, ao aproveitar resíduos (placas, latas e similares) e lhes dar um destino, estas construções inserem-se numa economia de mercado alternativo.

Contudo, é possível afirmar que por mais benéfico (o reaproveitamento), criativo (resposta formal) e singular (subversão do uso) que possa ser considerada a técnica, também é preciso reconhecer que este fazer implica na incorporação de *la part maudite*, do excesso de energia traduzido em excesso de produtos e mercadorias, oriundos de um processo de crescimento que alcança seus limites na entropia e na anomia, processo mencionado por Featherstone (1995,p.41-42). Desta forma, compreendendo o processo de produção, de bens e materiais de consumo, sob a perspectiva de uma matriz cultural, em que os modos como se usam as mercadorias podem ser usados para demarcar as fronteiras das relações sociais, podemos dizer que esta solução, embora inovadora e certamente apropriada, por prolongar a vida útil um material bastante importante no mundo contemporâneo, resulta como um indício que auxilia na identificação de uma classe de consumo evidentemente muito distante da que tem acesso às construções revestidas com titânio ou aço inoxidável, versões metalizadas reservadas às classes dominantes.

Mas, mesmo que autores identifiquem o acesso a bens de consumo como técnicas eficazes de exclusão (BOURDIEU, 2007) e que as mercadorias nas sociedades ocidentais contemporâneas, através das associações simbólicas que possibilitam, possam ser utilizadas para enfatizar diferenças de estilo de vida e demarcar relações sociais, é preciso reconhecer que a solução de forrar casas de lata, mesmo que apresente uma série de motivos técnicos para seu uso, tais como questões de conforto térmico, proteção da madeira etc., surpreende pela resposta formal que apresenta. E, ainda, tanto quanto explicitar um conceito de classe de consumo, a utilização desta técnica acaba por oferecer uma noção clara de pertencimento ao mundo contemporâneo.

Isto porque ao forrar as edificações com lata é implantada uma casca que necessita ser renovada com frequência, uma pele/lâmina que pode ser modificada e permite reinterpretar constantes do caráter da edificação (pela cor, textura, estado de conservação etc.). Assim, as edificações acabam por gerar uma imagem dinâmica e versátil, que pode tanto confundir quanto causar admiração, inclusive aos próprios moradores, mas inequivocamente possibilitam a customização da habitação e denotam a incorporação da cultura de consumo dos nossos dias.

Em conjunto, estas características inusitadas de irreverência e versatilidade permitem dizer que, embora aparentemente espontâneo e localizado, o resultado deste uso subvertido parece estar associado a um fenômeno mais amplo, global, que pode ajustar-se tanto em algumas das características centrais associadas ao pós-modernismo, quanto a outras, ainda mais recentes, que apontam que vivemos em uma sociedade da superabundância de ofertas e da desestabilização das culturas de classe, condições estas propícias para uma individualização extrema das preferências de cada um (LIPOVETSKY, 2007, p.34).

A interlocução com os moradores deixa claro que a atribuição de caráter inusitado às casas de lata lhes parece infundado, afinal, elas são algo comum no seu repertório diário, algo que lhes passa despercebido. Contudo, advertidos pelo olhar do estrangeiro, do pesquisador que demonstra o estranhamento, reconhecem que elas auxiliam a caracterizar a paisagem local, exprimem sua cultura, canalizando em certo sentido, suas relações com o espaço e com a natureza (Figura 5), porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação (BERQUE, 1984).



Figura 05 – Casa de madeira forrada com lata.
Fonte: Acervo Karen Melo da Silva.

Embora estas edificações sejam repudiadas por alguns moradores, que as associam aos tempos ou condições de pobreza, outros lhes demonstram apego e aceitação, justificados pelos aperfeiçoamentos que gradativamente lhes foram conferidos e que dizem respeito às questões de acabamento, de conforto térmico, de custo. É importante salientar que essas opiniões, mesmo que divergentes, fazem parte dos relatos memoriais de boa parte dos moradores da Ilha, o que permite dizer que as edificações forradas com lata constituem-se dentro do sistema de região-memória, um lugar em que a memória se preserva, conforme mencionou Candau (2011, p.157).

Referências

- BARRETO, Demis Ian Sbroglia; WEIMER, Günter; MEDEIROS, Humberto; HOLZER, Werther. **A arquitetura popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. In: **L'Espace Géographique**. Vol. 13, pp. 33-34, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERNANDES, Jorge. et. al. Princípios de sustentabilidade na arquitetura vernacular em Portugal. **Congresso Construção 2012**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Retirado de <http://www.ibge.gov.br> em 01 Junho 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri, São Paulo: Manole 2007.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PEVSNER, Nikolaus. **Origens da Arquitetura Moderna e do Design**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica, e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOARES, Marlon Nunes. **Banco de dados geográfico socioeconômico da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS, BRASIL.** Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Brasil, 2005.

VERÍSSIMO, Francisco *et. al.*. **500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins, 2005.

Resumo

A presente discussão busca problematizar a relação entre sujeito e o patrimônio, assim como as formas de valorização dos bens edificados e sua apropriação pelo grupo social. Desta forma, o trabalho faz aproximações entre as ideias de Riegl (2013) relacionadas à atribuição de valores ao patrimônio com discussões como representações, processos identitários e imaginário social. A problematização destes conceitos destaca a condição relacional entre comunidade, patrimônio cultural e lugar.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Patrimônio Edificado; Valorização; Atribuição de Sentido; lugar.

Introdução

A palavra “patrimônio”, em sua origem etimológica, aponta para relações hierárquicas e materiais, onde ideias como herança e tradição ganham força. Ao relacionar este conceito com conceitos culturais, é possível chegar a um novo resultado – Patrimônio Cultural – como uma herança coletiva, fruto da materialização da história e de elementos de memória de um grupo social. Sua expressão material pode ocorrer mediante espaços construídos ou edificações e monumentos, ou ainda imateriais, onde expressões culturais, religiosas e festividades são preservadas. Sejam materiais, sejam imateriais, constituem-se em bens estreitamente ligados a um lugar, ao lugar da memória.

A manutenção destas memórias é prerrogativa para garantir a continuidade do homem no espaço e a preservação de sua história. O patrimônio cultural material, por exemplo, cristaliza diferentes caracteres da cultura do grupo social em seu cerne, transcendendo gerações e convertendo-se em elementos de memória relevantes. Seja por sua história de importância, por materializar técnicas artísticas e/ou construtivas ou por integrar a memória da urbe, edificações ganham a alcunha de patrimônio pela relevância que possuem no contexto urbano, social e cultural.

Neste sentido, a cidade, por historicamente polarizar as atividades humanas apresenta-se, mais do que o espaço rural, como um palco onde passado e presente convivem como elementos capazes de fomentar significações e proporcionar diferentes atribuições de sentido. Neste contexto, o patrimônio cultural ganha força por cristalizar características que constroem e subsidiam identidades, memórias e representações. A cidade se constrói no imaginário social e o patrimônio cultural materializa relações históricas, sociais, culturais, econômicas e de tantos outros fatores que integram a história e a trajetória de um espaço, de um lugar.

Ao conhecer as motivações para a valorização do bem edificado como patrimônio cultural, é possível problematizar acerca da relação entre sujeito e patrimônio, suas aproximações e afastamentos, assim como as formas de apropriação deste conceito pelo grupo social. O presente estudo faz relações e aproxima as ideias de Riegl (2013) sobre a atribuição de valor ao patrimônio com autoras como Choay (2006) e Meira (2008), buscando

⁵⁸⁵ Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo (UFSM), acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSM) e mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). E-mail: misilha@hotmail.com

⁵⁸⁶ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS), Mestre e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (CAU/UFSM) e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC/UFSM). E-mail: lfsilvamello@gmail.com

problematizar a constituição de patrimônio cultural no que se refere à conceituação e sentido referidos à ideia de lugar.

Atribuir Sentidos e Construir o Patrimônio Cultural – Algumas Considerações

“Patrimônio” é uma das mais antigas palavras e figura como uma das expressões mais usadas pelo homem (Choay, 2006; Gonçalves, 2002), carregando consigo diferentes significados. Em sua origem etimológica, a palavra traduz-se em transmissão de bens e heranças familiares, trazendo de sua raiz latina *patrimonium* a relação com “paterno” e “pátria”. Choay (2006) destaca que este conceito é requalificado através de adjetivos que o tornaram “nômade”, estando completo de sentidos quando delimitado por outro termo.

A presente discussão está localizada na correlação entre o patrimônio e as práticas culturais humanas. A cultura é ideia de complexa conceituação, dada sua multiplicidade de sentidos e aplicações, contudo, é possível destacar a afirmação de Schneider (*apud* Laraia, 2009, p.63), que a “cultura é um sistema de símbolos e significados, compreendendo categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento”. Assim, tem-se na cultura a busca pela compreensão do homem e de suas práticas, ações e definições.

A combinação destas ideias leva a construção de um conceito particular, o de patrimônio cultural, que reúne o conjunto de bens e valores representativos para um grupo social, inseridos em um contexto cultural comum. Sua construção se dá através da apropriação de elementos que integram o imaginário social e ganham sentido para certa comunidade.

A expressão “patrimônio cultural” é usada para designar objetos no sentido mais geral deste termo – prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos – e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais – artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes, etc. (GONÇALVES, 2002, p. 79-80).

A Constituição Federal, em seu artigo 216, também conceitua patrimônio cultural, visto que define quais bens integram esta categoria. Para a Carta Magna (1988), constituem patrimônio brasileiro os bens materiais e imateriais, individualizados ou em conjuntos, que são referenciais para a identidade e memória da sociedade brasileira. Outro conceito relevante para o tema é apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que define o patrimônio cultural como “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”.

Outros documentos discutem o patrimônio, no entanto, é necessário destacar a definição apresentada pela Carta de Veneza (1964). Segundo o artigo 1º do documento supracitado, o conceito de monumento histórico inclui “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”. O monumento, elemento motriz para pensar o patrimônio cultural, também ganha definição de Le Goff (2003, p.526), que o apresenta como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”.

Rossi (2001, p.142) destaca os monumentos como “pontos de referência da dinâmica urbana”, assim como Lynch (2012, p.52) determina seus pontos nodais. As duas conceituações, quando aproximadas do contexto do patrimônio cultural, ratificam a importância deste enquanto materialidade e imagens constituídas no grupo social, determinantes para a organização do espaço/lugar e construção de identidades.

Estes monumentos são marcas da memória coletiva, capazes de perpetuar fatos e elementos históricos. Estes objetos e/ou práticas que integram o patrimônio cultural são apropriados pelo grupo social e representam a trajetória e os feitos daqueles atores ao longo do tempo. Para Gonçalves (2002), este processo integra identificação, classificação e avaliação de determinado bem para que a ele possa ser atribuído o valor de patrimônio.

Para tanto, constroem-se alegorias e metáforas para transformar um elemento em “bem cultural” através de novas significações e atribuições de sentido. Desta forma, “objetos

antigos, prédios ou espaços usados com propósitos práticos cotidianos são transformados em 'reliquias', 'monumentos' e 'lugares históricos'" (Choay, 2002, p.81). Estas definições corroboram com Souza Filho (2011) ao afirmar que o sentido do patrimônio não se constrói pela materialidade do bem, mas sim por sua função de representar e evocar memórias que lhe são inerentes.

Há apropriações na construção da ideia e dos discursos do patrimônio cultural, e esta noção remete de imediato a própria etimologia da palavra "patrimônio". Por mais que sua gênese traduza-se em propriedades herdadas, a ação de apropriação se mostra como um ato de poder. Para Gonçalves (2002, p.24), ao apropriarmos de algo, demonstramos "controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade".

Esta apropriação é resposta ao caráter transitório dos objetos que, através da atribuição do sentido de patrimônio, ganham espaço como elementos de memória e guardiões da identidade social. Gonçalves (2002) corrobora afirmando que a apropriação é uma defesa do "sentimento de ser" de determinado grupo social e, através desta prática, é possível construir o patrimônio.

Lugares da Memória e do Imaginário: Lugares do Patrimônio Cultural

Para Pesavento (1999, p. 16), "o espaço é sempre portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação". Tal referência permite uma aproximação entre a presente discussão, a lógica da recepção e os processos de mediação de sentidos.

Quando o espaço é qualificado por elementos culturais elaborados ao longo do tempo, resultantes de relações sociais, de construções materiais associadas a morfologias naturais e de expressões artísticas onde a Arquitetura se destaca e os discursos históricos se acumulam, tem-se a ideia de *lugar*, o *genius loci*.

Um lugar só pode ser descrito mediante a sua dramaticidade implícita. Um lugar existe como resultado de relações sócio-espaciais realizadas durante um determinado tempo que assim o consolida e cuja duração pode determinar uma menor ou maior densidade cultural, ou seja, não existe lugar sem a crônica do espaço social. Um lugar pode ter seus limites geográficos difusos, ou seja, um lugar não implica em exatidão espacial. Um lugar implica em ser resultante de relações e processos entre espaço, tempo e sociedade. Um lugar é um referencial existencial, diz respeito à origem, à anterioridade referida, ou seja, à memória (Mello, 2010, p. 99).

Para o imaginário, o *lugar* contém os estímulos para sua elaboração. Alterar os lugares implica em alterar o imaginário. Suprimir os lugares significa reforçar a dimensão mitológica do imaginário, porque a referência factual ou material não é mais possível. Neste caso, a elaboração imaginária se baseará em referências iconográficas ou à narrativas, todas relacionadas à memória. Neste sentido, por meio da análise do imaginário social, aspectos contextuais da dinâmica espacial e social podem ser reconhecidos como característicos de uma sociedade, por mais complexos e dinâmicos que estes possam ser. A qualidade do imaginário pode definir uma maior ou menor "densidade" de *sentido de lugar*. Por outro lado, os processos sociais ao se realizarem, na maioria das vezes definem "territórios" ou "lugares" não apenas físicos como também abstratos onde diferentes grupos vão interagir segundo seus interesses particulares (Mello, 2002, p. 145).

Assim, estes lugares se sobrepõem ou se obliteram, somam-se ou subtraem-se, protegem-se ou expõem-se, mas sempre interligados aos meandros do "tecido" urbano que, por sua vez, é formado por "retalhos" das experiências individuais e coletivas, de "guetos" conquistados em disputas urbanas. Dessa maneira, os lugares se descrevem, se circunscrevem se tangenciam, se interseccionam e podem ser prosaicos ou poéticos dependendo da forma como são representados e interpretados (Mello, 2002, p. 150).

Portanto, dependendo da complexidade dos aglomerados urbanos, pode-se identificar “cidades” dentro de cidades não só perceptíveis fisicamente por meio das morfologias urbanas ou das tipologias arquitetônicas, como também mentalmente mediante a percepção de símbolos, valores, crenças, culturas, memórias, os quais, em maior ou menor grau, se justapõem ou se interpenetram compondo assim o imaginário social.

E se a memória destes lugares presentifica imagens, símbolos e valores que dão sentido existencial para um determinado grupo social que o impele a preservar para o futuro, este lugar pode ser qualificado como patrimônio cultural.

Apropriação de Sentidos, Imaginário Social e Representações

Construir práticas de valorização e preservação do patrimônio pressupõe o conhecimento das formas de apropriação destes bens e, destacadamente, dos caracteres identificados através do patrimônio. Neste sentido, Choay (2006, p. 168) colabora ao afirmar que “só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática”. Deste modo, a ideia de valorização pressupõe o conceito de monumento, determinado por Riegl (2013, p.9) como “uma obra da mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares”.

Estes monumentos, tidos como intencionais, já são gerados com o intuito de homenagear ou materializar feitos e vitórias humanas, tem em sua intencionalidade a garantia de maior atenção e manutenção. No entanto, a discussão necessária aponta para aqueles bens que não são edificados de forma a registrar ações do homem, sendo necessária a construção da ideia de monumento através da atribuição de determinados valores.

A atribuição de valores aos bens que são históricos é o que determina sua importância para o grupo social enquanto elemento de destaque daquela cultura. Diferentes motivações levam a construção deste conceito em relação aos monumentos que não são intencionais, visto que são distintas as variáveis envolvidas neste processo. Meira (2008, p. 18) destaca que “patrimônio, temporalidade e territorialidade são conceitos relacionados, pois, a cada tempo e a cada lugar, a sociedade e o Estado definem o que se tornará patrimônio ou o que vai perder-se no caminho”. A construção dos valores atribuídos ao patrimônio depende de situações espaciais e temporais, motivada por diferentes fatores – nem sempre há unanimidade com estas constituições.

Meira (2008, p. 21) destaca que “ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, está-se definindo, também, o que pode ser descartado”. Deste modo, é possível justificar a atribuição destes valores, em um primeiro momento, a monumentos relacionados ao passado das nações. Ao acompanhar o amadurecimento deste conceito, o homem foi capaz de interessar-se pela história e memória da humanidade em geral, compreendendo-a como sua.

A partir destes fragmentos de passados e presentes, gerados e relacionados através do imaginário, constroem-se metáforas dos espaços urbanos. A imagem se torna a referência chave da cidade, através de suas praças, edificações institucionais e monumentos históricos, por exemplo. Ela se torna o retrato do imaginário, através de códigos que permitem valorizações, avaliações e compreensões do espaço urbano. Enquanto símbolo, a cidade também se organiza através de narrativas – ela é espaço e instrumento para a circulação de um discurso da cidade, organizado por diferentes expressões, entre elas o próprio patrimônio.

O conceito de representação carrega distintos significados, destacados por Ricoeur (2007) como um risco a pertinência do termo. No entanto, duas das conceituações apresentadas pelo autor corroboram a discussão proposta – assim, concebendo as representações para além da ideia de “visões de mundo”.

É possível leva-la [*a representação*] a assumir ora uma função taxonômica: ela guardaria o inventário das práticas sociais que regem os laços de pertencimento a lugares, territórios, fragmentos do espaço social, comunidades de filiação; ora uma função reguladora: seria a medida de apreciação dos esquemas e valores socialmente compartilhados, ao mesmo tempo em que traçaria as linhas de fratura que consagram a fragilidade das múltiplas obrigações dos agentes sociais (RICOEUR, 2007, p. 240).

Sendo representação, sua presença resulta, segundo Pesavento (2008), em reconhecimento e legitimidade dentro do grupo social. Ainda segundo a autora (2008, p.39) “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”. Nesta posição de representação, o patrimônio traz elementos do passado para o presente e corrobora na constituição do real e do presente.

O imaginário, a cultura e as significações que são construídas a partir destas aproximações apontam para sensibilidades que, segundo Pesavento (2008, p. 58) são expressas em “atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído”. Estas também são referências para a organização de discursos e a percepção da alteridade, bases para a construção da identidade. Através de alteridades é que se produz identidades, estabelecidas em um processo relacional.

A identidade é construção de sentido que organiza conceitos e permitem a coesão social e, para Pesavento (2008), também relaciona o indivíduo com a coletividade. Ao estabelecer diferenças, ela ratifica sua formação através de processos relacionais marcados simbólica e socialmente. Deste modo, para Woodward (2009), a identidade somente pode ser vista como um ponto fixo dentro do discurso social quando se considera seu caráter relacional. Para a autora (2009, p.17), “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”.

Mediação de Sentidos e Processos Identitários na Significação do Patrimônio Cultural

A pluralidade de contextos sociais oferta diferenciados significados à construção identitária, sendo capaz de alterar ou agregar novas características a identidade até então formada. O homem posiciona-se dentro das incontáveis possibilidades que lhe surgem – e a adoção de uma ou outra identidade é resultado das relações que ele assume. Para Woodward (2009, p.33), “as identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições”.

O conjunto de bens que formam o patrimônio cultural é referencial para a geração e manutenção das identidades, trazendo para o presente alguns elementos do passado que são, em qualquer forma, portadores de sentidos. Meira (2008) retoma a contribuição de Rossi (2001) ao afirmar que este autor aponta tais elementos como permanências que, no contexto cultural, relacionam-se com questões ligadas à identidade. A própria ideia de *locus*, defendida pelo autor (2001, p.74) como “a relação singular, mas universal, que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar” coaduna com tal discussão, visto que ratifica o caráter referencial do bem edificado na elaboração e percepção das identidades.

A construção de uma identidade nacional foi motivação para o interesse, durante o Iluminismo, pelo patrimônio cultural. Estes monumentos, enquanto elementos que ratificam a identidade de uma nação, também operam como marcos simbólicos de referência. Meira (2008, p.106) destaca que “é por meio dos imaginários sociais que uma coletividade elabora uma representação de si, exprime e impõe crenças comuns, organiza a distribuição dos papéis e as posições sociais”. Estas ações têm como finalidade a própria designação de identidades e a relação entre sujeitos.

A leitura das fragmentações que formam a contemporaneidade se dá, sob uma lógica cultural, através das mediações, vistas, simplificada, como uma negociação de sentidos. Para Martín-Barbero (2001, p.304), as mediações são “os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural”. Já Polistchuck e Trinta (2003, p.148) definem que “*mediar* significa fixar entre duas partes um ponto de referência comum, mas equidistante, que a uma e a outra faculta o estabelecimento de alguma inter-relação”.

Para Jacks (1999, p. 48), a mediação é “um conjunto de elementos que intervêm na estruturação, organização e reorganização da percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade”. Através das mediações, acontece a produção e a reprodução dos sentidos construídos socialmente, sendo que a mediação é o “lugar” disponível para estas interações.

O palco onde se discute os processos de mediação é o cotidiano, necessário para a compreensão das interpretações feitas pelos sujeitos e, conforme Jacks (1999), também para salientar a complexidade do real e os elementos simbólicos que aproximam sujeitos e campos sociais. Ao transcender o instrumental comunicativo, a atenção se deposita sobre a mediação, valorizando elementos do modo de vida, contextos sociais e experiências culturais. O ambiente urbano e o patrimônio cultural inserem-se como referências para estes sujeitos, participando da construção de repertórios e da atribuição de sentidos.

As mediações são subsídio para estas recepções, que consideram a existência de uma relação dialógica entre o sujeito e a mensagem em circulação, dando um papel ativo ao receptor. Este agente é responsável por sua leitura, havendo múltiplas possibilidades de interpretação. Para Polistchuck e Trinta (2003, p.152), “leituras resultam de operações pelas quais o *sentido* brota em um texto que se lê e do qual se usufrui, recorrendo-se a um *repertório* (um imaginário estruturado, um adquirido sociocultural) e procedendo-se a uma síntese interpretativa”.

A discussão dos processos além dos meios, observando assim as mediações, encontra na construção das identidades um campo fértil e capaz de alcançar novas fronteiras. Para Jacks (1999, p. 32), observar a relação mediada e potencial leva a um estudo que “indica a entrada ao campo pelo estudo das instituições, organizações e sujeitos, pelas diversas temporalidades sociais e multiplicidade de matrizes culturais”.

Considerações Finais

Em um contexto onde há sentidos e fatos culturais em circulação, cada sujeito envolvido pode fazer diferentes leituras sobre aquilo que recebe, construindo sentidos tanto individuais como coletivos. A construção do conceito de patrimônio cultural e sua atribuição ao bem material edificado é discussão determinante para identificar os processos de apropriação de uma comunidade em relação ao seu patrimônio.

Assim, ao transcender as determinações institucionalizadas, sejam elas através de procedimentos legais ou por iniciativa de entidades formais, a percepção do patrimônio cultural também é algo presente no cotidiano do grupo social, visto que materializa suas expressões culturais, memórias e representações. Observar a valorização do patrimônio cultural material através da atribuição de sentidos dada pelo sujeito é uma alternativa à reflexão sobre o tema, levando-o a discussões que expandem o patrimônio cultural para contextos socioculturais que englobam conceitos como representações e construções identitárias.

Através deste movimento, é possível refletir acerca das motivações existentes para elencar determinados bens no rol daqueles tidos como patrimônio cultural, assim como perceber como se dá a valorização deste patrimônio. Tão logo estes processos sejam refletidos, a partir destas “descobertas” também é possível materializar estratégias para a

valorização deste patrimônio, assim como conceitos e referências para a apropriação e o pertencimento da comunidade diante de seu patrimônio.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CANCLINÍ, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária Nacional. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N°23, 1994.

Carta de Veneza. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso 23/07/2014.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo/SP: Unesp, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

JACKS, Nilda. **Querência: Cultura Regional como Mediação Simbólica – Um Estudo de Recepção**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura – Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações – Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ, 2001a.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuições de Valores e Critérios de Intervenção**. 2008. 483p. Tese, (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. **O espaço do imaginário e o imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS**. 2002, 160p. Dissertação, (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____, **O pensamento utópico e a produção do espaço social: a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul**. 2010, 309p. Tese, (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Patrimônio Cultural no Brasil – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em 23/07/2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1999.

_____, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o Pensamento e a Prática da Comunicação Social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaio Estéticos**. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. Curitiba/PR: Jurua, 2011.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma Introdução Teórica e Conceitual**. In: SILVA, T. T. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

VIII SIMP

Seminário Internacional em
Memória e Patrimônio

LUGARES de
MEMÓRIA

5 a 7 de novembro | 2014 | Pelotas-RS

ANAIS do EVENTO

